

DANIEL E APOCALIPSE

A Resposta da História para a Voz da Profecia



URIAH SMITH



Adventist Pioneer Library

Título do original em inglês:

Daniel and the Revelation: The Response of History to the Voice of Prophecy

Publicado originalmente pela Review and Herald Publishing Company em 1897.

© 2020 **ADVENTIST PIONEER LIBRARY**

P.O. Box 51264

Eugene, OR, 97405, USA

www.APLib.org

EDITORA DOS PIONEIROS ADVENTISTAS

www.EditoraDosPioneiros.com.br

Apoio: **CENTRO DE PESQUISAS ELLEN G. WHITE – BRASIL**

Tradução: Cecília Eller

Revisão e editoração: Neumar de Lima e Uriel Leme Vidal

Primeira edição: 2.000 exemplares

Março, 2020

ISBN: 978-1-61455-083-9

A maioria das citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição (ARA).

DANIEL E APOCALIPSE

A Resposta da História para a Voz da Profecia

URIAH SMITH



Adventist Pioneer Library



Uriah Smith.

Uriah Smith (1832-1903)

ÍNDICE



LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
PREFÁCIO.....	15

RESPOSTA DA HISTÓRIA PARA A PROFECIA DE DANIEL

INTRODUÇÃO.....	21
DANIEL 1 — DANIEL NO CATIVEIRO.....	23
Características dos escritos sagrados — Cinco fatos históricos — Profecia do cativeiro de Jerusalém — A cidade santa é destruída três vezes — O testemunho de Deus contra o pecado — A situação e o tratamento de Daniel e seus amigos — O caráter do rei Nabucodonosor — Significado dos nomes pagãos — A integridade de Daniel — O resultado de seu experimento — Daniel vive até o tempo de Ciro.	
DANIEL 2 — A GRANDE ESTÁTUA.....	29
Explicação de uma dificuldade — Daniel começa a trabalhar — Quem eram os magos — Conflito entre o rei e os sábios — Os artifícios dos magos — A sentença do rei contra eles — A providência extraordinária de Deus — Daniel busca auxílio — Um bom exemplo — A generosidade de Daniel — Um caráter natural — Os magos são expostos — O que o mundo deve ao povo de Deus — Um símbolo apropriado — Um capítulo sublime sobre a história da humanidade — O início do império babilônico — O que significa um reino universal — Descrição de Babilônia — A cidade celestial — A queda de Babilônia — A estratégia de Ciro — A festa ímpia de Belsazar — Cumprimento da profecia — Babilônia é reduzida a ruínas — O segundo reino, Medo-Pérsia — Os reis persas e a época de seu reinado — O último rei da Pérsia — Alexandre, o Grande — Seu caráter desprezível — O quarto reino — O testemunho de Gibbon — Influências que levaram Roma à ruína — Análise de uma falsa teoria — Significado dos dedos dos pés — Roma dividida — Nome das dez divisões — História posterior — O reino de Deus ainda é futuro — Sua natureza, localização e extensão.	
DANIEL 3 — A PROVA DE FOGO.....	65
A estátua de Nabucodonosor em oposição à de Deus — A devoção dos idólatras — Acusação dos judeus — A tolerância do rei — A fornalha de fogo — Suas consequências sobre os caldeus — A conduta dos três amigos — O livramento maravilhoso — Seu efeito sobre a mente do rei — A integridade é honrada.	

DANIEL 4 — O DECRETO DE NABUCODONOSOR.....73

O mais antigo decreto registrado — Confissão da humilhação — Um bom exemplo — A condição de Nabucodonosor — Deus lida com o rei — Os magos se humilham — Uma ilustração notável — Misericórdia no juízo — Um princípio importante de interpretação profética — Os anjos se interessam pelas questões humanas — O reconhecimento do rei — A hesitação de Daniel — Sua resposta delicada ao rei — Juízos condicionais — A lição não é ouvida — O golpe sobrevém — A restauração do rei — O fim ganho — A morte de Nabucodonosor — Síntese de sua experiência.

DANIEL 5 — A FESTA DE BELSAZAR.....81

A cena final da história de Babilônia — Celebração da conquista da Judeia — A profanação dos utensílios sagrados — Deus interfere na festança — A mão enigmática — Mudança de situação — Daniel é chamado — A lição para o rei — Interpretação do escrito — O cumprimento sobrevém — O célebre poema de Edwin Arnold.

DANIEL 6 — DANIEL NA COVA DOS LEÕES.....95

Data do reinado persa — O reinado de Ciro — Referência de Paulo à experiência de Daniel — Extensão do império persa — Uma conspiração diabólica — A retidão de Daniel: sua única falha — Falso testemunho dos conspiradores — Daniel permanece tranquilo — O decreto se mantém — A vítima é pega — O dilema do rei — Daniel é jogado na cova dos leões — Sua preservação milagrosa — O destino dos acusadores de Daniel — Daniel é duplamente vindicado — O decreto do rei.

DANIEL 7 — OS QUATRO ANIMAIS.....101

Conexão cronológica — Regra de interpretação das Escrituras — Significância dos símbolos — Os reinos idênticos aos de Daniel 2 — Por que a visão é repetida — Mudança na história babilônica — Deterioração dos governos terrenos — Explicação do símbolo do urso — Grécia, o terceiro reino — Rapidez de suas conquistas — O testemunho de Rollin — Significado das quatro cabeças do animal em forma de leopardo — O indefinível — Significado dos dez chifres — Um chifre pequeno entre os dez — A cena de julgamento — Um milênio temporal impossível — Natureza do chifre pequeno — Desenvolvimento gradual da igreja de Roma — Oposição dos arianos — Os três chifres arrancados — Milhões de mártires — Uma frágil defesa — O paganismo é vencido — Significado de um tempo, dois tempos e metade de um tempo — Data da supremacia papal — Data da deposição papal — Roma republicana — O declínio do poder do papado dentro do próprio domínio — Um juízo posterior — O concílio ecumênico — A Itália unificada de Vítor Emanuel — O fim do poder temporal do papa — Sua destruição iminente.

DANIEL 8 — VISÃO DO CARNEIRO, BODE E CHIFRE PEQUENO.....129

Mudança do aramaico para o hebraico — Data do reinado de Belsazar — Data desta visão — Onde ficava Susã? — Cumprimento de uma profecia de Isaías — O anjo explica os símbolos — Como o bode representa os gregos — Alexandre, o Grande — Batalha no rio Grânico — Batalha nos estreitos de Isso — A grande batalha de Gaugamela — Derrota do

império persa, 331 a.C. — A célebre resposta de Alexandre a Dario — O mundo não permite dois sóis, nem dois soberanos — Aumento do poder — A infame morte de Alexandre — Divisão do reino — O chifre romano — Como ele saiu de um dos chifres do bode — Antíoco Epifânio não é esse chifre — O poder de Roma simbolizado pelo chifre pequeno — O que é o “sacrifício diário” — Dois poderes desoladores são trazidos à tona — Quando a opressão dos santos terá fim — Os 2.300 dias não são explicados aqui — Explicação do santuário — O que é a purificação do santuário — O rei de feroz catadura — Como os romanos prosperaram — A explicação não terminou — O motivo para isso.

DANIEL 9 — AS SETENTA SEMANAS.....159

O pequeno intervalo entre as visões — A interpretação de Daniel da profecia de Jeremias — A maravilhosa oração de Daniel — Gabriel aparece mais uma vez — Explicação da visão do capítulo 8 — Conexão entre os capítulos 8 e 9 — Explicação do tempo — As setenta semanas — O significado de “determinadas” — Testemunho do Dr. Hales — Data das setenta semanas — O decreto de Ciro — O decreto de Dario — O decreto de Artaxerxes — O ano 457 antes de Cristo — Data do batismo de Cristo — Data da crucificação de Cristo — Invenção da era crista — Datas intermediárias — A harmonia se estabelece — A leitura genuína — O cânon de Ptolomeu — O fim das 2.300 tardes e manhãs.

DANIEL 10 — A ÚLTIMA VISÃO DE DANIEL.....181

Tempo das várias visões de Daniel — Como Ciro se tornou o único monarca — O propósito de Daniel em buscar a Deus — Jejum bíblico — Outra aparição do anjo Gabriel — O efeito sobre Daniel — A idade de Daniel nessa época — A resposta à oração nem sempre vem de imediato — Quem é Miguel — A solicitude de Daniel por seu povo — A relação de Cristo e Gabriel com o rei da Pérsia e o profeta Daniel.

DANIEL 11 — UMA PROFECIA LITERAL.....187

Sucessão dos reis na Pérsia — O rei rico — O maior exército que já se ajuntou no mundo — Significado de “Levantar-se” — Alexandre em eclipse — Divisão do reino entre seus quatro generais principais — Localização do reino do norte e do reino do sul — Macedônia e Trácia anexadas à Síria — Reino sírio mais forte que o reino do Egito — Divórcio e casamento de Antíoco Teos — A vingança de Laódice — Assassinato de Berenice e suas amas — Ptolomeu Evérgeta vinga a morte da irmã — A Síria é saqueada — 2.500 ídolos são levados para o Egito — Antíoco Magno vinga a causa do pai — É derrotado pelos egípcios — Ptolomeu é derrotado pelos próprios vícios — Outra campanha síria contra o Egito — Novas complicações — Roma entra em cena — Síria e Macedônia são forçadas a se retirar — Roma assume a tutela do rei do Egito — Derrota dos egípcios — Antíoco cai perante os romanos — A Síria se transforma em uma província romana — Pompeu conquista a Judeia — César no Egito — Cenas empolgantes — A estratégia de Cleópatra — César triunfante — Veni, Vidi, Vici — A morte de César — Augusto César — O triunvirato — A era augusta de Roma — O nascimento de nosso Senhor — Tibério, o mau — Data do batismo de Cristo — A aliança de Roma com os judeus — César e Antônio — A batalha de Áccio — Destruição final de Jerusalém — O que significa Quitim — A guerra dos vândalos — O “sacrifício diário” é tirado — O célebre decreto de Justiniano — Os góticos são

expulsos de Roma — O longo triunfo do papado — O rei ateu — A Revolução Francesa de 1793 — O bispo de Paris declara ser ateu — A França, como nação, se rebela contra o Autor do Universo — Anulação da aliança do casamento — Deus é chamado de fantasma e Cristo de impostor — A blasfêmia de um sacerdote do Iluminismo — Uma mulher dissoluta como a deusa da razão — Abolição dos títulos de nobreza — Confisco de suas propriedades — Divisão da terra para renda — Término do reino de terror — Tempo do fim, 1798 — Guerra tríplice entre Egito, França e Turquia — O sonho de Napoleão de obter glória oriental — Ele desloca a guerra da Inglaterra para o Egito — Sua ambição abrange todas as terras históricas do Oriente — Queda do papado — Embarque de Toulon — Tomada de Alexandria — Batalha das pirâmides — O combate se intensifica — Turquia, o rei do norte, declara guerra contra a França — A campanha de Napoleão na Terra Santa — Derrotado em Acre — Retira-se para o Egito — Chamado de volta à França — Egito em poder da Turquia — Notícias do leste e do norte — A Guerra da Crimeia em 1853 — O conflito foi predito pelo Dr. Clarke com base nesta profecia em 1825 — China: o enfermo do Oriente — A questão oriental; o que é? — O sonho acalentado da Rússia — O último desejo e testamento de Pedro, o Grande — Fatos surpreendentes da história russa — A profecia de Napoleão Bonaparte — A predição de Kossuth — A atitude hostil da Rússia em 1870 — A guerra russo-turca em 1877 — O congresso de Berlim — A Turquia entra em falência — O império inteiro fica em dívida com o czar — Diminuição drástica do território turco — A perplexidade dos estadistas — A questão oriental no futuro.

DANIEL 12 — CENAS FINAIS.....241

O reino de Cristo — O grande sinal de sua aproximação — Quais são os próximos eventos em ordem — O tempo de angústia — A ressurreição — A chave para o futuro — Alguns para a vida, outros para a vergonha — Recompensas prometidas do dia vindouro — Abertura do livro selado — O conhecimento aumenta de maneira maravilhosa — Progresso de mil anos em cinquenta — Os sábios entendem — Daniel permanece firme.

RESPOSTA DA HISTÓRIA PARA O APOCALIPSE

INTRODUÇÃO.....263

APOCALIPSE 1 — VISÃO DE ABERTURA.....265

Título e natureza do livro — Seu objetivo — O anjo de Cristo — Sua bênção — As igrejas da Ásia — Os sete espíritos — Príncipe dos reis da Terra — Vinda visível — A reação da igreja — A experiência de João — Causa do exílio — No Espírito — O dia do Senhor — Alfa e Ômega — A revelação a ser compreendida.

APOCALIPSE 2 — AS SETE IGREJAS.....281

A igreja de Éfeso — Definição — Motivo da queixa — Os nicolaítas — A promessa ao vencedor — A árvore da vida — A igreja de Esmirna — Dez dias de tribulação — A recom-

pensa do vencedor — A igreja de Pérgamo — O trono de Satanás — Antipas — Motivo de censura — A promessa — O novo nome — Tiatira — A mulher Jezabel.

APOCALIPSE 3 — AS SETE IGREJAS (CONTINUAÇÃO).....293

Definição de Sardes — Vestes brancas — O livro da vida — Definição de Filadélfia — A chave de Davi — Significado de Laodiceia — Nem quente, nem fria — O conselho — A promessa final.

APOCALIPSE 4 — UMA NOVA VISÃO: O SANTUÁRIO CELESTIAL.....307

Vinte e quadro anciãos — Sete tochas do fogo — O mar de vidro — A feliz inquietação.

APOCALIPSE 5 — O SANTUÁRIO CELESTIAL (CONTINUAÇÃO).....313

O livro — O desafio dos anjos — Cristo prevalece — A expectativa — O Universo purificado.

APOCALIPSE 6 — OS SETE SELOS.....321

Explicação dos símbolos — Almas sob o altar — O grande terremoto de Lisboa — Escurecimento do sol e da lua — Queda das estrelas — Resposta a uma objeção — A grande reunião de oração.

APOCALIPSE 7 — O SELAMENTO.....345

Explicação dos símbolos — O selo de Deus — Os 144.000 — O verdadeiro Israel — A nova Jerusalém, uma cidade cristã — Fora da grande tribulação.

APOCALIPSE 8 — AS SETE TROMBETAS.....357

Encorajamento aos cristãos — Complemento da profecia de Daniel — Testemunho dos historiadores tradicionais — Roma dividida — Extinção do império ocidental — Alarico, Genserico, Átila e Teodorico.

APOCALIPSE 9 — AS SETE TROMBETAS (CONTINUAÇÃO).....371

Roma e Pérsia — A derrota de Cosroes — A ascensão do islamismo — O poço do abismo — Cinco meses de tormento — Uma data marcada — Rendição aos turcos — Tomada de Constantinopla — Predição do uso de armas de fogo — Fim da supremacia otomana — Cumprimento de uma profecia notável.

APOCALIPSE 10 — A PROCLAMAÇÃO DO ADVENTO.....387

Abertura do livro — O tempo do fim — Fim dos períodos proféticos — O soar da sétima trombeta — O doce e o amargo.

APOCALIPSE 11 — AS DUAS TESTEMUNHAS.....395

Uma mensagem importante — A Revolução Francesa de 1793 — Sodoma espiritual — Esmague o miserável! — A Bíblia triunfante — A ira das nações — O templo de Deus no Céu se abre.

APOCALIPSE 12 — A IGREJA EVANGÉLICA	405
Um cenário maravilhoso no Céu — Data definida — Satanás é derrotado — A aflição da igreja — A alegria iminente.	
APOCALIPSE 13 — PODERES PERSEGUIDORES SUPOSTAMENTE CRISTÃOS	417
Uma mudança de símbolos — O papado — Comparação com o chifre pequeno de Daniel 7 — Ferida mortal — Como ela foi curada — Outra besta — Os Estados Unidos na profecia — Crescimento extraordinário do nosso país — “Um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar” — A crise vindoura — O caminho da segurança — O princípio do fim — O número de seu nome.	
APOCALIPSE 14 — AS TRÊS MENSAGENS ANGÉLICAS	461
Um clímax glorioso — Os 144 mil — A proclamação do advento — Uma queda moral — A mais grave denúncia da ira em toda a Bíblia — Os mandamentos de Deus — Uma bênção sobre os mortos — A maldade é tragada.	
APOCALIPSE 15 — AS SETE ÚLTIMAS PRAGAS	501
Preparo para as pragas — Uma cena impressionante — Os justos juízos de Deus — A misericórdia se retira da Terra — O mar de vidro — A vitória gloriosa — Proteção para os justos.	
APOCALIPSE 16 — O DERRAMAMENTO DAS PRAGAS	503
As pragas do Egito — Morte no mar — Fontes de sangue — Um sol escaldante — Trevas egípcias — Decadência da Turquia — A questão oriental — Espíritos de demônios — A batalha do Armagedom — Contaminação do ar — Julgamento de Babilônia — Consequências terríveis da grande saraiva — Fim da cena.	
APOCALIPSE 17 — BABILÔNIA, A MÃE	517
Igreja e Estado — Diferentes formas de governo romano — A oitava cabeça — Enfraquecimento do poder papal — Águas simbólicas.	
APOCALIPSE 18 — BABILÔNIA, AS FILHAS	521
Papado depois da Reforma — Sua influência ainda é sentida — Cristandade apostatada — Separação entre os bons e os maus — Juízos extraordinários — Crédito a quem não merece.	
APOCALIPSE 19 — O TRIUNFO DOS SANTOS	535
As bodas do Cordeiro — A noiva, a esposa do Cordeiro — A ceia das bodas — Os céus se abrem — Um contraste marcante — A besta é tirada — O lago de fogo.	
APOCALIPSE 20 — A PRIMEIRA E A SEGUNDA RESSURREIÇÕES	541
O poço do abismo — Satanás fica preso — Exaltação dos santos — A segunda ressurreição — O segundo lago de fogo — Execução da sentença.	

APOCALIPSE 21 — A NOVA JERUSALÉM.....	553
Novo céu e a nova Terra — A cidade santa — Dimensões extraordinárias — Pedras preciosas — Fundamentos preciosos — Sem necessidade de sol.	
APOCALIPSE 22 — A ÁRVORE E O RIO DA VIDA.....	563
O lar da paz — A árvore da vida — As emoções de João — Sem a cidade — O gracioso convite — “Pelas portas” — A promessa do Senhor — A resposta da igreja — Deus: tudo em todos.	

Apêndice

APÊNDICE 1 — Semelhança entre nossa época e o período da Revolução Francesa.....	575
APÊNDICE 2 — Os “sete tempos” de Levítico 26:18 (KJV).....	583
APÊNDICE 3 — As dez divisões de Roma.....	585
APÊNDICE 4 — Sínteses biográficas.....	587

LISTA DE ABREVIATURAS



ARA	Almeida Revista e Atualizada
ARC	Almeida Revista e Corrigida
ACF	Almeida Corrigida Fiel
KJV	King James Version
NTLH	Nova Tradução na Linguagem de Hoje
NVI	Nova Versão Internacional
NIV	New International Version
cf.	Conferir, comparar

PREFÁCIO



A partir de Enoque, o sétimo depois de Adão e contemporâneo deste por 308 anos, a voz da profecia começou a ser ouvida por meio dos lábios humanos. A esse respeito, o apóstolo Judas declara: “Quanto a estes foi que também profetizou Enoque, o sétimo depois de Adão, dizendo: Eis que veio o Senhor entre Suas santas miríades, para exercer juízo contra todos e para fazer convictos todos os ímpios, acerca de todas as obras ímpias que impiamente praticaram e acerca de todas as palavras insolentes que ímpios pecadores proferiram contra Ele” (Jd 14-15). Essa sublime e mais antiga das profecias se estende até o fim dos tempos. E ao longo das eras intermediárias, outras profecias abrangeram todos os eventos mais importantes do grande drama da história.

O cumprimento desses grandes eventos foi tão somente a resposta da história àquilo que as profecias já haviam declarado. Portanto, em meio às evidências tão presentes da limitação da visão humana e das recorrentes falhas dos planos humanos, uma voz sempre se ergueu da Terra aos Céus: “A palavra do Senhor [...] permanece eternamente” (1 Pd 1:25).

É com o propósito de chamar atenção para essas importantes lições profético-históricas, caso nos seja permitido cunhar uma palavra, que esta obra foi escrita. Os livros de Daniel e Apocalipse foram escolhidos com esse fim, pois, em alguns aspectos, suas profecias são mais diretas do que as encontradas em outras partes da página profética e o cumprimento delas, mais extraordinário. Nosso objetivo é triplo: 1) adquirir entendimento do maravilhoso testemunho dos livros em si; 2) familiarizar-nos com alguns dos acontecimentos mais interessantes e importantes na história das nações civilizadas e assinalar como as profecias se cumpriram com precisão nesses eventos, algumas delas dependentes de desdobramentos do futuro então distante e de condições extremamente minuciosas e complicadas; e 3) extrair lições importantes dessas coisas relativas aos deveres cristãos práticos, as quais não foram entregues apenas a eras passadas, mas para o aprendizado e admoestação do mundo atual.

Os livros de Daniel e Apocalipse complementam um ao outro. Posicionam-se naturalmente lado a lado e devem ser estudados juntos.

Temos consciência de que qualquer tentativa de explicar tais livros e fazer uma aplicação de suas profecias costuma ser considerada uma tarefa fútil e fanática, que, às vezes, é recebida até mesmo com hostilidade aberta. É uma pena que qualquer porção da obra que todos os cristãos creem ser o livro por meio do qual Deus escolheu *revelar* Sua vontade à raça humana seja vista dessa maneira. Mas chamamos a atenção do leitor, no próximo parágrafo, para um grande fato que acreditamos prover tanto uma explicação quanto o antídoto para essa condição atual.

Há dois sistemas gerais de interpretação adotados por diferentes expositores no esforço de explicar as sagradas Escrituras. O primeiro é o sistema místico ou espiritualizante, criado por

Orígenes, para a vergonha da crítica idônea e a maldição da cristandade; o segundo é o sistema de interpretação literal, usado por homens como Tyndale, Lutero e todos os reformadores, provendo a base para cada passo de avanço que foi dado até aqui na reforma do erro para a verdade ensinada nas Escrituras. De acordo com o primeiro sistema, supõe-se que toda declaração possui um sentido místico ou oculto, o qual o intérprete teria a tarefa de trazer à tona. De acordo com o segundo, toda declaração deve ser entendida em seu sentido mais óbvio e literal, exceto quando o contexto e as conhecidas leis linguísticas mostram que os termos são figurados, em vez de literais; e tudo aquilo que é figurado deve ser explicado por partes literais da Bíblia.

Pelo método místico de Orígenes, é inútil ter a expectativa de qualquer compreensão uniforme tanto de Daniel quanto de Apocalipse, ou de qualquer outro livro da Bíblia; pois tal sistema — se é que pode ser chamado assim — não conhece leis além da imaginação sem limites de seus adeptos. Logo, ele tem a seu lado tantas interpretações distintas das Escrituras quantas forem as diferentes fantasias de diferentes autores. Pelo método literal, tudo está sujeito a uma lei bem estabelecida e definida com clareza. Levando em conta esse ponto de vista, o leitor se surpreenderá com o quanto diversos trechos das Escrituras se tornam ao mesmo tempo simples, fáceis e claros, os quais, seguindo-se qualquer outro sistema, seriam enigmáticos e insolúveis. Admite-se que a Bíblia usa muitas imagens e que boa parte dos livros aqui analisados, sobretudo o de Apocalipse, se encontra revestida de linguagem simbólica. Por outro lado, também defendemos que as Escrituras não apresentam nenhuma imagem para a qual não forneça linguagem literal de explicação. Esta obra oferece uma exposição consistente dos livros de Daniel e Apocalipse de acordo com o sistema literal.

O estudo das profecias não deve, de modo algum, ser negligenciado; pois são os trechos proféticos da Palavra de Deus que a transformam, de maneira especial, em lâmpada para nossos pés e em luz para nosso caminho. Esse é o testemunho inequívoco de Davi e de Pedro (Sl 119:105; 2Pd 1:19).

Nenhum estudo mais sublime é capaz de ocupar a mente do que o estudo dos livros nos quais Aquele que vê o fim desde o princípio, olhando para a frente ao longo de todas as eras, por meio de Seus profetas inspirados, nos deixou uma descrição dos acontecimentos vindouros, para o benefício daqueles cujo destino seria vivê-los.

O aumento do conhecimento acerca das partes proféticas da Palavra de Deus seria uma das características dos últimos dias. O anjo disse a Daniel: “Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadrinharão, e o saber se multiplicará” (Dn 12:4); ou, conforme a versão de Michaelis: “Quando muitos dedicarem *atenção diligente* à compreensão *destas coisas*, o conhecimento se multiplicará”. Recaiu sobre nós viver nessa parte do tempo em que ocorreriam os eventos preditos pelas palavras do livro que o anjo instruiu Daniel a encerrar e selar. Tal restrição hoje expirou pelo fato de já ter chegado o tempo do fim. Usando as palavras da figura de linguagem, o selo foi removido, muitos estão esquadrinhando e o conhecimento aumentou de maneira extraordinária em todos os campos da ciência; no entanto, é evidente que essa profecia contempla, de maneira especial, o aumento do conhecimento acerca das profecias

com o objetivo de nos lançar luz a respeito da era na qual vivemos, o fim desta dispensação e a iminente transferência de todos os governos terrenos para o grande Rei da Justiça, que destruirá Seus inimigos e coroará, com infinita recompensa, cada um de Seus amigos. O cumprimento da profecia na área do aumento desse tipo de conhecimento é um dos prazerosos sinais da presente era. Há mais de meio século, vem aumentando a luz sobre a palavra profética, a qual tem brilhado com resplendor sempre crescente até nossos dias.

Em nenhuma porção da Palavra de Deus, esse fenômeno é mais evidente do que nos livros de Daniel e Apocalipse; e podemos nos alegrar por isso, pois nenhuma outra parte da Bíblia aborda de maneira tão extensa as profecias pertinentes às cenas finais da história deste mundo. Nenhum outro livro contém tantos elos de profecia que se estendem até o fim. Em nenhum outro livro se encontra delineada de forma tão completa e detalhada a grandiosa sequência de acontecimentos que nos conduz até o fim do tempo da graça e nos introduz às realidades da condição eterna. Nenhum outro livro explica tão plenamente, de maneira ampla e abrangente, todas as verdades que dizem respeito à última geração de habitantes da Terra, nem explana tão bem todos os aspectos temporais, morais e políticos que porão um fim aos triunfos das misérias e da maldade terrenas, a fim de que o reino eterno de justiça tenha início. Temos o prazer de chamar atenção especial para essas características dos livros de Daniel e Apocalipse, que até o presente têm sido, de modo geral, ou negligenciadas ou mal interpretadas.

Não parece haver nenhuma outra profecia que deixe menos espaço para desculpa de incompreensão quanto a de Daniel, sobretudo no que se refere a suas principais características. Nela se encontram poucas imagens extremamente figuradas, todos os símbolos introduzidos são explicados e os acontecimentos são confinados dentro de períodos proféticos rígidos. Ela aponta para o primeiro advento do Messias de forma tão clara e inconfundível que provoca o ódio dos judeus contra qualquer tentativa de explicá-la. Além disso, apresenta com incrível precisão tantas eras futuras, delineando os grandes acontecimentos da história mundial, que os infiéis permanecem confusos e emudecidos diante de seu relato inspirado.

E nenhum esforço para se chegar à correta compreensão do livro de Apocalipse necessita vir acompanhado de um pedido de desculpas, pois o próprio Senhor da profecia proferiu uma bênção sobre “aqueles que leem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas, pois o tempo está próximo” (Ap 1:3). É com o propósito honesto de ajudar, de alguma maneira, a alcançar essa compreensão, a qual, segundo as palavras supracitadas não só é um objetivo possível, como também louvável, que procuramos empreender uma exposição desse livro seguindo a regra literal de interpretação.

Com empolgante interesse, contemplamos as nações atuais reunindo forças e se dirigindo justamente rumo aos movimentos descritos pelo vidente real na corte da Babilônia 2.500 anos atrás, e por João na ilha de Patmos há 1.800 anos. E tais movimentos — ouçam, filhos dos homens — são as últimas revoluções políticas a serem realizadas antes que esta Terra mergulhe no tempo

final de angústia e antes que Miguel, o grande Príncipe, Se levante e coroe com livramento pleno e definitivo Seu povo, ou seja, todos aqueles cujo nome se encontra escrito no livro (Da 12:1-2).

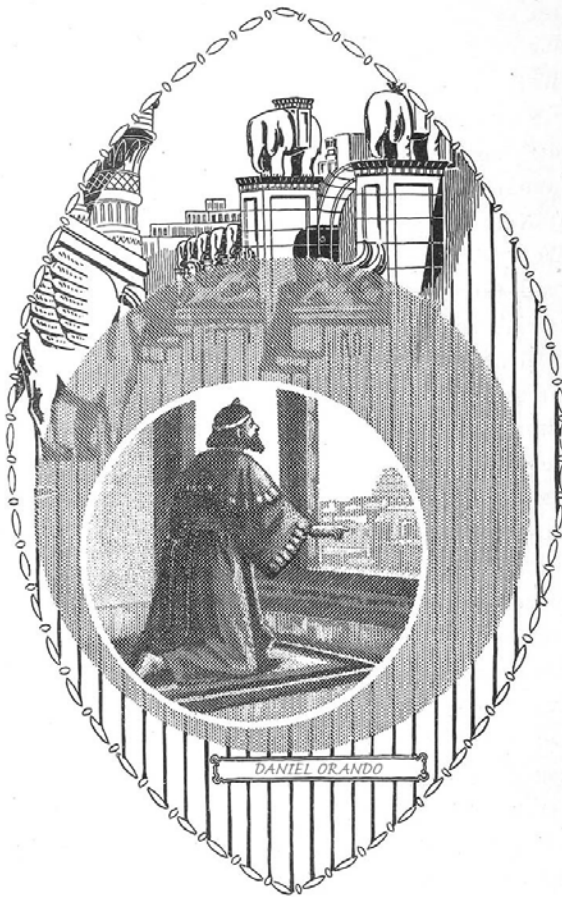
Será assim mesmo? Nosso Salvador diz: “Buscai e achareis; batei, e abrir-se-vos-á”. Deus não ocultou tanto Sua verdade a ponto de fazê-la escapar daquele que a busca com humildade.

Orando para que o mesmo Espírito que inspirou as partes das Escrituras que formam a base para este livro, e cuja ajuda o autor pediu em seus esforços expositivos, repouse em abundância sobre o leitor em suas investigações, segundo a promessa do Salvador em João 16:7, 13, 15, esta obra se destina à atenção franca e cuidadosa de todos aqueles que se interessam por temas proféticos.

Uriah Smith

Battle Creek, Michigan, janeiro de 1897.

**RESPOSTA DA HISTÓRIA PARA
A PROFECIA DE DANIEL**



INTRODUÇÃO



Não há motivo para duvidar de que foi Daniel quem escreveu o livro que leva o seu nome. Ezequiel, que foi contemporâneo de Daniel, dá testemunho, por meio do espírito de profecia, de sua piedade e retidão, mencionando-o, a esse respeito, juntamente com Noé e Jó:

“Ou se Eu enviar a peste sobre essa terra e derramar o Meu furor sobre ela com sangue, para eliminar dela homens e animais, tão certo como Eu vivo, diz o SENHOR Deus, ainda que Noé, Daniel e Jó estivessem no meio dela, não salvariam nem a seu filho nem a sua filha; pela sua justiça salvariam apenas a sua própria vida” (Ez 14:19-20).

Sua sabedoria também, até mesmo em sua época, havia se tornado notória, conforme o mesmo escritor deixa transparecer. Ele foi orientado pelo Senhor a dizer ao príncipe de Tiro: “Sim, és mais sábio que Daniel, não há segredo algum que se possa esconder de ti” (Ez 28:3). Mas, acima de tudo, nosso Senhor o reconheceu como profeta de Deus e instruiu Seus discípulos a compreender as predições feitas por intermédio dele para o benefício da igreja:

“Quando, pois, virdes o abominável da desolação de que falou o profeta Daniel, no lugar santo (quem lê entenda), então, os que estiverem na Judeia fujam para os montes” (Mt 24:15-16).

Embora tenhamos um relato mais detalhado de sua infância e juventude do que o registro de qualquer outro profeta, seu nascimento e ascendência permanecem em completa obscuridade. Sabemos apenas que pertencia à linhagem real, provavelmente da casa de Davi, que, em sua época, havia se tornado bastante numerosa. Sua primeira aparição é como um dos nobres cativos de Judá, no primeiro ano de Nabucodonosor, rei de Babilônia, no início dos setenta anos de cativeiro, em 606 a.C. Jeremias e Habacuque ainda proferiam suas profecias. Ezequiel começou logo depois e, um pouco mais tarde, Obadias; mas ambos terminaram sua obra muitos anos antes do fim da carreira longa e brilhante de Daniel. Somente três profetas o sucederam: Ageu e Zacarias, os quais exerceram o ofício profético por um breve período contemporâneo, de 520 a 518 a.C., e Malaquias, o último profeta do Antigo Testamento, que pregou por uma pequena temporada por volta de 397 a.C.

Durante os setenta anos de cativeiro dos judeus, 606—536 a.C., preditos por Jeremias (Jr 25:11), Daniel residiu na corte de Babilônia, na maior parte do tempo como primeiro-ministro dessa brilhante monarquia. Sua vida nos oferece uma lição impressionante da importância e vantagem de manter, desde a juventude, a mais estrita integridade para com Deus e nos fornece um exemplo notável de um homem que conservou a mais eminente espiritualidade e cumpriu com fidelidade todos os deveres referentes ao serviço de Deus, ao mesmo tempo em que se engajou

nas mais agitadas atividades, carregando as mais pesadas preocupações e responsabilidades que podem recair sobre os seres humanos nesta vida terrena.

Que repreensão é sua conduta para muitos que, na atualidade, não compartilham nem de um centésimo das preocupações de Daniel absorvendo seu tempo e atenção, mas, mesmo assim, as usam como desculpa para a mais completa negligência dos deveres cristãos, dizendo que não têm tempo para eles. O que o Deus de Daniel dirá a tais pessoas, quando vier recompensar Seus servos com imparcialidade, de acordo com o uso das oportunidades que lhes foram oferecidas, seja aperfeiçoando-as ou as ignorando?

Contudo, não é só por sua ligação com a monarquia caldeia, a glória dos reinos, nem principalmente por esse motivo, que a memória de Daniel foi perpetuada, cobrindo seu nome de honras. Do alto de sua glória, ele viu o declínio desse império e sua passagem para outras mãos. Seu período de maior prosperidade se conteve dentro dos limites da vida de um homem. Quão breve sua supremacia e quão passageira sua glória! Mas Daniel foi agraciado com honras mais duradouras. Embora amado e elevado por príncipes e potentados de Babilônia, ele desfrutou uma exaltação infinitamente superior, ao ser amado e honrado por Deus e Seus santos anjos e lhe ser franqueado o conhecimento dos conselhos do Altíssimo.

Em muitos aspectos, sua profecia é a mais notável de todo o relato sagrado. É a mais abrangente. Foi a primeira a apresentar a história consecutiva do mundo desde sua época até o fim. Enquadrou a maior parte de suas predições em períodos proféticos bem definidos, embora se estendessem por muitos séculos futuros. Foi a primeira profecia cronológica definida da vinda do Messias. Marcou a época desse evento com tamanha precisão que os judeus proibem qualquer tentativa de interpretar seus números, uma vez que ela mostra que eles não têm desculpa ao rejeitarem a Cristo; e suas predições literais e minuciosas se cumpriram de forma tão exata até a época de Porfírio, 250 d.C., que este declarou (por meio da única brecha que conseguiu imaginar em seu forte ceticismo) que as predições não haviam sido escritas na época de Babilônia, mas depois que os acontecimentos já haviam ocorrido. Todavia, esse argumento não está mais disponível, pois cada século que se passou trouxe evidências adicionais da veracidade da profecia, e agora mesmo nos aproximamos do clímax de seu cumprimento.

A história pessoal de Daniel se estende até alguns anos depois da destruição do reino babilônico pelos medos e persas. Supõe-se que ele morreu em Susã, ou Susa, na Pérsia, por volta do ano 530 a.C., com quase 94 anos de idade. É provável que sua idade o tenha impedido de retornar para a Judeia com os outros cativos hebreus, após o edito de Ciro (Ed 1:1), em 536 a.C., ano que marcou o fim dos setenta anos de cativeiro.

DANIEL 1 — DANIEL NO CATIVEIRO



VERSÍCULO 1. No ano terceiro do reinado de Jeoaquim, rei de Judá, veio Nabucodonosor, rei da Babilônia, a Jerusalém e a sitiou. **2.** O Senhor lhe entregou nas mãos a Jeoaquim, rei de Judá, e alguns dos utensílios da Casa de Deus; a estes, levou-os para a terra de Sinar, para a casa do seu deus, e os pôs na casa do tesouro do seu deus.

Com a característica direta dos escritores bíblicos, Daniel vai direto ao assunto. Ele inicia seu livro em estilo histórico simples. Com exceção de uma parte do capítulo 2, continua em teor histórico até chegarmos ao sétimo capítulo, quando começa a parte profética, em seu sentido mais estrito. Consciente de estar proferindo uma verdade conhecida, ele passa, logo em seguida, a citar uma série de detalhes a fim de confirmar imediatamente sua exatidão. Assim, nos dois versículos citados, ele menciona cinco especificidades que constituem fatos históricos, algo que nenhum autor faria caso estivesse introduzindo uma narrativa fictícia: 1) que Jeoaquim era rei de Judá; 2) que Nabucodonosor era rei de Babilônia; 3) que o último se levantou contra o primeiro; 4) que isso aconteceu no terceiro ano do reinado de Jeoaquim; e 5) que Jeoaquim foi entregue nas mãos de Nabucodonosor, o qual pegou parte dos utensílios sagrados da casa de Deus e os levou para a terra de Sinar, no país de Babilônia (Gn 10:10), colocando-os dentro da casa do tesouro de sua divindade pagã. Trechos subsequentes da narrativa trazem numerosos fatos históricos de natureza semelhante.

Essa queda de Jerusalém foi predita por Jeremias e imediatamente se cumpriu, em 606 a.C. (Jr 25:8-11). Jeremias afirma que o cativeiro ocorreu no quarto ano de Jeoaquim, e Daniel, no terceiro. Essa aparente discrepância é explicada pelo fato de Nabucodonosor ter saído em sua expedição perto do final do terceiro ano de Jeoaquim, momento em que começa a contagem de Daniel. Mas ele só conseguiu conquistar Jerusalém em torno do nono mês do ano seguinte, quando Jeremias começa sua contagem (Prideaux, vol. 1, p. 99-100.) Jeoaquim foi preso com o propósito de ser levado para Babilônia, mas se humilhou e recebeu permissão de continuar a governar Jerusalém, como vassalo do rei de Babilônia.

Essa foi a primeira vez que Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor. Duas vezes depois disso, a cidade se revoltou, foi capturada pelo mesmo rei, recebendo um tratamento mais severo a cada ocasião subsequente. Dessas conquistas posteriores, a primeira ocorreu durante o reinado de Joaquim, filho de Jeoaquim, em 599 a.C., quando todos os utensílios sagrados foram transportados ou destruídos; os melhores habitantes, juntamente com o rei, foram levados para o cativeiro. A segunda ocorreu durante o governo de Zedequias. Nela, a cidade suportou o maior cerco que já lhe sobreveio, com exceção do de Tito, em 70 d.C. Ao longo dos dois anos de cerco, os habitantes da cidade sofreram todos os horrores da fome extrema. Por fim, a guarda real e

o monarca, na tentativa de fugir da cidade, foram capturados pelos caldeus. Os filhos do rei foram executados na sua frente. Seus olhos foram arrancados e ele foi levado para Babilônia, cumprindo-se assim a predição de Ezequiel, o qual declarou que o soberano seria transportado para Babilônia e morreria ali, mas não veria o lugar (Ez 12:13). Dessa vez, a cidade e o templo foram completamente destruídos e toda a população da cidade e do campo, com exceção de uns poucos agricultores, foi levada cativa para Babilônia em 588 a.C.

Esse foi o testemunho de Deus contra o pecado. Não que os caldeus fossem os favoritos do Céu, mas o Senhor os usou para castigar as iniquidades de Seu povo. Caso os israelitas houvessem continuado fiéis a Deus e guardado o sábado, Jerusalém teria permanecido para sempre (Jr 17:24-27). Mas se afastaram de Deus e Ele os abandonou. Eles primeiramente profanaram os utensílios sagrados pelo pecado, ao introduzir ídolos pagãos em seu meio; depois Ele os profanou por intermédio de juízos, permitindo que fossem levados como troféus para templos pagãos em terras estrangeiras.

Durante esses dias de tribulação e angústia em Jerusalém, Daniel e seus amigos foram mantidos e instruídos no palácio do rei de Babilônia. Embora fossem cativos em uma terra estrangeira, em alguns aspectos, sem dúvida, encontravam-se em situação mais favorável do que se estivessem em sua terra natal.

VERSÍCULO 3. Disse o rei a Aspenaz, chefe dos seus eunucos, que trouxesse alguns dos filhos de Israel, tanto da linhagem real como dos nobres, 4. jovens sem nenhum defeito, de boa aparência, instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, versados no conhecimento e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei e lhes ensinasse a cultura e a língua dos caldeus. 5. Determinou-lhes o rei a ração diária, das finas iguarias da mesa real e do vinho que ele bebia, e que assim fossem mantidos por três anos, ao cabo dos quais assistiriam diante do rei.

Temos, nesses versículos, o registro do provável cumprimento do anúncio dos juízos vindouros feito pelo profeta Isaías ao rei Ezequias, mais de 100 anos antes. Quando esse rei, em sua vanglória, mostrou aos mensageiros do rei de Babilônia todos os tesouros e objetos sagrados do palácio e do reino, foi advertido de que todos esses bens seriam levados como troféus para a cidade de Babilônia e nada restaria; até mesmo seus filhos, seus descendentes, seriam levados para se tornar eunucos no palácio do rei daquele lugar (2Rs 20:14-18). É provável que Daniel e seus amigos tenham recebido o tratamento indicado na profecia; pelo menos nada ouvimos acerca de sua posteridade, o que é mais bem explicado por meio dessa hipótese do que de qualquer outra, muito embora alguns argumentem que o termo eunuco passara a significar cargo público, em vez de uma condição.

O relato nos informa que os jovens escolhidos já eram instruídos em toda sabedoria, doutos em ciência e versados no conhecimento, com capacidade para servir dentro do palácio do rei. Em outras palavras, eles já haviam adquirido um alto grau de educação. Suas faculdades físicas e mentais se encontravam tão bem desenvolvidas que um habilidoso intérprete da natureza

humana era capaz de formar uma estimativa bem precisa de suas capacidades. Eles deviam ter entre 18 e 20 anos de idade.

O tratamento que esses cativos hebreus receberam dá exemplo da política sábia e da liberalidade do rei em ascensão, Nabucodonosor.

1. Em vez de escolher, assim como muitos reis de eras posteriores, meios para a gratificação de desejos baixos e vis, ele selecionou jovens para serem educados em todas as questões referentes ao reino, a fim de poder contar com auxílio eficiente na administração do império.

2. Destinou-lhes uma provisão diária proveniente das iguarias da mesa real e do próprio vinho que ele bebia. Em vez da alimentação inferior que alguns poderiam ter considerado boa o bastante para cativos, ofereceu-lhes os finos pratos reais.

Ao longo de três anos, eles desfrutaram todas as vantagens que o rei proporcionou. Embora cativos, eles eram jovens da realeza e foram tratados como tais pelo benevolente rei dos caldeus.

É possível se perguntar por que esses indivíduos eram escolhidos, após adequado preparo, para fazer parte do serviço do reino. Não havia babilônios nativos o bastante para preencher essas posições de confiança e honra? Só pode ser porque a juventude caldeia não podia competir com a de Israel em suas qualificações, tanto na esfera mental quanto física, necessárias para ocupar tais funções.

VERSÍCULO 6. Entre eles, se achavam, dos filhos de Judá, Daniel, Hananias, Misael e Azarias. 7. O chefe dos eunucos lhes pôs outros nomes, a saber: a Daniel, o de Beltessazar; a Hananias, o de Sadraque; a Misael, o de Mesaque; e a Azarias, o de Abede-Nego.

Essa mudança de nomes provavelmente foi feita por causa do significado que possuíam. Daniel significava, no hebraico, Deus é meu juiz; Ananias, dom do Senhor; Misael, aquele que é Deus forte; e Azarias, auxílio do Senhor. Cada um desses nomes fazia alguma referência ao Deus verdadeiro e se relacionava com Sua adoração. Por essa razão, foram mudados para nomes cujos significados tivessem relação semelhante com as divindades pagãs e com a adoração dos caldeus. Assim, Beltessazar, o nome dado a Daniel, significava guardador dos tesouros escondidos de Bel; Sadraque, inspiração do sol (que os caldeus adoravam); Mesaque, da deusa Shaca (nome usado para a adoração de Vênus); e Abede-Nego, servo do fogo brilhante (que eles também adoravam).

VERSÍCULO 8. Resolveu Daniel, firmemente, não contaminar-se com as finas iguarias do rei, nem com o vinho que ele bebia; então, pediu ao chefe dos eunucos que lhe permitisse não contaminar-se. 9. Ora, Deus concedeu a Daniel misericórdia e compreensão da parte do chefe dos eunucos. 10. Disse o chefe dos eunucos a Daniel: Tenho medo do meu senhor, o rei, que determinou a vossa comida e a vossa bebida; por que, pois, veria ele o vosso rosto mais abatido do que o dos outros jovens da vossa idade? Assim, poríeis em perigo a minha cabeça para com o rei. 11. Então, disse Daniel ao cozinheiro-chefe, a quem o chefe dos eunucos havia encarregado de cuidar de Daniel, Hananias, Misael e Azarias: 12. Experimenta, peço-te, os

teus servos dez dias; e que se nos deem legumes a comer e água a beber. 13. Então, se veja diante de ti a nossa aparência e a dos jovens que comem das finas iguarias do rei; e, segundo vires, age com os teus servos. 14. Ele atendeu e os experimentou dez dias. 15. No fim dos dez dias, a sua aparência era melhor; estavam eles mais robustos do que todos os jovens que comiam das finas iguarias do rei. 16. Com isto, o cozinheiro-chefe tirou deles as finas iguarias e o vinho que deviam beber e lhes dava legumes.

Nabucodonosor parece, nesse relato, extraordinariamente livre de fanatismo. Tudo indica que ele não fazia nenhuma força para obrigar seus cativos reais a mudar de religião. Contanto que eles tivessem alguma religião, parecia satisfeito, fosse a mesma que ele professava ou não. E embora seus nomes tenham sido alterados para significar alguma conexão com a adoração pagã, isso pode ter sido feito meramente para evitar o uso de nomes judaicos pelos caldeus do que para indicar qualquer mudança de sentimento ou prática da parte daqueles a quem os nomes foram dados.

Daniel resolveu não se contaminar com as iguarias e o vinho do rei. O jovem hebreu tinha outros motivos para essa conduta além das consequências de tal alimentação sobre o sistema físico, embora fosse extrair grande vantagem nesse aspecto pelo curso de ação que se propôs a adotar. Entretanto, com frequência, a carne consumida por reis e príncipes das nações pagãs, que costumavam ser os sumos sacerdotes da religião, era primeiro oferecida em sacrifício a ídolos, e o vinho que bebiam era derramado como libação perante os deuses. Além disso, parte da carne que comiam era considerada impura pela lei judaica. Por essas duas razões, Daniel não poderia se alimentar desses itens, se quisesse ser coerente com sua religião. Por isso, solicitou, não com uma disposição mal-humorada, nem irritadiça, mas por escrúpulos de sua consciência, que não fosse obrigado a se contaminar. E respeitosamente comunicou esse pedido ao oficial responsável. O chefe dos eunucos temeu atender o pedido de Daniel, uma vez que o próprio rei havia escolhido a alimentação que os jovens cativos comeriam. Isso revela o grande interesse pessoal do rei nesses indivíduos. Ele não os confiou às mãos de seus servos, instruindo-os a cuidar deles da melhor maneira, sem se envolver com os detalhes, mas ele próprio designou a dieta e o vinho que consumiriam. E eram de um tipo que ele honestamente supunha ser o melhor, uma vez que o príncipe dos eunucos achava que o afastamento da alimentação proposta os tornaria mais fraco e com o rosto mais abatido do que os outros que seguissem a dieta oferecida. Então cairia sobre ele a responsabilidade pela negligência ou tratamento inadequado daqueles jovens e o oficial poderia perder a cabeça. Mas também entendia muito bem que, se eles se mantivessem em boas condições físicas, o rei não se oporia aos meios utilizados, mesmo que fossem contrários a suas ordens expressas. Parece que o objetivo sincero do soberano era lhes assegurar, por qualquer metodologia que fosse utilizada, que tivessem o melhor desenvolvimento mental e físico que pudesse ser alcançado. Quanta diferença da intolerância e da tirania que, em geral, exercem controle supremo sobre o coração daqueles que se encontram revestidos de poder absoluto. No caráter de Nabucodonosor, encontramos muitas coisas dignas de nossa mais elevada admiração.

Daniel solicitou legumes e água para ele e os três amigos. A palavra legumes se refere a alimentos como ervilha e feijões, etc. Bagster comenta o seguinte acerca do termo original usado para legumes: “Zeroim denota todas as plantas leguminosas, que não são ceifadas, mas puxadas ou arrancadas, as quais, embora saudáveis, não eram naturalmente feitas para lhes tornar mais robustos do que os outros”.

Se os dez dias de teste dessa dieta apresentassem um resultado favorável, teriam permissão para continuar com ela ao longo de todo o período de treinamento para o serviço do palácio. A melhora em aparência e o aumento da força que ocorreram durante esses dez dias dificilmente poderia ser atribuída ao resultado natural da alimentação, pois ela não produziria efeitos tão marcantes dentro de um período tão curto. É muito mais natural concluir que os resultados foram produzidos por intervenção especial do Senhor, como sinal de Sua aprovação com relação ao caminho que eles escolheram, o qual, caso tivesse continuidade, levaria, no decorrer do tempo, ao mesmo resultado pela operação natural das leis do organismo.

VERSÍCULO 17. Ora, a estes quatro jovens Deus deu o conhecimento e a inteligência em toda cultura e sabedoria; mas a Daniel deu inteligência de todas as visões e sonhos. 18. Vencido o tempo determinado pelo rei para que os trouxessem, o chefe dos eunucos os trouxe à presença de Nabucodonosor. 19. Então, o rei falou com eles; e, entre todos, não foram achados outros como Daniel, Hananias, Misael e Azarias; por isso, passaram a assistir diante do rei. 20. Em toda matéria de sabedoria e de inteligência sobre que o rei lhes fez perguntas, os achou dez vezes mais doutos do que todos os magos e encantadores que havia em todo o seu reino. 21. Daniel continuou até ao primeiro ano do rei Ciro.

Ao que parece, somente Daniel recebeu inteligência em sonhos e visões. Mas o agir do Senhor com Daniel nesse aspecto não é sinal de que os outros fossem menos aceitos a Seus olhos. A preservação em meio à fornalha ardente foi a mais forte evidência do favor divino que eles poderiam ter. É provável que Daniel tivesse algumas qualidades naturais que o tornavam particularmente apto para essa obra especial.

O rei continuou a demonstrar o mesmo interesse pessoal pelos jovens que havia tido no início. Ao fim dos três anos, chamou-os para uma entrevista particular. Ele precisava saber em primeira mão como haviam se saído e que grau de proficiência tinham alcançado. Essa entrevista também mostra que o rei era um homem bem versado em todas as artes e ciências dos caldeus; caso contrário, não seria qualificado para examinar outros nesses quesitos. Em resultado, identificando o mérito onde quer que ele fosse encontrado, sem se importar com religião ou nacionalidade, ele reconheceu que os quatro hebreus eram dez vezes superiores a qualquer um de sua própria terra.

E acrescenta-se que Daniel continuou até o primeiro ano do rei Ciro. Esse é um exemplo do uso da palavra até, que ocasionalmente aparece nos escritos sagrados. Não quer dizer que ele não continuou além do primeiro ano de Ciro, pois ele viveu alguns anos após o início de seu reinado,

mas é a esse momento que o autor desejou direcionar nossa atenção de maneira especial, pois foi a época em que os judeus cativos foram libertos. Um uso semelhante da palavra se encontra em Salmo 112:8 e Mateus 5:18.



DANIEL 2 — A GRANDE ESTÁTUA



VERSÍCULO 1. No segundo ano do reinado de Nabucodonosor, teve este um sonho; o seu espírito se perturbou, e passou-se-lhe o sono.

Daniel foi levado cativo no primeiro ano de Nabucodonosor. Por três anos, ele foi ensinado por instrutores. Durante esse período ele não seria, é claro, contado entre os sábios do reino, nem participaria do serviço público. No entanto, os acontecimentos registrados neste capítulo ocorreram no segundo ano do reinado de Nabucodonosor. Como, então, Daniel teria sido levado para interpretar o sonho do rei em seu segundo ano de governo? A explicação se encontra no fato de Nabucodonosor ter sido corregente do pai Nabopolassar por dois anos. Os judeus contavam a partir desse momento, ao passo que os caldeus consideravam o início de seu reinado a partir do momento em que começou a governar sozinho, por ocasião da morte do pai. Logo, o ano aqui mencionado corresponde ao segundo ano de seu reinado de acordo com o sistema caldeu de contagem, mas o quarto segundo o judaico. Parece que no ano seguinte ao término do preparo para participar da administração do império caldeu, a providência de Deus colocou Daniel em súbita e maravilhosa notoriedade em todo o reino.

VERSÍCULO 2. Então, o rei mandou chamar os magos, os encantadores, os feiticeiros e os caldeus, para que declarassem ao rei quais lhe foram os sonhos; eles vieram e se apresentaram diante do rei.

Os magos eram aqueles que praticavam a magia, usando o termo em seu sentido negativo, isto é, praticavam todos os ritos e as cerimônias supersticiosas dos adivinhadores, bruxos etc. Os encantadores ou astrólogos (ARC) eram homens que diziam poder prever acontecimentos futuros por meio do estudo das estrelas. A ciência, ou a superstição, da astrologia era vastamente cultivada pelas nações orientais da antiguidade. Os feiticeiros imaginavam poder se comunicar com os mortos. Cremos que é nesse sentido que o termo é sempre usado nas Escrituras. O espiritualismo moderno não passa de um reavivamento da antiga feitiçaria pagã. Os caldeus aqui mencionados eram um grupo de filósofos semelhante aos magos e astrólogos, que estudavam física, adivinhação etc. Todos esses grupos ou profissões existiam em abundância em Babilônia. O objetivo de cada um deles era o mesmo, a saber, explicar os mistérios e prever acontecimentos futuros. A principal diferença era o meio usado para alcançar esse alvo. A dificuldade do rei dizia respeito igualmente ao campo de explicação de cada um, por isso convocou todos. Era um assunto importante para o monarca. Ele estava extremamente perturbado e, por isso, concentrou toda a sabedoria do reino na solução de sua perplexidade.

VERSÍCULO 3. Disse-lhes o rei: Tive um sonho, e para sabê-lo está perturbado o meu espírito. 4. Os caldeus disseram ao rei em aramaico: Ó rei, vive eternamente! Dize o sonho a teus servos, e daremos a interpretação.

Quaisquer que fossem as deficiências dos magos e astrólogos, eles pareciam ser perfeitamente escolarados na arte de extrair informações suficientes a fim de formar a base para um cálculo astuto, ou para proferir uma resposta tão ambígua que seria igualmente aplicável, qualquer que fosse o resultado. Na presente situação, em consonância com o instinto de sagacidade, eles tentaram convencer o rei a lhes revelar qual havia sido o sonho. Se conseguissem reunir todas as informações a esse respeito, facilmente concordariam em alguma interpretação que não prejudicasse a reputação deles. Eles se dirigiram ao rei em siríaco, dialeto da língua dos caldeus usado pelas classes educadas e cultas. Desse ponto até o fim do capítulo 7, o registro continua em caldeu, ou aramaico.

VERSÍCULO 5. Respondeu o rei e disse aos caldeus: Uma coisa é certa: se não me fizerdes saber o sonho e a sua interpretação, sereis despedaçados, e as vossas casas serão feitas monturo; 6. mas, se me declarardes o sonho e a sua interpretação, recebereis de mim dádivas, prêmios e grandes honras; portanto, declarai-me o sonho e a sua interpretação. 7. Responderam segunda vez e disseram: Diga o rei o sonho a seus servos, e lhe daremos a interpretação. 8. Tornou o rei e disse: Bem percebo que quereis ganhar tempo, porque vedes que o que eu disse está resolvido, 9. isto é: se não me fazeis saber o sonho, uma só sentença será a vossa; pois combinastes palavras mentirosas e perversas para as proferirdes na minha presença, até que se mude a situação; portanto, dizei-me o sonho, e saberei que me podeis dar-lhe a interpretação. 10. Responderam os caldeus na presença do rei e disseram: Não há mortal sobre a terra que possa revelar o que o rei exige; pois jamais houve rei, por grande e poderoso que tivesse sido, que exigisse semelhante coisa de algum mago, encantador ou caldeu. 11. A coisa que o rei exige é difícil, e ninguém há que a possa revelar diante do rei, senão os deuses, e estes não moram com os homens. 12. Então, o rei muito se irou e enfureceu; e ordenou que matassem a todos os sábios da Babilônia. 13. Saiu o decreto, segundo o qual deviam ser mortos os sábios; e buscaram a Daniel e aos seus companheiros, para que fossem mortos.

Esses versículos contêm o relato da disputa desesperada entre os supostos sábios e o rei; os primeiros tentando encontrar algum meio de escape, ao perceber que haviam sido pegos nas próprias artimanhas, e o último determinado a ordenar que eles deveriam revelar qual fora o sonho, nada além do que a profissão deles permitiria que ele exigisse. Há quem censure Nabucodonosor duramente por essa questão, afirmando que a ordem partiu de um tirano irracional e sem coração. Mas o que esses magos afirmavam ser capazes de fazer? Revelar coisas ocultas; prever acontecimentos futuros; tornar conhecidos mistérios muito além da visão e da perspicácia humana. E alegavam fazer isso por intermédio do auxílio de agentes sobrenaturais. Se o que diziam tinha qualquer valor, não teriam condições de contar ao rei o que ele havia sonhado? Sem

dúvida! E se eram capazes, após saber qual era o sonho, de prover uma interpretação confiável do mesmo, também não teriam condições de revelar o sonho em si que o rei tivera? Certamente, caso houvesse qualquer virtude em sua suposta conexão com o outro mundo. Logo, não havia nada de injusto na exigência feita por Nabucodonosor de que lhe revelassem o sonho. E quando declararam (v. 11), que ninguém, a não ser os deuses que não moram com mortais, poderia tornar conhecida a questão ao rei, tratava-se de um reconhecimento tácito de que eles não tinham nenhum meio de comunicação com esses deuses e nada sabiam além do que a sabedoria e o discernimento humanos são capazes de revelar. É por isso que o rei ficou irado e muito furioso. Percebeu que ele e todo seu povo haviam sido vítimas de engano. Ele os acusou (v. 9) de tentarem enrolar e ganhar tempo até “que se mude a situação”, ou seja, até o assunto sair da cabeça do rei, sua ira por causa da duplicidade dos sábios se esfriar e ele próprio contar o sonho ou não se importar se seu conteúdo fosse revelado e interpretado ou não. Muito embora não possamos justificar as medidas extremas às quais ele recorreu, condenando-os à morte e suas casas à destruição, só conseguimos sentir profunda simpatia pelo monarca ao condenar uma classe de impostores miseráveis. A gravidade da sentença provavelmente se atribui mais aos costumes daquela época do que a qualquer perversidade da parte do rei. Mesmo assim, foi um passo ousado e desesperado. Pense em quem foram os indivíduos que incorreram de tal modo na ira do rei. Eram grupos numerosos, abastados e influentes. Além disso, formavam a classe instruída e culta daqueles dias. O soberano, porém, não se encontrava tão apegado à falsa religião deles a ponto de poupá-los, mesmo com toda a influência a seu favor. Caso o sistema fosse fraudulento e opressor, deveria cair, por mais elevados que fossem seus partidários em número ou posição ou que muitos deles se envolvessem em sua ruína. O rei não toleraria desonestidade, nem engano.

VERSÍCULO 14. Então, Daniel falou, avisada e prudentemente, a Arioque, chefe da guarda do rei, que tinha saído para matar os sábios da Babilônia. 15. E disse a Arioque, encarregado do rei: Por que é tão severo o mandado do rei? Então, Arioque explicou o caso a Daniel. 16. Foi Daniel ter com o rei e lhe pediu designasse o tempo, e ele revelaria ao rei a interpretação. 17. Então, Daniel foi para casa e fez saber o caso a Hananias, Misael e Azarias, seus companheiros, 18. para que pedissem misericórdia ao Deus do Céu sobre este mistério, a fim de que Daniel e seus companheiros não perecessem com o resto dos sábios da Babilônia.

Nessa narrativa, vemos a providência de Deus operando em vários detalhes notáveis.

1. Foi providencial o sonho do rei ter deixado uma impressão tão poderosa em sua mente a ponto de despertar nele o mais alto nível de ansiedade, mas não conseguir se recordar dos fatos em si. Isso levou à exposição completa do falso sistema dos magos e outros mestres pagãos; pois, quando colocados à prova para revelar o sonho, descobriu-se que eram incapazes de fazer aquilo que sua profissão os encarregava de realizar.

2. É digno de nota o fato de Daniel e seus amigos, considerados pelo rei, pouco tempo antes, dez vezes superiores a todos os magos e astrólogos, não terem sido consultados antes a esse res-

peito, ou melhor, não terem sido consultados em momento nenhum. Mas houve a mão da providência nisso. Assim como a lembrança do sonho foi oculta do rei, ele também inexplicavelmente foi impedido de convocar Daniel para resolver o mistério. Pois, caso tivesse chamado Daniel logo de início, e este tivesse revelado toda a questão, os magos não teriam sido colocados à prova. Mas Deus deu a chance primeiro aos sistemas pagãos dos caldeus. Permitiu que eles tentassem e falhassem vergonhosamente, mesmo sob ameaça de pena de morte, a fim de estarem mais preparados para reconhecer Sua mão quando finalmente a estendesse em favor de Seus servos cativos e para a honra do próprio nome.

3. Parece que a primeira notícia que Daniel teve sobre a questão foi a presença dos executores, que foram levá-lo preso. Com a própria vida correndo perigo, ele buscaria ao Senhor de todo o coração até que Este agisse para sua libertação. O pedido de Daniel ao rei de um tempo para analisar a questão é concedido, privilégio que nenhum dos magos teria conseguido, uma vez que o rei já os acusara de elaborar palavras mentirosas e corruptas e de tentar ganhar tempo justamente para esse fim. De imediato, Daniel procurou seus três amigos e pediu que se unissem a ele suplicando a misericórdia do Deus dos céus acerca desse segredo. Ele poderia ter orado sozinho e, sem dúvida, seria ouvido. Mas, naquela época, bem como agora, há grande poder na união do povo de Deus. E a promessa de cumprir aquilo que é pedido é feita aos dois ou três que se reúnem com o mesmo propósito (Mt 18:20).

VERSÍCULO 19. Então, foi revelado o mistério a Daniel numa visão de noite; Daniel bendisse o Deus do Céu. 20. Disse Daniel: Seja bendito o nome de Deus, de eternidade a eternidade, porque Dele é a sabedoria e o poder; 21. é Ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; Ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos inteligentes. 22. Ele revela o profundo e o escondido; conhece o que está em trevas, e com Ele mora a luz. 23. A Ti, ó Deus de meus pais, eu Te rendo graças e Te louvo, porque me deste sabedoria e poder; e, agora, me fizeste saber o que Te pedimos, porque nos fizeste saber este caso do rei.

Não nos é dito se a resposta veio enquanto Daniel e seus amigos ainda estavam em oração. Caso isso tenha ocorrido, percebe-se a perseverança deles na questão. Pois foi por meio de uma visão noturna que Deus Se revelou em favor deles. Isso mostraria que deram continuidade às súplicas, conforme é razoável inferir, até tarde da noite, sem cessar até a resposta ser obtida. Ou, caso a sessão de orações tenha se encerrado e Deus enviado uma resposta em um momento posterior, o fato revela que, conforme às vezes nos ocorre, as orações não são sem valor mesmo que não recebam resposta imediata. Alguns acreditam que o conteúdo foi revelado a Daniel por meio de um sonho idêntico ao que Nabucodonosor tivera; mas Matthew Henry considera mais provável que, “enquanto ele estava acordado, perseverando firme em oração, o sonho em si e sua interpretação lhe foram comunicados pelo ministério de um anjo, para sua evidente satisfação”. A expressão “visão de noite” significa qualquer coisa que é vista, seja por meio de sonhos ou de visões.

Daniel imediatamente louvou a Deus por Sua graça para com eles. Embora a oração não esteja registrada, sua reação de agradecimento é devidamente relatada. Deus é honrado quando O louvamos pelas coisas que Ele faz por nós, assim como por reconhecermos em oração nossa necessidade de Sua ajuda. Que a atitude de Daniel seja nosso exemplo a esse respeito. Que nenhuma misericórdia das mãos de Deus deixe de receber o devido retorno em ações de graças e louvor. Não foram dez os leprosos curados? “Onde estão” — perguntou Cristo com tristeza — “os outros nove?” (Lc 17:17, NVI).

Daniel teve a mais absoluta confiança naquilo que lhe foi mostrado. Ele não procurou o rei primeiro, a fim de ver se aquilo que lhe fora revelado era de fato o sonho do monarca; mas louvou a Deus imediatamente por ter atendido sua oração.

Embora o caso tenha sido revelado a Daniel, ele não assumiu os créditos, como se somente suas orações houvessem alcançado tal feito, mas logo associou os amigos a si e reconheceu que fora uma resposta às orações deles, tanto quanto às próprias. Foi, disse ele, “o que Te pedimos” e “nos fizeste saber”.

VERSÍCULO 24. Por isso, Daniel foi ter com Arioque, ao qual o rei tinha constituído para exterminar os sábios da Babilônia; entrou e lhe disse: Não mates os sábios da Babilônia; introduze-me na presença do rei, e revelarei ao rei a interpretação.

O primeiro pedido de Daniel foi pelos sábios de Babilônia. Não os destrua, pois o segredo do rei foi revelado. É verdade que a revelação não ocorreu por nenhum mérito deles ou de seus sistemas pagãos de adivinhação. Eles continuavam tão merecedores de condenação quanto antes. Mas a confissão que fizeram da total impotência diante do caso já fora humilhação suficiente para eles, e Daniel estava ansioso de que participassem dos benefícios a ele revelados e tivessem a vida poupada. Logo, foram salvos porque um homem de Deus se encontrava entre eles. E sempre é assim. Por causa de Paulo e Silas, todos os prisioneiros que estavam na prisão com eles foram soltos (At 16:26). Por causa de Paulo, a vida de todos os que estavam no navio com ele foi salva (At 27:24). Dessa maneira são os ímpios beneficiados pela presença dos justos. Seria muito bom se estes se lembrassem das obrigações que isso lhes traz. O que salva o mundo hoje? Por causa de quem ele ainda é poupado? Pelos poucos justos que ainda restam. Se estes fossem retirados, por quanto tempo se toleraria que os maus continuassem em seu caminho de culpa? Não mais do que os antediluvianos foram tolerados, depois que Noé entrou na arca, ou os habitantes de Sodoma, após Ló se afastar de sua presença poluída e poluente. Se tão somente dez pessoas justas houvessem sido encontradas em Sodoma, por causa deles, a multidão de habitantes ímpios teria sido poupada. Mesmo assim, os maus desprezam, ridicularizam e oprimem justamente aqueles que são o motivo de ainda terem permissão para desfrutar a vida e todas as suas bênçãos.

VERSÍCULO 25. Então, Arioque depressa introduziu Daniel na presença do rei e lhe disse: Achei um dentre os filhos dos cativos de Judá, o qual revelará ao rei a interpretação.

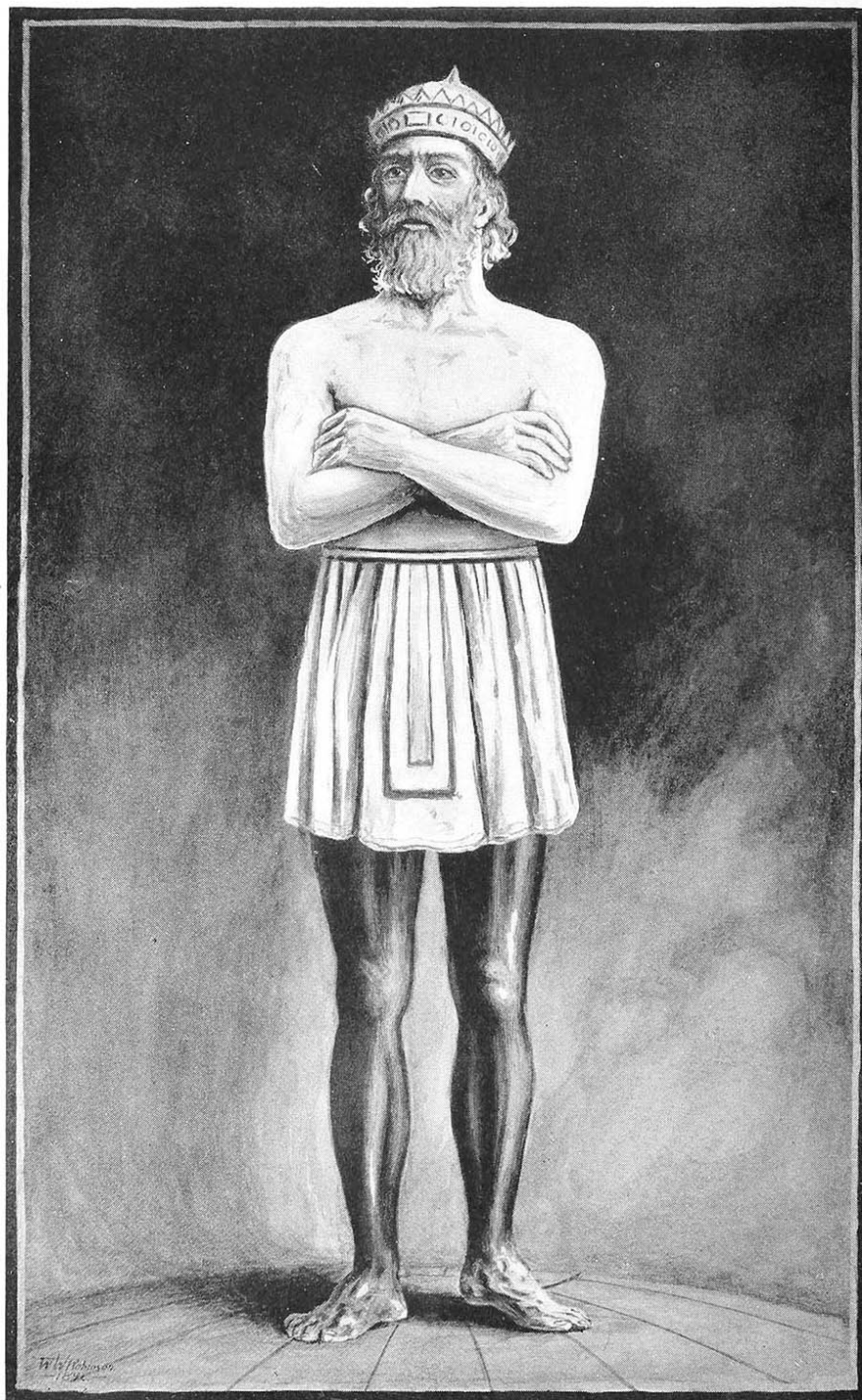
Ministros e cortesãos sempre têm a característica de buscar o favor do soberano. Nessa ocasião, Arioque se apresentou como aquele que encontrara o homem capaz de trazer a interpretação desejada, como se, sem interesse algum, apenas em favor do rei, ele estivesse em busca de alguém para resolver aquela dificuldade, até finalmente encontrar. A fim de identificar esse engano da parte do chefe dos algozes, o rei só precisaria se lembrar, como muito provavelmente o fez, de sua conversa com Daniel (v. 16), e da promessa que este fizera, caso tivesse um tempo, de dizer qual era a interpretação do sonho.

VERSÍCULO 26. Respondeu o rei e disse a Daniel, cujo nome era Beltessazar: Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho e a sua interpretação? 27. Respondeu Daniel na presença do rei e disse: O mistério que o rei exige, nem encantadores, nem magos, nem astrólogos o podem revelar ao rei; 28. mas há um Deus no Céu, o qual revela os mistérios, pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias. O teu sonho e as visões da tua cabeça, quando estavas no teu leito, são estas:

“Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho?” — foi a saudação duvidosa do rei a Daniel, quando este se apresentou diante dele. Apesar de já ter conhecimento prévio sobre Daniel, o rei parece ter questionado a habilidade de alguém tão jovem e inexperiente para revelar um caso que os veneráveis magos e feiticeiros mais velhos haviam falhado completamente em resolver. Daniel foi bem claro em dizer que nem sábios, nem encantadores, nem magos, nem astrólogos seriam capazes de tornar conhecido o segredo. Era algo além de seu poder. Por isso, o rei não deveria se irar com eles, nem depositar confiança em suas superstições inúteis. Continuou então contando que o Deus verdadeiro, que governa no Céu, é o único capaz de revelar mistérios. E foi Ele, declarou Daniel, quem tornou conhecido ao rei Nabucodonosor o que aconteceria nos últimos dias.

VERSÍCULO 29. Estando tu, ó rei, no teu leito, surgiram-te pensamentos a respeito do que há de ser depois disto. Aquele, pois, que revela mistérios te revelou o que há de ser. 30. E a mim me foi revelado este mistério, não porque haja em mim mais sabedoria do que em todos os viventes, mas para que a interpretação se fizesse saber ao rei, e para que entendesses as cogitações da tua mente.

Esta passagem revela mais uma das características louváveis do caráter de Nabucodonosor. Ao contrário de alguns governantes, que preenchem o presente com insensatez e devassidão, sem se preocupar com o futuro, ele pensava sobre os dias vindouros, com o ansioso desejo de saber o que haveria de ser depois. Sem dúvida, seu objetivo com isso era saber como fazer o uso mais sábio do presente. Por essa razão Deus lhe deu o sonho, o que pode ser visto como sinal do favor divino para com o rei, uma vez que a verdade a esse respeito poderia ser trazida à tona de diversas outras maneiras, concedendo igual glória ao nome de Deus e visando ao bem das pessoas tanto daquela época quanto das gerações vindouras. Mas Deus não operaria em favor do rei independentemente de Seu povo. Por isso, embora tenha concedido o sonho ao monarca, enviou a inter-



A GRANDE IMAGEM DO REINO DO MUNDO, DANIEL 2:34, 38

pretação por intermédio de um de Seus reconhecidos servos. Em primeiro lugar, Daniel tirou de si todo o crédito pela revelação. Em seguida, para desviar o sentimento de orgulho que seria natural que o rei tivesse, ao perceber que recebera tamanha atenção do Deus do Céu, o hebreu lhe informou de maneira indireta que, embora o sonho lhe houvesse sido dado, não fora apenas para seu benefício que Deus concedera a interpretação, mas para o bem daqueles que tomariam conhecimento dela. Ah! Deus tinha alguns servos ali, e era para eles que estava operando. Estes têm mais valor a Seus olhos do que os mais poderosos reis e potentados da Terra. Não fosse por eles, o rei nunca teria ficado sabendo da interpretação do sonho e provavelmente nem do sonho em si. Assim, sempre que investigarmos a fonte de todos os favores, não importa a quem tenham sido concedidos, veremos que eles se devem à consideração de Deus por Seus filhos. Quão ampla é a obra divina em favor deles. Por meio desse único ato de revelar o sonho do rei a Daniel, Ele cumpriu os seguintes objetivos: 1) revelou ao rei as coisas que desejava; 2) salvou os servos que confiavam Nele; 3) levou à nação caldeia, sem sombra de dúvidas, o conhecimento do Deus verdadeiro; 4) promoveu o desprezo pelos falsos sistemas dos magos e feiticeiros; e 5) honrou o próprio nome, além de exaltar Seus servos diante dos olhos da corte babilônica.

VERSÍCULO 31. Tu, ó rei, estavas vendo, e eis aqui uma grande estátua; esta, que era imensa e de extraordinário esplendor, estava em pé diante de ti; e a sua aparência era terrível. 32. A cabeça era de fino ouro, o peito e os braços, de prata, o ventre e os quadris, de bronze; 33. as pernas, de ferro, os pés, em parte, de ferro, em parte, de barro. 34. Quando estavas olhando, uma pedra foi cortada sem auxílio de mãos, feriu a estátua nos pés de ferro e de barro e os esmiuçou. 35. Então, foi juntamente esmiuçado o ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro, os quais se fizeram como a palha das eiras no estio, e o vento os levou, e deles não se viram mais vestígios. Mas a pedra que feriu a estátua se tornou em grande montanha, que encheu toda a Terra.

Nabucodonosor, praticante da religião caldeia, era idólatra. Uma estátua era um objeto que prontamente despertaria sua atenção e seu respeito. Além disso, conforme veremos a seguir, os reis terrenos representados por esse tipo de estátua eram alvo de estima e valor a seus olhos. Com a mente desprovida do esclarecimento concedido pela luz da revelação, ele não estava preparado para fazer uma correta avaliação da glória e riqueza terrenas, de modo a ver os governos terrenos como Deus os vê. Por isso encontramos tamanha harmonia entre o valor que ele atribuía a essas coisas e o objeto representado diante dele. Para Nabucodonosor, os fatos foram apresentados sob a forma de uma grande estátua, um objeto digno de valor e admiração a seus olhos. Com Daniel, o caso era bem diferente. Ele era capaz de entender o real significado de toda a grandeza e glória não edificadas sobre o favor e a aprovação de Deus. Para ele, então, esses mesmos reinos terrenos foram mostrados posteriormente (ver capítulo 7) sob a forma de animais cruéis e ferozes.

Mas que adaptação admirável foi essa representação para comunicar uma grande e necessária verdade à mente de Nabucodonosor! Além de delinear o progresso dos eventos no decorrer do tempo para o benefício de Seu povo, Deus mostrou a Nabucodonosor todo o vazio e a futilidade

da pompa e da glória terrenas. De que modo isso seria mais impressionante do que por meio de uma estátua iniciando com o mais precioso dos metais até finalmente chegarmos aos materiais mais rudes e ásperos — ferro misturado com barro lamacento —, sendo então totalmente partida em pedaços? Tudo ficou como a palha que o vento leva, sem qualquer valor, mais leve que a vaidade, sendo soprada para um lugar onde ninguém seria capaz de encontrar, até que, por fim, algo durável e de valor celestial ocupou seu lugar. Assim, Deus revelou aos filhos dos homens que os reinos terrenos passarão, e a grandeza e a glória deste mundo, como uma bolha pomposa, estourarão e desaparecerão. Então o reino de Deus, cujo lugar foi usurpado por eles durante tanto tempo, será estabelecido, não terá fim e todos que por ele se interessaram descansarão à sombra de suas asas pacíficas para todo o sempre. Mas estamos adiantando o assunto. Voltemos à interpretação.

VERSÍCULO 36. Este é o sonho; e também a sua interpretação diremos ao rei. 37. Tu, ó rei, rei de reis, a quem o Deus do Céu conferiu o reino, o poder, a força e a glória; 38. a cujas mãos foram entregues os filhos dos homens, onde quer que eles habitem, e os animais do campo e as aves do céu, para que dominasses sobre todos eles, tu és a cabeça de ouro.

Neste momento se abre um dos capítulos mais sublimes da história humana. Oito versículos curtos do registro inspirado contam o caso inteiro; contudo, esse caso abarca toda a história da pompa e do poder até o momento. Bastam alguns instantes para memorizá-los, porém o período que abrangem, começando há 25 séculos, se estende desde esse ponto remoto do passado, passando pela ascensão e queda de reinos, a criação e o esfacelamento de impérios, por ciclos e eras até nossos dias, chegando ao estado eterno. É tão abrangente que engloba tudo isso. Contudo, é também tão minucioso que nos apresenta todo o grande esboço dos reinos terrenos daqueles dias até o momento presente. A sabedoria humana nunca seria capaz de elaborar um relato em tão poucas palavras, contendo tantas verdades históricas. O dedo de Deus está ali. Aprendamos bem a lição.

Com que interesse e perplexidade o rei deve ter ouvido, ao ser informado pelo profeta que ele, ou melhor, seu reino, o rei simbolizando o reino (veja o versículo seguinte), era a cabeça de ouro da estátua magnífica que ele contemplara. Os reis da antiguidade eram agradecidos pelo sucesso; em caso de prosperidade, a divindade tutelar a quem atribuíam o sucesso era o objeto de adoração, e sobre ela derramavam os mais ricos tesouros e a mais profunda devoção. Daniel informa indiretamente ao rei que, no caso dele, tudo aquilo se devia ao Deus do Céu, uma vez que fora Ele quem concedera o reino e o transformara em governante sobre tudo. Isso impediria Nabucodonosor de se orgulhar ao pensar que havia alcançado aquela posição por sabedoria ou poder próprios, direcionando a gratidão de seu coração ao Deus verdadeiro.

O reino de Babilônia, que finalmente veio a se tornar a cabeça de ouro dessa grande estátua histórica, foi fundado por Ninrode, bisneto de Noé, mais de dois mil anos antes de Cristo:

“Cuxe gerou a Ninrode, o qual começou a ser poderoso na terra. Foi valente caçador diante do SENHOR; daí dizer-se: Como Ninrode, poderoso caçador diante do SENHOR.

O princípio do seu reino foi Babel [Babilônia, na margem da KJV], Ereque, Acade e Calné, na terra de Sinar” (Gn 10:8-10).

Parece que Ninrode também fundou a cidade de Nínive, que posteriormente se tornou a capital da Síria (confira a referência marginal sobre Gênesis 10:11, na KJV, e o verbete Síria na *Cyclopedia* de Johnson). A síntese a seguir da história de Babilônia, da *Universal Cyclopedia* de Johnson, verbete Babilônia, está de acordo com as mais recentes autoridades sobre o assunto:

“Por volta de 1270 a.C., os reis assírios se tornaram senhores da Caldeia, ou Babilônia, cuja capital era Babilônia. A partir de então, o país foi governado por uma dinastia de reis assírios, que reinavam em Babilônia e, às vezes, guerreavam contra os que governavam a Assíria propriamente dita. Em outras ocasiões, os reis de Babilônia eram vassalos dos da Assíria. Vários séculos se passaram nos quais a história de Babilônia é quase uma lacuna. Na época de Tiglate-Pileser da Assíria, Nabonassar ascendeu ao trono de Babilônia em 747 a.C. Ele é celebrado pela era cronológica que leva seu nome, a qual iniciou em 747 a.C. Por volta de 720, Merodaque-Baladã se tornou rei de Babilônia e enviou embaixadores a Ezequias, rei de Judá (ver 2Rs 20 e Is 39). Alguns anos mais tarde, Sargão, rei da Assíria, derrotou e destronou Merodaque-Baladã. Senaqueribe concluiu a conquista de Babilônia, que foi anexada ao império assírio por volta de 690 a.C. A conquista de Nínive e a derrocada do império assírio, efetuada em torno de 625 a.C., pelo medo Cíaxares e seu aliado Nabopolassar, governador rebelde de Babilônia, permitiram que o último fundasse o império babilônico, a quarta das “cinco grandes monarquias” de Rawlinson, que incluía o vale do Eufrates, Selêucia, Síria e Palestina. Seu reinado durou em torno de 21 anos, e provavelmente era um monarca pacífico, já que sua história passa praticamente despercebida. Em 605 a.C., porém, seu exército derrotou Neco, rei do Egito, que havia invadido a Síria. Foi sucedido pelo filho, mais célebre que ele, Nabucodonosor (604 a.C.), o maior de todos os reis de Babilônia.”

Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor no primeiro ano de seu reinado e terceiro de Jeoaquim, rei de Judá (Dn 1:1), em 606 a.C. Nabucodonosor reinou dois anos em corregência com o pai, Nabopolassar. Os judeus contam seu reinado desde esse momento, já os caldeus, a partir do momento em que começou a reinar sozinho, em 604 a.C., conforme explicado anteriormente. A respeito dos sucessores de Nabucodonosor, a autoridade acima acrescenta:

“Ele morreu em 561 a.C., e foi sucedido por seu filho, Evil-Merodaque, que reinou por apenas dois anos. Nabonido subiu ao trono em 555 a.C. e fez aliança com Creso contra Ciro, o Grande. Ao que parece, ele compartilhava o poder real com o filho Belsazar, cuja mãe era filha de Nabucodonosor. Ciro cercou Babilônia e a tomou por meio de um estratagema em 538 a.C. Com a morte de Belsazar, executado pelos persas, o reino de Babilônia deixou de existir.”

Quando afirmamos que a estátua de Daniel 2 simboliza as quatro grandes monarquias universais proféticas e consideramos Babilônia a primeira delas, alguns perguntam como isso pode

ser verdade, já que os outros países do mundo nunca se encontraram sob seu domínio absoluto. Assim, Babilônia nunca conquistou a Grécia ou Roma; mas Roma foi fundada antes que Babilônia chegasse ao auge de seu poder. Contudo, a posição e a influência de Roma ainda pertenciam ao futuro. Logo, nada há contra a profecia no fato de Deus começar a preparar Seus agentes muito antes de desempenharem o papel proeminente que lhes foi reservado no cumprimento da profecia. Devemos nos posicionar junto ao profeta e olhar para esses reinos do mesmo ponto de vista. Então analisaremos suas declarações da forma devida à luz do local em que ele se encontrava, da época em que escreveu e das circunstâncias que o cercavam. Uma regra clara de interpretação é que as nações passam a receber destaque nas profecias quando sua ligação com o povo de Deus se torna tão forte que é necessário mencioná-las a fim de que os registros da história sagrada sejam completos. Quando isso aconteceu com Babilônia, do ponto de vista do profeta, aquele era o grande e poderoso centro do mundo político. A seus olhos, obscurecia todos os outros, e naturalmente ele se referiria a esse reino como dominador de toda a Terra. Até onde sabemos, todas as províncias ou países que Babilônia atacou durante o auge de seu poder foram subjugados por seu braço. Nesse sentido, tudo se encontrava sob seu domínio e tal fato explica a linguagem um tanto quanto hiperbólica do versículo 38. O fato de haver, na época, alguns territórios e um número considerável de povos, desconhecidos para a história, fora do espectro da civilização então existente, que não haviam sido nem descobertos nem dominados, não é um fato de força ou importância suficientes para condenar a expressão do profeta, ou para tornar falsa sua declaração.

Em 606 a.C., Babilônia entrou em contato com o povo de Deus quando Nabucodonosor conquistou Jerusalém e levou Judá para o cativeiro. Como consequência, a nação entra para o campo da profecia, ao fim da teocracia judaica.

O caráter desse império é indicado pela natureza do material que compõe a parte da estátua que o simbolizava — a cabeça de ouro. Foi o reino de ouro de uma era áurea. Babilônia, a metrópole, ergueu-se a uma altura que nunca foi alcançada por nenhuma de suas sucessoras. Situada no jardim do oriente, seu perímetro de 96 quilômetros formava um quadrado perfeito, cada lado com 24 quilômetros; cercada por muros de mais de cem metros de altura e 26 de largura, com um fosso, ou vala, em volta dele com a mesma capacidade cúbica do muro em si. Era dividida em 676 quarteirões, cada um deles com 3,6 quilômetros de circunferência. Contava com 50 ruas, todas elas com 45 metros de largura, cruzando umas às outras em ângulos retos, 25 de cada lado. Todas eram planas, niveladas e com 24 quilômetros de comprimento. Seus mais de 580 metros quadrados de superfície interna, divididos conforme a descrição acima, eram repletos de magníficas praças e jardins e pontilhados de residências esplendorosas. Com seus 95 quilômetros de fosso, 95 quilômetros de muralhas, 48 quilômetros de barreira pluvial passando por seu centro, 150 portões de bronze sólido, jardins suspensos, que se elevavam terraço sobre terraço, até alcançarem a mesma altura dos muros, o templo de Belus, com quase cinco quilômetros de circunferência, os dois palácios reais, um com 5,6 quilômetros e o outro com quase 13 quilômetros de circunferência, o túnel subterrâneo sob o rio Eufrates ligando os dois palácios, sua disposição

perfeita para conveniência, ornamento e defesa, bem como seus recursos ilimitados, essa cidade, que continha em si tantas coisas que eram, por si sós, maravilhas do mundo, era, ela própria, outra maravilha ainda mais esplendorosa. Nunca antes a Terra viu uma cidade como aquela e, desde então, jamais houve outra igual. E ali, com toda a Terra prostrada a seus pés, uma rainha de grandeza sem rival, que extraiu da própria pena inspirada o título reluzente de “a joia dos reinos, glória e orgulho dos caldeus” (Is 13:19), se encontrava a cidade, a mais apropriada capital para o reino que constituiu a cabeça de ouro da grande estátua histórica.

Assim era Babilônia, quando Nabucodonosor, no auge da vida, cheio de vigor e conquistas, se assentava no trono, no momento em que Daniel adentrou seus muros inexpugnáveis a fim de servir como cativo ao longo de 70 anos em seus palácios magníficos. Ali os filhos do Senhor, mais oprimidos do que animados pela glória e prosperidade da terra de seu cativeiro, penduraram suas harpas nos salgueiros do resplendente Eufrates, chorando ao se lembrarem de Sião.

Ali começou o estado de cativeiro da igreja em um sentido mais amplo, pois, desde então, o povo de Deus se encontra sujeito a poderes terrenos, com variados graus de opressão. E assim será até que todos os poderes deste mundo finalmente se prostrem diante Daquele que tem direito de reinar. Mas, oh, o dia do livramento logo se aproxima!

Em outra cidade, não só Daniel, mas todos os filhos de Deus, desde o menor até o maior, do mais simples ao mais exaltado, do primeiro ao último, muito em breve entrarão! Uma cidade com mais do que meros 95 quilômetros de circunferência; em vez disso, serão 2.400 quilômetros. Uma cidade que não será feita de tijolos e betume, mas de pedras preciosas e jaspe; cujas ruas não serão pavimentadas em pedra como as de Babilônia, por mais regulares e belas que fossem, mas, sim, de ouro transparente; cujo rio não será como as águas pesarosas do Eufrates, mas o rio da vida; cuja música não será formada por suspiros e lamentos de cativos com o coração partido, mas por empolgantes hinos de vitória sobre a morte e a sepultura, que as multidões resgatadas erguerão em louvor; cuja luz não será a iluminação intermitente da Terra, mas a glória inefável e incessante de Deus e do Cordeiro. Nessa cidade eles entrarão, não como cativos que adentram uma terra estrangeira, mas como exilados que retornam à casa do Pai; não em um lugar onde palavras arrepiantes como “jugo”, “servidão” e “opressão” abaterão seu espírito, mas, sim, onde as doces palavras “lar”, “liberdade”, “paz”, “pureza”, “alegria inexprimível” e “vida eterna” empolgarão seu interior com deleites para todo o sempre. Sim, nossa boca se encherá de riso e nossos lábios de cânticos quando o Senhor restaurar a nossa sorte em Sião (Sl 126:1-2; Apocalipse 21:1-27).

VERSÍCULO 39. Depois de ti, se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro reino, de bronze, o qual terá domínio sobre toda a Terra.

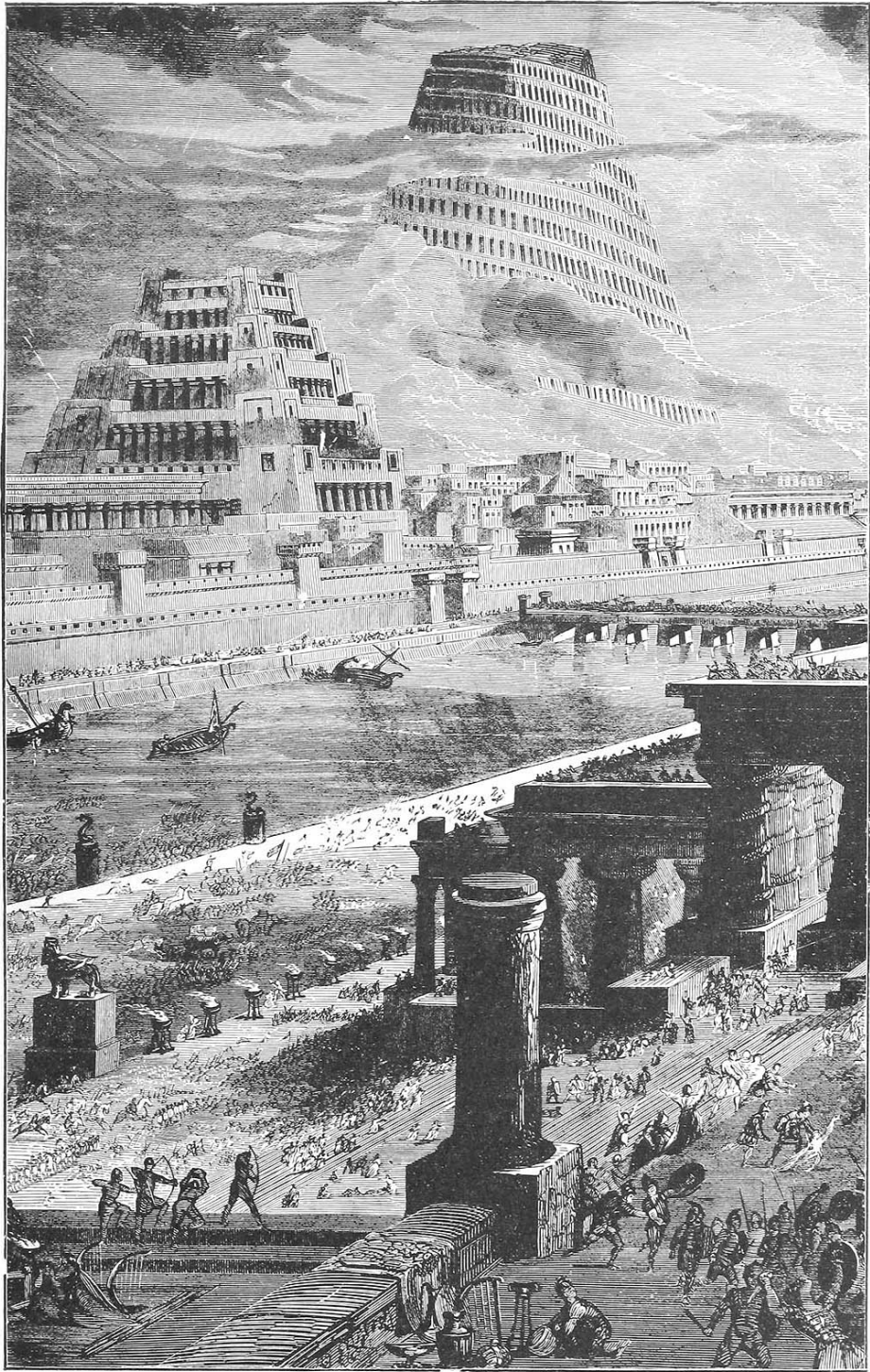
Nabucodonosor reinou por 43 anos e foi sucedido pelos seguintes monarcas: seu filho, Evil-Merodaque, dois anos; Neriglissar, seu genro, quatro anos; Labashi-Marduque, filho de Neri-glissar, nove meses, o qual, por ter reinado menos de um ano, não consta do cânon de Ptolomeu;

e, por último, Nabonido, cujo filho, Belsazar, neto de Nabucodonosor, dividia com ele o trono e com quem o reino chegou ao fim.

No primeiro ano de Neriglissar, somente dois anos após a morte de Nabucodonosor, teve início uma guerra fatal entre babilônios e medos, a qual resultaria na total destruição do império babilônico. Ciaxares, rei dos medos, chamado de “Dario” em Daniel 5:31, convocou para auxiliá-lo seu sobrinho, Ciro, da linhagem persa, no conflito contra os babilônios. A guerra prosseguiu com sucesso ininterrupto da parte dos medos e persas até que, no décimo oitavo ano de Nabonido (o terceiro de seu filho Belsazar), Ciro sitiou Babilônia, a única cidade de todo o oriente que ainda resistia a seu poder. Os babilônios, reunidos dentro de seus muros inexpugnáveis, com provisão para vinte anos, além de terra dentro dos limites da grande cidade para fornecer alimento aos habitantes e soldados por um período indefinido, zombavam de Ciro de dentro de suas altas muralhas, ridicularizando seus esforços aparentemente inúteis de conquistar a cidade. De acordo com todo e qualquer cálculo humano, eles tinham bons motivos para a sensação de segurança. Nunca, dentro de qualquer probabilidade terrena, utilizando os instrumentos de guerra conhecidos naquele tempo, uma cidade como aquela poderia ser tomada. Por isso, eles respiravam com a mesma liberdade e dormiam tranquilos como se não houvesse inimigo algum esperando e vigiando para sua destruição em volta de seus muros sitiados. Mas Deus havia decretado que a orgulhosa e ímpia cidade cairia de seu trono de glória e, quando Ele fala, que braço mortal é capaz de subverter Sua palavra?

Na própria sensação de segurança é que repousava o perigo. Ciro resolveu realizar por meio de um estratagema aquilo que não conseguiu fazer pela força; e, ao saber da aproximação de uma festa anual, durante a qual toda a cidade se entregaria ao divertimento e à devassidão, determinou que aquele seria o momento de executar seu propósito. Não havia nenhuma entrada que pudesse lhe dar acesso à cidade, a menos que ele providenciasse uma onde o rio Eufrates entrava na cidade e dela saía, passando sob seus muros. E decidiu transformar o canal do rio na própria estrada que o levaria ao interior da fortaleza inimiga. A fim de fazer isso, a água deveria ser desviada do canal que passava dentro da cidade. Com esse objetivo, na véspera do dia de festa supramencionado, ele destacou três grupos de soldados: o primeiro, para desviar o rio em determinada hora em direção a um grande lago artificial bem próximo da cidade; o segundo, para se posicionar no local em que o rio entrava na cidade; o terceiro, para ficar cerca de 24 quilômetros abaixo, onde o rio saía de Babilônia. Os dois últimos receberam a instrução de entrar no canal, assim que a água estivesse transponível, e, nas trevas da noite, explorar o caminho por baixo dos muros, seguindo até o palácio do rei, onde o surpreenderiam, matariam os guardas e capturariam ou executariam o soberano. Quando a água foi desviada até o lago, logo as águas do rio baixaram o suficiente para que conseguissem andar e os soldados destacados para esse fim seguiram o canal até o coração da cidade de Babilônia.

Mas tudo isso teria sido em vão se a cidade inteira, naquela fatídica noite, não estivesse entregue ao mais inconsequente descuido e à presunção, situação que Ciro levou em conta para



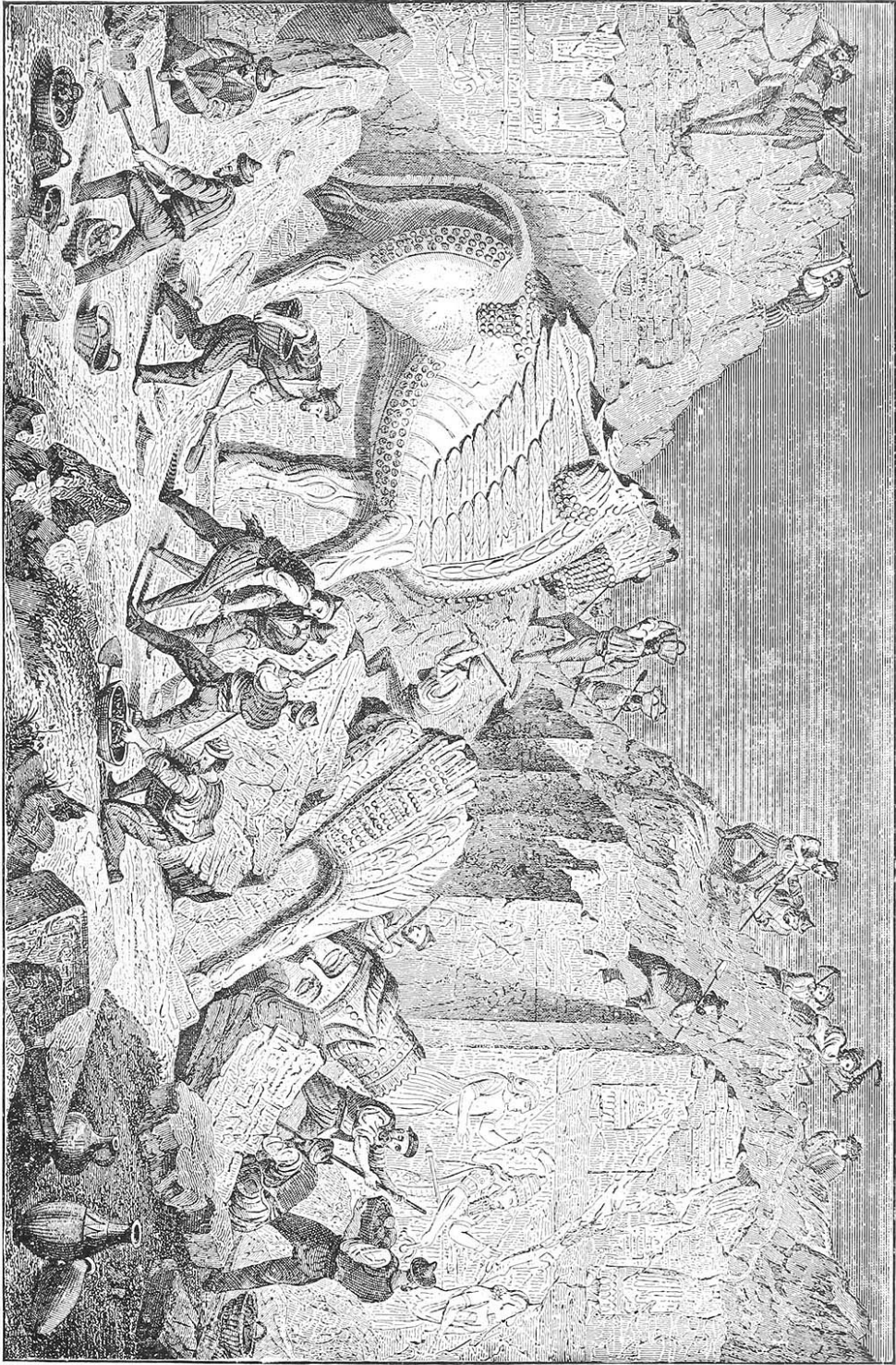
BABILÔNIA SENDO TOMADA POR CIRO

o cumprimento de seus propósitos. Pois dos dois lados do rio, ao longo de toda a cidade, havia muralhas altíssimas e tão grossas quanto os muros exteriores. Nessas muralhas, encontravam-se imensas portas de bronze sólido, as quais, quando fechadas e guardadas, impediam a saída do leito do rio para se ter acesso a todas as 25 ruas que o atravessavam. Caso estivessem fechadas nessa ocasião, os soldados de Ciro teriam marchado dentro da cidade pelo leito do rio e sairiam do outro lado, e isso seria tudo que conseguiriam realizar na tentativa de dominar o local. Todavia, em meio à festança e bebedeira daquela noite fatal, as portas do rio ficaram abertas e a entrada dos soldados persas não foi percebida. Muitos rostos teriam se empalidecido de terror caso houvessem notado a súbita queda do nível do rio e compreendido seu temível significado. Muitas bocas teriam espalhado o terrível alarme pela cidade, caso tivessem visto a silhueta sombria dos inimigos armados entrando sorrateiramente na cidadela de sua força. Mas ninguém observou a repentina diminuição das águas do rio; ninguém viu a entrada dos guerreiros persas; ninguém se importou em fechar e guardar as portas do rio; ninguém ligava para nada, a não ser no quanto poderiam se afundar na mais irresponsável e selvagem devassidão. A operação daquela noite lhes custou o reino e a liberdade. Adentraram o bárbaro festim como súditos do rei de Babilônia, mas dele acordaram como escravos do rei da Pérsia.

Os soldados de Ciro tornaram perceptível sua presença na cidade pela primeira vez atacando os guardas reais no vestíbulo do palácio do rei. Belsazar logo ficou ciente do motivo da confusão e morreu em vão, tentando proteger sua vida em perigo. Essa festa de Belsazar é narrada no quinto capítulo de Daniel; e a cena se encerra com o simples registro: “Naquela mesma noite, foi morto Belsazar, rei dos caldeus. E Dario, o medo, com cerca de sessenta e dois anos, se apoderou do reino” (Dn 5:30-31).

Assim se conclui a primeira divisão da grande estátua. Outro reino se levantara, assim como o profeta havia declarado. A primeira etapa do sonho profético estava cumprida.

Mas antes de partirmos de Babilônia, olhemos para o futuro, para o fim de sua melancólica história. Seria natural supor que o conquistador, ao tomar posse de uma cidade tão nobre, que superava em muito qualquer outro lugar do mundo, a transformaria na sede de seu império e conservaria seu esplendor inicial. Mas Deus havia declarado que essa cidade se tornaria um montão de ruínas, lar das feras do deserto; suas casas se encheriam de criaturas sombrias, as bestas selvagens das ilhas lamentariam dentro de suas habitações desoladas e os chacais em seus palácios de prazer (Is 13:19-22). Ela precisava primeiro ser desertada. Ciro transferiu o trono imperial para Susa, célebre cidade da província de Elão, a leste de Babilônia, às margens do rio Choaspes, um afluente do Tigre. Prideaux (i.180) afirma que isso provavelmente foi feito no primeiro ano de seu reinado como único monarca. O orgulho dos babilônios foi provocado ao extremo por esse ato. Por isso, no quinto ano de Dario Histaspes, 517 a.C., eles se rebelaram, recebendo em troca toda a força do império persa. Mais uma vez, a cidade foi tomada por meio de um stratagema. Zópiro, um dos principais comandantes de Dario, cortou fora o próprio nariz e as orelhas, além de lacerar o corpo inteiro com chicotadas. Nessa condição, fugiu para os sitiados,



ALEXANDRE REMOVENDO AS RUINAS DE BABILÔNIA

aparentemente inflamado pelo desejo de se vingar de Dario por causa de sua grande crueldade em mutilá-lo. Dessa maneira, ganhou a confiança dos babilônios até que eles o nomearam seu comandante-chefe. Em seguida, ele traiu a cidade e a entregou a seu senhor. Além disso, a fim de deter rebeliões futuras, Dario mandou empalar os três mil mais ativos na revolta, tirou os portões de bronze da cidade e reduziu os muros de 100 metros para 25. Esse foi o início da destruição de Babilônia. Por meio desse ato, a cidade ficou exposta ao ataque de todo e qualquer grupo hostil. Xerxes, ao voltar da Grécia, saqueou a imensa riqueza do templo de Belus e deixou em ruínas a magnífica estrutura. Alexandre, o Grande, tentou reconstruir a cidade, mas depois de designar dez mil homens para limpar as ruínas durante dois meses, morreu de embriaguez e libertinagem excessivas, e a obra foi interrompida. Em 294 a.C., Seleuco Nicator construiu a cidade de Nova Babilônia em suas imediações, usando boa parte do material e muitos dos habitantes da nova cidade, a fim de edificar e povoar a nova. Agora quase sem moradores, o esquecimento e a decadência recaíam temerariamente sobre a antiga cidade. A violência dos príncipes partos acelerou sua ruína. Por volta do fim do quarto século, era usada pelos reis persas como refúgio para feras selvagens. No fim do século 12, segundo um célebre viajante, as poucas ruínas restantes do palácio de Nabucodonosor se encontravam tão repletas de serpentes e répteis venenosos que não era possível vê-las de perto sem correr grande perigo. E hoje quase nem restam ruínas para marcar o lugar onde antes se encontrava a maior, mais rica e mais orgulhosa cidade que o mundo já viu. Logo, a queda da grande Babilônia nos mostra como Deus cumpre Sua palavra com precisão e faz as dúvidas do ceticismo parecerem cegueira voluntária.

“Depois de ti, se levantará outro reino, inferior ao teu”. O uso da palavra *reino* aqui demonstra que as diferentes partes da estátua representam reinos, não reis específicos. Logo, quando Daniel disse para Nabucodonosor “Tu és a cabeça de ouro”, embora lance mão do pronome pessoal, estava se referindo ao reino como um todo, não à pessoa do rei em si.

O reino seguinte, a Medo-Pérsia, equivale ao peito e aos braços de prata da grande estátua. Seria inferior ao reino que o precedeu. Inferior em que sentido? Não em poder, pois foi seu conquistador. Não em extensão, pois Ciro dominou todo o oriente, desde o mar Egeu até o rio Indo, construindo assim o mais vasto império já existente até aquela época. Era inferior em riqueza, luxo e esplendor.

Do ponto de vista bíblico, o principal acontecimento durante o império babilônico foi o cativo dos filhos de Israel. Da mesma forma, o principal evento durante o reino medo-persa foi a restauração de Israel à própria terra. Quando Ciro tomou Babilônia em 538 a.C., em um gesto de cortesia, designou o primeiro lugar no reino a seu tio Dario. Mas em 536 a.C., dois anos depois, Dario morreu; no mesmo ano faleceu também Cambises, rei da Pérsia, pai de Ciro. Tais ocorridos fizeram de Ciro o único monarca de todo o império. Nesse ano, que encerrou os setenta anos do cativeiro de Israel, Ciro promulgou o famoso decreto permitindo o retorno dos judeus e a reconstrução do templo. Essa foi a primeira etapa do grande decreto para a restauração e reconstrução de Jerusalém (Ed 6:14), que foi concluída no sétimo ano do reinado de Artaxerxes, 457 a.C., e

marcou, conforme demonstraremos posteriormente, o início das 2.300 tardes e manhãs de Daniel 8, o período profético mais longo e mais importante mencionado na Bíblia (Dn 9:25).

Após reinar por sete anos, Ciro deixou o reino para o filho Cambises, chamado de Assuero em Esdras 4:6, o qual reinou por sete anos e cinco meses até 522 a.C. Oito monarcas, cujos reinados variaram de sete meses a 46 anos, assumiram o trono até o ano 336 a.C., na seguinte ordem: Esmérdis, o mago, chamado de Artaxerxes em Esdras 4:7, por sete meses, no ano 522 a.C.; Dario Histaspes, de 521 a 486 a.C.; Xerxes, de 485 a 465 a.C.; Artaxerxes Longímans, de 464 a 424 a.C.; Dario Nótus, de 423 a 405 a.C.; Artaxerxes Mnemon, de 404 a 359 a.C.; Ochus, de 358 a 338 a.C.; Arses, de 337 a 336 a.C. O ano 335 foi o primeiro do reinado de Dario Codomano, o último da linhagem dos antigos reis persas. Esse homem, de acordo com Prideaux, era de nobre estatura, bom caráter, grande valor pessoal e disposição dócil e generosa. Caso tivesse nascido em qualquer outra era, sem dúvida teria conquistado uma longa e esplêndida carreira. Mas teve a má sorte de confrontar alguém designado para ser um agente no cumprimento das profecias; e nenhuma qualidade, natural ou adquirida, seria capaz de lhe conferir êxito nessa disputa desigual. Mal havia esquentado o trono, diz o último historiador citado, e já deparou com seu espantoso inimigo, Alexandre, à frente dos soldados gregos, preparado para tirá-lo dali.

A causa e os detalhes do conflito entre gregos e persas deixaremos para as obras históricas especialmente dedicadas a tais questões. Basta dizer que o momento de decisão ocorreu no campo de Gaugamela, em 331 a.C., do qual os gregos, embora em quantidade 20 vezes menor do que os persas, saíram completamente vitoriosos. A partir de então, Alexandre se transformou no senhor absoluto do império persa até a mais distante fronteira já possuída por qualquer um de seus reis.

“E um terceiro reino, de bronze, o qual terá domínio sobre toda a Terra”, disse o profeta. Quão poucas e breves são as palavras inspiradas cujo cumprimento envolveu a mudança nos governantes do mundo. No caleidoscópio político em constante mudança, agora a Grécia surge no campo de visão para se tornar, por um tempo, o alvo de todas as atenções, constituindo o terceiro império universal da Terra.

Após a batalha fatal que decidiu o destino do império, Dario ainda tentou convocar os restos esfacelados de seu exército, a fim de defender seu reino e seus direitos. Mas de todas as hostes de seu exército pouco antes tão numeroso, não conseguiu reunir uma força grande o bastante para considerar prudente o risco de entrar em mais um conflito com os gregos vencedores. Alexandre foi a seu encalço a todo vapor. Vez após vez, Dario mal conseguia escapar das garras do inimigo que celeremente o seguia. Por fim, dois traidores, Bessos e Nabarzanes, se apoderaram do miserável príncipe, o trancaram em um carro fechado e o levaram como prisioneiro até Bactria. Caso Alexandre os procurasse, tinham o propósito de comprar a própria segurança ao lhe entregar seu rei. Quando Alexandre ficou sabendo da situação perigosa em que Dario se encontrava nas mãos de seus traidores, imediatamente partiu acompanhado de uma pequena parte de seu exército em uma busca compulsória. Após vários dias de marcha exaustiva, encontrou os traidores. Eles insistiram para que Dario montasse a cavalo e fugisse com maior velocidade. Quando este

se recusou, infligiram-lhe várias feridas mortais e o deixaram para morrer no carro. Montaram então em seus corcéis e foram embora.

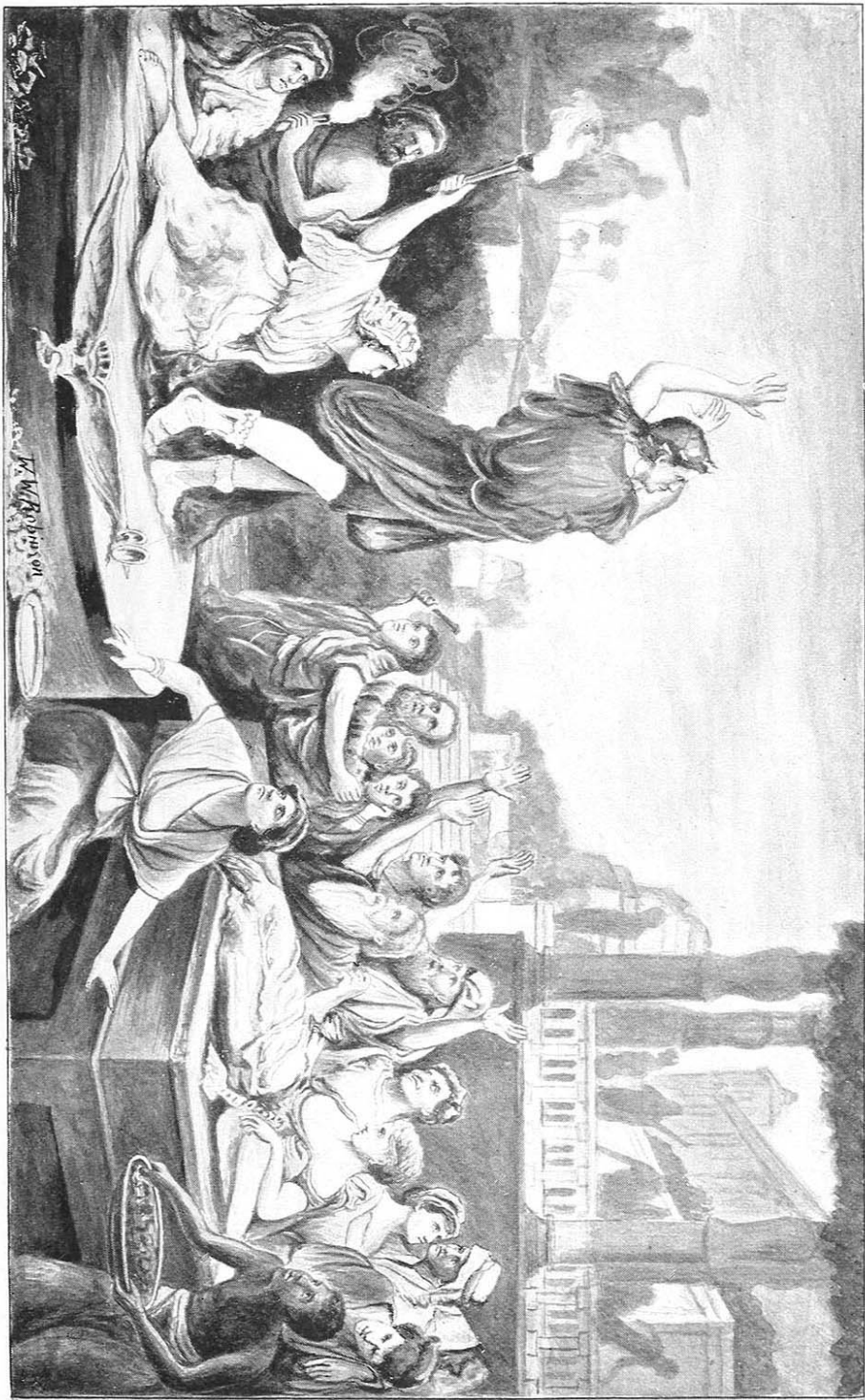
Alexandre chegou e deparou apenas com o corpo sem vida do rei persa. Ao olhar para o cadáver, poderia ter aprendido a valiosa lição da instabilidade da sorte humana. Ali se encontrava um homem que, poucos meses antes, havia se assentado no trono do império universal, cheio de nobres e generosas qualidades. Desastre, derrota e deserção logo lhe sobrevieram. Seu reino fora conquistado, seus tesouros levados embora e sua família reduzida ao cativeiro. E agora, brutalmente assassinado por traidores, seu corpo ensanguentado jazia em uma rude carroça. A visão desse melancólico espetáculo arrancou lágrimas até mesmo dos olhos de Alexandre, por mais familiarizado que estivesse com todas as vicissitudes terríveis e cenas sangrentas da guerra. Jogando seu manto sobre o defunto, ordenou que fosse transportado às mulheres cativas de Susa. Ele próprio providenciou os recursos necessários para um sepultamento real. Que ele receba o crédito por esse ato de generosidade, pois tristemente carece de todos os méritos que lhe são devidos.

Com a queda de Dario, Alexandre se viu livre de seu último grande inimigo. Daí em diante, poderia gastar o tempo da maneira que quisesse, desfrutando o descanso e prazeres, além de empreender pequenas conquistas. Ele realizou uma campanha pomposa contra a Índia, pois, de acordo com a mitologia grega, Baco e Hércules, dois filhos de Júpiter, de quem ele também afirmava ser filho, haviam feito o mesmo. Com arrogância desprezível, reivindicava para si honras divinas. Ele deixava as cidades conquistadas à mercê absoluta de seus soldados sanguinários e devassos, por vontade própria e sem ser provocado. Ele mesmo assassinava amigos e favoritos com frequência, em seus delírios de embriaguez. Ia em busca das pessoas mais vis para a gratificação de sua luxúria. Instigado por uma mulher dissoluta e bêbada, junto com alguns de seus cortesãos, todos em um estado de embriaguez alucinada, saíram numa investida, com tochas em mãos, e incendiaram a cidade e o palácio de Persépolis, um dos lugares mais sofisticados do mundo. Ele incentivava tamanha bebedeira entre seus seguidores que, em certa ocasião, 20 deles morreram juntos em consequência do excesso. Por fim, depois de sair de uma longa farra com bebidas alcoólicas, foi em seguida convidado para mais outra. Conta a história, por mais inacreditável que pareça, que, depois de beber cumprimentando cada um dos 20 convidados, ele tomou duas taças hercúleas cheias, com capacidade para cinco litros e meio cada uma. Depois disso, caiu no chão, tomado por uma febre violenta, da qual morreu 11 dias depois, em maio ou junho de 323 a.C., ainda às portas de adentrar a fase madura da vida, aos 32 anos de idade.

Precisaremos interromper o progresso do império grego, já que suas características distintivas serão notadas de maneira mais específica em outras profecias. Daniel continua da seguinte maneira a interpretação da grande estátua:

VERSÍCULO 40. O quarto reino será forte como ferro; pois o ferro a tudo quebra e esmiúça; como o ferro quebra todas as coisas, assim ele fará em pedaços e esmiuçará.

ALEXANDRE ORDENANDO QUE PERSEPOLIS FOSSE QUEIMADA



Até aqui, existe consenso geral entre os comentaristas na aplicação desta profecia. Todos reconhecem que Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia são representadas respectivamente pela cabeça de ouro, o peito e os braços de prata e o ventre e os quadris de bronze. Contudo, mesmo com tão pouco espaço para diversidade de ponto de vista, é estranho constatar que há forte diferença de opinião quanto ao reino simbolizado pela quarta divisão da grande estátua — as pernas de ferro. A esse respeito, precisamos tão somente indagar: que reino sucedeu a Grécia como império mundial? Pois as pernas de ferro denotam o quarto reino da série. O testemunho da história é completo e explícito a esse respeito. Um e somente um reino fez isso, e foi Roma. Ela conquistou a Grécia e subjugou todas as coisas. Assim como o ferro, se partiu em pedaços e foi ferida. Gibbon, usando as imagens simbólicas de Daniel, descreve esse império da seguinte maneira:

“Os braços da República, às vezes vencidos em batalhas, mas sempre vitoriosos na guerra, avançavam com passos rápidos até o Eufrates, o Danúbio, o Reno e o oceano. As metáforas do ouro, da prata e do bronze, que servem para representar as nações ou seus reis, foram sucessivamente quebradas pela monarquia férrea de Roma.”

No início da era cristã, esse império abrangia todo o sul da Europa, a França, Inglaterra, grande parte da Holanda, Suíça e o sul da Alemanha, Turquia e Grécia, sem falar em seus territórios na Ásia e na África. Gibbon disse muito bem a seu respeito:

“O império dos romanos se estendeu por todo o mundo. E quando esse império caiu nas mãos de uma só pessoa, o mundo se transformou em uma prisão certa e temível para seus inimigos. Resistir era fatal; e fugir, impossível.”

É importante notar que, a princípio, o reino é descrito sem restrições com a força do ferro. Esse foi o período de sua força, durante o qual pode ser comparado a um poderoso colosso, cavalcando as nações, conquistando tudo e distribuindo leis para o mundo. Mas as coisas não continuariam assim.

VERSÍCULO 41. Quanto ao que viste dos pés e dos artelhos, em parte, de barro de oleiro e, em parte, de ferro, será esse um reino dividido; contudo, haverá nele alguma coisa da firmeza do ferro, pois que viste o ferro misturado com barro de lodo. 42. Como os artelhos dos pés eram, em parte, de ferro e, em parte, de barro, assim, por uma parte, o reino será forte e, por outra, será frágil.

O elemento de fraqueza simbolizado pelo barro se encontra tanto nos pés quanto nos artelhos. Antes de ser dividida em dez reinos, Roma perdeu a tenacidade do ferro que possuía em grau superlativo durante os primeiros séculos de sua carreira. A luxúria, que anda de mãos dadas com a perda da virilidade e a degeneração, a destruidora de nações bem como de indivíduos, começou a corroer e enfraquecer seus tendões de ferro, abrindo caminho para o esfacelamento posterior em dez reinos.

As pernas de ferro da estátua terminam, a fim de manter a consistência da figura, em pés e dedos. Aos dedos dos pés, que somavam dez, é claro, a profecia nos chama atenção ao fazer

menção específica a eles. E o reino representado pela parte da estátua à qual os dedos dos pés pertenciam foi, por fim, dividido em dez partes. A pergunta que surge naturalmente é: os dez dedos dos pés da estátua representam as dez divisões do império romano? Para aqueles que preferem o que transparece ser a interpretação mais natural e direta da Palavra de Deus, traz grande espanto que um questionamento desse tipo seja feito. Considerar que os dez dedos dos pés representam os dez reinos nos quais Roma foi dividida parece um procedimento tão fácil, coerente e natural que é necessário um esforço elaborado para interpretar de outra maneira. Todavia, esse é o esforço que alguns empreendem — os católicos de maneira universal e os protestantes que ainda se apegam aos erros romanos.

Uma obra do Dr. H. Cowles pode ser considerada uma exposição representativa desse lado da questão. O autor dá total evidência de ampla erudição e grande habilidade. Logo, é de se lamentar que tais habilidades tenham sido dedicadas à propagação do erro e a desviar o ansioso interessado que deseja saber em que ponto se encontra na grande estrada do tempo.

Só podemos expor brevemente suas posições. São elas: 1) que o terceiro reino foi a Grécia, apenas enquanto Alexandre estava vivo; 2) que o quarto reino foram os sucessores de Alexandre; 3) que o último momento até o qual o reino podia se estender é a manifestação do Messias; porque 4) nessa ocasião, o Deus do Céu estabeleceu Seu reino; nesse tempo, a pedra atingiu os pés da estátua e começou o processo de destruí-la.

Tampouco teremos tempo para responder em grandes detalhes a essas posições.

1. Podemos muito bem confinar o império babilônico ao reinado de Nabucodonosor, ou o da Pérsia ao de Ciro, do mesmo modo que desejam reduzir o terceiro reino, a Grécia, ao reinado de Alexandre.

2. Os sucessores de Alexandre não constituíram outro reino, mas uma continuação do mesmo, a parte grega da estátua, pois, nessa linha temporal da profecia, a sucessão dos reinos ocorre por conquista. Quando a Pérsia conquistou Babilônia, começou o segundo império; e quando a Grécia dominou a Pérsia, iniciou o terceiro. Mas os sucessores de Alexandre (seus quatro generais mais importantes) não conquistaram seu império para construir outro em seu lugar. Eles simplesmente dividiram entre si o império que Alexandre havia conquistado e deixara pronto em suas mãos.

“Cronologicamente”, diz o professor Cowles, “o quarto império deve suceder a Alexandre imediatamente e se limitar por completo entre ele e o nascimento de Cristo”. Cronologicamente, respondemos, não é necessário ocorrer nada disso, pois o nascimento de Cristo não foi a introdução do quinto reino, conforme observaremos no momento apropriado. Ao fazer isso, ele negligencia quase toda a duração da terceira parte da estátua, misturando-a com a quarta, sem deixar espaço para a condição dividida do império grego, simbolizada pelas quatro cabeças do leopardo do capítulo 7 e os quatro chifres do bode do capítulo 8.

“Territorialmente”, continua o professor Cowles, “ele [o quarto reino] deve ser encontrado na Ásia ocidental, não na Europa; de modo geral, no mesmo território onde se localizavam o

primeiro, o segundo e o terceiro reinos”. Por que não na Europa, perguntamos? Cada um dos três primeiros reinos possuía territórios peculiares a si. Por que não o quarto? A analogia requer que sim. E o terceiro reino não foi um império europeu? Isto é, não surgiu em território europeu e usou o nome da terra de seu nascimento para designar seu reino? Logo, por que não dar mais um passo a oeste até o local em que o quarto grande reino seria fundado? E como a Grécia algum dia ocupou o território do primeiro e segundo reinos? Somente por conquista. Roma fez o mesmo. Portanto, levando em conta os requisitos territoriais da teoria do professor, Roma poderia ser o quarto reino tão verdadeiramente quanto a Grécia corresponde ao terceiro.

“Politicamente”, acrescenta ele, “deve ser o sucessor imediato do império de Alexandre, [...] mudando a dinastia, mas não as nações”. A analogia o contraria nesse ponto. Cada um dos três primeiros reinos se distinguia por possuir uma nacionalidade peculiar. Os persas não eram babilônios, nem os gregos os mesmos que os dois anteriores. A analogia requer que o quarto reino, em vez de composto por um fragmento do império grego, possua nacionalidade própria, diferente da dos outros três. E isso encontramos no império romano e somente nele. Mas:

3. A grande falácia subjacente a todo esse sistema de interpretação equivocada é a teoria tão ensinada de que o reino de Deus foi estabelecido no primeiro advento de Cristo. É fácil entender como é fatal para essa teoria a admissão de que o quarto império é Roma. Pois é após a divisão do quarto império que o Deus do Céu deveria estabelecer Seu reino. Mas a divisão do império romano em dez partes só ocorreu em 476 d.C.; em consequência, o reino de Deus não poderia ter sido fundado por ocasião do primeiro advento de Cristo, ocorrido quase 500 anos antes dessa data. Do ponto de vista deles, embora corresponda admiravelmente à profecia em todos os detalhes, Roma não poderia ser o reino em questão. Esses intérpretes parecem pensar que a opinião de que o reino de Deus foi fundado nos dias em que Cristo andou sobre a Terra deve ser mantida a qualquer custo.

Pelo menos é com essa base que alguns comentaristas aparentam argumentar. E é com o propósito de defender tal teoria que nosso autor reduz o terceiro grande império mundial ao insignificante período de cerca de oito anos! Para isso, ele tenta provar que o quarto império universal estava a pleno vapor no período em que a providência de Deus estava apenas dando os contornos do terceiro! Procura então fixar os períodos de tempo que devem limitar o aparecimento do quarto reino, muito embora a profecia nada fale acerca de datas. Assim, qualquer reino que encontrar no período predeterminado, ele aponta como o quarto reino, tentando torcer a profecia para se enquadrar em sua interpretação, sem considerar de modo nenhum o material tão superior que pode encontrar fora desse pequeno limite, como resposta ao cumprimento de um relato profético. Esse procedimento é lógico? O limite de tempo é o ponto a ser determinado em primeiro lugar? Não. Os reinos são os grandes protagonistas da profecia e é por eles que devemos procurar. Quando os encontramos, devemos aceitá-los, independentemente de sua cronologia ou localização. Deixemos que eles ditem tempo e lugar, não que tempo e lugar ditem quem eles são.

No entanto, esse ponto de vista, a causa de todas as aplicações incorretas e da confusão, não passa de pressuposição. Cristo não esmiuçou a estátua em Seu primeiro advento. Veja bem! Quando a pedra atinge os pés da estátua, ela se quebra em pedaços. Há uso de violência. A consequência é imediata. A estátua fica como palha. E depois? Ela é absorvida pela pedra e gradualmente incorporada a ela? Nada disso. É soprada, removida, por ser um material incompatível e indisponível; e não se encontra lugar nenhum para ela. O território fica totalmente limpo; em seguida, a pedra se transforma em uma montanha e enche toda a Terra. A que ideia poderíamos ligar essa obra de quebrar e esmiuçar? Seria uma atividade tranquila, pacífica e silenciosa? Ou uma manifestação de vingança e violência? Como os reinos da profecia sucederam um ao outro? Por meio da violência e do estrondo da guerra, do confronto de exércitos e do bramido da batalha. “Tumulto da batalha e toda veste revolvida em sangue”, afirma-se acerca da força e violência usadas por uma nação para conquistar outra. Todavia, nada disso é chamado de “ferir” e “esmiuçar”.

Quando a Pérsia conquistou Babilônia e, depois, a Grécia dominou a Pérsia, não se afirma que nenhum dos impérios subjugados foi esmiuçado, muito embora tenha sido oprimido pelo poder avassalador de uma nação hostil. Mas, quando chegamos à introdução do quinto reino, a estátua é ferida com violência; ela se quebra em pedacinhos, tão espalhados e destruídos que não se encontra lugar para eles. O que podemos entender a partir disso? Devemos compreender que se encontra aqui uma cena na qual se manifesta muito mais violência, força e poder do que as que acompanham a conquista de uma nação por meio da guerra, de tal modo que o último reino não é nem digno de ser mencionado em conexão com o reino introduzido pela pedra. A conquista de uma nação por outra mediante a guerra é uma cena de paz e tranquilidade em comparação com o que transparece quando a estátua é esmiuçada em pedacinhos pela pedra extraída de uma montanha sem mãos humanas.

No entanto, o que o ferimento da estátua significa segundo a teoria em análise? A pacífica introdução do evangelho de Cristo! A tranquila disseminação da luz da verdade! O ajuntamento de algumas nações da Terra a fim de se prepararem, por meio da obediência à verdade, para Sua segunda vinda e Seu reino! A calma e desprezível formação da igreja cristã — uma igreja que foi dominada, perseguida e oprimida pelos poderes arrogantes e triunfantes da Terra desde aquela época até hoje! Esse seria o esmiuçamento da estátua! Isso seria quebrá-la em pedaços e remover com violência os fragmentos esfacelados da face da Terra! Haveria absurdo maior do que esse?

Após essa digressão, voltamos à pergunta: os dedos dos pés representam as dez divisões do império romano? Nossa resposta é sim, porque:

1. A estátua do capítulo 2 é um paralelo exato da visão dos quatro animais do capítulo 7. O quarto animal do capítulo 7 representa o mesmo que as pernas de ferro da estátua. Os dez chifres do animal correspondem, muito naturalmente, é claro, aos dedos dos pés da estátua. E afirma-se claramente que os chifres são dez reinos que surgiriam. E são reinos independentes tanto quanto os próprios animais. Pois se faz referência aos animais exatamente da mesma maneira, a saber, como “quatro reis que se levantarão” (v. 17). Eles não denotam uma linhagem de reis sucessivos,

mas, sim, reis ou reinos que coexistem contemporaneamente, uma vez que três deles são arrancados pelo chifre pequeno. Os dez chifres, não há controvérsias, representam os dez reinos nos quais Roma se dividiu.

2. Vimos que, na interpretação de Daniel sobre a estátua, as palavras rei e reino são usadas de maneira intercambiável, ou seja, a última significando o mesmo que a primeira. No versículo 44, ele diz que “nos dias destes reis, o Deus do Céu suscitará um reino”. Isso mostra que, no momento do estabelecimento do reino de Deus, haverá uma pluralidade de reis contemporâneos. Não pode ser uma referência aos quatro reinos anteriores, pois seria absurdo usar esse tipo de linguagem em referência a uma série de reis sucessivos, já que, nesse caso, o reino de Deus seria fundado apenas nos dias do último rei, época diferente da de qualquer um dos anteriores.

Logo, é apresentada uma divisão. E o que temos em símbolo para identificá-la? Nada além dos dedos dos pés da estátua. Caso eles não o façam, ficamos sem nenhuma informação quanto à natureza e extensão da divisão que a profecia revela existir. Fazer tal suposição equivaleria a lançar sérias dúvidas sobre a profecia em si. Somos, portanto, levados à conclusão de que os dez dedos dos pés da estátua simbolizam as dez partes nas quais o império romano foi dividido.¹

Uma objeção às vezes feita ao ponto de vista de que os dez dedos dos pés da estátua denotam dez reinos é o lembrete de que, antes de se dividir em dez reinos, Roma dividiu-se em duas partes, o império ocidental e oriental, correspondendo às duas pernas da estátua. E uma vez que todos os dez reinos surgiram da divisão ocidental, caso sejam representados pelos dedos dos pés, conforme defendemos, então os dez dedos teriam de se encontrar todos em um dos pés da estátua, sem nenhum na outra, fato que seria anormal e inconsistente.

Mas tal objeção invalida a si própria; pois é certo que, se as duas pernas representam uma divisão, os dedos dos pés também devem fazê-lo. Seria inconsistente dizer que as pernas simbolizam divisão, mas os dedos dos pés não. Caso, porém, os dedos dos pés indiquem algum tipo de divisão, só pode ser a divisão de Roma em dez partes.

¹ Essa divisão ocorreu entre os anos 351 e 483 d.C. Logo, a era de sua dissolução abrangeu quase 150 anos, do meio do quarto século até perto do fim do quinto. Nenhum historiador de que temos conhecimento situa o início do processo de desmembramento do império romano antes de 351 d.C., e nenhum demarca seu fim a uma data posterior a 483 d.C. No que se refere a datas intermediárias, isto é, ao momento específico em que cada um dos dez reinos se levantou das ruínas do império romano, há certa diferença de opinião entre os historiadores. Isso não é de se estranhar, quando levamos em conta que foi uma era de grande confusão, uma vez que o mapa do império romano passou por muitas mudanças súbitas e violentas naquela época e que os caminhos das nações hostis que se apoderaram de seu território se cruzavam e recruzavam em um labirinto de confusão. Mas todos os historiadores estão de acordo que, por fim, dez reinos separados se estabeleceram no antigo território de Roma ocidental. Com margem de segurança, podemos atribuir para o período as datas extremas acima mencionadas, a saber, 351 e 483 d.C.

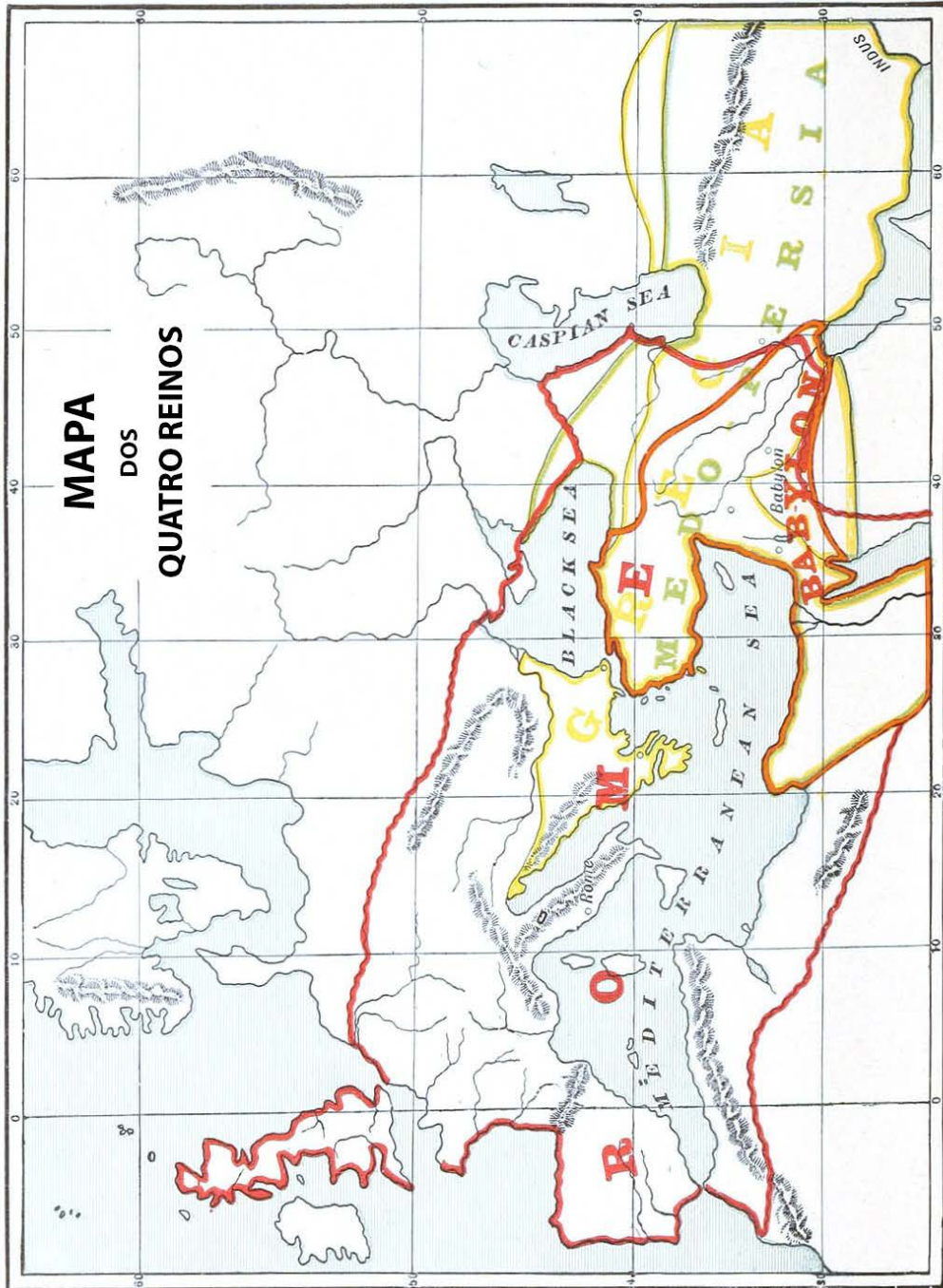
As dez nações mais fundamentais para a divisão do império romano e que, em algum momento de sua história, possuíram partes do antigo território romano como reinos separados e independentes podem ser listadas da seguinte maneira (sem levar em conta a data de sua fundação): hunos, ostrogodos, visigodos, francos, vândalos, suevos, burgúndios, hérulos, anglo-saxões e lombardos. A ligação entre eles e algumas das nações modernas da Europa ainda pode ser identificada no nome, como Inglaterra, Borgonha, Lombardia, França etc. Autoridades como Calmet, Faber, Lloyd, Hales, Scott, Barnes, etc. estão de acordo com a listagem acima (confira as notas conclusivas de Barnes sobre Daniel 7).

No entanto, a falácia que forma a base dessa objeção é a ideia de que as duas pernas da estátua significam a separação do império romano em suas divisões oriental e ocidental. Há diversas objeções a esse ponto de vista:

1. As duas pernas de ferro simbolizam Roma, não meramente durante seus anos finais, mas desde o início de sua existência como nação. E caso as pernas denotem divisão, o reino deveria ter se dividido desde o início de sua história. Esse argumento é embasado pelos outros símbolos. A divisão (isto é, os dois elementos) do reino persa, simbolizados pelos dois chifres do carneiro (Daniel 8:20), também pela elevação de um dos lados do urso (Daniel 7:5) e talvez pelos dois braços da estátua deste capítulo, existia desde o princípio. A divisão do reino grego, representada pelos quatro chifres do bode e as quatro cabeças do leopardo, data de cerca de oito anos depois do momento em que o império foi introduzido na profecia. Logo, Roma deveria ter se dividido desde o princípio, caso as pernas denotassem divisão, em vez de permanecer unida por cerca de 600 anos, para só se separar nas partes oriental e ocidental alguns anos antes de sua dissolução final em dez reinos.

2. Nenhuma divisão em duas grandes partes é simbolizada pelos outros símbolos que representam Roma no livro de Daniel; a saber, o animal terrível e espantoso de Daniel 7, e o chifre pequeno do capítulo 8. Logo, é razoável concluir que as duas pernas da estátua não tinham o propósito de representar tal divisão.

Mas é possível questionar: por que não supor que as duas pernas denotam divisão, assim como os dedos dos pés? Não seria um tanto quanto incoerente dizer que os dedos dos pés denotam divisão, mas as pernas não, assim como dizer que as pernas denotam divisão, mas os dedos dos pés não? Respondemos que a própria profecia deve dirigir nossas conclusões a esse respeito e, embora nada diga a respeito da divisão ligada às pernas, introduz o tema da divisão quando chegamos aos pés e seus dedos. O texto declara: “Quanto ao que viste dos pés e dos artelhos, em parte, de barro de oleiro e, em parte, de ferro, será esse um reino dividido” (v. 41). Nenhuma divisão poderia ocorrer, ou, no mínimo, não se afirma que ocorreu, até a introdução do barro, elemento enfraquecedor. Isso só acontece quando chegamos aos pés e seus dedos. Entretanto, não devemos interpretar que o barro simboliza uma divisão e o ferro outra, pois depois que a longa unidade do reino se rompeu, nenhum dos fragmentos permaneceu tão forte quanto o ferro original. Em vez disso, todos passaram a um estado de fraqueza representado pela mistura de ferro e barro. A conclusão inevitável é que o profeta indicou aqui a causa do efeito resultante. A introdução da fraqueza presente no elemento barro, ao nos aproximarmos dos pés, resultou na divisão do reino em dez partes, conforme representado pelos dez dedos dos pés; e esse resultado, ou divisão, é mais do que subentendido pela súbita menção a uma pluralidade de reis contemporâneos. Logo, embora não encontremos evidência alguma de que as pernas denotem divisão, mas sérias objeções a esse ponto de vista, acreditamos ter bons motivos para supor que os dedos dos pés simbolizam divisão, conforme aqui defendido.



Nota.—Os quatro reinos se distinguem pelas cores diferentes, com o contorno dos reinos sendo da mesma cor das letras do nome de cada reino. Assim, a cor laranja contorna o reino da Babilônia; a verde, a Medo-Pérsia; a amarela, a Grécia; a vermelha, Roma. Com todos os reinos combinados em uma única página, o leitor pode ver como o território de cada reino correspondeu ao dos outros reinos.

3. Todas as quatro monarquias tiveram um território específico, que consistia no reino propriamente dito, no qual devemos procurar os principais eventos históricos prefigurados pelo símbolo. Logo, não devemos ir em busca das divisões do império romano dentro do território anteriormente ocupado por Babilônia, Pérsia ou Grécia, mas na região do reino romano propriamente dito, que, por fim, se tornou conhecido como império ocidental. Roma dominou o mundo, mas o reino de Roma em si ficava a oeste da Grécia. É isso que as pernas de ferro representavam. Ali, então, podemos procurar os dez reinos e encontrá-los. Não é preciso mutilar ou deformar o símbolo a fim de transformá-lo em uma representação fiel de acontecimentos históricos.

VERSÍCULO 43. Quanto ao que viste do ferro misturado com barro de lodo, misturar-se-ão mediante casamento, mas não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro.

Com Roma, caiu o último dos impérios universais pertencentes ao mundo em sua condição presente. Até então, os elementos da sociedade haviam possibilitado que uma nação se elevasse sobre as vizinhas em proeza, bravura e ciência bélica, anexando uma após a outra às rodas de seus carros de guerra, até se consolidar em um vasto império. Assim, um só homem assentado sobre o trono dominante era capaz de transformar sua vontade em lei em todas as nações da Terra. Quando Roma caiu, tais possibilidades terminaram para sempre. Esmagada sob o peso das próprias vastas proporções, sucumbiu em pedaços, para nunca mais se unir. O ferro se misturou ao barro. Seus elementos perderam o poder de coesão e nenhum ser humano ou grupo será capaz de consolidá-los novamente. Essa ideia foi tão bem expressa por outro autor que citamos com prazer suas palavras:

“Desse estado dividido, partiu a primeira força do império; mas não como os outros haviam feito. Nenhum outro reino o sucederia, como ocorreu com os três anteriores. Ele continuaria em sua divisão em dez partes até o reino de pedra ferir seus pés, quebrá-los em pedaços e espalhá-los como o vento faz com a palha no chão da eira durante o verão! Todavia, ao longo de todo esse tempo, uma parte de sua força permaneceria. Por isso, o profeta diz: ‘Como os artelhos dos pés eram, em parte, de ferro e, em parte, de barro, assim, por uma parte, o reino será forte e, por outra, será frágil’ (v. 42). Como seria possível representar os fatos de qualquer outra maneira, de forma tão marcante? Essa divisão em dez partes existe há mais de mil e quatrocentos anos. Vez após vez, indivíduos sonharam em estabelecer nesses domínios um só reino poderoso. Carlos Magno tentou. Carlos V tentou. Luís XVI tentou. Napoleão tentou. Mas nenhum conseguiu. Um único verso da profecia foi mais forte do que todos os seus exércitos. O poder de cada um foi dispersado, anulado, destruído. Mas os dez reinos não se tornaram um. ‘Parcialmente forte e parcialmente quebrado’ [v. 42, KJV] foi a descrição profética. E é exatamente isso que os fatos históricos revelam sobre eles. Com o livro da história aberto à sua frente, eu lhe pergunto: essa não é uma representação exata dos remanescentes desse império tão poderoso no passado? Ele governava com poder ilimitado. Era o senhor entronizado do mundo. Seu cetro

se quebrou; seu trono foi derrubado e seu poder, retirado. Dez reinos se formaram a partir dele, e, mesmo ‘quebrado’, ainda continua; ou seja: ‘parcialmente quebrado’, pois suas dimensões permanecem as mesmas de quando o reino de ferro permanecia orgulhoso de pé. Mas ao mesmo tempo ‘parcialmente forte’, ou seja, mesmo quebrado, conserva o suficiente da força do ferro para resistir a todas as tentativas de unir seus pedaços. “Assim não será”, diz a Palavra de Deus. “E assim não tem sido”, responde o livro da história.

“Mas então’ — podem os homens dizer — ‘outro plano permanece. Se a força não adiantar, diplomacia e motivos políticos podem resolver; tentaremos tais estratégias’. E a profecia previu isso quando disse: “misturar-se-ão com semente humana” (Dn 2:43, ARC), isto é, casamentos serão feitos na esperança de consolidar seu poder e, por fim, unir em um os reinos divididos.

“E tal estratégia logrará êxito? Não. O profeta responde: ‘Mas não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro’. E a história da Europa não passa de um comentário contínuo do cumprimento exato dessas palavras. Desde os tempos de Canuto até a era presente, essa tem sido a política dos monarcas governantes, o velho caminho que trilham a fim de alcançar um cetro mais poderoso e influência mais abrangente. O exemplo mais assinalado disso na história foi registrado em nossos dias, no caso de Napoleão. Ele reinou em um desses reinos. [...] Tentou obter por aliança aquilo que não conseguiu pela força, ou seja, estabelecer um império poderoso e consolidado. Mas teve sucesso? Não. O próprio poder ao qual se aliou promoveu sua destruição, nas tropas de Luche, no campo de Waterloo! O ferro não era para se misturar com o barro. Os dez reinos continuam como antes.

“Contudo, se, em consequência dessas alianças ou de outras causas, o número de reinos às vezes se altera, não precisamos ficar surpresos. É justamente isso que a profecia parece comunicar. O ferro foi “misturado com barro”. Por um tempo, na imagem, é possível que você não consiga diferenciá-los. No entanto, as coisas não permanecerão assim. “Mas não se ligarão um ao outro”. Por um lado, a natureza das substâncias impede que isso aconteça; por outro, a palavra da profecia o proíbe. Haveria, porém, a tentativa de misturar, ou melhor, uma abordagem para a mistura em ambos os casos. Mas seria em vão. E quão acentuada tem sido a ênfase da história ao confirmar essa declaração da Palavra de Deus! (Wm. Newton, *Lectures on the First Two Visions of the Book of Daniel*, p. 34-36).

Todavia, mesmo com todos esses fatos à sua frente, demonstrando o poder irresistível da providência de Deus em meio às reviravoltas e mudanças dos séculos, à diplomacia e intriga de cortes e reis, alguns eruditos modernos demonstram uma incompreensão tão surpreendente dessa profecia que predizem um reino universal futuro, chegando a apontar para um governante europeu, no momento já avançado em idade e com prestígio em declínio, como o “destinado monarca do mundo”. Em vão gastam energia na propagação de tal teoria. Enganosas são as esperanças ou os temores que conseguem despertar ao suscitar tal expectativa.²

² Pouco depois dessas palavras terem sido escritas, Napoleão III, o “destinado monarca do mundo” foi destronado e morreu em infame reclusão, e seu filho e herdeiro tem caído, desde então, nas mãos de selvagens na África.

VERSÍCULO 44. Mas, nos dias destes reis, o Deus do Céu suscitará um reino que não será jamais destruído; este reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumirá todos estes reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre, 45. como viste que do monte foi cortada uma pedra, sem auxílio de mãos, e ela esmiuçou o ferro, o bronze, o barro, a prata e o ouro. O Grande Deus fez saber ao rei o que há de ser futuramente. Certo é o sonho, e fiel, a sua interpretação.

Chegamos ao clímax dessa profecia estupenda. E quando o tempo, em seu fluxo contínuo, nos conduzir à sublime cena aqui predita, alcançaremos o fim da história humana. O reino de Deus! Grandes preparativos têm sido feitos para essa dispensação nova e gloriosa, na qual o povo de Deus encontrará o final feliz da triste, degenerada e instável carreira deste mundo. Que mudança arrebatadora para todos os justos, da escuridão para a glória, dos conflitos para a paz, de um mundo pecaminoso para um santo, da morte para a vida, da tirania e opressão para a feliz liberdade e os benditos privilégios de um reino celeste! Que transição mais gloriosa, da fraqueza para a força, da mutabilidade e decadência para o imutável e eterno!

Mas quando esse reino será estabelecido? Podemos ter esperança de resposta para uma pergunta com consequências tão importantes para nossa raça? A Palavra de Deus não nos deixa na ignorância quanto a essas indagações; e nisso se vê o valor insuperável desse favor celeste. Não podemos dizer que o tempo exato é revelado (enfatizamos o fato de que não é) nesta ou em qualquer outra profecia; mas uma estimativa tão próxima nos é dada que a geração que verá o estabelecimento desse reino pode marcar sua aproximação sem erros e fazer os preparativos que lhes permitirão participar de todas as suas glórias.

Conforme já explicado, os versículos 41 a 43 nos trazem à divisão do império romano em dez reinos; esta se realizou, conforme já mencionamos, entre 351 e 483. Sem sombra de dúvida, os reis, ou reinos, no dia em que o Deus dos céus estabelecerá Seu reino serão esses reinos que surgiram do império romano. Logo, o reino de Deus aqui evidenciado não poderia ter surgido, como alguns afirmam, em conexão com o primeiro advento de Cristo, 450 anos antes. Mas quer apliquemos essa divisão aos dez reinos, quer não, com certeza algum tipo de divisão aconteceria no império romano antes do reino de Deus ser fundado, pois a profecia afirma expressamente: “Será esse um reino dividido”. E isso é igualmente fatal para o ponto de vista popular; pois, após a unificação dos primeiros elementos do poder romano até os dias de Cristo, não houve divisão do reino; nem durante Sua época, nem por muitos anos depois disso, tal coisa aconteceu. As guerras civis não foram divisões do império, mas apenas esforços de indivíduos que adoravam o altar da ambição, com o objetivo de obter controle supremo do império. As pequenas revoltas ocasionais de províncias distantes, suprimidas com o poder e quase que com a velocidade semelhante a um trovão, não consistiram em divisões do reino. Nada além disso pode ser apontado como interferências à unidade do reino, por mais de trezentos anos depois de Cristo. Essa única consideração basta para invalidar para sempre o ponto de vista de que o reino de Deus, o quinto dessa série, conforme apresentado em Daniel 2, foi fundado no início da era cristã. Contudo, algumas reflexões a mais podem vir a calhar:

1. O quinto reino não poderia ter sido fundado durante o primeiro advento de Cristo, pois não deveria existir de forma contemporânea a governos terrenos, mas, sim, sucedendo-lhes. Assim como o segundo reino sucedeu ao primeiro, o terceiro sucedeu ao segundo e o quarto sucedeu ao terceiro, por meio de violência e conquista, o quinto reino sucede ao quarto. Não existe ao mesmo tempo em que ele. O quarto reino precisa ser destruído primeiro, seus fragmentos removidos e o território desocupado para então o quinto reino se estabelecer como sucessor na linha do tempo. Mas a igreja existe contemporaneamente aos governos terrenos desde que estes existem. Havia uma igreja nos dias de Abel, de Enoque, de Noé, de Abraão e assim por diante até o presente. Não, a igreja não é a pedra que feriu os pés da estátua. Ela já existe há muito tempo e a obra da qual se incumbe não compreende a de ferir e subjugar governos terrenos.

2. O quinto reino é introduzido pela pedra que fere a estátua. Qual parte da estátua é atingida? Os pés e seus dedos. Mas estes só se desenvolveram quatro séculos e meio após a crucificação de Cristo. Na época da crucificação, a estátua só havia desenvolvido até as coxas, por assim dizer. E caso o reino de Deus houvesse sido fundado então, se naqueles dias a pedra houvesse ferido a estátua, ela teria atingido as pernas, não os pés, onde a profecia indica.

3. A pedra que fere a estátua se solta da montanha sem auxílio de mãos. A margem [na KJV] diz: “que não estava em mãos”. Isso mostra que o ato de ferir não é feito por uma pessoa atuando em lugar de outra; por exemplo, não pela igreja nas mãos de Cristo, mas se trata de uma obra que o próprio Senhor realiza com Seu poder divino, sem a mediação de nenhum agente humano.

4. Mais uma vez, o reino de Deus é colocado diante da igreja como razão de esperança. O Senhor não ensinou aos discípulos uma oração que se tornaria obsoleta dentro de dois ou três anos. “Teu reino venha” é um pedido que pode sair dos lábios do paciente rebanho que espera nesses últimos dias de maneira tão apropriada quanto ao ser proferido pelos primeiros discípulos.

5. Contamos com declarações bíblicas claras para confirmar as seguintes proposições: 1) o reino ainda era futuro na época da última Páscoa do nosso Senhor (Mt 26:29). 2) Cristo não o fundou antes de Sua ascensão (At 1:6). (3) Carne e sangue não podem herdá-lo (1Cr 15:50). 4) Foi uma promessa aos apóstolos e a todos aqueles que amam a Deus (Tg 2:5). 5) É prometido no futuro ao pequeno rebanho (Lc 12:32). 6) Os santos ali entrarão mediante muita tribulação (At 14:22). 7) Ele será estabelecido quando Cristo vier julgar os vivos e os mortos (2Tm 4:1). 8) Isso acontecerá quando Ele voltar em glória com todos os Seus santos anjos (Mt 25:31-34).

Militando contra o ponto de vista acima apresentado, pode-se perguntar se a expressão “reino dos céus”, no Novo Testamento, não pode ser aplicada à igreja. Em alguns casos, sim; mas em outros, fica evidente que não. Nos textos decisivos citados acima, os quais mostram que o reino ainda era uma promessa mesmo depois da igreja ter sido plenamente estabelecida, que mortalidade não pode herdá-la e que só seria fundado em conexão com a vinda de nosso Senhor para juízo, a referência não pode ser a nenhum estado ou organização daqui da Terra. A questão diante de nós é ter a certeza do que constitui o reino de Daniel 2:44; e vimos que a profecia proíbe expressamente que o apliquemos à igreja, uma vez que, segundo os termos da própria profecia, só podemos procu-

rar por esse reino a partir de mais de 400 anos depois da crucificação de Cristo e do estabelecimento da igreja evangélica. Portanto, se, em algumas expressões do Novo Testamento, a palavra “reino” pode ser aplicada à obra da graça de Deus, ou à disseminação do evangelho, ela não pode, nesses casos, se referir ao reino apresentado em visão no livro de Daniel. Só pode se tratar do reino literal futuro da glória de Cristo, tão enfatizado tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos.

É possível, também, ser levantada a objeção de que, quando a pedra fere a estátua, o ferro, o bronze, a prata e o ouro se quebram em pedaços juntos e, por isso, a pedra deveria atingir a estátua num momento em que todas essas partes ainda existissem. Em resposta, perguntamos: o que significa o fato de terem sido esmiuçadas? A expressão quer dizer que as mesmas pessoas que formaram os reinos de ouro estariam vivas quando a estátua se partisse em pedaços? Não, caso contrário a estátua só abrangeria o período de uma única geração. Significa que seria um reino dominante? Não, pois acontece uma sucessão de reinos até o quarto. Suponhamos, então, que o quinto reino houvesse sido fundado no primeiro advento. Em que sentido o bronze, a prata e o ouro estariam em existência naquela época mais do que nos dias de hoje? Ela se refere ao momento da segunda ressurreição, no qual todas as nações ímpias serão ressuscitadas? Não, pois a destruição dos governos terrenos na atual condição, simbolizada na visão pelo ferimento da estátua, certamente ocorrerá ao fim desta dispensação; e, na segunda ressurreição, não haverá mais nenhum tipo de distinção nacional.

Não existe, na verdade, nenhuma objeção para o ponto analisado, pois todos os reinos simbolizados pela estátua continuam a existir, em certo sentido. A Caldeia e a Assíria continuam a ser as primeiras divisões da estátua; a Média e a Pérsia, a segunda; Macedônia, Grécia, Trácia, Ásia Menor e Egito, a terceira. É verdade que a vida política e o domínio passaram de uma para a outra, mas, no que se refere à estátua, tudo agora se concentra nas divisões do quarto reino. No entanto, os outros continuam a existir em localização e concretude, muito embora sem exercer domínio. E juntos serão esmiuçados quando o quinto reino iniciar.

Pode-se ainda perguntar, em objeção: não é um fato que todos os dez reinos, em cuja época o reino de Deus devia ser estabelecido, já se passaram? E como o reino de Deus ainda não foi fundado, será que a profecia, de acordo com o ponto de vista aqui defendido, não se mostrou um fracasso? Respondemos: esses reinos ainda não passaram. Ainda estamos no período deles. A ilustração a seguir, da obra *Cause and Cure of Infidelity* [Causa e Cura da Infidelidade], do Dr. Nelson, p. 374-375, tornará bem claro esse ponto:

“Suponha que um povo frágil esteja sofrendo invasões quase constantes de inimigos numerosos e vorazes. Suponha que um príncipe poderoso e bom mande a mensagem de que, por determinado número de anos, digamos, trinta, manterá dez guarnições para a segurança da fronteira desse reino mais fraco, cada uma formada por cem homens bem armados. Suponha que fortes sejam construídos e ali permaneçam por alguns anos, até que dois deles são incendiados e reconstruídos sem demora. Houve qualquer violação da palavra do soberano? Não! Não houve nenhuma interrupção relevante na continuidade dos muros fortificados; além disso, a parte mais importante

da proteção continuava ali. Mais uma vez, suponha que o monarca mande destruir duas fortalezas, mas, ao lado de onde elas se encontravam, imediatamente ordena erigir outras duas construções, mais capazes e desejáveis. A promessa continua válida? Nossa resposta é afirmativa e cremos que ninguém discordaria de nós. Por fim, suponha que, além das dez guarnições, fosse demonstrado que, por vários meses ao longo dos trinta anos, uma guarnição a mais fosse colocada ali; e, por um ou dois anos dos trinta, tenha havido onze, em lugar de dez fortificações. Podemos dizer que houve retratação ou falha da proposta original? Ou que qualquer uma das aparentes interrupções aqui mencionadas impedirá que as chamemos, com propriedade, de “as dez guarnições da fronteira”? A resposta indiscutível é não.”

“É isso que tem acontecido com relação aos dez reinos da Europa sob o cetro romano. Eles existem há 1.260 anos. A mudança de nome de vários deles, segundo os caprichos daqueles que os conquistaram, não destruiu sua existência. A mudança dos limites territoriais de outros não significa que a nação não esteja mais ali. Mesmo que outros tenham caído enquanto sucessores se formavam em seu local, os dez chifres persistem ali. Se, por alguns anos dentro de mil, houve mais do que dez, se algum poder temporário se ergueu tentando reivindicar um espaço junto com os outros e logo desapareceu, isso não faz a besta ter menos do que dez chifres.”

Scott comenta:

“Não há dúvida de que o império romano foi dividido em dez reinos; e, muito embora eles às vezes tenham existido em maior ou menor número, continuam a ser conhecidos pelo nome de dez reinos do império ocidental”.

Assim a questão é solucionada e fica livre de todas as dificuldades. O tempo desenvolveu plenamente todas as partes da estátua. Mais estritamente falando, representa os importantes acontecimentos políticos que foi destinada a simbolizar. Fica de pé em sua forma completa. E assim tem estado por mais de 1.400 anos. Ela aguarda para ser ferida nos pés pela pedra cortada sem auxílio de mãos, ou seja, pelo reino de Cristo. Isso acontecerá quando o Senhor for revelado em fogo consumidor, vingando-Se daqueles que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. Salmo 2:8-9.) Nos dias desses reis, o Deus do Céu estabelecerá um reino. Já estamos nos dias desses reis há mais de 14 séculos, e neles continuamos. Por isso, segundo a profecia, o próximo acontecimento é a fundação do reino eterno de Deus. Outras profecias e sinais incontáveis mostram, sem sombra de dúvida, sua proximidade imediata.

O reino vindouro! Esse deveria ser o tema incessante da geração presente. Leitor, você está pronto? Aqueles que entrarem nesse reino não o farão apenas pelo período de uma vida dos seres humanos da atual condição, nem o verão se degenerar ao ser dominado por um reino sucessor mais poderoso; pelo contrário, quem nele entrar participará de todos os seus privilégios e de todas as suas bênçãos, partilhando de suas glórias para sempre; pois este reino “não passará a outro povo”. Mais uma vez lhe perguntamos: você está pronto? Os termos da herança são os mais liberais: “E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a pro-

messa” (Gl 3:29). Você é amigo de Cristo, o Rei vindouro? Ama Seu caráter? Está tentando seguir humildemente Suas pegadas e obedecer a Seus ensinamentos? Se não, leia seu destino descrito no caso daqueles da parábola, acerca dos quais foi dito: “Quanto, porém, a esses meus inimigos, que não quiseram que eu reinasse sobre eles, trouxe-os aqui e executei-os na minha presença” (Lc 19:27). Não haverá reino rival onde você poderá encontrar asilo caso seja inimigo desse. Pois ele ocupará todo território que algum ou todos os reinos deste mundo já possuíram no passado ou presente. Preencherá a Terra inteira. Bem-aventurados aqueles para quem o justo Soberano, o Rei que a tudo conquista, poderá por fim dizer: “Vinde, benditos de Meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo” (Mt 25:34).

VERSÍCULO 46. Então, o rei Nabucodonosor se inclinou, e se prostrou rosto em terra perante Daniel, e ordenou que lhe fizessem oferta de manjares e suaves perfumes. 47. Disse o rei a Daniel: Certamente, o vosso Deus é o Deus dos deuses, e o Senhor dos reis, e o revelador de mistérios, pois pudeste revelar este mistério. 48. Então, o rei engrandeceu a Daniel, e lhe deu muitos e grandes presentes, e o pôs por governador de toda a província da Babilônia, como também o fez chefe supremo de todos os sábios da Babilônia. 49. A pedido de Daniel, constituiu o rei a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego sobre os negócios da província da Babilônia; Daniel, porém, permaneceu na corte do rei.

Já nos demoramos bastante ao refletir sobre a interpretação do sonho que Daniel revelou ao monarca caldeu. Feito isso, precisamos voltar ao palácio de Nabucodonosor e a Daniel, enquanto este se encontrava na presença do rei, contando-lhe o sonho e sua interpretação, ao passo que os cortesãos, feiticeiros e astrólogos pasmos esperavam em volta, maravilhados e em silente perplexidade.

É de se esperar que um monarca ambicioso, elevado ao mais alto trono terreno, no auge do sucesso ininterrupto, não tivesse muita tolerância para ouvir que seu reino, no qual sem dúvida ele depositava as mais acalentadas esperanças de que perduraria para sempre, seria conquistado por outro povo. Todavia, Daniel foi ousado e deixou bem claro esse fato para o rei; este, longe de se sentir ofendido, prostrou-se perante o profeta de Deus e lhe ofereceu adoração. Sem dúvida, Daniel imediatamente impediu o cumprimento das ordens do rei para que lhe prestassem honras divinas. Que Daniel teve um diálogo com o rei, não registrado aqui, fica evidente com base no versículo 47: “Respondeu o rei a Daniel e disse” (Dn 2:47, ARC). Pode-se inferir também que Daniel se esforçou para redirecionar o sentimento de reverência do rei de si mesmo para o Deus do Céu, uma vez que o monarca responde: “Certamente, o vosso Deus é o Deus dos deuses, e o Senhor dos reis”.

Então o rei transformou Daniel em um grande homem. Há duas coisas nesta vida que supostamente engradem um indivíduo, e Daniel recebeu ambas do rei: 1) riquezas. Uma pessoa é considerada grande se for rica; e lemos que o rei lhe deu muitos presentes valiosos; 2) poder. Se, além das riquezas, a pessoa tiver poder, certamente, na opinião popular, ela é considerada

grande. E Daniel recebeu poder em abundância. Tornou-se dirigente de toda a província de Babilônia e chefe dos governadores, acima de todos os sábios de Babilônia.

Dessa forma, célere e completamente, Daniel começou a ser recompensado pela fidelidade à própria consciência e às ordens de Deus. Balaão desejava tanto os presentes de determinado rei pagão que tentou obtê-los mesmo contrariando uma ordem expressa do Senhor, tendo falhado vergonhosamente. Daniel não agiu com o objetivo de receber esses presentes; no entanto, ao manter sua integridade ao Senhor, ele os recebeu com fartura das mãos divinas. Seu avanço, tanto em riqueza quanto em poder, foi algo de extrema importância, pois permitiu que ele servisse seus conterrâneos menos favorecidos durante a longa permanência no cativeiro.

Daniel não ficou inebriado, nem se deixou ficar intoxicado por sua vitória clara e as vantagens maravilhosas que recebeu. Lembrou-se primeiro dos três amigos que ansiosamente o acompanharam a respeito da questão do rei. E assim como o haviam ajudado com suas orações, determinou que deveriam repartir com ele as honras. A seu pedido, foram colocados na administração de Babilônia, ao passo que o próprio Daniel permaneceu “às portas do rei” (v. 49, ARC). Era às portas que se realizavam os concílios e onde eram decididas as questões mais importantes. O registro consiste na simples declaração de que Daniel se tornou o conselheiro chefe do rei.



DANIEL 3 — A PROVA DE FOGO

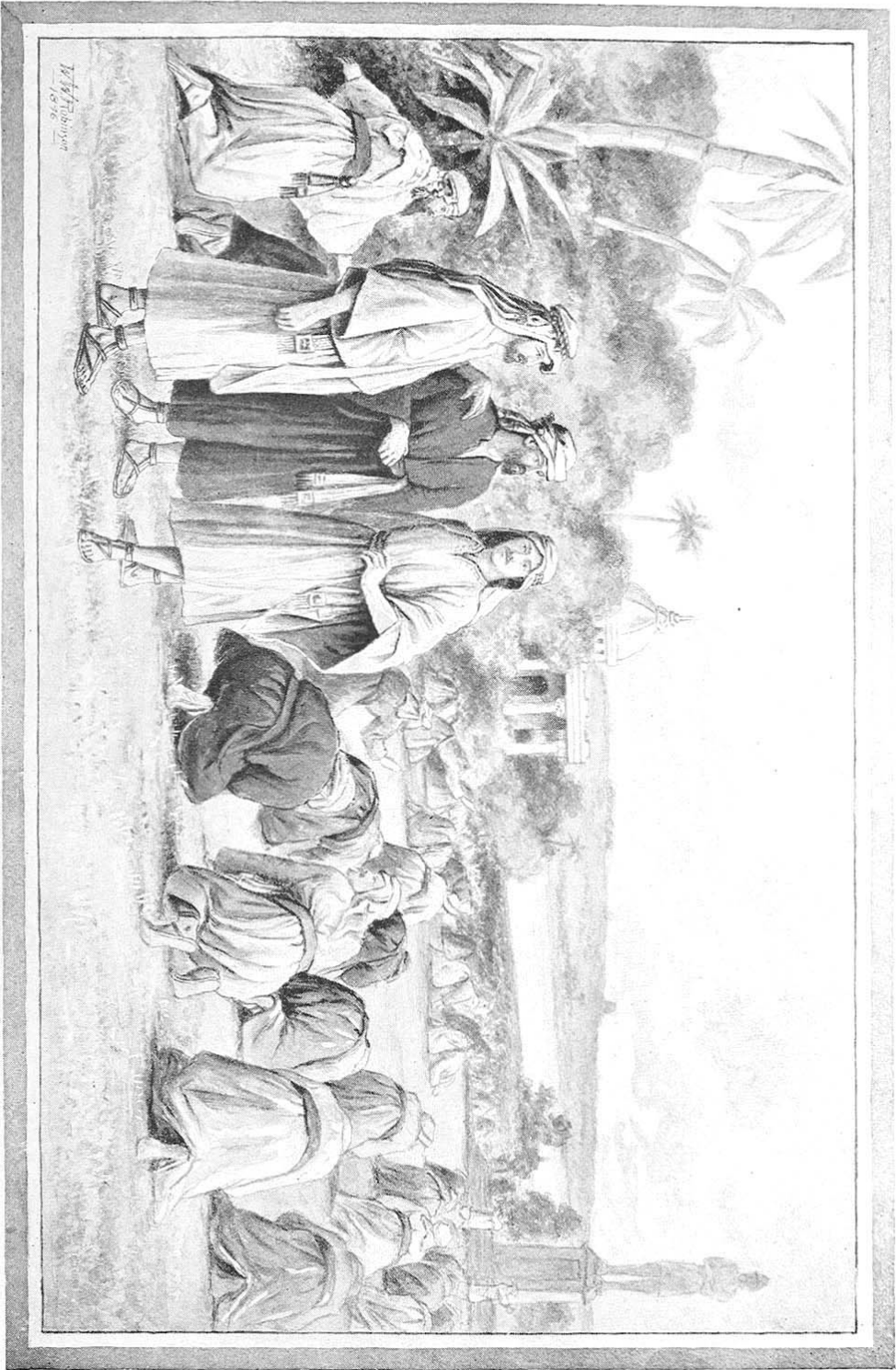


VERSÍCULO 1. O rei Nabucodonosor fez uma imagem de ouro que tinha sessenta côvados de altura e seis de largura; levantou-a no campo de Dura, na província da Babilônia.

Há uma conjectura de que esta imagem tinha alguma ligação com o sonho do rei relatado no capítulo anterior, uma vez que foi construída somente 23 anos depois, de acordo com a cronologia encontrada na margem [da KJV]. No sonho, a cabeça era de ouro e representava o reino de Nabucodonosor. Ela foi sucedida por metais de qualidade inferior, denotando uma sucessão de reinos. Sem dúvida, Nabucodonosor ficou bem satisfeito por seu reino ter sido representado pelo ouro. Mas não era tão agradável assim saber que um dia seria sucedido por outro reino. Por isso, em vez de fazer apenas a cabeça da estátua de ouro, ele mandou erigi-la toda com esse material, a fim de expressar que o ouro da cabeça deveria se estender pela imagem inteira; ou, em outras palavras, que seu reino não daria lugar a outro reino, mas seria perpétuo.

É provável que a altura aqui mencionada, 27 metros segundo as estimativas mais conservadoras, não fosse a altura apenas da imagem propriamente dita, mas incluísse o pedestal também. Tampouco é provável que qualquer coisa além da estátua fosse feita de ouro maciço, se é que a estátua era assim composta. É possível que fosse revestida de placas finas, bem moldadas, a um custo muito menor, sem prejudicar a aparência exterior.

VERSÍCULO 2. Então, o rei Nabucodonosor mandou ajuntar os sátrapas, os prefeitos, os governadores, os juízes, os tesoureiros, os magistrados, os conselheiros e todos os oficiais das províncias, para que viessem à consagração da imagem que o rei Nabucodonosor tinha levantado. 3. Então, se ajuntaram os sátrapas, os prefeitos, os governadores, os juízes, os tesoureiros, os magistrados, os conselheiros e todos os oficiais das províncias, para a consagração da imagem que o rei Nabucodonosor tinha levantado; e estavam em pé diante da imagem que Nabucodonosor tinha levantado. 4. Nisto, o arauto apregoava em alta voz: Ordena-se a vós outros, ó povos, nações e homens de todas as línguas: 5. no momento em que ouvirdes o som da trombeta, do pífaro, da harpa, da cítara, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música, vos prostrareis e adorareis a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor levantou. 6. Qualquer que se não prostrar e não a adorar será, no mesmo instante, lançado na fornalha de fogo ardente. 7. Portanto, quando todos os povos ouviram o som da trombeta, do pífaro, da harpa, da cítara, do saltério e de toda sorte de música, se prostraram os povos, nações e homens de todas as línguas e adoraram a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor tinha levantado.



OS TRÊS HEBREUS RECUSANDO PROSTRAR-SE DIANTE DA IMAGEM DE NABUCODONOSOR

A dedicação da imagem foi uma ocasião grandiosa. Os líderes de todo o reino foram reunidos. Quanto transtorno e gasto as pessoas têm para sustentar sistemas pagãos e idólatras de adoração! Quem dera se os seguidores da religião verdadeira se mantivessem bem distantes da postura adotada pelos adeptos da falsidade e da contrafação! A adoração era acompanhada de música, e quem não participasse foi ameaçado por uma fornalha ardente. Estes sempre são os motivos mais fortes para impulsionar as pessoas em qualquer direção: de um lado o prazer, de outro, a dor.

O versículo 6 contém a primeira menção encontrada na Bíblia referente à divisão do tempo em horas: “na mesma hora” [KJV]. Provavelmente essa foi uma invenção dos caldeus.

VERSÍCULO 8. Ora, no mesmo instante, se chegaram alguns homens caldeus e acusaram os judeus; 9. disseram ao rei Nabucodonosor: Ó rei, vive eternamente! 10. Tu, ó rei, baixaste um decreto pelo qual todo homem que ouvisse o som da trombeta, do píforo, da harpa, da cítara, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música se prostraria e adoraria a imagem de ouro; 11. e qualquer que não se prostrasse e não adorasse seria lançado na fornalha de fogo ardente. 12. Há uns homens judeus, que tu constituíste sobre os negócios da província da Babilônia: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego; estes homens, ó rei, não fizeram caso de ti, a teus deuses não servem, nem adoram a imagem de ouro que levantaste.

Os caldeus que acusaram os judeus provavelmente pertenciam ao grupo de filósofos chamados por esse nome, os quais ainda estavam amargando a vergonha de sua falha vexatória a respeito da interpretação do sonho do rei no capítulo 2. Estavam ansiosos para encontrar qualquer pretexto que pudesse ser usado para acusar os judeus perante o rei, fazê-los cair em desgraça ou destruí-los. Eles despertaram o preconceito do rei fazendo fortes sugestões da ingratidão da parte dos três: Tu os constituíste sobre os negócios de Babilônia, mas eles desconsideraram tua palavra. Não se sabe onde Daniel estava nessa ocasião. É bem provável que se encontrasse ausente cuidando de alguma questão do império cuja importância exigia sua presença. Mas por que Sadraque, Mesaque e Abede-Nego estavam lá, se sabiam que não adorariam a imagem? Não seria por estarem dispostos a atender às exigências do rei tanto quanto pudessem, sem comprometer seus princípios religiosos? O rei mandou que eles estivessem presentes. A esse requerimento eles podiam atender e o fizeram. O monarca ordenou que adorassem a imagem. Já isso sua religião proibia, então se recusaram a fazê-lo.

VERSÍCULO 13. Então, Nabucodonosor, irado e furioso, mandou chamar Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. E trouxeram a estes homens perante o rei. 14. Falou Nabucodonosor e lhes disse: É verdade, ó Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que vós não servis a meus deuses, nem adorais a imagem de ouro que levantei? 15. Agora, pois, estai dispostos e, quando ouvirdes o som da trombeta, do píforo, da cítara, da harpa, do saltério, da gaita de foles, prostrai-vos e adorai a imagem que fiz; porém, se não a adorardes, sereis, no mesmo instante, lançados na fornalha de fogo ardente. E quem é o deus que vos poderá livrar das minhas mãos? 16.

Responderam Sadraque, Mesaque e Abede-Nego ao rei: Ó Nabucodonosor, quanto a isto não necessitamos de te responder. 17. Se o nosso Deus, a quem servimos, quer livrar-nos, Ele nos livrará da fornalha de fogo ardente e das tuas mãos, ó rei. 18. Se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste.

A tolerância do rei é demonstrada ao conceder outra chance a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, depois de terem falhado pela primeira vez em cumprir as ordens. Sem dúvida, a questão fora totalmente compreendida. Eles não podiam alegar ignorância. Sabiam exatamente o que o rei queria e a falha em atender consistira em uma recusa intencional e deliberada em lhe obedecer. Para a maioria dos reis, isso já seria o suficiente para selar o destino dos três. Mas não, disse Nabucodonosor, deixarei passar essa ofensa se, na segunda tentativa, eles cumprirem a lei. Mas os hebreus informaram que ele não precisava se dar ao trabalho de repetir o feito. Disseram: “Quanto a isto não necessitamos de te responder”. Ou seja, não é necessário nos conceder o favor de outra chance; nossa mente está decidida. Só poderemos responder agora da mesma maneira que em qualquer momento futuro, e nossa resposta é: “Não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste”. Nosso Deus é capaz de nos livrar, se quiser; caso contrário, nossa resolução é a mesma. Conhecemos a vontade Dele e a ela prestamos obediência incondicional. A resposta dos jovens foi tanto honesta quanto decisiva.

VERSÍCULO 19. Então, Nabucodonosor se encheu de fúria e, transtornado o aspecto do seu rosto contra Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, ordenou que se acendesse a fornalha sete vezes mais do que se costumava. 20. Ordenou aos homens mais poderosos que estavam no seu exército que atassem a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego e os lançassem na fornalha de fogo ardente. 21. Então, estes homens foram atados com os seus mantos, suas túnicas e chapéus e suas outras roupas e foram lançados na fornalha sobremaneira acesa. 22. Porque a palavra do rei era urgente e a fornalha estava sobremaneira acesa, as chamas do fogo mataram os homens que lançaram de cima para dentro a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. 23. Estes três homens, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, caíram atados dentro da fornalha sobremaneira acesa. 24. Então, o rei Nabucodonosor se espantou, e se levantou depressa, e disse aos seus conselheiros: Não lançamos nós três homens atados dentro do fogo? Responderam ao rei: É verdade, ó rei. 25. Tornou ele e disse: Eu, porém, vejo quatro homens soltos, que andam passeando dentro do fogo, sem nenhum dano; e o aspecto do quarto é semelhante a um filho dos deuses.

Nabucodonosor não estava totalmente livre dos defeitos e das loucuras que tão facilmente acometem os monarcas absolutistas. Inebriado pelo poder ilimitado, não conseguia suportar desobediência ou contradição. Caso percebesse resistência expressa a sua autoridade, por mais que houvesse bons motivos para isso, demonstrava a fraqueza comum à humanidade em condições semelhantes e se deixava dominar pelas paixões. Sendo governante do mundo inteiro, ainda não era páreo para a tarefa muito mais difícil de dominar o próprio espírito. Até mesmo sua fei-



OS TRÊS HEBREUS NA FORNALHA ARDENTE

ção se modificou. Em lugar do monarca calmo, digno e contido que devia aparentar, ele traiu a si próprio em aparência e ações, agindo como escravo de emoções desgovernadas.

A fornalha foi aquecida sete vezes mais do que de costume, ou seja, até sua capacidade máxima. O rei se excedeu nisso, pois mesmo que o fogo houvesse provocado seu efeito costumeiro sobre os homens lançados na fornalha, ele só os teria destruído mais rápido. O rei nada ganharia com isso. Mas, levando em conta que eles foram libertos, a causa de Deus e Sua verdade muito ganharam com isso. Pois, quanto mais intenso o calor, maior e mais impressionante o milagre de ser livrado do fogo. Todas as circunstâncias foram calculadas para mostrar o poder direto de Deus. Eles foram jogados com todas as roupas, mas saíram sem nem mesmo cheiro de fumaça. Os homens mais poderosos do exército foram escolhidos para lançá-los na fornalha. A esses o fogo executou quando entraram em contato com suas chamas; ao passo que não provocou efeito nenhum sobre os hebreus, muito embora tenham sido lançados em seu meio. Ficou claro que o fogo estava sob o controle de alguma inteligência sobrenatural, pois, embora tenha agido sobre as cordas nas quais foram atados, a fim de lhes dar liberdade para andar no meio do fogo, nem sequer chamuscou suas vestes. Eles não saíram correndo do fogo assim que se viram livres, pois fora o rei que os colocara ali dentro e era papel dele chamá-los para fora. Além disso, havia mais alguém entre eles, cuja presença era fonte de contentamento e alegria tanto dentro da fornalha ardente quanto em meio às delícias e aos luxos do palácio. Que todos nós, em meio a provações, aflições, perseguições e dificuldades, tenhamos o aspecto de um “quarto” conosco, e isso basta!

O rei disse: “E o aspecto do quarto é semelhante ao Filho de Deus” (Daniel 3:25, ACF). Alguns supõem que estas palavras se referem a Cristo, mas não é provável que o rei tivesse qualquer ideia de quem era o Salvador. De acordo com autoridades confiáveis, uma tradução melhor seria “semelhante a um filho dos deuses” (ARA), ou seja, tinha a aparência de um ser divino ou sobrenatural. Depois Nabucodonosor o chama de anjo.

Que repreensão severa ao rei por sua insensatez e loucura foi o livramento desses três ilustres da fornalha ardente! Um poder mais elevado que qualquer autoridade terrena defendera aqueles que se posicionaram firmemente contra a idolatria, demonstrando seu desprezo pela adoração e pelas exigências do rei. Nenhum deus pagão jamais operou tamanho livramento, nem seria capaz de fazê-lo.

VERSÍCULO 26. Então, se chegou Nabucodonosor à porta da fornalha sobremaneira acesa, falou e disse: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, servos do Deus Altíssimo, saí e vinde! Então, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego saíram do meio do fogo. **27.** Ajuntaram-se os sátrapas, os prefeitos, os governadores e conselheiros do rei e viram que o fogo não teve poder algum sobre os corpos destes homens; nem foram chamuscados os cabelos da sua cabeça, nem os seus mantos se mudaram, nem cheiro de fogo passara sobre eles. **28.** Falou Nabucodonosor e disse: Bendito seja o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que enviou o Seu anjo e livrou os Seus servos, que confiaram Nele, pois não quiseram cumprir a palavra do rei,

preferindo entregar o seu corpo, a servirem e adorarem a qualquer outro deus, senão ao seu Deus. 29. Portanto, faço um decreto pelo qual todo povo, nação e língua que disser blasfêmia contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego seja despedaçado, e as suas casas sejam feitas em monturo; porque não há outro deus que possa livrar como este. 30. Então, o rei fez prosperar a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego na província da Babilônia.

Quando chamados, os três saíram da fornalha. Então os príncipes, governadores e conselheiros do rei que aconselharam, ou pelo menos concordaram que os hebreus fossem jogados na fornalha (pois o rei lhes disse, no versículo 24: “Não lançamos *nós* três homens atados dentro do fogo?”) foram reunidos para ver aqueles homens e terem provas visuais e tangíveis de sua preservação maravilhosa. Perdeu-se de vista a adoração da grande imagem. Todo o interesse daquela vasta assembleia se concentrou agora naqueles três homens ilustres. Todos os pensamentos e todas as mentes ficaram repletos desse acontecimento miraculoso. E como o conhecimento do fato se espalharia por todo o império, quando cada um voltasse para a respectiva província! Que exemplo notável de uma ocasião em que Deus transformou a ira dos homens em motivo de louvor a Seu nome!

Então o rei bendisse o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, e promulgou o decreto de que ninguém poderia falar contra Ele. Sem dúvida, os caldeus vinham fazendo isso. Naquela época, cada nação tinha o próprio deus ou deuses, pois havia “muitos deuses e muitos senhores” (1Cr 8:5). E a vitória de uma nação sobre a outra supostamente ocorria porque os deuses do povo conquistado não haviam sido capazes de livrá-lo dos dominadores. Os judeus haviam sido totalmente subjugados pelos babilônios. Por esse motivo, com certeza os últimos haviam proferido afrontas ou palavras de desprezo ao Deus dos judeus. É isso que o rei agora proíbe, pois chegou à clara compreensão de que seu sucesso sobre os judeus havia ocorrido por causa dos pecados destes, não por qualquer falta de poder da parte do Deus a quem adoravam. Com isso, ele colocou o Deus dos hebreus em posição exaltada e de destaque em comparação com os deuses das outras nações! Foi um reconhecimento de que Ele considerava os seres humanos responsáveis diante de um padrão elevado de caráter moral e não era indiferente às ações das pessoas a esse respeito, uma vez que visitava com castigo aqueles que o transgrediam e, conseqüentemente, derramava bênçãos sobre quem o cumpria. Caso esses judeus servissem às circunstâncias, o nome do Deus verdadeiro não teria sido tão exaltado em Babilônia. Que honra o Senhor concede àqueles que permanecem firmes ao Seu lado!

O rei os fez prosperar, ou seja, os encaminhou de volta aos cargos que ocupavam antes de serem acusados de desobediência e traição. Ao fim do versículo 30, a Septuaginta acrescenta: “E os promoveu para serem governadores sobre todos os judeus que havia em seu reino”. Não é provável que ele tenha voltado a insistir na adoração de sua imagem.

DANIEL 4 — O DECRETO DE NABUCODONOSOR



VERSÍCULO 1. O rei Nabucodonosor a todos os povos, nações e homens de todas as línguas, que habitam em toda a Terra: Paz vos seja multiplicada! **2.** Pareceu-me bem fazer conhecidos os sinais e maravilhas que Deus, o Altíssimo, tem feito para comigo. **3.** Quão grandes são os Seus sinais, e quão poderosas, as Suas maravilhas! O Seu reino é reino sempiterno, e o Seu domínio, de geração em geração.

O Dr. Clarke afirma que este capítulo inicia com “um decreto comum e um dos mais antigos já registrados”. Saiu da pena de Nabucodonosor e foi promulgado da forma costumeira. Ele queria tornar conhecido não apenas a poucos, mas a todos os povos, todas as nações e todas as línguas os feitos maravilhosos de Deus em sua vida. As pessoas sempre estão prontas para contar os benefícios e as bênçãos que Deus lhes concedeu. Não deveríamos nos mostrar menos dispostos a compartilhar as experiências de humilhação e castigos que ele nos proporciona. E Nabucodonosor dá um bom exemplo disso, conforme veremos em partes posteriores deste capítulo. Confessa com franqueza sua vaidade e o orgulho de seu coração, bem como o meio que Deus usou para rebaixá-lo. Com um espírito genuíno de arrependimento e humildade, pensou, por vontade própria, ser bom tornar conhecidas essas coisas, a fim de que a soberania divina fosse exaltada e Seu nome adorado. No que se refere ao reino, deixa de reivindicar imutabilidade para si; em vez disso, rende-se por completo ao Senhor, reconhecendo que somente o reino de Deus é eterno, e seu domínio, de geração em geração.

VERSÍCULO 4. Eu, Nabucodonosor, estava tranquilo em minha casa e feliz no meu palácio. **5.** Tive um sonho, que me espantou; e, quando estava no meu leito, os pensamentos e as visões da minha cabeça me turbaram. **6.** Por isso, expedi um decreto, pelo qual fossem introduzidos à minha presença todos os sábios da Babilônia, para que me fizessem saber a interpretação do sonho. **7.** Então, entraram os magos, os encantadores, os caldeus e os feiticeiros, e lhes contei o sonho; mas não me fizeram saber a sua interpretação. **8.** Por fim, se me apresentou Daniel, cujo nome é Beltessazar, segundo o nome do meu deus, e no qual há o espírito dos deuses santos; e eu lhe contei o sonho, dizendo: **9.** Beltessazar, chefe dos magos, eu sei que há em ti o espírito dos deuses santos, e nenhum mistério te é difícil; eis as visões do sonho que eu tive; dize-me a sua interpretação. **10.** Eram assim as visões da minha cabeça quando eu estava no meu leito: eu estava olhando e vi uma árvore no meio da Terra, cuja altura era grande; **11.** crescia a árvore e se tornava forte, de maneira que a sua altura chegava até ao Céu; e era vista até aos confins da Terra. **12.** A sua folhagem era formosa, e o seu fruto, abundante, e havia nela sustento para todos; debaixo dela os animais do campo achavam sombra,

e as aves do céu faziam morada nos seus ramos, e todos os seres vivos se mantinham dela. 13. No meu sonho, quando eu estava no meu leito, vi um vigilante, um santo, que descia do Céu, 14. clamando fortemente e dizendo: Derribai a árvore, cortai-lhe os ramos, derriçai-lhe as folhas, espalhai o seu fruto; afugentem-se os animais de debaixo dela e as aves, dos seus ramos. 15. Mas a cepa, com as raízes, deixai na terra, atada com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo. Seja ela molhada do orvalho do céu, e a sua porção seja, com os animais, a erva da terra. 16. Mude-se-lhe o coração, para que não seja mais coração de homem, e lhe seja dado coração de animal; e passem sobre ela sete tempos. 17. Esta sentença é por decreto dos vigilantes, e esta ordem, por mandado dos santos; a fim de que conheçam os vivos que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens; e o dá a quem quer e até ao mais humilde dos homens constitui sobre eles. 18. Isto vi eu, rei Nabucodonosor, em sonhos. Tu, pois, ó Beltessazar, dize a interpretação, porquanto todos os sábios do meu reino não me puderam fazer saber a interpretação, mas tu podes; pois há em ti o espírito dos deuses santos.

Nos eventos aqui narrados, é possível destacar vários pontos surpreendentes:

1. Nabucodonosor estava tranquilo em sua casa. Ele havia empreendido com sucesso todas as suas iniciativas. Tinha conquistado a Síria, a Fenícia, a Judeia, o Egito e a Arábia. Provavelmente foram essas grandes conquistas que inflaram seu ego e o traíram, deixando-o em um estado de vaidade e autoconfiança exageradas. Bem nessa época, quando ele se sentia mais em paz e seguro, quando seria improvável permitir qualquer pensamento que perturbasse sua complacente tranquilidade, Deus escolheu incomodá-lo com temores e pressentimentos.

2. Como Deus fez isto. O que poderia amedrontar o coração de um monarca como Nabucodonosor? Ele era guerreiro desde a juventude. Em muitas ocasiões, deparara frente a frente com perigos de batalhas, os terrores do extermínio e da carnificina. Diante disso, seu semblante não empalideceu, nem seus nervos estremeceram. E o que lhe pôs medo agora? Nenhum inimigo ameaçava, nenhuma nuvem hostil despontava no horizonte. Por ser o momento mais improvável para ser assolado por temores, o meio mais improvável para despertá-lo foi escolhido: um sonho. Os propósitos, pensamentos e as visões de sua cabeça foram usados para lhe ensinar o que nada mais conseguiria, numa lição salutar de dependência e humildade. Aquele que havia aterrorizado outros, mas a quem ninguém conseguia amedrontar, se transformou em um terror para si mesmo.

3. Uma humilhação ainda maior do que a narrada no segundo capítulo sobreveio aos magos. Lá eles se gabaram de que, se soubessem qual era o sonho, conseguiriam dar a interpretação. Neste caso, Nabucodonosor se recorda do sonho com clareza, mas fica pasmo ao ver seus magos falharem vergonhosamente com ele de novo. Eles não sabiam qual era a interpretação e mais uma vez é preciso recorrer ao profeta de Deus.

4. A ilustração notável do reinado de Nabucodonosor. O reino é simbolizado por uma árvore no meio da Terra. Babilônia, onde Nabucodonosor reinava, ficava mais ou menos no centro do mundo então conhecido. A árvore chegava ao Céu e suas folhas eram formosas. Sua glória e esplendor eram grandes, mas isso não era tudo, como no caso de muitos reinos. Havia excelên-

cias internas também. Seus frutos eram abundantes e davam alimento para todos. Os animais do campo encontravam sombra debaixo dela, as aves do céu habitavam em seus galhos e todos os seres dela se alimentavam. O que poderia representar com mais clareza e eficácia o fato de que Nabucodonosor administrava seu reino com grande destreza, a ponto de não faltar a seus súditos a mais ampla proteção, o mais vasto apoio e toda prosperidade? Ser capaz de realmente realizar isso significa chegar à perfeição dos governos terrenos e à mais alta glória de qualquer reino.

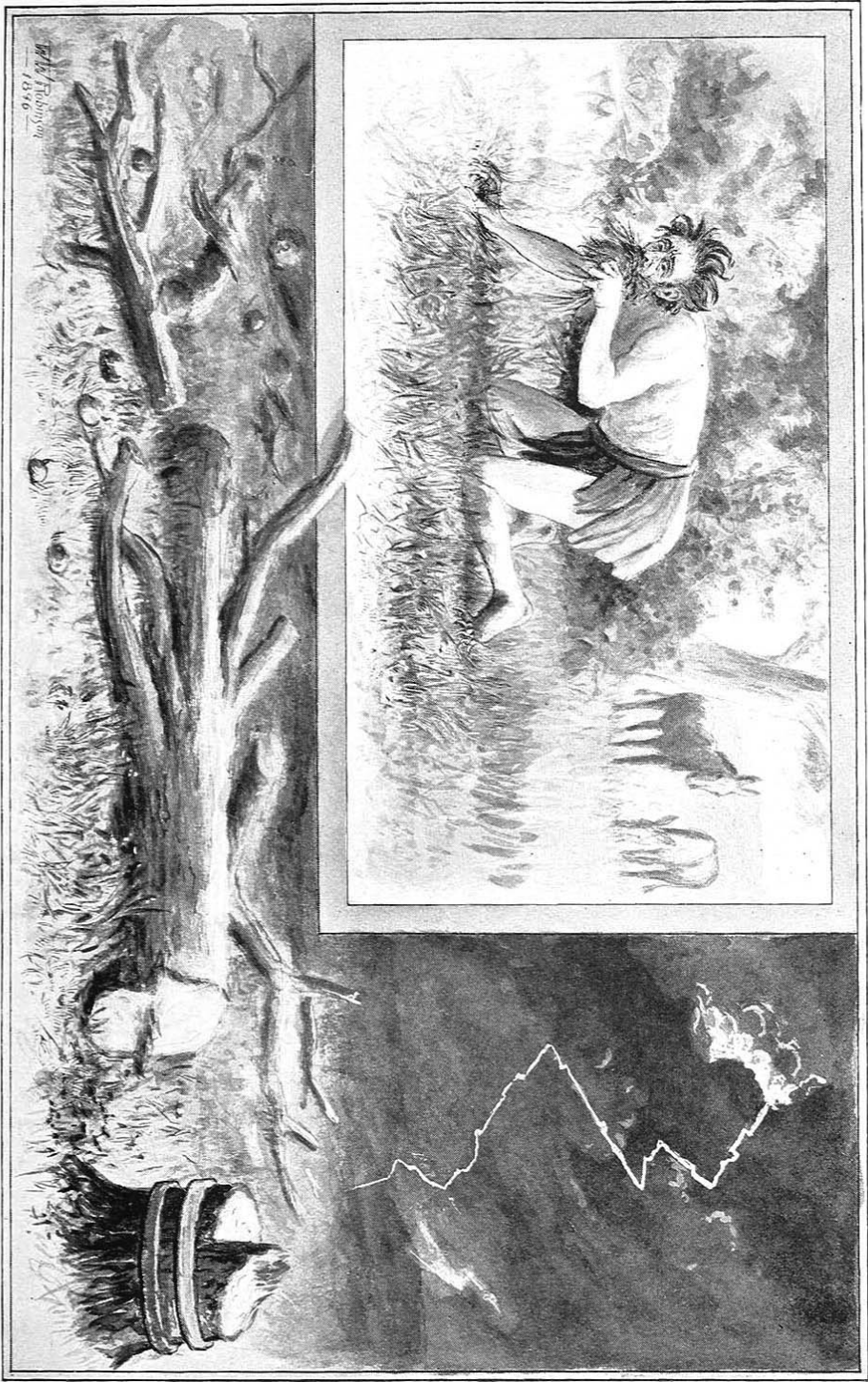
5. A misericórdia que Deus alia a seus julgamentos. Quando foi dada a ordem de que a árvore fosse cortada, instruiu-se que a cepa com as raízes fosse deixada na terra e que ela fosse protegida com cadeias de ferro e de bronze, para não ser totalmente entregue à decomposição, a fim de que restasse uma fonte para grandeza e crescimento futuros. Está chegando o dia em que os ímpios serão cortados e nenhum resíduo de esperança lhes restará. Nenhuma misericórdia será misturada ao castigo. Serão destruídos tanto a raiz quanto os ramos.

6. Um elemento importante para a interpretação profética. O decreto diz, no versículo 16: “passem sobre ela sete tempos”. Esta é uma narrativa evidentemente, literal. Logo, o tempo deve ser compreendido de forma literal. Qual é o tamanho do período denotado? Isso pode ser determinado ao identificarmos quanto tempo Nabucodonosor, em cumprimento a essa predição, habitou em meio aos animais do campo. Josefo nos informa que tal período foi de sete anos. Logo, um “tempo” representa um ano. Quando o termo é usado em profecias simbólicas, denota, é claro, tempo profético ou simbólico. Um “tempo” então seria um ano profético, ou, pelo fato de cada dia representar um ano, 360 anos literais. Haverá oportunidade de comentar esse fato quando chegarmos a Daniel 7:25.

7. O interesse dos santos, ou anjos, nas questões humanas. Eles são representados reque-rendo que Nabucodonosor recebesse esse tratamento. São capazes de ver, de um modo que nenhum mortal consegue, como o orgulho é pernicioso no coração humano. Aprovam os decretos e as providências de Deus cujo propósito é corrigir tais males, simpatizando com eles. O indivíduo precisa saber que não é o arquiteto da própria sorte, mas que há Alguém que governa o reino humano, de quem se deve humildemente depender. Um homem pode ser um monarca de sucesso, mas não deve se orgulhar disso, pois, a menos que o Senhor o exalte, ele nunca alcançaria essa posição de honra.

8. Nabucodonosor reconheceu a supremacia do Deus verdadeiro sobre os oráculos pagãos. Apelou a Daniel a fim de encontrar a solução do mistério. Afirmou: “Tu podes; pois há em ti o espírito dos deuses santos”. A Septuaginta traz no singular, o Espírito do Deus santo.

VERSÍCULO 19. Então, Daniel, cujo nome era Beltessazar, esteve atônito por algum tempo [uma hora, KJV], e os seus pensamentos o turbavam. Então, lhe falou o rei e disse: Beltessazar, não te perturbe o sonho, nem a sua interpretação. Respondeu Beltessazar e disse: Senhor meu, o sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação, para os teus inimigos. **20.** A árvore que viste, que cresceu e se tornou forte, cuja altura chegou até ao Céu, e que foi vista



A HUMILHAÇÃO DE NABUCODONOSOR

por toda a Terra, 21. cuja folhagem era formosa, e o seu fruto, abundante, e em que para todos havia sustento, debaixo da qual os animais do campo achavam sombra, e em cujos ramos as aves do céu faziam morada, 22. és tu, ó rei, que crescestes e vieste a ser forte; a tua grandeza cresceu e chega até ao Céu, e o teu domínio, até à extremidade da Terra. 23. Quanto ao que viu o rei, um vigilante, um santo, que descia do Céu e que dizia: Cortai a árvore e destruí-a, mas a cepa com as raízes deixai na terra, atada com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo; seja ela molhada do orvalho do céu, e a sua porção seja com os animais do campo, até que passem sobre ela sete tempos, 24. esta é a interpretação, ó rei, e este é o decreto do Altíssimo, que virá contra o rei, meu senhor: 25. serás expulso de entre os homens, e a tua morada será com os animais do campo, e dar-te-ão a comer ervas como aos bois, e serás molhado do orvalho do céu; e passar-se-ão sete tempos por cima de ti, até que conheças que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. 26. Quanto ao que foi dito, que se deixasse a cepa da árvore com as suas raízes, o teu reino tornará a ser teu, depois que tiveres conhecido que o Céu domina. 27. Portanto, ó rei, aceita o meu conselho e põe termo, pela justiça, em teus pecados e em tuas iniquidades, usando de misericórdia para com os pobres; e talvez se prolongue a tua tranquilidade.

A hesitação de Daniel, que ficou atônito por uma hora, não ocorreu por nenhuma dificuldade em interpretar o sonho, mas, sim, por se tratar de uma questão tão delicada para revelar ao rei. Daniel havia recebido o favor do rei — e nada além disso, até onde sabemos — por isso era difícil para ele ser porta-voz de uma ameaça de juízo tão terrível quanto essa que o sonho envolvia. Ele ficou incomodado, refletindo em qual seria a melhor maneira de dar a notícia. Parece que o rei já esperava algo do tipo e, por essa razão, encorajou o profeta, dizendo-lhe que não deixasse o sonho ou a interpretação perturbá-lo, como se estivesse falando: “Não hesite em revelar, a despeito das consequências que tenha para mim. Com essa garantia, Daniel se expressou, com força e delicadeza sem igual em suas palavras: “o sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação, para os teus inimigos”. Uma calamidade foi anunciada nesse sonho, a qual gostaríamos que sobreviesse aos seus inimigos, não a você.

Nabucodonosor havia feito um relato minucioso do sonho. Assim que Daniel lhe informou que o sonho se aplicava ao monarca, ficou claro que ele havia pronunciado a própria sentença. A interpretação que se segue é tão clara que não precisamos nos deter nela. As ameaças de juízo eram condicionais. Elas tinham o objetivo de ensinar ao monarca que o Altíssimo, o governante dos céus, está no comando. Daniel aproveita a oportunidade para aconselhar o rei, tendo em vista a ameaça de juízo. Mas não o denuncia com grosseria e ar de censura. A gentileza e a persuasão são as armas que escolhe usar: “Ó rei, aceita o meu conselho”. De igual modo, o apóstolo suplica às pessoas que aceitem a palavra de exortação (Hb 13:22). Caso o rei abandonasse seus pecados e agisse com retidão, deixando as iniquidades e estendendo misericórdia aos pobres, poderia haver uma extensão de sua tranquilidade, ou, como diz a margem [da KJV], “cura para teu erro”. Ou seja, ele poderia até mesmo ter afastado o juízo que o Senhor planejava derramar sobre ele.

VERSÍCULO 28. Todas estas coisas sobrevieram ao rei Nabucodonosor. **29.** Ao cabo de doze meses, passeando sobre o palácio real da cidade de Babilônia, **30.** falou o rei e disse: Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com o meu grandioso poder e para glória da minha majestade? **31.** Falava ainda o rei quando desceu uma voz do Céu: A ti se diz, ó rei Nabucodonosor: Já passou de ti o reino. **32.** Serás expulso de entre os homens, e a tua morada será com os animais do campo; e far-te-ão comer ervas como os bois, e passar-se-ão sete tempos por cima de ti, até que aprendas que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. **33.** No mesmo instante, se cumpriu a palavra sobre Nabucodonosor; e foi expulso de entre os homens e passou a comer erva como os bois, o seu corpo foi molhado do orvalho do céu, até que lhe cresceram os cabelos como as penas da águia, e as suas unhas, como as das aves.

Nabucodonosor não se beneficiou da advertência que recebeu. Mesmo assim, Deus o tolerou por doze meses antes de desferir o golpe. Ao longo de todo esse tempo, acariciava orgulho no coração, até chegar a um ponto além do que Deus poderia suportar. Ao caminhar pelo palácio e contemplar as maravilhas daquela maravilha do mundo, a grande Babilônia, a beleza dos reinos, ele se esqueceu da fonte de toda sua força e grandeza, exclamando então: “Não é esta a grande Babilônia que *eu* edifiquei?”. Chegara o momento de sua humilhação. Mais uma vez, uma voz do Céu anuncia o juízo ameaçado e a Providência de Deus passa a executá-lo imediatamente. A razão do rei foi embora. A pompa e a glória da grande cidade não mais o encantavam, depois de, por um toque do dedo divino, o Senhor tirar a capacidade do monarca de apreciá-la e desfrutá-la. Ele deixou as moradas humanas e buscou o lar e a companhia dos animais da floresta.

VERSÍCULO 34. Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao Céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. **35.** Todos os moradores da Terra são por Ele reputados em nada; e, segundo a Sua vontade, ele opera com o exército do Céu e os moradores da Terra; não há quem Lhe possa deter a mão, nem Lhe dizer: Que fazes? **36.** Tão logo me tornou a vir o entendimento, também, para a dignidade do meu reino, tornou-me a vir a minha majestade e o meu resplendor; buscaram-me os meus conselheiros e os meus grandes; fui restabelecido no meu reino, e a mim se me ajuntou extraordinária grandeza. **37.** Agora, pois, eu, Nabucodonosor, louvo, exalto e glorifico ao Rei do Céu, porque todas as Suas obras são verdadeiras, e os Seus caminhos, justos, e pode humilhar aos que andam na soberba.

Ao fim dos sete anos, Deus retirou a mão de juízo. Voltaram então ao rei a razão e o raciocínio. Seu primeiro ato foi bendizer o Altíssimo. A esse respeito, Matthew Henry faz um comentário muito apropriado:

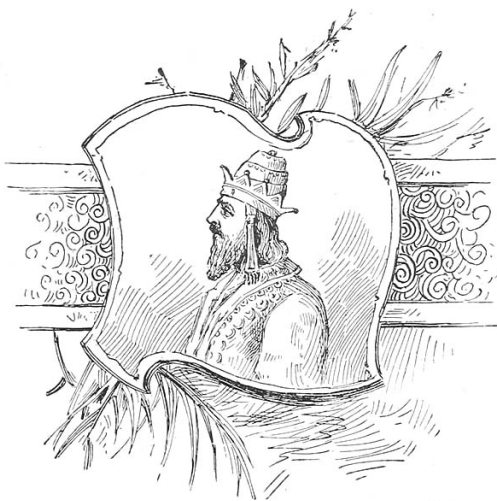
“Aqueles que podem ser devidamente considerados sem entendimento são os que não bendizem e louvam a Deus; os seres humanos só usam corretamente a razão quando começam a ser religiosos e só vivem de verdade quando vivem para a glória de Deus. Uma vez que a razão é a base ou o tema da religião (de modo que criaturas destituídas da razão são incapazes de ser religiosas), a religião é a coroa e glória da razão. Nossa razão é inútil se não glorificamos a Deus com ela e, nesse caso, um dia desejaremos que nunca a tivéssemos possuído.”

Sua honra e inteligência retornaram, seus conselheiros o procuraram e, mais uma vez, foi estabelecido no reino. A promessa fora (versículo 26) que o reino certamente continuaria a ser dele. Durante o período de insanidade, conta-se que seu filho Evil-Merodaque atuou como regente em seu lugar. Sem dúvida, a interpretação que Daniel divulgara do sonho foi bem compreendida no palácio e é provável que fosse assunto de conversa, com maior ou menor frequência. Por isso, o retorno de Nabucodonosor ao reino deveria ser aguardado e esperado com interesse. Não sabemos por que recebeu permissão de habitar nos campos abertos, em uma condição lastimável, em vez de desfrutar o conforto e cuidado das mãos dos servos do palácio. Supõe-se que tenha fugido com tamanha habilidade que ninguém conseguiu encontrá-lo.

A aflição teve o efeito planejado. A lição de humildade foi aprendida. Ele não se esqueceu dela com o retorno da prosperidade. Estava pronto para reconhecer que o Altíssimo domina nos reinos humanos e os dá a quem quiser. Nabucodonosor enviou uma proclamação real a todo o império, reconhecendo seu orgulho, em um manifesto de louvor e adoração ao Rei dos céus.

Este é o último relato bíblico em que encontramos Nabucodonosor. O Dr. Clarke afirma que o decreto, conforme consta na versão autorizada, [a KJV], data de 563 a.C., ou um ano antes da morte do monarca, embora alguns defendam que o decreto foi promulgado 17 anos antes de sua morte. De todo modo, é provável que ele não tenha caído de novo em idolatria, mas morrido na fé do Deus de Israel.

Assim terminou a vida desse homem extraordinário. Com todas as tentações ligadas a sua exaltada posição como rei, não podemos supor que Deus identificou nele honestidade de coração, integridade e pureza de propósito, as quais poderiam ser usada para a glória de Seu nome? Por isso agiu de forma tão maravilhosa para com ele, com o propósito de afastá-lo de sua falsa religião e ligá-lo ao serviço do Deus verdadeiro. Encontramos, em primeiro lugar, o sonho da grande estátua, que continha uma lição de extremo valor para as pessoas de todas as gerações futuras. Em segundo lugar, temos a experiência com Sadraque, Mesaque e Abede-Nego por causa da imagem de ouro, quando foi levado mais uma vez a reconhecer a supremacia do Deus verdadeiro. Por fim, deparamos com os acontecimentos maravilhosos registrados neste capítulo, os quais revelam o esforço incessante do Senhor de levá-lo ao reconhecimento total de Sua pessoa. Não poderíamos então ter a esperança de que o rei mais ilustre do primeiro reino profético, a cabeça de ouro, finalmente terá parte no reino diante do qual todos os reinos terrenos se tornarão como palha e cuja glória nunca se ofuscará?



DANIEL 5 — A FESTA DE BELSAZAR



VERSÍCULO 1. O rei Belsazar deu um grande banquete a mil dos seus grandes e bebeu vinho na presença dos mil.

O elemento mais interessante deste capítulo é o fato de relatar as cenas finais do império babilônico, a transição do ouro para a prata na grande estátua do capítulo 2, e do leão para o urso da visão de Daniel no capítulo 7. Alguns supõem que esta festa fosse uma festividade anual, em homenagem a uma das divindades dos caldeus. Por esse motivo, Ciro, enquanto sitiava Babilônia, ficou sabendo da aproximação do dia festivo e planejou o momento de colocar em prática o plano de tomar a cidade. Nossa tradução diz que Belsazar, tendo convidado mil dos seus grandes, bebeu na presença dos mil. Alguns traduzem “bebeu contra os mil”, mostrando que era um grande bebedor, quaisquer que fossem as outras propensões que possuísse.

VERSÍCULO 2. Enquanto Belsazar bebia e apreciava o vinho, mandou trazer os utensílios de ouro e de prata que Nabucodonosor, seu pai, tirara do templo, que estava em Jerusalém, para que neles bebessem o rei e os seus grandes, as suas mulheres e concubinas. 3. Então, trouxeram os utensílios de ouro, que foram tirados do templo da Casa de Deus que estava em Jerusalém, e beberam neles o rei, os seus grandes e as suas mulheres e concubinas. 4. Beberam o vinho e deram louvores aos deuses de ouro, de prata, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra.

É possível inferir que essa festa tinha alguma ligação com as vitórias passadas sobre os judeus pelo fato de o rei, quando começou a ficar inflamado por causa do vinho, ter pedido que fossem levados os utensílios sagrados trazidos de Jerusalém. Seria muito provável que, sem respeito por tudo que é sagrado, ele os tenha usado a fim de celebrar a vitória que levou à obtenção daqueles objetos. É de se imaginar que nenhum outro rei houvesse chegado a um ponto tão alto de impiedade como esse. Enquanto bebiam vinho nas vasilhas dedicadas ao Deus verdadeiro, louvavam seus deuses de ouro, prata, bronze, ferro, madeira e pedra. Talvez, conforme observado em Daniel 3:29, estivessem celebrando o poder superior de seus próprios deuses em relação ao Deus dos judeus, em cujos utensílios agora bebiam, brindando a suas divindades pagãs.

VERSÍCULO 5. No mesmo instante, apareceram uns dedos de mão de homem e escreviam, defronte do candeiro, na caiadura da parede do palácio real; e o rei via os dedos que estavam escrevendo. 6. Então, se mudou o semblante do rei, e os seus pensamentos o turbaram; as juntas dos seus lombos se relaxaram, e os seus joelhos batiam um no outro. 7. O rei ordenou, em voz alta, que se introduzissem os encantadores, os caldeus e os feiticeiros; falou o rei e disse aos sábios da Babilônia: Qualquer que ler esta escritura e me declarar a sua interpretação

será vestido de púrpura, trará uma cadeia de ouro ao pescoço e será o terceiro no meu reino. 8. Então, entraram todos os sábios do rei; mas não puderam ler a escritura, nem fazer saber ao rei a sua interpretação. 9. Com isto, se perturbou muito o rei Belsazar, e mudou-se-lhe o semblante; e os seus grandes estavam sobressaltados.

Nenhum clarão de luz sobrenatural, nenhum ribombar ensurdecador de trovões anunciaram a interferência de Deus no ímpio festim. Uma mão apareceu em silêncio, escrevendo caracteres místicos na parede. Ela surgiu em frente ao candeeiro. À luz da própria lâmpada, eles a viram. O terror tomou conta do rei, pois sua consciência o acusava. Embora não conseguisse entender os escritos, sabia que não era nenhuma mensagem de paz e bênção a que estava traçada em caracteres brilhantes na parede de seu palácio. A descrição que o profeta faz do monarca não pode ser superada em nenhum detalhe. O semblante do rei mudou, seu coração começou a falhar, a dor tomou conta dele e a tremedeira foi tão violenta que os joelhos batiam um no outro. Ele se esqueceu da jactância e da diversão; esqueceu sua dignidade e clamou em alta voz para que seus astrólogos e feiticeiros decifrassem o significado da terrível aparição.

VERSÍCULO 10. A rainha-mãe, por causa do que havia acontecido ao rei e aos seus grandes, entrou na casa do banquete e disse: Ó rei, vive eternamente! Não te turbem os teus pensamentos, nem se mude o teu semblante. 11. Há no teu reino um homem que tem o espírito dos deuses santos; nos dias de teu pai, se achou nele luz, e inteligência, e sabedoria como a sabedoria dos deuses; teu pai, o rei Nabucodonosor, sim, teu pai, ó rei, o constituiu chefe dos magos, dos encantadores, dos caldeus e dos feiticeiros, 12. porquanto espírito excelente, conhecimento e inteligência, interpretação de sonhos, declaração de enigmas e solução de casos difíceis se acharam neste Daniel, a quem o rei pusera o nome de Beltessazar; chame-se, pois, a Daniel, e ele dará a interpretação. 13. Então, Daniel foi introduzido à presença do rei. Falou o rei e disse a Daniel: És tu aquele Daniel, dos cativos de Judá, que o rei, meu pai, trouxe de Judá? 14. Tenho ouvido dizer a teu respeito que o espírito dos deuses está em ti, e que em ti se acham luz, inteligência e excelente sabedoria. 15. Acabam de ser introduzidos à minha presença os sábios e os encantadores, para lerem esta escritura e me fazerem saber a sua interpretação; mas não puderam dar a interpretação destas palavras. 16. Eu, porém, tenho ouvido dizer de ti que podes dar interpretações e solucionar casos difíceis; agora, se puderes ler esta escritura e fazer-me saber a sua interpretação, serás vestido de púrpura, terás cadeia de ouro ao pescoço e serás o terceiro no meu reino.

As circunstâncias aqui relatadas deixam transparecer que, de algum modo, a corte e o palácio haviam esquecido que Daniel era profeta de Deus. Sem dúvida, isso ocorreu por causa de sua ausência, após ir para Susã, na província de Elão, conforme registra o capítulo 8:1-2, 27, para onde fora enviado a fim de resolver questões do reino. O país foi invadido pelo exército persa, o que forçou seu retorno para Babilônia na época. Supõe-se que a rainha-mãe, a qual entrou e informou o rei da existência de tal indivíduo a quem poderia recorrer para conhecimento das

coisas sobrenaturais, fosse filha de Nabucodonosor. Em sua memória, o papel extraordinário que Daniel desempenhara durante o reinado de seu pai ainda deveria estar fresco e vívido. Nabucodonosor é aqui chamado de pai de Belsazar, seguindo o costume comum daquela época de chamar qualquer antepassado paterno de pai e qualquer descendente do sexo masculino, de filho. Na verdade, Nabucodonosor fora seu avô. Quando Daniel chegou, o rei lhe perguntou se ele era um dos cativos de Judá. Parecia prescrito que, enquanto se esbaldavam em perversa festança em honra a falsos deuses, um servo do Deus verdadeiro, a quem mantinham em cativeiro, deveria ser chamado para pronunciar o merecido julgamento sobre seu caminho de impiedade.

VERSÍCULO 17. Então, respondeu Daniel e disse na presença do rei: Os teus presentes fiquem contigo, e dá os teus prêmios a outrem; todavia, lerei ao rei a escritura e lhe farei saber a interpretação. 18. Ó rei! Deus, o Altíssimo, deu a Nabucodonosor, teu pai, o reino e grandeza, glória e majestade. 19. Por causa da grandeza que lhe deu, povos, nações e homens de todas as línguas tremiam e temiam diante dele; matava a quem queria e a quem queria deixava com vida; a quem queria exaltava e a quem queria abatia. 20. Quando, porém, o seu coração se elevou, e o seu espírito se tornou soberbo e arrogante, foi derribado do seu trono real, e passou dele a sua glória. 21. Foi expulso dentre os filhos dos homens, o seu coração foi feito semelhante ao dos animais, e a sua morada foi com os jumentos monteses; deram-lhe a comer erva como aos bois, e do orvalho do céu foi molhado o seu corpo, até que conheceu que Deus, o Altíssimo, tem domínio sobre o reino dos homens e a quem quer constitui sobre ele. 22. Tu, Belsazar, que és seu filho, não humilhaste o teu coração, ainda que sabias tudo isto. 23. E te levantaste contra o Senhor do Céu, pois foram trazidos os utensílios da casa Dele perante ti, e tu, e os teus grandes, e as tuas mulheres, e as tuas concubinas bebestes vinho neles; além disso, deste louvores aos deuses de prata, de ouro, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra, que não veem, não ouvem, nem sabem; mas a Deus, em cuja mão está a tua vida e todos os teus caminhos, a Ele não glorificaste. 24. Então, da parte Dele foi enviada aquela mão que traçou esta escritura.

Em primeiro lugar, Daniel repudia a ideia de se deixar influenciar pelos mesmos motivos que governavam as ações dos feiticeiros e astrólogos. Declara: “Dá os teus prêmios a outrem”. Queria que ficasse perfeitamente claro que não começaria a obra de interpretar o assunto por causa dos presentes e das recompensas. Então lembrou a experiência do avô do rei, Nabucodonosor, contada no capítulo anterior. Disse ao rei que, embora ele soubesse de tudo aquilo, não humilhou o próprio coração, mas o exaltou contra o Deus do Céu, levando a maldade a ponto de profanar Seus utensílios sagrados, louvando deuses insensíveis feitos por mãos humanas e deixando de glorificar o Deus responsável pelo fôlego de vida. Por esse motivo, fora enviada aquela mão da parte do Deus a quem ele afrontara com tamanha ousadia e insulto, a fim de escrever os caracteres de temível e oculto significado. Daniel passa então a explicar a escritura.



DANIEL INTERPRETANDO A ESCRITA NA PAREDE

VERSÍCULO 25. Esta, pois, é a escritura que se traçou: MENE, MENE, TEQUEL e PARSIM. **26.** Esta é a interpretação daquilo: MENE: Contou Deus o teu reino e deu cabo dele. **27.** TEQUEL: Pesado foste na balança e achado em falta. **28.** PERES: Dividido foi o teu reino e dado aos medos e aos persas. **29.** Então, mandou Belsazar que vestissem Daniel de púrpura, e lhe pusessem cadeia de ouro ao pescoço, e proclamassem que passaria a ser o terceiro no governo do seu reino.

Não se sabe em que idioma a inscrição foi feita. Caso fosse em caldeu, os sábios do rei teriam conseguido lê-la. O Dr. Clarke conjectura que tenha sido escrita em samaritano, o verdadeiro hebraico, língua com a qual Daniel tinha familiaridade, pois eram os caracteres usados pelos judeus antes do cativeiro babilônico. Contudo, parece muito mais provável ter se tratado de letras desconhecidas para todos, as quais foram especialmente reveladas a Daniel pelo Espírito do Senhor.

Nessa inscrição, cada palavra significa uma frase curta. Mene, contado; Tekel, pesado; Parsim, do radical peres, dividido. O Deus, a quem desafiaste, detém o reino em Suas mãos. Ele contou seus dias e finalizou seu curso, bem no momento em que pensaste haver alcançado o auge da prosperidade. Tu, que exaltaste o coração em orgulho, considerando-te o maior da Terra, foste pesado e encontrado mais leve que a vaidade. Teu reino, o qual sonhaste que permaneceria para sempre, está dividido entre os inimigos que já esperam às tuas portas. Apesar dessa denúncia terrível, Belsazar não se esqueceu de sua promessa e revestiu Daniel de púrpura, colocou-lhe uma cadeia de ouro e o proclamou o terceiro no governo de seu reino. Isso Daniel aceitou, provavelmente pensando em estar mais bem preparado para cuidar dos interesses de seu povo durante a transição para o reino sucessor.

VERSÍCULO 30. Naquela mesma noite, foi morto Belsazar, rei dos caldeus. **31.** E Dario, o medo, com cerca de sessenta e dois anos, se apoderou do reino.

A cena aqui mencionada tão brevemente é narrada nos comentários do capítulo 2, versículo 39. Enquanto Belsazar condescendia com sua presunçosa festança, enquanto a mão do anjo delineava a ruína do império nas paredes do palácio, enquanto Daniel revelava o temível significado do escrito celeste, os soldados persas, passando pelo canal vazio do Eufrates, haviam chegado ao coração da cidade e se apressavam com as espadas em punho para o palácio do rei. Nem se pode dizer que o monarca foi surpreendido, pois Deus acabara de adverti-lo quanto a sua destruição. Mas eles o encontraram e o mataram. E assim o império babilônico deixou de existir.

Como conclusão apropriada para este capítulo, apresentamos a bela descrição poética da festa de Belsazar, da pena de Edwin Arnold, autor de *A Luz da Ásia*. Foi escrito em 1852 e ganhou o prêmio Newdegate de poema inglês sobre a festa de Belsazar em University College, Oxford:¹

¹ O poema no original é um perfeito decassílabo, ou seja, com dez sílabas métricas, e possui rimas paralelas, seguindo o esquema AABCCDD, etc. A tradução foi feita em versos livres, sem a preocupação com um número fixo de sílabas. Procurou-se manter a musicalidade do poema por meio de um uso variado e não fixo de rimas. Em muitos casos, porém, a fidelidade ao original exigiu o uso de versos brancos, ou seja, sem rimas. Para ler o poema em inglês, acesse: <https://allpoetry.com/The-Feast-of-Belshazzar>.

Não é por um portal ou caminho somente
Que ao mortal a mensagem de Deus se faz patente;
Serafins velozes sempre cumprem Suas ordens,
E as estrelas, atendendo ao comando real,
Guiam pés solitários e o viajor leal;
O ribombar do trovão e a força do mar
O forte propósito de Deus estão a anunciar;
A tempestade embaixo e os tons do arco-íris no ar
Declaram Sua glória e Seu amor sem-par;
As vozes tranquilas de um dia de verão,
A brisa morna e o hálito de maio em profusão,
A harmonia persistente das conchas dos oceanos,
A doce música dos prados planos,
A terra, o puro ar, a água e o fogo em chamas
Em palavras sussurram e em línguas proclamam Seu nome supremo.

Certa vez, sem manto cuidadoso ou misterioso,
Ele próprio foi o arauto de Seu decreto forçoso;
A mão que leis em tábuas escreveu
Sentença deu a quem as esqueceu.
Reis e tiranos, ouvi a história!
Muitos a ouviram e com pavor fugiram;
Cativos sem ânimo, em cadeias amarrados,
Leram esta página e foram revigorados.

Da aurora ao pôr do sol, trombetas tocavam,
E a ordem do rei de Babilônia anunciavam;
Da aurora ao pôr do sol, do ocidente e do oriente,
Sátrapas mil se vestiam para o festival,
E apertavam as rédeas dos cavalos até o palácio real,
Onde o rei Belsazar dava uma festa sem igual:
Um belo palácio sob o aprazível céu,
Palácios com abóbadas e galerias na cor do sol,
Um alegre quiosque e balaústres decorados,
Para proteção no inverno e sombra no verão;
Próximo ao paço e ao terraço, ao domo e às torres altas,
O Eufrates, fluindo com ímpeto de seu lar montanhoso,

Repousava de sua fúria e restringia o orgulho ardente
Para rodear o palácio com seu azul mais reluzente;
Touros de ombros largos, com pelos esculpidos,
Em silente vigília protegiam as edificações:
Gigantes de granito, produzidos por mãos de peritos,
Que guardavam as portas e desfaleciam os corações.
Nem o brilho do verão, nem o áureo clarão do outono
Penetravam o frondoso bosque em que tamargueiras florescia;
Os raios da lua, passando por sua barreira folhosa,
Perdiam metade do prateado na exuberância verdosa,
E incidia com menor brilho, com luz partida,
Delineando um formoso arabesco meio claro, meio escuro,
Ou fracamente iluminando as pedras esculpidas
Com os anais em gravuras dos tronos caldeus.
Lá, do nascer do sol ao fim do dia,
Pássaros de brilhantes penas com seus cantos ofuscavam qualquer luz,
E as fontes de água, pelo palácio espalhadas,
Ao bramir do rio davam respostas entoadas;
Erguendo-se prateadas do poço cristalino,
Caíam como partículas brilhantes de lustre sem igual;
Embora agora não as ouçamos mais,
Pois há muito ecoa o forte coro dos comensais;
E tal som tranquilo, tal eco suave,
Diante dos brados de festa, certamente empalidece.

No alto de um trono de ouro e marfim,
Vestido de púrpura da coroa aos pés, do início ao fim,
O senhor do oriente de um mar a outro distante,
O rei Belsazar, festeja extravagante —
E, com ele, nobres povoam esse paraíso de pompa e coragem;
Utensílios de prata e taças de ouro incrustado
Reluziam com um rubor inusitado;
Lâmpadas suspensas, como planetas noturnos,
Lançavam sobre os diademas um brilho seguro,
Ou, balançando lentamente no céu da madrugada,
Douravam as ondulações das coroas reais.
Cada vez mais doce ecoava dos sistros o som em festim,
Suave como as batidas das asas de um serafim,

E cada vez mais ágeis eram as danças ensaiadas;
Cabeleiras se unem e as sandálias se beijam.
Cada vez mais brilhantes, à mesa da celebração,
As jarras borbulham e vinho se derrama em profusão.
Companhia boa não faltava em momento algum,
Olhos sorridentes iluminavam o sentimento;
De Dara eles provinham, de Darema e seu pomar,
“Os filhos da batalha e as luas para amar”;²
De onde dormem as águas prateadas de Arsissa
Até os pântanos de Imla e as ocultas terras distantes;
Da agradável Calá e de Catacena também —
O capitão dos cavaleiros e a rainha do harém.

Parecia que nenhuma ameaçadora nuvem de verão
Seria capaz de lançar sombra em tão agitado salão;
Como se as formas galantes que ali festejavam
Fossem grandes demais para os males e imunes a toda preocupação; —
De onde veio o olhar ansioso, o tom alterado,
O pressentimento sombrio que coração jamais sonharia,
Que transformaram sorriso em lamento,
Depressa como a ave marítima cruzando o firmamento?
Não é por saberem que o saqueador os espera
Pronto para a batalha nas portas de bronze;
Não é por ouvirem o grito do vigia
Anunciando os lentos minutos na muralha guarneçada:
O choque de aljavas e o barulho de lanças
São como suave música aos ouvidos de qualquer soldado;
E nesta noite nenhuma bainha esconde espada
Que não tenha, alçada, brilhado em batalha.
Não poderia o sangue a correr em cada veia pulsante
Pressentir depressa a dor que chega lancinante,
Assim como a prata aprisionada,³ morta e muda,
Encolhe-se diante dos passos do inverno que se aproxima?

O rei pressentiu, e a inquietude do coração
Estufou a veste purpúrea que lhe rodeava o peito.

² Hafiz, o Anacreonte persa.

³ O mercúrio no tubo do termômetro.

De repente ele diz: “Ah! Este néctar tão delicioso
Tem sabor de hissopo a ponto de ser insosso?
É vossa alma tão fraca e tola
Que o licor que nos alegra vos causa dor?
Pensais que os deuses lá no céu estrelado
Tremem de terror quando o trovão parece trazer pavor?
Não somos nós deuses? Não já lutamos contra Deus?
Trememos diante do mero aceno do ladrão?
Nunca! Que marchem até que as trancas dos portões
Zombem de guerras que inúteis são.
Sua queda é certa antes mesmo do amanhecer;
O leão quer festar e só amanhã há de levantar.
Dai-me uma taça e enchei os vasos que de Judá chegaram
E no seu templo estavam quando a guerra os espantavam;
Bebei até que a alma sature de frenética loucura.
Um brinde, no copo de Salém, ao conquistador de Salém!
Tomem todos um gole do copo de um deus,
E o ouro de Judá nos lábios encostará.
Eis que em meio à festa ninguém mais responde,
E o vinho, antes espumante, agora estanque.
E a mão, ávida para entornar a taça, por um momento se afasta; —
Há nela veneno para tanta hesitação?
Há algum feitiço no ouro que reluz,
A ponto de a mão febril o deixar sem pestanejar?
Quem vê para onde se dirige seu olhar?
O que há lá que faz sua visão congelar?
Segui seu braço estendido e olho iluminado,
E observai com eles o mistério encantado.

Eis que sobre a rocha surge uma mão
Escrevendo símbolos em língua sem compreensão.
Ali dedos deixam, como se fossem mortais,
A branca parede reluzindo caracteres espectrais;
Desliza a mão silenciosa e lentamente,
Deixando o rastro de grandes letras de indecifrável agouro;
A sentença é finda e o selo é posto;
A mão se vai, mas o registro não sai.
Como quem espera a própria sentença de morte,

Com os pálidos lábios entreabertos e fôlego forte,
Eles observam o sinal e não ousam procurar
O temor refletido na face de quem ao seu lado está;
Mas imóveis ficam como estátuas inertes,
O riso metade proferido, a piada no meio interrompida,
Metade da taça vazia, metade da jarra derramada;
Ali, onde o espectro os encontrara, ficam todos
Petrificados e silentes como um lago congelado
Pela fúria hibernal do braço de dezembro.

Com vara de condão em marfim e estola de zibelina,
Cada um dos mais sábios da Caldeia o sinistro escrito examina.
Fortes e eruditos na arte da mentira,
Cada um chega para contemplar, mas logo o olhar retira;
As letras gravadas, ainda místicas e mágicas,
Mantêm guardado o segredo intacto;
Resplendem em advertência e brilham em condenação.
Deus Se manifesta, mas não aos que em festim estão.

Oh! Quando o riso alegre não é mais presente,
Quando a alegria se vai e chega a dor premente;
Quando a adversidade forte e a dor sutil
Esmagam a alma triste e assolam o cérebro febril;
Quando os amigos, antes fiéis e protetores como dosséis,
Deixam-nos a chorar, sangrar e morrer a sós;
Quando temores e cuidados ocupam o pensamento em solidão,
E as nuvens da tristeza ocultam a alegria do sol de verão;
Quando a vida fatigante, respirando ofegante,
Só vê na morte a mais doce esperança confortante —
Então o melhor conselho e o derradeiro enlevo,
Para alegrar o espírito ou distrair o suplício,
A única calma, o único conforto ouvido
Vêm nas palavras de uma nobre mulher,
Como um raio de luz em praia deserta distante,
Que pisca em prata em meio à fúria das águas ondulantes,
E na melancolia sombria e noturna
Liberta a nau de sua sorte soturna.

Assim no silêncio daquela terrível hora,
Ao lamentarem os magos, pasmos, seus poderes partidos,
Quando reis empalideciam e sátrapas tremiam,
Uma mulher falou e os mais sábios ouviram seu clamor.
Ela, a exaltada filha de tronos mil,
Fala com lábios trêmulos e tom servil
Sobre aquele cativo, na festa esquecido,
Que lê visões e cujo destino conhecido
É tirar dúvidas e diminuir a escuridão,
Que sem perplexidade perscruta os dias que virão;
Daniel, o hebreu, seu nome e sua raça esses são,
O mais estimado por um monarca que lhe deu atenção.
Ele pode declarar — Oh! Chama-o depressa para entrar,
Para que o mistério com alegria possa terminar.

Calmo e silencioso como a lua cheia e bela
Que ao céu de junho sobe sorridente e amarela;
Temerosa como as nuvens noturnas perturbadas
De cuja luz se escondem amedrontadas,
Assim pelo corredor o profeta passou,
Assim de diante dele a multidão em festa se afastou;
Por taças quebradas e vinho derramado,
Continuou ele avante até o trono do rei outrora falante;
Seu espírito não fraquejou, de seu quieto olhar
A luz não se ofuscou por glória real e terrena contemplar;
Seus lábios eram firmes e a pronúncia clara:
“O rei de mim precisou e aqui estou”.

“És tu o profeta? Leia-me aquela escritura
Cujos horrores ocultos minh'alma torturam;
Por esse pedido, é-me apropriado lhe dar
Um manto de graça e para o pescoço dourado colar;
Teu também será o terceiro trono e no reino o terceiro lugar”.
Ele ouviu e, virando-se para a parede iluminada,
Que obscurecia da festa as tochas avermelhadas,
Olhou para o sinal com olhar fixo e constante;
E aquele que ameaça real alguma o deixara hesitante
Prostrou seus joelhos verdadeiros e inclinou a cabeça prateada,

Pois sabia que o Rei dos reis ali estava.
Então se lhe inquietou a alma quando a sentença se desdobrou,
Enquanto a língua tremia diante da sorte que o escrito vaticinou;
E nunca linguagem alguma ecoará tão sombrio destino
Imutável e certo a um povo em desatino.

“Guarda para ti a recompensa e o ouro;
Foi Deus quem escreveu e Seu profeta revelará o agouro;
O crime de teu pai, o destino que ele teve
Deveriam ter te ensinado cedo a lição que o manteve.
Não leste na história de sua vida
Que quem com Deus guerreia perde a lida?
Dele era um reino tão poderoso quanto o teu,
Cuja espada era cetro e a Terra o trono seu;
Nações tremiam perante seu olhar temível,
Dando-lhes vida ou morte conforme lhe convinha;
Senhor da vida e da sepultura guardador,
Sorrindo para salvar ou franzindo o cenho para condenar.
Mas quando seu coração duro ficou e o espírito se exaltou,
Deus sua majestade real retirou;
Longe da companhia dos outros seres humanos,
Buscou habitação em desertos prados;
Onde os asnos selvagens se alimentam e o gado se refugia,
Ali encontrou pastagem e achou moradia;

O orvalho da noite e o frio enregelante
Ensinarão-lhe com a dor a verdade constante:
Deus ainda rege sobre a Terra mais além
E troca ou mantém o monarca que Lhe convém.
Quem dera seu orgulho e queda, ou penitência e redenção
Tivessem te ensinado submeter-te à vontade de Jeová;
Teu cetro sem dúvida haveria de continuar.
Mas tu zombaste da Majestade celeste
E desprezaste os santos vasos do serviço excelso;
Fizeste ídolos conforme escolheste,
Ídolos de ouro, prata e pedra estabeleceste;
A eles os joelhos dobraste em intensa respiração
E são eles que deverão ajudar-te na hora da tua destruição.

Oh! Se se o sinal alerta dera e o pecado abandonado fora
Quando a graça, ignorada, intercedia ainda em teu favor;
Deus estava em teu meio, mas não demonstraste temor!
Ouve agora o que Ele diz: ‘Tua corrida está encerrada,
Teus anos numerados e tua vida terminada;
Tua alma subiu na balança do destino,
O Senhor te pesou e o peso necessário não encontrou’;
Agora na varanda do teu palácio se encontram os saqueadores,
Para arrancar teu cetro e de tua terra se tornar senhores”.

Ele terminou e o barulho de seus passos se ouviu,
Mas ninguém deu resposta, lábio nenhum a proferiu;
Emudeceu-se a língua livre e caiu o semblante destemido;
As enigmáticas letras agora tinham sentido.
Logo outros sons surgiram — o choque do metal
O praguejar na morte, o clamor para se livrar da triste sorte,
E as vozes sangrentas na fatal guerra cruenta.

Naquela noite a Belsazar mataram, que no trono do pai sentara;
Façanha incógnita e mãos furtivas
Deixaram sem vida o rei, sem trono e sem cetro,
E coberto de púrpura ficou, sem glória e sem féretro.

DANIEL 6 — DANIEL NA COVA DOS LEÕES



VERSÍCULO 1. Pareceu bem a Dario constituir sobre o reino a cento e vinte sátrapas, que estivessem por todo o reino; 2. e sobre eles, três presidentes, dos quais Daniel era um, aos quais estes sátrapas dessem conta, para que o rei não sofresse dano. 3. Então, o mesmo Daniel se distinguiu destes presidentes e sátrapas, porque nele havia um espírito excelente; e o rei pensava em estabelecê-lo sobre todo o reino. 4. Então, os presidentes e os sátrapas procuravam ocasião para acusar a Daniel a respeito do reino; mas não puderam achá-la, nem culpa alguma; porque ele era fiel, e não se achava nele nenhum erro nem culpa. 5. Disseram, pois, estes homens: Nunca acharemos ocasião alguma para acusar a este Daniel, se não a procurarmos contra ele na lei do seu Deus.

A Babilônia foi tomada pelos persas, e Dario, o medo, assumiu o trono em 538 a.C. Dois anos depois, em 536 a.C., com a morte de Dario, Ciro assumiu o trono. Em algum momento entre essas duas datas, aconteceu o evento aqui narrado.

Daniel foi um dos personagens principais no reino de Babilônia durante o auge de sua glória; desde essa época até o momento em que os medos e os persas assumiram o trono do império universal, ele foi no mínimo residente dessa cidade e familiarizado com todas as questões do reino. Todavia, ele não nos apresenta um relato consecutivo dos eventos que ocorreram durante sua longa conexão com esses reinos. Apenas menciona um acontecimento aqui e outro ali com o objetivo de inspirar fé, esperança e coragem no coração do povo de Deus de todas as eras, levando perseverança na adesão ao que é certo.

Em Hebreus 11, Paulo faz alusão ao ocorrido que este capítulo relata ao dizer que alguns, pela fé, “fecharam a boca de leões” (v. 33). Dario confiou o reino a 120 príncipes. Supõe-se, portanto, que havia 120 províncias no império, cada uma com seu sátrapa, ou governador. Por meio das vitórias de Cambises e Dario Histaspes, posteriormente foi ampliado para 127 províncias (Et 1:1). Sobre esses 120 príncipes, foram colocados três e, dentre esses, Daniel era o chefe. Daniel recebeu preferência por causa de seu espírito excelente. Por ter desempenhado um papel tão importante no império de Babilônia, Daniel poderia ter sido considerado inimigo por Dario e ter sido exilado, ou, pior ainda, ter sido executado; ou, por ser um cativo de uma nação em ruínas na época, poderia ter sido desprezado e ignorado. Mas não foi tratado de nenhuma dessas maneiras. Dario, é importante destacar, merece o crédito de ter preferido Daniel sobre todos os outros, pois o rei viu nele um espírito excelente. E o rei o tornou responsável por todo o reino. Por isso, os outros governantes tiveram inveja dele e decidiram destruí-lo. Mas a conduta de Daniel era perfeita em todas as questões do reino. Ele era fiel e verdadeiro. Não conseguiam encontrar motivo

para se queixar dele em nada nesse aspecto. Então disseram que não conseguiam encontrar razão para incriminá-lo, a menos no que dizia respeito à lei de seu Deus. Que assim seja conosco! É impossível ter recomendação melhor.

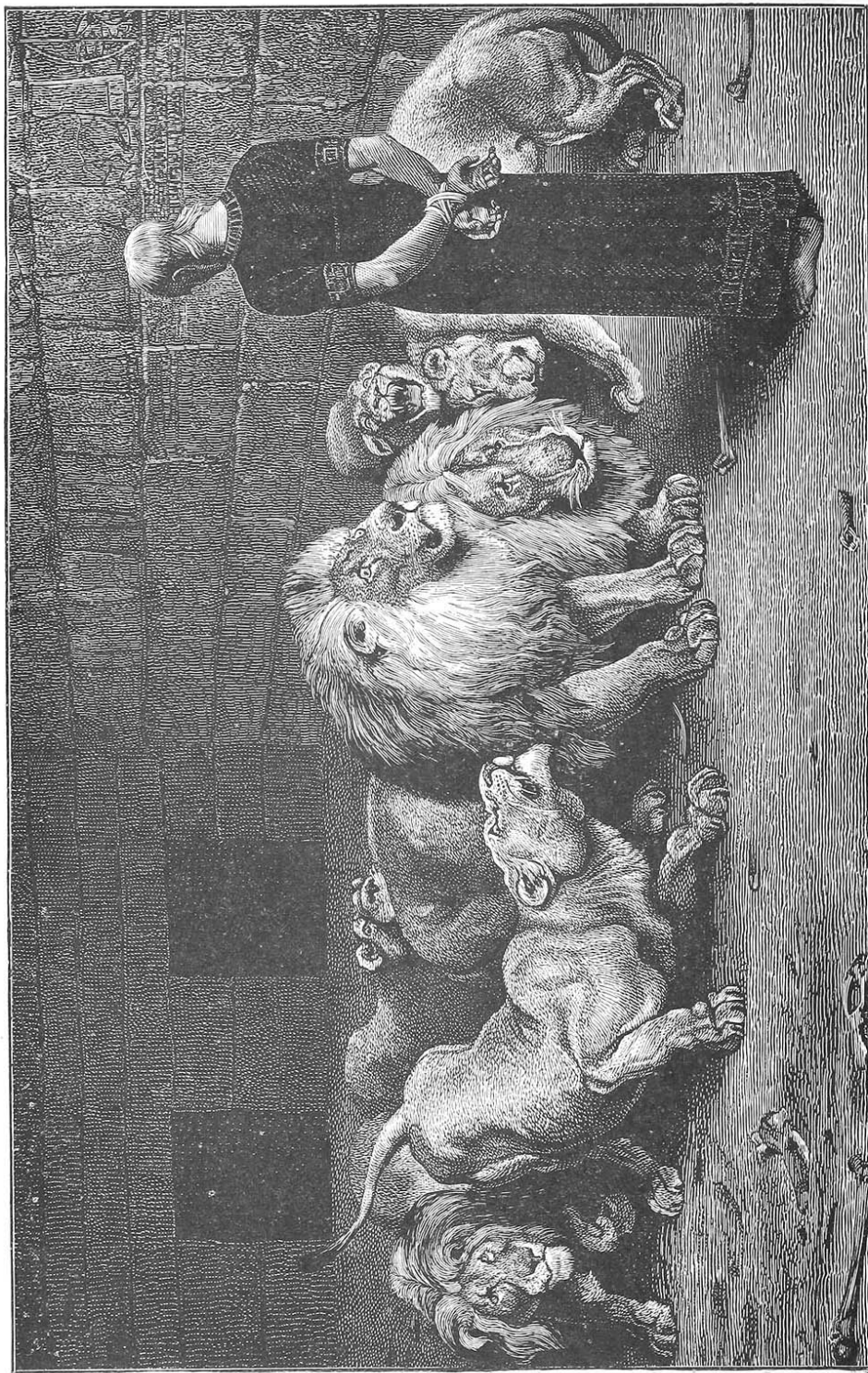
VERSÍCULO 6. Então, estes presidentes e sátrapas foram juntos ao rei e lhe disseram: Ó rei Dario, vive eternamente! 7. Todos os presidentes do reino, os prefeitos e sátrapas, conselheiros e governadores concordaram em que o rei estabeleça um decreto e faça firme o interdito que todo homem que, por espaço de trinta dias, fizer petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões. 8. Agora, pois, ó rei, sanciona o interdito e assina a escritura, para que não seja mudada, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. 9. Por esta causa, o rei Dario assinou a escritura e o interdito. 10. Daniel, pois, quando soube que a escritura estava assinada, entrou em sua casa e, em cima, no seu quarto, onde havia janelas abertas do lado de Jerusalém, três vezes por dia, se punha de joelhos, e orava, e dava graças, diante do seu Deus, como costumava fazer.

Observe o caminho que esses indivíduos percorreram a fim de cumprir seu propósito nefasto. Eles foram até o rei — fazendo tumulto, diz a margem [na KJV]. Chegaram como se alguma questão urgente tivesse subitamente surgido e eles a foram apresentar em unanimidade ao soberano. Afirmavam que todos tinham concordado. Isso não era verdade, pois Daniel, o chefe de todos eles, não fora nem consultado, é claro. O decreto que sugeriram bajulava a vaidade do rei; logo, prontamente ganhou sua aceitação. Seria uma posição até então inédita, um homem ser o único capaz de conceder favores e receber pedidos por 30 dias. Então o rei, sem imaginar quais seriam as intenções malignas dos sátrapas, assinou o decreto e o sancionou no livro de estatutos como uma das leis inalteráveis dos medos e persas.

Note a sutileza desses homens — até que ponto as pessoas chegam para arruinar aquilo que é bom. Caso tivessem sugerido o decreto de que nenhum pedido fosse feito ao Deus dos hebreus, que era o verdadeiro desígnio por trás da questão, o rei teria adivinhado o objetivo deles de imediato e não teria assinado o edito. Por isso, fizeram uma aplicação geral, mostrando-se dispostos a ignorar e insultar todo o sistema religioso deles, bem como sua multidão de deuses com o propósito de arruinar aquele que era alvo de seu ódio.

Daniel previu a conspiração que estava sendo feita contra ele, mas não se deu ao trabalho de impedi-la. Simplesmente confiou em Deus e deixou o problema para Sua providência. Não saiu do império sob o pretexto de trabalho, nem passou a realizar seu momento de devoção em segredo. Quando soube que o edito estava assinado, assim como antes, com o rosto voltado para sua amada Jerusalém, continuou a se ajoelhar no quarto três vezes ao dia, derramando suas preces e súplicas diante de Deus.

VERSÍCULO 11. Então, aqueles homens foram juntos, e, tendo achado a Daniel a orar e a suplicar, diante do seu Deus, 12. se apresentaram ao rei, e, a respeito do interdito real, lhe



DANIEL NA COVA DOS LEÕES

disseram: Não assinaste um interdito que, por espaço de trinta dias, todo homem que fizesse petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, fosse lançado na cova dos leões? Respondeu o rei e disse: Esta palavra é certa, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. 13. Então, responderam e disseram ao rei: Esse Daniel, que é dos exilados de Judá, não faz caso de ti, ó rei, nem do interdito que assinaste; antes, três vezes por dia, faz a sua oração. 14. Tendo o rei ouvido estas coisas, ficou muito penalizado e determinou consigo mesmo livrar a Daniel; e, até ao pôr do sol, se empenhou por salvá-lo. 15. Então, aqueles homens foram juntos ao rei e lhe disseram: Sabe, ó rei, que é lei dos medos e dos persas que nenhum interdito ou decreto que o rei sancione se pode mudar. 16. Então, o rei ordenou que trouxessem a Daniel e o lançassem na cova dos leões. Disse o rei a Daniel: O teu Deus, a quem tu continuamente serves, que Ele te livre. 17. Foi trazida uma pedra e posta sobre a boca da cova; selou-a o rei com o seu próprio anel e com o dos seus grandes, para que nada se mudasse a respeito de Daniel.

Depois de haver montado a armadilha, só restava a esses homens vigiar sua vítima a fim de capturá-la. Então vieram em tumulto novamente, desta vez na residência de Daniel, como se alguma questão importante os houvesse levado de repente a consultar o chefe dos presidentes; e eis que o encontram exatamente como intencionavam e esperavam: orando a seu Deus. Até aqui tudo funcionara muito bem. Não demoraram para levar a situação ao rei e, para ter ainda mais certeza, receberam a confirmação do monarca de que o decreto estava em vigor. Prontamente delataram Daniel; e observe a estratégia perversa de que lançaram mão para suscitar o preconceito do rei: “Esse Daniel, que é dos exilados de Judá”. Sim, aquele pobre cativo, completamente dependente de ti para receber todos os favores que desfruta, em vez de ser grato e apreciá-los, não te considera, nem presta atenção a teu decreto. Então o rei percebeu a armadilha que fora preparada tanto para ele quanto para Daniel, e se esforçou até o sol se pôr para livrá-lo, provavelmente por meio de esforços pessoais junto aos conspiradores para levá-los a mudar de ideia, ou, com grande empenho, usando argumentos a fim de tentar revogar a lei. Mas eles foram inexoráveis. A lei foi mantida, e Daniel, o venerável, respeitado, reto e impecável servo do reino foi jogado na cova dos leões, para ser devorado por estes, como se fosse um dos mais vis malfeitores.

VERSÍCULO 18. Então, o rei se dirigiu para o seu palácio, passou a noite em jejum e não deixou trazer à sua presença instrumentos de música; e fugiu dele o sono. 19. Pela manhã, ao romper do dia, levantou-se o rei e foi com pressa à cova dos leões. 20. Chegando-se ele à cova, chamou por Daniel com voz triste; disse o rei a Daniel: Daniel, servo do Deus vivo! Dar-se-ia o caso que o teu Deus, a quem tu continuamente serves, tenha podido livrar-te dos leões? 21. Então, Daniel falou ao rei: Ó rei, vive eternamente! 22. O meu Deus enviou o Seu anjo e fechou a boca aos leões, para que não me fizessem dano, porque foi achada em mim inocência diante Dele; também contra ti, ó rei, não cometi delito algum. 23. Então, o rei se alegrou sobremaneira e mandou tirar a Daniel da cova; assim, foi tirado Daniel da cova, e nenhum

dano se achou nele, porque crera no seu Deus. 24. Ordenou o rei, e foram trazidos aqueles homens que tinham acusado a Daniel, e foram lançados na cova dos leões, eles, seus filhos e suas mulheres; e ainda não tinham chegado ao fundo da cova, e já os leões se apoderaram deles, e lhes esmigalharam todos os ossos.

As ações do rei depois que Daniel foi jogado na cova dos leões demonstram seu interesse genuíno por ele e a condenação severa que sentia pelas escolhas que havia feito em toda essa situação. Assim que raiou o dia, ele correu para a cova onde seu primeiro ministro havia passado a noite na companhia de animais famintos e ferozes. A resposta de Daniel à primeira saudação do monarca não foi uma reprovação pelo rei ter cedido à armação de seus perseguidores, mas, sim, uma expressão de respeito e honra: “Ó rei, vive eternamente!” Depois disso, ele lembrou ao rei que ele não havia cometido nenhum mal perante o soberano — uma afirmação que deve ter atingido em cheio o coração do rei, mas contra a qual não poderia protestar. E por causa de sua inocência, o Deus a quem ele servia continuamente, e não de vez em quando ou com altos e baixos, havia enviado Seu anjo para fechar a boca dos leões.

Ali estava Daniel, preservado por um poder superior a qualquer poder terreno. Sua causa foi defendida e sua inocência, declarada. Nenhum mal lhe foi feito, porque ele acreditava em Deus. A fé bastou. Um milagre foi operado. Por que, então, os acusadores de Daniel foram trazidos e jogados aos leões? Conjectura-se que atribuíram a preservação de Daniel não a um milagre, mas ao fato de, por acaso, os leões não estarem famintos naquela ocasião. Então o rei disse: “Eles não irão atacá-los assim como não atacaram Daniel, portanto vamos testar a questão colocando-os lá dentro”. Os leões estavam com tanta fome que, assim que colocaram as garras nos culpados, estes foram despedaçados antes mesmo de chegarem ao chão da cova. Assim Daniel foi duplamente vindicado, e as palavras de Salomão se cumpriram de modo notável: “O justo é salvo das tribulações, e estas são transferidas para o ímpio” (Pv 11:8).

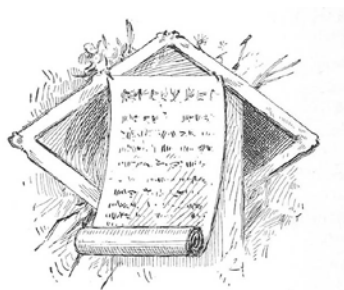
VERSÍCULO 25. Então, o rei Dario escreveu aos povos, nações e homens de todas as línguas que habitam em toda a Terra: Paz vos seja multiplicada! 26. Faço um decreto pelo qual, em todo o domínio do meu reino, os homens tremam e temam perante o Deus de Daniel, porque Ele é o Deus vivo e que permanece para sempre; o Seu reino não será destruído, e o Seu domínio não terá fim. 27. Ele livra, e salva, e faz sinais e maravilhas no Céu e na Terra; foi Ele quem livrou a Daniel do poder dos leões. 28. Daniel, pois, prosperou no reinado de Dario e no reinado de Ciro, o persa.

O resultado do livramento de Daniel foi a proclamação de outro edito por todo o império a favor do Deus verdadeiro, o Deus de Israel. Todos os homens deveriam temê-Lo e tremer diante Dele. Aquilo que os inimigos de Daniel tramaram para promover sua ruína só serviu para ajudá-lo. Neste caso, assim como no dos três hebreus na fornalha ardente, o selo de Deus foi posto em aprovação sobre dois campos importantes do dever: 1) no caso dos três na fornalha ardente,

não ceder a nenhum pecado conhecido; 2) nesta situação, não omitir nenhum dever conhecido. Dessas duas histórias, o povo de Deus de todas as eras deve extrair coragem.

O decreto do rei declarava o caráter do Deus verdadeiro em termos claros: (1) Ele é o Deus vivo; todos os outros estão mortos; 2) Ele é constante para sempre; todos os outros mudam; 3) Ele tem um reino, pois criou e governa a todos; 4) Seu reino não será destruído; todos os outros chegarão ao fim; 5) Seu domínio é sem fim; nenhum poder humano é capaz de prevalecer contra ele; 6) Ele livra os cativos; 7) resgata Seus servos dos inimigos quando clamam por Sua ajuda; 8) opera maravilhas no céu e sinais na Terra; 9) e, para completar, havia libertado Daniel, apresentando diante de nossos próprios olhos a prova mais completa de Seu poder e de Sua bondade ao resgatar Seu servo do poder dos leões. Que tributo mais excelente sobre o grande Deus e Seu servo fiel!

Assim termina a parte histórica do livro de Daniel. Chegamos agora à porção profética, que, como um raio de luz, espalha seu brilho por todo o fluxo de tempo desde aquele momento até o presente, e continua a iluminar o caminho da igreja até o reino eterno.



DANIEL 7 — OS QUATRO ANIMAIS



VERSÍCULO 1. No primeiro ano de Belsazar, rei da Babilônia, teve Daniel um sonho e visões ante seus olhos, quando estava no seu leito; escreveu logo o sonho e relatou a suma de todas as coisas.

Este é o mesmo Belsazar mencionado no capítulo 5. Logo, do ponto de vista cronológico, este capítulo sucede ao quinto; mas o aspecto cronológico foi deixado de lado a fim de que a parte histórica do livro ficasse independente e a parte profética, que iniciamos agora, não fosse interrompida por escritos dessa natureza.

VERSÍCULO 2. Falou Daniel e disse: Eu estava olhando, durante a minha visão da noite, e eis que os quatro ventos do céu agitavam o mar Grande. 3. Quatro animais, grandes, diferentes uns dos outros, subiam do mar.

Toda a linguagem das Escrituras deve ser entendida de maneira literal, a menos que haja algum bom motivo para supor que seja figurada. E tudo aquilo que é figurado deve ser interpretado pelo literal. O versículo 17 deixa claro que a linguagem usada neste capítulo é simbólica, pois diz: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da terra”. E para mostrar que a alusão é a reinos, não a reis individuais, o anjo continuou: “Mas os santos do Altíssimo receberão o reino” (v. 18). Além disso, na explicação do versículo 23, o anjo disse: “O quarto animal será um quarto reino na Terra”. Logo, os animais são símbolos de quatro grandes reinos. As circunstâncias nas quais surgiram e o meio usado para sua ascensão, conforme a descrição da profecia, também são simbólicos. Os símbolos apresentados são: quatro ventos, o mar, quatro grandes animais, dez chifres e outro chifre que tinha olhos e boca, o qual se levantou para guerrear contra Deus e Seu povo. Agora precisamos averiguar o que eles significam.

Em linguagem simbólica, vento quer dizer luta, comoção política e guerra. Jeremias 25:31, 32 diz:

“Um tumulto ressoa até os confins da Terra, pois o Senhor faz acusações contra as nações, e julga toda a humanidade: ele entregará os ímpios à espada, declara o Senhor. Assim diz o Senhor: ‘Vejam! A desgraça está se espalhando de nação em nação; uma terrível tempestade [whirlwind, na KJV — redemoinho de vento] se levanta desde os confins da Terra’. Naquele dia, os mortos do SENHOR estarão em todo o lugar, de um lado ao outro da Terra” (NVI).

Nessa passagem, o profeta fala de uma controvérsia que o Senhor terá com todas as nações, na qual os ímpios serão entregues à espada e os mortos pelo Senhor se estenderão de uma extremidade



O LEÃO—SÍMBOLO DA BABILÔNIA

a outra da Terra. O conflito e a comoção que produzem toda essa destruição são chamados de terrível tempestade, ou, como diz a versão King James, de grande vendaval ou redemoinho de vento.

O fato de vento significar conflito e guerra se torna mais evidente quando a visão em si é analisada. Como resultado da luta dos ventos, reinos surgem e caem; e tais eventos ocorrem mediante conflito político.

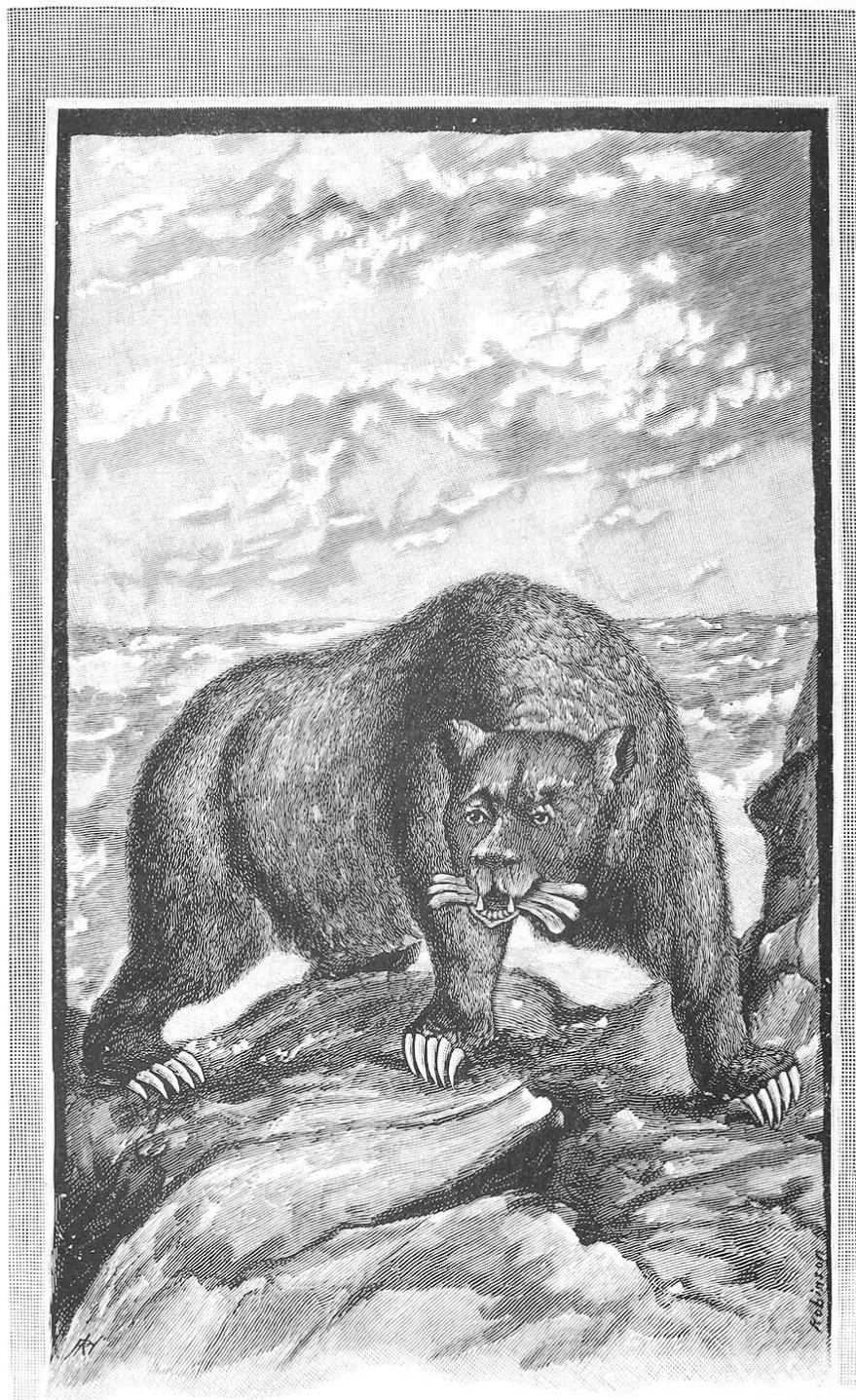
A definição bíblica de mar, ou águas, quando usado como símbolo, é povos, nações e línguas. Confira como prova disso Apocalipse 17:15, onde tal significado é expressamente declarado.

A definição do símbolo dos quatro animais é apresentada por Daniel perto do fim da visão. O versículo 17 diz: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da Terra”. Assim, o campo da visão se abre de maneira definitiva diante de nós.

VERSÍCULO 4. O primeiro era como leão e tinha asas de águia; enquanto eu olhava, foram-lhe arrancadas as asas, foi levantado da terra e posto em dois pés, como homem; e lhe foi dada mente de homem.

Uma vez que os quatro animais representam quatro reis ou reinos, perguntamos: “Quais quatro? Por onde começamos a contagem?” Esses animais não surgem todos de uma vez, mas de maneira consecutiva, uma vez que são chamados de primeiro, segundo, etc. E o último continua em existência no momento em que todas as cenas terrenas chegam ao fim mediante o juízo final. Do tempo de Daniel até o fim da história deste mundo, haveria apenas quatro reinos universais, conforme aprendemos com a grande estátua do sonho de Nabucodonosor no capítulo 2. Daniel ainda vivia sob o domínio do reino que havia declarado ser a cabeça de ouro, em sua interpretação do sonho do rei, cerca de 65 anos antes. Logo, o primeiro animal desta visão deve denotar o mesmo que a cabeça de ouro da grande estátua, a saber, o reino de Babilônia, e os outros animais, os reinos seguintes mostrados na estátua. Mas se essa visão abrange, em essência, o mesmo tema da estátua do capítulo 2, é possível indagar por que ela foi dada; por que a visão do capítulo 2 não bastou? Respondemos: o tema é repetido vez após vez para apresentar características adicionais, acrescentando fatos e atributos novos. É assim que temos “preceito sobre preceito”. Nesta visão, os governos terrenos são mostrados segundo sua representação à luz do Céu. Seu verdadeiro caráter é revelado por meio do símbolo de feras selvagens e violentas.

A princípio, o leão tinha asas de águia, representando a rapidez das conquistas de Babilônia durante o reinado de Nabucodonosor. No momento da visão, uma mudança havia acontecido. As asas tinham sido arrancadas. Ele não voava mais como uma águia sobre a vítima. A ousadia e o espírito do leão haviam desaparecido. Uma “mente de homem” [“coração de homem, na KJV], fraca, temerosa e tímida, tomara seu lugar. Foi exatamente esse o caso da nação durante os anos finais de sua história, pois se tornou fraca e efeminada por causa da riqueza e devassidão.



O URSO—SÍMBOLO DA MEDO-PÉRSIA

VERSÍCULO 5. Continuei olhando, e eis aqui o segundo animal, semelhante a um urso, o qual se levantou sobre um dos seus lados; na boca, entre os dentes, trazia três costelas; e lhe diziam: Levanta-te, devora muita carne.

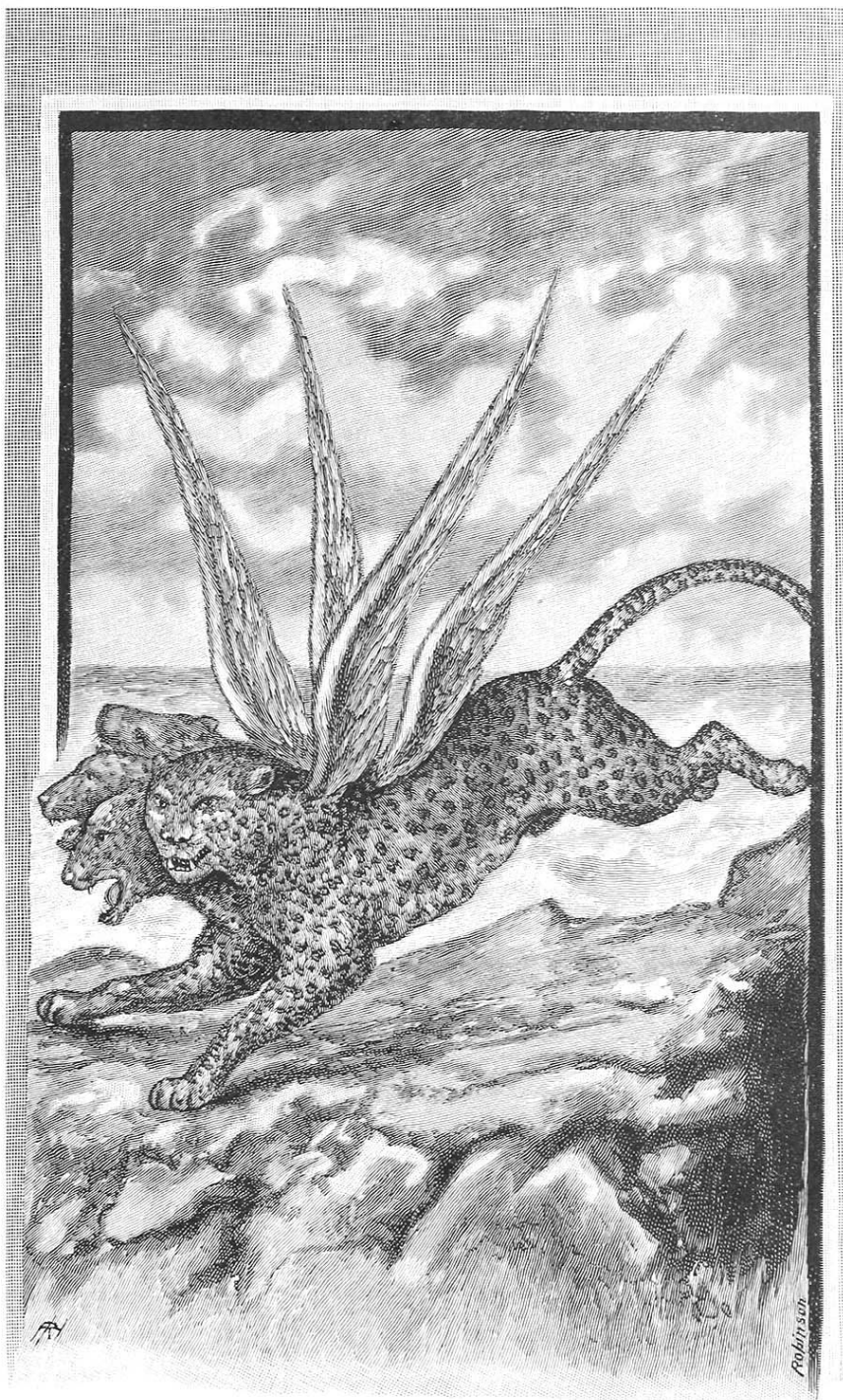
Assim como na grande estátua do capítulo 2, nesta série de símbolos, percebemos uma deterioração acentuada quando passamos de um reino para o outro. O peito e os braços de prata eram inferiores ao ouro da cabeça. O urso era inferior ao leão. A Medo-Pérsia ficou atrás de Babilônia em riqueza e esplendor, bem como no brilhantismo de sua carreira. E agora chegamos a detalhes adicionais acerca desse poder. O urso se levantou sobre um de seus lados. Esse reino era formado por duas nacionalidades, os medos e os persas. O mesmo fato é representado pelos dois chifres do carneiro do capítulo 8. Acerca desses chifres, afirma-se que o mais alto surgiu por último; e sobre o leão, que ele se levantou sobre um dos seus lados. Isso se cumpriu com a parte persa do reino, que surgiu por último, mas alcançou maior proeminência, tornando-se a influência controladora da nação (ver com. de Daniel 8:3). É possível que as três costelas signifiquem as três províncias de Babilônia, Lídia e Egito, que foram mais subjugadas e oprimidas por esse poder. O fato de dizerem “Levanta-te, devora muita carne” se refere naturalmente ao estímulo concedido aos medos e persas, ao dominarem tais províncias, para planejar e empreender conquistas mais vastas. O caráter do poder é bem representado por um urso. Os medos e persas eram cruéis e vorazes, roubavam e saqueavam o povo. Conforme já mencionado na exposição do capítulo 2, este reino começou com a conquista de Babilônia por Ciro em 538 a.C. e continuou até a batalha de Gaugamela em 331 a.C., por um período de 207 anos.

VERSÍCULO 6. Depois disto, continuei olhando, e eis aqui outro, semelhante a um leopardo, e tinha nas costas quatro asas de ave; tinha também este animal quatro cabeças, e foi-lhe dado domínio.

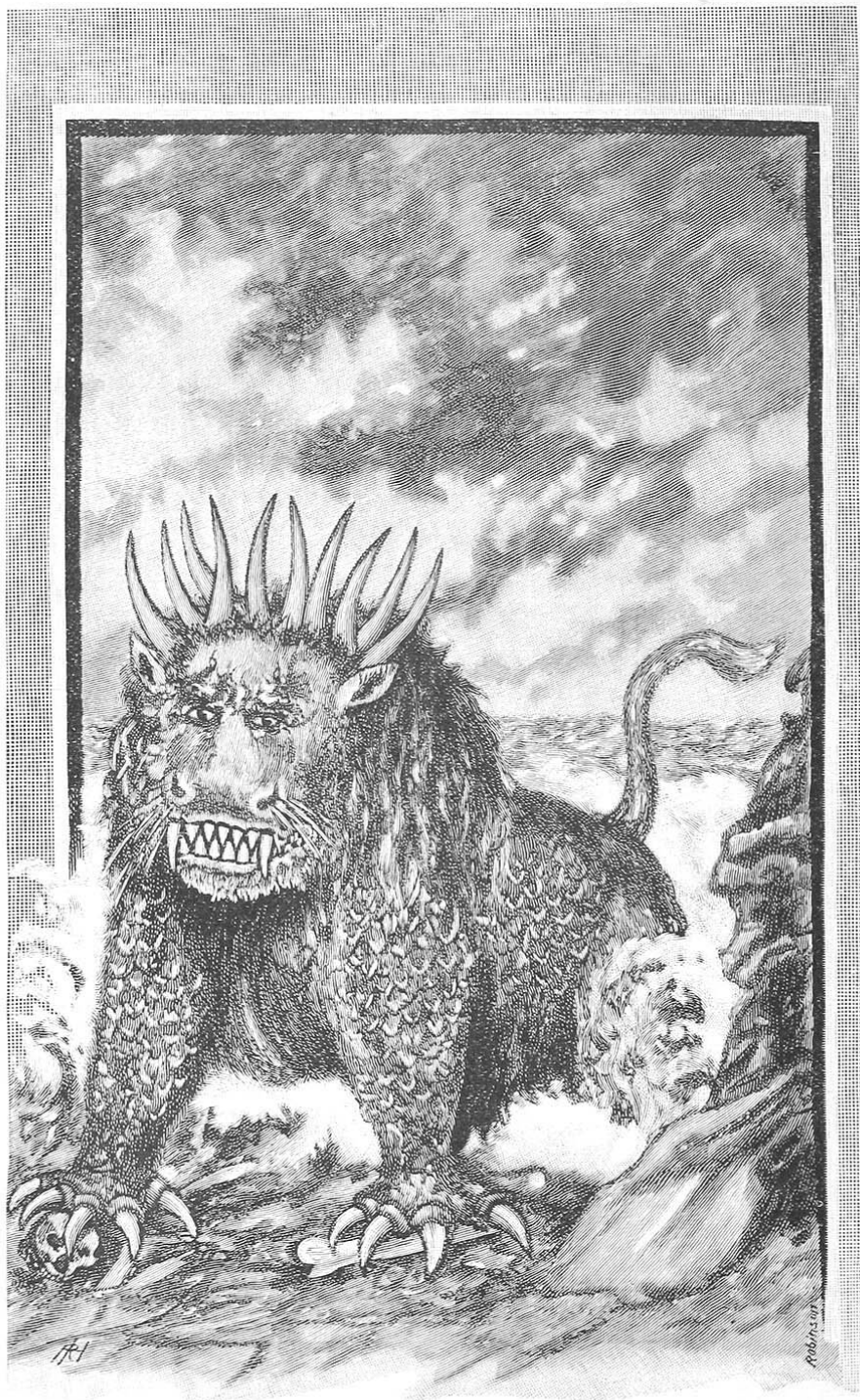
A Grécia, o terceiro reino, é representada por este símbolo. Se asas sobre o leão significam rapidez de conquista, o mesmo acontece aqui. O leopardo já é um animal bastante ágil, mas isso não foi suficiente para representar a trajetória da nação que ele simbolizava nesse aspecto. Era preciso ter asas, além de tudo. Duas asas, o número dado ao leão, não bastavam. Eram necessárias quatro. Isso denotava agilidade de movimentos sem precedentes. Confirmamos que essa é a verdade histórica acerca do reino grego. As conquistas da Grécia, sob a liderança de Alexandre, não encontram paralelo em seu caráter súbito e em rapidez nos anais da história.

Rollin, em *Ancient History*, vol. 15, seção 2, faz esta breve síntese das marchas de Alexandre:

“Da Macedônia ao Ganges, rio do qual Alexandre quase se aproximou, contam-se pelo menos 1.100 léguas [5.280 km]. Acrescentem-se a isso as diversas voltas nas marchas de Alexandre; primeiro, da extremidade da Cilícia, onde a batalha de Isso foi travada, até o templo de Júpiter Amon na Líbia, e seu retorno daí para Tiro, totalizando uma jornada de no mínimo trezentas léguas [1.440 km] — uma distância padrão em suas idas e vindas em diferentes lugares. Chega-se à conclusão de que,



O LEOPARDO—SÍMBOLO DA GRÉCIA



A QUARTA BESTA—SÍMBOLO DE ROMA

em menos de oito anos, Alexandre fez seu exército marchar mais de 1.700 léguas [ou mais de 8.160 quilômetros], sem incluir o retorno para Babilônia.”

“Tinha também este animal quatro cabeças”. O império grego manteve sua unidade por pouco mais do que o período de vida de Alexandre. Quinze anos depois de sua brilhante carreira terminar com uma febre provocada por excesso de bebedeira, o império foi dividido entre seus principais generais. Cassandro ficou com a Macedônia e o oeste da Grécia; Lisímaco ficou com a Trácia e partes da Ásia no Helesponto e em Bósforo no norte; Ptolomeu recebeu o Egito, a Lídia, a Arábia, a Palestina e a Celessíria no sul; Seleuco ficou com a Síria e com o restante dos domínios de Alexandre no oriente. Tais divisões foram simbolizadas pelas quatro cabeças do leopardo (308 a.C.).

Assim as palavras do profeta se cumpriram com precisão. Uma vez que Alexandre não deixou sucessor, por que o imenso império não se partiu em incontáveis fragmentos minúsculos? Por que em apenas quatro partes, não em mais? Porque a profecia dissera que seriam apenas quatro. O leopardo tinha quatro cabeças, o bode contava com quatro chifres, e o reino teria quatro divisões; e assim foi (confira em maiores detalhes no capítulo 8).

VERSÍCULO 7. Depois disto, eu continuava olhando nas visões da noite, e eis aqui o quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte, o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava; era diferente de todos os animais que apareceram antes dele e tinha dez chifres.

A inspiração não encontra animal na natureza que sirva de base como símbolo para representar o poder aqui ilustrado. Nenhum acréscimo de patas, cabeças, chifres, asas, escamas, dentes ou unhas a qualquer fera da natureza seria suficiente. Esse poder era diferente de todos os outros e seu símbolo fica totalmente sem descrição.

O versículo 7, que acaba de ser citado, tem conteúdo suficiente para um livro inteiro, mas somos compelidos a abordá-lo com maior brevidade aqui, pois a história completa se encontra muito além do espaço que esta curta exposição é capaz de permitir. Este animal corresponde, é claro, à quarta divisão da grande estátua — as pernas de ferro. Na análise de Daniel 2:40, apresentamos alguns motivos para aceitarmos que esse poder seja Roma. Os mesmos motivos se aplicam à presente profecia. Com quanta precisão Roma corresponde à parte de ferro da estátua! E com quanta precisão se adequa ao animal que nos é apresentado! No temor e terror que inspirava, bem como na força descomunal, o mundo nunca viu algo parecido. Devorava como se tivesse dentes de ferro e quebrava em pedaços. Moía todas as nações até o pó debaixo dos audaciosos pés. Tinha dez chifres, que o versículo 24 afirma serem dez reis ou reinos que surgiriam desse império. Conforme já mencionado no capítulo 2, Roma foi dividida nos dez reinos a seguir: hunos, ostrogodos, visigodos, francos, vândalos, suevos, burgúndios, hérulos, anglo-saxões e lombardos. Desde então, tais divisões são conhecidas como os dez reinos do império romano (351-483 d.C.). Confira os comentários sobre Daniel 2:41-42; leia também o Anexo III.



O CHIFRE PEQUENO—SÍMBOLO DO PAPADO

VERSÍCULO 8. Estando eu a observar os chifres, eis que entre eles subiu outro pequeno, diante do qual três dos primeiros chifres foram arrancados; e eis que neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência.

Daniel observou os chifres. Indícios de um movimento estranho apareceu entre eles. Um chifre pequeno (pequeno a princípio, mas depois mais robusto do que os outros) começou a forçar sua expansão entre eles. Não se contentou em encontrar tranquilamente um lugar para si e ocupá-lo; desejou derrubar alguns dos outros e usurpar o lugar deles. Três reinos foram arrancados perante ele. Esse chifre pequeno, conforme teremos condições de comentar em maiores detalhes posteriormente, foi o papado. Os três chifres arrancados diante dele foram os hérulos, os ostrogodos e os vândalos. E foram arrancados porque se opuseram às arrogantes pretensões da hierarquia papal e à supremacia do bispo de Roma na igreja.

“Neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência” — os olhos, símbolo adequado de astúcia, sagacidade, perspicácia e visão da hierarquia papal; a boca falando com insolência, uma representação apropriada das arrogantes pretensões dos bispos de Roma.

VERSÍCULO 9. Continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e o Ancião de Dias Se assentou; Sua veste era branca como a neve, e os cabelos da cabeça, como a pura lã; o Seu trono eram chamas de fogo, e suas rodas eram fogo ardente. 10. Um rio de fogo manava e saía de diante Dele; milhares de milhares O serviam, e miríades de miríades estavam diante Dele; assentou-se o tribunal, e se abriram os livros.

É impossível encontrar uma descrição mais sublime da mais sublime de todas as cenas em língua portuguesa. Mas não são apenas as imagens grandiosas e elevadas aqui introduzidas que deveriam chamar nossa atenção; a natureza da cena em si requer a mais grave consideração. O juízo é colocado em cena e, sempre que ele é mencionado, deve exercer atração irresistível sobre todas as mentes, pois todos se interessam pelas questões eternas.

Devido a uma infeliz tradução no verso 9, [na versão King James], uma ideia equivocada pode ser transmitida. As palavras “*cast down*” [lançados abaixo — “postos”, na ARA] vêm de um termo que no original significa exatamente o oposto: pôr, estabelecer. Gesenius define da seguinte maneira a palavra רָמָה [r’mah]: “Aram. 1. Lançar, jogar, Daniel 3:20, 21, 24; 6:17. 2. Estabelecer, colocar, por exemplo, tronos, Daniel 7:9. Comparar Apocalipse 4:2, θρόνος ἔκειτο, com יָרָה , acepção 2”. *The Analytical Hebrew and Chaldee Lexicon* [Léxico analítico hebraico e caldeu], de Davidson, também dá a essa palavra a definição de “estabelecer, colocar”, e cita Daniel 7:9 como exemplo do uso da palavra nesse sentido. A razão pela qual a versão inglesa usou “*cast down*”, com esse sentido de “lançar ao chão”, se encontra, talvez, na seguinte nota encontrada na *Cottage Bible*: “V. 9. *The thrones were cast down* [Os tronos foram lançados abaixo, ou ao chão]. Wintle, ‘Foram postos’. O mesmo afirma Boothroyd. Mas as duas traduções transmitem o mesmo significado. Os asiáticos não têm cadeiras, nem tamboretas; mas para receber pessoas de posi-

ção, eles ‘lançam ao chão’ [*cast down*] ou ‘colocam’ almofadas ao redor do ambiente para servir de assento. Ao que parece, a passagem alude a essa prática. Confira Mateus 19:28 e Apocalipse 20:4”. O Dr. Clarke diz que a palavra “pode ser traduzida por erigidos — razão por que a Vulgata traduziu como *positi sunt* [foram postos], bem como todas as outras versões”. A Septuaginta traz ἐτέθησαν (*etethesan*), cuja definição é “colocar, pôr, posicionar; estabelecer; erigir”. Os tronos não se referem a tronos terrenos, os quais serão derrubados, ou lançados por terra, no dia final, mas a tronos de julgamento, que são “postos” ou posicionados no tribunal do Deus Altíssimo pouco antes do fim.

O “Ancião de Dias”, Deus Pai, assume o trono do juízo. Note a descrição de Sua pessoa. Aqueles que creem na impessoalidade de Deus são obrigados a admitir que, nesta passagem, Ele é descrito como um ser pessoal; mas se consolam dizendo que se trata da única descrição do tipo na Bíblia. Não admitimos a última afirmação, mas, caso fosse verdadeira, uma única descrição dessa natureza não seria tão fatal para a teoria quanto se fosse repetida diversas vezes? Os milhares de milhares que O servem e as miríades de miríades que estão diante Dele não são pecadores em frente ao trono do juízo, mas, sim, seres celestiais que ministram perante Deus, cumprindo Sua vontade. A compreensão desses versículos envolve o entendimento do tema do santuário, e recomendamos ao leitor que leia obras a esse respeito. O fim da ministração de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no santuário celestial, é a obra de julgamento aqui introduzida. Trata-se de um juízo investigativo. Os livros se abrem e o caso de cada um aparece para ser examinado no grande tribunal, a fim de que se possa determinar de antemão quem receberá a vida eterna quando o Senhor vier para concedê-la a Seu povo. João, conforme o relato de Apocalipse 5, teve uma visão do mesmo lugar e viu o mesmo número de seres celestiais envolvidos com Cristo na obra do juízo investigativo. Olhando para dentro do santuário (conforme descobrimos com base em Apocalipse 4), no capítulo 5:11 ele diz: “Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres viventes e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares”.

Veremos adiante, ao estudarmos Daniel 8:14, que essa obra solene está ocorrendo agora mesmo no santuário celestial.

VERSÍCULO 11. Então, estive olhando, por causa da voz das insolentes palavras que o chifre proferia; estive olhando e vi que o animal foi morto, e o seu corpo desfeito e entregue para ser queimado. 12. Quanto aos outros animais, foi-lhes tirado o domínio; todavia, foi-lhes dada prolongação de vida por um prazo e um tempo.

Há pessoas que creem em um milênio de triunfo do evangelho e reinado da justiça sobre todo o mundo antes da volta do Senhor; outros ainda acreditam em um tempo de graça depois que Jesus voltar e em um milênio misto, no qual os justos imortais proclamarão o evangelho a pecadores mortais, dirigindo-os para o caminho da salvação. Mas esses dois sistemas de erro são completamente demolidos nos versículos que se descortinam à nossa frente.

1. O quarto animal terrível continua sem mudança de caráter, e o chifre pequeno segue proferindo suas blasfêmias, mantendo seus milhões de adeptos nas cadeias de uma superstição cega, até a besta ser entregue ao fogo. Não se trata, portanto, aqui de sua conversão, mas, sim, de sua destruição (ver 2 Ts 2:8).

2. A vida do quarto animal não se prolonga após o fim de seu domínio, como foi o caso dos animais anteriores. O domínio deles foi retirado, mas a vida se prolongou por um tempo. O território e os súditos do reino babilônico continuaram a existir, muito embora tenham passado a ser súditos dos persas. O mesmo se pode dizer do império persa com relação à Grécia, e da Grécia com respeito a Roma. Mas o que vem após o quarto reino? Nenhum governo ou estado no qual os mortais desempenham qualquer parte. Sua trajetória termina no lago de fogo e não tem existência além disso. O leão foi absorvido pelo urso; o urso, pelo leopardo; o leopardo, pelo quarto animal; e o quarto animal pelo quê? Não por outro animal, mas foi jogado ao lago de fogo, em cuja destruição permanece até os seres humanos sofrerem a segunda morte. Logo, que ninguém fale sobre tempo de graça ou milênio misto após a volta do Senhor.

O advérbio *então*, na frase: “Então, estive olhando, por causa da voz das insolentes palavras que o chifre proferia”, etc., parece se referir a algum momento específico. A obra do juízo investigativo é introduzida nos versículos anteriores. Pode-se deduzir, a partir desse versículo, que, enquanto essa obra está sendo realizada e logo antes da destruição desse poder e de sua entrega ao fogo ardente, o chifre pequeno profere palavras insolentes contra o Altíssimo. Não temos ouvido tais palavras ao longo dos últimos anos? Veja os decretos do Concílio do Vaticano de 1870. O que poderia ser mais blasfemo do que atribuir infalibilidade a um mortal? Todavia, nesse ano o mundo contemplou o espetáculo de um concílio ecumênico reunido com o propósito deliberado de decretar que o ocupante do trono papal, o homem da iniquidade, possui essa prerrogativa divina e, portanto, não pode errar. Haveria algo mais presunçoso e blasfemo? Não seria essa a voz das palavras insolentes que o chifre proferiu? Não está esse poder pronto para o fogo e próximo de seu fim?

VERSÍCULO 13. Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do Homem, e dirigiu-Se ao Ancião de Dias, e O fizeram chegar até Ele. 14. Foi-Lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas O servissem; o Seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o Seu reino jamais será destruído.

A cena descrita nessa passagem não é o segundo advento de Cristo a esta Terra, a menos que o Ancião de Dias esteja neste planeta, pois se trata de uma vinda *ao* Ancião de Dias. Ali, na presença do Ancião de Dias, Ele recebe um reino, domínio e glória. O Filho do Homem recebe o reino antes de Seu retorno à Terra (ver Lc 19:10-12 em diante). Portanto, esta é uma cena que acontece no templo celestial e está fortemente conectada à que inicia nos versículos 9 e 10. Ele recebe o reino ao fim de Sua obra sacerdotal no santuário. Os povos, as nações e as línguas que

O servirão serão os salvos (Ap 21:24), não as nações ímpias da Terra — estas serão despedaçadas no segundo advento. Alguns dentre todas as nações, tribos e reinos da Terra se encontrarão afinal no reino de Deus, a fim de ali servi-Lo com alegria e júbilo para todo o sempre.

VERSÍCULO 15. Quanto a mim, Daniel, o meu espírito foi alarmado dentro de mim, e as visões da minha cabeça me perturbaram. 16. Cheguei-me a um dos que estavam perto e lhe pedi a verdade acerca de tudo isto. Assim, ele me disse e me fez saber a interpretação das coisas: 17. Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da terra. 18. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino e o possuirão para todo o sempre, de eternidade em eternidade.

Nós deveríamos estar tão ansiosos quanto Daniel para compreender a verdade de tudo isso. E sempre que buscamos com a mesma sinceridade de coração, descobrimos que o Senhor continua tão disposto hoje quanto nos dias do profeta a nos conduzir ao conhecimento correto dessas importantes verdades. Os animais e os reinos que eles representam já foram explicados. Acompanhamos o profeta no decorrer dos acontecimentos até a destruição completa do quarto e último animal, até a subversão final de todos os governos terrenos. O que vem em seguida? O versículo 18 nos conta: “Os santos do Altíssimo receberão o reino”. Os santos! Todos aqueles tidos em baixa estima por este mundo, desprezados, reprovados, perseguidos e excluídos; aqueles considerados os menos prováveis dentre todas as pessoas para alcançar sua esperança. São esses que receberão o reino e o possuirão para sempre. A usurpação e o domínio inadequado dos ímpios chegarão ao fim. A herança perdida será redimida. A paz será restaurada às fronteiras destruídas e a justiça reinará por sobre toda a expansão da Terra renovada.

VERSÍCULO 19. Então, tive desejo de conhecer a verdade a respeito do quarto animal, que era diferente de todos os outros, muito terrível, cujos dentes eram de ferro, cujas unhas eram de bronze, que devorava, fazia em pedaços e pisava aos pés o que sobejava; 20. e também a respeito dos dez chifres que tinha na cabeça e do outro que subiu, diante do qual caíram três, daquele chifre que tinha olhos e uma boca que falava com insolência e parecia mais robusto do que os seus companheiros.

Daniel teve uma compreensão tão clara quanto aos três primeiros animais da série que não teve dificuldade nenhuma em relação a eles. Mas ficou pasmo diante do quarto animal, tão contrário às leis da natureza e temível. Com efeito, quanto mais avançamos na linha do tempo, mais é necessário se afastar da natureza para formar símbolos que representem com precisão os governos degenerados desta Terra. O leão pertence à natureza; mas precisou ter o acréscimo artificial de duas asas para representar o reino de Babilônia. Também encontramos o urso na natureza. Como símbolo da Medo-Pérsia, porém, uma ferocidade anormal precisou ser denotada por meio da inserção de três costelas em sua boca. De igual modo, o leopardo é um animal da natureza; mas, a fim de representar a Grécia de maneira apropriada, há um afastamento da natureza no

que diz respeito às asas e ao número de cabeças. Contudo, a natureza não provê nenhum símbolo apropriado para ilustrar o quarto reino. Um animal cuja semelhança nunca foi vista é usado; uma besta temível e terrível, com unhas de bronze e dentes de ferro, tão cruel, voraz e selvagem que, pelo simples amor à opressão, devorava, despedaçava e pisoteava suas vítimas.

Tudo isso se mostrou fenomenal para o profeta, mas algo ainda mais extraordinário estava por vir. Um chifre pequeno apareceu e, seguindo a mesma natureza da besta de onde surgiu, derrubou três de seus companheiros. E eis que o chifre tinha olhos, não os olhos incultos de um animal, mas os olhos sagazes, astutos e inteligentes de um ser humano! E o mais estranho ainda: tinha uma boca que falava com insolência, proferindo prerrogativas absurdas e arrogantes. Não é de espantar que o profeta tenha feito perguntas especiais sobre esse monstro, com instintos tão sinistros e com costumes e modo de agir tão diabólicos. Os versículos seguintes apresentam algumas especificações acerca do chifre pequeno, as quais permitem que o estudioso das profecias faça uma aplicação desse símbolo sem risco de errar.

VERSÍCULO 21. Eu olhava e eis que este chifre fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, 22. até que veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo; e veio o tempo em que os santos possuíram o reino.

A ira fora do comum desse chifre pequeno contra os santos atraiu de modo especial a atenção de Daniel. A ascensão dos dez chifres, ou a divisão de Roma em dez reinos, entre os anos 351 e 483 d.C., já foi mencionada (confira o comentário sobre Daniel 2:41). Uma vez que esses chifres denotam reinos, o chifre pequeno também deve representar um reino, mas não da mesma natureza, pois era *diferente* dos outros, que eram reinos políticos. E agora precisamos investigar se algum reino surgiu dentre os dez do império romano desde 483 d.C., e que foi distinto de todos eles; se houve, qual foi. A resposta é: sim, o reino espiritual do papado. Essa resposta se encaixa em todos os detalhes do símbolo e é fácil comprová-la. Além disso, nada mais se enquadra com tamanha precisão. Confira as especificações mencionadas em maiores detalhes no versículo 23.

Daniel contemplou esse chifre guerreando contra os santos. O papado travou esse tipo de batalha? Cinquenta milhões de mártires, cuja voz é como o som de muitas águas, respondem que sim. Veja a cruel perseguição aos valdenses, albigenses e protestantes em geral que o poder papal exerceu. Há bons motivos para afirmar que as perseguições, os massacres e as guerras religiosas incitadas pela igreja e o bispo de Roma ocasionaram o derramamento de muito mais sangue dos santos do Altíssimo que toda forma de inimizade, hostilidade e perseguição de professores pagãos desde a fundação do mundo.

No versículo 22, três acontecimentos consecutivos parecem ser apresentados. Daniel, olhando para o futuro desde o momento em que o chifre pequeno se encontrava no auge de seu poder até o fim definitivo do longo embate entre os santos e Satanás com todos os seus agentes, observa três acontecimentos proeminentes que servem como marcos ao longo do caminho: 1) A vinda do Ancião de Dias, isto é, a posição que Jeová assume no início da cena de julgamento descrita nos

versículos 9 e 10. 2) O juízo que é “dado [...] aos santos” (ARC), ou seja, o momento em que os santos se assentam com Cristo para julgar por mil anos, após a primeira ressurreição (Ap 20:1-4), reservando aos ímpios o castigo que merecem por seus pecados. Então os mártires se assentarão para julgar o grande poder perseguidor anticristão que, na época de sua provação, os caçava como se fossem animais do deserto, derramando o sangue deles como água. 3) O tempo em que os santos possuirão o reino; isto é, o momento em que tomarão posse da nova Terra. Então o último vestígio da maldição, do pecado e dos pecadores, raiz e ramo serão eliminados. O território há tanto tempo injustamente governado pelos poderes ímpios da Terra, os inimigos do povo de Deus, será concedido aos justos e a eles pertencerá para todo o sempre (1Cr 6:2-3; Mt 25:34).

VERSÍCULO 23. Então, ele disse: O quarto animal será um quarto reino na Terra, o qual será diferente de todos os reinos; e devorará toda a Terra, e a pisará aos pés, e a fará em pedaços. 24. Os dez chifres correspondem a dez reis que se levantarão daquele mesmo reino; e, depois deles, se levantará outro, o qual será diferente dos primeiros, e abaterá a três reis. 25. Proferirá palavras contra o Altíssimo, magoará os santos do Altíssimo e cuidará em mudar os tempos e a lei; e os santos lhe serão entregues nas mãos, por um tempo, dois tempos e metade de um tempo. 26. Mas, depois, se assentará o tribunal para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até ao fim.

Aqui encontramos maiores detalhes acerca do quarto animal e do chifre pequeno.

Talvez já se tenha dito o bastante acerca do quarto animal (Roma) e dos dez chifres, ou dez reinos, que dele surgiram. É o chifre pequeno que demanda atenção especial agora. Conforme destacado no versículo 8, o cumprimento da profecia acerca desse chifre se encontra na ascensão e obra do papado. Portanto, é uma questão tanto de interesse quanto de importância indagar quais foram as causas que levaram ao desenvolvimento desse poder anticristão.

Os primeiros pastores ou bispos de Roma desfrutavam um respeito proporcional à posição da cidade em que residiam; ao longo dos primeiros séculos da era cristã, Roma era a cidade mais vasta, rica e poderosa do mundo. Era a sede do império, a capital das nações. “Todos os habitantes da Terra pertencem a ela”, disse Juliano; e Claudiano declarou que ela era a “fonte das leis”. “Se Roma é a rainha das cidades, então por que seu pastor não deveria ser o rei dos bispos?” — essa foi a linha de raciocínio que os pastores romanos adotaram. “Por que a igreja romana não deveria ser a mãe da cristandade? Por que todas as nações não deveriam ser suas filhas e, sua autoridade, a lei soberana? Era fácil”, diz D’Aubigné, de quem citamos essas palavras (*History of the Reformation* [História da Reforma], vol. 1, cap. 1), “ao ambicioso coração humano pensar dessa forma. E foi isso que a ambiciosa Roma fez”.

Os bispos das diferentes partes do império romano sentiam prazer em dispensar ao bispo de Roma parte da honra que a rainha das cidades recebia das nações da Terra. A princípio, a homenagem assim prestada não subentendia nenhum tipo de dependência. “Mas”, continua D’Aubigné, “o poder usurpado aumenta como uma avalanche. Admoestações, a princípio apenas

fraternas, logo se transformaram em ordens absolutas nas mãos do pontífice. Os bispos do ocidente foram favoráveis a essa usurpação dos pastores romanos, por inveja dos bispos orientais ou por preferirem se submeter à supremacia de um papa a ter que fazê-lo em relação ao domínio de um poder temporal”.

Tais eram as influências que cercavam o bispo de Roma, e tudo tendia para sua rápida elevação ao trono supremo do cristianismo. O quarto século, porém, testemunhou a colocação de um obstáculo no caminho desse ambicioso sonho. Ário, sacerdote da paróquia da antiga e influente igreja de Alexandria, espalhou sua doutrina pelo mundo, causando uma controvérsia tão ferrenha dentro da igreja cristã que um concílio geral foi convocado em Niceia pelo imperador Constantino no ano 325 d.C., a fim de analisá-la e fazer os devidos ajustes. Ário defendia que “o Filho era total e essencialmente distinto do Pai; que era um dos primeiros e mais nobres seres que o Pai criara do nada. Por meio de uma operação subordinada ao Pai Todo-poderoso, teria formado o Universo. Logo, era inferior ao Pai tanto em natureza quanto em dignidade”. Essa opinião foi condenada pelo concílio, o qual decretou que Cristo era um com o Pai e da mesma substância que Este. Por isso, Ário foi exilado em Ilíria, e seus seguidores foram obrigados a concordar com o credo elaborado nessa ocasião (Mosheim, séc. 4, parte 2, cap. 4; Stanley, *History of the Eastern Church* [História da Igreja Oriental], p. 239).

Todavia, o conflito não foi resolvido de forma tão sumária e continuou a agitar o mundo cristão por séculos. Os arianos de todas as partes se tornaram amargos inimigos do papa e da Igreja Católica Romana. Tais fatos deixam claro que a disseminação do arianismo conteria a influência dos católicos; e o domínio de Roma e da Itália por pessoas de convicção ariana seria fatal para a supremacia do bispo católico. Mas a profecia havia declarado que esse chifre subiria ao poder supremo e, ao alcançar tão posição, dominaria três reis.

Há divergência de opinião quanto aos poderes específicos que foram subjugados por interesse do papado. A esse respeito, a observação seguinte de Albert Barnes parece muito pertinente:

“Por causa da confusão existente durante o esfacelamento do império romano e dos relatos imperfeitos dos acontecimentos que ocorreram durante a ascensão do poder papal, não é de se estranhar a dificuldade de encontrar eventos distintamente registrados que correspondam a um cumprimento preciso e absoluto de todos os aspectos da visão. No entanto, é possível identificar seu cumprimento com um bom grau de certeza na história do papado” (*Notes on Daniel* 7 [Notas sobre Daniel 7]).

Mede supõe que os três reinos arrancados foram os gregos, os lombardos e os francos; Sir Isaac Newton acredita que foram o Exarcado de Ravena, os lombardos e o Senado e Ducado de Roma. O bispo Newton (*Dissertation on the Prophecies* [Dissertação sobre as profecias], p. 217-218) apresenta algumas objeções sérias a esses dois esquemas. Os francos não poderiam ser um desses reinos, pois nunca foram arrancados diante do papado. Os lombardos também não, pois nunca se sujeitaram aos papas. Barnes declara: “Certamente não creio que o reino dos lombardos se encontra, conforme comumente se afirma, entre o número de governos tempo-

rais que se tornaram sujeitos à autoridade dos papas”. O Senado e o Ducado de Roma também não poderiam ser um deles, pois nunca constituíram um dos dez reinos, dos quais três seriam arrancados pelo chifre pequeno.

Mas acreditamos que a grande dificuldade na aplicação feita por esses comentaristas proeminentes se encontra no fato de suporem que a profecia acerca da exaltação do papado não havia se cumprido e só aconteceria quando o papa se tornasse um príncipe temporal. Por isso, tentaram encontrar o cumprimento da profecia nos acontecimentos que levaram à soberania temporal do papa, muito embora fique evidente que a profecia dos versículos 24 e 25 não se refere a seu poder civil, mas, sim, a seu poder para dominar a mente e a consciência das pessoas. Tal posição o papa alcançou, conforme veremos posteriormente, em 538 d.C.; logo, a retirada dos três chifres ocorreu antes disso, a fim de abrir caminho para sua exaltação ao domínio espiritual. A dificuldade insuperável em todas as tentativas de aplicar a profecia aos lombardos e aos outros poderes supramencionados é que eles ocorreram tarde demais. A profecia, na verdade, trata dos esforços arrogantes do pontífice romano para ganhar poder, não de suas iniciativas para oprimir e humilhar as nações depois de haver assegurado a supremacia.

A posição que assumimos com confiança é a de que os três poderes, ou chifres, arrancados pelo papado foram os hérulos, os vândalos e os ostrogodos. Tal opinião se baseia nas declarações de historiadores que passamos agora a citar.

Odoacro, o líder dos hérulos, foi o primeiro bárbaro a reinar sobre os romanos. Ele assumiu o trono da Itália, de acordo com Gibbon (*Decline and Fall of the Roman Empire* [Declínio e Queda do Império Romano], vol. 3, p. 510, 515), em 476 d.C. Acerca de sua crença religiosa, o autor (p. 516) afirma: “Assim como o restante dos bárbaros, ele fora instruído na heresia do arianismo; mas reverenciava as figuras monásticas e episcopais. O silêncio dos católicos revela a tolerância que desfrutavam”.

Mais uma vez, ele diz (p. 547):

“Os ostrogodos, os burgúndios, os suevos e os vândalos, que já haviam ouvido à eloquência do clero latino, preferiam as lições mais inteligíveis dos professores de sua região; e o arianismo foi adotado como a fé nacional dos conversos guerreiros que se estabeleceram nas ruínas do império ocidental. Essa diferença religiosa irreconciliável se transformou em uma fonte perpétua de suspeita e ódio; e o estigma de serem chamados de *bárbaros* se tornou ainda mais amargo pelo acréscimo do epíteto *herege*. Os heróis do norte, que haviam admitido, com certa relutância, a crença de que todos os seus antepassados estavam no inferno, ficaram atônitos e exasperados ao descobrirem que eles próprios haviam apenas mudado o modo de sua condenação eterna”.

Pede-se ao leitor que analise com cuidado mais algumas declarações históricas que lançam luz sobre a situação da época. Stanley (*History of the Eastern Church*, p. 151) diz:

“Toda a vasta população gótica que desceu ao império romano, se é que pode ser considerada cristã, aderiu à fé do herege alexandrino. Nossa primeira versão teutônica

das Escrituras foi feita por um missionário ariano, Ulfilas. O primeiro conquistador de Roma, Alarico, e o primeiro conquistador da África, Genserico, eram arianos. Teodorico, o grande rei da Itália, e herói de Nibelungen Lied [Canção dos nibelungos], era ariano. O lugar vazio em sua imensa sepultura em Ravena testemunha da vingança dos ortodoxos a sua memória, quando, em triunfo, eles quebraram o vaso de púrpura no qual seus súditos arianos guardavam com reverência suas cinzas.”

Ranke, em *History of the Popes* [História dos papas] (Londres, edição de 1871), vol. 1, p. 9, afirma:

“Mas ela [a igreja] caiu, como era inevitável, em muitas situações embaraçosas, encontrando-se em uma condição totalmente alterada. Um povo pagão tomou posse da Bretanha; reis arianos se apropriaram da maior parte do restante do oeste, ao passo que os lombardos, antigos adeptos do arianismo e vizinhos extremamente poderosos e hostis, estabeleceram uma sólida soberania bem diante dos portões de Roma. Enquanto isso, os bispos romanos, cercados por todos os lados, se portaram com toda a prudência e pertinácia que continuam a caracterizá-los de modo peculiar, a fim de recuperar o domínio, pelo menos de sua diocese patriarcal.”

Maquiavel, em *History of Florence* [História de Florença], p. 14, conta:

“É importante destacar que quase todas as guerras que os bárbaros do norte realizaram na Itália foram causadas pelos pontífices. Os vastos exércitos que inundavam o país foram trazidos, de modo geral, por provocação deles”.

Tais citações nos dão uma visão geral das circunstâncias da época e mostram que, embora as mãos dos pontífices romanos não estivessem visivelmente manifestas nas movimentações do cenário político, elas constituíam o poder em operação assídua nos bastidores a fim de garantir a realização de seus propósitos. A relação entre esses reis arianos e o papa, que nos deixa clara a razão por que era necessário que fossem depostos, a fim de abrir caminho para a supremacia papal, é discutida no testemunho de Mosheim a seguir, relatado em *History of the Church*, séc. 6, parte 2, cap. 2, seção 2:

“Em contrapartida, é certo, com base em diversos relatos da mais elevada autenticidade, que tanto imperadores quanto as nações em geral estavam longe de se mostrar dispostas a suportar com paciência o jugo de servidão que os papas estavam impondo à igreja cristã. Os príncipes góticos colocaram limites ao poder desses arrogantes prelados da Itália, não permitindo que nenhum subisse ao pontificado sem sua aprovação e reservando a si o direito de decidir a legalidade de cada nova eleição.”

Um exemplo que prova essa declaração vem da história de Odoacro, o primeiro rei ariano supramencionado, conforme relatado por Bower em *History of the Popes* [História dos Papas], vol. 1, p. 271. Por ocasião da morte do papa Simplicio, em 483 d.C., o clero e o povo se reuniram para a eleição de um novo papa. De repente, Basílio, prefeito pretório, e tenente do rei Odoacro, apareceu na assembleia e expressou sua surpresa ao ver que uma obra como a de escolher

o sucessor do papa falecido estivesse acontecendo sem sua presença. Em nome do rei, declarou nulo e inválido tudo que fora feito até então e ordenou que a eleição começasse novamente. Sem dúvida, um chifre que exercia tamanho poder sobre o pontífice papal deveria ser eliminado para que o papa pudesse alcançar a supremacia predita.

Enquanto isso, Zenão, imperador do oriente e amigo do papa, estava ansioso para expulsar Odoacro da Itália (Maquiavel, p. 6), ato que logo teria a satisfação de ver realizado sem passar pelo trabalho de se intrometer na questão. Aconteceu o seguinte: Teodorico subira ao trono do reino ostrogodo na Mésia e Panônia. Tendo uma relação amistosa com Zenão, escreveu-lhe dizendo que era impossível confinar os góticos à pobre província de Panônia. Então lhe pediu permissão para conduzi-los a uma região mais favorável, a qual pudessem conquistar e possuir. Zenão lhe deu o aval para marchar contra Odoacro e tomar posse da Itália. Em consequência, após três anos de guerra, o reino dos hérulos na Itália foi dominado, Odoacro foi traiçoeiramente assassinado e Teodorico estabeleceu os ostrogodos na península italiana. Conforme já mencionado, ele era ariano, e a lei de Odoacro acerca da sujeição da eleição do papa ao rei manteve-se em vigor.

O episódio a seguir demonstra como o papado se encontrava em completa sujeição a seu poder. Os católicos do oriente haviam iniciado uma perseguição contra os arianos em 523. Teodorico então convocou o papa João a sua presença e lhe disse:

“Se o imperador [Justino, o antecessor de Justiniano] não achar por bem revogar o edito que promulgou nos últimos tempos contra aqueles de minha crença [isto é, os arianos], é minha firme resolução emitir uma lei semelhante contra os da mesma fé que ele [ou seja, os católicos]; e garantir que seja cumprida em toda parte com o mesmo rigor. Aqueles que não professam a fé de Niceia são hereges para ele, e quem o faz é herege para mim. Tudo que pode ser usado para desculpar ou justificar sua severidade em relação ao primeiro grupo desculpa e justifica a minha em relação ao segundo. Mas o imperador não conta com ninguém a seu redor que ouse falar com liberdade e abertura aquilo que pensa ou a quem ele ouviria caso alguém fizesse isso. Mas a grande veneração que ele professa pela sua sé não deixa dúvidas de que ele o ouviria. Por isso, peço que se dirija a Constantinopla e ali reprove, tanto em meu nome quanto no seu, as medidas violentas que aquela corte tão apressadamente defendeu. Seu é o poder de dissuadir o imperador; e até que você, ou melhor, até que os católicos [nome que Teodorico aplicava aos arianos] voltem a desfrutar o livre exercício de sua religião e retornem a todas as igrejas das quais foram expulsos, o senhor não deve nem pensar em voltar para a Itália (Bower, *History of the Popes*, vol. 1, p. 325).

O papa que recebeu uma ordem tão sumária de não voltar a pôr os pés em solo italiano até cumprir a vontade do rei sem dúvida não poderia ter esperanças de avançar para qualquer tipo de supremacia até que tal poder fosse tirado do caminho. Barônio, segundo Bower, afirma que o papa se sacrificou nessa ocasião e aconselhou o imperador a não cumprir, de maneira nenhuma, a exigência que o rei havia feito. Mas Bower acha que isso é inconsistente, já que ele não poderia “se sacrificar sem, ao mesmo tempo, sacrificar católicos inocentes no ocidente, em número muito

maior, os quais eram súditos do rei Teodorico ou de *príncipes arianos que tinham aliança com ele*”. É certo que o papa e outros embaixadores foram tratados com severidade ao retornarem, o que Bower explica da seguinte forma:

“Outros os acusaram de grande traição. E os homens proeminentes de Roma se tornaram suspeitos, nessa época, de ser portadores de uma correspondência de traição com a corte de Constantinopla, maquinando a ruína do império gótico na Itália” (idem, p. 326).

Os sentimentos dos defensores do papa em relação a Teodorico podem ser avaliados com precisão por meio da citação já feita acerca da vingança que fizeram à sua memória, quando arrancaram de seu imenso túmulo em Ravena o vaso de pórfiro onde seus súditos arianos haviam colocado suas cinzas com toda reverência. Mas tais sentimentos são expressos por Barônio, que censura “Teodorico, chamando-o de bárbaro cruel, tirano selvagem e ímpio ariano”. Contudo, “após ter exagerado com toda sua eloquência e lamentado a condição deplorável de escravidão à qual a igreja de Roma fora reduzida por aquele herege, Barônio, no fim, se consola e seca as próprias lágrimas com o piedoso pensamento de que o autor de tal calamidade morreu logo em seguida e foi condenado à danação eterna!” (Baronius’s Annals [Anais de Barônio], 526 d.C., p. 116; Bower, vol. 3, p. 328).

Enquanto os católicos sentiam a pressão refreadora de um rei ariano na Itália, sofriam uma perseguição violenta dos vândalos arianos na África (Gibbon, cap. 37, seção 2.) Elliott, em *Horae Apocalypticae*, vol. 3, p. 152, nota 3, afirma: “Os reis vândalos não só eram arianos, como também perseguidores dos católicos; em Sardenha e na Córsega, sob o episcopado romano, podemos presumir, bem como na África”.

Essas eram as circunstâncias quando, em 533 d.C., Justiniano deu início às guerras vândalas e góticas. Desejando assegurar a influência do papa e dos católicos, promulgou o memorável decreto de transformar o papa no cabeça de todas as igrejas. A partir do início de execução dessa lei, em 538 d.C., começa o período da supremacia papal. Quem ler a história da campanha africana, 533-534 d.C., e da campanha italiana, 534-538 d.C., notará que os católicos de todos os lugares saudavam como libertadores o exército de Belisário, o general de Justiniano.

O testemunho de D’Aubigné (*Reformation* [Reforma], livro 1, cap. 1), também lança luz sobre as tendências ocultas que deram forma aos movimentos externos desse período tão agitado. Ele diz:

“Os príncipes que, durante essa época tempestuosa, sofriam abalos no trono, ofereciam sua proteção caso Roma os apoiasse em troca. Eles lhe concediam autoridade espiritual, contanto que desse o mesmo retorno em poder secular. Entregavam prodigamente a alma das pessoas na esperança de que a igreja os ajudasse contra seus inimigos. O poder da hierarquia, em ascendência, e o poder imperial, em decadência, apoiavam-se, assim, um sobre o outro, e essa aliança acelerou o destino duplo de cada um. Roma não poderia sair perdendo. Um edito de Teodósio II e outro de

Valentiniano III proclamaram o bispo romano “dirigente de toda a igreja”. Justiniano publicou um decreto semelhante.

Mas nenhum decreto dessa natureza poderia ser colocado em vigor enquanto os chifres arianos continuassem no caminho. Eles deveriam ser arrancados. Os vândalos caíram perante o braço vitorioso de Belisário em 534 d.C.; e os góticos se retiraram, permitindo, assim, que ele tivesse a posse indisputada de Roma em 538 d.C. (Gibbon, *Rome* [Roma], cap. 41).

Procópio relata que a guerra africana foi assumida por Justiniano para alívio dos cristãos (católicos) naquela região; e quando ele expressou sua intenção a esse respeito, o administrador do palácio quase o dissuadiu desse propósito; mas ele teve um sonho no qual foi instruído “a não se intimidar de executar seu desígnio, pois, ao ajudar os cristãos, subjugaria o poder dos vândalos” (Evagrius, *Ecclesiastical History* [História eclesiástica], livro 4, cap. 16).

Veja mais uma vez o que Mosheim diz:

“É verdade que os gregos que haviam aceitado os decretos do Concílio de Niceia [isto é, os católicos], perseguiram e oprimiram os arianos onde quer que sua influência e autoridade conseguissem chegar. Em contrapartida, os niceanos não foram tratados com menos rigor por seus adversários [os arianos], sobretudo na África e na Itália, onde sentiram, com forte gravidade, o peso do poder ariano e a amargura do ressentimento hostil. Todavia, os triunfos do arianismo foram passageiros e seus dias de prosperidade foram completamente obscurecidos quando o braço de Justiniano expulsou os vândalos da África e os góticos da Itália (Mosheim, *Church History* [História da Igreja], séc. 6, parte 2, cap. 5, seção 3).

Elliott, em *Horae Apocalypticae*, faz duas listas dos dez reinos que surgiram do império romano, variando a segunda enumeração de acordo com as mudanças que ocorreram no período posterior ao qual ela se aplica. A primeira lista do autor difere da mencionada nos comentários sobre Daniel 2:42 somente por colocar os alamanos no lugar dos hunos e os bávaros no lugar dos lombardos, variação que pode ser facilmente explicada. Mas dessa lista, ele cita os três que foram arrancados pelo papado nas seguintes palavras: “Posso mencionar três que foram erradicados de diante do papa da primeira lista apresentada, a saber, os hérulos na época de Odoacro, os vândalos e os ostrogodos” (vol. 3, p. 152, nota 1).

Embora ele prefira a segunda lista, na qual coloca os lombardos no lugar dos hérulos, a primeira é um bom testemunho de que, se fizermos uma lista dos dez reinos enquanto os hérulos ainda estavam no poder, eles constituem um dos chifres que foram arrancados.

Com base no testemunho histórico supracitado, cremos ter deixado bem claro que os três chifres arrancados foram os poderes que acabamos de nomear, a saber, os hérulos em 493 d.C., os vândalos em 534 d.C. e os ostrogodos em 538 d.C.

1. “Proferirá palavras contra o Altíssimo”. O papado fez isso? Veja alguns dos títulos que o papa aceitou: “Vice-gerente do Filho de Deus”, “Nosso Senhor Deus, o Papa”, “Outro Deus na Terra”, “Rei do mundo”, “Rei dos reis e Senhor dos senhores”. O papa Nicolau disse ao imperador

Miguel: “O papa, chamado por Constantino de Deus, nunca pode ser preso ou liberto por seres humanos; pois Deus não pode ser julgado pelos homens”. Seria necessária uma blasfêmia mais ousada do que essa? Leia também sobre a adulação que os papas receberam de seus seguidores sem os repreender em nada. Um prelado de Veneza, na quarta sessão de Latrão, se dirigiu ao papa da seguinte maneira: “Tu és nosso Pastor e Médico, em suma, um segundo Deus na Terra”. Outro bispo o chamou de “leão da tribo de Judá, o Salvador prometido”. O lord Anthony Pucci, no quinto concílio de Latrão, disse ao papa:

“A visão de tua divina majestade não me assombra nem um pouco; pois não sou ignorante do fato de que todo poder tanto no Céu quanto na Terra te foi dado e que a palavra profética se cumpre em ti: ‘Todos os reis se prostrem perante ele; todas as nações o sirvam’” (ver Oswald, *Kingdom Which Shall Not be Destroyed* [O Reino que Não Será Destruído], p. 97-99).

Sobre o versículo 25, o Dr. Clarke diz:

“Ele falará como se fosse Deus’. Assim São Jerônimo cita de Símaco. A ninguém isso se aplica tão bem ou de forma tão completa quanto aos papas de Roma. Eles presumem ter infalibilidade, a qual só pertence a Deus. Professam perdoar pecados, prerrogativa unicamente divina. Alegam abrir e fechar o Céu, algo que só Deus pode fazer. Dizem estar acima de todos os reis da Terra, posição que apenas o Senhor ocupa. E vão *além* de Deus ao presumirem isentar nações inteiras de seu juramento de lealdade ao rei, quando os soberanos não lhes agradam. E vão *contra* Deus quando dão indulgências pelo pecado. Esta é a pior de todas as blasfêmias”.

2. “Oprimirá os Seus santos” (NVI). O papado fez isso? Para o estudioso da história da igreja, nenhuma informação precisa ser dada como resposta. Todos sabem que, por muitos anos, a igreja papal tem realizado uma obra incansável contra os verdadeiros seguidores de Deus. Capítulo após capítulo poderia ser citado, caso nosso espaço permitisse. Guerras, cruzadas, massacres, inquisições e perseguições de todos os tipos — essas foram suas armas de extinção.

Scott, em sua obra *Church History* [História da Igreja] diz:

“Nenhum cálculo conseguiria alcançar o número dos que foram condenados à morte, de diferentes maneiras, por persistirem na profissão do evangelho e se oporem às corrupções da igreja de Roma. *Um milhão* de pobres valdenses pereceu na França; *novecentos mil* cristãos ortodoxos foram executados em menos de trinta anos após a instituição da ordem dos jesuítas. O Duque de Alba se gabava por ter levado à morte *trinta e seis mil* na Holanda pelas mãos de algozes no intervalo de alguns anos. A inquisição destruiu, por intermédio de várias torturas, *cento e cinquenta mil* em trinta anos. Esses são apenas alguns exemplos, e muito poucos, de todos os que a história registrou. Mas o total só será descoberto quando a Terra revelar o sangue de cada um e não mais cobrir seus mortos.”



MÁRTIRES DE DESTAQUE

"Magoará os santos do Altíssimo", Daniel 7:25

Para sínteses biográficas, ver Apêndice 4

Ao comentar sobre a profecia de que o chifre pequeno “destruir[ia] os santos do Altíssimo” (ARC), Barnes, em suas notas sobre Daniel 7:25, afirma:

“Haveria alguma dúvida de que isso se aplica ao papado? A inquisição, as perseguições dos valdenses, as matanças do Duque de Alba, as fogueiras de Smithfield, as torturas em Goa — de fato, toda a história do papado pode ser usada como prova de que ela se aplica a esse poder. Se há algo que *poderia* ter destruído os santos do Altíssimo, que poderia tê-los eliminado da Terra a ponto de extinguir a religião evangélica, seria, sem dúvida, a perseguição do poder papal. No ano de 1208, o papa Inocêncio III proclamou uma cruzada contra os valdenses e albigenses, na qual um milhão pereceram. Desde o início da ordem dos jesuítas em 1540 até 1580, novecentos mil foram destruídos. Cento e cinquenta mil pereceram pela inquisição em trinta anos. Nos países baixos, cinquenta mil pessoas foram enforcadas, decapitadas, queimadas e enterradas vivas, pelo crime de heresia, dentro do intervalo de 38 anos, do edito de Carlos V contra os protestantes até a paz de Cateau-Cambrésis em 1559. Dezoito mil sofreram nas mãos do algoz dentro de cinco anos e meio, durante a administração do Duque de Alba. Aliás, o menor conhecimento sobre a história do papado convence qualquer um de que a guerra contra os santos (v. 21) e a destruição aos santos (v. 25) se aplica estritamente a esse poder e caracteriza com precisão sua história” (ver Buck, *Theological Dictionary* [Dicionário Teológico], verbete Persecutions; Oswald, *Kingdom*, etc., p. 107-133; Dowling, *History of Romanism* [História do Romanismo]; Fox, *Book of Martyrs* [O Livro dos Mártires]; Charlotte Elizabeth, *Martyrology* [Martirológio]; *The Wars of the Huguenots* [As Guerras dos Huguenotes]; *The Great Red Dragon* [O Grande Dragão Vermelho], de Anthony Gavin, ex-sacerdote católico romano de Saragossa, Espanha; *Histories of the Reformation* [Histórias da Reforma], etc.).

A fim de conter a força desse testemunho prejudicial da história inteira, os papistas negam que a igreja tenha perseguido as pessoas. Foi o poder secular. A igreja só se posicionou quanto à questão de heresia, então entregou os transgressores ao poder civil, a fim de serem tratados conforme o bel-prazer da corte secular. A hipocrisia perversa dessa afirmação é clara o bastante para transformá-la em um insulto total ao senso comum. Naqueles tempos de perseguição, o que era o poder secular? Um mero instrumento nas mãos da igreja, por ela controlado, para cumprir sua vontade sangrenta. E quando a igreja entregava os prisioneiros para os algozes, a fim de serem destruídos, com zombaria maligna fazia uso da seguinte fórmula: “E te entregamos ao braço secular e ao poder da corte civil; ao mesmo tempo, avidamente suplicamos à corte que modere sua sentença para que teu sangue não seja tocado, nem tua vida corra qualquer perigo”. Depois disso, conforme já se intencionava, as infelizes vítimas do ódio papal eram imediatamente executadas (Geddes, *Tracts on Popery* [Tratados sobre o Papado]; *View of the Court of Inquisition in Portugal* [Visão sobre o Tribunal da Inquisição em Portugal], p. 446; Limborch, vol. 2, p. 289.)

Mas as falsas afirmações dos papistas a esse respeito foram absolutamente negadas e contestadas por um de seus próprios escritores, o cardeal Belarmino, que nasceu na Toscana em 1542 e, após sua morte, em 1621, quase foi colocado no rol dos santos por causa de seus grandes serviços

em favor do papado. Esse homem, em certa ocasião, durante o calor de uma controvérsia, acabou admitindo os fatos reais da situação. Após Lutero ter afirmado que a igreja (em referência à igreja verdadeira) nunca queimou hereges, Belarmino, entendendo que o reformador se referia à igreja de Roma, respondeu:

“Esse argumento prova não o ponto de vista de Lutero, mas sua ignorância ou descaramento. Visto que *um número quase infinito* foi queimado ou condenado à morte de outras maneiras, ou Lutero desconhecia o fato, sendo, portanto, ignorante, ou, se sabia, tornou-se culpado de falsidade e descaramento. O fato de que hereges foram queimados com frequência pela igreja pode ser provado por meio de alguns dentre muitos exemplos.”

A fim de mostrar a relação entre o poder secular e a igreja, conforme defendida pelos católicos romanos, citamos a resposta do mesmo autor ao argumento de que a única arma confiada à igreja é “a espada do Espírito, que é a palavra de Deus”. A isso, ele respondeu:

“Assim como a igreja tem príncipes eclesiásticos e seculares, que são *seus dois braços*, conta também com duas espadas, a espiritual e a material. Portanto, quando sua mão direita é incapaz de converter um herege usando a espada do Espírito, ela invoca o auxílio da mão esquerda e *coage os hereges* com a espada material”.

Em resposta ao argumento de que os apóstolos nunca invocaram o braço secular contra os hereges, afirmou:

“Os apóstolos não o fizeram porque não havia governante cristão a quem pudessem recorrer para ajudá-los. Mas posteriormente, nos tempos de Constantino, [...] a igreja convocou o auxílio do braço secular” (Dowling, *History of Romanism* [História do Catolicismo Romano], p. 547-548).

Para corroborar com esses fatos, 50 milhões de mártires — esse é o menor cálculo citado pelos historiadores — se levantarão no juízo como testemunhas de sua obra sangrenta.

Roma pagã perseguiu a igreja cristã de maneira implacável, e se estima que 3 milhões de cristãos tenham perecido ao longo dos três primeiros séculos. No entanto, conta-se que os cristãos primitivos oravam pela continuidade de Roma imperial, pois sabiam que, quando essa forma de governo terminasse, outro poder perseguidor muito pior se levantaria, o qual, literalmente, conforme a profecia declara, “destruir[ia] os santos do Altíssimo” (Dn 7:25, ARC). Roma pagã podia até matar bebês, mas poupava as mães; Roma papal, por sua vez, matava mães e bebês ao mesmo tempo. Nenhuma idade, nenhum gênero, nenhuma condição de vida eram isentos de sua ira incessante. Certo escritor enérgico afirmou: “Quando Herodes morreu, desceu ao túmulo em infâmia. A Terra passou a contar com um assassino e perseguidor a menos; já o inferno recebeu mais uma de suas vítimas. Oh, Roma! Qual não será teu inferno e o de teus defensores quando teu juízo chegar!”

3. “Cuidará em mudar os tempos e a lei”. Qual lei? E de quem? Não as leis de mais um governo terreno, pois não era nada extraordinário ou estranho um poder mudar as leis de outro, quando conseguia subjugar-lo sob seu domínio. Não se trata de leis humanas de nenhuma espécie, pois o chifre pequeno tinha poder para alterá-las até onde sua jurisdição se estendia. Mas os tempos e a lei em questão seriam os que esse poder somente pensaria em mudar, não sendo capaz de fazê-lo. São as leis do mesmo Ser a quem pertencem os santos que são oprimidos por esse poder, a saber, as leis do Altíssimo. E o papado tentou fazê-lo? Sim, até isso! Em seus catecismos, omite o segundo mandamento do decálogo a fim de abrir caminho para a adoração de imagens. E dividiu o décimo mandamento em dois para manter o total de dez. Ah, e algo mais audacioso do que isso: tomou o quarto mandamento, dele riscou o sábado de Jeová, o único memorial que o grande Deus já deu ao ser humano e erigiu em seu lugar uma instituição rival que serve a outro propósito.¹

4. “E eles serão entregues nas suas mãos por um tempo, e tempos, e metade de um tempo” (ARC). O pronome *eles* abrange os santos, os tempos e as leis que acabaram de ser mencionados. Por quanto tempo eles seriam entregues nas mãos desse poder? Um tempo, conforme vimos em Daniel 4:23, corresponde a um ano; dois tempos, o mínimo que o plural pode denotar, são dois anos, e metade de um tempo (Sept. ἥμισυ), meio ano. Gesenius também traz “פֶּלֶג, aram., metade (Dl 7:25)”. Logo, temos três anos e meio de continuação desse poder. A palavra hebraica, ou melhor, aramaica para o texto que temos diante de nós é עֶדְדָן *iddân*, definida por Gesenius da seguinte forma: “*Tempo*. Especificação, em linguagem profética, para um ano. Daniel 7:25, עֶדְדָן וְפֶלֶג עֶדְדָן *por um ano, também dois anos, e metade de um ano*, ou seja, para três anos e meio; comp. Jos. B. J. 1. 1. 1”. Devemos agora considerar que estamos no meio de uma profecia simbólica; logo, esta medida de tempo não é literal, mas simbólica também. Surge então a pergunta: qual é o período denotado por três anos e meio de tempo profético? A regra que a Bíblia nos dá é que, em símbolo, um dia representa um ano (Ez 4:6; Nm 14:34). Ao percorrer sobre a palavra hebraica para dia, יוֹם (*yom*), Gesenius faz o seguinte comentário: “3. Às vezes, יָמִים [*yamim*] marca um espaço definido de *tempo*, a saber, *um ano*, como também em siríaco e aramaico עֶדְדָן [*iddân*] significa tanto *tempo* quanto *ano*; de igual modo, em inglês, diversas palavras que representam tempo, peso e medida também são usadas para denotar alguns tempos, pesos e medidas específicos”. O ano judaico comum, que deve ser usado como base para cálculo, continha trezentos e sessenta dias. Três anos e meio contêm 1.260 dias. Uma vez que cada dia representa um ano, temos então 1.260 anos de continuidade da supremacia desse chifre. O papado possuiu domínio ao longo de todo esse tempo? Mais uma vez, a resposta é sim. O edito do imperador Justiniano, datado de 533 d.C., transformou o bispo de Roma no cabeça de todas as igrejas. Mas esse edito só poderia ser colocado em prática quando os ostrogodos arianos, o último dos três chifres que foram arrancados a fim de abrir caminho para o papado, fossem expulsos de Roma. Tal feito só foi realizado em 538 d.C. A lei não teria nenhum efeito caso tal processo de domínio não hou-

¹ Ver os catecismos católicos e a obra chamada *Who Changed the Sabbath?* [Quem mudou o sábado?] e obras sobre a lei e o sábado, publicadas no escritório da *Review and Herald*, em Battle Creek, Michigan.

vesse ocorrido. Por isso, passamos a contar de 538 em diante o período em que os santos estiveram de fato nas mãos desse poder. A partir desse momento, o papado ocupou a supremacia por 1.260 anos? Com toda precisão. Pois $538 + 1.260 = 1.798$; e, no ano 1798, Berthier, com o exército francês, invadiu Roma, proclamou uma república, prendeu o papa e, por um tempo, aboliu o papado. Desde então, este nunca mais desfrutou os privilégios e a imunidade que possuía antes. Assim, mais uma vez este poder cumpre ao pé da letra as especificações da profecia, provando, sem sombra de dúvida, que a aplicação é correta.

Após descrever o caráter terrível do chifre pequeno e de afirmar que os santos seriam entregues em suas mãos por 1.260 anos, trazendo-nos até 1798, o versículo 26 declara: “Mas, depois, se assentará o tribunal para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até ao fim”. No versículo 10 do mesmo capítulo, encontramos basicamente a mesma expressão a respeito do juízo: “assentou-se o tribunal”. É consistente supor que os dois casos fazem referência ao mesmo julgamento. Mas a cena sublime narrada no versículo 10 é o início do juízo investigativo no santuário celestial, conforme aparecerá nos comentários sobre Daniel 8:14 e 9:25-27. O início dessa cena de juízo é posicionado, pela profecia, no fim do grande período profético dos 2.300 anos, que terminaram em 1844 (leia nota sobre Daniel 9:25-27). Quatro anos depois disso, em 1848, a grande revolução que abalou tantos tronos na Europa também tirou o papa de seus domínios. Sua restauração pouco depois ocorreu pela força de armas estrangeiras. Foi somente por esse intermédio que se manteve até a perda definitiva de seu poder temporal em 1870. A subversão do papado em 1798 marcou a conclusão do período profético de 1.260 anos e constituiu a ferida mortal que sobreviria a esse poder, profetizada em Apocalipse 13:3. Essa ferida mortal, porém, seria curada. Em 1800, outro papa foi escolhido; seu palácio e domínio temporal foram restaurados. Segundo afirma Croly, todas as suas prerrogativas, exceto o papel de perseguidor sistemático, voltaram para seu controle. Dessa maneira, a ferida foi sarada. Contudo, desde 1870, ele não desfruta o prestígio de governante temporal entre as nações da Terra.

VERSÍCULO 27. O reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão. 28. Aqui, terminou o assunto. Quanto a mim, Daniel, os meus pensamentos muito me perturbaram, e o meu rosto se empalideceu; mas guardei estas coisas no coração.

Depois de contemplar a cena sombria e devastadora da opressão papal sobre a igreja, o profeta volve os olhos mais uma vez para o momento glorioso do descanso dos santos, quando herdarão o reino e ficarão livres de todos os poderes opressores, na posse eterna. Como os filhos de Deus podem manter o ânimo neste mundo mau, em meio ao desgoverno e a opressão dos poderes deste planeta, tendo que presenciar as abominações praticadas na Terra, se não olharem adiante para o reino de Deus e o retorno do Senhor com a plena certeza de que as promessas a esse respeito sem dúvida serão cumpridas e com toda rapidez?

NOTA: Alguns eventos alarmantes a respeito do papado, cumprindo as profecias expressas neste capítulo sobre esse poder, ocorreram nos últimos anos. A partir de 1798, quando foi desferido o primeiro grande golpe sobre o papado, quais têm sido as principais características de sua história? Resposta: a rápida evasão de seus apoiadores naturais e sua pretensão de poder fazer declarações ainda mais ousadas. Em 1844, o tribunal do versículo 10 se assentou, ou seja, iniciou-se o juízo investigativo no santuário celestial, que antecede a volta de Cristo. Em 8 de dezembro de 1854, o dogma da Imaculada Conceição foi decretado pelo papa. Em 21 de julho de 1870, o grande concílio ecumênico reunido em Roma decretou deliberadamente, em votação de 538 contra 2, que o papa é infalível. No mesmo ano, a França, cujas armas mantiveram o papa em seu trono, foi esmagada pela Prússia, e assim o último esteio foi retirado do papado. Então Vítor Emanuel aproveitou a oportunidade para executar seu tão antigo sonho de unir a Itália. Tomou Roma e a transformou na capital de seu reino. A essas tropas, lideradas pelo general Cadorna, Roma se rendeu no dia 20 de setembro de 1870. O poder temporal do papa foi totalmente retirado, para, segundo Vítor Emanuel, nunca mais ser restaurado. Desde essa ocasião, os papas se fecharam no Vaticano e se intitulam “prisioneiros”. Por causa das palavras insolentes que o chifre proferiu, Daniel viu a besta ser destruída e entregue ao fogo. Tal destruição ocorrerá na segunda vinda de Cristo e por meio desse evento; pois o homem da iniquidade será consumido pelo espírito da boca de Cristo e destruído pelo brilho de Sua vinda (2 Ts 2:8). Que palavras poderiam ser mais arrogantes, presunçosas, blasfemas ou insultantes ao mais alto Céu do que a adoção deliberada do dogma de infalibilidade, revestindo assim um homem mortal de uma prerrogativa da divindade? E isso aconteceu, por meio de manobras e influência papais, em 21 de julho de 1870. Logo em seguida, o último vestígio de poder temporal foi arrancado de suas mãos. Foi por causa dessas palavras, como que em conexão quase imediata com elas, que o profeta viu esse poder ser entregue ao fogo. Seu domínio deveria ser consumido até o fim, subentendendo que, quando seu poder como governante civil fosse completamente destruído, o fim não estaria distante. E o profeta acrescenta de imediato: “O reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo”. Tudo na linha do tempo desta profecia se cumpriu plenamente, com exceção da cena final. A seguir, virá o último ato do drama, e também o principal, quando a besta será entregue ao fogo e os santos do Altíssimo tomarão posse do reino. Estamos agora às portas desse evento glorioso.

DANIEL 8 — VISÃO DO CARNEIRO, BODE E CHIFRE PEQUENO



O Dr. Clarke, falando sobre Daniel 8, afirma;

“Chegamos agora mais uma vez à língua hebraica, encerrando-se, assim, a parte em aramaico do livro”. Como os caldeus tinham interesse particular tanto pela história quanto pelas profecias, a partir de Daniel 2:4 até o fim do capítulo 7, todo esse trecho é escrito em aramaico, a língua dos caldeus; mas como as profecias restantes se referem a épocas posteriores à monarquia dos caldeus e se relacionam principalmente à igreja e ao povo de Deus de modo geral, essas foram escritas em hebraico, o idioma no qual Deus escolheu revelar todos os Seus conselhos apresentados no Antigo Testamento acerca do Novo”.

VERSÍCULO 1. No ano terceiro do reinado do rei Belsazar, eu, Daniel, tive uma visão depois daquela que eu tivera a princípio.

Uma característica proeminente dos escritos sagrados — e que deveria resguardá-los para sempre da acusação de serem obra de ficção — é a franqueza e liberdade com que os escritores contam todas as circunstâncias relacionadas ao período que registram. Este versículo fala o momento em que a visão apresentada no capítulo foi dada a Daniel. O primeiro ano de Belsazar foi 540 a.C. Seu terceiro ano, no qual Daniel recebeu a visão, seria, em consequência, 538. Se, conforme se supõe, Daniel tinha vinte anos de idade quando foi levado para Babilônia no primeiro ano de Nabucodonosor, 606 a.C., então tinha por volta de 88 anos de idade nessa época. A visão a que ele se refere como aquela que teve “a princípio” é, sem dúvida, a visão do sétimo capítulo, a qual recebeu no primeiro ano de Belsazar.

VERSÍCULO 2. Quando a visão me veio, pareceu-me estar eu na cidadela de Susã, que é província de Elão, e vi que estava junto ao rio Ulai.

Ao passo que o versículo 1 declara o momento, este conta o lugar em que a visão foi dada. Susã, conforme aprendemos com Prideaux, era a metrópole da província de Elão. Nessa época, a cidade estava nas mãos dos babilônios, e o rei de Babilônia tinha um palácio ali. Daniel era ministro de estado e se ocupava dos negócios do rei. Por isso, conforme era adequado à sua função, se encontrava nesse lugar. Abradato, vice-rei ou príncipe de Susã, se revoltou contra Ciro e a província foi anexada pelos medos e persas. Assim, de acordo com a profecia de Isaías (21:2), Elão subiu com os medos para cercar Babilônia. Sob o domínio dos medos e persas, reconquistou as liberdades que havia perdido com os babilônios, em conformidade com a profecia de Jeremias 49:39.

VERSÍCULO 3. Então, levantei os olhos e vi, e eis que, diante do rio, estava um carneiro, o qual tinha dois chifres, e os dois chifres eram altos, mas um, mais alto do que o outro; e o mais alto subiu por último. 4. Vi que o carneiro dava marradas para o ocidente, e para o norte, e para o sul; e nenhum dos animais lhe podia resistir, nem havia quem pudesse livrar-se do seu poder; ele, porém, fazia segundo a sua vontade e, assim, se engrandecia.

No versículo 20, uma interpretação desse símbolo nos é comunicada em linguagem clara: “Aquele carneiro com dois chifres, que viste, são os reis da Média e da Pérsia”. Logo, só precisamos analisar quão bem o símbolo corresponde ao poder em questão. Os dois chifres representavam as duas nacionalidades que formavam o império. O mais alto surgiu por último. Isso representa o elemento persa, que, a princípio, era apenas um aliado dos medos, mas acabou se tornando a parte líder do império. As diferentes direções para as quais o carneiro agia com ímpeto denotam as direções nas quais os medos e persas empreenderam suas conquistas. Nenhum poder terreno era capaz de prevalecer sobre eles enquanto marchavam até a posição exaltada para a qual a providência divina os chamara. Suas conquistas prosseguiram com tamanho sucesso que, nos dias de Assuero (Ester 1:1), o reino medo-persa se estendia da Índia à Etiópia, as extremidades do mundo conhecido naquela época. O território era dividido em 127 províncias. A profecia parece quase não expressar todos os fatos da história quando diz que esse poder “fazia segundo a sua vontade e, assim, se engrandecia”.

VERSÍCULO 5. Estando eu observando, eis que um bode vinha do ocidente sobre toda a Terra, mas sem tocar no chão; este bode tinha um chifre notável entre os olhos; 6. dirigiu-se ao carneiro que tinha os dois chifres, o qual eu tinha visto diante do rio; e correu contra ele com todo o seu furioso poder. 7. Vi-o chegar perto do carneiro, e, enfurecido contra ele, o feriu e lhe quebrou os dois chifres, pois não havia força no carneiro para lhe resistir; e o bode o lançou por terra e o pisou aos pés, e não houve quem pudesse livrar o carneiro do poder dele.

“E, estando eu considerando” (ARC), diz o profeta; e nisso ele dá o exemplo para todo aquele que ama a verdade e tem qualquer consideração por coisas mais elevadas do que os objetos temporais que despertam os sentidos. Quando Moisés viu a sarça ardente, disse: “Irei para lá e verei essa grande maravilha” (Êx 3:3). Mas quão poucos, no presente, estão dispostos a deixar de lado o trabalho ou os prazeres a fim de considerar os importantes temas para os quais tanto a misericórdia quanto a providência de Deus se esforçam para chamar a atenção da humanidade.

O símbolo aqui apresentado também é explicado pelo anjo a Daniel, no versículo 21: “mas o bode peludo é o rei [ou reino] da Grécia”. Comentando a adequação desse símbolo ao povo grego ou macedônio, bispo Newton observa que os macedônios, “cerca de duzentos anos antes de Daniel, eram chamados de AEgeadae, o povo das cabras”. Ele explica que, segundo autores pagãos, a origem do nome foi a seguinte:



O CARNEIRO—SÍMBOLO DA MEDO-PÉRSIA



O BODE—SÍMBOLO DA GRÉCIA

“Carano, seu primeiro rei, ao se dirigir com uma multidão de gregos a fim de encontrar novas moradas na Macedônia, foi aconselhado por um oráculo a usar cabras e bodes como seus guias para o império. Depois disso, ao ver um rebanho de cabras fugindo de uma tempestade violenta, ele as seguiu até Edessa, e ali estabeleceu a sede de seu império. Transformou as cabras e os bodes em insígnias ou estandartes e denominou a cidade AEgae, ou cidade das cabras. O povo passou a ser chamado de AEgeadae, o povo das cabras.

“A cidade de AEgeae, ou AEgae, era o local onde os reis macedônios costumavam ser enterrados. É muito notável também o fato de o filho de Alexandre com Roxana ter recebido o nome de Alexandre AEgus, ou filho do bode; além disso, alguns dos sucessores de Alexandre são representados em suas moedas com chifres de bodes” (Dissertation on the Prophecies [Dissertação sobre as Profecias], p. 238).

O bode veio do ocidente. A Grécia ficava a oeste da Pérsia.

“Sobre toda a Terra”. Ele cobria todo o território pelo qual passava; isto é, varria tudo à sua frente, não deixava nada para trás.

“Sem tocar o chão”. Tamanha era a extraordinária agilidade de seus movimentos que nem parecia tocar o chão, mas aparentava voar de um lugar ao outro com a rapidez do vento. A mesma característica é enfatizada pelas quatro asas do leopardo na visão do capítulo 7.

“Um chifre notável entre os olhos”. O versículo 21 explica que ele corresponde ao primeiro rei do império macedônio, que foi Alexandre, o Grande.

Os versículos 6 e 7 apresentam um relato conciso da conquista do império persa por Alexandre. Conta-se que os conflitos entre gregos e persas foram extremamente furiosos; e algumas das cenas registradas pela história vêm vividamente à memória pela imagem que a profecia usa: um carneiro diante do rio e o bode correndo na direção desse animal com a fúria de seu poder. Em primeiro lugar, Alexandre eliminou os generais de Dario no rio Grânico, na Frígia; em seguida, atacou Dario e o colocou em uma fuga desbaratada nas passagens de Isso, na Cilícia e, depois disso, nas planícies de Gaugamela, na Síria. A última batalha ocorreu em 331 a.C. e marcou o fim do império persa. Por meio desse acontecimento, Alexandre se tornou o soberano total da região inteira. Bispo Newton cita o versículo 6: “[O bode] dirigiu-se ao carneiro que tinha os dois chifres, o qual eu tinha visto diante do rio; e correu contra ele com todo o seu furioso poder”. Então acrescenta:

“Não dá para ler essas palavras sem pensar no exército de Dario posicionado guardando o rio Grânico e o de Alexandre do *outro lado*, com suas forças mergulhando, atravessando a corrente a nado e atacando o inimigo com todo fogo e toda fúria que se podem imaginar” (Idem, p. 239).

Ptolomeu data o início do reinado de Alexandre do ano 332 a.C., mas, de acordo com Pri-deaux (vol. 1, p. 378), foi somente a partir da batalha de Gaugamela, no ano seguinte, que ele se tornou “senhor absoluto do império até o extremo dos domínios que os reis persas haviam possuído”. Na véspera desse conflito, Dario enviou dez de seus líderes a fim de tentar um acordo

de paz. Quando apresentaram suas condições a Alexandre, este respondeu: “Digam a seu senhor [...] que o mundo não permite dois sóis, nem dois soberanos!”.

A linguagem do versículo 7 conta como foi completa a sujeição da Medo-Pérsia a Alexandre. Os dois chifres foram quebrados, o carneiro jogado ao chão e pisoteado. A Pérsia foi conquistada, o país destruído, seus exércitos despedaçados e espalhados, as cidades saqueadas e a cidade real de Persépolis, a capital do império persa, que até mesmo em ruínas continua a ser uma das maravilhas do mundo até o presente, foi pilhada e incendiada. Assim, o carneiro não teve poder para resistir ao poder do bode, e não houve ninguém capaz de livrá-lo de sua mão.

VERSÍCULO 8. O bode se engrandeceu sobremaneira; e, na sua força, quebrou-se-lhe o grande chifre, e em seu lugar saíram quatro chifres notáveis, para os quatro ventos do céu.

O conquistador é maior do que o conquistado. O carneiro, a Medo-Pérsia, se engrandeceu; já o bode, a Grécia, se engrandeceu sobremaneira. E quando ficou forte, o grande chifre se quebrou. A inteligência e especulação humana diriam: quando ele ficar fraco e o reino for assolado pela rebelião ou for paralisado pela licenciosidade, então o chifre se quebrará e o reino será abalado. Mas Daniel viu a quebra bem no auge de sua força e no apogeu do poder, quando todos aqueles que contemplassem exclamariam: “Sem dúvida, este reino está estabelecido e nada poderá vencê-lo”. Com frequência, é esse o destino dos maus. O chifre de sua força se quebra bem quando pensam estar mais firmes do que nunca.

Alexandre caiu no primor da vida (confira as notas sobre o versículo 39 do capítulo 2). Após sua morte, surgiu muita confusão entre seus seguidores acerca de sua sucessão. Por fim, chegou-se ao acordo, após uma disputa que durou sete dias, de que seu irmão de sangue, Filipe Arrideu, deveria ser declarado rei. Por meio dele e dos filhos pequenos de Alexandre, Alexandre AEGUS e Hércules, o nome e a ostentação do império macedônico se mantiveram por um tempo. Mas logo todos esses foram assassinados e, com a extinção da família de Alexandre, os principais comandantes, que haviam se dirigido para diferentes partes do império a fim de atuar como governadores de províncias, assumiram o título de reis. Passaram então a disputar e guerrear uns com os outros a tal ponto que, dentro do curto intervalo de quinze anos após a morte de Alexandre, o número se reduziu a quantos? Cinco? Não. Três? Não. Dois? Não. Mas quatro — exatamente o número especificado na profecia. Pois quatro chifres notáveis se ergueriam em direção aos quatro ventos do céu no lugar do grande chifre que havia se quebrado. Foram eles: 1) Cassandro, que ficou com a Grécia e os países vizinhos; 2) Lisímaco, que obteve a Ásia Menor; 3) Seleuco, que ficou com a Síria e Babilônia, de quem procedeu a linhagem dos reis conhecidos como “selêucidas”, tão célebres na história; e 4) Ptolomeu, filho de Lago, que reinou sobre o Egito e de quem descenderam os “lágidas”. Eles exerceram domínio pelos quatro ventos do céu. Cassandro ficou com a parte ocidental; Lisímaco, com a região norte; Seleuco, com as terras orientais; e a Ptolomeu coube a porção meridional do império. Portanto, esses quatro chifres podem ser chamados

de Macedônia, Trácia (que, na época, incluía a Ásia Menor e as partes que ficavam no Helesponto e em Bósforo), Síria e Egito.

VERSÍCULO 9. De um dos chifres saiu um chifre pequeno e se tornou muito forte para o sul, para o oriente e para a terra gloriosa. 10. Cresceu até atingir o exército dos céus; a alguns do exército e das estrelas lançou por terra e os pisou. 11. Sim, engrandeceu-se até ao príncipe do exército; dele tirou o sacrifício diário e o lugar do seu santuário foi deitado abaixo. 12. O exército lhe foi entregue, com o sacrifício diário, por causa das transgressões; e deitou por terra a verdade; e o que fez prosperou.

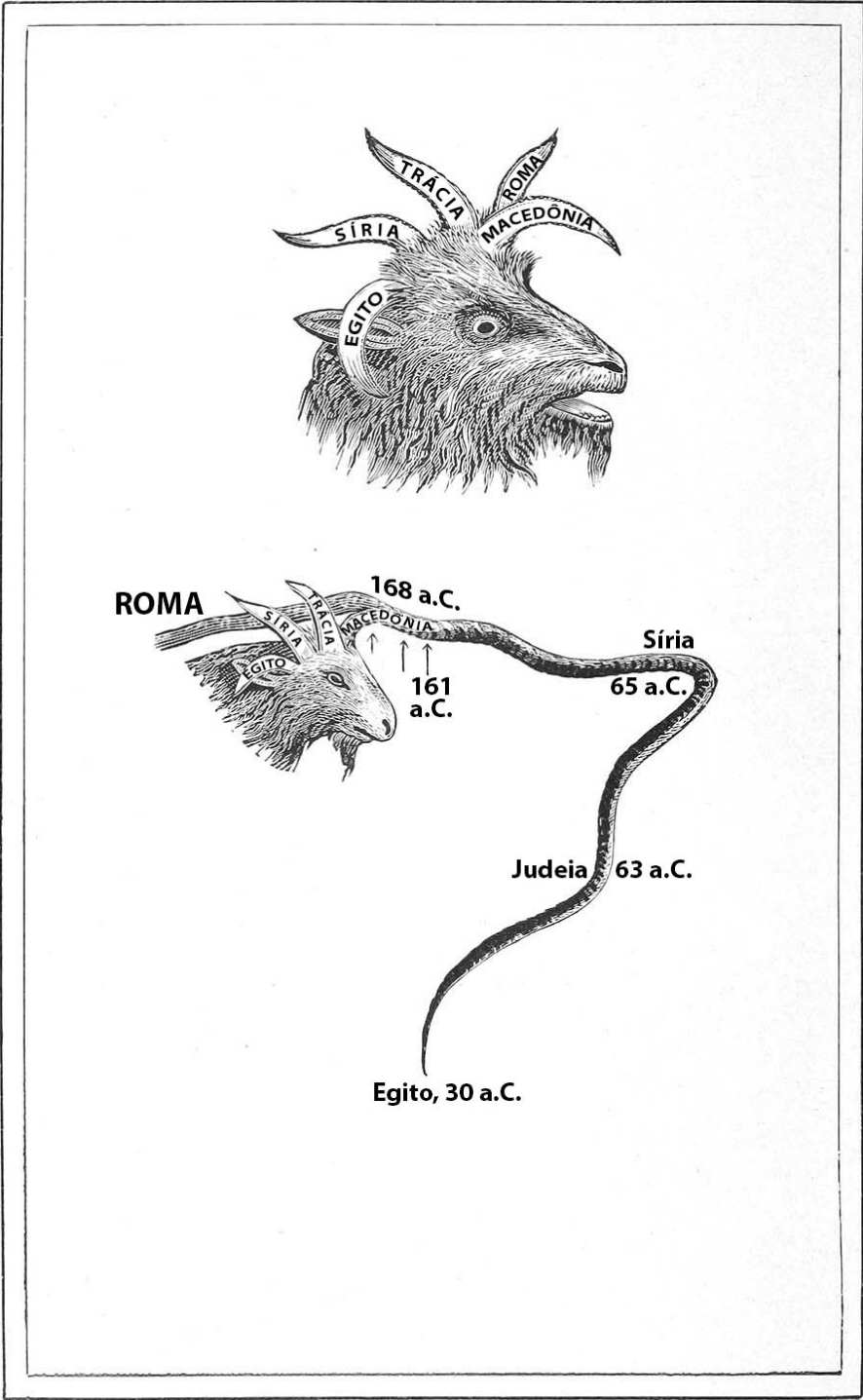
A profecia introduz aqui um terceiro poder. Na explicação que o anjo deu a Daniel acerca dos símbolos, este não é caracterizado em palavras tão específicas quanto as que dizem respeito à Medo-Pérsia e Grécia. Por isso, sem maiores investigações, as mais criativas conjecturas têm sido propostas. Caso o anjo não houvesse dito, em palavras inconfundíveis, que a Medo-Pérsia e a Grécia eram representadas pelo carneiro e o bode, é impossível saber que aplicações as pessoas teriam dado a cada um desses símbolos. É provável que os teriam aplicado a toda e qualquer coisa, exceto às corretas. É só deixar por um instante a interpretação das profecias a cargo do juízo dos indivíduos que deparamos de imediato com as mais extravagantes exibições da imaginação humana.

Há duas principais aplicações do símbolo sob consideração no momento, as únicas que precisam ser mencionadas nestas breves reflexões. A primeira é que o “chifre pequeno” aqui apresentado denota o rei sírio Antíoco Epifânio; a segunda, é que representa o poder romano. É fácil testar as reivindicações dessas duas opiniões.

I. Significa Antíoco? Caso sim, este rei precisa corresponder às especificações da profecia. Se não for o caso, a aplicação não pode ser feita. O chifre pequeno surgiu de um dos quatro chifres do bode. Logo, era um poder separado, que existia de maneira independente e distinta de qualquer um dos chifres desse animal. Antíoco era um poder dessa natureza?

1. Quem foi Antíoco? Desde o momento em que Seleuco se transformou em rei da parte síria do império de Alexandre, constituindo assim o chifre sírio desse poder, até seu território ser conquistado pelos romanos, 26 reis governaram sobre esse território em sucessão. Em ordem, Antíoco Epifânio foi o oitavo deles. Assim, Antíoco foi apenas um dos 26 reis que constituíram o chifre sírio do bode. Por um tempo, foi esse chifre. Portanto, não poderia ser, ao mesmo tempo, um poder separado e independente, ou outro chifre de destaque, como o chifre pequeno foi.

2. Se fosse apropriado aplicar o chifre pequeno a um desses 26 reis sírios, sem dúvida, a aplicação seria feita ao mais poderoso e ilustre deles. Mas Antíoco Epifânio não corresponde de maneira nenhuma a esse papel. Embora tenha adotado o nome Epifânio, isto é, o Ilustre, somente seu nome foi ilustre. Prideaux relata, baseando-se na autoridade de Políbio, Lívio e Diodoro Sículo, que nada poderia ser mais alheio a seu verdadeiro caráter. Pois, por causa de sua insensatez perversa e extravagante, alguns achavam que ele era tolo e outros o consideravam louco. Assim, mudaram o nome de Epifânio, “o Ilustre”, para Epimanes, “o louco”.



O CHIFRE PEQUENO DE DANIEL 8

3. Antíoco, o Grande, pai de Epifânio, sofreu uma derrota terrível na guerra contra os romanos e só conseguiu garantir paz mediante o pagamento de uma soma prodigiosa de dinheiro e a rendição de parte de seu território. Como prova de que faria uma adesão fiel aos termos do tratado, ele foi obrigado a entregar reféns, dentre eles seu filho Epifânio, que foi carregado para Roma. Desde então, os romanos sempre mantiveram esse domínio.

4. O chifre pequeno se tornou muito forte; mas este Antíoco não fez nada disso. Pelo contrário, ele não ampliou seus domínios, com exceção de algumas conquistas temporárias no Egito, das quais abriu mão de imediato quando os romanos tomaram a parte de Ptolomeu e lhe *ordenaram* que desistisse de seus planos naquela região. A ira de sua ambição decepcionada recaiu sobre os inocentes judeus.

5. O chifre pequeno, em comparação com os poderes que o antecederam, se tornou forte e cresceu até atingir o exército dos céus. Afirma-se que a Pérsia simplesmente se engrandeceu, muito embora tenha reinado sobre cento e vinte e sete províncias (Et 1:1). A Grécia foi ainda mais vasta, mas se declara que ela engrandeceu-se sobremaneira. Já o chifre pequeno, que cresceu *até atingir o exército dos céus*, deve superar ambos. Como é absurdo então aplicar o símbolo a Antíoco, que foi obrigado a abandonar o Egito por ordem dos romanos, a quem pagava somas enormes de dinheiro como tributo. A *Religious Encyclopedia* [Enciclopédia Religiosa] fala o seguinte sobre sua história: “Ao descobrir que seus recursos se haviam esgotado, resolveu ir à Pérsia para recolher tributos e coletar as vastas somas que havia concordado em pagar aos romanos”. É impossível levar muito tempo para decidir qual era o maior poder: aquele que saiu do Egito ou o que ordenou a evacuação; o que exigia tributos ou o que ordenava seu pagamento.

6. O chifre pequeno se engrandeceria até ao príncipe do exército. Não há controvérsias de que o príncipe do exército se refere aqui a Jesus Cristo (Dn 9:25; At 3:15; Ap 1:5). Mas Antíoco morreu 164 anos antes do nascimento de nosso Senhor. Portanto, a profecia não pode se aplicar a ele, pois não corresponde a nenhuma das especificações. A pergunta é como alguém chegou à conclusão de aplicar a profecia a ele. Respondemos que os católicos romanos assumem esse ponto de vista a fim de evitar a aplicação da profecia a si próprios; e muitos protestantes os seguem com o objetivo de se opor à doutrina de que o segundo advento de Cristo está às portas.

II. Foi fácil demonstrar que o chifre pequeno não denota Antíoco. Será igualmente simples mostrar que ele, de fato, representa Roma.

1. O campo de visão aqui é basicamente o mesmo que a estátua de Nabucodonosor abrange no capítulo 2 e a visão de Daniel no capítulo 7. Nesses dois casos, vimos que o poder que sucedeu à Grécia como o quarto grande império foi Roma. A única inferência natural seria que o chifre pequeno, o poder que sucede à Grécia nesta visão e cresce até o céu, também corresponde a Roma.

2. O chifre pequeno surge de um dos chifres do bode. É possível perguntar então: como isso pode ser verdadeiro em relação a Roma? É desnecessário lembrar o leitor de que os governos terrenos só são apresentados na profecia quando, de algum modo, se ligam à história do povo de Deus. Roma estabeleceu uma conexão com os judeus, o povo de Deus daquela época, por meio

da famosa liga judaica em 161 a.C. (1 Macabeus 8; Josefo, *Antiguidades*, livro 12, cap. 10, seção 6; Prieaux, vol. 2, p. 166). Mas sete anos antes, isto é, em 168 a.C., Roma havia conquistado a Macedônia e transformado o país em parte de seu império. Portanto, Roma é introduzida na profecia quando saiu do chifre macedônico do bode e começou a se expandir em conquistas em outras direções. Logo, pareceu ao profeta, ou é possível falar de maneira apropriada nesta profecia, que o poder surgiu de um dos chifres do bode.

3. O chifre pequeno se tornou muito forte para o sul. Isso é verdadeiro em relação a Roma. O Egito se transformou em província do império romano em 30 a.C. e assim permaneceu por alguns séculos.

4. O chifre pequeno se tornou muito forte para o oriente. Isso também se aplica a Roma. Roma conquistou a Síria em 65 a.C. e a transformou em província.

5. O chifre pequeno se tornou muito forte para a terra gloriosa. Roma fez exatamente isso. A Judeia é chamada de terra gloriosa em muitos textos bíblicos. Os romanos a transformaram em província de seu império em 63 a.C. e acabaram destruindo a cidade e o templo, dispersando os judeus por toda a face da Terra.

6. O chifre pequeno cresceu até atingir o exército dos céus. Roma também fez isso. O exército dos céus, quando usado de maneira simbólica em referência a eventos que acontecem na Terra, denota pessoas de caráter ilustre ou posição exaltada. Afirma-se que o grande dragão vermelho (Ap 12:4) arrastou e lançou por terra a terça parte das estrelas do céu. No Apocalipse, o dragão é interpretado como símbolo de Roma pagã, e as estrelas que lançou por terra foram governantes judeus. Sem dúvida, o mesmo poder e a mesma obra são evidenciados aqui, o que torna necessária a aplicação desse chifre crescente a Roma.

7. O chifre pequeno se engradeceu até ao príncipe do exército. Somente Roma fez isso. Na interpretação (versículo 25), isso é chamado de se levantar contra o Príncipe dos príncipes. Que alusão mais clara à crucifixão de nosso Senhor sob a jurisdição dos romanos.

8. O chifre pequeno tira o sacrifício diário. É preciso compreender que ele simboliza Roma em sua história inteira, incluindo as duas fases, pagã e papal. Essas duas fases são chamadas em outra parte de “sacrifício diário” (ou apenas “diário”, “contínuo” [ARC], pois *sacrifício* é uma palavra acrescentada) e “abominação desoladora” (cf. Dn 11:31). A (transgressão) diária, ou contínua, significa a forma pagã e a transgressão desoladora, a papal (ver comentários sobre o versículo 13). As ações atribuídas a esse poder às vezes se referem a uma forma e, em outras ocasiões, à outra. “Por ele” (a forma papal) “foi tirado” “o contínuo” (forma pagã; v. 11, ARC). Roma pagã foi remodelada em Roma papal. E o lugar de seu santuário, ou adoração — a cidade de Roma — foi deitado abaixo. A sede do governo foi mudada para Constantinopla por Constantino em 330 d.C. A mesma atividade recebe destaque em Apocalipse 13:2, no qual se afirma que o dragão, Roma pagã, deu à besta, Roma papal, seu trono, a cidade de Roma.

9. “E um exército [lhe] foi dado contra o [...] contínuo” (v. 12, ACF, KJV). Os bárbaros que derrotaram o império romano, nas mudanças, atritos e transformações daquela época, se torna-

ram conversos à fé católica e os instrumentos do destronamento da antiga religião dos romanos. Embora tenham conquistado Roma na esfera política, foram religiosamente dominados pela teologia católica romana e se tornaram os agentes responsáveis pela manutenção do mesmo império em outra fase. E isso aconteceu “por causa das transgressões”, isto é, pela operação do “mistério da iniquidade” (cf. 2Ts 2:7). O papado é o sistema eclesiástico falso mais astutamente concebido de toda a história. E pode ser chamado de sistema de iniquidade porque cometeu suas abominações e praticou suas orgias de superstição sob o manto e a pretensão de uma religião pura e sem mácula.

10. O chifre pequeno deitou a verdade por terra, e o que fez prosperou. Isso descreve, em poucas palavras, a atuação e a carreira do papado. A verdade é por ele absurdamente caricaturada e carregada de tradições; tornou-se mascarada por meio de superstições. Foi lançada por terra e obscurecida.

Esse poder anticristão “fez isso” (v. 12, ARC), ou seja, agiu no sentido de inculcar seus enganos sobre o povo, praticando seus esquemas de sagacidade para cumprir os próprios objetivos e engrandecer seu poder.

E “prosperou”. Fez guerra contra os santos e prevaleceu contra eles. Tem seguido a trajetória que lhe foi designada e logo será partido sem mãos, para ser entregue ao fogo e perecer na glória consumidora da segunda vinda do nosso Senhor (cf. 2Ts 2:8).

Roma cumpre todas as especificações da profecia. Nenhum outro poder o faz. Logo, Roma e nenhum outro é o poder em questão. E ao mesmo tempo em que as descrições apresentadas na Palavra de Deus acerca do caráter desse sistema monstruoso encontram correspondência completa, as profecias de sua história maligna têm se cumprido da forma mais extraordinária e precisa.

VERSÍCULO 13. Depois, ouvi um santo que falava; e disse outro santo àquele que falava: Até quando durará a visão do sacrifício diário e da transgressão assoladora, visão na qual é entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados? 14. Ele me disse: Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.

O tempo. Esses dois versículos encerram a visão propriamente dita do capítulo 8; eles introduzem o último tema que, dentre todos os outros, naturalmente atrairia mais o interesse do profeta e de toda a igreja, a saber, o tempo durante o qual os poderes desoladores mencionados anteriormente continuariam. *Até quando* eles persistirão no caminho de opressão contra o povo de Deus e de blasfêmia contra o mais alto Céu? Daniel, se tivesse tido tempo, talvez ele próprio teria feito a indagação, mas Deus sempre está pronto para antecipar nossas necessidades e, às vezes, responde antes mesmo de perguntarmos. Assim, dois seres celestiais entram em cena, tendo uma conversa que o profeta consegue escutar acerca desse questionamento tão importante para a compreensão da igreja. Daniel ouviu um santo falando. Não nos é dada a informação do que ele disse nessa ocasião. Mas deve ter havido algo ou no assunto ou no tom de sua voz que causou impressão profunda na mente de Daniel, uma vez que ele faz referência ao fato na frase seguinte como título, chamando o anjo de “aquele que falava”. Ele deve ter dito algo da mesma

natureza que a fala dos sete trovões em Apocalipse 10, verso 3, a qual, por algum bom motivo, João foi impedido de escrever. Mas outro santo perguntou àquele que falava algo importante: Até quando durará a visão? E tanto a pergunta quanto a resposta são registradas, uma evidência em primeira mão de que se trata de um assunto que a igreja deveria entender. Tal ponto de vista recebe confirmação adicional no fato de o anjo não fazer esse questionamento para obter a informação para si mesmo, já que a resposta foi dirigida a Daniel, o principal interessado, aquele para quem a informação foi dada. “Ele *me* disse”, contou Daniel, ao relatar a resposta da pergunta do anjo: “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado”.

O sacrifício diário. Temos provas no versículo 13 de que sacrifício é a palavra errada a ser suprida em conexão com o termo *diário*. Caso o texto fizesse referência ao sacrifício diário do serviço do templo judaico, ou, em outras palavras, ao fim desse sacrifício, como alguns supõem, que de fato se encerrou em determinado ponto do tempo, não faria sentido a pergunta “até quando” duraria a visão em relação a esse fato. A indagação subentende, sem dúvida, que os agentes ou eventos aos quais a visão diz respeito ocupam um longo período de anos. A continuidade do tempo é a ideia central. E todo o tempo da visão é preenchido por aquilo que aqui é chamado de diário e transgressão desoladora. Logo, o diário não pode ser o sacrifício diário dos judeus, cuja retirada, quando ocorreu, ocupou apenas um instante do tempo. Ela deve denotar algo que transcorra por diversos anos.

A palavra que aqui é traduzida por diário ocorre 102 vezes no Antigo Testamento, de acordo com a *Hebrew Concordance* [Concordância Hebraica]. Na maioria das vezes, é traduzida por contínuo ou continuamente. A ideia de sacrifício não se encaixa de maneira nenhuma com a palavra. Tampouco há alguma palavra no texto que signifique sacrifício; trata-se de uma palavra totalmente acrescentada que os tradutores colocaram segundo sua compreensão do que o texto parecia demandar. É evidente que tinham uma visão errônea, pois não se faz referência alguma aos sacrifícios dos judeus. Logo, parece bem mais de acordo tanto com a construção frasal quanto com o contexto supor que a palavra *diário* se refere a um poder desolador, assim como a “transgressão assoladora”, à qual está ligado. Temos então dois poderes desoladores, os quais, por um longo período, oprimem ou desolam a igreja. O hebraico הַתְּמִיד הַקָּשֶׁעַ שָׁמָּה justifica essa interpretação: a última palavra, שָׁמָּה, desolação, se refere aos dois substantivos que a precedem, o *contínuo* e a *transgressão*, os quais estão conectados pela conjunção *e*. Literalmente, é possível traduzir: “Até quando a visão [acerca da] continuidade e da transgressão da assolação?”, com a palavra *assolação* se referindo tanto à continuidade quanto à transgressão, como se fosse expresso de forma completa da seguinte maneira: “A continuidade da assolação e a transgressão da assolação”. Por “continuidade da assolação”, ou assolação perpétua, devemos compreender uma alusão ao paganismo, ao longo de toda sua duradoura história; “a transgressão da assolação” consiste em uma referência ao papado. A expressão que descreve o segundo poder é mais forte do que a usada para falar do paganismo. É a transgressão (ou rebelião — outro sentido dessa palavra) da

desolação. É como se, durante esse período da história da igreja, o poder assolador houvesse se rebelado contra todas as restrições até então impostas sobre ele.

Do ponto de vista religioso, o mundo só apresentou essas duas formas de oposição à obra do Senhor na Terra. Logo, embora três governos terrenos sejam mostrados na profecia como opressores da igreja, eles são agrupados sob duas categorias: “o diário” e “a transgressão assoladora”. A Medo-Pérsia era pagã; a Grécia era pagã; Roma, em sua primeira fase, foi pagã. Todos esses estão contidos no “diário”. Então vem a forma papal — a “transgressão assoladora” — um prodígio de astúcia e artimanhas, a encarnação diabólica da crueldade e sede de sangue. Não é de se espantar que o clamor dos mártires sofrendores, ao longo das eras, seja: “Até quanto, Senhor, até quando?”. E também não causa surpresa o fato de o Senhor ter descortinado à frente deles o véu do futuro, mostrando-lhes os acontecimentos consecutivos da história mundial até esses poderes perseguidores serem totalmente destruídos para sempre, dando-lhes vislumbres das glórias inefáveis do além, em sua eterna herança, a fim de que a esperança não se extinguísse por completo do coração de cada um.

Os olhos do Senhor estão sobre Seu povo. A fornalha não será aquecida mais do que o necessário para consumir o refugo. É mediante muita tribulação que entraremos no reino; e a palavra tribulação se origina de tribulum, uma placa de debulha. Golpe após golpe nos deve ser desferido, até o trigo ficar livre da palha e estarmos prontos para a colheita celeste. Nenhum grão de trigo se perderá. O Senhor diz ao Seu povo: “Vós sois o sal da Terra e a luz do mundo”. A seus olhos, nada mais na Terra tem consequências relevantes ou de alguma importância. Por isso é feita aqui a pergunta peculiar: “Até quando a visão acerca do diário e da transgressão assoladora?” Em relação a quê? À glória dos reinos terrenos? À habilidade de guerreiros renomados? À fama de conquistadores poderosos? À grandeza do império humano? Não, mas a respeito do santuário e do exército, do povo e da adoração ao Altíssimo. Até quando eles serão pisoteados? É nisso que todo o interesse e a simpatia do Céu se concentram. Aquele que mexe com o povo de Deus, não lida com meros mortais, fracos e desamparados, mas com a própria Onipotência. Ele abre uma conta que deverá ser paga no foro celeste. E logo todas essas contas serão acertadas, o próprio calcanhar férreo da opressão será esmagado e o povo será tirado da fornalha pronto para brilhar como estrelas para todo o sempre. Ser alvo do interesse dos seres celestiais, alguém cuja providência divina está engajada em preservar nesta vida e coroar com imortalidade na futura — que posição mais exaltada! Muito superior à de qualquer rei, presidente, ou potentado da Terra. Leitor, você pertence a esse grupo?

Neste capítulo, não há informações para determinar qual é o início e o fim das 2.300 tardes e manhãs, introduzidas pela primeira vez no versículo 14, nem para definir que parte da história mundial elas abrangem. Assim, é necessário, por enquanto, deixá-las de lado. Mas damos ao leitor a garantia de que não somos deixados na incerteza quanto a esses dias. A declaração acerca desse período faz parte de uma revelação dada para instrução do povo de Deus. Em consequência, deve ser compreendida. Ele é mencionado no meio de uma profecia em que o anjo Gabriel

recebeu a ordem de fazer Daniel compreendê-lo. E pode-se presumir com segurança que, em algum momento, Gabriel cumpriu essas instruções. Logo se descobrirá que o mistério que paira sobre os 2.300 dias neste capítulo é solucionado no seguinte.

O santuário. Ligado às 2.300 tardes e manhãs se encontra outro tema de igual importância, que agora se apresenta para consideração, a saber, o santuário. E a ele se relaciona a questão da purificação. O estudo desses assuntos revela a importância de compreender o início e o término dos 2.300 dias, a fim de sabermos quando a “purificação do santuário” acontecerá. Pois todos os habitantes da Terra, como ficará claro no momento certo de nosso estudo, têm um interesse pessoal nessa obra solene.

Vários objetos têm sido identificados, por diferentes pessoas, como o santuário aqui mencionado: 1) a Terra; 2) a terra de Canaã; 3) a igreja; 4) o santuário, o “verdadeiro tabernáculo, que o Senhor erigiu, não o homem”, o qual se acha no Céu e do qual o tabernáculo judaico era um tipo, padrão ou figura (Hb 8:1-2; 9:23-24). Tais afirmações conflitantes devem ser decididas pelas Escrituras; e, felizmente, o testemunho contido nelas não é escasso, nem ambíguo.

1. A Terra é o santuário? A palavra santuário ocorre 144 vezes no Antigo e no Novo Testamentos. Com base nas definições dos lexicógrafos e de seu uso na Bíblia, descobrimos que significava um lugar santo ou sagrado, a morada do Altíssimo. Portanto, se a Terra é o santuário, deve corresponder a essa definição. Mas qual característica desta Terra satisfaria à definição? Ela não é um lugar santo, nem sagrado, nem a morada do Altíssimo. Não traz consigo nenhuma marca distintiva, a não ser a de se tratar de um planeta revoltado, manchado pelo pecado, marcado e definhado pela maldição. Além disso, em nenhum lugar das Escrituras este planeta é chamado de santuário. Somente um texto pode ser usado para favorecer esse ponto de vista — e isso se for feita uma aplicação acrítica. Isaías 60:13 diz: “A glória do Líbano virá a ti; o cipreste, o olmeiro e o buxo, conjuntamente, para adornarem o lugar do Meu santuário; e farei glorioso o lugar dos Meus pés”. Sem dúvida, essas palavras se referem à nova Terra. No entanto, nem nesse caso ela é chamada de santuário, mas apenas de “lugar” do santuário, assim como é chamada de “lugar” ou “estrado” para os pés do Senhor, expressão que provavelmente denota a presença contínua de Deus em meio a Seu povo, conforme foi revelado a João quando lhe foi dito: “Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles” (Ap 21:3). Logo, tudo o que se pode dizer acerca da Terra é que, quando renovada, ela será o lugar onde o santuário de Deus será colocado. Não apresenta nem uma sombra do indício de ser um santuário no presente, ou o santuário da profecia.

2. A terra de Canaã é o santuário? Se formos governados pela definição da palavra, o argumento de que Canaã seja o santuário é tão infundado quanto o de que a Terra o é. Se indagarmos onde na Bíblia Canaã é chamada de santuário, alguns textos são apresentados por alguns que supostamente trazem o testemunho necessário. O primeiro deles é Êxodo 15:17. Moisés, em seu cântico de triunfo e louvor a Deus após a travessia do Mar Vermelho, exclamou: “Tu o introduzirás e o plantarás no monte da Tua herança, no lugar que aparelhaste, ó SENHOR, para a Tua habi-

tação, no santuário, ó Senhor, que as tuas mãos estabeleceram”. Um escritor que defende essa passagem como prova de que Canaã é o santuário da profecia diz: “Peço ao leitor que pare, examine e defina a questão de forma muito categórica antes de ir além. A qual santuário se faz referência aqui?” Mas seria muito mais seguro ao leitor não tentar definir a questão de maneira definitiva com base em um texto isolado antes de compará-lo com outras passagens bíblicas. Moisés fala aqui em antecipação. Suas palavras são uma predição do que Deus faria por Seu povo. Vejamos como isso se cumpriu. Se descobrirmos, no cumprimento, que a terra na qual foram plantados é chamada de santuário, o argumento que se baseia nesse versículo será muito fortalecido. Em contrapartida, se encontrarmos uma distinção clara entre a terra e o santuário, então Êxodo 15:17 deverá ser interpretado levando em conta isso. Voltamo-nos para Davi, que registrou como história aquilo que Moisés proferiu como profecia. Em Salmos 78:53-54, o salmista fala da libertação de Israel da escravidão egípcia e de seu estabelecimento na terra prometida. Ele diz: “E os guiou com segurança, e não temeram; mas o mar cobriu os seus inimigos. E conduziu-os até ao limite do Seu santuário, até este monte que a Sua destra adquiriu” (ARC). O “monte” aqui mencionado por Davi é o mesmo “monte da tua herança” a que Moisés se refere, no qual o povo seria plantado. A esse monte Davi chama, não de santuário, mas apenas de limite do santuário. O que, então, era o santuário? O versículo 69 do mesmo salmo nos informa: “E *construiu* o Seu santuário durável como os céus e firme como a terra que fundou para sempre”. A mesma distinção entre o santuário e a terra é destacada na oração do bom rei Josafá, em 2 Crônicas 20:7-8:

“Porventura, ó nosso Deus, não lançaste fora os moradores desta terra de diante do Teu povo de Israel e não a deste para sempre à posteridade de Abraão, Teu amigo? Habitaram nela e nela edificaram um santuário ao Teu nome”.

Analisando o texto sozinho, alguns tentam inferir, com base em Êxodo 15:17 que o monte era o santuário; mas quando o ligamos à linguagem usada por Davi, que registra o cumprimento da predição de Moisés e um comentário inspirado sobre suas palavras, tal ideia não se sustenta, pois Davi diz com toda clareza que o monte era apenas o “limite” do santuário. E que, nesse limite, ou terra, o santuário foi construído de maneira durável, uma referência ao belo templo dos judeus, o centro e símbolo de toda a adoração desse povo. Mas quem lê Êxodo 15:17 com cuidado, percebe que nem mesmo é necessária uma inferência de que Moisés, pela palavra santuário, denota o monte da herança, muito menos toda a terra da Palestina. Usando a liberdade da licença poética, ele lança mão de expressões elípticas e passa rapidamente de uma ideia para a outra, ou de um objeto para o outro. Primeiro, a herança prende sua atenção e ele fala sobre isso; em seguida, o fato de que o Senhor habitaria ali; depois, o lugar que ele providenciaria para Sua morada, a saber, o santuário cuja construção ordenaria. Assim Davi associa o monte Sião e Judá em Salmo 78:68, pois Sião se localizava em Judá.

As três passagens, Êxodo 15:17, Salmo 78:54 e 69, são as principais usadas para provar que a terra de Canaã é o santuário. O mais singular, porém, é que as duas últimas, em linguagem clara, esclarecem a ambiguidade da primeira e contestam totalmente a declaração baseada nelas.

Havendo refutado a principal prova sobre o assunto, não vale a pena dedicar tempo aos textos que só permitem extrair inferências. Contudo, como existe apenas um dessa categoria, faremos referência a ele, para que nada seja passado por alto. Isaías 63:18 diz: “Só por breve tempo foi o país possuído pelo Teu santo povo; nossos adversários pisaram o Teu santuário”. Essas palavras podem ser aplicadas tanto ao templo quanto à terra, pois, quando a terra foi conquistada pelos inimigos de Israel, o templo ficou em ruínas. Tal fato é afirmado com toda clareza no versículo 11 do capítulo seguinte: “O nosso templo santo e glorioso, em que nossos pais Te louvavam, foi queimado; todas as nossas coisas preciosas se tornaram em ruínas”.

Expressamos ainda mais um pensamento acerca do planeta ou da terra de Canaã como o santuário. Se qualquer um deles constituísse o santuário, não só deveria ser descrito como tal em algum lugar, como também a mesma ideia deveria ser conduzida até o fim, e a purificação da Terra ou da Palestina precisaria ser chamada de purificação do santuário. A Terra de fato está contaminada e será purificada pelo fogo. Conforme veremos, porém, o fogo não é o agente usado na purificação do santuário. E essa purificação da Terra, ou de qualquer parte dela, em nenhuma parte da Bíblia é chamada de purificação do santuário.

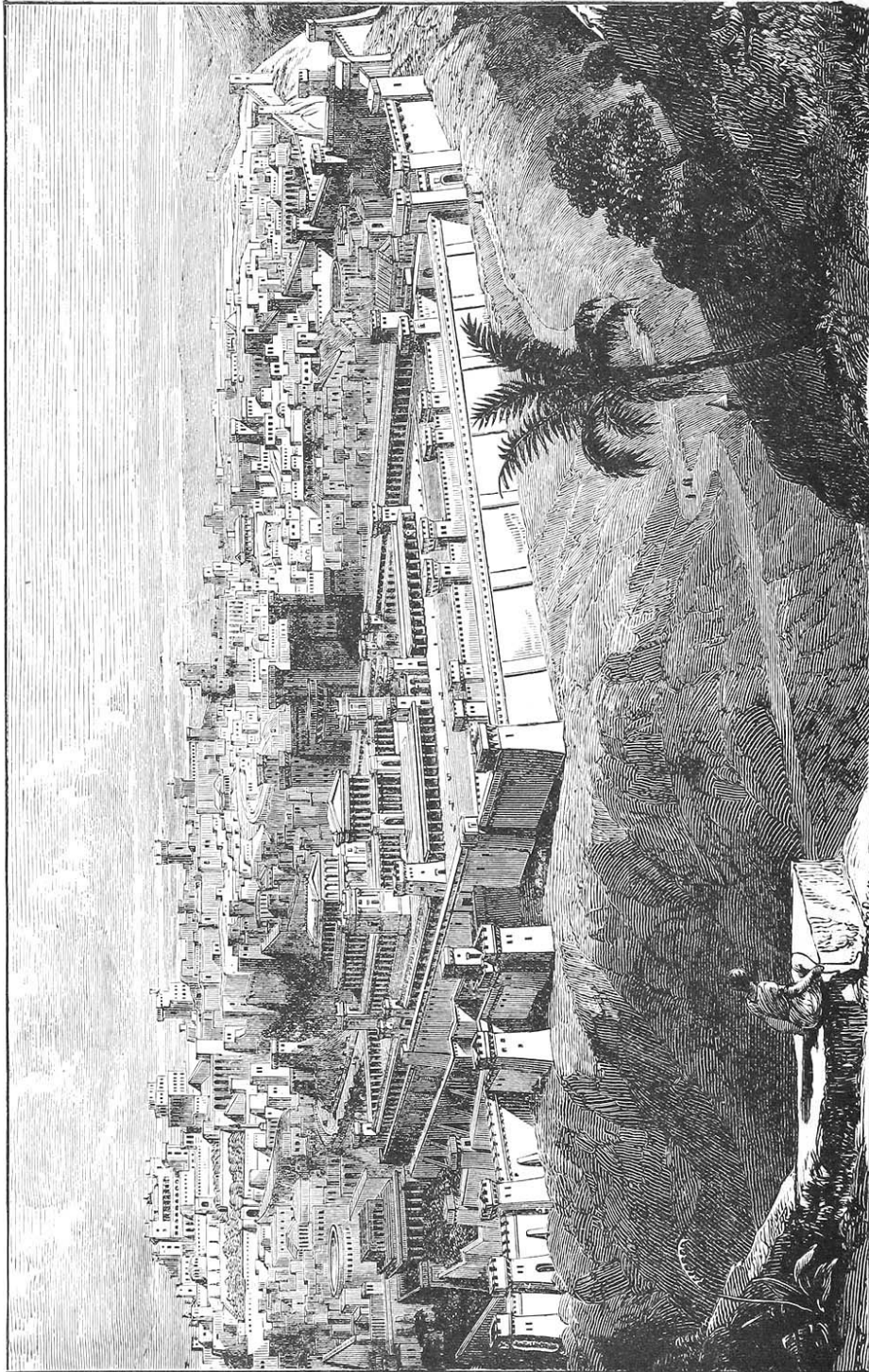
3. A igreja é o santuário? A desconfiança evidente com a qual essa ideia é sugerida consiste praticamente em uma negação do argumento antes mesmo que seja apresentado. O único texto citado para apoiar a ideia é Salmo 114:1-2: “Quando saiu Israel do Egito, e a casa de Jacó, do meio de um povo de língua estranha, Judá se tornou o Seu santuário, e Israel, o Seu domínio”. Se interpretarmos essa passagem em seu sentido mais literal, o que isso prova a respeito do santuário? Que este se confinava a uma das doze tribos; logo, apenas uma porção da igreja, não toda ela, constitui o santuário. Mas isso, pouco dizendo respeito à teoria em consideração, nada prova. O motivo de Judá ser chamada de santuário no texto citado não deve provocar perplexidade se nos lembrarmos de que Deus escolheu Jerusalém, cidade localizada em Judá, para ser o lugar de Seu santuário. Davi diz: “Escolheu, antes, a tribo de Judá, o monte Sião, que Ele amava. E construiu o Seu santuário durável como os Céus e firme como a Terra que fundou para sempre”. A passagem mostra claramente a conexão existente entre Judá e o santuário. A tribo em si não era o santuário, mas é mencionada em meio a esse assunto quando Israel saiu do Egito, porque Deus tinha o propósito de colocar Seu santuário dentro do território dessa tribo. Entretanto, mesmo que se conseguisse demonstrar que a igreja é chamada de santuário em algum lugar, isso não teria consequências para nosso propósito presente, que é determinar em que consiste o santuário de Daniel 8:13-14; pois, nessa passagem, a igreja é mencionada como outro objeto: “é entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados”. Ninguém questiona que o termo exército se refere à igreja; logo, o santuário consiste em um objeto diferente.

4. O templo no Céu é o santuário? Resta-nos apenas essa hipótese a analisar, a saber, a de que o santuário mencionado na passagem é o que Paulo chama em Hebreus de “verdadeiro tabernáculo, que o Senhor erigiu, não o homem”, ao qual ele dá o nome claro de “santuário” e que se localiza “nos Céus”. Na primeira dispensação, tal santuário encontrava um padrão, tipo ou uma figura primeiro no tabernáculo construído por Moisés e depois no templo de Jerusalém. É preciso destacar de maneira especial que, no ponto de vista aqui sugerido, repousa nossa única esperança de entender essa questão, pois já vimos que todas as outras posições são insustentáveis. Nenhum dos outros objetos passíveis de corresponder ao santuário — a Terra, Canaã ou a igreja — são capazes, por um instante sequer, de embasar tal afirmação. Logo, se não encontrarmos essa correspondência no objeto à nossa frente, podemos abandonar a busca em completo desespero. Precisaremos descartar boa parte da revelação como se permanecesse não revelada e tirar das páginas sagradas as diversas passagens que falam sobre o assunto, por serem uma leitura basicamente inútil. Logo, todos aqueles que, em vez de negligenciarem um assunto tão importante, se mostrarem dispostos a deixar de lado todas as opiniões preconcebidas e perspectivas acariciadas, abordarão essa posição com ansiedade intensa e interesse sem limites. Tomarão posse de qualquer evidência que nos possa ser apresentada, como alguém desorientado em meio a um labirinto escuro se apegaria ao único fio capaz de conduzi-lo de volta à luz.

É uma postura segura nos imaginar no lugar de Daniel e considerar a questão do ponto de vista dele. O que ele entenderia como santuário ao receber essas mensagens? Se conseguirmos identificar isso, não será difícil chegar às conclusões corretas sobre o assunto. A menção dessa palavra inevitavelmente faria sua mente se voltar ao santuário daquela dispensação. Sem dúvida, ele sabia muito bem o que ele era. Com efeito, sua mente se dirigiu a Jerusalém, a cidade de seus antepassados, que se encontrava em ruínas, e para sua “santa e gloriosa casa”, que, segundo o lamento de Isaías (64:11, ARC), fora queimada. Então, como era seu hábito, sua face se voltou para o lugar onde antes ficava o venerado templo; ele orou, então, a Deus pedindo que Seu rosto resplandecesse sobre o santuário, o qual se encontrava desolado. Fica evidente que Daniel compreendeu a palavra *santuário* como o templo de Jerusalém.

Mas é Paulo quem dá o testemunho mais explícito a esse respeito, em Hebreus 9:1: “Ora, a primeira aliança também tinha preceitos de serviço sagrado e o seu santuário terrestre”. É exatamente esse ponto que estamos preocupados em determinar: qual era o santuário da primeira aliança? Paulo prossegue e nos conta. Ouça-o, nos versículos 2-5:

“Com efeito, foi preparado o tabernáculo, cuja parte anterior, onde estavam o candeeiro, e a mesa, e a exposição dos pães, se chama o Santo Lugar; por trás do segundo véu, se encontrava o tabernáculo que se chama o Santo dos Santos, ao qual pertencia um altar de ouro para o incenso e a arca da aliança totalmente coberta de ouro, na qual estava uma urna de ouro contendo o maná, o bordão de Arão, que floresceu, e as tábuas da aliança; e sobre ela, os querubins de glória, que, com a sua sombra, cobriam o propiciatório. Dessas coisas, todavia, não falaremos, agora, pormenorizadamente”.



O TEMPLO EM JERUSALÉM NA ÉPOCA DE CRISTO

Não resta dúvida quanto ao objeto que Paulo tinha em mente. Trata-se do tabernáculo erigido por Moisés seguindo as instruções do Senhor (que mais tarde se transformou no templo de Jerusalém), com um lugar santo e outro santíssimo, além de vários utensílios próprios para o serviço, conforme aqui mencionados. Êxodo 25 em diante traz uma descrição completa da construção, dos diversos móveis e utensílios, bem como do uso de cada um. Se o leitor não estiver familiarizado com o assunto, é importante fazer a leitura e examinar de perto a descrição do templo. Paulo afirma claramente que esse foi o santuário da primeira aliança. E gostaríamos que o leitor observasse com cuidado o valor lógico dessa declaração. Ao nos contar o que foi o santuário por um tempo, Paulo nos coloca no caminho certo de investigação. Ele nos deixa uma base a partir da qual podemos trabalhar. Por um tempo, o campo está livre de toda dúvida e de qualquer obstáculo. Durante o tempo que a primeira aliança abrange, a qual durou do Sinai a Cristo, temos diante de nós um objeto distinto e definido com clareza, descrito minuciosamente por Moisés e identificado por Paulo como o santuário daquela época.

Mas as palavras de Paulo têm uma significância ainda maior do que a identificação do santuário. Elas invalidam para sempre os argumentos expressos a favor da Terra, de Canaã ou da igreja como o santuário. Pois os argumentos usados para provar que são o santuário em qualquer época, provariam que também o eram na antiga dispensação. Se Canaã foi o santuário em algum momento, assim o era quando Israel foi plantado nessa terra. Se a igreja alguma vez foi o santuário, assim o era quando Israel foi tirado do Egito. Se o planeta Terra alguma vez foi o santuário, também o era no período que estamos comentando. A esse período, os argumentos usados a favor de cada um desses pontos de vista se aplicam tão bem quanto a qualquer outro período. E se não eram o santuário nessa época, então ficam destruídos todos os argumentos que demonstrariam que já foram ou poderiam ser o santuário. Mas eles eram o santuário nessa época? Essa é a pergunta final para tais teorias. E Paulo define na negativa, descrevendo para nós o tabernáculo de Moisés e nos contando que este — não a Terra, nem Canaã, nem a igreja — era o santuário daquela dispensação.

E esse templo corresponde em todos os aspectos à definição do termo e ao uso para o qual o santuário fora designado.

1. Era a morada terrena de Deus. “E Me farão um santuário”, disse Deus a Moisés, “para que Eu possa habitar no meio deles (Êx 25:8). Nesse tabernáculo, que construíram segundo as instruções do Senhor, Este manifestou Sua presença. 2. Era um lugar santo, ou sagrado — “o santo santuário” (Lv 16:33). 3. Na Palavra de Deus, ele é chamado vez após vez de santuário. Das 140 vezes em que a palavra é usada no Antigo Testamento, em quase todos os casos se refere a ele.

A princípio, o tabernáculo foi construído de um modo adaptável à condição dos filhos de Israel na época. Eles estavam iniciando os quarenta anos de peregrinação pelo deserto quando esse edifício foi erigido no meio deles para ser a habitação de Deus e o centro de sua adoração. As viagens eram necessárias e as mudanças, frequentes. Logo, era preciso que o tabernáculo fosse transportado diversas vezes de um lugar para o outro. Por isso, foi produzido com partes móveis. As laterais eram feitas de tábuas retas, e a cobertura consistia de cortinas de linho e pele tin-

gida de animais, as quais podiam ser retiradas com facilidade, transportadas com conveniência e facilmente montadas a cada etapa da jornada. Após a entrada na terra prometida, essa estrutura temporária deu lugar ao magnífico templo de Salomão. Dessa maneira mais permanente existiu, com exceção da época em que ficou em ruínas nos dias de Daniel, até sua destruição definitiva pelos romanos em 70 d.C.

Esse é o único santuário ligado à Terra acerca do qual a Bíblia dá qualquer instrução ou sobre o qual a história registra. Mas não existiria outro em nenhum lugar? Esse foi o santuário da primeira aliança e, junto com ela, chegou ao fim. Não haveria santuário ligado à segunda ou à nova aliança? É preciso haver; caso contrário, falta uma analogia entre essas alianças. E, nesse caso, a primeira aliança teria um sistema de adoração que, embora descrito em minúcias, seria ininteligível, e a segunda aliança teria um sistema de adoração indefinido e obscuro. E Paulo, em essência, afirma que a nova aliança, em vigor desde a morte de Cristo, o testador, tem um santuário; pois, ao estabelecer o contraste entre as duas, como faz no livro de Hebreus, diz no capítulo 9:1 que a primeira aliança “*também* tinha preceitos de serviço sagrado e o seu santuário terrestre”. Isso é o mesmo que afirmar que a nova aliança tem igualmente seu serviço e o próprio santuário. Além disso, no versículo 8 desse capítulo, ele fala do santuário terreno como o *primeiro* tabernáculo. Se aquele foi o primeiro, então deve haver um segundo. E assim como o primeiro tabernáculo existiu somente enquanto a primeira aliança estava em vigor, quando esta chegou ao fim, o segundo tabernáculo assumiu o lugar do primeiro, sendo preciso haver um santuário na nova aliança. Não há como escapar dessa conclusão.

Onde, então, devemos procurar pelo santuário da nova aliança? Paulo, ao usar a palavra *também* em Hebreus 9:1, sugere que já havia falado antes sobre esse santuário. Se voltarmos para o início do capítulo anterior, o encontraremos resumindo seus argumentos prévios da seguinte forma: “Ora, o essencial das coisas que temos dito é que possuímos tal sumo sacerdote, que se assentou à destra do trono da Majestade nos Céus, como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (8:1-2). Há alguma dúvida de que encontramos nessa passagem o santuário da nova aliança? Há uma alusão clara ao santuário da primeira aliança. Aquele foi erigido pelo homem, por Moisés; já este foi construído pelo Senhor, não por seres humanos. Aquele era o local onde os sacerdotes terrenos desempenhavam seu ministério; este é o lugar no qual ministra Cristo, o Sumo Sacerdote da nova aliança. Aquele se localizava na Terra; já este, no Céu. Assim, o primeiro foi chamado de maneira muito apropriada por Paulo de “santuário terrestre”; já o segundo, de “celestial”.

Esse ponto de vista se sustenta ainda mais pelo fato de que o santuário construído por Moisés não foi uma estrutura original, mas, sim, erigido de acordo com um modelo. O grande original existia em algum outro lugar. O que Moisés construiu foi apenas um tipo ou cópia. Leia as instruções que o Senhor lhe deu a esse respeito: “Segundo tudo o que Eu te mostrar para modelo do tabernáculo e para modelo de todos os seus móveis, assim mesmo o fareis” (Êx 25:9).

“Vê, pois, que tudo faças segundo o modelo que te foi mostrado no monte” (v. 40). Confira mais informações a esse mesmo respeito em Êxodo 26:30; 27:8; Atos 7:44.

Do que o santuário terrestre era tipo ou figura? Resposta: do santuário da nova aliança, o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem”. A relação entre a primeira aliança e a segunda é a de tipo e antítipo. Seus sacrifícios eram tipos do sacrifício maior desta dispensação; seus sacerdotes eram tipos de nosso Senhor, em Seu sacerdócio mais perfeito; o ministério deles era realizado à sombra e segundo o exemplo do ministério de nosso Sumo Sacerdote celestial. E o santuário onde ministravam eram um tipo ou figura do verdadeiro santuário no Céu, onde o Senhor realiza Seu ministério.

Todos esses fatos são expressos claramente por Paulo em Hebreus 8:4-5:

“Ora, se Ele [Cristo] estivesse na Terra, nem mesmo sacerdote seria, visto existirem aqueles que oferecem os dons segundo a lei, os quais ministram em figura e sombra das coisas celestes, assim como foi Moisés divinamente instruído, quando estava para construir o tabernáculo; pois diz ele: Vê que faças todas as coisas de acordo com o modelo que te foi mostrado no monte.”

Esse testemunho revela que o ministério dos sacerdotes terrestres era uma sombra do sacerdócio de Cristo; e a evidência apresentada por Paulo para provar o fato se encontra na orientação que Deus deu a Moisés para que construísse o tabernáculo segundo o modelo que lhe fora mostrado no monte. Isso mostra claramente que o padrão mostrado a Moisés no monte se identifica com o santuário ou verdadeiro tabernáculo no Céu, onde o Senhor ministra, mencionado três versículos antes.

Em Hebreus 9:8-9, Paulo diz ainda: “Querendo com isto dar a entender o Espírito Santo que ainda o caminho do Santo Lugar [grego, santos lugares, plural] não se manifestou, enquanto o primeiro tabernáculo continua erguido. É isto uma parábola para a época presente”. Enquanto o primeiro tabernáculo existia e a primeira aliança estava em vigor, a ministração do tabernáculo mais perfeito e da obra da nova aliança não era é, naturalmente, levada adiante. Mas quando chegou Cristo, o Sumo Sacerdote das coisas boas por vir, quando o primeiro tabernáculo cumpriu seu propósito e a primeira aliança cessou, então Jesus foi elevado ao trono da Majestade nos Céus como ministro do verdadeiro santuário. Ali entrou pelo próprio sangue (v. 12) “no Santo dos Santos [aqui o grego também traz o plural, os lugares santos], uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção”. Assim, o primeiro tabernáculo era uma figura desses lugares santos celestiais para a época já presente ao Paulo escrever essas palavras. Caso sejam necessários ainda mais testemunhos, no versículo 23, ele fala do tabernáculo terrestre com seus compartimentos e móveis como *figuras* das coisas no Céu ; e no versículo 24, chama o santuário feito por mãos, isto é, o tabernáculo terrestre construído por Moisés, de *figura* do verdadeiro, ou seja, do tabernáculo no Céu.

Tal ponto de vista é fortalecido ainda mais pelo testemunho de João. Dentre as coisas que recebeu permissão para contemplar no Céu, viu sete candelabros de fogo queimando diante do trono (Ap 4:5), um altar de incenso e um incensário de ouro (8:3); vislumbrou a arca do Aliança

de Deus (11:9), e tudo isso em conexão com um “templo” no Céu (Ap 11:19; 15:8). Todo leitor da Bíblia reconhece que esses móveis faziam parte do santuário. Eles devem sua existência ao santuário e se confinavam a ele, a fim de serem usados no serviço ligado ao templo. Assim como, se não houvesse santuário, eles não existiriam, podemos saber que, onde quer que os encontremos, ali haverá um santuário. Portanto, o fato de João ter visto tais coisas no Céu nesta dispensação é prova de que existe um santuário ali, e ele recebeu permissão para contemplá-lo.

Por mais relutante que alguém esteja em reconhecer a existência de um santuário no Céu, com certeza, o testemunho apresentado é suficiente para provar o fato. Paulo disse que o tabernáculo de Moisés era o santuário da primeira aliança. Moisés relatou que Deus lhe mostrou um modelo no monte, segundo o qual deveria erigir o tabernáculo. Paulo testifica ainda que Moisés o fez de acordo com o padrão e que este era o verdadeiro tabernáculo no Céu, o qual o Senhor edificou, e não o ser humano; e que o tabernáculo erigido com mãos era, em verdade, uma figura ou representação do santuário celestial. Por fim, João, ratificando a declaração de Paulo sobre a existência desse santuário no Céu, dá o testemunho ocular de que o contemplou ali. Que outro tipo de testemunho é necessário? Ou melhor, o que mais é concebível?

Temos agora um todo harmonioso no que se refere à pergunta do que constitui o santuário. O santuário da Bíblia — que todos se atentem para isso, e que conteste o fato quem puder — consiste, em primeiro lugar, no tabernáculo típico erigido em meio aos hebreus no êxodo do Egito, o santuário da primeira aliança; em segundo lugar, no verdadeiro tabernáculo no Céu, do qual o primeiro era um tipo ou uma figura, o santuário da nova aliança. Eles se encontram inseparavelmente ligados como tipo e antítipo. Do antítipo voltamos para o tipo e do tipo somos conduzidos natural e inevitavelmente para o antítipo.

Dissemos que Daniel entenderia de imediato que a palavra *santuário* se referia ao santuário de seu povo em Jerusalém, assim como qualquer outra pessoa em sua dispensação. Mas a declaração de Daniel 8:14 faz referência a esse santuário? Isso depende do tempo ao qual ela se aplica. Todas as afirmações sobre o santuário que se aplicam à velha dispensação dizem respeito, é claro, ao santuário dessa dispensação; e todas as declarações que aludem à dispensação atual devem fazer menção ao santuário desta dispensação. Se as 2.300 tardes e manhãs, cujo fim marcaria a purificação do santuário, terminaram na velha dispensação, então o santuário a ser purificado é o dessa época. Caso elas se estendam até esta dispensação, então o santuário ao qual alude é o santuário desta dispensação — o santuário da nova aliança no Céu. Essa é uma questão que só pode ser determinada por um argumento adicional sobre os 2.300 dias que será apresentado nos comentários sobre Daniel 9:24, onde o assunto do tempo é retomado e explicado.

Aquilo que dissemos até agora acerca do santuário é apenas periférico em relação ao tema principal da profecia. A questão chave gira em torno da sua purificação. “Até 2.300 tardes e manhãs; e o santuário será purificado”. Mas era necessário definir primeiro em que consiste o santuário antes de podermos examinar com propriedade a questão de sua purificação. Agora estamos preparados para isso.

Depois de descobrir o que constitui o santuário, logo é possível definir o questionamento sobre sua purificação e como ela é realizada. Já foi observado que, não importa o que significa o santuário da Bíblia, este precisa ter algum serviço ligado a ele chamado de purificação. Não há nenhum relato na Bíblia de qualquer obra dessa natureza em relação à Terra, a Canaã ou à igreja. Essa é uma boa evidência de que nada disso constituía o santuário. *Existe* tal serviço conectado com o objeto que demonstramos ser o santuário e que recebe o nome de purificação tanto em referência ao edifício terreno quanto ao templo celestial.

O leitor é contrário à ideia de que alguma coisa no Céu necessita de purificação? Essa é uma barreira para a aceitação do ponto de vista aqui apresentado? Então sua controvérsia não é com essa obra, mas, sim, com Paulo, que afirma tal fato sem deixar espaço para dúvidas. Mas antes de ir contra o apóstolo, pedimos ao opositor que examine com cuidado qual é a natureza dessa purificação, já que, sem dúvida, sua dificuldade se deve a uma total incompreensão. A seguir se encontram os termos claros com os quais Paulo declara a purificação tanto do santuário terreno quanto do celestial:

“Com efeito, quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e, sem derramamento de sangue, não há remissão. Era necessário, portanto, que as figuras das coisas que se acham nos Céus se purificassem com tais sacrifícios, mas as *próprias coisas celestiais*, com sacrifícios a eles superiores” (Hb 9:22-23).

À luz dos argumentos anteriores, o texto pode ser parafraseado da seguinte maneira:

“Era necessário, portanto, que o tabernáculo erigido por Moisés, com seus utensílios sagrados, os quais eram cópias do verdadeiro santuário no Céu, fossem purificados, ou limpos, com o sangue de bezeros e bodes. Mas as *próprias coisas celestiais*, o santuário desta dispensação, o verdadeiro tabernáculo, que o Senhor edificou, não o homem, deve ser purificado com sacrifícios superiores, a saber, com o sangue de Cristo”.

Agora nos perguntamos: qual é a natureza dessa purificação e como ela é realizada? De acordo com a linguagem de Paulo, que acabamos de citar, é feita por meio do sangue. Logo, a purificação não consiste na limpeza de alguma sujeira ou impureza física, pois o sangue não é o agente usado para esse tipo de serviço. Tal consideração já deveria convencer a mente do opositor com respeito à purificação das coisas celestiais. O fato de Paulo falar de coisas celestiais que precisam ser purificadas não quer dizer que haja qualquer impureza física no Céu, pois não é a esse tipo de purificação que ele se refere. Paulo explica que essa purificação é realizada com o sangue porque sem derramamento de sangue não há *remissão*.

Portanto, a remissão, ou seja, a obra de retirar o pecado é que necessita ser feita. Não se trata de uma limpeza física, mas, sim, da purificação do pecado. Como os pecados passam a ter ligação com o santuário, seja no tabernáculo terrestre ou no celestial, para que este necessite ser purificado? Tal pergunta é respondida pela ministração ligada ao tipo, a qual passaremos a abordar.

Os capítulos finais de Êxodo nos trazem um relato da construção do santuário terrestre e a disposição do serviço a ele conectado. Levítico inicia com o registro da ministração que ali era realizada. Nosso propósito é chamar a atenção apenas para um aspecto específico do serviço do santuário, que era executado da seguinte maneira: o indivíduo que havia pecado levava sua vítima para a porta do tabernáculo. Colocava a mão, por um instante, sobre a cabeça do animal; e é razoável inferir que confessava sobre ele seu pecado. Por meio desse ato expressivo, ele admitia que havia pecado e era digno de morrer, mas, em seu lugar, consagrava a vítima e para ela transferia a culpa. Então, com as próprias mãos (que emoções deveria estar sentindo!) tirava a vida da vítima por causa da culpa. A lei exigia a vida do transgressor por sua desobediência — a vida se encontra no sangue (Lv 17:11, 14). Portanto, sem derramamento de sangue não há remissão; com o derramamento de sangue, a remissão é possível, pois a lei, que exige a vida do transgressor, é dessa forma satisfeita. O sangue da vítima, representando uma vida merecidamente perdida e servindo como veículo de sua culpa, era então levado ao santuário pelo sacerdote, que o ministrava perante o Senhor.

Assim, mediante a confissão, a morte da vítima e o ministério do sacerdote, o pecado do indivíduo era transferido para o santuário. Vítima após vítima era oferecida dessa maneira pelo povo. A obra seguia em frente dia após dia. Dessa forma, o santuário se tornava receptáculo contínuo dos pecados da congregação. Mas essa não era a solução final para esses pecados. A culpa acumulada era removida por meio de um serviço especial, chamado de purificação do santuário. No tipo, tal serviço ocorria uma vez por ano; e o décimo dia do sétimo mês, no qual era realizado, era chamado de Dia da Expição. Nesse dia, todo o Israel se abstinha do trabalho e afligia a alma. O sacerdote conduzia dois bodes e os apresentava perante o Senhor na porta da tenda da congregação. Lançava sorte sobre os animais. Um seria para o Senhor e o outro, o bode expiatório. O bode do Senhor era sacrificado e o sacerdote levava o sangue do animal para o lugar santíssimo do santuário, onde o aspergia sobre o propiciatório. Esse era o único dia no qual recebia permissão para entrar em tal compartimento. Quando saía, impunha ambas as mãos sobre a cabeça do bode expiatório, confessava sobre ele todas as iniquidades dos filhos de Israel, todas as suas transgressões e todos os pecados, colocando-os, desse modo, sobre a cabeça do bode (Lv 16:21). Então um homem especialmente designado conduzia o bode para uma terra não habitada, um lugar de separação ou esquecimento, a fim de que nunca mais voltasse ao arraial de Israel. Assim, os pecados do povo nunca mais eram lembrados para sua condenação. Esse ritual tinha o propósito de purificar o povo de seus pecados e de purificar o santuário e seus utensílios (Lv 16:30, 33). Por meio desse processo, o pecado era removido, mas só em figura, pois toda a obra era típica.

O leitor que não se encontra familiarizado com o ritual da expiação deve estar se perguntando, talvez com certo espanto, que tipificação era prevista com esse estranho serviço e que obra a ser realizada nesta dispensação ele prefigurava. Respondemos: uma obra semelhante na ministração de Cristo, conforme Paulo ensina com toda clareza. Após afirmar, em Hebreus 8, que Cristo é o ministro do verdadeiro tabernáculo, o santuário no Céu, ele declara que os

sacerdotes da Terra serviam como exemplo e sombra das coisas celestiais. Em outras palavras, a obra dos sacerdotes terrestres era uma sombra, um exemplo, uma representação correta, na medida em que consegue ser executada por mortais, da ministração de Cristo no alto. Os sacerdotes ministravam nos dois compartimentos do santuário terreno. Portanto, Cristo ministra em ambos os compartimentos do templo celestial. Com efeito, tal templo possui dois compartimentos, caso contrário não seria corretamente representado pelo terreno; e nosso Senhor oficia em ambos, do contrário o serviço do sacerdote na Terra não seria uma sombra correta da obra de Jesus. Mas Paulo afirma claramente que Ele ministrava nos dois compartimentos, pois diz que entrou no lugar santo (do grego τὰ ἅγια, *os lugares santos*) por intermédio do próprio sangue (Hb 9:12). Logo, há uma obra realizada por Cristo em Seu ministério no templo celestial que corresponde à executada pelos sacerdotes em ambos os compartimentos da construção terrena. Mas o serviço no segundo compartimento, ou lugar santíssimo, era uma obra especial que encerrava o ciclo anual de serviço e purificava o santuário. Portanto, a ministração de Cristo no segundo compartimento do santuário celestial deve ser uma obra de natureza semelhante, constituindo o encerramento de Seu trabalho como nosso grande Sumo Sacerdote, bem como a purificação desse santuário.

Assim como, mediante os sacrifícios da dispensação antiga, os pecados do povo eram transferidos em figura pelos sacerdotes ao santuário terrestre, onde eles ministravam, desde que Cristo ascendeu para ser nosso intercessor na presença do Pai, os pecados de todos os que buscam sinceramente o perdão por Seu intermédio são transferidos, em realidade, para o santuário celestial onde Ele ministra. Não precisamos nos deter para perguntar se Cristo ministra por nós nos lugares celestiais literalmente com Seu sangue ou somente em virtude de seus méritos. Basta dizer que Seu sangue foi derramado e, mediante esse sangue, a remissão dos pecados está garantida, a qual era obtida apenas em figura por meio do sangue de animais na antiga dispensação. Mas tais sacrifícios tinham virtude genuína pela seguinte razão: eles expressavam fé no sacrifício real que havia de vir. Assim, aqueles que deles lançavam mão gozam dos mesmos benefícios da obra de Cristo disponíveis àqueles que, nesta dispensação, a Ele se achegam pela fé, mediante as ordenanças do evangelho.

A transferência contínua dos pecados para o santuário celestial — e se eles não são transferidos, quem consegue explicar a natureza da obra de Cristo em nosso favor à luz dos tipos e da linguagem usada por Paulo? —, essa transferência contínua, repetimos, de pecados para o santuário celestial torna necessária a sua purificação pelo mesmo motivo que uma obra semelhante era exigida no santuário terrestre.

É preciso notar uma distinção importante entre as duas ministrações. No tabernáculo terreno, um ciclo completo de serviço era realizado todos os anos. Ao longo de 359 dias, nos anos comuns, a ministração prosseguia no primeiro compartimento. Uma obra de um dia, realizada no lugar santíssimo, completava o ciclo anual. A obra então começava novamente no lugar santo e continuava até outro Dia da Expição concluir o trabalho anual. E assim por diante, ano após

ano. A contínua repetição da obra era necessária por causa do curto período de vida dos sacerdotes mortais. Mas tal necessidade não existe no caso do nosso Senhor divino, que vive sempre para interceder por nós (cf. Hb 7:23-25). Logo, a obra do santuário celestial, em vez de um trabalho anual, é realizada de uma vez por todas. Em vez de se repetir ano após ano, um grande ciclo é levado adiante e concluído, para nunca mais precisar ser feito outra vez.

Um ano completo de serviço no santuário terreno representava toda a obra do santuário do alto. No tipo, a purificação do santuário constituía uma breve obra que encerrava o serviço anual. No antítipo, a purificação do santuário é a obra final de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no tabernáculo celeste. No tipo, a fim de purificar o santuário, o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo e ministrava na presença de Deus perante a arca da aliança. No antítipo, quando chega o momento da purificação do santuário, nosso Sumo Sacerdote, de igual modo, entra no lugar santíssimo para dar fim a Sua obra de intercessão em favor da humanidade. Afirmamos com toda confiança que não é possível chegar a nenhuma outra conclusão sobre esse assunto sem desprezar o testemunho inequívoco da Palavra de Deus.

Leitor, você consegue perceber agora a importância desse assunto? Consegue compreender como o santuário de Deus deve ser alvo do interesse do mundo inteiro? Consegue ver que toda a obra da salvação está centralizada ali, e que, quando ela terminar, o período da graça estará encerrado e o caso dos salvos e dos perdidos estará eternamente decidido? Reconhece que a purificação do santuário é uma obra breve e especial, por meio da qual o grande plano estará para sempre terminado? Percebe que, se for possível saber quando essa obra de purificação começa, trata-se de um anúncio solene ao mundo de que é chegada a última hora da salvação, a qual logo se aproxima do fim? É isso que a profecia tem o propósito de mostrar, ou seja, tornar conhecido o início dessa obra tremenda. “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado”.

Antes de apresentarmos qualquer argumento sobre a natureza e a aplicação desses dias, pode-se adotar com segurança a posição de que eles devem alcançar o tempo da purificação o santuário celestial, pois o terrestre deveria ser purificado todos os anos. O profeta estaria dizendo coisas sem sentido se interpretássemos que, ao fim de 2.300 dias, um período de mais de seis anos no total, caso os considerarmos de maneira literal, ocorreria um evento que deveria acontecer regularmente todos os anos. O santuário celestial é aquele no qual a decisão de todos os casos será tomada. O progresso da obra ali é algo que deve absorver todo o interesse da humanidade. Se as pessoas compreendessem a importância de tais questões sobre seus interesses eternos, com que avidez e ansiedade dedicariam o mais cuidadoso estudo em oração. Confira nos comentários de Daniel 9:20 em diante um argumento sobre os 2.300 dias, mostrando quando eles terminaram e quando a obra solene da purificação do santuário celestial começou.

VERSÍCULO 15. Havendo eu, Daniel, tido a visão, procurei entendê-la, e eis que se me apresentou diante uma como aparência de homem. 16. E ouvi uma voz de homem de entre as margens do Ulai, a qual gritou e disse: Gabriel, dá a entender a este a visão.

Iniciamos agora a interpretação da visão. A primeira coisa com que deparamos é o interesse de Daniel e seus esforços para compreender essas coisas. Ele buscava o sentido. Aqueles que dedicam atenção ávida e cuidadosa às questões proféticas não são aqueles que não se preocupam com elas. Só consegue passar por uma mina de ouro com indiferença aqueles que não sabem da preciosidade que se encontra sob seus pés. Imediatamente ali diante do profeta estava alguém com aparência de homem. O texto não diz que era um homem, como alguns desejam nos enganar, na tentativa de provar que anjos são pessoas mortas, recorrendo a tais passagens como evidência. O versículo diz “uma [...] aparência de homem”, expressão que devemos evidentemente compreender como um anjo em forma humana. E ele ouviu a voz de um homem, isto é, a voz de um anjo em forma humana falando. Este deu uma ordem para que o homem Daniel entendesse a visão. O pedido foi dirigido a Gabriel, nome que significa “o poderoso”. Ele continua sua instrução a Daniel no capítulo 9. Durante a nova dispensação, Gabriel foi comissionado a anunciar o nascimento de João Batista a seu pai Zacarias (Lc 1:11); e o do Messias à virgem Maria no versículo 26. A Zacarias, apresentou-se com as seguintes palavras: “Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus” (v. 19). Essas palavras parecem indicar que ele era um anjo de ordem elevada e dignidade superior. Mas aquele que se dirigiu a ele sem dúvida ocupava posição ainda mais alta, tendo poder de lhe dar ordens e controlar suas ações. Provavelmente não foi outro senão o arcanjo Miguel, ou Cristo. Somente Ele e Gabriel tinham conhecimento das questões que seriam comunicadas a Daniel (ver capítulo 10:21).

VERSÍCULO 17. Veio, pois, para perto donde eu estava; ao chegar ele, fiquei amedrontado e prostrei-me com o rosto em terra; mas ele me disse: Entende, filho do homem, pois esta visão se refere ao tempo do fim. 18. Falava ele comigo quando caí sem sentidos, rosto em terra; ele, porém, me tocou e me pôs em pé no lugar onde eu me achava; 19. e disse: Eis que te farei saber o que há de acontecer no último tempo da ira, porque esta visão se refere ao tempo determinado do fim.

Em circunstâncias semelhantes às aqui narradas, João se prostrou aos pés de um anjo, mas com o propósito de adoração (Ap 19:10; 22:8). Daniel parece ter ficado completamente subjugado diante da majestade do mensageiro celestial. Ele se prostrou com a face em terra, provavelmente como se estivesse em sono profundo, mas não de fato. A tristeza, é bem verdade, fez os discípulos caírem no sono; mas o medo, como nesse caso, dificilmente teria o mesmo efeito. O anjo bondosamente colocou a mão sobre ele para lhe dar segurança (quantas vezes os mortais foram instruídos a não temer por seres celestiais!), e o tirou da condição de desamparo e prostração, colocando-o de pé. Com a declaração geral de que, no momento designado, o fim viria e que revelaria o que aconteceria no último tempo da ira, Gabriel inicia a interpretação da visão.



O ANJO GABRIEL NOVAMENTE VISITA O PROFETA DANIEL

Deve-se entender que a ira abrange certo período de tempo. Mas qual? Deus disse a Seu povo, Israel, que derramaria Sua indignação sobre a perversidade deles; então deu instruções acerca do “príncipe de Israel”, “profano e perverso”: “Tira o diadema e remove a coroa [...]. Ruína! Ruína! A ruínas a reduzirei, e ela já não será, até que venha Aquele a quem ela pertence de direito; a Ele a darei” (Ez 21:25-27, 31).

A referência aqui é ao período da indignação de Deus contra o povo da aliança, um período no qual o santuário e o exército seriam pisados. O diadema foi removido e a coroa retirada quando Israel foi dominado pelo reino de Babilônia. Foi conquistado mais uma vez pelos medos e persas, novamente pelos gregos e de novo pelos romanos, correspondendo às três vezes que a palavra é repetida pelo profeta. Os judeus, tendo rejeitado a Cristo, logo foram dispersos por toda a face da Terra, e o Israel espiritual substituiu a semente literal. Contudo, mesmo o Israel espiritual se encontra em sujeição aos poderes terrenos e assim continuará até o trono de Davi ser estabelecido de novo — até aquele que é seu herdeiro de direito, o Messias, o Príncipe da paz, aparecer e receber o reino. Quando isso ocorrer, a indignação já terá cessado. O que há de acontecer no último tempo desse período é justamente o que o anjo está prestes a revelar a Daniel.

VERSÍCULO 20. Aquele carneiro com dois chifres, que viste, são os reis da Média e da Pérsia; 21. mas o bode peludo é o rei da Grécia; o chifre grande entre os olhos é o primeiro rei; 22. o ter sido quebrado, levantando-se quatro em lugar dele, significa que quatro reinos se levantarão deste povo, mas não com força igual à que ele tinha.

Assim como os discípulos disseram ao Senhor, podemos afirmar acerca do anjo que falou a Daniel: “Agora é que falas claramente e não empregas nenhuma figura” (Jo 16:29). A explicação da visão é dada em linguagem que não poderia ser mais clara (ver os comentários sobre os versos 3-8). A característica distintiva do império persa, a união das duas nacionalidades que o formavam, é representada pelos dois chifres do carneiro. A Grécia alcançou sua mais elevada glória como unidade sob a liderança de Alexandre, o Grande, o general mais famoso que o mundo já viu. Essa parte da história é representada pela primeira fase do bode, durante a qual o chifre notável simboliza Alexandre, o Grande. Após sua morte, o reino se dividiu em fragmentos, mas se consolidou quase que de imediato em quatro grandes divisões, representadas pela segunda fase do bode, quando tinha quatro chifres que surgiram no lugar do primeiro, o qual se quebrou. Tais divisões não mantiveram o poder alcançado por Alexandre. Nenhuma delas conservou a força do reino original. Esses grandes marcos da história, que dão origem a volumes escritos por historiadores, foram-nos apresentados neste inteligente resumo pelo escritor inspirado com alguns riscos do lápis e uns poucos toques da pena.

VERSÍCULO 23. Mas, no fim do seu reinado, quando os prevaricadores acabarem, levantar-se-á um rei de feroz catadura e especialista em intrigas. 24. Grande é o seu poder, mas não por sua própria força; causará estupendas destruições, prosperará e fará o que lhe aprouver;

destruirá os poderosos e o povo santo. 25. Por sua astúcia nos seus empreendimentos, fará prosperar o engano, no seu coração se engrandecerá e destruirá a muitos que vivem despreocupadamente; levantar-se-á contra o Príncipe dos príncipes, mas será quebrado sem esforço de mãos humanas.

Este poder surge após as quatro divisões do reino do bode, já em sua fase final, isto é, próximo ao fim de sua carreira. Trata-se, é claro, do mesmo chifre pequeno do versículo 9 em diante. Se aplicado a Roma, conforme explicado nos comentários sobre o versículo 9, tudo ficará harmonioso e claro.

“Um rei, feroz de cara” (ARC). Moisés, ao prever a punição que sobreviria aos judeus pelas mãos do mesmo poder, o chama de “nação feroz de rosto” (Dt 28:49-50). Nenhum povo compararia em batalha em uma disposição bélica tão extraordinária quanto os romanos. “Especialista em intrigas”, ou “entendendo sentenças obscuras” (KJV). Moisés, no texto que acabamos de mencionar, diz: “cuja língua não entenderás”. Isso não poderia ser dito acerca dos babilônios, persas ou gregos em relação aos judeus, pois os idiomas aramaico e grego eram usados em maior ou menor escala na Palestina. Todavia, esse não era o caso do latim.

“Quando a rebelião dos ímpios tiver chegado ao máximo” (NVI). O tempo inteiro, a conexão entre o povo de Deus e seus opressores é levada em conta. Foi por causa das transgressões de Seu povo que eles foram entregues ao cativeiro. E a persistência no pecado ocasionou uma punição cada vez mais severa. Em nenhuma época os judeus foram mais corruptos, moralmente, como nação, do que na época em que passaram a ficar sob a jurisdição dos romanos.

“Grande é o seu poder, mas não por sua própria força”. O sucesso dos romanos se devia, em grande parte, ao auxílio de seus aliados e às divisões entre seus inimigos, da qual estavam sempre prontos a tirar vantagem.

“Causará estupendas destruições”. O Senhor disse aos judeus por intermédio do profeta Ezequiel que os entregaria a homens “mestres de destruição” (21:31). Que descrição mais significativa e aplicável aos romanos! Ao tomarem Jerusalém, eles mataram um milhão e cem mil judeus e fizeram noventa e sete mil cativos. Como destruíram de maneira estupenda esse povo poderoso e santo no passado!

E aquilo que não conseguiam realizar pela força, empreendiam por meio de artifícios. As bajulações, fraudes e a corrupção eram tão fatais quanto os estrondos da guerra. E Roma, por fim, na pessoa de um de seus governadores, levantou-se contra o Príncipe dos príncipes, dando a sentença de morte a Jesus Cristo. “Mas será quebrado sem esforço de mãos humanas”, expressão que identifica a destruição desse poder com o despedaçamento da estátua do capítulo 2.

VERSÍCULO 26. A visão da tarde e da manhã, que foi dita, é verdadeira; tu, porém, preserva a visão, porque se refere a dias ainda mui distantes. 27. Eu, Daniel, enfraqueci e estive enfermo alguns dias; então, me levantei e tratei dos negócios do rei. Espantava-me com a visão, e não havia quem a entendesse.

“A visão da tarde e da manhã” é a dos 2.300 dias. Ao deparar com o longo período de opressão e as calamidades que sobreviriam a seu povo, Daniel enfraqueceu e ficou doente por uns dias. Ficou perplexo com a visão, mas não a entendeu. Por que Gabriel não desempenhou seu dever dessa vez, dando a Daniel entendimento da visão? Porque Daniel havia recebido tudo que era capaz de suportar. Por isso, instruções adicionais foram adiadas para um momento futuro.

DANIEL 9 — AS SETENTA SEMANAS



VERSÍCULO 1. No primeiro ano de Dario, filho de Assuero, da linhagem dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus, 2. no primeiro ano do seu reinado, eu, Daniel, entendi, pelos livros, que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos.

A visão registrada no capítulo anterior foi concedida no terceiro ano de Belsazar, 538 a.C. No mesmo ano, que também foi o primeiro de Dario, ocorreram os eventos narrados neste capítulo. Consequentemente, menos de um ano se passou entre os dois capítulos. Embora Daniel fosse primeiro ministro do reino mais importante da face da Terra, sobrecarregado de preocupações e fardos, não permitiu que isso o privasse do privilégio de estudar as coisas superiores, isto é, os propósitos de Deus revelados por intermédio de Seus profetas. Ele entendeu pelos livros, ou seja, pelos escritos de Jeremias, que Deus deixaria Seu povo cativo por setenta anos. Essa predição se encontra em Jeremias 25:12 e 29:10. O conhecimento da profecia e o uso que dela foi feito mostra que Jeremias já era, desde aquela época, considerado um profeta inspirado por Deus. Caso contrário, seus escritos não teriam sido reunidos tão logo e copiados de forma tão ampla. Embora Daniel tenha sido contemporâneo dele por um tempo, tinha uma cópia de suas obras, a qual levou consigo para o cativeiro. E apesar de ele próprio ser um grande profeta, não estava dispensado de estudar cuidadosamente aquilo que Deus viesse a revelar a outros de Seus servos. Uma vez que os setenta anos começaram em 606 a.C., Daniel entendeu que eles estavam se aproximando do fim; e Deus havia até mesmo iniciado o cumprimento da profecia por meio da ruína do reino de Babilônia.

VERSÍCULO 3. Voltei o rosto ao Senhor Deus, para O buscar com oração e súplicas, com jejum, pano de saco e cinza.

Não somos liberados da responsabilidade de suplicar a Deus o cumprimento de Sua palavra somente porque Ele prometeu. Daniel poderia ter raciocinado da seguinte maneira: Deus prometeu libertar Seu povo ao fim dos setenta anos e cumprirá Seu propósito. Logo, não preciso me preocupar com isso. Não foi esse o pensamento de Daniel; em vez disso, com a aproximação do momento de se cumprir a palavra do Senhor, ele se voltou para buscá-Lo de todo o coração. E com que fervor se engajou nessa obra, fazendo jejum, com pano de saco e cinzas! É provável que ele tenha sido jogado na cova dos leões nesse ano. A oração que agora passa a ser registrada podia ser o pedido que tanto o incomodava e o levava a clamar perante o Senhor três vezes ao dia, a despeito da ímpia lei humana que ordenava o contrário.

VERSÍCULO 4. Orei ao Senhor, meu Deus, confessei e disse: ah! Senhor! Deus grande e temível, que guardas a aliança e a misericórdia para com os que Te amam e guardam os Teus mandamentos;

Encontramos aqui a introdução da bela prece de Daniel — uma oração que exprime tamanha humildade e contrição de coração que só alguém sem sentimentos conseguiria ler sem se emocionar. Ele começa reconhecendo a fidelidade de Deus. Deus nunca falha nos compromissos que faz com Seus seguidores. Os judeus estavam no cativeiro não por qualquer falha divina em defendê-los e exaltá-los, mas por causa dos próprios pecados.

VERSÍCULO 5. Temos pecado e cometido iniquidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, apartando-nos dos Teus mandamentos e dos Teus juízos; 6. e não demos ouvidos aos Teus servos, os profetas, que em Teu nome falaram aos nossos reis, nossos príncipes e nossos pais, como também a todo o povo da terra. 7. A Ti, ó Senhor, pertence a justiça, mas a nós, o corar de vergonha, como hoje se vê; aos homens de Judá, os moradores de Jerusalém, todo o Israel, quer os de perto, quer os de longe, em todas as terras por onde os tens lançado, por causa das suas transgressões que cometeram contra Ti. 8. Ó Senhor, a nós pertence o corar de vergonha, aos nossos reis, aos nossos príncipes e aos nossos pais, porque temos pecado contra Ti. 9. Ao Senhor, nosso Deus, pertence a misericórdia e o perdão, pois nos temos rebelado contra Ele 10. e não obedecemos à voz do Senhor, nosso Deus, para andarmos nas Suas leis, que nos deu por intermédio de Seus servos, os profetas. 11. Sim, todo o Israel transgrediu a Tua lei, desviando-se, para não obedecer à Tua voz; por isso, a maldição e as imprecações que estão escritas na Lei de Moisés, servo de Deus, se derramaram sobre nós, porque temos pecado contra Ti. 12. Ele confirmou a Sua palavra, que falou contra nós e contra os nossos juízes que nos julgavam, e fez vir sobre nós grande mal, porquanto nunca, debaixo de todo o Céu, aconteceu o que se deu em Jerusalém. 13. Como está escrito na Lei de Moisés, todo este mal nos sobreveio; apesar disso, não temos implorado o favor do Senhor, nosso Deus, para nos convertermos das nossas iniquidades e nos aplicarmos à Tua verdade. 14. Por isso, o Senhor cuidou em trazer sobre nós o mal e o fez vir sobre nós; pois justo é o Senhor, nosso Deus, em todas as Suas obras que faz, pois não obedecemos à Sua voz.

Até esse momento, a oração de Daniel tem o objetivo de fazer uma confissão completa e contrita do pecado. Ele defende totalmente o procedimento do Senhor, reconhecendo que os pecados eram a causa de todas as calamidades, assim como Deus havia admoestado mediante o profeta Moisés. E ele não faz distinção em relação a si próprio. Nenhum resquício de justiça própria transparece em sua súplica. Embora já houvesse sofrido por muito tempo por causa dos pecados de outros, suportando setenta anos de cativeiro pelos erros de seu povo, ao passo que ele levava uma vida de retidão e recebia claras honras e bênçãos do Senhor, não acusa uns em detrimento de outros, não clama por simpatia para si por ser vítima dos erros alheios, mas se classifica junto com o restante e diz: “Nós pecamos e a nós pertence o corar de vergonha”. E reconhece que

eles não haviam dado ouvidos às lições que Deus planejava lhes ensinar por intermédio de suas aflições, voltando-se novamente para o Senhor.

Uma expressão do versículo 14 merece destaque especial: “Por isso, o SENHOR cuidou em trazer sobre nós o mal [vigiou o mal, KJV] e o fez vir sobre nós”. Quando a sentença contra uma obra vil não é executada de imediato, o coração dos seres humanos se concentra ainda mais em fazer o mal. Mas ninguém deve pensar que o Senhor não vê, ou que Se esqueceu. Sua retribuição, anunciada com antecedência ao transgressor, o alcançará sem desvio, nem falha. Ele vigia o mal e, no momento que acha apropriado, faz justiça.

VERSÍCULO 15. Na verdade, ó Senhor, nosso Deus, que tiraste o Teu povo da terra do Egito com mão poderosa, e a Ti mesmo adquiriste renome, como hoje se vê, temos pecado e procedido perversamente. 16. Ó Senhor, segundo todas as Tuas justiças, aparte-se a Tua ira e o Teu furor da Tua cidade de Jerusalém, do Teu santo monte, porquanto, por causa dos nossos pecados e por causa das iniquidades de nossos pais, se tornaram Jerusalém e o Teu povo opróbrio para todos os que estão em redor de nós. 17. Agora, pois, ó Deus nosso, ouve a oração do Teu servo e as suas súplicas e sobre o Teu santuário assolado faze resplandecer o rosto, por amor do Senhor. 18. Inclina, ó Deus meu, os ouvidos e ouve; abre os olhos e olha para a nossa desolação e para a cidade que é chamada pelo Teu nome, porque não lançamos as nossas súplicas perante a Tua face fiados em nossas justiças, mas em Tuas muitas misericórdias. 19. Ó Senhor, ouve; ó Senhor, perdoa; ó Senhor, atende-nos e age; não Te retardes, por amor de Ti mesmo, ó Deus meu; porque a Tua cidade e o Teu povo são chamados pelo Teu nome.

O profeta agora cita a honra do nome do Senhor como motivo para desejar que seu pedido seja atendido. Ele se refere à libertação do Egito e à grande fama que o nome do Senhor recebeu por todas as obras maravilhosas que manifestou entre eles. Tudo isso se perderia, caso Deus agora os abandonasse e os deixasse perecer. Moisés usou o mesmo argumento ao rogar por Israel (Nm 14). Não que Deus seja movido à ação por ambição e vanglória; mas quando Seu povo demonstra zelo pela honra de Seu nome, quando evidencia amor por Ele suplicando que Ele opere, não para benefício do suplicante, mas para a glória do Senhor, a fim de que Seu nome não seja envergonhado e blasfemado em meio aos pagãos, isso Lhe é aceitável. Daniel intercede então pela cidade de Jerusalém, chamada pelo nome de Deus e Seu santo monte, a qual ele tanto amava, e suplica pela misericórdia divina, para que Sua ira fosse retirada. Por fim, sua mente se volta para o santo templo, a morada do próprio Deus nesta Terra, e roga para que suas desolações fossem reparadas.

Daniel entendia que os setenta anos de cativeiro estavam perto do fim. Com base em sua alusão ao santuário, fica claro que, até então, ele não havia compreendido corretamente a importante visão que lhe fora dada no capítulo 8, por supor que os 2.300 dias, ao fim dos quais o santuário seria purificado, terminariam na mesma época. Essa incompreensão foi corrigida de imediato, quando o anjo veio lhe dar mais instruções em resposta a sua prece, narradas em seguida.

VERSÍCULO 20. Falava eu ainda, e orava, e confessava o meu pecado e o pecado do meu povo de Israel, e lançava a minha súplica perante a face do Senhor, meu Deus, pelo monte santo do meu Deus. 21. Falava eu, digo, falava ainda na oração, quando o homem Gabriel, que eu tinha observado na minha visão ao princípio, veio rapidamente, voando, e me tocou à hora do sacrifício da tarde.

Encontramos aqui o resultado da súplica de Daniel. De repente, ele é interrompido por um mensageiro celestial. O anjo Gabriel, aparecendo novamente assim como antes, na forma de um ser humano, a quem Daniel havia contemplado em visão no início, o tocou. Uma pergunta muito importante precisa ser respondida nesse momento. Deve-se definir se a visão do capítulo 8 foi em algum momento explicada e se ela é passível de ser compreendida. A indagação é: a qual visão Daniel se refere ao usar a expressão “na minha visão ao princípio”? Todos concordam que se trata de uma visão da qual temos registro anterior e, nessa visão, precisamos encontrar alguma menção a Gabriel. Devemos ir além do capítulo 9, pois tudo que temos neste capítulo antes do surgimento de Gabriel é o registro da oração de Daniel. Olhando os textos dos capítulos anteriores, encontramos o relato de apenas três visões concedidas a Daniel: 1) a interpretação do sonho de Nabucodonosor foi dada em uma visão noturna (Dn 2:19). Mas não há registro de nenhum agente angélico envolvido na questão; 2) a visão do capítulo 7. Ela foi explicada a Daniel por “um dos que estavam perto”, provavelmente um anjo; mas não temos nenhuma informação sobre qual anjo, nem há nada nessa visão que necessite de explicação adicional; 3) a visão do capítulo 8. Aqui encontramos alguns detalhes que revelam que é a essa visão que ele se refere: 1. Gabriel é chamado pelo nome ali pela primeira vez no livro e pela única vez antes desta ocasião. 2. Ele recebeu a ordem de fazer Daniel entender a visão. 3. Daniel, na conclusão, diz que não havia compreendido, mostrando que Gabriel, ao fim do capítulo 8, não havia cumprido sua missão. Não existe nenhum outro lugar da Bíblia em que essa instrução seja colocada em prática, senão no capítulo 9. Assim, se a visão do capítulo 8 não for a mencionada aqui, não teríamos o relato de que Gabriel tenha cumprido as instruções que lhe foram dadas, ou que a visão tenha sido explicada. 4. As explicações que o anjo dá agora a Daniel, conforme veremos nos versículos seguintes, completam exatamente aquilo que ficara faltando no capítulo 8. Tais considerações provam, sem sombra de dúvida, a conexão entre Daniel 8 e 9; e tal conclusão será fortalecida ainda mais ao analisarmos as instruções do anjo.

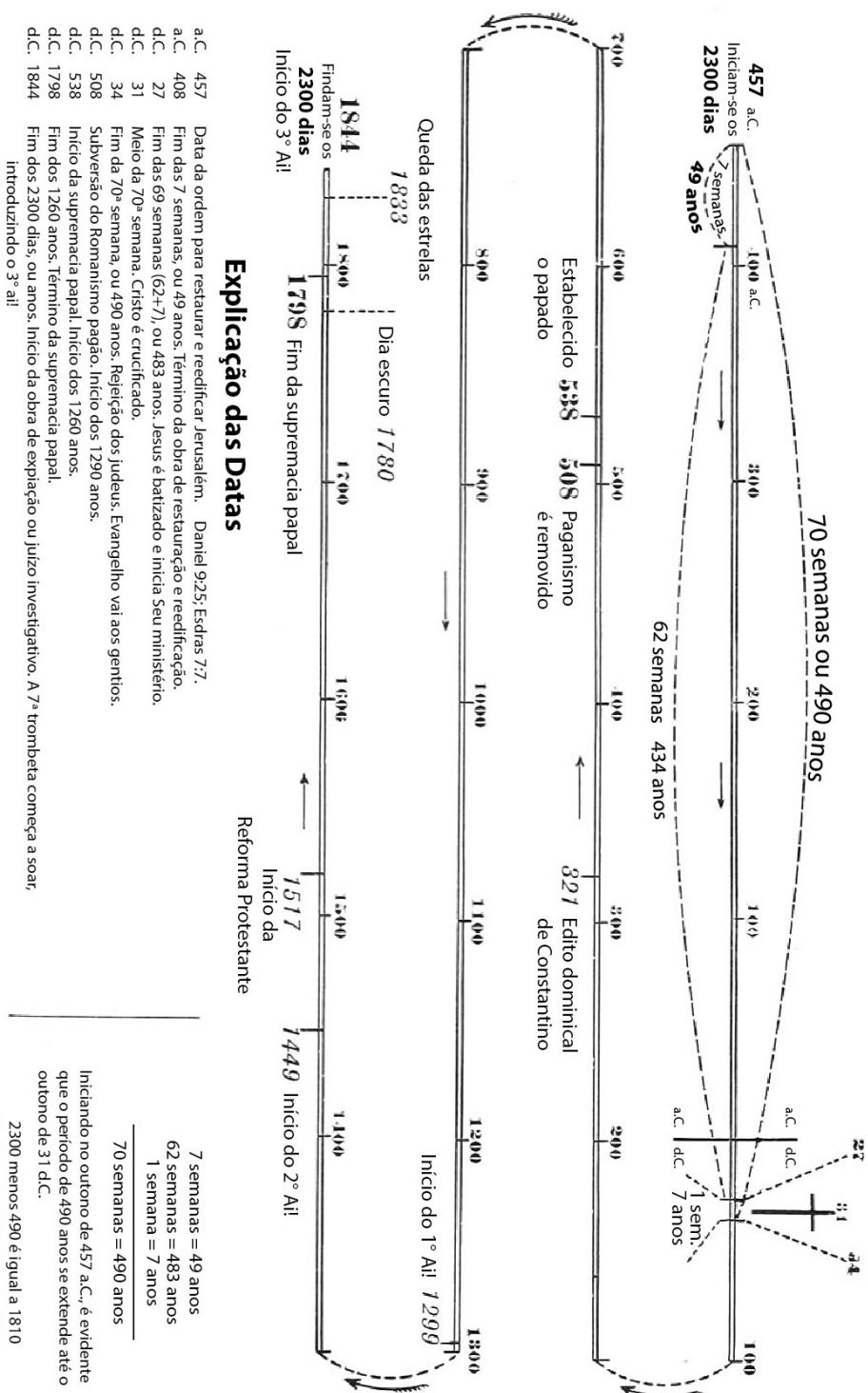
VERSÍCULO 22. Ele queria instruir-me, falou comigo e disse: Daniel, agora, saí para fazer-te entender o sentido. 23. No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim, para to declarar, porque és mui amado; considera, pois, a coisa e entende a visão.

O modo de Gabriel se apresentar nesta ocasião mostra que ele viera para completar uma missão não terminada. Isso nada mais pode ser do que cumprir a instrução de fazê-lo entender a visão, conforme registrado no capítulo 8. “Saí para fazer-te entender o sentido”. Como Gabriel ainda tinha a ordem de fazer Daniel entender, tendo já explicado ao profeta no capítulo 8 tudo o

que este era capaz de suportar na ocasião, ficando, mesmo assim, sem entender a visão, o anjo volta para retomar sua obra e completar a missão. Assim que Daniel começou sua súplica fervorosa, a ordem chegou, isto é, Gabriel recebeu a instrução de visitar Daniel e lhe transmitir a informação solicitada. Com base no tempo que leva para ler a oração de Daniel até o instante em que Gabriel aparece, o leitor pode julgar a velocidade com que o mensageiro foi despachado da corte celeste até esse servo de Deus. Não é de se espantar que Daniel tenha dito que Gabriel foi voando rapidamente e que Ezequiel compare os movimentos desses seres celestiais ao clarão de um relâmpago (Ez 1:14). “Considera, pois, a coisa”, disse ele a Daniel. Qual coisa? Aquela que, evidentemente, ele não havia entendido antes, conforme declarado no último versículo do capítulo 8. “Entende a visão”. Que visão? Não a interpretação da estátua de Nabucodonosor, nem a visão do capítulo 7, pois não havia dificuldade com nenhuma dessas, mas, sim, a visão do capítulo 8, a qual enchera sua mente de dúvidas e perplexidade. “Vim, para to declarar”, disse também o anjo. Declarar o quê? Sem dúvida, algo em referência às ideias erradas que Daniel vinha tendo e, ao mesmo tempo, referente a sua oração, uma vez que fora ela que convocara Gabriel em missão desta vez.

Mas Daniel não teve dificuldades para compreender o que o anjo lhe falara acerca do carneiro, do bode e do chifre pequeno, os reinos da Medo-Pérsia, da Grécia e de Roma. Tampouco estava equivocado acerca do fim dos setenta anos de cativo. Mas o peso de sua súplica dizia respeito ao reparo das desolações do santuário, que se encontrava em ruínas. Sem dúvida, ele havia chegado à conclusão de que, quando chegasse o fim dos setenta anos de cativo, ocorreria o cumprimento daquilo que o anjo dissera acerca da purificação do santuário ao fim das 2.300 tardes e manhãs. Agora ele precisava ser esclarecido. Isso explica por que, nesse momento específico, tão pouco depois da visão anterior, Daniel recebeu instruções. Os setenta anos de cativo estavam chegando ao fim, e o profeta estava aplicando à questão errada as instruções que recebera previamente do anjo. Daniel tinha em mente uma compreensão equivocada e estava agindo com base nela. Por isso, não deveria permanecer mais ignorante acerca do verdadeiro significado da visão anterior. “Eu vim, para to declarar”, “considera, pois, a coisa” e “entende a visão”. Essas foram as palavras usadas por aquele que Daniel contemplara na última visão, a quem ouvira receber a ordem “Dá a entender a este a visão” e o qual não cumprira a instrução. Mas agora ele aparece e declara: “Saí para fazer-te entender o sentido”. De que modo a mente de Daniel poderia ser conduzida de volta à visão do capítulo 8 com maior ênfase; e como a conexão entre as duas visitas do anjo poderia ser revelada com maior distinção do que por meio dessas palavras, nesta ocasião e por este interlocutor? As considerações apresentadas são suficientes para demonstrar de maneira conclusiva a relação entre os capítulos 8 e 9; mas essa questão se tornará ainda mais evidente nos versículos seguintes.

Antes de deixarmos o versículo 23, há uma expressão que merece ser notada. É a declaração do anjo a Daniel: “porque és mui amado”. O anjo trouxe essa mensagem diretamente das cortes celestes. Ela expressa o sentimento que ali havia em relação a Daniel. Pense nos seres celestiais, os mais elevados do universo — o Pai, o Filho, os santos anjos —, nutrindo tal consideração e estima



por um homem mortal aqui na Terra, a ponto de autorizar um anjo a levar a mensagem de que ele era mui amado! Essa é uma das mais altas glórias que os mortais podem obter. Abraão alcançou outra, quando foi dito a seu respeito que era “amigo de Deus”; e Enoque outra ainda, quando se afirmou a seu respeito que ele “andava com Deus”. Podemos nós chegar a tais realizações? Deus não faz acepção de pessoas, mas faz acepção de caráter. Se em virtude e espiritualidade nos iguálássemos a esses homens proeminentes, poderíamos mover o amor divino na mesma proporção. Nós também podemos ser mui amados, amigos de Deus e andar com Ele. E precisamos ser em nossa geração o que eles foram na geração em que viveram. Existe uma imagem usada em referência à última igreja que denota a mais íntima união com Deus: “Se alguém ouvir a Minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo” (Ap 3:20). Cear com o Senhor denota uma intimidade equivalente a ser mui amado por Ele, andar com Ele e ser Seu amigo. Que posição mais desejável! Ai de nós por todos os males de nossa natureza que nos excluem de tal comunhão! Oh, que a graça nos ajude a vencê-los, para que possamos desfrutar essa união espiritual aqui e finalmente entrar na glória de Sua presença na ceia das bodas do Cordeiro!

VERSÍCULO 24. Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo e sobre a tua santa cidade, para fazer cessar a transgressão, para dar fim aos pecados, para expiar a iniquidade, para trazer a justiça eterna, para selar a visão e a profecia e para ungir o Santo dos Santos.

Essas foram as primeiras palavras que o anjo pronunciou para Daniel ao lhe transmitir a instrução que viera lhe dar. Por que ele introduz um período de tempo de maneira tão abrupta? Mais uma vez, precisamos recorrer à visão do capítulo 8. Vimos que Daniel, ao fim desse capítulo, disse que não havia entendido a visão. Algumas partes dela haviam sido explicadas com toda clareza naquela ocasião. Portanto, ele não teria deixado de compreender tais partes. Indagamos então o que Daniel não teria entendido, ou, em outras palavras, qual parte da visão ficou sem explicação. Naquela visão, quatro elementos proeminentes recebem destaque: 1) o carneiro; 2) o bode; 3) o chifre pequeno; 4) o período de 2.300 tardes e manhã. Os símbolos do carneiro, bode e chifre pequeno foram explicados. Contudo, nada se disse acerca do tempo. Portanto, esse deve ser o ponto que Daniel não entendeu. E como, sem ele, as outras partes da visão de nada serviam, ele podia muito bem dizer que, enquanto a aplicação desse período permanecesse na obscuridade, não havia compreendido a visão.

Caso esse ponto de vista esteja correto, é natural esperarmos que, ao concluir a explicação da visão, o anjo tenha começado justamente com o ponto que havia omitido, a saber, o tempo. E descobrimos que, de fato, isso é verdade. Depois de dirigir a atenção de Daniel de volta à visão anterior da maneira mais direta e enfática possível, garantindo-lhe que agora viera para lhe dar entendimento nessa questão, começa justamente com o ponto que fora omitido, dizendo: “Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo e sobre a tua santa cidade”.

Mas como essas palavras revelam qualquer ligação com as 2.300 tardes e manhãs, ou lançam qualquer luz sobre o período? Respondemos: elas não podem inteligivelmente se referir a

nenhuma outra coisa; pois o termo traduzido aqui por *determinadas* significa “cortadas”; e não há nenhum outro período do qual se podem cortar setenta semanas além dos 2.300 dias da visão anterior. Como é direta e natural a conexão! A atenção de Daniel se concentra nas 2.300 tardes e manhãs, que ele não havia compreendido, quando o anjo o direciona à visão anterior, dizendo: “Setenta semanas estão cortadas”. Cortadas do quê? Dos 2.300 dias, é claro.

É possível que peçam provas de que a palavra traduzida por *determinadas* realmente signifique cortadas. Muitas podem ser apresentadas. A palavra hebraica assim traduzida é נִהְתָּק, *nehhtak*. Gesenius, em seu *Hebrew Lexicon*, a define da seguinte maneira: “Literalmente, cortar; em sentido figurado, dividir; e assim determinar, decretar”. No *Chaldeo-Rabbinic Dictionary* [Dicionário Caldaico-Rabínico] de Stockius, o termo *nehhtak* recebe esta definição: “Scidit, abscondit, conscidit, inscidit, excidit — cortar, cortar fora, cortar em pedaços, entalhar, separar”. Mercerus, em seu *Thesaurus* [dicionário de sinônimos], apresenta um exemplo de uso rabínico da palavra na frase *hhatikah shel basar*, “um pedaço de carne” ou “um corte de carne”. Ele traduz a palavra, assim como aparece em Daniel 9:24, por “praecisa est”, ou seja, é cortado. Na versão literal de Arias Montanus, a tradução é “decisa est”: é cortado. Na leitura encontrada na margem, a qual é gramaticalmente correta, traduz-se no plural, “decisae sunt”, *são cortadas*. Na versão em latim de Junius e Tremellius, *nehhtak* (a forma passiva de *hhathak*) é traduzido por “decisae sunt”, *são cortadas*. Mais uma vez, na versão grega de Daniel feita por Teodócio (a versão usada na cópia da Septuaginta do Vaticano, por ser considerada a mais fiel), é traduzida por συνετμήθησαν (*sunetmethesan*), *foram cortadas*; e na cópia veneziana por τέτμηνται (*tetmentai*), *foram cortadas*. A ideia de *cortar fora* é preservada na Vulgata, na qual a expressão é “abbreviatae sunt”, *são encurtadas*. Atente o leitor para o testemunho de outra fonte:

“Assim, as autoridades caldeias e rabínicas, bem como as versões mais antigas, a Septuaginta e a Vulgata, dão o significado único de *cortar fora* a esse verbo. [...] Hengstenberg, que faz uma análise crítica do texto original, diz: ‘Mas o próprio uso da palavra, que não ocorre em nenhum outro lugar, embora outras usadas com muito maior frequência estivessem à disposição, caso Daniel desejasse exprimir a ideia de determinação, como o faz em outras passagens, tendo até se servido delas nesse trecho, parece favorecer o argumento de que o termo indica, levando em conta seu sentido original, um período cortado de um intervalo subsequente, e delimitado com precisão, ou seja, as setenta semanas — uma interpretação oposta à de que o termo significa uma determinação de tempo (en platei)’” (*Christology of the Old Testament* [*Cristologia do Antigo Testamento*], vol. 2, p. 301. Washington, 1839).

Por que então, pode-se perguntar, nossos tradutores verteram a palavra por *determinadas*, sendo tão óbvio que significa *cortadas*? A resposta é: sem dúvida, eles não perceberam a conexão entre os capítulos 8 e 9, considerando inapropriado traduzir por *cortadas*, não havendo nada de que cortar fora as setenta semanas. Por isso, atribuíram à palavra seu sentido figurado, em vez do

literal. Conforme vimos, porém, a construção frasal, o contexto e a conexão exigem o significado literal e tornam qualquer outro inadmissível.

Setenta semanas, então, ou 490 dias dos 2.300, foram cortadas ou atribuídas a Jerusalém e aos judeus. Os acontecimentos que se consumariam dentro desse período são brevemente declarados. A transgressão cessaria, isto é, o povo judeu encheria a taça de sua iniquidade, e isso o fizeram mediante a rejeição e crucifixão de Cristo. Dar-se-ia fim aos pecados ou às ofertas pelo pecado. Isso ocorreu quando o grande sacrifício foi feito no Calvário. A iniquidade seria expiada. Isso aconteceu por meio da morte do Filho de Deus em sacrifício. A justiça eterna seria trazida, a justiça que nosso Senhor manifestou em Sua vida sem pecado. A visão e a profecia seriam seladas, ou garantidas. Por meio dos eventos atribuídos às setenta semanas, pode-se testar a profecia. Por meio deles, a aplicação da visão inteira é determinada. Se os acontecimentos dessa época se cumpriram com precisão, então a profecia é de Deus e todo o restante se cumprirá. E se essas setenta semanas se cumpriram na forma de semanas de anos, então os 2.300 dias, dos quais elas fazem parte, também correspondem a anos. Dessa maneira, os eventos das setenta semanas fornecem uma chave para toda a visão. E o “Santo dos Santos” seria ungido; o Santo dos Santos do santuário celestial. Na análise do santuário, em Daniel 8:14, vimos que chegou o momento em que o santuário terrestre cedeu espaço para o celestial, e a ministração sacerdotal foi transferida para lá. Antes do início do serviço no santuário, este e todos os seus utensílios sagrados deveriam ser ungidos (Êx 40:9-10). Logo, o último acontecimento das setenta semanas aqui destacado é a unção do tabernáculo celestial, ou o início da ministração ali. Essa primeira divisão das 2.300 tardes e manhãs nos leva ao início do serviço no primeiro compartimento do santuário celestial, assim como o período inteiro nos leva ao início do serviço no segundo compartimento, ou o lugar santíssimo, desse santuário.

Considera-se agora conclusivo o argumento de que o nono capítulo de Daniel explica o oitavo e que as setenta semanas fazem parte das 2.300 tardes e manhãs. Com algumas citações dos escritos de outros autores, concluiremos este ponto.

Em 1844, o *Advent Shield* [Escudo adventista] disse:

“Chamamos atenção para um fato que mostra a existência de uma ‘conexão’ indispensável entre as setenta semanas do capítulo 9 e algo mais que o precede ou sucede, chamado de ‘a visão’. Encontra-se no versículo 24: ‘Setenta semanas estão determinadas [estão cortadas] sobre o teu povo [...] para selar a visão’, etc. Há dois significados para a palavra ‘selar’. Em primeiro lugar, ‘tornar secreto’ e, em segundo, ‘tornar certo, garantir’. Não nos preocupamos agora com qual dos dois sentidos foi usado. Não é esse o ponto mais importante a nossa frente. Qualquer um que seja o significado, o termo revela que a predição das setenta semanas necessariamente está ligada a algo além de si, chamado de ‘a visão’, em conexão com a qual desempenha essa obra de ‘selar’. Dizer que ela selou a si própria é tão absurdo quanto supor que Josefo tinha tanto medo dos romanos que deixou de contar ao mundo que pensava que o quarto reino de Daniel era ‘o reino dos gregos’. Tampouco é apropriado alegar que o

nono capítulo de Daniel é completo em si mesmo. Seria tão adequado quanto afirmar que um mapa feito para mostrar a relação de Massachusetts com os Estados Unidos não diz respeito a nada além de Massachusetts. Não é mais completo em si mesmo do que um título de dívida dado como garantia do recebimento de um papel-moeda ou de outro documento que ele cauciona. E duvidamos de que um garoto de 14 anos de capacidade comum não consiga, ao ler o nono capítulo, com a compreensão da frase que se encontra diante de nós, reconhecer que ela se refere a algo além de si, chamado de a visão. Não há dificuldade em se determinar que visão era essa. É natural e óbvio que se refere à visão que não fora plenamente explicada a Daniel, e para a qual Gabriel chama sua atenção no versículo anterior — *a visão do oitavo capítulo*. Daniel nos conta que Gabriel recebeu a ordem de fazê-lo entender aquela visão (8:16). Isso não fora feito em sua totalidade na conversa ligada à visão; por isso, ele foi enviado para fazer Daniel ‘entender o sentido’, ou seja, explicar o significado ao lhe comunicar a predição das setenta semanas.”

“Defendemos que o nono capítulo de Daniel é um anexo do oitavo e que as setenta semanas e os 2.300 dias, ou anos, começam juntos. *Nossos oponentes negam isso*” (*Signs of the Times*, 1843).

“O grande princípio envolvido na interpretação das 2.300 tardes e manhãs de Daniel 8:14 é que as setenta semanas de Daniel 9:24 são os primeiros 490 dias dos 2.300 do oitavo capítulo” (*Advent Shield*, p. 49).

“Se a conexão entre as setenta semanas de Daniel 9 e os 2.300 dias de Daniel 8 não existisse, todo o sistema seria abalado até os alicerces; caso exista, como supomos, *o sistema permanece de pé*” (*Harmony of the Prophetic Chronology* [Harmonia da Cronologia Profética], p. 33).

O erudito Dr. Hales, ao comentar sobre as setenta semanas, afirma: “Essa profecia cronológica tinha o propósito evidente de explicar a visão anterior, sobretudo na parte cronológica das 2.300 tardes e manhãs” (*Chronology* [Cronologia], vol. 2, p. 517).

VERSÍCULO 25. Sabe e entende: desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém, até ao Ungido, ao Príncipe, sete semanas e sessenta e duas semanas; as praças e as circunvalações se reedificarão, mas em tempos angustiosos. 26. Depois das sessenta e duas semanas, será morto o Ungido e já não estará; e o povo de um príncipe que há de vir destruirá a cidade e o santuário, e o seu fim será num dilúvio, e até ao fim haverá guerra; desolações são determinadas. 27. Ele fará firme aliança com muitos, por uma semana; na metade da semana, fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares; sobre a asa das abominações virá o assolador, até que a destruição, que está determinada, se derrame sobre ele.

Agora o anjo conta a Daniel qual é o evento que marcaria o início das setenta semanas. Elas datariam desde a emissão da ordem para restaurar e reconstruir Jerusalém. É mencionado não só o acontecimento que determinou o momento de início desse período, mas também os eventos que ocorreriam em seu encerramento. Assim se provê um duplo teste para comprovar a aplicação dessa profecia. Mais do que isso, porém, o período de setenta semanas é dividido em três gran-

des etapas, e uma delas é dividida mais uma vez; eventos intermediários são apresentados para marcar o término de cada uma dessas fases. Se conseguirmos encontrar uma data que harmonize com todos esses eventos, teremos, sem sombra de dúvida, a verdadeira aplicação; pois somente o correto seria capaz de corresponder a tantas condições e cumpri-las. Deixemos o leitor assimilar os pontos de harmonia que precisam ser encontrados, a fim de se preparar melhor para se precaver contra uma falsa aplicação. Primeiro, devemos encontrar, no início do período, uma ordem emitida para restaurar e reconstruir Jerusalém. Foram atribuídas sete semanas para essa obra de restauração. Quando chegamos ao fim dessa primeira etapa, sete semanas a partir do início, devemos encontrar, em segundo lugar, Jerusalém restaurada em seu aspecto material, com a obra de construção das ruas e dos muros completamente concluída. A partir desse ponto, mensuram-se sessenta e duas semanas. Quando chegamos ao término dessa etapa, sessenta e nove semanas desde o princípio, precisamos ver, em terceiro lugar, a manifestação do Messias, o Príncipe, ao mundo. Mais uma semana nos é dada, completando as setenta. Em quarto lugar, no meio dessa semana, o Messias deve ser morto, fazendo cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Quinto, quando chega a última semana desse período destinado aos judeus, o tempo em que expiraria seu prazo como o povo especial de Deus, esperamos, naturalmente, ver a bênção e a obra de Deus sendo levadas a outros povos.

Estamos agora em busca de uma data inicial que harmonize com todos esses detalhes. A ordem acerca de Jerusalém deveria incluir mais do que a mera construção. Era necessário haver restauração; por esse processo, devemos entender todas as formas e regras da sociedade civil, política e jurídica. Quando é que tal ordem foi promulgada? Na época em que essas palavras foram proferidas a Daniel, Jerusalém se encontrava em total desolação e assim permaneceu por setenta anos. A restauração futura deveria ser sua restauração dessa desolação. Indagamos então: quando e como Jerusalém foi restaurada após os setenta anos de cativo?

Apenas quatro eventos podem ser entendidos como resposta à ordem de restaurar e construir Jerusalém. São eles: 1) o decreto de Ciro para a reconstrução da casa de Deus em 536 a.C. (Ed 1:1-4); 2) o decreto de Dario, em 519 a.C, para o prosseguimento da obra, que fora impedida (Ed 6:1-12); 3) o decreto de Artaxerxes a Esdras em 457 a.C. (Ed 7); e 4) a comissão do mesmo rei a Neemias no vigésimo ano do seu reinado, 444 a.C. (Ne 2).

Começando a datar a partir dos dois primeiros decretos, as setenta semanas, sendo semanas de anos,¹ 490 anos no total, terminariam muitos anos antes de chegar à era cristã; além disso, tais

¹ A explicação desses períodos proféticos se baseia naquilo que se chama “princípio dia-ano”, isto é, tornar cada dia correspondente a um ano, de acordo com a regra bíblica de aplicação do tempo simbólico (Ez4:6; Nm 14:34). A natureza e o escopo da profecia tornam evidente que as visões de Daniel 8 e 9 são simbólicas. A pergunta que exigia respostas, nesse ponto da profecia, era “Até quando durará a visão?”. A visão, se calculada desde 538 a.C. até o tempo presente, abrange um período de mais de 2.400 anos no total. Mas se as 2.300 tardes e manhãs da visão forem dias literais, contaríamos com o período de pouco mais de seis anos e meio para a duração dos reinos e a realização de todos os grandes eventos destacados, o que seria absurdo! O princípio dia-ano encontra, entre seus adeptos, nomes como Agostinho, Ticônio, Primásio, Andreas, o venerável Beda, Ambrósio, Ansbertus, Berengaud e Bruno Astensis, além dos principais estudiosos modernos (ver Elliott, *Horae Apocalypticae*, vol. 3, p. 241; e *The Sanctuary and its Cleansing* [O Santuário e sua Purificação], p. 45-52). Mais conclusivo, porém, do que tudo isso é o fato de que

decretos se referiam principalmente à restauração do templo e da adoração dos judeus no santuário, não à restauração de sua condição civil e sistema político, elementos que também estão incluídos na expressão “para restaurar e para edificar Jerusalém”.

Eles foram o início da obra. Foram preliminares para o que seria realizado depois. Em si mesmos, porém, eram insuficientes, tanto em data quanto em natureza, para cumprir os requisitos da profecia. Por falharem em todos os aspectos, não podem ser trazidos para a controvérsia como se marcassem o ponto de início da delimitação das setenta semanas. A única pergunta agora diz respeito a qual dos dois decretos desempenharia essa função, se o concedido a Esdras ou a Neemias.

Em suma, os fatos entre os quais precisamos decidir são estes: em 457 a.C., o imperador persa Artaxerxes Longímans concedeu um decreto a Esdras para subir a Jerusalém com o maior número possível de pessoas de seu povo que sentissem o desejo de ir com ele. Junto com a missão, recebeu uma porção ilimitada do tesouro a fim de embelezar a casa de Deus, permissão para conseguir ofertas para o serviço do templo e realizar tudo o mais que lhe parecesse apropriado. Ele tinha poder para promulgar leis, nomear magistrados e juizes, bem como executar sentenças, até mesmo de morte; em outras palavras, recebeu poder para restaurar o estado judaico, civil e eclesiástico, segundo a lei de Deus e os antigos costumes desse povo. A inspiração achou por bem preservar esse decreto; e é possível encontrar uma cópia completa e precisa no sétimo capítulo do livro de Esdras. No original, esse decreto não vem escrito em hebraico, como o restante do livro de Esdras, mas em caldeu (ou aramaico oriental), o idioma usado na época em Babilônia. Assim sendo, temos acesso ao documento original que autorizou Esdras a restaurar e edificar Jerusalém.

Treze anos depois disso, no vigésimo ano do mesmo rei, 444 a.C., Neemias pediu e recebeu permissão para subir a Jerusalém (Nm 2). A autorização foi concedida, mas não temos evidências de que tenha acontecido algum registro além da permissão verbal. Dizia respeito a ele em particular, sem nada aludir a outros que fossem em sua companhia. O rei perguntou quanto tempo desejava demorar na viagem e quando ele retornaria. Recebeu cartas para levar aos governadores de além do rio, a fim de ajudá-lo no caminho até a Judeia, e uma ordem ao responsável pelas florestas do rei de que lhe fornecesse madeira para tábuas, etc. Quando chegou a Jerusalém, encontrou governantes, sacerdotes, nobres e cidadãos já engajados na obra de edificar Jerusalém (Nm 2:16). Eles estavam, é claro, agindo com base no decreto concedido a Esdras 13 anos antes. Por fim, Neemias, após chegar a Jerusalém, concluiu a obra que fora realizar em 52 dias (Nm 6:15).

Qual dessas comissões, a concedida a Esdras ou a Neemias, corresponde ao decreto para a restauração de Jerusalém, a partir do qual as setenta semanas devem ser datadas? Parece difícil haver qualquer dúvida a esse respeito.

1. A concessão feita a Neemias não pode ser chamada de decreto. Os decretos persas deviam ser colocados no papel e assinados pelo rei (Dn 6:8). Esdras recebeu um documento desse tipo, mas

as profecias realmente se cumpriram usando esse princípio, uma comprovação de sua correção, a qual não se pode contestar. Isso se confirma ao longo de todas as setenta semanas da profecia, além de todos os períodos proféticos de Daniel 7 e 12, bem como de Apocalipse 9, 12 e 13.

Neemias não. Sua comissão foi apenas verbal. Caso se diga que as cartas que ele recebeu constituíram o decreto, então este não foi emitido a Neemias, mas, sim, aos governadores de além do rio. Além disso, seria uma série de decretos, não um decreto apenas, conforme contemplado pela profecia.

2. O motivo que levou Neemias a pedir permissão ao rei para subir a Jerusalém foi o relato de alguns que retornaram de lá e contaram que as pessoas na província estavam sofrendo grande aflição e vergonha. Além disso, os muros de Jerusalém estavam quebrados e as portas da cidade haviam sido queimadas (Nm 1). Quem havia trabalhado na construção dos muros e das portas que estavam quebrados e incendiados? Sem dúvida, tratava-se da obra de Esdras e seus companheiros. Não dá para supor, nem por um instante, que a destruição completa da cidade por Nabucodonosor, ocorrida 144 anos antes, tenha sido relatada a Neemias como se fosse novidade, nem que ele a teria considerado, como o fez, uma desgraça recente, que despertava uma nova expressão de pesar. Logo, um decreto autorizando a construção desses elementos já havia sido emitido antes da concessão do pedido de Neemias; e a tentativa de realizar a obra se tornara fonte de perturbação, que Neemias desejava remediar.

3. Caso alguém argumente que a comissão concedida a Neemias deveria ser um decreto, já que ele havia pedido para *edificar* a cidade, basta responder, conforme demonstrado acima, que os muros e as portas já haviam sido construídos antes de sua ida. Além disso, a obra de construção que ele foi realizar terminou em 52 dias, ao passo que a profecia destina sete semanas, ou 49 anos, para a reconstrução da cidade.

4. Nada foi concedido a Neemias que já não estivesse incluído no decreto a Esdras, ao passo que este possuía toda a forma e todas as condições de um decreto, sendo bem mais abrangente em suas cláusulas.

5. A oração de Esdras, segundo o registro do capítulo 9:9 de seu livro, deixa claro que ele se considerava plenamente investido de poder para dar prosseguimento à construção da cidade e do muro. Além disso, fica evidente que ele também compreendia que as profecias condicionais acerca de seu povo se cumpriram naquela ocasião, com base nas palavras finais dessa mesma oração, na qual indaga: “tornaremos a violar os Teus mandamentos e a aparentar-nos com os povos destas abominações? Não Te indignarias Tu, assim, contra nós, até de todo nos consumires, até não haver restante nem alguém que escapasse?” (v. 14).

6. Começando a contagem a partir da comissão dada a Neemias, em 444 a.C., todas as datas ficam em total desarranjo; pois, a partir de então, o período turbulento que acompanharia a reconstrução das ruas e do muro não duraria sete semanas, ou 49 anos. Contando a partir dessa data, as 69 semanas, ou 483 anos, que se estendem até o Messias, o Príncipe, nos levam até 40 d.C.; mas Jesus foi batizado por João no Jordão, e a voz do Pai se ouviu do Céu declarando-O Seu Filho em 27 d.C., 13 anos antes. De acordo com esse cálculo, a metade da última semana, a septuagésima, marcada pela crucifixão, é datada do ano 44 d.C., mas a crucifixão ocorreu em 31 d.C., 13 anos antes. Por fim, as setenta semanas, ou 490 anos, iniciando a partir do vigésimo ano do reinado de Artaxerxes, se estendem até 47 d.C., sem absolutamente nada para marcar seu fim.

Assim, se esse for o ano e a concessão ao pedido de Neemias for o evento a partir do qual contabilizar, a profecia deve ser considerada um fracasso. A verdade, porém, é que os fatos mostram que o fracasso reside na teoria que data as setenta semanas a partir da ordem dada a Neemias no vigésimo ano de Artaxerxes.

7. As datas entram em harmonia se começarmos a contagem a partir do decreto dado a Esdras? Vejamos. Nesse caso, o ano 457 a.C. é nosso ponto de partida. Quarenta e nove anos foram destinados à construção da cidade e do muro. A esse respeito, Prideaux (*Connexion*, vol. 1, p. 322) diz:

“No décimo quinto ano de Dario Nótus terminaram as sete primeiras semanas da profecia de Daniel. Foi nessa ocasião que se concluiu plenamente a restauração da igreja e do Estado dos judeus em Jerusalém e na Judeia, no último ato de reforma registrado no capítulo 13 de Neemias, do versículo 23 até o final, *apenas 49* anos depois de o trabalho ter começado com Esdras no sétimo ano de Artaxerxes Longímanso”.

Isso ocorreu em 408 a.C.

Até aqui encontramos harmonia. Continuemos mensurando a profecia um pouco mais. Sessenta e nove semanas, ou 483 anos, deveriam se estender até o Messias, o Príncipe ungido. Datando a partir de 457 a.C., eles terminam em 27 d.C. E qual evento ocorreu então? Lucas nos informa o seguinte: “E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus; e, estando Ele a orar, o Céu se abriu, e o Espírito Santo desceu sobre Ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do Céu: Tu és o Meu Filho amado, em Ti Me comprazo” (Lc 3:21-22). Depois disso, Jesus iniciou Seu ministério “pregando o evangelho de Deus, dizendo: O tempo está cumprido” (Mc 1:14-15). O tempo aqui mencionado deve ser algum período específico, definido e predito. Mas não é possível encontrar o término de nenhum outro período profético, a não ser as 69 semanas da profecia de Daniel, que deveriam se estender até ao Ungido, o Príncipe. O Messias chegara e, com os próprios lábios, anunciou o fim do período que seria marcado por Sua manifestação.²

² Lucas declara que “tinha Jesus cerca de trinta anos” por ocasião de Seu batismo (Lc 3:23); e quase imediatamente depois disso, deu início a Seu ministério. Como, então, Seu ministério pode ter começado em 27 d.C., e Ele ainda assim ter a idade mencionada por Lucas? A resposta a essa pergunta se encontra no fato de que Cristo nasceu entre três e quatro anos antes do início da era cristã, isto é, antes do ano marcado como 1 d.C. O erro de começar a era cristã cerca de três anos depois do nascimento de Cristo, em vez de iniciá-la no ano de Seu nascimento, como deveria ser, aconteceu pelo seguinte motivo: uma das mais importantes eras antigas era contada a partir da construção da cidade de Roma — *ab urbe condita*, expressa pela abreviatura A.U.C., ou, mais sucintamente, U.C. No ano que hoje se conhece por 532 d.C., Dionísio, o Exíguo, cita por nascimento o abade romano, que atuou e obteve reconhecimento durante o reinado de Justiniano e inventou a era cristã. De acordo com as melhores evidências à sua disposição, atribuiu o nascimento de Cristo ao ano 753 U.C. Mas Cristo nasceu antes da morte de Herodes; e posteriormente se verificou, com base nas mais claras evidências, que a morte de Herodes aconteceu em abril de 750 U.C. Permitindo que alguns meses tenham se passado para os eventos da vida de Cristo que aconteceram antes da morte de Herodes, Seu nascimento remonta à última parte de 749 U.C., pouco mais de três anos antes de 1 d.C. Portanto, Cristo tinha 30 anos de idade em 27 d.C. “A era vulgar [comum] começou a prevalecer no ocidente por volta da época de Carlos Martel e do papa Gregório II, em 730 d.C.; mas só foi sancionada por algum Ato ou Bula pública após o primeiro sínodo alemão, na época de Carolomannus, duque dos francos, que, no prefácio, disse acerca dos que ali se reuniam: ‘*Anno ab incarnatione Dom. 742, 11 Calendas Maii*’. Mas foi somente na época do papa Eugênio IV, em 1431 d.C., que foi ordenado o uso dessa era nos registros públicos, segundo Mariana e outros” (Hales, *Chronology*, vol. 1, p. 83-84 (ver também *Life of Our Lord* [Vida de Nosso Senhor], de S. J. Andrews).

Há aqui, mais uma vez, harmonia inquestionável. Além disso, porém, o Messias deveria confirmar Sua aliança com muitos por uma semana. Essa seria a última das setenta semanas, ou seja, os últimos sete anos dos 490. A profecia nos informa que, no meio da semana, Ele faria cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Tais ordenanças judaicas, que apontavam para a morte de Cristo, só cessariam na cruz. E lá elas chegaram, em essência, a seu fim, embora a observância exterior de tais cerimônias tenha continuado até a destruição de Jerusalém, em 70 d.C. Após 62 semanas, segundo o relato, o Messias seria morto. É o mesmo que se dissesse: após 62 semanas, na metade da septuagésima semana, o Messias será morto, fazendo cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Como a palavra *metade* aqui significa, de fato, no meio, de acordo com diversas autoridades que citaríamos caso houvesse necessidade, a crucifixão ocorre exatamente no meio da septuagésima semana.

Torna-se agora importante determinar em que ano a crucifixão ocorreu. As evidências a seguir são suficientes para serem consideradas absolutamente decisivas a esse respeito.

Não se questiona que nosso Salvador compareceu a todas as Páscoas que ocorreram durante Seu ministério público. E temos menção a apenas quatro dessas ocasiões antes de Sua crucifixão. Elas se encontram nas seguintes passagens: João 2:13; 5:1; 6:4; 13:1. Na última Páscoa mencionada, Ele foi crucificado. Com base nos fatos já demonstrados, podemos identificar quando ocorreu a crucifixão. Como Jesus começou Seu ministério no outono de 27 d.C., Sua primeira Páscoa ocorreu na primavera seguinte, 28 d.C.; a segunda, em 29 d.C.; a terceira, em 30 d.C.; a quarta e última, em 31 d.C. Isso significa um intervalo de três anos e meio para Seu ministério público, os quais correspondem com exatidão à profecia de que Ele seria morto na metade, ou no meio, da septuagésima semana. Como essa semana de anos começou no outono de 27 d.C., a metade da semana ocorreria três anos e meio depois, na primavera de 31, na qual aconteceu a crucifixão. Dr. Hales cita Eusébio, 300 d.C., dizendo: “É registrado na história que todo o tempo dos ensinamentos e milagres de nosso Salvador foi de três anos e meio, que correspondem à metade de uma semana [de anos]. O evangelista João atesta esse fato para aqueles que prestam cuidadosa atenção a seu evangelho”.

Hales, vol. 1, p. 69-70, diz o seguinte acerca das trevas anormais que ocorreram durante a crucifixão:

“Assim, parece que as trevas que ‘se espalharam por toda a terra da Judeia’ na hora da crucifixão de nosso Senhor foram sobrenaturais, ‘[d]esde a hora sexta até à hora nona’ (Mt 27:45), ou seja, do meio-dia até as três da tarde, em sua *duração*, e também no

A era cristã havia se tornado tão consolidada antes da descoberta do erro supramencionado, que nem se tentou realizar uma mudança na contagem. Não faz nenhuma diferença concreta, uma vez que não interfere em nada no cálculo de datas. Se a era começasse com o ano real do nascimento de Cristo, o número dos anos a.C. seriam quatro a menos, e o número de anos a.D., quatro anos a mais. Para ilustrar: se temos um período de vinte anos, metade antes e metade depois do início da era cristã, dizemos que começou em 10 a.C. e terminou em 10 d.C. Mas se posicionarmos a era no momento real do nascimento de Cristo, não haveria mudança em nenhuma das extremidades do período, mas diríamos então que começou em 6 a.C. e terminou em 14 d.C., ou seja, quatro anos seriam subtraídos dos números a.C. e adicionados aos anos d.C. Alguns têm tamanha incompreensão desse ponto que chegam a afirmar que o ano atual deveria ser acrescido de quatro, a fim de denotar o ano real da era cristã. Isso seria verdade se a contagem começasse da data verdadeira do nascimento de Cristo. Mas não é esse o caso. O ponto de partida é entre três ou quatro anos mais tarde.

tempo, na época da lua cheia, quando a lua não teria condições de causar um eclipse no sol. A hora em que aconteceu e o fato em si estão registrados em uma passagem curiosa e valiosa de um respeitável cônsul romano, Aurélio Cassiodoro Senador, por volta de 514 d.C.: ‘No consulado de Tibério César Aug. V e Êlio Sejano (784 U.C., 31 d.C.), nosso Senhor Jesus Cristo sofreu, à oitava das calendas de abril (25 de março), quando ocorreu tamanho eclipse do sol qual nunca se viu antes ou depois de então.’ Estão de acordo com esse dia e também com o ano o Concílio de Cesareia, 196 ou 198 d.C., as Crônicas Alexandrinas, Maximus Monachus, Nicéforo Constantino e Cedreno. Eusébio e Epifânio concordam quanto ao ano, mas divergem em relação ao dia, acompanhados por Kepler, Bucher, Patinus e Petávio, alguns atribuindo à décima das calendas de abril, outros à décima terceira” (ver o comentário sobre 11:22).

Encontramos aqui, então, 13 autores fidedignos que dataram a crucifixão de Cristo na primavera de 31 d.C. Portanto, podemos definir que essa é uma data estabelecida, já que nem a pessoa mais cautelosa ou cética exigiria algo mais conclusivo. Como tal evento ocorreu na metade da última semana, precisamos simplesmente computar três anos e meio para trás a fim de descobrir quando as 69 semanas terminaram e três anos e meio para frente para encontrar o término de todas as 70. Retrocedendo três anos e meio da crucifixão, na primavera de 31 d.C., encontramos no outono de 27 d.C., no qual, conforme vimos, a semana de número 69 terminou e Cristo deu início a Seu ministério público. E avançando três anos e meio a partir da crucifixão, somos levados até o outono de 34 d.C., como o grande ponto final de todo o período das setenta semanas. Essa data é marcada pelo martírio de Estêvão, a rejeição formal do evangelho de Cristo pelo Sinédrio judaico, por meio da perseguição a Seus discípulos, e pela pregação dos apóstolos direcionada aos gentios (At 9:1-18). E esses são exatamente os eventos que seriam de se esperar para a expiração total do período cortado para os judeus e a eles atribuído como povo peculiar.

Resta dar uma palavra acerca da data do sétimo ano de Artaxerxes, quando o decreto em prol da restauração de Jerusalém foi concedido a Esdras, e todas as evidências a esse respeito estarão concluídas. O sétimo ano de Artaxerxes foi 457 a.C.? Para todos aqueles capazes de apreciar a força dos fatos, o testemunho a seguir será suficiente:

“A Bíblia apresenta informações para um sistema cronológico completo, que se estende da criação ao nascimento de Ciro — uma data identificada com clareza. Dessa época em diante, temos o cânon inquestionável de Ptolomeu e a era indubitável de Nabonassar, estendendo-se para além de nossa era comum. No ponto em que a cronologia inspirada nos deixa, começa esse outro cânon de precisão incontestável. E assim se abrange todo o arco. É por meio do cânon de Ptolomeu que o grande período profético das setenta semanas foi fixado. Segundo ele, o sétimo ano de Artaxerxes ocorreu em 457 a.C.; e a precisão desse cânon é demonstrada por fazer o registro correto de mais de 20 eclipses. Não podemos alterar essa data de 457 a.C. sem antes demonstrar a inexatidão do cânon de Ptolomeu. A fim de fazer isso, seria necessário mostrar que o grande número de eclipses, por meio dos quais a precisão do cânon tem sido repetidamente demonstrada, não foram computados corretamente. E tal resultado

abalaria todas as datas cronológicas, deixando a definição das épocas e o ajuste das eras totalmente à mercê de cada sonhador. Se assim fosse, a cronologia não teria mais valor do que a adivinhação. Como as setenta semanas devem terminar em 34 d.C., a menos que o sétimo ano de Artaxerxes esteja equivocado, e como tal data não pode ser mudada sem evidências que conduzam a isso, perguntamos: que evidências marcaram esse término? O momento em que os apóstolos se voltaram aos gentios harmoniza melhor com essa data do que qualquer outro acontecimento que já tenha sido destacado. A crucifixão em 31 d.C., na metade da última semana, é apoiada por diversos testemunhos que não podem ser invalidados com facilidade (*Advent Herald* [Arauto do Advento]).

Com base nos fatos supracitados, percebemos que a contagem das setenta semanas a partir do decreto concedido a Esdras no sétimo ano de Artaxerxes, 457 a.C., encontra perfeita harmonia. Os eventos importantes e precisos relacionados com a manifestação do Messias em Seu batismo, o início do ministério público, a crucifixão e o fato de os apóstolos deixarem os judeus e se voltarem aos gentios, com a proclamação da nova aliança, tudo se encaixa perfeitamente e, como uma galáxia brilhante de mundos resplendentes de luz, orbita em volta da profecia para selá-la e torná-la certa.

Fica evidente que o decreto de Esdras no sétimo ano de Artaxerxes, 457 a.C., é o ponto de partida para a datação das setenta semanas. Essa foi a saída da ordem no sentido da profecia. Os dois decretos anteriores foram preparatórios e preliminares a esse. E, de fato, são considerados por Esdras como partes dele, vendo os três como um grande todo, pois em Esdras 6:14 lemos: “Edificaram a casa e a terminaram segundo o mandado do Deus de Israel e segundo o decreto de Ciro, de Dario e de Artaxerxes, rei da Pérsia”. Deve-se notar que os decretos desses três reis são mencionados como se fossem um só — “o mandado [margem da KJV: ‘decreto’, no singular] de Ciro, de Dario e de Artaxerxes”, mostrando que todos são considerados uma só unidade, uma vez que os diferentes decretos não passaram de passos sucessivos para a realização da obra. E só se pode dizer que ele “saiu”, conforme intenciona a profecia, quando a última permissão que esta exigia foi incluída no decreto, revestida da autoridade do império. Esse ponto foi alcançado por meio da autorização concedida a Esdras, mas não antes. Foi então que o decreto assumiu as devidas proporções e satisfaz os requisitos exigidos pela profecia. É a partir desse ponto que se deve datar a “saída” da ordem.

Concluimos a reflexão sobre as setenta semanas; mas resta um período mais longo e outros eventos importantes para serem analisados. As setenta semanas são apenas os primeiros 490 anos de 2.300. Subtraindo 490 de 2.300, restam 1.810. Os 490, conforme vimos, terminaram no outono de 34 d.C. Se, a essa data, acrescentarmos os 1.810 anos restantes, chegaremos ao fim do período inteiro. Logo, acrescentando 1.810 ao outono de 34 d.C., chegamos ao outono de 1844. Dessa maneira encontramos, rápida e seguramente, o término das 2.300 tardes e manhãs, assim que fica clara a localização das setenta semanas.

Há um ponto que precisa ser destacado. Vimos que as setenta semanas são os primeiros 490 dias dos 2.300; que esses dias são proféticos, significando anos literais, de acordo com a regra bíblica de um dia ser equivalente a um ano (Nm 14:34; Ez 4:6), conforme foi provado pelo cumprimento das setenta semanas e como todos os estudiosos confiáveis concordam. Vimos também que o período começou em 457 a.C. e terminou em 1844 d.C., considerando que o número esteja correto e 2.300 seja a leitura adequada. Com tudo isso estabelecido, não parece que haveria espaço para mais controvérsias. A esse respeito, o Dr. Hales comenta:

“Não há número na Bíblia cuja autenticidade possa ser mais bem confirmada do que os 2.300 dias. Ele é encontrado em todas as versões impressas em hebraico, em todos os manuscritos das coleções de *Kennicott* e *De Rossi*, em todas as versões antigas, com exceção do exemplar do Vaticano da Septuaginta, que traz 2.400, número este também adotado na versão de Símaco; e alguns exemplares citados por Jerônimo trazem 2.200. Ambos os erros são evidentemente erros de copista, quer em excesso ou falta, os quais se compensam e confirmam o meio-termo 2.300 (*Chronology*, vol. 2, p. 512).

É possível que surja agora a pergunta de como os dias se estendem até o outono de 1844, se eles começam em 457 a.C., uma vez que seriam necessários apenas 1.843 anos, em acréscimo a 457, para chegar ao total de 2.300. A atenção a um fato tirará todas as dificuldades a esse respeito: são necessários 457 anos completos antes de Cristo e 1.843 anos completos depois para totalizar os 2.300; assim, se o período tivesse começado no primeiro dia de 457, só iria terminar no último de 1843. Torna-se então evidente para todos que, se qualquer porção do ano 457 houvesse se passado antes do início das 2.300 tardes e manhãs, o mesmo tanto do ano 1844 precisaria transcorrer antes de se chegar ao fim. Por isso, indagamos: a partir de que momento do ano 457 começamos a contagem? Com base no fato de que os primeiros 49 anos foram destinados à edificação das ruas e do muro, constatamos que o período é datado não do início da viagem que Esdras fez saindo de Babilônia, mas, sim, do começo da obra em Jerusalém. Não é provável que isso tenha ocorrido antes do sétimo mês (outono) de 457, uma vez que ele só chegou a Jerusalém no quinto mês desse ano (Ed 7:9). Logo, o período inteiro se estende até o sétimo mês, outono, tempo judaico, de 1844.

Aqueles que se opõem a esse ponto de vista quanto aos períodos proféticos tinham o costume, no passado, de nos defrontar com a seguinte objeção: “As 2.300 tardes e manhãs não terminaram, pois o tempo passou e o Senhor não voltou. Reconhecemos ser um mistério o porquê de o tempo ter passado em 1844 sem a consumação de nossas esperanças; mas a passagem do tempo é prova de que os 2.300 anos ainda não finalizaram”.

Todavia, o tempo não faz acepção de pessoas, nem de teorias. E com a foice temível em suas mãos, conforme é representado, às vezes demole da maneira mais sumária as teorias grotescas e tênues dos seres humanos, por mais caras que sejam a seus autores e defensores. Esse é o caso aqui. Indiferente às fortes distorções daqueles que gostariam de obrigá-lo a parar e cumprir suas queridas predições, ele prossegue em seu caminho ágil e fiel até passarem todos os limites aos quais os 2.300 dias podiam ser estendidos. Assim, o tempo tem demonstrado que tal período de

fato passou. Este um ponto que não pode ser negligenciado. Deixando de lado por um instante os argumentos que provam que o período terminou em 1844, mesmo se datarmos o início em qualquer ponto que a razão, com o mínimo de esclarecimento possível, possa imaginar, ou num ponto que o mais fantasioso sonhador consiga estabelecer como ponto de partida, ainda assim o último limite até o qual as 2.300 tardes e manhãs poderiam se estender *já passou*. Não é possível datar o começo dessa profecia em qualquer ponto que ampliaria o término a um momento tão tardio quanto o presente. Portanto, dizemos mais uma vez, sem faltar com a verdade e sem temor de uma contradição bem-sucedida, que tais dias estão finalizados!

A célebre declaração do anjo a Daniel, “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado”, se encontra agora explicada. Em nossa busca pelo significado do santuário e de sua purificação, bem como da aplicação do tempo, descobrimos não só que esse assunto pode ser facilmente compreendido, mas também que o evento se encontra agora em processo de cumprimento e está quase terminado. Pausamos agora por um breve momento para refletir sobre a posição solene em que essa percepção nos coloca.

Vimos que o santuário desta dispensação é o tabernáculo de Deus no Céu, a casa que não foi feita por mãos humanas, onde o Senhor ministra em favor dos pecadores arrependidos. É o lugar onde prevalece o “conselho da paz” entre Deus e Seu Filho Jesus Cristo na obra da salvação pela humanidade a perecer (Zc 6:13; Sl 85:10). Vimos que a purificação do santuário consiste na remoção dos pecados de dentro do mesmo e que esse é o ato final do ministério realizado ali dentro; que a obra da salvação agora se concentra no santuário celestial; e que, quando o santuário for purificado, a obra estará feita e o plano, terminado. Então o grande plano idealizado na queda para a salvação de tantos da raça caída quantos se munissem de suas provisões, levado adiante por seis mil anos, chega ao fim. Não há mais súplicas de misericórdia e se ouve uma grande voz vinda do trono no templo do Céu dizendo: “Feito está!” (Ap 16:17). E então? Todos os justos seguirão seguros para a vida eterna; todos os ímpios estarão condenados à morte eterna. Nenhuma decisão poderá ser alterada, nenhuma recompensa será perdida e nenhum destino desesperante poderá ser revertido depois desse instante.

Conforme vimos — e é isso que traz a solenidade do juízo para dentro de nossas portas —, o longo período profético que marca o início dessa obra final no santuário celestial chegou ao fim em nossa geração. Em 1844, os dias terminaram. E desde então, a última obra para a salvação da humanidade tem sido levada adiante. Esse trabalho envolve o exame do caráter de cada ser humano, pois consiste na remissão dos pecados daqueles considerados dignos de absolvição, determinando quem, dentre os mortos, ressuscitará e quem, dentre os vivos, será transformado por ocasião da vinda do Senhor, bem como aqueles que, tanto dentre os vivos quanto dentre os mortos, serão deixados para participar das temíveis cenas da segunda morte. E todos podem ver que uma decisão como essa já deve estar tomada antes que o Senhor venha. O destino de cada pessoa será determinado pelos atos praticados no corpo, e cada um será recompensado segundo suas obras (2Co 5:10; Ap 22:12). Nos memoriais escritos e guardados pelos escribas celestes no

alto, encontram-se registrados os atos de cada pessoa (Ap 20:12); e no fechamento da obra no santuário, tais registros serão examinados para se tomar uma decisão com base neles (Dn 7:9-10). Seria natural supor que a obra começaria com os primeiros membros da raça humana, que o caso deles seria examinado primeiro e a decisão tomada em relação a todos os mortos, de geração em geração, em sucessão cronológica ao longo do tempo até chegarmos à última geração — a geração dos vivos cujos casos encerrariam a obra. O que ninguém pode saber é quanto tempo levará para examinar o caso de todos os mortos e chegar aos vivos. Conforme destacado acima, desde 1844 essa obra solene tem sido levada adiante. À luz dos tipos e da própria natureza da obra, é impossível que o processo continue por muito tempo. João, nas sublimes visões que teve de cenas celestiais, viu milhões de auxiliares e assistentes engajados com o Senhor em Seu trabalho sacerdotal (Ap 5). E assim a ministração prossegue. Ela não cessa, nem retarda e, em breve, estará para sempre finalizada.

E aqui nos encontramos: a última, a maior e a mais solene crise na história de nossa raça é muito iminente. O grande plano da salvação está prestes a terminar. Os últimos anos preciosos do tempo da graça estão quase concluídos. O Senhor está prestes a vir para salvar quem se encontra pronto e vigilante, cortando fora os descuidados e descrentes. E o mundo — ai! Que diremos dele! —, enganado pelos erros, enlouquecido por preocupações e negócios, em delírio pelo prazer e paralisado pelo vício, não tem um momento sequer a poupar para ouvir a solene verdade, nem um pensamento para refletir em seus interesses eternos. Que o povo de Deus, com a eternidade em vista, tome o cuidado de fugir da corrupção que contamina o mundo com suas concupiscências, preparando-se para passar no teste, quando sua condição aparecer para ser examinada no grande tribunal do alto.

Recomendamos a mais cautelosa atenção de todo estudante das profecias ao assunto do santuário. No santuário se encontra a arca da aliança de Deus, contendo Sua santa lei; e isso sugere uma reforma em nossa obediência a esse elevado padrão de moralidade. A abertura desse templo celestial, ou o início do serviço no segundo compartimento, marca o começo do toque de trombeta do sétimo anjo (Ap 11:15, 19). A obra realizada ali dentro constitui o fundamento da terceira mensagem de Apocalipse 14, a última mensagem de misericórdia a um mundo em vias de perecer. Esse assunto explica o grande desapontamento dos adventistas em 1844, ao mostrar que eles interpretaram incorretamente o evento que ocorreria ao fim das 2.300 tardes e manhãs. Torna harmonioso e claro o cumprimento de profecias passadas, que, do contrário, permaneceriam envoltas em obscuridade impenetrável. Dá uma ideia definitiva da posição e da obra de nosso grande Sumo Sacerdote, revelando o caráter distintivo e a beleza do plano da salvação. Eleva-nos, como nenhum outro tema, à realidade do juízo e revela o preparo que precisamos ter para resistimos no dia vindouro. Mostra-nos que estamos vivendo no tempo de espera e coloca-nos em estado de vigilância, pois não sabemos quão rapidamente a obra será concluída e nosso Senhor aparecerá. Vigie, para que ele não venha subitamente e o encontre dormindo.

Após narrar os grandes acontecimentos ligados à missão de nosso Senhor nesta Terra, o profeta, na última parte do versículo 27, fala da destruição iminente de Jerusalém pelo poder romano e, por fim, da destruição desse poder, chamado de “assolador”.

NOTA: A expressão “ungir o Santo dos Santos” se refere, de acordo com os comentários do versículo 24 deste capítulo, à unção do santuário celestial antes do início do ministério de Cristo ali, e não à unção do próprio Messias. As mais claras provas podem ser reunidas a esse respeito. As palavras traduzidas por “Santo dos Santos” são קֹדֶשׁ קֹדָשִׁים (*kodesh kodashim*), expressão que, de acordo com Gesenius, se aplica ao lugar santíssimo do santuário e que, em nenhum caso, é aplicada a uma pessoa, a menos que nesta passagem ela seja uma exceção.

O periódico *Advent Shield*, n. 1, p. 75, afirma:

“E o último evento das setenta semanas, citado no versículo 24, foi a unção do ‘santíssimo’, ou ‘santo dos santos’ ou ainda *sanctum sanctorum* — não o que se encontrava na Terra, feito por mãos humanas, mas o verdadeiro tabernáculo, no qual Cristo, nosso Sumo Sacerdote, entrou por nós. Cristo faria no verdadeiro tabernáculo no Céu aquilo que Moisés e Arão fizeram em seu tipo (ver Hebreus, capítulos 6, 7, 8 e 9; Êx 30:22-30; Lv 8:10-15).”

O Dr. Barnes, em suas notas sobre esta passagem e, em especial, sobre as palavras “Santo dos Santos”, diz:

“A expressão significa ‘Santo dos Santos’ ou santíssimo. Com frequência, é usada nas Escrituras para se aplicar à parte interna do santuário, ou à porção do tabernáculo e do templo que contém a arca da aliança, as duas tábuas de pedra, etc. [...] Não se limita necessariamente à parte interior do templo, mas pode se aplicar ao santuário inteiro. [...] Alguns supõem que a expressão se refira ao próprio Messias, significando que Ele, que era santíssimo, seria então consagrado ou ungido como Messias. É provável, conforme demonstrou Hengstenberg (*Christology*, vol. 2, p. 321-322), que essa fosse a interpretação dos tradutores gregos; mas é uma objeção suficiente a isso mostrar que essa expressão, embora ocorra diversas vezes nas Escrituras, nunca se aplica a pessoas, a menos que este seja o único caso. [...] Parece-me, portanto, que a interpretação óbvia e justa é que ela reporta ao templo.”

A compreensão do tema do santuário celestial teria poupado este texto bíblico da perplexidade que, na mente de alguns eruditos, parece envolvê-lo.

DANIEL 10 — A ÚLTIMA VISÃO DE DANIEL



VERSÍCULO 1. No terceiro ano de Ciro, rei da Pérsia, foi revelada uma palavra a Daniel, cujo nome é Beltessazar; a palavra era verdadeira e envolvia grande conflito; ele entendeu a palavra e teve a inteligência da visão.

Este versículo nos introduz à última visão registrada do profeta Daniel. Dessa vez, a instrução que ele recebeu continua ao longo dos capítulos 11 e 12, chegando ao fim do livro. O terceiro ano do reinado de Ciro foi 534 a.C. Assim, seis anos haviam se passado desde a visão que Daniel teve dos quatro animais no primeiro ano de Belsazar, em 540 a.C.; quatro anos desde a visão do carneiro, do bode, do chifre pequeno e das 2.300 tardes e manhãs do capítulo 8, no terceiro ano de Belsazar, 538 a.C.; e quatro anos desde a instrução dada a Daniel acerca das setenta semanas, no primeiro ano de Dario, 538 a.C., conforme registrado no capítulo 9. Quando os medos e persas conquistaram o reino de Babilônia em 538 a.C., Dario, por cortesia de seu sobrinho Ciro, recebeu permissão para ocupar o trono. E tal função ele exerceu até sua morte, dois anos depois. Por volta dessa época, Cambises, rei da Pérsia e pai de Ciro, também morreu. Este então se tornou o único monarca do segundo império universal da profecia, em 536 a.C. Contando esse como o primeiro ano, seu terceiro ano de reinado, no qual Daniel recebeu esta visão, seria datado de 534 a.C. Supõe-se que a morte de Daniel ocorreu logo depois disso. De acordo com Prideaux, ele tinha no mínimo 91 anos de idade.

VERSÍCULO 2. Naqueles dias, eu, Daniel, pranteei durante três semanas. **3.** Manjar desejável não comi, nem carne, nem vinho entraram na minha boca, nem me ungi com óleo algum, até que passaram as três semanas inteiras.

A leitura na margem [da KJV] para “três semanas inteiras” é “semana de dias”, termo usado aqui, segundo a opinião do Dr. Stonard, para diferenciar o tempo referido da *semana de anos*, a qual recebe destaque no capítulo anterior.

Com que fim esse idoso servo de Deus se humilhou tanto e afligiu a própria alma? Sem dúvida, com o objetivo de entender mais plenamente o propósito divino acerca de acontecimentos que sobreviriam à igreja de Deus no futuro, pois o mensageiro divino enviado para instruí-lo diz: “desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a compreender” (v. 12). Ainda havia alguma coisa que Daniel não compreendia, mas em relação à qual desejava intensamente obter luz. O que era? Com certeza, algum trecho da visão anterior, a saber, a do capítulo 9; e, por meio dessa, a visão do capítulo 8, da qual o capítulo 9 nada mais era do que uma explicação adicional.

Como resultado de sua súplica, recebeu agora mais informações minuciosas a respeito dos eventos incluídos nos grandes esboços das visões anteriores.

O pranto do profeta deve ter sido acompanhado de jejum; não da abstinência total de alimento, mas do uso apenas das comidas mais simples e naturais. Não comeu nenhum pão apetitoso, nenhuma iguaria ou guloseima. Não ingeriu carne, nem tomou vinho. Também não ungiu a própria cabeça, o sinal exterior de jejum usado pelos judeus. Não sabemos por quanto tempo daria continuidade a esse jejum até receber a resposta à sua oração; mas o fato de ter persistido nessa prática por três semanas inteiras revela que, com a certeza de que seu pedido era legítimo, não tinha o plano de abandonar sua súplica até que ela fosse atendida.

VERSÍCULO 4. No dia vinte e quatro do primeiro mês, estando eu à borda do grande rio Tigre, 5. levantei os olhos e olhei, e eis um homem vestido de linho, cujos ombros estavam cingidos de ouro puro de Ufaz; 6. o seu corpo era como o berilo, o seu rosto, como um relâmpago, os seus olhos, como tochas de fogo, os seus braços e os seus pés brilhavam como bronze polido; e a voz das suas palavras era como o estrondo de muita gente. 7. Só eu, Daniel, tive aquela visão; os homens que estavam comigo nada viram; não obstante, caiu sobre eles grande temor, e fugiram e se esconderam. 8. Fiquei, pois, eu só e contemplei esta grande visão, e não restou força em mim; o meu rosto mudou de cor e se desfigurou, e não retive força alguma. 9. Contudo, ouvi a voz das suas palavras; e, ouvindo-a, caí sem sentidos, rosto em terra.

A versão siríaca considera que o rio mencionado no versículo 4 [Hidequel em hebraico e na KJV] é o Eufrates; já a Vulgata, as versões em grego e árabe afirmam corresponder ao Tigre. Por esse motivo, Wintle conclui que o profeta recebeu esta visão no lugar em que esses dois rios se unem, já que não fica distante do Golfo Pérsico.

Um personagem muito majestoso visitou Daniel nesta ocasião. Sua descrição é quase paralela à de Cristo em Apocalipse 1:14-16; e o efeito de sua presença é semelhante ao que Paulo e seus companheiros vivenciaram quando o Senhor os encontrou no caminho de Damasco (At 9:1-7). Mas não era o Senhor, pois este é apresentado como Miguel no versículo 13. Logo, deve ter sido um anjo, mas de caráter incomum. Surge então a pergunta: qual anjo corresponderia a essa descrição com veracidade? Há alguns pontos de contato entre esta e outras passagens, os quais mostram claramente que se trata do anjo Gabriel. Em Daniel 8:16, Gabriel é apresentado pelo nome. Seu encontro com Daniel naquela ocasião provocou exatamente o mesmo efeito sobre o profeta que o descrito na passagem que agora temos diante de nós. Naquele momento, Gabriel recebera a ordem de fazer Daniel entender a visão, e ele próprio prometeu levar o profeta ao conhecimento do que aconteceria no fim do tempo da ira. Tendo dado a Daniel toda a instrução que este era capaz de suportar naquele instante, ele retomou posteriormente essa obra e explicou outro ponto importante da visão, conforme o registro do capítulo 9:20-27. No entanto, o capítulo 10 mostra que ainda havia alguns pontos não explicados para o profeta. E ele se propôs mais uma vez, de todo o coração, com jejum e súplica, a compreender a questão.

Aparece agora um personagem cuja presença provoca o mesmo efeito sobre Daniel que a aparição de Gabriel provocara da primeira vez; e ele diz ao profeta (v. 14): “vim para fazer-te entender o que há de suceder ao teu povo nos últimos dias”, justamente a informação que Gabriel prometera dar, conforme o registro do capítulo 8:19. Tais fatos levam a uma única e importante conclusão: Daniel estava em busca de mais luz justamente sobre a visão que Gabriel recebera a ordem de fazê-lo compreender. Ele já fizera, no passado, uma visita especial a Daniel a fim de lhe transmitir informações adicionais quando este as buscou com jejum e oração. Agora, quando estava preparado para mais instrução e depois de tê-la buscado da mesma maneira, em referência ao mesmo assunto, seria razoável supor por um só instante que Gabriel desconsideraria a ordem que recebera, perderia de vista sua missão e delegaria a outro anjo a responsabilidade de concluir sua obra inacabada? E a linguagem do versículo 14 identifica claramente o interlocutor com aquele que prometera realizar tal obra no capítulo 8.

VERSÍCULO 10. Eis que certa mão me tocou, sacudiu-me e me pôs sobre os meus joelhos e as palmas das minhas mãos. 11. Ele me disse: Daniel, homem muito amado, está atento às palavras que te vou dizer; levanta-te sobre os pés, porque eis que te sou enviado. Ao falar ele comigo esta palavra, eu me pus em pé, tremendo. 12. Então, me disse: Não temas, Daniel, porque, desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a compreender e a humilhar-te perante o teu Deus, foram ouvidas as tuas palavras; e, por causa das tuas palavras, é que eu vim.

Depois de Daniel desmaiar por causa da aparência majestosa de Gabriel (pois essa é a interpretação geral da expressão “sem sentidos” do versículo 9), o anjo se aproxima, coloca a mão sobre ele a fim de lhe dar confiança para permanecer em sua presença. Então conta a Daniel que ele era muito amado. Que declaração maravilhosa! Um membro da família humana, da mesma raça que nós, ser amado, não no sentido geral de Deus amar o mundo inteiro a ponto de enviar o próprio Filho para morrer por nós, mas amado como indivíduo e em grande medida! Quanta confiança o profeta poderia receber dessa declaração para permanecer até mesmo na presença de Gabriel. O anjo conta também que viera com o propósito de conversar com o profeta e que desejava conduzir a mente dele à melhor condição para compreender suas palavras. Ao ouvir tais palavras, o santo e amado profeta, reconfortado, mas ainda trêmulo, continuou na presença daquele anjo celeste.

“Não temas, Daniel”, Gabriel continuou. Ele não tinha motivo para temer diante daquele que, embora fosse um ser celestial, havia sido enviado a Daniel porque este era mui amado e em resposta a suas orações fervorosas. De igual modo, o povo de Deus de qualquer era não precisa demonstrar temor servil de qualquer agente enviado para ministrar a sua salvação. Existe, porém, um grande número de pessoas com a mentalidade de que Jesus e Seus anjos são apenas ministros severos da justiça, executores de vingança e retribuição, em vez de seres que trabalham avidamente pela nossa salvação por causa da misericórdia e do amor que sentem por nós. A presença de um anjo, caso um deles surgisse corporalmente na frente de tais pessoas, lhes encheria de terror; e a ideia de que Cristo breve virá, e de que ficarão diante de Sua presença, as aflige e

alarma. Recomendamos a tais indivíduos que adotem um ponto de vista mais amistoso sobre a relação do cristão para com Cristo, o cabeça da igreja, e percebam um pouco mais do perfeito amor que lança fora todo medo.

Bagster faz esta observação pungente a respeito do versículo 12:

“Daniel, conforme observa o bispo Newton, já era agora bastante avançado em anos; pois o terceiro ano de Ciro era o septuagésimo terceiro de seu cativo. Como era jovem quando foi levado cativo, não teria menos do que 90 anos de idade. Por mais idoso que fosse, aplicou “o coração a compreender” as revelações que lhe haviam sido feitas no passado, sobretudo a visão do carneiro e do bode, conforme o restante do texto deixa transparecer. Com esse objetivo, jejuou e orou por três semanas. As orações e o jejum alcançaram o efeito desejado, pois um anjo lhe foi enviado a fim de lhe revelar tais mistérios. Todo aquele que deseja se distinguir no conhecimento divino deve imitar Daniel e se habituar ao estudo, à temperança e à devoção.”

VERSÍCULO 13. Mas o príncipe do reino da Pérsia me resistiu por vinte e um dias; porém Miguel, um dos primeiros príncipes, veio para ajudar-me, e eu obtive vitória sobre os reis da Pérsia.

Quantas vezes as orações do povo de Deus são ouvidas, mesmo que a resposta não pareça evidente! Esse foi o caso de Daniel. O anjo lhe disse que, desde o *primeiro dia* em que o profeta aplicara seu coração a compreender, suas palavras foram ouvidas. Contudo, Daniel continuou a afligir a própria alma com jejum e a lutar com Deus por três semanas inteiras, sem ter nenhum indício de que alguma atenção fora dada a sua súplica. Mas qual o motivo da demora? O rei da Pérsia deteve o anjo. A resposta à oração de Daniel envolvia alguma ação da parte desse rei, a qual ele deveria ser influenciado a realizar. Sem dúvida, dizia respeito à parte que ele estava prestes a fazer, e já começara a efetuar, em favor do templo de Jerusalém e dos judeus. O decreto para a reconstrução desse santuário foi o primeiro de uma série que finalmente constituiu a notável ordem para restaurar e edificar Jerusalém, a partir da qual começaria o grande período profético das 2.300 tardes e manhãs. E o anjo fora enviado para influenciá-lo a dar prosseguimento segundo a vontade divina.

Ah, quão pouco reconhecemos do que se passa no mundo invisível em relação às questões humanas! Aqui, por assim dizer, a cortina se levanta, e passamos a ter um vislumbre dos movimentos nos bastidores. Daniel ora. O Criador do universo escuta. Gabriel recebe a ordem de ir auxiliá-lo. Mas o rei da Pérsia precisava agir antes que a oração de Daniel fosse respondida. Então o anjo se apressa em direção ao monarca persa. Sem dúvida, Satanás reúne suas forças para fazer oposição. Eles se encontram no palácio real da Pérsia. Todos os motivos de interesse egoísta e política terrena que Satanás poderia usar para enganar, ele certamente emprega para vantagem própria, a fim de influenciar o rei contra o cumprimento da vontade de Deus, ao passo que Gabriel procura influenciá-lo na direção contrária. O soberano luta com as emoções conflitantes. Ele hesita; adia.

Dia após dia se passa, mas Daniel continua a orar. O rei ainda se recusa a ceder à influência do anjo; três semanas terminam e eis que alguém mais poderoso do que Gabriel assume seu lugar no palácio do rei. Então Gabriel aparece para Daniel a fim de torná-lo ciente da progressão dos acontecimentos. Desde o princípio, disse ele, sua oração foi ouvida; mas, durante essas três semanas que você dedicou à oração e ao jejum, o rei da Pérsia resistiu à minha influência e impediu minha vinda.

Tamanho é o efeito da oração. E Deus não ergueu barreiras entre Si e Seu povo desde a época de Daniel. Seus filhos continuam a ter o privilégio de fazer uma oração tão fervorosa e eficaz como a dele e, assim como Jacó, ter o poder de lutar com Deus e prevalecer.

Quem era Miguel, que foi ao auxílio de Gabriel? O termo significa “Aquele que é como Deus”; e as Escrituras mostram com clareza que é Cristo quem recebe esse nome. Judas (v. 9) declara que Miguel é o arcanjo. Arcanjo significa “anjo líder ou chefe”; e Gabriel, em nosso texto, o chama, de “um dos primeiros príncipes”, ou, como diz a margem [da KJV], *o primeiro* dos principais príncipes. Só pode haver um arcanjo. Logo, é absolutamente inadequado usar a palavra no plural, como é costume de alguns. As Escrituras nunca o fazem. Paulo, em 1 Tessalonicenses 4:16, diz que, quando o Senhor vier pela segunda vez para ressuscitar os mortos, a voz do arcanjo será ouvida. A voz de quem se ouvirá quando os mortos ressuscitarem? A voz do Filho de Deus (João 5:28). Juntando esses textos bíblicos, eles provam: 1) que os mortos são chamados da sepultura pela voz do Filho de Deus; 2) que a voz então ouvida será a voz do arcanjo, provando que o arcanjo é o Filho de Deus; e 3) o arcanjo é chamado de Miguel, donde se conclui que Miguel é o Filho de Deus. No último versículo de Daniel 10, Ele é chamado de “vosso príncipe” e, no primeiro do capítulo 12, de “o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo”, expressões que podem ser aplicadas de maneira apropriada somente a Cristo e a nenhum outro ser.

VERSÍCULO 14. Agora, vim para fazer-te entender o que há de suceder ao teu povo nos últimos dias; porque a visão se refere a dias ainda distantes.

A expressão “porque a visão se refere a dias ainda distantes”, chegando ao futuro distante, abrangendo o que aconteceria com o povo de Deus nos últimos dias, demonstra, de maneira conclusiva, que os dias mencionados naquela visão, a saber, as 2.300 tardes e manhãs, não podem se tratar de dias literais, mas, sim, de dias de anos (ver os comentários sobre o capítulo 9, versículos 25-27).

VERSÍCULO 15. Ao falar ele comigo estas palavras, dirigi o olhar para a terra e calei. 16. E eis que uma como semelhança dos filhos dos homens me tocou os lábios; então, passei a falar e disse àquele que estava diante de mim: meu senhor, por causa da visão me sobrevieram dores, e não me ficou força alguma. 17. Como, pois, pode o servo do meu senhor falar com o meu senhor? Porque, quanto a mim, não me resta já força alguma, nem fôlego ficou em mim.

Uma das características mais marcantes que Daniel manifestava era a terna preocupação que sentia por seu povo. Ao chegar agora à clara compreensão de que a visão previa longas eras de opressão e sofrimento para a igreja, tal realidade o afetou tanto que as forças lhe faltaram, seu

fôlego cessou e sua capacidade de fala foi embora. Sem dúvida, a visão do versículo 16 se refere à visão anterior do capítulo 8.

VERSÍCULO 18. Então, me tornou a tocar aquele semelhante a um homem e me fortaleceu; 19. e disse: Não temas, homem muito amado! Paz seja contigo! Sê forte, sê forte. Ao falar ele comigo, fiquei fortalecido e disse: fala, meu senhor, pois me fortaleceste. 20. E ele disse: Sabes por que eu vim a ti? Eu tornarei a pelejar contra o príncipe dos persas; e, saindo eu, eis que virá o príncipe da Grécia. 21. Mas eu te declararei o que está expresso na escritura da verdade; e ninguém há que esteja ao meu lado contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe.

Por fim, o profeta recobra as forças o suficiente para ouvir toda a comunicação que o anjo tinha a fazer. E Gabriel diz: “Sabes por que eu vim a ti?”. Isto é, você compreende o objetivo de minha vinda? Entende qual é meu propósito, para que não tema mais? Então anunciou sua intenção de voltar, assim que terminasse a conversa, para pelejar *com* o rei da Pérsia, e não *contra*, como consta em muitas versões. A palavra traduzida por *contra* é, na Septuaginta, *meta*, e esta não transmite o sentido de embate contrário, mas, sim, de pelejar junto, ao lado de; isto é, o anjo de Deus ficaria ao lado do reino persa enquanto estivesse na providência de Deus o plano de que esse reino continuasse. Mas Gabriel continua: “Saindo eu, eis que virá o príncipe da Grécia”. Em outras palavras, quando ele retirasse seu apoio daquele reino e a providência divina passasse a operar em favor de outro império, o príncipe da Grécia viria e a monarquia persa seria subjugada.

Gabriel então anunciou que ninguém havia que estivesse ao seu lado “nessas coisas” [v. 21, KJV], a não ser Miguel; ou seja: ninguém — com a exceção de Deus, é claro — tinha conhecimento das coisas que ele estava prestes a comunicar, a não ser Miguel, o príncipe. E depois de transmitir tais informações a Daniel, passou a haver quatro seres no universo sobre os quais repousava o conhecimento dessas importantes verdades: Daniel, Gabriel, Cristo e Deus. Quatro elos nessa cadeia ascendente de testemunhas — o primeiro, Daniel, membro da família humana; o último, Jeová, o Deus de todas as coisas!



DANIEL 11 — UMA PROFECIA LITERAL



VERSÍCULO 1. Mas eu, no primeiro ano de Dario, o medo, me levantei para o fortalecer e animar. **2.** Agora, eu te declararei a verdade: eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia, e o quarto será cumulado de grandes riquezas mais do que todos; e, tornado forte por suas riquezas, empregará tudo contra o reino da Grécia.

Adentramos agora uma profecia sobre acontecimentos futuros que não se encontra revestida por imagens e símbolos, como as visões dos capítulos 2, 7 e 8, mas é apresentada, em sua maior parte, em linguagem clara. Muitos dos importantes eventos da história mundial, desde os dias de Daniel até o fim do mundo, recebem destaque. Bispo Newton afirma que não é inadequado afirmar que esta profecia consiste em um comentário e em uma explicação da visão do capítulo 8. Tal declaração revela como ele percebia com clareza a conexão entre essa visão e o restante do livro.

O anjo, depois de contar que, no primeiro ano de Dario, se levantou para fortalecê-lo e animá-lo, dirige a atenção de Daniel para o futuro. Três reis se levantariam na Pérsia. Levantar-se significa reinar; assim, três reis deveriam reinar na Pérsia. Trata-se, sem dúvida, de uma referência aos sucessores imediatos de Ciro. Foram eles: 1) Cambises, filho de Ciro; 2) Esmérdis, um impostor; 3) Dario Histaspes.

“O quarto será cumulado de grandes riquezas mais do que todos”. O quarto rei depois de Ciro foi Xerxes — mais célebre por suas riquezas do que por sua capacidade de liderança —, notável na história pela campanha pomposa que organizou contra a Grécia e seu fracasso completo nessa empreitada. Ele empregaria tudo contra o reino da Grécia. Nunca antes houvera um recrutamento tão grande de homens para fins bélicos e nunca houve desde então. De acordo com Heródoto, que viveu nessa época, o exército de Xerxes era formado por mais de 5 milhões de homens — precisamente 5.283.220. Não se contentando em reunir apenas o oriente, alistou os cartaginenses do ocidente a seu serviço, os quais levaram para o campo de batalha um exército de mais de 300 mil homens, aumentando o total das forças para o número extraordinário de mais de 5 milhões e meio. Conta-se que, quando Xerxes olhou para o vasto agrupamento, chorou ao pensar que, em cem anos, nenhum daqueles homens estaria vivo.

VERSÍCULO 3. Depois, se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver. **4.** Mas, no auge, o seu reino será quebrado e repartido para os quatro ventos do céu; mas não para a sua posteridade, nem tampouco segundo o poder com que reinou, porque o seu reino será arrancado e passará a outros fora de seus descendentes.

Os fatos narrados nesses versículos apontam claramente para Alexandre e a divisão de seu império (ver os comentários sobre Daniel 8:8). Xerxes foi o último rei persa a invadir a Grécia. A profecia, portanto, pula nove sucessores de Xerxes no império persa e já apresenta Alexandre, o Grande. Depois de conquistar a Pérsia, Alexandre “se tornou o monarca absoluto desse império, abrangendo um território maior do que o governado por qualquer um dos reis persas” (Prideaux, vol. 1, p. 378). Seu domínio era grande, incluindo “a maior parte do mundo habitado conhecido na época”, e ele fazia o que lhe aprazia. Suas vontades o levaram, em 323 a.C., a um excesso de bebedeira, cujo resultado foi uma morte insensata. Então todos os seus projetos ambiciosos e cheios de vanglória caíram em um eclipse repentino, súbito e total. O reino foi dividido, mas não para sua posteridade. Foi separado para outros de fora de sua família. Quinze anos após sua morte, toda sua posteridade fora erradicada, vítima da inveja e da ambição de seus principais generais. Não restou ninguém da raça de Alexandre sobre a face da Terra. Como foi curta a transição do mais elevado cume da glória terrena para as profundezas mais baixas da morte e do esquecimento. O reino foi dividido em quatro partes, das quais se apropriaram os generais mais capazes de Alexandre, ou, talvez, os mais ambiciosos e sem princípios — Cassandro, Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu.

VERSÍCULO 5. O rei do Sul será forte, como também um de seus príncipes; este será mais forte do que ele, e reinará, e será grande o seu domínio.

O restante do capítulo faz diversas referências ao rei do norte e ao rei do sul. Logo, torna-se essencial para a compreensão da profecia identificar esses poderes com clareza. Quando o império de Alexandre foi dividido, as diferentes partes foram repartidas para os quatro ventos do céu, oeste, norte, leste e sul. É claro que tais divisões devem ser consideradas do ponto de vista da Palestina, a terra natal do profeta. A divisão do império a oeste da Palestina constituiria o reino do ocidente; a que fica ao norte, o reino do norte, a que fica a leste, o reino do oriente; a que fica ao sul, o reino do sul. As divisões do reino de Alexandre, do ponto de vista da Palestina, se situam da seguinte forma: Cassandro ficou com a Grécia e as terras adjacentes, a oeste; Lisímaco ficou com a Trácia, que na época incluía a Ásia Menor, e as terras em torno do Helesponto e Bósforo, que se localizam ao norte da Palestina; Seleuco ficou com a Síria e Babilônia, que se encontravam principalmente a leste; e Ptolomeu ficou com o Egito e as terras vizinhas, ao sul.

Durante as guerras e revoluções que se seguiram por muitas eras, tais fronteiras geográficas sofreram frequentes mudanças ou obliterações; antigos limites foram eliminados e novos foram instituídos. A despeito das mudanças, porém, essas primeiras divisões do império deveriam determinar o nome que tais porções territoriais receberiam no futuro. Caso contrário, não teríamos padrão nenhum para testar a aplicação da profecia. Em outras palavras, qualquer poder, em qualquer época, que ocupasse o território que *primeiramente* constituiu o reino do norte, tal poder, contanto que ocupasse esse território, seria chamado de rei do norte; e qualquer poder que ocupasse aquilo que *primeiramente* constituiu o rei do sul, esse poder seria, nesse período específico, o rei do sul. Fazemos referência apenas a esses dois porque são os únicos mencionados

nesta profecia e porque, na realidade, praticamente todo o império de Alexandre se resumiu, por fim, a essas duas divisões.

Cassandro logo foi conquistado por Lisímaco; e seu reino, a Grécia e a Macedônia, anexado à Trácia. E Lisímaco, por sua vez, foi conquistado por Seleuco, sendo a Macedônia e a Trácia anexadas à Síria.

Tais fatos preparam o caminho para a aplicação do texto a nossa frente. O rei do sul, o Egito, seria forte. Ptolomeu anexou o Chipre, a Fenícia, a Cária, Cirene, bem como muitas ilhas e cidades ao Egito. Assim seu reino se fortaleceu. Mas outro dos generais de Alexandre é introduzido na expressão “um de seus príncipes”. A Septuaginta traduz o versículo da seguinte maneira: “E o rei do sul será forte, e um de seus príncipes [de Alexandre] será forte sobre ele”. Tal referência deve ser a Seleuco, que, conforme já mencionado, anexou a Macedônia e a Trácia à Síria, tornando-se assim o possuidor de três das quatro partes do domínio de Alexandre, conseguindo estabelecer um reino mais poderoso que o do Egito.

VERSÍCULO 6. Mas, ao cabo de anos, eles se aliarão um com o outro; a filha do rei do Sul casará com o rei do Norte, para estabelecer a concórdia; ela, porém, não conservará a força do seu braço, e ele não permanecerá, nem o seu braço, porque ela será entregue, e bem assim os que a trouxeram, e seu pai, e o que a tomou por sua naqueles tempos.

Aconteciam guerras frequentes entre os reis do Egito e da Síria. Isso ocorreu, em especial, com o segundo rei do Egito, Ptolomeu Filadelfo, e Antíoco Teo, o terceiro rei da Síria. Por fim, fizeram um acordo de paz, sob a condição de que Antíoco Teos repudiasse sua esposa Laódice e seus dois filhos, para se casar com Berenice, filha de Ptolomeu Filadelfo. Ptolomeu levou então sua filha para Antíoco, cobrindo-a com um dote generosíssimo.

“Ela, porém, não conservará a força do seu braço”, isto é, seus interesses e o poder junto a Antíoco. E foi justamente isso que aconteceu, pois, pouco tempo depois, em um acesso sentimental, Antíoco levou de volta para a corte a ex-esposa Laódice e os filhos. Então, diz a profecia, “ele [Antíoco] não permanecerá, nem o seu braço”, ou semente. Quando Laódice foi restaurada ao favor e ao poder, temeu que, na volubilidade de seu temperamento, Antíoco a lançasse em desgraça novamente, chamando Berenice de volta. Credo que nada menos que sua morte seria uma garantia eficaz contra tal possibilidade, tramou seu envenenamento pouco tempo depois. Tampouco seu braço, ou seja, sua descendência por meio de Berenice, o sucedeu no trono, pois Laódice conseguiu manobrar as coisas de tal modo que o trono foi assegurado a seu filho mais velho, Seleuco Calínico.

“Porque ela [Berenice] será entregue.” Laódice, não se satisfazendo com o envenenamento do próprio esposo Antíoco, tramou o assassinato de Berenice. “E bem assim os que a trouxeram”. Muitas das mulheres e servas egípcias que tentaram defender Berenice foram mortas juntamente com ela. “E seu pai”. Na margem [da KJV], lemos: “quem ela gerou”, isto é, o filho dela, que foi assassinado na mesma época por ordem de Laódice. “E o que a tomou por sua

naqueles tempos”, seu marido Antíoco, conforme supõe Jerônimo, ou aqueles que ficaram do lado dela e a defenderam.

Mas tal maldade não poderia ficar impune por muito tempo, conforme prediz a profecia e a história comprova.

VERSÍCULO 7. Mas, de um renovo da linhagem dela, um se levantará em seu lugar, e avançará contra o exército do rei do Norte, e entrará na sua fortaleza, e agirá contra eles, e prevalecerá. 8. Também aos seus deuses com a multidão das suas imagens fundidas, com os seus objetos preciosos de prata e ouro levará como despojo para o Egito; por alguns anos, ele deixará em paz o rei do Norte. 9. Mas, depois, este avançará contra o reino do rei do Sul e tornará para a sua terra.

Esse renovo da mesma raiz de Berenice foi seu irmão, Ptolomeu Evérgeta. Assim que sucedeu ao pai, Ptolomeu Filadelfo, no trono do Egito, inflamado pelo desejo de se vingar da morte da irmã Berenice, recrutou um exército imenso e invadiu o território do rei do norte, isto é, Seleuco Calínico, o qual, juntamente com a mãe Laódice, reinava na Síria. E prevaleceu contra eles, chegando a conquistar a Síria, a Cilícia, as partes superiores além do Eufrates e quase toda a Ásia. Contudo, ao ficar sabendo que uma sedição se levantara no Egito, exigindo seu retorno para casa, ele saqueou o reino de Seleuco, levando 40 mil talentos de prata e utensílios preciosos, bem como 2.500 imagens de deuses. Dentre elas, se encontravam os ídolos que Cambises havia tomado do Egito no passado e levado para a Pérsia. Os egípcios, completamente dados à idolatria, concederam a Ptolomeu o título de Evérgeta, ou o Benfeitor, em elogio por, depois de tantos anos, ter restaurado seus deuses cativos.

Segundo bispo Newton, esse é o relato de Jerônimo, extraído dos historiadores antigos. Mas há autores — cujas obras ainda se encontram disponíveis para consulta — que confirmam vários dos mesmos detalhes. Apiano nos informa que Laódice matou Antíoco e, depois dele, tanto Berenice quanto o filho. Então Ptolomeu, filho de Filadelfo, desejoso de se vingar de tais assassinatos, invadiu a Síria, matou Laódice e avançou até Babilônia. Políbio conta que Ptolomeu, cognominado Evérgeta, extremamente inflamado pelo tratamento cruel que sua irmã Berenice recebera, marchou com um exército até a Síria e tomou a cidade de Selêucia, que foi guardada por alguns anos depois disso por forças egípcias. Dessa maneira ele entrou na fortaleza do rei do norte. Polieno afirma que Ptolomeu se tornou senhor de toda a terra que se estendia do monte Tauro até a Índia, sem guerra ou batalha; mas, por equívoco, atribui o feito ao pai, em lugar do filho. Justino conta que, caso Ptolomeu não tivesse retornado ao Egito por causa de uma revolta interna, ele teria possuído todo o reino de Seleuco. Assim o rei do sul entrou no domínio do rei do norte e retornou à sua terra, conforme o profeta havia pretendido. E também continuou por mais tempo que o rei do norte, pois Seleuco Calínico morreu no exílio, ao cair do próprio cavalo. Depois disso, Ptolomeu Evérgeta ainda viveu por mais quatro ou cinco anos.

VERSÍCULO 10. Os seus filhos farão guerra e reunirão numerosas forças; um deles virá apressadamente, arrasará tudo e passará adiante; e, voltando à guerra, a levará até à fortaleza do rei do Sul.

A primeira parte deste versículo fala de filhos, no plural; já a última, de um deles, no singular. Os filhos de Seleuco Calínico foram Seleuco Cerauno e Antíoco Magno. Ambos se envolveram com zelo na obra de defender e vingar a causa do pai e de seu país. O mais velho dos dois, Seleuco, assumiu primeiro o trono. Ele reuniu uma grande multidão para recuperar os domínios do pai; mas por ser um príncipe fraco e tímido, tanto física quanto moralmente, sem dinheiro e incapaz de manter a obediência do exército, foi assassinado por envenenamento por dois de seus generais após um reinado inglório de dois ou três anos. Seu irmão mais hábil, Antíoco Magno, foi proclamado rei em seu lugar, assumiu o comando do exército, recobrou a Selêucia e recuperou a Síria, tornando-se senhor de alguns lugares por tratado e de outros, pela força das armas. Uma trégua se seguiu, na qual os dois lados fizeram um acordo de paz, embora preparados para a guerra. Depois disso, Antíoco voltou e venceu Nicolau, o general egípcio, em batalha, chegando a pensar em invadir até mesmo o Egito. Ele certamente foi o cumprimento da profecia que dizia que “um deles virá apressadamente, arrasará tudo e passará adiante”.

VERSÍCULO 11. Então, este se exasperará, sairá e pelejará contra ele, contra o rei do Norte; este porá em campo grande multidão, mas a sua multidão será entregue nas mãos daquele.

Ptolomeu Filópator sucedeu ao pai Evérgeta no trono do Egito. Foi coroado pouco depois de Antíoco Magno suceder ao irmão no governo da Síria. Era um rei bastante dado aos prazeres e vícios, mas finalmente foi despertado diante da perspectiva de uma invasão ao Egito por Antíoco. De fato, ele “se exasperou” pelas perdas que havia sofrido e pelo perigo que o ameaçava. Por isso saiu do Egito com um exército numeroso a fim de deter o progresso do rei da Síria. O rei do norte também reuniria uma grande multidão. Segundo Políbio, o exército de Antíoco contava com 62 mil na infantaria, 6 mil na cavalaria e 102 montando elefantes. Em batalha, Antíoco foi derrotado e seu exército, em conformidade com a profecia, entregue nas mãos do rei do sul. Dez mil soldados de infantaria e 3 mil da cavalaria foram mortos. Mais de 4 mil foram levados prisioneiros. Já do exército de Ptolomeu, somente 700 cavaleiros perderam a vida e mais ou menos o dobro de soldados da infantaria.

VERSÍCULO 12. A multidão será levada, e o coração dele se exaltará; ele derribará miríades, porém não prevalecerá.

Ptolomeu não tinha a prudência necessária para fazer bom uso de sua vitória. Caso tivesse aproveitado o sucesso, provavelmente teria se tornado senhor de todo o reino de Antíoco. Mas se contentou em simplesmente fazer algumas ameaças e firmou um tratado de paz, a fim de poder se entregar à indulgência ininterrupta e descontrolada de suas paixões vulgares. Assim, depois de conquistar os inimigos, foi vencido pelos próprios vícios e, esquecendo-se do grande nome que poderia ter consolidado, gastava o tempo em festas e devassidão.

Seu coração se exaltou por causa do sucesso, mas ele estava longe de se fortalecer com ele. Por causa do uso inglório que fez da fama, seus próprios súditos se rebelaram contra ele. Mas a exaltação de seu coração se manifestou de maneira especial no tratamento que dispensava aos judeus. Ao ir a Jerusalém, ofereceu sacrifícios ali e quis muito entrar no lugar santíssimo do templo, ato contrário à lei e à religião do lugar. Depois de ser impedido com grande dificuldade, foi embora espumando de raiva de toda a nação judaica. Iniciou de imediato uma perseguição terrível e implacável. Em Alexandria, onde moravam judeus desde a época de Alexandre, desfrutando os privilégios dos cidadãos mais favorecidos, foram mortos 40 mil, segundo Eusébio, ou 60 mil, de acordo com Jerônimo, nessa perseguição. Sem dúvida, a rebelião dos egípcios e esse massacre dos judeus não contribuíram para fortalecê-lo no reino, mas, em vez disso, quase conseguiram arruiná-lo por completo.

VERSÍCULO 13. Porque o rei do Norte tornará, e porá em campo multidão maior do que a primeira, e, ao cabo de tempos, isto é, de anos, virá à pressa com grande exército e abundantes provisões.

Os acontecimentos preditos nestes versículos se cumpriram “ao cabo de tempos, isto é, de anos”. A paz firmada entre Ptolomeu Filópator e Antíoco durou 14 anos. Nesse meio tempo, Ptolomeu morreu de intemperança e excessos. Foi sucedido pelo filho Ptolomeu Epifanes, uma criança de quatro ou cinco anos de idade na época. Nesse mesmo período, Antíoco conseguiu suprimir a rebelião em seu reino, consolidando a obediência na parte oriental de seu império. Estava, portanto, livre para qualquer empreitada quando o jovem Epifanes subiu ao trono do Egito. Pensando que era uma oportunidade boa demais para ampliar seus domínios, que não poderia deixar escapar, reuniu um exército imenso, uma “multidão maior do que a primeira” (pois havia recrutado muitas forças e adquirido grandes riquezas em sua expedição no oriente) e marchou contra o Egito, na expectativa de obter uma vitória fácil sobre o rei menino. Veremos agora como ele se saiu; pois neste ponto surgem novos complicadores na história desses reinos, e novos atores entram em cena.

VERSÍCULO 14. Naqueles tempos, se levantarão muitos contra o rei do Sul; também os dados à violência dentre o teu povo [os saqueadores de teu povo, KJV] se levantarão para cumprirem a profecia, mas cairão.

Antíoco não foi o único que se levantou contra o menino Ptolomeu. Agátocles, seu primeiro ministro, guardião da tutela do rei e administrando as questões do reino em lugar do monarca, era tão dissoluto e orgulhoso no exercício do poder que acabou sendo alvo de rebelião por parte das províncias até então súditas do Egito. O país em si foi afligido por sedições. E os alexandrinos se levantaram contra Agátocles, provocando sua morte, juntamente com a de sua irmã, sua mãe e seus associados. Na mesma época, Filipe, rei da Macedônia, formou uma coalizão com Antíoco com o objetivo de dividir os domínios de Ptolomeu entre eles, cada um se propondo a ficar com

as partes mais próximas e convenientes. Temos aqui uma investida contra o rei do sul suficiente para cumprir a profecia, bem como os próprios eventos que, sem sombra de dúvida, a profecia tinha intenção de destacar.

Um novo poder é apresentado, “os saqueadores de teu povo” [KJV]; literalmente, diz o bispo Newton, “os esmagadores do teu povo”. Bem distante, às margens do rio Tibre, um reino vinha alimentando projetos ambiciosos e desígnios sombrios. Pequeno e fraco a princípio, cresceu com rapidez extraordinária em força e vigor, atacando com cuidado aqui e ali a fim de testar sua proeza e a resistência de seu exército beligerante, até que, consciente de seu poder, ousadamente levantou a cabeça entre as nações da Terra e se apropriou, com mão invencível, do leme com que governavam. Assim se destaca o nome de Roma na página da história, destinada, por longas eras, a controlar as questões mundiais, exercendo influência poderosa sobre as nações, até o fim dos tempos.

Roma falou. Então a Síria e a Macedônia logo viram uma mudança se encaminhando no cenário de seu sonho. Os romanos interferiram em favor do jovem rei do Egito, determinados a protegê-lo da ruína tramada por Antíoco e Filipe. Isso foi em 200 a.C., uma das primeiras interferências importantes dos romanos sobre a administração síria e egípcia. Rollin faz um relato sucinto dessa situação:

Antíoco, rei da Síria, e Filipe, da Macedônia, durante o reinado de Ptolomeu Filópater, haviam demonstrado o mais forte zelo pelos interesses desse monarca e estavam prontos para ajudá-lo em todas as ocasiões. Todavia, assim que ele morreu, deixando para trás um jovem garoto, o qual não deveria ter sido incomodado na posse do reino do pai, em respeito às leis da humanidade e da justiça, imediatamente se uniram em uma aliança criminosa, incentivando um ao outro a destronar o herdeiro legítimo e dividir seus domínios entre eles. Filipe ficaria com a Cária, a Líbia, Cirenaica e o Egito; e Antíoco com todo o resto. Com isso em mente, este invadiu a Celessíria e a Palestina. Em menos de duas campanhas, conquistou a totalidade dessas províncias, com todas as suas cidades e territórios. Políbio diz que a culpa deles não teria ficado tão evidente se, como tiranos, houvessem tentado justificar os crimes com alguma pretensão especial. Em vez disso, porém, a injustiça e a crueldade dos dois foram tão gritantes que a eles se aplicou aquilo que se costuma dizer acerca dos peixes: os maiores, embora da mesma espécie, fazem os menores de presa. O mesmo autor continua afirmando que, ao verem as leis mais sagradas da sociedade sendo tão abertamente violadas, as pessoas seriam tentadas a acusar a Providência de ser indiferente e insensível aos crimes mais horrendos. Porém, Sua conduta foi plenamente justificada ao punir esses dois reis, de acordo com o que mereciam, e ao fazer deles um exemplo que viesse a impedir, em eras futuras, outros de seguir o mesmo curso de ação. Pois enquanto tramavam destronar um menino fraco e indefeso, fazendo picadinho dele, a Providência levantou os romanos, que derrotaram por completo os reinos de Filipe e Antíoco, reduzindo seus sucessos a uma calamidade quase tão grande quanto a que haviam planejado infligir sobre o menino rei (*Ancient History*, livro 18, cap. 50).

“Para cumprirem a profecia”. Como os romanos aparecem com maior proeminência do que qualquer outro povo no tema da profecia de Daniel, sua primeira interferência nas questões desses reinos é chamada de cumprimento, ou demonstração, da verdade da visão que predizia a existência de tal poder.

“Mas cairão”. Alguns dizem que estas palavras se referem àqueles mencionados na primeira parte do versículo, que se levantariam contra o rei do sul; outros, aos “saqueadores” [KJV] do povo de Daniel, os romanos. Em ambos os casos, é verdade. Se a alusão for àqueles que conspiraram contra Ptolomeu, basta dizer que caíram rapidamente. Caso se aplique aos romanos, a profecia simplesmente apontava para o futuro, para o período de sua queda.

VERSÍCULO 15. O rei do Norte virá, levantará baluartes e tomará cidades fortificadas; os braços do Sul não poderão resistir, nem o seu povo escolhido, pois não haverá força para resistir.

A tutela do jovem rei do Egito foi confiada, pelo senado romano, a Marco Emílio Lépidio, o qual instituiu Aristômene, ministro idoso e experiente daquela corte, como guardião do monarca. Seu primeiro ato foi tomar providências contrárias à ameaça de invasão dos dois reis confederados, Filipe e Antíoco.

Para esse fim, enviou Escopas, célebre general da Etólia, então a serviço dos egípcios, para sua terra natal, a fim de recrutar reforços para o exército. Depois de montar um exército, marchou até a Palestina e a Celessíria, enquanto Antíoco se encontrava em guerra contra Átalo na Ásia Menor, e sujeitou toda a Judeia à autoridade do Egito.

Assim as coisas alcançaram as condições necessárias para o cumprimento do versículo diante de nós. Pois Antíoco, desistindo da guerra contra Átalo, porque assim o exigiram os romanos, agiu o mais rapidamente possível para recuperar a Palestina e a Celessíria das mãos dos egípcios. Escopas foi enviado para se opor a ele. Perto das nascentes do Jordão, os dois exércitos se enfrentaram. Escopas foi derrotado, perseguido até Sidom e firmemente sitiado ali. Três dos generais mais habilidosos do Egito, com suas melhores forças, foram enviados para levantar o cerco, mas não obtiveram êxito. Por fim, Escopas, deparando com o fantasma medonho e intangível da fome, um inimigo que foi incapaz de deter, se viu forçado a se render diante do desonroso termo de ter apenas a vida poupada. Depois disso, ele e seus 10 mil homens sofreram a vergonha de partir nus e destituídos. Nessa ocasião, as mais fortificadas cidades foram tomadas pelo rei do norte; pois Sidom era, tanto em localização quanto em defesa, uma das cidades mais fortes da época. Nesse momento, os braços do Sul fracassaram em resistir, bem como o povo que o rei do sul escolhera, a saber, Escopas e suas forças da Etólia.

VERSÍCULO 16. O que, pois, vier contra ele fará o que bem quiser, e ninguém poderá resistir a ele; estará na terra gloriosa, e tudo estará em suas mãos.

Embora o Egito não tenha conseguido resistir a Antíoco, o rei do norte, este, por sua vez, não conseguiu resistir aos romanos, que agora o atacaram. Os reinos não foram mais capazes de resistir

a esse poder em ascensão. A Síria foi conquistada e anexada ao império romano, quando Pompeu, em 65 a.C., destituiu Antíoco Asiático de suas terras e reduziu a Síria a uma província romana.

O mesmo poder também se dirigiria à terra gloriosa e a consumiria. Roma se ligou ao povo de Deus, os judeus, por aliança em 161 a.C. Dessa data em diante, ocupa um lugar proeminente no calendário profético. Todavia, só adquiriu jurisdição sobre a Judeia por meio de conquista em 63 a.C.; depois disso, da maneira mencionada a seguir.

Enquanto Pompeu retornava de sua expedição contra Mitrídates, rei de Ponto, dois concorrentes, Hircano e Aristóbulo, lutavam pela coroa da Judeia. Pompeu deparou com a contenda entre ambos e logo percebeu a injustiça das reivindicações de Aristóbulo ao trono, mas preferiu adiar a decisão sobre o assunto para depois da expedição à Arábia, que desejava fazer havia tanto tempo, prometendo retornar depois e resolver a questão da forma mais justa e apropriada. Aristóbulo, entendendo quais eram os reais sentimentos de Pompeu, voltou correndo para a Judeia, armou seus súditos e se preparou para uma defesa vigorosa, determinado a manter a coroa a todo custo, a qual previu que seria cedida a outro. Pompeu seguiu de perto o fugitivo. À medida que se aproximava de Jerusalém, Aristóbulo, começando a se arrepender de sua escolha, foi encontrá-lo e tentou resolver a questão prometendo submissão total e grandes somas de dinheiro. Pompeu aceitou a proposta e enviou Gabínio liderando um destacamento de soldados para receber o montante. No entanto, quando o tenente-general chegou a Jerusalém, encontrou as portas fechadas para ele, e lhe disseram, de cima dos muros, que a cidade não cumpriria o acordo.

Pompeu não aceitaria ser enganado dessa maneira sem infligir a devida punição, por isso colocou Aristóbulo, que ficara sob sua custódia, atrás das grades. Marchou, então, imediatamente contra Jerusalém com todo seu exército. Os partidários de Aristóbulo eram favoráveis à defesa do local; os de Hircano, à abertura dos portões. Como os últimos eram a maioria, prevaleceram e Pompeu entrou livremente. Por isso, os adeptos de Aristóbulo se retiraram para o monte do templo, tão determinados a defender o lugar quanto Pompeu a destruí-lo. Ao cabo de três meses, criou-se uma brecha na parede de tamanho suficiente para um ataque, e o lugar sucumbiu ao fio da espada. No terrível extermínio que se seguiu, 12 mil pessoas foram mortas. Foi uma cena comovente, conta o historiador, ver os sacerdotes, que ministravam, na ocasião, o cerimonial divino, dando continuidade, com mãos calmas e propósito inabalável, a seu trabalho costumeiro, aparentemente inconscientes do forte tumulto, embora à sua volta seus amigos estivessem sendo executados e o próprio sangue deles com frequência se misturasse ao dos sacrifícios que ofereciam.

Após dar fim à guerra, Pompeu demoliu os muros de Jerusalém, transferiu várias cidades da jurisdição da Judeia para a Síria e impôs tributos aos judeus. Assim, pela primeira vez, Jerusalém foi colocada, por meio de conquista, nas mãos do poder que deteria a “terra gloriosa” em suas garras de ferro até consumi-la por completo.

VERSÍCULO 17. Resolverá vir com a força de todo o seu reino, e entrará em acordo com ele, e lhe dará uma jovem em casamento, para destruir o seu reino; isto, porém, não vingará, nem será para a sua vantagem.¹

Bispo Newton apresenta outra versão para este versículo, que parece expressar o sentido com mais clareza: “Ele também se determinará a entrar por meio da força em todo o reino”. O versículo 16 nos traz até a conquista da Síria e da Judeia pelos romanos. Roma já havia conquistado a Macedônia e a Trácia. O Egito agora era tudo que restava de “todo o reino” de Alexandre, pois ainda não se sujeitara ao poder romano, o qual agora resolve invadir o país usando a força.

Ptolomeu Auleta morreu em 51 a.C. Deixou a coroa e o reino do Egito para o filho e a filha mais velhos, Ptolomeu e Cleópatra. Seu testamento designava que eles se casariam um com o outro e reinariam juntos. Como eram jovens, foram colocados sob a tutela dos romanos. O povo romano aceitou a incumbência e nomeou Pompeu guardião dos jovens herdeiros do Egito.

Não demorou muito para surgir uma discordância entre Pompeu e César. Foi travada então a célebre batalha de Farsalos entre os dois generais. Pompeu foi derrotado e fugiu para o Egito. César imediatamente o seguiu até lá, mas, antes que este chegasse, Pompeu foi assassinado da forma mais vil por Ptolomeu, de quem fora nomeado guardião. Então César assumiu o posto que fora dado a Pompeu como guardião de Ptolomeu e Cleópatra. Encontrou o Egito em comoção devido a tumultos internos, Ptolomeu e Cleópatra hostis um ao outro e esta destituída de sua parte no governo. Apesar disso, não hesitou em se estabelecer em Alexandria com seu pequeno exército, 800 cavaleiros e 3.200 soldados de infantaria, familiarizar-se com a disputa e cuidar de resolvê-la. Como os problemas cresciam diariamente, César percebeu que sua pequena força era insuficiente para manter sua posição. Impossibilitado de deixar o Egito por causa do vento norte que soprava naquela época do ano, enviou mensagem para a Ásia, ordenando que todas as tropas que ele possuía naquela região fossem auxiliá-lo o mais rápido possível.

Da maneira mais arrogante possível, decretou que Ptolomeu e Cleópatra deveriam dispensar seus exércitos, comparecer diante dele para resolver as diferenças e acatar sua decisão. Como o Egito era um reino independente, esse decreto altivo foi considerado uma afronta a sua dignidade real. Então os egípcios, absolutamente inflamados, correram para empunhar armas. César respondeu que estava agindo daquela maneira por causa do testamento do pai deles, Auleta, o qual colocara os filhos sob a tutela do senado e do povo romano, cuja autoridade integral se encontrava agora investida em sua pessoa como cônsul; e, sendo guardião dos dois, ele tinha o direito de arbitrar entre ambos.

A questão finalmente lhe foi apresentada e advogados foram nomeados para defender a causa das duas partes. Cleópatra, ciente do ponto fraco do grande conquistador romano, julgou que a beleza de sua presença seria mais eficaz em garantir um julgamento favorável a ela do que

¹ Comparar com a tradução da ARC: “E porá o seu rosto para vir com a força de todo o seu reino, e com ele os retos, e fará o que lhe aprouver; e lhe dará uma filha das mulheres, para a corromper; mas ela não subsistirá, nem será para ele.”

qualquer argumento que um advogado apresentasse. A fim de chegar à presença dele sem ser notada, recorreu ao seguinte stratagem: cobrindo-se completamente com um fardo de roupas, Apolodoro, seu servo siciliano, o enrolou em um pano, amarrou-o com uma tira de couro e o colocou sobre seus ombros hercúleos. Dirigiu-se então aos aposentos de César. Afirmando ter um presente para o general romano, foi admitido às portas da fortaleza, entrou na presença de César e depositou o fardo a seus pés. Quando César abriu o embrulho vivo, eis que a bela Cleópatra estava a sua frente. Longe de se desagradar do stratagem e, possuidor do caráter descrito em 2 Pedro 2:14, a primeira visão de uma mulher tão bela provocou todo o efeito que ela desejara, conta Rollin.

Por fim, César decretou que irmão e irmã deveriam ocupar o trono conjuntamente, em conformidade com o desígnio do testamento. Potino, ministro chefe de estado, que desempenhara um papel fundamental na expulsão de Cleópatra do trono, temeu as consequências de sua restauração. Por isso, começou a despertar suspeita e hostilidade contra César, insinuando, em meio ao populacho, que ele tinha a intenção de, em dado momento, dar o poder apenas a Cleópatra. Uma revolta aberta logo se seguiu. Áquila, à frente de 20 mil homens, marchou para tirar César de Alexandria. Dispondo seu pequeno grupo de homens habilmente pelas ruas e alamedas da cidade, César não teve dificuldades em conter o ataque. Os egípcios resolveram destruir a frota do general romano. Este respondeu incendiando a deles. Algumas das embarcações em chamas foram à deriva para perto do cais. Por isso, várias construções da cidade pegaram fogo, e a célebre biblioteca de Alexandria, contendo quase 400 mil volumes, foi destruída.

Como a guerra se tornava cada vez mais ameaçadora, César pediu ajuda a todos os países vizinhos. Uma grande frota da Ásia Menor foi auxiliá-lo. Mitrídates partiu para o Egito com um exército recrutado na Síria e na Cilícia. Antípatro, o idumeu, se uniu a ele, com 3 mil judeus. Os judeus, que detinham as passagens para o Egito, permitiram que os exércitos atravessassem sem qualquer obstáculo. Sem essa cooperação da parte deles, todo o plano poderia ter fracassado. A chegada desse exército decidiu o conflito. Uma batalha decisiva foi travada perto do Nilo, a qual resultou em vitória completa para César. Ptolomeu, ao tentar fugir, foi afogado no rio. Então a Alexandria e todo o Egito se sujeitaram ao vencedor. Roma agora conseguira invadir e absorver todo o reino original de Alexandre.

Ao falar dos “retos” (ARC), o texto se refere, sem dúvida, aos judeus, que lhe prestaram a assistência já mencionada. Sem isso, ele poderia ter fracassado. Com a ajuda, colocou todo o Egito sob seu poder em 47 a.C.

“Uma filha das mulheres, para a corromper” (ARC). A paixão de César por Cleópatra, com quem ele teve um filho, é citada pelo historiador como o único motivo para o conquistador ter se envolvido em uma campanha tão perigosa quanto a guerra egípcia. Isso o manteve por muito mais tempo no Egito do que suas obrigações exigiam, passando noites em festas e bebedeiras com a rainha dissoluta. “Mas”, disse o profeta, “ela não subsistirá [‘não permanecerá ao seu lado’

(KJV)], nem será para ele” (ARC). Posteriormente, Cleópatra se uniu a Antônio, inimigo de César Augusto, e exerceu todo o poder dela contra Roma.

VERSÍCULO 18. Depois, se voltará para as terras do mar e tomará muitas; mas um príncipe fará cessar-lhe o opróbrio e ainda fará recair este opróbrio sobre aquele.

A guerra contra Fárnaces, rei do Bósforo Cimério, por fim o afastou do Egito. Prideaux conta: “Ao chegar onde o inimigo se encontrava, sem dar nenhuma folga para si, nem para eles, imediatamente atacou e obteve vitória absoluta sobre eles. Relatou o ocorrido a um amigo com estas três palavras: Veni, vidi, vici: Vim, vi e venci”. A última parte desse versículo é um tanto quanto enigmática e há divergência de opinião quanto a sua aplicação. Alguns a aplicam a um momento anterior da vida de César e acreditam que se cumpriu em sua disputa com Pompeu. Mas os eventos anteriores e subsequentes definidos com clareza pela profecia nos compelem a buscar o cumprimento dessa parte da predição entre a vitória sobre Fárnaces e a morte de César em Roma, conforme o versículo seguinte destaca. Uma análise histórica mais completa desse período pode trazer à tona acontecimentos que tirem as dificuldades da aplicação desta passagem.

VERSÍCULO 19. Então, voltará para as fortalezas da sua própria terra; mas tropeçará, e cairá, e não será achado.

Após essa conquista, César derrotou os últimos fragmentos do partido de Pompeu, Catão e Cipião, na África, Labieno e Varo na Espanha. Ao voltar para Roma, “as fortalezas da sua própria terra”, foi nomeado ditador perpétuo. O poder e honra a ele concedidos foram tão grandes que ele se tornou, de fato, o soberano absoluto de todo o império. Mas o profeta disse que ele tropeçaria e cairia. Essas palavras sugerem que sua queda seria repentina e inesperada, como a de uma pessoa que tropeça por acidente ao caminhar. Assim esse homem, que guerreou e venceu inúmeras batalhas, tomou mil cidades e tirou a vida de um milhão, duzentos e noventa mil homens, caiu, não durante o estrondo da batalha, nem na hora da luta, mas quando achou que seu caminho estava livre e enfeitado com flores, quando o perigo supostamente estava distante. Pois, quando se assentou dentro do senado em seu trono de ouro e recebeu das mãos daquela instituição o título de rei, o punhal da traição subitamente o atingiu no coração. Cássio, Bruto e outros conspiradores o atacaram e ele caiu, ferido com 23 punhaladas. Assim ele tropeçou e caiu de repente, para não mais ser achado, em 44 a.C.

VERSÍCULO 20. Levantar-se-á, depois, em lugar dele, um que fará passar um exator pela terra mais gloriosa do seu reino; mas, em poucos dias, será destruído, e isto sem ira nem batalha.

Augusto César sucedeu ao tio Júlio, que por aquele fora adotado como sucessor. Ele anunciou publicamente o fato de ter sido adotado pelo tio, assumiu o nome dele, acrescentando o de Otaviano. Aliou-se a Marco Antônio e Lépido para vingar a morte de César, criando a forma de

governo conhecida como *triumvirato*. Depois de se consolidar firmemente no império, o senado lhe conferiu o título de Augusto. Como os outros membros do *triumvirato* haviam morrido, ele se tornou o único governante supremo.

Ele foi categoricamente um “exator”, ou cobrador de tributos. Lucas, ao falar sobre os acontecimentos ligados à época em que Cristo nasceu, conta: “Naqueles dias, foi publicado um decreto de César Augusto, convocando toda a população do império romano para recensear-se [ser tributada, KJV]” (Lucas 2:1). Esse recenseamento mundial para fins de tributação foi um evento digno de nota. E aquele que o colocou em vigor merece, sem dúvida, o título de “exator” acima de qualquer concorrente.

O periódico *Globe Democrat* [Democrata global], de Saint Louis, conforme citado em *Current Literature* [Literatura atual] de julho de 1895, diz: “César Augusto não foi o benfeitor público conforme costuma ser representado. Foi o mais exigente coletor de impostos que o mundo romano havia visto até então”.

E ele se levantou “pela terra mais gloriosa do seu reino”. Roma chegou ao auge de sua grandeza e de seu poder. A “era augusta” se tornou uma expressão usada em toda parte para denotar a era áurea da história romana. Roma nunca passou por um momento mais brilhante. A paz foi promovida, a justiça era mantida, os excessos foram freados, a disciplina se estabeleceu e o ensino recebeu incentivos. Durante seu reinado, o templo de Jano foi fechado pela terceira vez desde a fundação de Roma, significando que o mundo inteiro estava em paz. Foi nessa hora tão propícia que nosso Senhor nasceu em Belém. Em pouco menos de 18 anos após a tributação ter ocorrido, os quais pareciam apenas “poucos dias” na perspectiva distante do profeta, morreu Augusto, não consumido pela raiva, nem em batalha, mas pacificamente em sua cama, na cidade de Nola, onde fora buscar repouso e saúde, em 14 d.C., aos 76 anos de idade.

VERSÍCULO 21. Depois, se levantará em seu lugar um homem vil, ao qual não tinham dado a dignidade real; mas ele virá caladamente e tomará o reino, com intrigas [bajulações, KJV].

Tibério César se assentou em seguida no trono romano. Foi elevado a cônsul aos 28 anos de idade. Conta-se que, quando Augusto estava prestes a nomear um sucessor, sua esposa Lúvia suplicou que ele escolhesse Tibério (filho dela com um ex-marido); mas o imperador respondeu: “Seu filho é *vil* demais para vestir a cor púrpura de Roma”. A indicação foi dada a Agripa, cidadão romano muito virtuoso e respeitado. Mas a profecia previra que um homem vil sucederia a Augusto. Agripa morreu e Augusto precisou mais uma vez escolher um sucessor. Lúvia intercedeu mais uma vez por Tibério, e Augusto, enfraquecido pela idade e a doença, se deixou lisonjear com mais facilidade e consentiu em nomear como colega e sucessor aquele jovem “vil”. Mas os cidadãos nunca lhe devotaram o amor, o respeito e a “dignidade real” devidos a um soberano justo e fiel.

Como foi claro o cumprimento da predição de que não lhe dariam dignidade real! Mas ele viria caladamente e tomaria o reino com intrigas. Um parágrafo da *Encyclopedia Americana* mostra como isso se cumpriu:

“Durante o restante da vida de Augusto, ele [Tibério] se portou com grande prudência e habilidade, concluindo com grande êxito uma guerra contra os alemães. Após a derrota de Varo e suas legiões, ele foi enviado para deter o progresso dos alemães vitoriosos, tendo agido com o mesmo espírito e prudência. Quando Augusto morreu, conseguiu chegar, sem oposição, à soberania do império, a qual, porém, com sua dissimulação característica, fez questão de recusar, até receber pedidos repetidos do senado subserviente.”

Dissimulação de sua parte, bajulação por parte do senado servil e a posse do reino sem oposição — tais foram as circunstâncias que acompanharam sua ascensão ao trono e tais eram as circunstâncias que a profecia previra.

A pessoa que o texto destaca é chamada de “vil”. Seria esse o caráter de Tibério? Deixemos outro parágrafo da *Encyclopedia* responder:

Tácito registra os acontecimentos de seu reinado, incluindo a morte suspeita de Germânico, a administração detestável de Sejano, o envenenamento de Druso, com toda a mistura extraordinária de tirania com ocasional sabedoria e bom senso que distinguiu a conduta de Tibério, até sua aposentadoria ingloria e dissoluta em 26 d.C., na ilha de Capri, na baía de Nápoles, para nunca mais voltar a Roma. Quando Líbia morreu, em 29 d.C., o único freio sobre as ações de Tibério e do abominável Sejano, seguiu-se a destruição da viúva e da família de Germânico. Por fim, o infame favorito começou a cobiçar o próprio império. Quando Tibério foi informado das maquinacões de Sejano, preparou-se para enfrentá-lo com sua arma preferida, a dissimulação. Embora totalmente determinado a destruí-lo, Tibério o cobriu de honras, o nomeou seu parceiro no consulado e, depois de iludir a credulidade de Sejano e a do senado, que o tinha em maior favor do que nunca, ardilosamente preparou sua prisão. Sejano caiu mercedamente e sem compaixão. Mas muitas pessoas inocentes compartilharam de sua destruição em consequência das suspeitas e da crueldade de Tibério, que agora ultrapassavam todos os limites. O restante do reinado desse tirano não passa de uma narrativa repulsiva de servilismo, por um lado, e ferocidade despótica do outro. O fato de que ele próprio chegou a sofrer tanta aflição quanto a que infligia em outros fica evidente na introdução a seguir de uma de suas cartas ao senado: “O que vos escreverei, senadores, ou o que deixarei de escrever, ou ainda por que escrevê-lo, que os deuses e as deusas me assolem mais do que já sinto diariamente, se eu puder dizer”. “Quanta tortura mental”, observa Tácito, fazendo referência a essa passagem, ‘para extrair tal confissão!’”

“Sêneca conta que Tibério só ficou bêbado uma vez na vida, pois ele permaneceu em uma condição perpétua de embriaguez desde o momento em que começou a beber até o fim da vida”.

Tiranía, hipocrisia, devassidão e embriaguez constante — se tais características e práticas mostram de fato que alguém é vil, então Tibério exibia tal caráter com perfeição repugnante.

VERSÍCULO 22. As forças inundantes serão arrasadas de diante dele; serão quebrantadas, como também o príncipe da aliança.

Bispo Newton apresenta a seguinte interpretação para concordar melhor com o original: “E os braços do inundador serão transbordados diante dele, e será quebrado”. As expressões significam revolução e violência. Para o cumprimento, devemos procurar o momento em que os braços de Tibério, o inundador, foram inundados, ou, em outras palavras, a ocasião em que sofreu uma morte violenta. A fim de mostrar como isso se cumpriu, recorreremos mais uma vez à *Encyclopedia Americana*, verbete Tibério:

“Agindo com hipocrisia até o fim, ele disfarçou sua debilidade crescente o quanto pôde, chegando a fingir participar dos esportes e exercícios dos soldados de sua guarda. Por fim, deixou sua ilha preferida, cena das mais nojentas libertinagens, e parou em uma casa de campo próxima ao promontório de Micenas, onde no dia 16 de março de 37, ele caiu em um estado de letargia, parecendo morto. Enquanto Calígula se preparava com uma numerosa escolta para tomar posse do império, Tibério reviveu repentinamente, causando grande consternação. Nesse momento crítico, Macro, o prefeito pretoriano, o sufocou com travesseiros. Assim morreu o imperador Tibério, aos 78 anos de idade, 23º de seu reinado, universalmente execrado.”

“O príncipe da aliança” se refere, sem sombra de dúvida, a Jesus Cristo, “o Ungido”, o “príncipe”, que firmaria Sua aliança por uma semana com Seu povo (Daniel 9:25-27). O profeta, depois de nos conduzir até a morte de Tibério, menciona agora brevemente um acontecimento que ocorreria durante esse reinado, tão importante que não poderia ser ignorado, a saber, o quebrantamento do Príncipe da aliança, ou, em outras palavras, a morte de nosso Senhor Jesus Cristo. De acordo com a profecia, isso aconteceu durante o reinado de Tibério. Lucas nos informa (3:1-3) que, no 15º ano do reinado de Tibério César, João Batista iniciou seu ministério. O reinado de Tibério deve começar a ser contado, de acordo com Prideaux, Dr. Hales, Lardner e outros, desde sua elevação ao trono para reinar em conjunto com o padraсто Augusto em agosto de 12 d.C. Logo, seu 15º ano seria de agosto de 26 d.C. até agosto de 27 d.C. Cristo era seis meses mais novo que João, e supõe-se que começou seu ministério seis meses depois, seguindo a lei do sacerdócio, ao começar a obra aos 30 anos de idade. Caso João tenha iniciado na primavera, na última parte do 15º ano de Tibério, o ministério de Cristo teria começado no outono de 27 d.C.; e é bem nesse momento que as autoridades mais confiáveis situam o batismo de Cristo, no exato ano em que terminariam os 483 anos a partir de 457 a.C., os quais se estenderiam até o Ungido, o Príncipe. Foi então quando Cristo saiu proclamando que o tempo havia se cumprido. Desse ponto, avançamos três anos e meio para encontrar a data da crucifixão, pois Cristo participou apenas de quatro Páscoas e foi crucificado na última. Três anos e meio a partir de 27 d.C. nos levam até a primavera

de 31 d.C. A morte de Tibério ocorreu apenas seis anos depois, em 37 d.C. (ver os comentários sobre Daniel 9:25-27).

VERSÍCULO 23. Apesar da aliança com ele, usará de engano; subirá e se tornará forte com pouca gente.

O “ele” que fez a aliança aqui mencionada deve ser o mesmo poder que foi assunto da profecia desde o versículo 14. E esse é o poder romano, mostrado, sem sombra de dúvida, no cumprimento da profecia em três indivíduos, conforme já notado, que governaram sucessivamente sobre o império romano, a saber, Júlio, Augusto e Tibério César. O primeiro, ao voltar para a fortaleza da própria terra em triunfo, tropeçou, caiu e não foi encontrado (v. 19). O segundo foi um exator, que reinou durante a glória do reino, morreu sem ira nem batalha, mas em paz na própria cama (v. 20). O terceiro foi um destruidor e dos mais vis em caráter. Subiu ao trono em paz, mas tanto seu reinado quanto sua vida terminaram mediante violência. E, durante seu governo, o Príncipe da aliança, Jesus de Nazaré, foi condenado à morte na cruz (v. 21-22). Cristo nunca pode ser quebrantado ou condenado à morte novamente. Por isso, em nenhum outro governo e em nenhuma outra época podemos encontrar o cumprimento de tais eventos. Alguns tentam aplicar esses versículos a Antíoco e classificar como príncipe da aliança algum sumo sacerdote judeu, muito embora eles nunca tenham recebido tal título. Esse é o mesmo tipo de raciocínio que tenta transformar o reinado de Antíoco no cumprimento do chifre pequeno de Daniel 8; e é usado com o mesmo propósito, a saber, quebrar a grande cadeia de evidências que mostra que a doutrina do advento é bíblica e que Cristo Se encontra agora às portas. Mas as evidências não podem ser eliminadas, nem a cadeia ser quebrada.

Depois de percorrer conosco os eventos seculares do império até o fim das setenta semanas, o profeta, no versículo 23, nos leva de volta para o momento em que os romanos estabeleceram uma conexão direta com o povo de Deus por intermédio da liga judaica, em 161 a.C.. A partir de então, somos conduzidos por uma linha direta de acontecimentos até o triunfo final da igreja e o estabelecimento do reino eterno de Deus. Os judeus, terrivelmente oprimidos por reis sírios, enviaram uma delegação de embaixadores a Roma, a fim de pedir o auxílio dos romanos e se aliar a eles “em uma liga de amizade e confederação” (1 Macabeus 8; Prideaux, vol. 2, p. 166; Josefo, *Antiguidades*, livro 12, cap. 10, seção 6). Os romanos atenderam ao pedido dos judeus e criaram um decreto para eles nas seguintes palavras:

“Decreto do senado a respeito de uma liga de assistência e amizade com a nação dos judeus. É proibido a qualquer súdito dos romanos travar guerra contra a nação dos judeus, bem como ajudar aqueles que o fazem, seja por meio do envio de alimento, navios ou dinheiro. Caso qualquer ataque seja feito contra os judeus, os romanos os auxiliarão tanto quanto possível. Em contrapartida, se qualquer ataque for feito contra os romanos, os judeus os ajudarão. E caso os judeus tenham a ideia de acrescentar ou retirar qualquer item desta liga de assistência, isso deve ser feito

em comum acordo com os romanos. E qualquer acréscimo efetuado dessa maneira terá força de lei.”

Josefo relata:

“Este decreto foi escrito por Eupolemo, filho de João, e Jasom, filho de Eleazar, quando Judas era sumo sacerdote da nação e seu irmão Simão, general do exército. Essa foi a primeira liga que os romanos fizeram com os judeus e foi administrada dessa maneira”.

Nessa época, os romanos eram um povo pequeno e começaram a agir enganosamente, ou com astúcia. A partir de então, cresceram em uma ascendência constante e rápida até chegar ao auge do poder que conquistaram no futuro.

VERSÍCULO 24. Virá também caladamente aos lugares mais férteis da província e fará o que nunca fizeram seus pais, nem os pais de seus pais: repartirá entre eles a presa, os despojos e os bens; e maquinará os seus projetos contra as fortalezas, mas por certo tempo.

Antes da época de Roma, as nações tinham o costume de entrar em províncias valiosas e territórios ricos por meio de guerras e conquistas. Agora Roma estava prestes a fazer o que até então não fora efetuado por seus pais ou antepassados mais distantes, a saber, realizar tais aquisições por meios pacíficos. Foi inaugurada a prática, até então desconhecida, de um rei deixar sua região para os romanos como legado. Roma obteve a posse de grandes províncias dessa maneira.

E aqueles que entraram para o domínio de Roma dessa maneira desfrutavam grandes vantagens. Eram tratados com bondade e brandura. Era como se a presa e os despojos fossem distribuídos entre eles. Eram protegidos de seus inimigos, descansando em paz e segurança sob a égide do poder romano.

Bispo Newton sugere que, na última parte do versículo, a ideia seja de maquinar projetos *a partir de* fortalezas, em vez de *contra* elas. Era isso que os romanos faziam: maquinavam projetos que provinham da fortaleza de sua cidade, cercada por sete colinas. “Mas por certo tempo” [“por um tempo”, KJV], sem dúvida um tempo profético, 360 anos. A partir de que momento esses anos foram datados? Provavelmente a partir do evento que o versículo seguinte destaca.

VERSÍCULO 25. Suscitará a sua força e o seu ânimo contra o rei do Sul, à frente de grande exército; o rei do Sul sairá à batalha com grande e mui poderoso exército, mas não prevalecerá, porque maquinarão projetos contra ele.

Os versículos 23 e 24 nos conduzem do momento da criação da liga entre judeus e romanos, em 161 a.C., até a época em que Roma adquiriu domínio universal. O versículo diante de nós chama atenção para uma campanha vigorosa contra o rei do sul, o Egito, e para uma batalha notável entre exércitos grandes e poderosos. Tais acontecimentos de fato ocorreram na história de Roma durante esse período? Sim. A Guerra foi travada entre Egito e Roma. A batalha em questão consiste na batalha de Áccio. Analisemos brevemente as circunstâncias que conduziram a esse conflito.



A BATALHA DE ACCIO, EM CUMPRIMENTO DE DANIEL 11:25

Marco Antônio, César Augusto e Lépido formavam o Triunvirato que fizera o juramento de se vingar da morte de Júlio César. Antônio se tornou cunhado de Augusto ao se casar com Otávia, irmã deste. Antônio foi enviado ao Egito para resolver questões administrativas, mas foi vítima da astúcia e dos encantos de Cleópatra, a rainha dissoluta daquele país. Desenvolveu uma paixão tão forte por ela que acabou defendendo os interesses egípcios. Rejeitou a esposa Otávia, a fim de agradar a Cleópatra, entregou província atrás de província para ela, a fim de gratificar sua cobiça, celebrou um triunfo em Alexandria, em vez de fazê-lo em Roma. Enfim, tanto afrontou o povo romano que Augusto não teve dificuldade em engajar os romanos em uma acalorada empreitada contra esse inimigo do país. Exteriormente, a guerra era contra o Egito e Cleópatra; em realidade, porém, era contra Antônio, que agora estava à frente das questões egípcias. E a verdadeira causa do conflito era, segundo Prideaux, que nenhum dos dois se contentaria apenas com metade do império romano; pois Lépido fora deposto do Triunvirato e agora só restavam os dois, ambos determinados a possuir tudo. Assim, lançaram o dado da guerra para resolver a disputa.

Marco Antônio reuniu sua frota em Samos. Quinhentos navios de guerra, de tamanho e estrutura extraordinários, que contavam com vários tombadilhos, um por cima do outro, com torres sobre a dianteira e a popa. Juntos, constituíam uma formação militar formidável. Esses navios carregavam 200 mil soldados de infantaria e 12 mil cavaleiros. Os reis da Líbia, Cilícia, Capadócia, Paflagônia, Comagena e Trácia lá estavam pessoalmente. E os de Ponto, da Judeia, Licaônia, Galácia e Média haviam enviado suas tropas. O mundo raras vezes contemplou um espetáculo militar tão belo e esplêndido quanto essa frota de navios quando içava as velas e se movia pelo meio do mar. Ultrapassando todos em magnificência, havia a embarcação de Cleópatra, que flutuava como um palácio de ouro embaixo de uma nuvem de velas purpúreas. Suas bandeiras e flâmulas tremulavam no vento. Trombetas e outros instrumentos de guerra faziam o céu ressoar com notas de júbilo e triunfo. Marco Antônio a seguia de perto em um veleiro de magnificência quase igual. Assim a rainha leviana, inebriada pela visão da formação bélica, cheia de vanglória e com visão apenas de curto prazo, à frente de sua infame tropa de eunucos, ameaçava tolamente a capital romana com a aproximação da ruína.

César Augusto, em contrapartida, exibia menos pompa, mas mais praticidade. Ele tinha apenas metade dos navios de Marco Antônio e somente 80 mil soldados. Mas toda sua tropa era composta por homens selecionados e, à frente de sua frota, só havia marinheiros experientes. Já Antônio, sem encontrar marujos o bastante, fora obrigado a popular seus navios com artesãos de todos os ramos, homens inexperientes e mais propensos a causar problemas do que a promover serviço útil na hora de batalha. Quando passou o tempo necessário para a conclusão desses preparativos, César estabeleceu seu ponto de encontro em Brindisi e Antônio, em Corfu até o ano seguinte.

Assim que o clima permitiu, os dois exércitos foram colocados em movimento tanto na terra quanto no mar. As frotas por fim adentraram o Golfo Ambraciano em Epiro, e as forças terrestres se posicionaram em ambas praias, à vista uma da outra. Os generais mais experientes de Marco Antônio o aconselharam a não arriscar uma batalha pelo mar com seus marinheiros

inexperientes, mas a mandar Cleópatra de volta ao Egito e se apressar até a Trácia ou Macedônia, confiando a questão a suas forças terrestres, formadas por soldados veteranos. Ele, porém, ilustrando o antigo adágio *Quem Deus vult perdere, prius dementat* (Aquele a quem Deus deseja destruir, primeiro o faz enlouquecer), perdidamente apaixonado por Cleópatra, só parecia ter o desejo de lhe agradar. Ela, por sua vez, confiando apenas nas aparências, considerava sua frota invencível e aconselhou ação imediata.

A batalha foi travada em 2 de setembro de 31 a.C., junto à foz do Golfo Ambraciano, perto da cidade de Áccio. O mundo era o prêmio pelo qual esses dois bravos guerreiros, Antônio e César, agora disputavam. A batalha, duvidosa havia tanto tempo, foi decidida, por fim, pelas ações que Cleópatra tomou; pois ela, assustada com o estrondo da batalha, fugiu quando não havia perigo e arrastou consigo toda a frota egípcia. Antônio, ao contemplar esse movimento, e cego para tudo, a não ser para a paixão desenfreada que sentia por ela, a seguiu precipitadamente, cedendo a vitória a César. Caso as forças egípcias houvessem sido leais e ele próprio tivesse se mantido fiel a sua hombridade, poderia até ter saído vencedor.

Sem dúvida, essa batalha marca o início do “tempo” mencionado no versículo 24. E uma vez que, durante esse “tempo”, estratégias — ou projetos — provenientes da fortaleza, ou de Roma, seriam maquinadas, devemos concluir que, ao fim desse período, a supremacia ocidental cessaria, ou uma mudança tão grande ocorreria no império que a cidade não seria mais considerada a sede do governo. Contando a partir de 31 a.C., em tempo profético, 360 anos nos levam a 330 d.C. É notável constatar que, justamente nesse ano, Constantino, o Grande, transferiu a sede do império de Roma para Constantinopla (ver *Encyclopedia Americana*, verbete Constantinopla).

VERSÍCULO 26. Os que comerem os seus manjares o destruirão, e o exército dele será arrastado, e muitos cairão traspassados.

A causa da derrota de Antônio foi a deserção de seus aliados e amigos, aqueles que comiam os seus manjares. Primeiro Cleópatra, conforme já relatado, se retirou de repente da batalha, levando 60 navios do *front* consigo. Em segundo lugar, o exército de infantaria, cansado da obsessão de Antônio por Cleópatra, correu para César, que o recebeu de braços abertos. Terceiro, quando Antônio chegou à Líbia, descobriu que as forças que havia deixado ali sob a liderança de Escarpo, para vigiar a fronteira, haviam mudado para o lado de César. Em quarto lugar, após ser perseguido por César até o Egito, foi traído por Cleópatra e as forças militares dele se renderam. Diante disso, enfurecido e desesperado, tirou a própria vida.

VERSÍCULO 27. Também estes dois reis se empenharão em fazer o mal e a uma só mesa falarão mentiras; porém isso não prosperará, porque o fim virá no tempo determinado.

Antônio e César haviam feito uma aliança no passado. Todavia, sob o disfarce da amizade, ambos aspiravam ao domínio universal e tramavam intrigas para conquistá-lo. As declarações de deferência e amizade um pelo outro não passavam de hipocrisia. Falavam mentiras a uma só

mesa. Otávia, esposa de Antônio e irmã de César, havia declarado ao povo de Roma, quando Antônio se divorciou dela, que ela só havia consentido em se casar com ele na esperança de que seria um compromisso de união entre César e Antônio. Mas tal desejo não se concretizou. A ruptura aconteceu e, quando o conflito se travou, César saiu completamente vitorioso.

VERSÍCULO 28. Então, o homem vil tornará para a sua terra com grande riqueza, e o seu coração será contra a santa aliança; ele fará o que lhe aprouver e tornará para a sua terra.

Dois retornos de conquistas estrangeiras são trazidos à nossa atenção aqui. O primeiro, após os acontecimentos narrados nos versículos 26 e 27; o segundo, depois que esse poder voltasse o coração contra a santa aliança, fazendo o que lhe aprouvesse. O primeiro se cumpriu com o retorno de César após sua expedição contra o Egito e Marco Antônio. Ele voltou para Roma coberto de honras e riquezas; pois, segundo Prideaux (vol. 2, p. 380), “nessa ocasião, foram trazidas tantas riquezas do Egito a Roma, após a vitória sobre aquele país e durante o retorno de Otaviano [César] e de seu exército de lá, que o valor da moeda caiu pela metade e o preço das provisões e de todas as mercadorias passou a ser o dobro a partir de então”. César celebrou suas vitórias com uma marcha triunfal de três dias — procissão esta que teria sido abrilhantada pela presença da própria Cleópatra, como uma das cativas reais, caso não houvesse arditamente causado a própria morte pela mordida de uma serpente letal.

Depois da conquista do Egito, a grande empreitada seguinte dos romanos foi a expedição contra a Judeia, que ocasionou a captura e destruição de Jerusalém. Sem dúvida, a santa aliança se refere à aliança de Deus com Seu povo, sob formas diferentes e em diferentes eras do mundo, isto é, com todos aqueles que creem Nele. Os judeus rejeitaram a Cristo e, em conformidade com a profecia de que todos aqueles que não dessem ouvidos ao profeta seriam cortados, eles foram destruídos, tirados da própria terra e dispersos por todas as nações debaixo do céu. E embora tanto judeus quanto cristãos tenham sofrido sob as mãos opressoras dos romanos, certamente as conquistas mencionadas nesta passagem foram demonstradas, de maneira especial, na ruína da Judeia.

Sob a liderança de Vespasiano, os romanos invadiram a Judeia e tomaram as cidades de Galileia, Corazim, Betsaida e Cafarnaum, nas quais Cristo fora rejeitado. Destruíram os habitantes e nada deixaram, além de ruínas e desolação. Tito sitiou Jerusalém. Fez uma trincheira ao redor, conforme o Salvador previra. Seguiu-se uma fome terrível, cuja gravidade é possível que o mundo nunca tenha testemunhado de maneira equivalente em qualquer outra época. Moisés previra, anteriormente, que até uma mulher terna e delicada comeria os próprios filhos nas agruras do cerco com o qual seus inimigos os afligiriam. Durante o cerco de Jerusalém por Tito, ocorreu o cumprimento literal dessa predição. E ele, ao ficar sabendo desse ato desumano, esquecendo-se de que era o responsável por levar os judeus a um ato extremo tão abominável, jurou extirpar para sempre aquela maldita cidade e seu povo.

Jerusalém caiu no ano 70 d.C. Como honra a si próprio, o comandante romano estava determinado a salvar o templo; mas o Senhor dissera que não deveria restar pedra sobre pedra que não

fosse derrubada. Um soldado romano pegou um tição em chamas e, subindo nos ombros de um de seus companheiros, o jogou dentro de uma das janelas da bela estrutura. Logo estava tomada pelo fogo. Os esforços frenéticos dos judeus para extinguir as chamas foram intensificados com a ajuda do próprio Tito, mas tudo em vão. Ao ver que o templo desabaria, Tito correu para dentro, pegou o candelabro de ouro, a mesa dos pães da proposição e o volume da lei, enrolado em tecido de ouro. Posteriormente, o candelabro foi colocado no Templo da Paz de Vespasiano e copiado no arco triunfal de Tito, onde sua imagem mutilada ainda pode ser vista.

O cerco de Jerusalém durou cinco meses. Durante esse período, um milhão e cem mil judeus pereceram e 97 mil foram levados prisioneiros. A cidade era tão surpreendentemente forte que Tito exclamou, ao ver suas ruínas: “Lutamos com a ajuda de Deus”. Mas foi destruída por completo e os alicerces do templo foram lavrados por Terêncio Rufo. A duração de toda a guerra foi de sete anos. Conta-se que um milhão, quatrocentas e sessenta e duas mil pessoas (1.462.000) perderam a vida, vítima de seus horrores.

Assim esse poder fez o que lhe aprouve e tornou à sua terra.

VERSÍCULO 29. No tempo determinado, tornará a avançar contra o Sul; mas não será nesta última vez como foi na primeira.

O tempo determinado provavelmente é o tempo profético do versículo 24, já mencionado. Conforme já demonstrado, ele se encerrou em 330 d.C., momento em que esse poder retornou e voltou a avançar contra o sul. A profecia havia predito que não seria “como da primeira vez, ou como da segunda vez” (KJV). Em outras palavras, a investida não seria como da primeira vez, quando avançou contra o Egito, ou como da segunda vez, quando avançou contra a Judeia. Aqueles foram expedições que resultaram em conquista e glória. Já esta provocou desmoralização e ruína. A mudança da sede do trono para Constantinopla foi o sinal da queda do império. Roma perdeu então seu prestígio. A parte ocidental ficou exposta a ataques de inimigos estrangeiros. Após a morte de Constantino, o império romano foi dividido em três partes, entre seus três filhos, Constâncio, Constantino II e Constante. Constantino II e Constante entraram em conflito. Constante saiu vitorioso e obteve a supremacia sobre todo o ocidente. Logo foi assassinado por um de seus comandantes, o qual, por sua vez, foi derrotado rapidamente pelo imperador que restara; e, em desespero, pôs fim aos próprios dias em 353 d.C. Os bárbaros do norte deram início a seus ataques e ampliaram suas conquistas até o poder imperial do ocidente terminar em 476 d.C.

De fato, foi um movimento bastante diferente dos dois anteriores destacados na profecia. E a mudança fatal da sede do império de Roma para Constantinopla conduziu diretamente a isso.

VERSÍCULO 30. Porque virão contra ele navios de Quitim, que lhe causarão tristeza; voltará, e se indignará contra a santa aliança, e fará o que lhe aprouver; e, tendo voltado, atenderá aos que tiverem desamparado a santa aliança.

A narrativa profética continua fazendo referência ao poder que tem sido o assunto central desde o versículo 16, a saber, Roma. O que foram os navios de Quitim que viriam contra ele e quando tal movimento foi feito? Que país ou poder é chamado de Quitim? O Dr. A. Clarke, ao comentar Isaías 23:1, faz a seguinte observação:

“Desde a terra de Quitim lhes foi isto revelado’ (ARC). O texto conta que a notícia da destruição de Tiro por Nabucodonosor foi levada até eles de Quitim, as ilhas e costa do Mediterrâneo. Pois os habitantes de Tiro, revela Jerônimo, ao falar sobre o versículo 6, quando viram que não tinham outro meio de escape, fugiram em seus navios e se refugiaram em Cartago, bem como nas ilhas dos mares Jônico e Egeu. Confira também Jocri acerca do mesmo lugar”.

Kitto também atribui a mesma localidade a Quitim, a saber, a costa e as ilhas do Mediterrâneo. E, pelo testemunho de Jerônimo, a mente é conduzida a uma cidade específica e célebre situada nessa região, a saber, Cartago.

Já ocorreu alguma batalha naval contra o império romano, na qual Cartago funcionou como sede das operações? Só precisamos nos lembrar do terrível extermínio que os vândalos causaram a Roma, sob a liderança do impetuoso Genserico, para responder na afirmativa sem hesitar. Partindo do porto de Cartago à frente de sua numerosa e bem disciplinada força naval, e desafiando as forças do mar, ele espalhou consternação por todas as províncias marítimas do império. Fica ainda mais evidente que esta é a ação destacada quando consideramos que a profecia nos traz justamente para essa época. No versículo 29, entendemos que se faz menção à transferência do império para Constantinopla. Seguindo a linha do tempo, a próxima revolução notável consiste nas invasões dos bárbaros do norte, dentre as quais a guerra dos vândalos, já mencionada, recebe destaque. Os anos 428–468 d.C. delimitam a carreira de Genserico.

“Que lhe causarão tristeza; [e] voltará”. Essa pode ser uma referência aos esforços desesperados para demover Genserico da soberania dos mares, primeiro por Majoriano e depois por Leão, ambos resultando em fracassos totais. Roma foi obrigada a se submeter à humilhação de ver suas províncias serem arrasadas e a “cidade eterna” ser saqueada pelo inimigo (ver os comentários sobre Apocalipse 8:8).

“E se indignará contra a santa aliança”, isto é, as Sagradas Escrituras, o livro da aliança. Uma revolução dessa natureza seria realizada em Roma. Os hérulos, góticos e vândalos, que conquistaram Roma, aderiram à fé ariana, tornando-se inimigos da Igreja Católica. Foi com o propósito especial de exterminar essa heresia que Justiniano decretou que o papa fosse o cabeça da igreja e corretor dos hereges. Logo a Bíblia passou a ser considerada um livro perigoso, que não deveria ser lido pelo povo comum. Em vez disso, todas as dúvidas deveriam ser submetidas ao papa. Assim se amontoaram indignações sobre a Palavra de Deus. E os imperadores de Roma, cuja parte oriental ainda persistia, tinham percepção da situação e se tornaram coniventes com a igreja romana, que havia abandonado a aliança e se transformado na grande apostasia, com o

propósito de conter as “heresias”. O homem da iniquidade foi exaltado a seu presunçoso trono por meio da derrota dos góticos arianos, então em posse de Roma, em 538 d.C.

VERSÍCULO 31. Dele sairão forças que profanarão o santuário, a fortaleza nossa, e tirarão o sacrifício diário, estabelecendo a abominação desoladora.

O poder do império estava comprometido com o prosseguimento da obra supramencionada. “Profanarão o santuário, a fortaleza nossa”, ou Roma. Caso essas palavras se apliquem aos bárbaros, elas se cumpriram literalmente, pois Roma foi saqueada pelos góticos e vândalos, e o poder imperial do ocidente cessou por meio da conquista da cidade por Odoacro. Ou, caso se refira aos governantes do império que trabalhavam em favor do papado, contra o paganismo e todas as outras religiões oponentes, significa a mudança da sede do império de Roma para Constantinopla, que contribuiu com sua parcela de influência para a queda de Roma. Nesse caso, a passagem seria paralela a Daniel 8:11 e Apocalipse 13:2.

“E tirarão o sacrifício diário”. Foi demonstrado, nos comentários sobre Daniel 8:13, que sacrifício é uma palavra erroneamente acrescentada; em seu lugar, deveria aparecer *desolação*. A expressão denota um poder desolador, do qual a abominação desoladora é apenas a contraparte, sucedendo a ele em determinado momento. A desolação “diária” era o paganismo, e a “abominação desoladora” é o papado. Mas é possível questionar como pode ser o papado, uma vez que Cristo fez referência a ela em conexão com a destruição de Jerusalém. A resposta é que Jesus sem dúvida Se referiu ao nono capítulo de Daniel, o qual prediz a destruição de Jerusalém, não a este versículo do capítulo 11, que não faz referência a esse evento. Daniel, no capítulo 9, fala de desolações e abominações no plural. Portanto, mais de uma abominação esmaga a igreja; isto é, no que diz respeito à igreja, tanto o paganismo quanto o papado são abominações. Mas ao diferenciar um do outro, os termos se tornam mais restritos: uma é a desolação “diária”, ao passo que a outra é, preeminentemente, a transgressão ou “abominação” desoladora.

Como o diário, ou o paganismo, foi tirado? Uma vez que a expressão é usada em conexão com o estabelecimento da abominação desoladora, ou o papado, deve denotar não a mera mudança nominal da religião do império do paganismo para o cristianismo, como no caso da suposta conversão de Constantino, mas, sim, a erradicação do paganismo de todos os elementos do império, a ponto de abrir caminho para a ascensão da abominação papal e a declaração de suas pretensões arrogantes. Tal revolução, definida com tanta clareza, foi realizada, mas só quase 200 anos após a morte de Constantino.

À medida que nos aproximamos do ano 508 d.C., contemplamos a intensificação de uma grande crise entre o catolicismo e as influências pagãs que ainda existiam no império. Até a conversão de Clóvis, rei da França, em 496 d.C., os franceses e outras nações de Roma ocidental eram pagãos. Depois desse evento, porém, os esforços para converter os idólatras ao romanismo foram coroados de grande sucesso. Conta-se que a conversão de Clóvis foi ocasião para conferir ao monarca francês os títulos de “Cristianíssima Majestade” e “Filho mais Velho da Igreja”. Entre

essa época e 508 d.C., por intermédio de alianças, rendições e conquistas, os arborici, as forças romanas no ocidente, a Bretanha francesa, os burgúndios e os visigodos foram sujeitados.

Quando esses sucessos foram plenamente conquistados, a saber, em 508, o papado triunfou sobre o paganismo. Pois embora este, sem dúvida, tenha retardado o progresso da fé católica, não tinha o poder, mesmo que tivesse a disposição, para suprimir a fé e impedir as usurpações do pontífice romano. Quando os poderes proeminentes da Europa abriram mão de sua ligação com o paganismo, apenas ajudaram a perpetuar suas abominações de outra forma; pois o cristianismo exibido pela igreja católica era, e continua a ser, tão somente um paganismo batizado.

Na Inglaterra, Artur, o primeiro rei cristão, fundou a adoração cristã sobre as ruínas da pagã. Rapin (livro 2, p. 124), que afirma ter a cronologia exata dos acontecimentos, diz que ele foi eleito monarca da Bretanha inglesa em 508.

A condição da Santa Sé também era peculiar nessa época. Em 498, Símaco ascendeu ao trono do pontificado após uma conversão recente do paganismo. Ele reinou até 514 d.C. Hu Pin conta que ele conseguiu assumir a posição papal lutando contra seu concorrente até o derramamento de sangue. Recebeu a lisonja de ser sucessor de São Pedro e deu a tônica de sua presunção papal ao excomungar o imperador Anastácio. Os aduladores mais servis do papa começaram a partir de então a defender que ele fora constituído juiz em lugar de Deus e era vice-regente do Altíssimo.

Essa era a tendência dos acontecimentos no ocidente. Que postura se encontrava na mesma época no oriente? Existia agora um forte partido papal em todas as partes do império. Os adeptos dessa causa em Constantinopla, encorajados pelo sucesso de seus irmãos do ocidente, consideraram seguro dar início a manifestações abertas de hostilidade em defesa de seu mestre em Roma. Em 508, seu zelo partidário culminou em uma mistura bombástica de fanatismo e guerra civil que encheu de fogo e sangue as ruas da capital do oriente. Gibbon, ao falar sobre as comoções em Constantinopla, entre os anos 508–518, conta:

“As estátuas do imperador foram quebradas e ele próprio se escondeu em um subúrbio até, depois de três dias, implorar pela misericórdia de seus súditos. Sem a coroa e com a postura de um suplicante, Anastácio compareceu ao trono do anfiteatro. Os católicos, à sua frente, recitaram o triságio genuíno e exultaram diante da oferta dele proclamada pela voz de um mensageiro, segundo a qual abdicaria da púrpura real. Ouviram a admoestação de que, como nem todos podiam reinar, deveriam concordar previamente na escolha de um soberano; e aceitaram o sangue de dois ministros impopulares, a quem seu mestre, sem hesitar, condenou aos leões. Tais sedições furiosas, mas passageiras, foram incentivadas pelo sucesso de Vitaliano, o qual, com um exército de hunos e búlgaros, idólatras em sua maior parte, se denominou o defensor da fé católica. Em sua pia rebelião, esvaziou a população da Trácia, sitiou Constantinopla, exterminou 65 mil de seus irmãos cristãos, até conseguir a simpatia e apoio dos bispos, a satisfação do papa, a convocação do Concílio da Calcedônia, bem como um tratado ortodoxo assinado com relutância pelo moribundo Anastácio e cumprido com mais fidelidade pelo tio de Justiniano. Essa foi a primeira

das guerras religiosas travadas em nome do Deus da Paz e por seus discípulos (*Decline and Fall of the Roman Empire* [Declínio e Queda do Império Romano], vol. 4, p. 526).

É importante destacar que, nesse ano, 508, o paganismo estava em tamanho declínio e o catolicismo havia ganhado tanta força que, pela primeira vez, a igreja católica travou uma guerra bem-sucedida tanto contra a autoridade civil do império oriental quanto com a igreja do oriente, a qual havia, em sua maior parte, aderido à doutrina monofisita. O resultado foi o extermínio de 65 mil hereges.

Com o excerto a seguir, encerramos o testemunho a esse respeito:

“Convidamos agora os Gamaliéis modernos a se posicionar no local do santuário do paganismo (desde então considerado “patrimônio de São Pedro”), no ano 508. Olhando para alguns anos antes no passado, encontramos o rude paganismo dos bárbaros do norte assolando o império nominalmente cristão de Roma ocidental, triunfando por toda parte e exibindo triunfos em todos os lugares por meio das mais selvagens formas de crueldade. [...] O império cai e se divide em fragmentos. Um a um, os senhores e governantes desses fragmentos abandonam o paganismo e professam a fé cristã. Em termos de religião, os conquistadores cedem aos conquistados. Mas o paganismo continua a triunfar. Dentre seus apoiadores, há um conquistador implacável e bem-sucedido (Clóvis); mas logo ele também se prostra diante do poder da nova fé e se torna seu defensor. Continua triunfante, mas, como herói e conquistador, chega ao auge no momento que em que nos posicionamos, ou seja, em 508 d.C.”

“No mesmo ano ou por volta dele, a última subdivisão importante do império é publicamente cristianizada por meio da coroação de seu ‘monarca’ triunfante.”

“O pontífice do período que agora abordamos era recém-converso do paganismo. A disputa sangrenta que o pôs no poder foi decidida pela interferência de um rei ariano. Ele recebe deferências e saudações como estando a ocupar ‘o lugar de Deus na Terra’. O senado se encontra tanto sob seu domínio que, diante da suspeita de que os interesses da Santa Sé o exigem, eles excomungam o imperador. [...] Em 508, a mina explode debaixo do trono do império oriental. O resultado das confusões e contendas ocasionadas é a humilhação de seu legítimo soberano. A pergunta a ser feita agora é: *Em que momento* o paganismo foi tão suprimido a ponto de abrir caminho para seu substituto e sucessor, *a abominação papal*? Quando essa abominação foi colocada em posição de iniciar sua carreira de blasfêmia e derramamento de sangue? *Haveria outra data para esse ‘estabelecimento’ em lugar do paganismo além de 508?* Se a encantadora misteriosa, nessa época, não chegou a colocar todas as vítimas sob seu poder, ela, ao menos, assumiu sua posição e alguns se entregaram ao fascínio. Os outros foram, por fim, conquistados; e ‘reis, povos, nações e línguas’ foram reunidos sob o feitiço que os prepara, mesmo enquanto embriagados “com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus” (Ap 17:6), para que achem “com isso tributar culto a Deus” (Jo 16:2), imaginando serem os favoritos exclusivos do Céu, ao passo que se tornam presas mais ricas e fáceis para a danação do inferno (*Second Advent Manual* [Manual do Segundo Advento], p. 79-81).

Com base nessas evidências, cremos que fica claro que o diário, ou o paganismo, foi tirado em 508 d.C. Essa foi uma preparação para o estabelecimento ou consolidação do papado, evento separado e subsequente. A esse respeito, a narrativa profética nos leva agora a falar.

“Estabelecendo a abominação desoladora”. Depois de demonstrar de forma bem completa o que constituiu a retirada do diário, ou paganismo, agora perguntamos: quando é que a abominação desoladora, isto é, o papado, foi colocada ou estabelecida? O chifre pequeno que tinha olhos como os de homem não demorou para ver que o caminho se encontrava aberto para seu avanço e sua elevação. A partir de 508, seu progresso rumo à supremacia universal foi sem paralelos.

Quando Justiniano estava prestes a começar a guerra vândala, em 533 d.C., iniciativa de grande magnitude e dificuldade, desejava assegurar a influência do bispo de Roma, que havia então alcançado uma posição na qual sua opinião tinha grande peso em boa parte da cristandade. Justiniano então assumiu a responsabilidade de decidir de uma vez por todas a disputa que existia, havia muito, entre as sés de Roma e Constantinopla em relação a qual deveria ter precedência, demonstrando predileção por Roma e declarando, nos termos mais claros e inequívocos, que o bispo daquela cidade deveria ser chefe de todo o corpo eclesiástico do império. Uma obra sobre o Apocalipse, do reverendo George Croly, da Inglaterra, publicada em 1827, apresenta um relato detalhado dos acontecimentos que asseguraram a supremacia do papa de Roma. Ele diz que estes foram os termos usados por Justiniano em sua carta:

Justiniano, pio, afortunado, renomado, triunfante, imperador, cônsul etc., a João, o mais sagrado arcebispo da nossa cidade de Roma, e patriarca.”

“Rendendo honras à cadeira apostólica e a Sua Santidade, como sempre tem sido e continua a ser nosso desejo, honrando sua bênção como pai, apressamo-nos a trazer ao conhecimento de Sua Santidade todas as questões relativas à condição das igrejas, tendo sido, em todos os momentos, nosso grande desejo preservar a união de sua posição apostólica e a constituição das sagradas igrejas de Deus, o que tem sido alcançado até aqui e há de continuar.”

“Portanto, não nos demoramos em *sujeitar e unir a Sua Santidade todos os sacerdotes de todo o oriente*. [...] Não podemos permitir que qualquer coisa que se relacione com o estado da igreja, por mais clara e inquestionável, venha a ocorrer sem o conhecimento de Sua Santidade, que é O CABEÇA DE TODAS AS SANTAS IGREJAS; pois em todas as coisas, conforme já declaramos, estamos ansiosos para aumentar a honra e a autoridade de sua posição apostólica (Croly, p. 114-115).

Croly continua:

“A carta do imperador deve ter sido enviada antes de 25 de março de 533; pois em sua epístola dessa data a Epifânio, ele fala que a outra mensagem já fora despachada e repete a decisão de que todas as questões referentes à igreja seriam encaminhadas ao papa, ‘cabeça de todos os bispos e o verdadeiro e eficaz *corretor de hereges*’”

O papa enviou resposta no mesmo mês do ano seguinte, 534, observando que, dentre as virtudes de Justiniano, “uma que brilhava como estrela era sua reverência pela cadeira apostólica, à qual havia sujeitado e unido todas as igrejas, sendo esta a verdadeira cabeça de todas”.

As “Novellae”, ou seja, as novas constituições do código de Justiniano, deram prova indiscutível da autenticidade do título. O preâmbulo da nona declara que “uma vez que a antiga Roma foi a fundadora das leis, não se deve questionar que nela se encontra a supremacia do pontificado”. A de número 131, sobre os títulos e privilégios eclesiásticos, capítulo 2, declara:

“Decretamos, portanto, que o santíssimo papa da antiga Roma é o primeiro dentre todo o sacerdócio, e que o altamente abençoado arcebispo de Constantinopla, a nova Roma, deve ocupar o segundo lugar após a sagrada cadeira apostólica da antiga Roma”.

Próximo ao fim do sexto século, João de Constantinopla negou a supremacia romana e assumiu para si o título de bispo universal. Gregório, o Grande, indignado pela usurpação, denunciou João e declarou, com uma veracidade inconsciente, que aquele que assumisse o título de bispo universal era o anticristo. Focas, em 606, anulou a reivindicação do bispo de Constantinopla e defendeu a do bispo de Roma. Mas Focas não foi o fundador da supremacia papal. Croly conta:

“Não há dúvida de que Focas anulou a pretensão do bispo de Constantinopla. Contudo, as maiores autoridades em direito civil romano e os mais renomados cronistas de Roma repudiam a ideia de que Focas foi o fundador da supremacia de Roma. Eles se referem a Justiniano como a única fonte legítima e datam corretamente o título a partir do memorável ano de 533.”

Novamente afirma:

“Consultando Barônio, a autoridade estabelecida entre os cronistas católicos romanos, encontrei formalmente apresentados todos os detalhes da concessão de supremacia ao papa da parte de Justiniano. Todos os procedimentos ocorreram da forma mais autêntica e regular, correspondendo à importância da transferência” (*Apocalypse*, p. 8).

Tais foram as circunstâncias que acompanharam o decreto de Justiniano. Mas as provisões do decreto não puderam ser colocadas em prática de imediato, pois Roma e a Itália estavam nas mãos dos ostrogodos, de fé ariana, os quais se opunham fortemente à religião de Justiniano e do papa. Logo, era evidente que os ostrogodos precisavam ser expulsos de Roma para que o papa pudesse exercer o poder com o qual fora investido. A fim de cumprir tal objetivo, a guerra italiana começou em 534. A administração da campanha foi confiada a Belisário. Enquanto ele se aproximava de Roma, várias cidades abandonaram Vítige, seu soberano gótico e herege, e se uniram ao exército do imperador católico. Os góticos, decidindo adiar as ofensivas até a primavera, deixaram Belisário entrar em Roma sem resistência. “Os representantes do papa e do clero, do senado e do povo convidaram o comandante de Justiniano a aceitar a voluntária lealdade deles”.

Belisário entrou em Roma no dia 10 de dezembro de 536. Mas esse não foi o fim do conflito; pois os góticos, reunindo forças, resolveram disputar a posse da cidade por meio de um cerco

regular. Começaram em março de 537. Belisário temia que o povo se desesperasse e cometesse algum ato de traição. Vários senadores e o papa Silvério, diante de provas ou suspeitas de traição, foram mandados para o exílio. O imperador ordenou ao clero que escolhesse um novo bispo. Depois de invocar solenemente o Espírito Santo, conta Gibbon, elegeram Vigílio, o qual comprou a honra por meio de um suborno de 90 kg de ouro.

Toda a nação dos ostrogodos havia se reunido para o cerco de Roma. Mas seus esforços não foram acompanhados de sucesso. Suas hostes se envolviam em combates frequentes e sangrentos sob os muros da cidade. Durante um ano e nove dias, o tempo que o cerco durou, quase toda a nação foi consumida. Em março de 538, ameaçados de perigos vindos de outras partes, levantaram o cerco, queimaram suas tendas e se retiraram em tumulto e confusão da cidade, com um número quase insuficiente para preservar sua existência como nação ou identidade como povo.

Assim o chifre gótico, o último dos três, foi arrancado perante o chifre pequeno de Daniel 7. Agora nada mais estava no caminho do papa para impedir que exercesse o poder que lhe fora conferido por Justiniano cinco anos antes. Agora os santos, os tempos e as leis estavam em suas mãos, não só em propósito, mas de fato também. Logo, este deve ser considerado o ano no qual a abominação foi estabelecida e o ponto de início para seus 1.260 anos de supremacia.

VERSÍCULO 32. Aos violadores da aliança, ele, com lisonjas, perverterá, mas o povo que conhece ao seu Deus se tornará forte e ativo.

Aqueles que abandonam a aliança, as Sagradas Escrituras, e têm mais consideração pelos decretos de papas e decisões de concílios do que pela Palavra de Deus serão pervertidos pelas lisonjas do papa; isto é, serão levados a agir com zelo partidário em benefício dele ao receberem riquezas, posições e honras.

Ao mesmo tempo, existirá um povo que conhece seu Deus — um povo forte e ativo. São aqueles que mantiveram viva a religião pura da Terra durante a era negra da tirania papal, realizando feitos maravilhosos de sacrifício pessoal e heroísmo religioso em nome de sua fé. Destacam-se dentre eles os valdenses, albigenses, huguenotes, etc.

VERSÍCULO 33. Os sábios entre o povo ensinarão a muitos; todavia, cairão pela espada e pelo fogo, pelo cativeiro e pelo roubo, por algum tempo.

O longo período de perseguição papal contra os que lutaram para preservar a verdade e instruir as outras pessoas nos caminhos da justiça recebe destaque nesta passagem. O número de dias que permaneceriam nessa situação é mencionado em Daniel 7:25; 12:7; Apocalipse 12:6, 14; 13:5. O período é chamado de “um tempo, dois tempos e metade de um tempo”; “um tempo, tempos e meio tempo” (NVI), “mil duzentos e sessenta dias” e “quarenta e dois meses”. São os 1.260 anos de supremacia papal.

VERSÍCULO 34. Ao caírem eles, serão ajudados com pequeno socorro; mas muitos se ajuntarão a eles com lisonjas.

Em Apocalipse 12, onde se chama atenção para essa mesma perseguição papal, lemos que a Terra socorreu a mulher abrindo a boca e engolindo o rio que o dragão tinha lançado atrás dela. A grande Reforma de Lutero e seus coobreiros forneceu o socorro predito. Os estados germânicos aderiram à causa protestante, protegeram os reformadores e contiveram a obra de perseguição tão furiosamente levada adiante pela igreja papal. Mas quando assim fossem ajudados e a causa comesse a ganhar popularidade, muitos se ajuntariam a eles com lisonjas, ou seja, adeririam à causa por motivos indignos, não seriam sinceros, teriam o coração vazio e profeririam palavras suaves e amistosas movidos por uma política de interesse próprio.

VERSÍCULO 35. Alguns dos sábios cairão para serem provados, purificados e embranquecidos, até ao tempo do fim, porque se dará ainda no tempo determinado.

Embora refreado, o espírito de perseguição não foi destruído. Irrompia sempre que havia oportunidade. Esse foi o caso sobretudo na Inglaterra. A condição religiosa desse reino oscilava, às vezes protestante, às vezes de jurisdição papal, de acordo com a religião do governante. A sangrenta rainha Maria foi inimiga mortal da causa protestante e multidões foram vítimas de suas perseguições implacáveis. Tal situação duraria mais ou menos até o tempo do fim. A conclusão natural seria que, quando o tempo do fim chegasse, o poder que a igreja de Roma possuía para punir os hereges e que causara tanta perseguição e, por um tempo, fora contido, agora seria completamente retirado; e a conclusão igualmente clara é que essa retirada da supremacia papal marcaria o início do período denominado tempo do fim. Caso essa aplicação esteja correta, o tempo do fim começou em 1798; pois nesse ano, conforme já destacado, o papado foi subjugado pelos franceses e nunca mais conseguiu exercer o poder que possuía antes. Fica claro que a referência é à opressão da igreja pelo papado por ser a única, com a possível exceção de Apocalipse 2:10, relacionada a um “tempo determinado”, ou um período profético.

VERSÍCULO 36. Este rei fará segundo a sua vontade, e se levantará, e se engrandecerá sobre todo deus; contra o Deus dos deuses falará coisas incríveis e será próspero, até que se cumpra a indignação; porque aquilo que está determinado será feito.

O rei aqui apresentado não pode ser o mesmo poder mencionado por último, a saber, o papado, pois as especificações não se sustentam caso sejam aplicadas a esse poder.

Tome como exemplo uma declaração do versículo seguinte: “Não terá respeito ao Deus de seus pais” (ACF, KJV). Isso nunca foi verdade em relação ao papado. Deus e Cristo, embora frequentemente colocados em posições falsas, nunca foram abertamente deixados de lado e rejeitados por esse sistema religioso. A única dificuldade em aplicá-lo a um novo poder se encontra no pronome demonstrativo *este*, ou, conforme a NVI e a KJV, no artigo *o*. Afirma-se que a expressão “o rei”, “este rei” o identificaria como o último a ser mencionado. Caso se pudesse

traduzir adequadamente por *um* rei, não haveria dificuldade. Afirmar-se também que alguns dos melhores críticos da Bíblia defendem essa versão. Mede, Wintle, Boothroyd e outros traduzem a passagem por “um certo rei fará segundo a sua vontade”, introduzindo claramente, assim, um novo poder no palco de ação.

Três características peculiares devem aparecer no poder que cumpre esta profecia: 1) deve assumir o caráter aqui apresentado perto do início do tempo do fim, ao qual o versículo anterior nos traz; 2) deve ser cheio de vontade própria; 3) deve ser um poder ateu; ou talvez as duas últimas especificações se unam ao dizer que sua vontade própria se manifestaria na direção do ateísmo. Uma revolução que corresponde exatamente a essa descrição ocorreu na França bem na época indicada pela profecia. Voltaire havia jogado as sementes que deram seu legítimo e terrível fruto. Esse arrogante infiel, em seu pomposo, mas impotente orgulho próprio, dissera: “Estou cansado de ouvir as pessoas repetirem que doze homens fundaram a religião cristã. Provarei que basta um homem para derrubá-la”. Associando-se a indivíduos como Rousseau, D’Alembert, Diderot e outros, ele se empenhou nessa obra. Eles semearam vento e colheram tempestade. Seus esforços culminaram na revolução de 1793, quando a Bíblia foi descartada e a existência da Divindade negada, como a voz da nação.

O historiador assim descreve essa grande mudança religiosa:

“Não era suficiente, disseram eles, que uma nação regenerada destronasse os reis terrenos, a menos que estendesse os braços para desafiar aqueles poderes que a superstição havia representado como reinando sobre o espaço ilimitado” (Scott, *Napoleon* [Napoleão], vol. 1, p. 172).

Ele disse ainda:

“O principal bispo de Paris ganhou destaque para desempenhar a parte principal na farsa mais descarada e escandalosa já encenada diante de uma *representação nacional*. [...] Ele foi levado à frente em grande procissão, a fim de declarar para a convenção que a religião que havia ensinado por tantos anos era, em todos os aspectos, mera INVENÇÃO DOS SACERDOTES, sem nenhuma base na história, nem na *verdade sagrada*. Negou, em termos solenes e explícitos, a EXISTÊNCIA DA DIVINDADE, a cuja adoração fora consagrado, e se consagrou no futuro a honrar a Liberdade, a Igualdade, a Virtude e a Moralidade. Então colocou sobre a mesa seus adornos episcopais e ganhou um abraço fraterno do presidente da convenção. Vários padres apóstatas seguiram o exemplo desse prelado. [...] O mundo, pela PRIMEIRA vez, ouviu uma assembleia de homens, nascidos e educados na civilização, presumindo ter o direito de governar uma das mais sofisticadas nações europeias, erguer sua voz unida para negar a mais solene verdade que a alma humana pode receber e renunciar com UNANIMIDADE A CRENÇA EM DEUS E A ADORAÇÃO A ELE” (Idem, vol. 1, p. 173).

Alguns anos atrás, um escritor disse, na revista *Blackwood*:

A França é a única nação do mundo cujos registros autênticos relatam ter levantado as mãos, como nação, em rebelião aberta contra o Autor do Universo. Não faltam blasfemadores e infiéis, tanto no passado quanto no presente, na Inglaterra, Alemanha, Espanha e outros lugares; mas a França se diferencia na história por ser o único Estado que, por decreto de sua assembleia legislativa, pronunciou a inexistência de Deus; e toda a população da capital, bem como a vasta maioria de outros lugares, tanto mulheres quanto homens, dançou e cantou de alegria em aceitação ao pronunciamento.”

Mas ainda restam outras especificações mais impressionantes que se cumpriram nesse poder.

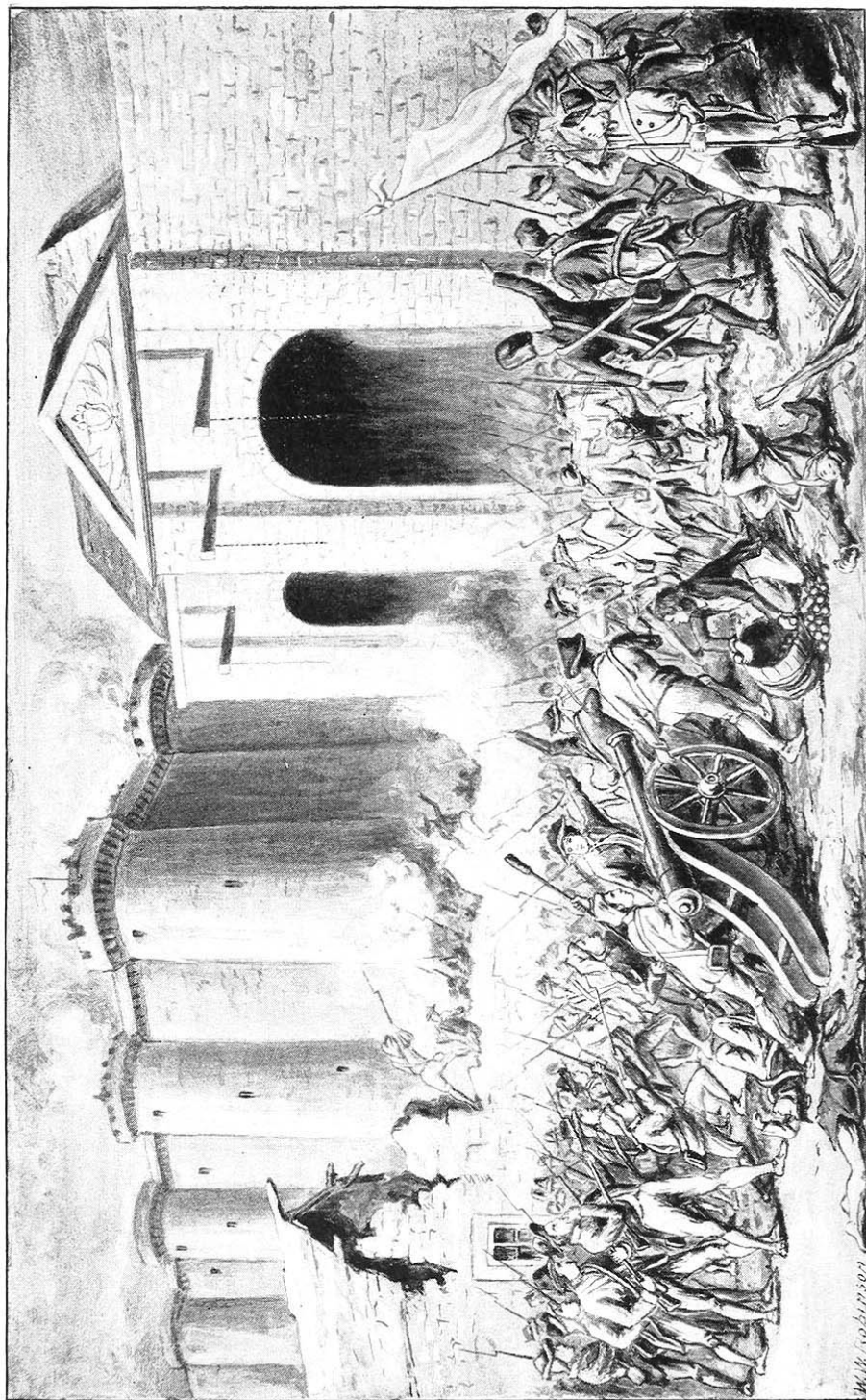
VERSÍCULO 37. Não terá respeito aos deuses de seus pais, nem ao desejo de mulheres, nem a qualquer deus, porque sobre tudo se engrandecerá.

A palavra hebraica para mulher também é traduzida por esposa; e bispo Newton observa que essa passagem seria traduzida com maior propriedade por “desejo de esposas”. Isso parece indicar que, na mesma época em que o governo declarasse que Deus não existia, pisotearia a lei dada por Deus para regular a instituição do matrimônio. Descobrimos que o historiador, talvez de modo inconsciente - e, se for esse o caso, ainda mais significativo — citou juntos o ateísmo e a licenciosidade desse governo na mesma ordem em que são apresentados na profecia. Ele conta:

“Intimamente ligada às leis sobre religião se encontra aquela que reduziu a união do casamento — o elo mais sagrado que os seres humanos podem formar, cuja permanência conduz com toda força à consolidação da sociedade — à condição de mero contrato civil de caráter passageiro, por meio do qual duas pessoas poderiam se unir e desunir conforme o bel-prazer, quando o gosto mudasse ou o apetite estivesse satisfeito. Se demônios houvessem se envolvido na obra de descobrir a maneira mais eficaz de destruir tudo aquilo que é venerável, gracioso ou permanente na vida doméstica, obtendo, ao mesmo tempo, a certeza de que o prejuízo que estavam prestes a causar seria perpetuado de uma geração para a outra, não poderiam ter inventado um plano mais eficiente do que a degradação do casamento a um estado de mera coabitação ocasional ou concubinato legal. Sophie Arnoult, atriz famosa por seus ditos espirituosos, descreveu o casamento republicano como o sacramento do adultério. Tais regras antirreligiosas e antissociais não atenderam ao propósito dos fanáticos, que, em seu frenesi irrefletido, incentivaram sua criação (Scott, *Napoleon*, vol. 1, p. 173).

“Nem a qualquer deus”. Além do testemunho já apresentado para demonstrar o ateísmo completo da nação nessa época, devem ser registradas as terríveis palavras a seguir, envoltas em loucura e presunção:

“O temor do Senhor, longe de ser o princípio da sabedoria, consiste no princípio da insensatez. A modéstia não passa de uma invenção da voluptuosidade refinada. O Rei Supremo, o Deus dos judeus e dos cristãos, *não passa de um fantasma. Jesus Cristo é um impostor.*”



A TOMADA DE BASTILHA DURANTE A REVOLUÇÃO FRANCESA

Nota.—A Bastilha era uma grande prisão fortificada em Paris, situada junto ao portão de St. Antoine. Era rodeada por um fosso de 7,5m o qual era rodeado por uma alta muralha. A estrutura possuía oito massivas torres redondas, com paredes que variavam de 3,5m a 12m de espessura. Nas torres se encontravam inúmeras celas nas quais os prisioneiros de estado e outros infelizes eram confinados. A história registra que o tratamento desumano ao qual os prisioneiros em Bastilha eram submetidos tem poucos paralelos na história da crueldade penal. Tendo ali entrado, sem julgamento e sem comunicação com o mundo exterior, a sorte das vítimas dependia totalmente das excentricidades do despotismo. A Bastilha foi atacada pelo povo e destruída em 14 de julho de 1789. Em seu lugar agora se encontra uma coluna erigida em memória dos patriotas franceses.

Outro autor diz:

“Em 26 de agosto de 1792, a Convenção Nacional realizou uma profissão aberta de ateísmo, e sociedades e clubes ateus semelhantes se reuniam destemidamente em toda parte da nação francesa. Massacres e o reino do terror se tornaram tão horrendos quanto se possa imaginar” (Smith, *Key to Revelation* [Chave para o Apocalipse], p. 323). “Hebert, Chaumette e seus companheiros apareceram na corte e declararam que Deus não existe” (Alison, vol. 1, p. 150).

A essa altura, toda adoração religiosa foi proibida, com exceção do culto à liberdade e ao país. As imagens de ouro e prata das igrejas foram retiradas e profanadas. As igrejas foram fechadas. Os sinos foram quebrados e usados para construção de canhões. A Bíblia foi publicamente queimada. Os utensílios usados nos sacramentos foram desfilados pelas ruas em cima de jumentos, em sinal de desprezo. Foi instituída uma semana de dez dias, em vez de sete. Cartazes foram afixados em túmulos, declarando, com letras garrafais, que a morte era um sono eterno. Mas a maior de todas as blasfêmias, se é que tais orgias do inferno admitem hierarquia, seria encenada pelo comediante Monvel, que, como sacerdote do Iluminismo, afirmou:

“Deus, se Tu existes, vinga Teu nome difamado. Convoco-Te a desafiar-nos! Permaneces em silêncio. Não ousas enviar Teus trovões! Quem, depois disso, crerá em Tua *existência*? Toda a instituição eclesiástica foi destruída” (Scott, *Napoleon*, vol. 1, p. 173).

É isso que o ser humano demonstra ser quando entregue a si mesmo. Assim é a infidelidade quando as amarras da lei são retiradas e ela recebe o poder nas mãos! Há dúvidas de que essas são as cenas que o Onisciente previu e registrou nas páginas sagradas, ao apontar para o surgimento de um reino que se exaltaria sobre todos os deuses e não teria respeito por nenhum deles?

VERSÍCULO 38. Mas, em lugar dos deuses, honrará o deus das fortalezas; a um deus que seus pais não conheceram, honrará com ouro, com prata, com pedras preciosas e coisas agradáveis.

Deparamos com uma aparente contradição neste versículo. Como uma nação pode não ter respeito a nenhum deus, mas, ainda assim, honrar o deus das fortalezas? Não seria possível ocupar ambas as posições ao mesmo tempo; mas poderia por um tempo não ter respeito a nenhum deus e, depois disso, introduzir outra forma de adoração e honrar o deus das fortalezas. Tal mudança ocorreu na França durante essa época? Sim. A tentativa de transformar a França em uma nação sem deus provocou tamanha anarquia que os governantes temeram que o poder saísse por completo de suas mãos. Por isso, perceberam que era uma necessidade política introduzir alguma forma de adoração. Mas eles não tinham a intenção de introduzir qualquer movimento que aumentasse a devoção, ou desenvolver verdadeiro caráter espiritual no povo, mas apenas que os mantivesse no poder e lhes desse controle sobre as forças nacionais. Alguns trechos da história demonstrarão como isso aconteceu. Os primeiros objetos de adoração foram a liberdade e o país. “Liberdade, igualdade, virtude e moralidade” — o contrário de tudo aquilo que eles possuíam

de fato ou exibiam na prática foram as palavras que promoveram para descrever a divindade da nação. Em 1793, foi introduzida a adoração à Deusa da Razão, assim descrita pelo historiador:

“Uma das cerimônias dessa época insana não encontra rival, tamanho foi o absurdo aliado à impiedade. As portas da convenção foram abertas para um bando de músicos que antecederam a entrada dos membros do corpo municipal em procissão solene, cantando um hino em louvor à liberdade e carregando, como objeto de sua adoração futura, uma mulher envolta por um véu, a quem denominaram Deusa da Razão. Sendo trazida para dentro da corte, seu véu foi retirado com grande cerimônia e ela foi colocada à mão direita do presidente, onde foi reconhecida por todos como uma das dançarinas da ópera, com cujos encantos a maioria dos presentes já estava familiarizada por causa de suas performances no palco. Tal aparição intensificou ainda mais a sensação do momento. A essa pessoa, a mais adequada representante da razão a quem adoravam, a Convenção Nacional da França rendeu homenagem pública. Essa palhaçada ímpia e ridícula causou certo impacto. E a posse da Deusa da Razão foi repetida e imitada em toda a nação, nos lugares onde os habitantes desejavam mostrar que estavam à altura da Revolução (Scott, *Life of Napoleon* [Vida de Napoleão]).

Ao introduzir a adoração da Razão, em 1793, Chaumette declarou:

“O fanatismo legislativo perdeu seu domínio; deu lugar à razão. Mantivemos seus templos; eles estão regenerados. Hoje, uma imensa multidão se reúne sob seus tetos góticos, os quais, pela primeira vez, ecoarão a voz da verdade. Ali os franceses celebrarão sua verdadeira adoração — à Liberdade e à Razão. Ali formaremos novos votos pela prosperidade dos exércitos da república. Ali abandonaremos a adoração de ídolos inanimados, substituindo-os pela Razão — essa imagem animada, obra-prima da criação.”

“Uma mulher de véu, trajada de tecido azul, foi levada até a convenção. E Chaumette, tomando-a pela mão, disse: ‘Mortais, deixem de tremer diante dos trovões impotentes de um Deus a quem seus temores criaram. Daqui em diante, não reconheçam nenhuma divindade além da Razão. Ofereço-lhes esta mais nobre e pura imagem. Se precisam ter ídolos, sacrifiquem apenas a este. [...] Prostrem-se perante a augusta Defensora da Liberdade, Símbolo da Razão’.

Nesse mesmo instante, a deusa apareceu, personificada por uma celebrada beleza, Madame Millard, da ópera, conhecida de mais de uma maneira pela maior parte da convenção. A deusa, após ser abraçada pelo presidente, foi colocada sobre um carro magnífico e conduzida, em meio a uma imensa multidão, até a catedral de Notre Dame, para assumir o lugar da Divindade. Então foi elevada a um grande altar e recebeu a adoração de todos os presentes.

“No dia 11 de novembro, a sociedade popular do museu entrou na prefeitura exclamando: ‘Vive la Raison!’ e carregando no alto de uma estaca os resquícios queimados de vários livros, dentre eles breviários, o Antigo e o Novo Testamentos, que, segundo o presidente, ‘expiaram em uma grande fogueira todas as loucuras que fizeram a raça humana cometer.’

A DEUSA DA RAZÃO



“Os relacionamentos mais sagrados da vida foram, na mesma época, colocados em uma nova posição, adequada às ideias extravagantes da época. O casamento foi classificado como um contrato civil, vigente somente enquanto durasse a vontade das partes contratantes. Mademoiselle Arnoult, celebrada comediante, expressou o sentimento público quando chamou o casamento de “o sacramento do adultério” (idem).

De fato, era um “deus estranho” (v. 39), a quem os pais daquela geração “não conheceram”. Nenhuma divindade do tipo fora elevada antes como objeto de adoração. E pode muito bem ser denominada “o deus das fortalezas”; pois o objetivo do movimento era fazer o povo renovar a lealdade e repetir seus votos de prosperidade para os exércitos da França. Leia mais uma vez algumas linhas dos excertos já mencionados:

“Mantivemos seus templos; eles estão regenerados. Hoje, uma imensa multidão se reúne sob seus tetos góticos, os quais, pela primeira vez, ecoarão a voz da verdade. Ali os franceses celebrarão sua verdadeira adoração — à Liberdade e à Razão. Ali formaremos novos votos pela prosperidade dos exércitos da república”.²

VERSÍCULO 39. Com o auxílio de um deus estranho, agirá contra as poderosas fortalezas, e aos que o reconhecerem, multiplicar-lhes-á a honra, e fa-los-á reinar sobre muitos, e lhes repartirá a terra por prêmio.

O sistema de paganismo que fora introduzido na França, conforme exemplificado na adoração do ídolo representado pela Deusa da Razão e regulamentado por meio de um ritual pagão representado pela Assembleia Nacional, para ser usado pelo povo francês, continuou em vigor até a nomeação de Napoleão como cônsul provisório da França em 1799. Os adeptos dessa estranha religião ocuparam os lugares fortificados, as fortalezas da nação, conforme este versículo exprime.

Mas o que serve melhor para identificar a aplicação desta profecia à França, talvez com maior clareza do que qualquer outro detalhe, é a declaração feita na última frase do versículo, a saber, que repartiriam “a terra por prêmio”. Antes da Revolução, na França as propriedades em terra pertenciam, em grandes extensões, a algumas pessoas. A lei exigia que tais propriedades permanecessem sem divisão, para que nenhum herdeiro ou credor as repartisse. Mas a revolução não segue leis. E, na anarquia que agora reinava, conforme nota também o capítulo 11 de Apocalipse, os títulos de nobreza foram abolidos e suas terras repartidas em pequenas porções para benefício do erário. O governo necessitava de recursos. Por isso, as imensas propriedades foram confiscadas e vendidas em leilões a compradores propícios. O historiador registra assim essa transação singular:

² Durante a época em que a adoração extraordinária da razão era a loucura nacional, os líderes da revolução são conhecidos na história como “os ateus”. Mas logo se percebeu que uma religião com sanções mais rígidas do que a vigente precisava ser instituída, a fim de conter o povo. Por isso, seguiu-se uma forma de adoração na qual o objeto de culto era o “Ser Supremo”. Era igualmente vazia no que se refere a qualquer reforma da vida e da espiritualidade vital, mas precisou recorrer ao sobrenatural. E embora a deusa da Razão fosse de fato um “deus” estranho, “que seus pais não conheceram”, é possível que a declaração relativa a honrar o “deus das fortalezas” se refira com maior propriedade a essa fase posterior. Ver Thiers, *French Revolution* [Revolução Francesa].

“O confisco de dois terços das propriedades rurais do reino, que surgiu por causa dos decretos da convenção contra os emigrantes, clérigos e pessoas condenadas nos Tribunais Revolucionários, [...] colocou recursos equivalentes a mais de 700 milhões de libras esterlinas à disposição do governo” (Alison, vol. 4, p. 151).

Quando ocorreu tal evento e em qual país de modo a cumprir a profecia de maneira mais completa do que essa? Quando a nação começou a cair em si, uma religião mais racional foi exigida, e aboliram o ritual pagão. O historiador relata esse acontecimento da seguinte maneira:

“Uma terceira medida ainda mais ousada foi o descarte do ritual pagão e a reabertura das igrejas para a adoração cristã. E o crédito por tudo isso se deve inteiramente a Napoleão, que precisou enfrentar os preconceitos filosóficos de quase todos os seus colegas. Ao conversar com eles, não fez nenhuma tentativa de se representar como adepto do cristianismo, mas enfatizou tão somente a necessidade de proporcionar ao povo um meio regular de adoração para a manutenção de um estado de tranquilidade. Os padres que escolheram fazer o juramento de fidelidade ao governo foram readmitidos em suas funções. E essa sábia medida foi acompanhada da adesão de nada menos do que 20 mil desses ministros religiosos, que vinham definhando até então nas prisões da França (Lockhart, *Life of Napoleon* [Vida de Napoleão], vol. 1, p. 154).

Assim terminou o Reino do Terror e a Revolução Infiel. De suas ruínas se ergueu Bonaparte, guiando o tumulto para a própria elevação, colocando-se à frente do governo francês e espalhando terror ao coração das nações.

VERSÍCULO 40. No tempo do fim, o rei do Sul lutará com ele, e o rei do Norte arremeterá contra ele com carros, cavaleiros e com muitos navios, e entrará nas suas terras, e as inundará, e passará.

Após um longo intervalo, o rei do sul e o rei do norte aparecem mais uma vez no palco de ação. Não há nada que indique que esses poderes devem ser encontrados em localidades diferentes daquelas que constituíram respectivamente, logo após a morte de Alexandre, as divisões meridional e setentrional do império. O rei do sul era, naquela época, o Egito; e o rei do norte, a Síria, incluindo a Trácia e a Ásia Menor. O Egito continua a ser, por comum acordo, o rei do sul, ao passo que o território que a princípio constituía o rei do norte foi incluído, ao longo dos últimos 400 anos, aos domínios do sultão da Turquia. Logo, é para o Egito e para a Turquia que devemos olhar procurando o cumprimento do versículo à nossa frente, em sua relação com o poder que acaba de ser analisado.

Essa aplicação da profecia chama atenção para um conflito que teria surgido entre o Egito e a França, e entre a Turquia e a França, em 1798, ano que, conforme vimos, marcou o início do tempo do fim. Caso a história comprove que tal guerra triangular de fato eclodiu nesse ano, será uma prova conclusiva de que a aplicação está correta.

Perguntamos, então: é verdade que, no tempo do fim, o Egito de fato “lutou”, ou ofereceu uma resistência comparativamente frágil, ao passo que a Turquia “arremeteu contra ele” como um “vendaval” (KJV), ou seja, contra o governo da França? Já fornecemos algumas evidências de que o tempo do fim começou em 1798; e nenhum conhecedor da história precisa ser informado de que, justamente nesse ano, começou um estado de hostilidade aberta entre a França e o Egito.

Cada historiador tem a própria opinião sobre até que ponto esse conflito deve sua origem aos sonhos de glória delirantemente acariciados pelo cérebro ambicioso de Napoleão Bonaparte; mas os franceses, ou, pelo menos Bonaparte, tramaram transformar o Egito no agressor. Assim, quando, em sua invasão ao país, já havia garantido sua primeira base na Alexandria, declarou que não “fora destruir o país, nem o arrancar do Grande Sultão, mas meramente livrá-lo do domínio dos mamelucos e vingar os ultrajes que *eles haviam cometido contra a França*” (Thiers, *French Revolution*, vol. 4, p. 268).

O historiador diz ainda: “Além disso, ele [Bonaparte] tinha fortes motivos para insurgir-se contra eles [os mamelucos]; pois nunca deixaram de tratar mal os franceses” (idem, p. 273).

No início de 1798, a França se encontrava entregue a projetos imensos contra os ingleses. O Diretório desejava que Bonaparte realizasse de imediato um ataque à Inglaterra. Ele achava, porém, que nenhuma operação direta dessa natureza poderia ser empreendida judiciosamente antes do outono; ao mesmo tempo, não estava disposto a arriscar sua reputação ascendente passando o verão em ociosidade. “No entanto”, conta o historiador, “ele vislumbrou uma terra distante, onde ganharia uma glória que lhe daria novo encanto aos olhos de seus compatriotas, pelo romance e mistério que a circundavam. O Egito, a terra dos Faraós e Ptolomeus, seria um campo nobre para novos triunfos” (White, *History of France* [História da França], p. 469).

Motivado por visões mais amplas de glória que se abriam diante dos seus olhos naquelas terras históricas orientais, abrangendo não só o Egito, mas também a Síria, Pérsia, Índia e até o próprio Ganges, Bonaparte não encontrou dificuldades em convencer o Diretório de que o Egito era o ponto vulnerável por meio do qual atingiriam a Inglaterra, ao interceptarem sua rota oriental de comércio. Logo, usando o pretexto que acabamos de mencionar, a campanha egípcia foi iniciada.

A queda do papado, que marcou o término dos 1.260 anos e, segundo o versículo 35, apontou para o início do tempo do fim, ocorreu em 10 de fevereiro de 1798, quando Roma caiu nas mãos de Berthier, o general dos franceses. Em 5 de março seguinte, Bonaparte recebeu o decreto do Diretório acerca da expedição contra o Egito. Ele saiu de Paris em 3 de maio e partiu do porto de Toulon no dia 19, com grande armamento naval, formado por 500 embarcações, que carregavam 40 mil soldados e 10 mil marinheiros. Em 5 de julho, Alexandria foi tomada e imediatamente fortificada. No dia 23, a decisiva batalha das pirâmides foi travada, na qual os mamelucos defenderam a terra com coragem e desespero, mas não eram páreo para as legiões disciplinadas dos franceses. Murad Bey perdeu todos os seus canhões, 400 camelos e 3 mil homens. Em comparação, a perda dos franceses foi pequena. No dia 24, Napoleão entrou no Cairo, a capital do Egito, e só aguardou a cheia do Nilo baixar para perseguir Murad Bey no Alto Egito, para onde

este havia se retirado com o restante de seus cavaleiros, e assim conquistar o país inteiro. Dessa maneira, o rei do sul foi capaz de oferecer tão somente uma frágil resistência.

A essa altura, porém, a situação de Napoleão começou a ficar precária. A frota francesa, que era o único canal de comunicação com a França, foi destruída pelos ingleses sob a liderança de Nelson em Aboukir; e no dia 2 de setembro do mesmo ano, 1798, o sultão da Turquia, dominado por sentimentos de suspeita da França, ardilosamente despertados pelos embaixadores ingleses em Constantinopla, e exasperado pelo fato de o Egito, por tanto tempo semidependente do império otomano, estar se transformando em uma província francesa, declarou guerra contra a França. Dessa maneira, o rei do norte (Turquia) arremeteu contra a França no mesmo ano em que o rei do sul (Egito) lutou contra ele, ambos “no tempo do fim” — outra prova conclusiva de que 1798 foi o ano em que inicia esse período. Tudo isso é uma demonstração de que a aplicação dessa profecia está correta, pois tantos eventos correspondendo com tamanha precisão às especificações da profecia não ocorreriam todos juntos sem ser o cumprimento da profecia.

A vinda do rei do norte, ou a Turquia, foi mais forte em comparação com a luta do Egito? Napoleão havia esmagado os exércitos do Egito. Ele tentou fazer o mesmo com os exércitos do sultão, que estavam ameaçando um ataque vindo da Ásia. Em 27 de fevereiro de 1799, com 18 mil homens, começou sua marcha do Cairo para a Síria. Primeiro ele tomou o forte de El-Arish, no deserto, depois Jafa (a cidade de Joje da Bíblia), conquistou os habitantes de Nablus em Zeta e foi vitorioso novamente em Jafet. Enquanto isso, um grande exército de turcos se entrincheirou em St. Jean d’Acre, enquanto multidões de muçulmanos se reuniram nas montanhas de Samaria, prontas para atacar os franceses quando cercassem Acre. Na mesma época, Sir Sidney Smith apareceu em St. Jean d’Acre com dois navios ingleses, reforçou as forças turcas do lugar e capturou o aparato do cerco, que Napoleão havia enviado por mar de Alexandria. Uma frota turca logo apareceu em alto-mar, que, juntamente com as embarcações russas e inglesas cooperando com ela, formaram os “muitos navios” do rei do norte.

No dia 18 de março, o cerco começou. Napoleão foi chamado duas vezes a impedir que algumas divisões francesas caíssem nas mãos de bandos muçulmanos que preenchiam a terra. Duas vezes também foi feita uma brecha nos muros da cidade. Mas aqueles que fizeram o ataque foram confrontados com tanta fúria pela guarnição que foram obrigados, a despeito de seus melhores esforços, a abrir mão da luta. Após continuar por 60 dias, Napoleão levantou o cerco e anunciou, pela primeira vez em sua carreira, uma nota de retirada. No dia 21 de maio de 1799, começou a retomar o caminho para o Egito.

“E as inundará, e passará”. Encontramos acontecimentos que fornecem evidências muito marcantes para o cumprimento da luta do rei do sul e da arremetida do rei do norte contra o poder francês. Até aqui existe consenso geral na aplicação da profecia. Alcançamos agora um ponto em que a visão dos eruditos começa a divergir. A quem as palavras “e as inundará, e passará” se referem? À França ou ao rei do norte? A aplicação do restante do capítulo depende da resposta a essa pergunta. A partir desse ponto, duas linhas de interpretação são defendidas.

Alguns aplicam as palavras à França e tentam encontrar o cumprimento na carreira de Napoleão. Outros as aplicam ao rei do norte e, em consequência, apontam para um cumprimento nos acontecimentos da história da Turquia. Vamos comentar apenas sobre essas duas posições, uma vez que a tentativa que alguns procuram fazer de trazer o papado para esse texto é tão obviamente fora de contexto que sua análise nem precisa nos deter. Como nenhuma dessas posições é isenta de dificuldades, conforme presumimos que ninguém dirá ser, resta-nos ficar com aquela que tem o peso das evidências a seu favor. E descobriremos que uma delas conta com o peso das evidências tão forte a seu favor, à exclusão das outras, que mal resta espaço para dúvida acerca do ponto de vista aqui mencionado.

No que diz respeito à aplicação dessa parte da profecia a Napoleão ou à França sob sua liderança, em tudo que conhecemos acerca da história, não encontramos eventos que possam indicar com qualquer grau de certeza o cumprimento da parte restante desse capítulo. Por isso, não compreendemos que possa receber tal aplicação. Deve, então, ser cumprida pela Turquia, a menos que se demonstre: 1) que a expressão “rei do norte” não se aplica à Turquia, ou 2) que existe outro poder além da França ou do rei do norte que cumpriu essa parte da predição. Mas se a Turquia, que agora ocupa o território que formava a parte norte do império de Alexandre, não for o rei do norte da profecia, ficamos sem nenhum princípio para nos guiar na interpretação. E presumimos que todos concordam que não há brecha para a introdução de outro poder aqui. O rei da França e o rei do norte são os únicos aos quais a predição pode se aplicar. O cumprimento deve ficar entre os dois.

Algumas considerações certamente favorecem a ideia de que existe, na última parte do versículo 40, uma transferência do enfoque da profecia do poder francês para o rei do norte. O último é apresentado como uma força bruta, que chega com carros, cavaleiros e muitos navios. A colisão entre esse poder e os franceses já foi destacada. O rei do norte, com o auxílio de seus aliados, alcançaram a vitória naquela batalha. E os franceses, tolhidos em seus esforços, foram acuada de volta para o Egito. Agora seria uma aplicação muito mais natural relacionar a “inundação” e a “passagem” ao poder que emergiu triunfante dessa batalha; e tal poder foi a Turquia. Acrescentamos apenas que um erudito em língua hebraica nos garante que a construção gramatical da passagem no hebraico forçosamente correlaciona a inundação e a passagem ao rei do norte. Tais palavras expressam o resultado do movimento que acabara de ser comparado à fúria de um vendaval que arremete.

VERSÍCULO 41. Entrará também na terra gloriosa, e muitos sucumbirão, mas do seu poder escaparão estes: Edom, e Moabe, e as primícias dos filhos de Amom.

Os fatos que acabamos de mencionar acerca da campanha dos franceses contra a Turquia e a retirada dos primeiros em St. Jean d'Acre foram extraídos, em sua maior parte, da *Encyclopedia Americana*. Da mesma fonte extraímos detalhes adicionais a respeito da retirada dos franceses para o Egito e os outros reveses que os levaram a deixar esse país.

Abandonando uma campanha na qual um terço do exército sucumbira à guerra e a doenças, os franceses se retiraram de St. Jean d'Acre e, após uma marcha fatigante de 26 dias, voltaram ao Cairo, no Egito. Assim abandonaram todas as conquistas que haviam feito na Judeia; e a “terra gloriosa”, a Palestina, com todas as suas províncias, voltou a cair sob o domínio opressor dos turcos. Edom, Moabe e Amom, que ficam fora dos limites da Palestina, ao sul e a leste do Mar Morto e do Jordão, por não fazerem parte do trajeto dos turcos da Síria até o Egito, escaparam da destruição da campanha militar. Sobre esta passagem, Adam Clarke faz a seguinte observação:

“Esses e outros árabes, eles [os turcos] nunca conseguiram dominar. Continuam a povoar os desertos e recebem uma pensão anual de 40 mil coroas de ouro dos imperadores otomanos para permitirem que as caravanas dos peregrinos para Meca recebam livre passagem.”

VERSÍCULO 42. Estenderá a mão também contra as terras, e a terra do Egito não escapará.

Na retirada da França para o Egito, a frota turca apareceu com 18 mil homens em Aboukir. Napoleão atacou o local imediatamente, expulsando os turcos por completo e retomando sua autoridade no Egito. Nessa época, porém, diversos reveses sofridos pelas forças francesas na Europa exigiram que Napoleão voltasse para casa a fim de zelar pelos interesses do seu próprio país. O comando das tropas egípcias foi deixado a cargo do general Kleber, o qual, após um período de incansável atividade em benefício do exército, foi assassinado por um turco no Cairo. O comando ficou então com Abdallah Menou. Com um exército que não podia ganhar novos reforços humanos, cada perda era grave.

Enquanto isso, o governo inglês, aliado dos turcos, havia decidido livrar o Egito dos franceses. No dia 13 de março de 1801, uma frota inglesa desembarcou tropas em Aboukir. Os franceses compareceram para batalhar no dia seguinte, mas foram forçados a se retirar. No dia 18, Aboukir se rendeu. Em 28, foram levados reforços por uma frota turca e o grão-vizir se aproximava da Síria com um vasto exército. No dia 19, Rosetta se rendeu às forças aliadas dos ingleses e turcos. Em Ramanieh, uma tropa francesa de 4 mil homens foi derrotada por 8 mil ingleses e 6 mil turcos. Em Elmenayer, 5 mil franceses foram obrigados a se retirar no dia 16 de maio pelo vizir, que marchava em direção ao Cairo com 20 mil homens. Todo o exército francês se encontrava agora confinado ao Cairo e a Alexandria. O Cairo capitulou em 27 de junho e a Alexandria, no dia 2 de setembro. Quatro semanas depois, em 1º de outubro de 1801, um tratado preliminar de paz foi assinado em Londres.

“A terra do Egito não escapará” foram as palavras da profecia. Essas palavras parecem indicar que o Egito seria dominado por algum poder de cujo domínio gostaria de ser libertado. Entre os franceses e os turcos, como os egípcios viam a situação? Eles preferiam o domínio francês. Na obra de R. R. Madden, *Travels in Egypt, Nubia, Turkey, and Palestine in the years 1824–1827* [Viagens pelo Egito, pela Núbia, Turquia e Palestina nos anos 1824–1827], publicada em Londres em 1829, conta-se que a partida dos franceses era muito lamentada e estes eram

exaltados como benfeitores; que “pelo pouco período que permaneceram, deixaram traços de melhorias”; e que se pudessem ter estabelecido seu poder, o Egito seria agora relativamente civilizado. Levando em conta esse testemunho, as palavras não seriam adequadas se aplicadas aos franceses. Os egípcios não desejavam escapar de suas mãos. Eles queriam escapar das mãos dos turcos, mas não conseguiram.

VERSÍCULO 43. Apoderar-se-á dos tesouros de ouro e de prata e de todas as coisas preciosas do Egito; os líbios e os etíopes o seguirão.

Para ilustrar este versículo, citamos o trecho a seguir de *Historic Echoes of the Voice of God* [Ecos Históricos da Voz de Deus], p. 49:

“A história apresenta estes fatos: quando os franceses foram expulsos do Egito e os turcos tomaram posse, o sultão permitiu que os egípcios reorganizassem seu governo da forma que era antes da invasão francesa. Ele não pediu soldados, armas, nem fortificações dos egípcios, mas os deixou administrar as próprias questões de maneira independente, com a importante exceção de que a nação lhe deveria pagar tributo. Nas cláusulas do acordo entre o sultão e o paxá do Egito, ficou estipulado que os egípcios pagariam anualmente ao governo turco determinada quantidade de ouro e prata, bem como ‘600 mil medidas de trigo e 400 mil de cevada.’”

“Os líbios e os etíopes”, “os *cuxitas*”, diz o Dr. Clarke, são “os árabes não conquistados”, que procuraram a amizade dos turcos. Muitos deles continuam a lhes pagar tributos até o presente.

VERSÍCULO 44. Mas, pelos rumores do Oriente e do Norte, será perturbado e sairá com grande furor, para destruir e exterminar a muitos.

Dr. Clarke fez um comentário sobre este versículo que merece ser mencionado. Ele afirmou: “Essa parte da profecia possivelmente não foi cumprida ainda”. Essa nota foi publicada em 1825. Em outra parte de seu comentário, ele declara: “Caso se entenda uma referência ao poder turco, como nos versículos anteriores, pode significar que os persas no oriente e os russos ao norte irão, em algum momento, causar grande embaraço ao governo otomano”.

Entre essa conjectura do Dr. Clarke, escrita em 1825, e a Guerra da Crimeia entre 1853 e 1856, há, sem dúvida, uma coincidência impressionante, pois exatamente os poderes que ele menciona, os persas no oriente e os russos ao norte, foram os instigadores desse conflito. Rumores desses poderes o perturbaram (Turquia). As atitudes e os movimentos deles incitaram o sultão à ira e à vingança. A Rússia, a parte mais agressiva, foi alvo de ataque. A Turquia declarou guerra contra seu poderoso vizinho do norte em 1853. O mundo olhou perplexo ao ver um governo que já por muito tempo era chamado de “Homem Doente do Oriente”, cujo exército era desanimado e desmoralizado, cujos tesouros estavam vazios, cujos governantes eram vis e imbecis, e cujos súditos eram rebeldes e ameaçavam se revoltar, envolver-se com tamanho ímpeto no conflito. A profecia disse que eles saíam com “grande furor”; e assim eles saíram na

guerra já mencionada. Foram descritos, no vernáculo profano de um escritor norte-americano, como “lutando como demônios”. É verdade que a Inglaterra e a França logo socorreram a Turquia. Mas ela de fato saiu da maneira descrita e, conforme o registro, obteve vitórias importantes antes de receber a ajuda desses poderes.

VERSÍCULO 45. Armará as suas tendas palacianas entre os mares contra o glorioso monte santo; mas chegará ao seu fim, e não haverá quem o socorra.

Desdobramos até aqui o passo a passo da profecia da Daniel 11, encontrando os eventos que cumprem todas as suas predições. Tudo se encontra no registro da história, com a exceção deste último versículo. As predições do versículo anterior se cumpriram dentro do período da memória da geração que hoje vive; e agora somos levados além dos nossos dias, para o futuro, pois nenhum poder até hoje realizou os atos aqui descritos. Mas eles se cumprirão. E o cumprimento será realizado pelo mesmo poder que tem sido o assunto contínuo da profecia do versículo 40 até o 45. Caso a aplicação à qual demos preferência ao longo dos últimos versículos esteja mesmo correta, devemos aguardar que a Turquia faça os movimentos aqui indicados.

E que fique claro quão rapidamente isso poderia acontecer. A Palestina, que contém “o glorioso monte santo”, a montanha na qual Jerusalém se encontra, “entre os mares”, o mar Morto e o Mediterrâneo, é uma província turca. E se os turcos forem obrigados a se retirar apressadamente da Europa, podem facilmente ir para qualquer lugar de seus domínios a fim de estabelecer uma sede temporária, descrita adequadamente nesta passagem como “tendas palacianas”, ou seja, habitações móveis; mas não poderiam ir além. O ponto mais notável dentro das fronteiras da Turquia na Ásia é Jerusalém.

Além disso, note como a linguagem usada se aplica a esse poder: “Chegará ao seu fim, e não haverá quem o socorra”. Essa expressão sugere com clareza que esse poder já recebeu ajuda no passado. E quais são os fatos? Na guerra contra a França em 1798–1801, a Inglaterra e a Rússia auxiliaram o sultão. Na guerra entre a Turquia e o Egito em 1838–1840, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria e a Prússia intervieram em favor da Turquia. Na Guerra da Crimeia em 1853–1856, a Inglaterra, a França e a Sardenha apoiaram os turcos. E na recente guerra russo-turca, os grandes poderes da Europa interferiram para deter o progresso da Rússia. Sem o auxílio recebido em todos esses casos, a Turquia dificilmente teria conseguido manter sua posição. É fato notório que, desde a queda da supremacia otomana em 1840, o império só existe por causa da condescendência dos grandes poderes europeus. Sem o prometido apoio deles, a Turquia não conseguiria, há muito tempo, nem mesmo manter uma existência nominal. E quando este for retirado, ela cairá por terra. A profecia diz que o rei chegará a seu fim e não haverá quem o socorra. Podemos inferir naturalmente que isso acontece porque ninguém o socorre, ou seja, porque o apoio prestado até então é retirado.

Temos algum indício de que essa parte da profecia se cumprirá logo? Ao fazermos essa pergunta, olhamos não para eras turvas e distantes no passado, cujos acontecimentos há tanto

passaram para a página da história e que hoje interessam apenas a poucos, mas, sim, para o mundo vivo, presente, em movimento. Estão as nações que hoje ocupam o palco de ação, com seus exércitos disciplinados e múltiplas armas de guerra, fazendo qualquer movimento que se encaminhe para esse fim?

Todos os olhos se voltam agora com interesse para a Turquia. E a opinião unânime dos estadistas é que logo os turcos serão banidos da Europa. Alguns anos atrás, um correspondente do periódico *Tribune*, de Nova York, escrevendo do Oriente, disse: “A Rússia está armada até os dentes [...] para se vingar da Turquia. [...] Duas campanhas do exército russo varrerão os turcos da Europa”. Carleton, ex-correspondente do *Journal*, de Boston, escrevendo de Paris, no artigo denominado “The Eastern Question” [A Questão Oriental], afirmou:

“O tema das conversas ao longo da última semana não tem sido a Exposição, mas, sim, a “questão oriental”. Em que ela dará? Haverá guerra? O que a Rússia vai fazer? Que posição os poderes ocidentais irão assumir? Essas são questões debatidas não só em cafés e restaurantes, mas também no *Corps Legislatif*. Talvez o melhor serviço que posso prestar no momento seja reunir alguns fatos a respeito desse assunto, que, de acordo com os indícios atuais, está prestes a despertar atenção imediata do mundo. O que é a “questão oriental”? Não é fácil dar uma definição. Pois, para a Rússia, pode significar uma coisa, para a França outra, para a Áustria outra ainda, mas, reunindo todos os lados, ela pode ser reduzida ao seguinte: a expulsão dos turcos para a Ásia e a disputa por seu território.”

Ele diz ainda:

“Certamente, os indicativos são que o sultão logo verá a fronteira ocidental de seus domínios se esfacelar, pedaço por pedaço. Mas o que virá em seguida? Romênia, Sérvia, Bósnia e Albânia se estabelecerão como uma soberania independente juntas e assumirão seu lugar entre as nações? Ou haverá uma grande corrida pelo patrimônio dos otomanos? Mas isso cabe ao futuro, *um futuro não tão distante*”.

Pouco depois que os trechos acima foram escritos, uma revolução surpreendente ocorreu na Europa. A França, uma das partes, se não a principal delas, na aliança para a manutenção do trono otomano, foi esmagada pela Prússia na Guerra Franco-Prussiana de 1870. A Prússia, mais uma parte, simpatizava demais com a Rússia para interferir em seus movimentos contra os turcos. A Inglaterra, uma terceira, se encontrava em uma condição financeira complicada e não podia nem pensar em entrar em qualquer conflito em defesa da Turquia sem a aliança dos franceses. A Áustria não havia se recuperado do golpe que recebera na guerra anterior com a Prússia; e a Itália estava ocupada com o problema de destituir o papa de seu poder temporal e em transformar Roma na capital da nação. Um autor do *Tribune*, de Nova York, observou que, caso a Turquia se envolvesse em dificuldades com a Rússia, poderia contar com o pronto “auxílio da Áustria, França e Inglaterra”. Mas nenhum desses poderes, nem qualquer outro propenso a aju-

dar a Turquia, estavam em condições de fazê-lo no momento mencionado, principalmente por causa da humilhação repentina e inesperada da França como nação, conforme relatado acima.

A Rússia percebeu então que sua oportunidade havia chegado. Chocou todos os poderes da Europa no outono do mesmo memorável ano, 1870, ao anunciar de maneira deliberada que optara por não levar mais em conta as cláusulas do tratado de 1856. Esse tratado, firmado ao fim da Guerra da Crimeia, restringia as operações bélicas da Rússia na região do Mar Negro. Mas a Rússia precisaria usar tais águas com objetivos militares a fim de cumprir seus desígnios contra a Turquia. Daí a determinação em desconsiderar o tratado justamente na época em que nenhum dos poderes estava em condições de garantir sua vigência.

O motivo ostensivo usado pela Rússia para justificar seus movimentos nessa direção foi a necessidade de ter um *front* marítimo e portos em um clima mais quente que o das praias do Báltico; mas a real intenção era atacar a Turquia. Por isso, o periódico *Churchman*, de Hartford, Connecticut, em um excelente artigo sobre a atual “confusão europeia”, afirma que a Rússia, em sua intromissão na Turquia, “não está meramente em busca de uma fronteira marítima e de portos que fiquem nas grandes rotas comerciais, sem sofrer a restrição de invernos árticos. Em vez disso, com um sentimento semelhante ao que inspirou as Cruzadas, é movida pelo desejo intenso de *expulsar a Lua Crescente do solo da Europa*”.

Esse desejo por parte da Rússia tem sido acariciado como um legado sagrado desde a época de Pedro, o Grande. Esse célebre príncipe se tornou o único imperador da Rússia em 1688, aos 16 anos de idade. Desfrutou um próspero reinado que durou 37 anos, até 1725. Deixou a seus sucessores um celebrado testamento, no qual transmitiu algumas instruções importantes para que observassem a todo tempo. O nono artigo desse testamento recomendava a seguinte política:

“Usar todos os meios necessários para conquistar Constantinopla e as Índias (pois quem governar lá será o verdadeiro soberano do mundo); instigar guerras continuamente na Turquia e na Pérsia; estabelecer fortalezas no Mar Negro; obter o controle do mar passo a passo, e também do Báltico, duas condições necessárias para a realização de nosso projeto. Acelerar, tanto quanto possível a decadência da Pérsia; entrar no Golfo Pérsico; restabelecer, se possível, pelo caminho da Síria, a antiga rota comercial do Levante; avançar para as Índias, onde se encontram as grandes reservas do mundo. Uma vez lá, poderemos nos virar sem o ouro da Inglaterra.”

O 11º artigo diz:

“Interessar a corte da Áustria na expulsão dos turcos da Europa e silenciar suas dissensões no momento da conquista de Constantinopla (depois de ter incitado guerra entre os antigos estados da Europa), dando à Áustria parte da conquista, que depois será ou poderá ser reconquistada.”



Peter

PEDRO, O GRANDE

Os fatos a seguir da história russa mostram como essa política foi seguida com persistência:

“Em 1696, Pedro, o Grande, tomou o mar de Azov dos turcos e o manteve sob seu domínio. Em seguida, Catarina, a Grande, conquistou a Crimeia. Em 1812, mediante a paz de Bucarest, Alexandre I obteve a Moldávia e a província belamente chamada de Bessarábia, com suas maçãs, cerejas e seus pêssegos. Veio então o grande Nicolau, que conquistou o direito da livre navegação pelo Mar Negro, Dardanelos e Danúbio, mas cuja ganância desmedida o levou ao envolvimento na Guerra da Crimeia, na qual perdeu a Moldávia e o direito de navegação pelo Danúbio, bem como de navegação irrestrita pelo Mar Negro. Sem dúvida, essa foi uma recuada grave para a Rússia, mas não extinguiu suas intenções sobre o poder otomano, nem contribuiu, em nenhum aspecto essencial, para a estabilidade do último. Aguardando com toda a paciência, a Rússia tem observado e esperado. Em 1870, quando todas as nações ocidentais estavam de olho na Guerra Franco-Prussiana, ela anunciou a esses poderes que não se limitaria mais pelo tratado de 1856, o qual lhe restringia o uso do Mar Negro. Desde então, esse mar, para todas os efeitos, tem sido, assim como mil anos antes, um *mare Russicum* (*San Francisco Chronicle* [Crônicas de São Francisco])).

Napoleão Bonaparte entendia bem as intenções da Rússia e a importância de seus movimentos calculados. Enquanto prisioneiro na ilha de Santa Helena, ao conversar com o governador Sir Hudson Lowe, expressou a seguinte opinião:

“No decorrer de alguns anos, a Rússia dominará Constantinopla, parte da Turquia e toda a Grécia. Tenho tanta certeza disso quanto se já houvesse acontecido. Alexandre despendeu toda sua adulação e lisonja em minha direção para obter meu consentimento a esse respeito. Não cedi, prevendo que o equilíbrio da Europa seria destruído. Uma vez senhora de Constantinopla, a Rússia obterá domínio sobre todo o comércio do Mediterrâneo, se tornará uma potência naval e, então, só Deus sabe o que pode acontecer. Meu objetivo ao invadir a Rússia era impedir essas coisas, interpondo um novo estado entre ela e a Turquia, o qual eu desejava criar como barreira para suas intromissões orientais.”

Kossuth também assumiu o mesmo ponto de vista da situação política quando afirmou: “Na Turquia se decidirá o destino do mundo”.

As palavras de Bonaparte, citadas acima, em referência à destruição do “equilíbrio da Europa”, revelam o motivo que induziu os grandes poderes a tolerar por tanto tempo a existência de uma nação no continente cuja religião é falsa, destituída de humanidade e uma desgraça à civilização moderna. Constantinopla é considerada, por consenso geral, o grande ponto estratégico da Europa. E as potências têm sagacidade ou desconfiança suficiente para ver, ou pensar que veem, o fato de que, se um dos poderes europeus obtiver posse permanente do local, como a Rússia deseja, esse poder poderá ditar os termos para o restante da Europa. Tal posição nenhuma das potências está disposta a permitir que algum outro poder desfrute. E a única forma óbvia de impedir isso é todos se unirem, em acordo tácito ou expresso, para manter um ao outro fora e

permitir que os temíveis turcos continuem com sua existência asiática doentia em solo europeu. É isso que significa preservar o “equilíbrio do poder”, com o qual todos tanto se preocupam. Mas essa situação não continuará para sempre. “Chegará ao seu fim, e não haverá quem o socorra”. O homem doente parece determinado a crescer o mais rapidamente possível a um ponto de tamanha hostilidade que a Europa se verá obrigada a expulsá-lo para a Ásia, caso deseje garantir a segurança de sua própria civilização.

Em 1870, quando a Rússia anunciou sua intenção de desconsiderar o tratado de 1856, os outros poderes, embora incapazes de fazer qualquer coisa, fizeram, contudo, uma grande demonstração de dignidade ofendida, pois o assunto tinha grande peso para eles. Um congresso de nações foi exigido e o pedido atendido. Tal evento foi realizado e se comprovou, conforme todos esperavam, uma farsa no que se refere a refrear a Rússia. O jornal *Chronicle*, da cidade de São Francisco, de março de 1871, traz o seguinte parágrafo a respeito do “Congresso sobre a Questão Oriental”:

“É bem evidente que, no que diz respeito a orientar ou controlar as ações do governo de Moscou, o congresso é pouco mais do que uma farsa. A Inglaterra teve a ideia de realizar o evento simplesmente porque este lhe daria a oportunidade de abandonar, sem desonra para si, a posição que havia assumido um tanto quanto precipitadamente; e a Rússia foi complacente o bastante para entrar no “joguinho”, satisfeita de que não perderia nada com seu ato de cortesia. A Turquia foi a única parte prejudicada nesse engenhoso arranjo. Foi deixada face a face com seu inimigo implacável há gerações. Pois as nações que até então a haviam ajudado, supostamente por amizade e amor à justiça, mas, em verdade, por interesse próprio, se esquivaram do desafio tão abertamente lançado na arena pelo Colosso do Norte. É fácil antever o fim dessa conferência. A Rússia conseguirá tudo aquilo que reivindica e mais um passo será dado rumo à realização do testamento de Pedro, o Grande; e o sultão receberá uma prova prévia de sua ruína aparentemente inevitável: *a expulsão da Europa*.”

A partir desse momento, as brasas da “questão oriental” continuaram a agitar e alarmar as nações da Europa, até que, em 1877, as chamas ganharam nova vida. No dia 24 de abril desse ano, a Rússia declarou guerra contra a Turquia, usando a desculpa de defender os cristãos das barbaridades desumanas dos turcos, mas, em realidade, com o objetivo de fazer mais uma tentativa de colocar em prática a tão acariciada determinação de expulsar os turcos da Europa. Os acontecimentos e os resultados dessa guerra de 1877–1878 são tão recentes que o leitor terá facilidade em se recordar deles. Ficou evidente, desde o princípio, que a Turquia tinha um adversário superior. A Rússia continuou suas investidas até que os próprios postos avançados de Constantinopla fossem ocupados por suas forças. Mas a diplomacia das nações alarmadas da Europa se envolveu mais uma vez e conseguiu suspender a disputa por um tempo. O Congresso de Berlim foi realizado em 25 de janeiro de 1878. A Turquia concordou em assinar os termos de paz. As condições eram que os estreitos de Dardanelos deveriam ficar abertos aos navios russos; que os russos ocupariam Batoum, Kars e Erzeroum; que a Turquia pagaria 20 milhões de libras esterlinas (quase 100 milhões de dólares) à Rússia como indenização de guerra; e que o tratado seria assinado em

Constantinopla. Ao fazer esse anúncio, o periódico *Allgemeine Zeitung* acrescentou: “A eventual entrada dos russos em Constantinopla não pode mais ser considerada impraticável”.

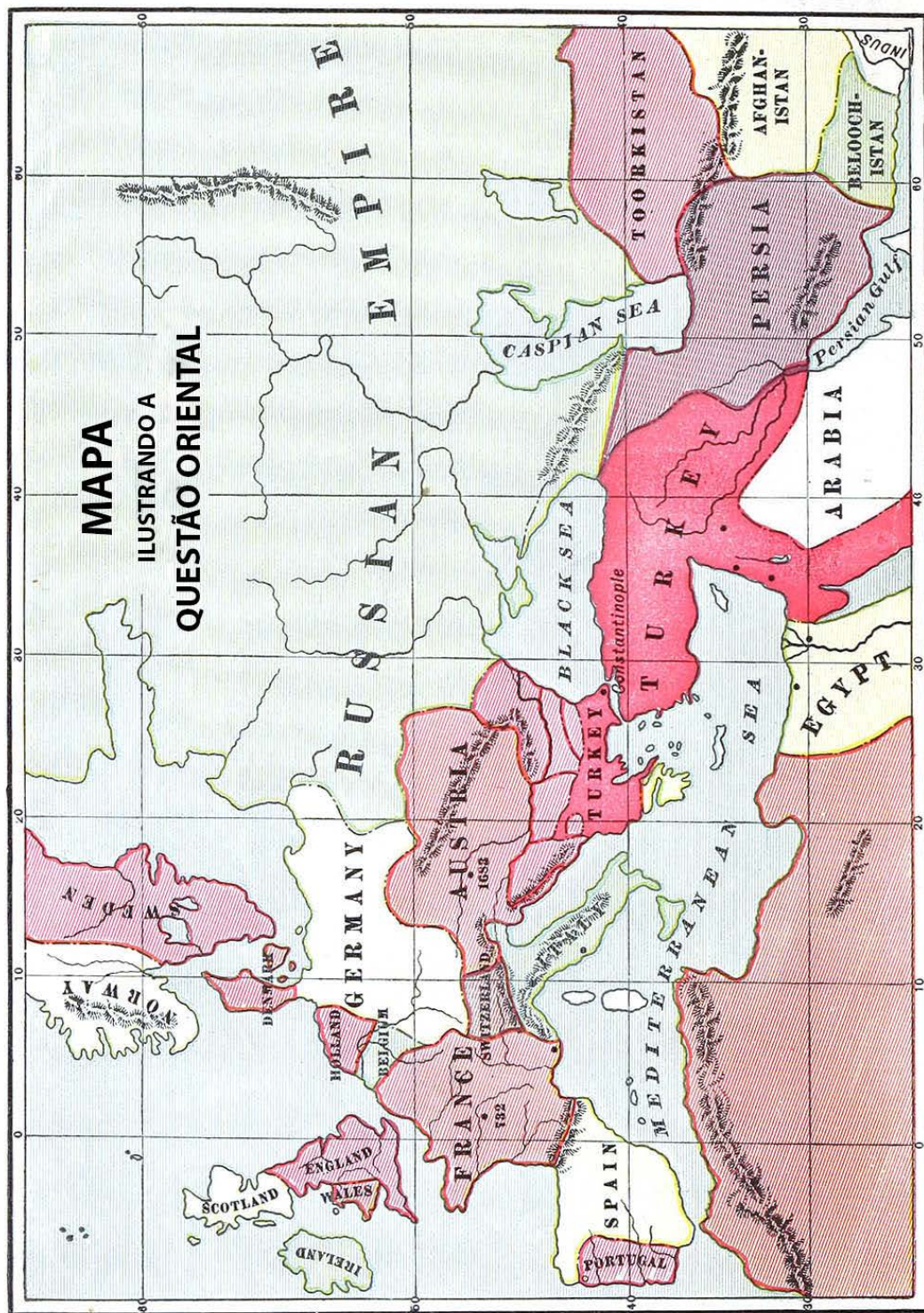
A publicação *Evening News* [Notícias Vespertinas], de Detroit, do dia 20 de fevereiro de 1878, relatou:

“De acordo com a versão mais recente das condições de paz, a Turquia — além das perdas territoriais, da entrega de alguns couraçados, dos reparos na foz do Danúbio, do reembolso de capital russo investido em títulos de crédito turcos, da indenização aos súditos russos em Constantinopla por perdas de guerra e da manutenção de cerca de 100 mil prisioneiros de guerra — precisará pagar à Rússia, em números redondos, uma soma equivalente a cerca de 552 milhões em nossa moeda. Os itens não avaliados aumentam facilmente esse total para 600 milhões. Com seu território tributável reduzido praticamente à Ásia Menor, região assolada pela pobreza, e com as finanças atuais em situação de caos absoluto, fica difícil entender como conseguirá o dinheiro, por mais dispostos que os governantes estejam a assinar o acordo.”

“A proposição equivale a entregar ao czar uma hipoteca permanente de todo o império e contém a ameaça implícita de que ele pode reivindicá-lo como seu a qualquer momento, tomando o restante da Turquia europeia. A esse respeito, toda a Europa tem interesse vital na questão, e a Inglaterra em especial, mesmo que as condições não tenham sido calculadas para enlouquecer os credores ingleses, destruindo sua última esperança de receber um centavo de volta de seus grandes investimentos em títulos turcos. Tal conjuntura transforma a Rússia no credor preferido do falido império otomano, com a vantagem adicional de ser o procurador das posses, deixando os credores anteriores a ver navios.”

O parágrafo a seguir, extraído da publicação *Public Ledger* [Registro Público], de Filadélfia, edição de agosto de 1878, traz uma explicação muito sugestiva e rica em informações para o encolhimento do território turco ao longo dos últimos 60 anos, sobretudo como consequência da guerra de 1877:

“Qualquer um que se der ao trabalho de olhar para o mapa da Turquia na Europa de cerca de 60 anos atrás e compará-lo com o novo mapa traçado pelo tratado de San Stefano, conforme as modificações do Congresso de Berlim, conseguirá formar uma opinião sobre a marcha do progresso que pressiona o poder otomano para fora da Europa. Naquela época, a fronteira norte da Turquia se estendia até os Montes Cárpatos. A leste do rio Siret, abraçava a Moldávia até quase 47 graus de latitude norte. Esse mapa englobava também o que é hoje o reino da Grécia. Abrangia toda a Sérvia e a Bósnia. Mas, por volta de 1830, a fronteira norte da Turquia foi recuada dos Cárpatos para a margem sul do Danúbio. Os principados da Moldávia e da Valáquia se emanciparam do domínio turco, sujeitos somente ao pagamento de um tributo anual em dinheiro aos otomanos. Ao sul do Danúbio, os sérvios também conquistaram uma emancipação semelhante de seu país. A Grécia também recebeu condições de estabelecer sua independência. Naquela época, assim como recentemente, a Turquia era truculenta e obstinada. A Rússia e a Grã-Bretanha propuseram



transformar a Grécia em estado tributário, conservando a soberania turca. Mas tal pedido foi negado, e o resultado foi a completa destruição da poderosa frota turca em Navarino, bem como o surgimento do reino independente da Grécia. Agora a Turquia se encontrava pressionada para trás de todos os lados na Europa. A fronteira setentrional, que tão recentemente chegava até o Danúbio, foi afastada mais para o sul, até os Bálcãs. A Romênia e a Sérvia deixaram de ser estados tributários e assumiram seu lugar em meio aos estados independentes. A Bósnia se colocou sob a proteção da Áustria, assim como a Romênia sob a proteção russa em 1829. Fronteiras “retificadas” dão à Sérvia, Montenegro e à Grécia partes do território turco. A Bulgária assumiu o lugar da Romênia como principado de governo independente, sem nenhuma relação com a Turquia, apenas pagando tributo anual. Até mesmo ao sul dos Bálcãs o poder dos turcos está reduzido, pois a Rumélia deve ter “governo doméstico”, sob a liderança de um político cristão. Desse modo, mais uma vez as fronteiras da Turquia na Europa são pressionadas de todos os lados, até o território se transformar apenas em uma sombra do que era há 60 anos. Alcançar esse resultado tem sido a política e a batalha da Rússia por mais de meio século. Ao longo de praticamente o mesmo período, alguns dos outros “poderes” têm lutado para manter a “integridade” do império turco. Uma comparação de mapas em intervalos de 25 anos mostra qual política foi bem-sucedida e qual fracassou. A Turquia na Europa se reduziu ao longo do último meio século e está se encolhendo cada vez mais em direção à Ásia; e embora todas as “potências”, com exceção da Rússia, unam as forças para a manutenção do sistema otomano na Europa, há um destino manifesto visível na história dos últimos 50 anos que deve derrotá-las.

Um correspondente do periódico *Christian Union* [União Cristã], escrevendo de Constantinopla no dia 8 de outubro de 1878, afirmou:

“Quando analisamos as dificuldades que agora cercam esse governo frágil e cambaleante, a única surpresa é ele *conseguir resistir por um dia sequer*. Além da dívida fixa de 1 bilhão de dólares, sobre a qual não paga juros, conta ainda com uma enorme dívida flutuante que representa todas as despesas da guerra. Seus servidores não são pagos. O exército não foi dispensado, nem sequer reduzido. E a moeda perdeu praticamente todo seu valor. As pessoas estão desanimadas e esperam, todos os dias, alguma revolução nova ou retomada da guerra. O governo não sabe de quem desconfiar mais, se de seus amigos ou inimigos.

Desde 1878, a tendência de todos os movimentos no Oriente tem sido na mesma direção, pressagiando maior pressão sobre o governo turco na direção de sua expulsão do solo europeu. A ocupação do Egito pelos ingleses, que ocorreu em 1883, foi outro passo rumo a esse resultado inevitável, um movimento que o *Independent*, de Nova York, aventurou-se a chamar de “o princípio do fim”.

Em 1895, o mundo foi chocado pelo relato das terríveis atrocidades que os turcos e curdos infligiram sobre os armênios. Relatos confiáveis revelam que muitos milhares foram executados, com todos os requintes de crueldade demoníaca. Por meio de seus embaixadores, as nações pro-

testam e ameaçam. O sultão promete, mas não faz nada. Fica claro que ele não tem a disposição, e talvez nem mesmo o poder, para conter a maré de sangue. Muçulmanos fanáticos parecem tomados pelo frenesi de destruir todos os homens armênios e levar suas mulheres e filhos como escravos, ou para um destino ainda mais lamentável. No momento em que escrevo (janeiro de 1897), conta-se que milhares de viúvas e órfãos vagueiam pelas montanhas da Armênia, morrendo de fome e de frio. E eles estendem as mãos desesperadas para a Inglaterra e os Estados Unidos, na esperança de que estes os salvem da destruição total. Um sentimento de horror tomou conta da cristandade e um clamor tem se levantado de todas as terras: “Que os turcos sejam expulsos e cheguem ao fim!” No entanto, o egoísmo das nações e a desconfiança de uma para com a outra as impedem de deter esse carnaval de matança e ruína por meio do destronamento da terrível Turquia. Até quando, Senhor?

Desse modo, todas as evidências servem para mostrar que os turcos logo deverão deixar a Europa. Onde eles colocarão suas tendas palacianas? Em Jerusalém? Sem dúvida, esse é o local mais provável. Newton, em seu livro *Prophecies* [Profecias], p. 318, declara:

“Entre os mares contra o glorioso monte santo’ deve denotar, conforme já demonstramos, alguma parte da terra santa. Lá os turcos montarão acampamento com todos os seus poderes. Todavia, ‘chegará ao seu fim, e não haverá quem o socorra’, isto é, quem o ajude de maneira eficaz, ou o livre.”

O tempo logo determinará essa questão e pode ser questão de meses. Quando isso acontecer, o que se seguirá? Acontecimentos do mais extremo interesse para todos os habitantes deste mundo, conforme o capítulo seguinte revela imediatamente.

Nota: Desde o momento em que estas palavras foram escritas, a situação na Turquia tem ficado cada vez pior. Os massacres aos armênios continuaram e, entre janeiro e setembro de 1896, surgiram rebeliões contra os turcos em Creta e na Macedônia. Além disso, muçulmanos fanáticos têm dado sinais de insatisfação com o sultão e ameaçam uma revolução. Perturbações sérias acabam de acontecer (setembro de 1896) em Constantinopla, as quais resultaram no extermínio de cerca de 2 mil armênios. Os chefes de estado da Europa se encontram em consulta acerca da tendência dos acontecimentos na Turquia, com a perspectiva de que é preciso chegar a alguma resolução. Desse modo, o único obstáculo para a dissolução do império turco será removido.

DANIEL 12 — CENAS FINAIS



VERSÍCULO 1. Nesse tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo, e haverá tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, será salvo o teu povo, todo aquele que for achado inscrito no livro.

Um período DEFINIDO é introduzido neste versículo, não um tempo revelado em nomes ou números que especifiquem qualquer ano, mês ou dia específico, mas um período que se torna definido pela ocorrência de determinado evento ao qual se encontra relacionado. “Nesse tempo”. Que tempo? O tempo ao qual somos levados pelo versículo final do capítulo anterior — o tempo em que o rei do norte estabelecerá suas tendas palacianas no monte santo glorioso; ou, em outras palavras, quando os turcos, expulsos da Europa, se apressarem para transformar Jerusalém em sua sede temporária de governo. Destacamos, nos comentários sobre a última parte do capítulo anterior, alguns dos agentes já em operação para o cumprimento desse objetivo e alguns indícios de que os turcos logo se verão obrigados a tomar esse passo. E quando esse evento ocorrer, ele chegará ao seu fim. Então, de acordo com este versículo, devemos procurar pelo levantamento de Miguel, o grande príncipe. Esse movimento da parte da Turquia é o sinal para o levantamento de Miguel, isto é, marca tal acontecimento como o próximo na ordem. E para impedir qualquer incompreensão, que fique bem claro para o leitor que não estamos dizendo que o próximo movimento contra os turcos os expulsará da Europa, ou que, quando eles estabelecerem a capital em Jerusalém, Cristo começará Seu reino sem demorar mais um dia ou hora sequer. Mas estes são os eventos que sobrevirão, conforme cremos, na seguinte ordem: 1) mais pressão sobre a Turquia, de alguma forma; 2) sua retirada da Europa; 3) seu posicionamento final em Jerusalém; 4) o levantamento de Miguel, ou o início do reinado de Cristo, e Sua vinda nas nuvens do céu; e não é razoável supor que se passará um intervalo muito grande entre os dois acontecimentos.

Quem, então, é Miguel? E o que significa Ele se levantar? Em Judas 9, Miguel é chamado de o arcanjo. Isso significa anjo chefe, ou líder sobre os anjos. Só existe um. Quem é Ele? Aquele cuja voz se ouvirá do Céu quando os mortos forem ressuscitados (1Ts 4:16). E a voz de quem será ouvida nesse acontecimento? A voz de nosso Senhor Jesus Cristo (Jo 5:28). Comparando as evidências fornecidas por esses versos, chegamos às seguintes conclusões: a voz do Filho de Deus é a voz do arcanjo; logo, o arcanjo é o Filho de Deus. Mas o arcanjo é Miguel; portanto, Miguel também é o Filho de Deus. A expressão de Daniel, “o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo”, já é suficiente por si só para identificar aquele aqui mencionado como o Salvador dos homens. Ele é o Príncipe da vida (At 3:15, ARC); e Deus O exaltou a “Príncipe e Salvador” (At 5:31). Ele é o grande Príncipe. Não há ninguém maior, a não ser o Pai soberano.

E Ele é “o defensor dos filhos do Teu povo”. Ele Se digna a tomar os servos de Deus nesse pobre estado mortal e redimi-los para serem súditos de Seu reino futuro. Ele nos defende. Seu povo é essencial para Seus propósitos futuros, parte inseparável da herança que comprou por alto preço. Seus filhos serão os principais agentes da alegria eterna pela qual Cristo suportou todo o sacrifício e sofrimento que marcaram Sua intervenção em favor da raça caída. Que honra extraordinária! Que gratidão eterna Lhe seja prestada por Sua condescendência e misericórdia para conosco! Seus sejam o reino, o poder e glória, para todo o sempre!

Chegamos agora à segunda pergunta: o que significa Miguel Se levantar? A chave para a interpretação dessa expressão nos é fornecida nos versículos 2 e 3 do capítulo 11: “Eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia”; “Depois, se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio”. Não há como restar dúvida quanto ao sentido das expressões nesses casos. Elas significam tomar o reino, reinar. A mesma expressão no versículo em análise deve significar o mesmo. Nesse tempo, Miguel Se levantará, tomará o reino e começará Seu domínio.

Mas Cristo não está reinando agora? Sim, junto ao Pai, no trono do domínio universal (Ef 1:20-22; Ap 3:21). Mas desse trono, ou reinado, Ele abrirá mão ao fim desta dispensação (1Co 15:24); então Ele começará o reinado destacado no texto, quando Se levantar ou assumir o próprio reino, o trono de Seu pai Davi, prometido há tanto tempo, estabelecendo um domínio que nunca terá fim (Lc 1:32-33).

O exame de todos os acontecimentos que constituem essa alteração, ou estão inseparavelmente ligados a essa mudança na posição de nosso Senhor, não faz parte do escopo desta obra. Basta dizer que, nesse momento, os reinos deste mundo se tornarão o reino “de nosso Senhor e do Seu Cristo” (Ap 11:15). Suas roupas sacerdotais serão trocadas por vestimentas reais. A obra de misericórdia estará concluída e o tempo da graça de nossa raça terá terminado. Então, aquele que é imundo não terá mais esperança de recuperação; e quem é santo não correrá mais o risco de cair (cf. Ap 22:11). Todos os casos estarão decididos. E a partir de então, antes que as nações aterrorizadas contemplem, nas nuvens do céu, a forma majestosa do Rei que insultaram, elas serão quebradas como por um cetro de ferro e partidas em pedacinhos como o vaso do oleiro. Isso ocorrerá devido a um tempo de angústia como nunca houve, marcado por uma série de juízos sem precedentes na história do mundo, os quais culminarão com a revelação do Senhor Jesus Cristo no céu em fogo consumidor, a fim de Se vingar daqueles que não conhecem a Deus, nem obedecem ao evangelho (2Ts 1:7, 8; Ap 11:15; 22:11, 12). Logo, são grandiosos os acontecimentos introduzidos pelo levantamento de Miguel. E assim Ele Se levanta, ou toma o reino, marcando o início desse período decisivo na história da humanidade, por algum tempo antes de Sua volta pessoal a esta Terra. Quão importante, então, é conhecermos Sua posição, a fim de podermos traçar o progresso de Sua obra e entendermos quando se aproximará esse momento convulsivo em que cessará Sua intercessão em favor da humanidade, fixando o destino de todos para sempre.

Mas como saber disso? Como determinar o que se passa tão longe no Céu, no santuário do alto? Deus é tão bom que colocou os meios necessários para o conhecimento em nossas

mãos. Quando certos grandes eventos ocorrem na Terra, Ele nos informa quais acontecimentos se desenrolam em sincronia no Céu. Pelas coisas que se veem, aprendemos de coisas que não se veem. Assim como podemos olhar da natureza para o Deus da natureza, por meio de fenômenos e eventos terrestres temos condições de delinear os grandes movimentos do mundo celestial. Quando o rei do norte estabelecer suas tendas palacianas entre os mares no glorioso monte santo, um acontecimento cujos passos iniciais já podemos contemplar, então Miguel, nosso Senhor, Se levantará, ou seja, receberá de Seu Pai o reino — evento preparatório para Seu retorno a esta Terra. Ou a situação poderia ser expressa por meio das seguintes palavras: então nosso Senhor cessará Sua obra como nosso grande Sumo Sacerdote e o tempo da graça deste mundo terminará. A grande profecia das 2.300 tardes e manhãs nos apresenta de maneira definitiva o início da parte final da obra no santuário celestial. O versículo em análise nos dá informações por meio das quais podemos descobrir, de maneira aproximada, o tempo em que tal obra chega a seu fim.

Em conexão com o levantamento de Miguel, ocorre um tempo de angústia qual nunca houve. Em Mateus 24:21, lemos sobre um período de tribulação como nunca existiu antes dele, nem haverá depois. Essa tribulação, cumprida por meio da opressão e massacre da igreja pelo poder papal, já faz parte do passado, ao passo que o tempo de angústia de Daniel 12:1, de acordo com o ponto de vista que defendemos, ainda é futuro. Como pode haver dois tempos de angústia, separados por muitos anos, cada um deles maior do que qualquer outro antes e depois de si? A fim de evitar qualquer dificuldade nesse ponto, é importante observar com cuidado a distinção a seguir: a tribulação mencionada em Mateus é sobre a igreja. Cristo está falando a Seus discípulos e aos discípulos do futuro. Eles eram os envolvidos e, por sua causa, os dias da tribulação seriam abreviados (v. 22). Já o tempo de angústia mencionado em Daniel não é um período de perseguição religiosa, mas, sim, de calamidade nacional. Não houve nada como ele desde que existe, não uma igreja, mas, sim, nação. Ele sobrevirá ao mundo inteiro. Será a última angústia que acometerá o planeta em sua condição presente. Em Mateus, faz-se referência a uma época posterior a essa tribulação; pois depois que ela terminasse, não haveria nenhuma semelhante sobre o povo de Deus. Mas aqui em Daniel não existe alusão a um período futuro, após o tempo de angústia mencionado. Pois ele encerra a história deste mundo. Inclui as sete últimas pragas de Apocalipse 16 e culmina com a revelação de nosso Senhor Jesus, vindo em Seu caminho de nuvens no fogo consumidor, para visitar com destruição os inimigos que não aceitaram Seu reinado sobre eles. Mas todo aquele cujo nome estiver inscrito no livro — o livro da vida — será livrado dessa tribulação, “porque, no monte Sião [...] estarão os que forem salvos, como o SENHOR prometeu; e, entre os sobreviventes, aqueles que o SENHOR chamar” (Jl 2:32).

VERSÍCULO 2. Muitos dos que dormem no pó da Terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno.

Esse versículo também revela como será grandioso o período introduzido pelo levantamento de Miguel, ou o início do reinado de Cristo, conforme mencionado no primeiro versículo deste capítulo, pois o evento aqui narrado em termos explícitos é a ressurreição dos mortos. Essa

é a ressurreição geral que ocorrerá na segunda vinda de Cristo? Ou haverá, entre o momento em que Cristo receber o reino e Sua revelação à Terra em toda a glória de Seu advento (Lc 19:12), uma ressurreição especial em resposta à descrição que aqui é feita? Uma dessas precisa ocorrer, pois todas as declarações das Escrituras se cumprirão.

Por que não pode se tratar da primeira opção, ou seja, a ressurreição que ocorrerá ao soar a última trombeta? Resposta: porque somente os justos, excluindo-se todos os ímpios, participarão dessa ressurreição. Aqueles que dormiram em Cristo sairão da sepultura, mas somente eles, pois o restante dos mortos só voltará a viver depois de mil anos (Ap 20:5). Logo, a ressurreição geral de toda a raça humana será dividida em duas grandes etapas: a primeira, somente dos justos, por ocasião do retorno de Cristo; a segunda, exclusivamente dos ímpios, após mil anos. A ressurreição geral não será mista. Os justos e os ímpios não sairão do túmulo misturados, na mesma ocasião. Em vez disso, cada uma das duas classes ressurgirá em separado e se passará um período entre as respectivas ressurreições, claramente definido como um intervalo de mil anos.

Mas na ressurreição destacada pelo versículo em análise, muitos tantos dos justos quanto dos ímpios ressuscitarão juntos. Logo, não pode se tratar da primeira ressurreição, que inclui apenas os justos, nem da segunda, distintamente restrita aos ímpios. Se o texto dissesse: “Muitos dos que dormem no pó da Terra ressuscitarão para a vida eterna”, os “muitos” poderiam ser interpretados como uma referência a todos os justos, e a ressurreição ser a que ocorrerá junto com a segunda vinda de Cristo. Mas o fato de muitos serem maus e ressuscitarem para vergonha e horror eterno impede que se faça tal aplicação.

Pode-se fazer a objeção de que este texto só fala do despertar dos justos, de acordo com a tradução de Bush e Whiting, a saber: “E muitos dos que dormem no pó da Terra despertarão, estes para a vida eterna, e aqueles para a vergonha e o desprezo eternos”. Deve-se notar, antes de mais nada, que essa tradução (que não é, de modo algum, imune a críticas), nada prova a menos que os termos suprimidos pela elipse evidente sejam trazidos à tona. Alguns interpretam que o texto, sem a elipse, significa o seguinte: “E muitos dos que dormem no pó da Terra despertarão, estes [os que despertaram] para a vida eterna, e aqueles [os que não despertaram] para a vergonha e o desprezo eternos”. É importante observar ainda que essa alternativa não resolve a elipse; em vez disso, acrescenta um comentário, algo muito diferente. Suprir termos omitidos pela elipse significa simplesmente inserir as palavras necessárias para completar a frase. “Muitos dos que dormem no pó da Terra despertarão” é uma frase completa. Tanto sujeito quanto predicado se encontram expressos. A frase que se segue, “uns [ou estes] para a vida eterna”, não é completa. O que é necessário para completá-la? Não um comentário que apresente a opinião de alguém sobre qual seria o significado de “estes”, mas, sim, um verbo do qual o termo possa ser o sujeito. Que verbo seria? Isso deve ser determinado pela parte anterior do trecho, na qual o verbo *despertarão* é usado. Esse, então, é o predicado a ser acrescentado: “Uns [ou estes] *despertarão* para a vida eterna”. Aplicando a mesma regra à frase seguinte, “Outros [ou aqueles] para a vergonha e o desprezo eternos”, que não é completa em si mesma, somos obrigados a suprir as mesmas palavras

e ler: “Outros [ou aqueles] *despertarão* para a vergonha e o desprezo eternos”. Qualquer coisa menos que isso não completaria o sentido e qualquer coisa diferente perverteria o texto; pois um predicado acrescentado não pode ir além de algum que já foi expresso. A afirmação feita no texto se refere apenas aos muitos que despertam. Nada se diz quanto ao restante que não acorda. E dizer que a expressão “para a vergonha e o desprezo eternos” se aplica a eles, quando nada se declara sobre eles, é um ultraje não só ao sentido do texto, mas também às leis gramaticais. Dentre os muitos que ressuscitam, uns saem para a vida eterna e outros “para vergonha e desprezo eterno” (ARC), mais uma prova da ressurreição consciente desses também; pois embora o desprezo seja sentido e manifesto por outros em relação aos culpados, somente as partes culpadas podem sentir e manifestar vergonha. Portanto, essa ressurreição, conforme já comprovado, engloba tanto os justos quanto os ímpios e não pode se tratar da ressurreição geral do último dia.

Há lugar, então, para uma ressurreição especial ou limitada, ou qualquer indicativo de tal evento, antes da vinda do Senhor? A ressurreição aqui predita ocorrerá quando o povo de Deus for liberto do grande período de angústia com o qual a história deste mundo terminará. Com base em Apocalipse 22:11, percebe-se que tal livramento ocorrerá antes da vinda do Senhor. Chegará o momento terrível no qual os impuros e injustos continuarão a sê-lo, e os justos e santos manterão sua condição. Então o caso de todos estará decidido para sempre. E quando essa sentença for pronunciada sobre os justos, isso lhes será um livramento, pois serão colocados além de todo alcance de perigo ou temor do mal. Mas o Senhor ainda não terá voltado, pois se acrescenta imediatamente: “Eis que venho sem demora”. Supõe-se que a declaração desse decreto solene que sela os justos para a vida eterna e os ímpios para a morte eterna ocorrerá em sincronia com a grande voz ouvida do trono no templo do Céu, dizendo: “Feito está!” (Ap 16:17). Sem dúvida, essa é a voz de Deus, mencionada com tanta frequência nas descrições das cenas relacionadas ao último dia. Joel fala sobre isso (3:16): “O SENHOR brama de Sião e Se fará ouvir de Jerusalém, e os céus e a terra tremerão; mas o SENHOR será o refúgio [esperança, na KJV] do Seu povo e a fortaleza dos filhos de Israel”. A margem [da KJV] diz que Deus será o “lugar de reparo, refúgio, ou porto seguro”, em vez de “esperança”, [à semelhança da versão ARA]. Então, nessa ocasião, quando a voz de Deus for ouvida do Céu, logo antes da vinda do Filho do homem, Ele será um porto seguro, um refúgio, para Seu povo. Em outras palavras, Deus há de lhes prover libertação. Quando a voz de Deus soar e as decisões eternas forem pronunciadas sobre a raça humana, no momento em que a última cena extraordinária estiver prestes a se abrir sobre o mundo condenado, Deus dará às nações perplexas outra evidência e prova de Seu poder, ressuscitando dos mortos uma multidão que já por muito tempo dormia no pó da Terra.

Assim percebemos que há tempo e lugar para a ressurreição de Daniel 12:2. Acrescentamos agora que há uma passagem no livro de Apocalipse que torna necessário supor que uma ressurreição dessa natureza ocorrerá. Apocalipse 1:7 diz: “Eis que vem com as nuvens [inquestionavelmente uma referência ao segundo advento], e todo olho o verá [das pessoas que estiverem vivas na Terra], até quantos o traspassaram [aqueles que desempenharam um papel ativo na terrível obra

de Sua crucifixão]. E todas as tribos da Terra se lamentarão sobre Ele”. A menos que se fizesse uma exceção, aqueles que crucificaram o Senhor permaneceriam na sepultura até o fim dos mil anos, ressurgindo na reunião geral dos ímpios nessa ocasião. Mas aqui se afirma que eles contemplarão o Senhor no segundo advento. Logo, é preciso haver uma ressurreição especial para esse fim.

Com certeza, é mais do que apropriado alguns que se destacaram em santidade, labutaram e sofreram pela esperança na vinda do Salvador, mas morreram sem contemplá-Lo, ressuscitarem pouco antes para testemunhar as cenas que acompanharão essa gloriosa epifania; assim como, de maneira semelhante, um grupo de justos saiu do túmulo após a ressurreição de Cristo a fim de contemplar Sua glória ressurreta (Mt 27:52-53), e acompanhá-Lo em triunfo à destra do trono da majestade celeste (Efésios 4:8, margem da KJV). Também é adequado que alguns, proeminentes na maldade, que fizeram o máximo para envergonhar o nome de Cristo e prejudicar Sua causa, sobretudo aqueles que asseguraram Sua morte cruel sobre a cruz, zombando Dele e O injuriando enquanto perecia, ressuscitem, como parte de sua punição judicial, para contemplar Seu retorno nas nuvens do céu como vencedor celestial, em majestade e esplendor insuportáveis para eles.

Mais um comentário sobre esta passagem antes de prosseguirmos. Alguns supõem que aquilo que acabamos de dizer fornece boas evidências do sofrimento consciente eterno dos ímpios, pois se afirma que eles ressuscitam para vergonha e horror eterno. Como eles poderiam sofrer tais coisas eternamente, a menos que permanecessem conscientes para sempre? Já se alegou que vergonha implica consciência; mas deve-se notar que não se diz que isso será eterno. O qualificativo é inserido no que diz respeito ao horror, emoção que os outros sentem em relação às partes culpadas, não tornando necessária a consciência daqueles contra quem é dirigido. Alguns leem a passagem desta forma: “Alguns para a vergonha e o horror eterno de seus companheiros”. E assim será. A vergonha por sua maldade e corrupção queimarão dentro da alma, enquanto tiverem existência consciente. E quando eles passarem, consumidos por suas iniquidades, seu caráter abominável e seus atos de culpa despertarão tão somente horror da parte de todos os justos, na mesma natureza e intensidade, enquanto os preservarem na lembrança. Portanto, o texto não fornece nenhuma prova do sofrimento eterno dos ímpios.

VERSÍCULO 3. Os que forem sábios, pois, resplandecerão como o fulgor do firmamento; e os que a muitos conduzirem à justiça, como as estrelas, sempre e eternamente.

A margem [da KJV] diz “professores” em vez de “sábios”. Aqueles que forem professores resplandecerão como o fulgor do firmamento, ou seja, aqueles que ensinarem a verdade e levarem outras pessoas a conhecer antes do tempo em que os acontecimentos registrados nos versículos anteriores se cumprirem. Como o mundo estima ganhos e perdas, há um preço para ser professor dessas coisas nos dias atuais. Custa reputação, tranquilidade, conforto e, muitas vezes, bens; envolve esforço, cruz, sacrifício, perda de amizades, ridículo e, não raro, perseguição. A pergunta que muitas vezes se faz é: como você se permite passar por isso? Como é possível você dar-se ao luxo de guardar o sábado e talvez perder a condição de vida, reduzir a renda ou até mesmo arris-

car a sobrevivência? Ó pergunta cega, iludida e sórdida! Quanta falta de visão transformar a obediência àquilo que Deus requer em uma questão de análise financeira! Quão diferente da atitude dos nobres mártires, que não amaram a própria vida, antes se dispuseram a morrer! Não, o que não pode acontecer é nos darmos ao luxo de fazer o contrário. Quando Deus ordena, não podemos nos permitir desobedecer. E se nos perguntarem: como você pode dar-se ao luxo de guardar o sábado e cumprir outros deveres envolvidos na obediência à verdade? Só precisamos indagar de volta: como você pode dar-se ao luxo de *não* fazer isso? No dia vindouro, quando aqueles que buscaram salvar a própria vida a perderem, e aqueles que se mostraram dispostos a arriscar tudo em prol da verdade e de seu divino Senhor receberem a recompensa gloriosa prometida no texto e ressuscitarem para resplandecer como o firmamento e como as estrelas perenes para todo o sempre, nesse dia ficará bem claro quem foi sábio e quem, em contrapartida, escolheu a cegueira e a insensatez. Os ímpios e os mundanos desdenham os cristãos hoje como se fossem tolos e loucos. Congratulam-se por sua astúcia superior em ficar longe do que chamam de loucura, que só lhes traria perdas. Não precisamos nos preocupar em lhes dar satisfação, pois logo chegará o momento em que esses, em vão, ansiarão ardentemente reverter sua decisão.

Enquanto isso, o cristão tem o privilégio de se alegrar no consolo dessa promessa maravilhosa. O conceito de sua magnitude pode ser apreendido somente ao se olhar para os mundos estelares. O que são essas estrelas, à semelhança das quais os instrutores da justiça brilharão para todo o sempre? Quanto brilho, majestade e número de dias estão envolvidos nessa comparação?

O sol do nosso sistema solar é uma dessas estrelas. Se o compararmos ao globo onde vivemos (nosso padrão de medida mais próximo), descobrimos se tratar de uma esfera de grande magnitude e magnificência. Nossa Terra tem cerca de 13 mil quilômetros de diâmetro; já o diâmetro do sol é de quase 1 milhão e meio de quilômetros! Em tamanho, é 1 milhão e meio de vezes maior que nosso globo. Em termos de volume, seria equivalente a 352 mil mundos como o nosso. Que imensidão!

Todavia, o Sol está longe de ser o maior ou o mais brilhante dos mundos que conduzem suas resplendentes carruagens em miríades através dos céus. Sua proximidade (a apenas cerca de 150 milhões de quilômetros distante de nós) faz com que nos agracie com sua presença e influência controladora. Mas bem distante, nas profundezas do espaço, onde parecem meros pontos de luz, reluzem outros astros de tamanho mais vasto e glória ainda maior. A estrela fixa mais próxima, Alpha Centauri, no hemisfério sul, está, segundo a precisão e a eficiência de instrumentos modernos, a 30 bilhões de quilômetros de distância; mas o sistema da estrela polar é quinze vezes mais remoto, ou seja, está a 458 bilhões de quilômetros e brilha com um esplendor equivalente ao de 86 sóis. Outras são ainda maiores, como por exemplo, a estrela Vega, que emite a luz de 344 sóis; Capella, de 430; Arturus, de 516; e assim por diante, até chegarmos, por fim, à grande estrela Alcyone, na constelação de Plêiades, que inunda o espaço celestial com um brilho 12 mil vezes maior que o do astro grandioso que ilumina e controla nosso sistema solar! Por que, então, ela não se apresenta mais brilhante para nós? Ah, sua distância equivale a 25 milhões de diâmetros da órbita terrestre, ao passo que a do Sol corresponde a 305 milhões de quilômetros. Os números

são frágeis para expressar distâncias tão grandes. Basta dizer que seu clarão resplandecente deve atravessar o espaço na velocidade da luz, a 308 mil quilômetros por segundo, por um período de mais de 700 anos para poder alcançar este nosso mundo distante!

Alguns desses monarcas dos céus reinam solitários, como nosso sol. Alguns são duplos; o que nos parece uma única estrela é formado por duas — dois sóis com seu séquito de planetas, girando em torno deles; outros são triplos; outros ainda, quádruplos; e pelo menos um é sêxtuplo.

Além disso, mostram todas as cores do arco-íris. Alguns sistemas são brancos, outros azuis, alguns vermelhos, outros amarelos, outros ainda verdes. E isso significa dias de cores diferentes para os planetas desses sistemas. Castor dá dias verdes a seus planetas. A estrela polar dupla dá dias amarelos. Em alguns, os diferentes sóis pertencentes ao mesmo sistema têm cores diferentes. O Dr. Burr, na obra de sua autoria *Ecce Coelum*, p. 136, afirma:

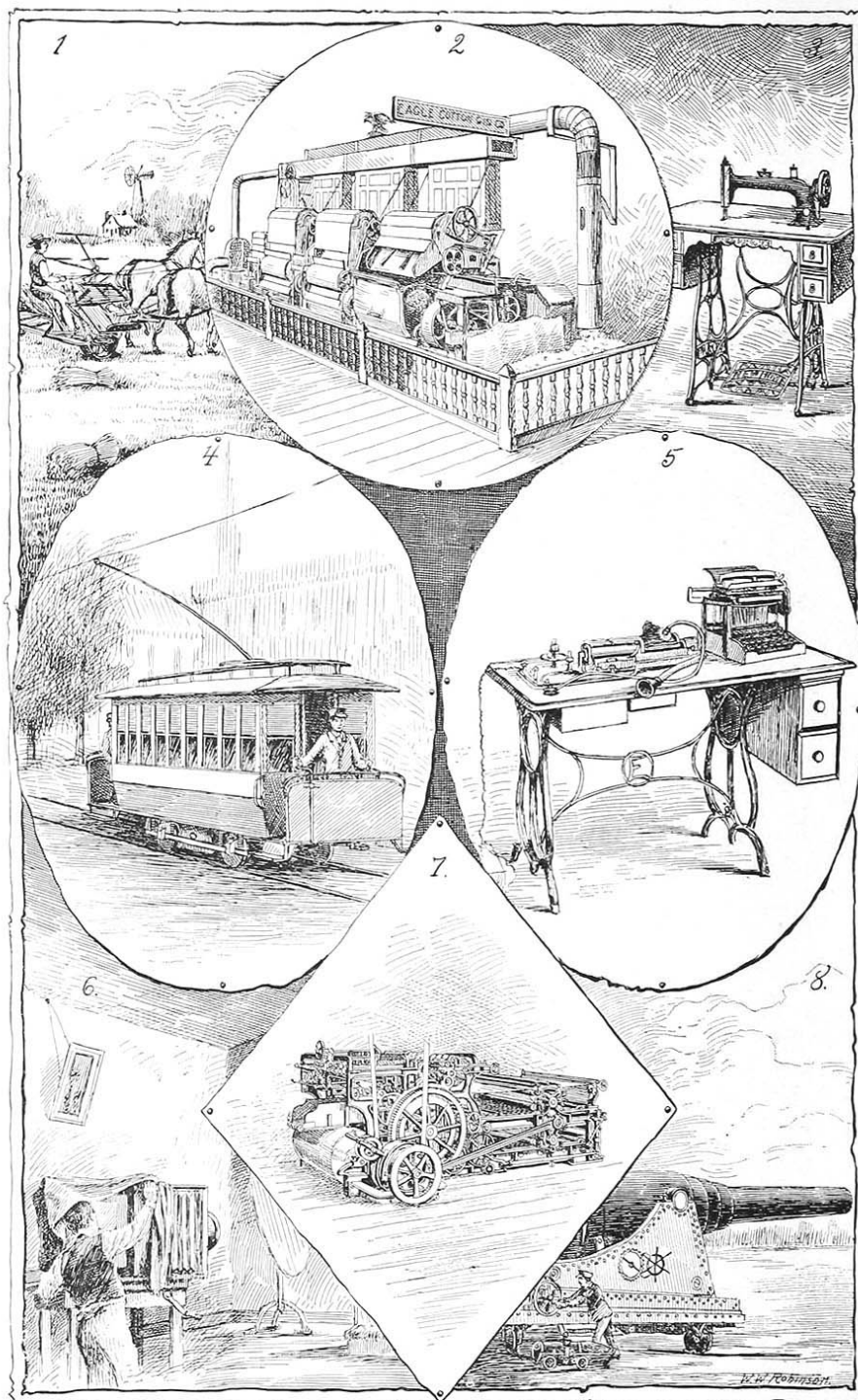
“E, para transformar o Cruzeiro do Sul no mais belo objeto de todo o céu, encontramos nessa constelação um grupo de mais de 100 sóis de cores variadas, vermelhos, verdes, azuis e verde-azulados, agrupados tão próximos uns dos outros que, em um telescópio poderoso, parecem um esplêndido buquê ou uma joia sofisticada.”

E a idade desses gloriosos corpos celeste? Alguns anos se passam e todas as coisas terrenas revelam os traços da velhice e o odor da decadência. Quanto deste mundo já pereceu por completo! Mas as estrelas continuam a brilhar tanto quanto no início. Séculos e ciclos se passam, reinos surgem e vagarosamente acabam; remontamos ao horizonte mais turvo e sombrio da história e até mesmo ao primeiro momento introduzido pela revelação, quando a ordem foi invocada a partir do caos e as estrelas da manhã cantavam juntas, e os filhos de Deus aclamam em alegria — mesmo então as estrelas se encontravam em sua marcha ordenada e, por quanto tempo antes disso, não sabemos. Pois os astrônomos nos contam sobre nebulosas que ficam nas extremidades mais remotas da visão telescópica, cuja luz, em sua viagem incessante, demoraria 5 milhões de anos para alcançar este planeta. Como são antigos esses astros! Todavia, seu brilho não empalidece, nem sua força se reduz. O frescor da juventude ainda parece vivo nelas. Nenhum contorno desfigurado revela o domínio da decadência; nenhuma falha de movimento mostra a decrepitude da velhice. Dentre todas as coisas visíveis, são essas que mais se aproximam da natureza eterna do Ancião de dias. E sua glória ininterrupta consiste em uma profecia da eternidade.

Assim resplenderão aqueles que conduzem muitos à justiça, em uma glória que leva alegria até mesmo ao coração do Redentor. E assim seus anos se passarão para todo o sempre.

VERSÍCULO 4. Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadrinharão [correrão de uma parte para outra, ARC] e o saber se multiplicará.

As “palavras” e o “livro” aqui mencionados são, sem dúvida, uma referência às coisas que Daniel recebeu como revelação nesta profecia. Elas deveriam ser encerradas e seladas até o tempo do fim; isto é, não receberiam estudo especial, nem seriam compreendidas em grande medida até esse período chegar. Conforme já demonstrado, o tempo do fim começou em 1798. Uma vez



AUMENTO DO CONHECIMENTO, PARTE 1

que o livro foi encerrado e selado até aquele tempo, a clara inferência é que, a partir de então, as pessoas teriam melhores condições de compreendê-lo e dariam atenção especial a essa parte da palavra inspirada. É desnecessário lembrar o leitor de tudo que foi feito no tema da profecia desde então. As profecias, sobretudo a de Daniel, têm sido examinadas por estudiosos da Palavra onde quer que a civilização espalhou sua luz na face da Terra. Assim, o restante do versículo, uma predição do que ocorreria após o tempo do fim começar, diz: “Muitos correrão de uma parte para outra, e a ciência se multiplicará” (ARC). Quer esse correr de uma parte para outra se refira à passagem das pessoas de um lugar para o outro e aos grandes avanços nos meios de transporte e viagem realizados no presente século, quer se refira, conforme alguns entendem, ao correr de uma parte para outra da profecia, isto é, à busca diligente e fervorosa da verdade profética, o cumprimento é claro e certo bem diante de nossos olhos. A aplicação deve ocorrer de uma dessas duas maneiras, e a era atual é fortemente marcada pelas duas direções.

O mesmo se dá com a multiplicação do saber. Pode se referir ao aumento do conhecimento de modo geral, o desenvolvimento das artes e da ciência, ou ao aumento de conhecimento com referência às coisas reveladas a Daniel, as quais foram encerradas e seladas até o tempo do fim. Mais uma vez, não importa de que modo se faça a aplicação, o cumprimento é extremamente acentuado e completo. Olhe para as conquistas maravilhosas da mente humana e as obras argutas das mãos humanas, que se comparam aos sonhos mais audaciosos do mágico, as quais se realizaram ao longo dos últimos 100 anos. Afirmou-se recentemente na revista *Scientific American* que, dentro desse período, ocorreu maior avanço em todos os campos científicos e se fez mais progresso em tudo que diz respeito ao conforto doméstico, à agilidade dos negócios entre as pessoas, à transmissão de informação de uns para os outros e ao deslocamento rápido de um lugar para o outro, e até mesmo de um continente para o outro, do que tudo que se efetuou em conjunto ao longo dos 300 anos anteriores.

Por meio de uma série de desenhos, o artista nos deu, nas gravuras a seguir, uma visão aérea de algumas das descobertas mais maravilhosas e das conquistas científicas e mecânicas mais surpreendentes da atualidade. Na parte esquerda superior da Ilustração I, temos:

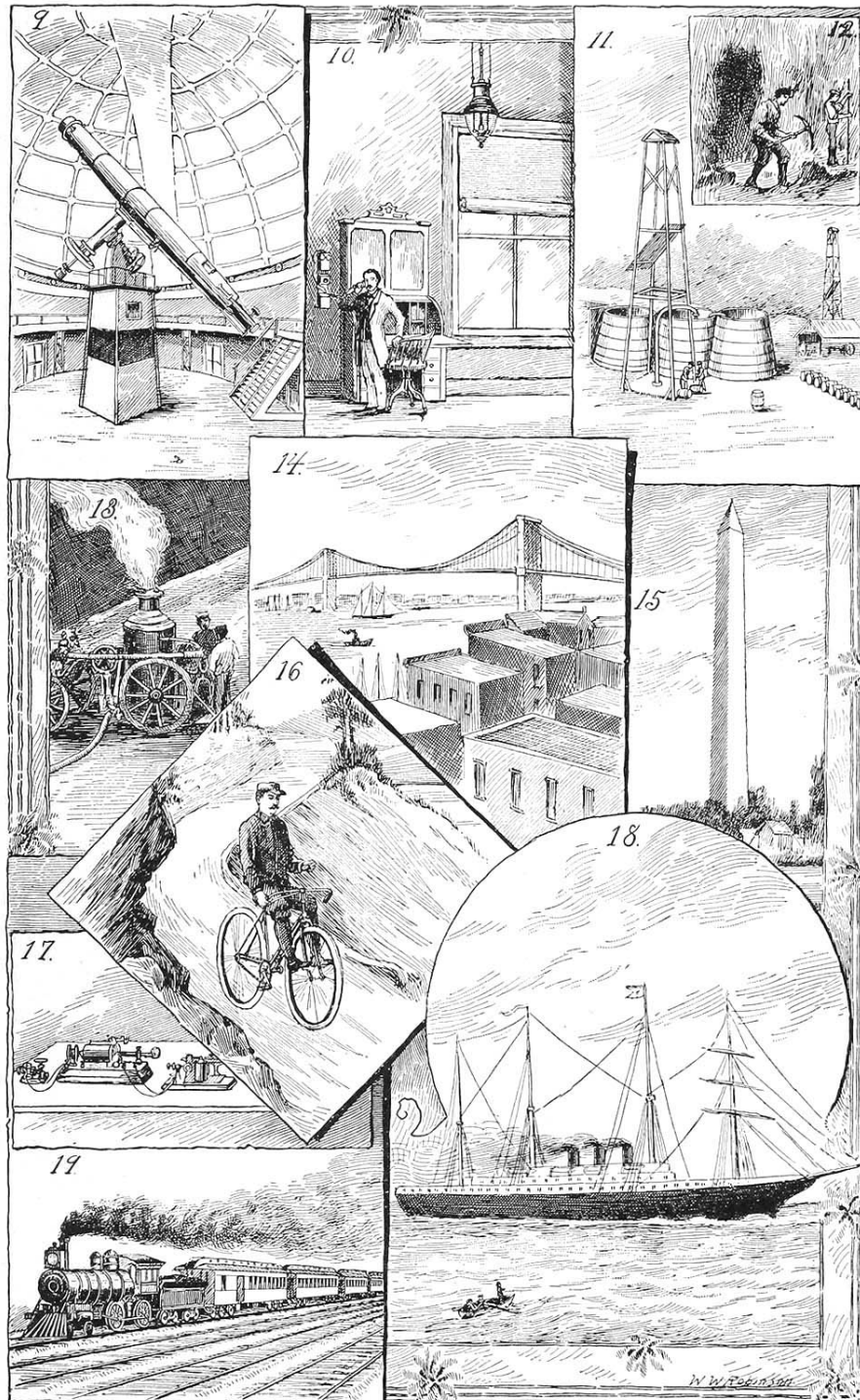
1. A colheitadeira que automaticamente fardos, representando um grande grupo de invenções que revolucionaram os processos agrícolas na memória de multidões hoje vivas.

2. No escudo circular, a máquina que tira os caroços do algodão em sua primeira forma rudimentar, criada por Whitney, em 1793, elevando a cultura do algodão a uma das maiores indústrias do mundo.

3. A máquina de costura, cuja importância no mundo industrial desde sua invenção por Elias Howe Jr., em 1846, dispensa recomendações.

4. Um bonde elétrico, movimentado pelo sistema de trole, que representa as conquistas das descobertas elétricas, como a luz elétrica, energia elétrica, ilustrada pela grande usina de Niágara, etc.

5. O fonógrafo, por meio do qual a fala humana pode ser preservada e transmitida por tempo indeterminado.



6. A invenção da fotografia, com a qual todos estão familiarizados por meio de sua aplicação na arte das gravuras.

7. Típicos das maravilhosas invenções nos equipamentos de impressão, alguns prelos aperfeiçoados produzem, com base em um rolo de papel, de 30 a 60 mil jornais por hora, impressos em ambos os lados, cortados, colados e dobrados prontos para ser entregues.

8. Máquina de guerra para cerco e armas de batalha da atualidade.

9. Amostras de monstruosos telescópios dos últimos 25 anos, que possibilitaram descobertas tão maravilhosas sobre os céus.

10. O telefone, por meio do qual uma pessoa em Chicago pode conversar ouvindo a voz de outra em Nova York.

11. A descoberta do petróleo, que revolucionou a iluminação doméstica e está tornando possível a existência de veículos sem cavalos para as estradas comuns.

12. Uma cena de mineração sugerindo a britadeira e outras ferramentas modernas para escavar montanhas e explorar as profundezas ocultas da Terra.

13. O veículo a vapor contra incêndios, uma das grandes proteções dos tempos modernos.

14. A ponte do Brooklyn, mostrando os largos passos que foram dados nas habilidades da engenharia da atualidade. É provável que ela logo seja ultrapassada por uma estrutura semelhante e muito maior sobre o rio Hudson, ligando Nova York a Jersey City.

15. O monumento de Washington, o maior monumento sólido do mundo (quase 170 metros de altura).

16. A bicicleta, que operou uma revolução no deslocamento pessoal suburbano. Os fabricantes estimam que a produção em 1896, somente nos Estados Unidos, será de 750 mil unidades. Isso e os bondes elétricos estão diminuindo drasticamente a demanda por cavalos no mercado.

17. Um telégrafo. Colocado em funcionamento pela primeira vez em 1844. Hoje existem milhares incontáveis de quilômetros de linhas telegráficas em funcionamento.

18. Os magníficos navios de ferro transoceânicos do presente. Para transporte de passageiros e uso bélico, nunca se produziu nada comparável aos grandes navios a vapor da presente década.

19. Transporte ferroviário. O expresso imperial na estação central de Nova York, o trem mais rápido do mundo, com uma velocidade média de mais de 95 quilômetros por hora. De acordo com a revista *Scientific American* de 30 de agosto de 1890, no dia 1º de janeiro do mesmo ano, havia, somente nos Estados Unidos, 258.235 quilômetros de trilhos. Foram investidos, nas estradas de ferro norte-americanas, US\$ 9.680.942.240,00. Em 1889, 500 milhões de passageiros foram transportados, gerando uma receita bruta superior a 1 bilhão de dólares.

Muitas outras coisas poderiam ser mencionadas, como as roupas submarinas para explorar as profundezas do mar, balões para explorar o espaço acima de nós, máquinas elétricas de fiar, anestesia para impedir a dor durante os procedimentos cirúrgicos, etc., etc.

Que galáxias de maravilhas para se originarem em uma mesma era! Quão estupendas as conquistas científicas do presente, no qual todas essas descobertas e realizações concentram sua luz! De fato, olhando sob esse ponto de vista, chegamos à era da multiplicação do conhecimento.

E para a honra do cristianismo, que recebam destaque as terras e aqueles que fizeram todas essas descobertas, as quais tanto acrescentam para a facilidade e o conforto da vida. É em terras cristãs, em meio a cristãos, desde a grande Reforma. O crédito desse progresso não se deve à Era das Trevas, que exibia apenas uma caricatura do cristianismo; nem aos pagãos, que, em sua ignorância, não conhecem a Deus; nem àqueles em terras cristãs que O negam. Aliás, é exatamente o espírito de igualdade e liberdade individual inculcado no evangelho de Cristo, quando pregado em sua pureza, que desalgema os membros humanos, tira as cadeias da mente e os convida ao uso mais elevado de seus poderes, tornando possível tal era de livre pensamento e ação, na qual tais maravilhas podem ser alcançadas.

Victor Hugo comentou o seguinte acerca do caráter extraordinário da presente era:

“Na ciência, operam-se todos os milagres; ela transforma algodão em salitre, vapor em cavalo, pilha voltaica em operário, corrente elétrica em carteiro e o sol em pintor. Ela se banha em águas subterrâneas, enquanto se aquece com seu fogo central; abre sobre os dois infinitos aquelas duas janelas — o telescópio sobre o que é infinitamente grande e o microscópio sobre o infinitamente pequeno; e encontra no primeiro abismo as estrelas do céu e, no segundo abismo, os insetos, que provam a existência de Deus. Aniquila o tempo, a distância e o sofrimento. Escreve uma carta de Paris para Londres e recebe a resposta de volta em dez minutos. Corta a perna de um homem — ele canta e sorri (*Le Petit Napoleon* [O Pequeno Napoleão]).

Mas se adotarmos outro ponto de vista e entendermos que a multiplicação do conhecimento se refere ao aumento do conhecimento da Bíblia, só precisamos olhar para a luz maravilhosa que tem brilhado sobre as Escrituras ao longo dos últimos 60 anos. O cumprimento da profecia tem sido revelado à luz da história. O uso de um princípio melhor de interpretação tem levado a conclusões que mostram, de maneira indiscutível, que o fim de todas as coisas está próximo. De fato, o selo foi tirado do livro e o saber acerca do que Deus revelou em Sua Palavra tem aumentado de modo maravilhoso. Cremos que é nesse aspecto que a profecia se cumpre de forma mais especial; mas é somente em uma era como a presente, mesmo nesse sentido, que ela poderia se cumprir.

Apocalipse 10:1-2 mostra que estamos no tempo do fim, no qual o livro desta profecia não mais permaneceria selado, mas seria aberto e compreendido. Nessa passagem, mostra-se um anjo poderoso descendo do Céu com um livrinho aberto na mão. Confira nos comentários sobre Apocalipse 10:2 as provas de que este livrinho, então aberto, entregue pelo anjo com sua mensagem a esta geração, é o mesmo livro aqui encerrado e selado.

VERSÍCULO 5. Então, eu, Daniel, olhei, e eis que estavam em pé outros dois, um, de um lado do rio, o outro, do outro lado. **6.** Um deles disse ao homem vestido de linho, que estava sobre as águas do rio: Quando se cumprirão estas maravilhas? **7.** Ouvi o homem vestido de

linho, que estava sobre as águas do rio, quando levantou a mão direita e a esquerda ao céu e jurou, por aquele que vive eternamente, que isso seria depois de um tempo, dois tempos e metade de um tempo. E, quando se acabar a destruição do poder do povo santo, estas coisas todas se cumprirão.

Sem dúvida, a pergunta “Quando se cumprirão estas maravilhas?” se refere a tudo que foi mencionado anteriormente, incluindo o levantamento de Miguel, o tempo de angústia, o livramento do povo de Deus e a ressurreição especial e antecedente do versículo 2. E a resposta parece ser dada em duas partes: primeiro, um período profético específico é delimitado; segundo, segue-se um período indefinido antes que se chegue à conclusão de todas as coisas, assim como encontramos em Daniel 8:13-14. Quando se perguntou “Até quando durará a visão [...] na qual é entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?”, a resposta mencionou um período definido de 2.300 dias e depois um período indefinido de purificação do santuário. De igual modo, no texto agora em análise, é-nos dado um período de um tempo, dois tempos e metade de um tempo, ou 1.260 anos, e então um período indefinido para a continuação da destruição do poder do povo santo, antes da consumação.

Os 1.260 anos marcam o período da supremacia papal. Por que ele é introduzido aqui? Provavelmente porque esse é o poder que fez mais do que qualquer outro na história do mundo para a destruição do poder do povo santo, ou seja, a opressão da igreja de Deus. Mas como entender a expressão “quando se acabar a destruição do poder do povo santo”, ou, conforme a KJV, “quando ele acabar de dispersar o poder do povo santo”? Uma tradução literal da Septuaginta parece apresentar a situação com maior clareza: “Quando ele tiver terminado de dispersar o poder do povo santo”. A quem o pronome *ele* se refere? De acordo com as palavras desta passagem, o antecedente seria, à primeira vista, “aquele que vive eternamente”, ou Jeová, mas, conforme observa judiciosamente um proeminente comentarista das profecias, a análise dos pronomes da Bíblia deve ser feita de acordo com os fatos em questão. Assim, com frequência, devemos relacioná-los a um antecedente subentendido, em vez de a algum substantivo que se encontre expreso. Nesta passagem, o chifre pequeno, ou o homem da iniquidade, foi introduzido por meio da menção específica do tempo de sua supremacia, a saber, 1.260 anos, podendo ser o poder ao qual o pronome *ele* se refere. Ao longo de 1.260 anos, ele oprimiu atrozmente a igreja, ou destruiu, ou dispersou, seu poder. Depois que a supremacia lhe foi tirada, sua atitude em relação à verdade e seus defensores permanece a mesma, e seu poder ainda se pode sentir até certo ponto. Assim, ele continua a obra de opressão na medida em que é capaz — até quando? Até o último dos acontecimentos destacados no versículo 1, o livramento do povo de Deus, de todos aqueles cujo nome se encontra escrito no livro. Após o livramento, as forças perseguidoras não conseguem mais oprimi-lo. Seu poder não é mais destruído. Chega-se ao fim das maravilhas que esta grande profecia revela. E todas as suas predições se cumprem.

Ou podemos, sem alterar o sentido de maneira significativa, afirmar que o pronome *ele* se refere ao Ser mencionado no juramento do versículo 7, “Aquele que vive eternamente”, isto é,

Deus, uma vez que Ele lança mão de poderes terrenos para corrigir e disciplinar Seu povo, e, nesse sentido, pode-se afirmar que Ele próprio destruiu o poder do Seu povo. Por meio de Seu profeta, Deus disse a respeito do reino de Israel, “Ruína! Ruína! A ruínas a reduzirei, e ela [a coroa] já não será, até que venha aquele a quem ela pertence de direito” (Ez 21:27). E mais uma vez: “Até que os tempos dos gentios se completem, Jerusalém será pisada por eles” (Lc 21:24). Igualmente relevante é a profecia de Daniel 8:13: “Até quando durará a visão [...] na qual é entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?” Quem lhes dá essa condição? Deus. Por quê? Para disciplinar; para “purificar e embranquecer” Seu povo (cf. Dn 12:10). Por quanto tempo? Até o santuário ser purificado.

VERSÍCULO 8. Eu ouvi, porém não entendi; então, eu disse: meu senhor, qual será o fim destas coisas? 9. Ele respondeu: Vai, Daniel, porque estas palavras estão encerradas e seladas até ao tempo do fim. 10. Muitos serão purificados, embranquecidos e provados; mas os perversos procederão perversamente, e nenhum deles entenderá, mas os sábios entenderão.

A solicitude de Daniel em compreender plenamente aquilo que lhe fora mostrado inevitavelmente nos faz lembrar das palavras de Pedro ao falar sobre os profetas estudando e buscando com diligência entender as predições acerca dos sofrimentos de Cristo e da glória que se seguiria; e também do fato de que não ministravam para si mesmos, mas, sim, para nós. Quão pouco alguns dos profetas puderam entender aquilo que escreveram! Nem por isso eles se recusaram a escrever. Se Deus mandou, eles sabiam que, no tempo apropriado, Ele providenciaria para que as pessoas extraíssem daqueles escritos todo o benefício que havia planejado. Por isso, as palavras aqui dirigidas a Daniel tinham o propósito de lhe dizer que, quando chegasse o tempo certo, os sábios compreenderiam o significado daquilo que ele havia escrito e tirariam proveito de sua mensagem. O tempo do fim é a época em que o Espírito de Deus tiraria o selo deste livro. Logo, é nesse tempo que os sábios devem entender, ao passo que os perversos, alheios a qualquer noção de valor das verdades eternas, com o coração calejado e endurecido pelo pecado, ficariam cada vez mais ímpios e cegos. Nenhum dos perversos entende. O esforço que os sábios dedicam à compreensão é chamado por eles de loucura e presunção, enquanto fazem a pergunta mordaz: “Onde está a promessa da Sua vinda?”. E caso se pergunte: “Sobre qual tempo e geração falou este profeta?”, a resposta solene será: “Do tempo presente e da geração atual”. As palavras do profeta têm encontrado agora seu mais notório cumprimento.

À primeira vista, a fraseologia do versículo 10 parece um tanto quanto peculiar: “Muitos serão purificados, embranquecidos e provados”. É possível se perguntar: como eles podem ser embranquecidos e então provados (como a ordem das palavras parece sugerir), quando é pela provação que eles são purificados e embranquecidos? Resposta: sem dúvida, a linguagem descreve um processo que é repetido muitas vezes na experiência daqueles que, durante esse período, estão se preparando para a vinda e o reino do Senhor. Eles são purificados e embranquecidos até certo ponto, em comparação com a condição anterior. Então eles serão provados de novo.

Provas maiores lhes sobrevirão. Caso as suportem, a obra de purificação será levada adiante em proporção ainda maior — o processo de embranquecimento alcança um estado ainda maior. E quando essa condição é alcançada, eles são provados novamente, resultando em um ser ainda mais purificado e embranquecido. Dessa maneira, o processo prossegue até desenvolverem um caráter capaz de suportar o dia da grande prova e alcançarem uma condição espiritual que não requeira mais provas.

VERSÍCULO 11. Depois do tempo em que o sacrifício diário for tirado, e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias.

Este versículo introduz um novo período profético, a saber, 1.290 dias proféticos, que denotam o mesmo número de anos literais. Com base na leitura do texto, alguns inferem (embora a inferência não seja necessariamente a correta) que esse período começa com o estabelecimento da abominação desoladora, ou seja, o poder papal, em 538, estendendo-se, conseqüentemente, até 1828. Mas embora nada encontremos nesse ano para marcar o término, encontramos evidências na margem [da KJV] de que o período começa antes do estabelecimento da abominação papal. A margem diz: “*Para pôr a abominação*”, etc. Com essa leitura, o texto ficaria da seguinte maneira: “Depois do tempo em que o sacrifício diário for tirado, *para pôr* [ou a fim de pôr] a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias”. Já foi demonstrado que o diário não se refere ao sacrifício diário dos judeus, mas, sim, à abominação diária ou contínua, isto é, o paganismo (ver os comentários sobre Daniel 8:13). Este precisava ser retirado a fim de abrir caminho para o papado. Leia os comentários sobre Daniel 11:31, que apresentam os acontecimentos históricos que mostram como isso se cumpriu em 508. Não nos é informado a que eventos esses 1.290 dias levam diretamente. Todavia, uma vez que seu início é marcado por uma obra que ocorre a fim de preparar o caminho para o estabelecimento do papado, é natural concluir que seu fim seria marcado pelo término da supremacia papal. Assim, subtraindo 1.290 de 1798, retrocedemos até o ano 508, no qual se mostrou que o paganismo foi retirado, 30 anos antes do estabelecimento do papado. Sem dúvida, esse período é mencionado para mostrar a data em que o diário foi retirado, e é o único que faz isso. Logo, os dois períodos, os 1.290 e os 1.260 dias, terminam juntos em 1798, um começando em 538 e o outro, em 508, 30 anos antes.

VERSÍCULO 12. Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias. 13. Tu, porém, segue o teu caminho até ao fim; pois descansarás e, ao fim dos dias, te levantarás para receber a tua herança.

Mais um período profético é apresentado aqui, dessa vez denotando 1.335 anos. O testemunho acerca desse período, assim como o referente aos 1.290 anos, é muito escasso. É possível dizer quando esse período começa e termina? A única pista que temos para resolver essa questão é o fato de ser mencionado em conexão imediata com os 1.290 anos, o qual começou, conforme demonstrado acima, em 508. A partir desse momento haveria, conta o profeta, 1.290 dias. E a

frase seguinte diz: “Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias”. A partir de que ponto? Sem dúvida do mesmo, isto é, a partir do início dos 1.290 dias, a saber, o ano 508. A menos que esse último período seja contado a partir desse ponto, é impossível defini-lo, e deveríamos retirá-lo da profecia de Daniel quando aplicamos a ela as palavras de Cristo: “quem lê entenda” (Mt 24:15). A partir desse ponto, o período se estenderia até 1843; pois se adicionarmos 1.335 a 508, chegamos a 1843. Começando na primavera da primeira data, chegamos à primavera da segunda.

Mas como eles poderiam ter terminado, é possível perguntar, se, ao fim desses dias, Daniel se levantaria para receber sua herança, que alguns supõem ser a ressurreição do profeta dentre os mortos? Essa pergunta se baseia na incompreensão de dois aspectos: primeiro, que os dias ao fim dos quais Daniel receberia sua herança são os 1.335 dias; segundo, que Daniel se levantar para receber a herança é sua ressurreição, ideia que também não pode se sustentar. A única coisa prometida ao fim dos 1.335 dias é uma bênção para aqueles que esperam e chegam a esse tempo, isto é, os que estiverem vivos nessa época. Qual é a bênção? Olhando para 1843, ano no qual o período expirou, o que enxergamos? Vemos o cumprimento notável da profecia na grande proclamação da segunda vinda de Cristo. Quarenta e cinco anos antes disso, o tempo do fim começara, o livro perdera o selo e a luz começou a aumentar. Por volta de 1843, houve o grande auge de toda a luz que fora lançada sobre as questões proféticas até então. A proclamação avançou com poder. A nova e contagiante doutrina abalou o mundo. Nova vida foi comunicada aos verdadeiros seguidores de Cristo. Os descrentes foram condenados, as igrejas foram provadas e se despertou um espírito de reavivamento que, pelo menos nos tempos modernos, não encontra paralelos.

Que bênção é essa? Ouça as palavras do Salvador: “Bem-aventurados, porém, os vossos olhos”, disse Ele aos discípulos, “porque veem; e os vossos ouvidos, porque ouvem” (Mt 13:16). Em outra ocasião, Ele disse a Seus seguidores que profetas e reis haviam desejado ver as coisas que eles contemplavam, mas não puderam. Disse-lhes, porém: “Bem-aventurados os olhos que veem as coisas que vós vedes” (Lc 10:23-24). Se uma verdade nova e gloriosa era uma bênção nos dias de Cristo, uma bênção para aqueles que a recebiam, por que não seria, de igual modo, em 1843?

É possível objetar que os participantes desse movimento foram desapontados em suas expectativas. Os discípulos de Cristo, em Seu primeiro advento, também foram, na mesma intensidade. Eles O aclamaram enquanto Jesus entrava em Jerusalém, na expectativa de que Ele logo tomaria o reino; mas o único trono para o qual Se dirigiu foi a cruz; e, em vez de ser enaltecido como rei em um palácio, Seu corpo sem vida foi colocado no sepulcro novo de José. No entanto, eles foram “bem-aventurados” por receberem as verdades que ouviram.

É possível alegar ainda que essa não foi uma bênção suficiente para ser marcada por um período profético. Por que não, já que a época em que ocorreria, a saber, o tempo do fim, é introduzida por um período profético? Já que nosso Senhor, no versículo 14 de Sua grande profecia de Mateus 24, faz um anúncio especial desse movimento? E já que é destacado mais uma vez em Apocalipse 14:6-7, por meio do símbolo de um anjo voando pelo meio do céu com a mensagem

especial do evangelho eterno para todos os habitantes da Terra? Sem dúvida, a Bíblia confere grande proeminência a esse movimento.

Mais duas perguntas precisam ser abordadas brevemente: 1) a que dias o versículo 13 faz referência? 2) O que significa Daniel se levantar para receber sua herança? Aqueles que afirmam que os dias se referem aos 1.335 dias são conduzidos a essa aplicação por olharem somente para o versículo anterior, no qual eles são apresentados, ao passo que, para encontrar a aplicação desses dias introduzidos de maneira tão indefinida, seria importante levar em consideração todo o escopo da profecia desde o capítulo 8. Os capítulos 9, 10, 11 e 12 consistem em uma clara continuação e explicação da visão do capítulo 8; logo, podemos dizer que, na visão do capítulo 8, em seu desenrolar e em sua explicação, existem quatro períodos proféticos, a saber, os 2.300, 1.260, 1.290 e 1335 dias. O primeiro é o período principal e também o mais longo. Os outros não passam de partes intermediárias e subdivisões do período maior. Quando o anjo diz a Daniel, ao concluir suas instruções, que ele se levantaria para receber sua herança ao fim dos dias, sem especificar a qual período estava se referindo, a mente de Daniel não se voltaria naturalmente para o período principal e mais longo, as 2.300 tardes e manhãs, em vez de pensar em qualquer uma de suas subdivisões? Se assim for, as 2.300 tardes e manhãs são os dias pretendidos. A leitura da Septuaginta parece muito clara nessa direção: “Mas segue teu caminho e descansa, pois há ainda muitos dias e muitas estações até o pleno cumprimento [destas coisas]; e tu receberás tua porção ao fim dos dias”. Sem dúvida, tais palavras transportam a mente de volta para o longo período contido na primeira visão, em relação ao qual as instruções posteriores foram dadas.

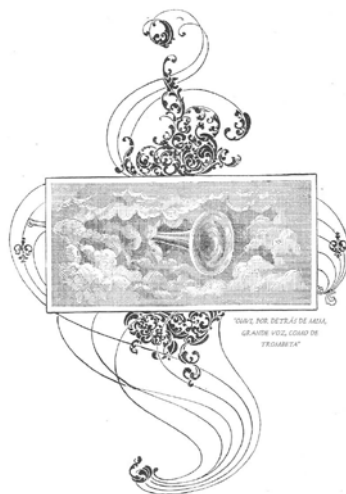
As 2.300 tardes e manhãs, conforme já demonstrado, terminaram em 1844 e nos trouxeram até a purificação do santuário. Como Daniel, naquela ocasião, recebeu sua herança? Resposta: na pessoa de seu Advogado, nosso grande sumo sacerdote, que apresenta o caso dos justos diante de Seu Pai para que sejam aceitos. A palavra aqui traduzida por herança não se refere a um bem físico, uma propriedade,¹ mas à “decisão do destino” ou às “determinações da Providência”. Ao fim dos dias, a sorte, por assim dizer, seria lançada. Em outras palavras, chegar-se-ia a uma resolução em relação àqueles que deveriam ser considerados dignos da posse da herança celeste. E quando o caso de Daniel viesse à tona para ser examinado, ele seria considerado justo, ou seja, “estaria na sua sorte” (cf. Dn 12:13, ARC), ou “subsistiria na sua sorte” [KJV] e teria um lugar designado na Canaã celestial. Não se refere o salmista a esse mesmo tempo e evento quando diz: “Pelo que os ímpios não subsistirão no juízo” (Sl 1:5, ARC)?

Quando Israel estava prestes a entrar na terra prometida, lançaram-se sortes e a herança de cada tribo foi determinada. Assim cada uma das tribos recebeu sua “herança” muito antes de entrar, de fato, na posse da terra. O período da purificação do santuário corresponde a essa época da história de Israel. Encontramo-nos agora na fronteira com a Canaã celestial, e estão sendo tomadas as decisões que designam a alguns um lugar no reino eterno e excluem outros dele para

¹ A KJV traduz como “lot”, que pode significar *lote*, *terreno*, área de terra, ou *sorte*, *sina*. A ARC traduziu como “*sorte*”: “estarás na tua sorte” (Dn 12:13).

sempre. Na decisão do caso de Daniel, sua porção na herança celeste está garantida. Junto com ele, todos os fiéis também permanecerão. E quando esse dedicado servo de Deus, que preencheu sua longa vida com os mais nobres atos de serviço por seu Criador, muito embora sobrecarregado pelas mais pesadas preocupações desta vida, desfrutar sua herança em recompensa por ter feito o bem, nós também poderemos entrar com ele no descanso.

Chegamos ao fim da análise desta profecia, com o comentário de que nos trouxe grande satisfação ter passado tempo estudando sua mensagem maravilhosa e meditando no caráter deste homem tão amado e ilustríssimo profeta. Deus não faz acepção de pessoas; e a reprodução do caráter de Daniel garantirá ainda hoje, da parte do Senhor e de forma igualmente marcante, o mesmo favor dispensado naquela época. Que imitemos suas virtudes para que, assim como ele, recebamos a aprovação de Deus, enquanto nos encontramos aqui, e habitemos em meio às criações de Sua glória infinita no longo porvir.





JOÃO, ESCRREVENDO O APOCALIPSE

"O que vês escreve em livro". — Apocalipse 1:11

RESPOSTA DA HISTÓRIA PARA O APOCALIPSE

INTRODUÇÃO



O Apocalipse deriva seu nome do grego Ἀποκάλυψις, que significa “uma manifestação, uma revelação”. O livro tem sido descrito como “um panorama da glória de Cristo”. Nos evangelhos, encontramos o relato de Sua humilhação, condescendência, Seus labores e sofrimento, Sua paciência, a zombaria e os açoites que sofreu daqueles que deveriam tê-Lo reverenciado e, por fim, Sua morte sobre a vergonhosa cruz — considerada, na época, a mais coberta de ignomínia que os seres humanos podiam infligir. Em Apocalipse, encontramos o evangelho de Sua entronização na glória, Sua associação com o Pai no trono do domínio universal, Sua providência governadora sobre as nações da Terra e Sua segunda vinda, não como um estranho sem lar, mas em poder e grande glória, para punir Seus inimigos e recompensar Seus seguidores. “Uma voz exclamou no deserto: ‘Eis o Cordeiro de Deus!’; uma voz logo proclamará dos céus: ‘Eis o Leão da tribo de Judá!’”

Cenas de glória superiores a qualquer fábula são reveladas diante de nós neste livro. Apelos de poder incomum pesam sobre os impenitentes de suas páginas sagradas em ameaças de juízo que não encontram paralelo em nenhuma outra parte do livro de Deus. Consolo que linguagem nenhuma é capaz de descrever é dado aos humildes seguidores de Cristo neste mundo vil, nas gloriosas visões Daquele que é seu ajudador — Aquele que tem a chave de Davi, que segura Seus ministros na própria destra, que esteve morto, mas agora vive para sempre e nos garante ser o possuidor triunfante das chaves da morte e da sepultura. Ele dá a cada vencedor a promessa multiplicada de andar a Seu lado de branco, com a coroa da vida, comendo do fruto da árvore da vida que cresce no meio do paraíso de Deus, para se levantar e se assentar com Ele em Seu trono glorioso. Nenhum outro livro nos conduz tão prontamente e de maneira tão irresistível a outra esfera. Amplos panoramas se abrem diante de nós, sem as limitações de qualquer objeto terrestre, levando-nos adiante para outros mundos. Se temas de interesse impressionantes e repletos de emoção, com imagens grandiosas e elevadas, descrições sublimes e magníficas, são capazes de despertar a atenção da humanidade, então o Apocalipse nos convida a um estudo cuidadoso de suas páginas, que nos chamam a atenção para as realidades de um futuro grandioso e de um mundo jamais visto.



APOCALIPSE 1 — VISÃO DE ABERTURA



O livro do Apocalipse começa com o anúncio de seu título e uma bênção proferida sobre todos aqueles que prestarem atenção diligente a suas solenes declarações proféticas. Estas são as palavras de abertura:

VERSÍCULO 1. Revelação de Jesus Cristo, que Deus Lhe deu para mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer e que Ele, enviando por intermédio do Seu anjo, notificou ao Seu servo João, 2. o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo, quanto a tudo o que viu. 3. Bem-aventurados aqueles que leem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas, pois o tempo está próximo.

Título. Os tradutores da *King James Version* [KJV — Versão do Rei Tiago, 1611] deram a este livro o título de “A Revelação de São João, o Divino”. Com isso, contradizem as primeiras palavras do próprio livro, as quais declaram se tratar da “Revelação de Jesus Cristo”. Jesus Cristo é o Revelador, não João. João foi apenas o escritor usado por Cristo para registrar Sua revelação para o benefício de Sua igreja. Não há dúvida de que o João aqui mencionado é o homem com esse nome que foi o amado e altamente honrado discípulo que fez parte dos doze apóstolos. Foi evangelista e apóstolo, bem como autor do evangelho e das epístolas que levam seu nome (ver Clarke, Barnes, Kitto, Fond e outros). A seus títulos anteriores, acrescenta agora o de profeta, pois o Apocalipse é uma profecia. Mas o assunto deste livro remonta a uma fonte ainda superior. Não só é a Revelação de Jesus Cristo, como também a que Deus Lhe deu. Provém, portanto, em primeiro lugar, da grande fonte de toda sabedoria e verdade, Deus, o Pai. Por meio Dele, foi comunicada a Jesus Cristo, o Filho; e Cristo a enviou e transmitiu por meio de um anjo a Seu servo João.

Caráter do livro. É expresso em uma palavra: “Revelação”. Revelação é algo revelado, claramente manifesto, não algo oculto e escondido. Moisés, em Deuteronômio 29:29, nos diz que “as coisas encobertas pertencem ao SENHOR, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre”. A primeira palavra do livro já é uma refutação suficiente da opinião popular atual de que ele faz parte dos mistérios ocultos de Deus e não pode ser entendido. Caso esse fosse o caso, deveria ser introduzido com termos como “O Mistério”, ou “O Livro Oculto”, certamente não com a palavra “Revelação”.

Seu objetivo. “Mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer”. Seus servos — quem são eles? Há algum limite? O Apocalipse foi revelado para benefício de quem? Para alguma pessoa específica? Para alguma igreja em particular? Para algum período em especial? Não. É para toda a igreja de todos os tempos, enquanto ainda restar algum dos eventos preditos

para se cumprir. É para todos aqueles que podem reivindicar para si o título de “Seus servos”, não importa quando ou onde vivam.

Mas estas palavras trazem à tona mais uma vez o ponto de vista comum de que o Apocalipse não foi feito para ser compreendido. Deus disse que ele foi revelado para mostrar algo a Seus servos; todavia, muitos dos comentaristas de Sua Palavra nos dizem que o livro não mostra nada, pois o ser humano é incapaz de compreendê-lo! É como se Deus decidisse revelar à humanidade algumas verdades importantes e então as revestisse — numa atitude pior que qualquer insensatez humana — de linguagem e símbolos incompreensíveis à mente humana. Ou ainda como se Ele ordenasse uma pessoa a contemplar algum objeto distante e então erguesse uma barreira impenetrável entre si mesmo e o objeto especificado! Ou como se desse uma luz para guiar Seus servos pelas trevas da noite, mas a revestisse de uma mortalha tão grossa e pesada que nenhum raio de seu brilho fosse capaz de transpor a obscura camada de tecido! Não! O Apocalipse cumprirá o objetivo para o qual foi revelado e “Seus servos” aprenderão ali “as coisas que em breve devem acontecer”, referentes a sua salvação eterna.

O anjo. Cristo enviou e revelou o Apocalipse a João por intermédio de “Seu anjo”. Parece que um anjo específico recebe aqui destaque. Que anjo poderia ser apropriadamente denominado o anjo de Cristo? Encontramos resposta para essa pergunta em uma passagem significativa da profecia de Daniel. Em Daniel 10:21, um anjo, que, sem dúvida, era Gabriel (ver Daniel, capítulos 9, 10 e 11:1), ao revelar algumas verdades importantes a Daniel, disse: “ninguém há que esteja ao meu lado contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe”. A identidade de Miguel pode ser facilmente verificada. Judas (v. 9) o chama de “arcanjo”. E Paulo nos conta que, quando o Senhor descer do céu e os mortos em Cristo ressuscitarem, a voz do arcanjo será ouvida (1 Ts 4:16). E a voz de quem será ouvida nesse momento extraordinário em que os mortos forem chamados à vida? O próprio Senhor responde: “Não fiquem admirados por causa disso, pois está chegando a hora em que todos os mortos ouvirão *a voz do Filho do Homem*” (Jo 5:28, NTLH); e o versículo anterior mostra que o indivíduo mencionado aqui, cuja voz será ouvida nessa ocasião, é de fato o Filho do Homem, ou *Cristo*. Logo, é a voz de Cristo que chama os mortos de suas sepulturas. Essa voz, declara Paulo, é a voz do arcanjo. E Judas diz que o arcanjo é Miguel, o mesmo personagem mencionado em Daniel, todos eles se referindo a Cristo. Portanto, a declaração em Daniel mostra que as verdades reveladas a Daniel foram confiadas a Cristo, exclusivamente a ele e a um anjo chamado Gabriel. Semelhante à obra de comunicar verdades importantes ao profeta “muito amado” (Dn 10:11) é a obra de Cristo, no livro de Apocalipse, de transmitir verdades importantes ao “discípulo amado”; e quem, nesse trabalho, poderia ser *seu* anjo, senão aquele engajado na obra anterior, a saber, o anjo Gabriel? Esse fato esclarecerá alguns aspectos do livro; e, além disso, parece muito apropriado que o mesmo ser encarregado de transmitir mensagens ao profeta “amado” da antiga dispensação desempenhe papel idêntico em relação a seu colega profeta da era evangélica (ver comentários sobre Apocalipse 19:10).

A bênção. “Bem-aventurados aqueles que leem e aqueles que ouvem as palavras da profecia”. Existiria uma bênção tão formal e direta pronunciada sobre quem lê e observa qualquer outra parte da Palavra de Deus? Que encorajamento, então, recebemos para seu estudo! Diremos que o Apocalipse não pode ser entendido? Haveria uma bênção oferecida pelo estudo de um livro que é incapaz de nos fazer qualquer bem? As pessoas podem até dizer, com mais atrevimento do que espiritualidade, que “cada era de decadência é marcada pelo aumento de comentários sobre o Apocalipse”, ou que “o estudo do Apocalipse ou encontra ou deixa o indivíduo louco”, mas Deus proferiu uma bênção sobre essa atividade e colocou Seu selo de aprovação sobre o estudo fervoroso de suas maravilhosas páginas. Com tamanho incentivo provindo dessa fonte, o filho de Deus não se deixará influenciar nem por mil frágeis ventos contrários provindos de homens.

O cumprimento das profecias traz consigo deveres. Por isso, há coisas escritas no Apocalipse a serem guardadas, ou realizadas, e há deveres práticos a serem vivenciados em decorrência do cumprimento das profecias. Um exemplo notável disso se encontra em Apocalipse 14:12, que diz: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus”.

Mas, diz João, “o tempo está próximo”, outro motivo citado para o estudo desse livro. Ele se torna cada vez mais importante, à medida que nos aproximamos da grande consumação de todas as coisas. A esse respeito, mencionamos os pensamentos de outro autor:

“A importância de estudar o Apocalipse aumenta com o passar do tempo. Nele há ‘coisas que em breve devem acontecer’. Mesmo quando João fez o registro da Palavra de Deus, do testemunho de Jesus Cristo e de todas as coisas que ele viu, o longo período dentro do qual essas cenas sucessivas se realizariam estava próximo. Se, naquela época, a proximidade constituía um motivo para atentar ao seu conteúdo, quanto mais agora! Cada século que termina, cada ano que se encerra aumenta a urgência da atenção que deve ser dada à parte final dos Sagrados Escritos. A intensidade da devoção ao presente, que caracteriza nosso tempo e país, não aumenta ainda mais a relevância dessa afirmação? É certo que nunca houve um período no qual um forte poder neutralizador se fez mais necessário. A revelação de Jesus Cristo, fielmente estudada, provê uma influência corretora apropriada. Oxalá todos os cristãos recebessem, em medida plena, a bênção destinada “àqueles que leem e àqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas, pois o tempo está próximo” (Thompson, *Patmos*, p. 28-29).

Dedicatória. Após a bênção, encontramos a dedicatória, expressa nas seguintes palavras:

VERSÍCULO 4. João, às sete igrejas que se encontram na Ásia, graça e paz a vós outros, da parte Daquele que é, que era e que há de vir, da parte dos sete Espíritos que se acham diante do Seu trono 5. e da parte de Jesus Cristo, a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Soberano dos reis da Terra. Àquele que nos ama, e, pelo Seu sangue, nos libertou dos nossos pecados, 6. e nos constituiu reino, sacerdotes para o Seu Deus e Pai, a Ele a glória e o domínio pelos séculos dos séculos. Amém!

Igrejas que se encontram na Ásia. Havia mais do que sete igrejas na Ásia. O número era maior mesmo se nos limitarmos à parte oeste da Ásia conhecida como Ásia Menor, ou até mesmo incluindo um território menor do que esse. Além disso, mesmo na pequena porção da Ásia Menor onde estavam situadas as sete igrejas mencionadas, bem no meio delas, havia outras igrejas importantes. Colossos, para cujos cristãos Paulo endereçou a epístola aos colossenses, ficava a uma pequena distância de Laodiceia. Mileto ficava mais perto de Patmos, onde João teve a visão, do que todas; e esse era um local importante para a igreja, conforme podemos julgar, com base no fato de Paulo, durante uma de suas permanências ali, ter pedido aos anciãos da igreja de Éfeso que fossem encontrá-lo na cidade (At 20:17-38). No mesmo lugar ele também deixou, sem dúvida em boas mãos cristãs, Trófimo, seu discípulo, enfermo (2 Tm 4:20). Trôade, onde Paulo passou um tempo com os discípulos e, de onde, após esperar a passagem do sábado, iniciou sua viagem, não ficava distante de Pérgamo, citada entre as sete. Logo, torna-se interessante descobrir por que sete igrejas da Ásia Menor foram escolhidas como aquelas às quais o Apocalipse foi dedicado. Será que aquilo que se diz *sobre* as sete igrejas no capítulo 1 e *a* elas nos capítulos 2 e 3 se refere apenas às sete igrejas literais citadas, descrevendo somente as coisas que existiam então e retratando apenas o que se encontrava diante delas? Não podemos chegar a tal conclusão, pelos seguintes motivos:

1. Todo o livro do Apocalipse (ver capítulos 1:3, 11, 19; 22:18-19) foi dedicado às sete igrejas (v. 11). Mas o livro se aplicava a elas tanto quanto aos outros cristãos da Ásia Menor — aqueles que moravam, por exemplo, em Ponto, na Galácia, Capadócia e Bitínia, mencionados em 1 Pedro 1:1; ou os cristãos de Colossos, Trôade e Mileto, que ficavam em meio às igrejas citadas.

2. Somente uma pequena parte do livro poderia dizer respeito especificamente às sete igrejas ou a qualquer grupo de cristãos da época de João; pois os eventos que a obra traz à tona se encontravam, em sua maioria, em um futuro tão distante que iria muito além da geração viva na época, ou mesmo do período de existência daquelas igrejas; em consequência, não podem ter nenhuma conexão pessoal com elas.

3. As sete estrelas que o Filho do homem segura na mão direita (v. 20) são expressas como os anjos das sete igrejas. Sem dúvida, todos concordam que os *anjos* das igrejas são seus *ministros*. O fato de estarem seguros na destra do Filho do homem denota o poder sustentador, a guia e a proteção que lhes eram concedidos. Mas havia apenas sete em sua mão direita. Será que somente sete recebem tal cuidado do grande Mestre das assembleias? Não é melhor pensar que *todos* os ministros verdadeiros da era evangélica inteira devam extrair consolo dessa representação, sabendo que são mantidos e guiados pela destra do grande Cabeça da igreja? Essa seria a única conclusão consistente.

4. Mais uma vez, João, ao olhar para a dispensação cristã, viu apenas sete candelabros, representando sete igrejas, no meio das quais se encontrava o Filho do homem. A posição do Filho do homem no meio dos candelabros denota Sua presença junto às igrejas, Seu cuidado por elas e o escrutínio minucioso de todas as suas obras. Mas Ele só Se ocupa em conhecer sete igrejas individuais nesta dispensação? Não deveríamos, em vez disso, concluir que essa cena representa Sua

posição a respeito de todas as igrejas durante a era evangélica? Então por que somente sete foram mencionadas? Conforme o uso bíblico, o sete é um número que representa plenitude e integralidade. Sem dúvida, é uma espécie de memorial dos grandes fatos dos sete primeiros dias do tempo, que deram ao mundo o ciclo semanal utilizado até hoje. Assim como as sete estrelas, os sete candelabros denotam o todo das coisas que representam. Toda a igreja evangélica em sete divisões, ou períodos, deve ser simbolizada por eles; de igual modo, as sete igrejas devem ser aplicadas.

5. Por que, então, essas sete igrejas específicas foram escolhidas para ser mencionadas? Sem dúvida porque, no nome dessas igrejas, de acordo com as definições das palavras, são destacadas as características religiosas dos períodos da era evangélica que cada uma delas tinha a intenção de representar.

Por esses motivos, sem dúvida, “as sete igrejas” devem ser interpretadas como uma menção não meramente às sete igrejas literais da Ásia que tinham os nomes mencionados, mas, sim, como sete períodos da igreja cristã, desde os dias dos apóstolos até o fim do tempo da graça (ver o comentário sobre o capítulo 2, versículo 1).

A fonte da bênção. “Da parte Daquele que é, que era e que há de vir”, ou que será — uma expressão que significa eternidade completa, passada e futura, e só pode ser aplicada a Deus.¹

Os sete espíritos. É provável que esta expressão não faça referência a anjos, mas, sim, ao Espírito de Deus. É uma das fontes de invocação de graça e paz para a igreja. Sobre o interessante assunto dos sete espíritos, Thompson comenta: “Isto é, do Espírito Santo, denominado ‘sete espíritos’ porque sete é um número sagrado e perfeito, não por denotar pluralidade interna, mas, sim, a plenitude e perfeição de Seus dons e de Suas obras”. Barnes afirma: “Portanto, o número sete pode ser atribuído ao Espírito Santo em referência à *diversidade* ou *plenitude* de Sua operação nas almas humanas e Sua atuação múltipla nas questões deste mundo, conforme explicado em maiores detalhes neste livro”. Bloomfield menciona esta como a interpretação geral.

¹ Nota dos editores da versão em português: No início da história da Igreja Adventista do Sétimo Dia, muitos de seus principais fundadores mantinham uma posição antitrinitariana, herdada de suas antigas denominações religiosas. Uma crença muito defendida entre esses líderes era o *arianismo*, segundo a qual Cristo teria sido o primeiro ser criado, possuindo, assim, uma natureza diferente da do Pai. Outra era o *semiarianismo*, que defendia que Cristo não era um ser criado, mas havia procedido ou emanado do Pai por meio de algum processo misterioso. De acordo com essa última posição, Cristo teria todos os atributos da divindade do Pai, *com exceção de uma eternidade passada*. Uriah Smith, autor deste comentário, talvez tenha sido o mais destacado defensor da visão ariana de Cristo entre os pioneiros adventistas. Neste livro, em sua edição em inglês de 1897, Smith, em sua fase madura, defende o semiarianismo, reconhecendo os atributos divinos de Cristo e Seu direito à adoração, negando, contudo, Sua eternidade com o Pai (ver os comentários do autor sobre Apocalipse 1:8; 3:14; 5:13-14). Em seu texto original de 1897, o parágrafo dizia: “*A fonte da bênção.* ‘Da parte Daquele que é, que era e que há de vir’, ou que será — uma expressão que significa eternidade completa, passada e futura, e só pode ser aplicada a Deus Pai. Creemos que tais termos nunca foram aplicados a Cristo. Ele é mencionado como outra pessoa, distinta do ser assim descrito.” O objetivo de republicar os escritos dos pioneiros adventistas não é perpetuar alguns de seus erros. Com o passar do tempo, mais luz brilhou em relação a este tema. Ellen White afirmou: “Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada” (*O Desejado de Todas as Nações*, p. 530); “Desde toda a eternidade esteve Cristo unido ao Pai” (*Mensagens Escolhidas*, vol. 1, p. 228); e “Nunca houve tempo em que Ele não estivesse em íntima comunhão com o eterno Deus” (*Evangelismo*, p. 615).

Seu trono. O trono de Deus Pai, pois Cristo ainda não assumiu Seu próprio trono. O fato de os sete espíritos se encontrarem diante do trono “pode ter a intenção de comunicar o fato de que o Espírito divino está sempre pronto para ser enviado, de acordo com uma representação comum nas Escrituras, a fim de cumprir propósitos importantes nas questões humanas”.

E da parte de Jesus Cristo. Então Cristo não é a pessoa que, no versículo anterior, é chamada de Aquele “que é, que era e que há de vir”. Algumas das principais características relativas a Cristo são aqui mencionadas. Ele é:

A Fiel Testemunha. Todos os Seus testemunhos são verdadeiros. Tudo aquilo que promove, certamente cumprirá.

O Primogênito dos mortos. Esta expressão é paralela a 1 Coríntios 15:20, 23; Hebreus 1:6; Romanos 8:29 e Colossenses 1:15, 18, passagens nas quais encontramos as seguintes expressões aplicadas a Cristo: “as primícias dos que dormem”, “o primogênito no mundo”, “o primogênito entre muitos irmãos”, “o primogênito de toda a criação” e “o primogênito de entre os mortos”. Mas tais expressões não denotam necessariamente que Ele foi o primeiro na linha do tempo a ressuscitar dentre os mortos, pois outros ressuscitaram antes Dele. Esse ponto dispensa qualquer discussão. O que está em questão aqui é o fato de que Ele foi a figura principal e central de todos os que subiram da sepultura, pois foi em virtude da vinda, obra e ressurreição de Cristo que qualquer pessoa pôde ressuscitar antes de Sua época. No propósito divino, Ele foi o primeiro em tempo, bem como em importância; pois somente após o propósito do triunfo de Cristo sobre o túmulo se formar na mente de Deus, o qual “chama à existência as coisas que não existem” (Rm 4:17), que qualquer um deles foi liberto do poder da morte, graças ao grande fato que se realizaria no devido tempo. Por isso, Cristo é chamado de “primogênito dos mortos” (Ap 1:5), “as primícias dos que dormem” (1Co 15:20), “o primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8:29) e “o primogênito de toda a criação” (Cl 1:18). Em Atos 26:23, ele é mencionado como “o primeiro da ressurreição dos mortos, [que] anunciaria a luz ao povo e aos gentios”, ou o primeiro que, *por ressuscitar* dentre os mortos, deveria mostrar luz ao povo (ver o grego desta passagem e o comentário de Bloomfield sobre ela; ver também o capítulo 17 de *Here and Hereafter* [Aqui e depois]).

O Soberano dos reis da Terra. Cristo é o Soberano dos reis da Terra em certo sentido agora. Paulo nos informa, em Efésios 1:20-21, que Deus O fez “sentar à Sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro”. Os nomes mais exaltados neste mundo são os dos príncipes, reis, imperadores e potentados da Terra. Mas Cristo é colocado acima de todos eles. Ele está assentado com Seu Pai no trono do domínio universal (Ap 3:21), e está em posição igual à Dele no domínio e controle de todas as nações da Terra.

Em um sentido mais específico, Cristo será o Soberano dos reis da Terra quando assumir Seu trono e os reinos deste mundo *se tornarem* “de nosso Senhor e do Seu Cristo” (Ap 11:15), quando estes forem entregues pelo Pai em Suas mãos e Ele Se apresentar portando sobre as ves-

tes o título “Rei dos reis e Senhor dos senhores”, a fim de despedaçá-los como o vaso do oleiro (Ap 19:16; 2:27; Sl 2:8-9).

Aquele que nos ama. Acharmos que os amigos terrenos nos amam — pai, mãe, irmãos e irmãs ou amigos íntimos —, mas veremos que nenhum amor é digno desse nome em comparação com o amor de Cristo por nós. A frase seguinte acrescenta intensidade ao significado das palavras anteriores: “e, pelo Seu sangue, nos libertou dos nossos pecados”. Que amor é esse! Disse o apóstolo: “Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos” (Jo 15:13). Mas Cristo nos dispensou Seu amor pelo fato de ter morrido por nós “sendo nós ainda pecadores” (Rm 5:8). Mais do que isso, porém, “nos constituiu reino, sacerdotes para o Seu Deus e Pai” (Ap 1:6). Leprosos por causa do pecado, nos tornamos limpos diante de Seus olhos; de inimigos, nos tornamos não só amigos, mas somos elevados a posições de honra e dignidade. Essa purificação e essa exaltação real e sacerdotal — a que momento elas se referem? Ao presente ou ao futuro? Principalmente ao futuro, pois só então desfrutaremos essas bênçãos em seu mais alto grau. Então, depois que a expiação terminar, estaremos completamente livres de nossos pecados. Antes dessa ocasião, eles são perdoados apenas sob condição, e são apagados apenas por antecipação. Mas quando os santos receberem permissão para se assentar com Cristo em Seu trono, segundo a promessa aos vitoriosos de Laodiceia, quando assumirem o reino sob todo o céu e governarem para todo o sempre, serão reis em um sentido que nunca poderia ocorrer no estado presente. No entanto, o suficiente de nossa condição atual é verdadeiro para tornar estas palavras apropriadas no cântico de júbilo presente do cristão. Pois aqui temos permissão para dizer que *nós encontramos* redenção por intermédio de Seu sangue, embora essa redenção ainda não tenha sido dada; que *nós temos* vida eterna, muito embora essa vida ainda esteja nas mãos do Filho e nos será entregue quando Ele voltar. Ainda é verdadeiro, assim como era nos dias de João e Pedro, que o desígnio de Deus é que Seu povo neste mundo seja geração eleita, sacerdócio real, nação santa e povo escolhido (1 Pd 2:9; Ap 3:21; Dl 7:18, 27). Não é de espantar que o discípulo amado e amoroso tenha atribuído a esse Ser que tanto fez por nós a glória e o domínio para todo o sempre! Que toda a igreja se una a ele nessa tão apropriada descrição de seu maior benfeitor e melhor amigo.

VERSÍCULO 7. Eis que vem com as nuvens, e todo olho O verá, até quantos O traspassaram. E todas as tribos da Terra se lamentarão sobre Ele. Certamente. Amém!

Eis que vem com as nuvens. Nesta passagem, João nos faz avançar até o segundo advento de Cristo em glória, o clímax, o evento mais importante de Sua intervenção em favor deste mundo caído. No passado, Ele veio em fraqueza, mas agora virá em poder; no passado, em humildade, agora em glória. Ele vem em meio às nuvens, assim como subiu (At 1:9, 11).

Sua vinda visível. “E todo olho O verá”, isto é, todos aqueles que estiverem vivos por ocasião de Sua vinda. Não somos informados sobre nenhuma vinda pessoal de Cristo que será como a calada da noite, ou que acontecerá somente no deserto ou em um quarto secreto. Ele não virá

como ladrão no sentido de roubar o mundo furtiva e quietamente, apropriando-Se de bens aos quais não tem nenhum direito. Pelo contrário, vem pegar para Si Seu tesouro mais precioso, os santos vivos e os que dormem, os quais comprou com o próprio sangue precioso; os quais tirou do poder da morte em um conflito aberto e justo, e para os quais Sua vinda será igualmente aberta e triunfante. Acontecerá com o brilho e o esplendor do relâmpago que brilha do oriente ao ocidente (Mt 24:27). Haverá som de trombetas que penetrarão as mais baixas profundezas da Terra, com uma voz poderosa que acordará os santos que dormem em seu leito de pó (Mt 24:31; 1 Ts 4:16). Ele virá como um ladrão para os ímpios, somente porque estes fecham os olhos persistentemente aos sinais de Sua aproximação e não creem nas declarações de Sua Palavra de que Ele está às portas. Defender a existência de duas vindas, uma secreta e outra pública, relacionadas ao segundo advento, como alguns fazem, não encontra nenhum respaldo nas Escrituras.

Até quantos O traspassaram. Eles também (além de “todo olho”, mencionado anteriormente), que se envolveram de modo especial na tragédia de Sua morte. Esses contemplarão Seu retorno à Terra em triunfo e glória. Mas como isso acontecerá? Eles não estão vivos agora, como então O contemplarão quando voltar? Resposta: por meio de uma ressurreição dos mortos, pois este é o único meio de voltar à vida após ser colocado na sepultura. Como, porém, esses ímpios ressuscitarão nessa ocasião? Pois a ressurreição geral dos ímpios só ocorrerá mil anos depois do segundo advento (Ap 20:1-6). Daniel nos informa a esse respeito. Ele diz (capítulo 12:1-2):

“Nesse tempo, Se levantará Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo, e haverá tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, será salvo o teu povo, todo aquele que for achado inscrito no livro. Muitos dos que dormem no pó da Terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno.”

Esta passagem chama atenção para uma ressurreição parcial, ou uma ressurreição de determinada classe de justos e ímpios antes da ressurreição geral dos dois grupos. *Muitos*, não todos, dos que dormem ressuscitarão. *Uns* dentre os justos, não todos, para a vida eterna, e *outros* dentre os ímpios, não todos, para a vergonha e horror eternos. E essa ressurreição ocorrerá em conexão com o grande tempo de angústia qual nunca houve, o qual antecede a vinda do Senhor. Será que “até quantos O traspassaram” não podem estar entre esses que despertarão para vergonha e horror eternos? Segundo a capacidade de julgar da mente humana, haveria alguma coisa mais apropriada do que concluir que aqueles que participaram da cena de maior humilhação de nosso Senhor, juntamente com outros líderes especiais no crime cometido contra Ele, hão de ressuscitar para contemplar Sua terrível majestade, quando voltar em triunfo, como fogo consumidor, a fim de julgar aqueles que não conhecem a Deus e não obedecem a Seu evangelho? (ver Daniel 12:2).

A reação das igrejas. “Certamente. Amém!” Embora a vinda de Cristo seja, para os ímpios, uma cena de terror e destruição, para os justos consiste em uma cena de júbilo e triunfo. “Quando chega a aflição do mundo, começa o descanso dos santos”. A vinda com fogo consumidor com o propósito de fazer retribuição aos ímpios tem o objetivo de recompensar com descanso todos

aqueles que creem (2Ts 1:6-10). Todo aquele que é amigo de Cristo e O ama receberá toda declaração e indício de Seu retorno como boas-novas de grande alegria.

VERSÍCULO 8. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-poderoso.

Outro interlocutor é introduzido nesta passagem. Até então, João fora o orador. Mas este versículo não tem conexão com o que o antecede, nem com o que vem em seguida. Logo, aquele que fala aqui deve ser identificado pelos termos utilizados. Mais uma vez, encontramos a expressão “Aquele que é, que era e que há de vir”, a qual, conforme já observamos, se refere exclusivamente a Deus.² Assim se encerra de maneira apropriada a primeira subdivisão principal deste capítulo, com uma revelação do próprio Deus grandioso, que Se apresenta como um ser de existência eterna, tanto passada quanto futura, e poder incomparável, capaz de cumprir todas as ameaças e promessas que nos deixou neste livro.

VERSÍCULO 9. Eu, João, irmão vosso e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus, achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus.

Aqui o assunto muda. João introduz o lugar e as circunstâncias em que o Apocalipse lhe foi revelado. Primeiro, ele se apresenta como irmão da igreja universal e seu companheiro nas tribulações que acometem a profissão do cristianismo nesta vida.

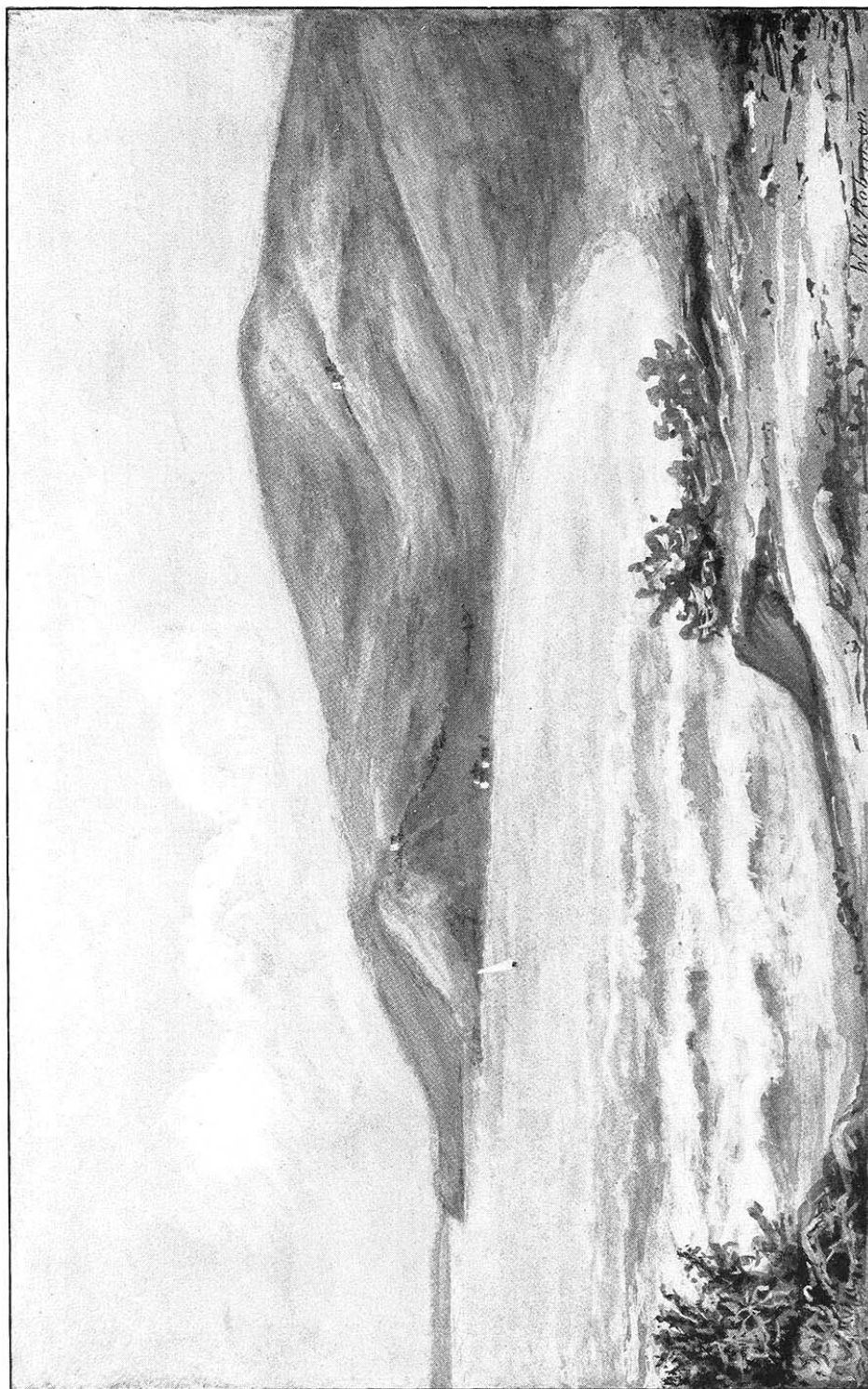
No reino. Essas palavras deram origem a muitas controvérsias. João realmente quer dizer que os cristãos na condição atual se encontram no reino de Cristo, ou, em outras palavras, que, em sua época, o reino de Cristo já fora estabelecido? Caso estas palavras façam alguma referência à condição presente, só o serão em um sentido muito limitado e adaptado. Os defensores de que sua aplicação é para o tempo presente costumam citar 1 Pedro 2:9 a fim de provar a existência de um reino no estado presente e mostrar sua natureza. Todavia, conforme observamos no versículo 6, o reinado literal dos santos ainda é futuro. É *através* de muitas tribulações que nos importa *entrar* no reino de Deus (At 14:22). Mas quando entrarmos no reino, as tribulações terão fim. A tribulação e o reino não coexistirão. A tradução de Murdock da versão siríaca deste versículo omite a palavra *reino* e diz o seguinte: “Eu, João, seu irmão e participante com vocês da aflição e do sofrimento que estão em Jesus, o Messias”. Wakefield traduz: “Eu, João, e participante com

² Nota dos editores da versão em português: Como referido na nota 1, na página 269, o autor não havia chegado a uma compreensão correta sobre a eternidade de Cristo. Por terem vindo de outras denominações cristãs, os pioneiros adventistas ainda estavam construindo sua compreensão sobre temas em desenvolvimento. O texto original da versão de 1897 acrescentava: “Pode-se perguntar, porém: mas a palavra Senhor não indica que se trata de Cristo? Sobre essa indagação, Barnes faz o seguinte comentário: ‘Muitos manuscritos, em vez de “Senhor”, κύριος, trazem “Deus”, θεός, e essa leitura é adotada por Griesbach, Tittman e Hahn, sendo hoje considerada a correta.’ Bloomfield acrescenta a palavra Deus e ressalta que a frase ‘o Princípio e o Fim’ é uma interpolação.” As declarações mais fortes de Ellen White quanto ao assunto só vieram no ano seguinte à publicação desse livro: “Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 530).

vocês ao suportar a aflição do reino de Jesus Cristo”. Bloomfield diz que as palavras *tribulação* e *perseverança* “são aflições e dificuldades a ser suportadas por causa e na causa de Cristo; e βασιλεία [reino] indica que ele participará com eles do reino que lhes foi preparado”. O autor afirma que “o melhor comentário sobre esta passagem é 2 Timóteo 2:12”, que diz: “Se perseverarmos, também com Ele reinaremos”. De tudo isso, podemos concluir com segurança que, embora exista um reino da graça no estado presente, o reino ao qual João fez alusão é o reino da glória, sendo o sofrimento e a perseverança preparatórios para desfrutá-lo.

O lugar. “Na ilha chamada Patmos”, uma ilha pequena e estéril na costa oeste da Ásia Menor, entre a ilha de Icária e o promontório de Mileto, onde, nos dias de João, se localizava a igreja cristã mais próxima. Tinha cerca de 13 quilômetros de comprimento, um e meio de largura e 29 de circunferência. Seu nome atual é Patino ou Patmosa. A costa é alta, formada por uma sucessão de cabos, os quais delimitam muitos portos. O único em funcionamento hoje é uma baía profunda abrigada por montanhas altas de todos os lados, com exceção de um, protegido por um cabo que se projeta. A cidade ligada a esse porto se situa em uma elevada montanha rochosa erguendo-se imediatamente a partir do mar. Trata-se do único lugar habitado da ilha. Mais ou menos na metade do caminho para onde esta cidade se encontra construída, existe uma caverna natural na rocha, onde a tradição conta que João teve a visão e escreveu o Apocalipse. Por causa do caráter rude e desolado da ilha, era usada, no período do império romano, como local de degredo. Por isso João foi exilado lá. O banimento do apóstolo ocorreu por volta do ano 94, conforme se supõe de modo geral, na época do imperador Domiciano. Por causa desse fato, a data que costuma ser atribuída à escrita do Apocalipse é 95 ou 96 d.C.

Motivo do exílio. “Por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus”. Este foi o grave crime e delito de João. O tirano Domiciano, então revestido com a púrpura imperial de Roma, mais conhecido por seus vícios do que por sua posição civil, tremeu diante do profeta idoso, mas destemido. Não ousou permitir a promulgação do evangelho puro de João dentro dos limites de seu reino. Ele o exilou na solitária Patmos, onde, segundo a perspectiva humana, ele se encontraria fora do mundo. Confinado àquele lugar estéril e ao cruel labor das minas, o imperador sem dúvida pensava que aquele pregador da justiça finalmente fora eliminado e que o mundo não ouviria mais a seu respeito. Com certeza, os perseguidores de John Bunyan pensavam a mesma coisa quando o encerraram na prisão de Bedford. Quando o ser humano pensa ter enterrado a verdade e a colocado em esquecimento eterno, o Senhor a ressuscita com glória e poder multiplicados. Da cela escura e apertada de Bunyan, brilhou forte uma luz espiritual, que, com intensidade semelhante à da própria Bíblia, aumentou o interesse pelo evangelho. E da estéril ilha de Patmos, onde Domiciano pensava ter apagado pelo menos uma tocha da verdade, surgiu a mais magnífica revelação de todo o cânon sagrado, derramando seu brilho divino sobre todo o mundo cristão até o fim dos tempos. E quantos reverenciarão o nome do discípulo amado, apegando-se deleitosos às visões cativantes da glória celestial sem nunca aprender o nome do monstro que provocou seu exílio! De fato, as palavras das Escrituras que declaram que o justo “será tido em



A ILHA DE PATMOS

memória eterna” (Sl 112:6), ao passo que “o nome dos perversos cai em podridão” (Pr 10:7) se aplicam, por vezes, à vida presente.

VERSÍCULO 10. Achei-me em espírito, no dia do Senhor, e ouvi, por detrás de mim, grande voz, como de trombeta.

Em espírito. Mesmo exilado como João se encontrava de toda fé e quase que do mundo, não estava distanciado de Deus, nem de Cristo, nem do Espírito Santo, nem dos anjos. Ele ainda nutria comunhão com seu Senhor divino. E a expressão “em espírito” parece denotar o mais alto grau de elevação espiritual que alguém pode ser levado pelo Espírito de Deus. Marcou o início de sua visão.

No dia do Senhor. Que dia essa designação intenciona expressar? A esse respeito, grupos diferentes assumem quatro posições distintas. 1. Um grupo defende que a expressão “dia do Senhor” abrange toda a dispensação evangélica e não se refere a nenhum dia particular de 24 horas. 2. Outro grupo afirma que o dia do Senhor é o dia do juízo, o futuro “dia do Senhor” colocado em destaque tantas vezes nas Escrituras. 3. O terceiro ponto de vista, e talvez o mais comum, é que a expressão se refere ao primeiro dia da semana. 4. Um quarto grupo declara se tratar do sétimo dia, o sábado do Senhor.

1. À primeira dessas posições, é suficiente responder que o livro de Apocalipse é datado pelo escritor João na ilha de Patmos e no dia do Senhor. O autor, o local onde a obra foi escrita e o dia em que foi datado — todos esses elementos têm existência real, não meramente simbólica ou mística. Mas se dissermos que o dia significa a dispensação evangélica, damos um sentido simbólico ou místico a ele, o que não é admissível. Além disso, essa posição envolve o absurdo de fazer João dizer, 65 anos após a morte de Cristo, que a visão registrada por ele foi contemplada durante a dispensação evangélica, como se qualquer cristão pudesse desconhecer tal fato!

2. A segunda posição, de que se trata do dia do juízo, não pode ser correta. Pois embora João tenha recebido uma visão *sobre* o dia do juízo, ela não poderia ter acontecido *no* dia que ainda era futuro. A palavra traduzida por *no* é *ἐν* (*en*), definida por Robinson, quando relativa a tempo, da seguinte forma: “Tempo *em que*; ponto ou período definido *em, durante, no qual* algo acontece”. Nunca significa *sobre* ou *a respeito*. Logo, aqueles que conectam a expressão ao dia do juízo contradizem o vocabulário usado, fazendo-o significar *sobre*, em vez de *no*, ou fazem João proferir uma estranha falsidade ao alegar que teve uma visão na ilha de Patmos, há quase 1.800 anos, *no* dia do juízo que ainda é um acontecimento futuro!

3. O terceiro ponto de vista é que o “dia do Senhor” se refere ao primeiro dia da semana. Essa é, de longe, a opinião mais defendida dentre todas. A esse respeito, perguntamos quais são as provas. Que evidências temos para essa afirmação? O texto em si não define o termo dia do Senhor; logo, se quer dizer o primeiro dia da semana, devemos procurar em outras partes da Bíblia a prova de que esse dia da semana recebe tal designação. Os únicos outros autores inspirados que fazem alguma menção ao primeiro dia são Mateus, Marcos, Lucas e Paulo; e eles o

chamam simplesmente de “primeiro dia da semana”. Nunca falam dele de um modo que lhe dê distinção acima de qualquer outro dos dias de trabalho. E isso é ainda mais notável, do ponto de vista popular, já que três desses autores mencionam o dia justamente na ocasião em que alegam ter se tornado o dia do Senhor, pelo fato de a ressurreição de Cristo ter ocorrido nessa data, e dois o mencionam cerca de 30 anos após tal acontecimento.

Afirma-se que o termo “dia do Senhor” era comumente empregado para o primeiro dia da semana nos dias de João. Perguntamos, porém: onde está a prova? É impossível encontrá-la. Mas temos provas do contrário (ver *History of the Sabbath* [História do sábado], de J. N. Andrews, publicado pelo Review Office, Battle Creek, Michigan) [Nota do Revisor: Como o livro está sendo publicado em português, sugiro colocar a referência da obra em português a ser lançada pela Pioneer Library). Caso essa fosse a designação universal do primeiro dia na época em que Apocalipse foi escrito, o mesmo autor chamaria o dia dessa maneira em todos os seus escritos posteriores. Mas João escreveu o evangelho *depois* de Apocalipse; todavia, nesse evangelho, ele não chama o primeiro dia de dia do Senhor, mas simplesmente de “primeiro dia da semana”. Confira evidências de que o evangelho foi escrito em uma época posterior à elaboração do Apocalipse em obras de autoridades de referência como *Religious Encyclopedia*, *Barnes's Notes (Gospels)*, *Bible Dictionaries*, *Cottage Bible*, *Domestic Bible*, *Mine Explored*, *Union Bible Dictionary*, *Comprehensive Bible*, *Paragraph Bible*, Bloomfield, Dr. Hales, Horne, Nevins e Olshausen.

Um fato que contraria ainda mais a alegação aqui feita em favor do primeiro dia é o fato de que nem o Pai, nem o Filho nunca reivindicaram o primeiro dia como Seus, colocando-o em posição superior a qualquer outro dos dias de trabalho. Nenhum Deles proferiu qualquer bênção ou atribuiu santidade a esse dia. Caso devesse ser chamado de dia do Senhor pelo fato de Cristo ter ressuscitado em um domingo, sem dúvida a Inspiração nos daria essa informação em algum lugar. Mas há outros acontecimentos igualmente essenciais ao plano da salvação, por exemplo, a crucifixão e a ascensão. Na ausência de qualquer instrução a esse respeito, por que não chamar de dia do Senhor o dia em que esses dois aconteceram, bem como o dia no qual Jesus ressuscitou dentre os mortos?

4. Depois de refutar as três posições já examinadas, a quarta — de que o dia do Senhor se refere ao sábado do Senhor — requer nossa atenção. Esse fato, por si só, é susceptível das mais claras provas. 1. Quando, no princípio, Deus deu ao ser humano seis dias para trabalhar, reservou claramente o sétimo dia para Si, colocando sobre ele Sua bênção e declarando-o Seu dia santo. 2. Moisés disse a Israel no deserto de Sim, no sexto dia da semana: “Amanhã é repouso, o santo sábado do SENHOR” (Êx 16:23). Chegamos ao Sinai, no qual o grande Legislador proclamou Seus preceitos morais com assombrosa grandeza e, nesse código supremo, reivindicou da seguinte forma Seu dia santo: “O sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus [...] porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a Terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êx 20:10-11). Por intermédio do profeta Isaías, cerca de 800 anos depois, Deus declarou o seguinte: “Se desviares o pé de profanar o sábado e de cuidar dos teus próprios interesses no Meu santo dia [...] então, te deleitarás no

SENHOR” (Is 58:13-14). Chegamos à época do Novo Testamento, e Aquele que é um com o Pai afirmou com toda clareza: “o Filho do Homem é senhor também do sábado” (Mc 2:28). Alguém seria capaz de negar que esse é o *dia do Senhor*, do qual Ele próprio declarou enfaticamente ser *Senhor*? Assim vemos que, esteja o Pai ou o Filho envolvido no título, nenhum outro dia pode ser chamado de dia do Senhor a não ser o sábado do grande Criador.

Mais um pensamento e concluiremos este ponto. Nesta dispensação, existe um dia que se distingue acima dos outros dias da semana como o dia do Senhor. Esse grande fato refuta por completo a alegação feita por alguns de que não há sábado nesta dispensação, mas que todos os dias são iguais. Ao chamá-lo de dia do Senhor, o apóstolo nos dá, perto do fim do primeiro século, sanção apostólica para a observância do único dia que pode ser chamado de dia do Senhor, a saber, o sétimo dia da semana (ver a nota ao fim do capítulo).

VERSÍCULO 11. Dizendo: O que vês escreve em livro e manda às sete igrejas: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodiceia.

Acerca deste versículo, o Dr. A. Clarke comenta que a frase “Eu sou o Alfa e o Ômega, o primeiro e o derradeiro; e” (KJV, ACF) se encontra ausente nos mais antigos códices unciais da Bíblia (o Codex Alexandrinus [A], o Vaticanus [B] e o Ephraemi Rescriptus [C]), em outros 31 manuscritos, em algumas versões, no siríaco, copta, etíope, armênio, eslavo, na Vulgata, em Aretas, Andreas e Primasius. Griesbach a deixou de fora do texto. Clarke também informa que a expressão “na Ásia” (ARC) não ocorre nos principais manuscritos e versões, e que Griesbach também a omite do texto. Bloomfield também destaca que a frase “Eu sou o Alfa e o Ômega, o primeiro e o derradeiro; e” é, sem dúvida, uma interpolação, bem como as palavras “na Ásia”. O texto original, então, traria as mesmas informações traduzidas na ARA acima (ver as traduções de Whiting, Wesley, *American Bible Union* e outros; comparar com os comentários sobre o versículo 4).

VERSÍCULO 12. Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro 13. e, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes tálares e cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro. 14. A Sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo; 15. os pés, semelhantes ao bronze polido, como que refinado numa fornalha; a voz, como voz de muitas águas. 16. Tinha na mão direita sete estrelas, e da boca saía-Lhe uma afiada espada de dois gumes. O Seu rosto brilhava como o sol na sua força. 17. Quando O vi, caí a Seus pés como morto. Porém Ele pôs sobre mim a mão direita, dizendo: Não temas; Eu sou o primeiro e o último 18. e Aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno.

Voltei-me para ver quem falava comigo; isto é, para identificar quem estava lhe dirigindo a palavra.

Sete candeeiros de ouro. Não podem ser o antítipo do antigo cerimonial do templo, pois só havia *um* candeeiro com sete braços. Ele sempre é mencionado no singular. Mas aqui são *sete*. Em vez de meros castiçais, eles são mais propriamente “suportes para luminárias”, em que se colocam lâmpadas a fim de iluminar o ambiente. E não têm semelhança com o antigo candeeiro; pelo contrário, os suportes são tão distintos e separados um do outro que o Filho do homem é visto andando no meio deles.

O filho de homem. A figura central e mais atraente da cena se descortina diante da visão de João na forma majestosa de um semelhante a filho de homem, representando a Cristo. A descrição que Ele aqui recebe, com o cabelo branco, não de velhice, mas, sim, pelo resplendor da glória celestial, Seus olhos flamejantes, Seus pés reluzentes como o bronze polido e Sua voz como o som de muitas águas, não pode ser superada em grandeza e sublimidade. Pasma diante da presença desse augusto Ser, e talvez com o profundo reconhecimento de toda sua indignidade humana, João caiu a Seus pés como morto; mas uma mão de consolo o tocou e uma voz de doce afirmação o orientou a não temer. Os cristãos de hoje têm o mesmo privilégio de sentir essa mão a fortalecê-los e confortá-los, nas horas de prova e aflição, e de ouvir a mesma voz a lhes falar: “Não temam”.

Mas a mais alegre certeza em todas essas palavras de consolo é a declaração desse exaltado ser que vive para todo o sempre, o juiz sobre a morte e a sepultura: “Tenho as chaves da morte e do inferno (ᾠδης, a sepultura)”. A morte é uma tirana conquistada. Ela pode até realizar sua sombria obra era após era, reunindo no túmulo os preciosos da Terra, gabando-se por um tempo de seu aparente triunfo; mas está desempenhando uma tarefa inútil. Pois as chaves de sua prisão escura foram arrancadas de suas mãos e agora se encontram nas mãos de Alguém mais poderoso do que ela. É obrigada a depositar seus troféus em uma região na qual outro exerce controle absoluto, o Amigo imutável e prometido Redentor de Seu povo. Por isso, não lamente pelos justos mortos. Eles estão bem guardados. Por um instante, uma inimiga os levou embora, mas um Amigo detém as chaves do local de seu confinamento temporário.

VERSÍCULO 19. Escreve, pois, as coisas que viste, e as que são, e as que hão de acontecer depois destas.

Neste versículo, João recebe uma ordem mais definida para escrever todo o Apocalipse, o qual relataria principalmente coisas que ainda estavam no futuro. Em alguns casos, acontecimentos do passado ou até mesmo daquele momento são mencionados; mas tais referências são feitas com o simples propósito de introduzir eventos que se cumpririam após aquela época, para que nenhum elo ficasse em falta na corrente dos fatos apresentados.

VERSÍCULO 20. Quanto ao mistério das sete estrelas que viste na Minha mão direita e aos sete candeeiros de ouro, as sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete candeeiros são as sete igrejas.

Representar o Filho do homem segurando nas mãos somente os ministros de sete igrejas literais da Ásia Menor e andando somente no meio dessas sete igrejas seria uma redução das representações e declarações sublimes deste capítulo e dos seguintes à relativa insignificância. O cuidado e a presença providencial do Senhor não se limitam a um número específico de igrejas, mas se estendem a todo Seu povo; não só nos dias de João, mas ao longo dos tempos. “Eis que estou convosco todos os dias”, disse Ele a Seus discípulos, “até à consumação do século” (ver os comentários sobre o versículo 4).

Nota: Um pensamento adicional pode ser acrescentado a respeito da alegação de que a expressão “dia do Senhor”, do versículo 10, se refere ao primeiro dia da semana. Se, em vez de dizer “Porque o Filho do Homem é senhor do sábado” (Mt 12:8), Ele tivesse falado: “Porque o Filho do Homem é senhor do primeiro dia da semana”, não seria isso usado como prova conclusiva de que o domingo é o dia do Senhor? Sem dúvida, e com bom motivo para isso. Então que se permita ter o mesmo peso em favor do sétimo dia, o dia em relação ao qual a declaração *foi* de fato feita.



APOCALIPSE 2 — AS SETE IGREJAS



Após mapear, no primeiro capítulo, o assunto por meio de uma referência geral às sete igrejas, representadas pelos sete candeeiros, e ao ministério das igrejas, simbolizado por sete estrelas, João passa a falar de cada igreja em particular e escreve a mensagem destinada a cada uma delas, endereçando a epístola ao anjo, ou seja, aos pastores, de cada igreja.

VERSÍCULO 1. Ao anjo da igreja em Éfeso escreve: Estas coisas diz Aquele que conserva na mão direita as sete estrelas e que anda no meio dos sete candeeiros de ouro: **2.** Conheço as tuas obras, tanto o teu labor como a tua perseverança, e que não podes suportar homens maus, e que puseste à prova os que a si mesmos se declaram apóstolos e não são, e os achaste mentirosos; **3.** e tens perseverança, e suportaste provas por causa do Meu nome, e não te deixaste esmorecer. **4.** Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor. **5.** Lembra-te, pois, de onde caíste, arrepende-te e volta à prática das primeiras obras; e, se não, venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas. **6.** Tens, contudo, a teu favor que odeias as obras dos nicolaítas, as quais eu também odeio. **7.** Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus.

A igreja de Éfeso. Alguns motivos para as sete igrejas, ou, mais apropriadamente, as mensagens dadas a elas, serem consideradas proféticas, com aplicação em sete períodos distintos que abrangem a era cristã, foram expressas nos comentários sobre Apocalipse 1:4. Deve-se acrescentar que tal ponto de vista não é novo, nem local. Benson cita bispo Newton dizendo: “Muitos argumentam, e dentre eles homens cultos como More e Vitranga, que as sete epístolas são proféticas para os muitos períodos ou estados sucessivos da igreja, do início ao fim de tudo”.

Scott declara: “Muitos comentaristas imaginam que tais epístolas às sete igrejas são profecias místicas de sete épocas distintas que, somadas, formariam o período completo, desde os dias dos apóstolos até o fim do mundo”.

Embora Newton e Scott não defendam essa perspectiva, o testemunho dos dois valida a existência desse ponto de vista em meio a *muitos comentaristas*. Matthew Henry diz:

“Uma opinião tem sido defendida por alguns eruditos de expressão, a qual pode ser definida nas palavras de Vitranga: ‘Por meio dessa representação emblemática das sete igrejas da Ásia, o Espírito Santo delineou sete etapas diferentes da igreja cristã, que ocorreriam em sucessão, estendendo-se até a vinda de nosso Senhor e a consumação de todas as coisas. Isso é feito por meio das descrições retiradas dos nomes, estados e condições dessas igrejas, a fim de que estas pudessem se contemplar, descobrir quais eram suas qualidades e defeitos, bem como as admoestações e exortações

adequadas para cada uma. Vitranga fez uma síntese dos argumentos usados em favor dessa interpretação. Alguns deles são engenhosos, mas hoje não são considerados suficientes para embasar tal teoria. Gill é um dos principais comentaristas ingleses a adotar o ponto de vista de que “essas igrejas representam uma profecia sobre as igrejas de Cristo em diferentes períodos até Ele vir outra vez”.

Com base nos autores supracitados, parece que o que levou os comentaristas de tempos mais modernos a descartar o ponto de vista da natureza profética das mensagens às sete igrejas é a doutrina relativamente nova e sem base bíblica de um milênio temporal. A última condição da igreja, descrita em Apocalipse 3:15-17, foi considerada incompatível com o estado glorioso das coisas que existiriam nesta Terra por mil anos, com todo o mundo convertido a Deus. Logo, neste caso, assim como em muitos outros, a visão bíblica acaba cedendo à mais agradável. O coração humano, assim como na antiguidade, continua a amar o que é fácil, e seus ouvidos sempre estão favoravelmente abertos àqueles que profetizam paz.

A primeira igreja se chama Éfeso. De acordo com a aplicação aqui feita, ela abrange a primeira era da igreja, também chamada de apostólica. A definição da palavra Éfeso é *desejável* e pode muito bem ser usada como um bom termo descritivo do caráter e da condição da igreja em sua fase inicial. Os primeiros cristãos receberam a doutrina de Cristo em sua pureza. Eles desfrutaram os benefícios e as bênçãos dos dons do Espírito Santo. Destacaram-se por suas obras, seu labor e sua perseverança. Em fidelidade aos puros princípios que Cristo ensinou, não conseguiam suportar os maus. Por isso, testavam os falsos apóstolos, investigavam seu verdadeiro caráter e descobriam que eram mentirosos. Não temos nenhuma evidência de que esse trabalho foi realizado de maneira especial pela igreja literal e particular de Éfeso, mais do que pelas outras da época. Paulo não fala nada a esse respeito na epístola que escreveu a essa igreja. Mas era algo que a igreja cristã como um todo fazia naquela era e consistia em uma obra extremamente apropriada (ver Atos 15; 2 Coríntios 11:13.)

O anjo da igreja. O anjo de uma igreja deve denotar um mensageiro ou ministro seu. Uma vez que cada uma dessas igrejas abrange um período, o anjo de cada igreja deve denotar o *ministério* ou todos os ministros verdadeiros de Cristo durante a época que ela abarca. As diferentes mensagens, embora dirigidas aos ministros, não se aplicam somente a eles. Endereçam-se, de maneira apropriada, à igreja por meio deles.

Motivo de queixa. Cristo diz: “Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor”. Thompson afirma:

“O fato de deixar o primeiro amor é tão merecedor de advertência quanto o afastamento das doutrinas fundamentais ou da moralidade bíblica. A acusação aqui não é a de cair da graça, ou a de que o amor se extinguiu, mas, sim, de que ele diminuiu. Nenhum zelo, nenhum sofrimento é capaz de expiar pela perda do primeiro amor.”

Nunca deveria chegar um momento na experiência cristã em que a resposta ao questionamento sobre o período de maior amor a Cristo não seja: o presente. Mas se tal instante chegar,

então o cristão deve se lembrar de onde caiu, meditar sobre isso, separar tempo e cuidadosamente retomar a condição de sua aceitação anterior diante de Deus. Então, deve apressar-se em se arrepender e refazer os passos que levam a essa desejável posição. O amor, assim como a fé, é manifesto pelas obras; e o primeiro amor, quando alcançado, sempre traz consigo as primeiras obras.

A *ameaça*. “Se não, venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas”. A vinda aqui mencionada deve ser figurada, significando uma visitação de juízo, uma vez que é condicional. A remoção do candeeiro denota a retirada da luz e dos privilégios do evangelho, os quais seriam confiados a outras mãos, a menos que cumprissem melhor as responsabilidades que lhes foram confiadas. Considerando, porém, que tais mensagens são proféticas, é possível indagar se o candeeiro não seria movido de todo modo, quer se arrependessem, quer não, já que tal igreja é sucedida pela seguinte, que ocupa o próximo período, e também se essa não seria uma objeção contra a interpretação de que essas igrejas são proféticas. Resposta: o fim do período que cada igreja abrange não se dá pela retirada do candeeiro dessa igreja. A remoção do candelabro seria a retirada de privilégios que elas poderiam e deveriam desfrutar por mais tempo. Seria, da parte de Cristo, a rejeição de determinada igreja como representante Dele, com o papel de exaltar a luz de Sua verdade e do evangelho perante o mundo. E essa ameaça se aplicaria tanto a indivíduos quanto à igreja como um corpo. Quantos dos que professaram o cristianismo durante esse período fracassaram e foram rejeitados, não sabemos; sem dúvida, muitos. E assim as coisas prosseguiriam, alguns permanecendo firmes, ao passo que outros se apostatariam e deixariam de ser portadores de luz ao mundo. Enquanto isso, novos conversos preencheriam os lugares vazios deixados pela morte e apostasia, até a igreja passar para uma nova era de sua experiência, marcada como outro período de sua história e descrita por outra mensagem.

Os nicolaítas. Como Cristo está sempre pronto a elogiar Seu povo pelas boas qualidades que eles possuem! Se há qualquer coisa que Ele aprova, é isso que menciona primeiro. Nesta mensagem à igreja de Éfeso, depois de mencionar primeiro as características recomendáveis e depois os fracassos, como se não quisesse deixar de lado nenhuma das boas qualidades, Ele cita que os efésios odiavam as obras do nicolaítas, que Ele também abominava. No versículo 15, as doutrinas do mesmo grupo são condenadas. Parece que eram uma classe de pessoas cujos atos e doutrinas eram detestáveis aos olhos do Céu. Há certa dúvida quanto a sua origem. Alguns dizem que surgiram a partir de Nicolau de Antioquia, um dos sete diáconos (At 6:5); outros afirmam que eles apenas atribuíram sua origem a esse homem, a fim de desfrutar o prestígio de seu nome; outros ainda defendem que a seita assumiu o nome de um Nicolau diferente, de um período posterior. A última alternativa provavelmente é a mais próxima de estar correta. Acerca de suas doutrinas e práticas, parece haver consenso geral de que eles defendiam uma comunidade de esposas, olhavam com indiferença para o adultério e a fornicção, além de permitir que se comessem alimentos oferecidos a ídolos (ver *Religious Encyclopedia*, Clarke, Kitto e outras autoridades).

O chamado à atenção. “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas”. Uma forma solene de chamar atenção universal para aquilo que é da maior importância geral. A mesma lin-

guagem é usada para cada uma das sete igrejas. Quando Cristo esteve na Terra, usou o mesmo tipo de discurso para chamar a atenção das pessoas para Seus ensinamentos importantes. Ele o citou ao se referir à missão de João (Mt 11:15), na parábola do semeador (Mt 13:9) e na parábola do joio e do trigo, ao aludir ao fim do mundo (v. 43). Os termos também são usados em conexão com um cumprimento profético importante em Apocalipse 13:9.

A promessa ao vencedor. O vencedor recebe a promessa de que comerá da árvore da vida que cresce no meio do paraíso, ou jardim, de Deus. Onde fica esse paraíso? Resposta: no terceiro Céu. Paulo escreve, em 2 Coríntios 12:2, que ele conhecia um homem (referindo-se a si mesmo) que foi levado ao terceiro Céu. No versículo 4, chama o mesmo lugar de “paraíso”, deixando apenas uma conclusão possível, a saber, que o paraíso se encontra no terceiro Céu. Ao que parece, nesse paraíso se encontra a árvore da vida. A Bíblia só menciona a existência de uma árvore da vida. Ela é mencionada seis vezes; três em Gênesis e três no Apocalipse. Mas todas as vezes é citada junto com o artigo definido *a*. É *a* árvore da vida no primeiro livro da Bíblia e *a* árvore no último; *a* árvore da vida no “paraíso” (Septuaginta) do Éden no princípio e *a* árvore da vida no paraíso do qual João fala agora, no Céu. Mas se só existe uma árvore e ela se encontrava a princípio na Terra, pode-se perguntar como ela foi parar no Céu. A resposta é que ela deve ter sido levada ou trasladada para o paraíso do alto. Só é possível o mesmo objeto que estava situado em um local ser transferido para outro por meio do transporte corporal até lá. E há boas razões para crer, além da necessária inferência com base nesse argumento, de que a árvore da vida e o paraíso foram removidos da Terra.

Em 2 Esdras 7:26, encontramos estas palavras: “Eis que virá o tempo em que ocorrerão estes sinais dos quais lhes falei, e a *noiva* aparecerá; e em seu surgimento será visto aquilo que *agora está retirado da Terra*”. Há aqui uma alusão evidente à “noiva, a esposa do Cordeiro” (Apocalipse 21:9), que é a “santa cidade, Jerusalém” (v. 10; Gl 4:26), na qual se encontra a árvore da vida (Ap 22:2), que agora está “retirada da Terra”, mas aparecerá no devido tempo e se localizará entre os homens (Ap 21:2-3).

O próximo parágrafo a esse respeito é uma citação da obra *Sacred History* [História Sacra], de Kurtz, p. 50:

“O ato divino ao incumbir querubins de “guardar o caminho da árvore da vida” (Gn 3:24), no jardim do Éden, aparece de maneira semelhante não só no aspecto que revela severidade judicial, mas também no sentido de prover uma promessa cheia de consolo. A bendita morada da qual os seres humanos foram expulsos não foi aniquilada, nem abandonada à desolação e ruína, mas, sim, retirada da Terra e do acesso humano, confiada ao cuidado das criaturas mais perfeitas de Deus, a fim de ser finalmente restaurada ao ser humano, quando este estiver redimido (Ap 22:2). O jardim que existia antes de ser “plantado” ou adornado por Deus caiu na maldição, assim como o restante da Terra, mas o acréscimo celestial e paradisíaco dela ficou isento e foi confiado aos querubins. O verdadeiro paraíso se encontra hoje trasladado ao mundo invisível. Pelo menos uma cópia simbólica dele, estabelecida no lugar santíssimo do tabernáculo, foi concedida ao povo de Israel segundo o modelo que Moisés

viu no monte (Êx 25:9, 40); já o próprio original descera aqui para a Terra a fim de ser a habitação renovada do ser humano redimido (Ap 21:10).”

Logo, ao vencedor, é prometida uma restauração a algo superior ao que Adão perdeu; não somente aos vencedores desse período da igreja, mas a todos eles, de todas as eras; pois não há restrições para as grandes recompensas do Céu. Leitor, esforce-se para ser um vencedor, pois quem tiver acesso à árvore da vida no meio do paraíso de Deus nunca mais morrerá.

A época que esta igreja abrange pode ser considerada desde a ressurreição de Cristo até o fim do primeiro século, ou a morte do último apóstolo.

VERSÍCULO 8. Ao anjo da igreja em Esmirna escreve: Estas coisas diz o primeiro e o último, que esteve morto e tornou a viver: 9. Conheço a tua tribulação, a tua pobreza (mas tu és rico) e a blasfêmia dos que a si mesmos se declaram judeus e não são, sendo, antes, sinagoga de Satanás. 10. Não temas as coisas que tens de sofrer. Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós, para serdes postos à prova, e tereis tribulação de dez dias. Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida. 11. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: O vencedor de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte.

É interessante notar que o Senhor Se apresenta para cada igreja mencionando características Suas que revelam que Ele é especialmente adequado para transmitir a elas o testemunho que profere. À igreja de Esmirna, que estava prestes a passar pela prova de fogo da perseguição, Ele Se revela como Aquele que esteve morto, mas agora vive. Caso seus membros fossem chamados a selar o testemunho com o próprio sangue, deveriam se lembrar de que tinham sobre eles os olhos de Alguém que partilhara do mesmo destino, mas havia triunfado sobre a morte, sendo, por isso, capaz de lhes trazer de volta da sepultura de mártires.

Pobreza e riquezas. “Conheço [...] a tua pobreza”, Cristo lhes diz, “mas tu és rico”. Pode parecer, a princípio, um estranho paradoxo. Mas quem são as pessoas verdadeiramente ricas deste mundo? Aqueles que são “ricos na fé” e “herdeiros do reino”. As riquezas deste mundo, das quais os seres humanos correm atrás com tanta avidez, sacrificando, com tanta frequência, a felicidade presente e uma vida futura sem fim, é uma “moeda sem valor no Céu”. Certo escritor observou, com linguagem marcante: “Há muitos ricos pobres e muitos pobres ricos”.

Se declaram judeus e não são. Fica bem evidente que o termo *judeus* não é usado aqui no sentido literal. Denota algum caráter que era aprovado pelo padrão evangélico. A linguagem de Paulo torna claro este ponto. Ele diz (Rm 2:28-29): “Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém judeu [no verdadeiro sentido cristão] é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus”. Ele diz ainda (Rm 9:6-7): “Porque nem todos os de Israel são, de fato, israelitas; nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos”. Em Gálatas 3:28-29, Paulo também afirma que, em Cristo, não existem distinções externas como judeu ou grego; mas, se estamos em Cristo, então somos “*descendentes de Abraão*

(no verdadeiro sentido) e *herdeiros* segundo a promessa”. Dizer, como fazem alguns, que o termo judeu nunca é aplicado aos cristãos consiste em uma contradição a todas essas declarações inspiradas de Paulo e ao testemunho Daquele que é fiel e verdadeiro à igreja de Esmirna. Alguns eram hipócritas, fingindo ser judeus nesse sentido cristão, quando nada possuíam do caráter necessário. Esses pertenciam à sinagoga de Satanás.

Tribulação de dez dias. Uma vez que a mensagem é profética, o tempo mencionado também deve ser considerado profético e denotaria dez anos. É um fato digno de nota que as últimas e mais sangrentas das dez perseguições ocorreram ao longo de dez anos, durante o governo de Diocleciano, entre 302 e 312 d.C. (ver Buck, *Theological Dictionary*, p. 332-333.) Seria difícil encontrar uma aplicação para essa linguagem com base na premissa de que tais mensagens não são proféticas; pois, nesse caso, só poderia significar dez dias literais. E não seria provável que uma perseguição de apenas dez dias, sobre uma única igreja, se tornaria assunto de uma profecia. E não se encontra nenhuma menção a casos de uma perseguição tão limitada. Além disso, aplicando essa perseguição a qualquer uma das perseguições notáveis desse período, como poderia se referir ao destino de apenas uma igreja? Todas as igrejas sofreram com isso. Qual seria, então, a adequação de destacar apenas uma, excluindo o restante, como se fosse a única envolvida em tal calamidade?

Fiel até à morte. A KJV traduz “sê fiel para [unto] a morte”. Alguns intérpretes de língua inglesa argumentam que “unto”, em Apocalipse 2:10, tem o significado de “para”, “em direção a”, e não de “até” [until] — outro sentido possível da preposição “unto” inglesa, adotado nas versões em língua portuguesa (ARA, ARC, etc.). Com isso, pretendem descartar a ideia de tempo presente em “até”. Contudo, a preposição original, ἄχρι, tem o significado primário de *até*. Portanto, não se pode extrair nenhum argumento, com base nisso, para um estado de consciência durante a morte. A interpretação acima carece de fundamento, pois não se afirma que a coroa da vida é entregue imediatamente após a morte. Por isso, precisamos procurar outras passagens que nos esclareçam quando esta será dada. E há textos bíblicos que nos informam plenamente a esse respeito. Paulo declara que essa coroa será dada no dia da vinda de Cristo (2Tm 4:8); ao toque da última trombeta (1Co 15:51-54); quando o próprio Senhor descer do Céu (1Ts 4:16-17); quando o Supremo Pastor aparecer, diz Pedro (1Pd 5:4); na ressurreição dos justos, revela Cristo (Lc 14:14); e quando Ele voltar a fim de levar Seu povo para as mansões que lhes foram preparadas, com o objetivo de estarem para sempre com Ele (Jo 14:3). “Sê fiel *até* à morte” e, depois disso, quando chegar o momento em que os santos serão recompensados, você receberá a coroa da vida.

A recompensa do vencedor. “De nenhum modo sofrerá dano da segunda morte”. As palavras que Cristo usa aqui não são um excelente adendo àquilo que ensinou a Seus discípulos, quando disse: “Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei, antes, aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo”? (Mt 10:28). Os cristãos de Esmirna poderiam até ser condenados à morte aqui; mas, na vida futura, que lhes seria dada, ser humano nenhum *poderia* tirá-la; e Deus não o *faria*. Por isso, não precisavam temer aqueles que podiam matar o corpo — “não temas as coisas que tens de sofrer” –, pois sua existência eterna era certa.

Esmirna significa *mirra*, um título adequado para a igreja de Deus enquanto passava pela fornalha ardente da perseguição, tornando-se um aroma agradável a Ele. Mas logo chegamos aos dias de Constantino, nos quais a igreja chega a uma nova fase, que lhe rende um nome diferente e outra mensagem aplicável a sua história.

De acordo com a aplicação supracitada, a data da igreja de Esmirna corresponde aos anos 100-323 d.C.

VERSÍCULO 12. Ao anjo da igreja em Pérgamo escreve: Estas coisas diz Aquele que tem a espada afiada de dois gumes: 13. Conheço o lugar em que habitas, onde está o trono de Satanás, e que conservas o Meu nome e não negaste a Minha fé, ainda nos dias de Antipas, Minha testemunha, Meu fiel, o qual foi morto entre vós, onde Satanás habita. 14. Tenho, todavia, contra ti algumas coisas, pois que tens aí os que sustentam a doutrina de Balaão, o qual ensinava a Balaque a armar ciladas diante dos filhos de Israel para comerem coisas sacrificadas aos ídolos e praticarem a prostituição. 15. Outrossim, também tu tens os que da mesma forma sustentam a doutrina dos nicolaítas. 16. Portanto, arrepende-te; e, se não, venho a ti sem demora e contra eles pelejarei com a espada da minha boca. 17. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei do maná escondido, bem como lhe darei uma pedrinha branca, e sobre essa pedrinha escrito um nome novo, o qual ninguém conhece, exceto aquele que o recebe.

A igreja de Esmirna, que acabamos de analisar, não recebeu nenhuma palavra de condenação. A perseguição sempre mantém a igreja pura e incita seus membros à piedade e espiritualidade. Mas agora chegamos a um período no qual influências começaram a operar, por meio das quais erros e males ameaçavam se infiltrar na igreja.

A palavra *Pérgamo* significa *altura, elevação*. O período que ela abrange se localiza desde os dias de Constantino, ou, quem sabe, de sua suposta conversão ao cristianismo, em 323 d.C., até o estabelecimento do papado, em 538 d.C. Foi um período em que os verdadeiros servos de Deus precisaram lutar contra um espírito de práticas, orgulho e popularidade mundanos entre os professos seguidores de Cristo e contra a operação virulenta do mistério da iniquidade, que resultou, por fim, no desenvolvimento do homem da iniquidade papal.

Onde está o trono de Satanás. Cristo tinha conhecimento da situação desfavorável de Seu povo durante esse período. As palavras provavelmente não têm o propósito de denotar localidade. Quanto ao lugar, Satanás trabalha onde quer que os cristãos estejam. Sem dúvida, porém, há tempos e ocasiões em que ele atua com poder especial; e o período que a igreja de Pérgamo engloba foi um deles. Durante essa época, a doutrina de Cristo foi corrompida, o mistério da iniquidade estava em operação e Satanás lançou os fundamentos do sistema mais extraordinário de impiedade, o papado. Essa foi a apostasia predita por Paulo em 2 Tessalonicenses 2:3.

Antipas. Há boas razões para crer que este nome faz referência a uma classe de pessoas, não a um indivíduo, pois não se encontra nenhuma informação autêntica acerca de tal homem. A esse respeito, Guilherme Miller afirma:

“Supõe-se que Antipas não foi um indivíduo, mas, sim, uma classe de pessoas que se opunha ao poder dos bispos ou papas da época, sendo uma combinação de duas palavras: *anti*, contrário, e *papas*, pai, ou papa; e nessa época muitos deles sofreram martírio em Constantinopla e Roma, onde os bispos e papas começaram a exercer poder que pouco depois passou a sujeitar os reis da Terra, pisoteando os direitos da igreja de Cristo. De minha parte, não vejo nenhum motivo para rejeitar essa explicação da palavra *Antipas* nesta passagem, uma vez que a história desse período não diz uma palavra sequer acerca de qualquer indivíduo com esse nome (*Miller's Lectures* [Sermões de Miller], p. 138-139).

Watson declara: “A história eclesiástica antiga não fornece nenhum relato sobre esse Antipas”. O Dr. Clarke menciona uma obra chamada “Atos de Antipas”, mas dá a entender que ela não merece nenhum crédito.

Causa de censura. Situação desvantajosa não é desculpa nenhuma para erros dentro dessa igreja. Embora essa igreja tenha vivido em uma época na qual Satanás foi especialmente atuante, era seu dever se manter pura do fermento de suas ímpias doutrinas. Por isso, foram censurados por abrigarem em seu meio aqueles que defendiam as doutrinas de Balaão e dos nicolaítas (ver os comentários sobre os nicolaítas no versículo 6). Esta passagem revela parcialmente qual era a doutrina de Balaão. Ele ensinou Balaque como colocar uma pedra de tropeço no caminho dos filhos de Israel (ler o relato completo de sua obra e suas consequências nos capítulos 22 a 25 de Números e em 31:13-16). Parece que Balaão queria amaldiçoar Israel para receber as ricas recompensas que Balaque lhe oferecera por tal ato. Como, porém, o Senhor não lhe permitiu amaldiçoar os israelitas, decidiu realizar essencialmente a mesma coisa, apenas de maneira diferente. Então aconselhou Balaque a seduzi-los por meio das mulheres de Moabe, para que participassem de celebrações idólatras e de todas as cerimônias licenciosas nelas envolvidas. O plano foi bem-sucedido. As abominações da idolatria se espalharam em meio ao arraial de Israel, provocando uma maldição divina por causa das transgressões. Por isso, morreram 24 mil pessoas de praga.

As doutrinas que levaram à queixa contra a igreja de Pérgamo tinham tendência semelhante em seu curso, conduzindo à idolatria espiritual e a uma conexão ilícita entre a igreja e o mundo. Por fim, esse espírito resultou na união entre os poderes civil e eclesiástico, culminando na criação do papado.

Arrependam-se. Disciplinando ou excluindo aqueles que defendem essas doutrinas perniciosas. Cristo declarou que, se não fizessem isso, Ele mesmo cuidaria da questão e viria sobre eles (em julgamento) para lutar contra eles (contra os que defendiam essas doutrinas malignas). E toda a igreja seria responsabilizada pelos erros que esses hereges haviam abrigado em seu meio.

A promessa. O vencedor recebe a promessa de que comerá do maná escondido e receberá do Senhor uma pedra branca em tom de aprovação, com um novo nome precioso nela inscrito. Não há necessidade de muita explicação acerca do maná “escondido” e do novo nome que só conhece aquele que o recebe. Mas muitas conjecturas têm sido feitas sobre essas questões e é possível que se espere uma alusão a elas. A maioria dos comentaristas aplica o maná, a pedra branca e o novo nome a bênçãos espirituais desfrutadas nesta vida. No entanto, assim como todas as outras promessas ao vencedor, sem dúvida esta se refere completamente ao futuro e será concedida quando chegar o momento da recompensa dos santos. Talvez a informação a seguir de H. Blunt seja a mais satisfatória que já foi escrita acerca desses vários pormenores:

“Os comentaristas em geral creem que isso se refere ao antigo costume judicial de colocar uma pedra negra dentro de uma urna quando há intenção de condenar e uma pedra branca quando o prisioneiro será absolvido. Mas se trata de um ato tão diferente do descrito, “lhe darei uma pedrinha branca”, que nos sentimos inclinados a concordar com aqueles que creem fazer alusão a um costume de natureza bem diferente, conhecido daqueles que leem os clássicos, e belamente apropriado para o caso em questão. Em tempos remotos, quando viajar era difícil pela falta de hospedagens públicas, a hospitalidade era exercida, em grande medida, por indivíduos. Encontramos traços frequentes dessa prática em toda a história, inclusive no Antigo Testamento. Muitas vezes, as pessoas que recebiam tal hospitalidade e aqueles que a estendiam se tornavam amigos e passavam a estimar um ao outro. Tornou-se então um costume estabelecido entre gregos e romanos entregar ao convidado algum sinal particular, o qual era passado de pai para filho e garantia hospitalidade e tratamento bondoso sempre que fosse apresentado. Em geral, esse sinal era uma pedra pequena, cortada no meio. Nas metades, tanto o anfitrião quanto o visitante escreviam o próprio nome e então trocavam um com o outro. A apresentação desse tablete era suficiente para assegurar a amizade do viajante e de seus descendentes sempre que voltassem para a mesma direção. É claro que tais pedras deveriam ser bem guardadas e os nomes nelas escritos, escondidos com cuidado, para impedir que outros obtivessem os privilégios em lugar das pessoas para quem se destinavam.

“Como é natural a alusão a esse costume nas palavras do texto: “dar-lhe-ei do maná escondido”! Após fazer isso e deixar o indivíduo receber minha hospitalidade, após reconhecê-lo como meu convidado e amigo, eu o presentearé com uma pedra branca e, nela, estará escrito um nome que ninguém conhece, salvo quem o recebe. Eu lhe darei uma prova de minha amizade, sagrada e inviolável, que só ele conhecerá.”

Acerca do novo nome, Wesley afirma com muita propriedade:

“Após sua vitória, Jacó recebeu o novo nome de Israel. Você gostaria de saber qual será seu novo nome? A maneira de fazer isso é clara: vencer. Até então, todas as indagações de nada valem. Então você o lerá em uma pedra branca.”

VERSÍCULO 18. Ao anjo da igreja em Tiatira escreve: Estas coisas diz o Filho de Deus, que tem os olhos como chama de fogo e os pés semelhantes ao bronze polido: **19.** Conheço as tuas obras, o teu amor, a tua fé, o teu serviço, a tua perseverança e as tuas últimas obras, mais numerosas do que as primeiras. **20.** Tenho, porém, contra ti o tolerares que essa mulher, Jezabel, que a si mesma se declara profetisa, não somente ensine, mas ainda seduza os Meus servos a praticarem a prostituição e a comerem coisas sacrificadas aos ídolos. **21.** Dei-lhe tempo para que se arrependesse; ela, todavia, não quer arrepender-se da sua prostituição. **22** Eis que a prostro de cama, bem como em grande tribulação os que com ela adulteram, caso não se arrependam das obras que ela incita. **23.** Matarei os seus filhos, e todas as igrejas conhecerão que eu sou aquele que sonda mentes e corações, e vos darei a cada um segundo as vossas obras. **24.** Digo, todavia, a vós outros, os demais de Tiatira, a tantos quantos não têm essa doutrina e que não conheceram, como eles dizem, as coisas profundas de Satanás: Outra carga não jogarei sobre vós; **25.** tão somente conservai o que tendes, até que Eu venha. **26.** Ao vencedor, que guardar até ao fim as Minhas obras, Eu lhe darei autoridade sobre as nações, **27.** e com cetro de ferro as regerá e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro; **28.** assim como também Eu recebi de Meu Pai, dar-lhe-ei ainda a estrela da manhã. **29.** Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

Se o período que a igreja de Pérgamo abrange foi identificado corretamente, terminando com o estabelecimento do papado, em 538 d.C., então a divisão mais natural atribuída à igreja de Tiatira seria o momento da continuidade desse poder blasfemo, ao longo dos 1.260 anos de sua supremacia, ou de 538 a 1798 d.C.

Tiatira significa “doce sabor do trabalho” ou “sacrifício de contrição”. O termo descreve bem a condição da igreja de Jesus Cristo durante o longo período de triunfo e perseguição papal. Essa era de tribulação terrível sobre a igreja, como nunca houve (Mt 24:21), melhorou a condição religiosa dos crentes. Por isso, por causa de suas obras, seu amor, seu serviço, sua fé e perseverança, estes recebem o louvor Daquele cujos olhos são como chama de fogo. Outras obras são novamente mencionadas, como se fossem dignos de um duplo elogio — e estas últimas, mais numerosas do que as primeiras. Houve uma melhora em sua condição, um crescimento na graça e o aumento de todos esses elementos do cristianismo. Essa igreja é a única louvada pela melhora na condição espiritual. Contudo, assim como na igreja de Pérgamo, as circunstâncias desfavoráveis não eram desculpa para falsas doutrinas na igreja. De igual modo, nenhuma quantidade de obras, amor, serviço, fé ou perseverança poderia compensar por um pecado da mesma natureza. Por isso, recebem uma repreensão por suportarem em seu meio o que se segue.

Essa mulher, Jezabel. Assim como na igreja anterior Antipas não denotava um indivíduo, mas, sim, uma classe de indivíduos, sem dúvida, Jezabel deve ser interpretada no mesmo sentido. Watson, em seu *Bible Dictionary*, afirma: “O nome de Jezabel é usado de maneira proverbial (Ap 2:20)”. Guilherme Miller, *Lectures*, p. 142, diz o seguinte:

“Jezabel é um nome figurado, que faz alusão à esposa de Acabe, a qual mandou matar os profetas do Senhor, fez o marido cair em idolatria e alimentava os profetas de Baal à própria mesa. Seria impossível encontrar uma figura mais impressionante para denotar as abominações papais (ver os capítulos 18, 19 e 21 de 1 Reis). A história deixa claro, assim como este versículo, que a igreja de Cristo tolerou a pregação e o ensino de alguns monges papais em seu meio (ver *History of the Waldenses* [História dos Valdenses]).”

O *Comprehensive Commentary* [Comentário Abrangente] traz o comentário a seguir acerca do versículo 23: “A menção a filhos confirma a ideia de que se faz menção a uma seita e seus prosélitos”. A ameaça de juízos contra a mulher está em harmonia com as admoestações de outras partes do livro contra a igreja católica, simbolizada por uma mulher corrupta, a mãe das meretrizes e abominações da Terra (ver 17–19). Sem dúvida, a morte mencionada é a segunda morte, ao fim dos mil anos de Apocalipse 20, quando será dada a retribuição daquele que “sonda mentes e corações”. Além disso, a declaração “e vos darei a cada um segundo as vossas obras” é prova de que a mensagem a essa igreja olha profeticamente para a recompensa ou o castigo final de todos os seres que deverão prestar contas.

E todas as igrejas conhecerão. Já se argumentou, com base nesta expressão, que essas igrejas não poderiam denotar sete períodos *sucessivos* da era evangélica, mas, sim, existir ao mesmo tempo, já que, caso contrário, nem *todas* as igrejas poderiam saber que Cristo é Aquele que sonda mentes e corações ao ver Seus juízos sobre Jezabel e os filhos dela. Mas quando é que todas as igrejas conhecerão isso? Quando esses filhos forem punidos com a morte. E isso ocorrerá no momento em que a segunda morte for imposta a todos os ímpios. De fato, nessa ocasião, “todas as igrejas”, ao contemplarem o derramamento do juízo, conhecerão que nenhuma coisa secreta, nenhum pensamento ou desígnio mau do coração, escapou ao conhecimento Daquele que, com olhos como chamas de fogo, sonda a mente e o coração do ser humano.

Outra carga não jogarei sobre vós. A igreja — se nossa interpretação estiver correta — recebe a promessa de uma trégua do fardo que por tanto tempo foi seu quinhão, ou seja, o peso da opressão papal. Não pode se aplicar ao recebimento de novas verdades, pois a verdade não é uma carga para nenhum ser responsável. No entanto, os dias de tribulação que sobrevieram a essa igreja seriam abreviados por causa dos eleitos (Mt 24:22). O profeta diz: “Serão ajudados com pequeno socorro” (Dn 11:34). “A terra, porém, socorreu a mulher”, relata João (Ap 12:16).

Conservai o que tendes, até que Eu venha. Essas são as palavras do “Filho de Deus” e chamam nossa atenção para uma volta incondicional. Às igrejas de Éfeso e Pérgamo, houve a ameaça de algumas vindas sob condições: “Arrepende-te; e, *se não*, venho a ti” (Ap 2:16), etc., indicando visitas de juízo. Mas aqui uma vinda de natureza bem diferente é destacada. Não se trata de uma ameaça de julgamento. Não se baseia em condição nenhuma. É colocada diante do cristão como uma questão de esperança e só pode se referir à segunda vinda futura do Senhor em glória, quando as provações do cristão terminarem e seus esforços na corrida pela vida, bem como sua luta pela coroa da justiça, forem recompensados com êxito eterno.

Esta igreja nos leva ao momento em que os sinais mais imediatos da segunda vinda de Cristo começaram a se cumprir. Em 1780, 18 anos antes do fim desse período, os sinais preditos no sol e na lua se cumpriram (ver Ap 6:12). A respeito desses sinais, o Salvador disse: “Ora, ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima” (Lc 21:28). Na história dessa igreja, chegamos ao ponto em que o fim estava tão próximo que a atenção das pessoas poderia, com toda propriedade, voltar-se de maneira mais específica para esse evento. A orientação de Cristo a Seus seguidores, desde o início, fora: “Negociai até que Eu venha” (Lc 19:13, ARC). Nessa fase da igreja, porém, Ele declara: “Conservai o que tendes, até que Eu venha”.

Até ao fim. O fim da era cristã. “Aquele, porém, que perseverar até o fim, esse será salvo” (Mt 24:13). Não encontramos aqui uma promessa semelhante àqueles que guardaram as obras de Cristo, para fazer o que Ele ordenou, guardando a fé em Jesus? (Apocalipse 14:12).

Autoridade sobre as nações. Neste mundo, os ímpios estão no controle e os servos de Cristo não são vistos como tendo nenhum valor. Mas está chegando o momento em que a justiça se encontrará em ascensão, no qual toda impiedade será vista em sua verdadeira luz, tornando-se alvo de desprezo. Nessa ocasião, o cetro do poder será colocado nas mãos do povo de Deus. Essa promessa é explicada pelos seguintes fatos e textos bíblicos: 1) o Pai entregará as nações a Cristo, para que as governe com cetro de ferro e as parta em pedaços como o vaso do oleiro (Sl 2:8-9); 2) os santos estarão junto de Cristo quando Ele der início a essa obra de poder e julgamento (Ap 3:21); 3) reinarão com Ele nessa condição por mil anos (Ap 20:4); 4) durante esse período, o grau de juízo a ser executado sobre os ímpios e anjos maus será determinado (1Co 6:2-3); 5) ao fim dos mil anos, eles terão a honra de dividir com Cristo a execução da sentença escrita (Sl 149:9).

A estrela da manhã. Cristo diz, em Apocalipse 22:16, que Ele próprio é a estrela da manhã. A estrela da manhã é a precursora imediata do dia. Em 2 Pedro 1:19, o mesmo astro é chamado de estrela da alva, estando, portanto, associada à aurora. “Até que o dia clareie e a estrela da alva nasça”. Ao longo da fatigante noite de vigília dos santos, eles contam com a Palavra de Deus para lançar a necessária luz sobre seu caminho. Quando, porém, o dia raiar no coração deles, ou quando a estrela da manhã for dada aos vencedores, eles serão levados a um relacionamento tão próximo com Cristo que seu coração será completamente iluminado pelo Seu Espírito e eles andarão em Sua luz. Não necessitarão mais da garantida palavra profética, que hoje brilha como luz em um lugar escuro. Apressa-te, ó hora gloriosa, quando a luz do brilhante dia celestial se levantará sobre o caminho do pequeno rebanho, e os raios de glória do mundo eterno resplanecerão em seus estandartes!

APOCALIPSE 3 — AS SETE IGREJAS (CONTINUAÇÃO)



VERSÍCULO 1. Ao anjo da igreja em Sardes escreve: Estas coisas diz Aquele que tem os sete Espíritos de Deus e as sete estrelas: Conheço as tuas obras, que tens nome de que vives e estás morto. **2.** Sê vigilante e consolida o resto que estava para morrer, porque não tenho achado íntegras as tuas obras na presença do Meu Deus. **3.** Lembra-te, pois, do que tens recebido e ouvido, guarda-o e arrepende-te. Porquanto, se não vigiares, virei como ladrão, e não conhecerás de modo algum em que hora virei contra ti. **4.** Tens, contudo, em Sardes, umas poucas pessoas que não contaminaram as suas vestiduras e andarão de branco junto comigo, pois são dignas. **5.** O vencedor será assim vestido de vestiduras brancas, e de modo nenhum apagarei o seu nome do Livro da Vida; pelo contrário, confessarei o seu nome diante de Meu Pai e diante dos Seus anjos. **6.** Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

Se as datas das igrejas anteriores foram corretamente determinadas, o período que a igreja de Sardes abrange deve começar por volta do ano 1798.

Sardes significa “príncipe ou cântico de alegria” ou “aquilo que permanece”. Logo, as igrejas reformadas constituem essa igreja, da data supracitada até o grande movimento que marcou outra era na história do povo de Deus.

A grande falha encontrada nessa igreja é que ela tem um nome de que vive, mas está morta. E que posição elevada, do ponto de vista mundano, a igreja nominal ocupou durante esse período! Veja seus títulos imponentes e o favor que desfrutou junto ao mundo. Contudo, o orgulho e a popularidade cresceram a passos largos, até que se destruiu a espiritualidade, obliterou-se a linha distintiva entre a igreja e o mundo e esses diferentes corpos populares passaram a ser igrejas de Cristo somente no nome!

Essa igreja ouviria a proclamação da doutrina do segundo advento, segundo nos informa o versículo 3: “Porquanto, se não vigiares, virei como ladrão”. Essa afirmação revela que a doutrina do advento seria proclamada e o dever de vigiar seria prescrito à igreja. A vinda referida é incondicional; mas a maneira como aconteceria em relação aos seres humanos é condicional. O fato de não estarem vigiando não impediria a vinda do Senhor; mas, se vigiassem, poderiam evitar ser surpreendidos, como se fossem atacados por um ladrão. É somente para os que estão nessa condição que o dia do Senhor vem inesperadamente. Paulo instrui: “Mas vós, irmãos, não estais em trevas, para que esse Dia como ladrão vos apanhe de surpresa” (1 Ts 5:4).

Tens, contudo, em Sardes, umas poucas pessoas. Essas palavras parecem sugerir um período de mundanismo sem precedentes dentro da igreja. Mesmo, porém, em meio a essa situação, existiriam aqueles cujas vestiduras não seriam contaminadas — alguns que se manteriam distan-

tes dessa influência contaminadora. Tiago declarou: “A religião *pura* e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e a si mesmo guardar-se *incontaminado do mundo*” (Tg 1:27).

Andarão de branco junto comigo. — O Senhor não negligencia Seu povo em nenhum lugar, por menor que seja seu número. Cristão solitário, sem ninguém da mesma fé preciosa com quem ter comunhão, você já sentiu como se as hostes de descrentes estivessem prestes a tragá-lo? Você não é ignorado, nem esquecido pelo Senhor. A multidão de ímpios ao seu redor não pode ser tão grande a ponto de ocultá-lo das vistas divinas. E se permanecer sem máculas, apesar do mal circundante, a promessa é certa. Você se vestirá de branco — com as vestiduras brancas do vencedor — e andará com o Senhor em glória. Confira Apocalipse 7:17: “Pois o Cordeiro que Se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima”.

Vestiduras brancas. — Outras passagens bíblicas explicam que usar vestiduras brancas é um símbolo de trocar a iniquidade pela justiça (ver Zc 3:4-5). “Tirai-lhe as vestes sujas” é explicado por meio das palavras que se seguem: “Eis que tenho feito que passe de ti a tua iniquidade”. “O linho finíssimo”, ou as vestiduras brancas, “são os atos de justiça dos santos” (Ap 19:8).

Livro da vida. — Objeto que desperta empolgante interesse! Trata-se de um vasto e pesado volume, no qual se encontram registrados os nomes de todos os candidatos para a vida eterna! Existe o perigo, depois de nosso nome ser colocado no diário celestial, de que seja apagado? Sim; caso contrário, essa advertência nunca teria sido escrita. Paulo temia que até ele próprio fosse desqualificado (1Co 9:27). Somente os que finalmente serão vencedores terão o nome conservado no livro. Mas nem todos vencerão. O nome destes, claro, será apagado. E se faz referência a um momento futuro específico para a realização dessa obra. “De modo nenhum *apagarei*”, diz Cristo (no futuro), o nome dos vencedores. Com isso, subentende-se que Ele também está dizendo que de fato *apagará* o nome daqueles que não vencerem. Não é isso o mesmo que Pedro menciona em Atos 3:19? “Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam *apagados* os vossos *pecados*, e venham, assim, os tempos do refrigério pela presença do Senhor”. Dizer ao vencedor que seu nome não será apagado do livro da vida também significa afirmar que seus pecados serão apagados do livro onde se encontram registrados, para que nunca mais sejam lembrados contra ele (Hb 8:12). E isso acontecerá quando os tempos do refrigério vierem da presença do Senhor. Podemos afirmar, usando outra imagem utilizada por Pedro, que isso acontecerá quando a estrela da alva nascer em nosso coração, ou quando a estrela da manhã for entregue à igreja, logo antes do advento do Senhor, para receber o dia glorioso (2Pd 1:19; Ap 2:28). E quando chegar essa hora de decisão — que certamente não se encontra em um futuro distante —, como, leitor, será com você? Seus pecados serão apagados e seu nome mantido no livro da vida? Ou será o seu nome apagado do livro da vida e seus pecados mantidos nos registros para apresentar sua temível acusação contra você?

A apresentação em glória. “Confessarei o seu nome diante de Meu Pai e diante dos Seus anjos”. Cristo ensinou aqui na Terra que, assim como os seres humanos confessam, negam, desprezam ou honram a Ele aqui, Ele os confessará ou negará perante Seu Pai e os santos anjos no Céu (Mt 10:32-33; Mc 8:38; Lc 12:8-9). E quem é capaz de compreender a grande alegria do momento em que seremos apresentados pelo Senhor da vida a Seu Pai como aqueles que fizeram Sua vontade, combateram o bom combate, correram a carreira, O honraram diante dos homens, venceram e cujos nomes são dignos, por meio dos méritos de Cristo, de permanecer no registro imperecível do livro da vida para todo o sempre!

VERSÍCULO 7. Ao anjo da igreja em Filadélfia escreve: Estas coisas diz o santo, o verdadeiro, Aquele que tem a chave de Davi, que abre, e ninguém fechará, e que fecha, e ninguém abrirá: 8. Conheço as tuas obras — eis que tenho posto diante de ti uma porta aberta, a qual ninguém pode fechar — que tens pouca força, entretanto, guardaste a Minha palavra e não negaste o Meu nome. 9. Eis farei que alguns dos que são da sinagoga de Satanás, desses que a si mesmos se declaram judeus e não são, mas mentem, eis que os farei vir e prostrar-se aos teus pés e conhecer que Eu te amei. 10. Porque guardaste a palavra da Minha perseverança, também Eu te guardarei da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro, para experimentar os que habitam sobre a Terra. 11. Venho sem demora. Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa. 12. Ao vencedor, fá-lo-ei coluna no santuário do Meu Deus, e daí jamais sairá; gravarei também sobre ele o nome do Meu Deus, o nome da cidade do Meu Deus, a nova Jerusalém que desce do Céu, vinda da parte do Meu Deus, e o Meu novo nome. 13. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

A palavra *Filadélfia* significa *amor fraternal*. Expressa a posição e o espírito daqueles que aceitaram a mensagem do advento até o outono de 1844. Ao saírem de suas denominações, deixaram nomes e sentimentos partidários para trás. Então todos os corações passaram a bater unidos, enquanto soavam o alarme às igrejas e ao mundo, apontando para a vinda do Filho do homem como a única esperança verdadeira do cristão. O egoísmo e a cobiça foram deixados de lado, e um espírito de consagração e sacrifício começou a ser acariciado. O Espírito de Deus se encontrava com cada cristão verdadeiro e Seu louvor repousava sobre cada língua. Os que não faziam parte do movimento desconheciam a busca profunda do coração, a consagração de tudo a Deus, a paz, a alegria no Espírito Santo e o amor puro e fervoroso uns pelos outros que os fiéis de então desfrutavam. Os que fizeram parte desse movimento sabem que as palavras são incapazes de descrever a condição santa e feliz que vivenciaram.

A chave de Davi. Chave é um símbolo de poder. O Filho de Deus é o herdeiro legítimo do trono de Davi. E Ele está prestes a assumir Seu grande poder e a reinar; por isso, é representado portando a chave de Davi. O trono de Davi, ou de Cristo, no qual Ele reinará, está inserido na capital de Seu reino, a nova Jerusalém, agora no alto, mas que se localizará nesta Terra, onde ele reinará para todo o sempre (Ap 21:1-5; Lc 1:32-33).

Que abre, e ninguém fechará, etc. A fim de compreender essas palavras, é necessário olhar para a posição e a obra de Cristo ligadas a Seu ministério no santuário, ou verdadeiro tabernáculo do Céu (Hb 8:2). No passado, existiu na Terra uma figura ou cópia desse santuário celestial. Foi o santuário construído por Moisés (Êx 25:8-9; At 7:44; Hb 9:1, 21, 23, 24). A construção terrena contava com dois compartimentos: o lugar santo e o santíssimo (Êx 26:33-34). No primeiro compartimento, ficavam o candelabro, a mesa dos pães da proposição e o altar de incenso. No segundo, encontravam-se a arca, a qual continha as tábuas da aliança, ou os dez mandamentos, e os querubins (Hb 9:1-5). De maneira semelhante, o santuário no qual Cristo ministra no Céu contém dois compartimentos (Hb 9:24; ver também os versículos 8 e 12, bem como o capítulo 10:19. Em cada um desses textos, as palavras traduzidas por *Santo Lugar* e *Santo dos Santos* se encontram no plural no original, e deveriam ter sido traduzidos como *lugares santos*). Como todas as coisas foram feitas segundo o modelo, o santuário celestial também contém móveis semelhantes aos do santuário terreno. Sobre o antítipo do candelabro de ouro e do altar de incenso, no primeiro compartimento, leia Apocalipse 4:5; 8:3; e sobre o antítipo da arca da aliança, com os dez mandamentos, leia Apocalipse 11:19. No santuário terrestre, eram os sacerdotes que ministravam (Êx 28:41, 43; Hb 9:6-7; 13:11, etc.). O ministério desses sacerdotes era uma sombra do ministério de Cristo no santuário celestial (Hb 8:4-5). No tabernáculo terreno, o ciclo completo de serviço era concluído a cada ano (Hb 9:7). Mas no tabernáculo celeste, o serviço é desempenhado de uma vez por todas (Hb 7:27; 9:12). No final do ano de serviço típico, o sumo sacerdote entrava no segundo compartimento, o lugar santíssimo do santuário, a fim de fazer expiação. Essa obra era chamada de purificação do santuário (Lv 16:20, 30, 33; Ez 45:18). Quando começava o ministério no lugar santíssimo, cessava o trabalho no lugar santo; e nenhum serviço era realizado ali enquanto o sacerdote se encontrava dentro do santíssimo (Lv 16:17). Uma abertura e fechamento semelhante, ou mudança de ministração, deveria ser realizada por Cristo quando chegasse o momento da purificação do santuário celestial. E o tempo de fato chegou para esse serviço começar ao fim das 2.300 tardes e manhãs, em 1844. A abertura e o fechamento mencionados no texto em análise podem ser apropriadamente aplicados a esse acontecimento, a saber, a abertura do ministério de Cristo no lugar santíssimo e o fechamento, ou fim, de sua obra no primeiro compartimento, ou seja, no lugar santo (ver a exposição sobre o tema do santuário e sua purificação nos comentários sobre Daniel 8:14).

O versículo 9 provavelmente se aplica àqueles que não acompanham o avanço da luz da verdade e se opõem a quem o faz. Esses ainda sentirão e confessarão que Deus ama as pessoas que, sem rejeitar o cumprimento passado da Palavra do Senhor, não se deixam estereotipar por um credo e continuam a avançar no conhecimento de Sua verdade.

A palavra da minha perseverança. Em Apocalipse 14:12, João diz: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus”. Aqueles que vivem hoje em obediência fiel e perseverante aos mandamentos de Deus e à fé em Jesus serão cuidados na hora de tentação e perigo bem a nossa frente (ver Ap 13:13-17).

Venho sem demora. — Mais uma vez, a segunda vinda de Cristo recebe destaque, com ênfase maior do que em qualquer uma das mensagens anteriores. A proximidade desse evento é aqui apresentada com intensidade aos que creem. A mensagem se aplica a um período no qual esse grande acontecimento se encontra iminente. E, por meio dessa linguagem, temos a mais indubitável evidência da natureza profética dessas mensagens. As palavras direcionadas às três primeiras igrejas não contêm nenhuma alusão à segunda vinda de Cristo por não abrangerem um período em que tal acontecimento poderia ser biblicamente esperado. Mas quando chegamos à igreja de Tiatira, após a qual somente três breves etapas da igreja surgiriam até o fim — como se já tivesse chegado para a igreja o tempo para que o alvorecer dessa grande esperança começasse a surgir no horizonte –, a mente já é levada para o futuro por meio da singular alusão: “Conservai o que tendes, até que Eu venha”. Quando chegamos à fase seguinte da igreja, Sardes, a igreja que se encontra ainda mais perto desse evento, a grande proclamação ganha destaque para ser anunciada, e a igreja recebe a ordem de vigiar: “Se não vigiares, virei como ladrão”. Alcançamos Filadélfia, mais adiante na linha do tempo, e a proximidade do mesmo grande acontecimento leva Aquele que é “o santo, o verdadeiro” a pronunciar a empolgante declaração: “Venho sem demora”. Como tudo isso torna evidente que essas igrejas ocupam posições cada vez mais próximas ao grande dia do Senhor! Em cada uma que se sucede, em proporção cada vez maior, esse grande evento é anunciado com maior proeminência, chamando a atenção da igreja de forma mais clara e impressionante. Aqui eles de fato veem o dia se aproximar (Hb 10:25).

Chamado à fidelidade. “Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa”. Isso não quer dizer que, com nossa fidelidade, estamos privando alguém de ter uma coroa. Mas o verbo traduzido por *tomar* tem diversas definições, sendo uma delas “tirar, arrancar de, *privar* de”. Conserva o que tens, para que nenhuma pessoa te prive da coroa da vida. Não permita que ninguém, nem coisa alguma o induza a abrir mão da verdade ou o perverta, levando-o para longe dos caminhos corretos do Senhor; pois, ao fazê-lo, acabarão levando você a perder sua recompensa.

Coluna no santuário. — Neste discurso, o vencedor recebe a promessa de ser transformado em coluna no santuário de Deus, para nunca mais sair. O templo, neste caso, deve denotar a igreja. E a promessa de ser uma de suas colunas é a mais forte que se poderia dar a respeito de um lugar de honra, da permanência e segurança dentro dela por meio da figura de um edifício celestial. E quando chegar o momento para que se cumpra essa parte da promessa, o tempo de prova do vencedor estará passado. Ele estará completamente firmado na verdade e selado. Dali “jamais sairá”, isto é, não haverá mais perigo de cair. Será do Senhor para sempre. Sua salvação é certa.

Mas os vencedores terão mais do que isso. A partir do momento em que vencem e são selados para o Céu, são rotulados, se assim o podemos expressar, como pertencentes a Deus e a Cristo e endereçados para seu destino, a nova Jerusalém. Sobre eles será escrito o nome de Deus, a quem pertencem, o nome da nova Jerusalém, o lugar para onde se dirigem, não para a velha Jerusalém, para a qual alguns olham em vão; e receberão sobre si o novo nome de Cristo, mediante cuja autoridade receberão a vida eterna e entrarão no reino. Assim selados e rotulados,

os santos de Deus se encontram seguros. Nenhum inimigo será capaz de impedir que cheguem a seu destino, seu glorioso refúgio de descanso, a Jerusalém celestial.

VERSÍCULO 14. Ao anjo da igreja em Laodiceia escreve: Estas coisas diz o Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o princípio da criação de Deus: 15. Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio ou quente! 16. Assim, porque és morno e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca; 17. pois dizes: Estou rico e abastado e não preciso de coisa alguma, e nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu. 18. Aconselho-te que de Mim compres ouro refinado pelo fogo para te enriqueceres, vestiduras brancas para te vestires, a fim de que não seja manifesta a vergonha da tua nudez, e colírio para ungires os olhos, a fim de que vejas. 19. Eu repreendo e disciplino a quantos amo. Sê, pois, zeloso e arrepende-te. 20. Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a Minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo. 21. Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no Meu trono, assim como também Eu venci e Me sentei com Meu Pai no Seu trono. 22. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.

Laodiceia significa *o julgamento do povo*, ou, de acordo com Cruden, *um povo justo*. A mensagem a essa igreja traz à tona as cenas finais do tempo da graça. Revela um período de juízo. É a última fase da igreja. Em consequência, aplica-se aos cristãos que vivem durante a terceira mensagem, a última mensagem de misericórdia antes da vinda de Cristo (ver Ap 14:9-14), enquanto o grande dia da expiação se desenrola e o juízo investigativo é realizado na casa de Deus, uma época na qual a lei justa e santa de Deus é adotada como regra de vida da igreja que espera.

Estas coisas diz o Amém. Está é, então, a mensagem final às igrejas antes do fim do tempo da graça. E embora o modo como os indiferentes laodiceanos são descritos seja temível e assustador, ela não pode ser negada; pois a Testemunha é “fiel e verdadeira”. Além disso, Ele é “o princípio da criação de Deus”.¹

A acusação que Ele faz aos laodiceanos é o fato de serem mornos, nem frios, nem quentes. Falta-lhes fervor, zelo e devoção religiosos, cuja manifestação seria exigida por sua posição no fechamento da história deste mundo, com a luz da profecia iluminando seu caminho. E essa mor-

¹ Nota dos editores da versão em português: Como referido na nota 1, na página 269, o autor não havia chegado a uma clara compreensão sobre a eternidade de Cristo. O texto original da versão de 1897 acrescentava: “Alguns entendem, por causa dessas palavras, que Cristo foi o primeiro ser criado, datando Sua existência desde um período anterior a qualquer outro ser ou objeto criado, próximo ao Deus eterno e autoexistente. Mas a linguagem não indica necessariamente que Ele foi criado; pois as palavras ‘o princípio da criação’ podem simplesmente significar que a obra da criação, estritamente falando, foi principiada por Ele. ‘Sem Ele, nada do que foi feito se fez’ (Jo 1:3). Já outros, de maneira mais apropriada, em nossa opinião, entendem que a palavra ἀρχή significa o ‘agente’ ou ‘causa eficiente’, uma das definições do termo, interpretando que Cristo foi o agente por meio de quem Deus criou todas as coisas; mas Ele próprio veio à existência de maneira diferente, uma vez que é chamado de ‘unigênito’ do Pai. Seria absolutamente inadequado aplicar essa palavra a qualquer ser criado no sentido comum do termo. Em vez de ‘princípio’, leia ‘principiador.’” No ano seguinte, essa concepção errônea acerca da eternidade de Cristo foi claramente corrigida por Ellen White: “Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 530).

nidão se revela na falta de boas obras, pois é pelo conhecimento de suas obras que a Testemunha fiel e verdadeira faz essa temível acusação contra eles.

Quem dera fosses frio ou quente! Esta mensagem chama atenção para três condições: o frio, o morno e o quente. É importante determinar que situação cada uma delas denota, a fim de nos precaver contra conclusões equivocadas. Três condições da vida espiritual relativa à igreja, não ao mundo, devem ser levadas em consideração. Não é difícil entender o que o termo *quente* significa. A mensagem evoca instantaneamente um estado de fervor e zelo intenso, no qual todas as afeições, elevadas ao mais alto grau, são atraídas a Deus e Sua causa, manifestando-se em obras correspondentes. Ser morno significa não apresentar esse zelo, estar em uma condição carente de paixão e fervor; em outras palavras, não existe a negação do eu que custa tudo, não se sente o peso de carregar a cruz, não há testemunho determinado por Cristo e nenhuma ação destemida que mantenha os tendões espirituais rijos e a armadura brilhante; e o pior de tudo: sugere *satisfação* completa com essa condição. Mas o que é ser frio? Denotaria um estado de corrupção, maldade e pecado, tal como o que caracteriza o mundo dos incrédulos? Não podemos considerar dessa forma, pelos seguintes motivos:

1. Seria duro e repugnante representar Cristo desejando, sob quaisquer circunstâncias, que as pessoas estivessem nessa condição; mas Ele diz: “*Quem dera fosses frio ou quente!*”

2. Nenhuma condição ofende mais a Cristo do que a do pecador em rebelião aberta, cujo coração se encontra repleto de todo mal. Logo, seria incorreto afirmar que Ele prefere esse estado a qualquer posição que Seu povo possa ocupar enquanto ainda lhe pertence.

3. A ameaça de rejeição no versículo 16 é feita *porque* eles não são *nem* quentes, *nem* frios. Isso é o mesmo que afirmar que, caso fossem *ou* frios *ou* quentes, não seriam rejeitados. Mas se *frio* significasse um estado de maldade mundana aberta, eles seriam rejeitados muito rapidamente. Logo, esse não pode ser o significado.

Em consequência, somos forçados a concluir que, por meio dessas palavras, nosso Senhor não faz nenhuma referência a quem se encontra fora de Sua igreja, mas, sim, a três graus de afeição espiritual, dois deles mais aceitáveis que o outro. Calor e frio são preferíveis à mornidão. Mas que tipo de condição espiritual o termo *frio* denota? Podemos observar, em primeiro lugar, que é um estado de *sentimento*. Nesse sentido, é superior à mornidão, um estado de relativa insensibilidade, indiferença e suprema satisfação consigo mesmo. Ser quente também é um estado de sentimentos. Como quente denota alegre fervor e o exercício vivaz de todas as afeições, com o coração transbordando da presença perceptível de Deus e de Seu amor, frio representa uma condição espiritual caracterizada pela ausência desses traços, mas na qual o indivíduo *sente* e anseia por recuperar seus tesouros perdidos. Esse estado é bem representado pela linguagem usada em Jó: “Ah! Se eu soubesse onde O poderia achar!” (Jó 23:3). Nessa condição, não há indiferença, nem contentamento, mas uma sensação de frieza, inadequação, desconforto e a busca tateante por algo melhor. Há esperança para quem se encontra nessa condição. Quando alguém sente falta de algo que deseja, luta com todas as forças para obtê-lo. O traço mais desanimador da

mornidão é a consciência de não faltar nada e a sensação de não ter necessidade de nada. Assim fica fácil entender por que nosso Senhor preferia contemplar Sua igreja em um estado de frieza desconfortável a encontrá-la em uma condição morna de conforto, facilidade e indiferença. Uma pessoa não permanece por muito tempo com frio. Seus esforços logo a conduzirão para o estado de fervor. Mas, na mornidão, há o perigo de se permanecer nesse estado até a Testemunha fiel e verdadeira rejeitá-la, pois mornidão provoca náusea e repulsa.

Estou a ponto de vomitar-te da minha boca. Neste ponto, a imagem é levada um passo adiante, e a rejeição dos mornos é expressa pelo efeito nauseante da água tépida. E isso denota uma rejeição final, uma separação completa de Sua igreja.

Rico e abastado. É assim que o laodiceano entende sua condição. Ele não é hipócrita, pois, diz a Testemunha “nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu”.

O conselho que recebem. Comprem de Mim, diz a Testemunha verdadeira, ouro refinado pelo fogo, para ficarem ricos, roupas brancas, para se vestirem, e procurem ungir os olhos com colírio, para poderem ver. Isso mostra de uma vez por todas aos iludidos laodiceanos aquilo que lhes falta e o grau de sua destituição. Revela também onde podem obter aquilo que os torna tão terrivelmente pobres; e coloca diante deles a necessidade de conseguir tais coisas com a maior rapidez possível. O caso é tão urgente que nosso grande Advogado na corte celestial nos envia um conselho especial. E o fato de Ele condescender a ponto de mostrar qual é nossa carência e nos aconselhar a comprar, sendo Ele mesmo Aquele que tem essas coisas para conceder, convidando-nos a ir até Ele, é a melhor garantia possível de que nosso esforço será respeitado e nosso pedido, atendido.

De que maneira podemos comprar essas coisas? Assim como compramos todas as outras graças do evangelho: “Ah! Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas; e vós, os que não tendes dinheiro, vinde, comprai e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite” (Is 55:1). Assim, nós compramos pedindo; compramos ao jogar fora as bugigangas sem valor da Terra, recebendo, em troca, tesouros inestimáveis; compramos simplesmente ao ir e receber; compramos, sem nada dar em troca. E o que compramos sob condições tão graciosas? Pão que não perece, vestiduras imaculadas que não sujam, riquezas que não se corrompem e uma herança que não desvanece. Que troca mais estranha! No entanto, é assim que o Senhor condescende no trato com Seu povo. Ele nos compele a vir com modos e aparência de mendigos; mas, em vez do que merecemos, nos dá os tesouros de Sua graça, recebendo em troca nossa falta de valor, a fim de recebermos as bênçãos que Ele tem para derramar, não como esmolas concedidas a pedintes, mas, sim, como bens legítimos de uma compra honrada.

As coisas a serem obtidas requerem atenção especial. Elas são citadas na seguinte ordem:

1. *Ouro refinado pelo fogo.* O ouro, em seu sentido literal, representa o nome abrangente para todas as riquezas do mundo. Em sentido figurado, deve denotar aquilo que constitui riquezas espirituais. Qual graça, então é representada pelo ouro, ou melhor, quais graças? Pois, sem dúvida, nenhuma graça isolada seria capaz de corresponder ao sentido total do termo. O Senhor disse à igreja de Esmirna que conhecia sua pobreza, mas, na verdade, ela era rica. E o testemunho

revela que as riquezas consistiam naquilo que, por fim, lhes concedeu a posse da coroa da vida. Tiago disse: “Ouvi, meus amados irmãos. Não escolheu Deus os que para o mundo são pobres, para serem *ricos em fé* e herdeiros do reino que Ele prometeu aos que O amam?” (2:5). Paulo afirmou: “A fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem” (Hb 11:1). Ser “rico para com Deus” (Lc 12:21) — rico no sentido espiritual — é se apropriar com clareza dessas promessas, ser herdeiro daquela herança incorruptível, sem mácula e que não desvanece, guardada no Céu para nós. “E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa” (Gl 3:29). E como podemos obter essa herança? Da mesma maneira que Abraão tomou posse da promessa, isto é, pela fé (Rm 4:13-14). Por isso, não é de espantar que Paulo dedique um capítulo inteiro em Hebreus (cap. 11) a esse importante assunto, apresentando as poderosas conquistas que já foram efetuadas e as promessas preciosas que eles obtiveram pela fé. E no primeiro versículo do capítulo seguinte, como a grande conclusão a seu argumento, ele exorta os cristãos a deixar de lado todo peso e todo pecado (de incredulidade) que tão facilmente os acomete. Nada seca tão rapidamente das fontes da espiritualidade e nos afunda em pobreza abjeta, no que se refere às coisas do reino de Deus, do que deixar a fé ir embora e a incredulidade se instalar. Pois a fé deve fazer parte de toda ação agradável aos olhos de Deus. Ao nos achegar a Ele, a primeira coisa que precisamos fazer é crer em Sua pessoa. E é mediante a fé, o principal agente debaixo da graça que é o dom de Deus, que somos salvos (Hb 11:6; Ef 2:8).

Com base em tudo isso, parece que a fé é o principal elemento da riqueza espiritual. Mas se, conforme já observado, nenhuma graça sozinha é capaz de responder pela significação plena do termo *ouro*, então, sem dúvida, outras coisas devem ser incluídas. “A fé é a certeza de coisas que se esperam”, disse Paulo. Logo, a esperança é um companheiro inseparável da fé (Hb 11:1; Rm 8:24-25). E mais uma vez, Paulo nos diz que a fé opera por intermédio do amor e, em outra passagem, diz que é rica “em boas obras” (Gl 5:6; 1 Tm 6:18). Logo, não se pode separar o amor da fé. Temos, então, diante de nós, os três elementos ligados por Paulo em 1 Coríntios 13 — a fé, a esperança e o amor; dentre esses, o maior é o amor. Esse é o ouro refinado pelo fogo que somos aconselhados a comprar.

2. *Vestiduras brancas*. — A esse respeito, não parece haver muito espaço para controvérsias. Algumas passagens fornecem a chave para o entendimento da expressão. Diz o profeta: “Todos os nossos atos de justiça são como trapo imundo” (Is 64:6, NVI). Somos aconselhados a comprar o contrário de trapos imundos, ou seja, vestiduras brancas completas e sem mácula. A mesma imagem é usada em Zacarias 3:3-4. E João, no 19º capítulo de Apocalipse, versículo 8, afirma com toda clareza que “o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos”.

3. *O colírio*. A esse respeito, também há pouco espaço para divergência de opiniões como no caso das vestiduras brancas. É claro que a unção dos olhos não deve ser interpretada em sentido literal; sendo a referência a olhos espirituais, o colírio deve denotar aquilo que aguça nosso discernimento espiritual. Há somente um agente revelado na Palavra de Deus como o realizador dessa obra, a saber, o Espírito Santo. Em Atos 10:38, lemos: “Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o

Espírito Santo”. E o mesmo autor que recebeu esta revelação de Jesus Cristo escreveu o seguinte à igreja em sua primeira epístola: “E vós possuíis unção que vem do Santo e todos tendes conhecimento” (2:20). No versículo 27, ele esclarece o ponto em questão da seguinte maneira: “Quanto a vós outros, a unção que Dele recebestes permanece em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a Sua unção vos ensina a respeito de todas as coisas, e é verdadeira, e não é falsa, permanecei Nele, como também ela vos ensinou”. Ao fazer alusão a seu evangelho, descobre-se que a obra aqui citada como algo realizado mediante unção é exatamente a mesma que ele atribui ao Espírito Santo. João 14:26 diz: “Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em Meu nome, Esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito” (ver também 16:13.)

Assim, de maneira formal e solene, a testemunha fiel e verdadeira nos aconselha, usando as imagens do ouro, de vestiduras brancas e do colírio, a buscar Nele, célere e fervorosamente, um aumento das graças celestiais da fé, da esperança, do amor e da justiça que só Ele é capaz de conceder, e uma unção do Espírito Santo. Mas como é possível pessoas carentes dessas coisas pensarem ser ricas e abastadas? Uma inferência plausível que se pode fazer, e talvez inevitável, uma vez que não há espaço para nenhuma outra, é a observação de que não se encontra falha nenhum nos laodiceanos no que se refere às doutrinas que defendem. Não são acusados de abrigar Jezabel no meio deles, nem de condescender com as doutrinas de Balaão ou dos nicolaítas. Logo, de acordo com aquilo que podemos aprender com base no discurso feito a eles, sua crença é correta e sua teoria, sólida. Logo, por terem a teoria correta, sentem-se satisfeitos com ela. Contentam-se com a forma correta da doutrina, mas sem seu poder. Tendo recebido o conhecimento teórico correto das verdades pertinentes à última geração de seres humanos, sentem-se propensos a depender disso, negligenciado a parte espiritual da religião. É com suas ações, não com palavras, que dizem ser ricos e abastados. Tendo tanta luz e tanta verdade, o que mais poderiam querer? E se defendem a teoria com persistência louvável e, no que diz respeito a sua vida exterior, seguem ao pé da letra a luz crescente sobre os mandamentos de Deus e a fé em Jesus, não estaria então completa sua justiça? Ricos e abastados, sem necessidade de nada! Essa é sua falha. Todo seu ser deveria estar clamando pelo espírito, o zelo, o fervor, a vida e o poder de um cristianismo vivo! E sua justiça deveria consistir em engolir o eu e todas as suas obras, rendendo-se aos méritos do Redentor.

A prova de amor. Essa, por mais estranho que pareça, consiste em castigo. “Eu repreendo e disciplino a quantos amo”. Se não formos disciplinados, não somos filhos (Hebreus 12:7, 8). Thompson declara:

“Uma lei geral da graciosa maneira de Deus lidar com Suas criaturas é aqui anunciada. Uma vez que todos precisam de repreensão em alguma medida, em alguma medida a recebem, e assim temos prova do apego do Salvador. Essa é uma lição difícil de aprender, e os cristãos são alunos com dificuldade de aprendizado. No entanto, aqui e em toda a Palavra e providência de Deus, confirma-se que as provas são bênçãos Dele, e nenhum filho escapa da vara. Os blocos incorrigivelmente disformes e ásperos

são rejeitados, ao passo que os escolhidos para a gloriosa estrutura são submetidos ao cinzel e ao martelo. Não há cacho da videira verdadeira que não precise passar pelo lagar. ‘Para o meu próprio bem,’ disse um antigo clérigo que passava por aflição, ‘para o meu próprio bem, bendigo a Deus por observar e sentir tanta misericórdia em Sua ira a ponto de ser quase transportado. Fico grandemente satisfeito, é certo, ao pensar no quanto Suas misericórdias são infinitamente doces, sendo Seus juízos tão repletos de graça.’ Levando em conta, então, a origem e o propósito da disciplina que você recebe, “Sê, pois, zeloso e arrepende-te”. Não perca tempo. Não perca um golpe da vara, mas se arrependa imediatamente. Tenha um espírito fervoroso. Este é o primeiro instrumento de encorajamento.”

Sê, pois, zeloso e arrepende-te. Embora, conforme vimos, o estado representado pela frieza seja preferível à mornidão, não é assim que o Senhor deseja nos encontrar. Nunca somos exortados a buscar a frieza. Há algo muito melhor que somos aconselhados a alcançar, que é ser zelosos e fervorosos, com o coração inflamado pelo serviço de nosso Mestre.

Cristo bate à porta. — Ouçamos novamente o autor supracitado:

“Temos aqui um coração superior a todos os demais. Apesar de sua atitude ofensiva, do caráter desagradável, o amor de Cristo pelas almas é tamanho que Ele Se humilha para solicitar o privilégio de abençoá-los. ‘Eis que estou à porta e bato.’ Por que Ele faz isso? Não por não ter nenhum outro lar. Nas mansões da casa de Seu Pai, nenhuma entrada está fechada para Ele. Jesus é a vida de todo coração, a luz de todo olho, o cântico em toda língua, em glória. Mas Ele vai de porta em porta em Laodiceia. Ele Se põe em frente a cada uma e bate, porque veio buscar e salvar o que se havia perdido, porque não pode abrir mão do propósito de comunicar vida eterna a todos quantos o Pai Lhe concedeu e porque só pode Se tornar conhecido do residente se a porta for aberta e Ele for bem recebido. Você comprou um campo? Comprou cinco juntas de bois? Já está com o chapéu na mão e roga para que Ele o tenha por escusado? Ele bate e bate. Mas você não pode receber visita no momento; está exausto de tanto trabalho; já se aconchegou no sofá, ficou confortável e mandou a mensagem de que está ocupado. Ele não para de bater. [...] É hora da reunião de oração da igreja ou do compromisso mensal; você tem a oportunidade de fazer uma visita cristã a um indivíduo ou família, mas não se mexe. [...] Ah, mornidão repugnante! Ah, mundanismo fatal! O Senhor da glória percorreu todo o caminho desde Seu palácio celestial, veio em pobreza, suor e sangue até a porta da casa de um professo amigo que Lhe deve tudo, mas não consegue entrar! Vem resgatar uma pessoa cuja casa está pegando fogo, mas ela não O deixa ir para o lado de dentro! Quão grande e profunda a longanimidade de Jesus Cristo! Até mesmo o pagão Públio recebeu Paulo e o hospedou por três dias com toda cortesia. Será que os cristãos nominais dirão ao Senhor dos apóstolos que não têm lugar para Ele?

Se alguém ouvir a Minha voz. — Enquanto bate, o Senhor suplica. E a palavra “se” revela que alguns não ouvirão. Embora Ele espere, batendo e suplicando até Seus cabelos ficarem úmidos com o orvalho da noite, alguns fecham os ouvidos a Seu terno chamado. Mas não é suficiente

apenas ouvir. Precisamos ouvir e abrir a porta. Muitos daqueles que ouvem a voz no princípio e, por um momento, se sentem inclinados a atender, sem dúvida — infelizmente — falharão afinal, deixando de fazer o que é necessário para garantir a comunhão com o Convidado celestial. Leitor, seus ouvidos estão abertos às súplicas que o Salvador lhe dirige? O som de Sua voz é um barulho bem-vindo? Você dará ouvidos? Abrirá a porta e O deixará entrar? Ou a porta do seu coração se encontra fechada por causa da enorme pilha de lixo deste mundo que você não deseja remover? Lembre-se de que o Senhor da vida nunca força Sua entrada. Ele condescende em vir, bater e buscar entrada; mas só habita dentro do coração quando é convidado a entrar e é bem recebido.

Segue-se então a promessa: “Entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo”. Que imagem mais forte e tocante! Dois amigos, repartindo uma refeição alegre e social! Mente com mente, conversando com abertura e intimidade! Que cena festiva deve ocorrer quando o Rei da glória é convidado! Estas palavras não expressam um grau comum de união, uma bênção normal, um privilégio costumeiro. Quem, diante de uma súplica tão terna e uma promessa tão graciosa, é capaz de permanecer indiferente? Não precisamos nem sequer colocar a mesa para esse exaltado Visitante. Ele próprio o faz, não com os alimentos grosseiros da Terra, mas com as delícias da própria despensa celeste. Ele põe diante de nós antegozos da glória que logo será revelada. Dá-nos sinais de nossa herança futura, incorruptível, sem mácula e que não desvanece. Verdadeiramente, quando cumprimos as condições e recebemos esta promessa, vivenciamos o nascimento da estrela da alva em nosso coração e contemplamos o surgimento de uma manhã gloriosa para a igreja de Deus.

A promessa final. A promessa de cear com Seus discípulos é feita pelo Senhor antes de ser expressa a promessa final ao vencedor. Isso mostra que as bênçãos incluídas na primeira promessa serão desfrutadas ainda durante o período de graça concedido à humanidade. E agora, além de tudo isso, a promessa ao vencedor é dada: “Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no Meu trono, assim como também Eu venci e Me sentei com Meu Pai no Seu trono”. Esse é o ápice das promessas do Senhor. A princípio rebelde, depois caído, degradado e contaminado, o ser humano é levado, pela obra do Redentor, de volta a Deus em reconciliação, limpo de suas poluições, redimido da queda, imortalizado e, por fim, levantado para se assentar no trono do próprio Salvador. Impossível haver honra e exaltação maiores! A mente humana é incapaz de conceber tal estado. A linguagem não consegue descrevê-lo. A única coisa que podemos fazer é continuar labutando, até que, vencedores afinal, saibamos como é estar lá.

Neste versículo, além de uma promessa gloriosa, também encontramos uma doutrina importante. Aprendemos que Cristo reina consecutivamente em dois tronos. Um é o trono de Seu Pai, e o outro é o Seu próprio trono. Ele declara neste versículo que já venceu e agora Se encontra estabelecido com o Pai em Seu trono. Está associado ao Pai no trono do domínio universal, posicionado à destra Deste, muito acima de qualquer principado, poder, majestade e domínio (Ef 1:20-22, etc.). Enquanto Se encontra nessa posição, Ele é rei-sacerdote. É sacerdote, “ministro do santuário”, mas, ao mesmo tempo, está assentado “à destra do trono da Majestade nos céus”

(Hb 8:1-2). Tal posição e obra do nosso Senhor foi predita da seguinte maneira pelo profeta Zacarias: “E dize-lhe: Assim diz o SENHOR dos Exércitos [Deus]: Eis aqui o homem cujo nome é Renovo [Cristo]; ele brotará do Seu lugar e edificará o templo do Senhor. Ele mesmo [Cristo] [...] assentar-Se-á no Seu trono [de Deus], e dominará, e será sacerdote no Seu trono [graças ao sacrifício e à obra sacerdotal de Cristo em favor do ser humano arrependido]; e reinará perfeita união entre ambos os ofícios” (6:12-13). Mas está chegando o momento em que Ele mudará de posição, deixará o trono do Pai e assumirá o próprio trono. E isso deve acontecer quando chegar o momento da recompensa dos vencedores; pois, quando receberem seu galardão, eles se assentarão com Cristo no trono Dele, assim como Ele venceu e Se encontra agora assentado com o Pai em Seu trono. Essa mudança na posição de Cristo é expressa por Paulo em 1 Coríntios 15:24-28 nas seguintes palavras:

E, então, virá o fim, quando Ele entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder. Porque convém que Ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés. O último inimigo a ser destruído é a morte. Porque todas as coisas sujeitou debaixo dos pés. E, quando diz que todas as coisas Lhe estão sujeitas, certamente, exclui Aquele que tudo Lhe subordinou. Quando, porém, todas as coisas Lhe estiverem sujeitas, então, o próprio Filho também Se sujeitará Àquele que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos.

As verdades ensinadas nessa porção das Escrituras podem, talvez, ser expressas com maior concisão por meio de uma ligeira paráfrase e apresentando, em cada caso, em vez de pronomes, os substantivos aos quais cada um deles se refere. Assim teríamos:

“E, então, virá o fim (da dispensação presente), quando Cristo entregar o reino (que Ele agora governa em conjunto com o Pai) ao Deus e Pai, quando Deus houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder (que se opõem ao trabalho do Filho). Porque convém que Cristo reine (no trono do Pai) até que o Pai haja posto todos os inimigos debaixo dos pés de Cristo [ver Sl 110:1]. O último inimigo a ser destruído é a morte. Porque todas as coisas Deus (então, nessa ocasião) sujeitou (ou terá sujeitado) debaixo dos pés de Cristo. E, quando diz que todas as coisas estão sujeitas a Cristo (e Ele começa a reinar no próprio trono), certamente, exclui Aquele que tudo Lhe subordinou: Deus. Quando, porém, todas as coisas estiverem sujeitas a Cristo, então, o próprio Filho também Se sujeitará a Deus, que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos.”

É fácil verificar que essa é a versão correta dessa passagem bíblica. A única pergunta que pode surgir é acerca das pessoas a quem os pronomes se referem. No entanto, qualquer tentativa de fazer os pronomes referentes a Deus, na paráfrase anterior, consistirem em alusões a Cristo demonstrará, ao longo da citação, que a linguagem de Paulo faria pouco sentido com tal substituição.

Com base nisso, vê-se que o reino que Cristo entrega ao Pai é aquele que Ele governa no presente, no trono do Pai, onde Ele nos afirma estar agora sentado. Ele entregará esse reino ao

fim desta dispensação, quando chegar o momento de assumir o próprio trono. Depois disso, reinará no trono de Seu pai Davi e Se submeterá somente a Deus, que continua a ocupar Sua posição sobre o trono do domínio universal. É desse reinado de Cristo que os santos participam. “Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no Meu trono.” E João relata, datando a partir da primeira ressurreição: “E viveram e reinaram com Cristo durante mil anos” (Ap 20:4). Entendemos que esse será um reinado especial, ou com um propósito especial. Pois o reinado verdadeiro dos santos é “para todo o sempre” (Dn 7:18, 27). Como qualquer objeto terreno seria capaz de desviar nosso olhar dessa perspectiva durável e celestial?

Assim se encerram as mensagens às sete igrejas. Como é penetrante e revelador seu testemunho! Quantas lições contêm para todos os cristãos de todas as eras! E é verdadeiro, tanto no que diz respeito à última igreja quanto à primeira, que Aquele que anda em meio aos sete candelários de ouro conhece todas as suas obras. Nada se pode ocultar de Seu olhar perscrutador. E embora sejam terríveis suas ameaças aos hipócritas e aos que praticam o mal, por mais justas que sejam, como são amplas, confortantes, graciosas e gloriosas Suas promessas àqueles que O amam e O seguem com inteireza de coração!

Graciosas palavras de conselho, mensagens de amor,
Enviadas a todos os filhos da parte do altíssimo Senhor;
Preciosas são as advertências vindas do trono celestial,
À medida que se aproxima deste mundo a crise final.
Todos nós, Seus filhos, somos de indigna e fraca classe;
Puros e perfeitos devemos ser antes de ver Sua face;
Mas por nós o Salvador demonstra Seu terno cuidado,
Todas as graças celestiais por nossa compra tendo ofertado.
Que cada promessa sem limites emocione o íntimo de cada ser,
Carregando-nos por todos os tristes males que este mundo venha a conhecer,
Até alcançarmos as mansões no monte santo de Deus;
Até nos assentarmos com Jesus, em Seu glorioso trono, como filhos Seus.

APOCALIPSE 4 — UMA NOVA VISÃO: O SANTUÁRIO CELESTIAL



VERSÍCULO 1. Depois destas coisas, olhei, e eis não somente uma porta aberta no Céu, como também a primeira voz que ouvi, como de trombeta ao falar comigo, dizendo: Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas.

Nos três primeiros capítulos, João apresenta a visão que teve do Filho do homem, envolvendo uma descrição de Sua majestade e o registro de Suas palavras, as quais O ouviu pronunciar com o som de muitas águas. Agora uma nova cena e visão se abrem a nossa frente. A expressão “depois destas coisas” não denota que o registro do capítulo 4 em diante só iria acontecer após o *cumprimento* de todas as coisas relatadas nos três capítulos anteriores, mas tão somente que, após ter visto e ouvido o que fora escrito até então, ele teve outra visão que passa agora a apresentar.

Uma porta aberta no Céu. — É importante notar que João diz: “uma porta aberta *no* Céu”, não *para* o Céu. Não foi a abertura do próprio Céu perante a mente de João, como no caso de Estêvão (At 7:56); mas algum lugar, ou compartimento, dentro do Céu se abriu diante dele e recebeu permissão para contemplar aquilo que se passava lá dentro. Outros trechos do livro deixarão bem claro que esse compartimento que João viu ser aberto foi o santuário celestial.

O que deve acontecer depois destas coisas. Compare com Apocalipse 1:1. O grande objetivo do livro parece ser a apresentação de acontecimentos futuros, com o propósito de informar, edificar e confortar a igreja.

VERSÍCULO 2. Imediatamente, eu me achei em espírito, e eis armado no Céu um trono, e, no trono, Alguém sentado; 3. e Esse que Se acha assentado é semelhante, no aspecto, a pedra de jaspe e de sardônio, e, ao redor do trono, há um arco-íris semelhante, no aspecto, a esmeralda. 4. Ao redor do trono, há também vinte e quatro tronos, e assentados neles, vinte e quatro anciãos vestidos de branco, em cujas cabeças estão coroas de ouro. 5. Do trono saem relâmpagos, vozes e trovões, e, diante do trono, ardem sete tochas de fogo, que são os sete Espíritos de Deus.

Em espírito. Já deparamos com esta expressão uma vez no livro, a saber, em Apocalipse 1:10, “Achei-me em espírito, no dia do Senhor”. Nesse caso, chegamos à conclusão de que ela expressa o fato de João ter recebido a visão no sábado, ou dia do Senhor. Se, naquela ocasião, comunicou a condição de estar em visão, denota a mesma coisa aqui. Em consequência, a primeira visão termina com o capítulo 3 e uma nova é introduzida aqui. Não é contraditório a esse ponto de vista pensar que João, antes disso, conforme informa o primeiro versículo deste capítulo, se encontrava

envolto em um estado espiritual que lhe permitia olhar para cima e ver uma porta aberta no Céu, bem como ouvir uma voz semelhante ao som poderoso da trombeta chamando-o a se aproximar de uma perspectiva mais próxima das coisas celestiais. Sem dúvida, pode haver estados de êxtase independentes de uma visão, como ocorreu com Estêvão, que, cheio do Espírito Santo, olhou para cima e viu os Céus se abrirem, com o Filho do homem à destra de Deus. Encontrar-se em espírito representa um estado ainda mais avançado de elevação espiritual. Não nos é informado em que dia a visão ocorreu.

Envolto mais uma vez em uma visão celestial, o primeiro objeto que João contempla é um trono armado no Céu e o Ser divino ali assentado. A descrição da aparência desse ser, vestido nas cores mistas do jaspe, frequentemente com tom de púrpura, e do sardônio cor de sangue, sugere à mente um monarca trajando suas vestes reais. E ao redor do trono havia um arco-íris. Os dois elementos acrescentam grandeza à cena e nos lembram de que Aquele que Se assenta no trono é tanto um governante todo-poderoso e absoluto quanto o Deus que guarda sempre Sua aliança.

Os vinte e quatro anciãos. A pergunta que foi feita a João acerca de determinado grupo surge com frequência em relação a esses vinte e quatro anciãos: “Estes [...] quem são e donde vieram?” (Ap 7:13). Nota-se que eles trajam vestiduras brancas e têm uma coroa de ouro na cabeça, símbolos de um conflito terminado e de uma vitória conquistada. Com base nisso, concluímos que eles participaram da batalha cristã, trilhada no passado, em comum com todos os santos, nesta peregrinação terrena, mas conseguiram vencer. E por algum bom motivo, antes da grande multidão dos remidos, já estão usando a coroa de vencedores no mundo celestial. Aliás, eles nos dizem isso com toda clareza no cântico de louvor que, junto com os quatro seres vivos, erguem ao Cordeiro, no nono versículo do capítulo seguinte: “E entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e nos redimiste para Deus, mediante Teu sangue, de toda tribo, língua, povo e nação” (KJV). Essa música é cantada antes de ocorrerem quaisquer dos eventos proféticos dos sete selos, pois é entoada para expressar que o Cordeiro é digno de tomar o livro e abrir os selos, com base naquilo que já realizou, a saber, a redenção deles. Logo, não é mencionado aqui em antecipação, com uma aplicação futura; mas exprime um fato absoluto e consumado na vida daqueles que a cantaram. Portanto, estes consistem em uma classe de remidos desta Terra, como todos os outros serão remidos, pelo sangue precioso de Cristo.

Em alguma outra passagem nós lemos sobre esse grupo de remidos? Acreditamos que Paulo se refere à mesma companhia quando escreveu o seguinte aos efésios: “Por isso, diz: Quando Ele [Cristo] subiu às alturas, levou cativo o cativo e concedeu dons aos homens” (Ef 4:8). A Nova Versão Internacional diz que ele levou cativos “muitos prisioneiros”. Retomando os acontecimentos que ocorreram junto com a crucifixão e ressurreição de Cristo, lemos: “Abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram; e, saindo dos sepulcros depois da ressurreição de Jesus, entraram na cidade santa e apareceram a muitos” (Mt 27:52-53). Assim surge a resposta a nossa pergunta, retirada inequivocamente das páginas sagradas. Existem pessoas que saíram da sepultura por ocasião da ressurreição de Cristo, as quais foram contadas junto com a

ilustre multidão que Ele conduziu do cativeiro do domínio sombrio da morte quando ascendeu em triunfo ao alto. Mateus registra a ressurreição desses indivíduos; Paulo, sua ascensão, e João os contempla no Céu, realizando as tarefas sagradas para cuja realização foram ressuscitados.

Não estamos sós nesse ponto de vista. Wesley diz o seguinte acerca dos 24 anciãos: “Vestidos de branco. Isso e as coroas de ouro mostram que eles já haviam terminado a carreira e assumido o respectivo lugar entre os cidadãos do Céu. Em nenhum momento, são chamados de almas; logo, é provável que já tivessem o corpo glorificado. Compare com Mateus 27:52”.

Pede-se atenção especial do leitor para o fato de que os 24 anciãos são retratados como assentados em tronos. A palavra grega original é *θρόνοι*, “tronos”. Em consequência, esta passagem lança luz sobre a expressão encontrada em Daniel 7:9, “Continuei olhando, até que foram postos uns tronos”. São os mesmos tronos e, conforme demonstrado nos comentários sobre o texto de Daniel, o sentido, que pode ser deduzido com base numa tradução equivocada na KJV, não é de que os tronos foram derrubados, ou “lançados ao chão” [*cast down*], mas, sim, postos ou estabelecidos. A imagem usada pela KJV é extraída do costume oriental de lançar ao chão, ou colocar, tapetes ou divãs para que os convidados de honra se assentassem. Supõe-se que esses 24 anciãos (ver os comentários do capítulo 5) sejam auxiliares de Cristo em Sua obra de mediador no santuário celestial. E quando a cena de juízo relatada em Daniel 7:9 começou no lugar santíssimo, seus assentos, ou tronos, foram ali colocados, de acordo com o testemunho da passagem.

As sete tochas de fogo. — Essas lâmpadas de fogo correspondem a um antítipo apropriado do candelabro de ouro do santuário típico, com suas sete lâmpadas que nunca paravam de queimar. Por direcionamento divino, esse candelabro foi colocado no primeiro compartimento do santuário terrestre (Êx 25:31-32, 37; 26:35; 27:20, etc.). Agora João nos conta que uma porta se abriu no Céu e, no compartimento que foi revelado, ele viu o antítipo do candelabro do santuário terrestre. Trata-se de uma boa prova de que ele estava vendo o primeiro compartimento do santuário celestial.

VERSÍCULO 6. Há diante do trono um como que mar de vidro, semelhante ao cristal, e também, no meio do trono e à volta do trono, quatro seres vivos cheios de olhos por diante e por detrás. 7. O primeiro ser vivo é semelhante a leão, o segundo, semelhante a novilho, o terceiro tem o rosto como de homem, e o quarto ser vivo é semelhante à águia quando está voando. 8. E os quatro seres vivos, tendo cada um deles, respectivamente, seis asas, estão cheios de olhos, ao redor e por dentro; não têm descanso, nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, Aquele que era, que é e que há de vir. 9. Quando esses seres vivos derem glória, honra e ações de graças ao que Se encontra sentado no trono, ao que vive pelos séculos dos séculos, 10. os vinte e quatro anciãos prostrar-se-ão diante Daquele que Se encontra sentado no trono, adorarão o que vive pelos séculos dos séculos e depositarão as suas coroas diante do trono, proclamando: 11. Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas Tu criaste, sim, por causa da Tua vontade vieram a existir e foram criadas.

O mar de vidro. Não feito de vidro, mas, sim, uma ampla expansão semelhante ao vidro, isto é, transparente, brilhante, de acordo com Greenfield. Essa ideia é desenvolvida ainda mais mediante a comparação com o cristal, cuja definição é “qualquer objeto concreto e transparente, como o gelo ou o vidro”. A posição desse mar demonstra que ele não apresenta nenhuma analogia com a pia do antigo cerimonial típico.

Pode passar debaixo do trono, ser seu fundamento e até ir além, transformando-se no fundamento da própria cidade. Ele é trazido à tona novamente em Apocalipse 15:2, como o lugar onde os vencedores, em meio à alegria e ao êxtase da vitória final, logo se posicionarão.

Os quatro seres viventes. A palavra grega usada, ζῶον, denota uma criatura viva. Bloomfield diz:

“Quatro criaturas vivas’ (não *bestas*, [conforme se encontra na KJV]). Heinr traduz da mesma maneira. [...] A adequação dessa correção é, creio eu, aceita unanimemente entre os comentaristas. A palavra é bem diferente de θηρίον, usada para designar as bestas proféticas do capítulo 13 em diante (Scholefield.) Deve-se acrescentar que Bulkeley reúne diversos exemplos para denotar não só criatura, mas um ser humano, especialmente um extraído de Orígenes, que o usa a respeito do Senhor Jesus.”

O primeiro capítulo de Ezequiel usa imagens semelhantes. As qualidades que os emblemas parecem representar são força, perseverança, razão e agilidade –força de afeição, perseverança em cumprir as exigências do dever, razão para compreender a vontade divina e agilidade em obedecer. Esses seres viventes se encontram ainda mais intimamente conectados com o trono do que os 24 anciãos. São representados no meio e em volta deles. Assim como os anciãos, em seu cântico ao Cordeiro, eles O louvam por tê-los redimido da Terra. Logo, pertencem ao mesmo grupo e representam uma parte da grande multidão, que, conforme já descrito (ver comentários sobre o versículo 4), foi elevada às alturas, tendo sido retirada do cativeiro da morte. Confira os comentários de Apocalipse 5:8 acerca do objetivo de sua redenção.

Não têm descanso. “Oh! Desassossegado feliz!”, exclama belamente John Wesley; e o tema de sua adoração constante é: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, Aquele que era, que é e que há de vir”. Nenhuma melodia mais sublime do que essa já saiu de lábios criados. E eles a repetem dia e noite, ou seja, o tempo inteiro. Tais termos apenas denotam nosso modo de calcular o tempo aqui, pois não pode haver noite onde se encontra o trono de Deus.

Nós, mortais, somos propensos a nos cansar da repetição do simples testemunho que aqui transmitimos sobre a bondade e a misericórdia de Deus. E, às vezes, nos sentimos tentados a não dizer nada, pois é impossível falar algo novo a cada momento. Não deveríamos então aprender uma lição valiosa com o comportamento desses seres santos celestiais, que nunca se cansavam da repetição incessante das palavras “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso”, e que nunca enjoavam de tais palavras, pois seu coração sempre resplandecia com o senso de Sua santidade, bondade e Seu amor? O louvor para eles não se torna monótono, pois a cada declaração adquirem nova visão dos atributos do Todo-Poderoso. Alcançam maior elevação da visão de Suas perfeições; o horizonte se expande diante deles; o coração se alarga; e as novas emoções de ado-

ração, provenientes dessa nova perspectiva, extraem deles uma renovada declaração de sua santa saudação, nova até para si próprios: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso”.

O mesmo deve ocorrer conosco aqui. Embora sejam repetidas com frequência declarações referentes à bondade, à misericórdia e ao amor de Deus, o valor dessa verdade e as atrações do mundo por vir não deveriam cansar nossos ouvidos, pois deveríamos, em todo período de nossa existência, elevar-nos a novas concepções das bênçãos que tais temas gloriosos abarcam.

Leia os comentários de Apocalipse 1:4 acerca da expressão “Aquele que era, que é e que há de vir”.

“Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder”. Nunca seremos capazes de avaliar quão digno, até que, assim como os seres santos que proferem essas palavras, sejamos transformados para a imortalidade e apresentados sem mácula perante a presença de Sua glória (Jd 24).

Todas as coisas Tu criaste. As obras da criação fornecem o fundamento para a honra, a glória e o poder atribuídos a Deus. “Por causa da Tua vontade”, διὰ τὸ θέλημά σου, elas existem a foram criadas. Deus desejou e todas as coisas passaram a existir; e pelo mesmo poder elas são preservadas e sustentadas.

APOCALIPSE 5 — O SANTUÁRIO CELESTIAL (CONTINUAÇÃO)



VERSÍCULO 1. Vi, na mão direita Daquele que estava sentado no trono, um livro escrito por dentro e por fora, de todo selado com sete selos.

Um novo capítulo se inicia, mas não uma nova cena. A mesma visão continua a passar pela mente do apóstolo. As palavras “Daquele que estava sentado no trono” se referem, sem dúvida, ao Pai, uma vez que o Filho é posteriormente apresentado com as palavras “Cordeiro como tendo sido morto”. O livro que João viu continha uma revelação das cenas que ocorreriam na história da igreja até o fim dos tempos. O fato de estar na mão direita Daquele que estava sentado no trono pode significar que o conhecimento do futuro pertence somente a Deus, exceto quando Ele julga apropriado revelá-lo a outros.

O livro. Os livros usados na época em que o Apocalipse foi escrito não tinham o mesmo formato dos atuais. Não consistiam em uma série de folhas encadernadas juntas. Em vez disso, eram compostos de tiras de pergaminho ou outro material, longas ou mais curtas, uma ou mais, e enroladas. A esse respeito, Wesley observa:

“Os livros dos antigos não costumavam ser como os nossos, mas eram volumes, ou longos pedaços de pergaminhos, enrolados em uma vara comprida, da mesma maneira que temos o hábito de enrolar a seda. O livro apresentado era assim e estava selado com sete selos. Não que o apóstolo tenha visto todos os selos de uma vez, mas havia sete volumes enrolados, um dentro do outro, cada um deles selado. Assim, ao se abrir e desenrolar o primeiro, o segundo aparecia selado, e assim por diante, até o sétimo.

Falando sobre o mesmo tema, Scott comenta:

“Parece se tratar de um rolo contendo vários pergaminhos, de acordo com o costume daquela época. E embora se afirme que estava escrito por dentro, isso só seria possível depois que os selos fossem soltos. Constatou-se então que ele continha sete pergaminhos ou volumes pequenos, cada um deles separadamente selado. Mas se todos os selos estivessem do lado de fora, nada poderia ser lido até que todos fossem soltos. Em vez disso, porém, a soltura de cada selo foi acompanhada da descoberta de parte do conteúdo do rolo. No entanto, o aspecto exterior parecia indicar que ele era formado por sete partes, ou pelo menos por várias partes.”

Bloomfield afirma: “Os longos *rolos* de pergaminhos usados pelos antigos, que chamamos de *livros*, raramente eram escritos dos dois lados. O lado usado costumava ser o que ficava enrolado para dentro”. Portanto, sem dúvida, este livro não era escrito por dentro e por fora, conforme a pon-

tuação das versões em geral deixa transparecer. “Grotius, Lowman, Fuller, etc.,” diz a Cottage Bible, “mudam a vírgula de lugar, ficando o texto assim: ‘escrito por dentro, e por fora de todo selado.’ A disposição dos selos está mais do que explicada pelas notas de Wesley e Scott, citadas acima.

VERSÍCULO 2. Vi, também, um anjo forte, que proclamava em grande voz: Quem é digno de abrir o livro e de lhe desatar os selos? 3. Ora, nem no Céu, nem sobre a Terra, nem debaixo da Terra, ninguém podia abrir o livro, nem mesmo olhar para ele; 4. e eu chorava muito, porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, nem mesmo de olhar para ele.

O desafio. É como se Deus segurasse esse livro diante de todo o universo, e um anjo forte, sem dúvida de grande eminência e poder, irrompesse clamando com voz poderosa, desafiando todas as criaturas a provar a força de sua sabedoria para abrir os conselhos de Deus. Quem seria digno de abrir o livro e retirar seus selos? Segue-se uma pausa. Em silêncio, o universo reconhece a própria incapacidade e indignidade de penetrar nos conselhos do Criador. “Ninguém”, οὐδείς, seja homem ou qualquer ser celestial, podia abrir o livro. Não encontramos aqui provas de que as faculdades dos anjos são limitadas, assim como as dos seres humanos, no que diz respeito a perscrutar o futuro e desvendar o que está por vir? Quando o apóstolo viu que ninguém se apresentou para abrir o livro, temeu grandemente que os conselhos que este continha acerca do povo do Senhor nunca seriam revelados. Na fragilidade natural de seus sentimentos e preocupado com a igreja, chorou muito. Wesley diz: “Como estão distantes do comportamento de São João aqueles que investigam qualquer outra coisa, menos o conteúdo deste livro!”

Benson faz o belo comentário a seguir a respeito das palavras “e eu chorava muito”:

“Extremamente afetado pelo pensamento de que ninguém fosse considerado capaz de entender, revelar e cumprir os conselhos divinos, temeu que permanecessem ocultos da igreja. O choro do apóstolo foi fruto da grandeza de sua mente. A ternura de coração que sempre possuía apareceu com maior clareza, agora que ele se encontrava desprovido de poder próprio. O Apocalipse não foi escrito sem lágrimas, tampouco sem lágrimas ele será compreendido.”

VERSÍCULO 5. Todavia, um dos anciãos me disse: Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos. 6. Então, vi, no meio do trono e dos quatro seres viventes e entre os anciãos, de pé, um Cordeiro como tendo sido morto. Ele tinha sete chifres, bem como sete olhos, que são os sete Espíritos de Deus enviados por toda a terra. 7. Veio, pois, e tomou o livro da mão direita Daquele que estava sentado no trono;

Não foi permitido que João chorasse por muito tempo. Deus não deseja que permaneça oculto qualquer conhecimento que possa beneficiar Seu povo. Providências foram tomadas para a abertura do livro. Por isso, um dos anciãos lhe disse: “Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos”. Não é mencionado por que um dos anciãos transmitiu essa informação a João, em vez de algum outro ser, a menos que, por

fazer parte do grupo de remidos, ele também tivesse interesse especial em tudo que diz respeito ao bem-estar da igreja na Terra. Cristo é aqui chamado de “Leão da tribo de Judá”. Por que leão? E por que da tribo de Judá? Quanto ao primeiro elemento, provavelmente para denotar Sua força. Como o leão é o rei dos animais, o monarca da floresta, ele se torna um emblema adequado de autoridade e poder real. “Da tribo de Judá”: sem dúvida, esse título provém da profecia encontrada em Gênesis 49:9, 10.

A raiz de Davi. A fonte e o mantenedor de Davi em sua posição de poder. Não há dúvida de que a posição de Davi foi especialmente ordenada por Cristo e sustentada de modo especial por Ele. Davi foi o tipo e Cristo, o antítipo. O trono e o reinado de Davi sobre Israel foram um tipo do reinado de Cristo sobre Seu povo. Ele reinará sobre o trono de Seu pai Davi (Lc 1:32, 33). Assim como Cristo apareceu na linhagem dos descendentes de Davi quando tomou sobre Si nossa natureza, Ele também é chamado de geração de Davi e um rebento do tronco de Jessé (Is 11:1-10; Ap 22:16). Sua conexão com o trono de Davi é assim estabelecida, demonstrando-se dessa maneira Seu direito de governar sobre o povo de Deus. Logo, era apropriado que a Ele fosse confiada a abertura dos selos.

Venceu. Essa palavra indica que o direito de abrir o livro foi adquirido por uma vitória obtida em algum conflito anterior. Esse pensamento é expresso em partes posteriores deste capítulo. A cena seguinte imediatamente nos introduz à grande obra de Cristo como Redentor do mundo e ao derramamento de Seu sangue para a remissão dos pecados e salvação da humanidade. Nessa obra, Ele foi submetido aos mais ferozes ataques de Satanás. Mas suportou as tentações, carregou as agonias da cruz, levantou-Se vitorioso da morte e da sepultura, abriu o caminho certo para a redenção — em suma, triunfou! É por isso que os quatro seres vivos e os 24 anciãos cantam: “Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o Teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação”.

João olhou em busca do Leão da tribo de Judá e contemplou um Cordeiro, no meio do trono e dos quatro seres vivos e entre os anciãos, como tendo sido morto.

No meio do trono. Doddridge traduz da seguinte maneira: “E contemplei no espaço que ficava entre o trono e os quatro seres vivos, e no meio dos anciãos Se encontrava um Cordeiro”, etc. No centro da cena se encontrava o trono do Pai e, no espaço aberto que cercava esse trono, estava o Filho, anunciado mediante o símbolo de um cordeiro sacrificado. Em volta Deles, achavam-se os santos remidos; primeiro, os representados pelos quatro seres vivos, e depois os anciãos, formando um segundo círculo, e os anjos (v. 11) formando um terceiro círculo. A dignidade de Cristo, ao Se apresentar mediante a figura de um cordeiro morto, desperta a admiração de todo o grupo santo.

Como tendo sido morto. Woodhouse, conforme citado no *Comprehensive Commentary*, diz: “O grego sugere que o Cordeiro apareceu com o pescoço e a garganta feridos, como se tivesse sofrido um golpe no altar como vítima”. Acerca dessa expressão, Clarke diz:

“Como se estivesse sendo oferecido agora. Isso é muito extraordinário. A oferta de sacrifício de Cristo é tão importante aos olhos de Deus que Ele ainda é representado como se estivesse no meio do ato de derramar o próprio sangue pelas transgressões da humanidade. Isso é extremamente favorável à fé. Quando qualquer alma se aproxima do trono da graça, encontra o sacrifício já providenciado para poder ofertar a Deus.

Sete chifres e sete olhos. Chifres são símbolos de poder; já os olhos, de sabedoria. E o sete é o número que representa inteireza ou perfeição. Dessa maneira, aprendemos que poder e sabedoria perfeitos são inerentes ao Cordeiro, por intermédio da operação do Espírito de Deus, chamado de “sete Espíritos de Deus”, a fim de denotar a plenitude e a perfeição dessa operação.

Veio, pois, e tomou o livro. Alguns comentaristas percebem uma incongruência na ideia de um cordeiro tomar o livro, recorrendo a diferentes recursos para evitar a dificuldade. Mas não é um princípio bem consolidado o fato de que se pode atribuir a um símbolo qualquer ação que possa ser desempenhada de maneira apropriada pela pessoa ou pelo ser que este representa? Não é essa toda a explicação de que essa passagem necessita? Sabemos que o Cordeiro é símbolo de Cristo. Sabemos também que não há nada de incongruente em Cristo tomar um livro. Ao ler que o livro foi tomado, pensamos na ação não como sendo realizada por um cordeiro, mas, sim, por Aquele a quem o cordeiro simboliza.

VERSÍCULO 8. e, quando tomou o livro, os quatro seres viventes e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos, 9. e entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e nos redimiste para Deus, mediante Teu sangue, de toda tribo, língua, povo e nação, e para o nosso Deus nos constituíste reino e sacerdotes; e reinaremos sobre a Terra (KJV).

Taças de ouro cheias de incenso. Esta expressão nos dá ideia da ocupação dos remidos representados pelos quatro seres viventes e os 24 anciãos. Eles têm taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos. Essa é a obra do ministério realizado pelos sacerdotes.

Scott afirma:

“Fica incontestavelmente claro que os quatro seres viventes participam do louvor ao Cordeiro, ou melhor, o lideram, porque Este os redimiu para Deus. Isso prova, sem sombra de dúvidas, que esse emblema faz referência a uma parte da igreja remida, não aos anjos, cuja adoração é apresentada em seguida, mas com uma linguagem bastante diferente.”

A. Barnes, em suas observações sobre essa passagem, comenta: “A ideia aqui, portanto, é que os representantes da igreja no Céu, mencionados como ‘sacerdotes’, são descritos ministrando no templo celestial em favor da igreja na Terra, ofertando incenso enquanto a igreja se engaja em oração”.

O leitor deve lembrar que, no serviço típico antigo, o sumo sacerdote tinha muitos auxiliares. Ao levar em conta que estamos agora olhando para o santuário do Céu, segue-se de imediato a conclusão de que esses remidos são auxiliares de nosso grande Sumo Sacerdote do alto. Sem dúvida, foram redimidos para essa finalidade. E haveria algo mais apropriado do que nosso Senhor, em Sua obra sacerdotal em prol da raça humana, ser auxiliado por nobres membros da humanidade, cuja santidade de vida e pureza de caráter os habilitou a ser elevados para esse propósito? (Ver os comentários sobre Daniel 4:4).

Temos consciência de que muitos sentem grande aversão à ideia de haver qualquer coisa real e tangível no Céu; e já podemos adiantar com facilidade que os pontos de vista aqui apresentados serão considerados literais em demasia para tais pessoas. A fim de sustentar sua posição, demoram-se muito no fato de que a linguagem é extremamente figurada e não podemos supor que existem ou já existiram no Céu as coisas que João descreve. A estes, respondemos que, muito embora o Apocalipse apresente diversas *figuras*, não é um livro de *ficção*. Há realidade em todas as coisas descritas. E conseguimos compreender a realidade quando interpretamos as figuras de forma correta. Assim, nesta visão, sabemos que é Deus quem está no trono. Ele realmente Se encontra lá. Sabemos que o Cordeiro simboliza Cristo. Ele também está ali de verdade. Ascendeu com um corpo literal e tangível. E quem é capaz de dizer que Ele não o conserva mais? Logo, se nosso grande Sumo Sacerdote é um ser literal, Ele deve ter um lugar literal para ministrar.

E se os quatro seres vivos e os 24 anciãos representam aqueles a quem Cristo tirou do cativeiro da morte por ocasião de Sua ressurreição e ascensão, por que não corresponderiam a seres tão literais lá no Céu quanto eram ao ascenderem?

O cântico. Ele é chamado de “novo cântico”, provavelmente considerado novo por causa da ocasião e composição. Os seres vivos e os anciãos foram os primeiros que puderam cantá-lo, por serem os primeiros redimidos. Eles se denominam reino e sacerdotes. Já explicamos em que sentido eles são sacerdotes, por atuarem como auxiliares de Cristo em Sua obra sacerdotal. Sem dúvida, é no mesmo sentido que são reis, pois Cristo foi estabelecido com Seu Pai no trono. Com certeza, como ministros Seus, eles desempenham alguma parte ligada ao governo do Céu no que diz respeito a este mundo.

A expectativa. “Reinaremos sobre a Terra”. Dessa forma, embora já estejam redimidos, cercando o trono de Deus, na presença do Cordeiro que os remiu e cercados pelas hostes angelicais do Céu, onde tudo se resume em glória inefável, o cântico contempla uma condição ainda mais elevada, no momento em que a obra da redenção terminar e eles, juntamente com toda a família dos remidos de Deus, de todas as eras, reinarão sobre a Terra, que é a herança prometida e será a residência definitiva e eterna dos santos (Rm 4:13; Gl 3:29; Sl 37:11; Mt 5:5; 2 Pd 3:13; Is 65:17-25; Ap 21:1-5).

VERSÍCULO 11. Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres vivos e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares, 12. proclamando em grande voz: Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor.

O santuário celestial. Como é pequena nossa concepção da magnitude e da glória do templo celestial! João foi levado a esse templo no início do capítulo 4, por meio da porta que se abriu no Céu. É importante lembrar que, nos versículos 11 e 12, ele continua olhando para o mesmo templo. E agora contempla as hostes celestiais: 1) Ao redor do trono se encontram aqueles representados pelos quatro seres vivos. 2) Em seguida, vêm os 24 anciãos. 3) Então João contempla, em volta de todos, uma multidão de anjos celestes. Quantos? Quantos supomos que poderiam se reunir dentro do templo celestial? “Milhões de milhões”, ou “dez mil vezes dez milhares” (KJV), exclama o profeta. Só por meio da última expressão temos cem milhões! E então, como se nenhuma expressão numérica fosse adequada para explicar a incontável multidão, ele ainda acrescenta: “e milhares de milhares”. Paulo chamou muito bem essa grande reunião, em Hebreus 12:22, de “incontáveis hostes de anjos”. E eles se encontravam no santuário celestial. Esse era o grupo que João viu reunido no lugar que consiste no centro de adoração do universo, onde o plano extraordinário da redenção humana segue adiante até ser concluído. O alvo central dessa inumerável e santa multidão era o Cordeiro de Deus; e o ato central de Sua vida, que despertou tamanha admiração, foi o derramamento de Seu sangue para a salvação da humanidade caída. Assim, todas as vozes em todas aquelas hostes celestiais se uniram no louvor que então se ergueu: “Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor”. Uma reunião extremamente adequada para o local! Um cântico apropriado de adoração entoado Àquele que, ao derramar Seu sangue, Se tornou resgate de muitos e que, no papel de nosso grande Sumo Sacerdote, continua a suplicar, mediante Seus méritos, no santuário celestial em nosso benefício. E ali, perante tão augusta assembleia, nosso caráter passará por sua revisão final. Quem nos preparará para a minuciosa prova? O que nos capacitará a nos levantar e permanecer de pé afinal, junto com a multidão sem pecado acima descrita? Oh, os méritos infinitos do sangue de Cristo! Só Ele pode nos purificar de todas as nossas poluições e nos deixar prontos para trilhar o caminho que leva ao monte santo de Sião! Oh, graça infinita de Deus! Ela nos prepara para receber a glória e nos dá ousadia para entrar em Sua presença com extrema alegria!

VERSÍCULO 13. Então, ouvi que toda criatura que há no Céu e sobre a Terra, debaixo da Terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos. 14. E os quatro seres vivos respondiam: Amém! Também os anciãos prostraram-se e adoraram.

O universo purificado. No versículo 13, encontramos um exemplo do que acontece com muita frequência nas Escrituras, a saber, uma declaração retirada de sua ordem cronológica com o objetivo de concluir alguma declaração ou alusão anterior. Nesse caso, antecipa-se o tempo no

qual a redenção será terminada. No versículo 10, os quatro seres vivos e os 24 anciãos haviam declarado: “Reinaremos sobre a Terra”. Agora a mente do profeta é conduzida adiante para essa ocasião. Depois que o maior ato da intervenção de Cristo em prol da humanidade, a saber, o derramamento de Seu sangue, foi introduzido, nada poderia ser mais natural do que a visão contemplar, por um momento, a ocasião em que se cumprirá o grande resultado da obra inaugurada naquela ocasião e na qual o universo será liberto do pecado e dos pecadores, e um cântico universal subirá a Deus e ao Cordeiro.

É inútil tentar aplicar isso à igreja em sua condição atual, como faz a maior parte dos comentaristas, ou a qualquer momento do passado desde que o pecado entrou no mundo, ou até mesmo desde que Satanás caiu de sua elevada posição como anjo de luz e amor no Céu. Pois, no momento do qual João fala, *toda criatura* no Céu e na Terra, sem exceção, entoava o hino bendizendo a Deus. Mas no que diz respeito somente a este mundo desde a queda, maldições, em vez de bênçãos, têm sido proferidas contra Deus e Seu trono por parte da grande maioria de nossa raça apóstata. E assim continuará a ser enquanto o pecado reinar.

Portanto, só encontramos lugar para essa cena que João descreve se formos para o futuro, de acordo com o ponto de vista defendido acima, até o momento em que todo o plano da redenção estiver terminado e os santos receberem seu reino prometido na Terra, ocasião na qual os seres vivos e os anciãos concentraram suas expectativas, conforme o cântico do versículo 10. Com isso em mente, tudo fica harmonioso e claro. Esse reinado na Terra começa após a segunda ressurreição (Dn 7:27; 2Pd 3:13; Ap 21:1). Nessa ressurreição, que ocorrerá mil anos depois da primeira (Ap 20:4-5), ocorrerá a perdição dos seres humanos incrédulos (2Pd 3:7). Então descerá fogo do Céu, da parte de Deus, e os devorará (Ap 20:9); e esse fogo que ocasionará a perdição dos incrédulos é o mesmo que derrete e purifica a Terra, conforme descobrimos em 2 Pedro 3:7-13. Então pecado e pecadores serão destruídos, a Terra será purificada, a maldição, com todas as suas calamidades, desaparecerá para sempre, os justos “resplandecerão como o sol, no reino de seu Pai” e, de um universo limpo, subirá um hino de louvor e gratidão a Deus. Em todo o formidável domínio do grande Criador, não haverá então espaço para um vasto lago de fogo e enxofre, no qual miríades, preservados pelo poder direto de um Deus misericordioso, queimarão e se contorcerão de dor em indizível tormento eterno. Nesse alegre cântico de júbilo, não haverá espaço para o lamento dissonante e sem esperança dos perdidos, ou para as maldições e blasfêmias dos que estão pecando e sofrendo além de qualquer esperança. Todas as vozes rebeldes foram silenciadas pela morte. Foram queimadas, tanto a raiz quanto os ramos — Satanás e seus seguidores, enganador e enganados (Ml 4:1; Hb 2:14). Consumiram-se e se transformaram em fumaça (Sl 37:20). Como a palha perecível, desapareceram nas chamas (Mt 3:12). Foram aniquilados, não como matéria, mas como seres conscientes e inteligentes, pois passaram a ser como se nunca houvessem existido (Ob 1:16).

Ergue-se então louvor neste cântico de adoração ao Cordeiro e também ao Pai que Se assenta no trono.¹

Voltando da gloriosa cena antecipada no versículo 13 para os acontecimentos dentro do santuário celestial, bem à sua frente, o profeta ouve os quatro seres vivos exclamarem “Amém!”

¹ Nota dos editores da versão em português: Como referido na nota 1, na página 269, o autor não havia chegado a uma compreensão correta sobre a eternidade de Cristo. O texto original da versão de 1897 acrescentava: “Os comentaristas, em grande unanimidade, se apegam a isso como prova de que Cristo sempre coexistiu com o Pai, pois, caso contrário, haveria aqui louvor a uma criatura que só seria devido ao Criador. Mas esta não parece ser uma conclusão necessária. As Escrituras deixam bastante claro que a existência de Cristo teve um princípio (Jo 1:1), ao passo que a do Pai, não (ver os comentários sobre Apocalipse 3:14, nos quais se demonstra que Cristo não é um ser criado). Mas embora Ele não possua coeternidade de existência passada com o Pai, o início de Sua existência, como unigênito do Pai, é anterior a toda a obra da criação, da qual Ele participou como cocriador ao lado de Deus (Jo 1:3; Hb 1:2). O Pai não poderia ordenar que tal ser pudesse receber adoração igual à que é devida a Si próprio, sem que isso seja considerado idolatria da parte do adorador? Deus O elevou a posições que tornam apropriada Sua adoração e até ordenou que adoração fosse rendida a Ele. Isso não seria necessário caso fosse igual ao Pai em eternidade de existência. O próprio Cristo declarou: ‘Porque assim como o Pai tem vida em Si mesmo, também concedeu ao Filho ter vida em Si mesmo’ (Jo 5:26). O Pai ‘O exaltou sobremaneira e Lhe deu o nome que está acima de todo nome’ (Fl 2:9). E o próprio Pai disse: ‘E todos os anjos de Deus O adorem’ (Hb 1:6). Esses testemunhos mostram que Cristo é agora alvo de adoração da mesma forma que o Pai, mas não provam que, junto com Ele, detém uma eternidade de existência passada.” Um ano depois, essa concepção errônea acerca da eternidade de Cristo foi corrigida por Ellen White: “Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 530).

APOCALIPSE 6 — OS SETE SELOS



VERSÍCULO 1. Vi quando o Cordeiro abriu um dos sete selos e ouvi um dos quatro seres viventes dizendo, como se fosse voz de trovão: Vem! 2. Vi, então, e eis um cavalo branco e o seu cavaleiro com um arco; e foi-lhe dada uma coroa; e ele saiu vencendo e para vencer.

Depois de pegar o livro, o Cordeiro começa imediatamente a abrir os selos. A atenção do apóstolo é voltada para as cenas que se passam sob cada selo. Conforme já observado, o número sete, nas Escrituras, denota inteireza e perfeição. Logo, os sete selos abrangem o todo de determinada classe de eventos, até chegar ao fim do tempo da graça. Portanto, afirmar, como o fazem alguns, que os selos representam uma série de acontecimentos até a época de Constantino e as sete trombetas seriam outra série desse período em diante não pode ser correto. As trombetas simbolizam uma série de acontecimentos que ocorrem concomitantemente aos eventos dos selos, mas de natureza completamente diferente. Trombeta é símbolo de guerra; assim, as trombetas denotam grandes comoções políticas que aconteceriam entre as nações durante a era evangélica. Os selos abordam eventos de caráter religioso e abarcam a história da igreja desde o início da era cristã até a volta de Jesus.

Comentaristas já indagaram como essas cenas foram representadas perante o apóstolo. Foi somente uma descrição por escrito dos acontecimentos que foi lida para ele à medida que cada selo era aberto? Ou tratou-se de uma ilustração gráfica dos eventos que o livro continha, a qual lhe foi apresentada à medida que os selos eram abertos? Ou ainda consistiu em uma representação cênica que se passou em sua frente, com diferentes atores aparecendo para desempenhar seus papéis? Barnes decide por chamá-los de ilustrações gráficas, pois pensa que uma mera descrição escrita não explicaria a linguagem usada pelo apóstolo ao expressar o que ele viu; e apenas uma representação cênica não teria ligação nenhuma com a abertura dos selos. Mas há duas objeções sérias ao ponto de vista defendido pelo Dr. Barnes: 1) afirma-se que o livro estava apenas “escrito por dentro” (Ap 5:1), e nenhuma referência é feita a ilustrações gráficas; e 2) João viu os personagens que compuseram as diversas cenas, não fixos e imóveis sobre uma tela, mas vivos e em movimento, ativamente engajados nos papéis que lhes foram atribuídos. A posição que nos parece mais consistente é que o livro continha o registro dos acontecimentos que estavam por vir; e quando os selos eram abertos e o relato vinha à tona, as cenas eram apresentadas a João, não por meio da leitura da descrição, mas, sim, pela representação do que era narrado no livro, passando por sua mente em personagens vivos, no lugar onde a realidade deveria ocorrer, a saber, na Terra.

O primeiro símbolo, um cavalo branco, e o cavaleiro com um arco, a quem a coroa é dada e sai vencendo e para vencer, é um emblema apropriado dos triunfos do evangelho no primeiro

século desta dispensação. A brancura do cavalo denota a pureza da fé nessa era. A coroa que o cavalo recebe e o fato de sair vencendo e para vencer, ou seja, para fazer ainda outras conquistas, simbolizam o zelo e o sucesso com os quais a verdade foi promulgada pelos primeiros ministros. Há quem faça objeção a essa ideia, dizendo que os ministros de Cristo e o progresso do evangelho não poderiam ser adequadamente representados por símbolos tão bélicos. Perguntamos, porém: quais símbolos conseguiriam representar melhor o cristianismo do que seu avanço como um princípio assertivo contra os imensos sistemas de erro com os quais precisou contender em seus primórdios? O cavaleiro sobre seu cavalo prosseguiu adiante. Para onde? Sua comissão era ilimitada, já que o evangelho devia ser levado a todo o mundo.

VERSÍCULO 3. Quando abriu o segundo selo, ouvi o segundo ser vivente dizendo: Vem! 4. E saiu outro cavalo, vermelho; e ao seu cavaleiro, foi-lhe dado tirar a paz da Terra para que os homens se matassem uns aos outros; também lhe foi dada uma grande espada.

É possível que a primeira característica que se nota nesses símbolos é o contraste na cor dos cavalos. Sem dúvida, isso foi feito para transmitir algum significado. Se a brancura do primeiro cavalo denotava a pureza do evangelho durante o período que o símbolo abrange, a vermelhidão do segundo significa que foi nessa época que a pureza original começou a ser corrompida. O mistério da iniquidade já se encontrava em operação nos dias de Paulo. E, ao que tudo indica, a professa igreja de Cristo havia se corrompido tanto que era necessária uma mudança na cor do símbolo. Erros começaram a surgir. O mundanismo se alojou. O poder eclesiástico procurou entrar em aliança com o secular. O resultado foram problemas e comoções. O espírito desse período chegou ao clímax nos dias de Constantino, o primeiro imperador supostamente cristão, cuja conversão ao cristianismo é datada por Mosheim do ano 323 d.C (*Ecclesiastical Commentaries*).

Acerca desse período, o Dr. Rice comenta:

“Ele representa um período secular, ou uma união entre igreja e Estado. Constantino auxiliou o clero, que passou a lhe dever favores. Ele legislou em prol da igreja, convocou o Concílio de Niceia e foi muito proeminente nesse concílio. Constantino, não o evangelho, teve a glória de derrubar os templos pagãos. O estado recebeu a glória, em vez da igreja. Constantino promulgou decretos contra alguns erros e foi louvado. Também lhe permitiram prosseguir e introduzir muitos outros erros, bem como se opor a verdades importantes. Surgiram controvérsias e, quando um novo imperador assumiu o trono, o clero se apressou em colocá-lo do lado de suas doutrinas peculiares. Acerca desse período, Mosheim declara: ‘Havia guerras e perturbações contínuas.’”

Essa situação corresponde bem à declaração do profeta de que quem montou o cavalo recebeu poder para “tirar a paz da Terra para que os homens se matassem uns aos outros; também lhe foi dada uma grande espada”. O cristianismo da época havia subido ao trono e passou a carregar consigo o emblema do poder civil.

VERSÍCULO 5. Quando abriu o terceiro selo, ouvi o terceiro ser vivente dizendo: Vem! Então, vi, e eis um cavalo preto e o seu cavaleiro com uma balança na mão. 6. E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes dizendo: Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho.

Como a obra de corrupção progride com rapidez! Que contraste de cores entre este símbolo e o primeiro: um cavalo preto — bem o oposto do branco! Esse símbolo deve denotar um período de imensas trevas e corrupção moral. Mediante os acontecimentos do segundo selo, o caminho foi completamente aberto para a consolidação do estado de coisas aqui apresentado. O tempo que se passou entre o reinado de Constantino e o estabelecimento do papado, em 538 d.C., pode ser corretamente considerado o período em que os erros mais negros e as superstições mais grosseiras tomaram conta da igreja. Ao falar sobre a época que veio logo depois dos dias de Constantino, Mosheim declara:

“Essas vãs ficções, que o apego à filosofia platônica e às opiniões populares haviam levado a maior parte dos mestres cristãos a adotar antes da época de Constantino, foram agora confirmadas, ampliadas e adornadas de várias maneiras. Assim surgiu a extravagante veneração aos santos mortos, bem como a noção absurda de certo fogo destinado a purificar almas separadas, a qual prevalecia então e deixava marcas públicas para ser vistas em toda parte. Além disso, iniciou-se o celibato dos sacerdotes e a adoração de imagens e relíquias, que, no decorrer do tempo, quase que destruiu a religião cristã por completo, ou, no mínimo, ofuscou seu brilho e corrompeu sua essência da maneira mais deplorável. Uma enorme sucessão de superstições substituiu aos poucos a religião verdadeira e a espiritualidade genuína. Essa revolução odiosa se deve a diversas causas: uma precipitação ridícula em aceitar novas opiniões, o desejo irracional de imitar ritos pagãos e a mistura deles à adoração cristã, bem como a propensão ociosa que a humanidade em geral tem a uma religião pomposa e cheia de ostentação. Tudo isso contribuiu para estabelecer o reinado da superstição sobre as ruínas do cristianismo. Em consequência, peregrinações pela Palestina eram frequentes, assim como visitas à sepultura dos mártires, como se somente nesses lugares fosse possível encontrar os princípios sagrados da virtude e a esperança indubitável da salvação. Depois que as rédeas foram soltas à superstição, a qual não tem limites, conceitos absurdos e cerimônias vãs começaram a se multiplicar quase que diariamente. Carregamentos de terra e pó eram transportados da Palestina e de outros lugares distintos por sua suposta santidade, para depois serem entregues como os mais poderosos remédios contra a violência de espíritos maus. Eram vendidos e comprados em toda parte a um preço altíssimo. As procissões públicas e as súplicas por meio das quais os pagãos tentavam apaziguar seus deuses passaram a ser adotadas na adoração cristã e celebradas em muitos lugares com grande pompa e magnificência. As virtudes que até então eram atribuídas a templos pagãos, a suas purificações, às estátuas de seus deuses e heróis, agora eram transferidas às igrejas cristãs, à água consagrada por determinadas formas de oração e às imagens de homens santos. E os mesmos privilégios que os templos pagãos desfrutavam durante

as trevas do paganismo foram conferidos aos templos cristãos sob a luz do evangelho, ou melhor, sob a nuvem de superstições que obscurecia sua glória. É verdade que, até essa época, as imagens não eram muito comuns, tampouco havia estátuas. Ao mesmo tempo, porém, não há dúvidas, por mais extravagante e monstruoso que seja, de que a adoração aos mártires foi modelada, gradualmente, de acordo com os cultos religiosos prestados aos deuses antes da vinda de Cristo.”

“Com base nesses fatos, que constituem apenas uma pequena amostra da condição do cristianismo nessa época, o leitor perspicaz não terá dificuldade em reconhecer as perdas que a igreja sofreu por causa da paz e prosperidade que Constantino garantiu e dos métodos imprudentes utilizados para seduzir as diferentes nações a aderir ao evangelho. A brevidade que nos propusemos a manter ao longo desta obra nos impede de entrar em maiores detalhes acerca das consequências funestas provenientes do progresso e da influência perniciosa da superstição, que havia então se tornado universal.”

Ele afirma ainda:

“Seria necessário um livro inteiro para abranger uma lista completa das várias fraudes que patifes astutos praticaram com sucesso, a fim de iludir os ignorantes, enquanto a religião verdadeira se encontrava quase que totalmente tomada por terríveis superstições” (*Ecclesiastical History, 4th cent.*, parte 2, cap. 3).

Esse excerto de Mosheim contém uma descrição do período que o cavalo preto do terceiro selo abrange, a qual corresponde com precisão à profecia. Por meio dela, é possível ver como o paganismo foi incorporado ao cristianismo e como, durante esse período, o falso sistema que resultou na instituição do papado rapidamente se delineou por completo e amadureceu em toda sua deplorável perfeição de força e estatura.

A balança. “A balança denota que a religião e o poder civil se uniriam na pessoa que exerceria o poder executivo no governo e reivindicaria autoridade judicial tanto na igreja quanto no Estado. Isso aconteceu com os imperadores romanos desde os dias de Constantino até o reinado de Justiniano, quando ele conferiu o mesmo poder judicial ao bispo de Roma” (*Miller’s Lectures*, p. 181).

O trigo e a cevada. “As medidas de trigo e cevada por um denário denotam que os membros da igreja estariam avidamente em busca de bens mundanos. O amor ao dinheiro seria o espírito predominante da época, pois eles abririam mão de qualquer coisa por vantagens materiais” (idem).

O azeite e o vinho. Esses elementos “representam as graças do Espírito, a fé e o amor. Havia grande perigo de danificá-los, sob a influência de um espírito tão mundano. E todos os historiadores confirmam muito bem que a prosperidade da igreja nessa era provocou as corrupções que acabaram culminando no processo de queda e no estabelecimento de abominações anticristãs” (idem).

Deve-se observar que a voz que limitava a quantidade de trigo por um denário, e que dizia: “Não danifiques o azeite e o vinho”, não é proferida por ninguém na Terra, mas provém do meio dos quatro seres viventes. Isso significa que, muito embora os subpastores, os professores ministros de Cristo na Terra, não cuidassem do rebanho, o Senhor não havia se esquecido deste nesse período de escuridão. Uma voz soa do Céu. Deus cuidou para que o espírito de mundanismo não

prevalecesse, a ponto de o cristianismo se perder por completo, e para que o azeite e o vinho, as graças da genuína piedade, não desaparecessem inteiramente da Terra.

VERSÍCULO 7. Quando o Cordeiro abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto ser vivente dizendo: Vem! 8. E olhei, e eis um cavalo amarelo e o seu cavaleiro, sendo este chamado Morte; e o Inferno o estava seguindo, e foi-lhes dada autoridade sobre a quarta parte da Terra para matar à espada, pela fome, com a mortandade e por meio das feras da Terra.

A cor desse cavalo chama atenção. Os cavalos branco, vermelho e preto, mencionados nos versículos anteriores, têm uma cor natural; mas um cavalo amarelo não é normal. A palavra original denota a “cor pálida ou amarelada” que é vista em plantas corroídas pela ferrugem ou doenças. Tal símbolo só pode significar uma situação muito estranha na professa igreja. O cavaleiro é chamado de Morte; e Inferno (ᾠδης, a sepultura) o segue. A mortalidade é tão grande durante esse período que é como se “as pálidas nações dos mortos” tivessem vindo à Terra, seguindo o rastro desse poder desolador. É difícil se enganar quanto ao período ao qual este selo se aplica. Deve se referir à época em que o papado manteve seu domínio perseguidor, sem qualquer censura ou restrições, começando por volta de 538 d.C. e estendendo-se até a época em que os reformadores deram início a sua obra de expor as corrupções do sistema papal.

“E foi-lhes dada autoridade”. A margem [da KJV] diz *lhe*, isto é, o poder personificado pela Morte no cavalo amarelo, a saber, o papado. Sem dúvida, a quarta parte da Terra diz respeito ao território sobre o qual esse poder exercia sua jurisdição, ao passo que os termos *espada*, *fome*, *mortandade* (isto é, alguma aflição que cause a morte, como abandono, tortura, etc.) e as feras da Terra constituem figuras que denotam os meios que tal poder usou para provocar a morte dos mártires — e 50 milhões deles, de acordo com as estimativas mais conservadoras, clamam por vingança debaixo de seu altar sangrento.

VERSÍCULO 9. Quando Ele abriu o quinto selo, vi, debaixo do altar, as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam. 10. Clamaram em grande voz, dizendo: Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a Terra? 11. Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por pouco tempo, até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram.

Os acontecimentos narrados durante o quinto selo são o clamor dos mártires por vingança e a entrega de uma vestidura branca para eles. As perguntas que logo surgem em busca de resposta são: esse selo abrange um período de tempo? Caso a resposta seja afirmativa, qual período? Onde se encontra o altar debaixo do qual essas almas foram vistas? Quem são essas almas e qual é sua condição? O que significa seu clamor por vingança? Qual é o sentido da vestidura branca que recebem? Quando é que eles repousam por pouco tempo? E o que significa

seus irmãos serem mortos assim como eles foram? Creio ser possível apresentar uma resposta satisfatória a todas essas perguntas.

1. *O quinto selo abrange um período de tempo.* Parece consistente este selo, assim como todos os outros, abranger um período de tempo. E não é possível se enganar quanto à data de sua aplicação, caso os selos anteriores tenham sido corretamente identificados. Após o período de perseguição papal, o tempo que este selo abrange começa quando a Reforma iniciou para minar a estrutura papal anticristã e restringir o poder perseguidor da igreja de Roma.

2. *O altar.* Ele não poderia denotar nenhum altar no Céu, pois se trata, evidentemente, do lugar onde essas vítimas foram executadas, o altar do sacrifício. A esse respeito, o Dr. A. Clarke comenta:

“Uma visão simbólica foi mostrada, na qual ele viu um altar; e debaixo dele se encontravam as almas daqueles que haviam sido mortos pela Palavra de Deus, martirizados por seu apego ao cristianismo. São representados como vítimas recém-executadas no altar da idolatria e superstição. *O altar se encontra na Terra, não no Céu*”.

A confirmação desse ponto de vista se encontra no fato de João estar contemplando cenas que se passam na Terra. As almas são representadas debaixo do altar, assim como as vítimas sacrificadas sobre ele derramariam seu sangue ali embaixo e cairiam a seu lado.

3. *As almas debaixo do altar.* Essa representação é popularmente vista como forte prova da doutrina do estado consciente e desencarnado dos mortos. Afirma-se que, nesta passagem, João vê as almas em um estado desencarnado. E elas estavam conscientes, tinham conhecimento dos acontecimentos ao redor, pois clamaram por vingança a seus perseguidores. Esse ponto de vista sobre o texto é inadmissível por diversos motivos: 1) segundo o conceito popular, as almas ficam no Céu; mas o altar de sacrifício no qual foram mortas e debaixo do qual se encontram não pode estar lá. O único altar no Céu sobre o qual lemos é o altar de incenso; mas não seria correto representar vítimas recém-executadas debaixo do altar de incenso, uma vez que ele nunca foi dedicado a tal uso. 2) Seria repugnante a todas as nossas ideias sobre a condição celestial representar almas no Céu *presas* debaixo de um altar. 3) Seríamos capazes de supor que a ideia de *vingança* reinaria com tamanha supremacia na mente das almas no Céu a ponto de, apesar da alegria e glória desse estado inefável, elas se encontrarem insatisfeitas e inquietas até que a vingança recaísse sobre seus inimigos? Em vez disso, não se regozijariam porque a perseguição levantou a mão sobre elas e apressou sua ida à presença de seu Redentor, em cuja direita há plenitude de alegria e prazeres eternamente? Além disso, porém, o ponto de vista popular, segundo o qual essas almas se encontram no Céu, também defende que, ao mesmo tempo, os ímpios se encontram no lago de fogo, contorcendo-se em tormento impronunciável, à *plena vista* das hostes celestiais. Afirma-se que isso é comprovado pela parábola de Lázaro e o rico, registrada em Lucas 16. As almas que recebem destaque no quinto selo são aquelas que foram mortas durante o selo anterior muitos anos antes, e a maioria delas, havia séculos. Sem dúvida, seus perseguidores já haviam deixado o palco de ação e, de acordo com a perspectiva em análise, estariam sofrendo todos os tormentos do inferno bem diante de seus olhos. No entanto, como se não estivessem satisfeitas com isso,

clamam a Deus como se Este estivesse postergando a vingança a seus assassinos. Que vingança maior eles desejariam? Ou, caso seus perseguidores ainda se encontrassem na Terra, saberiam que, no máximo dentro de poucos anos, eles se uniriam à vasta multidão que passa pelas portas da morte para o mundo de suplício. Sua bondade não fica em melhor luz nem se considerada do ponto de vista dessa suposição. Pelo menos uma coisa se torna evidente: a teoria popular sobre a condição dos mortos, justos e ímpios, não pode estar correta, ou então a interpretação dada a essa passagem não é correta; pois uma invalida a outra.

Mas insiste-se que essas almas precisam estar conscientes, pois elas clamam a Deus. Esse seria um argumento de peso, caso não houvesse uma figura de linguagem conhecida como personificação. No entanto, como ela existe, é apropriado, em determinadas condições, atribuir vida, ação e inteligência a objetos inanimados. Nessa linha, afirma-se que o sangue de Abel clamou a Deus da sepultura (Gn 4:9-10). A pedra clamou da parede e a trave respondeu do madeiramento (Hc 2:11). O salário dos trabalhadores retido com fraude clamou e seu grito chegou aos ouvidos do Senhor dos exércitos (Tg 5:4). Da mesma maneira, as almas mencionadas nesse texto poderiam clamar, sem que isso provasse estarem em um estado de consciência.

A incongruência do ponto de vista popular acerca desse versículo é tão evidente que Albert Barnes faz a seguinte concessão:

“Não devemos supor que isso aconteceu *literalmente* e que João de fato viu as almas dos mártires debaixo do altar, pois toda a representação é simbólica. Tampouco devemos supor que os feridos e injustiçados no céu realmente oram pedindo vingança daqueles que lhes fizeram mal; ou que os remidos no Céu continuarão a orar pedindo coisas referentes à Terra. Mas é justo inferir de tudo isso que haverá uma lembrança *tão real* dos males aos perseguidos, feridos e oprimidos *como se* esse tipo de oração ali fosse feito. E o opressor deve temer em grande medida a vingança divina, *como se* aqueles a quem causou dano clamassem no Céu ao Deus que atende as orações e Se encarrega da vingança (*Notes on Revelation 6*).

Em passagens como essa, o leitor se deixa enganar pela definição popular da palavra *alma*. Por causa dela, é levado a supor que o texto se refere à essência imortal, invisível e imaterial do ser humano, a qual alça voo rumo a sua cobiçada liberdade, por ocasião da morte, livrando-se dos impedimentos e embaraços deste corpo mortal. Nenhum exemplo da ocorrência da palavra no grego ou hebraico original ratificam essa definição. Na maior parte das vezes, significa *vida* e, não raro, é traduzida por *pessoa*. Aplica-se tanto aos mortos quanto aos vivos, conforme se vê na referência feita em Gênesis 2:7, em que o termo *vivente* não precisaria ser acrescentado caso a vida fosse um atributo inseparável da alma; e também na referência em Números 19:13, texto no qual a Hebrew Concordance [Concordância Hebraica] traz “alma morta”. Além disso, essas almas pedem que seu *sangue* seja vingado, algo que a alma imaterial, em seu conceito popular, não deveria possuir. A palavra *almas* pode ser interpretada aqui como significando apenas os mártires, aqueles que foram mortos, e a expressão *as almas daqueles*, uma perífrase da pes-

soa inteira. João os representa como tendo sido mortos no altar de sacrifício papal nesta Terra, encontrando-se mortos debaixo dele. Sem dúvida, não estavam vivos quando João os viu durante o quinto selo, pois ele traz à tona mais uma vez o mesmo grupo, usando praticamente as mesmas palavras, e nos garante que, pela primeira vez, viverão novamente após o martírio, por ocasião da ressurreição dos justos (Ap 20:4-6). Ali deitados, vítimas da sede de sangue e opressão papal, eles clamavam a Deus por vingança da mesma maneira que o sangue de Abel clamou ao Senhor do pó da terra (Gn 4:10).

4. *A vestidura branca.* Ela foi entregue como uma resposta parcial ao clamor: “Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue?” Como isso aconteceu? Eles desceram à sepultura da maneira mais infame. A vida de cada um foi incorretamente representada, a reputação maculada, o nome difamado, seus motivos questionados e o túmulo os cobria de vergonha e reprovação, como se contivesse o caráter mais vil e desprezível; pois a igreja de Roma, que na época moldava o sentimento das principais nações da Terra, não poupava esforços para fazer suas vítimas parecerem abomináveis à vista de todos.

Mas a Reforma começou sua obra. Começou-se a enxergar que a igreja era a parte corrupta e infame, ao passo que aqueles contra quem derramava sua ira eram os bons, puros e verdadeiros. A obra prosseguiu em meio às nações mais iluminadas. A reputação da igreja caiu e a dos mártires subiu, até que as corrupções das abominações papais foram completamente expostas. Então, o imenso sistema de iniquidade foi revelado perante o mundo em toda sua deformidade nua, ao passo que os mártires foram vindicados de todas as calúnias com as quais a igreja anticristã havia tentado soterrá-los. Então se percebeu que tinham sofrido não por serem vis e criminosos, mas, sim, “por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam”. Então seus louvores foram cantados; suas virtudes, admiradas; sua força, aplaudida; seus nomes, honrados; e suas memórias, entesouradas. Foi dessa maneira que cada um deles recebeu uma vestidura branca.

5. *Por pouco tempo.* A obra cruel do romanismo não cessou de repente, mesmo depois que a Reforma se disseminou por um amplo território e foi bem-estabelecida. A igreja ainda sentiria muitos rompantes terríveis do ódio e da perseguição romanos. Multidões ainda seriam punidas como hereges, unindo-se ao grande exército dos mártires. A vindicação completa de sua causa ainda demoraria mais um tempo. E, durante essa época, Roma acrescentou centenas de milhares ao vasto grupo daqueles cujo sangue foi culpada de derramar (ver *Buck's Theological Dictionary*, verbete Persecution). Mas o espírito de perseguição finalmente foi contido, a causa dos mártires, vindicada e o “pouco tempo” do quinto selo chegou ao fim.

VERSÍCULO 12. Vi quando o Cordeiro abriu o sexto selo, e sobreveio grande terremoto. O sol se tornou negro como saco de crina, a lua toda, como sangue, 13. as estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes, 14. e o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola. Então, todos os montes e ilhas foram movidos do seu lugar. 15. Os reis da Terra, os grandes, os comandantes, os

ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes 16. e disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondei-nos da face Daquele que Se assenta no trono e da ira do Cordeiro, 17. porque chegou o grande Dia da ira Deles; e quem é que pode suste-se?

São estas as cenas solenes e sublimes que se desenrolam durante o sexto selo. E um pensamento que certamente objetiva despertar em cada coração o interesse intenso pelas coisas divinas é a lembrança de que vivemos agora em meio aos acontecimentos grandiosos desse selo, conforme provaremos agora.

Entre o quinto e o sexto selos, parece haver uma mudança súbita e total na linguagem: do extremamente figurado para o estritamente literal. Qualquer que seja a causa dessa alteração, a mudança em si não pode ser negada. Nenhum princípio de interpretação seria capaz de transformar em literais as palavras dos selos anteriores. Também não haveria como explicar de forma figurada a terminologia deste selo. Logo, devemos aceitar a mudança, por mais que sejamos incapazes de explicá-la. Todavia, há um grande fato ao qual deveríamos prestar atenção. É no período abarcado por este selo que as partes proféticas da Palavra de Deus deixariam de ser encerradas ou seladas e muitos a esquadrihariam, ou seja, dedicariam atenção integral à compreensão dessas coisas (ver Dn 12:4). Dessa maneira, o conhecimento de tais partes da Palavra de Deus aumentaria muito. E sugerimos que pode ser esse o motivo por que a linguagem foi mudada aqui e os acontecimentos desse selo, em andamento na época em que tais coisas fossem completamente compreendidas, não mais se mostram revestidos por figuras, mas apresentados com toda clareza diante de nós em palavras claras e inquestionáveis.

O grande terremoto. O primeiro acontecimento desse selo, que possivelmente marca seu início, é um grande terremoto. O cumprimento mais provável dessa predição nos conduz ao grande terremoto do dia 1º de novembro de 1755, conhecido como terremoto de Lisboa. Sears, no livro *Wonders of the World* [Maravilhas do Mundo], de sua autoria, p. 50, 58, 381, diz o seguinte acerca desse desastre:

“O grande terremoto de 1º de novembro de 1755 se estendeu por uma área de no mínimo 10 milhões de quilômetros quadrados. Suas consequências atingiram as águas de muitos lugares onde os tremores não foram sentidos. Atravessou a maior parte da Europa, África e América; mas sua violência mais extrema atingiu o sudoeste do primeiro continente. Na África, esse terremoto foi sentido quase com a mesma gravidade da Europa. Grande parte de Algiers foi destruída. Muitas casas caíram em Fez e Mequinez, onde multidões foram soterradas sob as ruínas. Efeitos semelhantes atingiram o Marrocos. De igual modo, seus efeitos foram sentidos em Tangier, Tétouan e em Funchal, na ilha da Madeira. É provável que toda a África tenha sofrido abalos. Ao norte, estendeu-se até a Noruega e Suécia. Alemanha, Holanda, França, Grã-Bretanha e Irlanda foram todas agitadas, em maior ou menor grau, pela mesma comoção dos elementos. Lisboa (Portugal), antes do terremoto de

1755, continha 150 mil habitantes. O Sr. Barretti conta que houve a perda de 90 mil pessoas ‘naquele dia fatal.’”

Na página 200 da mesma obra, lemos ainda:

“O terror das pessoas ia além do que se pode descrever. Ninguém chorava. Era mais forte que as lágrimas. Corriam de um lado para o outro, delirando atônitas e horrorizadas, batendo no próprio rosto e peito, gritando: ‘*Misericórdia! É o fim do mundo!*’ Mães se esqueciam dos filhos e corriam por toda parte com suas imagens adornadas por crucifixos. Infelizmente, muitos correram para as igrejas a fim de pedir proteção; mas o sacramento foi exposto em vão; em vão as pobres criaturas se agarraram aos altares; imagens, sacerdotes e pessoas foram enterradas em uma só ruína.”

A *Encyclopedia Americana* afirma que esse terremoto se estendeu até a Groenlândia. Sobre suas consequências à cidade de Lisboa, conta:

“A cidade continha, na época, cerca de 150 mil habitantes. O choque foi instantaneamente sucedido pela queda de todas as igrejas e conventos, quase todos os grandes edifícios públicos e mais de um quarto das casas. Cerca de duas horas depois do choque, surgiram incêndios em lugares diferentes. Assolada por tamanha violência ao longo de quase três dias, a cidade ficou completamente desolada. O terremoto aconteceu em um dia santo, no qual as igrejas e os conventos estavam cheios de pessoas, das quais muito poucas escaparam.”

Sir Charles Lyell faz a vívida descrição a seguir acerca desse fenômeno singular:

“Em parte alguma da região vulcânica do sul da Europa aconteceu um terremoto tão intenso nos tempos modernos como o que assolou Lisboa em 1º de novembro de 1755. Ouviu-se um som de trovão debaixo da terra e, logo em seguida, um choque violento derrubou a maior parte da cidade. Em cerca de seis minutos, 60 mil pessoas morreram. Primeiro o mar se retirou e deixou seca a faixa de areia. Então se enrolou, elevando-se a mais de 15 metros acima de seu nível comum. As montanhas de Arrabida, Estrella, Julio, Marvan e Cintra, dentre as mais altas de Portugal, foram impetuosamente abaladas, como se arraigadas desde seu alicerce. Algumas delas abriram o pico, que se partiu e criou uma fenda inacreditável. Massas gigantescas dessas formações rochosas foram arremessadas aos vales vizinhos. Conta-se que surgiram chamas dessas montanhas, que podem ter sido de natureza elétrica. Também se afirma que delas saiu fumaça; porém, grandes nuvens de pó podem ter dado origem a esse aspecto.”

“A circunstância mais extraordinária em Lisboa durante a catástrofe foi a precipitação de um novo cais, todo feito de mármore, a um altíssimo custo. Grande multidão havia se reunido ali em busca de segurança, como se fosse um local onde as pessoas se encontrassem além do alcance das ruínas em queda livre. De repente, porém, o cais afundou com toda aquela gente sobre ele e nenhum dos cadáveres flutuou de volta até a superfície. Grande número de barcos e pequenas embarcações estava ancorado ali perto, todos eles cheios de pessoas, os quais foram tragados como em um redemoinho. Nenhum fragmento desses naufrágios voltou à superfície; e encontra-

-se em muitos relatos a informação de que a água onde o cais um dia se encontrava era imperscrutável. Whitehurst, contudo, afirma que uma medição mostrou que a profundidade era de 100 braças.”

“Nesse caso, devemos supor que determinada área afundou em um vácuo subterrâneo, que causou uma “falha” na camada até a profundidade de 180 metros, ou, podemos inferir, conforme já fizeram alguns, por causa do desaparecimento total das substâncias tragadas, que um abismo se abriu e então se fechou de novo. No entanto, se adotarmos essa última hipótese, devemos supor que a parte superior do abismo, com 100 braças de profundidade, permaneceu aberta após o choque. De acordo com as observações que Sharpe fez em Lisboa em 1837, os efeitos destruidores do terremoto se limitaram à camada terciária e foram mais violentos sobre a argila azul, em cima da qual a parte inferior da cidade foi construída. Ele conta que nenhum edifício sobre o calcário secundário ou basalto sofreu danos.”

“A grande área pela qual o terremoto de Lisboa se estendeu chama muito a atenção. O abalo foi mais violento na Espanha, em Portugal e no norte da África; mas quase toda a Europa e até mesmo as Índias Ocidentais sentiram o choque no mesmo dia. Um porto chamado Setúbal, pouco mais de 30 quilômetros ao sul de Lisboa, foi tragado. Em Algiers e Fez, na África, a agitação da terra foi igualmente violenta e, a oito léguas do Marrocos, uma vila com cerca de oito a dez mil habitantes, juntamente com todo seu rebanho, foi engolida pela terra. Pouco depois, a terra se fechou novamente sobre eles.”

“O choque foi sentido no mar, no convés de um navio a oeste de Lisboa, e produziu a mesma sensação da terra seca. Próximo a São Lucas, o capitão do navio “Nancy” sentiu sua embarcação ser abalada com tamanha violência que achou que ela havia batido em terra, mas, ao içar o peso de chumbo, descobriu grande profundidade de água. O capitão Clark, do Denia, na latitude 36° 24’ N., entre nove e dez horas da manhã, viu seu navio ser balançado e pressionado como se houvesse batido em uma pedra. Outro navio, 40 léguas a oeste de São Vicente, experimentou um impacto tão violento que os homens foram lançados quase meio metro perpendicularmente do convés. Em Antígua e Barbado, bem como na Noruega, Suécia, Alemanha, Holanda, em Córsega, na Suíça e Itália, foram sentidos tremores e pequenas oscilações de terra.”

“A agitação de lagos, rios e fontes na Grã-Bretanha chamou a atenção. Por exemplo, no lago Lomond, na Escócia, a água, sem a menor causa aparente, subiu contra suas margens e então voltou a um nível inferior ao normal. A maior altura perpendicular dessa subida foi de 60 centímetros. Afirma-se que o movimento desse terremoto foi ondulatório e viajou à velocidade de 32 quilômetros por minuto. Uma grande onda varreu a costa da Espanha, e conta-se que ela atingiu 18 metros em Cadiz. Em Tangier, na África, ela subiu e bateu 18 vezes na costa; em Funchal, Madeira, subiu 4,5 metros perpendiculares acima da marca mais alta de água, embora a maré, cujos fluxos e refluxos variam em dois metros, já tivesse baixado até a metade. Além de invadir a cidade e provocar grande destruição, transbordou em outros portos da ilha. Em Kinsale, na Irlanda, uma torrente de água fluiu correndo para o porto, fez tombar diversas embarcações e encharcou o mercado.”

“No passado, declarou-se que primeiro o mar se retirou em Lisboa. Essa retirada do oceano, afastando-se da praia no início de um terremoto e o retorno subsequente em

uma onda violenta é um acontecimento comum. A fim de justificar esse fenômeno, Mitchell imagina que o fundo do mar cede, por causa da queda da parte de cima de alguma cavidade, em consequência do vácuo provocado pela condensação de vapor. Ele observa que tal condensação pode ser a primeira consequência da introdução de um grande volume de água em fissuras e cavidades já repletas de vapor, antes de haver tempo suficiente para que o calor da lava incandescente transforme tamanho suprimento de água em vapor, o qual, vindo a se formar precipitadamente, causa uma explosão maior ainda” (*Library of Choice Literature* [Biblioteca de Literatura Seleta], vol. 7, p. 162-163).

Se o leitor verificar em um atlas onde se encontram os países mencionados acima, verá a enorme porção da superfície terrestre que foi agitada por essa terrível convulsão. Outros terremotos podem ter sido igualmente severos em locais específicos, mas nenhum outro de que se tem registro, aliando uma extensão tão grande com uma gravidade tão intensa, jamais ocorreu nesta Terra. Sem dúvida, supre todas as condições necessárias para corresponder a um evento apropriado para marcar a abertura do selo.

O escurecimento do sol. Depois do terremoto, anuncia-se que “o sol se tornou negro como saco de crina”. Essa parte da predição também se cumpriu. Não precisamos fazer um relato detalhado do escurecimento extraordinário do sol em 19 de maio de 1780. Presume-se que a maioria das pessoas com nível comum de leitura já ouviu alguma coisa a esse respeito. As declarações isoladas a seguir, extraídas de diferentes autoridades, dão uma ideia de sua natureza:

“O dia negro na região norte da América foi um daqueles fenômenos inacreditáveis da natureza que sempre serão lidos com interesse, mas os quais a filosofia não consegue explicar” (Herschel).

“No mês de maio de 1780, houve um dia de escuridão terrível na Nova Inglaterra, no qual ‘todos os rostos pareciam atrair trevas’ e as pessoas se encheram de temor. Houve grande aflição na vila onde Edward Lee vivia, e ‘o coração dos homens desfalecia de medo’, pensando que o dia do juízo estava às portas. Todos os vizinhos se congregaram em torno do homem santo, [que] passou as sombrias horas em oração fervorosa pela multidão perturbada” (Tract n. 379, American Tract Society; *Life of Edward Lee*).

“Muitas casas acenderam luzes. Os pássaros ficaram em silêncio e desapareceram. As aves domésticas voltaram para o poleiro. A opinião geral era que o dia do juízo estava às portas” (Pres. Dwight, em *Ct. Historical Collections*).

“A escuridão foi tamanha que os agricultores deixaram o trabalho no campo e voltaram para seus lares. Foi necessário acender luzes para realizar o serviço nos lugares fechados. As trevas continuaram ao longo do dia” (Gage, *History of Rowley, Mass*).

“Os galos cantaram como no raiar do dia, e tudo tinha a aparência e melancolia da noite. O alarme que esse aspecto incomum do céu provocou era muito grande (*Portsmouth Journal*, 20 de maio de 1843).

“Havia trevas da meia-noite ao meio-dia. [...] Milhares de pessoas que não conseguiam atribuir o episódio a causas naturais ficaram absolutamente aterrorizadas; e,

de fato, o fenômeno lançou melancolia universal sobre a Terra. Os sapos e bacuraus começaram a entoar suas notas” (Dr. Adams).

“Dias semelhantes foram ocasionalmente registrados, porém em grau ou extensão inferior de trevas. As causas de tais fenômenos são desconhecidas. Sem dúvida, não resultam de eclipses” (*Sears, Guide to Knowledge*).

“Praticamente, se não de fato, o fenômeno mais misterioso e inexplicável de sua espécie na diversificada gama de acontecimentos da natureza ao longo do último século, foi o *dia escuro* de 19 de maio de 1780, um escurecimento totalmente injustificado de todo o céu e toda a atmosfera visível na Nova Inglaterra, provocando intenso alarme e aflição a multidões de mentes, bem como assombro na criação bruta, já que as aves fugiram, perplexas, para seus poleiros, os pássaros voltaram para os ninhos e o gado retornou aos estábulos. Aliás, milhares de pessoas boas naquele dia tiveram plena certeza de que o fim de todas as coisas terrestres havia chegado. [...] A extensão das trevas também é digna de nota. Foi observada na maioria das regiões do leste da Nova Inglaterra; a oeste, até as partes mais distantes de Connecticut e em Albany; ao sul, foi observada em toda a costa, e ao norte, até onde se estendiam as colônias norte-americanas. É provável que tenha excedido em muito tais fronteiras, mas nunca se soube ao certo quais foram os limites exatos” (*Our First Century*, de R. M. Devens, p. 89-90).

O poeta Whittier disse o seguinte sobre o acontecimento:

“Foi em um dia de maio do antigo ano
De mil setecentos e oitenta que sobreveio
Sobre as flores e a doce vida da primavera,
Sobre a terra fresca e o céu do meio-dia
O horror de grandes trevas, como as da noite
Em que chegou ‘O Crepúsculo dos Deuses’,
Vaticinado pelos sábios nórdicos. O céu pesado
Era negro com nuvens agourentas, exceto em sua extremidade
Banhada por um brilho opaco, como o que surge
Das laterais da cratera do inferno vermelho lá embaixo.
Pássaros pararam de cantar e todas as aves domésticas
Correram para os poleiros; o gado nas pastagens
Mugia à procura do caminho de casa; morcegos com suas asas de couro
Adejavam por todo lado; cessou o som do trabalho;
Os homens oravam e as mulheres choravam; todos os ouvidos aguçados
Prontos para ouvir o toque da trombeta do juízo ecoar
No negro céu, temendo que a terrível face de Cristo
Olhasse por entre as nuvens carregadas, não como
Um convidado amoroso em Betânia, mas severo
Como a justiça e a lei inexorável.”

O segundo dia negro mais notável, comparado com o de 1780, aconteceu em 1762. A esse respeito, Devens (*Our First Century*, p. 96) diz o seguinte:

“Houve também trevas notáveis em Detroit e redondezas em 19 de outubro de 1762, quase totais durante a maior parte do dia. Estava escuro no raiar do dia e assim continuou até as nove horas, quando clareou um pouco e, por cerca de quinze minutos, o sol ficou visível, aparecendo vermelho como o sangue e mais de três vezes maior do que de costume. Durante todo esse tempo, o ar tinha uma cor amarelada desbotada. À uma e meia da tarde, estava tão escuro que foi necessário acender velas a fim de realizar os trabalhos domésticos. Por volta das três da tarde, as trevas se tornaram mais densas, aumentando em intensidade até as três e meia, quando soprou um vento proveniente do sudoeste e trouxe um pouco de chuva, acompanhada de grande quantidade de finas partículas negras, semelhantes ao enxofre, tanto no cheiro quanto no aspecto. Uma folha limpa de papel colocada debaixo da chuva ficava negra onde as gotas caíam; mas, quando posta perto do fogo, a cor se tornava amarelada e, quando queimada, efervescia no papel como pólvora molhada. Essas partículas polvorentas deixavam tão negro tudo aquilo em que caíam que até mesmo o rio ficou coberto por uma espuma negra, que, quando retirada da superfície, parecia uma camada de sabão, com a diferença de ser mais gordurosa e a cor tão negra quanto tinta de caneta. Às sete da noite, o ar estava mais claro. Esse fenômeno foi observado em uma *vasta região* de terra; e embora várias conjecturas tenham sido feitas quanto à causa de um acontecimento tão extraordinário, o mesmo grau de mistério atribuído ao escurecimento de 1780 envolve o fenômeno ora descrito, confundindo a sabedoria até mesmo dos filósofos e cientistas mais cultos.”

É importante notar que essas trevas também recaem dentro do período especificado na profecia para a ocorrência desse sinal, a saber, entre 1755 e 1798. Esse assunto é debatido em maiores detalhes nas páginas 426-431.

A lua toda, como sangue. A escuridão da noite seguinte, 19 de maio de 1780, foi tão sobrenatural quanto o dia havia sido.

“As trevas da noite seguinte provavelmente foram as mais densas já observadas desde que o Todo-Poderoso criou a luz. Não consegui deixar de pensar, naquela ocasião, que, se todos os corpos luminosos do universo houvessem sido envoltos em escuridão impenetrável ou desprovidos de existência, as trevas não poderiam ser mais completas do que aquelas. Uma folha branca de papel a poucos centímetros dos olhos era tão invisível quanto o mais negro dos veludos” (Sr. Tenney, de Exeter, N. H., citado pelo Sr. Gage à “*Historical Society*”).

O Dr. Adams, já citado, escreveu acerca da noite depois do dia escuro: “Quase todos que estavam fora naquela noite se perderam no caminho para casa. As trevas foram incomuns tanto durante a noite quanto ao longo do dia, pois a lua estava cheia no dia anterior”.

Essa declaração a respeito da fase da lua prova a impossibilidade de um eclipse do sol na ocasião.

E nas ocasiões dessa noite memorável em que a lua chegou a aparecer, como ocorreu em algumas ocasiões, ela tinha, em cumprimento à profecia, a aparência de sangue.

As estrelas do céu caíram pela terra. A voz da história continua a soar: “Cumprido!”. Por ser um acontecimento muito posterior ao escurecimento do sol, há multidões em cuja memória o incidente continua tão vívido como se houvesse ocorrido ontem. Referimo-nos à grande chuva de meteoros de 13 de novembro de 1833. A esse respeito, poucas citações bastam.

“Diante do grito: ‘Olhe pela janela!’, despertei do sono profundo e pasmo vi o leste iluminado pela aurora e por meteoros. [...] Chamei minha esposa para contemplar e, enquanto se vestia, ela exclamou: ‘Veja como as estrelas caem!’ Ao que respondi: ‘Isso é maravilhoso’. Sentimos em nosso coração que aquele era um sinal dos últimos dias. Pois verdadeiramente ‘as estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes’ (Ap 6:13). Essa linguagem do profeta sempre foi interpretada como metafórica. Ontem ela se cumpriu literalmente. Os antigos entendiam que a palavra *aster*, em grego, e *stella*, em latim, eram as luzes menores do céu. O avanço da astronomia moderna estabeleceu a distinção entre as estrelas e os meteoros celestes. Assim, a ideia do profeta, conforme expressa no grego original, se cumpriu literalmente no fenômeno de ontem, de um modo que ninguém, antes do dia de ontem, pensasse ser possível acontecer. O imenso tamanho e a distância dos planetas e das estrelas fixas impedem a ideia de que caíam *pela terra*. Corpos celestes maiores não podem cair aos miríades sobre um corpo menor; e a maioria dos planetas e todas as estrelas fixas são muito maiores do que nossa Terra; mas eles caíram em direção à Terra. E como? Nem eu, nem ninguém de minha família ouviu qualquer relato. E se eu vasculhasse toda a natureza em busca de um evento semelhante, não conseguiria encontrar nenhum tão apto para ilustrar o aspecto do céu que São João descreve na profecia já citada: ‘as estrelas do céu caíram pela terra’. Não eram tiras, nem flocos ou gotas de fogo; mas, sim, o que o mundo chama de estrelas cadentes. E quem conversasse com um amigo em meio àquela cena diria: ‘Veja como as estrelas caem!’ E o ouvinte não pararia para corrigir a astronomia do interlocutor, assim como não diria ‘O sol não se move’ para alguém que lhe falasse: ‘O sol está subindo’. As estrelas caíram ‘como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes’. Essa é a precisão do profeta. As estrelas cadentes não surgiram como procedentes de várias árvores balançadas, mas apenas de *uma*. Aquelas que apareceram no leste caíram em direção ao leste; as que apareceram no norte caíram em direção ao norte; as que apareceram no oeste caíram em direção ao oeste; as que apareceram no sul (pois saí de minha residência e fui ao parque) caíram em direção ao sul. E não caíram como o fazem as frutas *maduras*; longe disso. Elas voaram, foram *arremessadas*, como as verdes, que, a princípio, se recusam a deixar o galho e, quando sob pressão violenta, conseguem se soltar, voam rapidamente, como em linha e reta, e caem. E quando várias caem ao mesmo tempo, algumas cruzam o caminho das outras, pois são arremessadas com mais ou menos força, mas cada uma delas cai do próprio lado da árvore” (Henry Dana Ward).



CHUVA DE METEOROS, OU ESTRELAS CADENTES, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1833

“Sabe-se que já ocorreram em vários lugares, nos tempos modernos, chuvas extensas e magníficas de estrelas cadentes. No entanto, a mais universal e extraordinária já registrada é a de 13 de novembro de 1833, *quando todo o firmamento, através de todo os Estados Unidos, ficou por horas em comoção inflamada*. Nenhum fenômeno celeste que já tenha ocorrido neste país desde que começou a ser colonizado foi contemplado com admiração tão intensa por parte da comunidade, ou com tanto medo e alarme por outra. [...] Ao longo das três horas de sua duração, acreditava-se que o dia do juízo só estava esperando o nascer do sol” (*Our First Century*, p. 329).

O efeito desse fenômeno sobre a população negra é descrito da seguinte forma por um fazendeiro do sul:

“De repente, fui acordado pelos gritos mais aflitos que já chegaram aos meus ouvidos. Sons agudos de horror e súplicas por misericórdia podiam ser ouvidos da parte dos negros de três latifúndios, totalizando de seiscentas a oitocentas pessoas. Enquanto procurava, sem fôlego e com toda atenção, descobrir a causa, escutei uma voz frágil perto da porta chamando meu nome. Levantei-me, peguei minha espada e me encaminhei para lá. Nesse momento, ouvi a mesma voz insistindo para que eu me levantasse, dizendo: ‘Ó, meu Deus! O mundo pegou fogo!’ Então abri a porta e é difícil dizer o que mais mexeu comigo: o terror da cena ou os clamores aflitos dos negros. Mais de cem estavam prostrados no chão, alguns sem fala e outros proferindo os gemidos mais amargos, mas todos com as mãos levantadas, implorando a Deus que salvasse o mundo e a eles também. A cena foi verdadeiramente impressionante, pois nunca caiu uma chuva mais pesada do que os meteoros que desciam em direção à Terra; para o leste, o oeste, o norte e o sul, era tudo a mesma coisa. Em poucas palavras, *todo o céu parecia em movimento*” (idem, p. 330).

“Aragão calcula que nada menos que 240 mil meteoros ficaram visíveis ao mesmo tempo sobre o horizonte de Boston”. Acerca da visão em Niágara, conta-se que ‘nenhum espetáculo tão terrivelmente grande e sublime já foi presenciado pelo ser humano como o do *firmamento descendo em torrentes de chamas sobre a catarata escura a bramir*’ (ibid.).

Esses sinais no sol, na lua e nas estrelas são os mesmos que os preditos com precisão por nosso Senhor e registrados pelos evangelistas em Mateus 24, Marcos 13 e Lucas 21. Nesses registros, além de serem mencionados os mesmos sinais, o mesmo período para seu cumprimento é apontado, a saber, uma época que começa logo depois da perseguição longa e sangrenta pelo poder papal. Em Mateus 24:21, 22, os 1.260 anos de supremacia papal recebem destaque; e “logo em seguida à tribulação daqueles dias” (v. 29), o sol escureceria, etc. Marcos é ainda mais específico e declara: “*naqueles dias, após a referida tribulação*” (13:24). Os dias, que começaram em 538 d.C., terminaram em 1798; antes de seu fim, porém, o espírito de perseguição já fora contido pela Reforma, cessando a tribulação da igreja. E nesse período, exatamente na época especificada pela profecia, começou o cumprimento desses sinais, iniciado pelo escurecimento do sol e da lua.

O primeiro episódio de estrelas cadentes digno de nota ocorreu em 1799, embora outros de importância menor e mais locais possam ser mencionados antes disso. O grande espetáculo de 1833, de longe o mais brilhante já registrado, já foi mencionado. Ao falar sobre a extensão dessa queda, o professor Olmstead, de Yale College, distinto meteorologista, declara:

“A extensão da chuva de meteoros de 1833 foi tão grande que abrangeu parte considerável da superfície da Terra; do meio do Atlântico no leste até o Pacífico no oeste, e da costa norte da América do Sul até regiões não definidas das colônias britânicas ao norte, a demonstração foi visível e, em todos os lugares, apresentou praticamente a mesma aparência.”

Com base nesse relato, parece que o espetáculo se limitou exclusivamente ao mundo ocidental. Mas em 1866, outro episódio notável desse tipo ocorreu, dessa vez no oriente, tão magnífico em alguns lugares quanto o de 1833, e visível, tanto quanto se pode averiguar, através da maior parte da Europa. Logo, as partes principais da Terra já foram advertidas por meio desse sinal.

A observação revela que essas quedas meteóricas ocorrem em intervalos regulares de cerca de 33 anos. Sem dúvida, o cético lançará mão disso como pretexto para eliminá-las da lista de sinais. Contudo, se não passam de acontecimentos comuns, a pergunta a ser respondida é por que não ocorreram com tanta regularidade e proeminência nos séculos passados como nos últimos cem anos. Trata-se de uma pergunta que a ciência é incapaz de responder. Não consegue nem oferecer qualquer coisa mais palpável do que conjecturas quanto à causa.

Um fator significativo pode ser notado em conexão com todos os sinais anteriores: eles se associam instintivamente na mente das pessoas, por ocasião de sua ocorrência, ao grande dia do qual são precursores. Em todas essas circunstâncias, ergueu-se o clamor: “O dia do juízo chegou; o mundo está no fim”.

Mas o opositor responde: esses fenômenos no sol, na lua e nas estrelas não podem ser sinais do fim, pois eles já ocorreram muitas vezes. Apontando para cerca de dez outros períodos de trevas consideráveis além da escuridão de 1780 e para várias ocasiões em que caíram estrelas ou houve chuvas de meteoros, pergunta, com ar de triunfo, qual evento específico usaremos como sinal. Essa não é uma representação fantasiosa da objeção, conforme demonstram os fatos a seguir.

Em 1878, encontramos em um dos principais jornais de Chicago a pergunta de um leitor de Vermont, bem como a resposta apresentada pelo periódico: “Pode apresentar as causas (e provas) do ‘dia escuro’ de 1780, em 19 de maio, creio eu? Certo ‘pregador do advento’ tem apresentado sua mensagem nessa região e se referiu ao evento como um sinal da destruição do mundo”.

A resposta dada foi a seguinte:

“O dia escuro de 1780 foi provocado por causas completamente naturais e foi um sinal da destruição do mundo tanto quanto do advento do besouro-da-batata. O Dr. Samuel Tenney, de Exeter, N. H., afirma que a escuridão foi produzida por nuvens comuns. Entre elas e a Terra, interpôs-se outro estrato de grande densidade. À medida que o estrato avançou, as trevas começaram e aumentaram com seu progresso. A densidade

incomum desse estrato foi provocada por duas fortes correntes de vento do sul e oeste, condensando os vapores e arrastando-os para a direção noroeste. A densidade desse estrato se deve ao vapor e à fumaça que ele continha. Esses dias escuros não são incomuns. Ocorreram em 366 a.C., 295 a.C., 252 d.C., 746, 775, 1732, 1762, 1780, 1783, 1807, 1816. Um foi tão profético quanto o outro, e nada mais do que isso.”

Teria sido mais satisfatório para qualquer um que desejasse conhecer as razões de sua fé se o autor da resposta tivesse contado onde encontrou evidência para todas as suas declarações. E gostaríamos de alguns esclarecimentos em pontos como estes: de onde veio esse “estrato de grande densidade”? Qual era sua composição? Como se formou? A explicação desse espertalhão se resume a isto: estava escuro porque havia grandes trevas. Ele simplesmente declara o fato de outra maneira e chama isso de explicação. Na verdade, sua afirmação carece de explicação tanto quanto o fenômeno ao qual se refere. “A densidade incomum desse estrato foi provocada por duas fortes correntes de vento”, etc. Como esses ventos se uniram por acaso exatamente quando havia vapores para condensar? E o que causou os vapores? Em seguida, como correntes do oeste e do sul atrairiam vapores “para a direção *noroeste*”? A filosofia comum diria que, diante de tais circunstâncias, eles seguiriam pela direção *nordeste*. Nosso amigo precisa tomar cuidado, caso contrário transformará o dia escuro em um fenômeno maior do que jamais se disse que ele foi.

Além disso, porém, poderíamos perguntar como, de acordo com a resposta dada acima, as palavras de Senhor podem um dia se cumprir. Ele disse que o sol *se tornaria negro*; e sua referência é ao sol literal, pois fala sobre seres humanos e coisas da Terra em contraste com ele (Lc 21:25). E diz que, quando ocorresse esse escurecimento, seria um sinal do fim; pois, quando víssemos essas coisas se cumprindo, Ele afirma que *saberíamos* que Ele estava perto, às portas. No entanto, segundo o autor da citação anterior, nunca pode ocorrer nenhum sinal dessa natureza. Ele declara que nunca houve nada do tipo no passado; e suponha que esse tipo de fenômeno aconteça de novo, seria um sinal? Na opinião dele, não. Pois a hipótese de vapores, ventos, leis naturais e acontecimentos comuns logo sairiam voando de seus lábios zombadores. Mas algo desse tipo constituiria um sinal, pois o próprio Senhor o declarou. E gostaríamos de indagar ao opositor: de que modo outro escurecimento do sol deveria ser diferente do de 1780 para poder responder à profecia e ser considerado um sinal?

Também se argumentou que já houve vários desses acontecimentos, então não pode ser um sinal; e sete dias escuros são mencionados por nosso escritor antes de 1780, bem como três desde então, apesar de ele ter se esquecido de mencionar as fontes de onde extraiu tais informações. Mas como é que ninguém pareceu prestar atenção a esses dias, nem fazer um relato deles? E por que todos se concentram em 19 de maio de 1780, como o único digno de atenção especial, distinguindo-o por meio do título *O Dia Escuro*?

A resposta é óbvia. Ele ocupa uma posição de preeminência a esse respeito. Fica muito acima de todos os outros por ser o mais marcante e notável, por seu fenômeno fora do comum.

Mas não somos deixados sozinhos para decidir a questão dessa evidência, pois nosso Senhor nos disse não só que tal evento aconteceria como sinal de Sua vinda, mas também *quando* isso ocorreria. “Logo em seguida à tribulação daqueles dias”, diz Mateus. Marcos é mais específico e afirma: “Mas, *naqueles* dias, *após* a referida tribulação, o sol escurecerá”, etc. (Mc 13:24). Os dias fazem referência aos dias de supremacia papal, os 1.260 anos, de 538 a 1798. A tribulação corresponde à opressão dos cristãos pelo poder católico até ser reprimido pela obra da Reforma. Pode-se dizer que a tribulação cessou por volta da metade do século 18. Os “dias” terminaram dois anos antes do fim desse século. Logo, por causa de termos fixos da profecia, ficamos limitados a um período de cerca de 50 anos, que deveriam chegar até 1798, dentro do qual precisamos procurar pelo escurecimento do sol que seria um sinal da breve volta do Senhor.

O escurecimento do sol seria o segundo grande evento a ocorrer durante o sexto selo (Ap 6:12). O primeiro, que marcou a abertura desse selo, foi um grande terremoto. Ficou demonstrado que esse foi, por comparação com os selos anteriores, o grande terremoto de Lisboa, em 1º de novembro de 1755. Entre esse momento e o fim do período papal em 1798, o sol deveria escurecer como sinal do fim. Ficamos aqui confinados a um período definido de apenas 43 anos, no qual precisa se localizar o escurecimento do sol que foi tema da predição. Nesse caso, não importa se nossos oponentes afirmam ter havido 7 mil dias escuros em vez de sete, cada um deles tão notável quanto o de 1780. Isso não afetaria em nada a predição ou o sinal. Não importa quantos dias escuros houve em outras eras, nem como eles se apresentaram; procuramos pelo que ficaria dentro desse período breve e especificado como o sinal predito.

Fixamos os olhos nesse período e o que contemplamos? Encontramos não só o escurecimento do sol, conforme previsto, mas também um dia escuro muito mais notável do que todos os outros, cuja preeminência é expressa pelo título “o dia escuro”, ao passo que, na história geral, todos os outros passaram em silêncio.

Analisando sob esse ponto de vista, é bem estranho que as pessoas consigam negligenciar considerações dessa natureza, tão decisivas para essa questão; por outro lado, não é. Aquilo que o ser humano não deseja ver, tem muita facilidade em continuar não enxergando. Entendemos que a falta tanto de inclinação quanto de habilidade para perceber os sinais dos tempos se deve ao que o profeta Daniel explicou quando disse: “os perversos procederão perversamente, e nenhum deles entenderá” (12:10).

Ao falar sobre o dia escuro, o *Webster’s Unabridged Dictionary*, edição de 1884, p. 1604, afirma:

“Dia escuro. O 19 de maio de 1780; assim chamado por causa de uma escuridão extraordinária que ocorreu nesse dia, estendendo-se por toda a Nova Inglaterra. Em alguns lugares, as pessoas não conseguiam ler publicações com letra de tamanho normal ao ar livre por várias horas seguidas. Pássaros cantaram seu cântico noturno, desapareceram e ficaram em silêncio. As aves domésticas se dirigiram ao poleiro. O gado procurou o celeiro. E, dentro das casas, velas foram acesas. A escuridão começou por volta das dez da manhã e continuou até o meio da noite seguinte, mas com diferenças de grau e duração nos diversos lugares. Ao longo de vários dias anteriores,

o vento sopra de forma variável, mas proveniente principalmente do sudoeste e nordeste. A verdadeira causa desse fenômeno extraordinário é desconhecida.

Embora o culto editor do dicionário Webster afirme com tanta certeza que “a verdadeira causa desse fenômeno extraordinário é *desconhecida*”, é impressionante como mentes menores são loquazes em fornecer explicações e atribuir tudo a causas naturais. Aqueles que estavam vivos na ocasião e tiveram pelo menos alguma oportunidade de constatar todas as características estranhas e manifestações sobrenaturais, igualmente acessíveis à geração atual, ficaram atônitas diante do acontecimento. Por anos, enquanto sobreviveram as testemunhas oculares do fenômeno, ninguém foi capaz de explicá-lo. Mas seus filhos degenerados — a geração tão admiravelmente sábia do presente —, que vivem mais de 100 anos depois do episódio, sem nunca ter presenciado nada do tipo, presumem conseguir explicá-lo com toda facilidade e indiferença, como se estivesse nos contando que dois mais dois é igual a quatro.

Uma vez que o momento para o qual devemos olhar em busca do início dos sinais se encontra definido com tanta precisão, também se argumenta que a queda das estrelas em 1833 não pode ser um dos sinais, pois, de acordo com Marcos 13:24-25 (ARC), ela também deveria ter acontecido durante esse período, ou antes de 1798, uma vez que tal acontecimento é imediatamente ligado pela palavra *e* aos sinais no sol e na lua.

Respondemos chamando atenção para o fato de que há mais eventos do que simplesmente a queda das estrelas ligados pela palavra *e*. Assim: “e” as estrelas cairão do firmamento, “e” as forças que estão no céu serão abaladas, “e” verão o Filho do Homem vir nas nuvens, “e” Ele enviará os Seus anjos para ajuntar os Seus escolhidos. Percebe-se que a linguagem, sem dúvida, não tem a intenção de comunicar a ideia de que essas coisas aconteceriam durante aqueles dias; pois, nesse caso, a vinda de Cristo deveria acontecer antes do fim desse período. O versículo 29, ao declarar a conclusão do argumento, diz: “Assim, também vós: quando virdes acontecer estas coisas, sabei que está próximo, às portas”. Mateus usa uma linguagem ainda mais forte, ao dizer: “Igualmente, quando virdes todas essas coisas, sabei que Ele está próximo, às portas” (24:33, ARC). Mas seria absurdo dizer que devemos esperar até a vinda de Cristo ocorrer para saber que tal acontecimento se encontra próximo, às portas.

Esses fatos, portanto, apontam claramente para o fato de que uma série de eventos inter-relacionados é citada, começando em algum momento do passado para se estender até a segunda vinda de Cristo, incluindo-a também. O início da série é delimitado em um ponto antes do fim de determinado período profético chamado de “naqueles dias”, isto é, os 1.260 anos de opressão papal sobre a igreja. Mas o fim da série fica bem além desse período, conforme já demonstramos. A pergunta a ser definida agora é: quantos acontecimentos da série que nos é dada precisam ser encontrados antes da data que limita “aqueles dias”, isto é, antes de 1798, quando terminaram os 1.260 dias ou anos? As únicas informações que temos para estruturar uma resposta são os fatos já citados, a saber, que os acontecimentos começaram nesse período, mas terminam fora dele, e não é mencionado nenhum número específico de eventos que deveriam ocorrer dentro do período.

Assim, é inevitável a conclusão de que, se o primeiro dos acontecimentos designados ocorrer dentro do período especificado, a profecia se cumpriu, mesmo que os outros fiquem fora dele. Caso somente o sol houvesse escurecido antes de 1798, já seria suficiente para cumprir a profecia. A lua poderia até ter escurecido depois dessa data sem corromper em nada a profecia. O sol e a lua escureceram juntos em 1780, 18 anos antes do fim do período profético; as estrelas caíram em 1833, 35 anos após o fim do período. Chegamos ao ano 1897, 99 anos depois do fim “daqueles dias” (Mt 24:29), e o abalo dos poderes dos céus não demorará a terminar, conforme revelam outras profecias. Em conexão imediata com isso, conforme declaram Joel e João com toda clareza, ocorrerá a vinda do Senhor.

Se o opositor ainda insistir que, de acordo com nossa aplicação, as estrelas deveriam ter caído antes de 1798, porque a profecia diz: “e as estrelas cairão”, respondemos então que todos os outros acontecimentos também deveriam ter se passado antes de 1798; pois todos estão conectados da mesma maneira. Mas demonstramos que isso é impossível.

E o céu recolheu-se como um pergaminho. Esse evento faz nossa mente se voltar para o futuro. Depois de olhar para o passado e ver a Palavra de Deus cumprida, agora somos chamados a encarar os eventos futuros, os quais se cumprirão com a mesma certeza. Esta é nossa posição, definida inequivocamente. Encontramo-nos entre os versículos 13 e 14 deste capítulo. Aguardamos o céu recolher-se como um pergaminho quando se enrola. Esse é um momento de solenidade e importância sem precedentes, pois não sabemos quão próximos estamos do cumprimento dessas coisas.

Essa recolhida dos céus está incluída naquilo que os evangelistas chamam, na mesma série de eventos, de abalo dos poderes dos céus. Outros textos bíblicos nos apresentam maiores detalhes acerca dessa predição. Em Hebreus 12:25-27, Joel 3:16, Jeremias 25:30-33, Apocalipse 16:17, descobrimos que é a voz de Deus, ao falar em majestade terrível de Seu trono no Céu, que causa essa comoção tremenda na Terra e no céu. No passado, o Senhor falou com voz audível ao declarar para Suas criaturas os preceitos de Sua lei eterna, e a Terra foi abalada. Ele falará mais uma vez; e não só a Terra se abalará, mas os céus também. Então a Terra “cambaleará como um bêbado”, será “de todo quebrantada” e “totalmente se romperá” (Is 24:19-20); montanhas se moverão de suas firmes bases, ilhas mudarão repentinamente de lugar no meio do oceano; da planície nivelada irromperão montanhas escarpadas, rochas lançarão suas formas íngremes pela superfície quebrantada da Terra. E enquanto a voz de Deus reverberar pelo planeta, reinará a mais medonha confusão sobre a face da natureza.

Para mostrar que isso não é apenas fruto da imaginação, pedimos ao leitor que observe o vocabulário exato que alguns profetas usam em referência a esse tempo. Isaías (24:19, 20) diz: “A Terra será de todo quebrantada, ela totalmente se romperá, a Terra violentamente se moverá. A Terra cambaleará como um bêbado e balanceará como rede de dormir; a sua transgressão pesa sobre ela, ela cairá e jamais se levantará”. Jeremias, em linguagem emocionante, descreve a cena da seguinte forma: “Olhei para a Terra, e ei-la sem forma e vazia; para os céus, e não tinham luz. Olhei para os montes, e eis que tremiam, e todos os outeiros estremeciam. Olhei, e eis que não

havia homem nenhum, e todas as aves dos céus haviam fugido. [...] Pois assim diz o SENHOR: Toda a Terra será assolada” (4:23-27; ver também as passagens citadas acima).

Então o sonho do mundo de segurança carnal será efetivamente quebrado. Reis que, inebriados por sua autoridade terrena, nunca sonharam com um poder superior ao próprio, agora reconhecem que há Alguém que é Rei dos reis. Os grandes homens contemplam a vaidade de toda pompa terrena, pois existe uma grandeza acima da que se encontra neste planeta. E os ricos jogam sua prata e seu ouro para as toupeiras e os morcegos, pois não podem salvá-los naquele dia. Os capitães comandantes esquecem sua pequena e breve autoridade; os homens poderosos olvidam seu poder; e todo cativo que se encontra no cativeiro ainda pior do pecado, bem como todo homem livre — todas as classes de ímpios, do mais elevado ao mais humilde — se unem em lamento geral de consternação e desespero. Aqueles que nunca oraram ao Ser cujo braço podia trazer salvação agora erguem uma prece agonizante para que as rochas e montanhas os soterrassem para sempre, a fim de que não vejam Aquele cuja presença lhes traz destruição. Como eles gostariam agora de evitar a colheita daquilo que plantaram por meio de uma vida de prazeres e pecado! Como gostariam de mandar embora o temível tesouro da ira que acumularam para si nesse dia decisivo! Como gostariam de enterrar a si próprios e sua vasta lista de crimes na escuridão eterna! Por isso, fogem para as rochas, cavernas e fendas, que a superfície quebrantada da Terra agora apresenta diante deles. Mas é tarde demais. São incapazes de ocultar a própria culpa. Também não podem escapar da vingança tão adiada.

“Em vão será clamar
Rochas e montanhas para sobre nós a despencar
Por Sua mão há de nos encontrar,
Naquele dia”.

O dia que imaginavam que nunca chegaria por fim os enlaçou como numa armadilha. E a linguagem involuntária de seu coração angustiado é: “Chegou o grande Dia da ira Deles; e quem é que pode suste-se?” Antes de ser pego de surpresa pelas cenas temíveis dessa ocasião, rogamos para que você, leitor, dedique a mais séria e franca atenção a esse assunto.

Muitos hoje aparentam desprezar a oração. Contudo, em um momento ou em outro, todas as pessoas irão orar. Aqueles que não oram a Deus agora em penitência, orarão então às rochas e montanhas em desespero. E essa será a maior reunião de oração já realizada. Enquanto lê estas linhas, pense se valerá a pena participar dela.

Ah! Livra-te do mal
De continuar a guerra desigual
Enquanto perdão, esperança e paz ainda se podem achar;
Não mais te atrevas a enfrentar o escudo erguido
Do Todo-Poderoso; mas, arrependido, entrega-te a Ele

E lança ao chão todas as armas de rebelião.
Melhor orar agora em amor que no futuro em temor.
Roga a Ele enquanto pode ouvir teu clamor;
Para que, no fim vindouro,
Quando o céu se abrir em estrondo
E, acompanhado das hostes angelicais,
Aparecer o Senhor do Céu com coros magistrais,
Perante cuja face a Terra firme estremece,
Possas contemplá-Lo como amigo onipotente
E repousar seguro sob Suas asas envolventes,
Em meio à ruína de todas as coisas deste mundo impenitente.

APOCALIPSE 7 — O SELAMENTO



VERSÍCULO 1. Depois disto, vi quatro anjos em pé nos quatro cantos da Terra, conservando seguros os quatro ventos da Terra, para que nenhum vento soprasse sobre a Terra, nem sobre o mar, nem sobre árvore alguma. **2.** Vi outro anjo que subia do nascente do sol, tendo o selo do Deus vivo, e clamou em grande voz aos quatro anjos, aqueles aos quais fora dado fazer dano à Terra e ao mar, **3. dizendo:** Não danifiqueis nem a Terra, nem o mar, nem as árvores, até selarmos na frente os servos do nosso Deus.

A cronologia da obra aqui introduzida é definida sem sombra de dúvida. O capítulo 6 encerrou com os acontecimentos do sexto selo, e o sétimo selo só é mencionado quando chegamos ao início do capítulo 8. Logo, todo o capítulo 7 é inserido aqui como um parêntese. Por que ele foi colocado nessa posição? Sem dúvida, com o propósito de acrescentar detalhes adicionais acerca do sexto selo. A expressão “depois disto” não significa após o cumprimento de todos os eventos previamente descritos, mas, sim, depois que o profeta fora conduzido, em visão, ao fim do sexto selo. A fim de não quebrar a ordem consecutiva dos acontecimentos mencionados no capítulo 6, sua mente é dirigida aos fatos mencionados no capítulo 7, ou seja, a detalhes adicionais ligados a esse selo. Então indagamos: entre quais acontecimentos daquele selo essa obra se insere? Precisa ser antes de o céu se recolher como um pergaminho, pois, depois de tal evento, não há espaço para uma obra como essa. E deve acontecer após os sinais no sol, na lua e nas estrelas, uma vez que tais sinais já se cumpriram e essa obra ainda não foi realizada. Portanto, ocorre entre o versículo 13 e o 14 de Apocalipse 6. Conforme já demonstramos, porém, é exatamente nesse ponto que nos localizamos agora. Logo, a primeira parte de Apocalipse 7 diz respeito a uma obra cujo cumprimento deve ocorrer no tempo presente.

Quatro anjos. Os anjos sempre estão presentes nas questões relacionadas à Terra. E por que não pensar que temos aqui quatro seres celestiais em cujas mãos Deus confiou a obra aqui descrita, a saber, conservar seguros os ventos, enquanto for do propósito de Deus que eles não soprem, e fazer dano à Terra quando chegar o momento de soltá-los? Pois é possível notar (versículo 3) que a obra de “danificar” é confiada às mãos desses anjos tanto quanto a de “segurar”. Assim, eles não só deixam os ventos se soltarem, quando chegar a hora de soprarem, mas os *fazem* soprar; *levam adiante* a obra de destruição com a própria energia sobrenatural. Mas o processo de danificar apresentado aqui não inclui as sete últimas pragas, ou flagelos. Esta última obra é confiada às mãos de sete anjos especiais; a primeira, às mãos de quatro. Ou pode ser que, quando chegar o momento do derramamento das pragas, os sete anjos especificamente encarregados desses juízos se unam aos quatro cuja missão é fazer os ventos soprarem,

e todos juntos causem uma exibição sem precedentes da vingança divina sobre uma geração com culpa sem precedentes.

Quatro cantos da Terra. Expressão que denota os quatro quadrantes, ou os quatro pontos cardeais, significando que esses anjos, em sua esfera particular, tinham controle sobre toda a Terra.

Os quatro ventos. Ventos, na Bíblia, simbolizam comoção política, conflito e guerra (Dn 7:2; Jr 25:32). Os quatro ventos, segurados pelos quatro anjos posicionados nos quatro cantos da Terra, devem denotar todos os elementos de contenda e comoção que existem no mundo. E quando forem soltos e soprarem todos juntos, formarão a grande tormenta mencionada na profecia de Jeremias.

O anjo que subia do nascente do sol. Outro anjo literal, encarregado de outra obra específica, é aqui apresentado. Em vez das palavras “subindo do Oriente”, presentes em algumas versões, a tradução mais literal é “subindo do sol nascente”. Sem dúvida, a expressão se refere mais ao modo que à localidade. Pois, assim como o sol nasce com raios a princípio oblíquos e relativamente sem poder algum, mas aumenta em força até brilhar em todo seu poder e esplendor meridiano, a obra deste anjo começa frágil, mas avança com influência cada vez maior, finalizando com força e poder.

O selo do Deus vivo. Essa é a característica distintiva do anjo que sobe. Ele carrega consigo o selo do Deus vivo. Com base nesse fato e na cronologia de sua atuação, podemos determinar, se possível, que movimento é simbolizado por sua missão. A natureza de sua obra é evidentemente ligada ao fato de ser o selo do Deus vivo. A fim de averiguar que obra é essa, é preciso descobrir o que é o selo do Deus vivo, o qual o anjo leva consigo.

1. *Definição do termo selo.* Selo é definido como o instrumento usado para selar; aquilo que “é usado por indivíduos, corporações e Estados para fazer impressões em cera, sobre documentos escritos, como *evidência* de sua *autenticidade*”. A palavra original dessa passagem é definida: “Um selo, isto é, um anel de selar; uma marca, estampa, estandarte; um sinal, uma promessa”. Dentre os significados do verbo, encontramos os seguintes: “Garantir a alguém, tornar certo; colocar um selo ou marca sobre algo como sinal de que é genuíno ou aprovado; atestar, confirmar, estabelecer ou distinguir por meio de uma marca”. Ao se comparar Gênesis 17:11 com Romanos 4:11, e Apocalipse 7:3 com Ezequiel 9:4, levando em conta a definição acima, o leitor verá que as palavras *símbolo*, *sinal*, *selo* e *marca* são usadas na Bíblia como termos sinônimos. O selo de Deus, que recebe destaque neste texto, deve ser colocado nos servos de Deus. É claro que não devemos supor se tratar, nesse caso, de alguma marca literal feita na carne, mas, sim, de alguma instituição ou observância que faz alusão especial a Deus, a qual servirá como “marca distintiva” entre os adoradores de Deus e aqueles que não são verdadeiramente servos Seus, muito embora professem segui-Lo.

2. *O uso de um selo.* O selo é usado para tornar válido ou autêntico um decreto ou uma lei que uma pessoa ou poder promulgue. Há exemplos frequentes do uso da palavra nas Escrituras. Em 1 Reis 21:8, lemos que Jezabel “escreveu cartas em nome de Acabe, selou-as com o sinete dele”. Essas cartas tinham toda a autoridade do rei Acabe. Mais uma vez, em Ester 3:12: “Em nome do

rei Assuero se escreveu, e com o anel do rei se selou”. E também em Ester 8:8: “Os decretos feitos em nome do rei e que com o seu anel se selam não se podem revogar”.

3. *Quando um selo é usado.* Sempre em conexão com alguma lei ou algum decreto que exige obediência, ou para tornar legal um documento, ou ainda para sujeitá-lo às provisões da lei. A ideia de lei é inseparável da de selo.

4. *Aplicado a Deus.* Não devemos supor que deve haver um selo literal colado sobre os decretos e as leis de Deus referentes à humanidade, feito com instrumentos literais. No entanto, com base na definição do termo e no propósito para o qual um selo é usado, conforme explicado acima, devemos entender que ele representa aquilo que confere validade e autenticidade a decretos e leis. Isso pode ser encontrado, muito embora não se use um selo literal, no nome ou na assinatura do poder que cria a lei e é expresso em termos que deixem claro que poder é esse e que direito ele tem de fazer leis e exigir obediência. Mesmo em um selo literal, o nome sempre deve ser usado (ver as referências citadas acima). Um exemplo do uso apenas do nome parece ocorrer em Daniel 6:8: “Agora, pois, ó rei, sanciona o interdito e *assina* a escritura, para que não seja mudada, segundo a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar”, isto é, coloque a assinatura da realeza, mostrando quem é que exige obediência e seu direito para fazer tal exigência.

Em uma profecia evangélica encontrada em Isaías 8, lemos: “Resguarda o testemunho, sela a lei no coração dos Meus discípulos” (v. 16). Isso deve se referir a uma obra de reavivar alguns requisitos da lei na mente dos discípulos, que foram negligenciados ou passaram por uma perversão de seu significado verdadeiro. Isso, na profecia, se chama selar a lei, ou restaurar seu selo, que havia sido retirado.

Mais uma vez, os 144 mil, que, no capítulo sob análise, são identificados como recebendo o *selo* de Deus na testa, são apresentados novamente em Apocalipse 14:1, onde se diz que o *nome* do Pai foi escrito na fronte deles.

Com base nos argumentos, fatos e declarações supracitados das Escrituras, seguem-se duas conclusões inevitáveis:

1. O selo de Deus é encontrado em conexão com a lei de Deus.
2. O selo de Deus é a parte da lei que contém o nome do Senhor, ou título descritivo, que mostra quem Ele é, a extensão de Seu domínio e Seu direito de governar.

Todas as principais denominações evangélicas admitem que a lei de Deus se encontra resumidamente presente no decálogo, ou dez mandamentos. A única coisa que precisamos fazer, então, é examinar esses mandamentos para ver qual deles constituiu o selo da lei, ou, em outras palavras, torna conhecido o Deus verdadeiro, o poder criador da lei. Os três primeiros mandamentos mencionam a palavra *Deus*; mas eles não nos informam quem é chamado por esse termo, uma vez que há diversos objetos aos quais esse nome é aplicado. Há “muitos deuses e muitos senhores”, como disse o apóstolo (1 Co 8:5). Pulando o quarto mandamento por enquanto, descobrimos que o quinto contém as palavras *Senhor* e *Deus*, mas não as define. E os cinco preceitos seguintes não mencionam o nome de Deus em momento algum. O que fazer? Com essa parte da

lei que analisamos, seria impossível convencer o mais rude idólatra do pecado. O adorador de imagens poderia dizer: “Este ídolo diante de mim é meu deus; o nome dele é deus e estes são seus preceitos”. O adorador dos astros celestes também poderia dizer: “O sol é meu deus e eu o adorarei de acordo com essa lei. Assim, sem o quarto mandamento, o decálogo não tem nenhum valor no que diz respeito a garantir a adoração ao Deus verdadeiro. Mas acrescentemos agora o quarto mandamento, restaurando à lei esse preceito, que muitos estão prontos a argumentar que foi cancelado, e vejamos como fica o caso. Quando examinamos esse mandamento, o qual contém a declaração: “porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a Terra, o mar e tudo o que neles há”, etc., entendemos de uma vez por todas que estamos lendo os requerimentos daquele que criou todas as coisas. Logo, o sol não é o Deus do decálogo. O Deus verdadeiro é Aquele que criou o sol. Nenhum objeto no céu ou na Terra é o ser que aqui requer obediência; pois o Deus desta lei é Aquele que criou todas as coisas. Agora temos uma arma contra a idolatria. Agora Sua lei não pode mais se aplicar a deuses falsos, que “não fizeram os céus e a Terra” (Jr 10:11). Agora o autor dessa lei declarou quem ele é, a extensão de Seu domínio e Seu direito de governar; pois todo ser inteligente criado deve reconhecer de imediato que o Criador de todas as coisas tem o direito de exigir obediência da parte de todas as Suas criaturas. Assim, com o quarto mandamento em seu lugar, o decálogo, esse documento maravilhoso, o único entre os seres humanos que Deus escreveu com o próprio dedo, tem uma assinatura. Contém aquilo que o torna inteligível e autêntico: um selo. No entanto, sem o quarto mandamento, carece de todas essas coisas.

Pelo motivo anterior, fica evidente que o quarto mandamento constitui o selo da lei de Deus, ou o selo de Deus. Mas as Escrituras não nos deixam sem testemunho direto a esse respeito.

Vimos acima que a Bíblia usa *senal*, *selo*, *símbolo* e *marca* como termos sinônimos. O Senhor disse claramente que o sábado é um *senal* entre Ele e Seu povo: “Certamente, guardareis os Meus sábados; pois é sinal entre Mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que Eu sou o SENHOR, que vos santifica” (Êx 31:13). O profeta Ezequiel (20:12, 20) declara o mesmo fato mais uma vez. Nesse texto, o Senhor disse a Seu povo que o objetivo da guarda do sábado, isto é, de observar o quarto mandamento, era que *soubessem* que Ele é o Deus verdadeiro. É como se o Senhor tivesse dito: “O sábado é um selo. De Minha parte, é um selo de autoridade, o sinal de que tenho o direito de exigir obediência; da parte de vocês, é uma prova de que Me aceitam como seu Deus”.

Caso se alegue que esse princípio não pode se aplicar, de maneira alguma, aos cristãos atuais, uma vez que o sábado era um sinal somente entre Deus e os judeus, basta responder que os termos *judeu* e *Israel*, no verdadeiro sentido bíblico, não se restringem à descendência literal de Abraão. Abraão foi escolhido em primeiro lugar por ser amigo de Deus, ao passo que seus antepassados eram idólatras. E sua descendência foi escolhida para ser o povo de Deus, os guardiães de Sua lei e depositários de Sua verdade, porque todos os outros haviam apostatado do Senhor. É verdade que essas palavras a respeito do sábado foram dirigidas aos israelitas enquanto eles desfrutavam a honra de ser separados de todos os outros dessa maneira. Mas quando o muro de divisão foi derrubado e os gentios foram convidados a ser participantes das bênçãos de Abraão, todo o povo

de Deus, formado tanto por judeus quanto por gentios, foi trazido a um relacionamento novo e mais íntimo com Deus por intermédio de Seu Filho. Assim, todo gentio crente agora é chamado de “judeu interiormente” e “verdadeiro israelita”. E agora a declaração se aplica a todos eles, pois têm a mesma oportunidade que o antigo povo de Deus teve de *saber* quem é o Senhor.

Assim, o quarto mandamento, ou o sábado, é considerado pelo Senhor um *sinai* entre Ele e Seu povo, ou o *selo* de Sua lei nas duas dispensações. Por meio desse mandamento, as pessoas revelam que são adoradoras do Deus verdadeiro. E Deus, por intermédio do mesmo mandamento, revela-Se como seu legítimo governante, por ser o Criador da humanidade.

Em harmonia com essa ideia, há um fato significativo digno de ser notado: sempre que os autores sagrados desejavam destacar a distinção do Deus verdadeiro em relação a deuses falsos de todas as categorias, apelava-se aos grandes fatos da criação, nos quais o quarto mandamento se baseia (ver 2 Rs 19:15; 2 Cr 2:12; Nm 9:6; Sl 115:4-7, 15; 121:2; 124:8; 134:3; 146:6; Isaías 37:16; 42:5; 44:24; 45:12; Jó 9:8; Is51:13; Jr 10:10-12; Sl 96:5; Jr 32:17; 51:15; At 4:24; 14:15; 17:23-24, etc.).

Voltamos a fazer menção ao fato de que o mesmo grupo que, em Apocalipse 7, tem o selo do Deus vivo na fronte, é destacado novamente em Apocalipse 14:1, com o *nome* do Pai na fronte. Essa é uma boa prova de que “selo do Deus vivo” e o “nome de Seu Pai” são usados como sinônimos. A cadeia de evidências a esse respeito se completa quando se confirma que o quarto mandamento, o qual se demonstrou ser o selo da lei, é citado pelo Senhor como aquele que contém o Seu nome. A prova disso se encontra em Deuteronômio 16:6: “Senão no lugar que o SENHOR, teu Deus, escolher para fazer habitar o Seu nome, ali sacrificarás a Páscoa à tarde”, etc. O que estava lá quando eles sacrificavam a páscoa? Havia o santuário, o qual continha, no compartimento santíssimo, a arca com os dez mandamentos, e o quarto declarava o Deus verdadeiro e continha Seu nome. Onde quer que o quarto mandamento estivesse, ali o nome de Deus seria colocado. E esse é o único objeto ao qual essa linguagem poderia se aplicar (ver Dt 12:5, 11, 21; 14:23-24, etc.).

Depois de confirmar que o selo de Deus é Seu santo sábado, o qual contém Seu nome, estamos preparados para prosseguir à aplicação. Pelas cenas apresentadas nos versículos em análise, a saber, os quatro ventos que pareciam estar prestes a soprar, provocando guerra e tribulação sobre a Terra, e a restrição dessa obra até os servos de Deus serem selados, como se uma obra de preparação precisasse ser realizada para poupá-los dessa tribulação, somos lembrados das casas dos israelitas, marcadas com o sangue do cordeiro pascal, e poupadas quando o anjo destruidor passou por cima delas a fim de matar os primogênitos dos egípcios (Êx 12); e também da marca feita pelo homem com um estojo de escrevedor (Ez 9), colocada sobre todos aqueles que seriam poupados pelos homens com armas de execução que vieram em seguida. Concluímos, então, que o selo de Deus, aqui colocado sobre Seus servos, consiste em uma espécie de marca distintiva, ou característica religiosa, mediante a qual ficarão livres dos juízos divinos que cairão sobre os ímpios a seu redor.

Uma vez que encontramos o selo de Deus no quarto mandamento, segue-se a pergunta: a observância desse mandamento envolve alguma peculiaridade na prática religiosa? Sim, e uma

muito marcante e notável. Em uma era que tanto se gaba da luz do evangelho quanto a presente, quando a influência do cristianismo é tão poderosa e disseminada, uma das peculiaridades em termos de prática religiosa mais surpreendentes que uma pessoa possa adotar, e uma das cruzes mais pesadas a carregar, mesmo nas terras mais iluminadas e cristãs, consiste na simples observância da lei de Deus. Pois o quarto mandamento requer a observância do sétimo dia de cada semana como o sábado do Senhor. Todavia, quase toda a cristandade, mediante a influência combinada do paganismo e do papado, foi seduzida à guarda do primeiro dia. Basta uma pessoa começar a observância do dia ordenado pelo mandamento, e imediatamente recebe uma marca de peculiaridade. Torna-se diferente tanto do mundo que se declara religioso quanto dos não convertidos.

Concluimos, portanto, que o anjo subindo do oriente com o selo do Deus vivo é um mensageiro divino incumbido de uma obra de reforma a ser levada adiante entre os seres humanos ligada ao sábado e ao quarto mandamento. Os agentes dessa obra na Terra são, é claro, os ministros de Cristo. Pois aos seres humanos foi dada a ordem de instruir seus companheiros na verdade bíblica. Mas como há ordem na execução de todos os conselhos divinos, não parece improvável que um anjo literal tenha sido encarregado da supervisão dessa obra.

Já observamos que a cronologia dos eventos proféticos situa essa obra em nosso tempo. Isso fica ainda mais evidente com base no fato de que, no evento que sucede ao selamento desses servos de Deus, os contemplamos perante o trono, com palmas da vitória nas mãos. Portanto, o selamento é a última obra a ser realizada em favor deles antes da redenção.

Em Apocalipse 14, a mesma obra é destacada mais uma vez mediante o símbolo de um anjo voando no meio do céu com a advertência mais extraordinária que já chegou aos ouvidos humanos. Falaremos disso em maiores detalhes quando chegarmos a esse capítulo. Fazemos referência ao fato agora por ser a última obra a ser realizada em prol do mundo antes da vinda de Cristo, o acontecimento seguinte na ordem da profecia. Por isso, precisamos sincronizá-la com a obra aqui destacada em Apocalipse 7:1-3. O anjo com o selo do Deus vivo, mencionado no capítulo 7, é, portanto, o mesmo terceiro anjo do capítulo 14. E esse ponto de vista fortalece a exposição anterior sobre o selo. Com efeito, ao mesmo tempo em que, como resultado da obra no capítulo 7, certo grupo é selado com o selo do Deus vivo, um grupo, como resultado da terceira mensagem do capítulo 14, é destacado prestando obediência bíblica a todos os “*mandamentos de Deus*” (versículo 12). No entanto, com exceção do quarto, não há nenhum mandamento do decálogo que, em teoria, precisa ser reformado pelo mundo cristão. Este é o ponto representativo dessa mensagem. Isso fica claro com base no fato de que, juntamente com a guarda dos mandamentos e de todos os outros princípios morais, a observância do sábado do Senhor é o que distingue os servos de Deus daqueles que adoram a besta e recebem sua marca, a qual, conforme será posteriormente demonstrado, é a observância de um sábado espúrio.

Tendo assim notado os principais pontos da questão, chegamos agora ao ponto mais marcante de todos. Em exata concordância com o argumento cronológico anterior, descobrimos que essa obra já se encontra em processo de cumprimento bem diante de nossos olhos. A mensagem do ter-

ceiro anjo está sendo anunciada. O anjo que sobe do oriente está em missão. A reforma do sábado já começou. Embora em relativo silêncio, sem dúvida ela está abrindo caminho pela Terra e se destina a agitar todos os países que merecem receber a luz do evangelho. Ela resultará no levantamento de um povo preparado para o breve retorno do Salvador e selado para Seu reino eterno.

Deixamos esses versículos, nos quais tanto nos demoramos, com mais uma pergunta. É possível identificar entre as nações algum movimento que aponte para algum tipo de resposta ao clamor do anjo que sobe (“Não danifiquéis”, mediante o sopro dos ventos, “até selarmos na frente os servos do nosso Deus”)? O tempo durante o qual os ventos são contidos não poderia ser, levando em conta a natureza do símbolo usado, uma época de profunda paz. Essa não seria a resposta à profecia. Para deixar claro que os ventos estão sendo contidos, deve haver perturbação, agitação, ira e suspeita entre as nações, com um rompante ocasional de lutas, como um pé-d’água vacilante, saindo da tempestade encarcerada que se esforça para se libertar. E tais rompantes devem ser súbita e inesperadamente reprimidos. Então, e não em situação contrária, ficaria evidente, para quem contempla os acontecimentos à luz da profecia, que a mão do Onipotente foi colocada sobre os elementos insurgentes de contenda e guerra para restringi-los, por algum bom motivo. E tal tem sido o aspecto dos nossos tempos por quase meio século. Desde a grande revolução de 1848, na qual tantos tronos europeus ruíram e se tornaram pó, que estado de ira e desassossego político tem existido em meio a todas as nações da Terra! Complicações novas e inesperadas surgem de repente, lançando as questões em uma confusão aparentemente indissolúvel, ameaçando uma terrível guerra imediata. E de vez em quando o conflito irrompe em toda fúria, levantando-se mil vozes para predizer que a grande crise chegou, que o resultado seria uma guerra universal, cujo fim nenhum ser humano seria capaz de prever. Então, subitamente e sem explicação, tudo arrefece e volta à calma. Em nossa própria terra, a terrível guerra civil de 1861 a 1865 é um exemplo notável. Na primavera de 1865, a pressão sobre a nação para que homens e recursos continuassem a guerra havia se tornado tão grande que ela começou a impedir seriamente o progresso da obra simbolizada pelo anjo que sobe, chegando a ameaçar sua parada total. As pessoas interessadas nessas verdades, crendo que chegara o momento da aplicação da profecia e que as palavras ao anjo — “Não danifiquéis”, etc. — indicavam um movimento da parte da igreja, ergueram suas súplicas ao Governante das nações, para que refreasse a obra cruel de tumulto e guerra. Dias de jejum e oração foram separados para esse fim. O momento em que isso ocorreu foi um período escuro e sombrio da guerra. Não foram poucos os que ocupavam altas posições da vida política que predisseram a continuação do conflito por tempo indefinido, com uma intensidade espantosa de todos os seus males. De repente, porém, ocorreu uma mudança. E não se passaram nem três meses desde o momento mencionado para que o último exército dos confederados do sul se rendesse e todos os seus soldados depusessem as armas. O colapso foi tão repentino e total, e os corações ficaram tão agradecidos por se verem livres da pressão da guerra terrível, que a nação irrompeu em um cântico de júbilo, e estas palavras foram visivelmente exibidas no capítólio nacional: *“Isto procede do SENHOR e é maravilhoso aos nossos olhos”*

(Sl118:23). Há aqueles que creem existir uma causa específica para esse fim súbito da guerra, da qual o mundo, é claro, tem pouca consciência. A conclusão repentina da guerra franco-prussiana de 1870 e a guerra recente entre Turquia e Rússia podem ser citadas como exemplos posteriores. É possível que mais eventos desse tipo ainda sejam testemunhados para cumprir ainda mais completamente esse ponto da profecia.

VERSÍCULO 4. Então, ouvi o número dos que foram selados, que era cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos de Israel: 5. da tribo de Judá foram selados doze mil; da tribo de Rúben, doze mil; da tribo de Gade, doze mil; 6. da tribo de Aser, doze mil; da tribo de Naftali, doze mil; da tribo de Manassés, doze mil; 7. da tribo de Simeão, doze mil; da tribo de Levi, doze mil; da tribo de Issacar, doze mil; 8. da tribo de Zebulom, doze mil; da tribo de José, doze mil; da tribo de Benjamim foram selados doze mil.

Afirma-se aqui que o número dos selados foi de 144 mil. Com base no fato de que são doze mil selados de cada uma das doze tribos, muitos supõem que essa obra deve ter sido realizada no passado, no máximo por volta do início da era cristã, quando essas tribos ainda existiam literalmente. Não conseguem entender como pode se aplicar aos nossos tempos, época em que todo traço de distinção entre essas tribos já foi apagado por tanto tempo e tão completamente. Recomendamos a tais pessoas a leitura das palavras iniciais da epístola de Tiago: “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às *doze tribos* que se encontram na Dispersão, saudações. *Meus irmãos*, tende por motivo de toda alegria o passardes por várias provações”, etc. As pessoas às quais Tiago se dirige nessa passagem são: 1) cristãs, pois ele as chama de irmãos; 2) não são judeus convertidos ao cristianismo, as doze tribos de sua época, pois se refere a elas tendo em vista a vinda do Senhor (ver capítulo 5). Logo, ele está se dirigindo à última geração de cristãos, os cristãos de nossos dias. E os chama de “doze tribos que se encontram na Dispersão”. Como isso pode acontecer? Paulo explica em Romanos 11:17-24. Na imagem marcante do enxerto que ele apresenta nesse texto, a boa oliveira representa Israel. Alguns dos galhos, os descendentes naturais de Abraão, foram cortados fora por causa da descrença (em Cristo). Pela fé em Cristo, rebentos de oliveiras são enxertados na mesma oliveira boa, e assim as doze tribos são perpetuadas. E aqui encontramos uma explicação da linguagem utilizada, apresentada pelo mesmo apóstolo: “nem todos os de Israel são, de fato, israelitas” e “não é judeu quem o é apenas exteriormente, [...]. Porém judeu é aquele que o é interiormente” (Rm 9:6-8; 2:28, 29). Por isso, encontramos nas portas da nova Jerusalém — cidade do Novo Testamento ou cristã, não uma cidade judaica — o nome das doze tribos dos filhos de Israel. Nos alicerces dessa cidade estava escrito o nome dos doze apóstolos do Cordeiro e, nas portas, o nome das doze tribos de Israel (Ap 21:12-14). Se as doze tribos pertencem exclusivamente à antiga dispensação, a ordem mais natural seria escrever seus nomes nos alicerces e os dos doze apóstolos nas portas; mas não foi isso que aconteceu, são os nomes das doze tribos que estão nos portões. Por essas portas, com tais inscrições, todas as hostes dos remidos entrarão e sairão. Assim, todos os remidos serão considerados pertencentes

a essas doze tribos, quer tenham sido judeus nesta Terra, quer gentios. É claro que procuramos em vão por qualquer marca de distinção entre as tribos aqui na Terra. E desde que Cristo veio em carne, a preservação da genealogia das tribos não é mais necessária. No Céu, porém, onde o nome da igreja dos primogênitos está arrolado, podemos ter certeza de que há ordem, e cada nome se encontra registrado na própria tribo (Hb 12:23).

Pode-se observar que a listagem das tribos aqui difere da mencionada em outros lugares. Os doze filhos de Jacó, os quais se tornaram cabeças de grandes famílias, chamadas de tribos, eram Rúben, Simão, Levi, Judá, Issacar, Zebulom, Benjamin, Dã, Naftali, Gade, Aser e José. Mas Jacó, em seu leito de morte, adotou os filhos de José, Efraim e Manassés, para constituírem duas das tribos de Israel (Gn 48:5). Essa divisão da tribo de José faz o número de tribos chegar a treze. Contudo, durante a distribuição da terra de Canaã por sortes, a soma foi de somente doze, por isso foram feitas doze sortes. A tribo de Levi ficou de fora, por ter sido encarregada do serviço do tabernáculo, sem receber terra como herança. No entanto, na passagem em análise, as tribos de Efraim e Dã são omitidas, com a inclusão de Levi e José no lugar delas. Os comentaristas explicam que a omissão de Dã se justifica pelo fato de esta tribo ter sido a principal envolvida com a idolatria (ver Juízes 18, etc.). A tribo de Levi assume aqui seu lugar junto com as outras, uma vez que, na Canaã celestial, não existirão os motivos para não terem herança, como aqui na Terra. E José provavelmente é mencionado no lugar de Efraim, por ser um nome que parecia ser aplicado tanto à tribo de Efraim quanto à de Manassés (Nm 13:11).

Doze mil foram selados “de” cada uma das doze tribos, mostrando que nem todos os que tinham lugar entre as tribos quando a obra de selamento começou passaram no teste e conseguiram ser vencedores afinal. Pois o nome daqueles que já se encontram no livro da vida será apagado se não vencerem (Ap 3:5).

VERSÍCULO 9. Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; 10. e clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus, que Se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação. 11. Todos os anjos estavam de pé rodeando o trono, os anciãos e os quatro seres viventes, e ante o trono se prostraram sobre o seu rosto, e adoraram a Deus, 12. dizendo: Amém! O louvor, e a glória, e a sabedoria, e as ações de graças, e a honra, e o poder, e a força sejam ao nosso Deus, pelos séculos dos séculos. Amém!

Depois que o selamento foi terminado, João contemplou uma multidão incontável adorando a Deus extasiada perante Seu trono. Sem dúvida, esse vasto agrupamento é formado pelos salvos de todas as nações, tribos, povos e línguas, os quais ressuscitaram dos mortos por ocasião da segunda vinda de Cristo, mostrando que o selamento é a última obra que será realizada em prol do povo de Deus antes da transladação.

VERSÍCULO 13. Um dos anciãos tomou a palavra, dizendo: Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são e donde vieram? 14. Respondi-lhe: meu Senhor, tu o sabes. Ele, então, me disse: São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro, 15. razão por que se acham diante do trono de Deus e O servem de dia e de noite no Seu santuário; e Aquele que Se assenta no trono estenderá sobre eles o Seu tabernáculo. 16. Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum, 17. pois o Cordeiro que Se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima.

As perguntas feitas por um dos anciãos a João: “Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são e donde vieram?”, analisadas em conjunto com a resposta do apóstolo: “meu Senhor, tu o sabes”, deixando subentendido que o próprio João não sabia, parecem desprovidas de qualquer objetivo, caso fizessem referência a toda a grande multidão que se encontrava à frente dele. Pois João sabia quem eram aquelas pessoas e de onde vinham; uma vez que ele próprio dissera se tratar de indivíduos — remidos, é claro — de todas as nações, tribos, povos e línguas. João poderia ter respondido muito bem: “Esses são os remidos de todas as nações da Terra”. Mas caso a referência seja a algum grupo especial dentre essa vasta multidão, distinto por alguma marca ou posição especial, então talvez não fosse tão evidente quem eles eram e o que lhes conferia essa peculiaridade. Nesse caso, as perguntas aplicadas a eles seriam apropriadas e pertinentes. Por isso, tendemos a favorecer o ponto de vista de que as perguntas propostas por um dos anciãos chamam atenção para um grupo especial. E nenhum grupo receberia alusão especial tão naturalmente quanto o mencionado na primeira parte do capítulo, a saber, os 144 mil. João havia contemplado esse grupo em seu estado mortal, enquanto recebia o selo do Deus vivo em meio às cenas turbulentas dos últimos dias. Mas agora que se encontram em meio à assembleia dos remidos, a transição é tão grande e a condição em que agora aparecem é tão diferente que ele não consegue reconhecê-los como o grupo especial que vira ser selado na Terra. A esse grupo, as especificações que se seguem parecem se aplicar muito bem:

1. *Eles vêm da grande tribulação.* Embora seja verdade que, em algum grau, importa a todos os cristãos “através de muitas tribulações [...] entrar no reino de Deus” (At 14:22), essa afirmação é verdadeira em um sentido muito enfático a respeito dos 144 mil. Eles passaram por um grande período de angústia tal qual nunca houve desde que existe nação (Dn12:1). Vivenciaram a aflição mental do tempo da angústia de Jacó (Jr 30:4-7). Eles se encontram sem mediador em meio às terríveis cenas das sete últimas pragas, as demonstrações da ira de Deus sem mistura sobre a Terra (Apocalipse, capítulos 15 e 16). Enfrentam o período mais severo de angústia que o mundo já conheceu, embora sejam livrados dele.

2. *Vestiduras brancas.* — Eles lavam as vestiduras e as alvejam no sangue do Cordeiro. Em relação à última geração, é muito enfático o testemunho quanto a obter vestes brancas (Ap 3:5, 18). E embora os 144 mil sejam acusados de rejeitar a Cristo e confiar nas próprias obras para ser salvos, porque se recusam a transgredir os mandamentos de Deus (Ap 14:1, 12), no grande dia,

essa calúnia será apagada. Ficará claro que depositaram sua esperança de vida nos méritos do sangue derramado de seu divino Redentor, fazendo Dele sua fonte de justiça. Há força peculiar em dizer que foram esses os que lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro.

3. *As primícias.* O versículo 15 descreve a posição de honra que ocupam no reino e sua proximidade a Deus. Em outra passagem, são chamados de “primícias para Deus e para o Cordeiro” (Ap 14:4).

4. *Não terão mais fome.* O versículo 16 diz: “Jamais terão fome, nunca mais terão sede”. Isso revela que, no passado, eles sofreram fome e sede. A quem isso pode se referir? Uma vez que, sem dúvida, isso diz respeito a alguma experiência especial, não seria uma referência às provas que enfrentaram durante o tempo de angústia, mais especificamente durante as últimas pragas? Nessa ocasião, os justos ficariam restitos a pão e água; e, muito embora essas coisas sejam “certas” (Is 33:16), suficientes para o sustento, numa época em que as pastagens, com todas as suas frutas e sua vegetação, se secarem (Jl 1:18-20), e os rios e as fontes se transformarem em sangue (Ap 16:4-9), reduzindo sua conexão com a Terra e as coisas terrenas ao limite mínimo, os santos que passarem por esse período serão levados ocasionalmente a enfrentar graus extremos de fome e sede. No entanto, depois que ganharem o reino, “jamais terão fome, nunca mais terão sede”. E o profeta continua, ainda em referência ao mesmo grupo: “não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum”. Devemos nos lembrar de que os 144 mil vivem em uma época na qual o sol recebe poder para “queimar os homens com fogo” (Ap 16:8-9). Conquanto sejam resguardados do efeito mortal que isso tem sobre os ímpios à sua volta, não podemos supor que suas sensibilidades serão tão amortecidas a ponto de não perceberem as sensações desagradáveis do calor terrível. Não. Quando entrarem pelos campos da Canaã celestial, estarão preparados para apreciar a garantia divina de que o sol não cairá sobre eles, nem ardor algum.

5. *O Cordeiro os apascentará.* Outro testemunho acerca do mesmo grupo e aplicável ao mesmo período diz: “São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá” (Ap 14:4). As duas expressões indicam um estado de companheirismo íntimo e divino no qual o bendito Redentor os admite em Sua presença.

O salmista, na bela passagem a seguir, parece aludir à mesma promessa: “Fartam-se da abundância da Tua casa, e na torrente das Tuas delícias lhes dás de beber” (Sl 36:8). A linguagem usada nessa promessa em referência aos 144 mil também é encontrada nesta resplendente promessa da pena de Isaías: “Tragará a morte para sempre, e, assim, enxugará o SENHOR Deus as lágrimas de todos os rostos, e tirará de toda a Terra o opróbrio do Seu povo, porque o SENHOR falou” (Is 25:8).

APOCALIPSE 8 — AS SETE TROMBETAS



Definimos como título deste capítulo as sete trombetas, pois elas são o principal tema abordado, embora outras questões sejam apresentadas antes do início dessa série de acontecimentos. O primeiro versículo está ligado aos eventos dos acontecimentos anteriores e, por isso, não deveria ter sido separado deles pela divisão do capítulo.

VERSÍCULO 1. Quando o Cordeiro abriu o sétimo selo, houve silêncio no Céu cerca de meia hora.

A série dos sete selos é aqui resumida e concluída. O sexto capítulo encerra com os acontecimentos do sexto selo, ao passo que o oitavo começa com a abertura do sétimo selo. Logo, o capítulo 7 consiste em um parêntese colocado entre o sexto e o sétimo selos, transparecendo que a obra de selamento desse capítulo pertence ao sexto selo.

Silêncio no Céu. Só é possível fazer conjecturas acerca da causa desse silêncio. No entanto, há uma conjectura que conta com o embasamento dos acontecimentos do sexto selo. Esse selo não nos leva até o segundo advento, muito embora abranja eventos que têm uma conexão próxima com o mesmo. Ele introduz a comoção terrível dos elementos, descrita como o recolhimento do céu, como se fosse um pergaminho. Tudo isso é provocado pela voz de Deus. A superfície da Terra é danificada e os ímpios confessam que o grande dia da ira de Deus chegou. Sem dúvida, eles têm a expectativa momentânea de ver o Rei aparecer para eles em glória insuportável. Mas o selo para logo antes desse acontecimento. A vinda pessoal de Cristo deve ser atribuída ao selo seguinte. Quando, porém, o Senhor aparecer, virá juntamente com todos os santos anjos (Mt 25:31). E quando todos os músicos celestes deixarem as cortes do alto para descer com Seu Senhor divino, para Ele colher os frutos de Sua obra redentora, não haverá então grande silêncio no Céu?

Se considerarmos que esse período de silêncio corresponde a tempo profético, será de aproximadamente sete dias.

VERSÍCULO 2. Então, vi os sete anjos que se acham em pé diante de Deus, e lhes foram dadas sete trombetas.

Este versículo introduz uma série de acontecimentos nova e distinta. Nos selos, encontramos a história da igreja durante aquilo que é chamado de dispensação evangélica. Nas sete trombetas, agora apresentadas, deparamos com os principais acontecimentos políticos e bélicos que se desenrolarão ao longo do mesmo período.

VERSÍCULO 3. Veio outro anjo e ficou de pé junto ao altar, com um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso para oferecê-lo com as orações de todos os santos sobre o altar de

ouro que se acha diante do trono; 4. e da mão do anjo subiu à presença de Deus a fumaça do incenso, com as orações dos santos. 5. E o anjo tomou o incensário, encheu-o do fogo do altar e o atirou à Terra. E houve trovões, vozes, relâmpagos e terremoto.

Depois de mencionar sete anjos no versículo 2 e trazê-los para o palco de ação, por um instante, nos três versículos supracitados, João direciona nossa atenção para uma cena completamente distinta. O anjo que se aproxima do altar não é um dos sete anjos com trombetas. O altar corresponde ao altar de incenso, o qual, no santuário terreno, foi colocado no primeiro compartimento. Aqui, então, encontra-se mais uma prova de que existe um santuário no Céu com os móveis correspondentes para o cerimonial, do qual o tabernáculo terreno era apenas uma figura. É para dentro desse santuário que as visões de João nos levam. Assim se chama atenção para a obra de ministração em prol de todos os santos no santuário celestial. Sem dúvida, toda a obra de mediação pelo povo de Deus durante a dispensação evangélica é aqui apresentada. Isso se torna evidente pelo fato de que os anjos ofertavam o incenso com as orações de *todos* os santos. O fato de que estamos sendo conduzidos até o fim fica evidente por meio da ação do anjo de encher o incensário de fogo e o atirar à Terra, indicando a conclusão de sua obra. Nessa época, orações misturadas com incenso não seriam mais oferecidas. Esse ato simbólico só pode se cumprir quando a ministração de Cristo no santuário em favor de toda a humanidade cessar para sempre. Após a ação do anjo, seguem-se vozes, trovões, relâmpagos e um terremoto — exatamente os incidentes que outros textos nos informam que aconteceriam ao fim do tempo da graça para a humanidade (ver Ap 11:19; 16:17,18).

Mas por que esses versículos são colocados justamente aqui? Resposta: como mensagem de esperança e consolo para a igreja. Foram apresentados sete anjos com suas trombetas bélicas. Cenas terríveis estão prestes a ocorrer quando elas soarem. Antes, porém, de começar, o povo de Deus é levado a contemplar a obra de mediação realizada no Céu em favor deles e a fonte de ajuda e força que terão durante esse período. Embora sejam lançados de um lado para o outro como plumas em meio às tumultuadas ondas de contenda e guerra, cumpria-lhes saber que o grande Sumo Sacerdote ainda ministrava em favor deles no santuário celestial e para esse lugar poderiam dirigir suas orações, oferecendo-as, com incenso, a seu Pai celestial. Assim conseguiriam reunir forças e apoio em meio a tantas calamidades.

VERSÍCULO 6. Então, os sete anjos que tinham as sete trombetas prepararam-se para tocar.

O tema das trombetas é aqui retomado e ocupa o restante deste capítulo e todo o seguinte. Os sete anjos se preparam para tocar seu instrumento. O toque é um complemento à profecia de Daniel 2 e 7, a qual começa com o esfacelamento do antigo império romano em dez partes, que são descritas nas quatro primeiras trombetas.

VERSÍCULO 7. O primeiro anjo tocou a trombeta, e houve saraiva e fogo de mistura com sangue, e foram atirados à Terra. Foi, então, queimada a terça parte da Terra, e das árvores, e também toda erva verde.

Uma explicação completa sobre as sete trombetas pode ser encontrada na obra intitulada *An Exposition of the Seven Trumpets of Revelation VIII and IX* [Exposição sobre As Sete Trombetas de Apocalipse 8 e 9], publicada pelo escritório da *Review and Herald*, em Battle Creek, Michigan. Recomendamos sua leitura para um exame mais minucioso do assunto. Temos uma grande dívida de gratidão para com esse livro pelas citações apresentadas abaixo.

O Sr. Keith observou, com muita justiça, a respeito dessa profecia:

“Ninguém conseguiria elucidar os textos com maior clareza ou expô-los mais plenamente do que Gibbon em sua obra. Os capítulos desse filósofo cético que tratam diretamente da questão só precisam de um texto a ser acrescentado no início e do apagamento de algumas palavras profanas para formar uma série de palestras expositivas sobre os capítulos 8 e 9 de Apocalipse”. “Resta pouco ou nada para o professor intérprete fazer além de se dirigir para as páginas de Gibbon”.

A primeira chaga e julgamento pesado que recaiu sobre Roma ocidental em seu caminho descendente foi a guerra contra os godos liderados por Alarico, a qual abriu caminho para ataques posteriores. Após a morte do imperador romano Teodósio em janeiro de 395, antes do fim do inverno, os godos, dirigidos por Alarico, estavam empunhando armas contra o império.

“Saraiva e fogo de mistura com sangue” foram lançados sobre a Terra. As consequências terríveis dessa invasão dos godos são representadas como “saraiva” por causa da origem setentrional dos invasores; “fogo”, devido à destruição tanto da cidade quanto do campo pelas chamas; e “sangue” por causa do terrível massacre dos cidadãos do império por guerreiros destemidos e intrépidos.

O toque da primeira trombeta ocorreu por volta do fim do quarto século em diante e se refere a essas invasões desoladoras dos godos ao império romano.

Não sei como a história do toque da primeira trombeta poderia ser expresso de modo mais impressionante do que pela apresentação da vívida retomada dos fatos, encontrada em *History*, de Gibbon, citado por Keith, em sua obra *Signs of the Times*, vol. 1, p. 221-233:

“Grandes trechos mostram como Gibbon expôs com amplitude e clareza o texto sobre a história da primeira trombeta, a primeira tempestade que assolou a terra romana e a primeira queda de Roma. A fim de usar suas palavras em um comentário mais direto, assim lemos a síntese da questão: a nação dos godos estava armada ao primeiro toque da trombeta e, durante o rigor incomum do inverno, eles fizeram passar suas pesadas diligências sobre a grossa camada de gelo sobre o rio. Os campos férteis de Fócis e Beócia foram tomados por um dilúvio de bárbaros. Os homens foram massacrados. As mulheres e o gado das vilas incendiadas foram mandados para longe. As marcas profundas e sangrentas da marcha dos godos podiam ser facilmente encontradas vários anos após a investida. Todo o território da Ática foi destruído pela presença

perniciosa de Alarico. Os habitantes mais afortunados de Corinto, Argos e Esparta foram poupados, pela morte, de contemplar o incêndio destruidor de suas cidades. Em uma época de calor tão extremo, que levou o leito dos rios a secar, Alarico invadiu o domínio do ocidente. O poeta Claudiano, o isolado “velho de Verona”, lamentou compadecido o destino de suas contemporâneas árvores, as quais *ardiam* no *incêndio de toda a Terra* [note as palavras da profecia: “Foi, então, *queimada* a terça parte da Terra, e das árvores”]; e o imperador romano fugiu da presença do rei dos godos.”

“Despertou-se um tumulto furioso entre as nações da Alemanha, de cuja extremidade norte os bárbaros partiram quase até as portas de Roma. Eles conseguiram destruir o ocidente. A nuvem negra que se formou na costa do Báltico arremeteu em trovões às margens do Danúbio superior. As pastagens da Gália, na qual gados e rebanhos se alimentavam, e as margens do Reno, repleta de casas elegantes e fazendas bem cultivadas, formavam uma cena de paz e fartura, a qual subitamente se transformou em um deserto, que só se distinguia da solidão da natureza por causa das ruínas em chamas. Muitas cidades foram cruelmente oprimidas ou destruídas. Milhares e milhares foram desumanamente massacrados; e as chamas consumidoras da guerra se espalharam sobre a maior parte das 17 províncias da Gália.”

“Alarico ampliou mais uma vez seus ataques sobre a Itália. Ao longo de quatro anos, os godos destruíram e reinaram sobre o país sem nenhum limite. Durante a pilhagem e o incêndio em Roma, as ruas da cidade ficaram repletas de cadáveres. As chamas consumiram vários edifícios públicos e particulares. As ruínas de um palácio permaneceram (depois de um século e meio) como um imponente monumento das investidas dos godos.”

“A última frase do trigésimo quinto capítulo de Gibbon em seu livro *History* é, por si só, um comentário claro e abrangente. Pois, ao finalizar sua descrição desse período breve, mas repleto de acontecimentos, ele concentra, como se fizesse uma leitura paralela, a síntese da história e o cerne da predição. Mas as palavras que a precedem também carregam seu significado: ‘A devoção pública daquela era estava impaciente para exaltar os santos e mártires da igreja católica nos altares de Diana e Hércules. A *união* do império romano foi *dissolvida*; sua própria essência e brilho foram humilhados no pó. E exércitos de bárbaros desconhecidos, provenientes das gélidas regiões do norte, estabeleceram seu reinado vitorioso sobre as províncias da Europa e da África.’”

“A última palavra, África, é o sinal do toque da segunda trombeta. A cena muda das praias do Báltico para a costa sul do Mediterrâneo, ou das regiões geladas do norte para as fronteiras da ardente África. E em vez de uma saraiva ser lançada sobre a Terra, uma montanha em chamas foi atirada ao mar.

VERSÍCULO 8. O segundo anjo tocou a trombeta, e uma como que grande montanha ardendo em chamas foi atirada ao mar, cuja terça parte se tornou em sangue, 9. e morreu a terça parte da criação que tinha vida, existente no mar, e foi destruída a terça parte das embarcações.

Depois de Constantino, o império romano foi dividido em três partes. Daí vem o frequente comentário “terça parte”, etc., em alusão à terça parte do império que sofreu o flagelo. Essa divi-

são do reino romano foi feita por ocasião da morte de Constantino, entre seus três filhos *Constâncio*, *Constantino II* e *Constante*. Constâncio tomou posse do oriente e fixou residência em Constantinopla, a metrópole do império. Constantino II ficou com a Bretanha, Gália e Espanha. Constante recebeu a Ilíria, África e Itália (ver Sabine, *Ecclesiastical History* [História Eclesiástica], p. 155). Acerca desse fato histórico conhecido, Elliott, citado por Albert Barnes, diz o seguinte em seus comentários sobre Apocalipse 12:4:

“No mínimo duas vezes antes de o império romano se dividir em duas partes em caráter permanente, o império oriental e ocidental, houve uma divisão *tríplice*. A primeira ocorreu em 311 d.C., quando ficou dividido entre Constantino, Licínio e Maximino; a outra, em 337 d.C., após a morte de Constantino, quando foi dividido entre seus três filhos, Constantino, Constante e Constâncio.”

A história que ilustra o toque da segunda trombeta está evidentemente ligada à invasão e conquista da África e, posteriormente, da Itália pelo terrível Genserico. Grande parte de suas conquistas foi de ordem naval; e seus triunfos foram “como que grande montanha ardendo em chamas [...] atirada ao mar”. Que imagem poderia ilustrar melhor ou mesmo tão bem essa colisão de marinhas e a destruição geral da costa marítima pela guerra? A fim de explicar essa trombeta, devemos procurar eventos que tenham consequências específicas sobre o mundo comercial. O símbolo usado naturalmente nos leva à busca por agitação e comoção. Nada além de uma batalha naval acirrada cumpriria a predição. Se o toque das quatro primeiras trombetas está ligado a quatro acontecimentos notáveis que contribuíram para a queda do império romano, e se a primeira trombeta diz respeito aos ataques dos godos liderados por Alarico, é natural procurarmos aqui o ato *imediatamente* seguinte da invasão que abalou o poder romano e conduziu a sua queda. A grande invasão seguinte *foi* a do “terrível Genserico”, líder dos vândalos. Sua carreira se passou entre os anos 428 e 468 d.C. A sede desse grande chefe vândalo ficava na África. No entanto, conforme Gibbon declara:

“A descoberta e conquista das nações negras [na África], aquela poderosa morada debaixo da zona de calor, não tentava a ambição racional de Genserico; mas ele dirigiu os olhos para o mar; decidiu-se a criar um *poder naval*, e sua resolução ousada foi executada com perseverança constante e ativa.”

Partindo do porto de Cartago, ele fez diversas investidas piratas, saqueando o comércio de Roma, e declarou guerra a esse império. A fim de combater esse monarca do mar, Majoriano, o imperador romano, fez amplos preparativos navais. Trezentas embarcações longas, com proporção adequada de navios de carga e barcos menores, foram armazenados no cais seguro e espaçoso de Cartagena, na Espanha. Mas Genserico foi salvo da ruína iminente e inevitável pela traição de súditos poderosos, invejosos ou apreensivos quanto ao sucesso de seu senhor. Guiado pela inteligência secreta destes, surpreendeu a frota desprotegida na baía de Cartagena; muitos



OS VÂNDALOS INVADINDO A ÁFRICA

dos navios foram afundados, tomados ou queimados. Assim os preparativos de três anos foram destruídos em um só dia.

A Itália continuou a ser afligida, durante muito tempo, pelas depredações incessantes dos piratas vândalos. Todas as primaveras, eles reuniam uma força naval extraordinária no porto de Cartago, e o próprio Genserico, embora em idade muito avançada, ainda comandava pessoalmente as expedições mais importantes.

Os vândalos atacaram repetidas vezes a costa da Espanha, Ligúria, Toscana, Campânia, Lucânia, Brútios, Apúlia, Calábria, Vênelo, Dalmácia, Épiro, Grécia e Sicília.

A rapidez de sua movimentação permitia que ameaçassem e atacassem, quase que ao mesmo tempo, os alvos mais distantes que despertavam seus desejos. E como sempre levavam a bordo número suficiente de cavalos, mal chegavam e já varriam o consternado país com um exército de veloz cavalaria.

No ano 468, Leão, imperador do oriente, fez a última tentativa desesperada de destituir Genserico da soberania dos mares. Gibbon dá o seguinte testemunho quanto a esse fato:

“A despesa total da campanha africana totalizou quase 60 mil quilos de ouro — cerca de 5 milhões e 200 mil libras esterlinas. [...] A frota que partiu de Constantinopla para Cartago era formada por 1.113 navios. O número de soldados e marinheiros passava de 100 mil homens. [...] O exército de Heráclio e a frota de Marcelino logo se uniram ou apoiaram o comandante imperial. [...] O vento se tornou favorável aos desígnios de Genserico. Ele tripulou seus maiores navios de guerra com os mouros e vândalos mais valentes e providenciou que esses navios rebocassem muitos barcos grandes repletos de materiais combustíveis. Na calada da noite, essas embarcações destruidoras foram impulsionadas contra a frota desprotegida e sem suspeitas dos romanos, a qual acordou com o presságio do perigo iminente. Sua disposição fechada e lotada ajudou no progresso do incêndio, que se disseminou com rápida e irresistível violência. O barulho do vento, o crepitar das chamas, os gritos dissonantes de soldados e marinheiros que não conseguiam ordenar, nem obedecer, aumentou o terror do tumulto noturno. Enquanto lutavam para se livrar dos navios de fogo e salvar pelo menos parte da marinha, as embarcações de Genserico atacaram com coragem moderada e disciplinada. Assim, muitos dos romanos que escaparam da fúria das chamas foram destruídos ou levados pelos vândalos vitoriosos. [...] Após o fracasso dessa grande expedição, Genserico voltou a ser o tirano do mar. As costas da Itália, Grécia e Ásia voltaram a ser expostas a sua vingança e avareza. Tripoli e Sardenha voltaram a lhe obedecer. Ele acrescentou Sicília ao número de suas províncias. E, antes de morrer, cheio de anos e de glórias, contemplou a extinção final do império do ocidente” (Gibbon, vol. 3, p. 495-498).

Falando sobre a parte importante que esse pirata ousado desempenhou na queda de Roma, Gibbon usa as seguintes palavras significativas: “Genserico, nome que, na destruição do império romano, ocupa a mesma posição dos nomes de Alarico e Átila”.

VERSÍCULO 10. O terceiro anjo tocou a trombeta, e caiu do céu sobre a terça parte dos rios, e sobre as fontes das águas uma grande estrela, ardendo como tocha. 11. O nome da estrela é Absinto; e a terça parte das águas se tornou em absinto, e muitos dos homens morreram por causa dessas águas, porque se tornaram amargas.

Na interpretação e aplicação dessa passagem, somos levados ao terceiro acontecimento importante que resultou na subversão do império romano. Agradecemos ao Dr. Albert Barnes por algumas citações que usamos com o objetivo de encontrar o cumprimento histórico da terceira trombeta. A fim de explicar esse texto bíblico, é necessário, conforme diz esse comentarista:

“Procurar por um algum comandante ou guerreiro que pudesse ser comparado a um meteoro em chamas; cuja trajetória de ação fosse singularmente brilhante; que aparecesse de repente como uma estrela ardente e então desaparecesse como uma estrela cuja luz morresse nas águas. As ações desoladoras desse meteoro ocorreriam principalmente nas partes do mundo repletas de fontes de águas e córregos correntes. Teriam que provocar um efeito *como se* esses riachos e essas nascentes se tornassem amargos, isto é, muitas pessoas pereceriam e amplas desolações seriam provocadas nas redondezas desses rios e córregos, *como se* uma estrela amarga e perniciosa caísse nas águas e se espalhasse pelas terras adjacentes, banhadas por elas (*Notes on Revelation 8* [Notas sobre Apocalipse 8]).

Parte-se aqui da premissa de que essa trombeta faz alusão às guerras desoladoras e invasões furiosas de Átila contra o poder romano, que ele conduziu na liderança de seus bandos de hunos. Ao falar sobre esse guerreiro, em especial sobre sua aparência física, Barnes afirma:

“No que diz respeito à aparência, ele se parecia muito com um meteoro brilhante cruzando o céu. Vinha do leste reunindo seus hunos e os derramava de repente sobre o império, conforme veremos, com a rapidez de um meteoro resplendente. Ele também se considerava devoto de Marte, o deus da guerra, e estava acostumado a se vestir de uma maneira peculiarmente brilhante, de tal modo que seu aspecto, nas palavras dos bajuladores, era tão impressionante que ofuscava os olhos de quem o contemplava.

Discorrendo sobre a *localidade* dos eventos preditos por essa trombeta, Barnes tece o seguinte comentário:

“Afirma-se, de modo específico, que o efeito seria sentido pelos ‘rios’ e pelas ‘fontes das águas’. Caso isso tenha aplicação literal, ou, conforme se supõe no caso da segunda trombeta, caso as palavras usadas façam referência à parte do império que seria especialmente afetada pela invasão hostil, então podemos supor que diz respeito às regiões do império repletas de rios e fontes, sobretudo aquelas onde os rios e as fontes se *originavam* — pois o efeito se fez sentir de maneira permanente nas ‘fontes das águas’. Aliás, as principais operações de Átila ocorreram na região dos Alpes e nas porções do império de onde os rios correm até a Itália. Gibbon usa a seguinte linguagem geral para descrever a invasão de Átila: ‘Todo o escopo da Europa, que se estende desde cerca

de 800 quilômetros do mar Negro ao Adriático, foi invadido rapidamente, ocupado e desolado pelas miríades de bárbaros que Átila liderava no campo de batalha.”

“O nome da estrela é Absinto [denotando as consequências amargas]”. Tais palavras — que se encontram intimamente ligadas ao versículo anterior — nos lembra, por um instante, do caráter de Átila, da miséria da qual foi autor ou instrumento e do terror que seu nome inspirava.

“Extermínio total e extinção’ são termos que representam da melhor maneira as calamidades que ele provocou”. Ele se chamava de “o flagelo de Deus”.

“Um de seus tenentes atacou e quase exterminou os burgúndios do Reno. Eles atravessaram, tanto na ida quanto na volta, os territórios dos francos. E massacraram tanto os reféns quanto os cativos. Duzentas jovens foram torturadas com fúria extraordinária e incessante. O corpo delas foi rasgado por cavalos selvagens, ou foram esmagadas sob o peso de carros em movimento. Seus membros não foram enterrados e ficaram abandonados em estradas públicas, para se tornar presas de cães e abutres.”

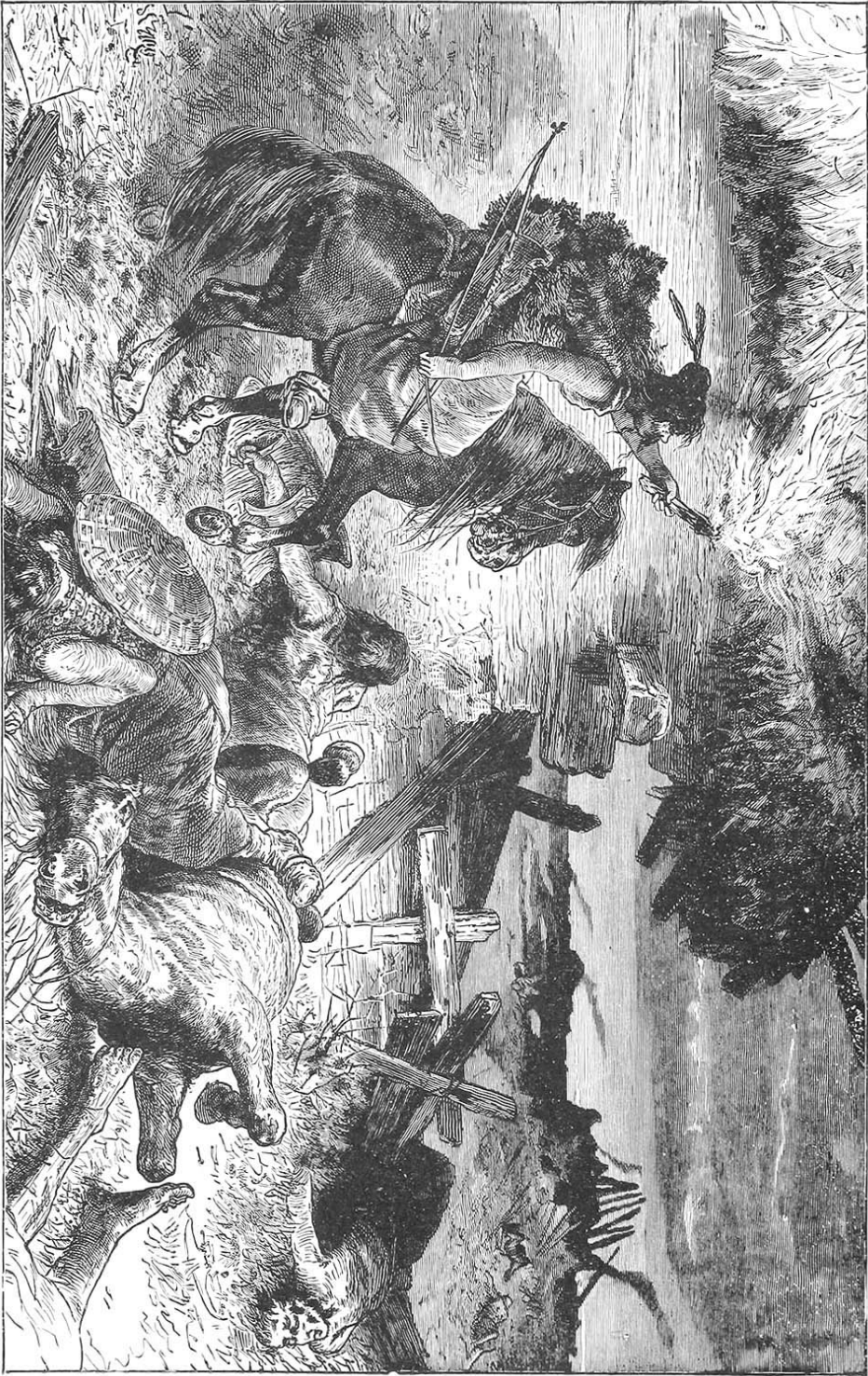
Átila se gabava de que a grama nunca mais crescia no caminho que ele havia trilhado. O imperador ocidental, juntamente com o senado e o povo de Roma, humilde e temerosamente deplorava a ira de Átila. E o parágrafo final que registra sua história se chama “Sintomas da decadência e ruína do governo romano”. “O nome da estrela é Absinto” (Keith).

VERSÍCULO 12. O quarto anjo tocou a trombeta, e foi ferida a terça parte do sol, da lua e das estrelas, para que a terça parte deles escurecesse e, na sua terça parte, não brilhasse, tanto o dia como também a noite.

Entendemos que essa trombeta simboliza a trajetória de Odoacro, o monarca bárbaro que teve uma íntima ligação com a queda de Roma *ocidental*. Fica claro que os símbolos sol, lua e estrelas — pois, sem dúvida, são usados como símbolos — denotam os grandes luminares do governo romano: seus imperadores, senadores e cônsules. Bispo Newton observa que o último imperador de Roma ocidental foi Rômulo, que era chamado, em tom pejorativo, de *Augústulo*, o diminutivo de Augusto. Roma ocidental caiu em 476 d.C. Contudo, ainda que o sol romano tenha se extinguido, os luminares menores continuaram a brilhar palidamente enquanto o senado e os cônsules permaneceram. No entanto, após muitos reveses civis e mudanças de sorte política, por fim, em 566 d.C., todas as formas do antigo governo foram derrubadas e Roma foi reduzida de imperadora do mundo a um pobre ducado que pagava tributos ao exarca de Ravena.

J. Litch, no capítulo chamado “Extinction of the Western Empire, A. D. 476 or A. D. 479” [Extinção do Império Romano, 476 d.C. ou 479 d.C.] (*Prophetic Exposition* [Exposição Profética], vol. 2, p. 156-160), cita as seguintes palavras de Keith:

“O desafortunado Augústulo se transformou em instrumento da própria desgraça. Ele anunciou sua resignação ao senado. Essa assembleia, em seu último ato de obediência ao príncipe romano, ainda simulou o espírito de liberdade e as formas da constituição. Por decreto unânime, foi enviada uma epístola para o imperador



ATILA, REI DOS HUNOS

“Atila se gabava de que a grama nunca mais crescia no caminho que ele havia trilhado”.

Zenão, genro e sucessor de Leão, que fora restaurado pouco tempo antes ao trono bizantino, após uma rápida rebelião. Eles solenemente ‘renunciaram à necessidade ou mesmo ao desejo de dar continuidade à sucessão imperial na Itália, uma vez que, em sua opinião, a majestade de um só monarca era suficiente para permear e proteger, ao mesmo tempo, tanto o oriente quanto o ocidente. Em nome deles e no nome do povo, consentiram que o trono do império universal fosse transferido de Roma para Constantinopla. E abriram mão, da forma mais vil, do direito de escolher seu mestre, o único vestígio que ainda restava da autoridade que havia determinado as leis do mundo.’”

“O poder e a glória de Roma como governante sobre todas as nações se extinguiu. Restou somente o nome da rainha das nações. Todos os traços de realeza desapareceram da cidade imperial. Aquela que havia governado sobre as nações agora se assentava no pó, como uma segunda Babilônia, e não havia mais trono onde os Césares haviam reinado. O último ato de obediência a um príncipe romano que aquela assembleia, tão augusta no passado, desempenhou foi a aceitação da resignação do último imperador do ocidente e a abolição da sucessão imperial na Itália. O sol de Roma foi ferido. [...]”

“Um novo conquistador da Itália, o ostrogodo Teodorico, logo se levantou, assumindo o manto real sem escrúpulos, e passou a reinar por direito de conquista. ‘A realeza de Teodorico foi proclamada pelos godos (5 de março de 493 d.C.), com o consentimento tardio, relutante e ambíguo do imperador do oriente’. O poder romano imperial, cuja sede havia sido Roma ou Constantinopla, em caráter solitário ou em conjunto, quer no ocidente ou no oriente, não era mais reconhecido na Itália. Assim a terça parte do sol foi ferida, até que deixou de emitir mesmo os raios mais frágeis. O poder dos césares se tornou desconhecido na Itália e um monarca godo começou a reinar sobre Roma.”

“No entanto, muito embora a terça parte do sol estivesse ferida e o poder imperial romano houvesse chegado ao fim na cidade dos césares, a lua e as estrelas continuaram a brilhar, ou reluzir fragilmente, por mais um tempo no império ocidental, mesmo em meio à escuridão dos godos. Teodorico não aboliu o *consulado* e o *senado* [“a lua e as estrelas”]. ‘Um historiador godo aplaude o consulado de Teodorico como o auge de todo poder e grandeza temporais’ — assim como a lua reina durante a noite, após o sol se pôr. E em lugar de abolir tal órgão, o próprio Teodorico ‘congratula aqueles favoritos anuais da fortuna, que, sem preocupação, desfrutavam o esplendor do trono.’”

“Contudo, seguindo a ordem profética, o consulado e o senado de Roma enfrentaram seu destino, embora isso não tenha ocorrido pelas mãos dos vândalos, nem dos godos. A revolução seguinte na Itália foi encabeçada por Belisário, o general de Justiniano, imperador do oriente. Ele não poupou aquilo que os bárbaros haviam reverenciado. ‘A extinção do consultado romano por Justiniano em 541 d.C.’ é o título do último parágrafo do capítulo 40 da obra *History of the Decline and Fall of Rome* [História do Declínio e da Queda de Roma], de Gibbon. ‘A sucessão dos cônsules finalmente cessou no 13º ano de Justiniano, cujo temperamento despótico foi aplacado pela extinção silenciosa de um título que lembrava os romanos de sua antiga liberdade’. A terceira parte do sol foi ferida, bem como a terça parte da lua e das estrelas. No firma-

mento político do mundo antigo, durante o domínio de Roma imperial, a dignidade imperial, o consultado e o senado brilhavam como o sol, a lua e as estrelas. A história de seu declínio e de sua queda continua até os dois primeiros serem “extintos”, no que diz respeito a Roma e Itália, lugares que, por tanto tempo, haviam figurado como a primeira cidade e o primeiro país. Por fim, à medida que se encerra a quarta trombeta, contemplamos a ‘extinção daquela ilustre assembleia’, o senado romano. A cidade que havia governado o mundo, como que em zombaria da grandeza humana, foi conquistada pelo eunuco Narses, o sucessor de Belisário. Ele derrotou os godos (552 d.C.), realizou a ‘conquista de Roma’ e selou o destino do senado.”

Elliott (*Horae Apocalypticae*, vol. 1, p. 357-360) fala da seguinte maneira sobre o cumprimento dessa parte da profecia, relacionada à extinção do império ocidental:

“Assim se preparou a catástrofe final, por meio da qual os imperadores e o império ocidental se extinguiram. A glória de Roma acabara havia muito tempo. Suas províncias, uma a uma, lhe haviam sido retiradas. O território ainda anexado a ela se tornara semelhante a um deserto; e suas posses marítimas, bem como suas frotas e seu comércio, já estavam aniquiladas. Pouco lhe restava a não ser títulos vãos e a insígnia da soberania. E agora chegara o momento em que esses também seriam retirados. Cerca de 20 anos ou mais após a morte de Átila, e muito menos depois do falecimento de Genserico (que, antes de morrer, havia visitado e destruído a cidade eterna em uma de suas expedições marítimas de saque, preparando ainda mais assim para a consumação iminente), por volta dessa época, Odoacro, chefe dos hérulos — remanescente bárbaro das hostes de Átila, alojado nas fronteiras alpinas da Itália —, se interpôs, ordenando que o *nome* e o *ofício do imperador romano do ocidente* deveriam ser abolidos. As autoridades se prostraram em submissão a ele. O último espectro de imperador, cujo nome, *Rômulo Augústulo*, foi singularmente calculado para traçar um contraste, diante de mentes reflexivas, entre as glórias passadas de Roma e sua degradação no momento, abdicou. E o senado enviou a insígnia imperial a Constantinopla, alegando para o imperador do oriente que somente um soberano era suficiente para o império inteiro. Dessa maneira, o sol imperial romano, a *terça parte* que pertencia ao império ocidental, foi eclipsado, para nunca mais voltar a brilhar. Digo a *terça parte* de sua órbita que pertencia ao império ocidental, porque a fração apocalíptica é literalmente precisa. No último acordo entre as duas cortes, toda a Ilíria, correspondendo à *terça parte*, fora entregue ao lado *oriental*. Logo, no ocidente, “a extinção do império’ aconteceu; a noite havia chegado.”

“No entanto, apesar de tudo isso, deve-se manter em mente que a autoridade do nome romano ainda não havia cessado por completo. O Senado de Roma continuava a se reunir como de costume. Os cônsules eram escolhidos anualmente, um pelo imperador do oriente e o outro por Itália e Roma. O próprio Odoacro governou a Itália sob um título (o de *patrício*) a ele conferido pelo imperador oriental. E no que dizia respeito às províncias ocidentais mais distantes, ou, pelo menos, distritos em número considerável dentro delas, o elo que as unia ao império romano não se encontrava totalmente rompido. Ainda havia certo reconhecimento da autoridade imperial suprema, mesmo

que frágil. A lua e as estrelas pareciam brilhar no ocidente com uma pequena luz refletida. Todavia, no decorrer dos acontecimentos que rapidamente sucederam um ao outro no meio século seguinte, elas também foram extintas. O ostrogodo Teodorico, após destruir os hérulos e o reino deles em Roma e Ravena, governou na Itália de 493 a 526 d.C. como soberano independente. Quando Belisário e Narses tomaram a Itália dos ostrogodos (conquista precedida por guerras e desolações que deixaram quase deserta a Itália e, acima de tudo, sua cidade em meio a sete colinas), o senado romano foi dissolvido e o consulado, abrogado. Além disso, no que diz respeito aos príncipes bárbaros das províncias ocidentais, sua independência do poder romano imperial ficou ainda mais claramente consolidada e compreendida. Após mais de um século e meio de calamidades, quase sem precedentes na história das nações, conforme o Dr. Robertson muito apropriadamente descreve, pode-se considerar que finalmente se cumpriu a declaração de Jerônimo — declaração esta respaldada pela própria linguagem do Apocalipse e prematuramente pronunciada por Alarico quando tomou Roma pela primeira vez: ‘Clarissimum terrarum *lumen* extinctum est’, ‘O glorioso *sol* do mundo se extinguiu’. Isso também foi expresso por nosso poeta, usando a mesma e apropriada imagem apocalíptica: ‘Ela viu suas glórias expirarem, estrela por estrela, até nenhuma delas restar para reluzir na abandonada noite escura’.

Os ataques temíveis desses bandos de bárbaros, que, ordenados por seus desesperados líderes, tão ousados quanto cruéis, devastaram e por fim subjugaram Roma, são retratados vividamente por estes versos:

Então um dilúvio de ira aconteceu
 E as nações se abalaram em temor;
 E varreu a terra até que o campo em chamas morreu,
 Cheio de cadáveres espalhados em dissabor.
 Reis foram acrescentados à terrível torrente,
 Ao lado do escravo humilde e rastejante,
 E juntos caíram, em uma mortalha de sangue corrente,
 O covarde e o valente.

Por mais temíveis que tenham sido as calamidades que as primeiras invasões de bárbaros ocasionaram ao império, foram relativamente leves em contraste com as que viriam depois. Foram apenas como as primeiras gotas de chuva antes da tempestade torrencial que estava prestes a cair sobre o mundo romano. As três últimas trombetas são obscurecidas por uma nuvem de ais, como revelam os versículos a seguir.

VERSÍCULO 13. Então, vi e ouvi um anjo que, voando pelo meio do céu, dizia em grande voz: Ai! Ai! Ai dos que moram na Terra, por causa das restantes vozes da trombeta dos três anjos que ainda têm de tocar! (KJV)

Esse anjo [águia, na ARA] não faz parte do grupo dos sete anjos com trombetas, mas apenas um ser que anuncia que as três trombetas restantes são trombetas de ais, por causa dos acontecimentos mais terríveis relacionados ao toque das mesmas. Assim, a próxima trombeta, a quinta, consiste no primeiro ai; a sexta trombeta é o segundo ai; e a sétima, a última dessa série de trombetas, representa o terceiro ai.



AI! AI! AI DOS QUE MORAM NA TERRA

APOCALIPSE 9 — AS SETE TROMBETAS (CONTINUAÇÃO)



VERSÍCULO 1. O quinto anjo tocou a trombeta, e vi uma estrela caída do céu na Terra. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo.

Para uma exposição sobre essa trombeta, recorreremos mais uma vez aos escritos do Sr. Keith. Repleto de verdade, ele diz:

“Difícilmente se encontra um acordo tão uniforme entre os intérpretes acerca de qualquer outra parte do Apocalipse quanto o que diz respeito à aplicação da quinta e sexta trombetas, ou o primeiro e segundo ais, aos árabes e turcos. É tão óbvio que dificilmente poderia ser interpretado incorretamente. Em vez de um ou dois versículos para falar de cada, todo o nono capítulo do Apocalipse, dividido em partes iguais, se ocupa da descrição de ambas.”

“O império romano decaiu, assim como surgiu, por meio de conquistas. Mas os árabes e turcos foram os instrumentos usados para que uma falsa religião se tornasse a associação de uma igreja apóstata. Por isso, em vez de a quinta e a sexta trombetas, como as anteriores, serem designadas apenas por esse nome, são aqui chamadas de ais.”

“Constantinopla foi sitiada pela primeira vez, após a extinção do império ocidental, por Cosroes, rei da Pérsia. ‘Vi uma estrela caída do céu na Terra’. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo’. Enquanto o monarca persa contemplava as maravilhas de sua arte e de seu poder, recebeu uma epístola de um cidadão enigmático de Meca, convidando-o a reconhecer Maomé como apóstolo de Deus. Ele rejeitou o convite e rasgou a carta. ‘Dessa maneira’, exclamou o profeta árabe, ‘Deus rasgará o reino e rejeitará a súplica de Cosroes’. Localizado na divisa desses dois impérios do oriente, Maomé observou com alegria secreta o progresso da destruição mútua. E, em meio aos triunfos persas, ele se arriscou a prever que, antes que se passassem muitos anos, a vitória voltaria ao estandarte dos romanos. ‘Na época em que essa predição foi feita, nenhuma profecia poderia estar mais distante de seu cumprimento, já que os doze primeiros anos de Heráclio anunciaram a dissolução iminente do império’.

“A estrela não cairia em *um só lugar*, como aquela que representava Átila, mas, sim, sobre a Terra.”

“Cosroes dominou as posses romanas na Ásia e na África. E o ‘império romano’, naquele período, ‘se reduziu aos muros de Constantinopla, com o que restou da Grécia, Itália e África, bem como algumas cidades marítimas, de Tiro a Trebizonda, na costa asiática. A experiência de seis anos finalmente convenceu o monarca persa a renunciar à conquista de Constantinopla e a especificar o tributo anual pelo resgate do império romano: mil talentos de ouro, mil talentos de prata, mil roupas de seda,

mil cavalos e mil virgens. Heráclio se submeteu a esses termos infames. Mas o tempo e o espaço que ele obteve ao coletar esses tesouros da pobreza do oriente foram diligentemente empregados no preparo de um ataque ousado e desesperado.”

“O rei da Pérsia desprezou o árabe enigmático e zombou da mensagem do suposto profeta de Meca. Nem mesmo a queda do império romano teria aberto as portas para o islamismo, ou para o progresso dos mouros armados e propagadores de um embuste, muito embora o monarca dos persas e o *chagan* [soberano] dos ávaros (o sucessor de Átila) tivessem dividido entre si o que havia restado do reino dos césares. O próprio Cosroes caiu. As monarquias persa e romana exauriram as forças uma da outra. E antes que o falso profeta empunhasse uma espada, ela foi retirada das mãos daqueles que poderiam ter detido sua trajetória e esmagado seu poder.

“Desde os dias de Cipião e Aníbal, não se havia tentado nenhuma iniciativa tão ousada quanto a que Heráclio empreendeu para o livramento do império. Ele explorou trajetos perigosos em meio ao mar Negro e as montanhas da Armênia, penetrou no coração da Pérsia e convocou os exércitos do grande rei para a defesa de seu país ferido.”

“Na batalha de Nínive, travada com ímpeto do raiar do dia até a décima primeira hora, conseguiram tomar dos persas 28 estandartes, além daqueles que foram quebrados ou rasgados. A maior parte de seu exército foi despedaçada, e os vitoriosos, ocultando a própria perda, passaram a noite no campo. As cidades e os palácios da Assíria se abriram pela primeira vez aos romanos.”

“O imperador romano não foi fortalecido pelas conquistas que empreendeu. Ao mesmo tempo e pelos mesmos expedientes, foi preparado o caminho para a rápida disseminação de uma multidão de mouros da Arábia, os quais, como gafanhotos da mesma região, propagaram sua sombria e enganosa crença muçulmana tanto sobre a Pérsia quanto sobre o império romano.

“Não se poderia desejar um esclarecimento mais completo desse fato do que o encontrado nas palavras finais do capítulo de Gibbon, de quem os trechos anteriores foram retirados.” “Embora um exército vitorioso tenha se formado sob o estandarte de Heráclio, o esforço sobre-humano parece ter exaurido, em vez de promovido, sua força. Enquanto o imperador triunfava em Constantinopla ou Jerusalém, uma cidade obscura nos confins da Síria foi saqueada pelos mouros, que despedaçaram algumas tropas que avançaram para defender o local — fato comum e insignificante, caso não houvesse sido o prelúdio de uma poderosa revolução. Esses ladrões eram apóstolos de Maomé. Sua bravura fanática emergira do deserto e, nos oito últimos anos de seu reinado, Heráclio perdeu para os árabes as mesmas províncias que havia reconquistado dos persas”.

“O espírito de fraude e entusiasmo, cuja morada não é o Céu, reinou solto na Terra. Só era necessária uma chave para abrir o poço do abismo; e *essa chave era a queda de Cosroes*. Ele havia rasgado, em desprezo, a carta de um cidadão enigmático de Meca. Mas, do ‘esplendor de glória’, afundou para a ‘torre da escuridão’, na qual nenhum olho era capaz de penetrar. Assim, o nome de Cosroes caiu de repente no esquecimento diante do nome de Maomé. E os mouros só pareciam estar aguardando sua ascensão até que ocorresse a queda da estrela. Cosroes, após ser totalmente derrotado e perder o império, foi assassinado em 628; e o ano 629 é marcado pela ‘conquista

da Arábia, e pela ‘primeira guerra dos muçulmanos contra o império romano’. ‘O quinto anjo tocou a trombeta, e vi uma estrela caída do céu na Terra. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo. Ela abriu o poço do abismo’ (Ap 9:1, 2). Ela caiu na Terra. Quando a força do império romano se esgotou e o grande rei do oriente jazia morto em sua torre de escuridão, o saque de uma cidade obscura nas fronteiras da Síria foi ‘o prelúdio de uma poderosa revolução’. ‘Os ladrões eram apóstolos de Maomé e sua bravura fanática emergiu do deserto.’”

O poço do abismo. Pode-se compreender o sentido dessa expressão com base no grego ἄβυσσος, definido como “profundo, sem fundo, abismo”, e pode se referir a qualquer lugar ermo, desolado e não cultivado. É usado para designar a Terra em sua condição original de caos (Gn 1:2). Nesse caso, pode se referir de maneira apropriada às vastidões desconhecidas do deserto árabe, de cujas fronteiras procederam os bandos de mouros, como enxames de gafanhotos. E a queda de Cosroes, o rei da Pérsia, pode ser representada muito bem pela abertura do poço do abismo, uma vez que preparou o caminho para que os seguidores de Maomé saíssem de seu país obscuro, propagassem suas doutrinas enganosas com fogo e espada e espalhassem sua escuridão através de todo o império oriental.

VERSÍCULO 2. Ela abriu o poço do abismo, e subiu fumaça do poço como fumaça de grande fornalha, e, com a fumaceira saída do poço, escureceu-se o sol e o ar.

“Assim como o vapor nocivo e até mesmo letal que os ventos, sobretudo do sudoeste, espalham pela Arábia, o islamismo espalhou de lá sua influência pestilenta. Surgiu de repente e se disseminou de forma tão ampla quanto a fumaça que sai do abismo, o vapor da grande fornalha. Esse é um símbolo adequado para a religião de Maomé em sua essência, ou em comparação com a luz pura do evangelho de Jesus. Não era, como o último, uma luz do Céu, mas, sim, fumaça do poço do abismo.”

VERSÍCULO 3. Também da fumaça saíram gafanhotos para a Terra; e foi-lhes dado poder como o que têm os escorpiões da Terra,

“Uma falsa religião foi fundada, a qual, embora sendo um instrumento de punição da transgressão e idolatria, encheu o mundo de trevas e engano. E os enxames de mouros, como lagostas se espalharam pela Terra, estendendo rapidamente seus ataques ao império romano, de leste a oeste. A saraiva desceu proveniente das praias geladas do Báltico. A montanha em chamas, oriunda da África, caiu sobre o mar. E os gafanhotos (símbolo apropriado para os árabes) saíram da Arábia, sua região nativa. Chegaram como destruidores, propagando uma nova doutrina, incitados a saques e violência por motivos de interesse e religião.

“Uma ilustração ainda mais específica pode ser atribuída ao poder que lhes foi dado, como o de escorpiões. Além de fazerem um ataque cérele e vigoroso, ‘a escrupulosa sensibilidade pela honra, que pesa mais o insulto do que o dano físico, derramou seu

MAOMÉ



MAOMÉ II



veneno letal sobre as disputas dos árabes. Uma ação indecente ou uma palavra de desdém só podem ser expiadas pelo sangue do ofensor. E a paciência deles é tão contumaz que podem esperar meses e anos inteiros por uma oportunidade de vingança.”

VERSÍCULO 4. e foi-lhes dito que não causassem dano à erva da Terra, nem a qualquer coisa verde, nem a árvore alguma e tão-somente aos homens que não têm o selo de Deus sobre a fronte.

Após a morte de Maomé, ele foi sucedido no comando por Abu-Béquer, em 632 d.C. Assim que estabeleceu sua autoridade e governo, enviou uma carta circular às tribos árabes, de onde foi extraído o excerto a seguir:

“Ao travar as batalhas do Senhor, portem-se como homens, sem voltar atrás. Mas não permitam que a vitória seja manchada com o sangue de mulheres e crianças. Não destruam palmeiras, nem queimem campos de cereal. Não derrubem árvores frutíferas, nem façam mal ao gado, com exceção dos animais mortos para alimentação. Quando fizerem qualquer aliança ou decreto, permaneçam firmes e sejam tão confiáveis quanto sua palavra. Enquanto prosseguirem, vocês encontrarão algumas pessoas religiosas que vivem isoladas em monastérios e se propuseram a servir a Deus dessa maneira. Deixem-nas em paz, não as matem, nem destruam seus monastérios. E encontrarão outro tipo de gente que pertence à sinagoga de Satanás, com a coroa da cabeça raspada. Certifiquem-se de lhes rachar o crânio e não lhes deem trégua até se tornarem muçulmanos ou pagarem tributo.”

“Nem a profecia nem a história dizem se as ordens mais humanas foram obedecidas com o mesmo rigor dos mandados atroz. Mas essa foi a instrução que receberam. As instruções anteriores são as únicas de Abu-Béquer que Gibbon registra, as quais foram dadas para os chefes cuja função era dar ordens para todas as hostes de mouros. As ordens são condizentes com a predição, como se o próprio califa estivesse agindo em obediência direta a uma ordem superior à de homens mortais. No próprio ato de prosseguir na guerra contra a religião de Jesus e na propagação do islamismo em seu lugar, ele repetiu as palavras que o Apocalipse, ou a Revelação de Jesus Cristo, predisse que ele falaria.”

O selo de Deus sobre a fronte. Nos comentários sobre Apocalipse 7:1-3, demonstramos que o selo de Deus é o sábado do quarto mandamento. E a história não fica em silêncio quanto ao fato de ter havido guardadores do sábado verdadeiro em todo o período da dispensação presente. Mas a pergunta que muitos levantam é: quem são esses homens, nesse período, que tinham o selo de Deus sobre a fronte e, por isso, ficaram isentos da opressão muçulmana? O leitor deve manter em mente o fato, já mencionado, de que sempre houve, ao longo da dispensação cristã, pessoas que tiveram o selo de Deus sobre a fronte, ou seja, que foram observadoras inteligentes do verdadeiro sábado. Além disso, deve levar em conta que a profecia afirma que os ataques desse poder turco desolador não são dirigidos contra eles, mas, sim, contra outra classe. Assim o assunto fica livre de toda e qualquer dificuldade, pois isso é tudo o que a profecia realmente diz.

O texto só coloca em destaque direto um grupo de pessoas, a saber, aqueles que não têm o selo de Deus sobre a fronte; e a preservação daqueles que têm o selo de Deus só pode ser considerada por inferência. Em conformidade com isso, a história não nos informa que qualquer um deles tenha sido vítima das calamidades que os mouros infligiram sobre os alvos de seu ódio. Eles combatiam outra categoria de pessoas. E a destruição que sobreviria a esta não é colocada em contraste com a preservação de outros indivíduos, mas somente com a das frutas e ervas da Terra. Desse modo, não deveriam causar dano à erva da Terra, nem a qualquer coisa verde, mas somente a determinada classe de seres humanos. Em cumprimento a essa predição, encontramos o estranho espetáculo de um exército de invasores poupando coisas que os soldados costumam destruir, a saber, o aspecto e os produtos da natureza; e, pondo em prática a permissão de machucar aqueles que não tinham o selo de Deus sobre a fronte, quebraram o crânio de um grupo de religiosos com a coroa da cabeça raspada, os quais pertenciam à sinagoga de Satanás.

Sem dúvida, era alguma classe de monges ou qualquer outra divisão da Igreja Católica Romana. Foi contra eles que os braços dos muçulmanos se dirigiram. E parece-nos haver aqui uma adequação, se não um desígnio peculiar em descrevê-los como aqueles que não tinham o selo de Deus sobre a fronte, uma vez que essa foi justamente a igreja que destituiu a lei de Deus de seu selo, eliminando o sábado verdadeiro ao colocar uma contrafação em seu lugar. E não nos é possível saber, nem pela profecia, nem pela história, se as pessoas que foram poupadas pelos seguidores de Abu-Béquer possuíam o selo de Deus, ou se constituíam o povo de Deus. O testemunho escasso de Gibbon não nos informa quem eram e por que foram poupadas. Não temos outra maneira de saber. Mas temos, sim, todas as razões para crer que nenhum daqueles que tinha o selo de Deus foi molestado, ao passo que outro grupo, o qual enfaticamente não o possuía, foi morto pela espada. Dessa maneira, os detalhes da profecia se cumprem em todos os aspectos.

VERSÍCULO 5. Foi-lhes também dado, não que os matassem, e sim que os atormentassem durante cinco meses. E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere alguém.

“Suas incursões constantes no território romano e ataques frequentes à própria Constantinopla consistiram em um tormento incessante através do império. Todavia, não conseguiram conquistá-lo efetivamente, apesar do longo período, abordado mais diretamente em uma ocasião posterior, em que prosseguiram, por meio de investidas infatigáveis, a afligir de forma dolorosa a igreja idólatra, cujo cabeça era o papa. Sua incumbência era atormentar e depois ferir, mas não matar ou destruir por completo. O surpreendente é que isso foi de fato o que aconteceu” (sobre os cinco meses, ver o comentário sobre o versículo 10).

VERSÍCULO 6. Naqueles dias, os homens buscarão a morte e não a acharão; também terão ardente desejo de morrer, mas a morte fugirá deles.

“As pessoas estavam cansadas de viver, quando a vida era poupada apenas para uma renovação de ais, quando tudo aquilo que consideravam sagrado era violado e tudo aquilo pelo qual mais prezavam se encontrava constantemente em perigo, numa época em que mouros brutais dominavam sobre elas ou lhes davam apenas um repouso momentâneo, sempre susceptível a interrupções súbitas ou violentas, como a picada de um escorpião.”

VERSÍCULO 7. O aspecto dos gafanhotos era semelhante a cavalos preparados para a peleja; na sua cabeça havia como que coroas parecendo de ouro; e o seu rosto era como rosto de homem;

“O cavalo árabe é o melhor do mundo inteiro. E a habilidade na cavalaria é a arte e ciência da Arábia. E os árabes barbados, ágeis como gafanhotos, armados como escorpiões e prontos para partir voando a qualquer momento, sempre estavam preparados para a batalha.”

“Na sua cabeça havia como que coroas parecendo de ouro’. Quando Maomé chegou a Medina (622 d.C.), para ser recebido ali como príncipe pela primeira vez, ‘um turbante foi desenrolado à sua frente para suprir a falta de um estandarte’. Os turbantes dos mouros, como pequena coroa, eram seu ornamento e orgulho. Os ricos objetos provenientes dos saques os supriam com abundância e frequência. Assumir o turbante corresponde proverbialmente a se tornar muçulmano. E os árabes se distinguiram, desde os tempos antigos, pelas mitras que usavam.”

“E o seu rosto era como rosto de homem’. ‘A seriedade e a firmeza da mente do árabe é visível em seu aspecto exterior. Seu único gesto é o de acariciar a barba, um venerável símbolo de masculinidade’. ‘A honra de suas barbas é facilmente ferida.’”

VERSÍCULO 8. tinham também cabelos, como cabelos de mulher; os seus dentes, como dentes de leão;

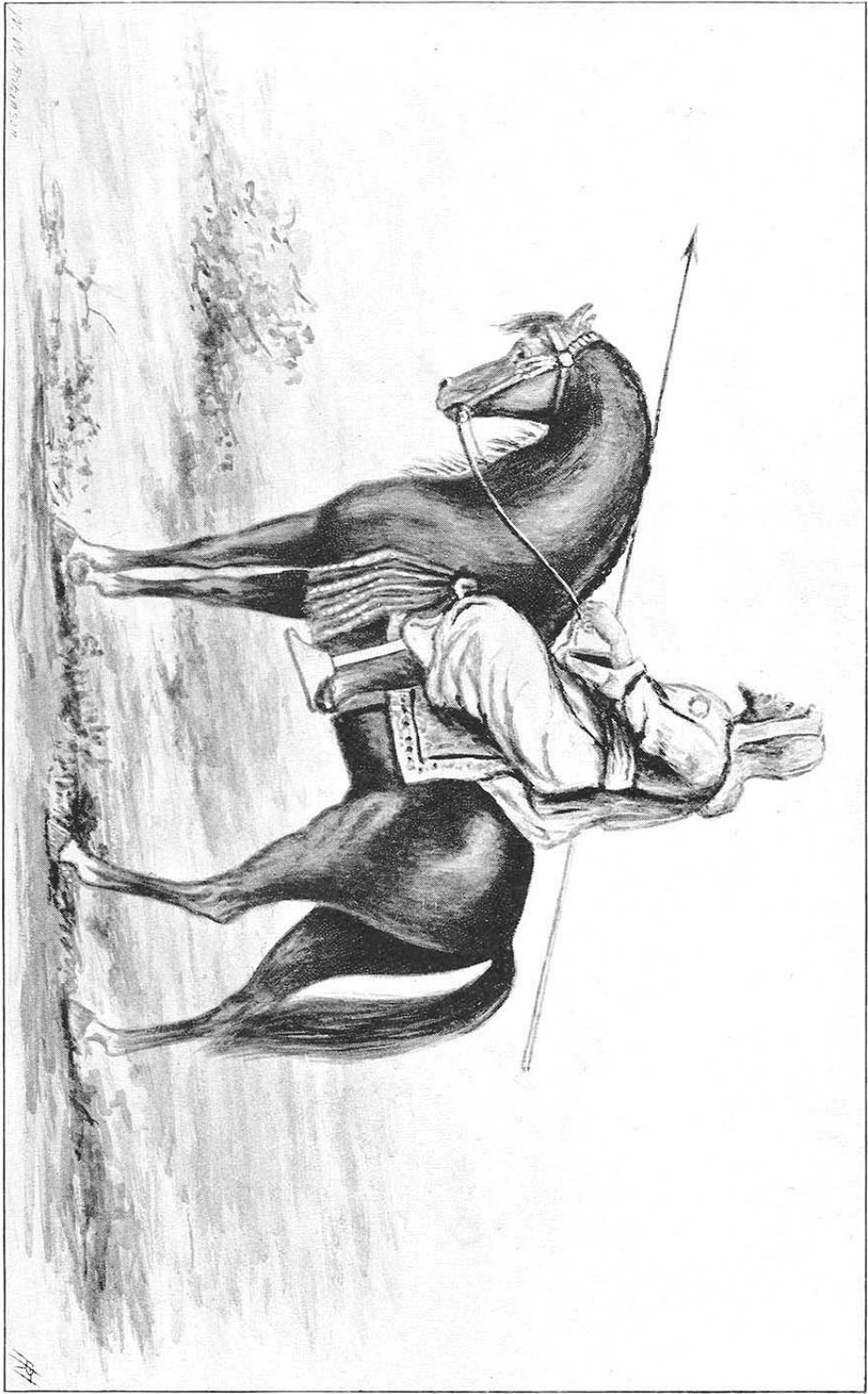
Os cabelos longos são estimados como ornamento pelas mulheres. Os árabes, diferentemente de outros homens, usavam o cabelo comprido como o das mulheres, ou sem cortar, prática registrada por Plínio e outros. Mas não havia nada de efeminado em seu caráter. Pois, denotando sua ferocidade e força ao devorar, seus dentes eram semelhantes aos do leão.

VERSÍCULO 9. tinham couraças, como couraças de ferro; o barulho que as suas asas faziam era como o barulho de carros de muitos cavalos, quando correm à peleja;

A couraça. “A couraça (ou peitoral) era usada pelos árabes na época de Maomé. Na batalha de Ohud (a segunda que Maomé travou) contra o *Quraysh* de Meca (624 d.C.), ‘setecentos deles estavam armados com couraças’”.

O barulho de suas asas.

“A força dos árabes não era, como a dos gregos e romanos, os esforços de uma infantaria firme e compacta; em vez disso, sua força militar era formada principalmente



GUERREIRO SARRACENO

por cavaleiros e arqueiros. Com um toque de mãos, os cavalos árabes saíam a toda velocidade com a agilidade do vento. ‘O barulho que as suas asas faziam era como o barulho de carros de muitos cavalos, quando correm à peleja.’ As conquistas dos árabes eram extraordinárias tanto em rapidez quando em extensão, e seus ataques, instantâneos; e foram igualmente bem-sucedidos contra os romanos e persas.”

VERSÍCULO 10. tinham ainda cauda, como escorpiões, e ferrão; na cauda tinham poder para causar dano aos homens, por cinco meses; 11. e tinham sobre eles, como seu rei, o anjo do abismo, cujo nome em hebraico é Abadom, e em grego, Apoliom.

Até aqui, Keith nos apresentou esclarecimentos sobre o toque das cinco primeiras trombetas. Mas precisamos deixá-lo agora e prosseguir para a aplicação da nova característica da profecia aqui introduzida, a saber, os períodos proféticos.

Tinham poder para causar dano aos homens, por cinco meses. 1. Surge a pergunta: em quais homens eles causariam dano por cinco meses? Sem dúvidas, os mesmos que depois deveriam matar (cf. o versículo 15); “a terça parte dos homens” ou a terça parte do império romano — sua divisão grega.

2. Quando eles começariam sua obra de tormento? O versículo 11 responde à pergunta.

1) “E tinham sobre eles, como seu rei”. Desde a morte de Maomé até perto do fim do século 13, os muçulmanos se dividiram em diversas facções, com vários líderes, sem um governo civil *geral* que se estendesse sobre todos eles. Perto do fim do 13º século, Otman fundou um governo que se conhece desde então como o império otomano, o qual abrangeu todas as principais tribos muçulmanas, consolidando-as em uma grande monarquia.

2) O caráter do rei. “O anjo do abismo”. Anjo significa mensageiro, ou ministro, seja isso bom ou ruim, e nem sempre se refere a um ser espiritual. “O anjo do abismo”, ou ministro chefe religioso que existiu desde o surgimento do islamismo. Nessa religião, o sultão é o principal ministro. “O sultão, ou grande senhor, conforme é indistintamente chamado, também é denominado califa supremo, ou sumo sacerdote, unindo em sua pessoa a mais elevada dignidade espiritual com a autoridade secular suprema” (*World as It Is* [O Mundo Como Ele É], p. 361).

3) Seu nome. Em hebraico, “Abadom”, o destruidor; em grego, “Apoliom”, aquele que extermina ou destrói. Tendo dois nomes diferentes em dois idiomas, fica evidente que a intenção é representar o caráter, não o nome do poder. Se esse é o caso, conforme expresso nas duas línguas, ele é um destruidor. Esse sempre foi o caráter do governo otomano.

Mas *quando* Otman fez o primeiro ataque ao império grego? De acordo com Gibbon, em sua obra *History of the Decline and Fall of Rome* [História do Declínio e da Queda de Roma], “Otman entrou pela primeira vez no território da Nicomédia no dia 27 de julho de 1299”.

Os cálculos de alguns escritores lançaram mão do pressuposto de que o período deveria começar com a fundação do império otomano; mas trata-se de um evidente erro, pois tal império não teria apenas um rei sobre eles, mas deveria atormentar os homens por cinco meses. No

entanto, o período de tormento não podia começar antes do primeiro ataque dos atormentadores, o qual ocorreu, conforme declarado acima, em 27 de julho de 1299.

O cálculo que se segue, embasado nesse ponto de partida, foi feito e publicado em uma obra chamada *Christ's Second Coming*, etc. [A Segunda Vinda de Cristo, etc.], de Josiah Litch, em 1838.

“Tinham poder para causar dano aos homens, por cinco meses”. Por esse período se estendeu sua incumbência de atormentar por meio de depredações constantes, mas não de matá-los politicamente. “Cinco meses”, trinta dias para cada mês, nos dão o total de 150 dias. E sendo eles simbólicos, significam 150 anos. A partir de 27 de julho de 1299, esses 150 anos chegam até 1449. Durante todo esse período, os turcos se engajaram em guerras perpétuas contra o império grego, mas *sem conquistá-lo*. Eles tomaram para si várias províncias gregas, mas a independência da Grécia ainda era mantida em Constantinopla. Em 1449, porém, ao fim dos 150 anos, ocorreu uma mudança, cuja história será descoberta durante a próxima trombeta.

VERSÍCULO 12. O primeiro ai passou. Eis que, depois destas coisas, vêm ainda dois ais. 13. O sexto anjo tocou a trombeta, e ouvi uma voz procedente dos quatro ângulos do altar de ouro que se encontra na presença de Deus, 14. dizendo ao sexto anjo, o mesmo que tem a trombeta: Solta os quatro anjos que se encontram atados junto ao grande rio Eufrates. 15. E foram soltos os quatro anjos que se achavam preparados por uma hora, e um dia, e um mês, e um ano, a fim de matarem a terça parte dos homens (KJV).

O primeiro ai deveria continuar desde a ascensão do islamismo até o fim dos cinco meses. Então cessaria o primeiro ai e o segundo começaria. No momento em que o sexto anjo tocou a trombeta, soou a ordem de se acabarem as restrições impostas sobre a nação, segundo as quais eles se limitariam à tarefa de atormentar os homens. A partir de então, sua incumbência foi ampliada e receberam a permissão de matar a terça parte dos homens. Tal ordem veio dos quatro ângulos do altar de ouro.

Os quatro anjos. Eram os quatro principais sultões que formavam o império otomano, localizado na região banhada pelo grande rio Eufrates. Esses sultanatos se situavam em Alepo, Icônio, Damasco e Bagdá. Até então eles haviam sido restringidos; mas Deus ordenou e foram liberados.

No ano de 1449, João Paleólogo, imperador da Grécia, morreu sem deixar filhos para herdar o trono. Então, seu irmão Constantino lhe sucedeu.¹ Mas ele não se aventuraria a assumir o trono sem o consentimento de Murad, sultão da Turquia. Por isso, enviou embaixadores para pedir o consentimento deste e o obteve antes de ter a presunção de se denominar soberano.

Examinemos com cuidado esse fato histórico em conexão com a predição apresentada acima. Não foi um ataque violento feito aos gregos que subjugou seu império e tirou sua independência, mas simplesmente uma rendição voluntária dessa independência nas mãos dos turcos.

¹ Alguns historiadores consideram que essa data seja 1448, mas as melhores autoridades defendem a data apresentada, 1449. Ver Chambers, *Encyclopedia*, verbete Palaeologus.

A autoridade e a supremacia do poder turco foi reconhecida quando Constantino disse, basicamente, o seguinte: “Só posso reinar se o senhor permitir”.

Os quatro anjos foram soltos por “uma hora, e um dia, e um mês, e um ano, a fim de matarem a terça parte dos homens” (Ap 9:15, KJV). Esse período totaliza 391 anos e 15 dias, durante os quais haveria supremacia otomana em Constantinopla. Assim: um ano profético corresponde a 360 dias proféticos, ou 360 anos literais; um mês profético corresponde a 30 dias proféticos, ou seja, 30 anos literais; um dia profético equivale a um ano literal; e uma hora, ou a 24ª parte de um dia profético, seria a 24ª parte de um ano literal, ou 15 dias; o total corresponde a 391 anos e 15 dias.

Mas embora os quatro anjos tenham sido liberados pela submissão voluntária dos gregos, outra tragédia aguardava o trono do império. Murad, o sultão que aceitou a submissão de Constantino XIII e permitiu que ele reinasse em Constantinopla, morreu logo depois, e quem lhe sucedeu no império foi Maomé II, em 1451, que se determinou a garantir que Constantinopla fosse a sede de seus domínios.

Por isso, preparou-se para sitiar e tomar a cidade. O cerco começou em 6 de abril de 1453 e terminou com a captura da cidade e a morte do último dos Constantinos, no dia 16 de maio do ano seguinte. Assim, a cidade oriental dos césores se transformou na sede do império otomano.

As armas e as estratégias de guerra usadas no cerco de Constantinopla, cujo resultado foi a conquista e a dominação da cidade, foram distintamente destacadas e expostas por João, o revelador.

VERSÍCULO 16. E o número dos exércitos dos cavaleiros era de duzentos milhões; e ouvi o número deles (ARC).

Incontáveis hostes de cavalos e daqueles que neles montavam! Assim Gibbon descreve a primeira invasão dos territórios romanos pelos turcos: “Miríades de cavalos turcos se espalharam por uma fronteira de quase mil quilômetros, de Taurus a Erzurum. E o sangue de 130 mil cristãos foi um agradável sacrifício ao profeta árabe”. Se a linguagem usada no Apocalipse tem o objetivo de comunicar a ideia de um número específico ou não, cabe ao leitor julgar. Alguns supõem que a referência é a duas vezes 200 mil e, seguindo alguns historiadores, descobrem que esse foi o número de guerreiros turcos presentes no cerco de Constantinopla. Alguns acham que o número 200 milhões corresponde a todos os guerreiros turcos durante os 391 anos e 15 dias de seu triunfo sobre os gregos. Nada se pode afirmar com certeza a esse respeito. E não é, em nada, essencial.

VERSÍCULO 17. Assim, nesta visão, contemplei que os cavalos e os seus cavaleiros tinham couraças cor de fogo, de jacinto e de enxofre. A cabeça dos cavalos era como cabeça de leão, e de sua boca saía fogo, fumaça e enxofre.

A primeira parte dessa descrição pode se referir à aparência desses cavaleiros. O fogo, ao representar uma cor, simboliza vermelho, sendo frequente a expressão “vermelho como fogo”; jacinto simboliza o azul; e enxofre, o amarelo. Essas eram cores muito predominantes na vestimenta desses guerreiros. Por isso, de acordo com esse ponto de vista, a descrição seria precisa

para aludir ao uniforme turco, composto, em sua maior parte, pelas cores vermelho ou escarlate, azul e amarelo. A cabeça dos cavalos tinha a aparência de cabeças de leões, a fim de denotar sua força, coragem e ferocidade. Já a última parte do versículo faz referência, sem dúvida, ao uso de pólvora e armas de fogo para fins bélicos, instrumentos que haviam sido introduzidos pouco tempo antes. Enquanto os turcos disparavam suas armas de fogo montados a cavalo, para aquele que contemplava a cena à distância, parecia que o fogo, a fumaça e o enxofre estavam saindo da boca do animal, conforme mostra a ilustração.²

No que diz respeito ao uso de armas de fogo pelos turcos em sua campanha contra Constantinopla, Elliott (*Horae Apocalypticæ*, vol. 1, p. 482-484) afirma o seguinte:

“A morte da terça parte dos homens, isto é, a captura de Constantinopla e, por consequência, a destruição do império grego, se deve ao “fogo, fumaça e enxofre”, isto é, à artilharia e às armas de fogo de Maomé. Mais de mil e cem anos haviam se passado desde a fundação da cidade por Constantino. No decorrer desse período, godos, hunos, ávaros, persas, búlgaros, mouros, russos e os próprios turcos otomanos fizeram ataques hostis ou sitiaram a cidade. Mas as fortificações eram invencíveis diante deles. Constantinopla sobreviveu *e, com ela, o império grego*. Daí a ansiedade do sultão Maomé para descobrir o que poderia remover o obstáculo. Esta foi sua pergunta ao fundador do canhão, que desertou para o lado dele: “Não podes construir um canhão de tamanho suficiente para derrubar os muros de Constantinopla?” Então a oficina de fundição foi montada em Adrianópolis, o canhão foi montado, a artilharia preparada e o cerco começou.”

“É válido destacar como Gibbon, sempre comentando a profecia apocalíptica de modo inconsciente, coloca esses novos instrumentos de guerra no primeiro plano de seu retrato, em sua narrativa marcante e eloquente da catástrofe final do império grego. Ao se preparar para o relato, ele apresenta a história da recente invenção da pólvora, ‘aquela mistura de salitre, enxofre e carvão’. Conta como ela fora usada anteriormente pelo sultão Murad e cita também, conforme já mencionado, a oficina de Maomé para o grande canhão em Adrianópolis. Então, no decorrer do cerco em si, ele descreve como ‘as salvas de lanças e flechas eram acompanhadas pela fumaça, pelo barulho e fogo de mosquetes e canhões’. Relata como ‘a longa ordem da artilharia turca apontava para os muros, com 14 baterias disparando juntas contra os lugares mais acessíveis; como ‘as fortificações que haviam resistido por eras à violência hostil foram desmanteladas por todos os lados pelo canhão otomano. Muitas brechas se

² Há quase que unanimidade entre os comentaristas ao aplicar a profecia acerca do fogo, da fumaça e do enxofre ao uso da pólvora pelos turcos na guerra contra o império oriental (ver Clarke, Barnes, Elliott, *Cottage Bible*, etc.). Em geral, porém, eles aludem simplesmente ao armamento pesado, ou grandes canhões, de que esse poder lançou mão. No entanto, a profecia menciona os “cavalos” de modo especial e o fogo que “de sua boca saía”, indicando que eram usadas armas menores a cavalo. Barnes acredita que esse era o caso; e uma declaração de Gibbon confirma o ponto de vista. Ele conta (vol. 4, p. 343): “as salvas de lanças e flechas eram acompanhadas pela fumaça, pelo barulho e fogo de mosquetes e canhões”. Temos aqui boas evidências históricas de que os turcos usavam mosquetes; além disso, é indiscutível que sua estratégia geral de combate era travada principalmente a cavalo. Portanto, há forte apoio para a inferência de que eles usavam armas de fogo a cavalo, cumprindo com precisão a profecia, de acordo com a ilustração mencionada acima.

abriram e, próximo à porta de São Romano, quatro torres foram ao chão'; como, à medida que "das fileiras, navios e pontes, a artilharia otomana disparava por todos os lados, o acampamento e a cidade, os gregos e os turcos se encontravam envoltos por uma nuvem de fumaça, que só se dissiparia pelo livramento ou pela destruição final do império romano'; como "os muros duplos foram reduzidos, pelo canhão, a uma pilha de ruínas'; e como, por fim, mediante a investida dos turcos 'através das brechas', Constantinopla foi subjugada, seu império dominado e sua religião pisoteada pelos conquistadores muçulmanos'. Digo que é digno de nota como Gibbon atribui, de forma tão marcante e forte, a captura da cidade e, por consequência, a destruição do império, à artilharia otomana. O que seria isso, senão um comentário sobre as palavras de nossa profecia? ' 'Por meio destes três flagelos, a saber, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saíam da sua boca, foi morta a terça parte dos homens.'"

VERSÍCULO 18. Por meio destes três flagelos, a saber, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saíam da sua boca, foi morta a terça parte dos homens; 19. pois a força dos cavalos estava na sua boca e na sua cauda, porquanto a sua cauda se parecia com serpentes, e tinha cabeça, e com ela causavam dano.

Esses versículos expressam o efeito mortal do novo modo de guerra introduzido. Foi por meio desses agentes — pólvora, armas de fogo e canhão — que Constantinopla foi finalmente dominada e entregue nas mãos dos turcos.

Além do fogo, da fumaça e do enxofre que pareciam sair da boca dos cavalos, afirma-se que seu poder também se encontrava na cauda. É importante destacar que a cauda do cavalo é um estandarte turco bem conhecido, símbolo de posição e autoridade. O significado da expressão parece ser que suas caudas eram o símbolo ou emblema de sua autoridade. A imagem diante da mente de João parece ter sido a de cavalos arrotando fogo e fumaça. E tão estranho quanto isso, ele viu que seu poder de espalhar desolação estava ligado à cauda dos cavalos. Qualquer um que olhasse uma cavalaria com tais estandartes ou insígnias ficaria pasmo com sua aparência incomum ou surpreendente, dizendo que os estandartes concentravam e dirigiam seu poder.

Essa supremacia dos muçulmanos sobre os gregos deveria continuar, conforme já observado, por 391 anos e 15 dias. Começando com o fim dos 150 anos, 27 de julho de 1449, o período encerraria em 11 de agosto de 1840. Tomando como base o modo de início da supremacia otomana, por reconhecimento voluntário da parte do império grego de que ele só reinava por permissão do sultão grego, podemos concluir naturalmente que a queda ou o término da independência otomana ocorreria da mesma maneira; que ao fim do período especificado, isto é, dia 11 de agosto de 1840, o sultão voluntariamente entregaria sua independência nas mãos de poderes cristãos, assim como o havia recebido das mãos do imperador cristão Constantino XIII 391 anos e 15 dias antes.

Josiah Litch chegou a essa conclusão e fez tal aplicação da profecia em 1838, dois anos antes do cumprimento do evento predito. Na época, era apenas uma questão de cálculo dos períodos proféticos das Escrituras. Agora, porém, que o tempo passou, torna-se apropriado indagar qual

foi o resultado. Tais eventos aconteceram de acordo com o cálculo prévio? O assunto se resume por meio da seguinte pergunta:

Quando terminou a independência muçulmana em Constantinopla? Ao longo de vários anos antes de 1840, o sultão se envolvera em guerra contra Maomé Ali, paxá do Egito. Em 1838, a disputa entre o sultão e seu vassalo egípcio foi restringida por influência de embaixadores estrangeiros. No entanto, em 1839, as hostilidades começaram novamente e prosseguiram até que, em uma batalha geral entre os exércitos do sultão e de Maomé, o exército do sultão foi completamente esfacelado e destruído. Maomé pegou a frota do sultão e a levou para o Egito. A frota do sultão se encontrava tão reduzida que, quando a guerra recomeçou em agosto, ele só contava com dois navios de guerra de primeira linha e três fragatas, que formavam os tristes resquícios da frota turca, tão poderosa no passado. Maomé se recusou terminantemente a abrir mão da frota turca e devolvê-la ao sultão. Declarou que, se as autoridades tentassem retirá-la dele, faria questão de queimá-la. Essa era a situação quando, em 1840, Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia intervieram e determinaram uma solução para a dificuldade — pois ficou evidente que, se deixado por si só, Maomé logo se tornaria senhor do trono do sultão.

O sultão aceitou essa intervenção das grandes potências, fazendo assim uma rendição voluntária da questão nas mãos deles. Foi realizada uma reunião entre esses poderes em Londres, na qual o *sheik* Effendi Bey Likgis se fez presente como plenipotenciário otomano. Elaboraram um ultimato a ser apresentado ao paxá do Egito, cujos termos definiam que o sultão lhe ofereceria o governo hereditário do Egito e toda a parte da Síria que se estendia desde o golfo de Suez até o lago Tiberíades, junto com a província de Acre, em caráter vitalício. Ele, por sua vez, deveria evacuar todas as outras partes dos domínios do sultão que se encontravam ocupadas por suas forças e devolver a frota otomana. Caso recusasse essa oferta do sultão, os quatro poderes assumiriam o problema nas próprias mãos e usariam outros meios que julgassem adequados para colocá-lo em conformidade com as condições.

Fica claro que, assim que o sultão colocasse esse ultimato nas mãos de Maomé Ali, o problema sairia para sempre do controle do primeiro e a solução do assunto passaria, a partir de então, para as mãos de poderes estrangeiros. O sultão mandou Rifat Bey em um navio a vapor do governo para Alexandria, a fim de comunicar o ultimato ao paxá. O documento foi recebido por ele *no dia 11 de agosto de 1840!* Nesse mesmo dia, o sultão enviou um bilhete aos embaixadores das quatro potências, indagando que plano seria adotado caso o paxá se recusasse a cumprir os termos do ultimato. Estes responderam que as providências já haviam sido tomadas e *não havia necessidade de se alarmar quanto a qualquer obstáculo que pudesse surgir.* Nesse dia terminou o período de 391 anos e 15 dias, atribuído para a continuação do poder otomano. E *o que aconteceu com a independência do sultão?* ACABOU! Quem ficou com a supremacia do império otomano nas mãos? As *quatro grandes potências.* E tal império só tem existido desde então por causa da *tolerância* desses poderes cristãos. Assim cada detalhe da profecia se cumpriu.

Desde a primeira publicação do cálculo dessa questão em 1838, já mencionado, milhares ficaram atentos ao tempo estabelecido para o cumprimento da profecia — 11 de agosto de 1840. E o cumprimento exato do acontecimento predito mostrou a aplicação correta da profecia, dando um ímpeto poderoso ao grande movimento adventista que, na época, começava a atrair a atenção do mundo.

VERSÍCULO 20. Os outros homens, aqueles que não foram mortos por esses flagelos, não se arrependeram das obras das suas mãos, deixando de adorar os demônios e os ídolos de ouro, de prata, de cobre, de pedra e de pau, que nem podem ver, nem ouvir, nem andar; 21. nem ainda se arrependeram dos seus assassínios, nem das suas feitiçarias, nem da sua prostituição, nem dos seus furtos.

O propósito de Deus é que os seres humanos tomem nota de seus juízos e aprendam as lições que Ele deseja transmitir por meio deles. Mas como eles demoram a aprender! E como são cegos aos indícios da providência! Os acontecimentos que transcorreram durante a sexta trombeta consistiram no segundo ai. Todavia, tais julgamentos não levaram a nenhuma melhora no comportamento e na moral das pessoas. Aqueles que escaparam não aprenderam nada da manifestação de tais calamidades na Terra. A adoração de demônios (demônios, homens mortos deificados) e de ídolos de ouro, de prata, de cobre, de pedra e de pau pode se cumprir na adoração aos *santos* e a *imagens* da Igreja Católica Romana. Ao mesmo tempo, assassínios, feitiçarias (milagres falsos operados pela atuação de santos mortos), prostituição e furtos não faltam nos países onde a religião romana prevaleceu.

As hostes de mouros e turcos foram deixadas livres como flagelo e castigo sobre a cristandade apóstata. As pessoas sofreram a punição, mas não aprenderam nenhuma lição com ela.

GUERREIRO TURCO



APOCALIPSE 10 — A PROCLAMAÇÃO DO ADVENTO



VERSÍCULO 1. Vi outro anjo forte descendo do Céu, envolto em nuvem, com o arco-íris por cima de sua cabeça; o rosto era como o sol, e as pernas, como colunas de fogo; 2. e tinha na mão um livrinho aberto. Pôs o pé direito sobre o mar e o esquerdo, sobre a Terra,

Nesse texto bíblico, encontramos outro momento em que a linha de pensamento consecutiva é interrompida por um tempo. Este capítulo consiste em:

Uma profecia parentética. O capítulo 9 encerra com os eventos da sexta trombeta. O toque da sétima trombeta só é introduzido quando chegamos ao 15º versículo do capítulo 11. Logo, todo o capítulo 10 e parte do 11 consistem em um parêntese entre a sexta e a sétima trombetas. Os fatos particularmente ligados ao toque da sexta trombeta estão registrados no capítulo 9. O profeta tem outros eventos a introduzir antes do início de outra trombeta e aproveita para fazê-lo na passagem que se estende até o versículo 15 do capítulo 11. Dentre eles, encontra-se a profecia do capítulo 10. Analisemos primeiro a cronologia da mensagem desse anjo.

O livrinho. “E tinha na mão um livrinho *aberto*”. É necessário fazer uma inferência com base nessas palavras, a saber, que, em algum momento, esse livro estava fechado. Lemos em Daniel sobre um livro que foi fechado e selado até determinado tempo: “Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadrinharão, e o saber se multiplicará” (Dn 12:4). Uma vez que esse livro foi selado somente *até* ao tempo do fim, conclui-se que *no* tempo do fim ele seria aberto. E uma vez que seu fechamento foi mencionado em profecia, é razoável esperar que, na predição dos eventos que aconteceriam no tempo do fim, a *abertura* desse livro também seria citada. Não há nenhum outro livro fechado e selado a não ser o livro da profecia de Daniel. E não existe relato da abertura desse livro, senão o que se encontra aqui, no capítulo 10 de Apocalipse. Além disso, vemos que, em ambos os textos, o conteúdo atribuído ao livro é o mesmo. O livro que Daniel foi instruído a encerrar e selar fazia referência ao tempo: “Quando se cumprirão estas maravilhas?” (Dn12:6). E quando o anjo deste capítulo chega com o livrinho, no qual baseia sua proclamação, dá uma mensagem ligada ao tempo: “Já não haverá demora”, ou, conforme a KJV, “Não haverá mais tempo”. Não se pode exigir nada mais para comprovar que as duas expressões se referem a um só livro, provando que o livrinho aberto na mãos do anjo é o mesmo livro da profecia de Daniel.

Fica agora determinado um ponto importante para a definição da cronologia desse anjo, pois vimos que a profecia, mais especificamente os períodos proféticos de Daniel, só se abriria no tempo do fim. E se o livro que o anjo tinha em mãos se encontrava *aberto*, conclui-se que ele deveria proclamar sua mensagem após o tempo em que o livro seria aberto, ou seja, em algum momento desde o início do tempo do fim. Tudo que nos resta a esse respeito é determinar quando



O ANJO SOBRE O MAR E A TERRA
APOCALIPSE 10:2

o tempo do fim começou; e o próprio livro de Daniel fornece as informações para fazê-lo. Em Daniel 11, a partir do versículo 30, o poder papal ganha destaque. No versículo 35 lemos: “Alguns dos sábios cairão para serem provados, purificados e embranquecidos, *até ao tempo do fim*”. Esse versículo traz à tona o período de supremacia do chifre pequeno, durante o qual os santos, os tempos e as leis lhe foram entregues, para sofrerem terríveis perseguições. Afirmar-se que isso chegaria até o tempo do fim. Terminou em 1798 d.C., quando expiraram os 1.260 anos de domínio papal. Nessa ocasião, começou o tempo do fim e o livro foi aberto. Desde essa época, muitos o têm esquadrinhado e o conhecimento sobre as questões proféticas tem aumentado de forma extraordinária.

A cronologia dos acontecimentos de Apocalipse 10 é confirmada ainda mais pelo fato de que esse anjo é idêntico ao primeiro de Apocalipse 14. Os pontos de identificação entre os dois podem ser vistos com facilidade: 1) ambos têm uma mensagem especial a proclamar; 2) os dois fazem sua declaração em alta voz; 3) usam uma linguagem semelhante, referindo-se ao grande Criador como Aquele que fez o céu, a terra, o mar e tudo que neles há; e 4) ambos proclamam uma mensagem que envolve o tempo, um deles jurando que já não haveria demora, e o outro proclamando que a hora do juízo havia chegado. Mas a mensagem de Apocalipse 14:6 se situa após o início do tempo do fim. Trata-se da proclamação da chegada da hora do juízo divino e, por isso, deve ter sua aplicação na última geração. Paulo não pregou que a hora do juízo havia chegado. Lutero e seus colaboradores também não. O apóstolo pensou em um juízo por vir, no futuro indefinido. E Lutero o situou pelo menos 300 anos após seus dias. Além disso, Paulo adverte a igreja contra qualquer pregação de que a hora do juízo divino havia chegado, afirmando que se deveria esperar determinado tempo. Em 2 Tessalonicenses 2:1-3, ele diz:

“Irmãos, no que diz respeito à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e à nossa reunião com Ele, nós vos exortamos a que não vos demovais da vossa mente, com facilidade, nem vos perturbeis, quer por espírito, quer por palavra, quer por epístola, como se procedesse de nós, supondo tenha chegado o Dia do Senhor. Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição.”

Paulo coloca diante de nossos olhos o homem da iniquidade, o chifre pequeno, o papado, cobrindo, com palavras de advertência, todo o período de sua supremacia, o qual, conforme já observado, prosseguiu por 1.260 anos, terminando em 1798. Assim, em 1798, a restrição à proclamação de que o dia de Cristo estava às portas cessou; em 1798, o tempo do fim começou e o selo do livrinho foi retirado. Desde aquele período, o anjo de Apocalipse 14 tem prosseguido na proclamação da hora do juízo de Deus. É desde essa época também que o anjo do capítulo 10 tem permanecido em sua posição no mar e na terra, jurando que não haverá mais demora, ou tempo. Não pode agora haver dúvida nenhuma quanto à identidade deles; e todos os argumentos que servem para identificar um são igualmente eficazes em relação ao outro. Não é necessário, neste ponto, entrar em nenhuma discussão para mostrar como a geração atual está testemunhando o cumprimento dessas duas profecias. Durante a pregação do advento, mais especificamente entre

1840 e 1844, começou o cumprimento completo e pormenorizado. A posição desse anjo, com um pé no mar e outro na terra, denota a vasta extensão de sua proclamação no mar e na terra. Caso sua mensagem fosse destinada a apenas um país, seria suficiente que o anjo se posicionasse somente em terra. Mas um de seus pés está no mar e, com base nisso, podemos inferir que sua mensagem atravessaria o oceano, estendendo-se a várias nações e partes do globo. Tal inferência é fortalecida pelo fato de que a proclamação do advento, já mencionada, chegou a todos os postos missionários do mundo. Confira mais sobre esse assunto no capítulo 14.

VERSÍCULO 3. E bradou em grande voz, como ruge um leão, e, quando bradou, desferiram os sete trovões as suas próprias vozes. 4. Logo que falaram os sete trovões, eu ia escrever, mas ouvi uma voz do Céu, dizendo: Guarda em segredo as coisas que os sete trovões falaram e não as escrevas.

Os sete trovões. Seria inútil especular em minúcias sobre os sete trovões, na esperança de saber em definitivo o que eles disseram. Precisamos aceitar as orientações dadas a João a respeito deles e deixá-los onde o apóstolo os deixou, selados, não escritos e, em consequência, desconhecidos para nós. Todavia, existe uma conjectura em relação a eles que pode ser mencionada com toda propriedade. Segundo ela, a mensagem dos sete trovões foi a experiência dos adventistas participantes daquele movimento, ao aceitarem seu amargo desapontamento e a dura prova que enfrentaram. Fica claro que foi dito algo que não faria bem à igreja saber. E se Deus deixasse um registro inspirado do movimento adventista com antecedência, só serviria para derrotar o movimento, o qual cremos verdadeiramente se tratar, em todos os detalhes, do cumprimento dos propósitos divinos, em conformidade com Sua vontade. Por que, então, se faz qualquer menção aos sete trovões? Seguindo a conjectura supramencionada, a conclusão seria que, ao depararmos em nossa história com acontecimentos repentinos, misteriosos e inesperados, tão assustadores e estranhos como trovões em um céu sem nuvens, não desistiríamos em completa perplexidade, inferindo, como o fazemos, que tudo isso fazia parte da ordem e providência de Deus, uma vez que algo dessa natureza se encontrava selado e escondido da igreja.

VERSÍCULO 5. Então, o anjo que vi em pé sobre o mar e sobre a terra levantou a mão direita para o céu. 6. e jurou por aquele que vive pelos séculos dos séculos, o mesmo que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe: Já não haverá mais tempo, (KJV)

*Já não haverá mais tempo.*¹ Qual é o significado dessa declaração tão solene? Não pode significar que, com a mensagem desse anjo, o tempo, conforme é calculado neste mundo, em

¹ O termo grego Χρόνος (chronos — tempo) significa literalmente “tempo”. Os pioneiros adventistas compreenderam esta passagem como referindo-se ao término dos tempos proféticos. Tal compreensão foi confirmada por Ellen White. Após citar Apocalipse 10:5 e 6, ela disse: “Esta mensagem anuncia o fim dos períodos proféticos” (*Mensagens Escolhidas*, vol. 2, p. 108). Ela também disse: “O povo não terá outra mensagem sobre um tempo definido. Depois desse período de tempo (Apocalipse 10:4-6), estendendo-se de 1842 a 1844, não pode haver um traçado definido do tempo profético. A contagem mais longa vai até o outono de 1844” (*Eventos Finais*, p. 36).

comparação com a eternidade, terminaria; pois o versículo seguinte fala sobre os *dias* da voz do sétimo anjo. Apocalipse 11:15-19 nos apresenta alguns acontecimentos que ocorreriam durante essa trombeta, os quais estão se passando na atualidade. Também não pode se referir ao tempo da graça, pois este só cessará quando Cristo terminar Sua obra sacerdotal, algo que ocorrerá somente depois que o sétimo anjo começar a tocar sua trombeta (Ap 11:19). Portanto, deve fazer menção ao tempo profético, pois não pode ser a nenhum outro. Não mais haverá tempo profético — não que o tempo nunca mais seja usado em sentido profético, pois os “dias da voz do sétimo anjo”, mencionados logo em seguida, sem dúvida dizem respeito aos *anos* do sétimo anjo. O sentido é que nenhum período profético se estenderia além dessa mensagem. Aqueles que chegam ao último ponto se encerram ali. Nos comentários sobre Daniel 8:14, podem ser encontrados argumentos acerca dos períodos proféticos, demonstrando que mesmo os mais longos não passaram do outono de 1844.

VERSÍCULO 7. mas, nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á, então, o mistério de Deus, segundo Ele anunciou aos Seus servos, os profetas.

Os dias da voz do sétimo anjo. Essa sétima trombeta não é a mencionada em 1 Coríntios 15:52 como a última trombeta, que desperta os mortos do sono, mas, sim, a sétima de uma série de sete trombetas. Da mesma forma que as outras, demora dias (anos) para soar. O verso diz que “[...] nos dias da voz do sétimo anjo, quando tocar a sua trombeta” (ARC), ou “quando começar a tocar” (KJV), o mistério de Deus se cumprirá. Isso não significa que o mistério de Deus se cumprirá no exato dia em que começar a tocar, ou seja, no mesmo instante em que o soar se inicia, mas, sim, nos primeiros anos do toque dessa trombeta.

O começo da sétima trombeta. Com base nos acontecimentos que devem ocorrer ao toque da sétima trombeta, seu início pode ser identificado com precisão suficiente ao fim dos períodos proféticos em 1844. Portanto, não muitos anos depois dessa data, o mistério de Deus deve se cumprir. O grande evento, qualquer que seja ele, está bem à nossa frente. Uma obra final e decisiva, com a importância e solenidade que trouxe consigo, está às portas. Há algo de importante ligado ao término de qualquer obra de Deus. Tal ato marca uma era solene e importante. Nosso Salvador, enquanto morria na cruz, exclamou: “Está consumado!” (Jo 19:30); e quando a grande obra de misericórdia em favor da humanidade caída terminar, uma voz do trono de Deus anunciará, em tons que ecoam como o trovão por toda a Terra, a solene sentença: “Feito está!” (Ap 16:17). Portanto, não é uma preocupação injustificada que nos leva a indagar a consequência de tais eventos sobre nossas esperanças e nossos interesses eternos. Quando lemos sobre o cumprimento do mistério de Deus, somos levados a indagar que mistério é esse e em que consiste seu cumprimento.

O mistério de Deus. Alguns testemunhos diretos do Livro que nos foi deixado como lâmpada para os pés revelam que mistério é esse. Efésios 1:9-10: “Desvendando-nos o mistério da Sua vontade, segundo o Seu beneplácito que propusera em Cristo, de fazer convergir Nele, na dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as do Céu como as da Terra”. Segundo

essa passagem, o propósito de Deus de fazer convergir todas as coisas em Cristo é chamado de “mistério” da Sua vontade. Isso se cumpre por intermédio do evangelho. Efésios 6:19: “E também por mim [Paulo pede que orem por ele]; para que me seja dada, no abrir da minha boca, a palavra, para, com intrepidez, fazer conhecido o mistério do evangelho”. Aqui o evangelho é mencionado claramente como um mistério. É chamado de “mistério de Cristo” em Colossenses 4:3. Efésios 3:3, 6: “Pois, segundo uma revelação, me foi dado conhecer o mistério, conforme escrevi há pouco, resumidamente; [...] a saber, que os gentios são coerdeiros, membros do mesmo corpo e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus por meio do evangelho”. Paulo declara aqui que o mistério se tornou conhecido a ele mediante uma revelação, conforme havia acabado de escrever. Ao falar isso, ele se refere a sua epístola aos Gálatas, na qual registrou o que lhe fora dado “mediante revelação” nas seguintes palavras: “Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o *evangelho* por mim anunciado não é segundo o homem, porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas *mediante revelação de Jesus Cristo*” (Gl 1:11-12). Aqui Paulo nos conta com toda clareza que aquilo que ele havia recebido mediante revelação foi o evangelho. Em Efésios 3:3, ele o chama de mistério que ele conheceu “segundo uma revelação”, conforme já havia escrito antes. A epístola aos Gálatas foi escrita em 58 d.C., ao passo que a carta aos Efésios, em 64 d.C.

Levando em conta esses testemunhos, poucos se disporiam a negar que o mistério de Deus é o evangelho. Portanto, é o mesmo que se o anjo houvesse declarado: “Nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele começar a soar, o *evangelho* se cumprirá”. Mas o que significa o cumprimento do evangelho? Perguntemos primeiro por que ele foi dado. Ele foi entregue para constituir dentre as nações um povo para o nome de Deus (At 15:14). Seu cumprimento, é claro, deve ser o encerramento dessa obra. Ela será terminada quando o número do povo de Deus se completar, a misericórdia deixar de ser estendida e o tempo da graça finalizar.

A questão agora se encontra à nossa frente em toda sua magnitude. Essa é a obra grandiosa que deveria se cumprir nos primeiros dias da voz do sétimo anjo, cuja trombeta reverbera pelo mundo desde o memorável ano de 1844. Deus não é negligente; Sua obra não é incerta. Estamos prontos para essa proclamação?

VERSÍCULO 8. A voz que ouvi, vinda do Céu, estava de novo falando comigo e dizendo: Vai e toma o livro que se acha aberto na mão do anjo em pé sobre o mar e sobre a terra. 9. Fui, pois, ao anjo, dizendo-lhe que me desse o livrinho. Ele, então, me falou: Toma-o e devora-o; certamente, ele será amargo ao teu estômago, mas, na tua boca, doce como mel. 10. Tomei o livrinho da mão do anjo e o devorei, e, na minha boca, era doce como mel; quando, porém, o comi, o meu estômago ficou amargo.

No versículo 8, o próprio João é levado a atuar como representante da igreja, provavelmente por causa da experiência peculiar da igreja que o Senhor da profecia colocaria em registro, mas que não poderia ser bem apresentada mediante o símbolo de um anjo. Quando só se traz à tona uma proclamação direta, sem incluir a experiência singular que a igreja deveria vivenciar em

conexão com ela, os anjos podem ser usados como símbolos para representar os mestres religiosos que proclamam a mensagem, como em Apocalipse 14; quando, porém, uma experiência particular da igreja está prestes a ser apresentada, o caso é absolutamente distinto. Ela pode ser revelada de modo muito mais apropriado na pessoa de algum membro da família humana. Por isso, João é chamado a desempenhar um papel nesta representação simbólica. Sendo esse o caso, o anjo que aparece aqui a João pode representar o mensageiro divino que, segundo a ordem observada em toda a obra divina, está incumbido dessa mensagem. Ou talvez seja apresentado com o propósito de representar a natureza da mensagem e a fonte de onde ela provém.

Não são poucos os que hoje vivem e depararam, na própria experiência, com um marcante cumprimento desses versículos, na alegria com que receberam a mensagem da segunda vinda de Cristo. A doçura das preciosas verdades era semelhante ao mel. Porém, ela foi sucedida por tristeza e dor, quando, no momento esperado em 1844, o Senhor não voltou, mas, em seu lugar, sobreveio um grande desapontamento. Um erro que aparentava envolver a integridade do livrinho que estavam comendo foi cometido. Aquilo que tanto parecera mel a seu paladar, de repente se tornou como absinto e fel. Mas aqueles que tiveram perseverança para suportar, por assim dizer, o processo de digestão, logo descobriram que o erro estava apenas no evento, não no tempo, e que aquilo que o anjo lhes dera não era para morte, mas, sim, para sua nutrição e apoio (veja os mesmos fatos trazidos à tona por meio de uma imagem semelhante em Jeremias 15:16-18).

VERSÍCULO 11. Então, me disseram: É necessário que ainda profetizes a respeito de muitos povos, nações, línguas e reis.

João, como representante da igreja, recebe do anjo outra comissão. Mais uma mensagem deve ser dada após cessarem a primeira e a segunda mensagens, como proclamações principais (cf. Ap 14:6-12). Em outras palavras, encontramos aqui uma profecia referente à terceira mensagem angélica, agora em processo de cumprimento, conforme acreditamos. E essa obra não será realizada em um canto escondido, pois deve chegar a “muitos povos, nações, línguas e reis” (ver os comentários sobre o capítulo 14).



APOCALIPSE 11 — AS DUAS TESTEMUNHAS



VERSÍCULO 1. Foi-me dado um caniço semelhante a uma vara, e também me foi dito: Dispõe-te e mede o santuário de Deus, o seu altar e os que naquele adoram; **2.** mas deixa de parte o átrio exterior do santuário e não o meças, porque foi ele dado aos gentios; estes, por quarenta e dois meses, calcarão aos pés a cidade santa.

Aqui encontramos a continuação das instruções que o anjo começou a dar a João no capítulo anterior. Logo, estes versículos pertencem, mais apropriadamente, a esse capítulo e não deveriam ser separados por esta divisão. No último versículo do capítulo 10, o anjo deu uma nova comissão a João, no papel de representante da igreja. Em outras palavras, conforme já demonstrado, encontramos naquele versículo uma profecia da terceira mensagem angélica. Agora se segue o testemunho acerca da natureza dessa mensagem. Ela está ligada ao templo de Deus no Céu e tem o desígnio de medir uma classe de adoradores desse local. Nesse caso, o templo não pode se referir à igreja, pois a igreja é destacada em conexão com esse templo como “os que naquele adoram”. Portanto, o templo é o santuário literal no Céu e os adoradores, a igreja verdadeira na Terra. Mas é claro que esses adoradores não seriam medidos no sentido de descobrir a altura e a circunferência de cada um em metros e centímetros. Eles são medidos como *adoradores*. E o caráter só pode ser mensurado por algum padrão de justiça, a saber, uma lei ou regra de ação. Assim, somos levados à conclusão de que os dez mandamentos, o padrão que Deus deixou para medir “o dever de todo homem”, estão inclusos no caniço que o anjo coloca nas mãos de João. E, no cumprimento dessa profecia, essa mesma lei foi colocada nas mãos da igreja, por intermédio da terceira mensagem angélica. Esse é o padrão pelo qual os adoradores de Deus devem agora ser testados.

Depois de descobrir o que é medir aqueles que adoram no templo, perguntamos ainda: o que significa medir o templo? Medir qualquer objeto exige que demos atenção especial a esse objeto. Logo, sem dúvida, o chamado para se levantar e medir o templo de Deus consiste em uma ordem profética para a igreja fazer um exame especial do assunto do templo, ou santuário. Mas como isso deve ser feito com o caniço concedido à igreja? Somente com os dez mandamentos, não conseguimos fazê-lo. No entanto, quando consideramos a mensagem inteira, somos levados a uma análise do santuário do alto, com a ligação que ele tem com os mandamentos de Deus e a ministração de Cristo. Dessa forma, concluímos que o caniço, quando considerado como um todo, corresponde à mensagem especial concedida agora à igreja, que engloba as grandes verdades peculiares a este tempo, incluindo os dez mandamentos. Por meio dessa mensagem, nossa atenção foi chamada para o templo celestial e, por meio dela, luz e verdade sobre o assunto

surgiram. Assim nós medimos o templo e o altar, ou a ministração ligada ao templo, a obra e a posição de nosso grande Sumo Sacerdote. E medimos os adoradores com a parte do caniço ligada ao caráter, a saber, os dez mandamentos.

“Mas deixa de parte o átrio exterior do santuário”. Isso significa dizer: a atenção da igreja se dirige agora à parte de dentro do templo e ao serviço realizado ali. As questões relativas ao átrio passam a ser de menor importância. Ele foi dado aos gentios. O átrio se refere à Terra. Tal fato pode ser provado da seguinte maneira: o átrio é o lugar onde eram sacrificadas as vítimas cujo sangue seria ministrado no santuário. A vítima antitípica devia morrer no átrio antitípico. E Cristo morreu no Calvário, na Judeia. Tendo introduzido dessa maneira os gentios, a atenção do profeta se dirige para a grande característica da apostasia dos gentios, a saber, o fato de haverem calcado aos pés a cidade santa por 42 meses, durante o período de supremacia papal. Então, ele é dirigido à condição da Palavra de Deus, a verdade e a igreja durante aquela época. Assim, por meio de uma transição fácil e natural, somos levados de volta ao passado, e nossa atenção é despertada para uma nova série de acontecimentos.

VERSÍCULO 3. Darei às Minhas duas testemunhas que profetizem por mil duzentos e sessenta dias, vestidas de pano de saco.

Esses dias são os mesmos 42 meses do versículo anterior e se referem ao período do triunfo papal. Durante essa época, as testemunhas estão vestidas de pano de saco, ou em obscuridade, e Deus lhes dá poder para perseverar e conservar seu testemunho ao longo desse período negro e funesto. Mas quem ou o que são essas testemunhas?

VERSÍCULO 4. São estas as duas oliveiras e os dois candeeiros que se acham em pé diante do Senhor da Terra.

Aqui se faz uma alusão evidente a Zacarias 4:3-6, passagem na qual se explica que as duas oliveiras representam a Palavra de Deus. Davi testemunha: “A revelação das Tuas palavras esclarece” (Sl 119:130) e “Lâmpada para os meus pés é a Tua palavra e, luz para os meus caminhos” (v. 105). O testemunho escrito é mais forte que o oral. Jesus declarou o seguinte acerca das Escrituras do Antigo Testamento: “São elas mesmas que testificam de Mim” (Jo 5:39). Nesta dispensação, Ele diz que Suas obras testemunham Dele. O que significa testificar Dele? Desde que Seus discípulos, os quais se associaram pessoalmente a Ele enquanto aqui na Terra, faleceram e deixaram esta vida, as obras de Jesus só testificam Dele por intermédio do Novo Testamento, o único lugar no qual encontramos registro delas. Este evangelho do reino, afirmou-se no passado, será pregado a todo o mundo em testemunho a todas as nações.

Tais declarações e considerações são suficientes para embasar a conclusão de que o Antigo e o Novo Testamentos, um entregue em uma dispensação e o outro, em outra, são as duas testemunhas de Cristo.

VERSÍCULO 5. Se alguém pretende causar-lhes dano, sai fogo da Sua boca e devora os inimigos; sim, se alguém pretender causar-lhes dano, certamente, deve morrer.

Causar dano à Palavra de Deus é se opor, corromper ou perverter seu testemunho e afastar as pessoas dele. Contra os que realizam essa obra, sai fogo de Sua boca para devorá-los, isto é, juízo de fogo é pronunciado naquela Palavra. Esta declara que eles terão parte afinal no lago ardente de fogo e enxofre (Ml 4:1; Ap 20:15; 22:18-19, etc.).

VERSÍCULO 6. Elas têm autoridade para fechar o céu, para que não chova durante os dias em que profetizarem. Têm autoridade também sobre as águas, para convertê-las em sangue, bem como para ferir a Terra com toda sorte de flagelos, tantas vezes quantas quiserem.

Em que sentido essas testemunhas têm poder para fechar o céu, converter água em sangue e ferir a Terra com flagelos? Elias fechou o céu de tal modo que não choveu por três anos e meio; mas ele o fez pela Palavra do Senhor. Moisés, pela Palavra do Senhor, converteu em sangue as águas do Egito. E assim como tais atos de juízo, registrados em seu testemunho, se cumpriram, cada uma das ameaças e cada um dos julgamentos pronunciados por elas contra tais pessoas sem dúvida se cumprirá. “Tantas vezes quantas quiserem”. Os juízos ocorrerão com a mesma frequência com que se encontram registrados. Um exemplo disso o mundo há de experimentar ainda com o derramamento das sete últimas pragas.

VERSÍCULO 7. Quando tiverem, então, concluído o testemunho que devem dar, a besta que surge do abismo pelejará contra elas, e as vencerá, e matará, 8. e o seu cadáver ficará estirado na praça da grande cidade que, espiritualmente, se chama Sodoma e Egito, onde também o seu Senhor foi crucificado.

“Quando tiverem, então, *concluído* o testemunho que devem dar”, isto é, em “*pano de saco*”. A condição de pano de saco terminou, ou, conforme se encontra expresso em outra passagem, os dias da perseguição foram abreviados (Mt 24:22), antes que o período em si expirasse. Uma “besta” na profecia denota um reino ou poder (ver Daniel 7:17, 23). A pergunta que agora surge é: quando o período de 1.260 anos das testemunhas terminou? E um reino como o descrito guerreou contra elas na época citada? Se estivermos corretos em atribuir o ano de 538 d.C. como o início da supremacia papal, então os 42 meses, correspondentes a 1.260 dias proféticos, ou anos, nos trazem até 1798 d.C. Por volta dessa época surgiu um reino conforme o descrito para guerrear contra elas, etc.? Note: essa besta, ou reino, vem do poço do abismo; não tem nenhum alicerce. Trata-se de um poder ateu e, “espiritualmente, se chama [...] Egito” (ver Êx 5:2: “Respondeu Faraó: Quem é o SENHOR para que Lhe ouça eu a voz e deixe ir a Israel? Não conheço o SENHOR, nem tampouco deixarei ir a Israel”). Aqui temos o ateísmo. Algum reino, *por volta de 1798*, manifestou o mesmo espírito? Sim, a França. Em esfera nacional, negou a existência de Deus e declarou guerra contra a “monarquia do Céu”.

“Espiritualmente” esse poder “se chama Sodoma”. Qual era o pecado característico de Sodoma? *Devassidão*. A França possuía tal caráter? Sem dúvida. A *fornicação* foi validada *pela lei* durante o período mencionado. “Espiritualmente”, o lugar era onde o “Senhor foi crucificado”. Isso foi verdadeiro na França? Sim, em mais de um sentido. Ali se tramou uma conspiração para destruir todos os piedosos huguenotes. Em uma só noite (24 a 25 de agosto de 1572), *50 mil* dentre eles foram assassinados a sangue frio, e as ruas de Paris ficaram literalmente encharcadas de sangue. Assim nosso Senhor foi “espiritualmente crucificado” na figura de Seus fiéis seguidores. A senha e o lema dos infiéis franceses era “ANIQUEM O MISERÁVEL”, em referência a Cristo. Logo, pode-se afirmar verdadeiramente “onde também o seu Senhor foi crucificado”. O próprio espírito do “poço do abismo” foi derramado sobre essa nação ímpia.

Mas a França “pelejou” ou guerreou contra a Bíblia? Sim. Em 1793, a Assembleia Francesa aprovou um decreto proibindo as Escrituras. Por causa dele, as Bíblias foram recolhidas e queimadas, amontoando sobre elas todo e qualquer traço de desprezo. Todas as instituições ligadas à Bíblia foram abolidas. O dia de descanso semanal foi eliminado e substituído pelo *décimo* dia, dedicado ao divertimento e à profanidade. O batismo e a santa ceia foram abolidos. A existência de Deus foi negada e se declarou que a morte é um sono eterno. A deusa da razão, representada por uma mulher de má fama, foi exaltada e publicamente adorada. Sem dúvida, aqui se encontra um poder que responde com exatidão à profecia. Mas analisemos esse assunto com mais profundidade.

VERSÍCULO 9. Então, muitos dentre os povos, tribos, línguas e nações contemplam os cadáveres das duas testemunhas, por três dias e meio, e não permitem que esses cadáveres sejam sepultados.

As palavras deste versículo retratam os sentimentos de outras nações além da que comete o ultraje às testemunhas. Elas testemunhavam a guerra que a infiel França estava travando contra a Bíblia, mas não permitiram ser induzidas a envolver-se nacionalmente com a obra ímpia, tampouco permitiram que as testemunhas assassinadas fossem *sepultadas*, ou tirada de circulação em suas terras, embora as testemunhas tenham ficado mortas na França por três dias e meio, isto é, por três anos e meio. Não. Essa tentativa da parte da França só serviu para despertar os cristãos de todos os lugares a dedicar renovado empenho em favor da Bíblia, conforme passaremos a ver.

VERSÍCULO 10. Os que habitam sobre a Terra se alegram por causa deles, realizarão festas e enviarão presentes uns aos outros, porquanto esses dois profetas atormentaram os que moram sobre a Terra.

Essas palavras denotam a alegria experimentada por aqueles que odiavam a Bíblia ou se sentiam atormentados por ela. Por um tempo, grande foi a alegria dos infiéis em toda parte. Todavia, “o júbilo dos perversos é breve” (Jó 20:5). Foi isso que aconteceu na França, pois sua peleja contra a Bíblia e o cristianismo quase os tragou por completo. Eles se propuseram a destruir as “duas testemunhas” de Cristo, mas encheram a França de sangue e terror, a ponto de ficarem horri-

zados com as consequências dos próprios atos de maldade. Por isso, logo ficaram felizes em tirar suas mãos ímpias da Bíblia.

VERSÍCULO 11. Mas, depois dos três dias e meio, um espírito de vida, vindo da parte de Deus, neles penetrou, e eles se ergueram sobre os pés, e àqueles que os viram sobreveio grande medo;

Em 1793, a Assembleia Francesa aprovou um decreto proibindo a Bíblia. Apenas três anos depois, a assembleia introduziu uma resolução superior ao decreto que tolerava as Escrituras. Ela ficou pendente por seis meses, mas, quando seguiu para votação, foi aprovada por unanimidade. Portanto, em apenas três anos e meio, as testemunhas “se ergueram sobre os pés, e àqueles que os viram sobreveio grande medo”. Nada além das consequências medonhas de rejeitar a Bíblia teriam conseguido induzir a França a tirar as mãos dessas testemunhas.

VERSÍCULO 12. e as duas testemunhas ouviram grande voz vinda do Céu, dizendo-lhes: Subi para aqui. E subiram ao Céu numa nuvem, e os seus inimigos as contemplaram.

“*Subiram ao Céu*”. A fim de entender essa expressão, confira Daniel 4:22: “a tua grandeza cresceu e *chega até ao Céu*”. Aqui vemos que a expressão significa *grande exaltação*. As Escrituras chegaram a tamanho estado de exaltação, conforme essa passagem sugere, desde que a França pelejou contra elas? Sim.

Pouco tempo depois, foi organizada a Sociedade Bíblica Britânica (1804), sucedida pela Sociedade Bíblica Norte-Americana (1817). Essas duas organizações, com suas quase inúmeras filiais, têm levado a Bíblia a todos os lugares. Desde aquele período, as Escrituras já foram traduzidas para quase 200 idiomas diferentes das traduções existentes até então. E o aperfeiçoamento na fabricação de papel e na área de impressão nos últimos 75 anos deu ímpeto à obra de espalhar a Bíblia, que hoje ocorre em um ritmo sem precedentes.

Literalmente *navios carregados* de Bíblias têm sido enviados aos destituídos. Uma embarcação chegou a levar 59 toneladas de Bíblias da Inglaterra para os escravos emancipados das Índias Ocidentais. A Bíblia foi elevada ao respeito de quase todos, sejam santos ou pecadores. No presente século, as traduções das Escrituras quintuplicaram, e a circulação da Bíblia aumentou em 30 vezes.¹ Nenhum outro livro se aproxima em preço ou no número de exemplares vendidos. De acordo com o periódico *Missionary Review* [Revista Missionária] de setembro de 1896, a Bíblia já foi traduzida para idiomas que abrangem 90% da raça humana. E a Sociedade Bíblica Norte-Americana, em seu octogésimo relatório anual, datado de maio de 1896, afirma que o total de Bíblias e partes da Bíblia que somente essa instituição publicou foi de 61.705.841. É só levar em conta os exemplares lançados pela Sociedade Bíblica Britânica e outras editoras que esse número seria amplamente aumentado! Que outro livro o mundo testemunhou se aproximar da Bíblia nesse aspecto? É exaltado acima de qualquer preço por ser, ao lado do Filho, a bênção mais inestimável de Deus à humanidade e o *testemunho* glorioso acerca do Filho. Sim, é possível verda-

¹ D. T. Taylor, *Increase of Crime*, p. 5.

deiramente afirmar que as Escrituras foram exaltadas “ao Céu numa nuvem”, sendo a *nuvem* um emblema de elevação celestial.

VERSÍCULO 13. Naquela hora, houve grande terremoto, e ruiu a décima parte da cidade, e morreram, nesse terremoto, sete mil pessoas, ao passo que as outras ficaram sobremodo aterrorizadas e deram glória ao Deus do Céu.

Que cidade? (ver Apocalipse 17:18: “A *mulher* que viste é a *grande cidade* que domina sobre os reis [reinos] da Terra”). A cidade é o poder romano *papal*. A França é *um* dos “*dez* chifres” que ofereceu “à besta [papal] o poder e a autoridade que possuem” (Ap 17:13), ou seja, um dos dez reinos que surgiram do império ocidental de Roma, conforme indicam os dez dedos dos pés da estátua de Nabucodonosor, os dez chifres da besta de Daniel (Dn 7:24) e do dragão de João (Ap 12:3). Logo, a França é “a décima parte da cidade” e foi uma das mais fortes ministradoras da vingança papal. Em sua revolução, porém, ela “ruiu” e, com ela, caiu o último mensageiro *civil* da fúria papal. “E morreram, nesse terremoto, sete mil pessoas [na margem da KJV, *nomes de homens*, ou títulos de *homens*]”. A França guerreou, em sua revolução de 1793–1798, e daí em diante, contra todos os títulos de nobreza. Aqueles que examinaram os registros franceses disseram que foram exatamente 7 mil os títulos de nobreza abolidos na revolução. “Ao passo que as outras ficaram sobremodo aterrorizadas e deram glória ao Deus do Céu”. A obra realizada na França de desonra a Deus e rebeldia ao Céu encheu o país com cenas tão grandes de sangue, carnificina e horror que até os próprios infiéis tremeram de medo e ficaram pasmos. E as “outras” que escaparam dos horrores dessa hora “deram glória ao Deus do Céu”, não voluntariamente, mas porque Deus fez a “ira humana” louvá-Lo (Sl 76:10), levando todo o mundo a perceber que quem guerreia contra o Céu cava a própria sepultura. Assim Deus foi glorificado justamente pelos meios que homens maus divisaram para macular essa glória.

Temos uma dívida de gratidão com o falecido George Storrs e sua obra *The Two Witnesses* [As Duas Testemunhas], à qual recorreremos para encontrar estatísticas e muitos dos pensamentos anteriores sobre as duas testemunhas.

VERSÍCULO 14. Passou o segundo ai. Eis que, sem demora, vem o terceiro ai.

Aqui a série de sete trombetas é retomada mais uma vez. O segundo ai terminou com a sexta trombeta, em 11 de agosto de 1840; e o terceiro ai ocorre durante o toque da sétima trombeta, que começou em 1844.

Então onde nos encontramos? “Eis que”, ou seja, observe bem, “sem demora, vem o terceiro ai”. As cenas temíveis do segundo ai ficaram no passado, e agora nos encontramos sob o toque da trombeta que traz o terceiro e último ai. Devemos agora procurar paz e segurança, um milênio temporal, mil anos de justiça e prosperidade? Em vez disso, oremos com fervor para o Senhor despertar este mundo que dorme.

VERSÍCULO 15. O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no Céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do Seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos. 16. E os vinte e quatro anciãos que se encontram sentados no Seu trono, diante de Deus, prostraram-se sobre o seu rosto e adoraram a Deus, 17. dizendo: Graças Te damos, Senhor Deus, Todo-Poderoso, que és e que eras, porque assumiste o Teu grande poder e passaste a reinar.

Do versículo 15 até o fim do capítulo, parece que somos transportados do chão, desde o toque da sétima trombeta até o fim, por três vezes distintas. Nos versículos que acabam de ser citados, o profeta olha adiante para o pleno estabelecimento do reino de Deus. Embora a sétima trombeta tenha começado a tocar, não é possível afirmar ainda que as grandes vozes no Céu proclamaram que os reinos deste mundo se tornaram o reino de nosso Senhor e de Seu Cristo, exceto na antecipação do célere cumprimento desse evento. Mas a sétima trombeta, assim como as seis anteriores, abrange um período; e a transferência dos reinos dos poderes terrenos para Aquele que tem o direito de reinar é o principal acontecimento que se dará nos primeiros anos de seu toque. É por isso que tal evento, em lugar de todos os outros, envolve aqui a mente do profeta (ver os comentários sobre o versículo 19). No versículo seguinte, João volta e fala dos eventos que aconteceriam nesse meio tempo, da seguinte maneira:

VERSÍCULO 18. Na verdade, as nações se enfureceram; chegou, porém, a Tua ira, e o tempo determinado para serem julgados os mortos, para se dar o galardão aos Teus servos, os profetas, aos santos e aos que temem o Teu nome, tanto aos pequenos como aos grandes, e para destruíres os que destroem a Terra.

“*As nações se enfureceram*”. Começando com a extraordinária revolução na Europa em 1848, a explosão espontânea de violência entre as nações, a ira de uma contra a outra, a suspeita e a inveja têm crescido constantemente. Quase todos os jornais mostram a temível condição a que agora chegaram e como está tenso o relacionamento entre elas.

“*Chegou, porém, a Tua ira*”. A ira de Deus pela geração presente se enche nas sete últimas pragas (Ap 15:1), e se faz, portanto, referência a elas aqui. Estas em breve serão derramadas sobre a Terra.

O julgamento dos mortos. “E o tempo determinado para serem julgados os mortos”. A grande maioria dos mortos, ou seja, os ímpios, continuam na sepultura após a visita das pragas e o fim desta dispensação. Uma obra de julgamento, de atribuir a cada um o castigo por seus crimes, será levada adiante em referência a eles pelos santos, junto com Cristo, durante os mil anos após a primeira ressurreição (1Co 6:2; Ap 20:4). Uma vez que esse julgamento dos mortos vem depois da ira de Deus, ou das sete últimas pragas, parece necessário relacioná-lo com os mil anos de juízo sobre os ímpios supramencionado, já que o juízo investigativo ocorre *antes* das pragas serem derramadas.

A recompensa dos justos. “Para se dar o galardão aos Teus servos, os profetas”. Essa predição nos leva para o futuro, para o momento da posse plena da herança celestial ao fim do

milênio; pois o galardão completo dos santos só será alcançado quando eles receberem a posse da nova Terra (Mt 25:34).

O castigo dos ímpios. “E para destruíres os que destroem a Terra”, referindo-se ao momento em que os ímpios serão devorados para sempre no fogo purificador que desce do Deus do Céu sobre eles, derretendo e renovando a Terra (2Pd 3:7; Ap 20:9). Por meio dessas palavras, aprendemos que a sétima trombeta se estende até o fim dos mil anos. Que pensamento solene, surpreendente, mas feliz! A trombeta que hoje toca verá a destruição final dos ímpios e contemplará os santos, revestidos de gloriosa imortalidade, seguramente localizados na Terra renovada.

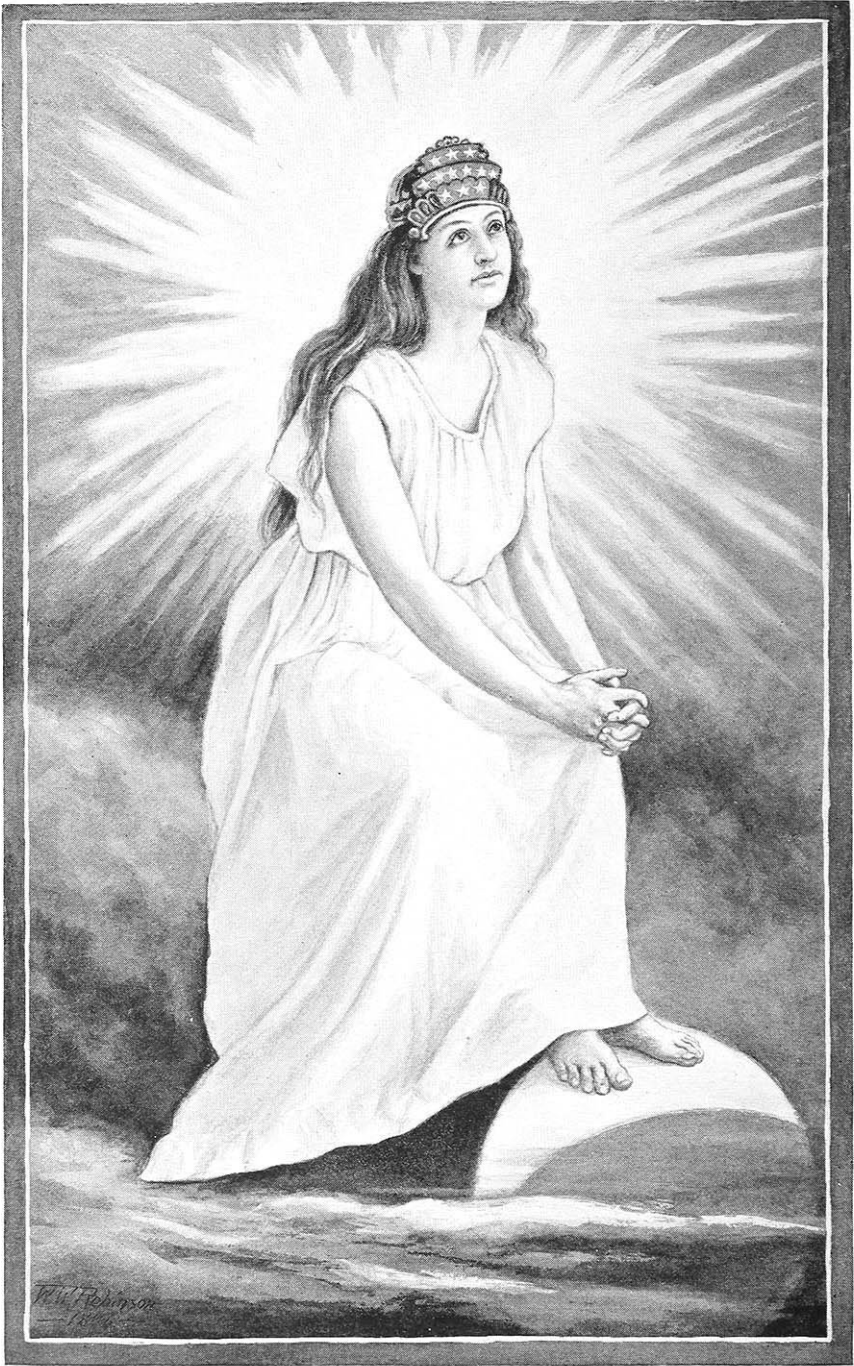
Mais uma vez, o profeta nos leva de volta ao início da trombeta, por meio da seguinte linguagem:

VERSÍCULO 19. Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no Céu, e foi vista a arca da Aliança no Seu santuário, e sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões, terremoto e grande saraivada.

Depois de introduzir a sétima trombeta no versículo 15, o primeiro grande evento que chama a atenção do profeta é a transferência do reino do governo terreno para o celestial. Deus toma para Si esse grande poder e acaba para sempre com a rebelião desta Terra revoltada, estabelecendo Cristo sobre Seu trono, ao passo que Ele próprio continua a ser supremo sobre tudo. Depois que essa imagem se completa, somos levados de volta, no versículo 18, à condição das nações, ao juízo que recairia sobre elas e ao destino final tanto de santos quanto de pecadores. Depois que esse campo de visão é examinado, somos conduzidos ao passado mais uma vez no versículo em análise, e nossa atenção é dirigida ao fim do sacerdócio de Cristo, a última cena da obra de misericórdia em prol de um mundo culpado. O templo se abre; adentra-se no segundo compartimento do santuário. Sabemos que é o santíssimo que foi aberto, pois se vê a arca e foi nesse compartimento que ela foi depositada. Isso ocorreu ao fim das 2.300 tardes e manhãs, quando o santuário deveria ser purificado, o momento em que os períodos proféticos se encerraram e o sétimo anjo começa a tocar a trombeta. Desde então, o povo de Deus contempla pela fé a porta aberta no Céu e arca da aliança divina ali. Os fiéis procuram guardar cada preceito da santa lei escrita nas tábuas ali guardadas. E os termos que João usa para descrever a arca deixam claro que as tábuas da lei se encontram ali, assim como na arca do santuário construído por Moisés. Ele a chama de “arca da Aliança”. A arca era chamada de arca da aliança, ou testamento, porque foi feita com o propósito expresso de guardar as tábuas do testemunho, ou dez mandamentos (Êx 25:16; 31:18; Dt 10:2, 5). Não era usada para nada mais e seu nome se devia somente ao fato de conter as tábuas da lei. Se as tábuas da aliança não estivessem ali dentro, não seria a arca da Aliança de Deus, nem podia verdadeiramente ser chamada por esse nome. João, porém, ao contemplar a arca no Céu durante o toque da sétima trombeta, continua chamando-a de “arca da Aliança”, fornecendo uma prova irrefutável de que a lei permanece ali, sem alterações em

nenhum til ou jota em relação ao exemplar que, por um tempo, foi confiado ao cuidado dos seres humanos na arca típica do tabernáculo durante a dispensação mosaica.

Os seguidores da palavra profética também receberam o caniço e estão medindo o templo, o altar e aqueles que adoram ali dentro (v. 1). Eles proferem a última profecia diante de nações, povos e línguas (Apocalipse 10:11). E o drama logo se encerrará com relâmpagos, trovões, vozes, um terremoto e grande saraivada, os quais se unirão para formar a última convulsão da natureza antes de todas as coisas serem renovadas ao fim do milênio (Ap 21:5; ver os comentários sobre Apocalipse 16:17-21).



A IGREJA DO EVANGELHO
APOCALIPSE 12:1

APOCALIPSE 12 — A IGREJA EVANGÉLICA



VERSÍCULO 1. Viu-se grande sinal no céu, a saber, uma mulher vestida do sol com a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas na cabeça, 2. que, achando-se grávida, grita com as dores de parto, sofrendo tormentos para dar à luz. 3. Viu-se, também, outro sinal no céu, e eis um dragão, grande, vermelho, com sete cabeças, dez chifres e, nas cabeças, sete diademas.

Uma elucidação desta parte do capítulo envolve pouco mais do que a mera definição dos símbolos apresentados. Esta pode ser feita em poucas palavras, da seguinte maneira:

“Uma mulher”: a igreja verdadeira. Uma mulher corrupta é usada para representar uma igreja apóstata ou corrupta (Ez 23:2-4; Ap 17:3-6, 15, 18). Por paralelo de raciocínio, uma mulher pura, como neste caso, representa a igreja verdadeira.

“Sol”: a luz e a glória da dispensação evangélica.

“A lua”: a dispensação mosaica. Assim como a lua brilha com luz emprestada do sol, a velha dispensação brilhava com luz emprestada da presente dispensação. Naquela época, eles tinham o tipo e a sombra; hoje temos o antítipo e a substância.

“Coroa de doze estrelas”: os doze apóstolos.

“Dragão, grande, vermelho”: Roma pagã (ver os comentários dos versículos 4 e 5).

“Céu”: o espaço no qual essa representação foi contemplada pelo apóstolo. Não devemos supor que as cenas aqui representadas a João ocorrem no Céu onde Deus habita, pois tratam-se de acontecimentos que se desenrolam aqui na Terra. Mas a cena que se passou diante dos olhos do profeta apareceu como se estivesse na região ocupada pelo sol, pela lua e pelas estrelas, a qual denominamos céu.

Os versículos 1 e 2 abrangem um período que começa logo antes do início da presente dispensação, quando a igreja ansiava avidamente pelo advento do Messias e esperava por esse acontecimento, estendendo-se até a ocasião do pleno estabelecimento da igreja evangélica com sua coroa de doze apóstolos (Lc 2:25-26, 38).

Não poderia haver símbolos mais adequados e impressionantes do que os empregados aqui. A dispensação mosaica brilhou com luz emprestada da dispensação cristã, assim como a lua brilha com luz emprestada do sol. Quão apropriado, então, representar a primeira pela lua e a segunda pelo sol. A mulher, a igreja, tinha a lua debaixo dos pés, ou seja, a dispensação mosaica acabara de finalizar e a mulher estava vestida com a luz do sol evangélico, que terminara de nascer. Usando a figura de linguagem conhecida como prolepse, a igreja é representada plenamente organizada, com seus doze apóstolos, antes que o filho varão, Cristo, entrasse em cena. Isso se justifica com facilidade pelo fato de que assim ela seria constituída logo depois de Cristo começar

Seu ministério; e Ele Se encontra mais especialmente conectado a essa igreja do que a da velha dispensação. Não há espaço para uma compreensão incorreta da passagem. Portanto, esta representação não causa nenhum dano a um sistema correto de interpretação.

VERSÍCULO 4. A sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, as quais lançou para a Terra; e o dragão se deteve em frente da mulher que estava para dar à luz, a fim de lhe devorar o filho quando nascesse. 5. Nasceu-lhe, pois, um filho varão, que há de reger todas as nações com cetro de ferro. E o seu filho foi arrebatado para Deus até ao Seu trono. 6. A mulher, porém, fugiu para o deserto, onde lhe havia Deus preparado lugar para que nele a sustentem durante mil duzentos e sessenta dias.

“A *terça parte das estrelas do céu*”. O dragão arrastou a terça parte das estrelas do céu. Se as doze estrelas com as quais a mulher está coroada, usadas aqui de maneira simbólica, denotam os doze apóstolos, então as estrelas que o dragão lança para a Terra antes de sua tentativa de destruir o filho varão, ou seja, antes da era cristã, podem representar uma parte dos governantes do povo judeu. Já tivemos evidência, em Apocalipse 8:12, de que, às vezes, o sol, a lua e as estrelas são usados nesse sentido simbólico. Se o dragão é um símbolo, só poderia lidar com estrelas simbólicas. E a cronologia do ato aqui mencionado o confina ao povo judeu. A Judeia se tornou uma província romana 63 anos antes do nascimento do Messias. Os judeus tinham três classes de governantes: reis, sacerdotes e o Sinédrio. Um terço deles, os reis, foi derrubado pelo poder romano. Philip Smith, em *History of the World* [História do Mundo], vol. 3, p. 181, após narrar o cerco de Jerusalém pelos romanos e por Herodes, e a rendição da cidade na primavera de 37 a.C., depois de resistir com obstinação por seis meses, conta: “Esse foi o fim da dinastia dos asmoneus, exatamente 130 anos depois das primeiras vitórias de Judas Macabeu e no 70º ano da usurpação da coroa por Aristóbulo I”.

O dragão se deteve em frente da mulher a fim de devorar seu filho. Torna-se necessário agora identificar o poder simbolizado pelo dragão. E é fácil fazer isso. O testemunho acerca do “filho varão” que o dragão tenta destruir só pode se aplicar a um ser que nasceu neste mundo, a saber, nosso Senhor Jesus Cristo. Ninguém mais foi arrebatado por Deus até Seu trono, ao passo que Ele recebeu essa exaltação (Ef 1:20-21; Hb 8:1; Ap 3:21). Ninguém mais recebeu de Deus a comissão de reger todas as nações com cetro de ferro, mas Ele foi designado justamente para essa obra (Sl 2:7-9).

Com certeza, não pode haver dúvida de que o filho varão representa Jesus Cristo. O momento ao qual essa profecia se refere é igualmente evidente. Foi o instante em que Cristo veio a este mundo como bebê em Belém.

Depois de definir quem é o filho varão, a saber, Cristo e de fixar a cronologia da profecia no momento em que Ele nasceu neste mundo, será fácil descobrir qual é o poder que o dragão simboliza. Pois o dragão representa algum poder que tentou destruí-lo ao nascer. Houve uma tentativa como essa? E quem foi responsável por ela? Não é preciso dar nenhuma resposta formal

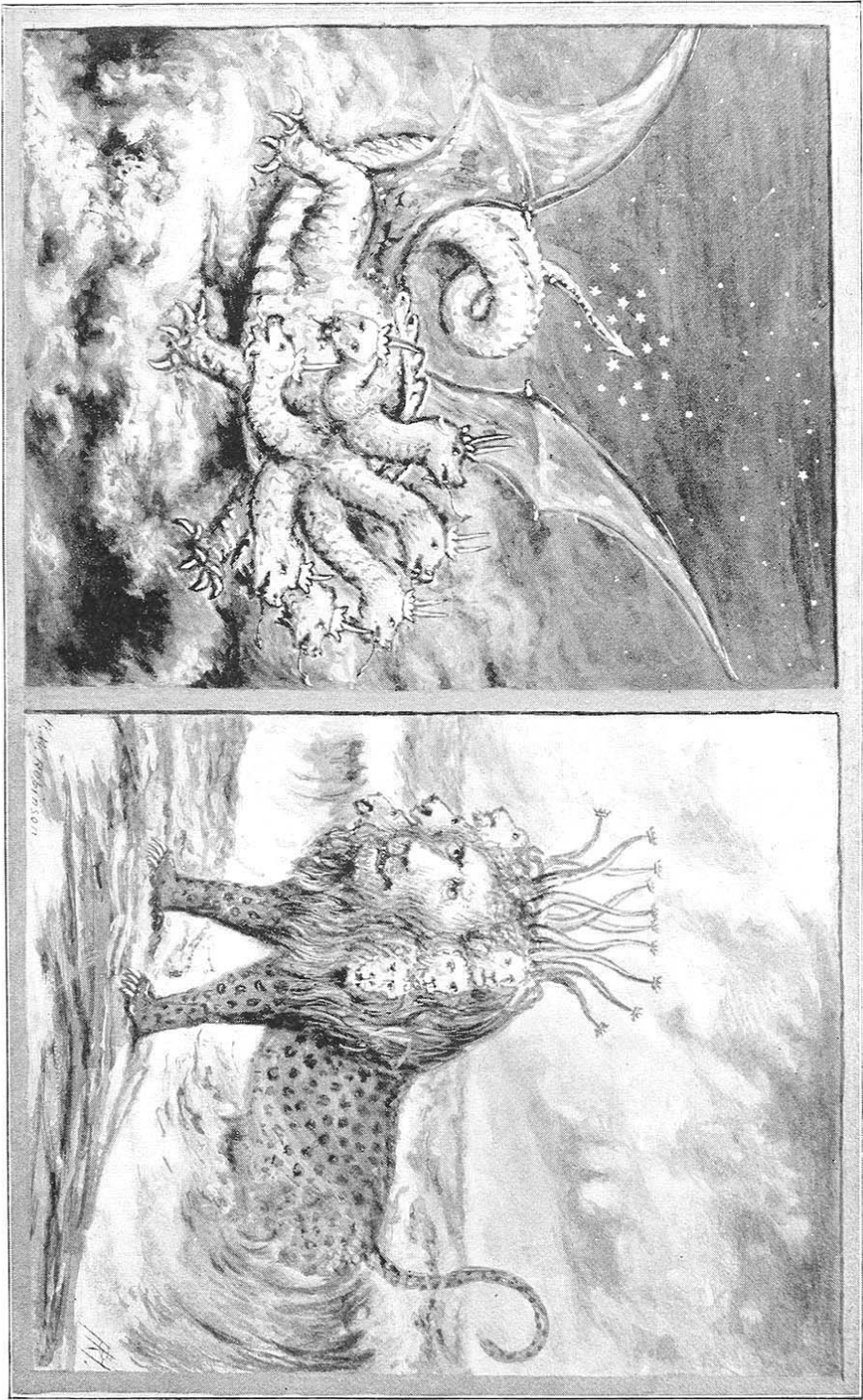
a essa pergunta a todos quantos leram como Herodes, no diabólico esforço por destruir o bebê Jesus, mandou matar todos os bebês meninos em Belém, de dois anos para baixo. Mas quem foi Herodes? Um governador romano. O poder de Herodes provinha de Roma. Naquela época, Roma dominava sobre o mundo inteiro (Lc 2:1) e, portanto, era a parte responsável por esse acontecimento. Além disso, Roma era o único governo terreno que, naquele período, *poderia* ser simbolizado na profecia, justamente pelo motivo de ter domínio universal. Logo, não é sem razões conclusivas que os comentaristas protestantes em geral classificam o império romano como o poder representado pelo grande dragão vermelho. E é interessante destacar o fato de que, durante o segundo, terceiro, quarto e quinto séculos da era cristã, juntamente com a águia, o dragão era o principal estandarte das legiões romanas. E esse dragão era pintado de vermelho, como se, numa resposta fiel ao retrato contemplado pelo profeta de Patmos, exclamasse ao mundo: “Nós somos a nação que essa imagem representa”.

Conforme dissemos, Roma, na pessoa de Herodes, tentou destruir Jesus Cristo quando ele mandou procurar e destruir todos os meninos de Belém de dois anos para baixo. O bebê que nasceu para realizar os expectantes desejos de uma igreja que aguardava e vigiava foi nosso adorável Redentor, que logo regerá as nações com cetro de ferro. Herodes foi incapaz de destruí-Lo. Nem todos os poderes da Terra e do inferno reunidos poderiam vencê-Lo. E embora tenha sido mantido por um período sob o domínio da sepultura, rasgou suas cruéis amarras, abriu o caminho de vida para a raça humana. Foi arrebatado por Deus até Seu trono, ou seja, ascendeu ao Céu à vista de Seus discípulos, deixando para eles, por meio das palavras dos anjos, a mais doce de todas as promessas, a saber, que, assim como estava sendo retirado da presença deles, viria outra vez.

E a igreja fugiu para o deserto quando o papado se consolidou, em 538, onde foi alimentada pela Palavra de Deus e pelo cuidado dos anjos durante o domínio longo, negro e sangrento desse poder, por 1.260 anos.

VERSÍCULO 7. Houve peleja no céu. Miguel e os Seus anjos pelejaram contra o dragão. Também pelejaram o dragão e seus anjos; 8. todavia, não prevaleceram; nem mais se achou no céu o lugar deles. 9. E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a Terra, e, com ele, os seus anjos. 10. Então, ouvi grande voz do Céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do Seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus. 11. Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram e, mesmo em face da morte, não amaram a própria vida. 12. Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais. Ai da Terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo lhe resta.

Os seis primeiros versículos deste capítulo, conforme vimos, nos conduzem ao término dos 1.260 anos, que marcam o fim da supremacia papal em 1798. No versículo 7, fica igualmente



O DRAGÃO — ROMA PAGÁ
APOCALIPSE 12:3

A BESTA LEOPARDO — ROMA PAPAL
APOCALIPSE 13:1 E 2

claro que somos levados a eras anteriores. Para quando? Para o primeiro momento citado no capítulo: os dias do primeiro advento. “Houve peleja no céu”, o mesmo céu onde a mulher e o dragão foram vistos a princípio. Mas eles eram atores nas cenas que ocorreram aqui na Terra. Por isso, entendemos que esta guerra se passa no mesmo local. E a qual ponto do passado somos conduzidos? Sem dúvida, ao início do ministério de Cristo aqui na Terra. Para provar que Miguel é Cristo, confira Judas 9; 1 Tessalonicenses 4:16; João 5:28-29. E é impossível questionar que esse foi um período especial de guerra entre Ele e Satanás.

Outro símbolo é introduzido aqui, e João se apressa em nos dizer o que ele representa. É o diabo e Satanás. Mas esse não é o mesmo dragão dos versículos 3 e 4. Aquele era um grande dragão *vermelho*, com sete *cabeças* e sete *coroas* sobre as cabeças. Seria grotesco demais tentar aplicar essa figura à pessoa de Satanás. Em nenhum momento, a Bíblia diz que Satanás é *vermelho*, nem que foi abençoado com o número de *cabeças* e *chifres* aqui mencionados. Além disso, muito embora possa, em seu papel de deus deste mundo, ter uma coroa, como poderia usar sete? Todavia, todas essas características são extremamente apropriadas quando aplicadas a Roma pagã.

Quando se deseja representar Satanás por um símbolo, nada mais apropriado do que um grande dragão ou serpente, sem especificações. E fica evidente por que um símbolo semelhante também é usado para representar Roma com algumas de suas características peculiares. Isso ocorreu porque Roma, um império universal, era, na época, o único agente geral para desempenhar a vontade de Satanás na Terra. Mas não há motivo para confundir os dois símbolos.

Em referência à guerra mencionada, Satanás aguardava com expectativa a missão de Cristo nesta Terra como sua última chance de sucesso em subverter o plano da salvação. Ele se aproximou de Jesus com tentações plausíveis, na esperança de derrotá-Lo. Tentou destruí-Lo de diversas maneiras ao longo de Seu ministério. E quando conseguiu colocá-Lo no túmulo, procurou, em maligno triunfo, conservá-Lo ali. Mas em todos os embates, o Filho de Deus saiu triunfante. E Ele deixa esta graciosa promessa a Seus seguidores fiéis: “Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no Meu trono, assim como *também Eu venci* e Me sentei com Meu Pai no Seu trono” (Ap 3:21). Isso mostra que, enquanto se encontrava na Terra, Jesus travou uma guerra e obteve a vitória. Satanás viu seu último esforço fracassar, sua conspiração final ir por água abaixo. Ele havia se gabado de que derrotaria o Filho de Deus em Sua missão neste mundo, transformando o plano da salvação em uma vergonha infame. E ele sabia muito bem que, se fosse frustrado em sua última tentativa desesperada de subverter a obra de Deus, sua esperança final morreria e tudo estaria perdido (ver *Spiritual Gifts* [Dons Espirituais], vol. 1, p. 67).

No entanto, usando as palavras do versículo 8, ele não prevaleceu. Por isso, podemos muito bem entoar o cântico: “Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais”.

Alguns defendem que essa guerra ocorreu quando Satanás, então um anjo de luz e glória, se rebelou no Céu; e que a expulsão à qual João se refere foi sua retirada do Céu naquela ocasião. Mas não conseguimos harmonizar esse ponto de vista com o testemunho diante de nós. No versículo 13, lemos o seguinte: “Quando, pois, o dragão se viu atirado para a Terra, perseguiu a

mulher que dera à luz o filho varão”. Isso mostra que, assim que o diabo viu que foi expulso, voltou sua ira contra a mulher, a igreja, a qual, não muito depois dessa ocasião, fugiu para o deserto. Portanto, quando Satanás se deu conta de que estava derrotado, o filho varão já havia vindo, ou, em outras palavras, o primeiro advento de Cristo já ocorrera. Assim, essa guerra e derrota de Satanás ocorreu durante a era cristã e não muito antes de a igreja fugir para o deserto em 538, não podendo corresponder a sua queda do Céu antes da criação do mundo, embora essa tenha sido uma guerra no Céu.

Além disso, parece haver vários casos nos quais Satanás é mencionado como derrotado ou lançado por terra. Um deles foi sua primeira expulsão do Céu; outra, quando Cristo o venceu em Seu primeiro advento; e haverá mais uma ocasião no futuro, quando ele for lançado no poço do abismo e preso por mil anos. Em cada um desses episódios sucessivos, contemplamos uma limitação crescente de seu poder. Ele desce um degrau a cada combate que se passa. Da primeira vez, conforme podemos inferir claramente com base em alguns textos bíblicos, a disputa foi entre Ele e Deus Pai (cf. 2Pd 2:4); da segunda vez, entre ele e Cristo, o Filho, assim como na passagem em análise; ao passo que, da terceira vez, basta um anjo para efetuar a obra de humilhação (Ap 20:1-2). Desde a primeira disputa, ele não recebeu permissão de ter a honra de contender com o Pai; desde a segunda, não teve o privilégio, se podemos dizer assim, de um embate pessoal com o Filho. A guerra mencionada na passagem agora diante de nós é entre o diabo e Miguel, Cristo. O grande esforço pessoal do primeiro em relação ao último ocorreu durante a missão de Jesus aqui na Terra. E a grande vitória pessoal de Cristo aconteceu justamente nesse confronto.

“Nem mais se achou no céu o lugar deles”. O céu, conforme vimos, não representa, neste capítulo, o lugar da morada de Deus e de Seus mensageiros celestiais. Sem dúvida, denota aqui uma condição, em vez de lugar. E a expressão significa que foram humilhados para nunca mais voltar a sua posição anterior. Eles haviam sofrido uma derrota terrível, a qual Cristo descreve dizendo: “Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago” (Lc 10:18). A esperança que ele sempre acariciara, de derrotar o Filho do homem quando Ele assumisse nossa natureza, pereceu para sempre. Seu poder foi limitado. Não poderia mais aspirar a um encontro pessoal com o Filho de Deus, fato que, até então, conferira, em certo grau, dignidade e prestígio a sua posição. Desde então, a igreja (a mulher) tem sido alvo de sua malícia, e ele recorre a todos os meios nefastos contra ela que naturalmente caracterizam uma ira aturdida e desprovida de esperança (ver *Spiritual Gifts*, vol. 1, p. 79.)

Mas então se ouve um cântico no Céu: “Agora, *veio* a salvação”, etc. Como isso pode ser, se essas cenas pertencem ao passado? A salvação, a força, o reino de Deus e o poder de Cristo haviam chegado naquela ocasião? De modo nenhum, mas a música é cantada em expectativa. Tais coisas foram garantidas. Cristo conquistou a grande vitória, tirando qualquer dúvida quanto a seu pleno estabelecimento. Assim como lemos em outras passagens bíblicas: “*Tendes* a vida eterna” (1Jo 5:13); “*temos* a redenção, pelo Seu sangue” (Ef 1:7), etc., como se já possuíssemos

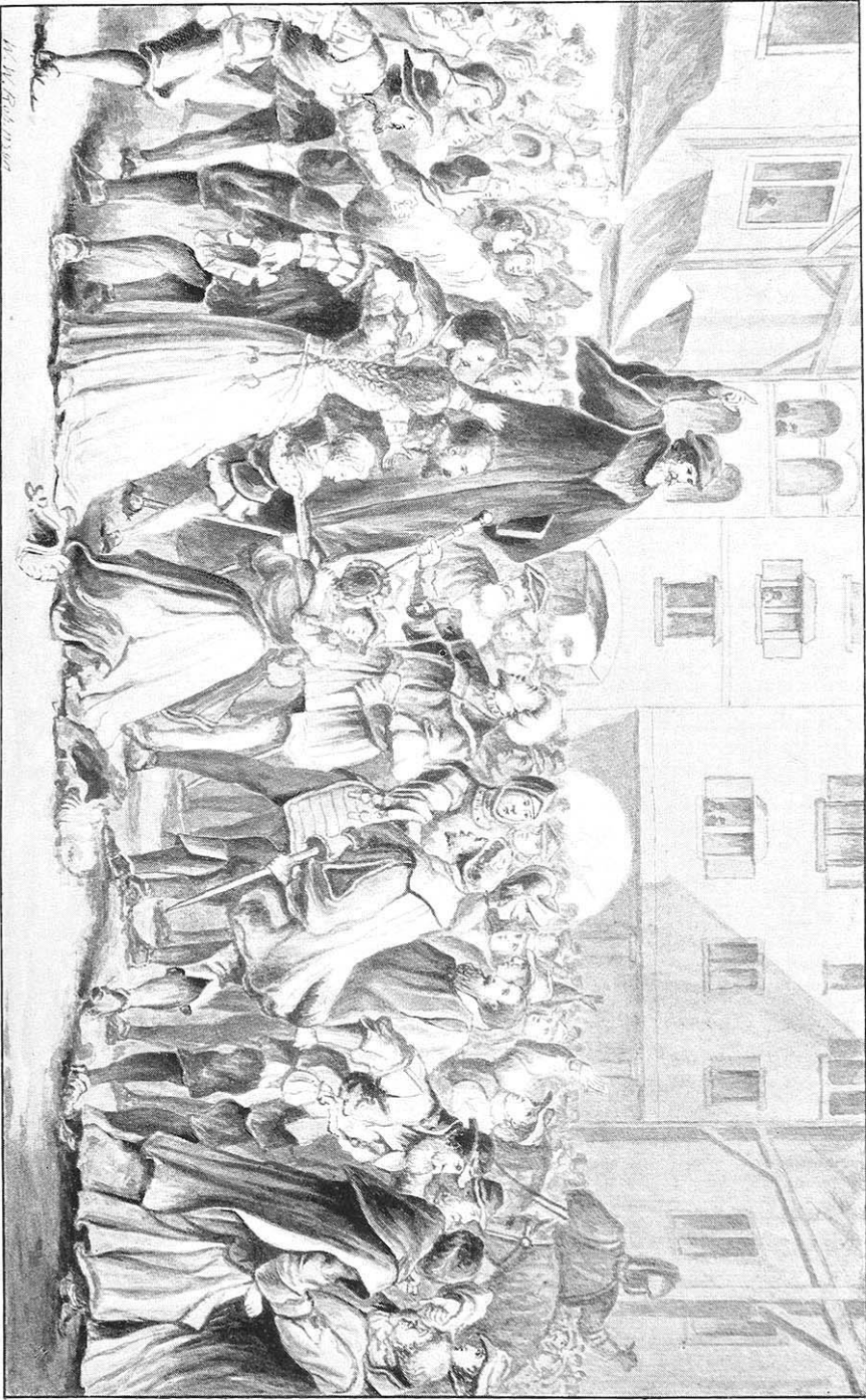
essas bênçãos, ao passo que só as temos pela fé, e as palavras consistem apenas na certeza de que estão para sempre garantidas aos vencedores finais.

Então o profeta contempla rapidamente a obra de Satanás desde esse período até o fim (versículos 11-12). Durante essa época, os “irmãos” fiéis o vencem pelo sangue do Cordeiro e pela palavra de seu testemunho, enquanto sua ira cresce à medida que o tempo é abreviado. Embora trabalhe por intermédio de poderes terrenos, a pessoa de Satanás é o agente principal dos versículos 9 a 17.

VERSÍCULO 13. Quando, pois, o dragão se viu atirado para a terra, perseguiu a mulher que dera à luz o filho varão. 14. E foram dadas à mulher as duas asas da grande águia, para que voasse até ao deserto, ao seu lugar, aí onde é sustentada durante um tempo, tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente. 15. Então, a serpente arrojou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, a fim de fazer com que ela fosse arrebatada pelo rio. 16. A terra, porém, socorreu a mulher; e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca. 17. Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus (KJV).

Poucos comentários são necessários em relação aos versículos que acabam de ser apresentados. Basta dizer que somos levados, mais uma vez, de volta ao momento em que Satanás obteve plena consciência de que havia falhado por completo em todas as suas tentativas contra o Senhor da glória em Sua missão terrena. Ao se dar conta disso, conforme já observamos, ele atacou com fúria multiplicada a igreja que Cristo havia fundado. Então voltamos a colocar sob os holofotes a igreja, que aqui é vista como estando no “deserto”. Isso deve indicar um estado de reclusão, fora do olhar público, e ocultamento dos inimigos. A igreja que, ao longo de toda a idade das trevas, alardeou suas ordens arrogantes nos ouvidos da cristandade a escutar, e ostentou seus estandartes pomposos diante de multidões boquiabertas não era a igreja de Cristo, mas, sim, o corpo do mistério da iniquidade. O “mistério da piedade” (1Tm 3:16) foi Deus Se manifestando aqui como homem; o “mistério da iniquidade” corresponde a um homem que finge ser Deus. Estamos falando da grande apostasia, o híbrido produzido pela união entre paganismo e cristianismo. A igreja verdadeira ficou longe da vista. Em lugares secretos, adorava a Deus. As cavernas e as depressões ocultas dos vales de Piemonte podem ser vistos como lugares representativos, nos quais a verdade do evangelho era sagradamente preservada da fúria de seus inimigos. Ali Deus cuidou de Sua igreja e, mediante Sua providência, a protegeu e alimentou.

As asas de águia que a igreja verdadeira recebeu significam, muito apropriadamente, a pressa com a qual ela precisou fugir para a própria segurança quando o homem da iniquidade se instalou no poder, junto com o auxílio que Deus lhe proporcionou para esse fim. Um retrato semelhante é usado para descrever como Deus cuidava do antigo Israel. Por intermédio de Moisés, o Senhor disse aos israelitas: “Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia e vos cheguei a Mim” (Êx 19:4).



OS REFORMADORES PREGANDO O EVANGELHO

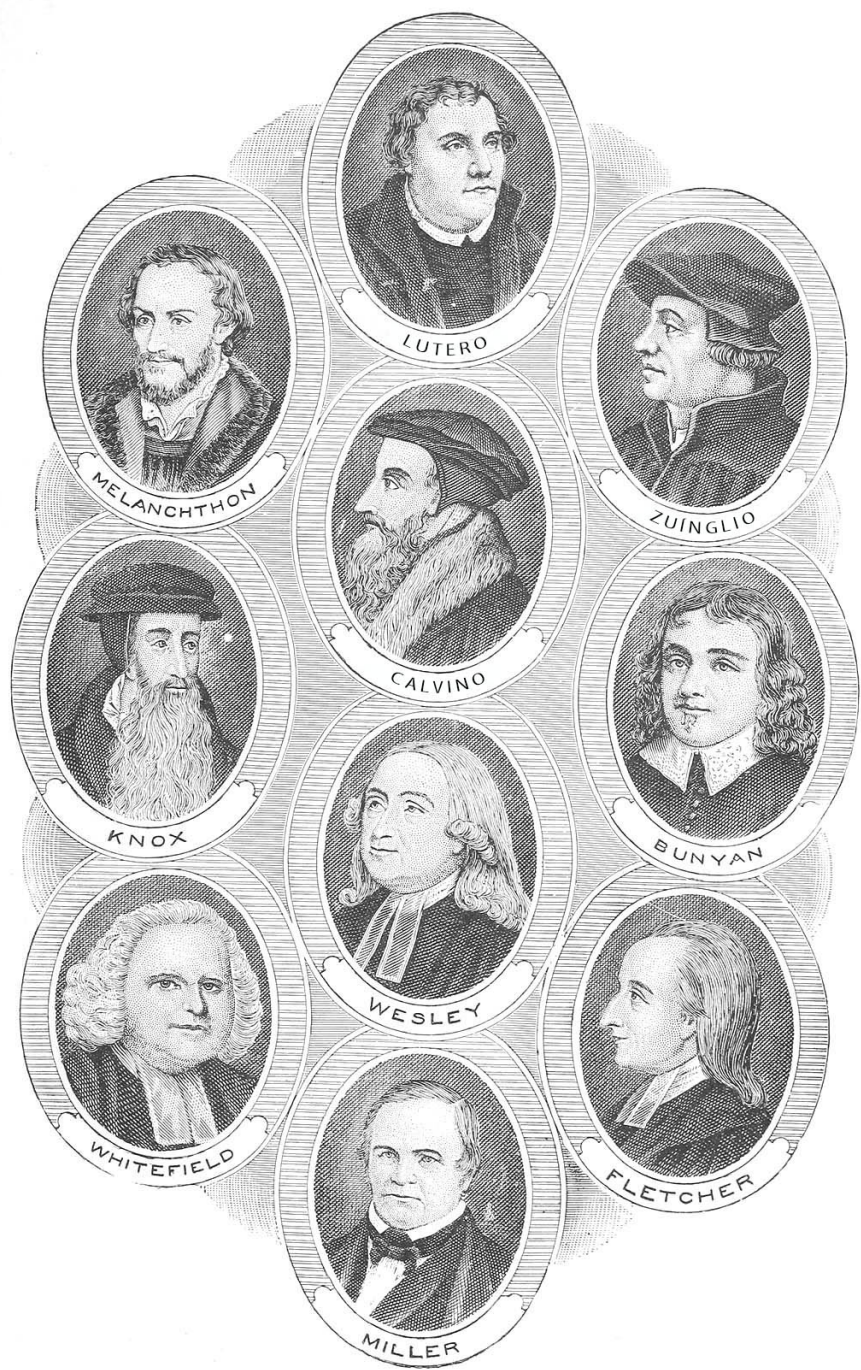
A menção ao período durante o qual a mulher é alimentada no deserto, “um tempo, tempos e metade de um tempo”, exatamente a mesma fraseologia usada em Daniel 7:25, fornece uma chave para a explicação do versículo 14. Pois o mesmo período é chamado, no versículo 6 de Apocalipse 12, de “mil duzentos e sessenta dias”. Isso mostra que um “tempo” é um ano, 360 dias; dois “tempos”, dois anos, ou 720 dias. E “metade de um tempo”, meio ano, ou 180 dias, totalizando 1.260 dias. Sendo esse um período simbólico, equivale a 1.260 anos literais.

A serpente arrojou de sua boca água como um rio, a fim de arrebatar a igreja. Por meio de suas falsas doutrinas, o papado corrompeu todas as nações de tal modo que exerceu controle absoluto sobre o poder civil por vários séculos. Por esse intermédio, Satanás pôde atirar uma forte correnteza de perseguição contra a igreja em todas as direções. E isso ele fez sem demora (confira a referência a perseguições terríveis à igreja nos comentários acerca de Daniel 7:25). De 50 a 100 milhões foram tragados pela inundação. Mas a igreja não foi engolida por completo. Os dias foram abreviados por causa dos eleitos (Mt 24:22).

A terra “socorreu a mulher” abrindo a boca e engolindo a enchente. A Reforma do século 16 começou seu trabalho. Deus levantou o nobre Lutero e seus colaboradores para expor o verdadeiro caráter do papado e quebrar o poder que havia escravizado a mente das pessoas com suas superstições. Lutero pregou suas teses na porta da igreja de Wittenberg; e a pena com a qual ele as escreveu, de acordo com o sonho simbólico de Frederico, o bom eleitor da Saxônia, de fato deu a volta pelo continente e abalou a tríplice coroa na cabeça do papa. Príncipes começaram a apoiar a causa dos reformadores. Foi a aurora da luz e liberdade religiosa, e Deus não permitiria que as trevas tragassem seu resplendor. Tetzl, o comerciante de indulgências, foi tomado pela ira, e o papa Leão bufou de raiva. Mas tudo isso foi em vão. O feitiço se quebrara. As pessoas descobriram que bulas e excomunhões papais caíam sem causar dano a seus pés, assim que ousaram exercer o direito dado pelo próprio Deus de pautar sua consciência apenas pela Palavra. Os defensores da fé verdadeira se multiplicaram. E logo houve solo protestante suficiente na Suíça, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Noruega e Suécia para engolir o rio da fúria papal e destituí-la de seu poder de fazer mal à igreja. Assim a terra ajudou a mulher e continua a ajudá-la até hoje, uma vez que o espírito da Reforma e da liberdade religiosa tem sido propagado pelas principais nações da cristandade.

Mas o dragão ainda não terminou sua obra. O versículo 17 traz à tona mais uma explosão de sua ira, a final, dessa vez contra a última geração de cristãos que viverá nesta Terra. Dizemos a última geração porque a guerra do dragão se dirige contra o restante da descendência da mulher, isto é, o remanescente da sua descendência, ou os indivíduos que constituem a igreja verdadeira. E nenhuma geração, senão a última, pode representar o remanescente com veracidade. Se estiver correto o ponto de vista de que já chegamos à geração que testemunhará o encerramento das cenas terrestres, esse conflito contra a verdade não pode se encontrar no futuro distante.

Esse remanescente se caracteriza por guardar os mandamentos de Deus e ter o testemunho de Jesus Cristo. Isso aponta para uma reforma do sábado a ser realizada nos últimos dias, pois



REFORMADORES DE DESTAQUE

Homens que se destacaram em avançar a obra de Deus

Para sínteses biográficas, ver Apêndice 4

somente em relação ao sábado, no que diz respeito aos mandamentos, há diferença de fé e prática entre aqueles que aceitam o decálogo como a lei moral. Tal fato é trazido à tona de maneira mais específica na mensagem de Apocalipse 14:9-12.

É provável que seja apropriado destacar que, de acordo com o testemunho deste capítulo, o diabo usa três poderes para realizar sua obra, e todos são chamados de dragão, sendo ele o agente inspirador por trás de todos. São eles: 1) Roma pagã; 2) Roma papal; 3) a besta de dois chifres, nosso próprio governo sob controle do protestantismo apostatado, o qual é o principal agente, conforme veremos daqui em diante, em travar guerra contra aqueles que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus.

APOCALIPSE 13 — PODERES PERSEGUIDORES SUPOSTAMENTE CRISTÃOS



VERSÍCULO 1. Vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia. **2.** A besta que vi era semelhante a leopardo, com pés como de urso e boca como de leão. E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade. **3.** Então, vi uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada; e toda a Terra se maravilhou, seguindo a besta; **4.** e adoraram o dragão porque deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta, dizendo: Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela? **5.** Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias e autoridade para agir quarenta e dois meses; **6.** e abriu a boca em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo, a saber, os que habitam no Céu. **7.** Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; **8.** e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a Terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo. **9.** Se alguém tem ouvidos, ouça. **10.** Se alguém leva para cativo, para cativo vai. Se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos.

O mar é um símbolo de “povos, multidões, nações e línguas” (Ap 17:15). Na Bíblia, uma besta é símbolo de uma nação ou um poder ímpio, representando às vezes somente o poder civil e, às vezes, o poder eclesiástico junto com o civil. Sempre que se vê uma besta sair do mar, o gesto denota que o poder surge em um território densamente povoado. E se os ventos são representados soprando sobre o mar, como em Daniel 7:2-3, aponta-se para comoção política, conflito civil e revolução.

O dragão do capítulo anterior e a besta apresentada neste representam o poder romano como um todo, manifesto em suas duas fases, pagã e papal. É por isso que esses dois símbolos têm sete cabeças e dez chifres (cf. Apocalipse 17:10).

A besta de sete cabeças e dez chifres ou, mais sucintamente, a besta leopardo aqui introduzida simboliza um poder que exerce autoridade tanto civil quanto eclesiástica. Esse ponto é importante o suficiente para justificar a apresentação de alguns argumentos conclusivos para prová-lo.

A linha profética na qual esse símbolo ocorre começa no capítulo 12. Os símbolos dos governos terrenos elencados pela profecia são o dragão do capítulo 12, a besta leopardo e a besta de dois chifres do capítulo 13. Fica evidente que a mesma cadeia profética continua no capítulo 14, encerrando com o versículo 5 desse capítulo. Portanto, começando no versículo 1 do capítulo 12 e terminando no versículo 5 do capítulo 14, encontramos uma sequência profética distinta e completa.

Cada um dos poderes aqui introduzido é representado perseguindo ferrenhamente a igreja de Deus. A cena se abre com a igreja, simbolizada por uma mulher, aguardando ansiosa o cumprimento da promessa de que seu descendente, o Senhor da glória, apareça entre os seres humanos. O dragão estava de pé diante da mulher com o objetivo de devorar seu filho. Esse mau desígnio é frustrado e o filho é levado para Deus e Seu trono. Segue-se um período no qual a igreja sofre opressão severa da parte do poder do dragão. E embora nessa parte da cena o profeta ocasionalmente olhe para o futuro, chegando quase até o fim, uma vez que todos os inimigos da igreja seriam impulsionados pelo espírito do dragão, no versículo 1 do capítulo 13 somos levados de volta à época em que a besta leopardo, a sucessora do dragão, começou sua carreira. Esse poder, durante o longo período de 1.260 anos, faz a igreja sofrer guerra e perseguição. Após essa época de opressão, a igreja tem outro conflito, breve, porém intenso, com a besta de dois chifres. Então vem o livramento. E a profecia termina com a igreja conduzida em segurança em meio a todas as perseguições, de pé vitoriosa com o Cordeiro no monte Sião. Graças a Deus pela promessa certa de vitória final!

A personagem que permanece a mesma em todas essas cenas e cuja história consiste no fio condutor de toda a profecia é a igreja de Deus. Os outros personagens são seus perseguidores e aqui citados simplesmente por desempenharem esse papel. Neste ponto, como pergunta introdutória, fazemos a seguinte pergunta: quem ou o que persegue a igreja verdadeira? Uma igreja falsa ou apóstata. O que sempre guerreia contra a verdadeira religião? Uma religião falsa, uma contrafação da verdadeira. Quem já ouviu falar de um poder civil de alguma nação que persegue o povo de Deus pelo mero prazer de fazê-lo? Os governos podem fazer guerra contra outros governos, para vingar algum mal real ou imaginário, ou para adquirir território e ampliar seu poder, assim como as nações frequentemente guerrearam contra os judeus; mas os governos não perseguem (note a palavra — não *perseguem*) as pessoas por causa de sua religião, a menos que sejam controlados por um sistema religioso oponente e hostil. Mas todos os poderes introduzidos nesta profecia — o dragão, a besta leopardo e a besta de dois chifres — são *perseguidores*. Eles são impulsionados pela ira e inimizade contra o povo e a igreja de Deus. Esse fato, em si, é uma evidência conclusiva o bastante de que, em cada um desses poderes, o elemento eclesiástico ou religioso é a força controladora.

Veja o dragão, por exemplo. O que ele simboliza? O império romano, é a resposta inegável. Mas isso não é o bastante. Ninguém se satisfaria apenas com essa resposta. Ela precisa ser mais específica. Então acrescentamos: o império romano em sua *forma pagã*, ao que todos também devem concordar. Mas assim que dizemos *pagã*, introduzimos um elemento religioso, pois o paganismo é um dos maiores sistemas de religião falsa que Satanás já criou. Logo, o dragão é um poder tão eclesiástico que a característica que o torna distinto é justamente um sistema falso de religião. E o que levou o dragão a perseguir a igreja de Cristo? O fato de que o cristianismo estava prevalecendo sobre o paganismo, apagando suas superstições, subvertendo seus ídolos e desmantelando seus templos. O elemento *religioso* desse poder foi tocado e, em resultado, começou a perseguição.

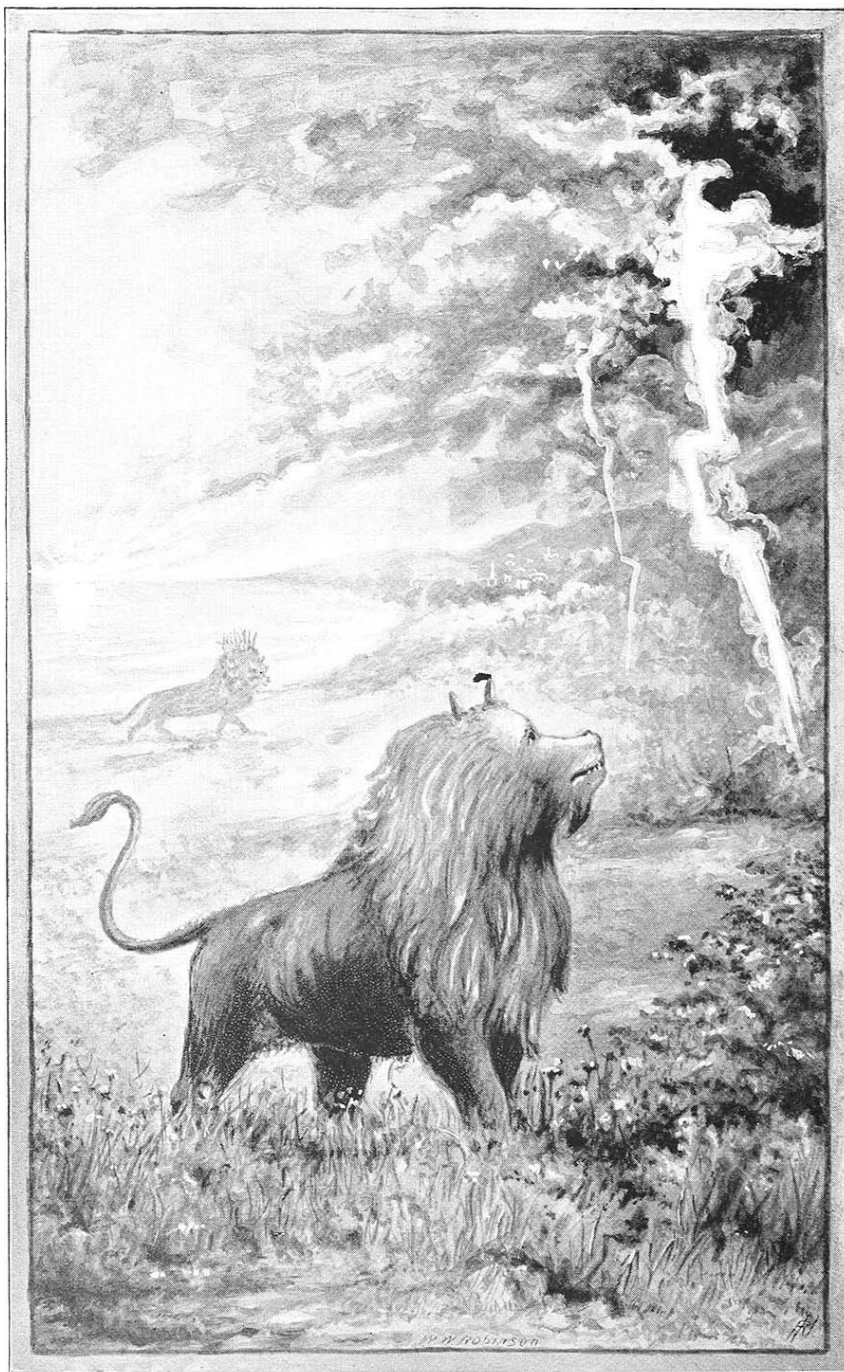
Chegamos agora à besta leopardo do capítulo 13. O que ela simboliza? A resposta continua a ser: o império romano. Mas o dragão simbolizava o império romano e por que o mesmo símbolo não continua a representá-lo? Ah! Houve uma mudança no *caráter religioso* do império. E essa besta simboliza Roma em sua forma supostamente cristã. É essa *mudança de religião* e somente ela que torna necessária a alteração do símbolo. Essa besta só difere do dragão por apresentar um aspecto *religioso* diferente. Logo, seria completamente errado afirmar que denota tão somente o poder romano civil.

A essa besta o dragão concede seu trono, poder e grande autoridade. Por qual poder Roma pagã foi sucedida? Todos sabemos que foi por Roma papal. Não importa, para nosso propósito presente, quando ou de que maneira essa mudança foi efetuada. O grande fato é evidente e reconhecido por todos: a fase seguinte do império romano após sua forma pagã foi a papal. Assim, não seria correto dizer que Roma pagã deu seu trono e poder para uma forma de governo meramente civil, sem nenhum tipo de elemento religioso. Nem a mais fértil das imaginações seria capaz de conceber uma mudança dessa natureza. Mas aqui se reconhecem duas fases do império. E, na profecia, Roma é pagã até se transformar em papal. A declaração de que o dragão deu à besta leopardo seu trono e poder é mais uma evidência de que o dragão de Apocalipse 12:3 não consiste em um símbolo de Satanás em pessoa, pois ele não abdicou em favor de nenhum outro ser maligno. E não abriu mão de seu trono para nenhum poder terreno.

Mas poder-se-ia afirmar que são necessárias a besta leopardo e a de dois chifres para constituir o papado. Portanto, teria sido a elas que o dragão deu seu poder, trono e grande autoridade. Contudo, não é isso que a profecia diz. É *somente* à besta leopardo que o dragão faz a entrega. É *somente* a essa besta que ele dá seu poder, trono e grande autoridade. É essa besta que tem uma cabeça ferida de morte, a qual é curada posteriormente. É diante dessa besta que o mundo inteiro se maravilha. É ela que recebe uma boca para proferir blasfêmias e persegue os santos por 1.260 anos. E tudo isso acontece antes de a besta de duas cabeças aparecer no palco da história. Logo, a besta leopardo sozinha simboliza o império romano em sua forma papal, sendo eclesiástica a influência controladora.

A fim de demonstrar esse fato de forma mais completa, é só fazer um paralelo entre o chifre pequeno de Daniel 7:8, 20, 24-25 e esse poder. Por meio dessa comparação, fica claro que o chifre pequeno mencionado e a besta leopardo simbolizam o mesmo poder. Mas o chifre pequeno é reconhecido por todos como um símbolo do papado. Há seis pontos de identificação entre os dois, a saber:

1. O chifre pequeno era um poder blasfemo: “Proferirá palavras contra o Altíssimo” (Dl 7:25). A besta leopardo de Apocalipse 13:6 faz o mesmo: “Abriu a boca em blasfêmias contra Deus”.
2. O chifre pequeno fez guerra contra os santos e prevaleceu sobre eles (Daniel 7:21). Esta besta também (Ap 13:7) faz guerra contra os santos e os vence.
3. O chifre pequeno tinha uma boca que falava com insolência (Daniel 7:8, 20). E sobre esta besta, lemos em Apocalipse 13:5: “Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias”.



A BESTA DE DOIS CHIFRES — A AMÉRICA PROTESTANTE

“Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz
descer à terra, diante dos homens”. — Apocalipse 13:13

4. O chifre pequeno surgiu com o fim da forma pagã do império romano. A besta de Apocalipse 13:2 surgiu ao mesmo tempo. Pois o dragão, Roma pagã, lhe deu seu poder, seu trono e grande autoridade.

5. O chifre pequeno recebeu poder para continuar por um tempo, dois tempos e metade de um tempo, ou 1.260 anos (Dn 7:25). Esta besta também recebeu poder por 42 meses, ou seja, 1.260 anos (Ap 13:5).

6. Ao fim do período especificado, o domínio do chifre pequeno devia ser retirado (Daniel 7:26). Ao término do mesmo período, a besta leopardo é levada “para cativeiro” (Apocalipse 13:10). As duas especificações se cumpriram no cativeiro e exílio do papa, com a derrubada temporária do papado pela França em 1798.

Temos diante de nós pontos que provam identificação, pois quando temos dois símbolos na profecia, como nesse caso, representando poderes que sobem ao palco de ação ao *mesmo tempo*, ocupam o *mesmo território*, demonstram o *mesmo caráter*, fazem a *mesma obra*, existem pela *mesma duração de tempo* e deparam com o *mesmo destino*, tais símbolos representam o *mesmo poder*.

Observe, então, que todos os detalhes acima especificados se aplicam tanto ao chifre pequeno quanto à besta leopardo do capítulo 13, mostrando que esses dois símbolos representam o mesmo poder. Admite-se, de modo generalizado, que o chifre pequeno representa o papado. E aquele que alega que a besta leopardo não representa a mesma coisa deve, para ser consistente, mostrar que, na mesma época do surgimento do papado, apareceu outro poder exatamente como ele, ocupando o mesmo território, revelando o mesmo caráter, fazendo a mesma obra, perdurando pelo mesmo tempo e chegando ao mesmo destino, sendo, todavia, um poder separado e distinto. Isso seria tão absurdo quanto impossível.

A cabeça que foi ferida de morte foi a cabeça papal. Chegamos a essa conclusão por meio do princípio muito óbvio de que tudo aquilo que é falado em profecia sobre o símbolo de qualquer governo só se aplica a este enquanto é representado por esse símbolo. Roma, por sua vez, é representada por dois símbolos, o dragão e a besta leopardo, porque teve duas fases, a pagã e a papal; e tudo aquilo que se afirma sobre o dragão só se aplica a Roma em sua forma pagã, bem como tudo aquilo que é dito acerca da besta leopardo só se aplica a Roma em sua forma supostamente cristã. Mas Roma era pagã na época de João, que viveu durante a sexta cabeça, ou cabeça imperial. Isso nos mostra que seis das cabeças, inclusive a imperial, pertencem ao dragão. E se fosse uma dessas cabeças a ferida de morte, então teria sido uma das cabeças do dragão, ou uma das formas de governo que pertenceu a Roma em sua forma pagã, e não uma das cabeças da besta. E João deveria ter dito: vi uma das cabeças do dragão ferida de morte. Mas ele diz que uma das cabeças da besta foi ferida de morte. Em outras palavras, essa ferida ocorreu em alguma forma de governo que existia no império romano após sua mudança do paganismo para o cristianismo. Após essa mudança, porém, restou apenas uma cabeça, a papal.¹ Assim se estabelece, sem sombra

¹ O símbolo aqui apresentado tem somente sete cabeças, denotando sete formas de governo, não contemporâneas, mas, sim, sucessivas. É claro que somente uma cabeça governa a qualquer dado momento; mas todas são colocadas igualmente sobre o

de dúvida, que a cabeça papal foi a ferida de morte, e tal ferida foi curada. Essa ferida é o mesmo que ser levada cativa (Ap 13:10). Ela ocorreu quando o papa foi levado prisioneiro pelo general francês Berthier e o governo papal foi abolido por um tempo, em 1798. Destituído de seu poder, tanto civil quanto eclesiástico, o papa cativo, Pio VI, morreu no exílio em Valence na França, em 29 de agosto de 1799. Mas a ferida mortal foi curada quando o papado se reestabeleceu por meio da eleição de um novo papa, embora com o poder diminuído em relação à forma anterior. Isso aconteceu em 14 de março de 1800 (ver Bower, *History of the Popes* [História dos Papas], p. 404-428; *Croly on the Apocalypse* [Croly sobre o Apocalipse], edição de Londres, p. 251).

Essa besta abre a boca em blasfêmia contra Deus para falar com insolência sobre Seu nome (ver nos comentários sobre Daniel 7:25 os títulos presunçosos que os papas assumiram).

Ele blasfema o tabernáculo no Céu chamando a atenção dos súditos para seu próprio trono e palácio, em vez de fazê-los se voltar ao tabernáculo de Deus, afastando a atenção deles da cidade de Deus, a Jerusalém do alto, e dirigindo-os a Roma como a cidade eterna. E blasfema os que habitam no Céu ao assumir para si o poder de perdoar pecados, afastando a mente dos seres humanos da obra mediadora de Cristo e Seus assistentes celestiais no santuário celestial.

No versículo 10, somos conduzidos mais uma vez aos acontecimentos de 1798, quando o poder que, ao longo de 1.260 anos, conduziu os santos de Deus ao cativo, foi ele próprio levado cativo, conforme já observado.

VERSÍCULO 11. Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cor-deiro, mas falava como dragão. 12. Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a Terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada. 13. Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens. 14. Seduz os que habitam sobre a Terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a Terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu; 15. e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. 16. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte, 17. para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome.

Esses versículos trazem à tona o terceiro grande símbolo da corrente profética que estamos analisando, normalmente chamada de besta de dois chifres. Indagamos qual é sua aplicação. O dragão, Roma pagã, e a besta leopardo, Roma papal, nos apresentam grandes organizações que surgem como representantes de dois grandes sistemas de religião falsa. A analogia nos leva a con-

dragão e a besta para identificar que ambos os símbolos denotam o poder romano. Seis cabeças pertenceram ao dragão, isto é, seis formas de governo se desenvolveram e passaram uma após a outra, enquanto a religião de Roma era pagã. E somente uma permaneceu para ser desenvolvida após a mudança para o cristianismo, e esta foi a papal, a qual, como poder espiritual, continua até o fim (2 Ts 2:8); e, como poder temporal, até o momento em que seu domínio for retirado logo antes do fim (Daniel 7:26).

cluir que o último símbolo, a besta de dois chifres, também terá aplicação semelhante e encontrará seu cumprimento em alguma nacionalidade que representa outro grande sistema religioso. Mas o único sistema que exerce influência controladora no mundo atual é o protestantismo.

Considerado de maneira abstrata, o paganismo engloba todas as terras pagãs, que abrangem mais da metade da população do globo. O catolicismo, que talvez possa ser considerado junto com a religião da Igreja Ortodoxa Grega, por ambos serem quase idênticos, pertence às nações que compõem grande porção da cristandade. O islamismo é um sistema desgastado, que deixou de ser um fator importante para o progresso mundial. Além disso, parece ter recebido atenção profética suficiente em Daniel 11 e Apocalipse 9. Mas o protestantismo é a religião das nações que constituem a vanguarda do mundo em liberdade, iluminismo, progresso e poder.

Então, se o protestantismo é a religião para a qual devemos olhar, a que nacionalidade, como representante dessa religião, a profecia se aplica? Existem nações protestantes notáveis na Europa, mas por motivos que serão elucidados daqui em diante, o símbolo não pode se aplicar a elas. Uma investigação cuidadosa levou à conclusão de que ela se aplica à América protestante, ou ao governo dos Estados Unidos. Cremos que agora o leitor deve estar impaciente para entender alguns dos motivos que levam a tal aplicação e analisará com toda cautela as evidências que apoiam esse fato.

1. *Análise das probabilidades.* Há algum motivo para esperar que nosso governo seja mencionado na profecia? Em que condições outras nações encontraram lugar no registro profético? Em primeiro lugar, precisam ter desempenhado um papel proeminente na história do mundo. Segundo e acima de tudo, devem ter alguma jurisdição sobre o povo de Deus ou ter mantido alguma forma de relacionamento com este. Nos registros da história bíblica e secular, encontramos informações das quais extraímos essa regra que diz respeito à menção profética a governos terrenos; isto é, sempre que as relações do povo de Deus com uma nação são tão estreitas que a história verdadeira dele não pode ser relatada sem a menção dessa nação, esta é então mencionada na profecia. E todas essas condições certamente se cumprem em nosso governo. Nenhuma nação atraiu mais atenção, despertou a mais profunda admiração, ou se mostrou tão promissora em eminência ou influência. Sem dúvida, aqui, mais do que em qualquer lugar do planeta, se encontra um grupo forte de cristãos, que atua como sal da terra e luz do mundo, e cuja história não poderia ser escrita sem fazer menção ao governo que lhes dá a oportunidade de viver e desfrutar sua liberdade.

E muitas mentes chegaram à convicção de que a mão da Providência se manifestou de forma patente na ascensão e no progresso desta nação.

O governador Pownal, estadista inglês, em 1780, enquanto nossa Revolução estava em andamento, predisse que este país se tornaria independente, que uma atuação civilizadora, além de qualquer coisa que a Europa poderia conhecer, a estimularia e que seu poder comercial e naval seria encontrado em todos os cantos do globo. Ele afirma então que o provável estabelecimento desse país como um poder livre e soberano poderia ser considerado “uma revolução que apre-

senta marcas da *intervenção* divina, sobrepondo-se ao curso comum da história humana, mais fortes do que as que qualquer outro evento deste mundo possa ter vivenciado”.

De Tocqueville, autor francês, ao falar sobre a separação dos Estados Unidos em relação à Inglaterra, diz: “Pode ter parecido loucura deles, mas, na verdade, era seu destino; ou melhor, foi a providência de Deus, a qual, sem dúvida, tem uma obra para eles fazerem — uma obra cujo progresso teria sido esmagado pelo peso morto da sólida estrutura material da realidade inglesa”.

George Alfred Townsend, referindo-se aos infortúnios que acometeram outros governos neste continente (*New World and Old*, p. 635), afirma: “A história dos Estados Unidos ficou muito separada, pela beneficente Providência, da história selvagem e cruel do restante do continente”.

Considerações como essas são calculadas para despertar em toda mente a forte expectativa de que esse governo desempenhará algum papel no propósito providencial de Deus neste mundo e será mencionado em alguma parte da palavra profética.

2. *A cronologia desse poder*. Em que período da história deste mundo ocorreu a ascensão desse poder mencionado na profecia? A esse respeito, o fundamento para as conclusões a que devemos chegar já se encontra explicitado nos fatos elencados com referência à besta anterior, em forma de leopardo. Foi no momento em que essa besta foi levada cativa, ou morta (politicamente) com a espada (versículo 10), ou ainda (o que supomos ser a mesma coisa) recebeu uma ferida de morte na cabeça (versículo 3), que João viu a besta de dois chifres aparecer. Se a besta leopardo, conforme provamos de maneira conclusiva, significa o papado, e a ida para o cativo se cumpriu por meio da derrubada temporária do papado pelos franceses em 1798, então esse é o tempo especificamente delimitado em que devemos procurar a ascensão desse poder. A expressão “emergir” deve significar que o poder ao qual se aplica era recém-organizado e estava crescendo em proeminência e influência. O poder representado por esse símbolo deve, então, ser um que, em 1798, se encontrava nessa posição perante o mundo.

Em que condição se encontravam os Estados Unidos da América naquela época? Macmillan and Company, a editora inglesa, ao anunciar a obra *Statesman's Year Book* [Livro Anual dos Estadistas] de 1867, fez uma declaração interessante acerca das mudanças que ocorreram entre as principais nações do mundo durante os 50 anos que se passaram entre 1817 e 1867:

“Nesse meio século, extinguiram-se três reinos, um grão-ducado, oito ducados, oito principados, um eleitorado e quatro repúblicas. Três novos reinos surgiram e um reino se transformou em império. Existem agora 41 Estados na Europa, em vez dos 59 que havia em 1817. Tão notável quanto essa mudança é a extensão territorial dos Estados superiores do mundo. A Rússia anexou 1.469.465 quilômetros quadrados; os Estados Unidos, 5.097.119; a França, 11.965; a Prússia, 77.132; a Sardenha, expandindo-se para a Itália, aumentou 215.075; o império da Índia cresceu em 1.117.880. Os principais Estados a perder território foram Turquia, México, Áustria, Dinamarca e Holanda.”

Por sua relação com a profecia que estamos analisando, tais declarações merecem atenção especial do leitor. Ao longo do meio século citado, 21 governos desapareceram por completo e

somente três novos surgiram. Cinco perderam território, em vez de ganhar. Somente cinco além dos Estados Unidos tiveram acréscimo a seus domínios, e aquele que mais fez nesse sentido acrescentou apenas quase um milhão e meio de quilômetros quadrados, ao passo que os Estados Unidos adquiriram mais de cinco milhões de quilômetros quadrados. Portanto, o crescimento territorial dos Estados Unidos superou qualquer nação isolada em mais de 3,6 milhões de quilômetros quadrados durante os 50 anos citados, e superou todas as outras nações da Terra reunidas em quase 2,1 milhões de quilômetros quadrados. Seria possível duvidar qual nação enfaticamente “emergiu” durante o período coberto por essas estatísticas? Sem dúvida, deve-se admitir que os Estados Unidos são o único poder a cumprir as especificações da profecia nesse ponto da cronologia.

Wesley, em suas notas sobre Apocalipse 14, escritas em 1754, disse o seguinte acerca da besta de dois chifres: “Ela ainda não veio, mas não pode estar distante, pois deve aparecer ao fim dos 42 meses da primeira besta”.

3. *Idade desse poder.* Há fortes evidências que demonstram que o governo simbolizado pela besta de dois chifres é introduzido na profecia na primeira parte de sua carreira. Isto é, quando é revelado pela primeira vez, trata-se de um poder *jovem*. As palavras de João foram: “Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, *parecendo cordeiro*”. Por que João não disse simplesmente: “possuía dois chifres”? Por que acrescentou: “parecendo cordeiro”? Deve ser com o propósito de denotar o caráter dessa besta, mostrando não só que tem uma conduta muito inocente e inofensiva, aparentemente, mas também que se trata de um *poder muito jovem*, pois os chifres de um cordeiro são chifres que acabaram de começar a crescer.

Mantenha em mente que, no argumento anterior da cronologia, nosso olhar se fixou no ano de 1798; e, nessa época, o poder simbolizado era jovem, segundo o presente argumento. Pergunta: que poder notável estava alcançando proeminência naquela época, mas ainda era jovem? Não pode ser a Inglaterra, nem a França, nem a Rússia, nem nenhum outro poder europeu. Para encontrar um poder jovem em ascensão naquela época, somos obrigados a voltar os olhos para o *novo mundo*. Mas assim que nos concentramos neste continente, o olhar repousa inevitavelmente sobre este país como o poder em questão. Nenhum outro poder deste lado do oceano tem qualquer condição de se comparar a ele.

4. *Localização da besta de dois chifres.* Uma única declaração da profecia é suficiente para nos guiar a conclusões corretas e importantes a esse respeito. João a chama de “outra besta”. Trata-se de um símbolo em adição à besta papal que o profeta acabara de analisar e diferente desta. Ou seja, simboliza um poder separado e distinto daquele que a besta precedente denota. Com toda certeza, aquilo que João chama de “outra besta” não é uma parte da primeira. De maneira semelhante, o poder simbolizado por essa primeira besta não faz parte daquilo que a segunda representa. Isso é fatal para a alegação daqueles que, a fim de evitar a aplicação desse símbolo ao nosso governo, dizem que ela denota alguma fase do papado, pois, nesse caso, seria uma parte da besta anterior, ou besta leopardo.

Se esta é “outra” besta, deve ser encontrada em algum lugar que os outros símbolos não abrangem. Analisemos, então, rapidamente os símbolos encontrados na Palavra de Deus que representam governos terrenos. Eles são encontrados principalmente, se não completamente, nos livros de Daniel e Apocalipse. Em Daniel 2, é introduzido um símbolo na forma de uma grande estátua, composta de quatro partes — ouro, prata, bronze e ferro —, a qual, por fim, é quebrada em pedacinhos e uma grande montanha toma seu lugar, enchendo toda a Terra. Em Daniel 7, encontramos um leão, um urso, um leopardo e uma besta indescritível grande e medonha, que, após passar por uma fase nova e notável, vai para o lago de fogo. Em Daniel 8, temos um carneiro, um bode e um chifre, pequeno a princípio, mas que se torna extraordinariamente grande. Em Apocalipse 9, encontramos gafanhotos semelhantes a cavalos. Em Apocalipse 12, um grande dragão vermelho. Em Apocalipse 13, uma besta leopardo blasfema e a besta de dois chifres parecendo cordeiro. Em Apocalipse 17, encontramos uma besta de cor escarlate, sobre a qual senta uma mulher, segurando na mão um cálice de ouro cheio de imundícias e abominações.

Que governos e poderes são representados por todos esses símbolos? Algum deles simboliza os Estados Unidos? Com certeza, alguns representam reinos terrenos, pois as próprias profecias nos informam isso com toda clareza. E na aplicação de quase todos eles há concordância praticamente unânime entre os comentaristas. As quatro partes da grande estátua de Daniel 2 representam quatro reinos: Babilônia ou Caldeia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma. O leão do sétimo capítulo também representa Babilônia; o urso, a Medo-Pérsia; o leopardo, a Grécia; e a besta grande e terrível, Roma. O chifre com olhos e boca humanos, que aparece na segunda fase dessa besta, representa o papado, e sua história alcança até o momento em que foi temporariamente derrubado pelos franceses em 1798. De maneira semelhante, em Daniel 8, o carneiro representa a Medo-Pérsia; o bode, a Grécia; e o chifre pequeno, Roma. Todos eles têm uma aplicação muito clara e definida aos governos citados. Nenhum, até então, pode fazer referência aos Estados Unidos.

Todos concordam que os símbolos apresentados em Apocalipse 9 se aplicam aos árabes e turcos. O dragão de Apocalipse 12 é o símbolo reconhecido de Roma pagã. É possível demonstrar que a besta leopardo do capítulo 13 é idêntica ao décimo primeiro chifre da quarta besta de Daniel 7, simbolizando, portanto, o papado. A besta escarlate e a mulher de Apocalipse 17 também se aplicam de maneira evidente a Roma durante o domínio pagão e papal. Esses símbolos fazem referência especial à distinção entre o poder civil e eclesiástico, sendo o primeiro representado pela besta e o segundo, pela mulher assentada sobre ela.

Resta apenas um símbolo: a besta de dois chifres de Apocalipse 13. A esse respeito, há mais divergência de opinião. E antes de procurar uma aplicação, analisemos o território que os símbolos já examinados abrangem. Babilônia e Medo-Pérsia cobriram toda a porção civilizada da Ásia. A Grécia abrangeu a Europa oriental, incluindo a Rússia. Roma, com os dez reinos nos quais foi dividida, conforme representada pelos dez dedos dos pés da estátua, os dez chifres da quarta besta de Daniel 7, os dez chifres do dragão de Apocalipse 12 e os dez chifres da besta leopardo de Apocalipse 13, cobre toda a Europa ocidental (ver mapa dos quatro reinos, p. x). Em outras pala-

vas, todo o hemisfério oriental conhecido na história e civilização é absorvido pelos símbolos já examinados e cuja aplicação praticamente não deixa espaço para qualquer dúvida.

Mas existe uma nação poderosa no hemisfério ocidental, digna, conforme vimos, de ser mencionada nas profecias e que ainda não foi apresentada. E resta um símbolo cuja aplicação ainda não foi feita. Todos os símbolos, com exceção de um, foram aplicados; e todas as partes disponíveis do hemisfério oriental foram incluídas nas aplicações. De todos os símbolos mencionados, resta somente um, a besta de dois chifres de Apocalipse 13. E de todos os países da Terra que teriam qualquer motivo para ser mencionados na profecia, só resta um: o governo dos Estados Unidos. A besta de dois chifres e o governo dos Estados Unidos correspondem um ao outro? Se a resposta for afirmativa, então todos os símbolos encontrarão sua aplicação e todo o território terá sido coberto. Se for negativa, a conclusão seria, em primeiro lugar, que os Estados Unidos não são representados na profecia; e, em segundo lugar, que o símbolo da besta de dois chifres não pode ser aplicado a nenhum governo. Mas a primeira dessas suposições não é provável e a segunda não é possível.

No entanto, é possível tirar uma conclusão desses argumentos: de que a besta de dois chifres deve ser encontrada no hemisfério ocidental e simboliza os Estados Unidos.

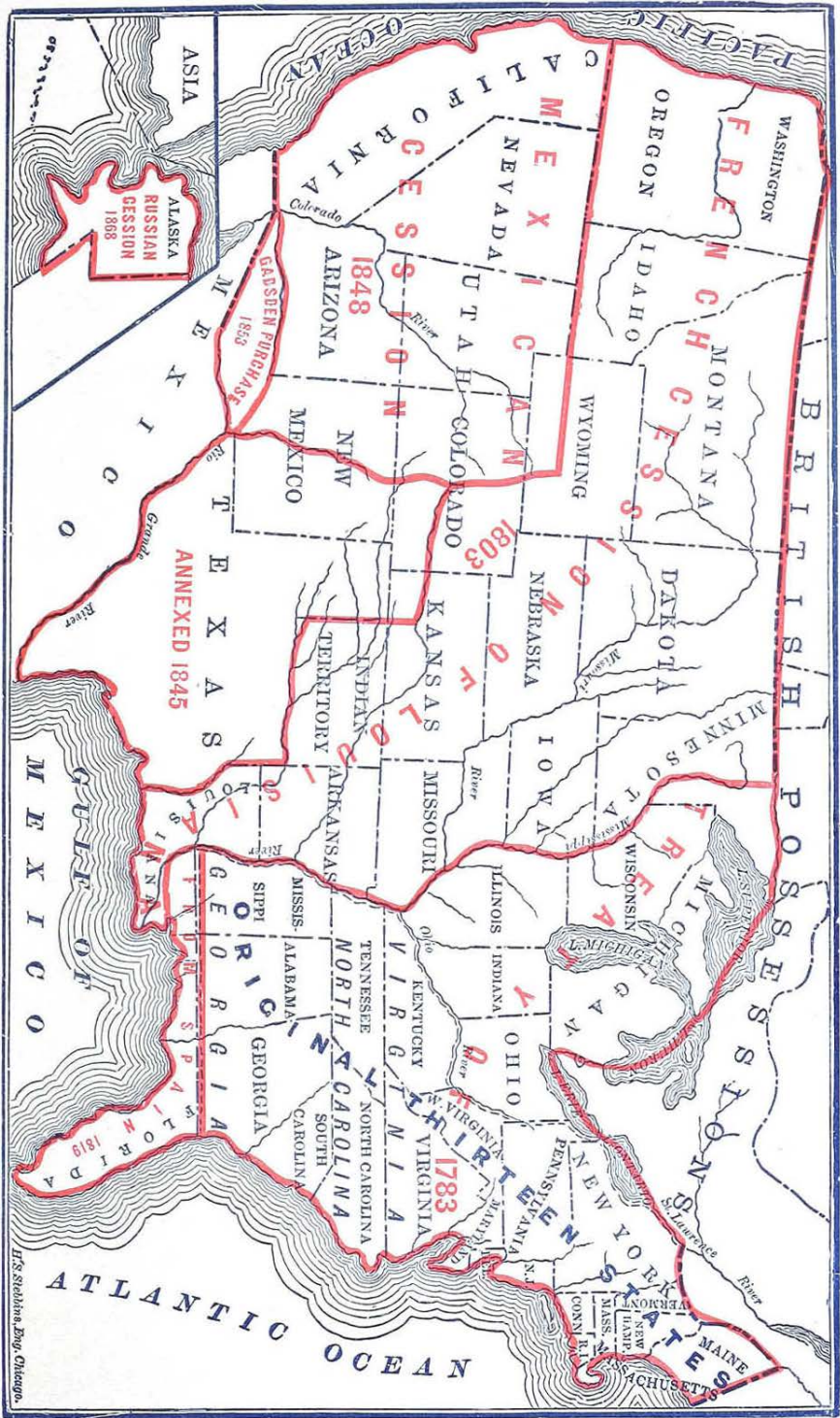
Outra consideração que aponta para a localização desse poder é extraída do fato de João tê-lo visto emergir da terra. Se o mar, do qual a besta leopardo surgiu (Ap 13:1), denota povos, nações e multidões (Ap 17:15), a terra sugere, por contraste, um território novo e até então não ocupado.

Excluindo, assim, esse poder do continente oriental e impressionados com a ideia de olhar para o território até então desconhecido da civilização, por necessidade nos voltamos para o hemisfério ocidental.

5. *O modo de sua ascensão.* O modo como a besta de dois chifres foi vista emergir revela, junto com sua localização, idade e cronologia, que consiste em um símbolo dos Estados Unidos. João conta que viu a besta emergir “da terra”. A dedução que pode ser feita é que essa expressão foi usada como o desígnio de assinalar o contraste entre a ascensão dessa besta e os outros símbolos proféticos de nações. Todas as quatro bestas de Daniel 7, bem como a besta leopardo de Apocalipse 13, surgiram do mar. Em geral, novas nações surgem por meio da conquista de outras, assumindo o lugar delas. Mas nenhuma nação foi conquistada a fim de abrir espaço para os Estados Unidos. Além disso, a luta por sua independência já estava no passado havia 15 anos quando entrou no campo da profecia. O profeta só viu paz.

A palavra usada no versículo 11, a fim de descrever como essa besta surgiu, é muito expressiva. É *ἀναβαῖνον* (*anabainon*). Uma das definições proeminentes do termo é: “crescer ou brotar como uma planta”. É notável o fato de que exatamente essa figura de linguagem foi escolhida por escritores políticos, sem qualquer referência à profecia, para transmitir da melhor maneira a ideia de como esse governo surgiu. G. A. Townsend, na obra intitulada *The New World Compared with the Old* [O Novo Mundo Comparado com o Velho], página 635, afirma:

MAPA MOSTRANDO O CRESCIMENTO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS



“Nessa teia de ilhas — as Índias Ocidentais — começou a vida de ambas as Américas [do Norte e do Sul]. Lá Colombo viu terra. Lá a Espanha começou seu pernicioso e brilhante império; de lá Cortez partiu para o México, De Soto para o Mississippi, Balboa para o Pacífico e Pizarro para o Peru. A história dos Estados Unidos foi separada em muito, pela beneficente Providência, da história selvagem e cruel do restante do continente e, *como uma semente silenciosa, crescemos até nos tornarmos um império* — um império que no seu início, no sul, foi terrivelmente devastado por um furacão interminável. O crescimento da América inglesa pode ser comparado a uma série de letras cantadas por cantores separados, os quais, se unindo, por fim formam um coro vigoroso; e tal coro, atraindo muitos de longe, cresce e se amplia até assumir no presente a dignidade e a proporção de uma canção épica.”

Um escritor em *Dublin Nation*, por volta de 1850, falou sobre os Estados Unidos como um império maravilhoso que “*emergiu*” e, “*em meio ao silêncio da terra* diariamente cresce em poder e orgulho”.

Na obra de Martyn, *History of the Great Reformation* [História da Grande Reforma], vol. IV, página 238, encontra-se um trecho do discurso feito por Edward Everett aos exilados ingleses que fundaram este governo, no qual ele diz:

“Eles procuraram um local retirado, inofensivo por sua obscuridade, seguro em seu isolamento dos terrores dos déspotas, onde a pequena igreja de Leyden poderia desfrutar liberdade de consciência. Contemplai as regiões poderosas nas quais, por meio de *conquista pacífica* — *victoria sine clade* — eles levaram os estandartes da cruz.”

O leitor agora pode contemplar essas expressões lado a lado: “emergindo da terra”, “emergindo em meio ao silêncio da terra”, “como uma semente silenciosa crescemos até nos tornarmos um império”, “regiões poderosas” obtidas por meio de “conquista pacífica”. A primeira foi expressa pelo profeta, explicando como a besta de dois chifres surgiria. As demais, por escritores políticos que relataram o que ocorreu na história de nosso próprio governo. Alguém conseguiria não perceber que as três últimas são sinônimos exatos da primeira e que registram o cumprimento completo da predição?

Outra pergunta se segue naturalmente: os Estados Unidos “emergiram” de uma forma que cumpre as especificações da profecia? Vejamos. Pouco antes da grande Reforma, nos dias de Martinho Lutero, menos de quatrocentos anos atrás, este hemisfério ocidental foi descoberto. A Reforma despertou as nações, acorrentadas às cadeias violentas da superstição, para o fato de que é direito concedido pelo Céu a cada ser humano adorar a Deus de acordo com os ditames da própria consciência. Mas as autoridades abominam perder o poder e a intolerância religiosa continuava a oprimir o povo. Em meio a tais circunstâncias, um grupo de heróis religiosos finalmente se determinou a procurar, nas selvas da América, essa medida de liberdade religiosa e civil que tanto desejava. Ao irem em busca desse nobre propósito, cem desses exilados voluntários chegaram a bordo do Mayflower, na costa da Nova Inglaterra, em 22 de dezembro de 1620.

“Aqui”, disse Martyn, “nasceu a Nova Inglaterra”, e “seu primeiro choro de bebê foi uma oração de ações de graças ao Senhor”.

Outra colônia inglesa permanente havia se estabelecido em Jamestown, Virgínia, em 1607. No decorrer do tempo, outros povoados se formaram e colônias foram organizadas, todas súditas da coroa inglesa até a Declaração de Independência em 4 de julho de 1776.

A população dessas colônias, de acordo com o periódico *United States Magazine* de agosto de 1855, totalizava 262 mil habitantes em 1701; 1.046.000 em 1749; 2.803.000 em 1775. Então começou a luta das colônias estadunidenses pela independência. Em 1776, eles declararam ser uma nação independente. Em 1777, delegados dos treze Estados originais — New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Delaware, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia — se reuniram no Congresso e aderiram aos Artigos da Confederação. Em 1783, a guerra da Revolução encerrou com um tratado de paz com a Grã-Bretanha, por meio do qual foi reconhecida a independência dos Estados Unidos. O território contava com 2.112.432 quilômetros quadrados. Em 1787, a Constituição foi estruturada e ratificada pelos treze Estados supramencionados. No dia 1º de março de 1789, entrou em vigor. Assim iniciou-se, promissoramente, a viagem da nau norte-americana, com cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados e cerca de três milhões de habitantes. Dessa maneira chegamos ao ano de 1798, quando esse governo é introduzido na profecia. E agora, após a passagem de pouco mais de cem anos, até a última década do século 19, o território do governo dos Estados Unidos se expandiu para 9.526.991 quilômetros quadrados e a população aumentou para cerca de 70 milhões de habitantes. Seu crescimento em todas as iniciativas industriais, produção agrícola, criação de gado, jornais, escolas, extração de metais preciosos e riqueza de todos os tipos que pertencem a um povo civilizado foi igualmente notável e fornece ampla base para a aplicação da profecia.

6. *Caráter do governo simbolizado pela besta de dois chifres.* Nesse assunto que estamos discutindo, ainda encontramos mais evidências de que o símbolo representa o governo dos Estados Unidos. Ao descrever esse poder, João diz que tinha “dois chifres, parecendo cordeiro”. Os chifres do cordeiro indicam, em primeiro lugar, juventude e, em segundo, inocência e bondade. Sendo um poder que surgiu recentemente, os Estados Unidos respondem de maneira admirável a esse símbolo no que diz respeito à idade, ao passo que, conforme já provado, nenhum outro poder corresponderia nesse aspecto. E ao ser analisado como indicativo de poder e caráter, pode-se definir o que constitui os dois chifres do governo, caso se identifique qual é o segredo de sua força ou de seu poder e o que revela seu caráter aparente ou constitui sua profissão exterior. O respeitado J. A. Bingham nos dá uma pista para toda essa questão ao afirmar que o objetivo daqueles que chegaram primeiro a essas praias era fundar “aquilo que o mundo não tinha havia eras, a saber, uma igreja sem papa e um Estado sem rei”. Em outras palavras, seria um governo no qual o poder eclesiástico seria separado do civil, dando espaço para que a liberdade civil e religiosa reinasse suprema.

Não é preciso nenhum argumento para demonstrar — e até a própria declaração é desnecessária — que é exatamente essa a confissão pública do governo norte-americano. O artigo IV da seção 4 da Constituição dos Estados Unidos diz: “Os Estados Unidos garantem a todos os Estados de sua União uma forma republicana de governo”. Artigo VI: “Nunca se exigirá nenhum teste religioso como qualificação para ocupar qualquer ofício ou cargo público nos Estados Unidos”. A primeira emenda à Constituição (Artigo I) começa da seguinte maneira: “O Congresso não criará nenhuma lei referente a um estabelecimento de religião ou proibindo a sua livre prática”. Tais artigos atestam a mais ampla garantia de liberdade *civil e religiosa*, a separação completa e perpétua entre igreja e estado. E que símbolos melhores para isso poderiam ser dados do que “dois chifres, parecendo cordeiro”? Em que outro país se encontra uma condição que corresponde de forma tão completa a essa característica do símbolo?

7. *Um governo republicano.* A besta de dois chifres simboliza uma nação com forma de governo republicana. Isso é demonstrado pela ausência de coroas tanto na cabeça quanto nos chifres. Uma coroa é o símbolo apropriado de uma forma de governo real ou monárquica. E a ausência de coroas, como nesse caso, sugeriria um governo no qual o poder não se encontra depositado sobre alguma figura dominante, estando, em consequência, nas mãos do povo.

Mas essa não é a prova mais conclusiva de que a nação aqui simbolizada possui forma de governo republicana. No versículo 14, descobrimos que é feito um apelo ao povo sempre que um ato nacional é realizado: “dizendo aos que habitam sobre a Terra que *façam* uma imagem à besta”, etc. Se o governo fosse uma monarquia, questões nacionais dificilmente seriam submetidas ao povo dessa maneira, sem restrições. E o fato de se fazer um apelo ao povo mostra que a forma de governo é de uma natureza que deposita o poder em suas mãos. Esse, sem dúvida, é o caso do governo dos Estados Unidos, o que não ocorre em nenhum outro governo que seria razoável considerar para aplicar tal símbolo. Esse é outro forte elo na cadeia de evidências de que este símbolo deve corresponder aos Estados Unidos da América.

8. *Uma nação protestante.* A besta de dois chifres também simboliza um governo de religião protestante, ou, pelo menos, um poder não católico. Já se demonstrou que a besta anterior simbolizava o papado; e a besta de dois chifres sobre a qual lemos faz com que a Terra e aqueles que nela habitam adorem a primeira besta. Mas em todos os países católicos, as pessoas adoram a besta voluntariamente ou obedecem aos ditames do catolicismo sem que o governo “faça” com que elas ajam assim, ou as obrigue. O fato de as pessoas nesse governo não prestarem essa adoração até serem levadas a fazê-lo pelo poder civil mostra que a religião que professam não é o catolicismo. Como consequência quase inevitável, conclui-se que é o protestantismo; pois essas são as únicas religiões de peso dentro da cristandade. Os Estados Unidos são uma nação protestante, cumprindo todos os requisitos da profecia de maneira admirável nesse aspecto. Logo, mais uma vez, a profecia aponta diretamente para este governo.

9. *A voz de dragão*. Após analisar todas as boas qualidades apresentadas neste símbolo, é com dor que lemos que ele “falava como dragão”. Antes de começar a debater este tema, relembremos as ideias já estabelecidas. Foi demonstrado:

1) Que o governo simbolizado pela besta de dois chifres deve ser uma forma de governo distinta dos poderes do velho mundo, tanto na esfera civil quanto eclesiástica.

2) Que deveria emergir no hemisfério ocidental.

3) Que deveria ser visto assumindo uma posição de proeminência e influência por volta do ano de 1798.

4) Que deveria surgir de maneira pacífica e silenciosa, sem aumentar seu poder por meio de guerras agressivas e sucessivas conquistas, como as outras nações.

5) Que seu progresso seria tão rápido a ponto de espantar o observador que o contemplasse, assim como se espantaria diante do crescimento perceptível de um animal.

6) Que sua forma de governo deveria ser republicana.

7) Que sua religião deveria ser protestante.

8) Que deveria exhibir perante o mundo, como indicativo de seu caráter e dos elementos de seu governo, dois grandes princípios que são, em si mesmos, perfeitamente justos, inocentes e semelhantes a um cordeiro.

9) Que deveria realizar sua obra no presente século, ou depois de 1798.

E, acerca dessas nove especificações, vimos que pode ser dito, em primeiro lugar, que se cumprem com perfeição na história dos Estados Unidos até o presente momento; segundo, que não se cumprem na história de nenhum outro governo na face da Terra. Logo, é impossível aplicar o símbolo de Apocalipse 13:11 a qualquer outro governo senão os Estados Unidos.

Mas após descrever a semelhança desse símbolo com um cordeiro, o profeta imediatamente acrescenta: “mas falava como dragão”. O dragão, o primeiro elo nessa cadeia de profecia, foi um perseguidor implacável da igreja de Deus. A besta leopardo, que vem em seguida, foi, de igual maneira, um poder perseguidor, que ceifou, ao longo de 1.260 anos, a vida de milhões de seguidores de Cristo. O terceiro ator na cena, a besta de dois chifres, fala como a primeira, demonstrando que é um dragão em seu coração, “porque a boca fala do que está cheio o coração” (Mt 12:34) e é no coração que as ações são concebidas. Portanto, assim como os outros, este poder também deve ser um poder perseguidor. E o único motivo para qualquer um deles ser mencionado na profecia é o fato de que todos são poderes perseguidores. Se os Estados Unidos são o poder representado por esse símbolo que fala como dragão, conclui-se que este governo formulará leis injustas e opressoras contra a profissão e prática religiosa de alguns de seus cidadãos.

Isso não é tão improvável quanto a princípio poderia parecer. Devemos lembrar que, nos últimos dias, a grande maioria das pessoas das regiões mais bem favorecidas cairá na baixa condição moral descrita em textos bíblicos como Mateus 24:12; 2 Timóteo 3:1-5; 2 Pedro 3:3-4; Lucas 17:26-30; 18:8; e é por parte dessas pessoas que aqueles que vivem piedosamente em Cristo Jesus sofrerão perseguição (2 Tm 3:12).

O mal também espreita de outra parte. O catolicismo romano, que se fortaleceu por meio da imigração, fixou seus olhos vorazes nos Estados Unidos, determinado a submeter este governo a seu poder. Os votos dominam aqui, e o catolicismo controla um eleitorado imenso, cautelosamente manipulado para os próprios objetivos. Com uma arma tão poderosa em mãos, seu poder para o mal é quase ilimitado. O fato é que multidões de políticos sem escrúpulos, pagos pelo país, que não trabalham para o bem do povo, mas, sim, egoistamente para o próprio engrandecimento pessoal, estão prontos para ajudar qualquer partido em qualquer esquema, por mais perverso que seja, se tal partido os mantiver no cargo.

E dentro das igrejas protestantes há elementos que ameaçam conduzir a males igualmente graves. Riqueza, orgulho, egoísmo, amor à ostentação e mundanismo de modo geral estão promovendo um espírito de aristocracia religiosa que é fatal para a espiritualidade e a piedade verdadeira. Mas, acima de tudo, o poder dos credos está prendendo — talvez se possa dizer, já prendeu — as igrejas como que em ataduras de ferro. O celebrado sermão de Charles Beecher sobre os credos denuncia todo o sistema eclesiástico do protestantismo como algo prejudicial, nesse aspecto, à liberdade religiosa. Embora tenha sido pregado há muitos anos, ecoa mais e mais verdadeiro a cada dia. Ele afirma:

“Nossos melhores, mais humildes e devotos servos de Cristo estão promovendo, em seu meio, aquilo que um dia não muito distante provará ser a descendência do dragão. Eles protestam diante de qualquer palavra rude contra os credos com a mesma atitude defensiva dos santos pais diante de repreensões contra o crescimento da veneração aos santos e mártires que eles incentivavam. [...] As denominações protestantes evangélicas ataram de tal maneira as mãos umas das outras e as próprias que, em seu meio, ninguém pode se tornar pregador sem aceitar algum livro além da Bíblia. [...] Não há nada de imaginário na declaração de que o poder dos credos está agora começando a proibir a Bíblia assim como Roma o fez, embora de maneira mais sutil.”

Além de tudo isso, temos o espiritismo, a infidelidade, o socialismo, o amor livre, os sindicatos, ou seja, a força trabalhadora contra o capital, e o comunismo — todos esses movimentos assiduamente disseminando seus princípios entre as massas. Foram justamente esses princípios que se espalharam entre o povo e se tornaram a causa incitadora da terrível Revolução Francesa de 1783-1800. A natureza humana permanece a mesma em todas as eras, e causas semelhantes sem dúvida produzirão efeitos semelhantes.

10. *Grandes sinais.* Na parte da predição que explica a obra da besta de dois chifres, lemos que “opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens”. Nessa especificação encontramos ainda mais evidências de que os Estados Unidos são o governo representado pela besta de dois chifres. O fato de estarmos vivendo em uma era de sinais ninguém pode negar (ver nos comentários sobre Daniel 12:4 considerações sobre as conquistas extraordinárias da presente era e duas ilustrações a respeito de alguns dos principais triunfos da ciência e da criatividade humana).

Mas essa profecia não se cumpre por meio do grande avanço no conhecimento, nas descobertas e invenções tão notáveis da presente era, pois os sinais ao qual o profeta se refere evidentemente são operados com o propósito de enganar as pessoas, conforme lemos no versículo 14: “Seduz os que habitam sobre a Terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a Terra que façam uma imagem à besta”. Isso identifica a besta de dois chifres com o falso profeta de Apocalipse 19:20; pois esse falso profeta é o poder que opera milagres diante da besta, sobre o qual se afirma: “com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem” — obra idêntica à da besta de dois chifres. Podemos agora identificar que meios são usados para operar os sinais em questão, pois Apocalipse 16:13-14 fala sobre espíritos de demônios que são operadores de milagres, os quais se dirigem aos reis do mundo inteiro a fim de ajuntá-los para a peleja do grande dia do Deus Todo-Poderoso. E esses espíritos operadores de milagres saem da boca de determinados poderes, sendo um deles justamente este falso profeta, ou a besta de dois chifres.

O Salvador, ao predizer os eventos que ocorreriam logo antes de Sua segunda vinda, afirmou: “Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos”. Mais uma vez, sinais são preditos aqui, operados com o propósito de enganar de maneira tão poderosa que, se possível, até os eleitos seriam ludibriados por eles.

Assim, encontramos uma profecia (e há muitas outras) ressaltando o desenvolvimento, nos últimos dias, de um poder operador de sinais, manifesto de forma surpreendente e sem precedentes, a fim de promover a falsidade e o erro. O governo terreno com o qual teria ligação especial é o representado pela besta de dois chifres, ou falso profeta. O agente por trás das manifestações exteriores deveria ser satânico, o espírito de demônios. A profecia requer uma obra como essa nos Estados Unidos no tempo presente. Será que contemplamos algo do tipo? Leia a resposta no lamento do profeta: “Ai da terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo lhe resta”. Consterne-se, ó Terra! Tremam os povos, mas não se deixem enganar! O imenso espectro do mal nos confronta, assim como o profeta declarou. Satanás está solto. Das profundezas do Tártaro miríades de demônios se espalham por toda a Terra. O príncipe das trevas se manifesta como nunca antes e, revestindo sua obra de uma veste supostamente celestial, ele a chama de *espiritismo*.

1) O espiritismo, ou espiritualismo, então, revela essas marcas de atuação satânica?

a) Os espíritos que se comunicam afirmam ser espíritos de nossos amigos que se foram. Mas a Bíblia, nos termos mais explícitos possíveis, nos garante que os mortos se encontram completamente inativos e inconscientes até a ressurreição; que os mortos de nada sabem (Ec 9:5); que toda operação da mente cessou (Sl 146:4); que toda emoção do coração foi suspensa (Ec 9:6); e que não há obra, nem serviço, nem conhecimento, nem sabedoria na sepultura, onde jazem (Ec 9:10). Portanto, qualquer ser inteligente que se aproxima de nós alegando ser um de nossos amigos falecidos, professa ser algo que, pela Palavra de Deus, sabemos não ser possível. Mas os anjos

de Deus não mentem. Portanto, não são anjos bons. Já os espíritos de demônios mentem. Essa é a obra deles. E são essas as credenciais que eles nos entregam desde o princípio.

b) As doutrinas que ensinam também são diretamente contrárias à Bíblia. Elas negam a Deus. Negam a Cristo. Negam a expiação. Negam a Bíblia. Negam a existência do pecado e todas as distinções entre o certo e o errado. Negam a santidade da aliança do casamento e, entre-meando suas declarações com blasfêmias contra Deus, Seu Filho e tudo aquilo que é amável, bom e puro, dão a mais livre licença para toda propensão ao pecado e luxúria carnal. Não venha nos dizer que essas coisas, abertamente ensinadas sob o manto da religião e apoiadas por sinais e sons sobrenaturais não constituem a obra-prima de Satanás. Para a prova de que nenhuma dessas acusações é severa demais, leia *Spiritualism a Subject of Prophecy* [O Espiritismo como Tema da Profecia], que contém citações dos escritos do próprio movimento (casa publicadora *Review and Herald*, Battle Creek, Michigan).

2) O espiritismo corresponde à profecia com precisão na demonstração de grandes sinais e maravilhas. Dentre suas muitas conquistas, estas podem ser mencionadas: vários objetos já foram transportados de um lugar para o outro somente por espíritos; bela música já foi tocada sem a participação de nenhum ser humano, com e sem o auxílio de instrumentos visíveis; muitos casos bem comprovados de cura já foram documentados; pessoas foram carregadas pelo ar por espíritos na presença de muitas outras; mesas já foram suspensas no ar com várias pessoas sobre elas; e, por fim, espíritos já se apresentaram em forma corpórea, conversando com voz audível.

3) O espiritismo corresponde à profecia por ter se originado nos Estados Unidos, conectando assim seus sinais à obra da besta de dois chifres. Começando em Hydesville, Nova York, na família do Sr. John D. Fox, no final de março de 1848, disseminou-se com rapidez extraordinária pelo mundo inteiro. Uma carta recebida de uma das principais editoras espíritas, em dezembro de 1895, afirma a existência de 5 milhões de adeptos nos Estados Unidos e 50 milhões no mundo inteiro. Já em 1853, o juiz Edmonds afirmou acerca daqueles que se tornaram fiéis:

“Além da multidão anônima, existem hoje muitos de alta posição e talento em suas fileiras — médicos, advogados e clérigos em grande número, um bispo protestante, o erudito e reverendo reitor de uma faculdade, juízes de nossos tribunais mais importantes, membros do Congresso, embaixadores de países estrangeiros e ex-membros do Senado dos Estados Unidos.”

Essa declaração foi escrita muitos anos atrás. E daquela época até agora a obra dos espíritos tem progredido de maneira constante, espalhando-se entre todas as classes de pessoas.

Um dos motivos para ser hoje tão difícil estimar o número daqueles que podem apropriadamente ser denominados espíritas é o fato de que os adeptos mais proeminentes e respeitáveis do movimento ocultam as características odiosas e imorais do sistema, até aqui tão manifestas, e se revestem de um manto cristão. Ao agir assim, colocam-se na mesma posição de muitos membros de igrejas, sem aparentar nenhuma distinção real entre eles, a não ser no nome, já que os últimos permanecem em suas diversas denominações.

Uma pequena obra de Hudson Tuttle, intitulada *What is Spiritualism?* [O que é o Espiritismo?], página 6, apresenta uma lista de 22 imperadores, rainhas, príncipes e membros da nobreza que procuraram conselho no espiritismo para as questões de Estado, ou favoreceram e apoiaram suas crenças. Assim o movimento está se preparando para cumprir Apocalipse 16:14 e reunir as nações para a batalha do grande dia.

11. *Uma imagem à besta*. Intimamente associada a essa obra de operar milagres se encontra a edificação de uma imagem à besta. O profeta conecta os dois pontos no versículo 14: “Seduz os que habitam sobre a Terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a Terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu”. O engano realizado por meio da operação de milagres prepara o caminho para cumprir essa exigência de fazer uma imagem à besta.

A fim de compreender o que seria uma imagem do papado, primeiro precisamos compreender de forma específica o que constitui o papado em si. O desenvolvimento pleno da besta, ou o estabelecimento da supremacia papal, data da célebre carta de Justiniano, que entrou em vigor em 538 d.C., instituindo o papa como cabeça da igreja e corretor dos hereges. O papado era uma igreja revestida de poder civil — um corpo eclesiástico com autoridade para punir todos os dissidentes por meio do confisco de bens, prisão, tortura e morte. O que seria uma imagem do papado? Outra instituição eclesiástica revestida de poder semelhante. Como uma imagem como essa poderia se formar nos Estados Unidos? Se revestirmos as igrejas protestantes de poder para definir e punir heresias, fazer cumprir seus dogmas mediante as penas e penalidades da lei civil, não teremos uma representação exata do papado durante os dias de sua supremacia?

Pode-se objetar que, enquanto a igreja papal era uma relativa unidade e, por isso, podia agir em harmonia em todos os seus departamentos para fazer cumprir seus dogmas, as igrejas protestantes são tão divididas que é impossível concordar em relação a que doutrinas devem ser obrigatórias ao povo. A resposta é que existem determinados pontos em comum suficientes para formar uma plataforma de cooperação. Podem ser mencionados como principais entre eles a doutrina do estado consciente dos mortos e a imortalidade da alma, os quais constituem tanto a base quanto a superestrutura do espiritismo. E também a doutrina de que o primeiro dia da semana é o sábado cristão.

Caso essas igrejas formarem uma organização eclesiástica e o governo a legalizar e lhe der poder (um poder que só terá quando o governo conceder) para fazer cumprir entre o povo os dogmas que todas as denominações diferentes vierem a adotar como base de união, o que teremos então? Exatamente o que a profecia retrata: uma imagem à besta papal, que ganha vida mediante a besta de dois chifres, para falar e agir com poder.

Existe qualquer indício desse movimento? A pergunta preliminar — referente à grande união de todas as igrejas — está hoje agitando profundamente o mundo religioso.

Charles Beecher, em seu sermão de dedicação da segunda igreja presbiteriana de Fort Wayne, Indiana, em 22 de fevereiro de 1846, já citado, disse:

“Assim o ministério das denominações evangélicas protestantes não somente se encontra estruturado, em todos os seus escalões, sob uma tremenda pressão de medo puramente humano, mas também vive, move e respira um estado de coisas radicalmente corrupto, apelando a todo momento para os elementos mais baixos de sua natureza a fim de silenciar a verdade e dobrar os joelhos ao poder da apostasia. Não foi exatamente isso que aconteceu com Roma? Não estaríamos vivendo sua experiência toda de novo? E o que vemos bem à nossa frente? Outro concílio geral! Uma convenção mundial! Aliança evangélica e credo universal!

O jornal *Banner of Light* [Estandarte da Verdade] de 30 de julho de 1864 afirmou: “Mais cedo ou mais tarde, será desenvolvido um sistema que abraçará em seus apriscos igreja e Estado, pois o objetivo dos dois deveria ser o mesmo”.

O *Church Advocate* [Defensor da Igreja], em março de 1870, ao falar sobre a formação de uma “Igreja Católica Independente Norte-Americana”, um movimento hoje propagado neste país, declarou: “Sem dúvida, há algum poder secreto em operação, que pode estar preparando o mundo para acontecimentos maiores no futuro próximo”.

O Sr. Havens, em um discurso feito em Nova York alguns anos atrás, disse:

“De minha parte, eu espero ver o dia em que um Lutero surgirá neste país para fundar uma grande Igreja Católica Americana, em lugar da grande Igreja Católica Romana, e que ensinará as pessoas que é possível ser um bom católico sem professar lealdade a um pontífice do outro lado do Atlântico.”

Em favor dessa união, ou melhor, confederação de igrejas, periódicos são publicados e sermões pregados atualmente. Logo, há indícios de que não está distante o dia em que tal igreja será vista, não levantada pela atuação de um Lutero, mas, sim, pela operação do mesmo espírito que inspirou Fernando Nunez ou Torquemada. Quando isso for feito, mais uma etapa da profecia se cumprirá e a imagem será formada. E uma vez que os Estados Unidos são o único país no qual se pode procurar por esse movimento — e os acontecimentos aqui tendem abertamente para tal resultado —, fortalecem-se ainda mais as evidências de que a profecia se aplica a este governo.

12. *A marca da besta.* A besta de dois chifres coloca sobre seus súditos a marca da primeira besta. Três agentes até agora foram apresentados na profecia, e precisamos distinguir uns dos outros com cuidado, para evitar confusão.

1) A besta papal. Esse poder é chamado de “a besta”, “a primeira besta”, “a besta que, ferida à espada, sobreviveu” e “a besta cuja ferida mortal foi curada”. Todas essas expressões se referem ao mesmo poder e, sempre que aparecem nesta profecia, fazem referência exclusiva ao papado.

2) A besta de dois chifres. Esse poder, após ser introduzido no versículo 11 do capítulo 13, é representado pelo restante da profecia por meio do sujeito oculto, e todos os verbos na terceira pessoa do singular que aparecem até o versículo 17 (com a possível exceção do versículo 16, que talvez se refira à imagem) fazem menção invariável à besta de dois chifres.

3) A imagem à besta. Todas as vezes, com a possível, mas não provável exceção que acaba de ser mencionada, ela é chamada de imagem; assim, não há risco de confundi-la com qualquer outro agente.

Os atos atribuídos à imagem são falar e fazer cumprir a adoração a si própria, sob pena de morte. E esse é o único decreto que a profecia menciona imposto sob pena de morte.

A marca da besta se faz cumprir pela besta de dois chifres, seja de maneira direta ou por meio da imagem. A pena ligada à recusa em receber essa marca é abrir mão de todos os privilégios sociais, uma privação dos direitos de compra e venda. Trata-se da marca da besta papal. A terceira mensagem angélica de Apocalipse 14:9-12 é uma advertência extremamente solene e impressionante contra a adoração da besta, de sua imagem e a aceitação de sua marca.

Portanto, de acordo com esta profecia, esta é a questão que logo seremos chamados a enfrentar, a saber: organizações humanas, controladas e inspiradas pelo espírito do dragão, ordenarão as pessoas a fazer atos que, em realidade, consistem na adoração de um poder religioso apóstata e no recebimento de sua marca. Quem se recusar a fazer isso, perderá os direitos de cidadania e se tornará um proscrito na Terra. Os indivíduos deverão fazer aquilo que constitui a adoração da imagem da besta ou abrir mão da própria vida. Em contrapartida, Deus envia uma mensagem pouco antes que essa temível crise recaia sobre nós, conforme veremos nos comentários de Apocalipse 14:9-12, declarando que todo aquele que fizer qualquer uma dessas coisas “beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da Sua ira”. Aquele que se recusar a cumprir essas exigências de poderes terrenos se exporá às mais severas penas que os seres humanos podem infligir. E aquele que cumprir, se exporá às mais terríveis ameaças da ira divina encontradas na Palavra de Deus. A pergunta se obedecerão a Deus ou aos homens será respondida pelos indivíduos da presente era, sob a mais forte pressão de todos os lados que já se fez sobre qualquer geração.

A adoração à besta e à sua imagem, bem como o recebimento de sua marca, deve ser algo que envolve a maior ofensa que se pode cometer contra Deus, a ponto de provocar uma ameaça de ira tão grave. Essa é uma obra, conforme já mostramos, que acontece nos últimos dias. E assim como Deus nos deu, em Sua Palavra, as mais amplas evidências de que estamos nesses últimos dias, de modo que ninguém precisa ser pego de surpresa pelo dia do Senhor, como se fosse um ladrão, de igual maneira Ele deve ter nos concedido os meios para determinarmos o que significa receber a marca da besta, a qual condenou com tamanha veemência, a fim de evitarmos a terrível pena que certamente recairá sobre os que cometerem tal ato. Deus não brinca com as esperanças e o destino humanos a ponto de denunciar um temível castigo por determinado pecado, mas deixar fora de nosso alcance o poder para compreender que pecado é esse, não nos dando um meio de nos guardar contra ele.

Assim, chamamos agora a atenção para a importantíssima pergunta: o que constitui a marca da besta? A figura de uma marca foi emprestada de um antigo costume. Bispo Newton (*Dissertations on the Prophecies*, vol. 3, p. 241) afirma:

“Havia, entre os antigos, o costume dos servos receberem a marca de seu senhor; os soldados, de seu general; e aqueles devotos a alguma divindade específica, a marca dela. Em geral, tais marcas eram impressas em sua mão direita ou na testa e consistia em caracteres de hieróglifos, ou no nome expresso em letras comuns, ou ainda no nome disfarçado em letras numéricas, de acordo com a imaginação daquele que impunha a marca.”

Prideaux conta que Ptolomeu Filópator ordenou que todos os judeus que se candidatassem a ser cidadãos de Alexandria deveriam imprimir em si com ferro quente a forma de uma folha de hera (o símbolo de seu deus, Baco); a desobediência a essa ordem incorria em pena de morte (Prideaux, *Connection*, vol. 2, p. 78.)

A palavra usada para marca nessa profecia é *χάραγμα* (*charagma*), que é definida como “um entalhe, escultura; uma marca cortada ou estampada”. Ela aparece nove vezes no Novo Testamento e, com a única exceção de Atos 17:29, se refere toda vez à marca da besta. É claro que não devemos entender que essa profecia faz menção a uma marca literal. Mas a prática dos tempos antigos de fazer uma marca literal é usada como figura para ilustrar certos atos que serão desempenhados em cumprimento a essa profecia. E da marca literal usada no passado, aprendemos algo sobre o significado de seu uso na profecia, pois deve haver alguma semelhança entre o símbolo e a coisa simbolizada. A marca, usada literalmente, significava que a pessoa que a recebia era serva da pessoa cuja marca carregava em si, reconhecia a autoridade dela, ou ainda lhe professava lealdade. Logo, a marca da besta, ou do papado, deve ser algum ato ou profissão de reconhecimento desse poder. Que marca é essa?

Naturalmente deve-se procurar alguma das características especiais do poder papal. Daniel, ao descrever esse poder com o símbolo de um chifre pequeno, fala que travou uma ferrenha batalha contra Deus, oprimindo os santos do Altíssimo e tentando mudar os tempos e as leis. O profeta é expressamente específico a esse respeito: “tentará mudar os tempos e as leis” (Daniel 7:25, NVI). Sem dúvida, tais leis são as leis do Altíssimo. Aplicar a profecia a leis humanas, como se dissesse: “Ele falará contra o Altíssimo, oprimirá os Seus santos e tentará mudar os tempos e as leis humanas”, seria uma distorção clara da linguagem do profeta. Contudo, ao aplicá-la às leis de Deus, lemos: “Ele falará contra o Altíssimo, oprimirá os Seus santos e tentará mudar os tempos e as leis do Altíssimo”; tudo então fica consistente e convincente. O hebraico traz *דָּת* (*dath*), lei, e a Septuaginta traz νόμος (*nomos*) no singular, “a lei”, que sugere, de maneira mais direta, a lei de Deus. O papado fez mais do que “tentar” mudar as leis humanas. Ele as mudou a seu bel-prazer. Anulou decretos de reis e imperadores e absolveu súditos da lealdade devida a seus soberanos. Interferiu com seu longo braço nas questões políticas das nações e reduziu governantes a seus pés na mais abjeta humilhação. Mas o profeta contempla atos maiores de presunção do que esses. Ele o viu desejar fazer aquilo que não era capaz de fazer, mas em que só poderia pensar. Identificou uma tentativa que nenhum ser humano, sozinho ou em conjunto, poderá um dia realizar, a saber,

mudar a lei do Altíssimo. Mantenha isso em mente enquanto analisamos o testemunho de outro autor das Sagradas Escrituras a esse respeito.

O apóstolo Paulo fala sobre o mesmo poder em 2 Tessalonicenses 2. Ele o descreve, na pessoa do papa, como o “homem da iniquidade”, assentado “no santuário de Deus” (isto é, a igreja), exaltando-se “acima de tudo o que se chama Deus ou é objeto de adoração” (v. 4, NVI). De acordo com isso, o papa se exalta como aquele para o qual toda a igreja deve olhar em busca de autoridade, no lugar de Deus. E agora pedimos ao leitor que pondere com cuidado a pergunta sobre como ele pode se exaltar *acima* de Deus. Vasculte toda a gama de estratégias humanas, vá até os extremos do esforço humano. Que plano, que movimento, que alegação esse usurpador poderia usar para se exaltar acima de Deus? Ele poderia instituir diversas cerimônias, prescrever qualquer forma de adoração, exibir qualquer grau de poder; mas enquanto Deus tivesse requisitos que as pessoas se sentissem obrigadas a obedecer, de preferência aos deles, não poderia estar *acima* do Altíssimo. Ele precisaria decretar uma lei e ensinar às pessoas que elas se encontravam obrigadas a obedecer tal lei tanto quanto obedeciam à lei de Deus. Só então conseguiria se fazer *igual* a Deus. Mas ele procuraria fazer mais do que isso. Tentaria se elevar *acima* do Senhor. Então deveria promulgar uma lei que entrasse em *conflito* com a lei de Deus e exigir obediência à sua própria lei no lugar da lei divina. Não há nenhuma outra forma possível de se colocar na posição mencionada na profecia. Basta mudar a lei de Deus. E se ele conseguisse levar o povo a adotar essa mudança no lugar do decreto original, então ele, o modificador da lei, estaria acima de Deus, o Criador da lei. E é exatamente essa obra que Daniel afirma que ele tentaria fazer.

Logo, de acordo com a profecia, o papado deve efetuar essa obra, e a profecia não falha. E quando isso é feito, o que resta às pessoas do mundo? Elas deparam com duas leis exigindo obediência: uma, a lei de Deus conforme originalmente decretada por Ele, a personificação de Sua vontade, expressando Seu direito sobre Suas criaturas; a outra, uma edição revisada da lei, que emana do papa de Roma e expressa sua vontade. E como se verifica qual desses poderes as pessoas honram e adoram? Verifica-se por meio da lei que guardam. Se guardam a lei de Deus conforme Ele decretou, adoram e obedecem ao Senhor. Se guardam a lei alterada pelo papado, adoram esse poder. E tem mais: a profecia não diz que o chifre pequeno, o papado, colocaria a lei de Deus de lado e criaria uma completamente diferente. Isso não seria mudar a lei, mas simplesmente fazer uma nova. Ele só tentaria *mudar*, de forma que a lei de Deus e a lei do papado são precisamente semelhantes, com exceção da mudança que o papado fez na primeira. Elas têm muitos pontos em comum. Mas nenhum dos preceitos que têm em comum é capaz de diferenciar uma pessoa como adoradora de qualquer um dos poderes em detrimento do outro. Se a lei de Deus diz “Não matarás” e a lei dada pelo papado estipula o mesmo, é impossível dizer, pela observância desse preceito, se um indivíduo tinha intenção de obedecer a Deus em vez do papa, ou ao papa em vez de Deus. Mas quando o preceito que foi alterado entra em cena, aquele que observa o preceito originalmente dado por Deus se distingue como adorador de Deus; e aquele que guarda o preceito alterado é marcado como seguidor do poder que fez a mudança. As duas

classes de adoradores não podem ser diferenciadas de nenhuma outra maneira. Nenhuma mente honesta seria capaz de discordar dessa conclusão; e é por meio dessa conclusão que encontramos a resposta geral à pergunta: “O que constitui a marca da besta?” A resposta é simplesmente esta: a *marca* da besta é a *mudança* que ela tentou fazer na lei de Deus.

Agora indagamos que mudança foi essa. Ao nos referirmos à lei de Deus, estamos falando da lei moral, a única lei no universo de obrigação perpétua e imutável. Webster, ao definir o termo de acordo com o sentido quase universalmente usado pela cristandade, afirma o seguinte sobre a lei: “A lei moral se encontra resumidamente contida no decálogo, escrito pelo dedo de Deus em duas tábuas de pedra e entregue a Moisés no monte Sinai”.

Se o leitor comparar os dez mandamentos encontrados nos catecismos da Igreja Católica Romana com os dez mandamentos que se acham na Bíblia, verá que, nos catecismos — referimo-nos àquelas partes especialmente dedicadas à instrução — o segundo mandamento foi deixado de fora, o décimo foi dividido em dois para compensar a falta do segundo e manter o total de dez, e o quarto mandamento (chamado de terceiro na numeração deles) ordena a observância do domingo em lugar do sábado, prescrevendo que o dia deve ser passado de maneira devota escutando a missa, participando das vésperas e lendo livros morais e piedosos. Aqui há diversas variantes em relação ao decálogo encontrado na Bíblia. Será que alguma delas constitui a mudança da lei referida pela profecia? Ou todas elas estariam inclusas nessa alteração? Mantemos em mente que, segundo a profecia, ele *tentaria* mudar os tempos e as leis. Isso transmite claramente a ideia de *intenção* e *desígnio*, tornando tais qualidades essenciais à mudança em questão. Mas, no que diz respeito à omissão do segundo mandamento, os católicos argumentam que ele se encontra incluído no primeiro e, portanto, não deveria ser contado como um mandamento separado. E a respeito do décimo, alegam que há uma distinção tão clara de ideias que se fazem necessários dois mandamentos separados. Por isso, transformam a cobiça da mulher do próximo no nono mandamento e a cobiça dos seus bens, no décimo.

Ao fazerem tudo isso, afirmam estar ensinando os mandamentos exatamente como Deus gostaria que fossem compreendidos. Assim, embora possamos classificar tais mudanças como erros de interpretação dos mandamentos, não podemos defini-los como *mudanças intencionais*. Já o caso do quarto mandamento é diferente. A respeito dele, não afirmam que sua versão é igual à dada por Deus. Dizem com toda clareza que houve uma mudança e que tal mudança foi feita pela igreja. Algumas citações de obras católicas de referência tiram qualquer dúvida sobre a questão. Em um livro chamado *Treatise of Thirty Controversies* [Tratado de Trinta Controvérsias], encontramos estas palavras:

“A Palavra de Deus ordena que o sétimo dia seja o sábado de nosso Senhor, para ser santificado; vocês [protestantes], sem nenhum preceito das Escrituras, o mudaram para o primeiro dia da semana, autorizados somente por nossas tradições. Diversos puritanos ingleses se opuseram a esse argumento, dizendo que a observância do primeiro dia é provada nas Escrituras quando se faz menção a esse dia (At 20:7;

1Co 16:2; Ap 1:10). Não teriam eles ido longe demais ao citar tais passagens? Se lhes apresentássemos evidências desse mesmo nível para o purgatório, as orações pelos mortos e invocação aos santos e assim por diante, eles de fato teriam bom motivo para rir de nós e nos expor ao ridículo; mas onde está escrito que o dia em que tais reuniões ocorreram era um sábado que deveria ser guardado? Ou onde foi ordenado que sempre deve ser observado? Ou, para resumir tudo, onde se encontra decretado que a observância do primeiro dia deveria anular ou abolir a santificação do sétimo dia, que Deus ordenou que deveria ser eternamente santificado? Nada disso se encontra expresso na palavra escrita de Deus.

No catecismo da religião cristã, de Stephen Keenan (Boston, Patrick Donahoe, 1857), p. 206, ao discorrer sobre o terceiro (quarto) mandamento, encontramos as perguntas e respostas a seguir:

P: O que Deus ordena neste mandamento?

R: Ele ordena que santifiquemos, de maneira especial, o dia no qual Ele descansou da obra da criação.

P: Qual é esse dia de descanso?

R: O sétimo dia da semana, ou sábado. Pois Ele usou seis dias para criar o mundo e descansou no sétimo (Gn 2:2; Hb 4:1, etc.).

P: Então é o sábado que devemos santificar, a fim de obedecer à ordenança de Deus?

R: Durante a antiga lei, o sábado era o dia santificado; mas *a igreja*, instruída por Jesus Cristo e dirigida pelo Espírito de Deus substituiu o domingo pelo sábado; por isso agora santificamos o primeiro dia, não o sétimo. Domingo significa, e agora é, o dia do Senhor.

Na obra *Catholic Christian Instructed* [Instrução do Cristão Católico] (J. P. Kenedy, New York, 1884), página 202, lemos:

P: Que garantia vocês têm de que guardar o domingo é preferível ao antigo sábado, que era o sétimo dia?

R: Temos para isso a autoridade da Igreja Católica e a tradição apostólica.

P: Em algum lugar as Escrituras ordenam que o domingo seja guardado como sábado?

R: As Escrituras nos ordenam a ouvir a igreja (Mt 18:17; Lc 10:16) e a conservar as tradições dos apóstolos (2Ts 2:15). Mas a Bíblia não faz nenhuma menção específica a essa mudança do sábado para o domingo.

Em *Doctrinal Catechism* [Catecismo Doutrinário] (Kenedy, New York), página 174, encontramos mais testemunho sobre a mesma ideia:

P: Existe outra maneira de provar que a igreja tem poder para instituir preceitos de festas?

R: Se ela não tivesse tal poder, não poderia ter feito aquilo que leva todos os religiosos modernos a concordar com ela — não poderia ter substituído a observância do sábado, o sétimo dia, pela guarda do domingo, o primeiro dia da semana, mudança essa para a qual não há nenhuma autoridade bíblica.

Em *Abridgment of Christian Doctrine* [Síntese da Doutrina Cristã] (Kenedy, New York), página 58, encontramos este testemunho:

P: Como vocês provam que a igreja tem poder para ordenar festas e dias santos?

R: Pelo próprio ato de ter mudado o sábado para o domingo, o que os protestantes admitem. Assim, eles se contradizem por completo, guardando o domingo estritamente e transgredindo a maioria das outras festas ordenadas pela mesma igreja.

P: Como é possível provar isso?

R: Ao guardar o domingo, eles reconhecem o poder da igreja para ordenar festas e impor sua observância sob pena de incorrer em pecado.

E, por fim, W. Lockhart, bispo de Oxford, recentemente falecido, na publicação católica *Mirror* [Espelho], de Toronto, deixou o seguinte “desafio” a todos os protestantes da Irlanda — um desafio que se aplica muito bem aos protestantes de todos os lugares. Ele disse:

“Portanto, desafio solenemente os protestantes da Irlanda a provarem, por meio de textos claros das Escrituras, estas questões acerca das obrigações do sábado cristão: 1) que os cristãos podem trabalhar no sábado, o antigo sétimo dia; 2) que são ordenados a santificar o primeiro dia, a saber, o domingo; 3) que não são ordenados a santificar o sétimo dia também.”

É isso que o poder papal afirma ter feito em relação ao quarto mandamento. Os católicos reconhecem com toda clareza que não existe autoridade bíblica para a mudança que fizeram, mas que ela repousa completamente sobre a autoridade da igreja; e eles afirmam que tal mudança constitui um sinal ou marca da autoridade da igreja. O “*próprio ato de mudar o sábado para o domingo*” é apresentado como prova de seu poder nesse sentido. Para mais testemunhos sobre o assunto, recomendamos ao leitor um tratado publicado pelo escritório da *Review*, em Battle Creek, Michigan, intitulado *Who Changed the Sabbath?* [Quem Mudou o Sábado?], no qual também há trechos de autores católicos refutando os argumentos normalmente citados para provar que o domingo é o novo sábado e demonstrando que a única autoridade para esse dia é a Igreja Católica.

“Mas”, diz alguém, “eu pensava que Cristo havia mudado o sábado”. Muitos pensam assim e é natural que o façam, pois assim foram ensinados. E embora não tenhamos palavras de denúncia a pronunciar contra as pessoas com tal crença, gostaríamos que compreendessem, o quanto antes, que, na realidade, esse é um dos maiores erros que existe. Lembraríamos tais indivíduos de que, segundo a profecia, a única mudança realizada na lei de Deus seria efetuada pelo chifre pequeno de Daniel 7, o homem da iniquidade de 2 Tessalonicenses 2; e a única alteração que ela sofreu foi a mudança do sábado. No entanto, se Cristo fez tal mudança, Ele desempenhou o papel do poder blasfemo mencionado tanto por Daniel quando por Paulo — conclusão horrenda o bastante para afastar qualquer cristão do ponto de vista que leva a ela.

Por que alguém se esforçaria para provar que Cristo mudou o sábado? Quem se propõe a fazer isso realiza uma tarefa ingrata. O papa não lhe agradecerá, pois se ficasse provado que Cristo operou a mudança, o primeiro seria destituído de seu estandarte de autoridade e poder. E nenhum protestante verdadeiramente esclarecido lhe agradecerá; pois, se for bem-sucedido, demonstrará que o papado não fez a obra que fora predita para ele. Dessa maneira, a profecia

teria falhado e as Escrituras não seriam confiáveis. A questão permanece melhor da maneira como a profecia apresenta, e a alegação que o papa inconscientemente faz ficaria mais facilmente confirmada. Quando alguém recebe a responsabilidade de fazer algo, vai em frente e confessa que realizou o trabalho, em geral isso é considerado suficiente para definir a questão. Assim, quando a profecia afirma que determinado poder mudaria a lei de Deus e, no tempo certo, tal poder surge, cumpre a obra predita e então afirma abertamente que o fez, que necessidade temos nós de mais evidências? O mundo não deveria esquecer que a grande apostasia predita por Paulo aconteceu; que por longas eras o homem da iniquidade deteve praticamente o monopólio dos ensinamentos cristãos ao redor do mundo; que o mistério da iniquidade lançou a escuridão de sua sombra e os erros de suas doutrinas sobre praticamente toda a cristandade; e que, dessa era de erro, trevas e corrupção, a teologia de nossos dias emergiu. Seria estranho, então, que algumas relíquias do papado precisem ser descartadas antes que reforma se complete? A. Campbell (*Baptism* [Batismo], p. 15), ao falar sobre os diferentes grupos protestantes, afirma:

“Todos eles conservam no seio — em suas organizações eclesiásticas, no culto, nas doutrinas e observâncias — diversas relíquias do papado. São, no máximo, uma reforma do sistema papal e somente uma reforma em parte. As doutrinas e tradições humanas continuam a impedir o poder e o progresso do evangelho em suas mãos.”

A natureza da mudança que o chifre pequeno tentou efetuar na lei de Deus é digna de nota. Fiel a seu propósito de se exaltar acima de Deus, propôs-se a mudar o mandamento que, dentre todos os outros, constitui o mandamento fundamental da lei, aquele que revela quem é o legislador e contém Sua assinatura de realeza. O quarto mandamento faz isso e nenhum outro. É verdade que outros quatro contêm a palavra *Deus* e três a palavra *Senhor* também. Mas quem é esse Senhor Deus de quem falam? Sem o quarto mandamento, é impossível dizer, pois idólatras de todas as esferas aplicam tais termos aos mais diversos objetos de sua adoração. Com o quarto mandamento a apontar para o Autor do decálogo, as reivindicações de todos os falsos deuses são anuladas de uma só vez; pois o Deus que requer nossa adoração não é nenhum ser criado, mas, sim, Aquele que criou todas as coisas. O Criador da terra e do mar, do sol, da lua e de todas as hostes estelares, o Mantenedor e Governador do Universo é Aquele que requer nossa suprema consideração em preferência a qualquer objeto e que, por Sua posição, tem o direito de fazê-lo. O mandamento que torna tais fatos conhecidos é justamente aquele que o poder com o desígnio de se exaltar acima de Deus procurou mudar. O Senhor instituiu o sábado como memorial de Si próprio, um lembrete semanal a todos os filhos dos homens de Sua obra de criação dos céus e da Terra, uma grande barreira contra o ateísmo e a idolatria. Trata-se da assinatura e do selo da lei. Foi isso que o papado tirou do lugar, colocando, com base em sua própria autoridade, outra instituição destinada a servir a outro propósito.

Logo, é para essa mudança do quarto mandamento que a profecia deve apontar, e a observância do domingo deve ser a marca da besta! Alguns daqueles que foram ensinados há muito a reverenciar essa instituição talvez darão um salto para trás, com sentimento de horror diante dessa

conclusão. Não temos espaço para entrar em uma argumentação detalhada quanto ao sábado e em uma exposição sobre a origem e a natureza da guarda do primeiro dia da semana, nem seria esse, talvez, o lugar para fazê-lo. Mas façamos esta única proposição: se o sétimo dia continua a ser o sábado ordenado no quarto mandamento; se a observância do primeiro dia não tem nenhuma base bíblica; se sua guarda foi introduzida como uma instituição cristã, colocada de propósito no lugar do sábado do decálogo pelo poder simbolizado pela besta e usada como estandarte e símbolo de seu poder para legislar sobre a igreja, não seria tal dia inevitavelmente a marca da besta? A resposta só pode ser afirmativa. Mas todas essas hipóteses, na verdade, são certezas.²

Assim, alguém poderia argumentar: então todos os guardadores do domingo têm a marca da besta; todos os devotos de eras passadas que guardaram esse dia tinham a marca da besta; então Lutero, Whitefield, os irmãos Wesley e todos aqueles que fizeram a boa e nobre obra da reforma tinham a marca da besta; então todas as bênçãos que foram derramadas sobre as igrejas reformadas vieram de pessoas que tinham a marca da besta; e todos os cristãos do presente que guardam o domingo em lugar do sábado têm a marca da besta. Nossa resposta é: nada disso! E nos entristecemos em dizer que alguns professores mestres religiosos, embora muitas vezes corrigidos, persistem em nos representar incorretamente a esse respeito. Nunca defendemos, nem ensinamos isso. Nossas premissas não conduzem a tais conclusões. Dê ouvidos: a marca e a adoração da besta são colocadas em vigor pela besta de dois chifres. O recebimento da marca da besta é um ato específico que a besta de dois chifres provoca. A terceira mensagem de Apocalipse 14 é uma advertência enviada em misericórdia com antecedência a fim de preparar as pessoas para a chegada do perigo. Logo, não pode haver adoração da besta, nem recebimento de sua marca, conforme diz a profecia, até ela ser *imposta* pela besta de dois chifres. Vimos que *intenção* era um elemento essencial à mudança que o papado fez na lei de Deus, a fim de transformá-la na marca de seu poder. Da mesma forma, a *intenção* é necessária na adoção dessa mudança antes de podermos afirmar que qualquer indivíduo a recebeu como marca. Em outras palavras, a pessoa deve adotar a mudança sabendo que se trata da obra da besta e aceitá-la mediante a autoridade desse poder, em oposição à exigência de Deus.

Mas como fica a situação dos mencionados acima, que guardaram o domingo no passado, e a maioria daqueles que o guardam hoje? Eles o guardam como uma instituição do papado? Não. Eles escolheram entre o domingo e o sábado de nosso Senhor, entendendo as consequências de cada um? Não. Por qual motivo guardaram o domingo e continuam a fazê-lo? Eles supõem estar guardando um mandamento de Deus. Tais pessoas têm a marca da besta? De maneira nenhuma. Seu procedimento é atribuído a um erro inconscientemente recebido da igreja de Roma, não a um ato de adoração prestado à mesma.

² Ver *History of the Sabbath* [História do Sábado], de J. N. Andrews, e outras obras sobre o assunto publicadas pelo escritório da Review. [Publicado em língua portuguesa sob o título *História do Sábado e do Primeiro Dia da Semana: o registro bíblico do sábado e como ele foi suplantado pela festa pagã ao sol*. Adventist Pioneer Library (Editora dos Pioneiros), 2018.]

Mas como será no futuro? A igreja que está sendo preparada para a segunda vinda de Cristo deve se encontrar completamente livre dos erros e corrupções papais. Logo, é preciso fazer uma reforma no que diz respeito à questão do sábado. O terceiro anjo proclama os mandamentos de Deus, conduzindo os seres humanos ao verdadeiro dia em lugar da contrafação. O dragão é incomodado e passa a controlar de tal forma os governos ímpios da Terra que toda autoridade de poder humano será exercida para fazer cumprir as exigências do homem da iniquidade. Então a questão ficará clara diante das pessoas. Serão chamadas a guardar ou o sábado verdadeiro ou o espúrio. Caso se recusem a observar o verdadeiro, a mensagem anuncia o derramamento da ira de Deus sem mistura. A recusa de observar o falso leva à ameaça, por parte dos governos terrenos, de perseguição e morte. Com essa questão diante das pessoas, o que estará fazendo aquele que ceder à exigência humana? Praticamente dirá para Deus: “Sei quais são Suas ordens, mas não darei ouvidos a elas. Sei que o poder que me exigem adorar é anticristão, mas cederei para salvar minha vida. Renunciarei à lealdade a Ti e me curvarei diante do usurpador. De hoje em diante, a besta será o objeto de minha adoração. Ao estandarte dela, em oposição à autoridade divina, eu me submeterei. A ela, desafiando as ordens do Senhor, renderei a partir de agora a obediência de meu coração e da minha vida”.

Esse é o espírito que agirá no coração dos adoradores da besta — um espírito que insulta o Deus do Universo em Sua face, impedido somente por falta de poder no desejo de derrubar Seu governo e aniquilar Seu trono. É de estranhar que Jeová Se pronuncie contra essas ações tão atrevidas por meio da mais terrível ameaça que Sua Palavra contém?

13. *A obra final.* Vimos agora o que constitui de maneira precisa a imagem à besta que a besta de dois chifres fará e também a probabilidade de que tal imagem logo será concluída neste país. Também aprendemos em que consiste a marca da besta, que será imposta sobre todas as pessoas. Uma organização eclesiástica formada por um número maior ou menor das diferentes denominações de nossa terra, com algum grau de aliança entre essas entidades e o catolicismo romano, junto com a promulgação e a vigência de uma lei dominical geral cumprirá o que a profecia diz em referência à imagem e marca da besta. Tais movimentos, ou um equivalente exato, correspondem àquilo que a profecia requer. A linha de raciocínio que leva a essas conclusões é tão direta e bem definida que não há como evitá-la. Trata-se de uma sequência clara e lógica das premissas que nos foram dadas.

Quando a aplicação de Apocalipse 13:11-17 aos Estados Unidos foi feita pela primeira vez, lá no ano de 1850, tal posicionamento acerca da união das igrejas e um grande movimento dominical foi defendido. Naquela época, porém, não havia nenhum sinal nem de cima, nem de baixo, nem em nosso país, nem em outras terras, tampouco alguma pista ou indício de que tal decreto um dia seria feito. Mas havia a profecia e esta devia prevalecer. O governo dos Estados Unidos dera amplas evidências no que diz respeito a localização, época de sua ascensão e seu caráter aparente de que era o poder simbolizado pela besta de dois chifres. Não poderia haver erro na conclusão de que era a nação representada pelo símbolo. Assim sendo, deveria seguir seu rumo de

ação e realizar os atos preditos. Mas eram predições que só poderiam ser cumpridas mediante o movimento supramencionado a respeito da igreja e do Estado, bem como a imposição do sábado papal como a marca da besta.

Defender a opinião, naquela época, de que este governo seguiria essa política e se envolveria em tal obra, sem nenhuma probabilidade aparente a seu favor, exigia grande medida de fé. Em contrapartida, negá-la ou ignorá-la, admitindo, ao mesmo tempo, a aplicação do símbolo a este governo, não estaria de acordo nem com as Escrituras, nem com a lógica. A única opção para o estudante das profecias humilde e cheio de fé em tais casos é aceitar a luz da maneira que é dada e crer em todas as partes da profecia. Então essa posição foi defendida com ousadia. E abertamente proclamamos daqueles dias até hoje que tal obra se veria nos Estados Unidos. A cada revisão do argumento, foram descobertas novas nuances de força em sua aplicação. E em meio a uma tempestade de incredulidade zombeteira, temos assistido ao desenrolar dos acontecimentos e aguardado a hora de seu cumprimento.

Nesse meio tempo, o espiritismo vem impressionando o mundo com seu terrível progresso, demonstrando ser o elemento operador de sinais que existiria em conexão com esse poder. Tal fato tem aumentado em muito a força da aplicação. E agora, depois de alguns anos, o que mais temos visto? Nada menos que o início do movimento de formação da imagem e de promulgação de leis dominicais, que há tanto tempo aguardamos e que irá completar a profecia e concluir a cena.

Já fizemos referência ao movimento de realizar a união das igrejas com o propósito de acrescentar força e influência aos movimentos eclesiásticos em determinadas direções. E agora está surgindo repentinamente uma classe de pessoas por toda a Terra entusiasmada com a ideia — de natureza semelhante — relacionada com uma reforma dominical. Elas dedicam a si próprias, a mente, as mãos e os bolsos à propagação desse movimento análogo. Organizações denominadas Comitês Sabáticos foram criadas em diversos lugares, trabalhando com zelo por meio de livros, folhetos, discursos e sermões a fim de despertar um forte sentimento público a favor do domingo. Por fazerem lento progresso por meio da persuasão moral, buscam um caminho mais curto para o cumprimento de seus propósitos mediante o poder político. E por que não? O cristianismo se tornou popular e seus professos adeptos são numerosos. Por que não se munir do poder dos votos para alcançar seus objetivos? O reverendo J. S. Smart (metodista), em um sermão publicado sobre os deveres políticos de homens e ministros cristãos, expressa um sentimento predominante sobre o assunto quando diz:

“Defendo que temos e deveríamos ter tanta preocupação quanto ao governo deste país quanto quaisquer outros homens. [...] Somos a massa do povo. A virtude neste país não é fraca. Suas fileiras são fortes em números e invencíveis pela justiça de sua causa — invencíveis se nos unirmos. Não permitamos que nossas fileiras se quebrem por nomes partidários.”

Em harmonia com o desenvolvimento lógico desses sentimentos, formou-se uma associação agora chamada de “Associação de Reforma Nacional”, cujo objetivo é obter decretos legais

em favor de instituições religiosas, por intermédio de uma emenda à Constituição nacional que “colocará todas as leis, instituições e práticas cristãs do governo em uma base legal inegável dentro da lei fundamental da terra”. Esse é o embrião da revolução religiosa, a porta de entrada para a união entre igreja e Estado.

Tal movimento se originou em Xenia, Ohio, em fevereiro de 1863, em uma convenção formada por 11 denominações religiosas diferentes, as quais se uniram para orar e conversar.

Para ser preciso, os líderes desse movimento negam com veemência qualquer propósito de união entre igreja e Estado. Mas uma frase aqui e outra ali escapa, revelando mais do que intencionam. Assim, na Convenção de Pittsburgh, o Dr. Stevenson afirmou:

“Por causa dos imensos donativos que recebe de políticos corruptos, a Igreja Católica Romana é praticamente a religião estabelecida da cidade de Nova York. Tais favores são concedidos sob o disfarce de uma aparente cordialidade pela religião. Propomos colocar a substância em lugar da sombra — afastar o falso por meio da substituição completa pelo verdadeiro.”

Há várias hipóteses que poderíamos analisar para descobrir a intenção dessas palavras. No entanto, visto que todas elas chegam à mesma conclusão, tal conclusão não é ambígua, nem duvidosa. O que pretendem é simplesmente que a Igreja Protestante se torne *de fato* estabelecida, assim como a Igreja Católica se encontra hoje, na prática. Isso é confirmado pela frase seguinte, que diz: “Não propomos nada de caráter sectário. Não queremos que nenhuma ramificação dos cristãos norte-americanos tenha vantagem sobre qualquer outra”.

O professor Blanchard se propõe a fazer uma definição do que querem dizer com “união entre igreja e estado” da seguinte maneira: “União entre igreja e Estado é quando a nação escolhe uma igreja para favorecer, escolhe seus líderes e supervisiona suas doutrinas. Nenhum de nós defende esse tipo de união. A uma união dessa natureza todos nós nos opomos”.

O leitor deve gravar bem esse fato. Aqui foi dada uma definição de união entre igreja e Estado que ninguém espera ou teme. Aliás, é uma definição impossível na condição atual das igrejas. E então se faz a alegação de que se opõem à união entre igreja e Estado! A uma combinação tão impossível quanto a que descrevem, podem seguramente dizer que se opõem. Mas a uma união entre igreja e Estado no sentido popular da expressão — uma união não de uma igreja específica, mas de todas as igrejas classificadas como ortodoxas ou evangélicas, uma união que não dá poder ao Estado para eleger os líderes das igrejas, nem para assumir a supervisão de suas doutrinas, mas, sim, que confere às igrejas o privilégio de impor, por meio de leis civis, instituições e práticas da religião, de acordo com a fé das igrejas ou de acordo com a interpretação imposta sobre essas instituições e práticas eclesiásticas –, a esse tipo de união afirmamos que eles não se opõem. Na essência e na prática, a despeito daquilo que professam, são defensores claros da união entre igreja e Estado.

Não estamos sozinhos nesse ponto de vista. O Sr. G. A. Townsend (*New World and Old*, p. 212) declara:

“Diversas vezes, igreja e Estado têm se misturado furtivamente na política norte-americana, como nas disputas sobre o ensino da Bíblia nas escolas públicas, o partido anticatólico de 1844, etc. Até aqui, nosso povo tem sido sábio o suficiente para respeitar os clérigos em todas as questões religiosas e para nutrir uma suspeita saudável de seu envolvimento da política. O mais recente *movimento político-teológico* [itálico acrescentado] é inserir o nome de Deus na Constituição.”

O periódico *Christian Union* [União cristã], de janeiro de 1871, disse:

“Se a emenda proposta for mais do que um jargão meramente sentimental, ela terá efeito *legal*. Isso alterará a situação do cidadão não cristão perante a lei. Afetará os juramentos e instrumentos legais, os contratos matrimoniais, as leis de direitos do consumidor do país e assim por diante. Isso seria um ultraje ao direito natural.”

O periódico *Gazette*, de Janesville, Wisconsin, na conclusão de um artigo sobre a emenda proposta, fala o seguinte sobre as consequências do movimento, caso seja bem-sucedido:

“Mas, independentemente da dúvida sobre até que ponto somos uma nação cristã, deve-se questionar, caso os cavalheiros que estão agitando essa questão alcancem êxito, se eles não causariam grande dano à sociedade. Tais medidas não passam de passos iniciais que, em última instância, conduzem a *restrições da liberdade religiosa* e a ações do governo no sentido de adotar medidas alheias a seu poder e seu propósito, o que seria o caso se ele se propusesse a determinar uma disputada questão de teologia.”

O periódico *Weekly Alta Californian*, de San Francisco, em 12 de março de 1870, afirmou:

“Os grupos que recentemente fizeram uma convenção com o propósito inovador de propor uma emenda à Constituição dos Estados Unidos reconhecendo a Divindade não expõem o caso de forma justa quando afirmam que é direito do povo cristão se governar de maneira cristã. Se não estamos nos governando de maneira cristã, como então o proceder de nosso governo pode ser designado? O fato é que esse movimento deseja promover neste país a união entre igreja e Estado que todas as outras nações estão tentando dissolver.”

O periódico *Journal*, de Champlain, ao falar sobre a incorporação do princípio religioso à Constituição e suas consequências sobre os judeus, afirmou:

“Por menor que seja, trata-se da porta de entrada para a união entre igreja e Estado. Se excluirmos mesmo que seja um pequeno número de pessoas dos direitos de cidadania por causa de diferença de crença religiosa, então, com igual justiça e adequação, a qualquer momento uma maioria poderá ditar a adoção de outros pontos de crença, até que nossa Constituição não passe de um livro doutrinário de uma denominação e, debaixo de seu domínio tirânico, *toda liberdade de opinião religiosa será aniquilada*.”

Têm circulado petições e protestos de forma ativa. Observadores astutos, que vinham olhando para o movimento com suspeita, esperando até o momento que não desse em nada,

agora confessam que “é imenso”. Nenhum movimento de igual magnitude de propósito cresceu e se tornou forte, angariando favor tão rapidamente quanto esse. Aliás, nada de igual magnitude já surgiu na mente norte-americana com o objetivo de remodelar toda a estrutura de nosso governo, dando-lhe um forte molde religioso, algo que os elaboradores de nossa Constituição tiveram a cautela de excluir. Não só pedem que a Bíblia, Deus e Cristo sejam reconhecidos na Constituição, como também desejam que o documento indique que esta é “uma nação cristã e que todas as leis, instituições e práticas cristãs do governo sejam colocadas sobre uma base legal inegável dentro da lei fundamental da nação”.

É claro que legislação apropriada se fará necessária para colocar em vigor tais emendas e alguém precisará decidir o que são “leis e instituições cristãs”. Com base naquilo que aprendemos de tais movimentos no passado em outros países e da mentalidade das igrejas nesta terra, bem como da natureza humana quando recebe poder subitamente, não esperamos nenhum bem desse movimento. Retiramos o trecho a seguir de um longo artigo do periódico *State Republican*, de Lansing, Michigan, sobre a Convenção de Cincinnati, realizada em 1872:

“Hoje há centenas e milhares de pessoas morais professando o cristianismo que não reconhecem a doutrina da Trindade e não reconhecem que Jesus Cristo ocupa a mesma posição de Deus. E há centenas e milhares de homens e mulheres que não reconhecem a Bíblia como a revelação de Deus. A tentativa de efetuar tal emenda à Constituição seria vista por uma grande minoria, e, quem sabe, uma maioria, de nossa nação como uma violação palpável da liberdade de consciência. Milhares de pessoas, se convocadas a votar em relação a tal emenda, hesitariam em votar contra Deus, embora talvez não creiam que a emenda seja necessária ou mesmo correta; e tais indivíduos votariam afirmativamente ou se absteriam. De todo modo, tal emenda poderia receber um voto afirmativo que, de modo nenhum, revelaria o verdadeiro sentimento do povo. E a mesma regra valeria no que diz respeito à adoção de tal emenda pelo Congresso ou pelo legislativo de três quartos dos Estados. Os homens que fazem da política uma carreira hesitariam em registrar o próprio nome contra a emenda constitucional proposta, defendida pelos líderes das grandes denominações religiosas da nação e endossada por homens como bispo Simpson, bispo McIlvaine, bispo Eastburn, presidente Finney, professor Lewis, professor Seelye, bispo Huntington, bispo Kerfoot, Dr. Patterson, Dr. Cuyler e muitos outros religiosos que são líderes em suas respectivas denominações.”

Entre os primeiros projetos de lei apresentados ao Congresso dos Estados Unidos em sua assembleia em dezembro de 1895, se encontrava essa mesma emenda religiosa da Constituição. Isso revela a persistência incansável com que a questão é pressionada.

Não são apenas os líderes das igrejas que se encontram comprometidos com esse movimento, mas também governadores, juízes e muitos dos homens de maior destaque do país podem ser vistos trabalhando em prol da emenda. Quem duvida do poder dos “líderes das denominações” para reunir a força de suas denominações a fim de apoiar essa obra assim que o pedirem? Não fazemos

nenhuma profecia para o futuro; não é necessário. Os acontecimentos se desenrolam nestes dias mais rápido do que nossa mente está preparada para processar. Ouçamos a advertência de “vigiar” e, confiando em Deus, preparemo-nos para as “coisas que sobrevirão ao mundo” (Lc 21:26).

Mas é possível perguntar como a questão dominical será afetada pela emenda Constitucional proposta. Resposta: o objetivo, ou, no mínimo, um dos objetivos dessa emenda é dar base legal para a instituição dominical, exigindo sua observância pela força da lei. Na convenção nacional realizada em Filadélfia em 18 e 19 de janeiro de 1871, a resolução a seguir foi uma das primeiras propostas feitas pela comissão diretiva:

“*Resolve-se* que, tendo em vista o poder controlador da Constituição para moldar o Estado, bem como a política nacional, é de imediata importância para a moral pública e para a ordem social obter tal emenda que indicará que esta nação é cristã, colocando todas as leis, instituições e práticas cristãs de nosso governo em uma inegável base legal dentro da lei fundamental da nação, sobretudo aquelas que garantem um juramento apropriado e que protegem a sociedade da blasfêmia, transgressão do sábado [*Sabbath-breaking*] e poligamia.

Ao se mencionar transgressão do sábado³ [*Sabbath*], a intenção é fazer referência à transgressão do domingo. Em uma convenção de defensores do domingo, reunida em 29 de novembro de 1870, em New Concord, Ohio, conta-se que um dos oradores disse: “A questão [da observância do domingo] está intimamente relacionada com o Movimento Nacional de Reforma; pois, sem que o governo conheça a Deus e honre Sua lei, não poderemos esperar que as corporações transgressoras do sábado sejam restringidas”. Mais uma vez, a ideia da imposição legal da observância do domingo ganha destaque. E o mesmo princípio se aplica igualmente a indivíduos.

Mais uma vez, o periódico *Press* [Imprensa], de Filadélfia, do dia 5 de dezembro de 1870, declarou que alguns parlamentares chegaram a Washington de trem no domingo, 4 de dezembro. A esse respeito, o jornal *Christian Statesman* [Estadista Cristão] comentou o seguinte (itálicos no original):

“1. Nenhum dos homens que assim viola o sábado está apto a ocupar qualquer posição oficial em uma nação cristã. [...]”

³ Nota cultural dos editores em língua portuguesa: Existe em língua inglesa duas palavras que podem ser traduzidas como “sábado” em português. A primeira é *Saturday*, que é o nome secular para o sétimo dia da semana. A segunda é *Sabbath*, termo bíblico hebraico que significa “descanso”, e encontrado no quarto mandamento e no decorrer de todas as Escrituras. Esta palavra é usada apenas em contexto religioso. Na cultura anglo-americana, o termo *Sabbath* pode se referir tanto ao sábado do sétimo dia [*Saturday*] quanto ao domingo [*Sunday*], o primeiro dia da semana, dependendo da convicção religiosa e teológica de cada um. Por causa desse uso indevido da palavra “sábado” para o domingo, e pelo fato de os nomes de origem pagã para os dias da semana em inglês (*Sunday, Monday*, etc.) não apresentarem uma sequência numérica dos dias da semana, como ocorre na língua portuguesa (segunda-feira, terça-feira, etc.), muitos norte-americanos erroneamente acreditam que o domingo, de fato, corresponde ao “sétimo dia” (ver o testemunho de Oprah Winfrey em: <https://www.youtube.com/watch?v=onuImgW8JE>). O leitor deve ficar atento, pois, em alguns momentos, a palavra “sábado” — tradução do inglês “Sabbath” — é usada nesta obra para se referir ao domingo como dia de descanso.

“2. O pecado desses parlamentares é de ordem nacional, pois a nação não lhes disse na Constituição, a lei suprema dos servidores públicos: “Nós os incumbimos de nos servir em conformidade com a lei superior de Deus”. Além disso, essas ferrovias transgressoras do sábado [domingo] são corporações criadas pelo Estado e submissas a ele. O Estado é responsável diante de Deus pela conduta dessas empresas que devem sua existência ao próprio Estado. Logo, cabe a ele restringi-las desse e de outros crimes. A transgressão do sábado por parte de qualquer empresa deveria resultar na perda imediata de seu alvará de funcionamento. E a Constituição dos Estados Unidos, com a qual todas as legislações estaduais devem permanecer em harmonia, deveria ter uma natureza tal que impedisse qualquer Estado de tolerar esse tipo de infração a uma lei moral fundamental.”

“3. Acrescentando-se à Constituição nacional o simples reconhecimento da lei de Deus como suprema sobre todas as nações, *todos os resultados descritos nesta nota seriam invariavelmente garantidos*. Que ninguém diga que o movimento não contempla fins suficientemente práticos.”

É igualmente significativo constatar que a agitação dominical está aparecendo em outros países simultaneamente ao movimento nos Estados Unidos. Quem é capaz de explicar por que o domingo parece estar adquirindo proeminência por toda parte, exceto por termos chegado ao momento designado pela profecia em que tal movimento seria visto? O jornal *Chronicle* [Crônica], de Chester, Inglaterra, no dia 9 de julho de 1881, relatou uma reunião de 3 mil pessoas em Liverpool a favor do fechamento de todo o comércio aos domingos. O jornal *Christian Statesman* de 22 de julho de 1880 informou sobre a criação de uma associação dos trabalhadores em prol do dia de descanso do Senhor na Inglaterra e contou que dois dos primeiros-ministros ingleses, Beaconsfield e Gladstone, haviam expressado sua opinião contra a abertura de museus, etc., aos domingos. A mesma política é colocada em prática pelo menos por alguns dos ingleses dentro de seus territórios. De acordo com o periódico *Christian Weekly* [Cristão Semanal], um dos primeiros atos do Marquês de Ripon, nomeado vice-rei da Índia em 1880, foi ordenar a proibição de qualquer tipo de trabalho oficial aos domingos.

Na França, a questão também foi debatida. Quando o senado parou para analisar algumas mudanças propostas nas leis dominicais, o proeminente senador M. Barthélemy Saint Hilaire, de acordo com o jornal francês *Le Christianisme au 19e Siècle*, de 11 de junho de 1880, abriu os olhos dos ouvintes demonstrando, por meio de argumentos claros, que o sétimo dia é o sábado da Bíblia, não o primeiro.

Na Suíça e na Alemanha, a mesma questão também foi apresentada ao povo. No segundo país, de acordo com o periódico *Independent* [Independente], de Nova York, alguns anos atrás foi realizado um encontro com cerca de 5 mil pessoas a fim de promover a observância mais rigorosa do domingo. Muitos dos participantes eram socialistas.

A Áustria também faz parte desse movimento generalizado. Um jornal nova-iorquino publicou o seguinte em janeiro de 1883:

“Um telegrama de Viena, Áustria, diz: ‘Hoje foi realizada uma reunião com 3 mil trabalhadores, na qual se fez uma resolução protestando contra o trabalho aos domingos. Também se tomou a resolução de tornar legal a proibição de trabalhos da imprensa e qualquer outro tipo nesse dia.’”

Há uma comissão local em prol do sábado [domingo] em muitas das grandes cidades e uma associação internacional do sábado [domingo] para garantir a cooperação de outras nações. Essa associação é sediada em Washington, D.C.

Outra organização, chamada União Norte-Americana do Sábado, surgiu para promover o movimento a favor da observância do domingo. E outras organizações de reforma apareceram com o mesmo propósito. Dentre elas, merece destaque a União de Temperança das Mulheres Cristãs, que possui grande força nos Estados Unidos e muitas filiais em outras terras também. Essa organização, tendo em vista, a princípio, o objetivo específico da reforma da temperança, agora acrescentou à sua intenção declarada a entronização de Cristo na política norte-americana, a fim de obter a instauração da teocracia nesta terra, bem como a melhor observância do domingo. Nesta teocracia, caso fundada, é claro, os líderes teológicos atuariam como intérpretes da vontade de Cristo, e suas decisões seriam impostas sobre todas as pessoas pela lei civil. E o que seria isso, senão o papado revivido, muito bem chamado na profecia de uma “imagem” à besta?

O que esses reformadores da nação desejam e objetivam conseguir com sua campanha foi expresso por um dos secretários da referida associação, F. M. Foster, no periódico *Christian Statesman*, em outubro de 1892. Ele afirmou:

“Mas um perigo repousa nisto: a igreja não fala como igreja. A União Norte-Americana do Sábado tem feito uma boa obra. As denominações têm falado. Mas a igreja cristã organizada não foi oficialmente a Washington se posicionar. A obra lá tem sido delegada demais a associações. Mas a voz de Deus, oficial e repleta de autoridade, vem da igreja. Não deveria haver ação conjunta das denominações a esse respeito? Parece-nos que elas deveriam designar uma comissão conjunta para falar em nome de Deus. Se isso for feito com propriedade e coragem, podem-se seguir os melhores resultados. [...] Muito se perde quando a igreja falha em falar *oficialmente* na hora certa e no lugar certo. Nenhuma associação se encontra revestida dessa autoridade. Elas são de ordem individual e social; *mas a igreja é divina*. Ela pode e deve expressar a voz de Deus pelos corredores do Congresso como igreja organizada.”

Os *itálicos* se encontram no original; mas outras declarações do trecho acima merecem a mesma ênfase. Pode-se muito bem perguntar se palavras mais arrogantes e pomposas foram expressas antes do estabelecimento do papado. Aquilo que reclamam não ter obviamente é o que intencionam alcançar. E olhe para o quadro: a igreja (isto é, as diferentes denominações, unidas em torno dos dogmas defendidos em comum e representadas por uma “comissão conjunta” — uma autoridade central) é divina, e aí de quem divergir da autoridade de uma *igreja divina!* Foi exatamente isso que Roma disse em seus dias mais cheios de masmorras, estacas e sangue.

É isso que diria hoje caso tivesse poder. E é isso que o protestantismo apostatado dirá quando tiver poder! Essa “comissão conjunta” “falará em nome de Deus”, “proferirá a voz de Deus” (uma segunda vice-gerente do Altíssimo, título hoje reivindicado como monopólio do papa) e dará ao Congresso, *com autoridade e de maneira oficial*, as *ordens de Deus*, para que as cumpra! São para esses planos sombrios que tais homens estão agora trabalhando. Que tristeza que a concretização dessa obra seja agora uma possibilidade alcançável bem diante dos olhos deles! Será que Roma já pediu por mais do que isso? E quando esses supostos porta-vozes de Deus alcançarem seu alvo, não teremos Roma novamente sob um manto protestante — a própria imagem da besta?

Outro passo significativo e alarmante rumo à realização desses maus desígnios é a posição que assumiu o grande movimento do “Esforço Cristão” [*Christian Endeavor*], que cresceu para milhões de membros nos últimos anos e consiste em um canal comum por meio do qual todas as denominações podem trabalhar. As funções políticas dessa grande organização giram em torno de uma “Liga de Cidadania Cristã”, a qual se gaba de que terá, no futuro, filiais em todos os Estados, municípios, todas as cidades, vilas e todos os povoados dos Estados Unidos, com a única finalidade de colocar homens cristãos em cargos políticos. Que “conversões” extraordinárias acontecerão! Quantos políticos se tornarão “cristãos” e como o milênio chegará mais rápido! Na convenção do grande Esforço Cristão, realizada em Boston, Massachusetts, de 10 a 15 de julho de 1895, W. H. McMillan, conforme registrado nos Anais publicados, página 19, disse:

“Aqui está um poder que arrancará o controle dos negócios públicos das mãos de demagogos políticos e o colocará nas mãos Daquele que é Rei sobre tudo e governa o mundo com justiça. Nossos líderes políticos têm contado com votos de bar, votos de analfabetos, votos das donas de casa e todos os outros elementos até aqui em sua busca por probabilidades. Mas ainda não aprenderam a contar com os votos do Esforço Cristão. Quero deixá-los avisados de que está se aproximando o tempo em que descobrirão que ocorreu uma revolução política e que sairão de Washington e das capitais de nossos estados para voltar para casa sem emprego.”

Aplausos entusiasmados ecoaram na convenção diante de tais posicionamentos. Não é difícil prever a consequência de tudo isso, pois tais ideias foram proferidas pensando naquela classe de homens entre os quais o Esforço Cristão pretende fazer “o maior bem”, isto é, entre o grupo de políticos comuns, os quais, quando ameaçados com um boicote, se transformam nos mais abjetos bajuladores da face da Terra.

Nada disso, porém, teria efeito algum se aqueles que são verdadeiramente patriotas de coração acordassem para esse perigo antes de se comprometerem com movimentos cujas consequências é impossível antever, e se as duas casas do Congresso se mantivessem fiéis à Constituição que juraram defender, pois tal movimento não é nada menos que uma subversão desse nobre instrumento.

Mas infelizmente o Congresso já deu as costas a seu sagrado encargo, adulando a influência da igreja, que cresce com tanta rapidez. Quando os administradores da Feira Mundial de 1893, em Chicago, pediram ao Congresso uma verba para o evento, os religiosos usaram sua influência

sobre os legisladores nacionais e os induziram a permitir a concessão de fundos sob a condição de que os portões da feira se fechassem aos domingos. Ao propor esse ponto, uma cena extremamente notável aconteceu. Um senador solicitou uma Bíblia e pediu ao funcionário que lesse o quarto mandamento do decálogo. Depois disso, os sérios congressistas discutiram e, por fim, decidiram por votação que o dia ordenado pelo mandamento como sábado é o *domingo*!

Eles legislaram sobre uma questão religiosa, algo que a Constituição proíbe terminantemente (ver Primeira Emenda). Isso quebrou as barreiras contra a união entre igreja e Estado, abrindo as portas para a enxurrada de todos os males que invariavelmente acompanham tal união. Os clérigos favoráveis a emendas religiosas saudaram o acontecimento como um grande triunfo e agora se vangloriam abertamente de que o Congresso está em suas mãos e podem induzi-lo a fazer o que desejam. Quão distante, então, se encontra a “imagem” cujo surgimento as Escrituras predisseram? As linhas gerais de todos os elementos necessários para sua criação estão se desenrolando com a maior clareza. Todos os agentes suficientes para um ataque aos baluartes da liberdade norte-americana estão sendo rapidamente alistados e manobrados. Os postos já foram posicionados. E enquanto estas páginas vão para o prelo, os líderes dessa revolução fatal clamam mais uma vez em volta da cidadela da força da nação. Basta apenas mais um passo para destituir a nação por completo de sua elevada comissão como conservadora dos princípios do evangelho, a saber, “dar a César o que é de César e dar a Deus o que é de Deus”, para, em vez disso, formar e promover uma tirania religiosa que agrilhoará a consciência das pessoas e esmagará a liberdade de alma entre o povo. Essa tirania será muito mais perversa do que qualquer outra que a antecedeu, pois os indivíduos agora têm mais luz e toda a experiência do passado para guiá-los.

Já ficou evidente qual será o desdobramento prático dessas mudanças. Nos livros de estatutos da maioria dos Estados da União podem ser encontradas leis dominicais. E à medida que o debate em favor do sétimo dia aumenta, radicais religiosos não hesitam em usar essas leis para colocar a máquina da perseguição em funcionamento. Os guardadores do sétimo dia não manifestam rebeldia a essas leis ao trabalharem aos domingos, uma vez que a superior lei de Deus lhes dá o direito inalienável de fazê-lo. E cuidadosamente se abstêm de perturbar os outros ou de atrapalhar seus direitos por meio de trabalho tumultuoso e ofensivo. No entanto, a prática é interpretada como “perturbação” se forem *vistos* trabalhando em algum lugar, ou mesmo se ficarem sabendo que trabalham, mesmo *sem serem vistos* ou *ouvidos*. Se não houver outra maneira de serem detectados, são perseguidos por ministros ou membros das igrejas, ou ainda pela polícia, agindo sob a orientação desses. Seguem-se então apreensão, condenação e pena mediante multa, prisão ou trabalhos forçados acorrentados a outros detentos. Até 1º de janeiro de 1896, 90 prisões desse tipo haviam sido feitas, algumas delas em circunstâncias de grande opressão e crueldade. Os prisioneiros sofreram, em somatória, quase 1.500 dias em prisões e trabalhos forçados. E da janela de algumas cadeias, os que foram confinados por longas penas por não descansarem aos domingos podiam contemplar, aos domingos, trens cheios de operários indo trabalhar, pessoas se divertindo em piqueniques, caçadores atrás dos animais e trens seguindo sua rota. No entanto,

observa-se, estes últimos não são guardadores do sétimo dia. Anos atrás, os reformadores nacionais riram da apreensão daqueles que guardavam o sétimo dia, temerosos de que a obra daqueles resultasse em perseguição. Agora eles esboçam um sorriso um pouco mais sombrio e exigem leis mais rígidas — para as pessoas que guardam o sétimo dia.

A maioria dos governos estaduais têm na constituição, ou na “Declaração de Direitos” que adotaram, provisões que garantem a mais plena liberdade religiosa. Assim se identifica, de imediato, a grande inconsistência de legislar sobre questões religiosas nessas circunstâncias, enquanto a traição de oprimir o povo por questões de opinião se faz sentir com toda força nesses lugares. Recorre-se a toda invenção que se pode conceber para fazer aparentar que não se trata de perseguição religiosa, mas, sim, apenas de uma questão de obediência à lei civil. Uma dessas invenções é que o domingo é apenas uma instituição civil e sua vigência não passa de uma regra política, uma exigência civil necessária para o bem público. Mas isso é impossível, pois todos sabem que o domingo, em sua origem, história e até natureza, é uma instituição religiosa. Nenhum argumento em seu favor seria feito, não fosse sua base religiosa. Portanto, qualquer decreto que o imponha à força e por pena de lei consiste em legislação e opressão religiosas.

Mas se existe uma lei sobre o assunto, ela não deveria ser obedecida até que revogada? Toda lei que não interfere em questões de consciência, mesmo que se torne inaceitável ao povo, deve ainda assim ser obedecida, até ser alterada ou revogada. Mas as leis dominicais são um problema para a consciência do guardador de outro dia e, por esse motivo, não pode “recair igualmente sobre todos”. E nenhum cristão verdadeiro pode tornar sua obediência a Deus dependente da permissão de seus compatriotas. Pode-se argumentar ainda: em um país como os Estados Unidos, as maiorias não dominam? E suas decisões não devem ser obedecidas? E a resposta mais uma vez é: “Sim, em tudo, menos nas questões de consciência”. “Dai [...] a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22:21). Os seres humanos podem legislar para proteger os direitos mútuos de todos os membros da sociedade, mas não têm permissão para ir além disso. E nisso, nunca podem infringir os direitos da consciência de outros, pois uma “boa consciência” (1Pd 3:21) jamais invadiria os direitos dos outros, como no caso da poligamia dos mórmons e dos sacrifícios humanos dos pagãos.

Os fundadores da república norte-americana nunca tiveram a intenção de que surgisse qualquer problema com questões de consciência por causa das leis da terra; mas permitiram que o princípio maligno de leis religiosas permanecesse em sua estrutura política, princípio que certamente ganharia vida na primeira oportunidade. Com o desenvolvimento da verdade religiosa, hoje se descobriu que tais leis proíbem os seres humanos de obedecer àquilo que a Bíblia deles requer, entrando assim em conflito com seus direitos inalienáveis. Portanto, o cristão não pode obedecer a essas leis, e o governo, para ser fiel a seus professos princípios, deveria eliminá-las dos códigos legislativos onde quer que se encontrem. Mas isso o clero político-religioso não permite; e a nação se encontra condenada, pois está se aliando ao despotismo religioso do passado, e o

clamor dos filhos de Deus sofrendores subirá: “Já é tempo, SENHOR, para intervires, pois a Tua lei está sendo violada” (Sl 119:126).

E essa obra não se restringe aos Estados Unidos. Na Suíça, por meio da aplicação mal-intencionada de uma suposta “lei das fábricas” a favor do domingo, as autoridades fecharam a grande publicadora dos adventistas do sétimo dia, embora os exercícios das tropas de Estado e a prática de tiro ao alvo sejam realizados aos domingos com todos os acompanhamentos no campo que fica bem em frente do prédio da editora. Isso se repetiu em Londres, onde o escritório do periódico adventista do sétimo dia *The Present Truth* [A Verdade Presente] foi fechado pelas autoridades por causa do mesmo motivo.

Embora, de acordo com a profecia, a “imagem” precise ser encontrada apenas nos Estados Unidos, a adoração à besta prevalecerá em outros países também, pois o mundo inteiro se maravilhará, seguindo a besta.

Alguém pode dizer agora: ao aguardar a concretização desse movimento, é preciso procurar um período de perseguição religiosa nos Estados Unidos; não, mais do que isso, é preciso defender a opinião de que os santos de Deus serão mortos; pois a imagem deve provocar a morte de todos aqueles que não a adorarem.

Por cerca de 50 anos, um período de perseguição tem sido esperado e predito. Ele já começou e está demonstrando a correção da aplicação da profecia conforme apresentada nesta obra. Mas não se conclui, de maneira nenhuma, que todos serão condenados à morte, nem acreditamos que isso ocorrerá a muitos, embora um decreto para essa finalidade será promulgado. Conforme o profeta declara em outra parte, Deus não abandona Seu povo para ser derrotado nesse terrível conflito, mas concede vitória total sobre a besta, sua imagem, sua marca e o número de seu nome (Ap 15:2). Lemos ainda, a respeito desse poder terreno, que ele “faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita, ou sobre a fronte” (Ap 13:16). No entanto, Apocalipse 20:4 revela que o povo de Deus *não* recebe a marca, nem adora a imagem. Então, se ele pode “fazer” com que todos recebam a marca, mas nem todos de fato a recebem, de maneira semelhante, ao fazer morrer todos quantos não adoram a imagem não significa necessariamente que a vida de todos será tirada.

Mas como isso pode acontecer? Resposta: sem dúvida, o trecho fica dentro da regra de interpretação segundo a qual às vezes os verbos de ação significam meramente a vontade e a iniciativa de fazer o ato em questão, não o desempenho real daquilo que é especificado. O falecido George Bush, professor de hebraico e literatura oriental na universidade da cidade de Nova York, deixa essa ideia bem clara. Em seus comentários sobre Êxodo 7:11, ele diz:

“É um cânon de interpretação de uso frequente na exposição das sagradas Escrituras que os verbos de ação às vezes significam meramente a *vontade* e o *empenho* de fazer o ato em questão. Assim, em Ezequiel 24:13 (ARC) encontramos: ‘pois te purifiquei, e tu não te purificaste’, ou seja, Eu me esforcei em te purificar, lancei mão de meios para isso, tive o desejo de fazê-lo, ou “Eu quis purificar-te” (ARA). João 5:44: ‘Como podeis crer, vós os que aceitais glória uns dos outros’, isto é, que procuram receber.

Romanos 2:4: ‘A bondade de Deus é que te *conduz* ao arrependimento’, ou seja, se esforça ou tende a te conduzir. Amós 9:3: ‘Se dos Meus olhos se ocultarem no fundo do mar’, isto é, embora desejem se ocultar. 1 Coríntios 10:33 (ARC): ‘Em tudo agrado a todos’, ou seja, me esforço por agradar, ou “procuro, em tudo, ser agradável a todos” (ARA). Gálatas 5:4 (ARC): ‘Vós os que vos justificaís pela lei’, isto é, tentam ser justificados, ou “procurais justificar-vos na lei” (ARA). Salmo 69:4: ‘São poderosos os Meus destruidores’, isto é, aqueles que tentam me destruir.

O mesmo ocorre na passagem em análise. Ele faz que todos recebam uma marca e faz morrer todos que não adoram a imagem; isto é, deseja, tem o propósito e procura fazer isso. Ele faz tal decreto, aprova essa lei, mas não é capaz de executá-la, pois Deus intervém em favor de Seu povo. E assim aqueles que guardaram a palavra da perseverança de Cristo são preservados de cair nessa hora de tentação, de acordo com Apocalipse 3:10. Dessa maneira, aqueles que transformaram Deus em seu refúgio são livrados de todo mal e nenhuma praga chega a sua tenda, segundo Salmo 91:9-10. Todos aqueles cujo nome se encontra escrito no livro são libertos, de acordo com Daniel 12:1. E, sendo vitoriosos sobre a besta e sua imagem, são redimidos dentre os seres humanos e erguem um cântico de triunfo perante o trono de Deus, segundo Apocalipse 14:2-4.

O opositor pode dizer ainda: “Vocês são crédulos demais para supor que as massas de nosso povo, compostas por muitos indiferentes ou abertamente contrários aos dogmas da religião, serão levadas a favorecer de tal modo a observância religiosa do domingo que uma lei geral será promulgada para esse fim.

Respondemos: a profecia precisa se cumprir e, se ela requer uma revolução como essa, pode ter certeza de que ela acontecerá.

Entendemos que receber a marca da besta na testa é concordar, com a mente e o juízo, com sua autoridade na adoção da instituição que constitui a marca. De maneira semelhante, receber a marca na mão significa lealdade por meio de algum ato externo.⁴

VERSÍCULO 18. Aqui está a sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis.

O número da besta. A profecia conta que o número da besta “é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis” (666). Alguns tentam encontrar o número da palavra *Lateinos*, o reino “latino”. Assim, por meio de uma regra que não entendemos, fazem o L representar 30; A simbolizar 1; T equivaler a 300; E, a 5; I, a 10; N, a 50; O, a 70; e S, a 200; tais números, somados, totalizam 666. Essa maneira de derivar o número do nome deve ser considerada uma mera conjectura, uma vez que nomes capazes de formar o número desse mesmo modo podem ser encontrados em quantidade praticamente ilimitada. No entanto, cremos que identificamos uma séria objeção ao nome sugerido. A profecia diz que o número é de homem. E se deve ser

⁴ Para uma exposição bem mais detalhada sobre essa parte da profecia, ver as obras intituladas *The United States in the Light of Prophecy* [Os Estados Unidos à Luz da Profecia] e *The Coming Conflict* [O Conflito Vindouro], publicadas pelo escritório da *Review and Herald* em Battle Creek, Michigan.

extraído de um nome ou título, a conclusão natural seria que precisa ser um nome ou título de algum ser humano em particular. Nesse caso, porém, encontramos o nome de um povo ou reino, não de “um homem”, como fala a profecia.

O nome mais plausível que já vimos ser sugerido para conter o número da besta é o título que o papa aplica a si próprio e permite que outros usem para designá-lo. Esse título é: *Vicarius Filii Dei*, “Vice-gerente do Filho de Deus”. Tirando as letras desse título que os latinos usavam como numerais e lhes atribuindo o valor numérico, chegamos exatamente a 666. Dessa maneira temos: V, 5; I, 1; C, 100 (*a* e *r* não eram usados como numerais); I, 1; U (antigamente o mesmo que V), 5; (*s* e *f* não eram usados como numerais); I, 1; L, 50; I, 1; I, 1; D, 500; (*e* não era usado como numeral); I, 1. Fazendo a somatória de todos esses números, encontramos o resultado 666.

O trecho a seguir a esse respeito vem de uma obra chamada *The Reformation* [A Reforma], datando de 1832:

“Sra. A., disse Srta. Emmons, ‘eu vi um fato muito curioso um dia desses; refleti muito sobre o assunto e vou mencioná-lo. Uma pessoa, nos últimos tempos, estava assistindo a uma cerimônia da igreja romana. À medida que o papa passou por esse indivíduo na procissão, esplendidamente trajado em suas vestes pontificais, os olhos do cavalheiro se demoraram nas letras brilhantes, em caixa alta, na frente de sua mitra: ‘VICARIUS FILII DEI’, o Vicário do Filho de Deus. Seus pensamentos, com a rapidez de um relâmpago, se voltaram para Apocalipse 13:18”. “Você pode abrir nessa passagem?” perguntou a Sra. A. Alice abriu o Novo Testamento e leu: “Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis”. Ela pausou e a Srta. Emmons falou: “Ele pegou o lápis e, marcando as letras numéricas da inscrição, percebeu que ela representava 666.”

Aqui de fato temos o número de um homem, a saber, o “homem da iniquidade”. E é um tanto quanto singular, talvez providencial, que ele tenha escolhido um título que revela o caráter blasfemo da besta e então pedir que fosse inscrito em sua mitra, como se estivesse se marcando com o número 666. O trecho acima sem dúvida se refere a um papa em uma ocasião particular. É possível que outros papas não usem o título gravado na mitra, conforme declarado. Mas isso não afeta a aplicação em nada, pois todos os papas assumem ser o “Vicário de Cristo” (ver o termo “vicar” [Vicário] no dicionário Webster, ou “vigário” no dicionário Aurélio); e as palavras latinas expressas acima são as que designam esse título na fórmula “vicário do Filho de Deus”. E seu valor numérico é 666.

Assim termina o capítulo 13, deixando o povo de Deus com os poderes da Terra em conspiração mortal contra ele, sujeito a decretos de morte e exclusão da sociedade por defender a verdade. O espiritismo, na época especificada, estará operando as mais impressionantes maravilhas, enganando o mundo inteiro, com exceção dos eleitos (Mt 24:24; 2Ts 2:8-12). Essa será a “hora da provação” que sobrevirá como teste final a todo o mundo, a fim de provar aqueles que habitam sobre a Terra, conforme mencionado em Apocalipse 3:10. Qual é o desfecho desse conflito? Essa

importante pergunta não fica sem resposta. Os cinco primeiros versículos do capítulo seguinte, que deveriam ter sido numerados como parte deste, completam a cadeia desta profecia e revelam o triunfo glorioso dos defensores da verdade.



APOCALIPSE 14 — AS TRÊS MENSAGENS ANGÉLICAS



**“É CHEGADA A HORA DO SEU JUÍZO”, “BABILÔNIA CAIU”,
“OS MANDAMENTOS DE DEUS E A FÉ EM JESUS”.**

VERSÍCULO 1. Olhei, e eis o Cordeiro em pé sobre o monte Sião, e com Ele cento e quarenta e quatro mil, tendo na frente escrito o Seu nome e o nome de Seu Pai. **2.** Ouvi uma voz do Céu como voz de muitas águas, como voz de grande trovão; também a voz que ouvi era como de harpistas quando tangerem a sua harpa. **3.** Entoavam novo cântico diante do trono, diante dos quatro seres vivos e dos anciãos. E ninguém pôde aprender o cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil que foram comprados da Terra. **4.** São estes os que não se macularam com mulheres, porque são castos. São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá. São os que foram redimidos dentre os homens, primícias para Deus e para o Cordeiro; **5.** e não se achou mentira na sua boca; não têm mácula.

Uma característica agradável da palavra profética é que o povo de Deus nunca é colocado em uma posição de provas e dificuldades para ser abandonado ali. Quando os fiéis são levados a cenas de perigo, a voz da profecia não cessa, deixando-os sós para adivinhar seu destino, com dúvidas, talvez em desespero, sem saber qual será o resultado final. Em vez disso, a palavra profética os conduz até o fim, mostrando o desfecho de cada conflito. Os cinco primeiros versículos de Apocalipse 14 são um exemplo disso. O capítulo 13 encerra com o povo de Deus, um grupo pequeno e aparentemente fraco, em um conflito mortal contra os mais fortes poderes da Terra que o dragão consegue recrutar para seu serviço. Um decreto é aprovado, apoiado pelo poder supremo da Terra, dizendo que devem adorar a imagem e receber a marca, sob pena de morte caso se recusem a se submeter. O que o povo de Deus pode fazer em um conflito desse tipo, em uma situação tão extrema? O que será dele? Olhando para o futuro junto com o apóstolo na próxima cena mostrada, o que contemplamos? O mesmo grupo de pé no monte Sião com o Cordeiro — um grupo vitorioso, tocando, em harpas harmoniosas, canções sobre seu triunfo na corte celeste. Dessa maneira, recebemos a certeza de que, quando chegar a hora de nosso conflito com os poderes das trevas, o livramento não só é garantido, como também será imediatamente concedido.

Há fortíssimas razões para crer que os 144 mil vistos no monte Sião são os santos que haviam acabado de receber destaque como alvos da ira da besta e de sua imagem.

1. Eles são os mesmos que aqueles que foram selados em Apocalipse 7, os quais já se demonstrou que serão os justos vivos por ocasião da segunda vinda de Cristo.

2. Eles são os vencedores do sexto estágio da igreja, Filadélfia (ver Ap 3:11-12).

3. Eles são os “redimidos dentre os homens” (versículo 4), expressão que só pode ser aplicada àqueles que serão trasladados dentre os vivos. Paulo labutou de todas as maneiras para alcançar a ressurreição dentre os mortos (Fl 3:11). Essa é a esperança daqueles que dormem em Jesus — ressuscitar dos mortos. A redenção dentre os homens, dentre os vivos, deve significar algo diferente e só pode fazer menção a uma coisa, a saber, à trasladação. Logo, os 144 mil são os santos vivos que serão trasladados por ocasião da segunda vinda de Cristo (ver os comentários sobre o versículo 13 e a nota ali).

Em qual monte Sião João vê esse grupo de pé? O monte Sião do alto, pois a voz dos harpistas, que, sem dúvida, é entoada por eles mesmos, é ouvida do Céu. O mesmo Sião do qual o Senhor ergue Sua voz ao falar com Seu povo bem perto da vinda do Filho do Homem (Jl 3:16; Hb 12:26-28; Ap 16:17). Uma consideração honesta sobre o fato de que existe um monte Sião no Céu e uma Jerusalém seria um poderoso antídoto para a alucinação da doutrina conhecida como “A Era por Vir”.

Mais alguns detalhes acerca dos 144 mil, além dos já mencionados no capítulo 7, serão apresentados nos breves comentários a seguir:

1. Eles têm o nome do Pai do Cordeiro na frente. O capítulo 7 afirmou que eles tinham o selo de Deus na frente. Um elemento importante para compreender o selo de Deus é fornecido, pois percebemos, de imediato, que o Pai considera que Seu nome é o selo. O mandamento da lei que contém o nome de Deus é, portanto, o selo da lei. O mandamento do sábado é o único com essa característica, isto é, contém o título descritivo que distingue o Deus verdadeiro de todos os falsos deuses. Onde quer este nome fosse posto, afirma-se que o nome do Pai ali estava (Dt 12:5, 14, 18, 21; 14:23; 16:2, 6, etc.). Em consequência, todo aquele que guarda esse mandamento tem o selo do Deus vivo.

2. Eles cantam um novo cântico que nenhum outro grupo é capaz de aprender. Em Apocalipse 15:3, a música é chamada de cântico de Moisés e do Cordeiro. Conforme se pode ver pela referência a Êxodo 15, o cântico de Moisés foi o hino de sua experiência e de seu livramento. Logo, o cântico dos 144 mil conta a história de seu livramento. Ninguém mais pode cantá-lo, pois nenhum outro grupo teve uma experiência como a deles.

3. Eles não se macularam com mulheres. Nas Escrituras, mulher é símbolo de igreja. Uma mulher virtuosa representa uma igreja pura, ao passo que uma mulher corrupta simboliza uma igreja apóstata. Portanto, uma das características desse grupo é que, no momento de seu livramento, eles não se macularam, ou seja, não têm nenhuma conexão com as igrejas caídas da Terra. No entanto, não devemos entender que eles nunca tiveram nenhuma ligação com essas igrejas, pois é somente por determinado período que as pessoas se tornam maculadas por elas. Em Apocalipse 18:4, encontramos um chamado dirigido ao povo de Deus enquanto este se encontra em Babilônia, para que saia, *a fim de não* se tornar participante de seus pecados. Ao dar ouvido a esse chamado e deixar sua associação com Babilônia, os justos escapam da contaminação de seus pecados. O mesmo pode ser dito a respeito dos 144 mil. Embora alguns deles possam ter nutrido



O EVANGELHO ETERNO

APOCALIPSE 14:6

alguma espécie de ligação com igrejas corruptas, eles cortam tal relacionamento quando mantê-lo se tornaria pecado.

4. Eles seguem o Cordeiro onde quer que Ele vá. Entendemos que essa é uma menção a seu estado redimido. São os companheiros especiais de seu Senhor glorificado no reino. Apocalipse 7:17, ao falar sobre o mesmo grupo na mesma época, diz: “pois o Cordeiro que Se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida”.

5. Eles são as “primícias” para Deus e para o Cordeiro. Esse termo parece ser aplicado a pessoas diferentes, a fim de denotar sua condição especial. Cristo é as primícias no sentido de ser o antítipo do molho movido perante o Senhor. Os primeiros que aceitaram o evangelho são chamados por Tiago (1:18) de uma espécie de primícias. Assim, os 144 mil, amadurecendo para a colheita celestial aqui na Terra durante as cenas turbulentas dos últimos dias, ao serem trasladados ao Céu sem passar pela morte e ocuparem uma posição de proeminência, são chamados, com toda justiça, de primícias para Deus e para o Cordeiro. Com essa descrição dos 144 mil triunfantes, a linha profética que inicia no capítulo 12 chega ao fim.

VERSÍCULO 6. Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a Terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, 7. dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas. 8. Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição. 9. Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, 10. também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da Sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. 11. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. 12. Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.

A primeira mensagem. Outra cena e outra cadeia de acontecimentos proféticos é introduzida nestes versículos. Sabemos disso porque os versículos anteriores do capítulo falam sobre um grupo de remidos em condição de imortalidade, cena que forma parte da cadeia profética que havia iniciado no primeiro versículo do capítulo 12 e com a qual a cadeia de acontecimentos se encerra, pois nenhuma profecia vai além do estado imortal. E sempre que, em uma linha profética, somos levados até o fim do mundo, sabemos que ela termina ali e o que vem em seguida pertence a uma nova série de eventos. O Apocalipse, em particular, é formado por essas cadeias proféticas independentes, conforme já foi explicado. Encontramos diversos exemplos desse fato antes do caso em questão.

As mensagens apresentadas nestes versículos são conhecidas como as “três mensagens angélicas” de Apocalipse 14. Temos justificativa em aplicar a elas os numerais ordinais primeira, segunda e terceira por causa da própria profecia em si. O último mensageiro é distintamente chamado de “terceiro anjo”. Conclui-se então que o anterior era o *segundo* e o que veio antes dele, o *primeiro*.

Fica evidente que tais anjos são simbólicos, pois a obra atribuída a eles é pregar o evangelho eterno às pessoas. Mas a pregação do evangelho não foi confiada a anjos literais. Ela foi entregue aos seres humanos, que receberam a responsabilidade por esse sagrado encargo. Logo, cada um dos três anjos simboliza um grupo de mestres religiosos, comissionados a tornar conhecidas às outras pessoas as verdades especiais que constituem o cerne das respectivas mensagens.

Mas devemos analisar ainda que os anjos, de maneira literal, se encontram profundamente interessados na obra da graça em meio aos seres humanos, sendo enviados para ministrar a todos aqueles que serão herdeiros da salvação. E como há ordem em todos os movimentos e em todas as missões do mundo celestial, não é estranho imaginar que um anjo literal tenha recebido a incumbência de supervisionar a obra de cada mensagem (Hb 1:14; Ap 1:1; 22:16).

Nesses símbolos, identificamos um contraste marcante que a Bíblia traça entre as coisas terrenas e celestiais. Sempre que governos terrenos são representados — até mesmo o melhor deles —, o símbolo mais apropriado que se pode encontrar é uma besta selvagem cruel e voraz. Mas quando a obra de Deus recebe destaque, um anjo, revestido de beleza e poder, é usado para simbolizá-la.

A importância da obra mencionada nos versículos citados acima fica evidente para qualquer um que se propuser a estudá-los com atenção. Sempre que chega o momento dessas mensagens, e são proclamadas, elas devem, naturalmente, constituir o grande tema de interesse daquela geração. Não queremos dizer com isso que a grande massa da raça humana viva em cada período lhes dará atenção; pois em todas as eras do mundo, a verdade presente para seu tempo geralmente é negligenciada. Mas tais mensagens constituirão o tema que as pessoas prestariam a mais ávida atenção se estivessem despertas para aquilo que representa seu mais elevado interesse. Quando Deus ordena a Seus ministros que anunciem ao mundo que chegou a hora de Seu juízo, que a grande Babilônia caiu e que todo aquele que adorar a besta e sua imagem deve beber da ira de Deus derramada sem mistura no cálice de Sua indignação — uma ameaça mais terrível que qualquer outra encontrada nas Escrituras da verdade —, ninguém, a menos que arrisque a própria alma, pode contemplar tais advertências como se não fossem essenciais, tratando-as com negligência e desconsideração. Daí a necessidade do mais profundo interesse em todas as eras, sobretudo no tempo presente, no qual tantas evidências para a breve vinda da crise final da Terra podem ser vistas, a fim de compreender a obra do Senhor e não perder o benefício da verdade presente.

O anjo de Apocalipse 14:6 é chamado de “outro anjo” pelo fato de João já ter visto antes um anjo voando no céu de maneira semelhante, conforme descrito em Apocalipse 8:13, proclamando que as três últimas das sete trombetas eram ais. Isso aconteceu perto do fim do sexto século (ver os comentários sobre Apocalipse 8:12).

O primeiro ponto a ser determinado é a cronologia dessa mensagem. Quando se pode esperar de maneira consistente a proclamação de que “é chegada a hora do Seu juízo”? A mera possibilidade de que seja em nossos dias torna muito propício examinar essa questão com grande atenção. Mas a grande probabilidade, ou melhor, a prova garantida de que essa é a realidade, a qual transparecerá no desenvolvimento deste argumento, deve levar toda veia a pulsar e todo coração a bater com a forte sensação da empolgante importância dessa hora.

Só há três posições possíveis a respeito da questão da cronologia desta profecia; e, conforme é de se esperar, cada uma delas é defendida por comentaristas diferentes. Tais posições são: 1) esta mensagem foi dada no passado; em primeiro lugar, nos dias dos apóstolos; ou, em segundo lugar, na época dos reformadores; 2) ela será proferida em uma era futura; ou 3) ela pertence à presente geração.

Podemos investigar, em primeiro lugar, a respeito do passado. A própria natureza da mensagem impede a ideia de ter sido proclamada nos dias dos apóstolos. Eles não proclamaram que a hora do juízo de Deus havia chegado. Se tivessem feito isso, não seria verdadeiro e sua mensagem ficaria estampada com a infâmia da falsidade. De fato, eles tinham algo a dizer acerca do juízo, mas apontavam para um cumprimento no futuro indefinido. Em Mateus 10:15; 11:21-24, uma citação das palavras do próprio Cristo atribui o julgamento de Sodoma e Gomorra, Tiro, Sidom, Corazim e Cafarnaum a um momento no futuro indefinido a partir daquela época. Paulo declarou aos supersticiosos atenienses que Deus havia designado um dia no qual julgaria o mundo (At 17:31). Dissertou com Félix “acerca da justiça, do domínio próprio e do Juízo vindouro” (At 24:25). Escreveu aos romanos, direcionando a mente para o futuro, para o dia em que Deus julgaria os segredos dos homens por intermédio de Jesus Cristo (Rm 2:16). Apontou para os coríntios o momento em que todos compareceremos perante o tribunal de Cristo (2Co 5:10). Tiago escreveu para os irmãos dispersos em terras estrangeiras que, em algum momento futuro, eles seriam julgados pela lei da liberdade (Tg 2:12). E tanto Pedro quanto Judas falam que os primeiros anjos rebeldes estão reservados para o juízo do grande dia, ainda futuro naquela época (2Pd 2:4; Jd 6), para o qual os ímpios deste mundo também estão reservados (2Pd 2:9). Quão diferente é tudo isso de ecoar para o planeta a declaração surpreendente de que “é chegada a hora do Seu juízo”! Tal som deve ser ouvido no momento em que a mensagem solene diante de nós se cumprir.

Desde os dias dos apóstolos, de tudo aquilo que temos conhecimento, não aconteceu nada que possa ser interpretado como uma sugestão do cumprimento dessa mensagem até chegarmos à Reforma do século 16. Sobre esse ponto da história, alguns parecem dispostos a tomar uma posição definitiva, afirmando que Lutero e seus colaboradores deram a primeira mensagem e que as duas mensagens seguintes foram proclamadas desde então. Essa hipótese deve ser decidida por fatos históricos, não por argumentos. Então questionamos qual é a evidência de que os reformadores fizeram esse tipo de proclamação. Seus ensinamentos se encontram muito bem registrados e seus escritos foram preservados. Quando e onde eles despertaram o mundo com a proclamação de que a hora do juízo de Deus havia chegado? Não encontramos nenhum registro de que esse

era o tema de sua pregação. Pelo contrário, está registrado que Lutero afirmou que o juízo ocorreria cerca de 300 anos no futuro, depois de sua época. Tais registros são decisivos no que diz respeito aos reformadores.

Como as considerações anteriores são suficientes para excluir terminantemente a aplicação da mensagem ao passado, voltamo-nos para o ponto de vista que a coloca em uma era futura. Por “era futura” se compreende um período subsequente ao segundo advento. E o motivo citado para localizar a mensagem nessa era é o fato de João ter visto o anjo voando pelo meio do céu logo após ter contemplado o Cordeiro de pé no monte Sião com os 144 mil, um evento futuro. Se o Apocalipse fosse um livro formado por uma única profecia consecutiva, haveria força nesse argumento. Mas como ele consiste em uma série de linhas independentes de profecia, conforme já mostrado com a cadeia que termina no versículo 5 deste capítulo e a nova que se inicia no verso 6, o ponto de vista anterior não pode ser defendido. A fim de demonstrar que a mensagem não pode encontrar o cumprimento em uma era futura, é suficiente destacar:

1. A comissão apostólica se estende somente até a “colheita”, que corresponde ao fim do mundo. Logo, se o anjo com o “evangelho eterno” viesse após esse evento, estaria pregando outro evangelho, sujeitando-se ao anátema de Paulo em Gálatas 1:8.

2. A segunda mensagem, é claro, não pode ser proclamada antes da primeira. Mas ela anuncia a queda de Babilônia, e se ouve uma voz do Céu, dizendo: “Sai dela, povo Meu”. Que absurdo identificar tal acontecimento após a segunda vinda de Cristo, uma vez que todo o povo de Deus, tanto vivos quanto mortos, se encontrarão com o Senhor nos ares nessa ocasião para estar com Ele para sempre a partir de então. Não podem ser chamados para sair de Babilônia depois disso. Cristo não os levará para Babilônia, mas, sim, para a casa de Seu Pai, onde há muitas mansões (Jo 14:2-3).

3. A análise da mensagem do terceiro anjo, que deve se cumprir em uma era futura, caso a primeira também esteja reservada ao futuro, revela ainda mais o absurdo desse ponto de vista. A mensagem adverte contra a adoração da besta, que se refere, sem sombra de dúvidas, à besta papal. Mas a besta papal será destruída e entregue ao fogo ardente quando Cristo voltar (Dn 7:11; 2Ts 2:8). Ela irá para o lago de fogo nessa ocasião, para nunca mais perturbar os santos do Altíssimo (Ap 19:20). Por que as pessoas se envolvem no absurdo de localizar a mensagem contra a adoração da besta em um momento no qual a besta deixou de existir e a adoração a ela é impossível?

No versículo 13 de Apocalipse 14, é pronunciada uma bênção sobre os mortos que “desde agora” morrem no Senhor; isto é, desde o momento em que a terceira mensagem começa a ser proclamada. Essa é uma demonstração completa do fato de que a mensagem deve ser dada antes da primeira ressurreição; pois, após tal acontecimento, todos os que dela participarem (e isso inclui todos, tanto vivos quanto mortos, que não passarão pela segunda morte) se tornarão como anjos de Deus e não mais morrerão. Portanto, desconsideramos o ponto de vista acerca da era futura por ser antibíblico, absurdo e impossível.

Estamos agora preparados para examinar o terceiro ponto de vista, de que a mensagem pertence à geração presente. A argumentação acerca das duas posições anteriores muito já fez para

consolidar esta proposição; pois se a mensagem não pode ter sido proclamada no passado, nem no futuro após Cristo voltar, em que outro momento poderia ser localizada, senão na geração presente, caso estejamos vivendo os últimos dias, conforme supomos? De fato, a própria natureza da mensagem a restringe à última geração de seres humanos. Ela proclama que a hora do juízo de Deus é chegada. Mas o juízo pertence à conclusão da obra de salvação em favor do mundo; e a proclamação que anuncia sua aproximação só pode ser feita à medida que nos aproximamos do fim. Demonstra-se ainda mais que a mensagem pertence ao tempo presente quando se prova que esse anjo é o mesmo de Apocalipse 10, que anuncia sua mensagem nesta geração. Confira nos comentários sobre Apocalipse 10 que o anjo desse capítulo é o mesmo de Apocalipse 14.

Mas a evidência mais forte e conclusiva de que a mensagem pertence ao tempo presente consiste em encontrar algum movimento nesta geração por meio do qual o cumprimento foi ou está sendo realizado. Nesse quesito, fazemos referência a um movimento que seria difícil passar totalmente despercebido por alguém. Trata-se do grande movimento do advento deste século. Já em 1831, Guilherme Miller, de Low Hampton, Nova York, por meio do estudo intenso e consistente das profecias, foi levado à conclusão de que a dispensação evangélica estava perto do fim. Ele definiu que o término, a ocorrer ao fim dos períodos proféticos, se daria por volta do ano de 1843. Posteriormente, essa data foi estendida para o outono de 1844 (ver o diagrama e argumento nos comentários sobre Daniel 9:24-27). Classificamos suas investigações como um estudo coerente das profecias porque ele adotou a regra de interpretação que se encontra na base de toda reforma religiosa e de todo movimento de avanço no conhecimento profético, a saber, que toda a linguagem das Escrituras, assim como a de qualquer outro livro, é literal, a menos que o contexto ou as leis do idioma exijam que ela seja compreendida de maneira figurada, e também a regra de que as Escrituras interpretem as Escrituras. É verdade que ele cometeu um erro em um ponto vital, conforme explicaremos daqui para frente; mas em princípio e em grande número de detalhes, ele estava correto. Estava no caminho certo e fez um avanço imenso em relação a qualquer sistema teológico de sua época. Quando começou a divulgar seus pontos de vista, estes foram recebidos com favor geral, e seguiram-se grandes despertamentos religiosos em diferentes partes da nação. Logo uma multidão de colaboradores se reuniu em torno de seu estandarte, dentre os quais podem ser mencionados homens como F. G. Brown, Charles Fitch, Josiah Litch, J. V. Himes, dentre outros, que se destacavam por sua espiritualidade e tinham influência dentro do mundo religioso. O período marcado pelos anos 1840-1844 foi de intensa atividade e grande progresso nessa obra. Foi proclamada uma mensagem ao mundo com todas as características de cumprimento da proclamação de Apocalipse 14:6-7. A pregação foi enfática, de um tipo que pode ser chamado de evangelho eterno (abrangendo toda a presente era). Ele dizia respeito ao encerramento desta era e ao início da era eterna (αἰών) do Rei da justiça. Tratava-se do mesmo evangelho do reino que Cristo declarou que deveria ser pregado a todo o mundo, em testemunho a todas as nações, para então vir o fim (Mt 24:14). O cumprimento de qualquer um desses textos bíblicos envolve a pregação da proximidade do fim. O evangelho não poderia ser pregado a todas as nações como *senal*

do fim a menos que se compreendesse ser esse o caso; e a proximidade do fim era pelo menos um de seus temas principais. O periódico *Advent Herald* [Arauto do Advento] de 14 de dezembro de 1850 expressou bem a verdade a esse respeito por meio das seguintes palavras:

“No entanto, como indício da aproximação do fim, deveria ser visto outro anjo voando pelo meio do céu, tendo o evangelho eterno para pregar a todo aquele que habita na Terra e a toda nação, raça, língua e povo (Ap 14:6). A mensagem desse anjo deveria ser o *mesmo* evangelho que fora proclamado no passado, mas ligado ao motivo adicional da *proximidade* do reino — “dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (versículo 7). A mera pregação do evangelho, sem anunciar sua *proximidade*, não seria capaz de cumprir essa mensagem.”

As pessoas envolvidas nesse movimento criam que ele representava o cumprimento da profecia e afirmavam estar proclamando a mensagem de Apocalipse 14:6, 7.

Com esse movimento, também teve início o cumprimento da parábola das dez virgens, registrada em Mateus 25, a qual nosso Senhor contou para ilustrar e reforçar a doutrina de Sua segunda vinda, e do fim do mundo, a qual Ele havia acabado de narrar em Mateus 24. Aqueles que se interessaram por esse movimento saíram para se encontrar com o Noivo, ou seja, se despertaram para aguardar a vinda de Cristo, esperando Seu retorno do Céu. Mas o Noivo tardou. Passou o primeiro período de expectativa, o final de 1843, que, de acordo com o calendário judaico, terminava na primavera de 1844, e o Senhor não voltou. Enquanto Ele tardava, todos foram tomados de sono e adormeceram. Surpresos diante da dúvida inesperada e da incerteza em meio à qual todos foram lançados, o interesse das pessoas começou a desvanecer e seus esforços, a esmorecer. À meia-noite, soou o clamor: “Eis o noivo! Sai ao Seu encontro!” (Mt 25:6). Durante os meses entre a primavera de 1844, quando se pensava, a princípio, que os 2.300 anos terminariam, e a data do outono de 1844, até a qual o período profético, de fato, deveria se estender, conforme verificou-se posteriormente, tal clamor foi subitamente levantado. Involuntariamente, foi exatamente esta a expressão adotada: “Eis o Noivo!” A causa para esse despertar súbito foi a descoberta de que o grande período profético dos 2.300 dias (anos) de Daniel 8:14 não havia terminado na primavera de 1844, mas se estenderia até o outono do mesmo ano. Em consequência, o tempo, para o qual suas fundamentadas convicções apontavam como o período certo para a vinda do Senhor, não tinha se passado; em vez disso, estava às portas. Ao mesmo tempo, a relação entre o tipo e o antítipo referente à purificação do santuário foi parcialmente vista. A profecia declarou que, ao fim das 2.300 tardes e manhãs o santuário seria purificado. E da mesma forma que no tipo o santuário era purificado no 10º dia do sétimo mês do ano judaico, o mesmo ponto no outono de 1844 foi determinado para o término dos 2.300 anos. A data caiu em 22 de outubro. Entre a metade do verão de 1844, quando a luz a esse respeito foi vista pela primeira vez, e o dia e o mês supracitados em que os 2.300 anos terminaram, nenhum movimento exibiu maior atividade do que esse a respeito da breve volta de Cristo, e nenhuma causa realizou mais do

que essa em um período tão curto. Uma onda religiosa varreu o país e a nação foi agitada como nenhum povo desde o início da grande Reforma do século 16. Foi chamado de “movimento do sétimo mês” e ocorreu, de maneira mais específica, nos Estados Unidos e no Canadá.

Mas o movimento geral acerca do segundo advento de Cristo e a proclamação de que “é chegada a hora do Seu juízo” não se restringiram a este hemisfério. Foi mundial. Nesse aspecto, cumpriu a proclamação do anjo “a cada nação, e tribo, e língua, e povo”. Em *Advent Tracts* [Tratados do Advento], vol. 2, p. 135, Mourant Brock, escritor inglês, é citado dizendo:

“Não é meramente na Grã-Bretanha que a expectativa do breve retorno do Redentor se faz sentir e que a voz de advertência se levanta, mas também na América, Índia e no continente europeu. Nos Estados Unidos, cerca de 300 ministros da Palavra estão pregando ‘este evangelho do reino’, ao passo que, neste país [Grã-Bretanha], cerca de 700 da igreja anglicana estão erguendo o mesmo clamor.”

O Dr. Joseph Wolff viajou pela Arábia Feliz [atualmente Iêmen e Omã], percorrendo a região habitada pelos descendentes de Hobabe, sogro de Moisés. Em sua obra *Mission to Bokhara* [Missão em Bukhara], ele fala o seguinte acerca daquilo que viu no sul da Arábia:

“Os árabes desse lugar têm um livro chamado *Seera*, que fala da *segunda vinda de Cristo e de Seu reinado em glória!* No Iêmen, passei seis dias com os recabitas. “Eles não bebem vinho, não plantam vinhas, não semeiam, moram em tendas e cumprem as palavras de Jonadabe, filho de Recabe”. Com eles se encontravam os filhos de Israel da tribo de Dã, que residem perto de Terim em Hatramawt, *os quais aguardam, assim como os filhos de Recabe, a breve vinda do Messias nas nuvens do céu.*”

The Voice of the Church [A Voz da Igreja], de D. T. Taylor, p. 342-344, fala o seguinte a respeito da ampla difusão da convicção adventista:

“Em Wurtemberg, existe uma colônia com centenas de cristãos que aguardam o rápido advento de Cristo. Há também outra de crença semelhante nas praias do mar Cáspio. Os *molokans*, grande grupo de dissidentes da igreja ortodoxa, que residem no litoral do Báltico — um povo muito piedoso, sobre os quais se diz que ‘usam somente a Bíblia como credo, e a *norma* de sua fé é simplesmente as sagradas Escrituras’ –, são caracterizados pela ‘expectativa do reino imediato e visível de Cristo sobre a Terra’. Na Rússia, a doutrina da vinda e do reinado de Cristo é pregada até certo ponto e aceita por muitos da classe mais baixa. A ideia tem circulado amplamente pela Alemanha, sobretudo no sul entre os morávios. Na Noruega, diagramas e livros sobre o advento têm recebido ampla divulgação e a doutrina foi aceita por muitos. Em meio aos tártaros, prevalece a expectativa do advento de Cristo por volta dessa época. Publicações inglesas e norte-americanas sobre essa doutrina foram enviadas para a Holanda, Alemanha, Índia, Irlanda, Constantinopla, Roma e para quase todos os postos missionários do globo. Nas Ilhas Turcas, foi aceita até certo ponto pelos wesleyanos.”

“O Sr. Fox, missionário escocês ao povo *telooogo*, cria na breve vinda de Cristo. James McGregor Bertram, missionário escocês da ordem batista em St. Helena, fez soar esse clamor em grande parte da ilha, fazendo muitos conversos e pré-milenialistas. Ele também pregou em estações missionárias da África do Sul. David N. Lord nos informa de que grande parte dos missionários que partiram da Grã-Bretanha a fim de proclamar o evangelho aos pagãos e que agora trabalha na Ásia e na África é formada por milenialistas. O doutor em divindade Joseph Wolff, de acordo com seus diários, proclamou, entre os anos de 1821 e 1845, o breve advento do Senhor na Palestina, no Egito, no litoral do Mar Vermelho, na Mesopotâmia, Crimeia, Pérsia, Geórgia e através do império otomano, na Grécia, Arábia, no Turquistão, em Bukhara, no Afeganistão, em Caxemira, no Indústão, Tibete, na Holanda, Escócia e Irlanda, em Constantinopla, Jerusalém, Santa Helena, bem como navegando pelo Mediterrâneo e na cidade de Nova York a todas as denominações. Ele declara que pregou para judeus, turcos, muçulmanos, seguidores de Zoroastro, hindus, caldeus, iazidis, sírios, sabeus, paxás, *sheiks*, xás, os reis de Organtsh e Bukhara, a rainha da Grécia, etc. Acerca de seus esforços extraordinários, *The Investigator* [O Investigador] diz: ‘É possível que nenhum indivíduo tenha dado maior publicidade à doutrina do segundo advento do Senhor Jesus Cristo do que esse conhecido missionário ao mundo. Onde quer que ele vá, proclama o iminente advento do Messias em glória.’”

J. N. Andrews, em sua obra *The Three Messages of Revelation 14:6-12* [As Três Mensagens de Apocalipse 14:6-12], fala o seguinte acerca da mensagem em análise:

“Ninguém pode negar que essa advertência mundial de juízo iminente foi dada. A natureza das evidências elencadas em apoio a esse fato agora chamam nossa atenção por apresentarem o testemunho mais conclusivo de se tratar de uma mensagem do Céu.”

“Todos os grandes esboços da história profética do mundo demonstraram estar completos na presente geração. Foi mostrado que a grande cadeia profética de Daniel 2 e também a dos capítulos 7, 8, 11 e 12 acabaram de se cumprir. O mesmo se aplica à descrição profética da dispensação evangélica feita por nosso Senhor (Mt 24; Mc 13; Lc 21). Demonstrou-se que os períodos proféticos de Daniel 7, 8, 9, 12 e de Apocalipse 11, 12, 13 harmonizam com essa grande proclamação e a sustentam de forma unida. Os sinais nos céus, na terra e no mar, na igreja e entre as nações, em uma voz, dão testemunho da advertência que Deus dirigiu à família humana (Jl 2:30-31; Mt 24:29-31; Mc 13:24-26; Lc 21:25-36; 2Tm 3; 2Pd 3; Ap 6:12-13). E além da forte cadeia de evidências na qual essa advertência se baseou, o grande derramamento do Espírito Santo em conexão com essa proclamação colocou o selo do Céu em sua verdade.”

“O aviso de João Batista, que deveria preparar o caminho para o primeiro advento de nosso Senhor, foi de curta duração e limitado em território. Para cada testemunho profético que sustentou a obra de João, temos vários para dar apoio à proclamação do breve retorno de Cristo. João não contava com a ajuda da imprensa para disseminar sua proclamação, nem com a facilidade das carruagens de Naum. Ele era um homem humilde, vestido de pelo de camelo, e não realizou milagres. Se os fariseus e mestres

da lei rejeitaram o conselho de Deus contra eles ao não serem batizados por João, como será maior a culpa daqueles que rejeitam a advertência enviada por Deus a fim de preparar o caminho para o segundo advento!”

“Mas os que aguardaram o Senhor em 1843 e 1844 ficaram desapontados. Para muitos, isso é motivo suficiente para rejeitar todo o testemunho no caso em questão. Reconhecemos o desapontamento, mas não podemos reconhecer que ele fornece motivo justo para negar a mão de Deus nessa obra. A igreja judaica se desapontou quando, ao fim da obra de João Batista, Jesus Se apresentou como o Messias prometido. E os discípulos que confiavam em Cristo ficaram tristemente decepcionados quando Aquele que esperavam ser o libertador de Israel foi pego por mãos ímpias e morto. E após Sua ressurreição, quando esperavam que Ele restaurasse novamente o reino a Israel, não puderam deixar de se decepcionar quando entenderam que Jesus iria embora para o Pai e eles seriam deixados para um longo período de tribulação e angústia. Mas o desapontamento não prova que Deus não atuou no direcionamento de Seu povo. Tal sentimento deve levar à correção dos erros, mas não proporcionar a perda da confiança em Deus. Foi por se decepcionarem no deserto que os filhos de Israel com tanta frequência negaram a ajuda divina. Eles nos deixaram uma admoestação, para não cairmos no mesmo exemplo de incredulidade.”

“Mas deve ficar claro para todo estudante das Escrituras que o anjo a proclamar a chegada da hora do juízo de Deus não anuncia a última mensagem de misericórdia. Apocalipse 14 apresenta duas proclamações posteriores antes do fim do tempo de graça para a humanidade. Só esse fato já é suficiente para provar que a vinda do Senhor só ocorre após a segunda e a terceira proclamações serem acrescentadas à primeira. O mesmo se pode ver pelo fato de que, após o anjo do capítulo 10 ter jurado que não haveria mais tempo,¹ outra obra de profetizar diante de muitos povos e muitas nações é anunciada. Assim, compreendemos que o primeiro anjo prega a chegada da hora do juízo de Deus, isto é, prega o término dos períodos proféticos; e esse é o tempo sobre o qual ele jura que não haveria mais.”

“O juízo começa necessariamente antes do advento de Cristo, pois Ele vem para executar o juízo (Jd 14-15; Ap 22:12; 2Tm 4:1); e, ao som da última trombeta, confere imortalidade a cada um dos justos, rejeitando todos os ímpios. Logo, o juízo investigativo de fato precede a execução do mesmo pelo Salvador. É domínio do Pai presidir a obra de investigação, conforme explicado em Daniel 7. Nesse tribunal, o Filho encerra Sua obra de Sumo Sacerdote e é coroado Rei. Então Ele vem à Terra para executar as decisões de Seu Pai. É a obra de juízo do Pai que o primeiro anjo anuncia.”

“O grande período de 2.300 tardes e manhãs, o mais importante para marcar o tempo definido dessa proclamação, se estende até a purificação do santuário. Essa purificação do santuário não diz respeito à purificação de nenhuma parte da Terra, mas, sim, à última obra do nosso Sumo Sacerdote no tabernáculo celestial antes de Seu advento à Terra, conforme já se demonstrou claramente [ver os comentários sobre Daniel 8:14]. E entendemos que a última mensagem de misericórdia é proclamada enquanto a obra de purificação do santuário está acontecendo. Assim se vê que os períodos proféticos e a proclamação neles baseada não se estendem até a volta do Senhor.”

¹ Sobre o uso da palavra “tempo” em Apocalipse 10:6, ver nota na página 390.

O argumento sobre as setenta semanas e as 2.300 tardes e manhãs nos comentários sobre Daniel 9 já demonstrou que o erro dos adventistas em 1844 *não* foi referente ao *tempo*. Demonstrou-se também, no argumento sobre o santuário em Daniel 8, que o equívoco se encontrava na *natureza do evento* que ocorreria ao fim desses dias. Supondo que a Terra era o santuário e que sua purificação ocorreria pelo fogo no momento da revelação do Senhor no Céu, eles naturalmente aguardaram o retorno de Cristo ao fim desses dias. E por causa de sua incompreensão a esse respeito, depararam com um terrível desapontamento, muito embora tudo aquilo que a profecia declarou e tudo aquilo que eles justificadamente aguardavam tenha acontecido com absoluta precisão na época. Naquele momento, começou a purificação do santuário. Mas isso não trouxe Cristo a esta Terra, pois a Terra não é o santuário. E sua purificação não envolve a destruição da Terra, pois é realizada com o sangue de uma oferta sacrificial, não com o fogo. Esse foi o amargo do livrinho entregue à igreja (Ap 10:10). Essa foi a vinda de um como o Filho do Homem, não a esta Terra, mas, sim, ao Ancião de Dias (Dn 7:13-14). Essa foi a chegada do noivo às bodas, conforme contado na parábola das dez virgens em Mateus 25. Falamos sobre o clamor da meia-noite dessa parábola no verão de 1844. Então as virgens néscias disseram para as prudentes: “Dai-nos do vosso azeite, porque as nossas lâmpadas estão-se apagando”. Ao que as prudentes responderam: “Ide, antes, aos que o vendem e comprei-o”. Enquanto elas saíram para comprar, o Noivo chegou. Essa não é a vinda de Cristo à Terra, pois se trata de uma vinda que precede as bodas. Mas as bodas, isto é, o recebimento do reino (ver os comentários sobre o capítulo 21), deve preceder Sua vinda a esta Terra para receber para Si os salvos, que serão os convidados na ceia das bodas (Lc 19:12; Ap 19:7-9). Logo, essa vinda, na parábola, deve corresponder à mesma vinda ao Ancião de Dias mencionada em Daniel 7:13, 14.

E aquelas que estavam prontas foram com o Noivo para as bodas, e a porta se fechou. Depois que o Noivo chega ao casamento, há um exame dos convidados a fim de ver quem está pronto para participar da cerimônia, de acordo com a parábola de Mateus 22:1-13. A última coisa antes das bodas é a vinda do Rei para ver os convidados e garantir que todos se encontram devidamente trajados com as vestes nupciais. Após a devida investigação, aquele que for encontrado com a roupa será aceito pelo Rei e nunca mais a perderá, mas terá certeza da imortalidade. Mas essa questão de estar pronto para o reino só pode ser determinada por meio do juízo investigativo que ocorre no santuário. Portanto, a obra final no santuário, que corresponde a sua purificação e à expiação, nada mais é do que o exame dos convidados para ver quem está trajando as vestes nupciais. Em consequência, até a obra ser concluída, não está determinado quem está “preparado” para entrar nas bodas. “E as que estavam *preparadas* entraram com Ele para as bodas, e fechou-se a porta” (Mt 25:10, ARC). Por meio dessa curta expressão, somos levados do momento em que o Noivo chega às bodas, passando por todo o período da purificação do santuário, ou exame dos convidados, até a conclusão desse processo, momento em que o tempo da graça terminará e a porta será fechada.

A relação da parábola com a mensagem em análise agora fica evidente. Ela traz à tona um período de preparo dos convidados para as bodas do Cordeiro, o qual corresponde ao juízo a que a mensagem nos conduz quando declara: “É chegada a hora do Seu juízo”. Essa mensagem deveria ser proclamada em grande voz. Ela foi anunciada com o poder assim indicado entre os anos 1840 e 1844, de maneira mais especial no movimento do sétimo mês do último ano, conduzindo-nos ao fim dos 2.300 dias, quando começou a obra do juízo no momento em que Cristo iniciou o trabalho de purificação do santuário.

No entanto, conforme já demonstrado, isso não leva ao fim do tempo da graça, mas somente ao período do juízo investigativo. É durante esse juízo que hoje vivemos. E nesse tempo outras mensagens são proclamadas, conforme a profecia declara.

A *segunda mensagem*. Esta mensagem, que sucede à primeira, é anunciada (versículo 8) nestas poucas palavras: “Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição”. A cronologia dessa mensagem é determinada, em grande medida, pela cronologia da primeira. A segunda não pode precede a anterior; mas a primeira, conforme foi demonstrado, se restringe aos últimos dias. No entanto, tudo precisa ser proclamado antes do fim, pois nenhum movimento desse tipo será possível após tal evento. Portanto, faz parte do movimento religioso que ocorre nos últimos dias e tem uma ligação especial com a vinda de Cristo.

Portanto, naturalmente se seguem as perguntas: o que o termo *Babilônia* quer dizer? O que é a sua queda? E como ela se cumpre? Quanto à etimologia da palavra, aprendemos algo da leitura das margens de Gênesis 10:10 e 11:9 [na KJV, NIV e NVI]. O início do reino de Ninrode foi Babel, ou Babilônia. E o lugar foi assim denominado porque Deus confundiu ali a língua dos construtores da torre — e a palavra significa *confusão*. O termo é usado aqui de maneira figurada a fim de designar a grande cidade simbólica do livro de Apocalipse, provavelmente com referência especial ao significado da palavra e às circunstâncias nas quais ela se originou. Aplica-se a algo que, conforme especificado por sua principal característica, pode ser definido pela palavra “confusão”.

Há somente três objetos possíveis aos quais a palavra pode ser aplicada. São eles: 1) o mundo religioso apóstata em geral, 2) a igreja papal em particular e 3) a cidade de Roma. Ao examinar esses termos, mostraremos primeiro o que Babilônia não é.

1. Babilônia não se restringe à Igreja Católica Romana. Essa igreja de fato é uma parte muito proeminente da grande Babilônia, o que não se pode negar. As descrições do capítulo 17 parecem se aplicar de maneira muito particular a essa igreja. Mas o nome que ela traz na testa, “BABILÔNIA, A GRANDE, A MÃE DAS MERETRIZES E DAS ABOMINAÇÕES DA TERRA” revela outras conexões familiares. Se essa igreja é a mãe, quem são as filhas? O fato de essas filhas serem mencionadas mostra que existem outros corpos religiosos além da igreja romana que recebem essa designação. Ademais, há um chamado a ser feito junto com essa mensagem: “Retirai-vos dela, povo Meu” (Ap 18:1-4). Como essa mensagem se localiza na geração presente, a conclusão seria, se nenhuma outra igreja além da católica romana estivesse incluída em Babilônia, que o povo de Deus, como

corpo, hoje se encontra dentro da jurisdição dessa igreja e precisa ser chamado a sair. Mas tal conclusão nenhum protestante, pelo menos, estaria disposto a adotar.

2. Babilônia não é a cidade de Roma. O argumento usado para mostrar que a cidade de Roma é a Babilônia do Apocalipse é o seguinte: “o anjo disse a João que a mulher que ele vira era a grande cidade que domina sobre os reis da Terra e que as sete cabeças da besta são os sete montes sobre os quais a mulher se assenta” (cf. Ap 17:9, 18). Considerando então que as cidades e os montes são literais, e constatando que Roma foi construída sobre sete colinas, a aplicação da passagem é imediatamente feita a Roma literal.

O princípio que apoia essa interpretação é o pressuposto de que a explicação de um símbolo sempre deve ser literal. Ele cai por terra no momento em que se mostra que, às vezes, os símbolos são explicados por meio da substituição por outros símbolos, seguida da explicação dos últimos. Isso pode ser feito com facilidade. Em Apocalipse 11:3, é introduzido o símbolo das duas testemunhas. O versículo seguinte diz: “São estas as duas oliveiras e os dois candeeiros que se acham em pé diante do Senhor da Terra”. Nesse caso, afirma-se que o primeiro símbolo é o mesmo que outro, explicado com clareza em outra passagem. O mesmo ocorre na situação em análise. “As sete cabeças são sete montes” e “A mulher que viste é a grande cidade”. Não é difícil demonstrar que tanto a mulher quanto a cidade são usadas de maneira simbólica. Pede-se a atenção dos leitores para os seguintes pontos:

1) Somos informados no capítulo 13 que uma das sete cabeças foi ferida de morte. Essa cabeça, portanto, não pode ser um monte literal, pois seria loucura falar em ferir uma montanha de morte.

2) Cada uma das sete cabeças tem uma coroa sobre ela. Mas quem já viu uma montanha literal com coroa?

3) Fica evidente que as sete cabeças são sucessivas no fluxo temporal; pois lemos: “Caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou” (Ap 17:10). Mas as sete colinas sobre as quais Roma foi edificada não são sucessivas, e seria absurdo aplicar essa linguagem a ela.

4) De acordo com Daniel 7:6, comparado com Daniel 8:8, 22, cabeças denotam governos; e, de acordo com Daniel 2:35, 44 e Jeremias 51:25, montes denotam reinos. Em conformidade com esses fatos, a versão de Apocalipse 17:9-10 feita pelo professor Whiting, que consiste em uma tradução literal do texto, remove toda obscuridade: “As sete cabeças são sete montes sobre os quais a mulher se assenta, e eles são sete reis”. Assim se vê que o anjo representa as cabeças como montes e então explica que os montes são sete reis sucessivos, ou formas de governo. O significado é transferido de um símbolo para o outro, então se dá uma explicação do segundo símbolo.

De acordo com o argumento acima, conclui-se que “mulher” não pode representar uma cidade literal, pois, da mesma maneira que os montes sobre os quais ela se assenta são simbólicos, uma cidade literal não pode se localizar sobre montanhas simbólicas. Além disso, Roma era o trono do dragão do capítulo 12, e este foi transferido para a besta (Ap 13:2), tornando-se assim o trono da besta. Mas seria uma mistura singular de símbolos pegar o trono, sobre o qual a besta se assenta, e transformá-lo em uma mulher que se assenta sobre a besta.

5) Se a cidade de Roma fosse a Babilônia do Apocalipse, que falta de sentido haveria no capítulo 18:1-4! Pois, nesse caso, a queda de Babilônia seria a ruína e destruição da cidade; aliás, sua consumação será total pelo fogo, de acordo com o versículo 8. Mas note o que acontece após a queda: Babilônia se torna morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável. Como isso poderia acontecer a uma cidade depois de ser destruída e completamente queimada? Pior ainda, depois de tudo se ouvir uma voz dizendo: “Retirai-vos dela, povo Meu”. O povo de Deus está em Roma? Não em grande parte, nem mesmo em sua melhor condição. Mas quantos podemos supor que estariam lá, para ser chamados após a cidade ser consumida pelo fogo? Não é necessário dizer mais nada para demonstrar que Babilônia não pode ser a cidade de Roma.

3. Babilônia significa a igreja apostatada universal. Depois de ver que não pode ser nenhum dos outros três objetos possíveis aos quais ela teria a possibilidade de ser aplicada, só pode significar isso. Mas não nos resta apenas esse tipo de raciocínio *a priori* sobre o assunto. Babilônia é chamada de mulher. Mulher, usada como símbolo, significa igreja. A mulher do capítulo 12 foi interpretada com o sentido de igreja. Sem dúvida, a mulher do capítulo 17 também deve ser interpretada com o significado de igreja. O caráter da mulher determina o caráter da igreja representada. Uma mulher casta simboliza uma igreja pura, ao passo que uma mulher ímpia denota uma igreja impura ou apóstata. A mulher Babilônia é uma meretriz e mãe de todas as semelhantes a ela. Essa circunstância, bem como o nome em si, revela que Babilônia não se limita a um único corpo eclesiástico, mas deve ser composta por vários. É preciso abranger todos de natureza semelhante e representar toda a igreja corrupta ou apóstata da Terra. Talvez isso explique a linguagem de Apocalipse 18:24, que representa o momento em que Deus exigirá prestação de contas de Babilônia pelo sangue de seus mártires. Nela se encontrará “sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra”. A Igreja Ortodoxa é a religião oficial da Rússia e da Grécia. A Igreja Luterana é a religião oficial da Prússia, Holanda, Suécia, Noruega e parte dos estados germânicos menores. A Inglaterra conta com o anglicanismo como religião estatal. Outros países têm suas religiões oficiais e se opõem com zelo aos dissidentes. Babilônia embebedou todas as nações com o vinho de sua prostituição, isto é, com suas falsas doutrinas. Logo, ela não pode simbolizar nada menos que a igreja universal em seu estado de mundanismo.

Relata-se que Babilônia, a grande cidade, é formada por três divisões. De igual modo, as grandes religiões do mundo podem ser organizadas em três categorias principais. A primeira, mais antiga e mais disseminada, é o paganismo, simbolizado separadamente na forma de um dragão; a segunda é a grande apostasia romana, simbolizada pela besta; e a terceira são as filhas, ou descendentes dessa igreja. Debaixo dessa divisão vem a besta de dois chifres, embora isso não abranja tudo. Guerra, opressão, conformidade com o mundo, a adoração ao dinheiro, o poder dos credos, a busca por prazer e a preservação de muitos erros da velha igreja romana identificam, com precisão triste e fiel, o grande corpo de igrejas protestantes como parte integrante importante dessa grande Babilônia.

Um vislumbre em algumas das maneiras como a igreja protestante tem se portado revela isso ainda mais. Roma, ao ter o poder, destruiu grandes multidões daqueles que classificava como hereges. A igreja protestante demonstrou o mesmo espírito. Veja a morte de Miguel Servet na fogueira, condenado pelos protestantes de Genebra, sob a liderança de João Calvino. Observe a longa opressão da Igreja Anglicana sobre seus dissidentes. Note o enforcamento de *quakers* e os açoites de batistas até mesmo pelos pais puritanos da Nova Inglaterra, eles próprios fugitivos da opressão anglicana. Mas isso, alguns podem dizer, são coisas do passado. É verdade. Mas elas mostram que, quando as pessoas governadas por fortes preconceitos religiosos têm poder para coagir os dissidentes, não hesitam em lançar mão dele — situação que aguardamos neste país como cumprimento da profecia de encerramento do capítulo 13.

Repare também no quanto tais igrejas se afastaram dos ensinamentos de Cristo em outros aspectos. Cristo proibiu Seu povo de buscar os tesouros deste mundo. Mas a igreja popular, como instituição, exibe maior ganância pela riqueza que os próprios mundanos. E em quantas igrejas mamom de fato domina! Cristo disse: “Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi”, ou seja, professor, mestre, “porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo” (Mt 23:8, ARC). Fazer isso é ter o mesmo espírito que levou homens ambiciosos a presumir ser cabeça da igreja, sucessores de São Pedro, vice-gerentes de Cristo e um deus na Terra. Todavia, quantas igrejas protestantes, imitando a romana, adotam o título de “reverendo”, que, em nossa versão das Escrituras, só se aplica a Deus: “Santo e reverendo é o Seu nome” (Salmo 111:9, KJV). Não contentes com isso, porém, alguns se tornam “reverendíssimos”, “corretos reverendos” e “doutores em divindade”. O Novo Testamento fala nos termos mais claros contra adornos e extravagância no vestir. Todavia, onde devemos procurar a exibição da última moda, do vestuário mais dispendioso, dos adornos mais pomposos, dos mais ricos diamantes e das mais deslumbrantes joias, se não na antenada assembleia de uma igreja protestante em um agradável dia de domingo? Essa é hoje a condição do mundo religioso. Muitos, ao promoverem sua vocação como advogados, médicos, políticos, reis comerciantes, etc., buscam, por meio de sua conexão com a igreja, sucesso nos negócios, honra na sociedade, cargos elevados na nação e posições lucrativas em todos os lugares. E muito mais dessa natureza se verá quando, conforme já explicado, igreja e Estado se unirem nos Estados Unidos e a profissão religiosa se tornar condição para ocupar cargos políticos. Adotar a forma de piedade por tais motivos deve ser abominável aos olhos de Deus. No entanto, essas mesmas classes serão bem recebidas pelas igrejas, pois as tornará ainda mais populares.

Babilônia é representada traficando as almas dos seres humanos. Um costume comum da Igreja Anglicana parece entrar nessa categoria. Lá, posições eclesiásticas desocupadas às vezes são colocadas à venda, e quem oferece o valor maior, a despeito de suas qualidades morais ou posição religiosa, se torna dono da renda pertencente à posição e pastor das pessoas daquela paróquia. Nos Estados Unidos, veja todas as artimanhas e estratégias de que se lança mão para atrair a multidão, não a fim de salvar e converter, mas para ganhar seu apoio e sua influência.

O resultado mais desastroso disso é que o ministro deve pregar apenas suavidades, acariciando ouvidos que seguem a moda com fábulas agradáveis.

A vontade de Cristo era que Sua igreja fosse uma. Ele orou para que Seus discípulos fossem um, assim como Ele e o Pai, pois isso daria poder ao evangelho e levaria o mundo a crer Nele. Em vez disso, veja a confusão que existe no mundo protestante, os diversos muros sectários que se dividem em uma rede de denominações e os vários credos, tão contraditórios quanto a língua daqueles que foram dispersos na torre de Babel. Deus não é o autor de tudo isso. É esse estado de coisas que a palavra *Babilônia*, como termo descritivo, designa de maneira apropriada. Sem dúvida, é usado para esse propósito, não como palavra de reprovação. Em vez de ficarem ofendidas, com ressentimento quando o termo é mencionado, as pessoas deveriam examinar a própria posição, a fim de ver se, na fé ou na prática, são culpadas de qualquer conexão com essa grande cidade de confusão e, se for o caso, separar-se dela.

A igreja verdadeira é uma virgem casta (2Co 11:2). A igreja que se une em amizade com o mundo é uma meretriz. É essa conexão ilegítima com os reis da Terra que a torna a grande prostituta do Apocalipse (cap. 17). Foi dessa maneira que a igreja judaica, a princípio esposa do Senhor (Jeremias, caps. 2-3 e 31:32), se tornou uma meretriz (Ez 16). Essa igreja, quando apostatada de Deus dessa maneira, foi chamada de Sodoma (Is 1), nome dado também à “grande cidade” (Babilônia) em Apocalipse 11. A união ilícita com o mundo, da qual Babilônia é culpada, é prova inegável de que ela não é o poder civil. O fato de se encontrar o povo de Deus no meio dela logo antes de sua ruína é prova de se tratar professamente de um corpo religioso. Por essas razões, fica muito evidente que a Babilônia do Apocalipse é a professa igreja unida ao mundo.

A queda de Babilônia é o próximo alvo de nossa atenção. Após aprender o que constitui Babilônia, não fica difícil definir qual é o significado da declaração de que ela caiu. Como Babilônia não é uma cidade literal, a queda não pode ser literal também. Já vimos como isso seria absurdo. Além disso, entre a queda e a destruição de Babilônia, a própria profecia estabelece a mais clara distinção. Babilônia “cai” antes de ser “atirada” com violência como uma pedra de moinho lançada ao mar e “consumida no fogo”. Logo, a queda é de ordem moral, pois, depois dela, uma voz se dirige ao povo de Deus que ainda tem alguma ligação com ela, dizendo “Retirai-vos dela, povo Meu”, e a razão é apresentada imediatamente: “para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos”. Logo, após a queda, Babilônia ainda existe para pecar e suas pragas continuam a ser futuras após a queda.

Aqueles que fazem Babilônia se aplicar exclusivamente ao papado alegam que a queda de Babilônia é a perda de poder civil por parte da igreja papal. Mas tal ponto de vista é inconsistente com a profecia em vários detalhes:

1. Babilônia cai porque faz todas as nações beberem de seu vinho, ou seja, as seduz com suas falsas doutrinas. Mas isso não causou, de maneira nenhuma, a perda do poder temporal do papa. Pelo contrário, foi exatamente por meio dessa estratégia que ele conservou por tanto tempo sua supremacia.

2. Por causa da queda de Babilônia, ela se torna morada de demônios e de aves detestáveis. Mas esse não é, de maneira nenhuma, o resultado da perda de poder civil de Roma.

3. O povo de Deus é chamado a sair de Babilônia por causa do aumento de seus pecados em consequência da queda. Mas a perda de poder temporal do papado não constitui um motivo adicional para o povo de Deus sair dessa igreja.

O motivo apresentado para Babilônia ter sofrido a queda moral é: “Tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria [não raiva, mas, sim, paixão intensa] da sua prostituição”. Isso só pode fazer referência a uma coisa: a suas falsas doutrinas. Ela corrompeu as puras verdades da palavra de Deus e embebedou as nações com fábulas agradáveis. Dentre as doutrinas contrárias à Palavra de Deus que ela ensina, podem ser mencionadas as seguintes:

1. A doutrina de um milênio temporal, ou mil anos de paz, prosperidade e justiça sobre toda a Terra antes da segunda vinda de Cristo. Essa doutrina foi especialmente calculada para fechar os ouvidos das pessoas às evidências da proximidade do segundo advento e provavelmente entorpecerá muitas almas em um estado de segurança carnal que acabará conduzindo a sua ruína final, assim como qualquer heresia tramada pelo grande inimigo da verdade.

2. Aspersão, em vez de imersão, o único modo bíblico de batismo e um memorial adequado do sepultamento e da ressurreição do nosso Senhor, para cujo propósito ele foi designado. Após a corrupção dessa ordenança e sua destruição como memorial da ressurreição de Cristo, preparou-se o caminho para a substituição por outra coisa que cumprisse esse propósito. Isso ela tentou fazer por meio do que se segue:

3. Mudança do sábado do quarto mandamento, o sétimo dia, para a festa do domingo como dia de descanso do Senhor e memorial de Sua ressurreição, algo que Ele nunca ordenou e que nunca poderia ser comemorado de maneira apropriada por meio desse evento. Criado pelo paganismo como “o selvagem dia de folga solar de todos os tempos pagãos”, o domingo foi levado à pia batismal pelo papa e batizado como instituição da igreja da era evangélica. Assim se tentou destruir o memorial que o grande Deus havia instituído para sua magnífica obra de criação, erigindo outro em seu lugar a fim de comemorar a ressurreição de Cristo, sem haver nenhum motivo para isso, uma vez que o próprio Senhor já havia providenciado um memorial para esse propósito.

4. A doutrina da imortalidade natural da alma. Ela também foi derivada do mundo pagão. Quando distintos conversos do paganismo se uniam às fileiras dos cristãos, logo se tornaram “pais da igreja”, adotando essa perniciosa doutrina como se fosse parte da verdade divina. Esse erro anula as duas grandes doutrinas bíblicas da ressurreição e do juízo geral, pavimentando muito bem o caminho para o carro do espiritismo moderno com sua tonelada de poluição. Dela derivaram outras doutrinas ímpias como o estado consciente dos mortos, a adoração a santos, a mariolatria, o purgatório, a recompensa por ocasião da morte, orações e batismos pelos mortos, tormento eterno e universalismo.

5. A doutrina de que os santos, na forma de espíritos despidos e imateriais, encontram sua herança eterna em regiões distantes e indefiníveis, “além das fronteiras de tempo e espaço”. Assim

multidões são afastadas do ponto de vista bíblico de que esta Terra será destruída pelo fogo no dia do juízo e da perdição dos ímpios e de que, de suas cinzas, a voz do Onipotente evocará uma nova Terra, que será o reino de glória futuro e eterno, o qual os santos possuirão como herança perene.

6. A vinda de Cristo como um evento espiritual, não literal, que se cumpriu por ocasião da destruição de Jerusalém, ou se cumpre na conversão, morte, no espiritismo, etc. Por causa desse ensino, quantas mentes se fecharam para sempre para o ponto de vista bíblico de que a segunda vinda de Cristo será um acontecimento futuro, definido, literal, pessoal e visível, que resultará na destruição de todos os Seus inimigos e em vida eterna para todos que pertencem a Seu povo!

7. Rebaixamento do padrão de espiritualidade ao pó. As pessoas são levadas a crer que uma forma de piedade basta e que as palavras “Senhor, Senhor”, mesmo repetidas como uma fórmula vazia, atuarão como passaporte seguro para o reino do Céu. Se alguém duvida dessa declaração, que ouça o discurso do próximo funeral ou visite o cemitério para reparar no que as lápides têm a dizer.

O mundo está praticamente louco em sua busca por riquezas e honras. Mas a igreja toma a dianteira nessas questões, sancionando de forma aberta aquilo que o Senhor terminantemente proibiu. Se as igrejas fossem unidas como deveriam, que pedra de tropeço seria retirada do caminho dos pecadores! E se não fossem as falsas doutrinas que ela incutiu na mente de todas as pessoas, como as claras verdades da Bíblia moveriam o mundo! Mas as pessoas são paralisadas por elas, como se estivessem sob a influência entorpecedora do mais poderoso elemento intoxicante.

Passando agora de maneira mais específica para a aplicação da profecia acerca da queda de Babilônia, vejamos como o mundo religioso se encontrava no que diz respeito à possibilidade de tal mudança, quando chegou o momento da proclamação dessa mensagem, em conexão com a primeira mensagem, por volta do ano de 1844. O paganismo não passava de apostasia e corrupção desde o princípio e continua da mesma maneira. Nenhuma queda moral é possível ali. Há séculos, o catolicismo está no ponto mais baixo possível da escala em que uma igreja pode afundar. Não há espaço para uma queda moral nessa igreja. Portanto, dois grandes ramos de Babilônia estavam em uma condição moral tão baixa quando chegou o momento de anunciar a segunda mensagem que uma decadência maior dificilmente seria possível. Mas não se pode dizer o mesmo da ramificação protestante dessa grande cidade. As igrejas que haviam começado a grande obra de reforma da corrupção papal haviam feito um trabalho nobre. Conduziram-se bem por um período. Alcançaram um patamar moral vastamente mais elevado que o de qualquer outra das divisões mencionadas. Em uma palavra, encontravam-se em uma posição da qual era possível ocorrer uma queda moral. Logo, é inevitável a conclusão de que a mensagem anunciando a queda fazia referência quase que totalmente às igrejas protestantes.

É possível então perguntar por que esse anúncio não foi feito antes, já que uma parte tão grande de Babilônia, as divisões pagã e papal, haviam caído tanto tempo antes. E a resposta é simples: não se podia dizer que Babilônia como um todo havia caído enquanto uma de suas ramificações permanecia de pé. Assim, só se tornou factível dar o anúncio depois que sobreveio ao mundo protestante uma mudança para pior e a verdade, em que unicamente reside o caminho

do progresso, foi deliberadamente descartada. Mas quando isso aconteceu e uma queda moral foi sentida na última divisão, então se pôde anunciar, acerca de Babilônia como um todo, de uma maneira que não poderia acontecer antes, que “caiu a grande Babilônia”.

Também pode ser apropriado perguntar como o motivo assinalado para a queda de Babilônia, a saber, que ela deu a beber a todas as nações do vinho de sua prostituição, se aplicaria às igrejas protestantes do período em questão. E a resposta é: ele se aplicaria de maneira muito pertinente. A falha de Babilônia se encontra em sua confusão e em suas falsas doutrinas. Como ela as propaga com afinco, apegando-se a elas mesmo quando luz e verdade que as corrigiriam estão disponíveis, acaba caindo. Nas igrejas protestantes, havia chegado o momento de um avanço para um nível religioso mais elevado. Elas poderiam aceitar a luz e a verdade ofertadas e alcançar um patamar superior, ou então rejeitá-las, perdendo a espiritualidade e o favor de Deus; ou, em outras palavras, experimentar uma queda moral. A verdade que aprouve a Deus usar como instrumento nessa obra foi a primeira mensagem. A chegada da hora do juízo divino e a iminência do segundo advento de Cristo foram as doutrinas pregadas. Após ouvi-las por tempo suficiente para perceber a bênção sobre quem as aceitava e os bons resultados que delas fluíam, as igrejas como um todo rejeitaram tais verdades com zombaria e escárnio. Assim foram provadas, pois revelaram abertamente que seu coração estava com o mundo, não com o Senhor, e preferiam que assim fosse. Mas a mensagem teria curado os males então existentes no mundo religioso. O profeta exclama, talvez fazendo referência justamente a esse tempo: “Queríamos curar Babilônia, ela, porém, não sarou” (Jr 51:9). Você se pergunta como sabemos que esse teria sido o efeito de aceitar a mensagem? Respondemos: porque esse foi o efeito sobre todos que a aceitaram. Eram pessoas que vinham de diferentes denominações e as barreiras denominacionais foram lançadas por terra. Credos conflitantes se despedaçaram em micropedacinhos. A esperança antibíblica de um milênio temporal foi abandonada. Pontos de vista falsos acerca do segundo advento foram corrigidos. Orgulho e conformidade com o mundo foram mandados embora. Os erros foram consertados. Os corações se uniram na mais terna comunhão. Amor e alegria reinaram supremos. Se a doutrina fez isso para os poucos que a aceitaram, *teria feito o mesmo para todos, caso todos a tivessem aceitado*.

Mas a mensagem foi rejeitada. E qual foi o resultado? A consequência sobre aqueles que a rejeitaram será logo mencionada. O resultado sobre aqueles que a aceitaram requer menção aqui. Em todas as partes da Terra se ergueu o clamor de que Babilônia caiu e, em antecipação ao movimento destacado por Apocalipse 18:1-4, acrescentou: “Retirai-vos dela, povo Meu”. Cerca de 50 mil pessoas cortaram suas conexões com as denominações que não lhes permitiram defender e proclamar suas opiniões em paz.

Sobreveio então uma forte mudança nas igrejas no que diz respeito a sua condição espiritual. De acordo com a hipótese de que a proclamação da segunda vinda de Cristo estava na sequência do cumprimento profético e que essa mensagem era a “verdade presente” para aquele tempo, o resultado não poderia ter sido diferente. Quando uma pessoa recusa a luz, necessariamente se

fecha em trevas. Quando rejeita a verdade, inevitavelmente coloca os grilhões do erro sobre o próprio corpo. A perda da espiritualidade — uma queda moral — sem dúvida vem em seguida. Foi isso que as igrejas vivenciaram. Elas escolheram aderir a erros e continuam a divulgar suas falsas doutrinas entre as pessoas. Por causa disso, a luz da verdade precisa deixá-las. Alguns sentiram isso e lamentaram a mudança. Alguns testemunhos de seus próprios autores descrevem sua situação naquela época.

Em 5 de maio de 1844, *Christian Palladium* [Paládio Cristão] falou neste tom de tristeza:

“Em todas as direções, ouvimos o som doloroso propagando-se junto com toda brisa do céu, congelante como as rajadas que vem dos *icebergs* do norte, instalando-se como espírito maligno no peito dos tímidos, sugando as energias dos fracos — eis que a mornidão, a divisão, a anarquia e a desolação estão afligindo as fronteiras de Sião.”

Em 1844, o *Religious Telescope* [Telescópio Religioso] proferiu as seguintes palavras:

“Nunca testemunhamos uma decadência tão geral da religião quanto no presente. Aliás, a igreja deveria despertar e investigar a causa dessa calamidade. Pois é como calamidade que todos aqueles que amam Sião devem classificar a situação. Quando vêm à mente os raros e espaçados casos de conversões verdadeiras e a impenitência quase sem precedentes, bem como a dureza dos pecadores, exclamamos quase que involuntariamente: “Deus Se esqueceu de ser gracioso? Ou a porta de misericórdia se fechou?”

Por volta dessa época, proclamações de jejuns e períodos de oração pelo retorno do Espírito Santo foram publicadas nos periódicos religiosos. Até mesmo o *Sun* [Sol], de Filadélfia, em 11 de novembro de 1844, declarou o seguinte:

“Os ministros e membros signatários das diversas denominações em Filadélfia e região, crendo solenemente que os sinais dos tempos atuais — a carência espiritual de nossas *igrejas em geral* e os males extremos no mundo ao nosso redor — parecem clamar em alta voz a todos os cristãos que *passem um tempo especial em oração*, concordam, portanto, por meio desta, por permissão divina, em se unir em uma *semana de oração especial ao Deus Todo-Poderoso* pelo derramamento de Seu Espírito Santo sobre nossa cidade, nosso país e nosso mundo.”

O professor Finney, editor de *Evangelist* [Evangelista], da cidade de Oberlin, em fevereiro de 1844, disse:

“Os fatos diante de nossa mente revelam, no geral, que as igrejas protestantes de nosso país foram ou apáticas ou hostis a praticamente todas as reformas morais da era. Existem exceções parciais, mas não são suficientes para que esse fato não seja considerado geral. Há outro favor que também corrobora: a ausência quase que universal da influência de reavivamentos dentro das igrejas. A apatia espiritual é quase que generalizada e temivelmente profunda. É isso que a imprensa religiosa de toda a nação testifica. De modo muito abrangente, os membros das igrejas têm se tornado devotos da moda, dando as mãos para os mundanos em questões de prazer,

em danças, festas, etc. Mas não é preciso expandir esse doloroso assunto. Basta dizer que as evidências se avolumam e desfilam pesadamente sobre nós, mostrando-nos que *as igrejas em geral se tornaram tristemente degeneradas*. Muito se afastaram do Senhor e Ele Se retirou delas.”

Caso se diga que nosso ponto de vista acerca da queda moral e carência espiritual das igrejas é incorreto por causa dos grandes reavivamentos de 1858, o testemunho dos principais periódicos batista e congregacional de Boston acerca desses movimentos corrige essa impressão.

O *Congregationalist* [Congregacionalista], em novembro de 1858, disse:

“A piedade reavivamentista de nossas igrejas não é de um nível que permita inferir, com base em sua mera existência, seus frutos legítimos e práticos. Por exemplo, sem dúvida, após tamanha chuva de graça, deveria haver a certeza de que a tesouraria de nossas sociedades de caridade estaria repleta e tão transbordante quanto os canais dos riachos após abundante chuva. Mas os administradores de tais sociedades lamentam a falta de simpatia e auxílio das igrejas.”

“Existe outra ilustração ainda mais triste da mesma verdade geral. O *Watchman and Reflector* [Atalaia e Refletor] afirmou recentemente que nunca houve, entre os batistas, uma disseminação tão lamentável de dissensões na igreja como a que prevalece no presente. E se menciona o triste fato de que esse pecado acomete as próprias igrejas que participaram com maior afinho do último reavivamento. Acrescenta-se a realidade ainda mais melancólica de que tais inimizades tiveram sua origem, na maioria dos casos, bem em meio à cena de despertamento. Mesmo uma rápida olhada nos periódicos semanais de nossa denominação mostra que o mal, de maneira nenhuma, se limita aos batistas. É possível que nossas fileiras nunca tenham testemunhado um registro tão humilhante de contendas e litígios religiosos como ao longo dos últimos meses.”

Um pastor presbiteriano de Belfast, Irlanda (1858), disse estas palavras a respeito dos reavivamentos então recentes em seu país, de acordo com o *Independent* de Nova York, de dezembro de 1859:

“A determinação em reprimir todos os ministros que dizem uma palavra contra o pecado nacional [a escravidão] e a determinação em sufocar e suprimir os ensinamentos claros das Escrituras podem persistir e continuar justamente na época em que esses cristãos de Nova York esperam que o mundo religioso aclame seus reavivamentos. Somente quando as igrejas miseravelmente degradadas dos Estados Unidos fizerem a obra de Deus na própria terra é que terão vitalidade espiritual para transmitir aos outros. Seus reavivamentos equivalem, no mundo religioso, ao que seus clamores exibicionistas por liberdade, misturados aos gemidos dos escravos, representam na esfera política.

Durante a época do grande reavivamento irlandês de 1859, a assembleia geral da Igreja Presbiteriana da Irlanda se reuniu em Belfast. O jornal *News Letter* [Carta de Notícias], do dia 30 de setembro, relata a estranha cena que ocorreu na assembleia: “Aqui em meio a este venerável

agrupamento de ministros e presbíteros, dois ministros desmentiram um ao outro abertamente e toda a assembleia geral se transformou em um cenário de confusão, beirando a um motim”.

Essa é uma imagem triste e deplorável. E qual tem sido o rumo dos acontecimentos e a tendência na conduta dos professos cristãos desde essa época? Há considerável ação espasmódica em algumas localidades e muito esforço tem sido feito por reavivamentistas sensacionalistas a fim de despertar as emoções, mas nenhum bem permanente parece ser realizado, e o padrão de piedade afunda cada vez mais.

Algumas novas características têm sido acrescentadas às instalações das igrejas, e agora são consideradas anexos quase que indispensáveis à casa de adoração. E uma delas é nada menos que uma cozinha bem aparelhada, onde se possa preparar uma festa e cozinhar quitutes e iguarias para agradar os mais pervertidos apetites. Um único exemplo pode servir como ilustração desse tipo de comportamento. Quando a “Igreja Episcopal Metodista Centenária” foi construída em Chicago, o periódico *Tribune*, daquela cidade, em sua descrição do edifício, fez menção especial às seguintes características:

“Embaixo do saguão e das salas há um subsolo formado por um *grande salão de jantar*, mobiliado com mesas e cadeiras para 150 pessoas; uma *cozinha com fogão e utensílios para cozinhar*, pias, armários, vestiários, etc. O subsolo, embaixo do saguão e das salas, oferece algumas vantagens desejáveis. É possível fazer agradáveis reuniões sociais sem levar os alimentos para dentro do templo ou das salas da igreja.”

Pensar que uma *cozinha* é considerada um compartimento necessário em uma casa de adoração! O que os veneráveis e piedosos pais e mães da igreja de uma geração atrás pensariam sobre isso? As Escrituras declaram que comer, beber e buscar o próprio prazer, em vez de servir a Deus, mesmo por parte de professos cristãos, caracterizará os últimos dias como sinal dos tempos (Lc 17:26-30; 2Tm 3:4-5). Será que não chegamos ao momento em que isso se cumpriu? Que tipo de deleite existiria em todo o catálogo de prazeres mundanos que não seja abertamente tolerado, ou melhor, que não é amplamente promovido pela igreja? Dança, baralho, frequência a teatros, corrida de cavalos, jogo de azar, loteria, festivais, feiras e todas as formas de glotonaria são livremente patrocinados dentro dos círculos religiosos, e muitas dessas coisas para supostos propósitos religiosos.

Não faz muitos anos, foi elaborado um entretenimento para benefício de uma igreja em Nova Orleans de tal natureza que foi necessário um folheto para descrevê-lo, nas seguintes palavras:

“Evento beneficente da Escola Paroquial da Igreja de Cristo. Perto da plataforma de dança se encontram uma esplêndida cabine e uma grande tenda de lona, com assentos reservados para acomodar mulheres e crianças. Os patronos desta igreja, bem como o público, terão à sua disposição um *stand* de refrigerante e água, uma confeitaria e um restaurante cheio de tudo que existe para satisfazer o apetite dos epicureus e também um esplêndido bar, guarnecido dos melhores tipos de *licores*, *charutos*, etc.”

O *Observer* [Observador], de Nova York, copiou o folheto, com os seguintes comentários:

“Esta é a cópia de um folheto visivelmente distribuído em Nova Orleans no presente momento. A igreja para a qual esse esplêndido bar será aberto se chama igreja de *Cristo*. Entretanto, em nossa opinião particular, se Cristo participar da feira, chegará com um chicote de cordas grossas para expulsar cada homem e mulher que desonrar Sua casa e Seu nome com coisas desse tipo. Chame de igreja, se quiser; mas em nome de Cristo, ó povo de Nova Orleans, não a chame de igreja de *Cristo*. Qualquer coisa menos isso!”

Não importa a qual denominação essa igreja pertencia, ela mostra o mesmo que acontece atualmente em nome da religião.

Como ilustração das consequências das loterias que acontecem dentro das igrejas, *Watchman* [Atalaia] relata o seguinte:

“Um membro de uma igreja procurou seu pastor e suplicou por intercessão pessoal em favor de seu filho preferido, que havia caído danosamente no vício dos jogos de azar. O pastor consentiu e, ao procurar o jovem, o encontrou em seu quarto. Começou seu discurso, mas, antes de terminar, o rapaz colocou a mão sobre o braço do ministro e chamou sua atenção para uma pilha de belíssimos livros em cima da mesa. “Bem”, disse o jovem, “esses volumes eu ganhei no *bazar* feito na sua igreja. Eles foram minha primeira empreitada. Se não fosse por aquela loteria, sob o patrocínio de uma igreja cristã, eu nunca teria me envolvido com jogos de azar.”

O pastor B. F. Booth disse o seguinte no *Golden Censer* [Incensário de Ouro]:

“Escondo meu rosto envergonhado quando ouço que o governador de um Estado foi compelido a convocar o departamento de legislação de seu Estado para que aprovasse leis a fim de neutralizar as fraudes realizadas sob o amparo da igreja, com o nome de feiras, festivais e outras formas de jogos de azar “piedosos”.

Seria possível encher páginas com declarações de homens e jornais em posição de liderança no mundo religioso, reconhecendo a baixa condição das igrejas de modo geral e as muitas práticas ímpias das quais são culpadas sem nem corar de vergonha. Mas não é necessário multiplicar testemunhos a esse respeito. O fato triste e deplorável é evidente demais para ser negado.

O importante periódico metodista *Christian Advocate* [Defensor de Cristo], de 30 de agosto de 1883, contém um artigo intitulado “The Greatest of Questions” [A Maior das Questões], do qual copiamos as declarações a seguir:

“1. Disfarce como quiser, mas a igreja, de maneira geral, se encontra em rápido declínio espiritual. Embora cresça em números e finanças, está se tornando extremamente frágil e limitada em sua espiritualidade, tanto no púlpito quanto nos bancos. Tem assumido a forma e o caráter da igreja de Laodiceia.”

“2. Há milhares de ministros, locais e em posição de liderança regional, e muitos milhares de leigos que estão mortos e inúteis como figueiras estéreis. Não contribuem com nada de natureza temporal ou espiritual para o progresso e os triunfos

do evangelho na Terra. Se todos esses ossos secos em nossa igreja e em suas congregações ressuscitassem e fossem trazidos ao serviço ativo e fiel, que nova manifestação gloriosa irromperia!”

O *Independent*, de Nova York, em 3 de dezembro de 1896, publicou um artigo de D. L. Moody, do qual foi retirado o trecho a seguir:

“Em uma edição recente deste jornal, vi um artigo de um colunista dizendo que mais de 3 mil igrejas congregacionais e presbiterianas neste país não relataram o acréscimo de nenhum membro por profissão de fé no ano passado. Isso pode ser verdade? O pensamento se infiltrou de tal maneira em minha mente que não consigo esquecê-lo. É suficiente para mandar um arrepio de horror para dentro da alma de todo cristão.” “Se essa é a situação dessas duas grandes denominações, qual seria a condição das outras? Vamos simplesmente ficar sentados, deixando as coisas continuarem? Nossos jornais religiosos e nossos púlpitos vão ficar de boca fechada como ‘cães mudos [que] não podem ladrar’ para advertir as pessoas do perigo iminente? Não deveríamos todos erguer a voz como uma trombeta a esse respeito? O que o Filho de Deus deve pensar de um resultado como esse de nossos labores? O que o mundo descrente deve pensar sobre um cristianismo que não consegue mais produzir frutos? E nós não nos importamos com as multidões de almas indo para a perdição todos os anos enquanto ficamos assentados, só observando? E o que será desse nosso país nos próximos dez anos se não despertarmos do sono?”

A mensagem do segundo anjo é dirigida às organizações onde o povo de Deus se encontra de maneira principal, pois eles são mencionados como estando em Babilônia e chamados para sair dela em determinado momento. A mensagem se aplica à geração presente. E agora, com certeza, o povo de Deus deve ser procurado nas organizações protestantes da cristandade. No entanto, à medida que essas igrejas se afastam cada vez mais de Deus, chegam por fim a tal condição que os cristãos verdadeiros não conseguem mais manter uma conexão com elas. Então serão chamados a sair. É isso que aguardamos no futuro, em cumprimento de Apocalipse 18:1-4. Cremos que isso ocorrerá quando, além de suas corrupções, a igreja começar a levantar uma mão opressora sobre os santos (leia mais sobre o assunto no capítulo anterior).

A *terceira mensagem*. Começando no versículo 9, a terceira mensagem diz o seguinte:

“Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na frente ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da Sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (versos 9-12).

Essa é uma mensagem com a mais temível consequência. Não existe nenhuma ameaça de ira divina mais severa do que esta em toda a Bíblia. O pecado contra o qual adverte deve ser terrível e precisa ser definido com toda clareza, a fim de que todos aqueles que queiram possam compreendê-lo e assim saber como evitar os juízos denunciados contra ele.

É importante notar que essas mensagens são cumulativas, ou seja, uma não cessa quando a outra é introduzida. Assim, por um tempo, a primeira mensagem era a única proclamada. A segunda mensagem foi iniciada, mas não deu fim à primeira. A partir de então, houve duas mensagens. A terceira veio em seguida, não para se sobrepor às outras, mas, sim, para se unir a elas, de modo que agora temos três mensagens ecoando ao mesmo tempo, ou melhor, uma mensagem tríplice, que abrange as verdades de todas as três, sendo a última, é claro, a proclamação principal. Até a obra ser concluída, nunca deixará de ser verdade que é chegada a hora do juízo de Deus, nem que Babilônia caiu. E tais fatos continuam a ser proclamados em conexão com as verdades introduzidas pela terceira mensagem.

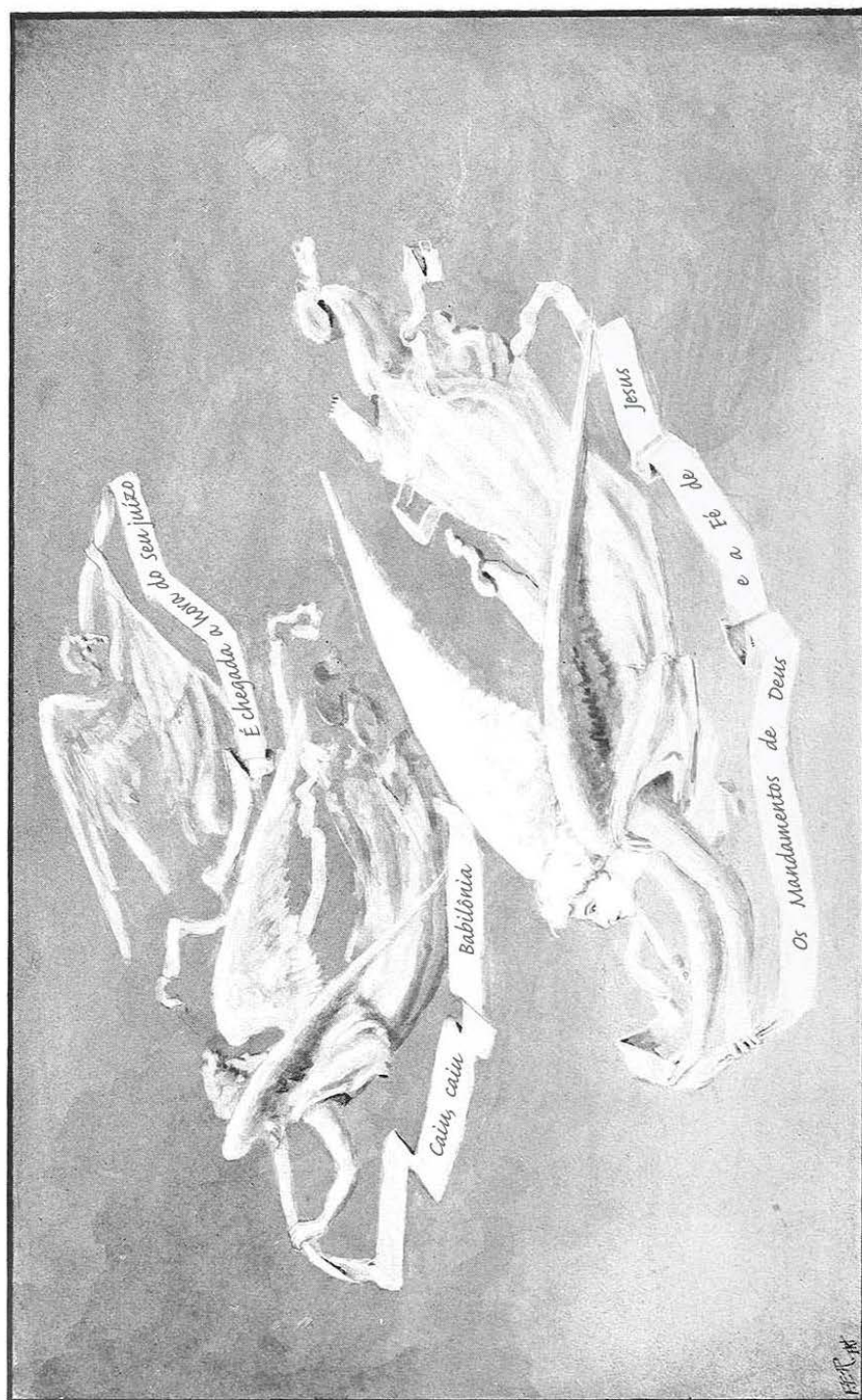
Também pode ser notada uma conexão lógica entre as mensagens. Ao observar o momento anterior ao início da primeira mensagem, deparamos com o mundo religioso protestante em triste necessidade de reforma. Divisão e confusão reinavam entre as igrejas. Ainda se apegavam a muitos erros e superstições papais. O poder do evangelho se encontrava prejudicado em suas mãos. A fim de corrigir tais males, foi introduzida a doutrina da segunda vinda de Cristo e proclamada com poder. As igrejas deveriam tê-la aceitado e, por meio dela, recebido nova vida, o que de fato teria acontecido se a mensagem tivesse sido aceita. Em vez disso, a rejeitaram e sofreram as consequências espirituais. Veio em seguida a segunda mensagem, anunciando o resultado dessa rejeição e declarando aquilo que, além de um fato em si, consistia em um julgamento judicial da parte de Deus sobre elas por sua infidelidade nesse aspecto, ou seja, Deus Se afastou delas, e sofreram uma queda moral.

Isso não surtiu efeito no sentido de despertá-las e levá-las a corrigir os erros, como teria bastado caso houvessem se mostrado dispostas a ser admoestadas e corrigidas. E agora, o que vem em seguida? Abriu-se o caminho para um movimento de maior decadência ainda, para uma apostasia mais profunda e males maiores ainda. Os poderes das trevas prosseguirão em sua obra e, se as igrejas continuarem a persistir nesse caminho de desprezar a luz e rejeitar a verdade, logo se encontrarão numa situação em que estarão adorando a besta e recebendo sua marca. Essa será a sequência lógica desse rumo de ação que começou com a rejeição da primeira mensagem. E agora outra proclamação é feita, anunciando em tom solene que, se alguém fizer isso, beberá do vinho da ira de Deus, derramado sem mistura no cálice de sua indignação. Isso significa dizer que, se você rejeitou a primeira mensagem, sofrendo uma queda moral, e continuar a rejeitar a verdade, desconsiderando as advertências enviadas, acabará por exaurir o último instrumento da graça divina e, por fim, sofrerá uma destruição literal, para a qual não existe solução. Essa é a ameaça mais severa que Deus pode fazer nesta vida, e trata-se da última. Alguns darão ouvidos e serão salvos, mas a multidão a ignorará e prosseguirá para perecer.

A proclamação da terceira mensagem é o último movimento religioso especial que ocorrerá antes do retorno do Senhor. Pois imediatamente depois disso, João contempla um semelhante a Filho de homem descendo em uma grande nuvem branca a fim de ceifar a seara da terra. Isso só pode ser uma representação da segunda vinda de Cristo. Logo, se a volta de Jesus está às portas, chegou o momento de proclamar essa mensagem. Há muitos que usam o nome “adventista” e, com a voz e a pena, ensinam com fervor que estamos nos últimos dias e que a vinda de Cristo é iminente. Todavia, quando os lembramos dessa profecia, de repente se veem em meio ao mar, sem âncora, mapa ou bússola. Não sabem o que fazer com ela. Percebem tanto quanto nós que, se aquilo que ensinam acerca da volta de Jesus é verdadeiro e o Senhor está prestes a vir, em algum lugar — aliás, em toda a Terra — se deve ouvir os tons de advertência dessa terceira mensagem. Chegou o momento. E se ela não está sendo proclamada, a conclusão é que não estamos nos últimos dias e que a profecia falhou. Mas isso não podem coerentemente admitir. Ao mesmo tempo, sabem que não a estão anunciando e não afirmam que estão realizando essa obra. E não conseguem apontar para ninguém que a esteja divulgando, com exceção de determinada classe que professa ser exatamente esta a obra que estão fazendo. Contudo, admitir as alegações dessa classe seria o mesmo que condenar a si próprios. Sua perplexidade seria digna de compaixão, mas aqueles que aceitam um dilema tão embaraçoso, em vez de reconhecer a verdade, não merecem, de forma justa, tamanha simpatia.

Os argumentos sobre as duas mensagens anteriores determinam a cronologia da terceira e mostram que ela pertence ao tempo presente. No entanto, assim como no caso das outras, a melhor evidência em favor da proposição de que a mensagem está sendo proclamada ao mundo atualmente é conseguir apontar para eventos que demonstrem o cumprimento. Depois de identificar a primeira mensagem com o grande movimento adventista de 1840-1844 e de ver o cumprimento da segunda mensagem em conexão com o movimento no último ano citado, analisemos agora o que se passou desde então.

Quando se encerrou o tempo em 1844, todo o grupo de adventistas caiu em um estado de maior ou menor confusão. Muitos deixaram o movimento por completo; um número maior saltou para a conclusão de que o argumento sobre o tempo estava errado e imediatamente passou a trabalhar para reajustar os períodos proféticos e marcar uma nova data para a volta do Senhor — obra que tais indivíduos continuam a fazer em maior ou menor escala até o tempo presente, fixando uma nova à medida em que cada data marcada não se cumpre, para escândalo do movimento adventista e descrédito de todo estudo das profecias, no âmbito de sua limitada influência. Alguns, investigando de perto, com toda franqueza, a causa do erro, recebeu a confirmação do ponto de vista de que o movimento adventista teve caráter providencial e que o argumento sobre o tempo estava correto, mas identificaram que um erro fora cometido na questão do santuário, o qual poderia explicar o desapontamento. Aprenderam que o santuário não é esta Terra, conforme haviam suposto; que a purificação não ocorreria pelo fogo; e que a profecia, nesse ponto, não envolvia a volta do Senhor. Descobriram nas Escrituras evidências muito claras de que o santuá-



AS TRÊS MENSAGENS DE APOCALIPSE 14

rio ao qual se faz referência é o templo no Céu, que Paulo chama de “santuário”, o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem”; e de que sua purificação, de acordo com o tipo, consistira na ministração final do sacerdote no segundo compartimento, ou lugar santíssimo. Então viram que havia chegado o tempo do cumprimento de Apocalipse 11:19: “Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no Céu, e foi vista a arca da Aliança no Seu santuário”.

Depois que sua atenção foi dessa forma chamada para a arca, foram naturalmente conduzidos ao exame da lei contida ali dentro. O próprio nome aplicado à arca torna evidente que ela continha a lei, pois foi chamada de “arca da Aliança”. Mas ela não poderia ser a arca da “aliança” divina, nem receberia esse título caso não contivesse a lei. Aqui, então, encontramos a arca celeste, o grande antítipo da arca que, durante a dispensação típica, existia aqui na Terra. E a lei que essa arca celestial continha deve, conseqüentemente, ser o grande original do qual a lei escrita nas tábuas e guardada na arca terrena não passava de uma transcrição ou cópia. E ambas devem dizer exatamente a mesma coisa, palavra por palavra, letra por letra, til por til. Supor qualquer outra coisa envolveria não só falsidade, como também o maior dos absurdos. Logo, essa lei continua a ser a lei do governo de Deus. E seu quarto preceito, tanto agora quanto no princípio, requer a observância do sétimo dia da semana como o sábado. Ninguém que admite o argumento do santuário pode ter a pretensão de questionar esse ponto. Assim, a reforma do sábado recebeu destaque, e se percebeu que tudo aquilo que fora feito em oposição a essa lei, sobretudo na introdução de um dia de descanso e adoração que destruiu o sábado de Jeová, só podia ser obra da besta papal, o poder que se oporia a Deus e tentaria se exaltar acima Dele. Mas é exatamente em referência a essa obra que o terceiro anjo ecoa sua advertência. Começou-se a perceber, então, que o período da terceira mensagem sincroniza com o período da purificação do santuário, que começou com o fim das 2.300 tardes e manhãs em 1844, e que a proclamação se baseia nas grandes verdades desenvolvidas por esse assunto.

Dessa maneira, a luz da aurora da terceira mensagem raiou sobre a igreja. Mas ela percebeu de imediato que o mundo teria o direito de exigir daqueles que professavam estar anunciando essa mensagem uma explicação de todos os símbolos que ela contém — a besta, a imagem, a adoração e a marca. Por isso, tais elementos se transformaram em tema de estudo especial. O testemunho das Escrituras se revelou claro e farto. Não demorou muito até se formularem declarações e proposições bem definidas em relação a todos esses pontos da verdade revelada.

O argumento que mostra o que constitui a besta, a imagem e a marca já foi apresentado no capítulo 13. Ficou demonstrado que a besta de dois chifres, a qual constrói a imagem e coloca a marca, é nosso próprio país [os Estados Unidos], agora no meio de sua carreira e se apressando para realizar exatamente a obra que a profecia lhe designou. É a essa obra e a esses agentes que a terceira mensagem dirige sua advertência, mais uma prova de que essa mensagem se encontra em vigor, revelando a mais conclusiva harmonia entre todas essas profecias. Não necessitamos repetir os argumentos aqui. Basta recapitular os pontos já explanados.

1. A “besta” é o poder católico romano.

2. A “marca da besta” é a instituição que esse poder estabeleceu como prova de sua autoridade de legislar sobre a igreja e reger a consciência dos seres humanos, sob pena de incorrerem em pecado. Consiste em uma mudança da lei de Deus, tirando da lei sua assinatura de realeza — o sábado do sétimo dia, o grande memorial da obra criadora de Jeová, destituído de seu lugar no decálogo. Em seu lugar, foi colocada uma contrafação, um sábado falso, o primeiro dia da semana.

3. A “imagem da besta” é uma combinação eclesiástica, que se assemelhará à besta por se revestir de poder para fazer valer seus decretos sob as penas da lei civil.

4. A besta de dois chifres, por meio da qual a imagem, depois de ser formada pelo povo, recebe poder para falar e agir, corresponde aos Estados Unidos. E todos os passos, com exceção dos últimos, já podem ser vistos rumo à formação da imagem.

5. A besta de dois chifres impõe a marca da besta, isto é, estabelece por lei a observância do primeiro dia da semana, ou o sábado dominical. Já se pode notar aquilo que tem sido feito nessa direção. O movimento é promovido por indivíduos, comissões organizadas em prol do descanso sabático, políticos, indiretamente pelo elemento irreligioso, pela Associação Nacional de Reforma, pela União Americana do Descanso Sabático, pela União de Temperança Cristã da Mulher e pelos Empreendedores Cristãos, com suas Ligas de Boa Cidadania, etc.

Mas as pessoas não precisam ser deixadas para agir no escuro a esse respeito. A terceira mensagem ecoa um protesto solene contra todo esse mal. Ela expõe o trabalho da besta, mostra a natureza de sua oposição à lei de Deus, adverte o povo contra a submissão a suas exigências e aponta todo o caminho da verdade. Isso naturalmente desperta oposição. E a igreja é levada ainda mais a buscar ajuda das autoridades humanas em favor de seus dogmas quando se revela que falta neles o divino.

A fim de promover essas mensagens, a publicação de um periódico chamado *Advent Review and Sabbath Herald* [Revista do Advento e Arauto do Sábado] começou em 1850 e continua até o presente, circulando em todos os Estados e territórios da União, bem como em muitos países estrangeiros. O *Signs of the Times* [Sinais dos Tempos], revista publicada semanalmente em Oakland, Califórnia, já alcançou uma publicação ainda maior. O *American Sentinel* [Sentinela Americano], publicado em Nova York, dedicado de maneira mais especial à questão da liberdade religiosa, discutida em páginas anteriores deste livro, conta com uma lista expressiva e crescente de assinantes. O *Present Truth* [Verdade Presente], publicado em Londres, Inglaterra, bem como o *Bible Echo* [Eco Bíblico] e o *Southern Sentinel* [Sentinela do Sul], em Melbourne, Austrália, são dedicados à defesa dos mesmos pontos de vista. Em tempos recentes, começou a circulação do *South African Sentinel* [Sentinela Sul-Africano], na Cidade do Cabo, África do Sul. Outros periódicos foram fundados em diferentes lugares e idiomas, totalizando 19. Além da Casa Publicadora Central em Battle Creek, Michigan (com uma filial em Atlanta, Geórgia), foram fundadas casas publicadoras em Oakland, Califórnia (com filiais na cidade de Nova York e em Kansas City); Londres, Inglaterra; Christiania, Noruega; Melbourne, Austrália; Cidade do Cabo, África do Sul; Hamburgo, Alemanha; Basileia, Suíça; Toronto, Canadá e Chicago, Illinois. O catálogo

de livros é formado por uma longa lista, que varia desde pequenos folhetos a grossos volumes. Em 1º de janeiro de 1897, o total de páginas publicadas ultrapassava um bilhão. A lista abrange livros e periódicos em 31 línguas diferentes. Trinta e seis Associações foram estabelecidas na União Norte-Americana, na Europa, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul. Em todas essas Associações, são organizadas sociedades missionárias e de publicações. Centenas de pastores e evangelistas estão proclamando os princípios desta mensagem no mundo inteiro. Este é o início e uma promessa de coisas maiores.

Esse movimento é, no mínimo, um fenômeno a ser explicado. Encontramos movimentos que cumprem da maneira muito surpreendente e precisa a primeira e a segunda mensagens. Aqui se encontra outro que chama a atenção do mundo como cumprimento da terceira. Ele afirma ser o cumprimento e pede ao mundo que examine as credenciais em que baseia seu direito a tal reivindicação. Vamos analisá-las:

1. “Seguiu-se a estes outro anjo”. Então esse movimento se segue aos dois anteriormente mencionados. Ele dá continuidade à promulgação das verdades que os outros anunciaram e acrescenta o diferencial da terceira mensagem.

2. A terceira mensagem é caracterizada como uma advertência contra a besta. Logo, um dos temas mais proeminentes desse movimento é uma explicação desse símbolo, dizendo às pessoas o que ele é, a fim de expor suas alegações e obras blasfemas.

3. A terceira mensagem adverte a todos contra a adoração à besta. Assim esse movimento explica como o poder da besta infiltrou no cristianismo determinadas instituições que se opõem àquilo que o Altíssimo requer e mostra que, se cedermos a elas, estaremos adorando esse poder. “Não sabeis”, disse Paulo, “que daquele a quem vos oferecis como servos para obediência, desse mesmo a quem obedecis sois servos?” (Romanos 6:16).

4. A terceira mensagem adverte a todos contra o recebimento da marca da besta. Então esse movimento tem como responsabilidade mostrar o que é a marca da besta e advertir contra seu recebimento. Demonstra grande ansiedade por fazê-lo porque esse poder anticristão tem operado com tamanha astúcia que a maioria é enganada e faz concessões inconscientes a sua autoridade. Foi demonstrado que a marca da besta é uma instituição que se revestiu de um manto cristão e se introduziu insidiosamente dentro da igreja cristã de uma forma que anula a autoridade de Jeová e entroniza o poder da besta. Despida de todos os disfarces, trata-se simplesmente de instituir um sábado falso criado por ela própria no primeiro dia da semana, em lugar do sábado do Senhor no sétimo dia — uma usurpação que o grande Deus não pode tolerar, da qual a igreja remanescente deve se livrar por completo a fim de estar preparada para o retorno de Cristo. Essa é a razão da advertência urgente, para que ninguém adore a besta, nem receba sua marca.

5. A terceira mensagem tem algo a dizer contra a adoração da imagem da besta. Então esse movimento também fala sobre o assunto, dizendo como será a natureza da imagem, ou, pelo menos, explicando a profecia da besta de dois chifres, a qual faz a imagem, mostrando que se

trata do nosso próprio governo; que a imagem será formada aqui; que a profecia diz respeito a esta geração e que, evidentemente, ela está prestes a se cumprir.

Não existe nenhuma outra iniciativa religiosa realizando esta obra na Terra, com exceção dos adventistas do sétimo dia, que afirmam ser um cumprimento da mensagem do terceiro anjo. Nenhuma outra proclama, como um de seus temas proeminentes, exatamente as questões que compõem essa mensagem. Que atitude devemos ter diante dessas reivindicações? Estão de fato cumprindo a mensagem? A reivindicação permanece, a menos que os argumentos possam ser refutados; a menos que se possa provar que a primeira e a segunda mensagem não foram ouvidas; que as posições assumidas em referência à besta, imagem, marca e adoração não estão corretas; e que todas as profecias, todos os sinais e todas as evidências mostrando a proximidade da volta de Cristo e, em consequência, que chegou a hora de anunciar essa mensagem, podem ser desconsiderados por completo. Mas isso o estudante inteligente das Escrituras dificilmente se proporia a defender.

O resultado da proclamação, conforme declarado no versículo 12, prova ainda mais que as posições assumidas estão corretas. Ela revela um grupo acerca de quem se pode dizer: aqui estão “os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus”. No próprio coração da cristandade essa obra está sendo feita. E aqueles que aceitam a mensagem são considerados estranhos por sua prática em relação aos mandamentos de Deus. Que diferença existe na prática e que única diferença, entre os cristãos, a esse respeito? Somente esta: alguns pensam que o quarto mandamento é guardado por meio da separação do primeiro dia da semana para descanso e adoração; outros afirmam que o sétimo dia deve ser reservado para pausar tais deveres e gastar suas horas da mesma maneira, retomando no primeiro dia o trabalho comum. É impossível delimitar uma linha mais clara de separação entre as duas classes. O dia que um grupo considera sagrado e dedica para fins religiosos, o outro vê apenas como secular e usa para o trabalho comum. Uma classe se encontra devotamente descansando, ao passo que a outra pode ser vista trabalhando zelosamente. Um grupo, ao desempenhar suas ocupações seculares, encontra o outro longe de tais iniciativas, ficando a avenida de relações comerciais abruptamente interrompida. Assim, em dois dias da semana, as duas classes se distanciam uma da outra por terem uma visão diferente quanto à teoria e à prática do quarto mandamento. Nenhum outro mandamento dá margem para uma diferença tão marcante.

A mensagem conduz seus adeptos ao sétimo dia, pois é somente por meio dele que são considerados peculiares, uma vez que a observância do primeiro dia não distinguiria uma pessoa das massas que já estavam guardando esse dia quando a mensagem foi introduzida. E nisso encontramos ainda mais evidências de que a observância do domingo é a marca da besta, pois a mensagem, ao apresentar, como tema principal, uma advertência contra o recebimento dessa marca, levará, é claro, aqueles que a aceitam a deixar de lado a prática que constitui a marca, adotando o oposto. Logo, leva-os a descartar a observância do primeiro dia da semana e a adotar a guarda do sétimo. Considerando tudo isso, percebe-se de imediato que há mais do que mera inferência

de que a guarda do domingo é a marca da besta, contra a qual a mensagem nos adverte, e de que a observância do sétimo dia, à qual ela nos conduz, é seu oposto.

Tudo isso se encontra em harmonia com o argumento sobre o selo de Deus, apresentado no capítulo 7. Lá foi demonstrado que sinal, selo, marca e símbolo são termos sinônimos, e o Senhor diz que o sábado é Seu sinal, marca ou selo em referência a Seu povo. Portanto, Deus tem um selo, ou uma marca, que é o sábado. A besta também tem um selo ou marca, que é seu sábado. Para um grupo, o sábado é o sétimo dia. Para o outro, trata-se de um dia o mais distante possível do sétimo, na outra extremidade da semana, a saber, o primeiro dia. A cristandade se verá, afinal, dividida em apenas duas classes, a saber, aqueles que foram selados com o selo do Deus vivo, ou seja, têm Sua marca ou guardam Seu sábado; e aqueles que foram selados com o selo da besta, isto é, têm a sua marca e guardam o sábado dela. É a esse respeito que a mensagem do terceiro anjo tanto nos esclarece quanto adverte.

Uma vez que, de acordo com esse argumento, tamanha importância se liga ao sétimo dia, o leitor pode pedir alguma evidência de que só se pode dizer que uma pessoa guarda os mandamentos de Deus quando ela observa o sétimo dia. Isso envolveria um debate sobre toda a questão do sábado, que não cabe a este livro discutir. Todavia, pode ser apropriado apresentar aqui os principais fatos relacionados à instituição sabática, pois o contexto o exige. Tais fatos se encontram completamente embasado nas obras citadas na nota abaixo.²

1. O sábado foi instituído no princípio, na conclusão da primeira semana do tempo (Gn 2:1-2).

2. Foi o sétimo dia daquela semana, e isso se baseia em fatos inseparavelmente conectados com seu próprio nome e sua existência — fatos esses que nunca deixarão de ser verdade e nunca poderão ser mudados. O repouso de Deus no sétimo dia o transformou em Seu dia de descanso, ou sábado (descanso) do Senhor; e nunca poderá deixar de ser Seu dia de descanso, uma vez que esse fato nunca se alterará. Ele santificou, ou separou, o dia naquela mesma ocasião, conta o registro. E essa santificação nunca cessará, a menos que seja removida por um ato da parte de Jeová de forma tão direta e explícita quanto o modo como tal santidade foi atribuída ao dia no princípio. Ninguém afirma que isso foi feito, nem poderia prová-lo, caso o afirmasse.

3. O sábado não tem nada em si de natureza típica, cerimonial ou de sombra, pois foi instituído antes que o ser humano pecasse. Portanto, pertence a uma época em que, pela própria natureza das coisas, um tipo ou sombra não poderia existir.

4. As leis e instituições que existiam antes da queda do ser humano eram de natureza primária, ou original. Elas surgiram do relacionamento entre Deus e o ser humano, e entre os seres humanos entre si. Assim elas teriam permanecido para sempre se o homem e a mulher nunca

² Como obra de referência sobre o assunto, recomendamos ao leitor o livro *History of the Sabbath and the First Day of the Week*, de J. N. Andrews, publicado pelo escritório da *Review and Herald*, em Battle Creek, Michigan, no qual a questão dos dois dias é debatida de forma completa, tanto do ponto de vista bíblico quanto histórico. [Publicado em língua portuguesa sob o título *História do Sábado e do Primeiro Dia da Semana: o registro bíblico do sábado e como ele foi suplantado pela festa pagã ao sol*. Adventist Pioneer Library (Editora dos Pioneiros), 2019]. Mas muitas obras menos exaustivas foram publicadas pela editora supracitada e por outras publicadoras aqui citadas, as quais são convincentes em seus argumentos.

tivessem pecado; e elas não foram afetadas pelo pecado. Em outras palavras, elas eram, em sua própria essência, imutáveis e eternas. Leis cerimoniais e típicas devem sua origem ao fato de o ser humano ter pecado, e nunca teriam existido se isso não tivesse acontecido. De dispensação em dispensação, eram sujeitas a mudanças. E essas, somente elas, foram abolidas na cruz. A lei do sábado é uma lei primária, original; portanto, imutável e eterna.

5. A santificação do sábado no Éden torna certa sua existência da criação até o Sinai. Ali ele foi colocado no seio do decálogo quando Deus o proferiu em voz audível e o escreveu com o dedo em tábuas de pedra — circunstâncias que o separam para sempre das leis cerimoniais, colocando-o ao lado dos preceitos morais e eternos.

6. O sábado não é indefinido, qualquer sétimo dia após seis de trabalho. A lei do Sinai (Êx 20:8-11) o torna tão específico quanto a linguagem é capaz de definir. Os acontecimentos que lhe deram origem (Gn 2:1-3) o restringem ao sétimo dia definido. E os 6.240 milagres sabáticos no deserto, três por semana ao longo de 40 anos — a saber, 1) porção dupla de maná no sexto dia, 2) a conservação do maná do sexto dia ao longo do sétimo e 3) nenhum maná no sétimo dia (ver Êx 16) — revelam que se trata de um dia em particular, não simplesmente de uma proporção de tempo. Afirmar o contrário seria o mesmo que dizer que o dia do aniversário de Washington ou o Dia da Independência é apenas uma parte dos 365 dias do ano, podendo ser celebrado em qualquer outro dia além daquele em que o acontecimento de fato ocorreu.

7. O sábado faz parte da lei que nosso Senhor declarou abertamente que não veio para destruir. Pelo contrário, afirmou com a maior solenidade que cada til e jota da lei deveria permanecer enquanto a Terra perdurasse (Mt 5:17-20).

8. Faz parte da lei que Paulo declarou não ter sido *anulada*, mas, sim, confirmada pela fé em Cristo (Rm 3:31). A lei cerimonial, ou típica, que apontava para Cristo e cessou na cruz, *foi* anulada ou substituída pela fé Nele (Ef 2:15).

9. Faz parte da lei real, pertencente ao rei Jeová, a qual Tiago afirma ser a lei da liberdade e que será usada para nos julgar no último dia. Deus não tem padrões diferentes de julgamento para diferentes eras do mundo (Tg 2:11-12).

10. É o “dia do Senhor” de Apocalipse 1:10 (ver o argumento nos comentários sobre o versículo).

11. Aparece como a instituição que estaria ligada a uma grande reforma predita para os últimos dias (Is 56:1-2 em comparação com 1 Pd 1:5). A mensagem em análise se encaixa também neste item.

12. E na nova criação, o sábado, fiel à sua origem e natureza, aparece mais uma vez e continuará a derramar suas bênçãos sobre o povo de Deus ao longo de toda a eternidade (Is 66:22-23).

Essa é uma breve síntese de alguns argumentos que mostram que a lei do sábado de maneira nenhuma perdeu sua validade e força e que a instituição não foi mudada de forma alguma. E não se pode dizer que alguém guarda os mandamentos de Deus a menos que observe o sétimo dia. Estar ligado a tal instituição é uma elevada honra. Atentar para suas reivindicações demonstrará ser uma infinita bênção.

O castigo dos adoradores da besta. Eles serão atormentados com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. Quando esse tormento será infligido? Apocalipse 19:20 mostra que, na segunda vinda de Cristo, haverá uma manifestação de juízo de fogo que pode ser chamada de lago de fogo e enxofre, no qual a besta e o falso profeta serão jogados vivos. Isso só pode se referir à destruição que sobrevirá a eles no início, não no fim, do milênio. Sobre esse ponto, há uma passagem notável em Isaías que nos sentimos obrigados a mencionar a fim de explicar a linguagem usada na ameaça do terceiro anjo, a qual, sem sombra de dúvida, descreve as cenas que ocorrerão aqui por ocasião do segundo advento e no estado desolado da Terra durante os mil anos seguintes. É praticamente impossível deixar de ver que as palavras de Apocalipse foram emprestadas dessa profecia. Após descrever a ira do Senhor sobre as nações, o grande extermínio de seus exércitos e o céu se enrolando como um pergaminho, etc., o profeta diz:

“Porque será o dia da vingança do SENHOR, ano de retribuições pela causa de Sião. Os ribeiros de Edom se transformarão em piche, e o seu pó, em enxofre; a sua terra se tornará em piche ardente. Nem de noite nem de dia se apagará; subirá para sempre a sua fumaça; de geração em geração será assolada, e para todo o sempre ninguém passará por ela” (Is 34:8-10).

E uma vez que se revela com toda clareza que haverá um lago de fogo no qual todos os pecadores perecerão ao fim do milênio, só podemos concluir que a destruição dos ímpios vivos no início desse período e a ruína final de todos os maus em seu fim são bem semelhantes.

Duração do castigo. A expressão “pelos séculos dos séculos” aqui não pode denotar eternidade. Isso fica evidente com base no fato de que o castigo é infligido sobre esta Terra, na qual o dia é contado por meio de dias e noites. O fato fica mais claro ainda por meio da passagem de Isaías já citada, se ela for, conforme sugerido acima, a linguagem de que João fez uso e se ela se refere à mesma extensão de tempo. Em Isaías, a linguagem se refere à região da Idumeia. Quer o lugar seja interpretado literalmente, significando a terra de Edom, o sul e o leste da Judeia, quer represente, como sem dúvida o faz, todo este planeta no momento em que o Senhor Jesus Se revelar no céu em fogo consumidor e chegar o ano de retribuições pela causa de Sião, a cena precisa, em qualquer um dos casos, terminar um dia. Pois esta Terra um dia será renovada e purificada de toda mancha do pecado, todo vestígio de sofrimento e decadência, para se tornar a habitação da justiça e alegria ao longo das eras eternas. A palavra αἰών (aion), aqui traduzida por *séculos*, é definida por Schrevelius, em seu léxico grego, da seguinte forma: “Uma era; um longo período de tempo; duração indeterminada; tempo, seja mais longo ou mais curto” (para uma discussão sobre o significado desse termo, ver a obra intitulada *Here and Hereafter* [O Aqui e o Porvir], *Review and Herald*, Battle Creek, Michigan).

O período da terceira mensagem é de perseverança para o povo de Deus. Tanto Paulo quanto Tiago nos instruem a esse respeito (Hb 10:36; Tg 5:7-8). Enquanto isso, este grupo que espera guarda os mandamentos de Deus — os dez mandamentos — e a fé de Jesus, bem como todos os ensinamentos de Cristo e de Seus apóstolos contidos no Novo Testamento. O verdadeiro sábado, con-

forme expresso no decálogo, é assim colocado em forte contraste com o falso sábado, a marca da besta, que por fim distinguirá aqueles que rejeitarem a terceira mensagem, conforme já explanado.

VERSÍCULO 13. Então, ouvi uma voz do Céu, dizendo: Escreve: Bem-aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham. 14. Olhei, e eis uma nuvem branca, e sentado sobre a nuvem um semelhante a filho de homem, tendo na cabeça uma coroa de ouro e na mão uma foice afiada. 15. Outro anjo saiu do santuário, gritando em grande voz para Aquele que Se achava sentado sobre a nuvem: Toma a Tua foice e ceifa, pois chegou a hora de ceifar, visto que a seara da Terra já amadureceu! 16. E Aquele que estava sentado sobre a nuvem passou a Sua foice sobre a Terra, e a Terra foi ceifada.

Uma crise solene. Os acontecimentos se tornam solenes à medida que nos aproximamos do fim. É esse fato que confere tamanha solenidade e importância à mensagem do terceiro anjo, hoje em proclamação. Trata-se da última advertência antes da vinda do Filho do homem, representado nesta passagem assentado sobre uma nuvem branca, com uma coroa na cabeça e uma foice na mão a fim de ceifar a seara da Terra. Estamos passando rapidamente por uma linha profética que culmina com a revelação do Senhor Jesus no céu em fogo consumidor, a fim de exercer vingança sobre Seus adversários e recompensar Seus santos. Além disso, chegamos tão perto de seu cumprimento que o próximo elo da cadeia é esse grandioso ápice. E o tempo nunca retrocede. Assim como o rio não se esquivava e voa quando se aproxima do precipício, mas carrega todos os corpos flutuantes com poder irresistível; e assim como as estações do ano nunca mudam de ordem, mas o verão sempre vem após o caminho da figueira em flor e o inverno sucede à queda das folhas, nós prosseguimos sempre adiante, quer queiramos, quer não, preparados ou não, para a crise inevitável e irreversível. Ah! Os orgulhosos que meramente professam fé religiosa e o pecador irresponsável mal sonham com a ruína iminente! E como é difícil até mesmo para aqueles que sabem e professam a verdade reconhecer tal proximidade!

A promessa de uma bênção. Uma voz do Céu ordena João a escrever: “Bem-aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor”. E a resposta do Espírito é: “Sim, [...] para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham”. “Desde agora” deve significar desde algum ponto temporal em particular. Que ponto? Sem dúvida, desde o início da mensagem em conexão com a qual tudo isso é dito. Mas por que são bem-aventurados os que morrem desde esse momento no tempo? Deve haver alguma razão especial para pronunciar essa bênção sobre eles. Não seria por escaparem do temível tempo de perigos com que os santos depararão ao se aproximarem do fim de sua peregrinação? Embora recebam essa bênção em comum com todos os justos mortos, têm uma vantagem sobre estes por fazerem parte, com certeza, do grupo mencionado em Daniel 12:2, que ressuscitará para a vida eterna quando Miguel Se levantar. Assim, após escaparem dos perigos que o restante dos 144 mil enfrentará, ressuscitarão e participarão

junto com eles de seu triunfo final aqui, ocupando com eles seu lugar de preeminência no reino³. Desta maneira entendemos que suas obras os acompanham: essas obras serão lembradas a fim de receberem a recompensa no juízo; e essas pessoas receberão a mesma recompensa que teriam alcançado se tivessem vivido e suportado fielmente os perigos do tempo de angústia.

Percebe-se, nesta linha profética, que três anjos antecedem o Filho do homem na nuvem branca e três são introduzidos após esse símbolo. Já se expressou a opinião de que anjos literais se encontram envolvidos nas cenas aqui descritas. Os três primeiros são responsáveis pelas três mensagens especiais e também podem simbolizar um grupo de mestres religiosos. Fica evidente que a mensagem do quarto anjo será proferida depois que o Filho do homem, ao terminar Sua obra sacerdotal, Se assentar na nuvem branca, mas antes de Ele aparecer nas nuvens do céu. Como as palavras são dirigidas Àquele que está assentado na nuvem branca com uma foice afiada na mão, pronto para ceifar, deve denotar uma mensagem de oração da parte da igreja, após o fim de sua obra em prol do mundo e do fechamento da porta da graça, nada restando ao Senhor além de voltar e levar Seu povo consigo. Sem dúvida, trata-se do clamor de dia e de noite mencionado em Lucas 18:7-8 em conexão com a vinda do Filho do homem. E essa oração será respondida. Os eleitos serão vindicados, pois a parábola diz: “Não fará Deus justiça aos Seus escolhidos, que a Ele clamam dia e noite?”. Aquele que está assentado na nuvem tomará Sua foice, e os santos, simbolizados pelo trigo da Terra, serão ceifados e ajuntados para o celeiro celestial.

O trigo ajuntado. “E Aquele que estava sentado sobre a nuvem”, diz a profecia, “passou a Sua foice sobre a Terra, e a Terra foi ceifada”. Por meio dessas palavras, somos levados para depois do segundo advento, com suas cenas de destruição dos ímpios e salvação dos justos. É para além dessas cenas que devemos procurar a aplicação dos versículos a seguir:

VERSÍCULO 17. Então, saiu do santuário, que se encontra no Céu, outro anjo, tendo ele mesmo também uma foice afiada. 18. Saiu ainda do altar outro anjo, aquele que tem autoridade sobre o fogo, e falou em grande voz ao que tinha a foice afiada, dizendo: Toma a tua foice afiada e ajunta os cachos da videira da Terra, porquanto as suas uvas estão amadurecidas! 19. Então, o anjo passou a sua foice na Terra, e vindimou a videira da Terra, e lançou-a

³ Aqueles que morrerem após terem se identificado com a terceira mensagem angélica certamente serão contados como parte dos 144 mil, pois essa mensagem é a mesma do selamento de Apocalipse 7; e, segundo ela, somente os 144 mil são selados. Mas há muitos que tiveram toda sua experiência religiosa durante essa mensagem e já faleceram. Morreram no Senhor e foram contados como selados, pois serão salvos. Mas a mensagem resulta no selamento de *apenas* 144 mil. Logo, eles precisam estar incluídos nesse número. Após se levantarem na ressurreição especial (Dn 12:2; Ap 1:7), que acontecerá quando a voz de Deus for proferida do templo, no início da sétima e última praga (Ap 16:17; Jl 3:16; Hb 12:26), eles passarão pelo período dessa praga, para que se possa ser dito que “vêm da grande tribulação” (Ap 7:14). Tendo sido ressuscitados da sepultura apenas para a vida mortal, assumirão seus postos ao lado dos fiéis que não morreram e, juntamente com eles, se revestirão de imortalidade ao soar da última trombeta (1Co 15:52), sendo, então, transformados juntos com os outros em um abrir e fechar de olhos. Portanto, embora tenham passado pela sepultura, afinal se poderá dizer a seu respeito que foram “redimidos dentre os homens” (Apocalipse 14:4), isto é, dentre os vivos. Pois a vinda de Cristo os encontrará vivos, aguardando a mudança para a imortalidade, assim como aqueles que não morreram, como se eles próprios nunca houvessem perecido.

no grande lagar da cólera de Deus. 20. E o lagar foi pisado fora da cidade, e correu sangue do lagar até aos freios dos cavalos, numa extensão de mil e seiscentos estádios.

O lagar da cólera de Deus. Os dois últimos anjos falam acerca dos ímpios, representados de maneira muito apropriada pelos cachos ajuntados da videira da Terra. Não seria o caso de termos aqui a descrição da destruição definitiva daquele grupo ao fim do milênio? Assim, a profecia trata da disposição final tanto dos justos quanto dos ímpios — os justos revestidos de imortalidade, seguramente estabelecidos no reino, e os ímpios perecendo em volta da cidade, no momento de sua localização definitiva sobre a Terra.

Isso dificilmente se pode aplicar à ocasião do segundo advento, pois os acontecimentos são mencionados aqui em ordem cronológica. Desse modo, a destruição dos ímpios ocorreria ao mesmo tempo em que a ceifa dos justos. É verdade que os ímpios vivos durante o retorno de Cristo bebem do “cálice” de Sua indignação. Essa passagem, porém, destaca o momento em que eles perecerão no “lagar” de Sua cólera, que se afirma ser pisado “fora da cidade”, correspondendo por completo à descrição de Apocalipse 20:9. Essa última expressão, portanto, denota, muito naturalmente, sua destruição final e completa.

O anjo sai do templo, onde são guardados os registros e se determina o castigo. O outro anjo tem poder sobre o fogo. Isso pode ter alguma ligação com o fato de que o fogo será o elemento usado para a destruição final dos ímpios, muito embora, para dar continuidade à figura de linguagem, após os ímpios serem comparados a cachos ajuntados da videira da Terra, sejam lançados no grande lagar, que é pisado fora da cidade. E sai sangue do lagar até a altura dos freios dos cavalos. Sabemos que os ímpios estão condenados a ser tragados no final por chamas devoradoras que descerão do Céu da parte de Deus; mas não temos conhecimento de algum tipo de extermínio prévio que possa ocorrer entre a hoste dos perdidos. Não é improvável que essas palavras se cumpram de maneira literal. Uma vez que os quatro primeiros anjos da série denotam um movimento assinalado por parte do povo de Deus, os dois últimos podem representar o mesmo; pois os santos desempenharão algum papel na definição e execução do juízo final sobre os ímpios (1Co 6:2; Sl 149:9).

Os santos triunfantes. Assim se encerra esta cadeia profética, da mesma maneira que as outras, com o triunfo completo de Deus e de Cristo sobre todos os Seus inimigos, bem como a salvação gloriosa que aguarda os seguidores fiéis do Príncipe da vida, garantida para sempre.



APOCALIPSE 15 — AS SETE ÚLTIMAS PRAGAS



Este capítulo introduz as sete últimas pragas, uma manifestação da ira celeste sem mistura, em medida cheia, sobre a última geração de ímpios. A obra de misericórdia, então, terá ficado para sempre no passado.

VERSÍCULO 1. Vi no céu outro sinal grande e admirável: sete anjos tendo os sete últimos flagelos, pois com estes se consumou a cólera de Deus. **2.** Vi como que um mar de vidro, mesclado de fogo, e os vencedores da besta, da sua imagem e do número do seu nome, que se achavam em pé no mar de vidro, tendo harpas de Deus; **3.** e entoavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e admiráveis são as Tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações! **4.** Quem não temerá e não glorificará o Teu nome, ó Senhor? Pois só Tu és santo; por isso, todas as nações virão e adorarão diante de Ti, porque os Teus atos de justiça se fizeram manifestos. **5.** Depois destas coisas, olhei, e abriu-se no Céu o santuário do tabernáculo do Testemunho, **6.** e os sete anjos que tinham os sete flagelos saíram do santuário, vestidos de linho puro e resplandecente e cingidos ao peito com cintas de ouro. **7.** Então, um dos quatro seres viventes deu aos sete anjos sete taças de ouro, cheias da cólera de Deus, que vive pelos séculos dos séculos. **8.** O santuário se encheu de fumaça procedente da glória de Deus e do Seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos.

Uma cena preparatória. Assim diz todo o capítulo 15. Por meio dele, somos levados de volta a uma nova série de acontecimentos. O capítulo inteiro é apenas uma introdução aos mais terríveis juízos do Todo-Poderoso que já afligiram ou afligirão a Terra em seu estado presente, a saber, as sete últimas pragas, ou flagelos. O máximo que contemplamos aqui é um preparativo solene para o derramamento dessas taças sem mistura. O versículo 5 mostra que essas pragas caem após o fim da ministração no santuário, pois o templo se abre antes que sejam derramadas. São entregues à responsabilidade de sete anjos, e eles se encontram vestidos de linho puro e branco, um emblema adequado da pureza da retidão e justiça divina ao infligir esses juízos. Eles recebem essas taças de um dos quatro animais ou seres viventes. Demonstrou-se (ver os comentários do capítulo 4) que esses seres viventes são uma classe de assistentes de Cristo em Sua obra no santuário. Que apropriado, então, que sejam eles a entregar aos ministros da vingança as taças da ira a serem derramadas sobre aqueles que fizeram pouco caso da misericórdia de Cristo, abusaram de Sua longanimidade, desprezaram Seu nome e O crucificaram novamente na forma de tratar Seus seguidores! Enquanto os sete anjos estão desempenhando essa temível missão, o templo se enche da glória de Deus e ninguém — οὐδεὶς (*oudeis*), ninguém, nenhum ser, se referindo a Cristo e

Seus assistentes celestiais — podia entrar ali. Isso mostra que a obra de misericórdia se encerrou, uma vez que não ocorre ministração no santuário durante as pragas. Logo, são manifestações da cólera de Deus sem mistura de misericórdia.

O povo de Deus é lembrado. Nessa cena, o povo de Deus não é esquecido. O profeta recebe permissão para se antecipar um pouco nos versículos 2-4 e contemplar os santos sobre o mar de vidro, como se estivesse misturado com fogo, ou cintilando e reluzindo com a glória de Deus, cantando o cântico de Moisés e do Cordeiro. O mar de vidro, sobre o qual esses vitoriosos se encontram, é o mesmo que recebe destaque em Apocalipse 4:6, o qual se encontrava perante o trono no Céu. Como não há nenhuma evidência de mudança de localização, e os santos são vistos sobre ele, temos aqui prova indubitável, em conexão com Apocalipse 14:1-5, de que os santos foram levados para o Céu a fim de receber a porção de sua recompensa. Assim, como o sol brilhante que irrompe através da nuvem negra, é apresentada uma cena ou feita uma promessa aos humildes seguidores do Cordeiro bem na hora da provação, como que para garantir ou relembrar o amor e o cuidado de Deus por eles, bem como a certeza de sua recompensa final. Sem dúvida, as palavras do profeta estão entre as declarações verdadeiras de Deus: “Dizei aos justos que bem lhes irá; porque comerão do fruto das suas ações”; mas “ai do perverso! Mal lhe irá; porque a sua paga será o que as suas próprias mãos fizeram” (Is 3:10-11).

O cântico que os vitoriosos entoam, o cântico de Moisés e do Cordeiro, expresso aqui em síntese nas palavras “Grandes e admiráveis são as Tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações!”, é um cântico de infinita grandeza. Que termos mais abrangentes! Quão sublime é seu tema! Apela às obras de Deus, que são uma manifestação de Sua glória. Com visão imortal, os santos serão capazes de compreendê-las de uma maneira que não conseguem aqui. Todavia, a astronomia revela o bastante para encher todos os corações de admiração. Nosso pequeno mundo está a 150 milhões de quilômetros de distância do nosso sol; o sol seguinte mais próximo fica a 30 bilhões de quilômetros. Chegamos então até a grande e dupla estrela polar, cuja luz, em seu voo elétrico a 300 mil quilômetros por segundo, leva 40 anos para chegar ao nosso mundo. A viagem continua por sistemas, grupos e constelações, e chegamos à grande estrela Alcione, nas Plêiades, que brilha com a potência de 12 mil sóis como o nosso! Quão grandioso, então, deve ser o grande centro em torno do qual giram essas miríades de órbitas reluzentes! Pode muito bem se levantar o cântico: “Grandes e admiráveis são as Tuas obras”. Mas a canção também aborda outra área — o campo da providência e da graça divina: “Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações!” Toda a conduta de Deus com Suas criaturas aos olhos dos remidos e aos olhos de todos os mundos será para sempre vindicada. Após toda nossa cegueira, todas as nossas perplexidades, todas as nossas provações, seremos capazes de exclamar afinal, na exuberância da alegria e plena satisfação: “Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações!”

APOCALIPSE 16 — O DERRAMAMENTO DAS PRAGAS



Este capítulo descreve as sete taças da cólera sem mistura de Deus e as consequências que se seguem quando elas são derramadas sobre a Terra. No que diz respeito ao caráter e à cronologia dessas pragas, existe divergência de opinião entre os estudiosos da Bíblia. Nossa primeira pergunta, portanto, é: qual é a verdadeira posição em relação a esses pontos? As pragas são simbólicas e a maioria já se cumpriu no passado, conforme argumentam alguns? Ou são literais e todas elas futuras, conforme afirmam outros com a mesma confiança? Um breve exame do testemunho irá, acreditamos nós, resolver de forma conclusiva esses questionamentos.

VERSÍCULO 1. Ouvi, vinda do santuário, uma grande voz, dizendo aos sete anjos: Ide e derramai pela terra as sete taças da cólera de Deus. 2. Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela terra, e, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram úlceras malignas e perniciosas.

A cronologia das pragas. A descrição desta praga claramente revela de imediato sua cronologia, pois é derramada sobre aqueles que têm a marca da besta e adoram sua imagem — uma obra idêntica àquela contra a qual o terceiro anjo nos adverte. Essa é uma prova conclusiva de que esses juízos só serão derramados depois que este anjo encerrar sua obra, e o grupo que ouvir sua advertência e a rejeitar será o que receberá as primeiras gotas dos cálices transbordantes da cólera divina. Mas se essas pragas estão no passado, então a imagem da besta e sua adoração estão no passado. Se pertencem ao passado, a besta de dois chifres, que faz essa imagem, e sua obra também pertencem ao passado. E se tudo isso já passou, então a terceira mensagem angélica, que nos adverte em relação a essa obra, também se encontra no passado. Se tudo isso é passado — isto é, eras no passado, onde esse ponto de vista localiza o início das pragas –, então a primeira e a segunda mensagens, que as precedem, também foram proclamadas em eras passadas. Segue-se que os períodos proféticos, nos quais as mensagens se baseiam, sobretudo as 2.300 tardes e manhãs, terminaram eras atrás. E se for esse o caso, as setenta semanas de Daniel 9 se encontram completamente dentro da dispensação judaica, destruindo-se a grande prova da messianidade de Cristo. Entretanto, foi demonstrado nos capítulos 7, 13 e 14 que a primeira e a segunda mensagem foram anunciadas em nossos dias; que a terceira se encontra agora em processo de cumprimento; que a besta de dois chifres entrou no palco de ação e está se preparando para fazer a obra que lhe foi designada; e que a formação da imagem e a imposição de sua adoração se encontram no futuro próximo. A menos que todas essas posições possam ser refutadas, as sete últimas pragas também pertencem completamente ao futuro.

Mas existem outros motivos para localizá-las no futuro, não no passado.

1. Durante a quinta praga, os homens blasfemam a Deus por causa de suas úlceras, as mesmas úlceras, é claro, provocadas pelo derramamento da primeira praga. Isso mostra que todas essas pragas recaem sobre a *mesma geração* de seres humanos, e alguns deles, sem dúvida, são ceifados por cada uma delas, ao passo que outros sobrevivem às terríveis cenas. Esse fato subverte por completo a hipótese de que as pragas começaram no passado distante, cada uma delas levando séculos para se cumprir; pois, nesse caso, como seria possível aqueles que sofreram a primeira praga estarem vivos durante a quinta?

2. Tais pragas são o vinho da cólera de Deus sem mistura, anunciadas pelo terceiro anjo (Ap14:10; 15:1). Tais palavras não podem se aplicar a nenhum juízo enviado sobre a Terra enquanto Cristo suplica junto ao Pai por nossa raça caída. Logo, devemos localizá-las no futuro, quando a porta da graça estiver fechada.

3. Outro testemunho mais definitivo quanto ao início e a duração dessas pragas se encontra em Apocalipse 15:8: “O santuário se encheu de fumaça procedente da glória de Deus e do Seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos”. Sem dúvida, o templo aqui citado é o mesmo mencionado em Apocalipse 11:19, que diz: “Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no céu, e foi vista a arca da Aliança no Seu santuário”. Em outras palavras, temos diante de nós o santuário celestial. O testemunho é que, quando os anjos com as sete taças de ouro receberem sua comissão, o templo se encherá com a fumaça da glória de Deus e nenhum ser poderá entrar no santuário até que os anjos concluem sua obra; logo, não haverá ministração no santuário durante esse período. Em consequência, tais cálices só são derramados após o fim da ministração no tabernáculo celestial, sucedendo imediatamente a tal evento. Cristo então não será mais o mediador. A misericórdia, que por muito tempo deteve a mão da vingança, não suplicará mais. Todos os servos de Deus estarão selados. O que mais se pode esperar além da queda da tempestade da vingança, varrendo a Terra com seu instrumento de destruição?

Depois de mostrar a cronologia desses juízos, revelando que se encontram diante de nós no futuro muito próximo, reservados para o dia de Sua ira, prosseguimos indagando qual é sua natureza e qual será o resultado quando a solene e terrível ordem sair do templo para os sete anjos, dizendo: “Ide e derramai pela terra as sete taças da cólera de Deus”. Aqui somos chamados a olhar para dentro do “arsenal” do Senhor e contemplar as “armas da Sua indignação” (Jr 50:25). Aqui são trazidos à tona os tesouros de saraiva, retidos até o tempo de angústia, até o tempo da peleja e da guerra (Jó 38:22-23).

A primeira praga. “Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela terra, e, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram úlceras malignas e perniciosas”.

Não há nenhum motivo aparente para não considerar essas palavras de maneira estritamente literal. Tais pragas são praticamente idênticas às que Deus infligiu sobre os egípcios quando estava prestes a libertar Seu povo do jugo da escravidão, cuja literalidade raramente ou nunca é questio-

nada. Deus está agora prestes a coroar Seu povo com livramento e redenção final, e Seus juízos não se manifestarão de maneira menos literal e terrível. Não somos informados sobre a natureza da úlcera aqui ameaçada. Talvez seja semelhante à praga paralela que caiu sobre o Egito (Êx 9:8-11).

VERSÍCULO 3. Derramou o segundo a sua taça no mar, e este se tornou em sangue como de morto, e morreu todo ser vivente que havia no mar.

A segunda praga. Dificilmente se pode conceber uma substância mais infecciosa e letal do que o sangue de um homem morto. E o pensamento de que os grandes corpos de água, aos quais, sem dúvida, se faz referência por meio do termo *mar*, adquirirão tal estado durante essa praga apresenta um quadro temível. Aqui encontramos o fato notável de que o termo *alma vivente* (ARC) é aplicado a animais irracionais, os peixes e criaturas vivas do mar. cremos que esta seja a única aplicação do tipo na Bíblia em português. Todavia, no original, ocorre com frequência, mostrando que o termo usado para o ser humano no princípio (Gn 2:7) não pode ser usado como evidência de que ele seja dotado de uma essência imaterial e imortal, chamada alma.

VERSÍCULO 4. Derramou o terceiro a sua taça nos rios e nas fontes das águas, e se tornaram em sangue. 5. Então, ouvi o anjo das águas dizendo: Tu és justo, Tu que és e que eras, o Santo, pois julgaste estas coisas; 6. porquanto derramaram sangue de santos e de profetas, também sangue lhes tens dado a beber; são dignos disso. 7. Ouvi do altar que se dizia: Certamente, ó Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os Teus juízos.

A terceira praga. Esta é a descrição da terrível retribuição pelo “sangue de santos”, derramado por mãos violentas, a qual será infligida sobre aqueles que fizeram ou desejaram fazer tais atos. E embora não tenhamos condições de entender os horrores do momento em que os rios e as fontes das águas se tornarão como sangue, a justiça de Deus será vindicada e Seus juízos serão aprovados. Até mesmo os anjos se porão a exclamar: “Tu és justo, Tu que és e que eras, o Santo, pois julgaste estas coisas; porquanto derramaram sangue de santos e de profetas”. “Certamente, ó Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os Teus juízos”.

É possível questionar como se pode dizer que a última geração de ímpios derramou o sangue de santos e profetas, uma vez que a última geração de santos não será executada. Uma referência a Mateus 23:34-35 e 1 João 3:15 explica o aparente paradoxo. Essas passagens mostram que a culpa incide tanto sobre os motivos quanto sobre as ações. E nenhuma geração anterior teve um propósito tão determinado de entregar os santos à matança indiscriminada como a geração presente terá em um futuro que não se encontra distante (ver Ap 12:17; 13:15). Em motivo e propósito, ela de fato derramará o sangue de santos e profetas e será tão culpada quanto se conseguisse levar a cabo suas intenções malignas.

Parece que ninguém da família humana seria capaz de sobreviver por muito tempo a uma praga tão terrível quanto esta. Portanto, sua duração deve ser limitada, assim como ocorreu com a praga semelhante no Egito (Êx 7:17-21, 25).

OS SETE ANJOS DERRAMANDO AS SETE ÚLTIMAS PRAGAS



VERSÍCULO 8. O quarto anjo derramou a sua taça sobre o sol, e foi-lhe dado queimar os homens com fogo. 9. Com efeito, os homens se queimaram com o intenso calor, e blasfemaram o nome de Deus, que tem autoridade sobre estes flagelos, e nem se arrependeram para Lhe darem glória.

A quarta praga. Merece destaque o fato de cada praga aumentar em calamidade em relação às anteriores e aumentar a angústia dos sofredores culpados. Agora uma úlcera nociva e dolorosa assola os seres humanos, inflamando seu sangue e alastrando sua influência febril por suas veias. Além disso, as pessoas só têm sangue para saciar a sede ardente. E para completar, o sol recebe poder e derrama sobre elas uma enchente de fogo líquido, abrasando-as com grande calor. Aqui, conforme relata o registro, sua calamidade é extravasada pela primeira vez na forma de terrível blasfêmia.

VERSÍCULO 10. Derramou o quinto a sua taça sobre o trono da besta, cujo reino se tornou em trevas, e os homens remordiam a língua por causa da dor que sentiam. 11. E blasfemaram o Deus do Céu por causa das angústias e das úlceras que sofriam; e não se arrependeram de suas obras.

A quinta praga. Este testemunho apresenta um fato importante, a saber, que as pragas não destroem imediatamente todas as suas vítimas, pois algumas pessoas que, no início, foram afligidas pelas úlceras, continuam vivas durante a quinta taça, remordendo a língua de dor. Uma ilustração desse cálice pode ser encontrada em Êxodo 10:21-23. Ele é derramado sobre o trono da besta, o papado. O trono da besta se encontra onde quer que estiver a sé papal, que até o momento tem sido e, sem dúvida, continuará a ser na cidade de Roma. Seu “reino” provavelmente abrange todos aqueles que são súditos do papa de um ponto de vista eclesiástico, onde quer que se encontrem.

Uma vez que aqueles que afirmam que as pragas começaram no passado alegam que as cinco primeiras já se cumpriram totalmente, paramos aqui um momento para indagar em que momento das eras passadas os juízos aqui anunciados se cumpriram. Juízos tão terríveis podem ser enviados sem ninguém ficar sabendo? Se aconteceram de fato, onde se encontra seu registro histórico? Quando uma úlcera nociva e dolorosa acometeu uma porção vasta e específica da raça humana? Quando o mar se tornou como o sangue de um morto e todo ser vivente dentro dele pereceu? Quando os rios e as fontes das águas se transformaram em sangue e as pessoas só tiveram sangue para beber? Quando o sol queimou os seres humanos com intenso calor, levando-os a proferir maldições e blasfemar? E quando os súditos da besta remorderam a língua de dor, blasfemando ao mesmo tempo contra Deus por causa de suas úlceras? Os intérpretes que colocam tais cenas no passado, no qual não se pode demonstrar nem uma sombra de cumprimento, convidam abertamente a zombaria e o ridículo das mentes céticas ao santo livro de Deus, fornecendo-lhes armas potentes para sua deplorável obra. A Inspiração diz que com tais pragas “*se consumou a cólera de Deus*” (Ap 15:1). Mas se elas podem se cumprir sem ninguém saber, quem de agora em diante considerará Sua ira algo tão terrível ou temerá Seus juízos quando for ameaçado com eles?

VERSÍCULO 12. Derramou o sexto a sua taça sobre o grande rio Eufrates, cujas águas secaram, para que se preparasse o caminho dos reis que vêm do lado do nascimento do sol. 13. Então, vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs; 14. porque eles são espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso. 15. (Eis que venho como vem o ladrão. Bem-aventurado aquele que vigia e guarda as suas vestes, para que não ande nu, e não se veja a sua vergonha.) 16. Então, os ajuntaram no lugar que em hebraico se chama Armagedom.

A *sexta praga*. O que é o grande rio Eufrates, sobre o qual esta taça é derramada? Um ponto de vista defende que se trata do rio Eufrates literal na Ásia; outro afirma ser um símbolo da nação que ocupa o território por onde o rio corre. A segunda opinião é preferível à primeira pelos seguintes motivos:

1. Seria difícil entender o que se ganharia com a seca do rio literal, uma vez que ele não oferece nenhuma obstrução séria ao progresso de um exército que avança. E é importante notar que a sexta praga ocorre a fim de preparar a caminho para os *reis* do oriente, isto é, para organizações militares regulares, não para uma multidão mista e despreparada de homens, mulheres e crianças, como os filhos de Israel junto ao Mar Vermelho ou ao Jordão. O Eufrates tem somente cerca de 2.250 quilômetros de extensão, cerca de um terço do comprimento do Mississippi. Sem dificuldade, Ciro desviou todo o rio de seu canal no cerco de Babilônia. Apesar das diversas guerras que ocorreram em suas margens e das hostes poderosas que atravessaram de um lado para o outro sua correnteza, ele nunca precisou se secar para os soldados passarem.

2. Seria necessário secar o rio Tigre assim como o Eufrates, pois ele é praticamente tão extenso quanto aquele. Sua nascente fica a apenas 24 quilômetros da do Eufrates, nas montanhas da Armênia, e segue um curso praticamente paralelo ao dele, a uma curta distância ao longo de toda sua trajetória; todavia, a profecia nada diz acerca do Tigre.

3. A seca *literal* dos rios ocorre durante a quarta taça, quando o sol recebe poder para queimar os seres humanos com fogo. Sem sombra de dúvida, durante essa praga ocorrem cenas de seca e fome, descritas com muita vividez em Joel 1:14-20. Em decorrência disso, afirma-se claramente que “*os rios se secaram*”. O Eufrates dificilmente seria exceção a essa seca assoladora; logo, não restaria muito para ser literalmente seco durante a sexta taça.

4. A própria natureza das pragas revela que elas precisam ser manifestações de ira e juízos sobre os seres humanos. Mas se a seca do Eufrates literal é tudo que ela proporciona, então a praga não possuiria tal natureza e não seria uma questão tão séria.

Como existem tais objeções que nos levam a crer que não se trata de um rio literal, ele deve ser entendido de maneira figurada, simbolizando o poder em posse do território banhado por esse rio, a saber, o império otomano ou turco.¹

¹ Sobre o sexto selo, os pioneiros adventistas mantinham duas posições para os versos 12 a 16. A primeira, defendida por Uriah Smith neste comentário, crê na literalidade geográfica dos eventos preditos e numa batalha envolvendo o ajuntamento político e

1. Esse tipo de aplicação é feito em outras passagens das Escrituras (ver Is 8:7; Ap 9:14). No último texto, todos devem admitir que o Eufrates simboliza o poder turco. E sendo a primeira de duas únicas ocorrências da palavra no Apocalipse, pode-se considerar que governa o uso da palavra neste livro.

2. A seca do rio nesse sentido seria a destruição do império turco, acompanhada da destruição em maior ou menor escala de seus súditos. Assim temos juízos literais sobre os seres humanos em resultado dessa praga, como no caso de todas as outras.

Mas se pode objetar que, embora argumentemos a favor da literalidade das pragas, transformamos uma delas em um símbolo. Respondemos que não. É verdade que um poder é apresentado, na sexta taça, em forma simbólica, assim como na quinta, quando lemos sobre o trono da besta, que se trata de um símbolo bem conhecido. Lemos também, na primeira praga, sobre a marca da besta, sua imagem e sua adoração, que também são símbolos. Insiste-se apenas na literalidade dos juízos que resultam de cada taça, que, neste caso, é tão literal quanto em todos os outros, muito embora as organizações que sofrem tais juízos possam ser apresentadas de maneira simbólica.

Pode-se perguntar ainda como o caminho dos reis do oriente será preparado pela seca ou destruição do poder otomano? A resposta é óbvia. Com que propóstio o caminho desses reis será preparado? Resposta: para comparecerem na batalha do grande dia do Deus Todo-Poderoso. Onde essa batalha será travada? Perto de Jerusalém (Joel e Sofonias). Mas Jerusalém se encontra nas mãos dos turcos. Eles detêm a posse da terra da Palestina e dos santos sepulcros. Esse é o ponto de discórdia. Nesses lugares as nações fixam os olhos cobiçosos e cheios de inveja. Mas embora a Turquia agora detenha a posse, e outros a queiram, é necessário para a tranquilidade da Europa que a Turquia seja mantida em sua posição, a fim de preservar aquilo que é chamado de “equilíbrio do poder”. Por isso, as nações cristãs da Europa têm cooperado para manter a integridade do trono do sultão, uma vez que não conseguem entrar em acordo quanto à divisão dos espólios quando a Turquia cair. É somente por causa da tolerância delas que esse governo existe hoje, e quando retirarem o apoio, deixando o império por conta própria, conforme ocorrerá durante a sexta praga, o rio simbólico se secará por completo. A Turquia não mais existirá, abrindo caminho para todas as nações fazerem o último grande ajuntamento rumo à terra santa. Os reis do leste, as nações, os poderes e os reinos que ficam a leste da Palestina desempenharão um papel notável na questão, pois, em referência a essa cena, Joel diz: “Despertem, nações; avancem para o vale de Josafá” (3:12, NVI). Os milhões de muçulmanos da Pérsia, Afeganistão, Turquistão e Índia correrão para o campo de conquista em nome de sua religião (leia mais sobre a Turquia nos comentários acerca de Daniel 11:40-45).

militar das nações da Terra na Palestina. A segunda, defendida por Tiago White e a mais, se não a única, defendida pelos eruditos adventistas da atualidade, faz uma interpretação figurada dos símbolos usados, entendendo que tal visão é mais coerente com o contexto de Apocalipse 13 a 19. Nesse caso, o Armagedom consistiria na batalha entre Cristo e as nações ímpias, no segundo advento de Cristo. Para maiores esclarecimentos sobre as implicações das duas posições, ver *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014), vol. 7, p. 934-938.

Aqueles que colocam cinco das pragas no passado e argumentam que estamos agora vivendo durante a sexta usam, como um de seus argumentos mais fortes, o fato de que o império turco está agora se acabando, exatamente durante a sexta taça. É quase desnecessário responder que o acontecimento que ocorre durante a sexta taça é a destruição *completa e absoluta* desse poder, não seu estado *preliminar* de decadência, que é tudo que transporece atualmente. É necessário que o império enfraqueça e perca poder por um tempo, para que venha sua dissolução total no momento da praga. Uma vez que já se enxerga a condição preliminar, o fim total não pode estar no futuro distante.

Outro evento a ser notado durante essa praga é o envio de três espíritos imundos a fim de reunir as nações para a grande batalha. O agente já em atividade no mundo, conhecido como o espiritismo moderno, é, em todos os aspectos, um instrumento adequado para ser usado nessa obra. Mas alguns podem perguntar como uma obra que já está em andamento pode ser designada por essa expressão, uma vez que os espíritos só são introduzidos na profecia durante o derramamento da sexta praga, que ainda é um acontecimento futuro. Respondemos que, nesse caso, bem como em muitos outros movimentos, os agentes que o Céu designa para cumprir determinados objetivos passam por um processo de treinamento prévio a fim de preparar para a parte que desempenharão. Portanto, antes que os espíritos tenham autoridade absoluta sobre a raça humana a fim de reuni-la em batalha contra o Rei dos reis e Senhor dos senhores, primeiro precisam conquistar seu caminho entre as nações da Terra, fazendo seu ensino ser aceito como se tivesse autoridade divina e como se sua palavra fosse lei. Essa é a obra que agora se encontram fazendo. E depois de ganharem influência completa sobre as nações em questão, que instrumentos mais apropriados poderiam ser usados a fim de reuni-los para uma iniciativa tão impulsiva e sem esperança?

Para muitos, pode parecer inacreditável as nações desejarem se engajar em um conflito tão desigual e se proporem a batalhar contra o Senhor dos exércitos. No entanto, uma das habilidades desses espíritos é enganar, pois eles atuam operando milagres. Dessa maneira, enganam os reis da Terra e estes passam a crer em uma mentira.

As fontes das quais esses espíritos se originam denotam que eles operarão em meio às três grandes religiões da humanidade, representadas pelo dragão, pela besta e pelo falso profeta, ou seja, o paganismo, o catolicismo e o protestantismo.

Mas qual é a força da palavra de cautela expressa no versículo 15? A porta da graça já terá se fechado e Cristo, deixado Sua posição de mediador para que as pragas comecem a cair. Existe risco de cair depois disso? É importante notar que essa advertência é feita em conexão com a obra dos espíritos. Logo, a inferência é que ela consiste em uma palavra de cautela retroativa, que se aplica desde o momento em que esses espíritos começaram a obra até o fim do tempo de graça. Por meio de uma mudança de tempos verbais comum no idioma grego, o presente é usado no lugar do passado, como se dissesse: “Bem-aventurado aquele que vigiou e guardou as suas vestes, pois a vergonha e nudez de todos aqueles que não fizeram isso aparecerá de modo notório neste momento”.

“Então, os ajuntaram”. Quem são esses ajuntados e que agente é usado para essa obra de ajuntamento? Se a palavra *os* se referir aos reis do versículo 14, fica certo que nenhum agente bom poderia ser usado para ajuntá-los. Na versão em inglês KJV, o verbo se encontra no singular, *ele os ajuntou*. Por que isso acontece, se a referência é aos espíritos? A peculiaridade dessa construção levou alguns a ler a passagem da seguinte maneira: “E Ele [Cristo] os ajuntou [os santos] em um lugar chamado na língua hebraica de Armagedom [a cidade ilustre, ou nova Jerusalém]”. Mas essa posição é insustentável. A crítica a seguir, publicada não faz muito tempo em uma revista religiosa, parece lançar luz verdadeira sobre a passagem. O autor diz:

“Parece-me que o versículo 16 é uma continuação do versículo 14, e que o antecedente de αὐτοὺς [os] são “os reis” mencionados no versículo 14. Pois esse versículo diz: “e se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los”, etc., e o versículo 16 declara: “E *ele* os ajuntou” [KJV]. No grego, um plural neutro normalmente usa o verbo no singular (ver Sófocles, *Greek Grammar* [Gramática do Grego], seção 151, 1). Assim, será que não podemos dizer que o sujeito de συνήγαγεν [ajuntou — 3ª pessoa do singular, com sujeito elíptico, no grego] (versículo 16) seria τὰ πνεύματα [os espíritos] do versículo 14, e que o “ajuntamento” mencionado nos dois versículos corresponde a *uma* coisa só?”

“E se ocorrerá um ajuntamento dos “reis da Terra e do mundo inteiro”, não será com o propósito mencionado no texto, a saber, “com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso”?

Em harmonia com essa crítica, várias traduções usam o pronome no plural em lugar do singular.

Wakefield, em sua tradução do Novo Testamento, apresenta o versículo da seguinte maneira: “E *os espíritos* reuniram os reis em um lugar chamado em hebraico de Armagedom”.

O Testamento siríaco traz: “E *eles* os congregaram em um lugar chamado Armagedom em hebraico”.

A tradução de Sawyer diz: “E *eles* se reuniram em um lugar chamado em hebraico de Armagedom”.

E a versão de Wesley do Novo Testamento diz: “E *eles* os reuniram no lugar chamado de Armagedom em hebraico”.

A tradução de Whiting traz: “E *eles* os reuniram em um lugar chamado Armagedom em hebraico”.

O professor Stuart, de Andover College, distinto crítico, embora não seja tradutor das Escrituras, verteu: “E eles os reuniram”, etc. De Wette, tradutor alemão da Bíblia, segue a mesma opção de Stuart e dos outros.²

Albert Barnes, cujos comentários sobre o Novo Testamento são tão usados, se refere à mesma lei gramatical sugerida pela crítica supracitada e diz:

² A ARA e ARC em língua portuguesa seguiram a mesma opção desses tradutores e críticos, colocando o verbo no plural e deixando o sujeito “eles” (espíritos de demônios) oculto.

“A autoridade de De Wette e do professor Stuart é suficiente para mostrar que a construção gramatical que adotam é autorizada pelo grego, como de fato ninguém pode duvidar, e talvez essa opção harmonize melhor com o contexto do que qualquer outra construção proposta.”

Assim se percebe que há razões de peso para ler o texto: “*Eles* os ajuntaram”, em vez de “*ele* os ajuntou”. Por meio dessas autoridades, demonstra-se que as pessoas reunidas são os subordinados de Satanás, não os santos; que essa é a obra dos espíritos, não de Cristo; e que o local de reunião não é a nova Jerusalém para a ceia das bodas do Cordeiro, mas, sim, o Armagedom (ou monte Megido), “para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso”.

As colinas de Megido, em frente à planície de Esdraelom, foram o local onde Baraque e Débora destruíram o exército de Sísera e onde Josias foi derrotado pelo rei egípcio Faraó-Neco.

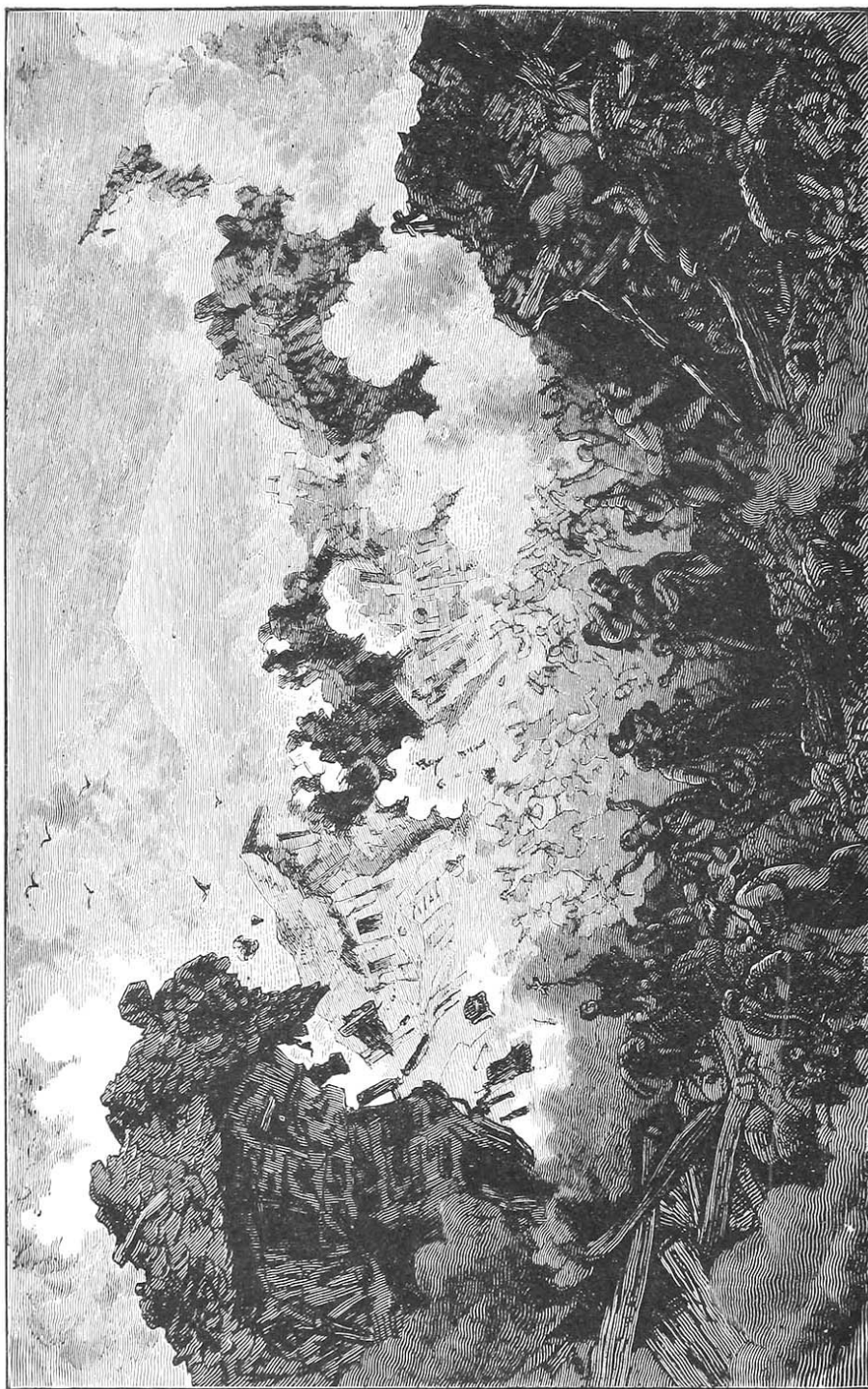
VERSÍCULO 17. Então, derramou o sétimo anjo a sua taça pelo ar, e saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está! 18. E sobrevieram relâmpagos, vozes e trovões, e ocorreu grande terremoto, como nunca houve igual desde que há gente sobre a Terra; tal foi o terremoto, forte e grande. 19. E a grande cidade se dividiu em três partes, e caíram as cidades das nações. E lembrou-Se Deus da grande Babilônia para dar-lhe o cálice do vinho do furor da Sua ira. 20. Todas as ilhas fugiram, e os montes não foram achados; 21. também desabou do céu sobre os homens grande saraivada, com pedras que pesavam cerca de um talento; e, por causa do flagelo da chuva de pedras, os homens blasfemaram de Deus, porquanto o Seu flagelo era sobremodo grande.

A sétima praga. Assim a Inspiração descreveu o último juízo que será infligido na condição presente sobre aqueles que são incorrigivelmente rebeldes contra Deus. Algumas das pragas têm aplicação local, mas esta é derramada sobre o ar. O ar envolve a Terra inteira. Conclui-se que esta praga, da mesma maneira, envolverá todo o globo habitável. Ela será universal. O próprio ar será mortal.

Depois de acontecer o ajuntamento das nações durante a sexta taça, resta a batalha para ser travada durante a sétima. E aqui são mencionados os instrumentos que Deus usará para executar os ímpios. Nesse momento, pode-se dizer: “O SENHOR abriu o Seu arsenal e tirou dele as armas da Sua indignação” (Jr 50:25).

“Sobrevieram [...] vozes”. Acima de tudo se ouvirá a voz de Deus. “O SENHOR brama de Sião e Se fará ouvir de Jerusalém, e os céus e a Terra tremerão; mas o SENHOR será o refúgio do Seu povo e a fortaleza dos filhos de Israel” (Jl 3:16; ver também Jr 25:30; Hb 12:26). Isso provocará o grande terremoto como nunca se viu antes sobre a face da Terra.

“Relâmpagos [...] e trovões”. Outra alusão aos juízos do Egito (cf. Êx 9:23). A grande cidade se divide em três partes, ou seja, as três grandes divisões da religião falsa e apóstata do mundo (a grande cidade). O paganismo, o catolicismo e o protestantismo apostatado parecem ser separados a fim de receber sua ruína apropriada. As cidades das nações caem; desolação universal se



O GRANDE TERREMOTO
APOCALIPSE 16:18

espalha pela Terra; todas as ilhas fogem e as montanhas não podem ser encontradas; e a grande Babilônia é lembrada por Deus. Leia seus juízos descritos em maiores detalhes no capítulo 18.

“Também desabou do céu sobre os homens grande saraivada”. Esse será o último instrumento usado para infligir castigo sobre os maus — o resíduo amargo da sétima taça. Deus Se dirigiu solenemente aos ímpios dizendo: “Farei do juízo a régua e da justiça, o prumo; a saraiva varrerá o refúgio da mentira, e as águas arrastarão o esconderijo” (Is 28:17; ver também Is 30:30). E Ele pergunta a Jó: “Acaso, [...] viste os tesouros da saraiva, que Eu retenho até ao tempo da angústia, até ao dia da peleja e da guerra?” (Jó 38:22-23).

“Pedras que pesavam cerca de um talento”. Um talento, de acordo com diversas autoridades, pesa cerca de 25 quilos. O que seria capaz de resistir ao peso de pedras tão enormes caindo do céu? Mas a humanidade, nessa ocasião, não terá abrigo. As cidades estarão derrubadas pelo poderoso terremoto, as ilhas terão fugido e os montes não se acharão. Mais uma vez, os ímpios expressam palavras de blasfêmia, pois a praga da saraiva é “sobremodo grande”.

Uma vaga ideia do terrível efeito da cena aqui predita pode ser inferida do relato a seguir de uma tempestade de granizo no estreito de Bósforo por nosso conterrâneo, o falecido comodoro Porter, em sua obra *Letters from Constantinople and its Environs* [Cartas de Constantinopla e Arredores], vol. 1, p. 44. Ele conta:

“Havíamos percorrido talvez cerca de dois quilômetros, quando surgiu uma nuvem no oeste, dando indícios da aproximação da chuva. Em poucos minutos, descobrimos que algo caía do céu com forte barulho e aparência esbranquiçada. Não consegui identificar o que era, mas, ao observar algumas gaivotas por perto, supus serem elas em busca de peixes, mas logo descobri que eram grandes bolas de gelo que caíam. Imediatamente, ouvimos som como de um forte trovão, ou dezenas de milhares de carruagens rolando furiosamente sobre o pavimento. Todo o Bósforo espumou, como se a artilharia celeste tivesse sido carregada para atingir cada um de nós e nosso frágil maquinário. Nosso destino parecia inevitável. Abrimos os guarda-chuvas para nos protegerem, mas os pedaços de gelo os rasgavam em tiras. Felizmente, tínhamos um abrigo para animais no barco, para onde fomos rastejando e nos salvamos de maiores danos. Um dos três remadores literalmente esmagou a mão; outro ficou muito ferido no ombro. O Sr. H. recebeu um golpe na perna; minha mão direita ficou meio inválida e todos sofreram machucados maiores ou menores.”

“Foi a cena mais horrenda e terrível que já testemunhei, e Deus não permita que eu seja exposto a outra! Bolas de gelo cujo tamanho era o dobro do meu punho caíram no barco, e algumas delas com tamanha violência que, sem dúvida, teriam quebrado um braço ou uma perna caso nos tivessem atingido nessas partes. Uma delas bateu na pá de um remo e a partiu. A cena durou talvez cinco minutos, mas foram os cinco minutos com sentimentos mais terríveis que já vivenciei. Quando tudo passou, vimos os montes cobertos com amontoados de gelo. Não posso chamar simplesmente de granizo. As árvores perderam folhas e galhos e tudo parecia desolado. A cena foi terrível, além de qualquer descrição.”

“Já testemunhei diversos terremotos. O relâmpago já iluminou como se estivesse sobre minha cabeça. O vento já rugiu, e as ondas, certa vez, me jogaram no alto e em seguida me lançaram bem no fundo do mar. Já estive em ação e presenciei morte e destruição ao meu redor em toda forma de horror. Mas nunca tive a sensação de pavor que se apoderou de mim como nessa ocasião. Ela ainda me assombra e continuará a me assombrar para sempre. Meu carregador, o mais ousado da tripulação, se aventurou a sair pela porta por um instante e foi derrubado por um granizo. Se não tivesse sido puxado para dentro pelos calcanhares, teria sido atingido até a morte. Dois barqueiros morreram na parte superior do vilareijo, e ouvi falar de vários que quebraram ossos. Imagine que os céus tenham se congelado e, de repente, quebrado em pedaços, em massas irregulares chegando a pesar de 250 a 500 gramas, e caído na Terra.”

Caro leitor, se tais foram os efeitos desoladores de uma tempestade de gelo que fez cair pedras do tamanho do punho de um homem, pesando no máximo meio quilo, quem é capaz de compreender as consequências da saraivada vindoura, na qual cada pedra terá o peso de um talento? Tão certo quanto a Palavra de Deus é verdade, Ele logo punirá dessa maneira o mundo culpado. Que, de acordo com a promessa, tenhamos a garantia de “moradas de paz” e “lugares quietos e tranquilos” nessa hora terrível (Is 32:18-19).

“E saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está!” Assim tudo termina. A taça da culpa humana se encheu. A última alma se valeu do plano da salvação. Os livros foram fechados. O número dos salvos se completou. O ponto final é colocado na história deste mundo. As taças da cólera de Deus foram derramadas sobre uma geração corrupta. Os ímpios beberam de seu conteúdo até a última gota e se afundaram no reino da morte por mil anos. Leitor, onde você deseja ser encontrado após essa grande decisão?

Mas qual é a condição dos santos enquanto o “dilúvio do açoite” assola? Eles são alvos especiais da proteção de Deus, Aquele que nota até mesmo o pardal que cai ao chão. Muitas e inúmeras são as promessas para lhes prover conforto, as quais se encontram resumidas na bela e expressiva linguagem do Salmo 91, o único que teremos espaço para citar:

“O que habita no esconderijo do Altíssimo e descansa à sombra do Onipotente diz ao SENHOR: Meu refúgio e meu baluarte, Deus meu, em quem confio. Pois Ele te livrará do laço do passarinho e da peste perniciosa. Cobrir-te-á com as Suas penas, e, sob Suas asas, estarás seguro; a Sua verdade é pavês e escudo. Não te assustarás do terror noturno, nem da seta que voa de dia, nem da peste que se propaga nas trevas, nem da mortandade que assola ao meio-dia. Caiam mil ao teu lado, e dez mil, à tua direita; tu não serás atingido. Somente com os teus olhos contemplarás e verás o castigo dos ímpios. Pois disseste: O SENHOR é o meu refúgio. Fizeste do Altíssimo a tua morada. Nenhum mal te sucederá, praga nenhuma chegará à tua tenda” (Sl 91:1-10).

APOCALIPSE 17 — BABILÔNIA, A MÃE



VERSÍCULO 1. Veio um dos sete anjos que têm as sete taças e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei o julgamento da grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas, 2. com quem se prostituíram os reis da Terra; e, com o vinho de sua devassidão, foi que se embebedaram os que habitam na Terra. 3. Transportou-me o anjo, em espírito, a um deserto e vi uma mulher montada numa besta escarlata, besta repleta de nomes de blasfêmia, com sete cabeças e dez chifres. 4. Achava-se a mulher vestida de púrpura e de escarlata, adornada de ouro, de pedras preciosas e de pérolas, tendo na mão um cálice de ouro transbordante de abominações e com as imundícias da sua prostituição. 5. Na sua frente, achava-se escrito um nome, um mistério: Babilônia, a grande, a mãe das meretrizes e das abominações da Terra.

No versículo 19 do capítulo anterior, somos informados de que “lembrou-Se Deus da grande Babilônia para dar-lhe o cálice do vinho do furor da Sua ira”. O profeta agora aborda de maneira mais específica o assunto dessa grande Babilônia. E a fim de apresentá-la de maneira mais completa, retorna e menciona alguns fatos de sua história passada. Os protestantes em geral concordam que essa mulher apóstata apresentada no capítulo constitui um símbolo da Igreja Católica Romana. Tem existido uma ligação ilícita entre essa igreja e os reis da Terra; e com o vinho de sua devassidão, ou seja, suas falsas doutrinas, os habitantes da Terra se embebedaram.

Igreja e Estado. Esta profecia é mais específica do que as outras aplicáveis ao poder romano, uma vez que faz distinção entre igreja e Estado. Aqui encontramos a mulher, a igreja, assentada sobre uma besta de cor escarlata, o poder civil, que a sustenta e o qual ela controla e guia segundo seus próprios objetivos, assim como o cavaleiro controla o animal sobre o qual está montado.

As roupas e os ornamentos da mulher, descritos no versículo 4, se encontram em harmonia surpreendente com a aplicação do símbolo, uma vez que púrpura e escarlata são as principais cores nas vestes dos papas e cardeais. Em meio às miríades de pedras preciosas que adornam suas cerimônias, a prata quase não se vê e o próprio ouro chega a parecer pobre, de acordo com uma testemunha ocular. E do cálice de ouro em sua mão — símbolo de pureza de doutrina e profissão, que só deveria conter aquilo que é puro e livre de adulterações, ou, explicando a figura, somente aquilo que se encontra em total concordância com a verdade — só saíam abominações. Do vinho de sua devassidão, símbolo apropriado para suas doutrinas abomináveis, transbordavam práticas ainda mais abomináveis.

Esta mulher é explicitamente chamada de Babilônia. Assim, seria Roma Babilônia, excluindo todos os outros corpos religiosos? Não. Isso se vê pelo fato de ser chamada de *mãe* das meretrizes,

conforme já observado, mostrando que existem outras organizações religiosas independentes que correspondem às filhas apóstatas e pertencem à mesma grande família.

VERSÍCULO 6. Então, vi a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus; e, quando a vi, admirei-me com grande espanto. 7. O anjo, porém, me disse: Por que te admiraste? Dir-te-ei o mistério da mulher e da besta que tem as sete cabeças e os dez chifres e que leva a mulher:

Uma causa de espanto. Por que João se admirou com grande espanto quando viu a mulher embriagada com o sangue dos santos? A perseguição ao povo de Deus era algo estranho em sua época? Ele não vira Roma lançar seus mais ferozes ataques à igreja, estando ele próprio exilado na época em que escreveu? Por que, então, se espantou quando olhou para o futuro e viu Roma ainda perseguindo os santos? O segredo para o espanto era simplesmente este: toda a perseguição que ele havia testemunhado fora proveniente de Roma pagã, inimiga declarada de Cristo. Não era estranho os pagãos perseguirem os seguidores de Cristo. Quando, porém, olhou para o futuro e viu uma igreja professando *cristã* perseguindo os seguidores do Cordeiro, embriagada com o sangue deles, não pôde deixar de se espantar com grande surpresa.

VERSÍCULO 8. A besta que viste, era e não é, está para emergir do abismo e caminha para a destruição. E aqueles que habitam sobre a Terra, cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida desde a fundação do mundo, se admirarão, vendo a besta que era e não é, mas aparecerá. 9. Aqui está o sentido, que tem sabedoria: as sete cabeças são sete montes, nos quais a mulher está sentada. São também sete reis, 10. dos quais caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou; e, quando chegar, tem de durar pouco. 11. E a besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei, e procede dos sete, e caminha para a destruição.

Roma em três etapas. A besta da qual o anjo fala aqui sem dúvida é a besta escarlata. Uma besta selvagem, como a que é apresentada aqui, é o símbolo de um poder opressor e perseguidor. E embora o poder romano, como nação, tenha desfrutado uma longa existência sem interrupções, ele passou por algumas etapas durante as quais este símbolo não se aplicaria, e em cujo período, por consequência, se poderia dizer que a besta, em profecias como a presente, não era, ou não existia. Assim Roma, em sua forma pagã, era um poder perseguidor em sua relação com o povo de Deus durante o período em que constituiu a besta que era. Mas o império se converteu nominalmente ao cristianismo. Houve uma transição do paganismo a outra etapa de religião, falsamente denominada cristã. E durante um breve período, enquanto essa transição ocorria, ela perdeu sua ferocidade e seu caráter perseguidor, por isso podia se dizer que a besta não era. O tempo passou e ela se degenerou para o papado, assumindo mais uma vez seu caráter sedento de sangue e opressor, constituindo a besta que “também é”, ou, nos dias de João, estava para ser.

As sete cabeças. Explica-se, primeiro, que as sete cabeças são sete montes; em seguida menciona-se que “são também sete reis”, ou formas de governo. “Caíram cinco”, conta o anjo, ou

passaram; “um existe”, o sexto que então reinava; outro ainda não havia chegado, mas, quando chegasse, continuaria por um curto período. E quando a besta reaparecesse em seu caráter sangrento e perseguidor, seria sob a oitava forma de governo, que deveria continuar até a besta cair em perdição. As sete formas de governo que existiram no império romano normalmente são enumeradas da seguinte forma: 1) real; 2) consular; 3) decenvirato; 4) ditatorial; 5) triunvirato; 6) imperial; e (7) papal. Reis, cônsules, decênviros, ditadores e triúnviros já haviam passado nos dias de João. Ele vivia durante a forma imperial. Outras duas surgiriam depois de sua época. Uma continuaria por um breve período e, por esse motivo, em geral não é contada entre as cabeças, ao passo que a última, normalmente denominada sétima, na verdade é a oitava. A cabeça que sucedeu à imperial e que deveria “durar pouco” não pode ser a papal, pois esta durou mais do que todas as outras somadas. Portanto, compreendemos que a cabeça papal é a oitava, e uma cabeça de breve duração existiu entre a imperial e a papal. Em cumprimento disso, lemos que, depois que a forma imperial foi abolida, houve um governante que dirigiu Roma ao longo de cerca de 60 anos sob o título de “Exarca de Ravena”. Assim encontramos o elo que conecta as cabeças imperial e papal. A terceira etapa da besta que era e não é, mas aparecerá consiste no poder romano sobre o domínio do papado. E essa forma emerge do abismo, ou seja, baseia seu poder em pretensões cujo único fundamento é uma mistura de erros cristãos e superstições pagãs.

VERSÍCULO 12. Os dez chifres que viste são dez reis, os quais ainda não receberam reino, mas recebem autoridade como reis, com a besta, durante uma hora. 13. Têm estes um só pensamento e oferecem à besta o poder e a autoridade que possuem. 14. Pelejarão eles contra o Cordeiro, e o Cordeiro os vencerá, pois é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis; vencerão também os chamados, eleitos e fiéis que se acham com Ele.

Os dez chifres. A esse respeito, confira os comentários sobre Daniel 7:8, nos quais se mostra que eles representavam os dez reinos que surgiram do império romano. Eles receberam poder durante uma hora (do grego ὥρα, *hora*, duração indefinida de tempo) com a besta, isto é, reinam por um período *contemporâneo à besta, ao longo do qual dão a ela seu poder e sua autoridade*.

Croly, em sua obra sobre o Apocalipse, faz o seguinte comentário sobre o versículo 12:

“A predição define a época do papado pela formação dos dez reinos do império ocidental. ‘Recebem autoridade como reis, com a besta, durante *uma hora*’. A tradução deveria ser: ‘na mesma era’ (μίαὶ ὥραν). Os dez reinos serão *contemporâneos*, em contraste com as ‘sete cabeças’, que foram *sucessivas*”.

Essa linguagem deve se referir ao passado, no momento em que os reinos da Europa foram unânimes em dar apoio ao papado, exaltando-o em todas as suas pretensões. Não pode se aplicar ao futuro, pois, após o início do tempo do fim, eles tiram o domínio da besta, para a destruir e a consumir até ao fim (Dn 7:26, ARC, KJV). E o tratamento que esses reinos finalmente darão ao papado é expresso no versículo 16, no qual se afirma que eles odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes e a consumirão no fogo. Parte dessa obra as nações da

Europa têm realizado há anos. Seu término, por meio da queima no fogo, será efetuado quando Apocalipse 18:8 se cumprir.

Eles pelem contra o Cordeiro (versículo 14). Nesse ponto, somos levados ao futuro, para o tempo da grande batalha final; pois, nessa ocasião, o Cordeiro já terá assumido o título Rei dos reis e Senhor dos senhores, fato que só ocorrerá em Sua segunda vinda (Ap 19:11-16).

VERSÍCULO 15. Falou-me ainda: As águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos, multidões, nações e línguas. 16. Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo. 17. Porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento, o executem à uma e deem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus. 18. A mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis da Terra.

Definição de um símbolo importante. No versículo 15, encontramos a definição clara do símbolo bíblico de águas; elas denotam povos, multidões, nações e línguas. Enquanto chamava a atenção de João para esse assunto, o anjo lhe disse que mostraria para ele o julgamento da grande meretriz. No versículo 16, esse juízo é especificado. Este capítulo, naturalmente, fez referência especial à velha mãe, ou Babilônia católica. O capítulo seguinte, se não nos enganamos, aborda o caráter e o destino de outra grande ramificação de Babilônia: as filhas meretrizes.



APOCALIPSE 18 — BABILÔNIA, AS FILHAS



VERSÍCULO 1. Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória. **2.** Então, exclamou com potente voz, dizendo: **Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável, 3. pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da Terra. Também os mercadores da Terra se enriqueceram à custa da sua luxúria.**

Algum movimento de grande poder é simbolizado por estes versículos (ver os comentários sobre o versículo 4). A análise de alguns fatos nos conduzirão inequivocamente à aplicação. No capítulo 14, tivemos uma mensagem anunciando a queda de Babilônia. Babilônia é um termo que engloba não só a Igreja Católica Romana, mas os corpos religiosos que dela surgiram, levando consigo muitos de seus erros e de suas tradições.

Uma queda moral. A queda de Babilônia aqui mencionada não pode se tratar de uma destruição literal, pois há eventos que ocorrerão em Babilônia após sua queda que proíbem terminantemente essa ideia. Por exemplo, o povo de Deus se encontra lá após sua queda e é chamado para sair a fim de não sofrer com suas pragas; e é por meio dessas pragas que ocorre sua destruição literal. Logo, a queda é de ordem moral, pois sua consequência é que Babilônia se torna morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável. Essa é uma terrível descrição da apostasia, mostrando que, como consequência de sua queda, ela acumula uma pilha de pecados até o céu, se tornando alvo dos juízos de Deus, que não podem mais ser adiados.

E uma vez que a queda aqui introduzida é de ordem moral, ela deve se aplicar a alguma ramificação de Babilônia além das divisões pagã ou papal, ou exterior a elas. Pois, desde o início de sua história, o paganismo é uma religião falsa e o papado, uma religião apóstata. Além disso, como se afirma que a queda ocorre pouco antes da destruição final de Babilônia, certamente depois da ascensão e do predito triunfo da igreja papal, esse testemunho só pode se aplicar às organizações religiosas que surgiram dessa igreja. Elas começaram em reforma. Conduziram-se bem por um período e contaram com a aprovação de Deus. Mas, ao se cercarem de credos, falharam em continuar a avançar no ritmo da luz da verdade profética e, por isso, foram deixadas em uma posição na qual finalmente desenvolverão um caráter tão mau e odioso aos olhos de Deus como o da igreja da qual inicialmente se retiraram como dissidentes ou reformadores. Uma vez que o ponto em questão é, para muitos, um assunto muito delicado, deixaremos os membros dessas diversas denominações falarem por si sós.



A MENSAGEM DE APOCALIPSE 18:1

O periódico *Tennessee Baptist* [Batista de Tennessee] diz:

“Esta mulher [o papado] é chamada de *mãe* das meretrizes e abominações. Quem são as filhas? As igrejas luterana, presbiteriana e episcopal são todas ramificações da católica [romana]. Não seriam elas denominadas “meretrizes e abominações” na passagem acima? É assim que vejo. Não poderia, nem com a estaca da fogueira a minha frente, entender de maneira diferente. Presbiterianos e episcopais compõem uma parte de Babilônia. Eles defendem os princípios distintivos do *papado em comum* com os papistas.”

Alexander Campbell declarou:

“Os estabelecimentos de adoração agora em operação por toda a cristandade, engessados e cimentados com suas respectivas volumosas profissões de fé e constituições eclesiásticas, não são igrejas de Jesus Cristo, mas as filhas legítimas da mãe das meretrizes, a igreja de Roma.”

Afirmou também:

“Tentou-se efetuar uma reforma do papado na Europa há três séculos. Ela terminou em uma hierarquia protestante e uma multidão de dissidentes. O protestantismo foi reformado, transformando-se em presbiterianismo, este no congregacionalismo, este no movimento batista, etc., etc. O metodismo tentou reformar todos, mas ele próprio se reformou nas diversas formas do wesleyanismo. Todos eles guardam no seio — em suas organizações eclesiásticas, na adoração, nas doutrinas e observâncias — diversas relíquias do papado. São, no máximo, uma reforma do papado e somente uma reforma parcial. As doutrinas e tradições humanas continuam a prejudicar o poder e o progresso do evangelho em suas mãos (*On Baptism* [Sobre o Batismo], p. 15).”

O. Scott (metodista wesleyano) disse:

“A igreja se encontra profundamente infectada pelo desejo de ganhos temporais como o mundo. As igrejas estão transformando este mundo em deus. A maioria das denominações do presente podem ser chamadas de *igrejas do mundo* com muito mais propriedade do que igrejas de Cristo. Elas se encontram tão afastadas do cristianismo primitivo que necessitam de uma nova regeneração, um novo tipo de religião”.

O periódico *Golden Rule* [Regra de Ouro] comenta:

“Os protestantes estão ultrapassando os papas na insensatez de extravagância e esplendor ao construir templos. Milhares de milhares são gastos em belos ornamentos dispendiosos para gratificar o orgulho e uma ambição ímpia, que poderiam e deveriam ser empregados para redimir os milhões a perecer! A maldade, a insensatez e a loucura desses adoradores orgulhosos, formais e apegados à moda param por aqui?”
 “Esses monumentos espetaculares de altivez papal, para os quais milhões são desperdiçados em nossas cidades, praticamente excluem os pobres, por quem Cristo morreu e para os quais veio *especialmente* pregar.”

O relatório da Associação Anual de Michigan, publicado no *True Wesleyan* [Verdadeiro Wesleyano] de 15 de novembro de 1851, diz:

“O mundo comercial, político e eclesiástico está se dirigindo, da mesma maneira e em conjunto, para o caminho largo que leva à morte. Tanto a política, quanto o comércio e a religião nominal são coniventes com o pecado, auxiliam um ao outro de forma recíproca e se unem para oprimir os pobres. Falsidades são proferidas sem nenhum pudor em reuniões públicas e no púlpito. E *pecados que chocariam a sensibilidade moral dos pagãos passam sem receber nenhuma repreensão em todas as grandes denominações de nossa terra*. Essas igrejas são semelhantes à igreja judaica quando o Salvador exclamou: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas”.

E, por acaso, a condição delas está melhor agora do que nessa época? Robert Atkins, em um sermão pregado em Londres, disse:

“Os verdadeiros justos diminuíram da Terra e ninguém se dá conta disso. Aqueles que professam religião na atualidade, em todas as igrejas, são amantes do mundo, conformados com o mundo, amantes da comodidade e conforto, ambiciosos por honras. São chamados para *sofrer* em Cristo, mas recuam até mesmo diante de pequenas reprimendas.”

“Apostasia, apostasia, apostasia se encontra inscrito na frente de cada igreja. E caso soubessem, caso sentissem, poderia haver esperança, mas aí deles, pois exclamam: “Estou rico e abastado e não preciso de coisa alguma.”

G. F. Pentecost, o célebre evangelista, disse no periódico *Independent*, em fevereiro de 1883, que a conversão de pecadores estava se transformando em uma “arte perdida”.

São muitos os testemunhos semelhantes que poderíamos obter de pessoas que ocupam posições de proeminência nas diversas denominações, escritos não com o propósito de fazer crítica maldosa e encontrar defeitos, mas, sim, por causa da sensação vívida da condição temível em que tais igrejas caíram. O termo *Babilônia*, quando aplicado a elas, não consiste em repreensão, mas, sim, na simples expressão da confusão e da diversidade de atitudes existentes entre elas. Babilônia não precisava ter caído, mas poderia ter sido curada (Jr 51:9) pela aceitação da verdade. Mas a rejeitou, por isso confusão e dissensão continuam a reinar dentro de seus domínios. O mundanismo e o orgulho rapidamente sufocam toda planta de crescimento celestial.

Cronologia deste movimento. Para que momento esses versículos podem ser aplicados? Em que período devemos encontrar esse movimento? Se a posição aqui assumida estiver correta, de que essas igrejas, uma ramificação de Babilônia, sofreram uma queda moral ao rejeitar a primeira mensagem do capítulo 14, o anúncio do capítulo agora em análise não pode ter sido proclamado antes daquela época. Logo, ou ocorre em sincronia com a mensagem da queda de Babilônia, no capítulo 14, ou é feito em um período posterior. Mas os dois anúncios não podem corresponder a um mesmo movimento, pois o primeiro, do capítulo 14, meramente anunciava a queda de Babilônia, ao passo que o segundo, em análise, acrescenta diversos detalhes que, naquela época, não

havam se cumprido, nem estavam em processo de cumprimento. Portanto, considerando que precisamos buscar pelo cumprimento deste anúncio, colocado em destaque neste capítulo, em um período posterior a 1844, quando a mensagem anterior foi comunicada, perguntamos: essa mensagem foi proclamada em algum momento desde aquela época até o presente? A resposta ainda precisa ficar na negativa; logo, ela ainda pertence ao futuro. Mas agora estamos vivendo durante a terceira mensagem angélica, a última a ser dada antes da vinda do Filho do Homem. Portanto, chegamos à conclusão de que os dois primeiros versículos deste capítulo constituem uma característica da terceira mensagem que aparecerá quando ela for proclamada com poder e toda a Terra for iluminada com sua glória.

A obra que recebe destaque no versículo 2 se encontra em processo de cumprimento e logo será terminada, pela obra do espiritismo. Os seres chamados em Apocalipse 16:14 de “espíritos de demônios, operadores de sinais” estão secreta, mas rapidamente tendo entrada nas denominações religiosas supramencionadas, pois seus credos foram formulados sob a influência do vinho (erros) de Babilônia, sendo um deles o fato de os espíritos de nossos amigos mortos, conscientes, inteligentes e ativos, estarem ao nosso redor. Isso faz com que tais denominações sejam incapazes de resistir à aproximação dos espíritos maus que chegam até elas usando o nome e a personificação de amigos falecidos.

Uma característica significativa da obra do espiritismo é o manto religioso que ele tem assumido no presente. Ocultando os princípios mais grosseiros, até o momento colocados tão abertamente na linha de frente, o movimento, em alguns círculos, tem a pretensão de parecer agora uma religião tão respeitável quanto qualquer outra denominação da nação. Fala sobre pecado, arrependimento, expiação, salvação por intermédio de Cristo, etc., de maneira quase tão ortodoxa quanto os padrões mais aprovados. Sob o disfarce dessa profissão de fé, o que o impedirá de se infiltrar em quase todas as denominações da cristandade? A base do espiritismo é um dogma fundamental no credo de quase todas as igrejas. Infelizmente, seus princípios secretos são comumente apreciados e suas práticas sombrias bastante seguidas, a ponto de não causarem controvérsia, contanto que os pontos mais objetáveis fiquem ocultados. O que, então, pode salvar a cristandade de sua sedutora influência? Aqui se vê outra triste consequência de rejeitar as verdades ofertadas ao mundo pelas mensagens do capítulo 14. Caso as igrejas as tivessem aceitado, teriam sido resguardadas desse engano. Pois, entre as grandes verdades desenvolvidas pelo movimento religioso que ali entrou em cena, se encontra a importante doutrina de que a alma humana não é naturalmente imortal; que a vida eterna é um dom outorgado mediante condições e que só pode ser obtido por intermédio de Cristo; que os mortos estão inconscientes; e que as recompensas e os castigos do mundo futuro ocorrerão depois da ressurreição, no dia do juízo. Tais crenças dão um golpe mortal na primeira premissa vital do espiritismo. Que espaço tal doutrina conseguiria ganhar dentro da mente fortificada por essa verdade? O espírito vem e afirma ser a alma desencarnada ou o espírito de uma pessoa morta. A afirmação é refutada pelo fato de que não é esse o tipo de alma ou espírito que o ser humano possui; pelo reconhecimento de que “os mortos

não sabem coisa nenhuma”. Ou seja, sua primeira pretensão é uma mentira, e as credenciais que oferece revelam que pertence à sinagoga de Satanás. Assim, o espírito é rejeitado de primeira, evitando-se o mal que poderia efetuar. Mas a grande massa de religiosos se opõe à verdade que assim a resguardaria, expondo-se a essa última manifestação de astúcia satânica.

E enquanto o espiritismo assim trabalha, mudanças alarmantes se manifestam nas esferas elevadas de algumas denominações. A infidelidade da presente era, sob os sedutores nomes de “ciência”, “alta crítica”, “evolução”, etc., está fazendo alguns conversos notáveis. Como casos típicos, podemos mencionar homens como o falecido Henry Ward Beecher e periódicos como *The Outlook* [O Panorama], antes denominado *Christian Union* [União Cristã]. O Sr. Beecher era considerado um líder intelectual no mundo religioso, e sua fama e influência não se restringiam a apenas um hemisfério. Ele se tornou bem aberto na negação de doutrinas classificadas por todos os que creem na Bíblia como verdades fundamentais da revelação. Para ilustrar, citamos o trecho a seguir de *National Baptist* [Batista Nacional], de 6 de setembro de 1883. É parte de uma resposta do Sr. Beecher a J. S. Kennard, D. D., o qual havia criticado alguns de seus pontos de vista e algumas de suas afirmações. Ele diz:

“Sou um evolucionista cristão cordial. Não concordo, de maneira nenhuma, com tudo que defende Spencer — seu agnosticismo — nem com todas as declarações de Huxley, Tyndall e a escola de pensamento deles. Eles são agnósticos, ao passo que eu enfaticamente não o sou. Mas sou evolucionista. E isso abala a raiz de toda a teologia medieval e ortodoxa moderna — a queda do ser humano por meio de Adão, a herança de sua culpa por parte de sua posteridade e, em consequência, qualquer ponto de vista de expiação construído para resolver esse desastre lendário. Os seres humanos não caíram como raça. Eles evoluíram. Nenhum grande desastre sobreveio à raça logo no início. O decreto criativo de Deus se cumpriu, e qualquer teoria de expiação deve levar em conta que o ser humano foi criado no ponto mais inferior e, conforme creio, no que diz respeito a sua natureza física, evoluiu a partir da raça animal abaixo dele. No entanto, em sua natureza moral e espiritual, é filho de Deus, acrescentando-se um novo elemento, durante o grande movimento de evolução, no momento do surgimento do ser humano.”

Quando os grandes fatos unicamente responsáveis por explicar a existência do pecado em nosso mundo e todas as anomalias da condição presente são chamados de “desastre lendário”; quando se defende que o ser humano não caiu e que a raça não encarou o desastre da introdução do pecado pela desobediência no princípio, e que a expiação não é necessária para resolver essa situação, o que fazer com todas as partes da Bíblia nas quais esses fatos se encontram registrados e reconhecidos? Elas precisam ser relegadas ao reino das fábulas. E quando professos ministros do evangelho, para quem as pessoas olham em busca de instrução e a cuja opinião recorrem nessas questões, as afastam desses ensinamentos, que reverência pela Palavra de Deus se pode esperar das massas? “Tal sacerdote, tal povo”. Esses ministros fazem mais pela causa de infidelidade do que todos

os Voltaires e Paines de eras passadas, ou todos os Ingersolls da era presente. Pior do que lobos fora do aprisco são os lobos de dentro, muito mais perigosos por se revestirem de pele de cordeiro.

Outros que ocupam posições elevadas e periódicos influentes no mundo cristão falam com teor semelhante. Tornou-se muito fácil acusar o registro bíblico de inexato e alegar que os autores sagrados falharam em compreender os assuntos de que trataram. Boa parte da teológica dogmática moderna pode ser classificada em duas vertentes: fungos e fósseis. E qualquer declaração das Escrituras que não esteja de acordo com tais conceitos é rejeitada como se fosse incorreta. Paulo, alegam, detinha ideias errôneas sobre uma série de assuntos, em especial no que diz respeito à segunda vinda de Cristo. E um culto doutor em divindade, citado sem discordância em um importante periódico religioso, afirmou que o próprio Cristo havia compreendido incorretamente a questão quando a abordou, de acordo com o registro de Mateus 24! Analisando a questão dessa perspectiva tão lamentável, e sob a liderança de homens assim, quanto tempo demorará para Babilônia se tornar cheia de espíritos imundos e aves imundas e detestáveis? Quanto progresso já se fez nessa direção! Se os piedosos pais e as mães espirituais da geração que viveu logo antes da primeira mensagem ser anunciada pudessem se levantar de seus túmulos e compreender a condição atual do mundo religioso, ao escutarem seus ensinamentos e contemplarem suas práticas, como ficariam passamos diante do temível contraste entre a época deles e a nossa, lamentando a triste degeneração! E o Céu não permitirá que tudo isso passe em silêncio, pois será feita uma poderosa proclamação, chamando atenção do mundo inteiro para a somatória de acusações contra esses corpos religiosos infieis, de maneira que a justiça dos juízos que sobrevirão fique bem clara.

O versículo 3 mostra a vasta extensão da influência de Babilônia e o mal que resultou e resultará dessa conduta e, portanto, a justiça de seu castigo. Os mercadores da Terra se enriqueceram à custa da sua luxúria, ou “com a abundância de suas delícias” (ARC). Quem está à frente de todas as extravagâncias desta era? Quem enche a mesa com as iguarias mais ricas e seletas? Quem são os principais na extravagância no vestir e na indumentária dispendiosa? Quem é a própria personificação do orgulho e da arrogância? Não são os membros das igrejas? Onde devemos procurar a maior exibição de luxo, futilidade e orgulho da vida, resultante da vaidade e do pecado da raça? Não seria na assembleia de uma igreja moderna em um agradável dia de domingo?

Mas existe uma característica redentora nessa figura. Por mais degenerada que Babilônia tenha se tornado como instituição, há exceções à regra geral. Pois Deus ainda tem um povo ali e ela deve receber alguma consideração por causa desses filhos, até eles serem chamados a sair de sua comunhão. Não será necessário esperar muito tempo por esse chamado. Logo Babilônia ficará tão completamente tomada pelo fermento da influência desses agentes do mal que sua condição se tornará completamente manifesta a todos aqueles que são honestos de coração, preparando-se o caminho para a obra que agora o apóstolo passa a introduzir.

VERSÍCULO 4. Ouvi outra voz do céu, dizendo: Retirai-vos dela, povo Meu, para não seres cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos; 5. porque os seus

pecados se acumularam até ao Céu, e Deus Se lembrou dos atos iníquos que ela praticou. 6. Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela. 7. O quanto a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto, porque diz consigo mesma: Estou sentada como rainha. Viúva, não sou. Pranto, nunca hei de ver! 8. Por isso, em um só dia, sobrevirão os seus flagelos: morte, pranto e fome; e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou.

A voz vinda do Céu denota que haverá uma mensagem de poder acompanhada de glória celestial. Como será nítida a intervenção celeste e como se multiplicarão os agentes para o cumprimento da obra de Deus, à medida que a grande crise se aproximar! Essa voz do Céu é classificada como “outra”, mostrando que um novo agente é aqui introduzido. Temos agora cinco mensageiros celestiais expressamente mencionados por estarem engajados nessa última reforma religiosa. São eles o primeiro, o segundo e o terceiro anjos de Apocalipse 14; o quarto é o anjo do versículo 1 deste capítulo, e o quinto, o agente indicado pela “voz” do versículo 4, agora diante de nós. Três deles já estão atuando. O segundo anjo se uniu ao primeiro e o terceiro, aos dois anteriores. O primeiro e o segundo não cessaram. Os três se encontram agora no campo. O anjo do versículo 1 está iniciando sua missão, à medida que se cumprem as condições necessárias para sua obra; e o chamado divino vindo do Céu deve ocorrer em conexão com a mesma.

Já apresentamos provas de que a mensagem dos versículos 1 e 2 deste capítulo será anunciada em conexão com a terceira mensagem, agora vigente, e marcará uma nova era nessa obra. Pode-se ter uma ideia de sua abrangência e de seu poder por meio da descrição do anjo aqui apresentada. Afirma-se que a primeira mensagem ecoa com “grande voz”. O mesmo se diz a respeito da terceira mensagem. Mas este anjo, em vez de simplesmente voar “no meio do céu”, da mesma maneira que os outros, é visto a “*descer do céu*”. É como se ele viesse para mais perto da Terra, com uma mensagem mais incisiva e direta. Ele tem “grande autoridade”, e a terra se ilumina “com a sua glória”. Nenhuma descrição como essa de uma mensagem do Céu ao ser humano pode ser encontrada em qualquer outra parte da Bíblia. É a última e, justamente por essa razão, vem com glória inexcusável e poder incomum. Trata-se da terrível hora em que o destino do mundo está para ser decidido — uma crise extremamente solene, na qual toda a geração contemporânea da família humana se encontra prestes a ultrapassar os limites do tempo da graça, à medida que a última nota de misericórdia ecoa em seus ouvidos. Em tal momento, o mundo não pode ficar sem advertência. O grande fato deve ser anunciado tão amplamente que ninguém poderá alegar ignorância razoável quanto à destruição iminente. Cada desculpa deve ser eliminada. A justiça, longanimidade e tolerância de Deus ao adiar a vingança pronunciada até todos terem recebido a oportunidade de aceitar o conhecimento de Sua vontade e espaço para se arrepender devem ser vindicadas. Um anjo é enviado, revestido de poder do Céu. A luz que cerca o trono o encobre. Ele vem à Terra. Somente as pessoas espiritualmente mortas — sim, “duplamente mortas, desarraigadas” (Jd 12) — deixarão de reconhecer sua presença. A luz brilha por toda parte. Os lugares escu-

ros são iluminados. E enquanto sua presença dissipa as sombras, sua voz em tom de trovão emite uma advertência. Ele exclama “com potente voz”. Não fala baixo, nem com sons incertos. Não se trata de um anúncio modesto, mas, sim, de um *clamor*, um clamor *poderoso*, feito com “*potente voz*”. Os defeitos fatais da religião de uma igreja mundana são destacados mais uma vez. De novo e pela última vez, seus erros são expostos. A inadequação do padrão atual de espiritualidade para enfrentar a crise final é inconfundivelmente enfatizada. A conexão inevitável entre seus pecados acariciados e a destruição irremediável e eterna é proclamada até a Terra inteira ressoar com o clamor. Enquanto isso, os pecados da grande Babilônia se acumulam até o céu, e a lembrança de suas iniquidades chega à presença de Deus. O tempo se fecha para a tempestade da vingança. A grande onda da maré da ira soberana avança cada vez mais. A espuma espessa oscila ao longo de sua crista, indicando que um instante só resta até que quebre sobre a grande cidade de confusão, e a altiva Babilônia cairá assim como uma pedra de moinho afunda nas profundezas do mar. De repente, outra voz ecoa do Céu: “Retirai-vos dela, povo Meu!”. Os filhos de Deus devotos, humildes e sinceros, que ainda restam e suspiram chorando por causa das abominações sobre a Terra, dão ouvidos à voz, lavam as mãos, livrando-se dos pecados dela, se separam de sua comunhão, fogem e são salvos, enquanto Babilônia se torna vítima dos justos juízos de Deus. Serão tempos turbulentos para a igreja. Preparemo-nos para a crise.

O fato de o povo de Deus ser chamado para sair a fim de não ser cúmplice em seus pecados mostra que é somente em determinado momento que o povo se torna culpado de ter uma conexão com Babilônia. Isso explica por que se pode dizer que os 144 mil (Ap 14:4), muitos deles parte do grupo chamado e sair dela, não se contaminaram com mulheres.

Os versículos 6 e 7 são uma declaração profética de que Babilônia será recompensada, ou punida, de acordo com suas obras. Mantenha em mente que esse testemunho se aplica à parte de Babilônia sujeita a uma queda moral. Conforme já mencionado, deve se aplicar de maneira especial às “filhas”, as denominações que persistem em se apegar às características pessoais da “mãe”, conservando a semelhança familiar. De acordo com o que já foi explicado em uma página anterior, elas tentarão fazer uma perseguição radical ao povo de Deus. É por meio delas que a “imagem da besta” será formada. Elas terão aquilo que lhes será uma nova experiência — o uso do braço civil para impor seus dogmas. Sem dúvida, será essa primeira inebriação de poder que levará tal ramificação de Babilônia a nutrir no coração a ostentação “Estou sentada como rainha. Viúva, não sou”, isto é, não sou mais χήρα, “enlutada” ou destituída de poder, como já fui. Mas agora governo como rainha. Não verei mais tristeza. Deus está na Constituição. A igreja foi entronizada e daqui para frente terá o domínio. A expressão: “Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu” parece revelar que a época em que essa mensagem for proclamada, e os santos receberem o chamado de sair, coincidirá com o momento de início do levantamento do braço de opressão contra eles. À medida que ela encher a taça de perseguição aos santos, o anjo do Senhor a perseguirá (Sl 35:6); e juízos vindos do alto farão recair sobre ela em dobro o mal que achou que infligiria aos humildes servos do Senhor.

Na página 137 de *Spiritual Gifts* [Dons Espirituais], também encontrado em *Primeiros Escritos*, da Sra. E. G. White, encontramos um testemunho mostrando que a primeira parte de Apocalipse 18 faz referência especial à opressão religiosa que ocorrerá nos Estados Unidos por parte de professores cristãos:

“Haverá mais tolerância para com os pagãos e os papistas no dia da execução dos juízos de Deus do que para esses homens. [...] Os nomes dos opressores estão escritos em sangue, riscados pelo golpe do açoite, inundados pelas lágrimas agonizantes e ardentes do sofrimento. A ira de Deus não cessará até que tenha levado esta terra de luz a beber a borra do copo de Sua ira, até que tenha dado em retribuição a Babilônia o dobro. ‘Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela.’”

O dia em que sobrevierem os seus flagelos, mencionados no versículo 8, será profético ou, no mínimo, não pode ser um dia literal, pois seria impossível se instaurar uma fome em um período tão curto. Sem dúvida, as pragas de Babilônia são as sete últimas pragas, que já foram examinadas. A clara inferência com base nas palavras deste versículo, em conexão com Isaías 34:8, é que um ano será empregado para essa terrível assolação.

VERSÍCULO 9. Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da Terra, que com ela se prostituíram e viveram em luxúria, quando virem a fumaceira do seu incêndio, 10. e, conservando-se de longe, pelo medo do seu tormento, dizem: Ai! Ai! Tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade! Pois, em uma só hora, chegou o teu juízo. 11. E, sobre ela, choram e pranteiam os mercadores da Terra, porque já ninguém compra a sua mercadoria.

Uma retribuição adequada. O derramamento da primeira praga deve resultar na completa suspensão do comércio daqueles artigos de luxo pelos quais Babilônia se destaca. E quando os mercadores dessas coisas, de maneira acentuada cidadãos dessa cidade simbólica, que enriqueceram comercializando-as, de repente perceberem que eles próprios e seus vizinhos foram assolados por úlceras purulentas, que seu comércio foi interrompido e que amplos estoques de mercadoria se encontram disponíveis, mas sem ninguém para comprá-los, erguem a voz em lamento pelo destino dessa grande cidade. Pois se há algo que provoca um clamor *sincero* de angústia por parte dos homens desta geração é aquilo que interfere em seus tesouros. E a retribuição é adequada. Pouco tempo antes, eles haviam emitido um decreto de que os santos de Deus não deveriam comprar, nem vender. Agora, são colocados sob a mesma restrição por um processo muito mais eficaz.

É possível surgir a pergunta de como as pessoas envolvidas na mesma calamidade podem se conservar *de longe* e lamentar, etc.; mas é importante lembrar que esta desolação surge em cena por meio de uma figura: a imagem de uma cidade assolada por destruição. Caso tal calamidade sobreviesse a uma cidade literal, seria natural que seus habitantes fugissem da cidade se tivessem oportunidade e ficassem à distância, lamentando sua queda. Na exata proporção de seu terror e

espanto diante do mal que paira, seria a distância que os separaria de sua querida cidade. A figura usada pelo apóstolo não ficaria completa sem esse detalhe, por isso ele a usa; não para sugerir que as pessoas fugiriam literalmente da cidade simbólica, o que seria impossível, mas, sim, a fim de expressar o *terror* e *espanto* delas diante dos juízos que do Céu desceram.

VERSÍCULO 12. Mercadoria de ouro, de prata, de pedras preciosas, de pérolas, de linho finíssimo, de púrpura, de seda, de escarlata; e toda espécie de madeira odorífera, todo gênero de objeto de marfim, toda qualidade de móvel de madeira preciosíssima, de bronze, de ferro e de mármore; 13. e canela de cheiro, especiarias, incenso, unguento, bálsamo, vinho, azeite, flor de farinha, trigo, gado e ovelhas; e de cavalos, de carros, de escravos e até almas humanas.

Mercadoria de Babilônia. Nesses versículos, são listadas as grandiosas mercadorias de Babilônia, que incluem tudo relativo a uma vida de luxo, pompa e ostentação mundana. Todos os tipos de intercâmbio mercantil recebem destaque. A declaração a respeito de “escravos e até almas humanas” pode se referir de maneira mais particular ao domínio espiritual, fazendo referência à escravidão de consciência pelos credos desses corpos, os quais, em alguns casos, oprimem mais que o cativo físico.

VERSÍCULO 14. O fruto sazonado, que a tua alma tanto apeteceu, se apartou de ti, e para ti se extinguiu tudo o que é delicado e esplêndido, e nunca jamais serão achados.

Repreensão da glotonaria. Os frutos aqui mencionados são, de acordo com o original, “frutos outonais”. Aqui encontramos uma profecia de que as iguarias da estação, que tanto apetece ao apetite mimado do gluttono luxuoso, cessarão. Isso, é claro, será obra da fome, uma consequência da quarta taça (Ap 16:8). E agora estamos tendo uma premonição dessa destruição por meio da filoxera nas videiras, os “amarelões” nos pomares de pêsego e outros inimigos recentes da vegetação.

A esse respeito, dificilmente conseguimos suportar olhar para o aspecto geral dos tempos no que se refere aos notáveis fenômenos físicos em toda parte, parecendo indicar com tanta clareza que toda a natureza se encontra perturbada e que a Terra em si está envelhecendo, na expectativa do momento em que se esvairá. Durante os últimos anos, quantas assolações anormais de tempestade, incêndio e enchente causaram a ruína em diferentes localidades, despertando presságios de temor no coração das pessoas em geral. Observe os incêndios em Chicago, Wisconsin e Michigan, em conexão com os quais se manifestaram fenômenos estranhos e inexplicáveis; as enchentes em Ohio, no Mississippi e em outros rios no oeste; as enchentes devastadoras na Europa; a fome na China e na Índia; os ciclones e tsunamis, destruindo as obras das quais os homens mais se orgulham, levando milhares para a sepultura antes da hora.

Mas não precisamos ir tão longe no passado. Olhe para os acontecimentos de tempos mais recentes. O ano de 1882 foi considerado fenomenal e fatal. Mas os desastres dos sete primeiros meses de 1883 superaram todos os do ano anterior. Em janeiro, 110 pessoas pereceram nas enchentes e em incêndios; em fevereiro, 127 morreram em enchentes; em março, onze morreram

em incêndios; em abril, 304 faleceram em tornados; em maio, 132 pereceram no pânico da ponte do Brooklyn e em tornados; em junho, 58 perderam a vida em tornados e enchentes; em julho, 101 morreram em desastres. Todas essas perdas ocorreram em nosso país. No velho mundo, as fatalidades causaram ainda mais perplexidade. Lá, durante o mesmo período, 2.263 pessoas pereceram em enchentes, incêndios e outros desastres. Para mencionar algumas, na Índia e no Egito, quase 22 mil foram vítimas do cólera. Então ocorreu o terremoto na ilha de Ísquia, Itália, em 28 de julho, com 9 mil vítimas, e as erupções vulcânicas e o terremoto subaquático de Java, em 26 de agosto, no qual um pedaço de terra de 130 quilômetros quadrados, contendo uma cordilheira de 100 quilômetros de extensão, sucumbiu abaixo do nível do oceano, cujas águas jorraram e agora cobrem todo esse espaço. Ilhas nos estreitos adjacentes de Sunda também desapareceram, e supõe-se que mais de 130 mil pessoas pereceram por mortes violentas, sobretudo por causa das perturbações dos elementos e convulsões da natureza, durante aquele ano fatal. E agitações semelhantes se seguiram com gravidade maior ou menor nos anos subsequentes. Veja os terremotos desastrosos no Japão em 1896, nos quais mais de 10 mil pessoas perderam a vida, e o pânico na coroação do czar, no mesmo ano, que levou à morte milhares de camponeses russos.

VERSÍCULO 15. Os mercadores destas coisas, que, por meio dela, se enriqueceram, conservar-se-ão de longe, pelo medo do seu tormento, chorando e pranteando, 16. dizendo: Ai! Ai da grande cidade, que estava vestida de linho finíssimo, de púrpura, e de escarlata, adornada de ouro, e de pedras preciosas, e de pérolas, 17. porque, em uma só hora, ficou devastada tamanha riqueza! E todo piloto, e todo aquele que navega livremente, e marinheiros, e quantos labutam no mar conservaram-se de longe. 18. Então, vendo a fumaceira do seu incêndio, gritavam: Que cidade se compara à grande cidade? 19. Lançaram pó sobre a cabeça e, chorando e pranteando, gritavam: Ai! Ai da grande cidade, na qual se enriqueceram todos os que possuíam navios no mar, à custa da sua opulência, porque, em uma só hora, foi devastada!

As emoções dos ímpios. O leitor pode prontamente imaginar a causa dessa voz universal de luto, lamento e ai. Imagine a praga de úlceras assolando as pessoas, os rios transformados em sangue, o mar como sangue de um homem morto, o sol queimando como fogo, o fim de seu comércio, sua prata e seu ouro incapazes de livrá-las. Então não é preciso se espantar diante de suas exclamações de aflição, nem que os pilotos e marinheiros se unam a eles em lamento geral. Bem diferente é a emoção que os santos são chamados a demonstrar, conforme revela o testemunho a seguir:

VERSÍCULO 20. Exultai sobre ela, ó céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a vossa causa. 21. Então, um anjo forte levantou uma pedra como grande pedra de moinho e arrojou-a para dentro do mar, dizendo: Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada. 22. E voz de harpistas, de músicos, de tocadores de flautas e de clarins jamais em ti se ouvirá, nem artífice algum de qualquer arte jamais em ti se achará, e nunca jamais em ti se ouvirá o ruído de pedra de moinho. 23.



A BABILÔNIA CAI, COMO UMA PEDRA DE MOINHO LANÇADA NO MAR

APOCALIPSE 18:21

Também jamais em ti brilhará luz de candeia; nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá, pois os teus mercadores foram os grandes da Terra, porque todas as nações foram seduzidas pela tua feitiçaria. 24. E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra.

Emoções dos justos. Os apóstolos e profetas são aqui chamados para se alegrarem pela destruição da grande Babilônia, uma vez que é em íntima conexão com essa destruição que todos eles serão libertos do poder da morte e da sepultura na primeira ressurreição.

Assim como uma grande pedra de moinho, Babilônia afunda para não mais se levantar. Os vários tipos de arte desenvolvidos em seu meio para satisfazer seus desejos não serão mais praticados. A música pomposa que ali se tocava em sua adoração imponente, mas formal e sem vida, se extinguirá para sempre. As cenas de festa e alegria, quando o noivo e a noiva se reuniam diante de seus altares, não serão mais testemunhadas.

A feitiçaria representa seu principal crime; e a feitiçaria é uma prática relacionada com espiritismo da atualidade. “E nela se achou sangue [...] de todos os que foram mortos sobre a terra”. Com base nisso, fica claro que, desde a introdução de uma falsa religião no mundo, Babilônia existe. Nela se encontrou, ao longo de todo esse tempo, oposição à obra de Deus e perseguição a Seu povo. Sobre a culpa da última geração, veja os comentários sobre Apocalipse 16:6.



APOCALIPSE 19 — O TRIUNFO DOS SANTOS



VERSÍCULO 1. Depois destas coisas, ouvi no céu uma como grande voz de numerosa multidão, dizendo: Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, **2.** porquanto verdadeiros e justos são os Seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a Terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos Seus servos. **3.** Segunda vez disseram: Aleluia! E a sua fumaça sobe pelos séculos dos séculos.

Continuando o tema do capítulo 18, o apóstolo introduz aqui o cântico de triunfo que os santos redimidos dedilham em harpas de vitória, quando contemplam a destruição completa do grande sistema de oposição a Deus e à verdadeira adoração a Ele que se encontra na grande Babilônia. A destruição ocorre e o cântico é entoado em conexão com a segunda vinda de Cristo, no início do milênio.

Pelos séculos dos séculos. Há apenas uma pergunta que pode surgir em relação a esse texto bíblico: como se pode dizer que sua fumaça sobe pelos séculos dos séculos? Não fica subentendido aqui sofrimento eterno? É importante lembrar que essa linguagem é emprestada. A fim de compreendê-la da maneira correta, é necessário voltar para o primeiro lugar em que é utilizada e analisar seu significado dentro daquele contexto. Em Isaías 34 se encontra a linguagem da qual é bastante provável que tal expressão tenha sido retirada. Por meio da figura de Edom, determinada destruição é apresentada. Afirma-se, acerca dessa terra, que seus ribeiros se transformariam em piche, o seu pó, em enxofre, que sua terra se tornaria em piche ardente, que não se apagaria nem de dia, nem de noite, mas subiria para sempre sua fumaça. Todos precisam admitir que estas palavras se referem a uma destas duas coisas: um país específico chamado Edom, ou toda a Terra sob a metáfora desse nome. De qualquer modo, fica claro que a linguagem deve ser limitada. Provavelmente se faz alusão à Terra inteira, uma vez que o capítulo inicia com um chamado à terra e a sua plenitude, o mundo e tudo quanto produz. Também se afirma que a indignação do Senhor repousa sobre todas as nações. Portanto, quer a linguagem se refira ao esvaziamento e a desolação do planeta por ocasião do segundo advento, ou ao fogo purificador que a limpará dos efeitos da maldição ao fim do milênio, ela, em todo caso, precisa ser limitada; pois depois de tudo isso, uma Terra renovada se instalará, para ser a morada das nações dos salvos ao longo de toda a eternidade. Por três vezes é usada na Bíblia a imagem da fumaça subindo para sempre ou pelos séculos dos séculos: uma em Isaías 34, referindo-se à terra de Edom como figura de linguagem para toda a Terra; em Apocalipse 14 (já vista), ao falar sobre os adoradores da besta e de sua imagem; e mais uma vez no capítulo que agora estamos analisando, em alusão à destruição da grande Babilônia. Em todas as ocorrências, a expressão se aplica ao mesmo período e descreve

as mesmas cenas, a saber, a destruição enviada sobre esta Terra, os adoradores da besta e toda a pompa da grande Babilônia, no segundo advento de nosso Senhor e Salvador.

VERSÍCULO 4. Os vinte e quatro anciãos e os quatro seres viventes prostraram-se e adoraram a Deus, que Se acha sentado no trono, dizendo: Amém! Aleluia! 5. Saiu uma voz do trono, exclamando: Dai louvores ao nosso Deus, todos os Seus servos, os que O temeis, os pequenos e os grandes. 6. Então, ouvi uma como voz de numerosa multidão, como de muitas águas e como de fortes trovões, dizendo: Aleluia! Pois reina o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso. 7. Alegremo-nos, exultemos e demos-Lhe a glória, porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou, 8. pois Lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro. Porque o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos.

Um cântico de triunfo. O Senhor Deus onipotente, o Pai, reina, são os dizeres deste cântico. Ele reina no presente e, na verdade, sempre reinou, embora a sentença contra a obra do mal não tenha sido executada rapidamente. Mas agora Ele reina por meio da manifestação aberta de Seu poder ao subjugar todos os Seus inimigos.

“Alegremo-nos [...] porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou”. Quem é a esposa, a noiva do Cordeiro e que bodas são essas? Um vasto campo para reflexão aqui se abre e o material necessário para uma abordagem mais detalhada do tema vai além do propósito desta obra. A esposa do Cordeiro é a nova Jerusalém celestial. Isso se verá de forma mais completa no capítulo 21. As bodas do Cordeiro são a ocasião em que Ele receberá essa cidade. Quando receber a cidade, Ele a receberá como a glória e a metrópole de Seu reino. Logo, com ela, receberá o reino e o trono de Seu pai Davi. Esse pode muito bem ser o evento designado pelas bodas do Cordeiro. Não há dúvida de que o relacionamento conjugal é usado com frequência para ilustrar a união entre Cristo e Seu povo. Mas as bodas do Cordeiro aqui mencionadas consistem em um acontecimento específico que ocorrerá em um momento definido. E se a declaração de que Cristo é o cabeça da igreja assim como o marido é o cabeça da mulher (Ef 5:23), prova que a igreja é hoje a esposa do Cordeiro, então as bodas teriam acontecido há muito tempo. Mas essa não pode ser a realidade, de acordo com este texto bíblico, que insere tal evento no futuro. Paulo disse aos conversos de Corinto que os havia “desposado a um marido” (2Co 11:2, KJV), a saber, Cristo. Isso se aplica a todos os conversos. Mas embora essa figura de linguagem seja usada para denotar o relacionamento que assumiram com Cristo, seria fato que as bodas do Cordeiro ocorreram em Corinto nos dias de Paulo e têm prosseguido ao longo dos últimos 1.800 anos? Adiamos comentários adicionais a esse respeito para a análise do capítulo 21.

Mas se a cidade é a noiva, pode-se perguntar como ela *a si mesma* se ataviou. Resposta: por meio da figura de personificação, que atribui vida e ação a objetos inanimados (confira um exemplo notável no salmo 114). Mais uma vez, é possível indagar, acerca do versículo 8, como uma cidade pode se vestir dos atos de justiça dos santos. Mas se considerarmos que uma cidade sem habitantes seria um lugar sombrio e sem vida, logo percebemos como isso pode acontecer. Faz-se referência

ao número incontável de seus habitantes glorificados com vestes brilhantes. A roupa lhe foi *dada*. O que é dado à cidade? Isaías 54 e Gálatas 4:21-31 explicam. A cidade da nova aliança recebe muito mais filhos do que a antiga. Eles são sua glória e alegria. As vestes piedosas dessa cidade, por assim dizer, consistem nas hostes de remidos e imortais que andam por suas ruas de ouro.

VERSÍCULO 9. Então, me falou o anjo: Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro. E acrescentou: São estas as verdadeiras palavras de Deus. 10. Prostrei-me ante os seus pés para adorá-lo. Ele, porém, me disse: Vê, não faças isso; sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus; adora a Deus. Pois o testemunho de Jesus é o espírito da profecia.

A ceia das bodas. São muitas as alusões a essa ceia das bodas no Novo Testamento. Faz-se menção a ela na parábola do casamento do filho do rei (Mt 22:1-14) e mais uma vez em Lucas 14:16-24. Trata-se do momento em que cearemos no reino de Deus, a ocasião na qual seremos recompensados após a ressurreição dos justos (Lc 14:12-15). É o tempo em que beberemos o “vinho novo” com nosso Redentor em Seu reino celestial (Mt 26:29, NVI; Mc 14:25; Lc 22:18). É o momento em que nos assentaremos à Sua mesa no reino (Lc 22:30), Ele Se cingirá e virá para nos servir (Lc 12:37). De fato, bem-aventurados são aqueles que terão o privilégio de participar dessa festa gloriosa.

O conservo de João. Uma palavra acerca do versículo 10 para aqueles que pensam encontrar aqui um argumento a favor da consciência após a morte. O erro que tais pessoas cometem ao interpretar este texto bíblico é supor que o anjo está declarando a João que ele é um dos antigos profetas que voltou para se comunicar com ele. O agente usado para dar a revelação a João é chamado de anjo, e anjos não são os espíritos desencarnados dos mortos. Quem assume essa posição é, para todos os fins, um espírita, pois é justamente esta a pedra fundamental de sua teoria. Mas o anjo não fala nada disso. Diz apenas que é conservo de João, assim como fora conservo de seus irmãos, os profetas. O termo *conservo* indica que todos estavam em pé de igualdade como servos do grande Deus, e, por isso, ele não era um alvo apropriado da adoração de João (ver os comentários sobre Apocalipse 1:1, “seu anjo”).

VERSÍCULO 11. Vi o Céu aberto, e eis um cavalo branco. O seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro e julga e peleja com justiça. 12. Os Seus olhos são chama de fogo; na Sua cabeça, há muitos diademas; tem um nome escrito que ninguém conhece, senão Ele mesmo. 13. Está vestido com um manto tinto de sangue, e o Seu nome Se chama o Verbo de Deus; 14. e seguiam-No os exércitos que há no Céu, montando cavalos brancos, com vestiduras de linho finíssimo, branco e puro. 15. Sai da Sua boca uma espada afiada, para com ela ferir as nações; e Ele mesmo as regerá com cetro de ferro e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso. 16. Tem no Seu manto e na Sua coxa um nome inscrito: Rei dos reis e Senhor dos senhores. 17. Então, vi um anjo posto em pé no sol, e clamou com grande

voz, falando a todas as aves que voam pelo meio do céu: Vinde, reuni-vos para a grande ceia de Deus, 18. para que comais carnes de reis, carnes de comandantes, carnes de poderosos, carnes de cavalos e seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes. 19. E vi a besta e os reis da Terra, com os seus exércitos, congregados para pelejarem contra Aquele que estava montado no cavalo e contra o Seu exército. 20. Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem. Os dois foram lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre. 21. Os restantes foram mortos com a espada que saía da boca Daquele que estava montado no cavalo. E todas as aves se fartaram das suas carnes.

A segunda vinda de Cristo. O versículo 11 introduz uma nova cena. Somos levados de volta para a segunda vinda de Cristo, dessa vez por meio do símbolo de um guerreiro cavalgando para a batalha. Por que Ele é representado dessa maneira? Porque está realmente indo para guerra, a fim de enfrentar “os reis da Terra, com os seus exércitos”, e essa seria a única maneira apropriada de caracterizá-Lo em tal missão. Suas vestes se encontram encharcadas de sangue (confira uma descrição da mesma cena em Isaías 63:1-4). Os exércitos do Céu, os anjos de Deus, O seguem. O versículo 15 mostra como Ele rege as nações com cetro de ferro, quando elas Lhe são dadas como herança, conforme se encontra registrado no Salmo 2, fato que a teologia popular interpreta com o sentido da conversão do mundo. Mas expressões como “pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso” não seriam uma descrição muito excêntrica de uma obra de graça sobre o coração dos pagãos para que se convertam? A grande exibição final do “lagar do vinho do furor da ira” de Deus, bem como o “lago de fogo”, ocorrerá ao fim do milênio, conforme o registro do capítulo 20; e a ele a descrição completa e formal de Apocalipse 14:18-20 deve ser aplicada. Mas a destruição dos ímpios vivos por ocasião da segunda vinda de Cristo, no início do milênio, apresenta uma cena em menor escala, semelhante, em ambos os aspectos, àquilo que ocorrerá no final desse período. É por isso que nos versículos em análise encontramos essa menção tanto ao lagar da ira quanto ao lago de fogo.

Cristo, nessa ocasião, já terá terminado Sua obra de mediação e trocado as vestes sacerdotais pela indumentária de rei, pois em Suas roupas e na coxa se encontra escrito o nome Rei dos reis e Senhor dos senhores. Isso está em harmonia com o caráter em que Ele aqui é retratado, pois existia antigamente o costume dos guerreiros inscreverem algum tipo de título sobre suas roupas (v. 17). O que compreender acerca do anjo posto em pé no sol? Em Apocalipse 16:17, lemos acerca da sétima taça que foi derramada do ar. Desse gesto, inferimos que, assim como o ar envolve toda a Terra, essa praga seria universal. O mesmo princípio de interpretação não se aplicaria aqui, mostrando que o anjo posto em pé no sol, ecoando de lá o chamado para todas as aves do céu se reunirem para a grande ceia de Deus, denota que essa proclamação irá por onde quer que incidam os raios solares sobre esta Terra? E as aves obedecerão a esse chamado, fartando-se das

carnes de cavalos, reis, comandantes e poderosos. Assim, enquanto os santos participam da ceia das bodas do Cordeiro, os próprios ímpios se tornam uma grande ceia para as aves do céu.

A besta e o falso profeta são aprisionados. O falso profeta é aquele que opera milagres diante da besta. Isso prova que se trata da mesma besta de dois chifres do capítulo 13, a quem é atribuída a mesma obra, com o mesmo propósito. O fato de serem jogados *vivos* no lago de fogo mostra que esses poderes não passarão para ser sucedidos por outros, mas estarão em atividade por ocasião do segundo advento de Cristo.

O papado está no campo há muito tempo e chegou às cenas finais de sua carreira. E sua derrocada se encontra enfaticamente predita em outras profecias além desta diante de nós, sobretudo em Daniel 7:11, na qual o profeta diz que contemplou a besta ser morta, seu corpo ser desfeito e entregue para ser queimado. Isso ocorreu logo depois de o chifre pequeno proferir palavras de insolência, as quais sem dúvida foram ouvidas no decreto da infalibilidade papal no grande concílio ecumênico de 1870. Logo, esse poder deve estar muito próximo ao fim de sua existência. Mas ele só perecerá quando Cristo voltar, pois nessa ocasião irá vivo para o lago de fogo.

O outro poder associado a ele, a besta de dois chifres, está se aproximando rapidamente do clímax da obra que precisa fazer antes de também ser lançada viva no lago de fogo. Como é empolgante o pensamento que vemos diante de nós ao perceber que todas as evidências apontam para o fato de que esses dois grandes agentes proféticos estão perto do fim de sua história, a qual só cessará quando o Senhor aparecer em toda Sua glória.

O versículo 21 deixa transparecer que há um restante não contado entre a besta e o falso profeta. Eles são mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo. Sem dúvida, essa espada corresponde àquilo que é chamado em outras passagens de “o sopro dos Seus lábios” e “o sopro de Sua boca”, com o qual o Senhor executará os ímpios por ocasião de Sua vinda e de Seu reino (Is 11:4; 2Ts 2:8).

APOCALIPSE 20 — A PRIMEIRA E A SEGUNDA RESSURREIÇÕES



VERSÍCULO 1. Então, vi descer do Céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e uma grande corrente. **2.** Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos; **3.** lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos. Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo.

O evento que abre este capítulo parece suceder, em ordem cronológica, os acontecimentos do anterior. Os questionamentos que aqui surgem são: quem é o anjo que desce do Céu? O que significam a chave e a corrente que ele tem na mão? O que é o abismo? E o que quer dizer prender Satanás por mil anos?

1. *O anjo.* Esse anjo é Cristo, como alguns supõem? Evidentemente não. O antigo cerimonial típico lança um brilhante raio de luz sobre essa passagem. Assim, Cristo é o grande Sumo Sacerdote desta dispensação. Antigamente, no Dia da Expição, o sacerdote levava dois bodes, sobre os quais se lançava sortes, um para o Senhor e o outro para ser o bode emissário. Aquele cuja sorte caía para o Senhor era sacrificado, e seu sangue, levado para o santuário a fim de fazer expiação pelos filhos de Israel. Depois disso, os pecados do povo eram confessados sobre a cabeça do outro bode, o emissário, o qual era mandado para longe, no deserto ou em local não habitado, pelas mãos de um homem à disposição para essa tarefa. Cristo agora é o sacerdote desta dispensação. Por meio de argumentos, alguns dos quais apresentaremos aqui, demonstra-se que Satanás é o bode emissário antitípico.

1) A palavra hebraica para bode expiatório, apresentada na margem de Levítico 16:8 na KJV [e usada na NVI], é Azazel. Ao comentar esse versículo, Jenks, na obra *Comprehensive Commentary* [Comentário Abrangente], observa: “Bode emissário (ver opinião diferente em Bochart). Spencer, seguindo a mais antiga opinião de hebreus e cristãos, acredita que *Azazel* é o nome do diabo. O mesmo afirma Rosenmüller, o qual declara que a versão siríaca traz *Azzail*, o anjo (o forte) que se revoltou. O diabo é aqui apontado de forma evidente. Encontramos a definição do termo bíblico em duas línguas antigas, bem como a mais antiga opinião dos cristãos, em favor do ponto de vista de que o bode emissário é um tipo de Satanás.

Charles Beecher, em *Redeemer and Redeemed* [Redentor e Redimidos], p. 67-68, diz:

“Os elementos a seguir confirmam que as mais antigas paráfrases e traduções tratam Azazel como um nome próprio. A paráfrase em caldeu e os *targumim* de Onkelos e de Jonatã certamente teriam traduzido o termo, caso não fosse um nome próprio,

mas eles não o fazem. A Septuaginta, ou a mais antiga versão do grego, verte por ἀποπομπᾱίος (*apopotpaios*), palavra usada pelos gregos para se referir a uma divindade maligna que às vezes era apaziguada por meio de sacrifícios. Outra confirmação se encontra no livro de Enoque, no qual o nome Azazel, uma clara corrupção de Azazel, é dado a um dos anjos caídos, o que mostra com toda clareza qual era a interpretação que prevalecia em meio aos judeus daquela época.”

“Mais uma evidência se encontra no árabe, no qual Azazel é usado como nome do espírito maligno. Além desses, encontramos evidências na obra judaica Zohar e nos autores cabalísticos e rabínicos. Eles contam que o provérbio a seguir era comum entre os judeus: ‘No Dia da Expição, um presente para Samael’. Então Moses Gerundinensis se sente compelido a dizer que não se trata de um sacrifício, mas, sim, de algo feito somente por ter sido ordenado por Deus.”

“Outro passo em forma de evidência é quanto encontramos essa mesma opinião transmitida dos judeus para a igreja cristã primitiva. Orígenes foi o mais culto dos Pais, e num ponto como esse, o significado de uma palavra hebraica, seu testemunho é confiável. Ele diz: “Aquele chamado na Septuaginta de ἀποπομπᾱίος, e no hebraico de Azazel, é ninguém menos que o diabo.”

“Assim, levando-se em conta as dificuldades que acompanham qualquer outro significado e o acúmulo de evidências em favor deste, Hengstenberg afirma com grande confiança que Azazel não pode ser outra coisa além de outro nome para Satanás.”

2) Na acepção comum das palavras, a expressão *bode emissário* é aplicada a qualquer um que se tornou detestável às reivindicações da justiça. E considerando que é revoltante, segundo todos os nossos conceitos sobre o caráter e a glória de Cristo, que essa expressão seja aplicada a Ele, todos devem reconhecer que se trata de uma designação muito apropriada para o diabo, que é chamado nas Escrituras de acusador, adversário, anjo do poço do abismo, Belzebu, Belial, dragão, inimigo, espírito mau, pai da mentira, homicida, príncipe dos demônios, serpente, tentador etc., etc.

3) O terceiro motivo para esta posição é como ela harmoniza minuciosamente com os acontecimentos relacionados à purificação do santuário celestial, conforme a revelação que nos chega por meio das Escrituras da verdade.

Contemplamos no tipo: (a) o pecado do transgressor sendo transferido para a vítima; (b) tal pecado ser levado pela ministração do sacerdote e o sangue do sacrifício para o santuário; (c) no décimo dia do sétimo mês, vemos o sacerdote, com o sangue da oferta pelo pecado do povo, remover todos os pecados do santuário, colocando-os sobre a cabeça do bode emissário; e (d) o bode leva as iniquidades para uma terra não habitada (Lv 1:1-4; 4:3-6; 16:5-10, 15, 16, 20-22).

Em resposta a tais eventos típicos, percebemos que, no antítipo: (a) o grande sacrifício pelo mundo foi feito no Calvário; (b) os pecados de todos aqueles que, pela fé em Cristo, se valem dos méritos do Seu sangue derramado foram levados, pela ministração de Cristo por meio do próprio sangue, para o santuário da nova aliança; (c) depois que Cristo, o ministro do verdadeiro tabernáculo (Hb 8:2), concluir Sua ministração, removerá os pecados de Seu povo do santuário e

os depositará sobre a cabeça do autor das iniquidades, o bode emissário antitípico, o diabo; e (d) o diabo será mandado embora para uma terra não habitada.

Cremos que esse seja exatamente o evento descrito nos versículos em análise. O cerimonial do santuário, no momento aqui especificado, será encerrado. Cristo colocará sobre a cabeça do diabo os pecados que foram transferidos para o santuário, os quais não serão mais imputados aos santos, e o diabo será mandado embora, *não* pelas mãos do Sumo Sacerdote, mas por outra pessoa, de acordo com o tipo, para um lugar que aqui é chamado de abismo. Logo, esse anjo não é Cristo. Confira uma exposição completa sobre esse tema nas obras *Looking unto Jesus* [Olhando para Jesus] e *Christ in Type and Antitype* [Cristo em Tipo e Antítipo].

2. *A chave e a corrente*. Não se pode supor que a chave e a corrente sejam literais. Em vez disso, são usadas meramente como símbolos do poder e da autoridade que revestem o anjo nessa ocasião.

3. *O abismo*. A palavra original significa abismo, sem fundo, profundo. Seu uso parece indicar que o termo denota qualquer lugar de trevas, desolação e morte. Assim, em Apocalipse 9:1-2 se refere à região estéril do deserto da Arábia e, em Romanos 10:7, à sepultura. Mas a passagem que esclarece de maneira especial o significado da palavra aqui é Gênesis 1:2, na qual lemos que “havia trevas sobre a face do abismo”. As duas palavras traduzidas por *abismo* são a mesma. O uso dessa palavra em Gênesis mostra claramente que se faz referência a esta Terra em seu estado de caos. É exatamente isso que deve significar no terceiro versículo de Apocalipse 20. É importante manter em mente que, nessa época, a Terra será um grande cemitério de desolação e morte. A voz de Deus a terá abalado até os alicerces; ilhas e montanhas terão saído do lugar; o grande terremoto terá lançado por terra as mais poderosas obras do ser humano; as sete últimas pragas terão deixado suas pegadas desoladoras através de todo o planeta; a glória consumidora que acompanhará a vinda do Filho do homem terá desempenhado sua parte, contribuindo com a desolação geral; os ímpios terão morrido, seu corpo em decomposição e seus ossos descoloridos estarão espalhados de uma extremidade do planeta à outra e permanecerão insepultos e sem lamento. Assim este mundo estará vazio, desolado, virado de cabeça para baixo (Is 24:1). Dessa maneira o planeta voltará, pelo menos de maneira parcial, a seu estado original de confusão e caos (ver Jr 4:19-26, em especial o versículo 23). Que termo melhor do que abismo poderia ser usado para descrever a Terra em rotação repleta de trevas e desolação por um período de mil anos? Aqui Satanás ficará confinado durante esse período, em meio à ruína que suas mãos indiretamente causaram, incapaz de fugir de sua morada de ais, nem de consertar, nem que seja um pouco, essa terrível desolação.

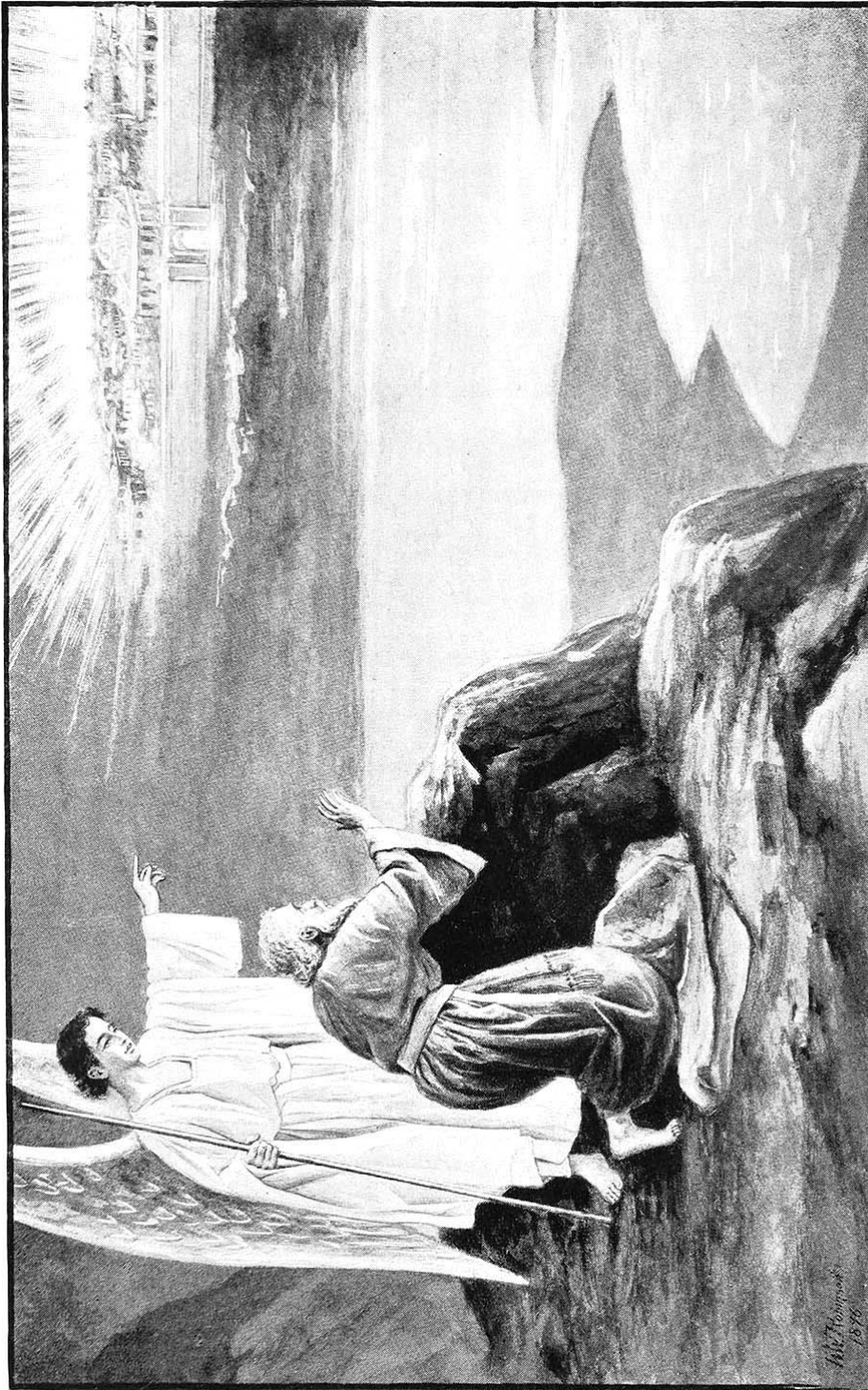
4. *A prisão de Satanás*. Todos sabemos muito bem que, para trabalhar, Satanás precisa de súditos subordinados a ele. Sem tais ajudantes, não consegue fazer nada. Mas durante os mil anos de confinamento a esta Terra, todos os santos estarão no Céu, fora da esfera de suas tentações; e todos os ímpios estarão na sepultura, fora de seu poder de engano. Assim sua esfera de ação será restrita, enquanto ele se encontrar confinado a esta Terra. E assim ficará preso, condenado ao

longo desse período a um estado de inatividade incorrigível. Para uma mente que se ocupou por seis mil anos em enganar o mundo, esse castigo deve ser de uma severidade intensa e sem igual.

De acordo com essa exposição, a “prisão” de Satanás significa simplesmente colocá-lo fora do alcance dos súditos com quem ele trabalha. E sua “soltura” quer dizer que eles voltarão, por meio da ressurreição, a uma posição em que o inimigo poderá mais uma vez exercer seu poder sobre eles. Por causa dessa explicação, alguns tentam fazer graça, dizendo que confundimos as partes e que os ímpios ficaram presos, não o Diabo. No entanto, com quanta frequência ouvimos, nos acontecimentos comuns da vida, expressamos como: meu caminho foi completamente fechado, minhas mãos ficaram atadas, etc. Será que, ao ouvirmos tais expressões, entendemos que algum obstáculo intransponível foi colocado literalmente no caminho de quem as falou, ou que suas mãos ficaram literalmente amarradas com cordas? Nada disso! Compreendemos apenas que uma combinação de circunstâncias impossibilitou que agissem. O mesmo ocorre aqui. E por que as pessoas não dão à Bíblia a mesma liberdade de expressão que atribuem, sem questionamento ou zombaria, a seus companheiros no decorrer normal da vida? Mais do que isso, ocorre aqui uma grande limitação do poder de Satanás que pode muito bem ser chamada de “prisão”. Ele deixa de ter poder para atravessar o espaço e visitar outros mundos. Em vez disso, assim como o ser humano, fica confinado a esta Terra, da qual nunca mais sairá. O lugar onde operou tamanha ruína se transforma em sua lúgubre casa-prisão, até ser solto para a morte, no fim do milênio.

VERSÍCULO 4. Vi também tronos, e nestes sentaram-se aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar. Vi ainda as almas dos decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus, tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão; e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos. 5. Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos. Esta é a primeira ressurreição. 6. Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade; pelo contrário, serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com Ele os mil anos.

A exaltação dos santos. Deixando o Diabo em seu melancólico confinamento, João agora dirige nossa atenção para os santos em vitória e glória — os santos que reinam com Cristo —, encarregados de atribuir aos ímpios mortos o castigo merecido por seus atos de maldade. Dessa assembleia geral, João destaca duas classes que merecem atenção especial: em primeiro lugar, os mártires, que foram decapitados por causa do testemunho de Jesus; em segundo, aqueles que não adoraram a besta e sua imagem. Essa classe, formada por aqueles que recusaram a marca da besta e sua imagem, certamente corresponde a quem deu ouvidos e obedeceu à terceira mensagem de Apocalipse 14; mas não foram esses os decapitados por causa do testemunho de Jesus, como alegam alguns que querem nos fazer crer que a última geração de santos será toda executada. A palavra traduzida por *tantos quantos*, na expressão “tantos quantos não adoraram a besta” mostra que aqui ocorre a introdução de um novo grupo. A palavra é um pronome relativo composto,



UM ANJO MOSTRANDO A JOÃO A CIDADE SANTA

W. H. Thompson
1876

ὅστις (*hostis*), não meramente o pronome relativo simples ὅς, e é definida por Liddell e Scott como “aquele que; o que quer que; *todo aquele que*; qualquer um que”; e por Robinson como “alguém que; quem quer que; o que quer que”. Então João viu o grupo dos mártires e outro, formado por *aqueles que* não adoraram a besta e sua imagem.

É verdade que ὅστις às vezes é usado como relativo simples, conforme se encontra em 2 Coríntios 3:14 e Efésios 1:23, mas nunca em construções como esta, precedida pela conjunção καὶ.

Para que ninguém diga que, se traduzirmos a passagem por “e todo aquele que não adorou a besta”, incluiremos milhões de pagãos e pecadores que não cometeram tal ato, prometendo-lhes reinar com Cristo por mil anos, chamamos atenção para o fato de que o capítulo anterior afirma que todos os ímpios morreram e o selo da morte foi colocado sobre eles pelo milênio. João está vendo apenas o grupo dos justos, que participaram da primeira ressurreição.

A fim de evitar a doutrina de duas ressurreições, alguns alegam que a passagem “Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos” é uma interpolação, não encontrada no original e, portanto, não genuína. Mesmo se fosse o caso, isso não refutaria a proposição principal de que os justos mortos ressuscitaram em uma “primeira ressurreição” e que uma segunda ressurreição ocorrerá mil anos depois, na qual os ímpios sairão de suas sepulturas. Mas a crítica não é verdadeira. Todos os eruditos são contrários a ela. Versões revisadas e atuais mantêm a passagem.

Duas ressurreições — “Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos”. Não importa o que se afirme para defender o contrário, não poderia haver linguagem mais clara para provar a existência de duas ressurreições; a primeira, a ressurreição dos justos no início do milênio; e a segunda, a dos ímpios ao fim desse período. Sobre aqueles que tiveram parte na primeira ressurreição, a segunda morte não terá nenhum poder. Eles poderão passar incólumes pelos elementos que destruirão os ímpios como palha. Serão capazes de habitar em meio ao fogo devorador e às chamas eternas (Is 33:14-15); poderão andar de um lado para o outro e contemplar as carcaças daqueles que transgrediram contra o Senhor, à medida que o fogo inextinguível e os vermes que não morrem os atacam (Is 66:24). A diferença entre os justos e os ímpios a esse respeito é vista mais uma vez pelo fato de que Deus é um fogo consumidor para os últimos, ao passo que, para os primeiros, ele é tanto sol quanto escudo.

Os ímpios ressuscitam. Os ímpios são ressuscitados ao fim dos mil anos e voltam a viver assim como no passado viveram na Terra. Negar essa realidade é desrespeitar esse texto bíblico. Não somos informados sobre qual será a condição física em que ressuscitarão. É comum dizer, a esse respeito, que aquilo que perdemos incondicionalmente em Adão, será incondicionalmente restaurado em Cristo. No que diz respeito à condição, talvez isso não deva ser interpretado em sentido ilimitado, pois perdemos muito em estatura e força vital, as quais não precisam ser restauradas aos ímpios. Caso voltem à condição média mental e física que desfrutaram durante a vida ou seu tempo de graça, sem dúvida isso será suficiente para compreensivelmente receberem enfim a recompensa devida por todos os seus atos.

VERSÍCULO 7. Quando, porém, se completarem os mil anos, Satanás será solto da sua prisão 8. e sairá a seduzir as nações que há nos quatro cantos da Terra, Gogue e Magogue, a fim de reuni-las para a peleja. O número dessas é como a areia do mar. 9. Marcharam, então, pela superfície da terra e sitiaram o acampamento dos santos e a cidade querida; desceu, porém, fogo do céu e os consumiu. 10. O diabo, o sedutor deles, foi lançado para dentro do lago de fogo e enxofre, onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta; e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos.

A perdição dos ímpios — ao fim do milênio, a cidade santa, a nova Jerusalém, na qual os santos habitaram no Céu durante esse período, desce e se instala na Terra, transformando-se no arraial dos santos, em torno do qual se reúnem os ímpios ressurretos, inumeráveis como a areia do mar. O diabo os engana e os incita à batalha. São induzidos a começar uma peleja maligna contra a santa cidade, com a perspectiva de obter alguma vantagem ao guerrear contra os santos. Sem dúvida, Satanás os convence de que são capazes de vencer os santos, desalojá-los da cidade e ainda exercer domínio sobre a Terra. Mas desce fogo do céu, da parte de Deus, e os consome. A palavra aqui traduzida por *consumiu*, admite o professor Stuart, é “intensiva” e significa “comer, devorar, por isso denota extirpação absoluta” (Hudson, *Christ our Life* [Cristo nossa Vida], p. 146). Esse é o momento da perdição dos ímpios, a ocasião em que os elementos se desfarão abraçados, também a terra e as obras que nela existem serão atingidas (2Pd 3:7, 10). À luz dessas passagens, podemos compreender como os ímpios receberão sua recompensa na Terra (Pr 11:31); também podemos entender que essa recompensa não é uma vida eterna de miséria, mas, sim, “extirpação absoluta”, destruição total e completa.

Os ímpios nunca pisarão na nova Terra. Dois pontos de vista merecem rápida menção a esse respeito. O primeiro é que a Terra é renovada na segunda vinda de Cristo e se torna a habitação dos santos durante o milênio; o outro é que, quando Cristo vier pela segunda vez, fundará Seu reino na Palestina e realizará, junto com Seus santos, uma obra de conquista das nações que estiverem na Terra durante os mil anos, subjugando-as a Si.

Uma dentre as muitas objeções ao primeiro ponto de vista é que, de acordo com ela, os ímpios, ao ressuscitarem, subirão, sob a liderança do diabo, e pisarão com seus pés não santificados sobre uma Terra santa e pura. Então os santos, que a possuirão por mil anos, serão obrigados a ceder terreno e fugir para a cidade. Mas não podemos acreditar que a herança dos santos será assim maculada, ou que as belas planícies da Terra renovada serão manchadas com a pegada poluidora dos ímpios ressurretos. Além de todas as ideias absurdas e inadequadas, não há nenhum texto bíblico do qual se possa extrair nem que seja uma inferência para apoiar tal ponto de vista.

Quanto ao segundo, um dentre seus muitos absurdos é que, apesar de Cristo e Seus santos terem conquistado a Terra ao longo do milênio, ao fim desse período os ímpios conseguem se apropriar dela e os santos perdem território. A obra de mil anos se desfaz e eles são compelidos a fazer uma retirada vergonhosa para buscar abrigo na cidade, deixando a Terra à mercê incontestável de seus adversários. Aqueles que quiserem podem forçar o cérebro tentando harmonizar as inconsis-

tências e os absurdos de tais teorias, ou podem tentar extrair consolo dessa perspectiva duvidosa. De nossa parte, porém, preferimos uma interpretação melhor e uma esperança mais clara.

Mil anos no Céu. Em contraste com essas teorias, existe bela harmonia no ponto de vista aqui apresentado, que consiste nos seguintes pilares: a) os santos habitarão com Cristo no Céu durante o milênio enquanto a Terra permanece desolada; b) os santos e a cidade descem, os ímpios mortos ressuscitam e sobem contra a cidade; c) estes recebem seu juízo ali; e d) do fogo purificador que os destrói surgem novo céu e nova Terra, para serem a morada dos justos ao longo das eras infindáveis.

Quem é alvo do tormento. Com base no versículo 10, alguns argumentam que somente o diabo será atormentado dia e noite; mas o testemunho desse versículo vai além disso. A expressão verbal “serão atormentados” se encontra no plural e concorda com a besta e o falso profeta, ao passo que se encontraria no singular caso o sujeito do verbo fosse somente o diabo. É importante destacar que no trecho “onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta”, *se encontram* são palavras acrescentadas. Seria mais apropriado acrescentar as palavras *foram lançados*, em harmonia com o que se disse em relação ao diabo logo antes. A frase então diria: “O diabo foi lançado no lago de fogo, onde a besta e o falso profeta *foram lançados*”. A besta e o falso profetas foram lançados ali e destruídos no início do milênio (Ap 19:20). Os indivíduos que formaram tais organizações voltam à vida na segunda ressurreição e lhes sobrevém uma destruição semelhante e final sob os nomes de Gogue e Magogue.

O lago de fogo. É possível que algum leitor se sinta inclinado a pedir uma definição do lago de fogo. Em uma definição abrangente, não poderia ser chamado de símbolo dos agentes que Deus usa para finalizar sua controvérsia com os ímpios vivos no início do milênio e com todas as hostes de infiéis ao fim desse período? É claro que o fogo literal será usado em grande escala nessa obra. Podemos descrever melhor as consequências do que o objeto em si. Na segunda vinda de Cristo, é o fogo consumidor no qual o Senhor Jesus Se revela; é o espírito de Sua boca e o resplendor de Sua vinda por meio dos quais o homem da iniquidade será consumido; é o fogo no qual a grande Babilônia será completamente queimada (Ap18:8). Ao fim dos mil anos, é o dia que arderá como fornalha (Ml 4:1); é o calor fervente que derreterá os elementos e a terra e queimará as obras que aqui existem; é o fogo de Tofete “preparado para o rei” (o diabo e seus anjos, Mt 25:41), cuja pira é profunda e larga, a qual “o assopro do SENHOR, como torrente de enxofre [...] acenderá” (Is 30:33). Trata-se do fogo que vem do céu da parte de Deus (acerca da expressão “atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos”, ver os comentários sobre Apocalipse 14:12.)

VERSÍCULO 11. Vi um grande trono branco e Aquele que nele se assenta, de cuja presença fugiram a Terra e o céu, e não se achou lugar para eles. 12. Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então, se abriram livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros. 13. Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além

entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras. 14. Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. 15. E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo.

No versículo 11, João introduz outra cena que ocorrerá em conexão com a destruição final dos ímpios. Trata-se do grande trono branco de julgamento, perante o qual se reúnem para receber a terrível sentença de condenação e morte. Da presença desse trono, o céu e a Terra fogem e não se acha lugar para eles. Um instante de reflexão sobre as mudanças que ocorrerão no planeta nessa ocasião justificam a grande força dessa linguagem. A cena é do dia abrasador de Pedro, no qual ocorrerá a “destruição dos homens ímpios” e os “elementos” derreterão com calor incandescente (2Pd 3:7-13). A cidade estará então sobre a Terra, e seus alicerces, é claro, se estenderão por baixo de toda sua área. Desse modo, não será afetada por nenhuma mudança que ocorrer ou por qualquer condição que existir na terra embaixo dela. Fogo descerá do céu da parte de Deus.

Primeiro serão queimadas as obras que estão no mundo. Pelos gases venenosos envolvidos e as chamas, os ímpios serão destruídos. Esse é o fogo da Geena, que contém todos os elementos necessários para consumir completamente todo ser mortal sob seu poder (Mc 9:43-48); então se cumprirá Isaías 66:24: “Eles [os justos] sairão e verão os cadáveres dos homens que prevaricaram contra Mim; porque o seu verme nunca morrerá, nem o seu fogo se apagará; e eles serão um horror para toda a carne”.

Segundo, o calor aumentará até todo o material que compõe este globo se fundir como o minério na fornalha do fundidor e toda a Terra se transformar em uma massa fluida e incandescente. Sobre isso a cidade flutuará, assim como a arca de Noé flutuou sobre as águas do dilúvio. Então se cumprirá Isaías 33:14: “Quem dentre nós habitará com o fogo devorador? Quem dentre nós habitará com chamas eternas?” A resposta, nos versículos a seguir, mostra que serão os justos, e é nesse momento que esse versículo se cumprirá.

Terceiro, há mais uma etapa para se alcançar. Sabe-se muito bem que, com calor suficiente, qualquer substância desta Terra pode ser reduzida à condição de gás e assim se tornar invisível. O mesmo ocorrerá com todo este globo. Após o calor ser elevado ao grau suficiente de intensidade, o planeta inteiro se converterá em gás e ficará invisível, parecendo literalmente fugir, sem achar lugar para si. A cidade parecerá praticamente suspensa no meio do céu.

Mas os elementos não são destruídos. São apenas, por meio desse processo, purificados da última e mais minúscula mancha de pecado, de cada sinal da maldição. Mais uma vez, o decreto todo-poderoso ecoa: “Eis que faço novas todas as coisas. [...] Tudo está feito” (Ap 21:5-6); e as partículas se combinam mais uma vez para compor um novo mundo. Debaixo do olhar expectante e admirado de todos os remidos e da hoste angelical, a obra da criação é realizada novamente. Na primeira criação, as estrelas da alva, juntas, alegremente cantaram e rejubilaram todos os filhos de Deus (Jó 38:7). Na nova criação, esse cântico e brado de júbilo será aumentado pelas alegres vozes dos remidos. Assim esta Terra, miserável por um tempo, por causa do pecado, e

afastada de sua planejada órbita de alegria e paz, será conduzida de volta, renovada, à harmonia com um universo leal, a fim de ser a morada eterna dos salvos.

Os livros de registro. Eles são julgados com base nas coisas escritas nos livros. Essa informação nos ensina o fato solene de que há um registro de todos os nossos atos no Céu. Um relato fiel e sem erros é feito pelos anjos secretários. Os ímpios não podem esconder deles nenhum de seus atos obscuros. Não podem suborná-los para que algum de seus atos ilícitos fique fora dos documentos. Voltarão a deparar com cada um deles e, de acordo com tais ações, serão julgados.

A execução da sentença. Eles serão castigados de acordo com suas obras. As Escrituras declaram que receberão a recompensa segundo seus atos. Logo, haverá então graus de punição dos ímpios. É possível perguntar como tudo isso harmoniza com o ponto de vista de que a morte é o castigo para o pecado e sobrevém a todos. Perguntemos aos que creem na miséria eterna como eles mantêm os graus de diferenciação em *seu* sistema. Eles dizem que a intensidade da dor suportada em cada caso será proporcional à culpa do sofredor. Mas como isso pode ocorrer? As chamas do inferno não são igualmente severas em todas as partes? E não afetarão de igual maneira *todas* as almas imateriais ali lançadas? No entanto, respondem que Deus pode intervir a fim de produzir o efeito desejado. Muito bem, então, respondemos, não poderia Ele também intervir, se necessário, e graduar a dor que acompanhará a morte de cada pecador como o clímax de sua pena? Logo, então, nosso ponto de vista é igual nesse aspecto à opinião mais comum, ao passo que apresenta diversas vantagens em relação a ela. A visão popular precisa encontrar graus de punição apenas na intensidade da dor, uma vez que a duração de todos os casos é a mesma. Nosso ponto de vista, por outro lado, conta não só com graus de dor, mas também de duração, já que alguns podem perecer dentro de um curto espaço de tempo e o sofrimento esgotante de outro perdurar por um bom tempo. Mas compreendemos que o sofrimento do corpo será uma minúcia despercebida em comparação com a agonia mental, a angústia aguda que assolará as almas ao reconhecerem sua perda incomparável, cada uma de acordo com sua capacidade de apreciação. Os jovens que haviam acabado de chegar à idade da responsabilidade individual, por serem menos capazes de compreender a situação e sua perda, sofrerão menos, é claro. Para os mais velhos, mais capazes e com uma experiência mais profunda no pecado, o fardo de seu destino será proporcionalmente maior. Já aquele com intelecto gigante e compreensão quase ilimitada — que, por isso, possuiu maior influência para o mal, sendo mais culpado por dedicar seus poderes ao serviço do inimigo –, por ser capaz de compreender a situação plenamente, entender seu destino e reconhecer sua perda, sentirá da forma mais intensa de todas. Em *sua* alma, o ferro entranhará da forma mais intoleravelmente profunda. Dessa maneira, por uma lei da mente, o sofrimento de cada um será precisamente ajustado de acordo com a magnitude da culpa.

O grau de sofrimento que cada um suportará é levado em conta como parte do castigo por seus delitos, conforme fica evidente em Romanos 2:6-10. Paulo, ao falar aqui sobre o juízo futuro de Deus, diz:

“Retribuirá a cada um segundo o seu procedimento: a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade; mas ira e indignação aos facciosos, que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça. *Tribulação e angústia* virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego; glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego.”

O livro da vida. Por que, é possível perguntar, o livro da vida é colocado em destaque nessa ocasião, em que todos aqueles que participarem da segunda ressurreição, após a qual essa cena é situada, já terão sido julgados para a segunda morte? Um motivo muito compreensível é, no mínimo, para que se possa ver que nenhum dos nomes dentre toda a multidão que sofrerá a segunda morte se encontra no livro da vida e por que eles não se encontram ali. E se os nomes já estiveram lá, por que não permaneceram. Dessa forma, todos os seres inteligentes do universo poderão ver que Deus age com estrita justiça e imparcialidade.

“Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte”. Esse será o epitáfio final de todas as forças que se levantaram, desde o primeiro até o último, para se opor à vontade e obra do Senhor Todo-Poderoso. Satanás iniciou e liderou essa obra nefasta. Parte dos anjos celestiais se uniram a ele em sua falsa posição e em seu trabalho assassino. É para eles que o fogo eterno foi preparado (Mt 25:41). Os seres humanos só se envolveram nisso porque se uniram a ele em sua rebelião. Mas aqui o conflito encerra. O fogo será eterno para eles porque não permite nenhuma escapatória. A segunda morte será seu castigo, e “castigo eterno” (Mt 25:46), porque nunca encontrarão libertação de seu temível abraço. “O salário do pecado é a morte” (Rm 6:23).

“E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo”. Leitor, o seu nome se encontra inscrito no Livro da Vida? Você está lutando para evitar, em seu caso pessoal, a terrível destruição que aguarda os infiéis? Não sossegue até ter motivos para crer que seu nome se encontra registrado na lista daqueles que participarão afinal das bênçãos da vida eterna.

APOCALIPSE 21 — A NOVA JERUSALÉM



O tema deste capítulo, a partir do versículo 2, é a nova Jerusalém; mas antes de o assunto ser introduzido, João nos conta como o presente céu, terra e mar foram descartados, da seguinte maneira:

VERSÍCULO 1. Vi novo céu e nova Terra, pois o primeiro céu e a primeira Terra passaram, e o mar já não existe.

Novo céu e nova Terra. Sem dúvida, ao falar em primeiro céu e primeira Terra, João se refere ao céu e à Terra presentes, “os céus que agora existem e a Terra” (2 Pd 3:7). Alguns supõem que, quando a Bíblia fala do terceiro céu, no qual se encontram o paraíso e a árvore da vida (2Co 12:2; Ap 2:7), ela se refere ao Céu ainda futuro, e isso não prova que existem um paraíso e uma árvore da vida literais no Céu no presente. Baseiam seu ponto de vista no fato de Pedro falar acerca de três céus e terras: 1) os que existiram antes do dilúvio, 2) os que existem agora, e (3) os que ainda estão por vir. Mas essa teoria é completamente refutada pelo primeiro versículo de Apocalipse 21, pois aqui João só reconhece a existência de dois céus e Terras. Os que existem agora, ele chama de *primeiros*. Desse modo, de acordo com essa contagem, o novo céu futuro seria o *segundo*, não o *terceiro*, conforme Pedro teria chamado. Logo, fica claro que Pedro não tinha a intenção de estabelecer uma ordem numérica, segundo a qual um seria o primeiro, o outro o segundo e o último, o terceiro. O objetivo de seu raciocínio era simplesmente demonstrar que, assim como um céu e uma Terra literal sucederam à destruição da Terra pelo dilúvio, céu e Terra literais resultarão da renovação do sistema presente pelo fogo. Portanto, não há prova de que a Bíblia, ao falar sobre o terceiro céu, esteja fazendo referência simplesmente ao terceiro estado do céu e da Terra presentes, pois, se fosse o caso, todos os autores da Bíblia teriam contado dessa forma de maneira uniforme. Assim caem por terra os argumentos daqueles que desejam refutar a ideia de que há um paraíso literal e uma árvore da vida no presente. Sem dúvida, a Bíblia reconhece a existência de três céus na constituição presente das coisas. A saber, o primeiro, ou céu atmosférico, no qual habitam as aves; o segundo, o céu planetário, a região do sol, da lua e das estrelas; e o terceiro, muito acima dos outros, onde se encontram o paraíso e a árvore da vida (Ap 2:7); onde Deus reside e tem Seu trono (Ap 22:1-2); para o qual Paulo foi levado em visão celestial (2Co 12:2); para o qual Cristo ascendeu quando deixou a Terra (Ap 12:5); onde ele agora, como sacerdote-rei, Se assenta no trono com Seu Pai (Zc 6:13); e onde a cidade gloriosa se encontra, aguardando os santos entrarem na vida (Ap 21:2). Bendito seja Deus que, daquela radiante terra, trouxe inteligência a este nosso mundo distante! E graças a Seu santo nome, abriu-se um cami-

nho nos lugares escuros da Terra, que conduz a uma rota reta e brilhante de luz subindo para tais moradas abençoadas!

O mar já não existe. Como João diz “e o mar já não existe”, às vezes se pergunta: “Então não existirá mar na nova Terra?” Com base nessa passagem, não se conclui com certeza que não haverá nenhum, pois João está falando apenas do céu, da terra e do mar atuais. Poderia ser traduzido da seguinte forma: “Pois o primeiro céu e a primeira Terra passaram e o mar [οὐκ ἔστιν ἔτι] não era mais”. Isto é, o velho mar não aparecia mais, da mesma maneira que o velho céu e a velha Terra. Todavia, é possível que exista um novo mar assim como haverá uma nova Terra.

O Dr. Clarke diz o seguinte acerca dessa passagem: “O *mar* não aparecia mais, assim como o primeiro *céu e terra*. Tudo se fez *novo*. E provavelmente o novo mar passou a ocupar uma posição diferente e foi distribuído de maneira diferente do velho mar”.

O rio da vida, sobre o qual lemos no capítulo seguinte, que procede do trono de Deus e corre em meio à ampla rua da cidade, precisa de algum lugar para desaguar. E em que faria isso, senão no mar da nova Terra? A profecia que fala sobre o reinado futuro de Cristo, nas palavras a seguir, dá a entender que haverá mar ou mares na nova Terra: “O seu domínio se estenderá de mar a mar e desde o Eufrates até às extremidades da Terra” (Zc 9:10). Não se pode esperar que três quartos do globo como agora existe serão abandonados a tal esbanjamento de águas. O novo mundo terá tudo que contribuirá para sua utilidade e beleza.

VERSÍCULO 2. Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do Céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo. 3. Então, ouvi grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles. 4. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram.

A casa do Pai. Junto com a visão que João teve da cidade santa descendo do Céu da parte de Deus, ouve-se uma voz dizendo: “Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles”. Segue-se a conclusão natural de que o tabernáculo aqui mencionado é a cidade. Essa mesma cidade é chamada, em João 14, de casa do Pai, na qual há muitas moradas. Caso surja uma objeção na mente de alguém de que esse é um lugar permanente demais para ser chamado de tabernáculo, respondemos que a palavra “tabernáculo” às vezes significa um lugar de morada permanente. O grande Deus põe na Terra Seu lugar de habitação. Mas não devemos supor que Ele Se limita a este planeta ou a qualquer dos mundos de Sua criação. Ele passa a ter aqui um trono e a Terra desfruta tanto Sua presença que se pode dizer que Ele habita em meio aos seres humanos. E por que isso seria considerado estranho? O Filho unigênito de Deus será aqui o governante de Seu reino especial; a cidade santa, que é chamada de casa do Pai, e se supõe naturalmente que será o objeto mais belo e glorioso do universo, se localizará aqui. E as hostes celestiais provavelmente terão mais interesse neste mundo do que nos outros. Sim, raciocinando com

base em uma das parábolas do Salvador, haverá mais júbilo no Céu por um mundo remido do que por 99 que não precisaram de redenção.

Não mais motivo para lágrimas. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima. Ele não enxugará literalmente as lágrimas dos olhos de Seu povo, pois não haverá lágrimas para serem secadas dessa forma naquele reino. Mas Ele enxugará as lágrimas ao remover todos os motivos de choro.

VERSÍCULO 5. E Aquele que está assentado no trono disse: Eis que faço novas todas as coisas. E acrescentou: Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras. 6. Disse-me ainda: Tudo está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim. Eu, a quem tem sede, darei de graça da fonte da água da vida.

A nova criação. Aquele que se assenta no trono é o mesmo mencionado nos versículos 11 e 12 do capítulo anterior. Ele diz: “faço novas todas as coisas”, não faço todas as coisas novas. A Terra não será destruída e aniquilada para a criação de uma nova, mas todas as coisas serão renovadas. Alegremo-nos porque estas palavras são fiéis e verdadeiras. E quando isso se cumprir, todos se sentirão prontos para declarar a sublime frase: “Tudo está feito”. A sombra escura do pecado para sempre terá passado do universo. A perversidade será arraigada da terra dos vivos, com raiz e ramo (Mt 4:1), e o hino universal de louvor e gratidão (Ap 5:13) subirá do mundo remido e do universo purificado para o Deus que guarda Sua aliança.

VERSÍCULO 7. O vencedor herdará estas coisas, e Eu lhe serei Deus, e ele Me será filho. 8. Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte.

A grande herança. Os vencedores são a descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa (Gl 3:29). A promessa abrange o mundo inteiro (Rm 4:13); e os santos entrarão na nova Terra, não como servos ou estrangeiros, mas, sim, como herdeiros legítimos da condição celestial e proprietários da Terra.

O medo produz tormento. Mas a parte que caberá aos covardes e incrédulos será no lado que arde com fogo e enxofre. Na KJV, a palavra inglesa correspondente a “covardes” é “temerosos” [*fearful* — covarde, medroso, temeroso, que sente temor], e isso tem sido um problema para alguns que leem a palavra na Bíblia inglesa e têm escrúpulos de consciência, que sentem maior ou menor temor em toda sua experiência cristã. Portanto, faz bem questionar a que tipo de “temor” [*fear*] a versão inglesa faz referência aqui. Não se trata de temor diante de nossas fraquezas ou medo do poder do tentador; não é o temor de pecar ou se desviar do caminho, ou ainda de ser encontrado em falta afinal — esse tipo de medo ou temor é muito conveniente no sentido de nos fazer aproximar do Senhor —; mas se trata de um temor associado à covardia, à descrença; medo da zombaria e oposição do mundo; medo de confiar em Deus e dar um salto de fé para receber Suas promessas; temor de que Ele não cumprirá aquilo que declarou e que, por isso, seremos

envergonhados e sairemos perdendo por haver acreditado nEle. Acalentar esse tipo de temor leva a prestar um serviço sem compromisso a Ele. Isso é uma grande desonra para Deus. É esse tipo de temor que somos admoestados de não ter (Is 51:7). Esse é o temor covarde que traz condenação aqui e finalmente levará todos os que se deixaram controlar por ele ao lago de fogo, que é a segunda morte.

VERSÍCULO 9. Então, veio um dos sete anjos que têm as sete taças cheias dos últimos sete flagelos e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro; 10. e me transportou, em espírito, até a uma grande e elevada montanha e me mostrou a santa cidade, Jerusalém, que descia do Céu, da parte de Deus, 11. a qual tem a glória de Deus. O seu fulgor era semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jasper cristalina. 12. Tinha grande e alta muralha, doze portas, e, junto às portas, doze anjos, e, sobre elas, nomes inscritos, que são os nomes das doze tribos dos filhos de Israel. 13. Três portas se achavam a leste, três, ao norte, três, ao sul, e três, a oeste. 14. A muralha da cidade tinha doze fundamentos, e estavam sobre estes os doze nomes dos doze apóstolos do Cordeiro.

A noiva, a esposa do Cordeiro. Este testemunho não deixa dúvidas de que a nova Jerusalém é a noiva, a esposa do Cordeiro. O anjo disse claramente a João que lhe mostraria a noiva, a esposa do Cordeiro. E podemos ter a certeza de que ele não praticou uma obra de engano, mas cumpriu sua promessa ao pé da letra. Tudo que o anjo lhe mostrou foi a nova Jerusalém. Seria desnecessário fornecer provas de que essa cidade não é a igreja, caso a teologia popular não tivesse distorcido tanto as Escrituras para fazer essa aplicação. Essa cidade, então, não pode ser a igreja, porque seria absurdo dizer que a igreja é quadrada, tem os lados norte, sul, leste e oeste. Seria absurdo dizer que a igreja tem uma muralha grande e alta, doze portas, três de cada lado, voltadas para os quatro pontos cardeais. Aliás, toda a descrição da cidade apresentada neste capítulo seria mais ou menos absurda caso aplicada à igreja.

Além disso, Paulo, em sua carta aos gálatas, fala sobre a mesma cidade, dizendo que ela “*é mãe de todos nós*” (Gl 4:26, ARC), referindo-se à igreja. Logo, a igreja não é a cidade em si, mas os filhos da cidade. E o versículo 24 do capítulo em questão fala sobre as nações dos salvos, que andarão na luz dessa cidade. As nações dos salvos que, na Terra, constituem a igreja são distintas da cidade, à luz da qual andam. Conclui-se que a cidade é literal, construída com todos os materiais preciosos citados.

Mas como ela pode ser a noiva, a esposa do Cordeiro? Resposta: a inspiração achou apropriado falar por meio dessa figura e, para cada um daqueles que creem na Bíblia, isso deveria bastar. A figura é introduzida pela primeira vez em Isaías 54. Lá a cidade da nova aliança recebe destaque. É representada desolada enquanto a velha aliança vigorava e o cuidado do Senhor se restringia aos judeus e à velha Jerusalém. Mas conta-se que mais serão “os filhos da mulher solitária do que os filhos da casada”. A seu respeito, também se afirma: “o teu Criador é o teu marido”. E a promessa final do Senhor a essa cidade contém uma descrição muito semelhante à que encon-

tramos em Apocalipse, a saber: “Eis que Eu assentarei as tuas pedras com argamassa colorida e te fundarei sobre safiras. Farei os teus baluartes de rubis, as tuas portas, de carbúnculos e toda a tua muralha, de pedras preciosas. Todos os teus filhos serão ensinados do SENHOR”. É a essa mesma promessa que Paulo se refere e sobre a qual comenta em sua epístola aos Gálatas, ao dizer: “Mas a Jerusalém lá de cima é livre, a qual é nossa mãe” (Gl 4:26); pois ele cita, no versículo seguinte, essa mesma profecia do livro da Isaías para sustentar tal declaração. Aqui, então, o apóstolo faz uma aplicação inspirada da profecia de Isaías que não pode ser mal interpretada; e ao fazer isso, ele mostra que, por meio da figura de uma “mulher”, uma “esposa” cujos “filhos” seriam multiplicados, o Senhor usa o profeta para falar da nova Jerusalém, a cidade do alto, em contraste com a Jerusalém terrena na terra da Palestina; e o Senhor Se denomina “marido” dessa cidade. Além disso, temos o testemunho indiscutível do capítulo 21 de Apocalipse acerca dos mesmos fatos.

Levando isso em conta, tudo encontra harmonia. Cristo é chamado de Pai de Seu povo (Is 9:6); a Jerusalém do alto é chamada de nossa mãe, e nós somos chamados de filhos; desenvolvendo a figura do casamento, Cristo é representado como o noivo, a cidade é a noiva, e nós, a igreja, somos os convidados. Não há confusão entre as partes aqui. Mas o ponto de vista popular, que classifica a cidade como a igreja, e a igreja como a noiva, revela uma confusão indesculpável, ao transformar a igreja ao mesmo tempo na mãe e nos filhos, na noiva e nos convidados.

A perspectiva de que as bodas do Cordeiro consistem na posse de Cristo como Rei no trono de Davi, aplicando as parábolas de Mateus 22:1-14; 25:1-13; Lucas 12:35-37; 19:12-13, etc. a esse evento, se confirma ainda mais por um costume antigo muito conhecido. Conta-se que, quando alguém assumia sua posição de governante sobre o povo e era investido com tal poder, o evento era chamado de bodas, e a festa que o acompanhava recebia o nome de ceia das bodas. O Dr. Clarke, em seu comentário sobre Mateus 22:2, diz o seguinte a esse respeito:

“As bodas de seu filho. Uma festa de casamento, esse é o significado apropriado da palavra γάμος. Ou uma festa de investidura, quando seu filho foi colocado na posse do governo; e, assim, ele e seus novos súditos se casaram. Muitos críticos de destaque interpretam assim essa parábola, como um indicativo do empossamento do Filho no reino messiânico pelo Pai (cf. 1Rs 1:5-9, 19, 25, etc., textos nos quais tal festa é mencionada).”

Uma cidade cristã. Os nomes dos doze apóstolos nos alicerces da cidade mostram que se trata de uma cidade cristã, não judaica. Já os nomes das doze tribos nas portas mostram que todos os salvos, tanto desta dispensação quanto da anterior, são contados entre alguma das doze tribos, pois todos devem entrar na cidade por uma dessas doze portas. Esse fato explica os casos em que os cristãos são chamados de Israel e mencionados como as doze tribos, tal qual em Romanos 2:28-29; 9:6-8; Gálatas 3:29; Efésios 2:12-13; Tiago 1:1; Apocalipse 7:4.

VERSÍCULO 15. Aquele que falava comigo tinha por medida uma vara de ouro para medir a cidade, as suas portas e a sua muralha. 16. A cidade é quadrangular, de comprimento e lar-

gura iguais. E mediu a cidade com a vara até doze mil estádios. O seu comprimento, largura e altura são iguais. 17. Mediu também a sua muralha, cento e quarenta e quatro côvados, medida de homem, isto é, de anjo. 18. A estrutura da muralha é de jaspe; também a cidade é de ouro puro, semelhante a vidro límpido.

As dimensões da cidade. De acordo com esse testemunho, a cidade foi disposta em um quadrado perfeito, com a mesma medida em todos os lados. João declara que a cidade media doze mil estádios. Doze mil estádios, cada estádio com 200 metros, equivale a 2.400 quilômetros. É possível interpretar que essa medida diz respeito à circunferência total da cidade, não meramente a um dos lados. Segundo Kitto, esse parece ter sido o método antigo de mensurar as cidades. Mede-se a circunferência inteira e então se afirma que essa é a medida da cidade. De acordo com essa regra, a nova Jerusalém terá 600 quilômetros de cada lado. O seu comprimento, largura e altura são iguais. Tais palavras dão origem ao questionamento se a cidade será tão alta quanto longa e larga. A palavra traduzida por *iguais* é ἴσος (*isos*). Por meio das definições feitas por Liddell e Scott, aprendemos que ela pode ser usada para transmitir a ideia de proporção: a altura será proporcional ao comprimento e à largura. Essa ideia é fortalecida pelo fato de que a muralha vista por João tinha apenas 144 côvados de altura. Calculando o côvado com cerca de 55,8 centímetros, o tamanho mais comumente atribuído ao côvado antigo, o muro teria apenas 80 metros de altura. Mas se a altura, a largura e o comprimento da cidade são iguais, ou seja, 600 quilômetros, essa muralha de menos de cem metros seria, em comparação, absolutamente insignificante. Provavelmente, portanto, a altura da cidade, com suas construções, precisa ser determinada de acordo com a altura do muro, apresentada com toda clareza.

A crítica a seguir, acerca do versículo 16, que cita as dimensões da cidade celestial, sem dúvida é correta:

“Já foi inferido, com base no texto acima, que a cidade da nova Jerusalém terá altura e comprimento iguais, ou seja, doze mil estádios, ou 2.400 *quilômetros*. Parece-nos totalmente desnecessário dar esse tipo de interpretação à linguagem. A palavra *iguais* nem sempre significa as mesmas dimensões ou mesma posição. Com frequência, é usada no sentido de proporção. Se disséssemos que o comprimento, a largura e a altura da cidade são proporcionais, não cometeríamos um absurdo linguístico.”

Esse é o ponto de vista defendido por James Du Pui, em sua obra *Exposition of the Apocalypse* [Exposição do Apocalipse]. O trecho a seguir, escrito por Thomas Wicks, autor de *Lectures on the Apocalypse* [Palestras sobre o Apocalipse], apresenta a mesma ideia:

“As palavras, porém, assumirão outro significado, muito mais natural. Não é que o comprimento, a largura e a altura eram absolutamente iguais *uns aos outros*, mas iguais *entre si*; isto é, o comprimento era o mesmo em todos os lugares, a largura, a mesma em todos os lugares e a altura, a mesma. Tratava-se de uma cidade perfeita e simétrica em todas as suas proporções. Isso se confirma pela afirmação clara de que o muro tem 144 côvados de altura, ou 65 metros, uma altura apropriada para um

muro, ao passo que se diz que a cidade tem “comprimento e largura iguais.” [Esse escritor atribui apenas 45 centímetros ao côvado.]

A palavra grega *isos*, traduzida por *iguais* adquire o sentido de proporção, de acordo com Pickering. Greenfield, ao definir um de seus termos cognatos (*isotes*), atribui a ele o sentido de “proporção igual” e faz referência a 2 Coríntios 8:13-14 como exemplo no qual essa definição é bastante admissível.

Assim, parece que a altura da cidade era proporcional a seu comprimento e sua largura, não que a altura e o comprimento eram exatamente iguais. O texto certamente admite essa interpretação e isso liberta a linguagem de qualquer ambiguidade e a cidade de toda desproporção, revelando perfeita harmonia na descrição geral.

A estrutura da muralha é de jaspe. O jaspe é uma pedra preciosa normalmente descrita como “bela cor verde viva e brilhante, às vezes revestida de listras brancas ou pontilhada de amarelo”. Entendemos que esse seja o material da estrutura geral da muralha, edificada sobre os doze fundamentos descritos depois. É preciso lembrar que essa muralha de jaspe é “cristalina” (versículo 11), revelando todas as glórias do lado de dentro.

VERSÍCULO 19. Os fundamentos da muralha da cidade estão adornados de toda espécie de pedras preciosas. O primeiro fundamento é de jaspe; o segundo, de safira; o terceiro, de calcedônia; o quarto, de esmeralda; 20. o quinto, de sardônio; o sexto, de sárdio; o sétimo, de crisólito; o oitavo, de berilo; o nono, de topázio; o décimo, de crisópraso; o undécimo, de jacinto; e o duodécimo, de ametista.

Uma cidade literal. Se considerarmos que essa descrição é exclusivamente metafórica, como o faz a grande maioria de indivíduos que professa ensinar a Bíblia, e espiritualizar a cidade a um nada etéreo, como essas descrições minuciosas soarão sem sentido, beirando à loucura! Mas se a entendermos da maneira como evidentemente deve ser compreendida, em seu significado natural e óbvio, enxergando a cidade da maneira como o Revelador planejou que olhássemos para ela, como uma morada literal e tangível, nossa herança gloriosa, cujas belezas contemplaremos com nossos próprios olhos, como a glória da cena se amplia!

É sob essa luz, embora o homem mortal não possa, por si só, conceber a grandeza das coisas que Deus preparou para aqueles que O amam, que as pessoas podem se deleitar em contemplar as glórias de sua futura morada. Amamos refletir nas descrições que transmitem à nossa mente, da melhor maneira que a linguagem consegue fazer, uma ideia do encanto e da beleza que caracterizarão nosso lar eterno. E quando nos envolvemos na contemplação de uma herança tangível e garantida, a coragem se renova, a esperança revive, a fé ganha asas e, com sentimento de gratidão a Deus por ter nos dado a possibilidade de obter entrada nas mansões dos remidos, tomamos novamente a resolução, a despeito do mundo e de todos os seus obstáculos, de estar entre aqueles que participarão da alegria oferecida. Olhemos, então, para os fundamentos de pedras preciosas da grande cidade por cujas portas de pérola esperamos que o povo de Deus entre em breve.

Os fundamentos gloriosos — Stuart diz:

“A palavra *adornados* (enfeitados) pode levantar dúvida se o autor quis dizer que, nas várias sequências dos fundamentos, as pedras preciosas foram apenas inseridas aqui e ali. Mas, considerando a descrição como um todo, não entendo que seja esse o significado.”

“O jaspe, conforme já visto acima, costuma ser uma pedra de cor verde transparente, com veias vermelhas; mas existem muitas variedades.”

“A safira é de bela cor azul celeste, quase tão transparente e brilhante quanto o diamante.”

“A calcedônia parece ser uma espécie de ágata ou, mais apropriadamente, o ônix. O ônix dos antigos provavelmente tinha cor branca azulada e era semitranslúcido.”

“A esmeralda era de um verde vivo e próxima ao rubi em dureza.”

“O sardônio é uma mistura de calcedônia e cornalina, sendo a última da cor de carne.

“O sárdio provavelmente corresponde à cornalina. Às vezes, porém, seu vermelho é bem vívido.”

“O crisólito, conforme o significado do nome, tem cor amarela ou dourada e é translúcido. É provável que dessa pedra tenha sido tirado o conceito do ouro transparente que constitui o material da cidade.”

“O berilo é da cor verde mar.”

“O topázio do presente parece ser identificado como amarelo; mas parece que o dos antigos era verde claro (Plínio, 38, 8, Bellermann. *Urim et Thummim*, p. 37).

“O crisópraso, de cor amarelo claro e esverdeada, como a cebolinha. Às vezes, é classificado na atualidade como topázio.”

“O jacinto tem cor vermelho escuro ou violeta.”

“A ametista é uma pedra de grande dureza e brilho, de cor violeta, normalmente encontrada na Índia.”

“Ao analisar todos esses tipos de pedras, percebemos que as quatro primeiras são de um tipo esverdeado ou azulado; a quinta e a sexta, vermelhas ou escarlates; a sétima, amarela; a oitava, nona e décima, de diferentes nuances de verde mais claro; a décima primeira e décima segunda, escarlates ou em tom vermelho vivo. Logo, há uma classificação nessa ordem, uma mistura semelhante à disposição do arco-íris, porém mais complexa.”

VERSÍCULO 21. As doze portas são doze pérolas, e cada uma dessas portas, de uma só pérola. A praça da cidade é de ouro puro, como vidro transparente.

As portas de pérolas. Quer interpretemos que essas portas são de pérola sólida, quer compostas por uma camada grossa de pérolas incrustadas em uma estrutura de outro material precioso, o testemunho não é afetado de maneira significativa. Caso se faça a objeção de que é contrário à natureza das coisas haver uma pérola grande o suficiente para fazer uma porta, respondemos que Deus é capaz de produzi-la. Tal objeção apenas limita o poder de Deus. De qualquer modo, em ambos os casos, as portas teriam a aparência externa de pérola e, em linguagem comum, seriam descritas como portas de pérola.

As ruas de ouro polido. Neste versículo, assim como no 18, fala-se que a cidade é de ouro puro, semelhante a vidro transparente. Não é necessário concluir, por causa destas palavras, que o ouro em si é transparente. Tome como exemplo o material que forma as ruas. Se fosse realmente transparente, nos permitiria olhar o que está embaixo da cidade — o substrato em cima do qual repousa —, visão que não pode ser considerada especialmente agradável. Mas suponhamos que o pavimento de ouro da rua seja tão polido que possua poder perfeito de reflexão, à semelhança do espelho mais fiel, e logo entendemos que o efeito seria grandioso e extremamente surpreendente. Pense por um instante no aspecto de uma rua pavimentada dessa maneira! Os magníficos palácios dos dois lados se refletiriam embaixo e a expansão ilimitada do céu acima também apareceria abaixo. Dessa maneira, a pessoa que andar nessas ruas de ouro terá a impressão de que tanto ele quanto a cidade se encontram suspensos entre as alturas infinitas acima e as profundidades insondáveis abaixo, ao passo que as mansões de qualquer um dos lados da rua, com igual poder de reflexão, multiplicarão de maneira maravilhosa tanto os palácios quanto as pessoas, agindo em conjunto para tornar toda a cena inusitada, agradável, bela e grandiosa, além de tudo que se possa imaginar.

VERSÍCULO 22. Nela, não vi santuário, porque o seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro.

O templo vivo. Com o templo, está conectada a ideia de sacrifícios e uma obra de mediação. Mas quando a cidade estiver localizada na Terra, não haverá uma obra como essa para realizar. Sacrifícios, ofertas e todo o cerimonial de mediação neles baseados terão ficado para sempre no passado. Logo, não haverá nenhuma necessidade para um símbolo externo de tal obra. Mas o templo na velha Jerusalém, além de ser um lugar de adoração e sacrifício, era a beleza e a glória do lugar. Como se antecipasse o questionamento que poderia surgir de qual seria o ornamento e a glória da nova cidade, se não haverá templo ali, o profeta responde: “O seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro”. Parece que hoje existe um templo na cidade (Ap 16:17). A revelação não nos informa o que acontecerá com esse templo quando a cidade descer. É possível que seja removido ou passe a ser usado para um fim diferente, deixando de ser o santuário de Deus.

VERSÍCULO 23. A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada. 24. As nações andarão mediante a sua luz, e os reis da Terra lhe trazem a sua glória. 25. As suas portas nunca jamais se fecharão de dia, porque, nela, não haverá noite. 26. E lhe trarão a glória e a honra das nações. 27. Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro.

Não haverá noite ali. É provável que não haja noite somente na cidade. É claro que haverá dia e noite na nova Terra, mas serão dias e noites de glória insuperável. O profeta, ao falar desse tempo, diz: “A luz da lua será como a do sol, e a do sol, sete vezes maior, como a luz de sete dias, no dia em que o SENHOR atar a ferida do Seu povo e curar a chaga do golpe que Ele deu” (Is

30:26). Mas se a luz da lua nesse estado será como a luz do sol, como se pode dizer que há noite ali? Resposta: a luz do sol será sete vezes maior, de maneira que, embora a noite seja como o nosso dia, o dia será sete vezes mais brilhante, tornando o contraste entre dia e noite tão marcado, talvez, quanto no presente. Mas ambos terão glória insuperável.

O versículo 24 fala sobre nações e rei. As nações são as nações dos salvos. E, em certo sentido, todos nós somos reis no estado em que a nova Terra se encontrará. Possuiremos um reino e reinaremos para todo o sempre.

Mas algumas parábolas do Salvador, como a encontrada em Mateus 25:21, 23, dão a entender que alguns ocuparão a posição de governantes em sentido especial e, por isso, poderão ser chamados de reis da Terra em conexão com as nações dos salvos. Eles levarão sua glória e honra para dentro da cidade quando, nos sábados e nas luas novas, comparecerem para adorar diante de Deus (Is 66:23).

Leitor, você deseja encontrar lugar nas glórias eternas e indizíveis dessa cidade celestial? Faça então todo o necessário para que seu nome seja escrito no Livro da Vida do Cordeiro, pois somente aqueles cujo nome se encontrar nesse “rol de honra” celeste poderão entrar ali.

APOCALIPSE 22 — A ÁRVORE E O RIO DA VIDA



VERSÍCULO 1. Então, me mostrou o rio da água da vida, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro. **2.** No meio da sua praça, de uma e outra margem do rio, está a árvore da vida, que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a cura dos povos.

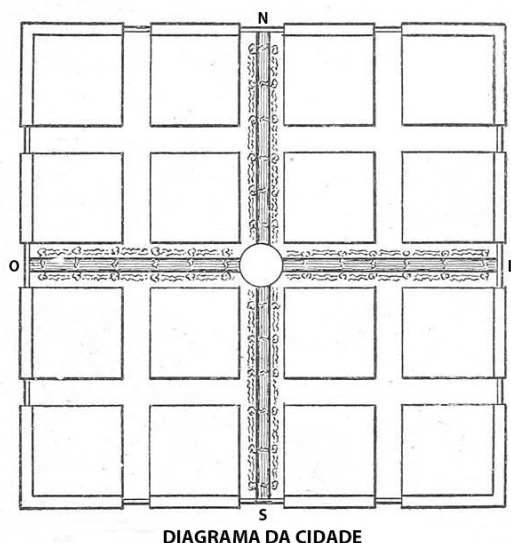
O anjo continuou mostrando a João as coisas maravilhosas da cidade de Deus. No meio da praça da cidade se encontra a árvore da vida.

A rua principal. A palavra traduzida por *praça* na ARA é vertida por *rua* em outras versões, como a NVI. Embora *rua* seja usada no singular, não se deve supor que haverá apenas uma rua na cidade, pois ela contará com doze portas, e deve existir, é claro, uma rua que leve a cada porta. Mas a rua aqui mencionada é a rua mais distinta, a “rua principal da cidade” [NVI], ou, conforme o significado do termo original, a rua larga, a grande avenida.

O rio da vida. A árvore da vida se encontra no meio dessa praça ou rua principal. Mas a árvore da vida também fica dos dois lados do rio da vida. Logo, o rio da vida também se localiza no meio da praça ou rua principal da cidade. Esse procede do trono de Deus. A figura apresentada à nossa mente é esta: o glorioso trono de Deus no início dessa rua ou avenida larga. Desse trono flui o rio da vida, em direção ao centro da rua. E a árvore da vida cresce dos dois lados, formando um arco elevado e magnífico sobre esse majestoso curso d’água, espalhando seus galhos doadores de vida sobre ambas as margens. É impossível determinar qual será a largura dessa rua ampla. Mas logo se reconhece que uma cidade com 600 quilômetros de comprimento em qualquer direção tem condições de dedicar bastante espaço para sua maior avenida.

Um conceito muito natural da disposição das ruas da cidade é o mostrado no diagrama ao lado; a saber, o trono no centro e uma grande avenida na qual se encontram o rio da vida e a árvore da vida estendendo-se em quatro direções para os muros da cidade em todos os seus quatro lados. Isso daria a todas as partes da cidade igual acesso à grande avenida. Também forneceria oportunidade para uma porta magnífica no centro de cada lado da cidade, abrindo-se diante da grande avenida. O comprimento de cada uma dessas quatro ramificações da avenida (que depende, é claro, de quanto espaço é destinado ao trono) seria de no mínimo 290 quilômetros. Pode-se dizer que isso é exagerar demais na especulação. Talvez seja. Mas presume-se que aqueles que esperam entrar em breve nessa cidade não se mostrarão avessos a uma pequena especulação inocente nessa direção.

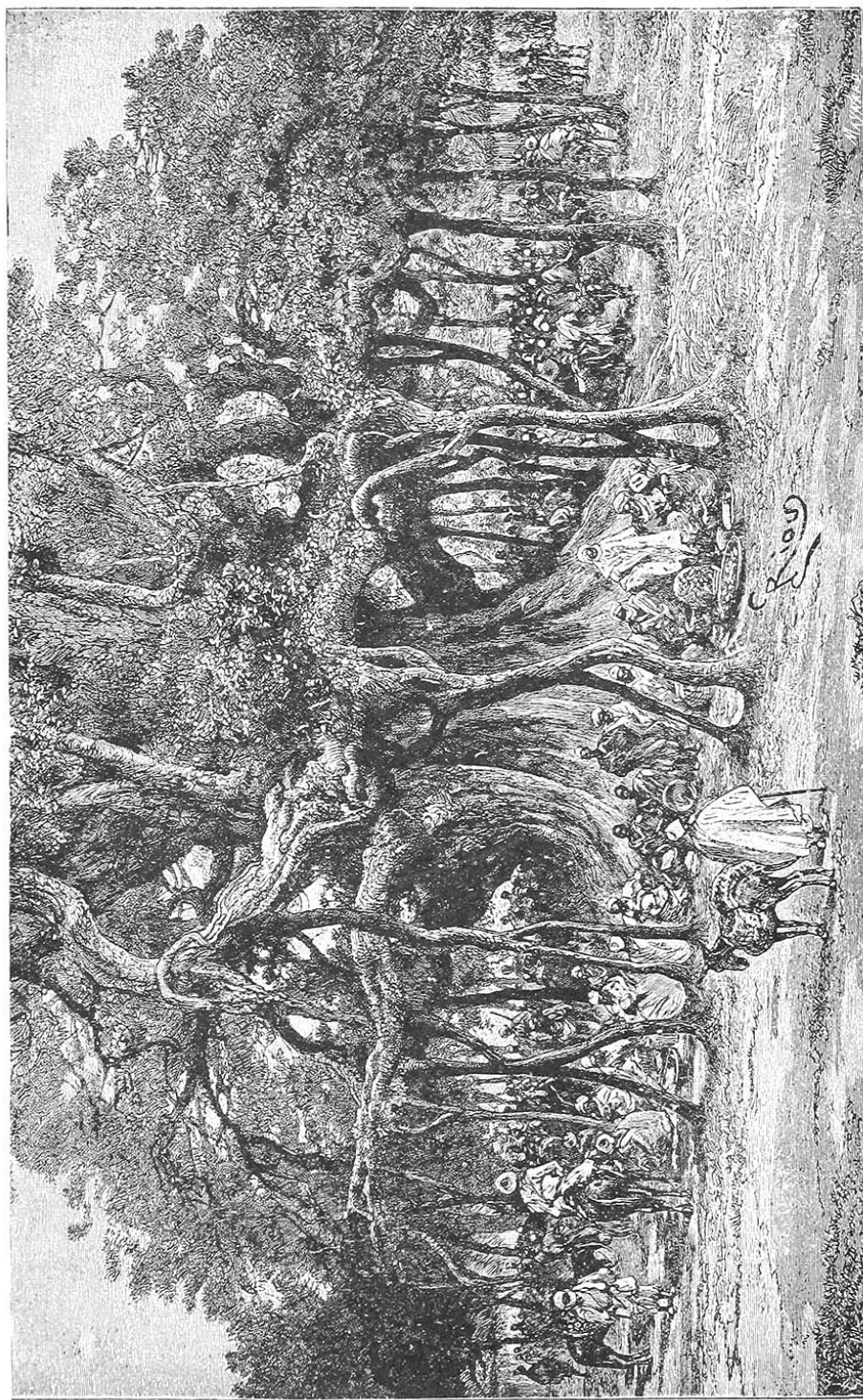
A árvore da vida. Como a árvore da vida pode ser apenas uma, mas ainda assim se encontrar dos dois lados do rio? 1) É evidente que existe apenas uma árvore da vida. Do Gênesis ao Apocalipse, ela é mencionada apenas no singular — *a* árvore da vida. 2) Para ser encontrada nas duas margens do rio, é necessário que tenha mais de um tronco; e, nesse caso, estar unida no topo ou em seus galhos superiores a fim de formar uma única árvore. João se achava em espírito e nos apresentou uma visão detalhada desse objeto maravilhoso, dizendo que se encontrava nos dois lados do rio. Outra pessoa que teve o privilégio de contemplar em visão as glórias esplêndidas da terra celestial deu um testemunho semelhante:



“Todos entramos e sentíamos ter perfeito direito à cidade. Ali vimos a árvore da vida e o trono de Deus. Do trono provinha um rio puro de água, e de cada lado do rio estava a árvore da vida. A princípio, pensei ter visto duas árvores. De um lado do rio havia um tronco da árvore, e do outro lado outro, ambos de ouro puro e transparente. A princípio pensei que via duas árvores. Olhei outra vez e vi que elas se uniam em cima numa só árvore. Assim estava a árvore da vida em ambos os lados do rio da vida. Seus ramos curvavam-se até o lugar em que nos achávamos, e seu fruto era esplêndido; tinha o aspecto de ouro, de mistura com prata” (*Primeiros Escritos*, p. 17).

E por que uma árvore como essa é vista como algo não natural ou impossível, uma vez que temos uma ilustração semelhante a ela aqui na Terra? A figueira da bengala, da Índia, tem exatamente a mesma natureza a esse respeito. A *Encyclopedia Americana* diz o seguinte acerca dessa árvore: “A *figus Indica* (figueira indiana ou figueira de bengala) tem sido celebrada desde a antiguidade por deixar seus galhos caírem e criarem raízes na terra, os quais, por sua vez, se transformam em troncos e criam outros galhos. Assim, uma única árvore forma uma pequena floresta”. Dessa mesma maneira, a árvore da vida pode se estender e se apoiar.

A árvore da vida dá doze tipos de frutos e dá fruto todos os meses. Isso lança luz sobre a declaração encontrada em Isaías 66:23, de que toda carne virá “de uma Festa da Lua Nova à outra” para adorar perante o Senhor dos exércitos. As palavras *lua nova* deveriam ser traduzidas por *mês*. O hebraico traz *חֹדֶשׁ* (*hodesh*), que Gesenius, em sua segunda acepção, define como “um mês”. A Septuaginta traz *μήνα ἐκ μηνός* (*mēna ek mēnos*), “de mês a mês”. Os remidos sobem à cidade santa de mês a mês a fim de comer do fruto da árvore da vida. Suas folhas são para a cura das nações; literalmente, *serviço* das nações. Isso não deve ser interpretado como um indício de que alguém entrará na cidade em condição enferma ou deformada, necessitando de cura. Pois, nesse caso, a conclusão seria de que sempre haverá pessoas nessa condição. Não temos motivo



A ÁRVORE BANIANA, ILUSTRANDO A ÁRVORE DA VIDA

nenhum para entender que o serviço das folhas, qualquer que seja ele, não será perpétuo, assim como o consumo dos frutos. No entanto, a ideia de doença e deformidade no estado imortal é contrária a declarações claras de outros textos bíblicos.

VERSÍCULO 3. Nunca mais haverá qualquer maldição. Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os Seus servos o servirão,

Estas palavras provam que se faz referência ao grande Deus, o Pai, bem como ao Filho. A marca da maldição, o ar mortal, as cenas medonhas de desolação e decadência não serão mais vistas sobre a Terra. Toda brisa será refrescante e transmissora de vida; toda cena, bela; todo som ecoará música.

VERSÍCULO 4. contemplarão a Sua face, e na sua frente está o nome Dele.

A palavra *sua* na frase “contemplarão a Sua face” se refere ao Pai, pois é Ele cujo nome se encontra na frente de Seus servos, fato informado em Apocalipse 14:1. Esse será o cumprimento da promessa de Mateus 5:8, “Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus”.

VERSÍCULO 5. Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos. 6. Disse-me ainda: Estas palavras são fiéis e verdadeiras. O Senhor, o Deus dos espíritos dos profetas, enviou Seu anjo para mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer. 7. Eis que venho sem demora. Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro.

Encontramos aqui, mais uma vez, a declaração de que não haverá noite na cidade, pois o Senhor Deus será a luz do lugar. O versículo 7 prova que é Cristo quem fala, um fato de especial importância para manter em mente em conexão com o versículo 14. Guardar as palavras da profecia deste livro corresponde a obedecer aos deveres trazidos à tona em conexão com a profecia, como, por exemplo, em Apocalipse 14:9-12.

VERSÍCULO 8. Eu, João, sou quem ouviu e viu estas coisas. E, quando as ouvi e vi, prostrei-me ante os pés do anjo que me mostrou essas coisas, para adorá-lo. 9. Então, ele me disse: Vê, não faças isso; eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas, e dos que guardam as palavras deste livro. Adora a Deus. 10. Disse-me ainda: Não seles as palavras da profecia deste livro, porque o tempo está próximo. 11. Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na prática da justiça, e o santo continue a santificar-se. 12. E eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras.

(Confira comentários acerca do versículo 9 nas notas sobre Apocalipse 19:10.) No versículo 10, João é instruído a não selar as palavras da profecia deste livro. A teologia popular de nossos dias diz que o livro é selado. Uma destas duas coisas se concluiria se assim fosse: ou João

teria desobedecido às instruções ou a teologia supramencionada está cumprindo Isaías 29:10-14. O versículo 11 prova que o tempo da graça se encerra e o caso de todos é inalteravelmente fixado antes da vinda de Cristo, pois no versículo seguinte Jesus diz: “Eis que venho sem demora”. Que pressuposto perigoso e insano alegar, como o fazem aqueles que creem na era vindoura, que haverá tempo de graça após esse acontecimento! O galardão de Cristo está com Ele, para dar a cada ser humano conforme suas obras, outra prova conclusiva de que não pode haver tempo de graça após tal evento; pois todos os ímpios vivos, “os que não conhecem a Deus”, os pagãos, e “os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus”, os pecadores de terras cristãs (2Ts 1:8), serão assolados com rápida destruição da parte Daquele que virá em fogo consumidor a fim de exercer vingança contra Seus inimigos.

A declaração do versículo 11 marca o fim do tempo da graça, que corresponde ao término da obra de Cristo como mediador. Mas o tema do santuário nos ensina que esse trabalho acabará com o exame do caso dos vivos no juízo investigativo. Quando isso acontecer, a sentença irrevogável poderá ser pronunciada. Mas quando chegar o momento de decidir os casos dos vivos na obra de juízo, entendemos que o que resta para ser feito será realizado tão rapidamente que se pode dizer que tais casos serão decididos quase que simultaneamente. Logo, não há lugar para especular qual será a ordem de julgamento entre os vivos, ou seja, quais casos serão decididos primeiro e quais ficarão por último, nem ficará conhecido quais já foram definidos antes do fim de todas as coisas.

VERSÍCULO 13. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim. 14. Bem-aventurados aqueles que guardam os seus mandamentos, para que tenham direito à árvore da vida, e possam entrar na cidade pelas portas (KJV).

Cristo aplica aqui a Si mesmo o título de Alfa e Ômega.¹ Cristo é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim do grande plano da salvação. O versículo 14, conforme já observado, consiste em palavras de Cristo. Os mandamentos dos quais Jesus fala são os mandamentos de Seu Pai. Só podem fazer referência aos dez mandamentos entregues no monte Sinai. Ele pronuncia uma bênção sobre aqueles que os guardam. Assim, no último capítulo da Palavra de Deus e bem perto do fim do último testemunho que a Testemunha fiel e verdadeira deixou para o Seu povo, Ele pronuncia com toda solenidade uma bênção sobre aqueles que guardam os mandamentos de Deus. Que aquele que acredita na abolição da lei analise com cuidado as consequências decisivas desse fato importante.

Em vez de traduzir por “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos”, outras versões, como a ARA e a ARC, trazem “Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vesti-

¹ Nota dos editores da versão em português: Como referido na nota 1, na página 269, o autor não havia chegado a uma clara compreensão sobre a eternidade de Cristo. O texto original da versão de 1897 acrescentava: “Quando usada para se referir a Ele, a expressão deve ser entendida em um sentido mais limitado do que quando aplicada ao Pai, como em Apocalipse 1:8.” No ano seguinte, essa concepção errônea acerca da eternidade de Cristo foi claramente corrigida por Ellen White ao declarar: “Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 530).

duras”. A esse respeito, a obra de Alford, *Testament for English Readers* [Testamento para Leitores de Língua Inglesa], traz a seguinte nota: “A diferença entre as versões é curiosa, pois no original ficaria entre *poiountes tas entolas autou* e *plunontes tas stolas autôn*, ambos sendo facilmente confundidos um com o outro”. Levando em conta essa declaração, não surpreende, talvez, a existência da diferença de tradução. Mas parece haver boas evidências de que a primeira é a original, ao passo que a segunda seria uma variante ocasionada por erros de copistas. O Novo Testamento em siríaco, uma das primeiras traduções do original em grego, traz uma versão de acordo com a que fala na guarda dos mandamentos. E Cipriano, cujos escritos antecedem qualquer manuscrito grego ainda existente (*Ante-Nicene Library* [Biblioteca Antenicensa], vol. 13, p. 122), cita o texto dizendo: “Bem-aventurados são aqueles que praticam Seus mandamentos”. Logo, podemos afirmar com segurança que essa é a versão genuína.

VERSÍCULO 15. Fora ficam os cães, os feiticeiros, os impuros, os assassinos, os idólatras e todo aquele que ama e pratica a mentira.

Na Bíblia, o cão é um símbolo de pessoa desavergonhada e sem escrúpulos. Quem gostaria de ser deixado na companhia daqueles cuja herança se encontra fora da cidade de Deus? Todavia, quantos serão condenados como idólatras, quantos como criadores de mentiras e quantos mais como aqueles que as amam e amam divulgá-las depois de serem inventadas!

VERSÍCULO 16. Eu, Jesus, enviei o Meu anjo para vos testificar estas coisas às igrejas. Eu sou a Raiz e a Geração de Davi, a brilhante Estrela da manhã.

Jesus testifica essas coisas às igrejas, mostrando que todo o Apocalipse foi entregue às sete igrejas, mais uma prova suplementar de que as sete igrejas representam a igreja ao longo de toda a dispensação evangélica. Cristo é a Geração de Davi por ter vindo à Terra na linhagem dos descendentes de Davi. Ele é a Raiz de Davi por ser o grande protótipo de Davi, o Criador e Mantenedor de todas as coisas.

VERSÍCULO 17. O Espírito e a noiva dizem: Vem! Aquele que ouve, diga: Vem! Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida.

Com essas palavras, todos são convidados a vir. O amor do Senhor pela humanidade não se satisfaria apenas com o preparo das bênçãos da vida eterna, abrindo caminho e anunciando que todos que desejam devem vir. Além de tudo isso, Ele envia o mais fervoroso convite para as pessoas irem. Explica como se fosse um favor feito para Ele se as pessoas forem e participarem das bênçãos infinitas, proporcionadas por Seu amor infinito. Que convite mais cheio de graça, mais completo e livre! Nenhum daqueles que finalmente se perderem terão motivo para reclamar de que as provisões feitas para sua salvação não foram amplas o bastante. Nunca terão motivo para objetar que a luz dada a eles para mostrar o caminho da vida não foi clara o suficiente. Nunca poderão se desculpar dizendo que os convites e as súplicas estendidos pela misericórdia para que

mudassem de rumo e vivessem não foram completos e livres o bastante. Desde o princípio, o poder mais forte que se pode exercer tem sido empregado, mas que ainda deixa o ser humano livre — poder para atraí-lo ao Céu e erguê-lo do abismo no qual caiu. Vem! Essa tem sido a súplica do Espírito, saída dos lábios do próprio Deus, dos profetas, dos apóstolos e de Seu Filho, mesmo enquanto, em compaixão e humildade infinitas, Ele pagava a dívida de nossas transgressões.

A última mensagem de misericórdia que agora está ecoando é mais uma declaração da longanimidade e compaixão divina — e a última de todas. Vem, diz o convite. Vem, pois tudo está pronto. E o último som que sairá dos lábios da Misericórdia para cair nos ouvidos do pecador, antes que os trovões da vingança caiam sobre ele, será o do convite celestial: Vem!. Tão grandes são o amor e a bondade de um Deus misericordioso aos seres humanos rebeldes! Mesmo assim, não estão dispostos a vir. Agindo de maneira independente e deliberada, recusam-se a vir. Assim, quando virem Abraão, Isaque e Jacó no reino de Deus e perceberem que ficaram de fora, não terão ninguém a quem acusar e culpar além deles próprios. Reconhecerão essa realidade em toda sua amargura. Pois chegará o momento em que a vívida descrição feita por Pollok da condenação dos perdidos será verdadeira em cada detalhe:

“E sem cessar os trovões murmurando diziam
Do meio das trevas, declarando em alta voz as palavras
Que toda consciência culpada ecoava de volta:
“Vocês conheciam o dever, mas não o praticaram”.
Temíveis palavras! Não permitiam desculpas e lançavam
Sobre os perdidos o peso da condenação, que os atormentava:
“Vocês conheciam o dever, mas não o praticaram.”

A noiva também diz: Vem! Mas a noiva é a cidade. Como ela pode dizer isso? Se pudéssemos ser fortalecidos para contemplar as glórias insondáveis da cidade e viver, se tivéssemos permissão para contemplar sua beleza deslumbrante e ter a certeza do direito de ali entrar e nos banhar naquele oceano de alegria e bênçãos, desfrutando sua glória para todo o sempre, ela não nos diria então “Vem!” com uma persuasão à qual poder nenhum é capaz de resistir? Quem dentre nós, tendo em vista tudo isso, poderia dar as costas e dizer: “Não desejo receber herança aqui”?

Mas embora não possamos olhar para a cidade, a infalível Palavra de Deus prometeu entrada, e isso é suficiente para nos inspirar com uma fé viva e implícita. E por meio do canal dessa fé, ela nos diz: “Vem!”. Vem, se desejas herdar mansões nas quais doença, tristeza, dor e morte nunca poderão entrar; se queres ter direito à árvore da vida e apanhar seu fruto imortal, para dele comer e viver; se desejas beber da água do rio da vida, que flui do trono de Deus, transparente como cristal. Vem, se queres obter ampla entrada na cidade eterna pelas portas de pérola reluzente; se desejas andar por suas ruas de ouro transparente; se queres contemplar suas resplendentes pedras fundamentais; se desejas ver o Rei em Sua beleza no trono azul. Vem, se desejas entoar o cântico

jubileu de milhões e partilhar de sua alegria. Vem, se queres se unir aos hinos dos remidos com harpas melodiosas e saber que teu exílio para sempre findou e que aquele é teu lar eterno. Vem, se desejas receber a palma da vitória e ter a certeza de que estás livre para sempre. Vem, se tens vontade de trocar as rugas de teu semblante cansado e sobrecarregado por uma coroa de joias. Vem, se desejas ver a salvação das miríades de resgatados, a multidão glorificada que nenhum ser humano é capaz de contar. Vem, se queres beber da pura fonte de alegria celestial, se desejas brilhar para sempre como estrela no firmamento de glória, se queres participar da felicidade indizível que enche as hostes triunfantes enquanto contemplam diante de si as eras infintas de glória cada vez mais reluzente e alegria sempre renovada.

A noiva *realmente* diz: “Vem!” Quem de nós é capaz de resistir ao convite? A Palavra da verdade nos garante que, se guardarmos os mandamentos de Deus e a fé em Jesus, *teremos* direito à árvore da vida e *entraremos* na cidade pelas portas. Sentiremos então que estamos no lar, na casa de nosso Pai, nas mansões preparadas para nós, reconhecendo a verdade plena das confortantes palavras: “Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro” (Ap 19:9).

“Aquele que ouve, diga: Vem!” Nós que ouvimos da glória, da beleza e das bênçãos daquela bela terra dizemos: “Vem!”. Nós que ouvimos do rio com suas margens verdejantes, da árvore com suas folhas que trazem cura, dos jardins maravilhosos que florescem no paraíso de Deus dizemos: “Vem!”. Quem quiser venha e receba de graça a água da vida.

VERSÍCULO 18. Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro; 19. e, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das coisas que se acham escritas neste livro.

O que significa acrescentar ou tirar qualquer coisa do livro desta profecia? Não nos esqueçamos de que se trata “profecia deste livro”, a Revelação, que é o assunto em destaque; logo, as palavras dizem respeito a acrescentar ou tirar algo que faz referência exclusiva a esse livro. Nada pode ser considerado um acréscimo ao livro, com exceção de algo somado a ele com a intenção de ser classificado como parte genuína do livro de Apocalipse. Tirar algo do livro corresponderia a suprimir algum trecho dele. Assim como o Apocalipse não pode ser chamado de acréscimo ao livro de Daniel, caso Deus achasse por bem fazer mais revelações a nós por meio de Seu Espírito, isso não seria um acréscimo ao Apocalipse, a menos que se alegasse que tais revelações fizessem parte do livro.

VERSÍCULO 20. Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus! 21. A graça do Senhor Jesus seja com todos.

A Palavra de Deus nos foi dada a fim de nos instruir acerca do plano da salvação. A segunda vinda de Cristo será o clímax e a finalização desse grande projeto. Portanto, é extremamente

apropriado que o livro termine com o anúncio solene: “Certamente, venho sem demora”. Que nos unamos com o coração fervoroso à resposta do apóstolo: “Amém! Vem, Senhor Jesus!”

Assim termina o volume inspirado, com aquilo que constitui a melhor de todas as promessas e a razão da esperança cristã: o retorno de Jesus. Então os eleitos serão reunidos para dar adeus para sempre a todos os males desta vida mortal. Que promessa inestimável é esta dentre tudo aquilo que é precioso para o cristão! Vagando em exílio neste mundo mal, separado dos poucos com a mesma fé valiosa, ele anseia pela companhia dos justos e a comunhão dos santos. Então ele a obterá; pois todos os justos serão reunidos não só de uma terra, mas de todas; não só de uma era, mas de todas. Será a grande colheita de todos os justos, desfilando em uma longa e gloriosa procissão, escoltada por anjos que os conduzirão ao lar com brados, ao som de adufes celestes ecoando em alegre concerto. Um cântico nunca antes ouvido e desconhecido no universo inteiro — o cântico dos remidos — acrescentará suas esplêndidas notas de supremo enlevo e melodia ao jubileu universal. Assim os santos se reunirão para se alegrarem na presença um do outro para todo o sempre,

“Enquanto a glória de Deus, como mar de fundição,
Banha o grupo dos imortais.”

Essa reunião só tem em si aquilo que é desejável. Os santos podem apenas suspirar e orar por ela. Assim como Jó, clamam pela presença de Deus. Como Davi, desejam acordar e se satisfazer com Sua semelhança. Nessa condição mortal, estando sobrecarregados, gememos, não por querermos ser despidos, mas, sim, revestidos. Estamos como que “nas pontas dos pés” aguardando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo. Nossos olhos estão abertos para ver as gloriosas visões do lar eterno, nossos ouvidos aguardam escutar os sons da música celeste e nosso coração bate na expectativa de desfrutar a alegria infinita. Nosso apetite se aguça para a ceia das bodas. Clamamos pelo Deus vivo e ansiamos por entrar em Sua presença. Vem, Senhor Jesus, vem sem demora. Nenhuma notícia será mais bem-vinda do que o anúncio de que foi dada a ordem do Senhor a Seus anjos: reúnam os Meus escolhidos dos quatro ventos, de uma a outra extremidade dos céus.

Esse local de ajuntamento só tem aquilo que atrai. Jesus, o mais distinguido entre dez mil, está ali. O trono de Deus e do Cordeiro, diante de cuja glória o sol desaparece como as estrelas desvanecem diante da luz do dia, está ali. A cidade de ouro e jaspe, cujo arquiteto e construtor é Deus, está ali. O rio da vida, resplendente com a glória de Deus, fluindo de Seu trono com infinita pureza e paz, está ali. A árvore da cidade, com suas folhas que curam e fruto que comunica vida, está ali. Abraão, Isaque, Jacó, Noé, Jó e Daniel, profetas, apóstolos e mártires e toda perfeição da sociedade celestial estarão ali. Belas visões estarão ali; campos de verde vivo, flores que nunca murcharão, riachos que nunca secarão, alimentos em variedade infinda, frutos que nunca estra-

garão, coroas que jamais perderão o brilho, harpas sempre em harmonia e tudo mais que o gosto purificado do pecado e elevado ao plano da imortalidade possa conceber ou desejar estarão ali.

Nós precisamos estar lá também. Precisamos nos aquecer diante dos sorrisos perdoadores de Deus, com quem nos reconciliamos para nunca mais pecar. Precisamos ter acesso à fonte inexaurível de vitalidade, o fruto da árvore da vida, para nunca morrer. Precisamos repousar à sombra de suas folhas, que são para o serviço das nações e nunca mais sentir cansaço. Precisamos beber da fonte doadora de vida e nunca mais ter sede. Precisamos nos banhar em seu líquido de prata e nos revigorar. Precisamos andar por suas margens douradas, e sentir que não somos mais exilados. Precisamos trocar a cruz pela coroa, e sentir que os dias de nossa humilhação terminaram. Precisamos deixar o cajado de nossa jornada terrena e receber a palma da vitória, e sentir que a jornada terminou. Precisamos tirar as roupas esfarrapadas de nossa batalha e colocar as vestes brancas de triunfo, para sentir que o conflito findou e a vitória foi conquistada. Precisamos trocar o cinto desgastado e poeirento de nossa peregrinação pela indumentária gloriosa da imortalidade, a fim de sentir que o pecado e a maldição nunca mais poderão nos macular. Ó dia de descanso e triunfo e de tudo que é bom, não demore a raiar! Que os anjos sejam enviados o quanto antes para reunir os escolhidos. Que se cumpra a promessa que traz consigo essas glórias incomparáveis.

Ora vem, Senhor Jesus!

APÊNDICE

APÊNDICE 1 — SEMELHANÇA ENTRE NOSSA ÉPOCA E O PERÍODO DA REVOLUÇÃO FRANCESA



Tanto no livro de Daniel quanto no Apocalipse, faz-se referência precisa à experiência nacional incomum conhecida como a “Revolução Francesa” (ver Dn 11:36-39; Ap11:7-10). A profecia deu o destaque apropriado ao tempo em que os princípios da ausência de religião e infidelidade receberam total oportunidade de crescer, florescer e frutificar, para que todo o mundo pudesse julgar sua natureza; tempo em que os seres humanos foram deixados livres a fim de mostrar para onde leva o coração carnal sem os limites de nenhum princípio da justiça e da verdade. E as descrições sobre o caráter dos últimos dias, feitas pela mesma pena da inspiração, mostram que as massas cairão, em grande medida, se não totalmente, nos mesmos princípios do mal. Como essa é a representação da profecia, para muitos é uma pergunta séria se as etapas preliminares desse estado de coisas já não estão transparecendo diante de nossos olhos e se não podemos agora estar às portas de uma daquelas eras em que “a história se repete” da pior forma possível.

Aqueles que nutrem os mesmos pontos de vista acerca da natureza de nossos tempos destacada em alguns trechos desta obra, com frequência são acusados de pessimistas e alarmistas, que passam tempo demais se concentrando no lado escuro do panorama. Não nos consideramos culpados de ser alarmistas no sentido negativo do termo. Embora possa haver a tendência de imaginar males que não existem e prever problemas que nunca vêm à tona, há também, em contrapartida, a atitude de proclamar “Paz, paz!”, quando a paz não existe, fechando os olhos para perigos reais, até que seja tarde demais para nos proteger deles e nos encontrarmos envolvidos em calamidades e perdas irreversíveis. O mais sábio homem que já viveu disse: “O prudente vê o mal e esconde-se; mas os simples passam adiante e sofrem a pena” (Pr 22:3). Noé não foi alarmista quando advertiu o mundo quanto à aproximação da catástrofe do dilúvio. Nem Ló, quando advertiu os moradores de Sodoma a respeito da tempestade de fogo totalmente devastadora que logo recairia sobre a cidade condenada; nem nosso Senhor, quando predisse a destruição completa de Jerusalém, deixando instruções de fuga para Seu povo. Não nos desviemos da real situação pelo brado de que somos “alarmistas”, nem pensemos que não pode haver perigo porque nem todos o enxergam, pois Paulo nos advertiu dizendo: “Quando andarem dizendo: Paz e segurança, eis que lhes sobrevirá repentina destruição” (1Ts 5:3).

Mas não precisamos nos defender a esse respeito, pois as declarações mais fortes já registradas são justamente as que encontramos na imprensa secular da atualidade. Até mesmo um periódico tão cauteloso quanto o *Evening Journal* [Jornal da Noite], de Chicago, na edição de 26 de agosto de 1874, na reportagem intitulada “The Reign of Crime” [O Reinado do Crime], fez o seguinte retrato dos tempos vigentes, sobre os quais ninguém é capaz de dizer que melhoraram desde então:

“Se Beecher costumava ser relativamente brando na doutrina da “depravação total”, suspeitamos que possuímos mais luz a esse respeito por agora. Mas o Brooklyn não monopoliza, de maneira nenhuma, as evidências que ilustram o caso. Crimes de todos os tipos e tamanhos parecem estar “se alastrando”, como o sarampo, sobre todo o organismo social. Os jornais, a fim de poderem noticiar, precisam ser obscurecidos com o relato miserável de maldades. Confessamos que os jornais dos tempos presentes não são uma leitura tão prazerosa quanto poderia ser. Suicídios, assassinatos e um catálogo inteiro de ofensas contra Deus e os seres humanos são assustadoramente predominantes. Seria isso sintomático de uma grande enfermidade social, cujas sementes crescem há muito, mas estavam até então escondidas? Haveria alguma corrente moral maligna no ar, alguma mancha no sangue, algum erro popular grande, porém sutil, que tem concebido o pecado em silêncio para enfim dar à luz a iniquidade? Ou seria apenas uma espécie de contágio ou epidemia espiritual, como uma epizootia entre os animais, por exemplo, que de alguma forma começou e agora varre todo o continente?”

“Tais perguntas são cheias de significado, muito embora sejam de difícil resposta. A filosofia das influências epidêmicas sobre a sociedade é mais compreendida do que uma geração atrás. Mas suspeitamos que o assunto esteja longe de esclarecido. Precisamos de mais luz, tanto em relação às causas incipientes quanto no que diz respeito às condições concomitantes que abrem espaço para causas potenciais alarmantes que pareciam latentes, até que, de uma hora para a outra, elas irrompem, como se de repente milhares houvessem criado o hábito de carregar pólvora e fósforos no mesmo bolso. ‘Como [o homem] imagina em sua alma, assim ele é’. Dar-se-ia o caso de que, de algum modo, as comunidades passam a pensar nas mesmas coisas ruins, os pensamentos maus se tornam uma sugestão tentadora e a partir disso começa uma obra no coração como uma faísca em um isqueiro antigo? Se for, nem ousamos pensar nas consequências terríveis que podem sobrevir desse semear de escândalos do Brooklyn por toda a Terra.”

Embora esse trecho fale sobre nossa nação, há testemunhos que mostram que um estado de coisas igualmente alarmante prevalece na Europa. Como declaração representativa sobre esse ponto, citamos o distinto e dedicado J. H. Merle D’Aubigné, autor de *History of the Reformation* [História da Reforma], o qual, logo antes de morrer, preparou um artigo para a Aliança Evangélica, o qual foi lido em uma reunião dessa associação. Todas as pessoas conscienciosas hão de considerar suas palavras extremamente solenes e suas afirmações tão chocantes quanto verdadeiras:

“Se a reunião para a qual vocês se congregaram é importante, o período em que ela acontece é igualmente relevante, não só por causa das grandes coisas que Deus tem realizado no mundo, mas também pelos grandes males que o espírito das trevas tem espalhado pela cristandade. As pretensões despóticas e arrogantes de Roma alcançaram o mais alto grau em nossos dias e, por causa disso, somos chamados mais do que nunca a contender contra o poder que ousa usurpar os atributos divinos. Mas isso não é tudo. Embora as superstições tenham aumentado, a descrença cresceu ainda mais. Até agora, o século 18 — a era de Voltaire — era considerado a época

da mais marcada infidelidade. Mas como o tempo presente o supera nesse aspecto! O próprio Voltaire protestou contra a filosofia que ela chamava de ateísta, e disse: “Deus é necessariamente o Grande, o Único, o Artífice Eterno de toda a natureza” (*Dialogues* [Diálogos], xxv). Mas os supostos filósofos de nossos dias deixam tais ideias para trás e as classificam como superstições antiquadas. Em muitas mentes, o materialismo e o ateísmo tomaram o lugar do Deus verdadeiro. A ciência, que era cristã para os mais brilhantes intelectos de eras passadas, para aqueles a quem devemos as maiores descobertas, se tornou agora ateísta entre os homens que falam mais alto. Eles imaginam que, por meio de leis gerais que governam o mundo físico, podem viver sem Aquele que originou tais leis. Alguns restos de animais encontrados nas camadas antigas de nosso globo os fazem rejeitar a criação cujo relato a Bíblia introduz com as solenes palavras: ‘No princípio, criou Deus os céus e a Terra.’”

“Homens letrados proeminentes continuamente injetam em seus escritos aquilo que é chamado de positivismo, rejeitando tudo que vai além do limite dos sentidos, desdenhando todo o sobrenatural. Tais males, que no passado alcançavam somente as classes mais altas da sociedade, agora se espalharam para as classes trabalhadoras, e se pode ouvir alguns dentre eles dizerem: “Quando o homem morre, tudo morre”. Mas há uma característica ainda mais triste nos nossos tempos. A incredulidade contagiou até mesmo os ministros da Palavra. Pastores que pertencem a igrejas protestantes da França, Suíça, Alemanha e outros países continentais, além de rejeitarem doutrinas fundamentais da fé, também negam a ressurreição de Jesus Cristo e não veem Nele nada além de um ser humano, o qual, de acordo com muitos, estava sujeito até mesmo a erros e falhas. Um sínodo da Igreja Reformada na Holanda decretou, nos últimos tempos, que, quando um ministro batiza, não precisa ser em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Um jornal, ao relatar o fato, acrescentou: “Vão batizar então em nome do deus do abismo?”. Em uma importante assembleia realizada recentemente na Suíça alemã, na qual estiveram presentes muitos homens que ocupam elevadas posições tanto na igreja quanto no Estado, a base da nova religião foi decretada. ‘Nenhuma doutrina’ foi a palavra de ordem na ocasião. ‘Nenhuma doutrina nova, qualquer que seja ela, em lugar da antiga; somente a liberdade’, isto é, liberdade para derrubar tudo. E infelizmente é verdade que alguns desses ministros não creem nem em um Deus pessoal, nem na imortalidade da alma. Para parte da população europeia, não há nenhum evangelho além do de Spinoza e, com frequência, muito menos até mesmo do que isso.”

Tais palavras, vindas dessa fonte, deveriam levar até mesmo os mais irrefletidos a parar e analisar. Observe as expressões: o espírito das trevas tem se espalhado pela cristandade, aumento das superstições e da descrença, a era presente ultrapassando em muito a de Voltaire em infidelidade, o ateísmo tomando o lugar de Deus, a ciência se tornando ateísta, homens letrados de destaque ensinando o positivismo, as massas sendo influenciadas por essas ideias e até mesmo ministros protestantes negando os fatos fundamentais do evangelho — essas são as características mais proeminentes dos tempos atuais.

O Professor J. Cairus, doutor em divindade, de Berwick, Inglaterra, fez o seguinte retrato da geração presente:

“O avanço tão rápido e maravilhoso da ciência e da arte, o progresso da educação e a difusão da literatura; a autoafirmação dos próprios direitos e de sua liberdade por parte de nações há muito oprimidas; a perspectiva iminente de uma união comercial e política da raça humana — tudo isso tende a fomentar a ideia da capacidade inerente do ser humano e dar vazão a planos e esperanças quiméricas de regeneração moral sem levar em consideração o cristianismo. O sonho da moralidade independente ganha apoio. Teorias de desenvolvimento espiritual, em muito mais exageradas e fictícias que as de desenvolvimento físico, são aceitas. A marcha da inteligência, ou o impulso revolucionário, é fazer tudo novo. Enquanto isso, os aspectos tristes e humilhantes do século 19 — vícios e crimes horrendos, luxúria, egoísmo e ganância em contraponto à pobreza, depravação e descontentamento; suas guerras e seus conflitos internacionais, com recrutamento militar cada vez maior e exércitos em prontidão — são negligenciados.”

O honrado George H. Stuart, de Filadélfia, disse o seguinte perante a Aliança:

“O campo é o mundo. Nele há 1,3 bilhões de almas imortais, destinadas a nos encontrar no tribunal do juízo de Deus. Dentre esses 1,3 bilhões, há cerca de 800 milhões que se prostram diante de paus e pedras, adorando ídolos feitos pelas próprias mãos. Além desses 800 milhões de pagãos, há 110 milhões de muçulmanos e 240 milhões de adeptos de outros sistemas falsos de religião, deixando apenas 100 milhões de protestantes nominais. Não cabe a nós dizer quantos desses 100 milhões são verdadeiros discípulos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, ressurreto e exaltado.”

Que triste o panorama aí apresentado! E não fica pior a cada ano que passa? Aqueles que estudam as profecias às vezes são vistos como fanáticos por crerem que o segundo advento de Cristo em breve acontecerá, no qual todos os ímpios serão destruídos e os justos receberão a salvação. Mas perguntamos ao leitor sincero se aquele que, tendo em vista todos os fatos acima mencionados, crê na rápida conversão do mundo inteiro e na aproximação do milênio não deveria, com mais justiça, ser considerado igualmente fanático. Enquanto alguns milhares de pagãos estão aceitando o evangelho em suas terras, milhões em terras cristãs estão se afastando dele para aderir ao socialismo, à infidelidade e ao ateísmo. Dentre eles, encontramos os eruditos, os cientistas e as supostas classes mais altas assumindo a liderança. Mas isso não deveria nos surpreender, pois o próprio Jesus disse a respeito dos últimos dias: “Contudo, quando vier o Filho do Homem, achará, porventura, fé na Terra?” (Lc 18:8).

Após essa descrição geral, passemos para os detalhes. Todo estudante da história entende que causas semelhantes produzem resultados semelhantes; e os indicativos que pressagiaram a ocorrência de determinados acontecimentos em uma era normalmente reaparecem quando acontecimentos semelhantes estão prestes a ocorrer em outra. Assim como no mundo natural é necessário que as nuvens se ajuntem e haja acúmulo de eletricidade antes da tempestade, no

mundo moral e político é preciso ocorrer a disseminação de princípios, a formulação de ideias e o despertar das paixões, antes da revolução. Causas que, no passado, provocaram anarquia, pilhagem, licenciosidade e uma desintegração geral da sociedade produzirão novamente os mesmos resultados, caso se permita que operem. A Revolução Francesa de 1789-1800 se fixou na história com o nome de “Reino do Terror”. Cada grupo que sucedeu ao outro no poder durante essa terrível era derramou torrentes de sangue de seus inimigos, até que mais de 2 milhões de vidas foram sacrificadas. Toda a ordem social foi destruída. A aliança do casamento foi anulada e a devassidão espregueava por toda parte, licenciosa e irrestrita. Cristo foi declarado um impostor, e Sua religião, uma fraude. A existência de Deus foi negada e proibiram a leitura de Sua Palavra. Tudo isso foi a obra da infidelidade. Nessa terrível revolução, é possível contemplar uma miniatura do mundo sem a influência refreadora da revelação divina. Há perigo de que essa condição assustadora seja reproduzida em nossos dias? Os fatos nos obrigam a dar uma resposta afirmativa, pois, em todos os lugares, operam as mesmas causas que atuaram há 100 anos na França. Os mesmos *nomes e princípios* podem ser ouvidos e vistos ao nosso redor. Analisemos primeiro alguns dos elementos mais proeminentes que provocaram a Revolução Francesa.

1) *Espiritismo*. Samuel Smucker relata em sua obra, *Memorable Scenes in French History* [Cenas Memoráveis da História Francesa], p. 116:

“Encontramos nos registros desse período materiais e eventos que provam a prática, pela primeira vez, dos embustes dos médiuns espirituais modernos, exatamente da mesma maneira que na atualidade, com os mesmos resultados. [...] O conde Cagliostro possibilitou que o cardeal Rohan ceasse com os falecidos D’Alembert, o rei da Prússia e Voltaire, todos mortos alguns anos antes. Convenceu Sua Eminência de que o operador dessas maravilhas estivera presente com Cristo nas bodas de Caná da Galileia. [...] Nos triunfos de Cagliostro, Misner e St. Germain, os quais estavam no auge nessa época, contemplamos outro exemplo da erradicação das bases firmes e estáveis da sociedade em um desejo excessivo por novidades e a busca incansável por tudo aquilo que é novo, misterioso e maravilhoso.

Como sistema de suposta comunicação com os mortos, o espiritismo é no mínimo tão antigo quanto a dispensação mosaica, pois era estritamente proibido naquela época. E em épocas favoráveis tem se manifestado entre os seres humanos. Mas sua fase de operar maravilhas é peculiar aos tempos modernos e se manifestou primeiro nos Estados Unidos da América, de acordo com a profecia de Apocalipse 13. Seus princípios e espírito encontraram solo amistoso na França durante a Revolução. Mas se o que aconteceu naquela época contribuiu, de alguma maneira, para produzir o estado de sociedade que então existia, qual não deve ser sua tendência hoje?

2) *Infidelidade*. Anderson, em *The Annals of the English Bible* [Os Anais da Bíblia Inglesa], p. 494, diz:

“Nunca nos esqueçamos de que, antes da Revolução de 1792, conta-se que os promotores da infidelidade na França angariaram entre si e gastaram uma soma equiva-

lente a 900 mil libras em um ano — e continuaram a fazer isso reptidas vezes — na compra, impressão e disseminação de livros a fim de corromper a mente das pessoas e prepará-las para medidas extremas.”

O Dr. Dick, em sua obra *The Improvement of Societ* [O Melhoramento da Sociedade], p. 154, afirma:

“O caminho para tal revolução foi preparado pelos escritos de Voltaire, Mirabeau, Diderot, Helvetius, D’Alembert, Condorcet, Rousseau e outros da mesma linha, com o objetivo de disseminar princípios subversivos tanto da religião natural quanto da revelada. A revelação foi não só criticada, como também completamente deixada de lado. A Divindade foi banida do universo e um espectro imaginário, denominado Deusa da Razão, tomou Seu lugar. A obra burilada de todas as crenças religiosas e práticas morais foi ousadamente derrubada por Carnot, Robespierre e seus associados ateus. A natureza foi investigada por supostos filósofos somente com o objetivo de obscurecer a mente e impedir que a humanidade considerasse real qualquer coisa além do que as mãos pudessem tocar ou os olhos fossem capazes de perceber.”

Em muitos aspectos, a infidelidade de hoje, de acordo com citações de D’Aubigné, deixa a França da Revolução muito para trás.

3) *Socialismo*. Webster define essa palavra como sinônima de “comunismo”, a qual ele explica da seguinte maneira:

“A reorganização da sociedade, ou doutrina de que ela deve ser reorganizada por meio da regulamentação de propriedades, indústrias e todas as fontes de sustento, bem como das relações domésticas e da moralidade social da humanidade; o socialismo, em especial a doutrina das propriedades em comum, corresponde à negação do direito individual à propriedade.”

Tais princípios foram colocados em prática na França. Em resultado, a Revolução floresceu em toda sua terrível realidade. As relações das diferentes classes da sociedade foram completamente alteradas. A monarquia foi derrubada e uma república infiel estabelecida sobre suas ruínas. O rei e a rainha foram decapitados.

Alison, vol. 4, p. 151, afirma:

“O confisco de dois terços das propriedades de terra do reino, que resultou dos decretos da convenção contra emigrantes, religiosos e pessoas sentenciadas nos tribunais revolucionários, [...] colocou à disposição do governo recursos equivalentes a 700 milhões de libras esterlinas.”

Os títulos de nobreza foram abolidos. Foi um conflito entre ricos e pobres, entre capital e trabalho. O lema da Revolução era “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” — benditas palavras, contudo, com a mais estranha inconsistência, completamente ultrajadas e mal aplicadas. Os mesmos princípios são tratados de igual maneira hoje e bradados como a palavra de ordem entre as

massas descontentes e organizações trabalhistas ao redor do mundo. É provável que os princípios do socialismo, ou comunismo, nunca tenham sido tão difundidos como na atualidade.

4) *Amor livre*. Quando a existência do Deus verdadeiro foi negada, como ocorreu durante a Revolução Francesa, e, em Seu lugar, as pessoas instituíram uma mulher devassa como a Deusa da Razão e objeto de sua mais elevada adoração, foi consequência natural que a santidade do casamento fosse completamente descartada. O casamento, então, passou a ser considerado um contrato civil, vigente somente durante o tempo que as partes contratantes desejassem. O divórcio se tornou generalizado e a corrupção dos modos alcançou um patamar nunca antes conhecido na França. Metade dos nascimentos em Paris eram ilegítimos (ver Thiers, *French Revolution* [Revolução Francesa], vol. 2, p. 380). O amor livre é parte integral do movimento espiritualista de nossos dias, não tão abertamente defendido quanto no passado, mas ainda assim acariciado e praticado como parte da alardeada “liberdade” que a raça humana estaria alcançando.

5) *A comuna*. Essa palavra deriva dos pequenos distritos territoriais na França governados por um oficial chamado de prefeito. Mas passou a ter uma aplicação muito mais abrangente nos tempos presentes. No entanto, a origem da palavra não é tão importante quanto os princípios que ela representa. Acerca desses, já vimos uma definição de Webster e uma ilustração prática na Revolução Francesa. Thiers, em *French Revolution*, vol. 3, p. 106, menciona que o número total de pessoas guilhotinadas durante o reino do terror foi de 1.022.351, além dos massacres de outros tipos que ocorreram em outros lugares. Em alguns deles, a população de cidades inteiras pereceu. O Dr. Dick, no livro *Improvement of Society*, p. 154, diz: “A obra de destruição foi efetuada com tamanha rapidez que, dentro do curto intervalo de dez anos, supõe-se que pelo menos 3 milhões de seres humanos [...] pereceram somente nesse país, sobretudo pela influência de princípios imorais e pelas seduições de uma filosofia falsa”.

Em conexão com isso, mostrando a tendência dos tempos, pode-se mencionar a associação “International”, que, há não muito tempo, se tornou proeminente e gerou uma boa dose de apreensão. O objetivo de seus membros era derrubar aqueles que julgavam ser seus inimigos, a saber, reis e capitalistas. Seus princípios eram, em resumo, a abolição de todo domínio e privilégio de classes; igualdade política e social entre os sexos; estatização da terra e dos instrumentos de produção; redução de horas de trabalho; educação controlada pelo Estado, obrigatória, gratuita e secular; a religião deveria ser ignorada; um sistema direto de tributação baseado na propriedade, não na atividade; abolição de todos os exércitos estabelecidos e uma produção associativa, em vez de capitalista.

Percebe-se, de imediato, que, para colocar tais princípios em prática, seria necessário mudar completamente as relações políticas e sociais hoje existentes na sociedade. As diferentes ramificações dessa estrutura revolucionária assumiram nomes diferentes agora, como os niilistas na Rússia, os comunistas na Alemanha, os anarquistas e monarquistas na França, os fenianos e membros da liga da terra na Irlanda, as diferentes organizações secretas de trabalhadores nos Estados Unidos e os socialistas em toda parte. Os princípios envolvidos são semelhantes em todas as suas

divisões; o fim buscado é o mesmo; e, na ordem natural das coisas, uma grande crise a respeito desses movimentos é inevitável.

A impressão da mão satânica se vê com clareza no fato de que a sociedade almejada é exatamente o contrário da estabelecida por Deus no jardim do Éden. Lá Deus era supremo; Cristo, por meio de quem Deus criou todas as coisas, era reconhecido e honrado; a lei de Deus era a regra governante; um espírito de verdadeira adoração, impelido pelo amor, controlava a mente humana; o relacionamento conjugal era sagrado; e o sábado era honrado como o grande memorial de Deus. Na Revolução Francesa, Deus foi destronado, Cristo crucificado novamente, o cristianismo denunciado; foi retirada toda restrição do coração carnal, descartada a adoração, abolido o dia de descanso, anulada a relação matrimonial; e a sociedade se desfez em tristes fragmentos. Caso se permita que o comunismo prevaleça, tal será a condição de sociedade que teremos novamente.

Os frutos dessa agitação estão aparecendo cada vez mais na relação desgastada entre trabalho e capital, aumentando cada vez mais a tensão. A multiplicação das “organizações” entre os trabalhadores, a aliança de capital para autoproteção e as grandes greves e manifestações de 1893-1895, que chegaram a necessitar de uma intervenção armada por parte do governo. Suspeitas e desconfiança prevalecem por toda parte. “Para onde estamos nos encaminhando?” é a pergunta que sai trêmula de muitos lábios. Verdadeiramente, como disse nosso Senhor que seria logo antes de Sua vinda, “haverá homens que desmaiarão de terror e pela expectativa das coisas que sobrevirão ao mundo” (Lc 21:26).

APÊNDICE 2 — Os “SETE TEMPOS” DE LEVÍTICO 26:18 (KJV)¹



Quase todos os esquemas do “Plano das Eras”, “Era por vir”, etc. fazem uso de um suposto período profético chamado “sete tempos”. Então tentam identificar um cumprimento marcante nos acontecimentos da história judaica e gentílica. Todos os especuladores poderiam muito bem se poupar, pois tal período profético não existe na Bíblia.

O termo é extraído de Levítico 26, capítulo no qual o Senhor anuncia juízos contra os judeus caso O abandonem. Após mencionar uma longa lista de calamidades até o versículo 17, o Senhor diz: “Se ainda assim com isto não Me ouvirdes, tornarei a castigar-vos sete vezes [tempos] mais por causa dos vossos pecados” (v. 18). Os versículos 19 e 20 enumeram juízos adicionais, então o 21 acrescenta: “E, se andardes contrariamente para comigo e não Me quiserdes ouvir, trarei sobre vós pragas sete vezes [tempos] mais, segundo os vossos pecados”. Mais julgamentos são listados, então a ameaça se repete nos versículos 23 e 24: “Se ainda com isto não vos corrigirdes para volverdes a Mim, porém andardes contrariamente comigo, Eu também serei contrário a vós outros e Eu mesmo vos ferirei sete vezes [tempos] mais por causa dos vossos pecados”. No versículo 28, o termo é repetido mais uma vez.

Assim, a expressão ocorre quatro vezes, e cada menção sucessiva traz à tona punições mais severas, porque as anteriores não surtiram efeito. Se “sete tempos” [*seven times*, KJV] denotasse um período profético (2.520 anos), teríamos quatro deles, totalizando 10.080 anos, um tempo longo demais para manter uma nação em castigo.

Mas não precisamos nos colocar em dificuldades por causa desse número, pois a expressão “sete tempos” não denota um período de duração. Trata-se apenas de um advérbio que exprime intensidade, anunciando a severidade dos juízos que recairiam sobre Israel.

Caso denotasse um período de tempo, seria usado um substantivo e seu adjetivo, como em Daniel 4:16: “e passem sobre ela sete tempos”. Aqui encontramos o substantivo (tempos) e o numeral com a função de adjetivo (sete); logo, שִׁבְעָה עֲדָנִין (*shibah iddan*); mas nas passagens citadas acima, de Levítico 26, as palavras sete vezes são simplesmente o advérbio שֶׁבַע (*sheba*), que significa “sétuplo”. A Septuaginta faz a mesma distinção, usando em Daniel 4:16, etc., ἑπτὰ καίροι, mas em Levítico simplesmente o advérbio ἑπτάκις.

¹ O autor refuta aqui uma compreensão equivocada da expressão “*seven times*” (Lv 26:18, etc., KJV), que admite duas interpretações: “sete vezes” ou “sete tempos”, já que a palavra “*time*” em inglês pode significar *vez* ou *tempo*. Para ajudar na compreensão do argumento, optou-se por manter a tradução “sete tempos”. O problema não ocorre em português, pois temos uma palavra específica para cada termo, e todas as versões diferenciam entre sete vezes e sete tempos.

A expressão em Daniel 4:16 não é profética, pois é usada em uma narrativa literal simples (cf. o v. 25).

APÊNDICE 3 — AS DEZ DIVISÕES DE ROMA



Os dez reinos que surgiram do antigo império romano são simbolizados pelos dez chifres da quarta besta de Daniel 7. Todos concordam a esse respeito. Mas não existe unanimidade absoluta entre os comentaristas quanto aos nomes dos reinos que constituíram tais divisões. Alguns dizem que os hunos foram uma delas, outros colocam os alamanos no lugar dos hunos. Para que o leitor possa identificar uma tendência geral naquilo que foi escrito a esse respeito, são apresentados os fatos a seguir:

Maquiavel, o historiador de Florença, escrevendo apenas como historiador, cita os hunos como uma das nações mais envolvidas no esfacelamento do império romano. Dentre aqueles que escreveram sobre o assunto fazendo referência à profecia, podem ser mencionados Berengaud, no nono século; Mede, 1586-1638; Bossuet, 1627-1704; Lloyd, 1627-1717; Isaíque Newton, 1642-1727; bispo Newton, 1704-1782; Hales, f. 1821; Faber, 1773-1854.

Dessas nove autoridades, oito defendem que os hunos foram um dos dez reinos; dentre as oito, duas, Bossuet e bispo Newton, seguidos pelo Dr. Clarke, citam tanto os hunos quanto os alamanos; somente uma, Mede, omite os hunos e insere os alamanos. Portanto, oito favorecem o ponto de vista de que os hunos foram representados por um dos chifres; dois, não rejeitando os hunos, inserem os alamanos como um dos chifres; um rejeita os hunos e insere os alamanos. Scott e Barnes, em seus comentários, e Oswald, na obra *Kingdom that Shall not be Moved* [Reino que Não se Abalará], citam os hunos.

APÊNDICE 4 — SÍNTESES BIOGRÁFICAS



MÁRTIRES PROEMINENTES (RETRATOS NA P. 123).

John Wycliffe nasceu por volta de 1324. Chamado de “estrela da manhã da Reforma”, foi um religioso inglês, cuja piedade e cujos talentos lhe proporcionaram uma das mais elevadas posições eclesiásticas de honra. Após pregar abertamente contra as corrupções da igreja romana, foi destituído. O papa emitiu diversas bulas contra ele por heresia. Em consequência, foi examinado por uma assembleia, mas fez uma defesa tão boa que a reunião terminou sem definição. Ele continuou a denunciar as corrupções, ordenanças e o poder papal. Mais uma vez, foi convocado perante um sínodo, mas liberado por ordem da mãe do rei. É surpreendente que, embora tenha continuado os ataques veementes a pontos fundamentais da doutrina romana, escapou do destino que acometeu outros semelhantemente acusados. No entanto, mais de 40 anos após sua morte, que ocorreu em 1384, seus ossos foram exumados, queimados e jogados no rio Swift, que os carregou, por meio do Severn, até o mar. Assim seu pó se tornou símbolo de sua doutrina, agora difundida por todo o mundo. Sua obra mais importante foi a primeira tradução da Bíblia para o inglês.

John Huss, o celebrado reformador, natural da Boêmia, nasceu em 1370. Estudou na universidade de Praga, onde recebeu o diploma de mestre em artes, tornando-se reitor da instituição e confessor da rainha. Ao entrar em contato com alguns dos escritos de Wycliffe, reconheceu os erros e a corrupção da igreja romana. Passou a expô-los abertamente, mesmo sofrendo perseguição de diversos papas. Por meio de seus ensinamentos, começou uma reforma na universidade. A fim de detê-la, o arcebispo fez dois decretos. Mas a nova doutrina se espalhou ainda mais. Finalmente, ele foi levado perante um concílio, aprisionado e, após alguns meses de cárcere, sentenciado à morte na fogueira. Embora pressionado na estaca para se retratar, recusou-se com firmeza e, até ser sufocado pela fumaça, continuou a cantar e orar com clara voz. Foi queimado em 1415. Suas cinzas e até mesmo o solo onde se encontravam foram cuidadosamente removidos e jogados no Reno.

Jerônimo de Praga, cujo sobrenome foi extraído da cidade onde ele nasceu em algum momento entre 1360 e 1370, graduou-se na universidade de mesmo nome. Depois disso, viajou pela maior parte da Europa. Em Paris, recebeu o diploma de mestre em artes e, em Oxford, familiarizou-se com os escritos de Wycliffe, traduzindo muitos deles para o próprio idioma. Ao voltar para Praga, professou abertamente as doutrinas de Wycliffe e auxiliou Huss na obra de Reforma. Quando este foi preso, ele também expressou sua vontade de comparecer perante o concílio em defesa de sua fé e tentou obter um salvo-conduto do imperador. Não o recebeu. No caminho de volta, foi pego, levado para Constança e, após o martírio de Huss, ameaçado de tormentos seme-

lhantes. Em um instante de fraqueza, negou a fé. Ao ser liberto, porém, lamentou seu pecado e publicamente renunciou sua retratação. Por isso, foi entregue às chamas em 1416.

William Tyndale, proeminente religioso inglês, nasceu por volta de 1484. Recebeu ampla instrução em Cambridge e Oxford, e foi ordenado padre. Após aceitar as doutrinas da Reforma, despertou tamanha inimizade entre os católicos romanos por seu zelo e habilidade de expô-los que foi compelido a buscar refúgio na Alemanha. Crendo que as Escrituras deveriam ser lidas pelas massas em sua língua vernácula, fez uma versão completa do Novo Testamento para o inglês. Embora esta tenha recebido a ordem de ser eliminada, foram publicadas seis edições. A versão também serviu de modelo e base para a King James Version, sendo apenas um pouco mais obsoleta. Também traduziu o Pentateuco. Por causa dessas versões e de outros escritos reformados, foi preso na Antuérpia, instigado pelo governo inglês. Após um ano e meio de cárcere, foi queimado, depois de ser estrangulado pelo capataz em 1536.

Thomas Cranmer, o primeiro arcebispo protestante de Canterbury, nasceu em 1489. Embora espiritual em sua profissão religiosa, era um tanto quanto político, tal qual um estadista, e, por isso, bastante apto a unir os inimigos religiosos e seculares do papado. Também foi um defensor servil de Henrique VIII. Após a morte deste, uniu-se aos protetores de Joana Grey, que também era protestante. Por isso, foi mandado para a prisão na Torre de Londres na coroação de Maria. Acusado de heresia pelo partido papal, foi queimado em Oxford no ano de 1556. Em seu trabalho de reformador, introduziu a Bíblia nas igrejas e tanto usou sua influência como regente de Eduardo VI que a Reforma prosperou grandemente durante o reinado do jovem monarca. Pouco antes de seu martírio, ele assinou uma retratação contrária a suas convicções, na esperança de viver. Na estaca, porém, foi mais corajoso, lançando primeiro nas chamas a mão que usou para assinar o documento, exclamando diversas vezes: “Ó minha indigna mão direita!”

Hugh Latimer, nascido por volta de 1490, foi um dos principais promotores da Reforma na Inglaterra. Estudou em Cambridge e recebeu o título de mestre em artes. No início da Reforma, era defensor zeloso do papado. Mas após conversar com o mártir Bilney, renunciou à fé católica e trabalhou avidamente na pregação do evangelho. Henrique VIII se agradou de seus discursos e o nomeou bispo de Worcester. Mas por se opor a algumas das medidas do rei, Latimer acabou resignando o cargo. Após a morte de seu patrono, Cromwell, os inimigos do falecido foram atrás de Latimer e o prenderam na Torre de Londres. Eduardo VI o soltou, mas ele se recusou a voltar para sua diocese. Permaneceu então com Cranmer, ajudando na Reforma. Quando Maria subiu ao trono, ele foi enviado novamente para a Torre, juntamente com Cranmer e Ridley. Da prisão, foi enviado para debater com bispos papais em Oxford. Lá argumentou com clareza e simplicidade incomuns, mas foi condenado e queimado na mesma estaca que Ridley, em 1555.

John Bradford nasceu na primeira parte do reinado de Henrique VIII. Desde cedo, demonstrou o gosto pelo aprendizado e começou a estudar direito. Ao perceber que tinha mais afinidade com a área de teologia, transferiu-se para a universidade de Cambridge, onde se tornou mestre em artes em menos de um ano, graças a sua inteligência e piedade. Logo depois, passou a ser capelão

de Eduardo VI e se tornou um dos pregadores mais populares do protestantismo no reino. No entanto, após a coroação da severa católica Maria, foi preso, acusado de heresia e ficou encarcerado por um ano e meio na Torre de Londres. Durante esse período, promoveu com seus escritos a causa pela qual sofria. Quando finalmente foi julgado, defendeu seus princípios até o fim, resistindo a todas as tentativas de convertê-lo ao catolicismo romano. Foi condenado e entregue às chamas em 1555. Morreu se regozijando por poder sofrer dessa maneira pela verdade.

Nicholas Ridley, bispo inglês erudito e mártir, educado em Pembroke College, Cambridge, nasceu por volta de 1500. Sua grande capacidade intelectual e piedade o fizeram ser notado pelo arcebispo Cranmer, que o recomendou para ser capelão do rei. Durante o reinado de Eduardo VI, ele foi nomeado para a sé de Rochester e, por fim, para o bispado de Londres. Por causa de sua influência junto ao jovem rei, a renda dedicada a conventos para o sustento de frades e monges corruptos passou a ser usada para caridade. Quando Eduardo faleceu, ele aderiu à causa de Joana Grey. Em um sermão, advertiu ao povo quanto aos males que sobreviriam ao protestantismo caso Maria subisse ao trono. Por causa disso e por seu zelo em contribuir com a Reforma, foi apreendido por ordem da rainha e mandado para Oxford a fim de debater com alguns dos bispos papais. Como se recusou a se retratar, foi queimado com Latimer em 1555.

John Hooper nasceu por volta de 1495 e estudou em Oxford. Após se tornar bacharel em artes, uniu-se aos monges da Ordem de Cister. Mas sua atenção se voltou para os escritos de Zúínglio e, após diligente estudo das Escrituras, tornou-se um zeloso defensor da Reforma. Ciente dos perigos aos quais suas opiniões o expunham, foi para a França. Ao voltar para a Inglaterra, descobriu conspirações para tirar sua vida e fugiu para a Irlanda. De lá, foi para a França e finalmente para a Alemanha, onde permaneceu por alguns anos. Após retornar para a Inglaterra, dedicou-se a instruir as massas, trabalhando com tanto sucesso que o rei Eduardo VI solicitou que ele permanecesse em Londres a fim de propagar a Reforma e o nomeou bispo de Worcester. No entanto, assim que Maria subiu ao trono, ele foi imediatamente preso, mandado para a prisão de Fleet e, após 18 meses de confinamento, julgado por heresia e condenado às chamas em 1555. Suportou as agonias da estaca com grande firmeza, embora o fogo estivesse muito mais lento do que de costume por causa do uso de madeira verde.

John Rogers, o primeiro de muitos que sofreram martírio durante o reinado de Maria, nasceu por volta do ano 1500. Estudou em Cambridge, foi ordenado padre e depois se tornou capelão da feitoria inglesa na Antuérpia. Lá conheceu Tyndale e Coverdale. Com a ajuda deles, publicou a primeira tradução completa da Bíblia para o inglês. Transferido para Wittenberg, tornou-se clérigo de uma congregação holandesa. Quando, porém, Eduardo VI subiu ao trono, ele foi convidado para voltar a sua terra natal e eleito prebendado e leitor das Escrituras da catedral de St. Paul. No domingo após a coroação de Maria, em um sermão na catedral de St. Paul, ele exortou o povo a aderir às doutrinas ensinadas na época do rei Eduardo e a resistir a todas as formas e todos os dogmas católicos. Por causa disso, foi convocado perante o concílio, mas se defendeu tão bem que foi dispensado. Isso não agradou à rainha, que o convocou novamente e

ordenou que ficasse como prisioneiro na própria casa dele. Mas logo depois ele foi apreendido e mandado para Newgate, onde foi julgado e condenado. Como se recusou a fazer uma retratação, foi queimado em 1555.

REFORMADORES PROEMINENTES (RETRATOS NA P. 414).

Martinho Lutero, o maior dos reformadores, nasceu na Saxônia, em 1483. Quando era um menino pobre, uma senhora caridosa assumiu a responsabilidade de educá-lo. A princípio, estudou direito, mas ao ser poupado da morte por pouco, ficou tão impressionado com a incerteza da vida que se retirou para um monastério. Ali entrou em contato com a Bíblia e ficou pasmo com a diferença entre os ensinamentos do evangelho e as práticas da igreja católica. Ao ser enviado em uma missão a Roma, a impressão se aprofundou e, quando o papa decretou a famosa bula permitindo a venda de indulgências, Lutero, então professor de teologia na universidade de Wittenberg, estava preparado para se opor; e o fez com tamanha habilidade que multidões, inclusive muitos nobres, o defenderam. Recebeu a ordem de comparecer em Roma, mas ele se recusou. O papa decretou uma condenação, mas Lutero a queimou. Na Dieta de Worms, ele se recusou a se retratar, e logo seus pontos de vista se espalharam por todo o reino por meio de seus escritos. Ele também traduziu a Bíblia para o alemão. Foi proclamado um decreto de que a missa deveria ser universalmente observada. O partido reformado fez um protesto contra isso, razão pela qual seus adeptos receberam o nome de protestantes. A Confissão de Augsburgo, a bandeira de sua fé, foi então elaborada. Lutero continuou a escrever e trabalhar até morrer, desgastado pela labuta excessiva, em 1546.

Filipe Melâncton, o célebre reformador e amigo de Lutero, nasceu no grão-ducado de Baden em 1497. Aos 17 anos de idade, concluiu o mestrado em artes na universidade de Heidelberg e logo depois obteve a cátedra de grego em Wittenberg. Ali desenvolveu uma amizade com Lutero, cujas opiniões aceitou e defendeu em suas palestras e seus escritos. Sua prudência contribuiu muito para a promulgação das doutrinas protestantes, preservando-as de abusos do zelo desmedido. Sua maior obra foi a elaboração da Confissão de Augsburgo, embora tenha sido um escritor prolífico e autor do primeiro sistema de teologia protestante, publicado em mais de 50 edições e usado como livro didático nas universidades. Sua erudição e moderação se tornaram conhecidas em toda a Europa. Os reis da Inglaterra e da França o convidaram a ir residir em seus respectivos reinos, mas ele preferiu permanecer em Wittenberg, onde faleceu no ano de 1560.

Ulrico Zuínglio, cujo nome, na história dos reformadores protestantes, fica atrás somente do de Lutero, nasceu em 1484. Como demonstrou, desde cedo, o gosto por estudar, foi enviado primeiro para Basileia e Berna, e por fim para a universidade de Viena, a fim de receber uma educação formal. Ao retornar, ficou responsável por uma grande paróquia próxima a sua cidade natal e depois se tornou pregador da catedral de Zurique. Ali estudou as Escrituras de maneira especial, memorizando todo o Novo Testamento e parte do Antigo. Suas pesquisas teológicas o levaram a

perceber as corrupções papais da igreja católica romana e começou a denunciá-las, sobretudo as indulgências papais, até conseguir efetuar a mesma separação da Suíça do domínio católico que Lutero fez pela Saxônia. Tais dissensões religiosas provocaram uma guerra civil na Suíça, e Zuínglio, que acompanhava o exército como capelão, foi morto no campo de batalha em 1531.

João Calvino, reformador proeminente e fundador do grupo religioso conhecido como calvinistas, nasceu em 1509. Desde cedo, foi dedicado à igreja, começando a receber benefício eclesiástico já aos doze anos de idade. Foi educado em Paris para o ministério. Mas ao ficar insatisfeito com as doutrinas da igreja católica romana, voltou sua atenção ao estudo de direito. Logo entrou em contato com as sementes da doutrina reformada. Passou a defendê-la com tamanha veemência que foi obrigado a deixar a França. Retirou-se para Basileia, Suíça, onde escreveu suas célebres *Institutas do Cristianismo*, traduzidas para diversos idiomas. Então se estabeleceu em Genebra como ministro e professor de teologia, mas foi compelido a se retirar, por se recusar a obedecer a algumas ordens papais. Foi para Estrasburgo, onde estabeleceu uma igreja francesa, na qual oficiava. Os religiosos da cidade o enviaram como delegado para a Dieta de Worms. Voltou para Genebra após diversas solicitações e se engajou ativamente como orador e escritor em defesa da Reforma até sua morte em 1564.

John Knox, o célebre reformador escocês, nasceu em 1505 e foi educado na universidade de St. Andrews. Ordenou-se padre, mas renunciou ao papado após ler os escritos de Agostinho e Jerônimo. Foi acusado de heresia e sua profissão pública de fé foi condenada. Mas ele começou a pregá-la abertamente no púlpito, e as doutrinas reformadas se espalharam com rapidez. Quando St. Andrews foi tomada por uma frota francesa, ele foi levado para Rouen e condenado às galés, onde permaneceu por um ano e sete meses. Após liberto, foi para a Inglaterra e se tornou capelão de Eduardo VI, depois de recusar um bispado. Quando Maria subiu ao trono, ele foi para Frankfurt e pregou aos exilados ingleses. Dali se dirigiu a Genebra, onde foi muito estimado por Calvino, a cujas doutrinas era bastante afeiçoado. Retornou à Escócia, onde morreu em 1572, depois de fazer a Reforma triunfar em sua terra natal.

John Bunyan, o autor religioso mais popular de língua inglesa, nasceu em 1628. Ganhava a vida como funileiro, por isso recebeu educação escassa. Sua mente pouco se atraía para as questões religiosas até ser recrutado como soldado. Durante esse período, um de seus colegas, que havia assumido seu posto, morreu. Ele considerou isso uma intervenção direta da Providência e, após voltar para casa, interessou-se profundamente pelo seu bem-estar espiritual. Logo se uniu à Igreja Batista e, de exortador, tornou-se um bem-sucedido pregador entre eles. Naquela época, todos os dissidentes da Igreja Anglicana eram punidos, e Bunyan foi lançado na prisão, onde permaneceu por 12 anos. Ali escreveu o famoso livro *O peregrino*, conhecido no mundo inteiro, o qual, desde então, foi traduzido para todos os idiomas da cristandade. Também foi autor de outros livros religiosos, como *Guerra Santa*. Ao fim da perseguição, ele foi solto. Logo retomou seus esforços e era popularmente conhecido como bispo Bunyan. Morreu em 1688 como resultado de exposição a uma tempestade.

John Wesley, o fundador do metodismo, nasceu em 1703 e foi educado em Oxford, tornando-se professor de destaque em Lincoln College. Junto com seu irmão e alguns outros, criou uma sociedade para edificação mútua em exercícios teológicos. Eles se ocupavam rigidamente com deveres religiosos, jejuando, orando, visitando prisões e aliviando o sofrimento. Ao receber a solicitação do general Oglethorpe de acompanhá-lo até a Geórgia, Wesley foi com o objetivo de converter os índios. Por fim, voltou para a Inglaterra a fim de se engajar em esforços missionários. Seu plano não era sair da igreja oficial do país, mas, sim, criar um reavivamento entre as classes negligenciadas por meio da pregação da salvação pela fé simples em Cristo. No entanto, as igrejas fecharam as portas para ele e Wesley passou a fazer cultos ao ar livre. Conquistou tantos conversos que foi necessário se organizar e igrejas espaçosas foram construídas. Até sua morte em 1791, foi infatigável na obra que ele próprio se impôs, realizada através da Inglaterra, Escócia e Irlanda. Viajou quase 500 mil quilômetros e pregou mais de 40 mil sermões, além de ser um escritor prolífico.

George Whitefield, clérigo inglês, nasceu em 1714, foi educado em Oxford, onde recebeu o diploma de bacharel em artes e conheceu Charles Wesley, tornando-se membro entusiasta do clube que deu origem ao metodismo. Logo foi ordenado e começou sua notável carreira missionária. Ao receber o convite urgente de John Wesley, que se encontrava na Geórgia, embarcou para os Estados Unidos da América, mas logo voltou a fim de solicitar recursos para a construção de um orfanato. Fez cinco visitas subsequentes aos Estados Unidos, pregando em todas as grandes cidades, bem como nos grandes centros da Inglaterra, Escócia e Irlanda. Fez também uma viagem à Holanda. Enfrentou forte oposição do clero e, tendo sido impedido de pregar nas igrejas, foi o primeiro a introduzir os cultos a céu aberto. Por divergir dos irmãos Wesley em algumas crenças, acabou se separando deles, dando origem a dois grupos, os metodistas wesleyanos e os metodistas calvinistas. Continuou seus intensos esforços, falando às vezes de três a quatro vezes por dia ao longo de semanas, até sua morte, em 1770, em Newburyport, Massachusetts, enquanto se preparava para sua sétima viagem missionária pela América.

John Fletcher nasceu na Suíça, em 1729. Pertencia à nobreza e foi educado na universidade de Genebra. Como sua consciência não se conformava com todas as doutrinas calvinistas, abandonou a profissão religiosa e entrou para o serviço militar. Quando a paz foi proclamada, dirigiu-se para a Inglaterra a fim de trabalhar como professor. Uniu-se à sociedade metodista e foi ordenado pela Igreja Anglicana. Embora tenham-lhe oferecido uma boa renda, ele a recusou, dizendo que era “dinheiro demais para trabalho de menos”. Os pobres e sofredores eram alvo de seu cuidado. Em uma região de minas e montanhas, em meio a oposição e perseguição, ele trabalhou com caridade e devoção. Visitou a França, Suíça e Itália e, ao retornar, se tornou reitor de uma faculdade de teologia. No entanto, a defesa do metodismo wesleyano rompeu sua ligação com ela. Depois disso, dedicou a vida aos deveres paroquiais, fazendo longas viagens missionárias com Wesley e Whitefield, bem como à escrita de suas doutrinas distintivas. Faleceu em 1785.

Guilherme Miller, o maior reformador dos tempos modernos, nasceu em Massachusetts em 1782. Era filho de pais pobres, mas honestos. Sedento por conhecimento, obteve uma educação

considerável por esforços próprios. Serviu na guerra de 1812 e foi promovido à posição de capitão. Até 1810, defendia a infidelidade. Mas o estudo cuidadoso da Bíblia, com o propósito de refutar o cristianismo, o convenceu de seus erros e abriu diante do mundo o campo quase inexplorado das profecias. Após muitos pedidos, começou a obra de sua vida — a divulgação das interpretações proféticas, sobretudo em relação ao segundo advento, ligando-se assim, de maneira inseparável, ao movimento religioso de 1844. A mensagem logo se espalhou tanto que recebeu convite de todas as principais cidades dos Estados Unidos, aceitando todos que podia. Como resultado, surgiu um reavivamento como nunca antes em todas as denominações, estendendo-se até mesmo à Europa. Embora desapontado em relação ao momento do segundo advento, por causa de uma aplicação incorreta da profecia, a maioria de seus pontos de vista se provou correta e inaugurou uma nova era de obra infindável de reforma. Ele se dedicou à obra que iniciou, tanto por meio de palestras quanto de escritos, até morrer em paz no ano de 1849.



Adventist Pioneer Library

Para maiores informações, visite:

www.APLib.org
www.EditoraDosPioneiros.com.br

ou escreva para:

contact@aplib.org
contato@editoradospioneiros.com.br